



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

ANO LXVIII – SUP. “C” AO Nº 181 – SÁBADO, 2 DE NOVEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 21 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101,112) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (101,112)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109) Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59) Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL	
1.1.1 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS	
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2013.....	00004
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de setembro de 2013.....	00026
1.1.2 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	
Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de outubro de 2013.....	00042
1.1.3 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2013.....	00057
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2013.....	00062
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de agosto de 2013.....	00076
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de agosto de 2013.....	00109
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de agosto de 2013.....	00138
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2013.....	00179
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de setembro de 2013.....	00194
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de setembro de 2013.....	00227
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de setembro de 2013.....	00252
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2013.....	00283
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2013.....	00319
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2013.....	00335
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de setembro de 2013.....	00369
1.1.4 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	
Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2013.....	00394
Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de setembro de 2013.....	00418
Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de outubro de 2013.....	00456
1.1.5 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2013.....	00480
1.1.6 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2013.....	00501
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2013.....	00513
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2013.....	00534
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2013.....	00544
1.1.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2013.....	00556
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2013.....	00564
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de outubro de 2013.....	00592
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de outubro de 2013.....	00603
1.1.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2013.....	00605
1.1.9 – Comissão Senado do Futuro – CSF	
Ata da 2ª Reunião, realizada em 24 de setembro de 2013.....	00629
Ata da 3ª Reunião, realizada em 8 de outubro de 2013.....	00635

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 45ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e nove minutos, do dia dezoito de setembro de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Wellington Dias, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Mozerildo Cavalcanti, José Pimentel, Sérgio Souza, e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita. O Senador Osvaldo Sobrinho registra a presença. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a “discutir a situação das perícias médicas do INSS”, em atendimento ao **Requerimento nº 38, de 2013-CAS, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Paulo Paim**, com a presença dos seguintes oradores: **Sérgio Antônio Martins Carneiro**, Diretor de Saúde do Trabalhador do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (representante de **Lindolfo Neto de Oliveira Sales**, Presidente do INSS); **Rogério Nagamine Costanzi**, Representante do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS; **Jarbas Simas**, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social – ANMP; **Geraldo Ferreira Filho**, Presidente da Federação Nacional dos Médicos – FENAM; **Clarissa Bassin**, Vice-Presidente da Associação Gaúcha dos Peritos Médicos Previdenciários (representante de **Paulo de Argollo Mendes**, Presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul – SIMERS); **Darcy Santana Vitobello**, Subprocuradora-Geral da República, Coordenadora do Grupo de Trabalho “Previdência e Assistência Social” da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal – MPF; **José Reginaldo Inácio**, Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST. Usam da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Osvaldo Sobrinho e **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente

Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 38, de 2013, da Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e subscrito também pelo Senador Paulo Paim, com o objetivo de discutir a situação das perícias médicas do INSS.

Convido, por sugestão dos autores do requerimento, os seguintes oradores: o Sr. Rogério Nagamine Constanzi, representante do Conselho Nacional de Previdência Social; o Sr. Jarbas Simas, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP); Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam); a Srª Clarissa Bassin, Vice-Presidente da Associação Gaúcha de Médicos Peritos, representando o Presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers); José Reginaldo Inácio, Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST); a Drª Darcy Santana Vitobello, Subprocuradora-Geral da República, Ministério Público Federal; e, finalmente, o Dr. Sérgio Antônio Martins Carneiro, Diretor de Saúde do Trabalhador do Instituto Nacional do Seguro Social, o nosso INSS, representante do Dr. Lindolfo Neto de Oliveira Sales, Presidente do INSS.

Comunico aos senhores expositores que terão, na sequência que li, a fala por dez minutos cada um. E aviso que quando o orador começar a falar, aquele relógio marca dez minutos. No nono minuto – e não sou eu que vou tocar, é automático –, soa uma campainha que é exatamente para avisar que o orador tem um minuto para concluir a sua fala.

Como o número de expositores é grande, se vierem todos, seria mais de uma hora só de exposição. Temos que garantir exatamente que isso possa fluir também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minuto, Senadora.

Outra questão que quero colocar. As pessoas que farão uso da palavra são as previamente convidadas, não há como dar participação. Sei que há várias pessoas representantes, sindicalistas, aqui, mas não tenho como fazer isso, porque abre um precedente e, nas próximas audiências públicas, todo mundo que vier vai querer participar. Isso foi adequadamente selecionado pelos Senadores. Claro que as pessoas que estão aqui de alguma forma representam aquelas que estão diretamente interessadas.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, autora do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, eu queria agradecer as providências tomadas por V. Exª e agradecer de modo especial a todos que aceitaram o convite para esta audiência pública. Sempre atendemos demandas que vêm dos protagonistas disso, seja o paciente, seja o médico, seja a instituição previdenciária. Então, nesse aspecto, os trabalhadores estão também envolvidos nesse processo. Esse é o objetivo.

Eu queria agradecer também o tempo dado porque temos que alertá-los de que temos uma audiência geral do Senado com a presença do Ministro da Saúde para tratar da questão relacionada a financiamento público de saúde e da questão do programa Mais Médicos. Vejam que tudo está interligado exatamente por isso.

Fizemos ontem duas audiências públicas, Senador Moka, em áreas importantes, que foram possíveis até em menos de dez minutos, porque a riqueza disso são as perguntas que vamos fazer e que temos para os entrevistados. Então, eu queria agradecer a V. Exª pelas providências.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, dez minutos é o tempo máximo. Por isso, eu disse que no nono minuto vai soar a campainha para terminar. É claro que ninguém é obrigado a usar os dez minutos, que é o limite máximo. Se puder ser feito em menos tempo, tudo bem.

Quanto à questão da ordem, sempre deixo por último a pessoa que vai ter a responsabilidade, porque imagino que as pessoas que vieram aqui vão questionar, de alguma forma, o INSS. Então, é natural que quem representa o Instituto seja o último a falar, até porque ele já começaria se for possível respondendo os questionamentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas aí não tem jeito. Por isso

é que eu estou dizendo que é claro que, na hora de dar uma resposta, se o senhor puder e precisar de mais tempo, e, em se tratando de responder os questionamentos... porque em dez minutos o senhor vai fazer uma abrangência de forma genérica. Se houver tempo, vamos, evidentemente, abrir.

A preocupação da Senadora Ana Amélia, que é a minha também, é com a audiência, porque, na hora em que começa a tocar lá a campainha, nós, necessariamente, temos que encerrar a nossa audiência pública.

Sem perder tempo, concedo a palavra ao Sr. Rogério Nagamine Constanzi – se eu estiver pronunciando seu nome errado, por favor, corrija-me –, representante do Conselho Nacional de Previdência Social.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – Bom dia a todos e todas. Em nome do Conselho Nacional de Previdência Social, eu queria agradecer o convite. É um prazer estar aqui.

Bom dia, Senador, bom dia aos demais representantes na mesa. Bom dia, Senadora.

Dados os pedidos de brevidade, vou procurar ser muito breve, até porque, na verdade, para falar em nome de um Conselho que é quadripartite, temos que tomar cuidado.

Ontem à noite, eu estava analisando a pauta das reuniões do Conselho Nacional de Previdência Social, que são mensais ordinárias, dos últimos três anos, e percebi que, em oito dessas reuniões, o assunto da perícia médica estava colocado como ordem do dia. Então, é um assunto que o Conselho vem discutindo há muito tempo.

A questão do novo modelo de perícia médica é um assunto que começou a ser discutido no Conselho em 2011, e, nesse período, tivemos oito reuniões em que isso foi discutido, sendo que, na reunião de julho, o Sérgio Carneiro, que está aqui, apresentou mais uma vez esse modelo para o Conselho.

A conclusão de tudo isso, o resumo de tudo isso é que esse chamado novo modelo de perícia médica vem, sim, sendo construído em conjunto com o Conselho Nacional de Previdência Social, em debate com o Conselho Nacional de Previdência Social, respeitando a questão do diálogo social e de uma construção de política pública também baseada no diálogo social.

O Sérgio apresentou, mais uma vez, a proposta do modelo em julho. Houve reuniões em separado com a Bancada dos Trabalhadores e dos Empregadores no mês de agosto. Então, eu acho que, acima de tudo, o fundamental é isso.

Do ponto de vista do Conselho, a gente tem participado desta discussão e tem participado desta construção, respeitando o diálogo social. Eu vou parar por aqui, respeitando o pedido da brevidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – O senhor ainda tem sete minutos e meio. (*Ininteligível.*)

Eu fico satisfeito. Vamos aproveitar a economia do tempo.

Agradeço a participação do Dr. Rogério Nagamine Costanzi, que falou em nome do Conselho Nacional de Previdência Social.

Concedo a palavra ao Sr. Jarbas Simas, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social.

O SR. JARBAS SIMAS – Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Moka, cumprimentar a Senadora Ana Amélia, cumprimentar o Dr. Sérgio Carneiro, a nossa colega perita Dr^a Clarissa e o nosso representante nacional dos médicos, o Dr. Geraldo Ferreira, que muito nos honra aqui com a sua presença.

A questão da terceirização – a questão da reestruturação da carreira – permeia todas as discussões que tem havido em relação à perícia médica. O que buscamos hoje como médicos peritos? Uma carreira valorizada, em que o profissional perito seja remunerado adequadamente, com uma carga horária compatível com o que recebe, para oferecer para a população brasileira a justiça social.

Estamos longe disso. Eu estou na casa desde 1982. Já passei por períodos piores e por melhores. Porém, este é um dos períodos mais difíceis com que estamos nos defrontando.

O que ocorre? Há mais de um ano, nós esperamos uma reestruturação da nossa carreira vinculando salário com condições de trabalho adequadas e com uma jornada de trabalho compatível.

Lamentavelmente, em que pese o esforço pessoal do Ministro Garibaldi, em que pese o esforço do Presidente do INSS, Dr. Lindolfo, em que pese o esforço do Secretário Executivo, não está havendo força política do Ministério da Previdência para que isso ocorra. E, lamentavelmente, ocorrem situações tampões.

Respeito por demais o Dr. Sérgio, respeito a Diretoria de Saúde do Trabalhador. Contudo, não posso admitir o novo modelo que perpassa pela reestruturação e pelo fortalecimento da carreira da perícia médica.

Entendo como novo modelo uma solução que poderá, eventualmente, temporariamente, diminuir as filas. Porém, não resolverá o problema da perícia médica e da Previdência Social.

A única forma de solucionar esse problema seria através de uma reestruturação da nossa carreira, um salário mais adequado, para que não houvesse tantas exonerações como tem havido.

Ainda ontem, o Deputado Simplício, na Câmara dos Deputados, provocou todos os presentes e parti-

cipantes no plenário dizendo que não existem peritos médicos em diversos Municípios do Maranhão. E onde ficam os segurados da Previdência sem perícia médica?

Há necessidade da reestruturação da carreira. E o nosso anseio é simples: oito horas, que é a nossa jornada de trabalho, com o piso salarial da Federação Nacional dos Médicos, à qual todos nós médicos estamos vinculados.

A questão do propalado novo modelo eventualmente pode até fragilizar a perícia médica, no momento em que transmite, delega para o médico assistente uma responsabilidade que é nossa, assumida pelo perito. E eu digo mais, eu vou além. Infelizmente, a Presidenta da República vetou diversos artigos da Lei do Ato Médico, mas, felizmente, ela não vetou o artigo da perícia médica.

Perícia médica é ato médico. Não podemos delegar para nenhum outro profissional que não seja o médico a realização da perícia médica. Esse profissional médico tem a formação para tal, e a ele foi delegado esse compromisso e esse ônus, que ele vai cumprir até o fim. Equipe multiprofissional é excepcional, desde que o responsável seja o médico. Não se pode tirar do médico essa responsabilidade. Naturalmente que a assistente social, a fonoaudióloga, a fisioterapeuta, o psicólogo serão bem-vindos, porque a avaliação tem que ser multiprofissional. Agora, a responsabilidade é do médico. E esse médico naturalmente vai responder eticamente, civilmente, administrativamente e até no Conselho Federal de Medicina e no Conselho Regional de Medicina eventualmente, se cometer um ilícito ético administrativo, criminal ou cível. Entretanto, não abrimos mão de que o perito médico seja o responsável.

Então, reafirmando aqui o compromisso com a nossa categoria, que nos elegeu, nós afirmamos aqui, de uma forma muito tranquila, que a solução da fila, a solução dos problemas da Previdência Social no atendimento ao segurado passa pela reestruturação da nossa carreira, pelo fortalecimento da nossa carreira, por concursos públicos que sejam palatáveis aos médicos que estão sendo formados nas faculdades de Medicina do Brasil. Por que o que ocorre hoje? Com o salário que é oferecido e com a carga de trabalho que é exigida através de um ponto eletrônico, não existem médicos candidatos a prestarem o concurso. Ou os que prestam concurso não ficam. Eles se exoneram rapidamente, pelas condições inadequadas de trabalho.

Somos a todo momento... Agressões verbais, agressões físicas. Ainda ontem um colega aqui de Brasília, que eu pedi que estivesse presente, foi agredido verbalmente. A semana passada uma colega foi... A esposa de um segurado se interpôs entre ela e o segurado, que acabou esfaqueando a esposa ao invés

de esfaquear a médica. O objetivo desse segurado era esfaquear a doutora. Já tivemos dois médicos peritos assassinados. Será que a sociedade quer o terceiro para reestruturar a nossa carreira? Será que vai ser necessário mais um defunto em cima desta mesa para que sejamos valorizados?

Então a perícia médica exige respeito, exige a reestruturação da sua carreira, para que não existam cada vez mais exonerações, cada vez mais pedidos de aposentadoria. Os colegas não aguentam mais as condições de trabalho e os salários indignos que são praticados para conosco. E não tenham dúvidas, senhores, que caso a perícia seja reestruturada, caso os salários sejam readequados à realidade nacional, haverá sim... cada agência da Previdência Social, cada gerência executiva terá um número satisfatório de médicos. Não se precisará de novo modelo, não se precisará de nada.

E esse perito tem mais uma obrigação: trabalhar em conjunto com a saúde mais do que precária neste País e com a fiscalização dos ambientes de trabalho, porque os empresários não investem no ambiente de trabalho. O perito hoje literalmente enxuga gelo. O que ocorre, qual o trabalho desse perito? Ele afasta o segurado do trabalho, é concedido um benefício para esse segurado, esse segurado procura o SUS, ele não tem atendimento, porque o SUS está falido, ele volta para a empresa, a empresa não investe na proteção da saúde desse trabalhador. O que ocorre? Esse trabalhador retorna em pouco tempo solicitando um novo benefício.

Essa estrutura tem que ser mudada. A Previdência tem que ter uma interlocução com o Ministério da Saúde e com o Ministério do Trabalho. E o perito é o elemento-chave nesse processo. Cabe a ele sinalizar ao Ministério da Saúde que o Ministério da Saúde não está cumprindo o dever constitucional de oferecer uma saúde adequada ao trabalhador brasileiro. E o Ministério do Trabalho também não está cumprindo com os seus compromissos. Ao invés de fiscalizar o ambiente de trabalho, autuar aquela empresa, ele não o faz.

E inclusive, Dr. Geraldo, lamentavelmente o Ministério do Trabalho há muito cerceia dos seus fiscais a carreira de médico fiscal no Ministério do Trabalho. Hoje existe uma carreira de um fiscal *lato sensu*. Não existe mais a carreira do médico. E o perito pode perfeitamente, e deve e quer. A perícia não é realizada só no consultório. O perito emburrece. Hoje ele está submetido a uma carga de trabalho de nove horas, ele tem que sair do consultório, tem que fiscalizar o ambiente do trabalho, tem que interagir. E o empresário? Por que não propormos aqui nesta Casa que o em-

presário assuma a responsabilidade por um período maior de afastamento? Por que só 15 dias?

Então, a nossa proposta seria, finalizando, Senador, a reestruturação da carreira, a valorização do perito, melhor condição de segurança, melhor condição de trabalho, melhor condição de saúde para esse perito, porque o perito também está adoecendo. E, através disso, novos concursos públicos.

Tenho a convicção de que num trabalho com o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho, a perícia médica conseguirá distribuir justiça social neste País. E o trabalhador merecerá o tratamento e terá o tratamento que merece porque, cada vez mais, esse trabalhador está desassistido, tanto pela saúde, quanto pela Previdência.

Mais concursos públicos, mais peritos, não haverá necessidade de nenhum modelo novo. O modelo já existe. Eu estou aí para provar. Desde 82, esse modelo está aprovado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço a participação do Dr. Jarbas Simas que falou aqui. É o Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social.

Concedo a palavra ao Dr. Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

O SR. GERALDO FERREIRA FILHO – Bom dia. Minha saudação ao Senador Moka, à Senadora Ana Amélia, meus cumprimentos ao Dr. Jarbas, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos, demais companheiros da mesa, os participantes desta audiência pública.

O Dr. Jarbas praticamente esgotou o assunto na esfera dos peritos, mas de qualquer forma a minha intervenção vai no sentido de fazer o paralelo. A crise que atinge a perícia médica ou os médicos é muito parecida com a crise geral da saúde. São os mesmos problemas.

Na verdade, há um problema de carreira que precisa ser bem estabelecido, há um certo flerte com as terceirizações que é contestado, porque entendemos que esses profissionais precisam ser de carreira. Há uma necessidade de ampliação dos recursos humanos. Nós percebemos que há um esforço do Senador Garibaldi, dos superintendentes regionais, entre eles o do Nordeste que é do Rio Grande do Norte também. Interessante é que sou do Rio Grande do Norte, o Senador Garibaldi, o Lindolfo, é um bocado de gente do Rio Grande do Norte.

O nosso Superintendente do Nordeste é do Rio Grande do Norte também, Dr. João Maria, frequente-

mente tem inaugurado muitas agências tentando levar o INSS mais para perto da população. Isso é inegável, mas enfrenta, evidentemente, ainda as dificuldades de precisar disponibilizar recursos humanos em número suficiente, porque acredito que quase todo mundo tem uma história de dificuldades em relação ou a afastamentos ou a manutenção de aposentadorias quando precisa de revisão pericial. Então, normalmente se depara com dificuldades.

De vez em quando, o Governo ameaça cortar, quando faz aquelas fiscalizações sobre possíveis recebimentos irregulares, seja através de óbitos ou coisas dessa natureza, e a família encontra ainda muita dificuldade. Às vezes são pacientes que estão presos aos leitos em casa etc e há algumas dificuldades para que se faça a comprovação da necessidade de continuação dessas aposentadorias. Isso leva a nossa reflexão de que, evidentemente, é preciso melhorar a situação de recursos humanos.

A gente tem discutido exaustivamente e percebemos que há, às vezes, um certo dilema em relação à carreira do médico perito porque há uma visão de que o médico deveria ter dedicação exclusiva, deveria ter uma carreira adequada, com dedicação exclusiva, em que essas 40 horas fossem exercidas em sua plenitude e fosse uma carreira de Estado. Isso seria o desenho adequado.

Nós temos uma dificuldade de caráter financeiro que tem inviabilizado essa formação e tem colocado, Jarbas, muitas vezes, uma situação de proposição de redução dessa carga horária que é uma discussão interna, na perícia, que precisa ser mais aprofundada, mas evidentemente para se captar recursos humanos em número adequado, em número suficiente é preciso que a gente trate a perícia médica como carreira efetiva de Estado. É uma necessidade para que você tenha os profissionais valorizados, os profissionais dedicados e que esta carreira seja atrativa para esses profissionais, para que nós não precisemos recorrer a modelos de terceirizações que evidentemente fragilizarão o próprio papel da perícia médica.

A questão de equipe multidisciplinar é o mesmo viés que enfrentamos na área de saúde, na área de saúde como um todo, médico no seu ambiente de trabalho. A equipe multidisciplinar é fundamental, é indispensável, mas é preciso que, evidentemente, haja uma coordenação para essa equipe. e essa coordenação, como é perícia médica, evidentemente ela é exercida por um médico perito, qualificado, preparado, atualizado. Esse profissional precisa ter também carga horária para atualização, precisa estar em sintonia com as leis que são aprovadas no Congresso, é preciso que o pe-

rito acompanhe isso com muita precisão. É preciso que ele se qualifique também do ponto de vista médico.

Então, há uma necessidade de se tratar esse profissional como uma carreira de Estado, Senador Moka. Então, nós entendemos que muitos dos problemas da perícia são resolvidos através da mesma receita que nós temos preconizado para a situação do médico no Brasil como um todo. Nós entendemos que nós passamos por um momento difícil, há uma inversão colocada pela sociedade – ainda hoje eu estava conversando como é que se consegue inverter uma luta por qualidade no atendimento, que é a luta pelo revalida, que é uma luta pela qualidade do atendimento, nós lutamos para que a população tenha direito ao melhor atendimento. Aí se tem invertido isso e jogado para a população como se fosse um boicote ao programa Mais Médicos. Você veja que nós estamos num momento e numa situação delicada. E nós aproveitamos esse momento para passar para a população que o que nós queremos são médicos qualificados, peritos qualificados. Por isso a resistência em relação aos modelos de terceirização. Porque nós entendemos que a carreira permite a este profissional o nível de qualificação adequada para atender as necessidades da população. Entendemos o peso que o ambiente de trabalho traz. Evidentemente é muito comum o profissional se afastar, o profissional tentar se tratar, muitas vezes não conseguir de tratar, e voltar para o ambiente de trabalho que está provocando o mesmo problema.

Então, é preciso uma ação mais efetiva, mais eficiente do Poder Público em termos de fiscalização desses locais de trabalho.

Evidentemente o Ministério Público do Trabalho tem um histórico muito aplaudido no Brasil. As suas preocupações com as condições de trabalho são efetivas, elas são reais, e nós da categoria médica temos tido o Ministério Público do Trabalho como um aliado, temos tido ele frequentemente como um aliado. Mas é preciso, e o Ministério também se queixa de falta de fiscais – muitas vezes de falta de fiscais também.

Então, apesar da complexidade do problema, a receita seria aparentemente simples, ou seja, é preciso que o Estado assuma as suas prerrogativas em plenitude. Quais seriam? Carreira de Estado para o médico perito; um salário adequado, como preconizado em vários projetos que estão à disposição do Senado e atualmente até na Câmara dos Deputados – nós estamos acompanhando essas votações –; o enquadramento do médico perito como carreira de Estado dentro dessa carreira médica; a elaboração, a formação dessas equipes multidisciplinares, mas sob o comando do profissional médico; uma fiscalização mais efetiva e compartilhada entre o INSS, entre a perícia e

o Ministério Público do Trabalho, pressionando esses ambientes que são nocivos e lesivos à saúde a que ele se readeque; e um controle, evidentemente, dessas terceirizações, porque elas não trarão benefícios aos segurados nem ao próprio sistema de Previdência Social, que exige profissionais de carreira, servidores públicos, comprometidos com o serviço público.

Seriam essas as minhas considerações.

Agradeço à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Dr. Geraldo Ferreira Filho, que é o Presidente da Federação Nacional dos Médicos – Fenam.

Com a palavra a Dr^a Clarissa Bassin, que representa aqui o Presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, mas é Vice-Presidente da Associação Gaúcha de Peritos Médicos.

A SR^a CLARISSA COELHO BASSIN – Bom dia a todos.

Um agradecimento especial à Senadora Ana Amélia Lemos, que recebeu das mãos do Presidente da Assembleia Legislativa, Dr. Pedro Westphalen, um requerimento oriundo de uma assembleia de médicos peritos realizada em março, em Porto Alegre. Eu sou do extremo contrário do Presidente da Fenam, trabalho no Rio Grande do Sul, trabalho na Gerência Canoas, região metropolitana de Porto Alegre.

Nós viemos aqui em nome dos peritos do Brasil reivindicar uma proteção aos trabalhadores brasileiros, nos quais nos incluímos.

O Dr. Jarbas já levantou várias das atividades que cabem aos peritos médicos. A Seguridade Social é formada de um tripé; assistência, saúde e previdência. Na assistência estão os benefícios tanto do Bolsa Família, como o Benefício de Prestação Continuada, um benefício determinado pela Lei Orgânica da Assistência Social.

Na saúde existem inúmeras atividades. Podem ser concentradas no Sistema Único de Saúde, no acesso universal e igualitário e nas atividades preventivas e de recuperação. E, no Ministério da Previdência, dão-se conta de todos os benefícios do Regime Geral (trabalhadores urbanos e rurais), do Regime Próprio e do Regime Complementar.

Isso posto, são oito grandes ações da Seguridade Social. Cinco dessas ações competem aos peritos médicos da Previdência Social e 100% das análises do Benefício de Prestação Continuada, que vem a ser hoje o maior programa de transferência de renda que retira pessoas do nível absoluto de pobreza e as coloca no nível de cidadania, são avaliadas pelo perito médico da Previdência Social.

Os servidores públicos dos diversos regimes, quando adoecem – e adoecem gravemente e com uma frequência muito maior do que é divulgado –, também são avaliados pelos peritos médicos da Previdência Social, do INSS. As atividades de prevenção e fiscalização de ambientes de trabalho pela insuficiência de quadros ou pelo esvaziamento do Ministério do Trabalho são de atribuição do perito da Previdência Social e a face que é conhecida do nosso trabalho é a perícia que chamamos internamente de ponta, aquela que o segurado ou o requerente chega para ter conhecimento do seu benefício.

Chegamos, então, a uma situação em que um quadro que corresponde a cerca de 11% do quadro da Previdência Social é responsável por 70% dos requerimentos pleiteados no balcão da Previdência. Alguma coisa está muito errada.

Então, para deixar bem demarcado: 12% do quadro da Previdência é composto dos médicos peritos. Esses 12% são responsáveis – dados do INSS em números, a última informação publicada em julho –, 70% e desses requerimentos passam pelo olhar do perito médico da Previdência Social. Alguma coisa muito complicada está acontecendo. Atividade médica pericial é uma atividade de Estado. Essa atividade tem que fazer parte de qualquer programa de governo, porque é uma defesa do Estado, é uma defesa da proteção dos seus cidadãos. Busca a Previdência Social muito mais que seus segurados inscritos, busca a cidadania, o Benefício de Prestação Continuada, várias análises de Imposto de Renda, vários outros benefícios que não são divulgados passam pela mão do perito.

O Presidente Lula, em fevereiro de 2006 deu fim à terceirização na perícia médica e declarou naquela época que foi um dos grandes acertos do seu primeiro mandato. E o foi! Infelizmente, desde lá – e é um custo que o Jarbas... de duas mortes de que nós nunca vamos esquecer – esses servidores têm sido acoados, hostilizados e publicamente demonizados, seja pela instituição, seja pela sociedade. A nós cabe o reconhecimento de direitos: 71% dos benefícios requeridos por incapacidade são concedidos. Não é verdade que a maioria é negada, 71%, dados – repito – do INSS em números publicados na página do INSS.

Esses números se comparam aos dos sistemas previdenciários mais organizados do mundo. É óbvio que nem todos vão ser concedidos, para isso há o papel da perícia. Quando se fala – e o INSS tem falado para a sociedade um novo modelo desde 2011 – são várias facetas para não publicizar aquilo que está acontecendo, houve um esvaziamento escandaloso dos quadros. São 1980 exonerações de um cargo público federal, estável desde janeiro de 2010. Não há nenhu-

ma instituição, ministério ou autarquia que tenha esse esvaziamento tão acelerado como a perícia médica, e isso não acendeu luz de alerta. Isso só acendeu uma nova crítica aos médicos peritos.

A perícia médica não é o problema. A perícia médica é a solução da Previdência. Mais que isso: é a solução do Estado para garantir a seguridade dos seus cidadãos. O cidadão tem que ter a proteção desse Estado.

Venho de um Estado e de uma gerência que sofreu as primeiras ações civis públicas para concessão automática de benefício, para prorrogação automática enquanto não houver vaga de perícia médica. E a assembleia dos médicos de março, em Porto Alegre, na sede do Sindicato Médico, elogiou e apoiou essa iniciativa do Ministério Público Federal, porque o Ministério Público, como fiscal da lei, colocou o dedo no INSS e o Judiciário aceitou, porque o INSS não cumpre a legislação de não haver interrupção de pagamento ao trabalhador que se acidenta, ao trabalhador que adoecer.

A ação civil pública determina a concessão automática se o segurado, se o trabalhador, em 45 dias, não tiver feito a sua perícia. Nós, médicos, inclusive achamos que a ação civil pública foi até muito leve ao INSS. Nós defendíamos que deveria ser feita antes dos 30 dias de afastamento, para que não houvesse interrupção de salário. Nenhum de nós pode sobreviver sem salário. Por que a pessoa que é ligada ao Regime Geral da Previdência pode sobreviver com dois ou três meses de atraso?

Hoje, esse atraso é o maior escândalo e não é responsabilidade dos médicos peritos, porque a força pericial está quase totalmente concentrada nas perícias diárias, e estão sendo deixadas de lado as revisões de aposentadorias, as revisões judiciais, as revisões de concessão de acidente de trabalho, onde o trabalhador não tem emissão da CAT, entra com o recurso, e esses recursos estão parados. Nós precisamos retomar todas as análises. As fiscalizações de ambiente de trabalho estão todas atrasadas.

Fui concursada em 2006. Até 2008, nós tínhamos uma agenda. A região onde eu trabalho é altamente industrializada e tem uma parte também com trabalhadores rurais e pescadores – a gerência onde eu atuo atende o litoral – muito significativa. Até 2008, conseguíamos ter uma agenda até mensal de o perito sair e fazer esse levantamento, essa análise, essa vistoria, para compor os bancos de dados disponíveis a todos os peritos. Desde 2008, não saímos mais. Ficamos no consultório, porque essa é a maior prioridade.

No entanto, o INSS tem inúmeras prioridades. Hoje, não nos vemos mais dentro do INSS, que é o instituto que lida com o pagamento dos benefícios de

uma parte do trabalho que fazemos. Há muitos anos, os médicos peritos vêm construindo a proposta de uma perícia da União: uma autarquia, ou uma instituição que seja, que possa fazer o trabalho e dar conta de todas as atividades, lembrando para assistência social, saúde e Previdência. Defendemos inclusive a constituição de um Instituto Geral de Perícias da União, departamento com a melhor estrutura que seja, discutida com a população, mas hoje não nos enxergamos mais dentro do INSS. Essa estrutura não consegue dar conta e coloca exclusivamente sob responsabilidade do perito uma responsabilidade que é de gestão. O INSS, ao longo desses anos, não tem mostrado uma gestão eficiente dos seus quadros.

(Soa a campainha.)

A SR^a CLARISSA COELHO BASSIN – Defendemos a reestruturação da carreira, a recomposição salarial e especialmente que haja imediatamente uma reestruturação, porque, como atividade médica que exercemos, toda melhoria de condições de trabalho do médico – e somos uma das poucas profissões que refletem isso –, toda melhoria de condições de trabalho para o médico é melhoria na excelência do atendimento à população.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço à Dr^a Clarissa Bassin, Vice-Presidente da Associação Gaúcha de Peritos Médicos.

Concedo a palavra ao Sr. José Reginaldo Inácio, Vice-Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Só um registro, Presidente, enquanto arrumam o microfone. O Senador Paim comunicou que teve uma emergência para atender. É o único motivo pelo qual não está aqui. Então, tenho a honra também de representar o Senador Paulo Paim nesta audiência.

Essa é a comunicação necessária.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – Bom dia a todos. Queria saudar o Senador Moka, a Senadora Ana Amélia. E, especialmente, agradecer ao Senador Paulo Paim, que praticamente indicou a nossa central, no caso, especificamente, representando todas as centrais sindicais brasileiras. E, aqui, de certo modo é importante destacar a presença na plenária de lideranças de centrais: da Força Sindical, da UGT, da CUT, da CSB, e também membros da Nova Central que dela fazem parte e nos acompanham.

Queria destacar a importância que é essa tratativa, neste momento, mas não sem antes fazer uma breve leitura de um encaminhamento que fizemos ao Ministério da Previdência Social, ao Ministro Garibaldi Alves, por ocasião daquilo que chamamos de uma campanha necessária de humanização da perícia médica da Previdência Social.

Esse documento, é importante destacar, teve participações. A reunião que tirou esse documento foi no Dieese, o Diesat participou e está aqui presente também, é importante que se destaque. O primeiro ponto que nós destacamos no nosso documento é o problema da informalidade na atuação do perito médico do INSS.

E, nesses termos, a gente colocou da seguinte forma:

Comumente, não há a formalização do pedido de exames, laudos e/ou atestados médicos dos trabalhadores segurados. Verifica-se completa informalidade tanto na solicitação do perito do ato da perícia quanto na entrega dos mesmos ao perito médico, o que pode levar à falta de comprovação quando da necessidade de recursos ou outras ações de defesa do trabalhador.

O problema este não só em caso de necessidade de comprovação material, para um possível recurso de indeferimento julgado e infundado pelo médico especialista que assiste o trabalhador, mas também para o direito de ciência do trabalhador segurado em todo o desenrolar do afastamento do trabalhador.

Aqui, a gente já ouviu alguns representantes, dignos representantes dos trabalhadores médicos, é importante a gente perceber que existe uma desumanização também tratada com esses profissionais de saúde – a gente considera isso –, mas, na outra ponta, queremos dizer que há, frequentemente, uma situação que algumas pessoas já chamam até como se fosse um campo de concentração dos trabalhadores.

Existe, numa ponta, um profissional preparado ou não – nós sabemos disso – e, por outro lado, existe a figura do trabalhador que passa a viver, a conviver naquele espaço que a gente tem denominado de “a terra do nem”. Ele nem está apto a ter um benefício e nem está apto a voltar ao trabalho e fica, seguramente, sendo aquele trabalhador, sendo aquela pessoa que passa, a partir desse momento, a sofrer um suplício que tem um reflexo direto. Ele vai, assim como em qualquer campo de concentração, se ver definir e saber que a sua libertação final, o seu destino final é, estritamente – pode-se dizer –, o seu extermínio; e o extermínio através do quê? Do seu recurso, recurso para a sua sobrevivência.

Normalmente, essas pessoas são seguramente arrimo de família, muitas vezes são arrimo de família.

O quadro dessa pessoa o figura como incapaz não só perante a empresa, mas perante o Estado, a Previdência Social, o INSS que se apresenta na figura de um profissional de saúde que, muitas vezes, pela própria estrutura da história da humanidade, traz em si um poder messiânico. Muitas vezes.

Assim como o advogado, nós sabemos que a figura do doutor médico é daquela pessoa que, de alguma forma, traz em si poderes que podem dar a vida ou não. E, no caso da Previdência, entra num sistema de burocratização que foi aqui colocado. Nós sabemos, reconhecemos o problema sério por que passa essa questão da saúde no País, haja vista o que se apresenta para o momento – sabemos disso – como o atendimento, o salário, a terceirização, os processos. Fica para nós essa grande ressalva, mas trazemos também o problema da contestação dos atestados de médicos, e de médicos assistentes especialistas.

Há esse dado e é importante destacarmos que, com frequência, o laudo e a decisão conclusiva do perito não levam em conta os laudos e atestados médicos expedidos pelos médicos assistentes especialistas, bem como os exames realizados entregues pelo trabalhador no ato da perícia, inclusive os fornecidos pelo SUS através do atendimento contínuo dos CERESTs, que são os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador componentes dos RENASTs.

Ao não aceitar um laudo de outro médico especialista, com exames pertinentes, que declaram a incapacitação para o trabalho, há a evidente necessidade de uma justificativa fundamentada tecnicamente, no processo, por parte do perito, o que normalmente não ocorre, embora tal prática seja instituída legalmente no Capítulo X, Documentos Médicos, nos arts. 80, 87 e 88 do Código de Ética Médica.

Aqui é outro dado em que nós nos somamos com os médicos aqui presentes e os representantes dos médicos aqui presentes. Nós temos um problema sério. No ato da perícia, de repente, o trabalhador com um problema sério de ortopedia está sendo ali assistido por um médico ginecologista, por exemplo. Esse é um dado que assusta e a gente pergunta até para os Senadores aqui presentes: seria possível essa assistência ser adequada? Eles teriam, nessa hora, a capacidade para poder de fato deferir ou indeferir? Então, esse é um ponto.

A gente considera ainda outro problema: o da qualificação dos peritos médicos do INSS e o tratamento dispensado aos trabalhadores segurados. As centrais chamam ainda a atenção para o problema da qualificação dos peritos. Constata-se que não existe um programa institucionalizado de capacitação dos peritos que leve em conta a visão dos diversos atores

que compõem o Conselho Nacional de Previdência Social, que incorpore os preceitos constitucionais de seguridade social, que obedeça ao Código de Ética Médica, cujo conteúdo e metodologia sejam públicos e transparentes. Assim, a formação dos nossos peritos fica a depender da visão personalista de alguns peritos que conduzem, de maneira arbitrária, o processo de formação, com consequências negativas para a concepção e atuação na Previdência Social.

O trabalhador que também é segurado – direito adquirido pela contribuição ao INSS através de seu trabalho de anos a fio – é colocado numa relação desigual, que acaba sendo uma incógnita e é também desumana, num conceito de fraude preestabelecido pelo perito médico. Acaba que, nessa hora, a situação do trabalhador se torna uma situação em que ele precisa e faz com que a Previdência se torne hoje um dos maiores litigantes, na Justiça. Ao trabalhador acaba sobrando buscar isso. Como ele não tem mais o recurso administrativo, sobra para ele buscar alternativas judiciais. E nós sabemos que a nossa Justiça é desigual. Ela é desigual. E, mesmo assim, aparece e se afigura o INSS como um dos principais litigantes na atualidade. É importante destacar isso.

Finalizando o documento, as centrais reconhecem os avanços materializados pelo Poder Público na atenção à veracidade dos acidentes de trabalho para obtenção de benefícios, através do nexo causal entre a atividade laborativa e o acidente de trabalho, o nexo técnico epidemiológico, que traz à tona a substancial subnotificação, ampliando, em até 40%, o total de acidentes de trabalho registrados do ano de 2006 a 2008.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – Aqui, buscando encerrar, eu queria dizer que esse documento que a gente leu em partes é um documento que foi entregue ao Ministro, em 2011, e não tivemos resposta relativa a esse documento.

É importante. As centrais que assinaram esse documento, efetivamente, junto com o Diesat foram a CUT, a Nova Central, a Força Sindical, a UGT, a CTB, a CGTB e o próprio Diesat.

É importante considerarmos que, assim sendo, fica comprometida a possibilidade de uma relação em que se coloque em evidência o papel da Previdência Social como seguradora efetiva do trabalhador.

E aproveitamos aqui, encerrando a fala, para agradecer e nos somarmos às colocações desse processo de terceirização, sobre o qual, ainda ontem, houve uma discussão, que, sabemos, está assolando o setor de perícia médica da Previdência Social, cujo posicionamento o movimento sindical abomina. Todas as centrais aqui presentes abominam qualquer

possibilidade de se precarizar o serviço de perícia, a não consideração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Sr. José Reginaldo Inácio, Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Concedo a palavra à Subprocuradora-Geral da República, do Ministério Público Federal, Dr^a Darcy Santana Vitobello.

A SR^a DARCY SANTANA VITOBELLO – Em nome do Senador Moka e da Senadora Ana Amélia, agradeço a oportunidade de o Ministério Público Federal tecer algumas considerações sobre a questão e o trabalho que vem fazendo.

Eu represento aqui o Grupo de Trabalho de Previdência Social, que funciona na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão desde 2006. O representante do conselho disse que, em quase todas as reuniões, eles discutiam perícia. Devo dizer que discutimos em todas e gastamos 70% do nosso tempo discutindo a questão da perícia, desde a fundamentação do laudo, falado pelo último orador aqui que é necessária, a todas as questões.

Como começou esse grupo? É importante dizer, e esse é um grupo de procuradores e procuradoras da República de todo o País. Começou por conta do problema de segurança dos peritos, que foi naquela época em que tivemos os problemas mais graves, e da necessidade de vermos sobre o atraso.

Antes desse grupo, devo dizer, falando das terceirizações, que o Ministério Público Federal atuou bastante para que... Antigamente a perícia era toda terceirizada, não havia ou, se havia, eram poucos médicos peritos. A carreira, com certeza, não existia. Então, o Ministério Público Federal não defende a terceirização, mas entende a terceirização necessária e tem requerido isso ao Judiciário quando isso é indispensável. Então, não podemos deixar de ter peritos nos locais e o Mais Médicos está aí para mostrar a situação deficiente dessa questão.

Eu queria trazer para os senhores também dois dados importantes. Vejam bem. A agência de Imperatriz, no Maranhão, teve um atraso de 135 dias e já foi maior. Na agência de Aracaju, de Neópolis, em Sergipe, a gerência tem 101 dias de atraso em uma cidade, e por aí vai. Esses são os dois...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a DARCY SANTANA VITOBELLO – Pois é, mas, se senhora... O Dr. Sérgio depois pode até me corrigir, mas me parece que, em Imperatriz, chegou a quase 200 dias. Nós defendemos 15 dias.

Acho que é importante também registrar o esforço do Dr. Sérgio, o esforço de toda a equipe do INSS, do Dr. Lindolfo, para melhorar essa situação. Temos sempre reuniões, sempre discussões. Agora, acho que o novo modelo de perícia é indispensável. Na gestão do Ministro Nelson Machado, houve um grande avanço nas perícias e o INSS fazia perícias para dizer que o cidadão ficou bom. Quando todos nós, quando vamos a um médico assistente, se quebramos o braço ou alguma coisa, nós saímos de lá, com ele dizendo assim: “Provavelmente, daqui a 15 dias ou 30...” Não importa esse tempo, o médico assistente sempre tem uma previsão de quando vamos ficar bons. É evidente que isso não é matemático, 2 mais 2, e por isso precisa ter o sistema, e essa foi a nossa briga, do Ministério Público Federal, que entrou com diversas ações, para que esse benefício não cessasse sem que, ao cidadão requerer uma perícia, lhe fosse dada essa oportunidade da perícia.

Atualmente, o que acontece? O cidadão, 15 dias antes, vai ao INSS e requer a sua prorrogação. Se o INSS não consegue fazer essa perícia até o fim do benefício, ele continua pagando. Eu acho que isso atende à necessidade.

O número de perícias cresce, o número de cidadãos cresce. Nós temos problemas. Na semana passada, fizemos um curso de previdência do qual participou o coordenador de informática, mostrando a complexidade e também a dependência de muita coisa do sistema de informática, e a Diretora de Atendimento do INSS, Dr^a Cinara, que nos informou que mais de 50% dos benefícios do INSS são por incapacidade, ou seja, benefícios que dependem da perícia atualmente, nesse modelo.

Então, defendemos a reestruturação da carreira dos peritos, defendemos que os peritos têm que ter segurança para trabalhar, defendemos a humanização da perícia, mas não podemos esquecer, inclusive, que essa é uma situação de conflito. E isso piora no momento em que a economia vai mal. Percebemos que o cidadão tenta fazer do benefício por incapacidade um seguro desemprego. Então, percebe-se muito esse aumento nessa fase pior da economia.

A quantidade de peritos não vai resolver. Por mais que aumente, sempre vai existir esse problema, sempre vai faltar perito. Então, eu acho que não pode realmente a perícia... Esta é a grande defesa do novo Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios: temos que confiar na boa-fé do segurado, temos que confiar no médico assistente – temos que confiar no médico assistente – e no perito médico. Acho que isso é uma valorização do perito médico e da carreira. Ele vai estar ali para as questões mais complexas.

A Dr^a Clarissa falou de muitas coisas que eles não estão fazendo, e nós sabemos. Quanto à revisão dos benefícios, nós até fizemos uma recomendação e não cobramos, mas deveríamos entrar com a ação. Mas como, se não se fazem as perícias médicas daquelas pessoas que estão dependendo disso para receber o seu benefício? Alguém já falou sobre o benefício alimentar. A defesa do Ministério Público Federal é que seja, no máximo, de 15 dias. Quem de nós pode chegar ao fim do mês, sem receber os vencimentos, e não ter problemas? Imaginem a clientela do INSS, uma vez que a grande maioria é de pessoas que recebem salário mínimo, que não têm poupança, que não têm um amigo para emprestar! Elas passam fome, passam fome.

O SUS tem problemas? Tem problemas, porque não dá realmente o atendimento. Muitas vezes o segurado do INSS está ali esperando a perícia porque não conseguiu um atendimento, porque não conseguiu ficar bom, porque não conseguiu fazer a cirurgia no SUS. E o Ministério Público Federal também atua nessa questão.

Agora, também não podemos dizer, como alguém falou, que o SUS está falido. Está muito ruim, é verdade, mas o atendimento que ele dá... Lembrem-se do modelo anterior de assistência à saúde no Brasil. Quem podia, quem era segurado, quem estava no mercado de trabalho tinha direito à previdência e à assistência à saúde, e os outros eram indigentes. Eu me lembro de ouvir, quando eu era pequena, a palavra indigente. Indigente dependia da assistência social para ter atendimento médico.

O SUS é um programa ambiciosíssimo, que atende universalmente. Ele realmente tem muitos problemas, mas também tem muitas coisas positivas. Então, acho que não devemos detonar o SUS. Devemos melhorar, sim, mas denotar eu acho que não, nem desvalorizar o trabalho que está sendo feito, a prestação que se dá às pessoas. Agora, é muita ambição, é muita coisa dar saúde para 200 milhões de brasileiros.

Estou quase terminando.

Pedimos aos CRMs que fiscalizem as agências de Previdência Social no tocante a quê? No tocante às salas de perícia. Nós temos muita preocupação com a qualidade dos médicos, com o atendimento médico, para que tenham condições de trabalhar. Agora, eles nunca vão poder atender a todos.

Essa proposta do novo modelo é justamente para deixar o médico perito fazendo o trabalho mais relevante. E as coisas que podem ser dispensadas, que se dispense, que se valorize também o médico assistente. Conclamo os médicos a fazerem sua certificação digital. Há uma resistência muito grande, e é necessária.

Vejam bem, nós temos a maior dificuldade em lotar procuradores da República, juizes, no Norte do País, no interior. Ou seja, isso não é só uma questão médica. Nunca vamos resolver isso. Porque também nós temos na Constituição o princípio da liberdade de exercício profissional. Então nós não podemos impor ao cidadãos que vão trabalhar onde eles não querem.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero agradecer à Dr^a Darcy. Eu constantemente falo sobre essa geração que conheceu um sistema antes do SUS e depois do SUS. Eu sou um médico da geração que você atendia ou o segurado – na minha época no Mato Grosso era IPMAT – ou o particular ou a figura do indigente. Isso é uma coisa que realmente era muito agressivo. As pessoas não tinham condição, atendiam às vezes num porão, normalmente por acadêmicos ou por médicos abnegados.

Nós temos hoje um sistema universal de saúde. E o que temos, eu insisto, o Ministro está aí, é que há muito tempo nós temos um subfinanciamento da saúde. O problema é que estamos com cinco mil médicos, os médicos estrangeiros. E aqui eu particularmente não tenho absolutamente nada. Agora, vamos exagerar, que venham dez mil médicos. Não vai resolver, há um universo de 400 mil médicos. E o que isso daria? Nós formamos 17 mil médicos por mês. É necessário um plano de carreira para o médico ir para o interior; assim como para o juiz, para o promotor. Tem que haver um plano de carreira e recursos. O que estamos fazendo é um subfinanciamento na saúde para um sistema ambicioso, como a senhora disse, para atender 200 milhões de pessoas que não gastam o recurso necessário. É só comparar. Mas essa é outra discussão, mas não posso me omitir numa hora dessas.

Para encerrar, o último convidado é o Dr. Sérgio Antônio Martins Carneiro, que é o nosso diretor de saúde do trabalhador do Instituto Nacional do Seguro Social.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Senador Moka, a Senadora Ana Amélia e gostaria de agradecer o convite.

Eu quero dizer que vários assuntos já foram abordados e eu vou tentar me concentrar em alguns aspectos. Estarei aberto a conversas e entendimentos posteriores.

Inicialmente eu queria mostrar alguns dados antes de entrar no mérito.

Esses são os grandes números do INSS, só para termos uma ideia de qual instituição estamos falando. Estamos falando de uma instituição que tem mais de

1.500 agências. Chegamos aos 39 mil servidores. Desse, 4.800 são peritos médicos. Atendemos cerca de 200 mil pessoas diretamente nas agências diariamente. Aí digo o INSS como um todo. E temos esses cerca de 417 mil novos benefícios concedidos por mês, sendo 53% os benefícios por incapacidade.

Essa é a quantidade de benefícios pagos mensalmente e pontualmente. São 30 milhões de pessoas que recebem da Previdência entre pensões, aposentadorias e benefícios de toda natureza, inclusive por incapacidade. E o valor do benefício pago é esse anualmente em torno de R\$308 bilhões.

Há um crescimento constante do número de contribuintes, o que significa que o País está tendo emprego com carteira assinada. E como o regime é obrigatório, as pessoas estão ingressando na Previdência Social. Aumentando o número de contribuintes aumenta o número de benefícios requeridos e o número de benefícios concedidos.

Portanto, há um crescimento linear. A grande questão é que, proporcionalmente, realmente os benefícios por incapacidade estão se tornando o benefício mais requerido na Previdência Social. E independe do INSS. Temos de avaliar se a população está ficando mais doente, se há benefícios que escritórios de advocacia importam de agência, problematizando questões, judicializando questões. Mas o fato é que aumentou o número de solicitação de benefício por incapacidade.

A gente tem uma média de sete milhões e pouco de perícias por ano. Esse é um dos indicadores que... *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO – Pois não.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone.*) – ...aqueles 13%. Os 13% são sobre o total do universo dos trabalhadores.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO – Requerem benefício sobre o total de segurados.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Dos segurados da Previdência.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO – Dos segurados da Previdência, sendo que 53% das concessões que a gente faz – e aí são todos os tipos de requerimentos: aposentadoria, pensão por tempo ou por idade...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Os 13%?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO – Os 13%.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E os 53%?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO – Sobre o que foi já concedido. Treze por cento do

total dos segurados pedem algum tipo de benefício. Dos que foram concedidos, 53% por algum...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aí trabalho. Necessariamente trabalho.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO

– Não. Pode ser qualquer tipo de incapacidade, porque a gente não atende só os acidentes de trabalho e doenças profissionais, mas qualquer tipo de incapacidade para o trabalho.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS)

– Em relação a países do mesmo padrão brasileiro, esses percentuais estão na média?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO

– Esse dado a gente não tem, Senadora. Posso até verificar. A gente tem feito um *benchmarking* em alguns países em relação aos modelos de avaliação da capacidade laborativa. A gente conheceu o da Espanha, o da Argentina, o do Chile e o da Alemanha, com quem a gente teve contato já, inclusive com uma parceria que o próprio Ministério – o Rogério Nagamine sabe isso – tem com alguns países. Agora, a gente pode comparar isso. Talvez seja um dado importante de se estudar.

Esse é o tempo médio de espera, que é o indicador que a gente tem no INSS. É muito variável. Qualquer fator pode influenciar isso, mas é o tempo médio de espera que o segurado tem para passar por perícia no Brasil. Média é uma medida que nós temos de ponderar, porque média significa 33 e alguns estão esperando um ano e outro zero dias, que passam no mesmo dia. Então, tem que haver essa ponderação.

Desde janeiro deste ano, a gente vem controlando mensalmente esse indicador, e há uma melhora hoje. Desde agosto, a gente tem respirado uma melhora em tempo médio de espera. Inclusive, nós temos sido acompanhados pelo Ministério Público.

Essa é a vacância dos peritos médicos do Brasil, só para mostrar que, nos anos de 2010 a 2013, diminuiu a aposentadoria dos médicos peritos. E diminuíram os pedidos de exoneração. Fiz questão de mostrar isso. Nós tínhamos 142 em 2010 e 94, em 2011. Então, o número real – esse dado foi puxado da folha do Siepe – de exonerações são 396, com uma diminuição mensal. Então, nós temos um quadro um pouco mais estabilizado, vamos dizer assim, de peritos.

Este ano, há 300 vagas; 285 já foram chamados, faltam mais 15 para serem chamados, e o serão para a Região Norte. E há os que já ingressaram na instituição até agosto, pois há aquele tempo em que eles são chamados e tal. Então, o Governo investiu, com mais 300 vagas neste ano de 2013.

Eu só coloquei esses dados para dizer o seguinte: primeiro, o Ministério da Previdência Social tem uma

posição muito clara em relação à carreira – e as entidades médicas sabem disso –, um posicionamento favorável à reestruturação da carreira, inclusive na compatibilização entre jornada e salário. Esse é um posicionamento do Ministério, do Ministro Garibaldi, que claramente, publicamente, já se manifestou em relação a isso. Então, não há nenhum movimento no sentido de ser contrário ao movimento das carreiras no Ministério da Previdência Social.

Não há movimento algum de terceirização. Os únicos locais onde há hoje médicos sendo credenciados são aqueles exigidos pelo Judiciário, e a gente teve que fazer o credenciamento. Essa é a última medida emergencial que nós estamos tomando. Agora, o quadro que nós queremos discutir talvez seja um pouco reflexo do que haja aqui na mesa.

Os peritos, na sua maioria, sentem-se, exatamente como o Presidente da Associação colocou aqui: emburrecidos, enxugando gelo e adoecendo. Então, é um modelo que, hoje, não serve para os peritos. É um modelo que faz com que os trabalhadores reclamem, dizendo que os peritos não consideram os laudos, que reclamam dos peritos, que o modelo está centrado no perito, que não consideram o que há do lado de fora.

É um modelo que faz com que o Ministério Público constantemente esteja junto ao INSS, exigindo que agilizemos, que atendamos melhor, que humanizemos essa relação. E é um modelo que o próprio Governo já reconhece e que apresenta sinais de esgotamento.

Há um grupo interministerial formado em 2012 por oito ministérios, que vem discutindo reformulações no modelo de saúde e segurança no País, inclusive a segunda atribuição desse grupo é discutir um novo modelo de perícia.

E, aí, nós estamos dizendo que o problema não é o novo modelo de perícia; é o modelo de avaliação da capacidade laborativa. A perícia é parte de um processo de avaliação da capacidade laborativa, porque o que nós fazemos no INSS – a nossa diretoria é responsável – são dois grandes macroprocessos: primeiro, é avaliar a capacidade laboral, seja para a concessão de benefício assistencial, seja para a concessão de benefício por incapacidade; e a outra ponta, que é a ponta mais importante, é a reinserção no trabalho, reabilitação profissional ou reinserção do ponto de vista social. Então, são dois grandes macroprocessos.

A forma como estamos fazendo nos leva a ter a sensação de enxugar gelo, pois enxugar gelo é a coisa mais sem sentido que podemos fazer. Então, coisa sem sentido é coisa que não dá prazer. Nós estamos falando de um trabalho em que as pessoas estão falando, repetindo o dia inteiro, que “eu estou fazendo a mesma coisa e não saio do lugar”. É exatamente porque

não é um problema só – e aí não pode ser jogado na carga do médico perito – de responder por avaliação da capacidade laboral.

A capacidade laboral é um fenômeno absolutamente social. Cada vez mais, as barreiras do ponto de vista físico-arquitetônico vão diminuindo na sociedade, e o que dificulta às pessoas que têm deficiência não são as questões basicamente, hoje, físicas; são fundamentalmente questões do ponto de vista...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minutinho.

Eu gostaria de já conceder, além do tempo, mais três minutos, porque, depois da fala do Dr. Sérgio, eu vou abrir para a Senadora Ana Amélia e para o Senador Osvaldo. E, aí, em seguida, darei o mesmo tempo para aqueles que quiserem fazer algum contraditório.

Então, se necessário, vou estender por mais três minutos.

Gostaria de colocar ali no relógio.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO – Eu queria agradecer e dizer que estou aberto também – eu sei que o tempo é pouco –, mas não vou conseguir apresentar um novo modelo às bases, porque há quatro fundamentos o novo modelo.

Primeiro, é a recepção administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas, Dr. Sérgio, eu acho isso importante.

Se o senhor quiser mais tempo, é importante que o senhor diga.

É importante.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO – Eu vou colocar o que eu puder, aqui, neste tempo. Se vocês acharem que devo, eu estou disponível aqui para apresentar.

Porque nós identificamos, Senadora Ana Amélia, que eu sei que foi a proponente desta audiência pública, o seguinte: nós temos um grande problema na avaliação da capacidade laboral. É que nós tratamos de forma igual os desiguais.

Por que estou dizendo isso? Se uma pessoa precisa de 18 dias porque tem alguma doença aguda, ou se a pessoa tem uma fratura, ou porque a pessoa passou por uma cirurgia, nós a colocamos na mesma fila daquela pessoa que tem uma solicitação de aposentadoria por invalidez, ou daquele que poderia estar simulando, ou daquele que está pedindo um benefício por distúrbios mentais ou transtornos mentais e comportamentais que requerem uma maior complexidade de avaliação.

Então, nós tratamos, não interessa, depois dos 15 dias – se é um, dois, três, quatro, cinco, se são 100 dias –, nós tratamos de forma igual.

Nós repetimos a solicitação dos médicos assistentes fazendo perícia de pessoas em quem não precisávamos estar fazendo e a quem o INSS poderia estar reconhecendo esse direito administrativamente.

Nós desqualificamos o perito para fazer atividade que não necessariamente precisava estar fazendo, porque ele precisa estar preocupado com a reabilitação profissional, preocupado com a ida às empresas para saber quais são as condições em que essas pessoas estão trabalhando, fazendo as revisões das aposentadorias...

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO – ...de dois anos, fazendo as revisões dos BPCs que nós não conseguimos fazer, porque, no modelo que está hoje, só há uma saída: médico, médico, médico, médico e mais médicos.

Nós estamos discutindo o seguinte: o que qualificadamente... Nós não estamos dizer que vamos reconhecer benefícios que não sejam feitos por médicos; nós estamos dizendo o seguinte: que nós vamos reconhecer que um médico assistente tem uma indicação para nós de quanto tempo ele precisa se afastar na primeira vez em que ele vem para a Previdência. Aí, nós vamos qualificar quem são as pessoas que podem ser reconhecidas automaticamente, para alguns CIDs, para algum tipo de segurado. Então, ele é um segurado empregado, ele é um autônomo, o que é? Agora, o segurado que é empregado, que teve uma entorse, uma fratura, que ocorreu reconhecidamente dentro da empresa, a gente faz, de novo, uma perícia na mesma pessoa já com uma indicação clara, e a pessoa precisa só de dois, três dias para voltar ao trabalho depois dos 15 dias. Às vezes, é isso, e aí nós o deixamos numa fila dois meses, pagamos a ele um benefício dois meses, para retroagir um benefício que rapidamente a gente poderia reconhecer.

Eu vou lhe falar, Senadora, sobre o *benchmarking* que a gente tem feito em alguns países. Em alguns países, só se passa em perícia do instituto seis meses depois. E outros institutos do mundo nem realizam perícia, porque consideram o dado do médico e do cidadão. Aqui não. O cidadão não pode ser reconhecido no seu direito, e do médico que está lá de fora a gente também desconfia. Para qualquer tipo.

Então, nós queremos separar aquilo que nós podemos reconhecer do ponto de vista administrativo, para agilizar e para qualificar, e aquilo em que necessariamente nós temos de trabalhar, que é na saída dos segurados, que é exatamente quem é essa pessoa que nós estamos atendendo, que fica lá cinco, seis, oito, dez anos. Nós temos pessoas há 21 anos recebendo benefícios por incapacidade, alguns judiciais e outros

não. Imagine quantas vezes uma pessoa que está há 21 anos passando em perícia passou na vida dele. E a perícia é um ato absolutamente conflituoso, porque é investigatório, e é papel nosso investigar mesmo. Então, ele tem uma natureza que é conflituosa.

E nós estamos discutindo o seguinte: nós precisamos identificar quem é essa pessoa que nós estamos atendendo, quem é essa pessoa que está há oito anos recebendo o benefício por incapacidade. E, aí, nós estamos discutindo, e ninguém vai tirar o papel do médico. O papel do médico está dado na sociedade, o papel do médico está dado no perito. A grande questão é como esse conhecimento pode articular-se com outros conhecimentos.

E, aí, vem a discussão: quem é esse segurado? O que ele está fazendo? Ele tem outro emprego? Ele está precisando de qualificação? Ele precisa de um atendimento no Sistema Único de Saúde? E a gente o está tratando solitariamente com um médico, com um médico, com um médico, com um médico, e a gente não dá uma devida saída para esse segurado, que precisa, nesse aspecto, ser olhado na sua integralidade.

Então, por isso, nós estamos discutindo a questão da equipe multidisciplinar, mas alguns acham que, quando têm que ir para o multidisciplinar, vão desaparecer, vão deixar de ser importantes, vão perder a importância de serem médico. Não, não perde não. Pode ficar tranquilo que ninguém vai perder a sua importância.

Agora, nós precisamos melhor identificar quem é esse segurado. Da forma como nós estamos tratando, não há fim. E, aí, a Dr^a Darcy tem razão. Nós vamos continuar enxugando gelo, porque a gente vai ficando na ponta, porque a porta de entrada para o benefício da incapacidade é o perito, e o perito não pode ser a porta de entrada. Nós temos de qualificar esse trabalho. É uma mão de obra muito cara, importante, socialmente importante e que precisa ser qualificada. Não pode ficar fazendo porta de entrada. Essa é a discussão que o novo modelo está colocando. E é uma discussão que nós fizemos aqui na Câmara dos Deputados, com o Deputado Rosinha, que chamou da Comissão de Trabalho, Administração. Estivemos aqui conversando com o Deputado, estivemos no Conselho Nacional de Previdência Social, com as bancadas dos empregadores, CNI, Febraban; com a bancada dos empregados; no Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência; em todas as superintendências do INSS, estamos em processo de discussão, e é muito importante esta discussão que se está fazendo aqui.

Agora, ele não tem unanimidade. Como tudo na vida, não tem unanimidade, porque, com certeza, tira alguns lugares da área de conforto. Agora, que nós precisamos fazer alguma coisa, nós precisamos. O

ponto de ajuste é que está em discussão: se vamos aceitar todo atestado; se são 45 dias, se são 60 dias, se são 90 dias, se são seis meses; se é para todo CID; se é para todo tipo de segurado. Não dá para a gente ficar repetindo o modelo a que os peritos são contra, a que os segurados são contra, a que o Governo... Porque a pergunta é: a quem serve o atual modelo? Essa é a grande pergunta que me fizeram. Aliás, foi a pergunta que me motivou estar nessa diretoria de saúde do trabalhador.

Aos Senadores que não me conhecem – os outros acho que já me conhecem –, estou há seis meses nesse cargo de Diretor de Saúde do Trabalhador do INSS. Sou da carreira de médico perito, passei cinco anos no Ministério do Planejamento, na Secretaria de Gestão, e vim com esse desafio de discutir. Então, é isso o que estamos fazendo: discutindo qual é o modelo que nós temos para fazer. Porque, ficar na velha forma de dizer: falta gente, falta cargo, falta estrutura, falta comunicação, falta sistema de informação; acho que a questão é que falta também gestão. E é esse o projeto que temos para fazer. Precisamos fazer melhor gestão dos recursos que temos e trabalhar na questão mais importante, para além do seguro social.

Às vezes, as pessoas acham que seguridade social é o INSS. O INSS é só a Previdência, é só o seguro. Embora a Constituição tenha dito lá que é assistência social, que é saúde e Previdência, eu incluiria trabalho, emprego e educação como parte desse complexo de proteção social que o Estado tem que ver. Agora, o Estado vê esse cidadão de forma muito isolada: ele é um para o Ministério da Saúde, é um para o Ministério do Trabalho, é um para o seguro social, e o Estado precisa articular-se para pensar política de seguridade. Já vi várias pessoas falando da necessidade da seguridade social. Por que não acontece na prática? Essa é também uma pergunta que me faço. Acho que uma das razões tem a ver exatamente com o fato de que não temos objeto para juntar. Nós vamos nos juntar para quê? Então, a seguridade social tem que se articular para algum objetivo; senão, é uma abstração.

A proposta é exatamente essa. Posso mostrar o quadro, se vocês quiserem, das quatro mudanças fundamentais: recepção administrativa, o trabalho multidisciplinar, a questão da articulação da seguridade social e a questão exatamente dos estudos epidemiológicos para transformar dados em informação, informação em conhecimento para a gente ter ação.

Então, é isso. Eu queria deixar todo mundo tranquilo, porque não há nada predeterminado, não há nada... Aí, vou usar as palavras do Presidente do INSS: não há nada que não possa ser mexido. Sei que alguns têm medo da mudança.

Vou aqui parafrasear o Chico Buarque: as pessoas têm medo do que muda; eu tenho medo do que não muda.

Nós estamos dentro de um modelo de décadas, que é um modelo que coloca na responsabilidade do perito algo que é social, que estamos biologizando, que estamos transformando como um problema físico. Fundamentalmente, a questão da capacidade laboral é um problema social.

É isso. Fico à disposição, se os senhores acharem que devo apresentar o modelo de forma mais complexa.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Deixa na tela o resumo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Na verdade, vou aproveitando, porque a campanha já soou bastante, e eu queria agradecer muito. Foi extremamente esclarecedor. Essas audiências permitem que a gente, ao cabo de tantos dados, veja que alguma informação precisa ser aprofundada.

O Dr. Jarbas, por exemplo, diz o seguinte: nós precisamos até responsabilizar empresários; ampliar: em vez de pagar 15 dias, pagar mais.

Eu penso que, hoje, Dr. Jarbas, com o controle que os sindicatos e as Cipas (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) fazem nas empresas em relação a acidentes de trabalho, é muito difícil que uma empresa não cumpra, porque o Ministério Público do Trabalho, os sindicatos, que são os principais interessados – e o fazem muito bem –, têm esse controle.

Mas a Drª Clarissa trouxe um dado que a mim surpreendeu. Ela disse o seguinte: os dados do setor público que entram na seguridade social não são revelados. E quem é que vai pagar a multa desse seguro, se também o Estado é omissor nos direitos do trabalhador? Quem? Quem vai responsabilizar-se pela multa do setor público, que não toma as providências necessárias para que a qualidade de saúde do trabalhador seja também cumprida?

Veja, a senhora me trouxe um dado que eu desconhecia, e lhe agradeço por isso, pela brilhante exposição.

O problema é que nós estamos aqui nas duas pontas: há o perito, que está sofrendo uma pressão. Aí, o Dr. Sérgio diz que foram contratados para 300 vagas, mas a Drª Clarissa disse que foram 1.935 exonerações.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Então, as exonerações foram por pedidos? Pedidos.

Então, exoneração, 1.935; e 300 vagas contratadas.

Bom, estou usando os números que ouvi agora, Dr. Sérgio. Estou usando os números que ouvi aqui. Então, tenho que dar um crédito real.

O que o senhor falou agora, para mim, porque sou clínica geral. Não sou perita, não sou médica – clínica geral como os Senadores, que têm de tratar de tudo: de segurança, de espionagem, de saúde, de Medicina, de tudo. Mas o que o senhor disse, pergunto por que não foi feito até agora.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO – Eu me pergunto também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E também fico mais tranquila porque o senhor é um médico perito, como se revelou.

Penso também que o Estado brasileiro é muito ineficiente. Em alguns casos, não é problema do recurso. É a forma de fazer. É o enxugar gelo, ou seja, fazer as mesmas coisas sem resultado, usando dinheiro para nada. Então, isso é, de fato, ineficiência. E gestão é uma coisa importante.

O fato de o senhor ser médico perito... Não sei se o senhor, digamos, exerceu, porque uma coisa é ser um perito de gabinete, que cuida da burocracia, mas que não esteja enfrentando lá a reação do trabalhador ou da pessoa que precisa e que está no desespero. Está no desespero o cara que vai lá. Então, o relato do José Reginaldo. Tudo o que o Reginaldo falou ali...

E aí vem outra questão: apareceram no programa Fantástico dois aposentados por invalidez saozinhos da Silva, com uma aposentadoria muito elevada, pelos salários que ganham aqui no Senado. Nós temos de reconhecer as nossas deficiências. Recebem aposentadorias, mas estão muito lépidos e graciosos, trabalhando! E foram aposentados por invalidez..

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO – Pelo Senado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pelo Senado Federal. Isso é uma vergonha! É uma provocação ao pobre trabalhador que ganha salário mínimo e que não consegue, porque perdeu uma perna ou teve um acidente e não recebe da Previdência o tratamento.

Então, isso também é gestão. Não pode. Sendo tão rigoroso para um lado, tem-se que ser para todos.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO – São dois regimes. Um é o...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Mas, mesmo que seja, Dr. Sérgio, eu penso que é dinheiro público. O dinheiro é público.

Então, eu vou aqui apenas, com o que disseram o Dr. Jarbas, o Geraldo e a Clarissa, tudo que teu tenho aqui, a maior parte é de gente que mandou mensagem.

Não conheço as pessoas, mas isso reflete muito bem tudo que foi dito aqui.

O Thiago Lopes:

Senadora, como perito médico do INSS, lhe digo que o Governo asfixiou e boicotou nossa carreira, causando exonerações em massa, e quem saiu prejudicada foi a população, que viu aumentar o tempo de espera para a perícia.

Anna Amélia Hills:

Boa tarde xará. Quando trabalhei como perita renovei inúmeros benefícios de pacientes que não conseguiram ser operados pela baixa remuneração da tabela do SUS. Por exemplo, cirurgia de hérnia de disco paga R\$150,00 para o cirurgião, e no interior não há hospital público. É muito complicado ficar doente no interior, pois a rede de média e alta complexidade não quer receber doentes do SUS. Outro problema é que vários periciados, mesmo com atestado, não conseguem comprovar sua incapacidade e voltam, no dia seguinte, com atestados de outras patologias para tentar receber o benefício. Muitas ameaças são feitas, e não há segurança para os peritos. Eu tentei sempre ser o mais justa possível, e o problema pior é a dificuldade em reabilitação profissional, principalmente para profissões como agricultores. Foi essa a minha experiência em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul.

Claudina Maria:

Um dos requisitos para que um paciente seja avaliado por um perito é que esse perito tenha formação para isso. O que está acontecendo é que muitos não têm formação e sensibilidade em avaliar pacientes com determinadas moléstias. Exigir formação para desempenhar esse papel, para que não se cometa injustiça com outras pessoas.

Aí volto a essa questão do Dr. Sérgio, que fala bem. Não precisa ser um perito para fazer administrativamente um pedido de aposentadoria à seguridade social. Aí não é o médico. A questão é outra; é direito dele, como cidadão, de requerer.

Vou ler apenas a pessoa e não vou ler o que ela diz, porque é bastante grave.

Márcia de Fátima da Silva. Ela fala muito da situação do trabalhador que passa por humilhação. Ela diz que tem de respeitar, porque são profissionais que também são trabalhadores. Quando ele é agredido, ele também está sendo, digamos, injustiçado, porque está cumprindo uma função ali.

Paulo Costa deixa uma sugestão aqui: a possibilidade de se colocar médico, perito psiquiatra, Dr. Sérgio, que não deve ter, porque senão teria aqui.

Isabel Cristina Oestreich, de Venâncio Aires:

Gostaria de saber por que as perícias médicas, quando realizadas, não levam em conta a profissão

que o periciado exerce. Por exemplo, já tivemos vários casos de periciados com câncer de pele, agricultores que são considerados aptos para o trabalho, mulheres que fizeram mastectomia, retirando inclusive os gânglios das axilas e também foram consideradas aptas ao trabalho na agricultura. Com certeza, a perícia médica deveria levar em conta a atividade física exercida em cada profissão.

É um pouco do que o Reginaldo falou também sobre a questão dos exames que são trazidos pelos médicos.

Outra questão:

Por que os atestados médicos de especialistas que aconselham afastamento não são levados em conta por médicos peritos, que às vezes são meros clínicos gerais ou especialistas em outras áreas. Temos vários casos neurológicos, psicológicos, reumatológicos ou mesmo traumatológicos, onde as perícias são negadas por médicos clínicos gerais.

Então, Dr. Sérgio, essa é uma questão que gostaria que o senhor respondesse.

Queria elogiar também o que a Dr^a Darcy falou sobre o trabalho que o Ministério Público vem fazendo. Concordo com a senhora: o SUS, por mais defeitos que tenha, é um dos programas mais importantes que existe. Temos de fortalecê-lo e criar condições para que continue atendendo melhor, para que não tenha essa fragilização.

O levantamento realizado em agosto pelo jornal *Folha de S.Paulo* revelou que sete cidades gaúchas estão com agenda superior ao limite. Em Porto Alegre, só há data disponível a partir de 30 de setembro agora, deste ano. Alteração ocorre em cumprimento a uma decisão judicial. A Defensoria Pública da União do Rio Grande do Sul ingressou com uma ação contra o INSS, em 2011, exigindo a modificação. Após decisão favorável do Tribunal Regional Federal, a alteração foi feita em março. Embora em outras cidades brasileiras o agendamento ultrapasse os 45 dias, como em Macetó, Manaus e Aracaju – a Dr^a Darcy falou disso – a Previdência e a Justiça deixaram claro que essa decisão só vale para os moradores do Rio Grande do Sul. Na verdade, o segurado que mora no Rio Grande do Sul está dispensado da perícia médica, caso precise de um auxílio-doença e o agendamento da avaliação na agência supere 45 dias.

Quer dizer, estamos de novo na judicialização. Quando a judicialização aumenta, significa dizer que não está funcionando direito. A judicialização é um adicional de comprometimento, seja orçamentário, seja do ponto de vista da execução. É o único caminho que o trabalhador pode buscar.

Por fim, mas não menos importante, vou ler um relato que mostra um pouco dessa realidade.

É de Tiaraju Fiúza Jurie, de Santa Cruz do Sul.

Cara Senadora, no dia 15 de janeiro de 2001, começou o meu benefício previdenciário, motivado por dores constantes por todo o corpo. Diagnóstico: fibromialgia grave, o que me incapacitou de exercer funções.

O auxílio-doença foi de 15 de janeiro de 2001 a 30 de novembro de 2005, período em que passei por várias e várias perícias do INSS. Nessa data recebi alta, sem perícia médica e sem ter condições de trabalhar. Ingressei com um processo na Justiça Federal [de novo a judicialização] a qual me deu provimento, determinando o restabelecimento do auxílio-doença a partir de 01.12.2005, após perícia judicial, onde o perito foi conclusivo, constatando fibromialgia sem a possibilidade de recuperação, decisão essa tomada em 10. 07.2006, pela Justiça Federal de Santa Cruz do Sul. O INSS recorreu ao Tribunal Federal de Recursos de Porto Alegre, onde também ganhei.

Em novembro de 2008, recebi alta novamente, após perícia feita com uma médica com especialidade em Proctologia. [É incrível! Falou-se lá da questão da obstetra, de uma ginecologista para um homem. É incrível.] Desde então sem receber e sem condições de trabalhar. [É o que a Doutora falou muito. Como é que a pessoa vai sobreviver assim?] Atualmente, com 56 anos, aguardo por todos esses anos uma decisão da Justiça Comum, de Santa Cruz do Sul, com imensas dificuldades financeiras e de saúde, agravadas por problemas de coluna e apneia grave (falta de ar durante o sono), o que me obrigou, por determinação médica, à utilização de um aparelho que ajuda na respiração durante o período de sono, o qual já obtive via judicial, no Ministério Público Federal, devido às precárias condições monetárias, no dia 30.01.2013.

Convém salientar que em 13.02.2013 a perita do INSS, Dr^a Rosemary Gerard, solicitou minha aposentadoria definitiva. Continuo esperando.

Pergunto: por que o INSS tortura quem já está sofrendo com uma doença? Segundo comentário: eles ouvem que é ordem do Governo.

Esse é o resumo da minha peleia [no Rio Grande se usa esse termo para dizer minha briga] com o INSS.

Imagino que esse caso de Tiaraju seja um caso muito recorrente entre os trabalhadores. Trata-se de um trabalhador que está nessa situação.

Quero apenas, para concluir, dizer ao Dr. Sérgio que estamos aqui na Comissão... O Senador Waldemir Moka é um Senador comprometido com as causas. Queremos ampliar esse debate, para que a gente não fique apenas na discussão, para que a gente

saia desse estado de coisas e melhore a situação dos médicos peritos.

Falou-se muito aqui da terceirização. Não sei, Dr. Sérgio – e imagino pelo que o senhor disse sobre a carreira de Estado. O senhor foi enfático sobre isso, quando falou da valorização das condições do médico, que terá uma função específica. O senhor tem razão, também, quando fala sobre tratar de forma igual situações desiguais. Há a desqualificação do perito ao se levar a ele outras funções; não tem de fazer isso. Então, é preciso também valorizar o médico assistente, que vai ter uma outra função secundária. É aquela história do atendimento hospitalar: há coisas que são de atendimento ambulatorial, há coisas que são de média e alta complexidade. Então, se o senhor botar, num ambulatório, uma coisa de alta complexidade, algo vai dar errado. Então, cada um no seu lugar.

Então, o senhor reconhece também uma coisa: a perícia é uma situação conflituosa, porque ela trata de interesses. Mas ela trata, sobretudo, dos sentimentos das pessoas, porque a pessoa que está doente está vulnerável. Eu não estou falando de vigarista, daquele que rouba o dinheiro do INSS, o dinheiro do povo. Não estou falando dessa gente. Estou falando do trabalhador ou da pessoa que realmente precisa.

Quanto à questão da equipe multidisciplinar, tudo o que for preciso para que esta Comissão possa ajudar em sua construção... E ela só pode ser boa quando todos os peritos, as entidades que os representam, Ministério Público e trabalhadores puderem entender-se. Senão, não sai um projeto bom. Perfeito não sairá, sem dúvida. Mas deverá sair aquele que a realidade brasileira e a situação permitam fazer.

Então, eu queria agradecer mais uma vez a manifestação dos senhores. Acho que a finalidade desta audiência pública foi obtida com os depoimentos e nos dando mais uma obrigação, Senador Moka: continuar discutindo esse tema e auxiliando, Dr. Sérgio, na busca dessas quatro linhas básicas para que não tenhamos mais médicos peritos mortos, assassinados por um segurado ou por alguém que está tentando uma perícia médica.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Osvaldo, por favor.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Senador Moka, Presidente desta Comissão, senhores e senhoras que trouxeram aqui informações preciosas, Senadora Ana Amélia, na verdade, é triste constatar que chegamos à exaustão desse modelo que aí está. É muito mais triste ainda constatar que o Estado falhou na sua função principal de assistir ao cidadão.

O Estado, historicamente, tem quatro funções básicas. Primeiro, garantir, quando foi feito o pacto entre o cidadão e o Estado, que eu pagaria os meus impostos, e o Estado me daria um serviço em troca disso. Eu ficaria tranquilo trabalhando, e ele exerceria a função dele. Quais seriam as suas funções básicas? Segurança, saúde, educação e arrecadação, que é a parte que interessa o Estado. O Estado faz bem uma dessas coisa; as três outras, não faz. Essa é a grande verdade constatada.

Fui Constituinte aqui nesta Casa e, em todos os itens da nossa Constituição, avançamos bastante. Mas não avançamos em nada quando se fala na reforma do Estado. O Estado hoje é paquidêmico, é pesado, é oneroso. É um Estado que não atende a ninguém. Aqui, nós vemos um exemplo claro: os senhores funcionários não estão satisfeitos, o empregado não está satisfeito, o empresário também não satisfeito, e o Estado não deve estar satisfeito também com o que arrecada, porque está sempre em déficit. Então, está bem claro que o “enxugar gelo” que aqui se falou é a norma geral e a única que se pratica nesse processo todo, porque não vamos chegar a nada, por mais que a Senadora Ana Amélia tenha boa vontade, que queira, estudiosa como é, alguém que gosta do assunto; por mais que os senhores estejam sôfregos também porque sabem que não estão evoluindo em seu trabalho – trabalham oito, dez, horas por dia e, no final, voltam para casa triste, sentindo que não valeu a pena o seu trabalho, o seu estudo, a sua formação, o seu concurso. Não valeu porque não estão atendendo nem a seus objetivos pessoais nem à comunidade a que os senhores se prestaram a servir.

Na verdade, não é preciso mais chamar ninguém para a Comissão aqui. É preciso que nós, agentes de Estado, Senadores, Deputados, tentemos achar a saída, a medida; senão, fica só nessa conversa mesmo. Todo mundo insatisfeito, Senador Moka. E lá na realidade, na base, é pior ainda.

Eu sou um pequeno empresário, mas eu sei que aumentar, passar de 15 dias para o empresário assistir não vai resolver nada: vai onerar ainda mais a empresa, que é quem está ainda aguentando esse processo todo, e o Governo sempre se omitindo, saindo fora da sua função principal.

Portanto, eu acredito que, a persistir esse modelo que aí está, nós não temos nada a reclamar nem a pedir, porque não vai resolver, não vai resolver. Há pouco tempo, foi aventada a possibilidade de uma Constituinte exclusiva para mexer no setor público. Mas isso aqui não passa, porque não há interesse de ninguém para fazer isso; não há interesse. Nada muda se nada muda, isso é Chaplin. Nada muda se nada muda. Se

não mudar aqui, não vai mudar lá, e lá não muda porque aqui não muda. Então, a situação é complexa, é difícil. Cada dia mais a gente fica mais triste por isso tudo. Eu gostaria de ver um Estado forte, mas o cidadão também, mais forte ainda. Com a terceirização que se faz, enfraquecem-se o Estado e o cidadão; praticamente poucos ganham com isso.

Eu vi no meu Estado que, na questão da saúde, a terceirização foi um desastre, não porque não foi bem recebida, mas porque os moldes em que foi concebida foram ruins. Portanto, é uma pena que isso aconteça.

Nós reclamamos tanto da arrecadação exorbitante que tem o Estado, onerando o cidadão, o empresário e a todos, mas esse negócio não chega à ponta; nada chega à ponta, e todos perecem.

Ouvi aqui uma crítica ao SUS. E, sem o SUS, como é que fica? Porque ainda é o único sistema, o único modelo que nós temos e que pode nos ajudar a chegar a algum lugar. Nada mais nós temos.

Nesses dias, eu fui visitar o pronto-socorro de Cuiabá. Quando eu fui Constituinte aqui, eu fui a um campo de guerra na Palestina, no tempo da intifada. Ele ganha de mil a um do pronto-socorro de Cuiabá. Lá, em estado de guerra, em movimento de guerra, havia menos pessoas traumatizadas do que no pronto-socorro de Cuiabá. É gente no chão deitada, aquela carnificina, um negócio que faz qualquer um que tenha um pouquinho de sentimento não voltar, porque sai dali transformado.

Então, a situação é muito ruim, mas é ruim mesmo. Culpa de quem? Não sei. Agora, que o Estado precisa ser reformado precisa. E, com essas pequenas coisas que vêm para cá, apenas perfumarias, nós não vamos resolver nada.

Ficamos todos tristes, sem serviço prestado, e, lastimavelmente, a comunidade não é atendida.

Não é uma pergunta que quis fazer, mas uma constatação. E fico até triste por isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, nós estamos recebendo já comunicado de que, infelizmente, eu tenho de terminar esta audiência em função do Plenário. E eu queria, rapidamente, conceder a palavra para aqueles que acharem que precisam acrescentar alguma coisa. Mas peço que sejam muito objetivos, porque não adianta: o problema foi colocado, Senadora, e nós estamos conscientes disso.

Eu só espero que o Dr. Sérgio dê participação aos médicos do trabalho que ele está fazendo. E, principalmente, quero assumir um compromisso – já assumi com o Presidente da Federação –, de que, na elaboração desse plano de carreira que nós estamos

construindo aqui no Senado, a gente possa discutir com os médicos, com os peritos médicos, que haja participação; talvez, alguma coisa específica no plano de carreira contemple os peritos médicos. É uma forma apenas de dizer...

Em relação ao que nós discutimos aqui, a minha sugestão, Senadora Ana Amélia – V. Ex^a que é a requerente –, é que o Dr. Sérgio pudesse, ou quem sabe o próprio Ministro Garibaldi, que é tão acessível, ter uma conversa em relação a essas coisas todas que acontecem, porque há alguma coisa... Mas eu gostei muito de ouvir o Dr. Sérgio. Pareceu-me uma pessoa experiente, bem-intencionada, que quer avançar. E ele está apenas há seis meses.

A minha sugestão: vamos aguardar o que ele vai fazer lá. Daqui para o final do ano ou no ano que vem, nós retomáramos a mesma discussão através de V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pena que chegou tarde.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Chegou tarde.

Por favor, se alguém deseja ainda falar. Mas que seja muito objetivo na fala.

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – Eu queria destacar que a nós, como trabalhadores aqui – de certa maneira, registrar isso é importante –, a Mesa não nos coube, diretamente falando... Eu acho isso bastante importante de se colocar, porque nós estamos numa situação diferenciada, em que existe um representante de trabalhador e um conjunto de perícias. Hoje, nós estamos aqui, Jairo, numa situação privilegiada. Temos aqui vários médicos presentes e uma representação especificamente de trabalhadores, o que mostra uma relação diferenciada.

A Senadora, na sua fala, disse que a gente tem de estar preocupado para que o médico perito não venha morrer no exercício da sua função. E nós, como trabalhadores, representantes de trabalhadores, queremos deixar claro que o trabalhador não morra esperando uma perícia, que o trabalhador não morra esperando a perícia. Isso é fundamental para nós.

E queria inteirar o representante do INSS – ele fez uma colocação reconhecendo a falta de muita coisa, mas que o importante é a gestão – de que a gestão, sem essas muitas coisas que faltam, é quase inoperante. É importante destacar isso.

E queremos destacar, aproveitando o momento, que nós temos registrado da Previdência Social – eu tenho o número de 2011 – 711.164 acidentes e doenças do trabalho.

A situação da perícia médica que existe na Previdência Social tem contribuído, eu acredito que muito, para que essa estatística seja essa estatística que

aí está. O trabalhador que volta a trabalhar sem ter condição por conta da perícia se acidenta, aumenta a gravidade de sua doença; a sua lesão se complica. Esse é um ponto.

Nós estamos em vias de ver acontecer... Para sorte nossa, ontem parece que houve uma compreensão da sociedade, através da audiência pública relativa ao PL nº 4330, no sentido de que, seguramente, se esse PL nº 4.330, for aprovado, piorará drasticamente a situação da assistência de perícia, porque haverá mais trabalhadores doentes, haverá mais trabalhadores acidentados.

Então, foi crucial fazermos esta discussão: esses dois atos, a audiência de ontem e esta de hoje, mostram a gravidade da situação que atravessaremos se vários projetos, dentre os quais, o 4.330, forem aprovados: piorará ainda mais a situação da perícia médica no Brasil e a situação de caos, precarização e degradação que vive a classe trabalhadora hoje.

Queria agradecer ao Senador Moka e à Senadora Ana Amélia, mas especialmente ao Senador Paulo Paim, que ainda não pôde estar presente, pela indicação e por acolher o pedido das centrais de ter uma representação de trabalhadores aqui na Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu é que agradeço a participação do representante da Nova Central.

A audiência foi requerida, e tenho a impressão de que ela tinha um objetivo. O Paulo Paim achou que... Na verdade – posso estar enganado, a Senadora vai falar –, a intenção era tratar da perícia, mas eu acho que o Senador Paulo Paim, ao colocar a representação sindical, quis exatamente dar voz às pessoas que estão na outra ponta e às pessoas que, de alguma forma, estão diretamente sofrendo as consequências da falta de médicos, de falta de estrutura. A ideia inicial talvez fosse discutir a questão da perícia médica, mas aí eu acho que isso foi ampliado, até para justificar a presença maciça do segmento, que era o objetivo dessa discussão.

Não se se eu fui claro...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora, quer acrescentar algo?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Falou por mim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor, o presidente da Federação.

O SR. GERALDO FERREIRA FILHO – Rapidinho.

Quero agradecer ao Senador Moka, à Senadora Ana Amélia, ao Senador Osvaldo, aos participantes da Mesa.

Toda reforma... É aquela velha história: o mundo não para, e a única coisa permanente é a mudança. Agora, nós só esperamos, Dr. Sérgio, que as mudanças propostas não levem a precarizações maiores. É preciso valorizar a figura do perito e, em qualquer reforma no sistema de atendimento, valorizando essa presença do médico assistente, que seja levada em conta a posição dos peritos e que isso seja muito bem estabelecido, para que, depois, pressionado evidentemente, pela necessidade de assistência aos trabalhadores, nós não caiamos no erro de, tal qual agora, na situação do Programa Mais Médicos, nos vermos na contingência de aceitar qualquer mão de obra, inclusive pressionando os órgãos de registro médico a não procederem a esse registro com o rigor que deve merecer a avaliação para que possam prestar seus serviços à população brasileira.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Moka...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria agradecer a exposição de todos.

Eu sou a segunda inscrita para fazer questionamentos ao Ministro Alexandre Padilha, que está lá no plenário do Senado neste momento. Então, eu queria dizer que vou lá porque sou a segunda inscrita – ele está terminando sua exposição e já o primeiro inscrito vai começar a falar, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor.

Eu só quero dizer o seguinte. Eu presido a Comissão de Assuntos Sociais, o Ministro está aí e a Senadora está... E eu tenho que estar, evidentemente, participando disso, sob pena de dar a impressão de estar me omitindo no outro debate. Mas é claro que há tempo de concluir a nossa audiência.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE CONSTANZI – Primeiro, faço um acréscimo aqui à questão que o companheiro levantou em relação ao acidente de trabalho.

Acho que temos um nível de acidentes que realmente precisa ser combatido, e acho que o fator prevenção é um avanço nisso. Cito dados de 2012, dados que fechamos recentemente: em 2012, foram 705 mil acidentes de trabalho. Então, essa é uma luta que eu acho que também é fundamental.

Mas, volto aqui à questão da audiência de hoje. Eu queria, primeiro, dizer muito claramente que, nessa discussão de novo modelo de perícia que está sendo

feita, junto com o Conselho, um dos elementos fundamentais do aperfeiçoamento desse modelo – acho que o Sérgio foi muito feliz quando falou – é que, se é um modelo com o qual ninguém está satisfeito, essa é uma indicação muito clara de que nós, Governo, sociedade, juntos, precisamos aperfeiçoar e precisamos melhorar. Acho que o Sérgio foi muito feliz.

E eu acho que, nas discussões que tem havido, um elemento que tem sido colocado como fundamental é exatamente a valorização do médico perito, o fortalecimento da carreira. Esse é um ponto fundamental nas discussões que temos tido. E mais: eu acho que essa violência contra o médico perito é absolutamente inaceitável.

Ontem mesmo eu estava olhando um *site* – não é o de vocês, é o *site* perito.med –, em que uma médica perita estava relatando uma violência contra ela ontem. Ontem à noite eu estava olhando. Esse tipo de violência contra o médico perito eu considero absolutamente inaceitável.

Agora, um ponto que eu queria dizer. Eu acho que, para esse novo modelo, um ponto fundamental tem de ser a valorização do médico perito, mas, sem dúvida alguma, precisamos reconhecer que há espaço para melhora de gestão. Esse também tem de ser um pilar fundamental nessa discussão.

Fora isso, eu queria, mais uma vez, agradecer o convite, em nome do Conselho Nacional de Previdência Social, e deixar aberto o Conselho a qualquer tipo de reclamação, seja em relação à perícia, mas seja também em relação a qualquer assunto que diga respeito ao Regime Geral de Previdência Social.

Ficamos abertos à discussão, ficamos abertos para aprofundar o debate em relação à questão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Drª Darcy.

A SRª DARCY SANTANA VITO BELLO – Primeiramente, quero registrar a presença da minha colega, Drª Laura Noemi, que também é membro do Grupo de Trabalho Previdência e Assistência Social, e conclamar os peritos a se juntarem ao INSS e a nós, que defendemos a sociedade, para aprimorarmos esse modelo.

Eu acho que é fundamental. As falhas que acharem que existem, vamos tentar aprimorar. Agora, esse modelo de em tudo fazer perícia... Vejam bem: muitos desses laudos são dados pelo médico do SUS. Por que nós temos de refazer esse trabalho? Não podemos nos dar a esse luxo.

É também uma coisa falsa. Quando você vai fazer perícia três meses, seis meses depois, é perícia do quê? Muitos cidadãos já ficaram bons. Então, eu acho que é um prejuízo muito grande para o segura-

do, para a sociedade, para o Poder Público e para o próprio perito.

E o problema da violência só se resolve, ou pelo menos se minora na medida em que o segurado não se sinta tão violentado. Não é justo o que ele faz, mas é explicável. Quando ele agride, é a forma que ele encontra de se defender. Não acho justo, mas precisamos melhorar. Se não se melhorar o serviço, não conseguimos resolver isso com polícia.

É importante falar aqui, existe um projeto de lei para autorizar que o médico perito trabalhe armado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso é um absurdo.

A SR^a DARCY SANTANA VITO BELLO – Na época do Ministro Nelson Machado, houve um estudo, porque se reivindicava que houvesse seguranças armados nas APS.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aí, vem um projeto para o trabalhador ir armado também para lá, não é?

Vai ser um banguê-banguê.

O SR. JARBAS SIMAS – Banguê-banguê pericial.

A SR^a DARCY SANTANA VITO BELLO – Pois é.

O Dr. Jarbas está aqui, e ele esteve comigo numa reunião. Foi reivindicar o caso de uma agência do Rio de Janeiro. Já foi instaurado um procedimento administrativo, já foi comunicado por ofício, para verificar a situação. Ou seja, estamos preocupados com os peritos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero assegurar que um projeto desses, pelo menos aqui, não tem a menor chance de prosperar. Vamos deixar isso claro.

Dr. Sérgio, eu não vou deixá-lo por último, porque eu acho que é apenas consideração. A não ser...

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO – Eu queria só agradecer, dizer que sei da pressa dos Senadores. Imagino que já estão com a cabeça no plenário. Dizer que há total disposição do INSS e do Ministério da Previdência Social. Isso não é um debate interno do INSS. É um debate da sociedade, porque estamos falando do instituto do seguro social. Queremos abertura para discutir tudo no INSS, porque não é um problema da perícia. Estamos discutindo como reconhecer a incapacidade e como conseguir esse benefício. A perícia é parte desse processo.

A ata principal que precisa ser amarrada no final é exatamente a saída. Estamos falando da reinserção dessas pessoas no mercado de trabalho. Esse é um projeto no qual estamos empenhados para nos articular cada vez mais.

Há uma coisa que no INSS se chama estoque. Quando cheguei ao INSS, disseram: “Está no estoque”.

Estoque, pensamos é de papel. É de gente, de carne humana, de pessoas. Então, temos que diminuir isso na Previdência Social.

Reconhecemos as deficiências e estamos abertos aqui para mudar. Isso é um debate. Acho que o Ministro Garibaldi e o Presidente Lindolfo têm essa visão. As entidades sabem disso. São recebidas pela Previdência. Sabem do posicionamento. Então, não é resolver só o problema da carreira. Quanto a isso, o ministério tem um problema. Não é só a questão da carreira. É discutir mesmo como reconhecemos a questão do trabalhador, da sociedade, da seguridade social e da reinserção no trabalho.

Se tiver chance, venho aqui apresentar, com o maior prazer, daqui a algum tempo ou quando vocês quiserem, o projeto como um todo. Como fiz na Câmara, onde consegui – foi um debate muito interessante – apresentar o projeto como um todo. E aqui estou à disposição do Senado.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor, Dr. Jarbas.

O SR. JARBAS SIMAS – Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Senador Moka e a Senadora Ana Amélia pelo debate e fazer algumas considerações rápidas.

Sérgio, você esteja certo – não só você, como a Dr^a Doris, que eu capitaneio, a Verusa, todos os colegas, o José Hilton...

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO – Desculpe. Aqui estamos com a nossa equipe de perícia, a Coordenadora-Geral de Perícia, a Coordenadora da área de perícia médica, que vieram aqui atender, e estão ouvindo o debate.

O SR. JARBAS SIMAS – E tem o colega também do Rio Grande do Sul, o Luciano, que está aqui também prestigiando o debate, e as nossas funcionárias da associação, que vieram porque já estão engajadas nisso. Elas espontaneamente quiseram vir para participar desse diálogo.

Quero dizer, Sérgio, que você sabe perfeitamente que a ANMP está junto nesse novo modelo. A única questão – o que o Geraldo bem reforçou –, o receio, é a terceirização, a precarização do trabalho médico e alguns ajustes que serão necessários, como a questão da certificação digital, do atestado do médico, a questão da ética do conteúdo daquele atestado – como ele vai transitar dentro da administração. Mas, naturalmente, há necessidade de mudança.

Agora, a nossa prioridade é a reestruturação da carreira e a maior segurança. E agradeço aqui, inclusive, ao Senador Moka, por esse convite, que já está aceito. Estaremos trabalhando juntos.

Dizer para a nossa querida Dr^a Darcy que nós, realmente, estivemos com ela. Houve uma questão de segurança grave no Rio de Janeiro. Fico feliz que ela tenha capitaneado essa demanda e já está nos auxiliando.

Na realidade, algumas coisas têm que ser feitas a mais. Por exemplo, hoje, em algumas gerências da Previdência, cabe ao perito dar o resultado para o segurado, sendo que ele não é o único responsável. Há uma cadeia de administrativos. Por que cabe a ele dar esse resultado? Talvez esse conflito minore quando o segurado não personifique a figura do perito o responsável por aquela denegação.

Dizer para o nosso representante do sindicato que uma das sortes que temos, por termos um pouco tempo mais de experiência, é que, na implantação do Sabi, o Ministro, à época, Waldeck Ornélas, nos garantiu que, do lado do computador do perito, vai ter um *scanner*. Chegando um atestado médico do assistente, um exame, ele vai escaneá-lo e vai fazer parte do prontuário médico pericial. Lamentavelmente, veio tudo, mas o *scanner* ainda está por chegar.

Dizer mais que, na questão da especialidade – veja bem, Senadora –, o perito não trata. Ele não é médico assistente. Essa médica proctologista, com certeza, tendo conhecimento da legislação, da fisiografia e de Medicina do trabalho, ela o fará melhor, às vezes, do que um colega da área.

Então, o perito não trata. O perito não assiste, não é médico assistente. Ele tem que ter uma formação generalista. Isso já foi reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina, Resolução 1973/11. Não há necessidade de o perito... Imagine só: são 53 especialidades. Então, em cada OS, eu teria de ter 53 peritos? Especialistas nas áreas? Não. Ele não trata. Ele só vai verificar se aquela doença incapacita ou não para o trabalho. Esse entendimento já está pacificado. Depois, posso até remeter para vocês essa resolução.

A questão da judicialização é simples. O que acontece hoje? O perito não pode levar em consideração aspectos sociais que viriam com a CIF.

Então, o que acontece? O perito diz que não há incapacidade porque ele não pode enfocar a questão social, e o benefício é negado. Naturalmente, o juiz, dentro do livre convencimento motivado, se aquele segurado o motiva de que existe um ambiente social, uma questão social, acaba sendo concedido aquele benefício.

Nós temos que lutar por quê? Para que a CID (Classificação Internacional de Doenças) seja substituído pela CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde), que vai dar maior perspectiva para o perito eventualmente conceder um

benefício que é devido, mas a legislação o amarra em relação a isso.

Outra situação também fundamental que vou aproveitar essa audiência para comentar, Senador Moka, é mudar o nome desse benefício para ontem. Por que se chama auxílio-doença e não auxílio incapacidade laboral? Quando o segurado procura a Previdência, já vai contaminado pelo nome do benefício: “Estou doente; faço jus ao benefício”. Qual o nome correto? Auxílio por incapacidade laborativa. Então, essa é uma provocação que eu faço à Casa, para que se mude o nome desse benefício não para hoje; para ontem!

A questão da gratificação. Senadora e Senadores, lamentavelmente, hoje, a perícia, a gratificação de desempenho do médico perito está atrelada à fila. Eu pergunto à senhora: será que só o perito é responsável pela fila?

Então, o Dr. Sérgio Carneiro junto com o Dr. Lindolfo estão elaborando uma norma interna, porque, por ação do Deputado Manoel Júnior junto ao Ministro Garibaldi, já foi publicado o decreto, só que ele tem de ser flexibilizado e não vincular-se só à fila, mas a outros fatores, porque o perito atua em várias outras áreas, para que essa gratificação consiga atingir o máximo devido.

A questão das empresas, Senadora. Veja bem, eu entendo perfeitamente a situação, mas olha só: eu acompanho o FAP e o NTEP já há muitos anos. O que aconteceu? Aqueles empresários que adoecem mais, que não investem na saúde do trabalhador, eventualmente, teriam de pagar, mas estão judicializando; são maus empresários. Então, não é personificar em todos os empresários os maus empresários, mas, lamentavelmente, alguma coisa tem de ser feita. Eu até provoço a Previdência mais uma vez para que as ações regressivas, Dr^a Darcy, saiam da gaveta. Tem que haver cada vez mais ação regressiva, para que o empresário realmente seja impactado no bolso por essas condições.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aliás, há um ponto também, doutor – só para aproveitar o Dr. Jarbas –, de que o Reginaldo falou: aumenta o risco de incapacitação laboral, porque a perícia dá para ele a informação de que pode voltar ao trabalho, mas ele não está em condições. Então, há fragilidade física dele para o trabalho, nesse caso.

Há setores, tais como a indústria da construção civil, em que o índice de acidente é muito maior.

O SR. JARBAS SIMAS – Então, a nossa proposta em relação a esse impasse. Médico do trabalho: está inapto. Perito: apto. Qual a ideia? Fazer uma perícia em conjunto: o médico do trabalho da empresa, o médico assistente e o perito da Previdência. Isso nós estamos trabalhando no

Conselho Federal de Medicina através das duas câmaras técnicas, para tentar chegar a esse denominador comum.

Só para finalizar: a questão da capacitação do perito médico. Realmente, a Previdência falha e muito. Eu nunca fui capacitado. Sabe quando eu fui capacitado, Senador? Num curso “pé na cova”. Qual é esse curso “pé na cova”? Como eu já estou desde 1982, a lei do perito prevê o quê? Para chegar à última classe especial, é preciso fazer o curso. Por isso, é chamado de curso pé na cova. Em vez de essa especialização ser proposta no início da carreira, ela vai para o final. Eu não sei para onde esses colegas peritos que já estão no final da sua vida funcional levarão esses conhecimentos; só se for para o andar de cima, porque aqui não serão úteis.

Eu gostaria de, mais uma vez, dizer para o Dr. Sérgio, para a equipe da Dirsat, para todos os presentes que a ANMP hoje é pautada pelo diálogo: diálogo um, diálogo dois, diálogo três. E que, dentro desse diálogo, tenho uma convicção: a de que, se o Sérgio Carneiro estiver imbuído da perspectiva de melhorar a perícia médica, seja no novo modelo ou no que for, valorizando a carreira do perito, dando a ele a gratificação que ele merece, um salário justo, uma condição de trabalho honesta e correta, a Previdência Social terá na ANMP sempre um aliado.

Já estive com a Senadora, e a minha impressão foi a melhor possível. E estou junto também com o Sindicato dos Trabalhadores, porque sou sindicalista também. Sou do Sindicato dos Médicos de São Paulo e participo da Fenam.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Peço-lhe que já conclua, Jarbas.

O SR. JARBAS SIMAS – Então, na realidade, mais do que ninguém, os trabalhadores estão representados nesta Mesa.

Obrigado. Desculpem-me por me alongar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra à Clarissa.

O SR. CLARISSA BASSIN – Sou Diretora do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, e me acompanha o Dr. Francisco Luciani, que é Presidente da Associação Gaúcha.

Nós, aqui, agradecemos a todos. Confiamos nos Senadores, mas representamos a desesperança, o desencanto e a desconfiança. A reestruturação da carreira, Senador, vem sendo prometida desde 2006, quando fui nomeada. Em 2008, em 24 de dezembro, foi promulgada a Lei nº 11.890, quando negociamos com o Governo a reestruturação, e fomos traídos. Os peritos não acreditam, e não sei quantos mais vão esperar. Nós temos prazo de validade e nós estamos no início da carreira. Então, que nos olhem com atenção e com cuidado!

Nós temos capacitação, habilitação e formação em Medicina do Trabalho, além das nossas especiali-

dades, para fazermos muito mais. Fazemos, com muito respeito ao segurado e ao trabalhador, perícias todos os dias, em números muito além do que a nossa capacidade física permite. Essa é a única coisa que o INSS nos tem dado. Falta diálogo e falta gestão.

Repito a sua pergunta, que é extremamente precedente: por que isso não foi feito até agora por um Governo que está há tantos anos no poder?

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas agradecer à representação do Rio Grande do Sul. Ontem, o Dr. Argolo falou comigo, porque ele viria aqui. Mas ele falou que estaria muito bem representado aqui. De fato, ele tinha razão. Foram muito grandes e muito bem feitos os esclarecimentos.

Penso que é importante o diálogo num regime democrático, numa área tão delicada e tão importante quanto essa, porque impacta o trabalhador médico. Eu também sou trabalhadora. Então, temos de encontrar qual é o poder moderador disso: para evitar a judicialização, é o Poder Executivo. Então, diálogo, diálogo e diálogo... Como eu disse, vai ser sempre assim.

Muito obrigada.

A SRª DARCY SANTANA VITOELLO – Eu queria registrar aqui que, desde 2006, o INSS é um dos setores que melhorou o serviço público. Se a perícia está ruim... Ela melhorou e piorou, mas, na concessão de benefícios, houve um avanço muito grande. A gente também tem de registrar os fatos positivos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu só lamento, porque, realmente, é uma situação inusitada. Mas é difícil para nós também aqui.

Agradeço a todos pela presença. E me coloco também à disposição na Presidência da Comissão.

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos, do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se

a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Osvaldo Sobrinho, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Sérgio Souza, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Cyro Miranda, e das Senadoras Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Em seguida, o Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, promove um amplo debate com os demais membros a respeito do “Financiamento da Saúde”, com foco nas seguintes matérias que tramitam em conjunto neste colegiado: Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007; Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2007; Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2012; e Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2012. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, de 2013 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir novas hipóteses de dedução de pagamentos aos empregados domésticos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física. Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2013 – Não Terminativo – Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir os encargos trabalhistas pagos a empregado doméstico entre as hipóteses de dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física. Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela recomendação da Declaração de Prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 146, ambos de 2013, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2013 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Autoria:** Senador Gim. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2013. **Resultado:** Aprovados o Projeto de

Lei do Senado nº 8, de 2013, e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2013 – Terminativo – Altera o § 2º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para elevar o percentual do adicional de periculosidade devido ao trabalhador, caso ele esteja exposto, simultaneamente, a agentes perigosos e insalubres, e dá outras providências. Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2013. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2013 – Terminativo – Institui a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem. Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2013. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2013. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, de 2013 – Terminativo – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, – adotada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer jornada de trabalho de 36 horas semanais para os motoristas de transporte coletivo urbano e assemelhados. Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2013. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender à solicitação da Secretaria-Geral da Mesa, constante do Ofício nº 2123/2013, da Presidência do Senado Federal, referente a Requerimento de audiência de outra Comissão. **EXTRAPAUTA – ITEM 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 57, de 2013 – Nos termos do art. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do RAS nº 42, de 2013, de minha autoria. Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Sérgio Souza, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Cyro Miranda, e as Senadoras Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita, Lídice da Mata, e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas

taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 46ª Reunião Extraordinária – é extraordinária porque realizamos a reunião em um dia que não é originariamente o da Comissão; acho estranho dizer isso, porque é a nossa reunião ordinária – da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de apenas cinco itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo um não terminativo e quatro terminativos.

Na verdade, essa pauta diminuta ou menor tem duas explicações: primeiro, nós ainda estamos aguardando mais relatórios das Sr^{as} e Srs. Senadores, para que voltemos à pauta com dez itens, mas o principal objetivo é que queríamos reservar esta reunião de hoje para fazer uma discussão sobre a votação dessa questão do financiamento da saúde, porque, vocês sabem, eu tenho conduzido no sentido de esperar o relatório do Senador Humberto Costa, que é uma comissão especial. Temos conversado. Eu tenho até participado de algumas reuniões junto ao Governo no sentido de termos uma proposta para a questão do financiamento. Mas esta Comissão também tem um projeto de lei, de autoria do Senador Cícero Lucena, que trata desse tema, do financiamento de saúde.

Ontem, havia um requerimento do Senador Humberto Costa no sentido de vincular todos os projetos que tratavam do mesmo assunto: financiamento de saúde. E, quando há um requerimento, a Mesa pede que mandemos o projeto que está sendo debatido aqui para a Mesa Diretora, porque, se aprovado o requerimento, ele passaria a ter outro trâmite.

Ontem, eu conversei – não fiz absolutamente nada; não é do meu feitio – com os Líderes, conversei com o Senador Humberto Costa e ponderei ao Presidente Renan Calheiros que o mérito dessa matéria deveria passar aqui, pela Comissão de Assuntos Sociais, até porque esse projeto, se aprovado aqui, não é terminativo na CAS. Ele ainda tem que passar pela CCJ e CAE, porque é uma lei complementar. Aí, sem prejuízo da discussão, porque, quando se faz o apensamento dessas matérias, como o relatório do Senador Humberto Costa é uma comissão especial, o projeto

de relatoria do Senador Humberto Costa não está vinculado, vinculam-se todos os outros projetos, mas não o projeto de relatoria do Senador Humberto Costa.

Eu não sei se estou sendo claro. Então, isso foi feito, na minha avaliação, de comum acordo, porque eu conversei com todo mundo. E, ontem – é claro –, o Presidente, ao votarmos, deu o seguinte encaminhamento: estão aqui todos os projetos, o 162, que é de autoria do Cícero Lucena, e os outros, do Senador... Desses projetos que estão juntos, há um projeto de autoria do Deputado Roberto Gouveia, de 2007; há um projeto do Senador Marconi Perillo e há um terceiro, do Senador Ricardo Ferraço.

Mas o que está com um parecer e ia ser votado aqui é o projeto de lei do Senador Cícero Lucena, que foi relatado pelo Senador Roberto Requião. Até aí acho que está tudo certo.

Quero dizer a vocês que esse projeto não poderá ser votado nesta reunião. Por quê? Porque agora ele não é mais um projeto só, mas está apensado a outros. O Senador Roberto Requião pode, evidentemente, dizer que os outros estão prejudicados e optar apenas e tão somente pelo projeto do Senador Cícero Lucena. Mas essa é uma decisão do Relator. O que podemos fazer hoje, e é o que eu pretendo fazer, é discutir e ouvir inicialmente o Relator desta Comissão especial, Senador Humberto Costa, e, depois, abrimos o debate e fazer com que o Senador Roberto Requião, para a próxima quarta-feira, tenha um parecer que vai versar sobre todos os projetos que estão apensados e, assim, possamos votar esta matéria aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se têm algum questionamento sobre o que eu acabei de esclarecer, não sobre a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A dúvida que eu fiquei é se vamos primeiro votar o projeto e depois fazer o debate?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só temos um projeto não terminativo, os outros quatro são terminativos. Acho que o debate ajudaria a garantir o quórum e, logo em seguida, votaríamos os quatro projetos terminativos. Tudo bem? Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, acho que é importante esclarecer o que de fato está acontecendo.

Veja bem, a votação de qualquer projeto de lei complementar neste momento vai ser inócuo. Por quê?

Qual foi a estratégia adotada pelo Governo e pelo Líder do Governo? Em vez de estabelecer a vinculação de recursos pela lei complementar, como hoje está previsto, a proposta do Governo é estabelecer via emenda constitucional.

Então, o Senador Eduardo Braga, que é o Relator da matéria do orçamento impositivo, vai apresentar, no seu relatório, uma modificação do art. 198 da Constituição, propondo a vinculação de 15% da receita corrente líquida da União para a saúde, e haverá também uma transição.

Isso significa, obviamente, que o peso da Constituição é maior do que o da lei complementar. Vamos poder mexer na lei complementar para dizer como deve ser aplicado. Isso significa que o trabalho que nós fizemos na comissão de financiamento e o que estamos fazendo aqui vai ficar secundarizado.

O que eu acho que podemos trabalhar? Essa é que é a questão agora...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa, só para esclarecermos.

O fato de haver uma proposta, uma PEC tramitando, e aprovado, V. Ex^a está dizendo que é inócuo, porque está considerando a hipótese que esta Casa vai aprovar a PEC nesses moldes dos 15%. Mas a Casa, esta Comissão pode optar por votar uma lei complementar da receita corrente líquida, que é 18,5%.

Eu digo que o debate... É claro que se as duas coisas acontecerem, ou seja, votarmos uma PEC e uma lei complementar, aí não tem... Mas eu digo que o debate e a discussão estão certamente presentes nisso. E acho que esse debate e foi com essa intenção que eu trouxe para cá esse projeto de lei, ou seja, para que também tenhamos uma forma de mostrar ao Governo que temos outra alternativa para votarmos. É só para contribuir, não para polemizar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não estou defendendo que não haja a tramitação ou a discussão. Acho que o espaço da disputa deixou de ser na comissão de financiamento e aqui, passou a ser na Comissão de Constituição e Justiça. Daqui a pouco, o Senador Eduardo Braga vai apresentar o seu relatório.

A proposta apresentada pelo Governo, que teve a concordância dos líderes lá – eu não concordei e apresentei uma emenda diferente –, é de que vamos ter a vinculação de 15% da receita corrente líquida da União à saúde, num espaço que vai até 2018. Começa com 13,2% da receita corrente líquida no ano que vem, passa para 13,8% em 2015, vai para 14,4% em... Deixem-me passar aqui para eu não dizer bobagem. Então, pela proposta do Governo, seriam 13,2% em

2014; 13,7% em 2015; 14,1% em 2016; 14,5% em 2017; 15% em 2018.

Apresentei uma emenda, fiz uma disputa lá para tentar convencer o Governo que fossem até 2016 esses 15%. Não houve concordância. Eu terminei apresentando uma emenda, que certamente o Relator não vai acatar, propondo uma distribuição até 2017.

O que tem de acontecer? Hoje, ele vai fazer a leitura do relatório. Certamente, haverá um pedido de vista. É importante que seja de vista coletiva. Outras emendas poderão ser apresentadas, inclusive no espírito dos 18,5% até 2019, várias emendas serão apresentadas. Acho que, ao longo desta semana, poderíamos tentar negociar com o Governo para melhorarmos essa proposta.

Não diria que a proposta é péssima, não é. De dinheiro novo, só para que V. Ex^a tenha ideia, além do que prevê a Emenda nº 29, em 2014, teríamos R\$6 bilhões a mais; em 2015, R\$7,6 bilhões a mais; em 2016, R\$11,6 bilhões a mais; em 2017, R\$16,6 bilhões a mais; em 2018, R\$22,8 bilhões a mais. Isso significa que, em um espaço de cinco anos, teríamos, além da correção do PIB nominal, R\$64 bilhões a mais, sem levar em consideração a inflação. Outra coisa boa é que o Governo queria colocar a receita corrente do ano anterior. Portanto, nós teríamos uma diferença significativa. Ao final, terminou concordando.

Acho que a proposta não é ruim, mas podemos melhorá-la. O trabalho nosso, lógico que devemos discutir aqui, amanhã vou apresentar o relatório, vou apresentar uma proposta também, mas devíamos nos concentrar agora nessa disputa política que vai acontecer na Comissão e vai acontecer no plenário. Acho que há jogo para melhorar essa negociação.

Então, era essa a questão que gostaria de levantar para uma reflexão nossa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, na verdade, a avaliação do Senador Humberto é verdadeira, não é uma proposta ruim, não é. No entanto, é uma proposta que está muito aquém da necessidade e das expectativas de todos nós.

Disse, há alguns dias, que, na ocasião que apreciamos a regulamentação da Emenda nº 29, tínhamos dois polos interessados no resultado da votação, que era o Governo e o Parlamento. Só que o tempo passou, perdemos o *timing* e aí entrou outro ente, um outro ator nessa jogada, que foi a iniciativa popular. A iniciativa popular está cobrando 10% da receita bruta.

Portanto, o que sair daqui, o fruto deste debate terá que, de alguma forma, acenar ou contemplar os anseios dessa iniciativa. E não é fácil construir uma

solução que contemple os interesses de três partes, a expectativa das três partes.

Estou convencido de que essa proposta acenada pelo Governo pode ser melhorada. E melhorada em quê? Primeiro, no tempo. Acho esse tempo muito longo, Senador Humberto Costa. Inclusive, nós conversamos sobre isso. Entendo o seu interesse, o senhor tentou reduzir, já tínhamos conversado sobre isso, o senhor compreende bem e concorda com isso. Mas, infelizmente, não obteve êxito na sua tentativa. Acho que poderíamos trabalhar de uma forma mais firme, do ponto de vista político, para encurtar esse período.

Segundo, precisamos acenar com um calendário que venha a contemplar, num futuro próximo, o que está sendo pedido pela iniciativa popular, que são os 10% da receita bruta e que corresponde a 18,5%. A gente precisa deixar isso amarrado. Deixando isso amarrado, um calendário a ser cumprido num futuro próximo, isso vai contemplar, sim, essa luta, essa belíssima iniciativa popular, que demonstra preocupação com o financiamento da saúde.

E o outro aspecto com o qual me preocupo é em relação ao que vai ser considerado saúde. Tomei conhecimento e queria até que V. Ex^a esclarecesse isso, Senador Humberto. Eu soube que estavam incluídos os hospitais universitários, por exemplo, e outras coisas. E aquela história, dá com uma mão e tira com a outra.

Então, precisamos centrar o fogo: primeiro, no tempo; depois um calendário num futuro próximo que venha a atender os anseios populares, inclusive o interesse da saúde, que é o macrointeresse; e depois fazermos um enxugamento da destinação desses recursos.

Eu gostaria de saber de V. Ex^a se realmente houve isso, ou seja, a inclusão dos hospitais universitários.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Veja. Houve a proposta. A ideia era que a parte da folha de pagamento da EBSEH deveria ser considerada dentro do orçamento da saúde. Houve uma polêmica na discussão entre os líderes e ficou estabelecido o seguinte: é obvio que isso é gasto com saúde, porém não adianta dizer que aumentou o recurso e inculir, embutir essa proposta que representa alguma coisa em torno de R\$1 bilhão/ano.

Só que, para 2014, essa questão já está definida, porque na LDO já está além do mínimo constitucional para a saúde. A discussão nós faríamos para a LDO do ano que vem. Então, é um outro momento. Quer dizer, nesse primeiro momento não entrou.

Havia outra proposta que era colocar todo o recurso da farmácia popular dentro desses 15%. Houve, também, uma resistência e não houve concordância.

Então, o que estão chegando são os 15% da receita corrente líquida do ano em curso, sem incluir essas questões.

Agora, o que é importante? Podem ser feitas várias emendas. O importante dos Senadores é a iniciativa da apresentação das emendas para discussão, que certamente será feita na próxima semana. E, ao longo da semana, pode haver um entendimento. Mas há outra coisa. E eu quero fazer a defesa do Governo.

O Governo não é contra que se coloquem 18% ou quanto se queira colocar. O problema é que, com as fontes hoje existentes, isso não é possível. Qual é o desafio que é feito? É que possamos discutir, num espaço de tempo que não seja tão longo, lá para 2015, a instituição de alguma nova fonte para financiar a saúde e, aí sim, se agregariam esses 15%. E essa discussão será feita lá na frente, se isso acontecer, se isso for aprovado, se isso for efetivamente discutido.

A outra coisa importante é que, quando fazemos a vinculação agora a 15%, saímos daquela armadilha da variação do PIB nominal que transformava piso em teto. Então, vejam, podemos conseguir aumentos para o orçamento da saúde, sem necessidade de legislação. Será a luta política: não, este ano, não queremos que gastem 15%, queremos que gastem 16%, precisamos de dinheiro para isto, e vamos poder fazer uma luta política, uma luta na aprovação do orçamento.

Mas a minha sugestão é esta: vamos continuar discutindo essas propostas de lei complementar. Amanhã, estamos convocando a reunião da comissão especial para apresentar o relatório e uma proposta de projeto. Vamos brigar até a votação no plenário em torno da emenda constitucional. A minha sugestão é essa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu queria insistir em uma tese. Primeiro, temos uma lei complementar que pode ser votada, e que destina 18,5%, que são os 10% da receita bruta, receita líquida, de autoria do Senador Cícero Lucena. Trouxemos para cá essa discussão. Não será votada hoje. Por quê? Porque, na verdade, ela está apensada a outros projetos. Ela não é terminativa aqui. Ela será votada aqui, mas ainda tem que ir à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Assuntos Econômicos. Mas vamos manter essa discussão dos 10%, Senador Paulo Davim. Acho isso importante.

Porém, é claro que também vamos participar do debate da PEC, que é a proposta que o Governo tem, no sentido de melhorá-la. Acho que são duas coisas. Na verdade, isso só está acontecendo hoje em função de que a Comissão de Assuntos Sociais pressionou, senão não teríamos nenhuma proposta para analisar. Acho que esta Comissão tem a responsabilidade de puxar o debate e terminar este ano com uma proposta.

É claro que, do ponto de vista da saúde, a vinculação à Constituição, como disse o Senador Humberto Costa, de 15% da receita líquida não é teto, é piso. Quer dizer, no mínimo, 15% da receita líquida. E aí, em toda discussão do orçamento, sempre será possível colocar alguma coisa a mais, porque 15% passarão a ser uma obrigação constitucional do Governo. Quando o Governo enviar a lei orçamentária para o Congresso, já virá de lá do Governo, o total que vai representar 15% da receita líquida.

Com a palavra, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/ PT – PI) – Acho que está correto o encaminhamento de se trabalhar a partir do texto da Comissão. Eu queria chamar atenção de um dado que acho fundamental.

Quando pegamos todas as receitas correntes líquidas de todos os Estados, de todos os Municípios, nós vamos encontrar que, embora se tenha, no caso dos Estados, um mínimo de 12%, mas por conta de que é uma parcela das receitas, na prática, ela equivale a 9,5% da receita corrente líquida – a parte dos Estados, embora seja fixada em 12%, pois ela tem algumas exceções de receitas que são colocadas separadamente. Da mesma forma nos Municípios, ou seja, os Municípios têm o estabelecimento de 15% sobre algumas das suas receitas. Quando examinamos no bolo total brasileiro, ela fica na faixa de 11%, 11,4%, enfim, e não nos 15%.

Aqui, estamos estabelecendo 15% da receita corrente líquida, ou seja, ela tem um impacto significativo. Creio que esse raciocínio feito pelo Senador Humberto em relação também à parte da Empresa Brasileira de Gestão Hospitalar, também é procedente.

O que se busca é garantir. Claro, ninguém vai poder negar aquilo que é despesa típica de saúde, que já foi regulamentada. Quando regulamentamos a Emenda nº 29, já foi decidido – e aí vale para os três entes federativos: Municípios, Estados e União – o que é receita própria e o que é despesa, classificada como despesa de saúde. Disso não se vai ter como fugir.

O que se deseja, portanto, é que se tenha, da parte da União, um comprometimento que signifique um aporte maior de recursos. É isso que se busca. Então, eu acredito que é esse o caminho e já que o Presidente está encaminhando aqui, acho que ele concorda. O que nós queremos é centrar. Acho que não há nada mais desenhado aqui do que este trabalho da Comissão. Não foi só um relatório específico sobre uma matéria específica, mas foi todo um debate que se traçou aqui e não apenas por ser do meu Partido, por ser meu companheiro, mas acho que todos nós aqui sabemos a forma responsável com que o Senador Humberto Costa está tratando deste tema.

E quero aqui também concordar com o Presidente. Acho que se não fosse este trabalho aqui – aliás, quero registrar que houve também a participação em conjunto com a Câmara, com o Deputado Rogério –, não teríamos chegado onde chegamos, ou seja, um governo admitir a fixação de um limite mínimo para a saúde. Acho que isso por si só já é uma grande vitória. E um limite que signifique um aporte de dinheiro novo para a saúde. Isso também é algo que temos que considerar. E é claro que de acordo com a realidade do País. É isso que acredito fundamental.

Muitas vezes fazemos as contas, no caso da educação e da saúde, comparativamente com os outros países. Se não considerarmos sempre a receita, a renda *per capita*, ou seja, qual o impacto que tem sobre a renda *per capita* daquilo que se destina à saúde e à educação, a comparação vai ficar sempre troncha. Infelizmente, no Brasil, ainda temos uma renda *per capita* baixa em relação inclusive a nossa vizinhança, em relação a outros países. Mas é por isso mesmo que temos a necessidade de mais recursos pelo modelo que desenhamos na Constituição.

Então, queria aqui manifestar a posição favorável a esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, colegas Senadores, eu queria do Senador Humberto Costa talvez um esclarecimento, na condição de Presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais da Comissão de Assuntos Econômicos.

Dentro dessa nova política do financiamento da saúde, Senador Humberto Costa, está se tratando apenas do recurso para o setor, o que é crucial. Até esse programa que o Governo criou, o Mais Médicos, está dentro da raiz dos problemas de saúde pública no nosso País.

O problema é que hoje a legislação, em matéria de saúde, na distribuição dos recursos para os entes federativos, tem um vazio em relação à União. Para os Estados é 12% da receita e para os Municípios, 15%.

Então, eu queria saber se essa distribuição entre os entes federativos é alcançada por esse novo critério da formação da política de financiamento à saúde. Porque, hoje, a legislação não está sendo obedecida e os Municípios estão sobrecarregados. Estive em Joinville, Santa Catarina – e não é diferente no Rio Grande do Sul – e o Município aplica 34% em saúde pública, ou seja, mais do que o dobro do que a lei determina. E por que acontece isso? Porque o Estado não faz a sua parte nem a União. Do mesmo modo em Panambi, no meu Estado, mais de 30% da receita em saúde.

Isso descobre investimentos que a administração municipal precisa fazer em estrada vicinal, iluminação de um bairro, pavimentação de uma rua, e assim sucessivamente.

Queria ver se o quadro, do ponto de vista do compartilhamento das receitas... Porque tivemos aqui uma boa reunião promovida pelo Senador Moka com os secretários municipais e estaduais de saúde, e esse ponto ficou aparentemente a descoberto. Então, eu gostaria de saber se essa dificuldade vai permanecer, a despeito da nova política de financiamento para a saúde.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto, V. Exª gostaria de comentar ou responder ao questionamento?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sim. Eu queria, em primeiro lugar, explicar um pouco melhor o que o Senador Wellington falou

O Governo apresentou um estudo porque defendia a ideia de receita corrente líquida do ano anterior, e houve essa proposição de que se igualasse a União ao percentual dos Estados e dos Municípios. Nesse estudo, o Governo trouxe uma informação que nós tínhamos, mas em que nunca prestamos atenção. Na verdade, a vinculação dos Municípios e dos Estados diz respeito aos tributos. O Estado arrecada 12% dos tributos, e o Município arrecada 15%.

Quando falamos em receita corrente líquida, já que estamos travando esse debate em relação à União, a base é maior. Quando eu falo de receita de tributos, que é o que diz respeito a Municípios e Estados, eu não estou levando em consideração, por exemplo, os *royalties*, eu não estou levando em consideração a receita de serviços, eu não estou levando em consideração a receita patrimonial. Então, a base em que Estados e Municípios têm hoje a sua participação, a sua vinculação calculada, é menor do que a base que vamos ter para o Governo Federal. Porque, no caso da receita corrente líquida, inclui receita de serviços, inclui receita patrimonial, enfim, todas as receitas estão ali definidas.

Tanto que houve uma proposta, na reunião dos líderes, de, nessa medida constitucional, colocar para Estados e Municípios a vinculação à receita corrente líquida também. Ou seja, aumentaria a participação dos Estados e dos Municípios. Mas não houve apoio a isso, porque, pelo menos neste momento, a posição dos Estados e dos Municípios é de sufoco. Pode ser que, lá para frente, quando entrarem os *royalties* e uma série de coisas, melhore, mas não neste momento.

Então, para responder sua pergunta, do ponto de vista do quadro atual, isso vai representar uma mudança substantiva em termos de participação da União, dos Estados e dos Municípios no financiamento

global da saúde. Mesmo com a proposta de transição, de escalonamento da agregação desses recursos. Mas repito: eu acho que podemos melhorar essa escala de agregação ao orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não há mais oradores inscritos para esta discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu só queria reforçar que os nossos Senadores ligados à saúde e que participam da CCJ participem do debate e apresentem emendas, a fim de que possamos fazer essa discussão.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

Deixe-me atualizar o Senador Cícero Lucena, pois acho importante...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, antes eu gostaria apenas de pedir desculpa e agradecer a eficiência desta Comissão e do Presidente. Ontem, discutia-se em plenário se este tema ainda seria encaminhado para cá. E, graças à defesa do Presidente desta Comissão, a matéria, que tem exatamente a ver com esta Comissão, veio para cá. Foi mais uma demonstração da eficiência e do compromisso do Presidente Moka, que já colocou a matéria em discussão. Eu tive outro compromisso, cheguei um pouco atrasado, mas agradeço a todos aqueles que a defenderam. E gostaria de ser informado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou atualizar as informações. Na verdade, o trabalho feito ontem não foi só do Presidente. Eu contei com a colaboração do próprio Relator, Senador Humberto Costa, do Líder do Governo, Eduardo Braga, e dos Líderes. Conversei com todo mundo. Foi um trabalho que fizemos às claras, pois é importante que a gente tenha – e eu vou insistir –, aqui nesta Comissão e quarta-feira, porque hoje eu não tenho como votar. Podemos discutir, e é o que nós estamos fazendo. Mas, para quarta-feira... Como foi apensado, Senador, há vários projetos.

O Senador Roberto Requião é o Relator do projeto de V. Exª. Ele vai ter que dar um novo parecer, e ele pode não estar presente, mas, se quiser dizer apenas, e tão somente, que ele vai considerar prejudicados os demais e apresentar o mesmo relatório – que, aliás, já o fez; já há um relatório. E aí, na quarta-feira, nós vamos deliberar com base nesses projetos, que, na verdade, são projetos de lei complementar.

É claro que isso é uma alternativa. Senador Humberto Costa, desde ontem já existia isso... hoje, o Líder

do Governo, Senador Eduardo Braga, apresenta na Comissão de Constituição e Justiça, aí em função do relatório dele sobre a LDO. É isso, Senador Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Emenda impositiva.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aliás, o relatório dele sobre a emenda impositiva, pela qual, na verdade, passará a ser obrigatória a destinação de 50% dos recursos das emendas para a saúde. Nesse relatório, ele vai colocar uma proposta do Governo que fixa, segundo o Senador Humberto Costa, em 15% da receita líquida da União até 2018 – há uma transição. Quanto aos detalhes, depois V. Exª pode...

E o Senador Humberto Costa disse que essa talvez seja a forma de a gente, politicamente, influir no debate na CCJ, e eu concordo com ele. Seria o caso de melhorar e influenciar lá na CCJ, mas, ao mesmo tempo, criarmos uma alternativa porque, em dado momento, o Plenário ou as Comissões podem entender que é melhor aprovar uma lei complementar que destine 18,5% da receita líquida do que uma PEC de 15% até 2018.

Essa é uma discussão política em cujo mérito não vou entrar.

Por isso que o fato de termos aqui o projeto de V. Exª sempre representará uma alternativa para esta Comissão e para os 81 Senadores, se quiserem fazer essa opção.

Então, é disso que nós estamos tratando, e estou encerrando esta fase, para passarmos a examinar agora as matérias que constam da pauta.

V. Exª quer fazer...

Pois não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Mais um motivo para lhe parabenizar a agradecer, Presidente, porque efetivamente é importante; embora todos os projetos tenham o propósito de apresentar uma ideia, devemos estar abertos para o debate, para a discussão e para o aprimoramento, desde que atenda ao objetivo desejado inicialmente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço.

Seria o primeiro item da pauta, mas, na verdade, vou passar para o segundo item da pauta, porque a Relatora já está a caminho, a Lídice, e eu já vou aproveitar o quórum...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Ela está do seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ah, desculpe. É que a sua Assessoria tinha me pedido para aguardar.

Item 1 da pauta, página 11.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 108, de 2013

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir novas hipóteses de dedução de pagamentos aos empregados domésticos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 146, de 2013

– Não Terminativo –

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir os encargos trabalhistas pagos a empregado doméstico entre as hipóteses de dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: pela recomendação da declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 146, ambos de 2013, que tramitam em conjunto.

Observações:

- a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa;
- votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para proceder à leitura do seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de uma proposição de dois Senadores por quem tenho, além de admiração, no caso da Senadora Vanessa Grazziotin, uma grande amizade.

Todos sabemos que é de atribuição da nossa Comissão definir sobre mérito, e não há nenhum vício de constitucionalidade na matéria.

No entanto, todos acompanhamos o processo de negociação em torno da PEC das Domésticas. Vou ler o meu parecer, Presidente, dando uma explicação.

Eu estava, durante algum tempo – já tinha avisado à Senadora Vanessa Grazziotin –, mantendo esse projeto num processo de espera maior, espera das definições de votação, na Câmara dos Deputados, de projetos de teor semelhante em relação aos direitos dos trabalhadores, o que, efetivamente, aconteceu. Mas vou ler minha análise.

Quanto à atribuição da Comissão de Assuntos Sociais para o exame de tão importante proposição, o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a ela confere prerrogativa [de decisão].

Importa, contudo, informar a esta Comissão, de fato legislativo que já é do conhecimento de todos nós, que foi a aprovação, pelo Plenário do Senado Federal, no mês de julho de 2013, do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 224 – Complementar, de 2013, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, regulamentando a Emenda Constitucional nº 72, de 2013 [também chamada de PED do Emprego Doméstico]. (...)

Além disso, externou-se a preocupação em observar as peculiaridades do trabalho doméstico, que é prestado nas residências do povo brasileiro, ostentando, assim, notório traço de pessoalidade na relação firmada entre empregado e empregador, unificando-se num único diploma legal todas as obrigações e direitos relativos ao trabalho doméstico.

A proposição aprovada pelo Senado Federal foi oriunda do Relatório Parcial nº 2, de 2013, da Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal e tem a sua tramitação regida pelos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.

O Projeto de Lei do Senado nº 224 – Complementar, de 2013, instituiu o Simples Doméstico, que é o regime unificado de pagamento de tributos, contribuições e demais encargos do empregador doméstico, que deverá ser regulamentado no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da entrada em vigor desta Lei.

O Simples Doméstico assegurará o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes valores:

I – 8% (oito por cento) a 11% (onze por cento) de Contribuição Previdenciária, a cargo do segurado empregado doméstico, nos termos do art. 20 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

II – 8% (oito por cento) de Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) para a Seguridade Social, a cargo do empregador doméstico, nos termos do art. 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

III – 0,8% (oito décimos por cento) de Contribuição Social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho;

IV – 8% (oito por cento) de recolhimento para o FGTS;

V – 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento), na forma do art. 22 desta Lei; e

VI – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte de que trata o inciso I do art. 7º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, se incidente.

O empregador doméstico é obrigado a pagar a remuneração devida ao empregado doméstico e a arrecadar as contribuições sociais referente a empregado a seu serviço e a recolhê-la, assim como os tributos e encargos trabalhistas a seu cargo, até o dia 7 do mês seguinte ao da competência.

Além disso, foi instituído o Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos (Redom), que será concedido ao empregador doméstico para o parcelamento dos débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativos à contribuição de que tratam os arts. 20 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com vencimento até 30 de abril de 2013.

O parcelamento abrangerá todos os débitos existentes em nome do empregado e do empregador, na condição de contribuinte, inclusive débitos inscritos em dívida ativa, que poderão ser pagos ou parcelados da seguinte forma: a) com redução de 100% (cem por cento) das multas aplicáveis; de 60% (sessenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre os valores dos encargos legal e advocatícios; b) parcelados em até 120 (cento e vinte) vezes, com prestação mínima no valor de R\$ 100,00 (cem reais).

O parcelamento deverá ser requerido no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a entrada em vigor da respectiva lei.

Por fim, e o que mais interessa ao caso presente, o art. 47 do PLS nº 224 – Complementar, de 2013, revogou o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995, que assim dispõe:

“Art. 12. Do imposto apurado na forma do artigo anterior, poderão ser deduzidos:

(.....)

VII – até o exercício de 2015, ano-calendário de 2014, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado.”

Assim, optou-se por outra sistemática no trato da matéria, com a instituição do Simples Doméstico e a possibilidade de parcelamento de débitos pelo Redom.

A opção político-legislativa adotada pelo Senado Federal não se harmoniza com o mérito de ambas as proposições que ora discutimos.

No caso, o PLS nº 108, de 2013, da querida Senadora Vanessa Grazziotin, está prejudicado pela aprovação anterior do PLS nº 224 – Complementar, de 2013.

No que se refere ao PLS nº 146, de 2013, do Senador Acir Gurgacz, a proposição também está prejudicada na medida em que apresenta objeto indeterminado e ilimitado para dedução do Imposto de Renda.

Não é de bom alvitre que se assegurem deduções indiscriminadas para um determinado setor da socie-

dade, em detrimento de tantos outros que, embora não sejam empregadores domésticos, têm despesas com outras áreas, como educação, saúde e etc.

Entendemos que o Senado Federal deu um grande passo na regulamentação de matéria importantíssima, que levou exatos 25 anos para que fossem equiparados em direitos os empregados domésticos aos demais trabalhadores.

O momento, portanto, é de concentração de esforços para que o PLS nº 224 – Complementar, de 2013, tenha rápida tramitação na Câmara dos Deputados e a lei seja promulgada para que se façam valer as regras que foram aprovadas pelo Congresso Nacional.

Como se trata de matéria, Sr. Presidente, como disse antes, que foi muito polêmica na Casa e que as mulheres, em especial, tiveram um protagonismo, desde o período constituinte, na sua defesa, eu tinha evitado trazer esse relatório agora, antes que terminássemos o processo legislativo todo. Mas, como a própria Comissão estava cobrando em função de precisarmos adiantar a pauta desta própria Comissão, entendi que era melhor que apresentasse logo o nosso relatório pela prejudicialidade, porque, realmente, ela se opõe àquele texto que foi aprovado pelo Senado no semestre anterior.

É claro que o processo legislativo ainda não está completamente resolvido na Câmara dos Deputados, mas a tendência que existe é que possa ser aprovada a sua regulamentação e, assim sendo, nós teríamos já essa questão resolvida, não precisando adotar essas medidas que estão aqui sendo propostas.

Por isso, infelizmente, dou o meu voto pela declaração de prejudicialidade dos Projetos nºs 108, de 2013, e 146, de 2013, nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto já que esta Comissão analisa o mérito e vejo que o propósito da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Acir Gurgacz tem como iniciativa fazer o equilíbrio dessas contas.

Não é justo que a gente não encontre uma maneira de, pelo menos, no Imposto de Renda da Pessoa Física, que não tem nada a ver com o Simples, que possamos ter algum tipo de compensação. (*Fora do microfone*)

Pegando-me, inclusive, nas palavras aqui da própria Senadora Relatora, por quem tenho profunda admiração, que diz que “a proposição está prejudicada, na medida em que apresenta objeto indetermina-

do e ilimitado pela dedução de Imposto de Renda da Pessoa Física”. Acho que podemos, sim, ver alguma maneira de determinar e limitar.

Portanto, peço vista ao Projeto, com a vênua da Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O pedido de vista é regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, vamos fazer vista coletiva para que possamos apreciar já na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista coletiva, nos termos do art. 132. Está concedida a vista coletiva.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Queria pedir o apoio de V. Exª, especialmente dos colegas Senadores, para uma inversão de pauta.

Tenho um compromisso inadiável e como a matéria de que sou Relatora e que tem caráter terminativo, da Senadora Angela Portela, é uma matéria extremamente fácil de votação, não vai gerar polêmica.

Se o Plenário aceitar, é muito rápido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Consulto o Plenário se podemos fazer essa inversão de pauta, especialmente a Senadora Ana Rita que seria a próxima Relatora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fora do microfone.*) – Tranquilamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Item 4, à página 77.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 241, de 2013

– Terminativo -

Institui a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2013.

Observações: – *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senadora Ana Rita, demais Senadores e Senadoras e caro Presidente.

Queria, primeiro, cumprimentar a Senadora Angela Portela, até porque, aqui nesta Comissão, fui au-

tora de um requerimento em que discutimos a saúde do homem com a Sociedade Brasileira de Urologia. Aliás, no dia 5 de novembro, faremos uma audiência – Câmara e Senado – para tratar desse tema, portanto, extremamente atual.

A proposição da Senadora Angela Portela compõe-se de três artigos. Inicialmente, o projeto institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o SUS, a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem, que deverá ser formulada, implementada e mantida, em caráter permanente, pelas diversas instâncias gestoras do Sistema.

Na sequência, o Projeto de Lei estabelece que a referida política deverá abranger a prevenção, a detecção precoce, o diagnóstico e o tratamento de doenças e agravos à saúde que acometem exclusiva ou predominantemente a população masculina, entre outras ações a serem definidas em regulamento. Tais ações, bem como outras informações sobre promoção da saúde do homem, deverão ser amplamente divulgadas.

Por fim, a cláusula de vigência determina que a lei, eventualmente originada pelo projeto, entre em vigor na data de sua publicação.

No tocante ao mérito, a relevância do PLS nº 241, de 2013, é reforçada pelo fato de que os homens são mais vulneráveis a diversas enfermidades, especialmente às doenças crônico-degenerativas, e terem menor expectativa de vida que as mulheres, conforme evidenciam inúmeros estudos científicos da área médica.

Diversos fatores concorrem para a suscetibilidade masculina. A influência das diferenças orgânicas e hormonais tem certa importância, mas os aspectos comportamentais, vinculados ao gênero, são os mais relevantes do ponto de vista da saúde pública. Tais aspectos podem e devem ser objeto de intervenção, a fim de minorar os índices de morbimortalidade na população masculina.

As barreiras institucionais e socioculturais para a inserção dos homens nos serviços de saúde são particularmente relevantes. Muitos deles argumentam que seu papel de provedor da família os impede de buscar assistência à saúde com maior frequência, visto que o horário de funcionamento dos hospitais e postos de saúde coincide com suas jornadas habituais de trabalho. As campanhas de educação e de comunicação voltadas para questões de saúde, por sua vez, quase sempre dão pouca importância ao homem, sendo majoritariamente dirigidas para outros públicos – criança, idoso e mulher.

O resultado dessa somatória de fatores é que a cada três mortes de pessoas adultas, duas são de homens. Eles apresentam maior incidência das doenças que mais matam no Brasil, tais como o infarto do

miocárdio, o acidente vascular encefálico, a pneumonia, a cirrose e o câncer de pulmão, além do câncer de próstata, este exclusivo da população masculina.

Dessa forma, as medidas previstas no Projeto nº 241, de 2013, da Senadora Angela Portela, são muito importantes como estratégia para promover a melhoria das condições de saúde da população masculina. A aprovação do projeto conferirá suporte legal às iniciativas do Poder Executivo, a exemplo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, lançada pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 1.944, de 27 de agosto de 2009. O texto dessa norma é bastante abrangente e contém princípios, diretrizes, objetivos, definição de métodos de avaliação e divisão de competências entre as esferas do Governo.

Espera-se que a aprovação da medida proposta pela Senadora Angela Portela dê impulso às iniciativas contidas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. A efetivação de todas as ações ali previstas certamente representará um significativo avanço para a atenção à saúde dos homens brasileiros.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 241, de 2013.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão, a matéria.

Encerrada a discussão, passamos à votação, que será nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o autor e com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Angela Portela, voto conhecido, é a autora do projeto.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone*) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ana Amélia, Relatora, voto conhecido.

Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Parabenizando a autora, acompanho a Relatora, parabenizando-a também.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com a autora e a Relatora, parabenizando a Senadora Angela Portela pela iniciativa, assim como a Relatora, pelo brilhante relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Parabenizando as Sr^{as} Senadoras, autora e Relatora, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone*) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora e autora, parabenizando-as.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero, em nome dos homens, agradecer a preocupação da Senadora Angela Portela e da Senadora Ana Amélia com a saúde do sexo masculino.

Muito obrigada, Senadoras.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu gostaria de agradecer a sensibilidade de todos os Senadores e Senadoras que votaram, por unanimidade, favoráveis ao nosso projeto de lei.

Gostaria também de agradecer a Senadora Ana Amélia, que preparou um excelente relatório, muito bem respaldado com argumentos muito fortes, que mostram claramente a necessidade de se transformar numa política de Estado a atenção integral à saúde do homem.

Sabemos que o projeto abrange a prevenção, a detecção precoce de doenças e seu tratamento. Sabemos também que, culturalmente, os homens não são muito afeitos a fazer tratamentos preventivos. Então, para diminuir os índices de mortalidade entre a população masculina, sugerimos este projeto para que se possa ter, efetivamente, políticas no Sistema Único de Saúde voltadas para que essas ações sejam implementadas de forma a atender ao público masculino. Sabemos que o Ministério da Saúde já tem essa Política Nacional de Integração da Saúde do Homem, que foi implantada em 2009, mas queríamos dar, com este nosso projeto, um suporte legal a essas iniciativas do Poder Executivo.

Gostaria, aqui, de agradecer, Sr. Presidente Waldemir Moka, a todos os Senadores, e, em especial, a Senadora Ana Amélia, que relatou este nosso projeto. Muito obrigada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, eu quero expressar o meu voto...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – ... favorável e dizer, de forma resumida, da alegria de ver a preocupação das mulheres, no caso, a nossa autora, Senadora Angela Portela, e a Relatora, Senadora Ana Amélia, com atenção integral à saúde do homem. Isso só nos motiva a, cada vez mais, também ter preocupação com a causa das mulheres.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, só para complementar, eu gostaria de enfatizar que nós, da bancada feminina, sempre temos projetos e temos apoiado iniciativas voltadas para a saúde das mulheres. E, agora, acho que estava na hora de nós, como mulheres, nos preocuparmos também com a saúde dos homens, considerando os altos índices de mortalidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós agradecemos o carinho e a preocupação, Senadora.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, além de reafirmar que isso demonstra a nossa cultura feminina de proteção à família, de companheirismo e de solidariedade, eu quero solicitar a V. Ex^a, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada do Requerimento nº 52, de minha autoria, que solicitava uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Cultura e Esporte. É que, na verdade, houve uma solicitação da CDH, para que nós fizéssemos essa reunião conjunta com a CDH, o que transformaria, portanto, numa discussão mais complexa, com quatro Comissões participando. Em função da nossa agenda aqui já estar sobrecarregada, eu estou solicitando a sua retirada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. É um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu estou preocupado, Senador Paulo Paim. É claro que eu vou conceder, mas eu vou pedir: nós temos que aproveitar o quórum.

Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permite-me um segundo?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É para falar o que o senhor já disse, que os itens 3 e 5 são dois itens importantíssimos. O apelo é esse. Aproveitar o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, está aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2013.

Eu penso que, quando é aprovado, está aprovado. Eu acho que não fica dúvida, mas, às vezes, a gente tem que ser redundante.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado.

Eu quero dizer que está sendo retirado o Requerimento nº 42, de 2013, extrapauta, a pedido Senadora Lídice da Mata.

É o seguinte o item retirado:

EXTRAPAUTA

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 57, de 2013

Nos termos do art. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do RAS nº 42, de 2013, de minha autoria.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Passamos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 8, de 2013

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2013.

Observações: Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para proferir a leitura do seu relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vem para exame da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 8, de 2013, de autoria do Senador Gim, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar a obrigatoriedade de os serviços públicos de saúde oferecerem as diretrizes e orientações voltadas para o parto humanizado, bem como garantirem as condições para a sua ocorrência.

Segundo o autor da proposição, é antigo e bastante atuante o movimento pelo parto humanizado no Brasil, cujo objetivo é diminuir as intervenções desnecessárias e promover o cuidado à parturiente, baseado na compreensão do parto como processo natural e fisiológico e em evidências científicas.

Na mesma direção tem atuado o Ministério da Saúde, que preconiza que a atenção obstétrica e ao parto tenham por pressuposto o compromisso com a qualidade e a humanização. O parto humanizado implica acolher a mulher e o recém-nascido com dignidade e como sujeitos de direito.

A proposição foi distribuída exclusivamente à Comissão de Assuntos Sociais, para ser apreciado em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Do ponto de vista do mérito, avaliamos a proposição como de grande interesse social. A Lei Orgânica

da Saúde é uma norma definidora de princípios e diretrizes que devem nortear a atenção prestada pelos serviços públicos de saúde. Nada mais apropriado que inserir nela o compromisso com o parto humanizado como uma diretriz do Sistema Único de Saúde, seja no âmbito dos serviços próprios, seja no âmbito dos serviços privados conveniados.

O projeto determina que os serviços de saúde do SUS devam obedecer às diretrizes e orientações técnicas sobre o parto humanizado. Assim, ainda que o termo “parto humanizado” comporte interpretações variadas, caberá às normas infralegais editadas pelos gestores do SUS detalhar os princípios e as diretrizes, bem como as normas técnicas que deverão orientar a assistência ao parto, de forma a que sejam atendidas às condições que garantam um parto de qualidade e com características humanizadas.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, não vislumbramos óbices à sua aprovação.

Voto.

Pelas considerações expendidas, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2013, e, no mérito, pela sua aprovação.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, como faltou aqui no nosso relatório, quero fazer apenas uma observação aqui, e nós só percebemos isso ontem. O relatório que foi entregue não contempla essa pequena redação que eu quero aproveitar aqui para fazer:

Contudo, é preciso fazer um pequeno ajuste redacional no §1º do art. 19, j, da Lei nº 8.080, de 1990, que é a Lei Orgânica da Saúde, pois, com a alteração proposta pelo Projeto de Lei ao *caput* do artigo e a manutenção da redação atual do referido parágrafo, é criada uma remissão inadequada. Por isso sugere-se uma emenda de redação.

E aí o voto contempla essa emenda de redação:

Pelas considerações expendidas, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2013, e, no mérito, pela sua aprovação com a emenda de redação que apresenta.

A emenda diz o seguinte:

Altera-se o §1º do art. 19, J, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, com redação dada pelo art. 1º do PLS nº 8, de 2013, para a seguinte:

Art. 1º

Art. 19 -----

j -----

§1º O acompanhante de que trata o inciso II do caput deste artigo será indicado pela parturiente.”

Apenas isso, Sr. Presidente. Esse é o nosso parecer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas lembrar que nós acabamos de aprovar um projeto por unanimidade tratando da saúde do homem, feito por uma mulher Senadora. Esse é um projeto para a saúde da mulher, para o bem-estar da parturiente, da mãe, e é iniciativa de um Senador, o Senador Gim Argello. Então, eu queria fazer a observação, para ver como nós estamos trabalhando conjuntamente, homens e mulheres, para o bem comum que é a saúde de gênero, de qualquer um.

E queria cumprimentar o relatório da Senadora Ana Rita, sobretudo pelo ajustamento que fez nessa emenda de redação. Meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora, V. Exª tem que mandar depois aqui para a Mesa essa emenda de redação, para complementar o relatório de V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar para discutir também, gostaria de me inscrever para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Apenas para acrescentar algumas coisas na importância do projeto. Eu quero aqui parabenizar o autor da matéria, o Senador Gim Argello, pela iniciativa, porque, durante os trabalhos da CPMI da Violência contra as Mulheres, nós recebemos, nos vários Estados por onde passamos, denúncias de maus tratos no momento do parto. E isso nos chamou muito a atenção, até porque há pesquisas que mostram que isso é uma realidade, algo que realmente acontece nos hospitais. E são tratamentos, em alguns casos, altamente discriminatórios, pelo fato de a mulher ser jovem, ser negra, ser pobre. Então, falta, na verdade, capacitação dos profissionais responsáveis pelo atendimento a essa mulher e, também, responsáveis pelo parto.

Então, algumas falas são muito preconceituosas. Eu até trago alguns exemplos: uma em cada quatro mulheres que deram à luz em hospitais públicos ou privados relatam algum tipo de agressão no parto, agressões que vão de exames dolorosos a xingamentos e gritos.

Então, isso aparece em vários lugares. E as pesquisas também mostram que, quanto mais jovem, mais escura, mais pobre, maior a violência no parto. Então,

são desafios que nós precisamos enfrentar, porque o momento do parto é um momento muito importante na vida, tanto da mãe quanto da criança que está nascendo. É um momento especial. Então, os profissionais precisam, realmente, atender com todo carinho e com toda atenção àquela mãe, e não fazer ironias, gritos, tratamentos grosseiros, que têm um viés discriminatório.

Então, eu considero o projeto do Senador Gim Argello altamente importante nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda de redação da Relatora.

A votação é nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o autor e o Relator, torcendo para que a gente vote logo os outros dois projetos que estão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o autor e com a Relatora, Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o autor e a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com a autora e a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita, voto conhecido, voto “sim”, como Relatora.

Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com a Relatora, Sr. Presidente, destacando os méritos do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pergunto aos Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a emenda de redação da Senadora Ana Rita. (*Pausa.*)

Está consolidado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado e a Emenda nº 1 da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado. (*Pausa.*)

Item nº 3 da pauta, página 68:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 185, de 2013

– Terminativo –

Altera o § 2º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para elevar o percentual do adicional de periculosidade devido ao trabalhador, caso ele esteja exposto, simultaneamente, a agentes perigosos e insalubres, e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2013.

Em 24/09/2013, a Comissão de Assuntos Sociais recebeu Voto em Separado da Senadora Ana Rita, concluindo pela aprovação da matéria.

A votação será nominal e eu concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, na verdade, o nosso relatório aqui é extenso e eu vou me ater aqui a um resumo que fizemos.

Eu recebi várias notas técnicas da CNI e da CNA e, aqui, no relato das notas, nós chegamos ao enten-

dimento de que o projeto, na verdade, traz alguns benefícios aos funcionários. Isso é verdade, mas a nossa preocupação foi sobre esse acúmulo de benefícios.

Na verdade, o empresário, no final, repassa ao consumidor, e quem seria prejudicado seria o consumidor. Por esses privilégios, quem estaria arcando com o prejuízo seria o consumidor. E o entendimento a que chegamos também é o de que, quando se criam privilégios, está-se tirando a possibilidade de que os empresários possam, ali, ir ao mercado e criar novos empregos.

Então, o nosso parecer, em face do exposto, é pela rejeição do PLS nº 185, de 2013.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como há um voto em separado, concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para a leitura do seu voto em separado.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu vou ser breve na análise, para aproveitarmos o quórum.

Do ponto de vista dos requisitos de constitucionalidade formal e material, o projeto não apresenta vícios. Foram observadas as regras pertinentes à competência do ente federativo e da iniciativa, consoante o disposto, respectivamente, nos arts. 22, I, 48 e 61, todos da Carta Magna.

No mérito, concordamos integralmente com o autor e discordamos do Relator, motivo pelo qual apresentamos este voto em separado.

Segundo o ilustre Senador Sérgio Petecão, Relator da matéria, a legislação trabalhista não desampara os trabalhadores expostos à insalubridade e à periculosidade. Ao contrário, estabelece proteção exacerbada aos que sofram qualquer dano à saúde ou risco ocupacional, não possibilitando a acumulação dos benefícios, haja vista os altos percentuais estabelecidos.

Tenho posição contrária. A legislação atual, ao determinar que o empregado exposto simultaneamente a agentes insalubres e perigosos opte por um deles, permite que a integridade física do trabalhador seja duplamente vulnerada sem a devida compensação financeira, e não proteção exacerbada, como sustenta a relatoria.

Medidas justas são aquelas que tratam desigualmente os desiguais, com o intuito de estabelecer ou restabelecer a igualdade. Parece-nos lógico que um trabalhador submetido aos riscos de insalubridade e de periculosidade sofre com um grau maior de desgaste físico e psicológico, com tanta insegurança pairando sobre seu futuro.

Tudo indica que o estresse é bem maior quando se acumulam condições que colocam em risco a in-

tegridade física dos trabalhadores. Por isso, conforme já salientado pelo autor da proposta, Senador Rodrigo Rollemberg, há a necessária implementação de maior compensação financeira ao empregado exposto simultaneamente a agentes insalubres e perigosos, como forma de se promover, na medida do possível, a valorização social do trabalhador brasileiro.

E para finalizar, Sr. Presidente, em face do exposto, com fundamento no art. 132, § 6º, I, do Regimento Interno, apresentamos voto em separado pela aprovação do PLS nº 185, de 2013.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou colocar em discussão a matéria.

Para discutir, o autor, Senador Rodrigo Rollemberg; logo em seguida, o Senador Cícero Lucena.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, serei muito breve, apenas para explicar o que significa essa matéria.

Hoje, se um trabalhador está sujeito a condições de insalubridade, ele pode ter um adicional de até 40%, se essa exposição for grave. Se ele estiver exposto à periculosidade, ou seja, a algum perigo na sua atividade, ele pode receber o adicional de até 30%.

O que estamos dizendo neste projeto é que, se ele estiver exposto simultaneamente a condições de insalubridade e a condições de periculosidade, ele pode optar pela periculosidade e, neste caso, terá um pequeno acréscimo. Em vez de receber uma periculosidade de 30%, ele receberá de 40%. Ele não acumula as duas. É importante registrar que precisamos trabalhar para reduzir ao máximo as condições de insalubridade e de periculosidade, mas não podemos deixar de tratar diferentemente aqueles que estão expostos às duas condições.

Foi por isso que o Ministério do Trabalho deu parecer favorável a essa matéria.

O Senador Sérgio Petecão havia dado, inicialmente, parecer favorável a essa matéria. Depois, ele, procurado pela CNI, modificou legitimamente o seu relatório. Mas eu quero dizer que o parecer importante aqui é o do Ministério do Trabalho, favorável a essa matéria. É uma questão de justiça aos trabalhadores que estão expostos às duas situações, como diz o Ministério do Trabalho em sua nota técnica.

Portanto, eu solicito a esta Comissão de Assuntos Sociais que aprove, pela importância dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, pelo relatório apresentado do nobre Relator Senador Sérgio Petecão, bem como pelo voto em separado da Senadora, eu gostaria de pedir vista, e até sugiro que seja coletiva, no sentido de que possamos aprofundar um pouco mais e saber efetivamente se o projeto, dentro do seu mérito, atinge o objetivo que o Senador Rodrigo Rollemberg assim deseja, mas também efetivamente saber quem vai pagar essa conta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nos somos à vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pedido de vista coletiva dos Senadores Paulo Paim e Cícero Lucena. Nos termos do art. 132, concedo vista ao projeto.

O último item da pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 266, de 2013

– Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, – adotada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer jornada de trabalho de 36 horas semanais para os motoristas de transporte coletivo urbano e assemelhados.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2013.

Observações: – Votação nominal.

Eu tenho de fazer a seguinte consulta: há um pedido da Mesa Diretora no sentido de que o projeto tramite em outras comissões. Eu não tenho como recusar, deixem-me colocar isso de forma clara.

Só que ela continuará sendo terminativa aqui, nesta Comissão, com o relatório do Senador Benedito de Lira. A impressão que eu tenho é que eu posso votar a matéria hoje aqui, mas não posso impedir que ela vá tramitar em outras Comissões.

Senador Benedito de Lira, quero que V. Ex^a participe desta decisão, de nós permitirmos que essa matéria tramite em outras Comissões, mas que continue sendo terminativa com o relatório de V. Ex^a.

Mas V. Ex^a vai me ajudar a decidir isso.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, eu acho que é muito interessante, porque a matéria é relevante. Ela precisa de audiências em outras Comissões. Eu acho que ela deverá ser objeto de apreciação por outras comissões.

É evidente que nós aguardaríamos o resultado dos relatórios das Comissões por onde for passar, para, então, votarmos aqui o processo em caráter terminativo.

Por essa razão, concordo com V. Ex^a e peço a matéria seja retirada de pauta para que ela possa ter a tramitação regular, e nós só votarmos esse relatório quando o processo estiver definitivamente pronto para a votação

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, apenas um comentário rápido.

Quero cumprimentar o Senador Alfredo Nascimento e o Senador Benedito de Lira pelo relatório e pela autoria do projeto do ex-Ministro dos Transportes.

É um projeto que atende a todos os trabalhadores dessa categoria do transporte coletivo urbano e, é claro, submeto-me à orientação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Evidentemente, como eu disse, poderia votar aqui a matéria. Mas há aqui um requerimento do Senador Clésio de Andrade. E nós vamos mandar o projeto de lei para que ele tramite em outras Comissões, mas vamos manter a decisão terminativa nesta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, estando a pauta esgotada, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 09 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 2013.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Ângela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata, Roberto Requião, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Inácio Ar-

ruda, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Armando Monteiro e Gim. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz a leitura do seguinte comunicado: “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do convite, de autoria do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, para a cerimônia de formatura dos estudantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRO-NATEC e de inauguração dos campus de Ceará-Mirim, Canguaretama e São Paulo do Potengi do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN. O evento contará com a participação da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff e ocorrerá no dia 2 de outubro de 2013, quarta-feira, às 11h, BR 406, km 145 – Bairro Planalto, Ceará-Mirim/RN. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. O Convite vai ao arquivo. Logo após, a presidência inicia a deliberação da pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para a votação das matérias terminativas. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE, nº 2-CE e nº 3-CE, é aprovado. **Item 10: Requerimento nº 55/2013-CE**, de autoria da Senadora Ângela Portela, de caráter não terminativo, que requer “Em aditamento ao Requerimento de autoria do Senador Cyro Miranda e outros, para realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o tema ‘Primeira Infância – A Formação dos Profissionais do Cuidar e a Construção da Resiliência’, a ser realizada no próximo dia 20 de novembro, às 10 horas, nesta Comissão, requeiro que seja incluída a Professora Rita de Cássia de Freitas Coelho, Coordenadora Geral de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica do MEC”. O Requerimento é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Alvaro Dias, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Cristovam Buarque, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimen-

mentos, o que é aprovado. Logo após, a Senhora Senadora Ângela Portela, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Inácio Arruda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para transformar o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base”. O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Prosseguindo, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. Logo após, a presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 11: Requerimento nº 56, de 2013**, de autoria do Senador Alvaro Dias, de caráter não terminativo, que requer “... nos termos regimentais, a realização de Audiências Públicas, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que ‘Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências’. Os convidados serão posteriormente informados”. O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, fica sobrestado na Comissão até a realização da Audiência Pública. **Extra-Pauta, Item 12: Requerimento nº 57, de 2013**, de autoria do Senador Alvaro Dias, de caráter não terminativo, que requer “... nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com as presenças dos senhores José Marcelino Rezende Pinto, presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – FINEDUCA; senhor Daniel Cara, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; senhor Rafael Guerreiro Osório, diretor de Estudos e Políticas Sociais do IPEA e senhora Priscila Cruz, diretora-executiva do movimento ‘Todos Pela Educação’”. O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, fica sobrestado na Comissão até a realização da Audiência Pública. **Extra-Pauta, Item 13: Requerimento nº 58, de 2013**, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Cyro Miranda e Rodrigo Rollemberg, de caráter não terminativo, que requerem “... nos termos regimentais, o apoio desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para o lançamento do livro ‘Ética e Política’, de autoria do ex-Senador Roberto Saturnino Braga, a realizar-se no próximo dia 8 de outubro, às 18 horas, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 14: Reque-**

rimento nº 59, de 2013, de autoria do Senador Cristovam Buarque, de caráter não terminativo, que requer “... nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater o projeto ‘Fora da Escola Não Pode: o contexto da exclusão escolar no país e os impactos do trabalho infantil’, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Kailash Satyarthi, indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 2006 e criador da Marcha Global contra o Trabalho Infantil; Senhora Iracema Nascimento, Coordenadora Executiva da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e Senhora Isa Maria de Oliveira, Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 15: Requerimento nº 60, de 2013**, de autoria da Senadora Ângela Portela, de caráter não terminativo, que requer “... nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação do Senado Federal, sobre a educação escolar indígena, no Plano Nacional de Educação. Os nomes dos depoentes, ainda nos termos do Regimento Interno, serão apresentados posteriormente”. O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, fica sobrestado na Comissão até a realização da Audiência Pública. **Extra-Pauta, Item 16: Requerimento nº 61, de 2013**, de autoria do Senador Inácio Arruda, de caráter não terminativo, que requer “... nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas desta Comissão para instruir o PLC Nº 103, de 2012 que ‘aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências’ e que sejam convidados para debater o tema os presidentes das seguintes entidades: União Nacional dos Estudantes – UNE; União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES; Associação Nacional dos Pós-Graduandos – ANPG; Conselho Nacional de Educação – CNE; Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação – FNCEE; União dos Conselhos Municipais de Educação UNCME; Confederação Nacional dos Trabalhadores Em Educação – CNTE e da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência – SBPC”. O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, fica sobrestado na Comissão até a realização da Audiência Pública. **Extra-Pauta, Item 17: Requerimento nº 62, de 2013**, de autoria do Senador Cyro Miranda, de caráter não terminativo, que requer “... nos termos do artigo 90 IX e XI do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Grupo de Trabalho, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de elaborar propostas

para o aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa a vigorar no ano de 2016, composto pelos renomados professores e especialistas em língua portuguesa, Senhores Ernani Pimentel e Pasquale Cipro Neto”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010; Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2009; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2012; Item 7: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004; Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2010 e Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2013**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores o recebimento do convite de autoria do Ex^{mo} Sr. Ministro do Estado da Educação Aloizio Mercadante para cerimônia de formatura dos estudantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e de inauguração do Campus de Ceará-Mirim, Canguaretama e São Paulo do Potengi do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. O evento contará com participação da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, e ocorrerá no dia 2 de outubro de 2013, quarta-feira, amanhã, às 11 horas na

BR-406, no quilômetro 145 no bairro Planalto, Ceará-Mirim, Rio Grande do Norte.

O convite vai para o arquivo.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 168, de 2012
– Não Terminativo –

Institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

1– Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais

2– Na reunião do dia 12/03/13, foi aprovado requerimento, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Ataídes de Oliveira, propondo Audiência Pública realizada no dia 8/5/13

3 – Na reunião do dia 24/9/2013, foi concedida vista coletiva.

Gostaria de perguntar ao Senador Cristovam Buarque se quer fazer um comentário e, ao mesmo tempo, também fazer uma pergunta: por que só aos profissionais da Medicina e não aos de enfermagem, terapeutas, fisioterapeutas, psicólogos e advogados, que também usufruem das faculdades públicas?

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Respondendo sua pergunta: porque espero que algum outro Senador apresente uma emenda nesse sentido em alguma das Comissões. Eu sou favorável a que essa proposta seja ampliada às outras profissões. E, de fato, até aqui, a única crítica que vi foi nesse sentido de ter limitado. Então, não é uma crítica a esta, mas à ausência de algo mais que podemos acrescentar nas próximas comissões, aqui não é terminativo.

De qualquer maneira, Senador, eu queria dizer que esse projeto traz diversas vantagens. Uma delas é para a formação profissional desses jovens médicos recém-formados. Eles vão ter oportunidade de uma prática que não têm normalmente. Segundo, uma enorme vantagem para o Brasil e para eles, porque vai permitir um conhecimento melhor da realidade nacional, inclusive da realidade da saúde em lugares onde

eles não teriam contato sendo de cidades grandes, formados em cidades grandes e profissionais em cidades grandes. E, terceiro, levarão a essas populações um serviço médico que hoje, para fazer, tivemos que buscar nos outros países. Se esse projeto existisse nos últimos cinco ou dez anos, não estaríamos precisando importar médicos, já teríamos esses médicos brasileiros, falando português, com as relações de permanência de que precisamos, em vez de serem profissionais temporais. Eu sou favorável sim ao Mais Médicos, mas, de qualquer maneira, é lamentável que precisemos usar esse instrumento.

Por isso, o projeto para o qual peço apoio dos Srs. Senadores e das Sras Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Cyrro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Exª tem toda razão. Foi extremamente feliz esse projeto, porque vai oportunizar, inclusive, uma prática a esses formandos muito mais rápida e vem suprir sim essa lacuna.

No dia 24/9 foi concedida vista coletiva, mas não houve nenhuma manifestação. Portanto, o projeto é terminativo na Comissão de Assuntos Sociais, onde poderá sofrer, sim, se algum Senador se interessar em fazer uma emenda, já me coloco à disposição. Mas quero parabenizar V. Exª.

A matéria ainda continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, colocamos a matéria em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório, que é favorável, e com as emendas oferecidas pelo Senador Paim permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Senadora Angela Portela é autora do item 10. Trata-se de um requerimento.

Eu gostaria que V. Exª lesse o seu requerimento, que é um aditamento a um requerimento já aprovado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Em aditamento ao requerimento de autoria de V. Exª, para realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o tema “Primeira Infância – A Formação dos Profissionais do Cuidar e a Construção da Resiliência”, a ser realizada no próximo dia 20 de novembro, às 10 horas, nesta Comissão, requeiro que seja incluída a Professora Rita de Cássia de Freitas Coelho, Coordenadora Geral de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica do MEC.

Gostaria de aprovar a inclusão da Professora Rita de Cássia por entender que é importante a participação do Ministério da Educação, da Secretaria

de Educação Básica nessa discussão fundamental para a formação dos profissionais que vão cuidar das crianças, principalmente na rede de creches que está sendo ampliada.

O Governo Federal tem uma meta, até 2014, de construir seis mil creches. Já foram construídas em torno de três mil creches, mas, sem dúvida nenhuma, há a necessidade extrema de formação de profissionais que vão lidar com crianças de zero a três anos. Embora as creches já tenham sido inauguradas, instaladas, em alguns Municípios, estão atendendo só crianças de cinco a seis anos por falta de pessoal qualificado para atender crianças de zero a três anos.

Então, eu penso que a discussão, nessa audiência pública, Senador Cyro Miranda, vai ser muito importante para que possamos inclusive contribuir com o Poder Executivo e com o Ministério da Educação na formação desses profissionais, que vão atuar nessas seis mil creches por todo o Brasil, atendendo com qualidade as crianças de zero a três anos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Ex^a foi extremamente feliz na indicação da Coordenadora Geral de Educação Infantil, porque ela certamente dará uma contribuição muito grande a essa matéria, principalmente por haver poucos profissionais especializados para atender crianças de zero a três anos, como V. Ex^a mencionou.

Em discussão o requerimento de aditamento da Senadora Angela Portela. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com esse aditamento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 55, de 2013

Em aditamento ao Requerimento de autoria do Senador Cyro Miranda e outros, para realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o tema “Primeira Infância – A Formação dos Profissionais do Cuidar e a Construção da Resiliência”, a ser realizada no próximo dia 20 de novembro, às 10 horas, nesta Comissão, requiro que seja incluída a Professora Rita

de Cássia de Freitas Coelho, Coordenadora Geral de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica do MEC.

Autoria: Senadora Angela Portela)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós temos aqui um artigo do jornal *O Estado de S. Paulo* que nos preocupou muito: “Cresce o analfabetismo”. Isso vem até ao encontro do tema que nós estamos colocando para a discussão.

Agora, eu gostaria de registrar a presença do Senador Alvaro Dias, que é o Relator do Plano Nacional de Educação, esperado há mais de três anos, Senador Alvaro Dias. Nós já combinamos que esta Comissão, através do seu Relator, dará celeridade ao projeto. Nós não vamos postergar, porque queremos, até o dia 10 de novembro, se possível, aprovar a matéria não só na Comissão como também em plenário. Com certeza, esse plano vai voltar à Câmara porque já sofreu algumas modificações, mas lá eu acredito que seja mais rápido. Diriam, então, só “sim” ou “não”, se aceitam ou não.

Eu gostaria de ouvir o nosso Relator, que inclusive está propondo já a primeira audiência pública.

Pois não, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, creio que nós teremos que dedicar um tempo ao debate do financiamento da educação.

Essa primeira proposta de audiência pública tem esse objetivo, discutir com o Governo e com entidades representativas do setor educacional no País o financiamento da educação.

E creio também que seria oportuno, conforme nos orienta a assessoria, aprovarmos um requerimento genérico para a necessidade de audiências públicas, que deveremos realizar também nesse curto espaço de tempo, sem prejuízo do cronograma estabelecido por V. Ex^a, Sr. Presidente, que é de concluirmos na Comissão, neste mês de outubro, os debates sobre o Plano Nacional de Educação, a fim de que em novembro ele possa retornar à Câmara dos Deputados para deliberação terminativa.

Além desse requerimento em que sugerimos alguns nomes para a primeira audiência pública, com o objetivo de debatermos o financiamento da educação, vamos submeter também um requerimento genérico para eventuais audiências públicas que queiram sugerir os nossos colegas Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias, então vamos fazer uma inclusão extrapauta do requerimento, e gostaria que V. Ex^a fizesse a leitura dele.

Primeiro, pergunto se os Srs. Senadores e as Sras Senadoras concordam que seja incluído extrapauta. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, passo ao Senador para que faça a leitura, a fim de que possamos aprovar o requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – São dois requerimentos, Sr. Presidente.

Um, que encaminho neste momento, para realização de audiências públicas no âmbito desta Comissão, com a finalidade de instruir o Projeto 103 que aprova o Plano Nacional de Educação. Esse é o requerimento genérico.

O outro requerimento já é específico para uma primeira audiência pública. Estamos sugerindo, sem prejuízo de eventual indicação de colegas Senadores e Senadoras, a presença do Sr. José Marcelino de Rezende Pinto, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca); do Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; do Sr. Rafael Guerreiro Osório, Diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea – portanto é uma representação do Governo; da Sra Priscila Cruz, Diretora Executiva do movimento Todos pela Educação.

O objetivo desta audiência pública seria a discussão fundamental do financiamento da educação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Submeto então à aprovação o Requerimento que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Os convidados serão já inclusos nesse aditamento que o Senador Alvaro Dias acabou de ler e reivindicar.

Em discussão o requerimento.

Estaremos abertos, ainda, posteriormente, se algum das Sras e dos Srs. Senadores quiserem fazer um aditamento de mais alguém ou de novas audiências.

Em votação, o requerimento e o aditamento. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu gostaria de apresentar dois requerimentos extrapauta, na hora que V. Ex^a considerar prudente e correto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Submeto então o primeiro requerimento extrapauta do Senador Cristovam Buarque, a quem solicito faça a sua leitura para que os Srs. e Sras Senadores aprovem ou não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não vou fazer a leitura de toda a justificativa para ganhar tempo.

O primeiro requerimento é no sentido de que a nossa Comissão se associe ao lançamento do livro *Ética e Política*, de autoria do ex-Senador Roberto Saturnino Braga, que será realizado no próximo dia 8 de outubro, às 18 horas, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal.

O ex-Senador Saturnino é um nome bastante prestigiado. Foi prefeito do Rio de Janeiro; foi vereador; foi Deputado Federal; foi Senador por duas vezes e é uma figura da máxima credibilidade e respeitabilidade política e eticamente. Creio que seria muito positivo para nós estarmos juntos com ele no lançamento do seu livro.

O segundo requerimento é mais específico. Seria debater aqui o programa – abro aspas – “Fora da Escola Não Pode: o contexto da exclusão escolar no País e os impactos do trabalho infantil”. É preciso lembrar que o último relatório mostrou como o trabalho infantil no Brasil continua ferindo 3,5 milhões de crianças. E nós comemoramos porque houve uma redução em relação aos anos anteriores. É uma vergonha comemorar uma redução de trabalho infantil mantendo ainda um nível tão alto. A gente devia apenas lembrar que diminuiu, não comemorar. Comemorar é para quando não houver mais trabalho infantil.

Sugiro, para isso, trazer a Sra Iracema Nascimento, Coordenadora Executiva da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; a Sra Isa Maria de Oliveira, Secretária-Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; e uma pessoa pela qual eu tenho um carinho muito especial e uma relação muito pessoal, que é o Sr. Kailash Satyarthi, que é um indiano, criador da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, indicado mais de uma vez para o Prêmio Nobel da Paz, homem que já foi até baleado por sua luta para retirar crianças do trabalho infantil, especialmente meninas e jovens prostitutas na Índia, e que vai estar no Brasil nesse momento, em Brasília. Será uma grande oportunidade de escutá-lo, pelo seu trabalho no mundo inteiro de luta contra o trabalho infantil.

Creio que, com isso, essa iniciativa do Unicef – Fora da Escola Não Pode! –, desenvolvida em parceria com a campanha nacional pelo direito à educação, com vistas a desencadear amplo processo de mobilização social no Brasil, teria o nosso apoio. Estaríamos associados a uma bela campanha, Fora da Escola Não Pode!

Essas são as duas propostas que faço, Sr. Presidente, em que, obviamente, a data ficaria a critério do senhor e da Secretaria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, até pela lembrança.

Vou colocar, primeiro, em votação o primeiro requerimento, que é para o lançamento *Ética e Política*, de autoria do ex-Senador Roberto Saturnino Braga, que se realizará no próximo dia 8 de outubro, às 18 horas, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Cristovam Buarque permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu gostaria de salientar que também subscrevi esse requerimento.

O segundo requerimento, também extrapauta, do Senador Cristovam Buarque, que acabou de ser lido, Os Impactos do Trabalho Infantil, com a presença dos seguintes convidados: o Sr. Kailash Satyarthi, indicado ao Prêmio Nobel da Paz 2006 e criador da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil; a Sr^a Iracema Nascimento, Coordenadora Executiva da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e a Sr^a Isa Maria de Oliveira, Secretária-Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Já começamos as tratativas, Senador Buarque, e só estamos aguardando agora uma data.

Então, coloco em discussão esse requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Cristovam Buarque permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, os requerimentos já foram todos examinados, apreciados.

Eu queria, Presidente...

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu ainda tenho um requerimento. Posso?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ah, não. Então, vamos terminar. Depois, eu falo.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria também, não oficializei ainda nem encaminhei à Mesa, mas eu gostaria também de encaminhar um requerimento extrapauta para se discutir a educação escolar indígena no âmbito do Plano Nacional de Educação. Posteriormente, eu encaminho os convidados para apresentação desta audiência pública: Educação Escolar Indígena no Âmbito do Plano Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, vamos aguardar esse requerimento...

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – É um requerimento extrapauta, que eu gostaria de aprovar, e a indicação dos convidados faríamos posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O requerimento ainda não está na Mesa.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, vamos ver, se chegar até o fim da reunião, nós vamos, mas já submeto, extrapauta, o requerimento que estará aqui conosco, para depois colocarmos em votação.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Cyro Miranda, nós, por iniciativa do Senador Cristovam Buarque, Senador Paulo Paim e por mim também, que apoiei o requerimento, fizemos uma solicitação de debater o caso gravíssimo da Gama Filho e da universidade. Isso envolve 18 mil estudantes, alguns em fase final de faculdade, em cursos importantíssimos, alguns com impactos até em programas do Governo, como o Mais Médicos, correndo o risco de perderem o que pagaram, perderem os estudos que fizeram, perderem o semestre e perderem o diploma.

Fizemos adequadamente, pela solicitação e pela demanda dos estudantes e das famílias dos estudantes, os acadêmicos da Gama Filho, uma solicitação. Levei o problema ao Plenário do Senado para dar maior visibilidade ao grave problema enfrentado para chamar a atenção da autoridade federal que cuida disso, que é o Ministério da Educação.

Aprovamos aqui a convocação da audiência pública e, a meu pedido inclusive, estava pedida a urgência necessária que o tema demanda. Estamos tendo problema de quórum. Já é a terceira reunião que não conseguimos aprovar uma matéria terminativa, onde não há nenhum conflito de interesse – sou a relatora –, por falta de quórum. E quanto mais se aproxima o final do ano, pior será essa situação de quórum na Casa.

Marcamos então para esta quarta-feira audiência pública para tratar da Gama Filho, em face da urgência do problema. Quando foi apresentado o requerimento pelo Senador Cristovam, mencionei a questão da

urgência, sugerindo que houvesse preferência para essa audiência. E V. Ex^a teve toda sensibilidade ao problema, grave, assim como a Secretaria da Mesa, também demandada pelos estudantes, pelas famílias dos estudantes, pelos professores, pelos funcionários, com problemas de não receber ou de atrasar pagamento – uma série de irregularidades.

Na sexta-feira, eu estava no interior do Rio Grande do Sul e recebi um telefonema de representante do Ministério da Educação pedindo, por gentileza, que não fosse feita a audiência amanhã porque havia sido feito um acordo com as partes, ou seja, as mantenedoras com os professores e talvez com o próprio centro acadêmico dos alunos. Foi o que eu entendi. E, para avaliar a efetividade desse acordo, seria mais conveniente por parte do MEC que se adiasse, por pelo menos uma semana, a realização dessa audiência pública.

Ora, nós aqui temos muito boa vontade. Nós entendemos, politicamente, que o órgão responsável pela fiscalização, pela solução do problema está nos pedindo esse apoio, não havia nenhuma dúvida em atender. Até para demonstrar ao MEC a nossa boa vontade com esse tema, e que nós aqui não queremos nenhum enfrentamento, queremos resolver o problema. Nosso problema é resolver o problema. Apenas isso.

Nós fizemos isso.

Eu só espero, primeiro, que, ao marcarmos a próxima audiência, não venha outra justificativa para novo adiamento. Não ficará bem para esta Comissão, não ficará bem para o Senado e muito menos para o próprio Ministério da Educação.

Aproveito esta nossa reunião deliberativa para fazer essa ponderação, porque nós precisamos tratar do tema, definindo fazer a reunião na semana que vem. Claro que V. Ex^a, como Presidente, submeterá ao Plenário o exame da conveniência de ser na quarta-feira, porque penso que a urgência do tema exige uma atitude nossa e, claro, da autoridade fiscalizadora para acompanhar esta matéria.

Então, não tenho dúvida de que o Ministério da Educação não vai faltar com a Comissão de Educação, tendo em vista o gesto que tivemos de aceitar o pedido de adiamento. Falei com V. Ex^a, que foi extremamente pronto em atender. O Senador Cristovam da mesma forma. Eu só não havia falado com o Senador Paim, com quem pretendia conversar ontem a respeito disso. Mas também sabia que o Senador Paim, pelo entendimento que tem a respeito de tramitação de matéria, que isso seria muito bem encaminhado.

Então é essa a ponderação que eu faço, renovando que nós precisamos realizar essa audiência pública como foi programado.

É a ponderação que eu faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Recebi o telefonema de V. Ex^a, que estava num trânsito irritante na cidade de Porto Alegre.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Duas horas em 25 quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Mas esse não é um privilégio só do Rio Grande do Sul, principalmente de Porto Alegre. Isso está disseminado.

Foi muito coerente e plausível a sua justificativa. Se fizéssemos amanhã, nós teríamos poucos elementos e não poderíamos decidir. Mas quero dizer a V. Ex^a que já foi marcado para a próxima quarta-feira, inadiável por esta Comissão, com ou sem a presença do MEC. Mas eu acredito que o MEC se fará presente.

Como V. Ex^a mencionou, nós não queremos conflito. Nós queremos achar uma solução. É uma faculdade renomada, a Gama Filho, que vai deixar desabrigadas centenas e centenas de alunos.

Então a nossa obrigação é conciliar, achar uma saída para isso. Nós não temos lado.

Com muito prazer, concedo a palavra ao Senador Cristovam. Dentro do assunto ainda?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ainda, apenas para apoiar a proposta da Senadora Ana Amélia, dizer que não podemos adiar, que é preciso debater procurando um caminho. O senhor mesmo disse que não é contra ninguém, é a favor de todos, mas especialmente dos alunos, que são os grandes prejudicados nesse processo.

Então espero que na próxima quarta-feira nós possamos fazer a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Estava com defeito o microfone.

Sr. Presidente, eu creio que o Ministério da Educação não está dando a devida importância a esse fato. Tem razão a Senadora Ana Amélia, o Senador Cristovam. Eu também fui procurado por estudantes que têm origem no Paraná, mas estão no Rio de Janeiro, na Universidade Gama Filho, preocupados inclusive com as consequências dessa crise que, de forma inusitada, alcança aquela Universidade de tradição reconhecida.

O Ministério da Educação deveria dar mais atenção a isso. Há meses nós estamos tratando desse assunto. Pessoalmente, já encaminhei expedientes ao Ministro Aloizio Mercadante a respeito dessa situação, e nem mesmo resposta obtivemos.

Está certo que a Oposição nem sempre é considerada por aqueles que ocupam cargos no primeiro escalão do Governo. Muitas vezes a Oposição é discriminada. Mas trata-se de um assunto de interesse público que deveria merecer uma atenção mais adequada do Ministro da Educação. Por isso nós entendemos ser oportuna essa intervenção da Senadora Ana Amélia, corroborada pelo Senador Cristovam Buarque, a respeito dessa audiência pública, a fim de que possamos discutir com transparência, com visibilidade nacional, essa crise que invade a Universidade Gama Filho já há alguns meses.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Eu acho que, quase atendendo à Senadora Ana Amélia, falta apenas um para completar o quórum. Acho que nós vamos conseguir deliberar hoje.

Senador Alvaro Dias, aproveito para dizer que na próxima terça-feira teremos a primeira audiência pública do PNE, solicitada por V. Ex^a.

Gostaria também...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Seria bom se a assessoria da Mesa pudesse pegar algum Senador, pelo menos para a gente votar. Tem uma matéria que já foi lida. Porque às 12h30 eu tenho que... Tem a sessão de lançamento do Outubro Rosa na Presidência da Casa. Então, se fosse possível, seria ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Temos dois assessores já a laço.

Gostaria de pedir ao Senador Cristovam Buarque que comentasse a ideia e solicitação de S. Ex^a a respeito da instalação que nós teremos hoje da comissão destinada a debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, que será instalada na Presidência da República.

Como muito bem S. Ex^a lembrou, estavam fazendo o movimento da educação, e nós temos que definir, de pronto, quais são as fontes de recursos e os tão almejados 10% de recursos do PIB para a educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – De fato, Sr. Presidente, quando

acompanhei a comissão que fazia esse trabalho sobre o financiamento da saúde, sob a coordenação do Senador Humberto Costa, conversei com o Presidente Renan sobre a possibilidade de uma comissão desse tipo. Ele foi sensível, criou e temos como Presidenta a Senadora Angela Portela, que creio que possa perfeitamente dizer o que teremos nesta tarde lá na sala da Presidência.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Bem, Sr. Presidente, senti-me muito honrada e feliz por ter sido designada pelo Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, para presidir a Comissão Especial que vai discutir recursos para a educação em nosso País, e por ter como Relator o Senador Cristovam Buarque, esse Senador que tem dedicado sua vida parlamentar à educação do nosso País.

Então, penso que com a Relatoria do Senador Cristovam Buarque e com os membros que compõem essa Comissão Especial, certamente iremos realizar um trabalho sério, um trabalho que vai, sem dúvida nenhuma, ouvir a sociedade civil organizada, a Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Enfim, deveremos realizar amplos debates e discussões nessa Comissão Especial para estudarmos questões importantes para o financiamento da saúde no nosso País. Nós já temos recursos do pré-sal, temos também aquela proposta que abate das dívidas dos Estados os investimentos em educação, nós temos também a sinalização do Governo Federal que tem procurado avançar no que diz respeito à universalização do ensino fundamental, do ensino médio. Hoje nós temos uma iniciativa do Ministério da Educação com o Conselho de Secretários de Educação do País, o Consed, para realizar estudos visando à melhoria do ensino médio e visando à permanência dos jovens no ensino médio. Segundo aqueles dados publicados na semana passada do Pnad, nós temos 86% dos jovens de 14 a 17 anos no ensino médio. Então, há necessidade de estudo, de debates para que a gente possa, o Congresso Nacional, essa Comissão em especial, contribuir com os avanços da educação em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Angela Portela.

Eu acho que foi perfeita essa sugestão do Senador Cristovam. Parabênz a Presidência e a Relatoria. Porque, independentemente de como será composto o fundo, temos que ter certeza de que aquilo represente os 10% do PIB. O pré-sal é ainda uma coisa que não sabemos comensurar, não dá para comensurar, porque há o custo de produção. Mas na em que essas fontes

forem completando os 10% do PIB... Porque nós não conseguimos, sem um investimento e constante planejamento, voltar ao que éramos no passado, um ensino público como um ensino de excelente qualidade, dando oportunidade a todos e a todas para que cheguem à universidade pública. Hoje estamos na contramão da história. Aquele que pode pagar está na escola pública e aquele que não pode não está, na universidade. Pois não.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Senador, sou autora da PEC que destina 10% do PIB para a educação brasileira e esqueci-me de complementar minha fala dizendo da importância de termos recursos adicionais para educação no nosso País. Em 2005, eram 3,6% do Produto Interno Bruto destinados à educação; em 2011, foram 6,1%. Então, gradualmente os investimentos em educação em relação ao PIB têm crescido nesses últimos anos. A gente defende também os 10%.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Ex^a nos dá o alento de coroar e passar para a história. Se conseguirmos realmente, ainda dentro do PNE, ser vitoriosos com os 10%, acho que essa Comissão cumpre um papel sobremaneira. Parabenizo V. Ex^a, porque se não insistirmos não vamos conseguir o intento de tantas coisas que ainda temos que modificar na educação.

Tenho aqui um requerimento extrapauta que coloco em votação.

Pergunto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se podemos incluí-lo. *(Pausa.)*

Assim, peço ao Senador Inácio Arruda que o leia para, depois, discutirmos e votarmos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, é um requerimento muito simples, que está no mesmo tom do que já foi discutido aqui sobre a questão do PNE.

Eu apenas sugiro a realização de algumas audiências públicas e proponho – não está aqui no requerimento, mas se for o caso, eu o farei com o Relator e com V. Ex^a – um calendário especial para que possamos fazer uma espécie de maratona de discussão e debate sobre o PNE e concluir, então, essa etapa na nossa Comissão.

A minha ideia é que incluamos nos debates a União Nacional dos Estudantes (UNE); a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que está aqui presente com uma representação que tem acompanhado esse debate desde o primeiro dia ou antes do primeiro dia, digamos assim; a Associação

Nacional dos Pós-Graduandos; o Conselho Nacional de Educação, que tem uma representação, um presidente, e que, em linhas gerais, é o responsável pelo conjunto da Educação no País; os Conselhos Estaduais, que têm uma representação e podem ter uma presença aqui muito importante – eu tenho participado intensamente dos debates dos Conselhos Estaduais e já fui a vários Estados discutir com os Conselhos Estaduais –; os Conselhos Municipais, que também têm uma representação, têm uma instituição, o que é muito importante, porque parte significativa do que nós vamos decidir no PNE diz respeito aos Municípios, aos quais vamos delegar atribuições. Então, é muito importante a participação do Conselho Municipal. E também considero importante a participação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, uma entidade que anualmente discute a educação e a produção científico-tecnológica do País, pois uma coisa está ligada à outra. Embora os Ministérios sejam separados, essa discussão está ligada efetivamente à educação.

Então, para que possamos agregar algo às proposições que aqui já foram oferecidas, proponho realizarmos uma bateria de audiências públicas nesse sentido. Quando tomamos aqui uma decisão, é possível realizar.

Eu tenho participado da Comissão de Infraestrutura, que, às vezes, começa a se reunir na segunda-feira – às vezes, não; a Comissão tem começado na segunda-feira mesmo. Começa na segunda-feira com uma audiência pública, faz outra na quarta-feira, e, nesse caso especial da Comissão de Educação, talvez a gente pudesse se reunir uma semana inteira, de segunda a sexta, para realizar uma bateria de reuniões. Eu sei que V. Ex^a tem toda a disposição para isso. Às vezes, o quórum não é suficiente, mas o debate é realizado, porque o Relator está presente, o Presidente está presente, assim como as instituições, as entidades, que vêm aqui, discutem e dão opiniões. O Relator vai anotando tudo e oferece o seu parecer com base nesse debate.

Então, a minha sugestão é para que a gente possa agregar essas instituições todas. Muitas já foram convidadas e, inclusive, aprovadas em requerimentos, e eu gostaria de vê-las nesse debate, que eu acho muito importante.

Eu sempre digo que esta matéria é a peça mais importante que nós estamos discutindo no Congresso Nacional: o Plano Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Parabéns, Senador Inácio Arruda.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Apenas para concordar com o Senador Inácio Arruda. Creio que quanto mais denso for o debate melhor. Nós teremos mais oportunidades de aprimorar a proposta, já que ela terá que retornar à Câmara.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Isso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Então, não há nenhuma razão para não tentarmos aprimorar a proposta.

O importante é estabelecer o cronograma para não retardarmos a aprovação. Imagino que, neste mês de outubro, possamos utilizá-lo aqui para esse debate. E, em novembro, logo no início, votaríamos a matéria no plenário do Senado em tempo de ir à Câmara para ser aprovado neste ano o Plano Nacional de Educação.

Todas as sugestões do Senador Inácio Arruda são adequadas. Dependemos do tempo para que se organize isso. E nós sabemos que a Secretaria da Presidência da Comissão vai ter o cuidado para estabelecer um cronograma que torne viável a audiência com todas essas entidades sugeridas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu quero só corroborar o que disse o Senador Inácio Arruda. A maneira mais democrática que nós temos para subsidiar o Relator e todos nós é esta: as audiências públicas. Às vezes, nós fazemos uma ideia diferente do assunto e temos que ouvir o contraditório, sim. Então essa é a prática democrática.

E aqui, Senador Alvaro, com a sua aquiescência, vamos fazer o esforço concentrado sim, como falou o Senador Inácio Arruda.

Vamos ter audiências públicas segundas, terças, quartas, quintas, o que for necessário, até sexta-feira. Porque temos um prazo exíguo e não queremos fazer como foi feito no passado que isso ficou cozinhando em fogo lento dois anos e sete meses na Câmara. Então não podemos dar o mesmo exemplo.

Assim, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com esse requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos agora para o item...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, a minha sugestão é de que as audiências possam ser realizadas a partir de segunda-feira até quinta-feira, excluindo-se apenas a sexta-feira, para não castigarmos exageradamente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós vamos já ter a primeira na terça-feira que vem, vamos fazer na quarta, na quinta, e na próxima segunda, com certeza, à tarde, nós teremos audiência pública.

Aproveito a presença do meu ilustre Líder Senador Aloysio Nunes para a leitura do Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2009.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 518, de 2009

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para transformar o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável

Observações: 1 – *Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Com a palavra, o nobre Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o tema já vem sendo tratado há muitos anos pelo ilustre Senador Cristovam Buarque. Não há quem desconheça os argumentos com que o Senador Cristovam Buarque vem defendendo essa ideia.

Ele sustenta basicamente que, embora a União venha atuando de maneira crescente na educação básica, em razão até mesmo da legítima pressão do Parlamento para que o Executivo assuma maiores responsabilidades com o sistema de ensino, essa atuação ainda é tímida e insuficiente, não obstante políticas importantes que recentemente têm sido implementadas.

Acrescenta também que uma nova secretaria – Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) –, destinada à articulação dos sistemas estaduais e municipais de educação, foi criada no âmbito do MEC, o que demonstra o reconhecimento da necessidade de uma atuação mais direta da esfera federal nesse nível de ensino.

Até mesmo no tocante ao financiamento da educação básica, a participação federal cresceu sobrema-

neira nos últimos anos, desde a criação do Fundef, em primeiro lugar, e depois do Fundeb, que ampliou para o ensino médio.

Sr. Presidente, ele propõe que o Ministério da Educação (MEC) seja transformado em Ministério da Educação de Base, transferindo as atribuições relativas ao ensino superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), hoje Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Esse é o parecer em uma proposta inegavelmente meritória, mas que ainda deverá ser examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, porque não posso sonegar à Comissão o sentimento de que na Comissão de Constituição e Justiça nós teremos forte polêmica sobre esse tema, uma vez que deve ser discutido, naquela comissão, o tema da iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Realmente é um tema bastante polêmico.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu gostaria de, com a compreensão do Autor e do Relator, pedir vista desse projeto. Temos aqui uma nota técnica do MEC/Sesu a respeito do projeto, e gostaria de discutir um pouco mais sobre o mérito desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Regimentalmente V. Ex^a tem todo o direito.

Concedida vista.

Pergunto ao autor do projeto...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu gostaria de usar a palavra, ao tempo em que acho que é bom ser debatido, claro que respeitando absolutamente o direito de vista, embora pedindo que seja vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Concedida vista coletiva.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu queria dizer, Sr. Presidente, que, em 2002, quando o Presidente Lula eleito me chamou para ser ministro, eu sugeri que isso feito, que ele criasse um ministério só da educação de base. Naquela época, como não tínhamos 39 ministérios, eu sugeri, Senador Aloysio, que tivéssemos um ministério para o ensino superior. Houve uma reação grande da comunidade, especialmente das universidades fede-

rais, contra isso. Quando fui Ministro, vi que eu tinha razão. Durante um ano, eu recebi quinhentos e poucos parlamentares, Senador. Um único me pediu algo pela educação fundamental.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Tudo faculdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quase tudo faculdade e alguns, escola técnica. Eu vi que tinha razão, porque o MEC é o Ministério do ensino superior. Ou a gente faz o que estou propondo ou de vez transfere tudo para os Estados e Municípios, o que seria uma grande tragédia. Muitos países têm ministério de educação de base, ministério de educação superior. Não é uma invenção brasileira, não é uma criação minha. É a realidade. Outros dependem do Governo, como no caso do parlamentarismo. A França mesmo oscila.

Eu não vejo como darmos um passo de fato sem trazer a educação de base para a preocupação do Governo Federal e hoje não é à toa que aumentou o analfabetismo, Senador. Alguns dizem que não aumentou, que ficou no mesmo. Ficar no mesmo é uma vergonha tão grande quanto aumentar 0,1%, porque o Ministério da Educação não tem a responsabilidade pela educação de base; é a gestora das universidades federais e a regulamentadora das universidades particulares, com, obviamente e felizmente, ainda, o cuidado com 400 escolas federais, como as técnicas, institutos de aplicação, colégios militares e Colégio Pedro II.

Eu não vejo como vamos dar o salto sem fazer isso. Além do mais, é preciso lembrar que, se formos levar adiante a ideia da federalização, aí não tem jeito. Uma condição preliminar para federalizar a educação de base é ter um ministério preocupado com isso. Hoje, o nosso Ministério não é. Se a gente traz aqui o Ministro, vai ver como eles têm, e têm mesmo, o que comemorar no ensino superior: ProUni, aumento de universidades estatais, aumento do número. O próprio Enem, que deveria ser uma coisa da educação de base, virou vestibular para o ensino superior, e foi a partir daí que se deu importância. Enquanto o Enem era um instrumento de avaliação do curso do ensino médio, ninguém dava importância. Quando passou a ser a porta de entrada para o ensino superior, todo mundo descobriu o Enem, especialmente a mídia.

Então, fico satisfeito com o parecer do Senador Aloysio, estou de acordo com que a ideia da constitucionalidade merece uma análise porque, para o Governo Federal, é fácil criar 200 ministérios, e, se for reeleita

a Presidenta Dilma, a gente vai chegar lá. Talvez, não 200, claro, mas vai chegar aos 72 ministérios. Porque...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com esse ministério, poderia ser o 201.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Lógico. Eu proponho que fechem 15 e coloquem um. Eu vi hoje que o Senador Aécio está propondo uma redução no número de ministérios. Eu queria que ele reduzisse se criasse mais um, que é esse. Só que, na minha proposta, nem cria mais um. Passa o ensino superior para...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, transfere as atribuições.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...transferência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – E coloca o MEC na educação do ensino fundamental.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O pedido de vista... Só não entendo por que o Governo pode ficar contra isso...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Senador Cristovam, só não pode ser o 40º esse.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só não pode ser o 40º. Não. Na minha proposta, não será. Na minha proposta, o MEC assume a educação de base e o ensino superior vai para... Além disso, o 40º, eu entendi a ideia do 40º. Na minha proposta, continuam 39, até porque acho que, se a Presidente tiver de criar, o problema é que crie dois de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam, o senhor não está propondo a criação; a transferência para ciência e tecnologia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Vai uma parte para ciência e tecnologia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Transferência, e foca a educação...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – E fica com o ensino fundamental de base. Não está criando nada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Exatamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se nós tivéssemos apenas 20 ministérios, eu proporia ser um para ensino superior.

Mas, como nós já temos demais, sugiro fazer como em muitos países. A maior parte dos países não tem dois, tem um em ciência e tecnologia com outro do ensino superior.

Então, era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sabe, Senador, me ocorre aqui uma ideia de que a gente lutasse por isso na próxima legislatura, porque vai existir uma resistência natural que talvez o Ministro vá entender aquilo como uma perda de poder, e não é isso que nós queremos. Queremos é dar a importância devida para outra pasta. Então, como esses ministros deverão estar saindo, os que virão não terão muito que reivindicar, porque já pegarão uma pasta já preparada para isso. Podia incluir que fosse já na próxima legislatura, porque vai acalmar os ânimos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero dizer, Senador, que quando era Ministro da Ciência e Tecnologia, o atual Ministro da Educação era favorável, pelo menos tinha grande simpatia, o Ministro Mercadante. Não sei por que parece que o Ministério hoje não tem a mesma simpatia. Eu não entendo por que a resistência em fazer isso. Obviamente, se for para o próximo governo, por exemplo, não para este governo, nem dá tempo realmente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado pela colaboração de V. Ex^a.

Eu iria perguntar ao Senador Paulo Bauer, que é ex-secretário de Educação, se gostaria de fazer algum comentário sobre a matéria, ou transmitir, pela sua experiência como secretário... Após a entrevista. Acho que ele está dando uma entrevista agora.

Senador Paulo Bauer, me desculpe. Sei que está em uma entrevista meio urgente, mas nós gostaríamos de ouvi-lo um pouquinho sobre esse tema, pela sua experiência de ex-secretário de educação, a sua ótica. Vi que o senhor estava inclusive manuseando...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – A Constituição Federal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Exatamente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Vou me valer do conhecimento do Senador Cristovam, até porque eu queria encontrar aqui na Constituição a definição sobre a utilização dos 18% de recursos para o ensino no nível federal. Nos Estados são 25%; nos Municípios também. Estados e Municípios têm a in-

cumbência de administrar o ensino fundamental e médio e devem gastar os 25% para essa finalidade. Não podem utilizar esses recursos para o ensino superior.

Pergunto: os 18% que a Constituição estabelece como despesa, como investimento do Governo Federal também é para ensino médio e fundamental, não entra o ensino universitário nesses 18%?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Tanto entra que o Governo Federal gasta dinheiro com a educação de base – pouco, mas gasta – com as escolas técnicas, Colégio Pedro II, Instituto de aplicação. Isso entra na soma para fazer os 18%.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Bom, diante disso, tenho, obviamente, que manifestar aqui a minha opinião a respeito da matéria, dizendo – provocado pelo Presidente – que é absolutamente correto e coerente esse propósito do Senador Cristovam. Ter um ministério que cuide da educação básica no País, especificamente, e aí obviamente se inclui o ensino pré-escolar, faz muito sentido porque o ensino universitário tem efetivamente uma especificidade muito diferente daquele ensino que nós devemos ministrar para as crianças, para formá-las também no ensino fundamental e médio.

Acho que é uma providência muito adequada, embora eu duvide que o Governo tenha qualquer interesse em praticar esse ato na direção do que propõe o Senador. Sabemos que hoje a única coisa que funciona no MEC e funciona bem em favor do ensino fundamental e médio é o FNDE. Parece até que o FNDE é um ministério. Essa que é a realidade, porque prefeitos, secretários municipais...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Está nesses 18%?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – (Está.) (...) todos os administradores públicos do País vão muito mais ao FNDE do que ao próprio Ministério, porque o Ministério se tornou, como disse o Senador Cristovam, muito mais preocupado, muito mais ligado às questões universitárias do que as demais áreas do ensino, que são fundamentais porque ninguém chega à universidade sem ter passado pelas outras, e se alguém não chegar à universidade não terá nenhum problema na sua vida. Essa que é a realidade. Se ele tiver uma boa formação no ensino médio, no ensino fundamental, se ele tiver uma boa formação profissionalizante no ensino médio ou no pós-médio ele está preparado para a vida; agora se ele tiver universidade, obviamente, a universidade é um diferencial

a mais que ele conquistou, que ele alcançou em sua vida. E, obviamente, ele poderá se dedicar a outro nível de atividades no País.

Eu lhe diria, até para mexer um pouquinho com as Lideranças do Governo: se não houver gente formada em universidades no Brasil, busque-a em Cuba e pague para o governo cubano! É o que está acontecendo hoje, não é? Então, por que se vai deixar a formação de nível superior na incumbência do MEC se, em determinados momentos da vida do Brasil, um governo que quer ajudar governos socialistas mundo afora resolve importar profissionais?

Portanto, essa é a minha opinião. Concordo com a proposição do Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a palavra, o nobre Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – E lá eles já formaram 70% da população no ensino superior.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, realmente, a proposta do Senador Buarque é, indiscutivelmente, uma aspiração nacional. Nós que somos educadores e que escolhemos como profissão essa atividade sentimos que, na verdade, a educação fundamental é colocada em terceiro ou em quarto plano. Evidentemente, o Ministério sempre – não é de agora, não – dedicou-se mais ao ensino superior. Esse é um fato notório. Isso ninguém discute. E é claro que precisamos dotar também esse Ministério de ferramentas necessárias para que se possam dar ao estudante iniciante, quer na pré-escola, quer na creche, quer no ensino fundamental, e ao profissional que trabalha nessa área as condições necessárias para atuar.

A minha vida toda foi dedicada à educação, desde a escola primária rural, em que lecionei, até a universidade. Nessa área, tive a oportunidade de ser delegado de educação, secretário estadual de educação, fundador de duas universidades em Mato Grosso quando fui Vice-Governador e Secretário de Educação do Governo Jayme Campos. Portanto, sempre brigamos pela área educacional, porque sabemos que não há outra forma de desenvolver o País, de melhorar o País que não seja a educação. E, aqui, não discrimino se é educação pública. Logicamente, sou voltado para a educação pública, sempre o fui. Mas me refiro à educação de forma geral, para que se deem subsídios e condições para que se possa fazer. Qualquer iniciativa que venha nesse sentido, nessa rota, é bem-vinda.

Portanto, a preocupação do Senador... Aliás, o Senador Buarque, sempre, a vida toda, preocupou-se com o ensino no Brasil. Quero parabenizá-lo e dizer que a sua aspiração, a sua vontade, a sua colocação nesse sentido é apoiada por todos nós que gostamos de educação, que sentimos que não há outro caminho a não ser a educação. Não há outro caminho! Não adianta querer fazer tudo sem a educação, porque, sem a educação, não se chega a lugar algum! Isso está provado mundo afora, não só aqui, não. E um pouquinho que se faz... Quando fui Deputado Estadual em Mato Grosso, tive a oportunidade de ser o autor da lei de horas-atividades. Isso começou em Mato Grosso praticamente. O meu projeto, naquela época, tratava de 20 horas em sala de aula e de 20 horas de atividades. E foi um período em que cresceu a educação no Estado, em que a educação melhorou muito, bastante. O professor tinha tempo para planejar, para estudar, para ouvir o aluno mais de perto, para ir à biblioteca, para levar os alunos para ensaios, para fazer oficinas de trabalho. Depois, lastimavelmente, diminuiu isso, e as coisas praticamente... Mas isso caminha devagarzinho.

Estou com um projeto aqui que vai entrar em pauta, que, inclusive, foi relatado pela Senadora Lídice da Mata, que também visa a colocar um terço das horas de trabalho para os profissionais de educação de um modo geral, para todos os que trabalham em educação, a fim de que possam também ajudar a melhorar a educação. Logicamente, ele deverá entrar na pauta daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Esta é a última vez que esperamos a Senadora aqui, pelo seguinte: aqui, fizemos o acordo de que a matéria seja colocada em pauta duas vezes; na terceira vez, se o Relator não estiver presente, nós nomeamos um Relator *ad hoc*. Sei que esse seu projeto é bastante polêmico.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – É polêmico.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Já digo isso de antemão, porque vamos ter de abrir mais vagas para professores, é evidente. Mas ele é, realmente, preocupante.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Tudo que diz respeito à educação é polêmico, lastimavelmente, porque, na verdade, ninguém quer ver a educação como investimento, mas só como gasto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ele é polêmico porque o Governo vai pôr um pé em cima disso.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sem dúvida. Já está colocando-o.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Mas, aqui, temos de passar por isso.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – É uma pena! É uma pena, meu Senador! Quero pedir aos companheiros que pensem nessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Mas, na próxima reunião deliberativa, ele estará em pauta.

Eu tenho um requerimento que gostaria de incluir extrapauta, com a aquiescência de todos os presentes, e que é de minha autoria e de autoria da Senadora Ana Amélia:

Requeremos, nos termos regimentais, a criação de um grupo de trabalho no âmbito desta Comissão com vistas a realizar estudos para análise e posterior contribuição ao Acordo Ortográfico, composto pelos renomados especialistas em Língua Portuguesa, Prof. Ernani Pimentel e Pasquale Cipro Neto.

Justifico, inclusive: no final do ano passado, nós corremos o risco de estar homologando um acordo ortográfico que era inócuo, pois os outros países, os 11 países que fazem parte, não estariam preparados. Então, nós conseguimos o adiamento para 2015. Agora, o ano de 2013 já se passou sem nenhuma iniciativa.

Então, nós estamos tomando essa iniciativa, e quero também muito contar, nesse grupo de trabalho – sei que já está bastante atribulado –, com o Senador Cristovam Buarque, também do acordo ortográfico.

Estamos estimulando a criação desse grupo de trabalho porque, se não, vai acontecer de novo: vai chegar 2015, e aquela ação que tivemos, para que se promulgasse em 2015, e a Presidência da República e o Ministro Aloizio Mercadante concordaram... Daqui a pouquinho vamos estar na mesma situação de 2015.

Então, submeto a matéria à apreciação de V. Ex^{as}. Coloco em votação.

As Sr^{as} e o Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram para o requerimento de minha autoria e da Senadora Ana Amélia. (Pausa.)

Aprovado.

Eu estava no final, lendo, Senador Buarque e Senador Paulo, sobre os indicadores do PNAD, Senador Aloysio Mercadante...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nunes Ferreira. O Senador Aloizio Mercadante sei que é um grande amigo, mas isso vai diretamente para o Senador Aloysio Mercadante: os técnicos do IBGE identificaram 13,162 milhões de pessoas que não sabiam ler nem escrever, o equivalente a 8,7% da população com 15 anos ou mais.

Em 2011, o número de analfabetos era 12,866 milhões. Em termos absolutos, o aumento foi de 297 mil analfabetos. Um índice que estava caindo, que se encontra concentrado no Nordeste, especialmente no Estado da Paraíba, Pernambuco, Bahia e Alagoas. A taxa de analfabetismo, na região, passou de 16,9%, em 2011, para 17,4%, em 2012.

O Nordeste concentra 54% do total dos analfabetos do País, ou seja, 1 em cada 2 analfabetos é nordestino. Isso é uma vergonha!

Senador Cristovam, V. Exª quer fazer um comentário?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero, claro! Quero parabenizar o Senador Aloysio pela iniciativa, até porque a Presidenta deveria ter convocado publicamente o Ministro. Eu não vi nos jornais isso. Deveria ter convocado até uma reunião do conselho de Ministros inteiro para discutir isso. Para outras coisas, consulta.

Eu quero dizer aqui, Senador Aloysio – eu estava hoje pensando –, que a Presidenta vem reclamando fortemente porque o Obama lê as cartas dela, mas não está preocupada com o fato de que hoje há mães que não leem as cartas dos seus filhos! É muito grave uma coisa dessas! Algo está acontecendo, que não permite que se diminua o número de analfabetos. Ao contrário, aumenta, mesmo que na margem de erro.

Essa é uma indicação extremamente grave do desprezo do Governo a uma campanha forte, radical pela erradicação do analfabetismo no Brasil.

Por isso, todo o meu apoio à fala do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O senhor entende que o Governo não vai na causa. Ele cria cotas, ele sempre dá um jeito aqui e acolá, mas é aquela velha história: ele não cura a febre; ele quebra o termômetro. Então, nunca haverá melhora se não formos às causas.

Eu agradeço a presença de todos e dou como encerrada a presente reunião, convocando todos para a

audiência pública, às 10 horas, na próxima terça-feira, para instruir o PNE. A primeira audiência pública na nossa Comissão.

Agradecendo mais uma vez a paciência e a presença de todos, desejo uma boa semana e um proveitoso trabalho.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 13 DE AGOSTO DE 2013, TERÇA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. DEFINIÇÃO DAS EMENDAS AO PLN Nº 2/2013 – PLDO 2014

Às onze horas e cinquenta e um minutos do dia treze de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 13, sob a Presidência da **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Registra-se a presença das seguintes Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lídice da Mata, Paulo Davim, Sérgio Petecão, Roberto Requião, Gim e o não membro Senador Wellington Dias. Deixam de registrar a presença os demais membros. Passa-se a pauta: **Item Único. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 2, de 2013-CN (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 – PLDO 2014, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”)**. Relatora: Senadora Ana Rita. Às onze horas e cinquenta e dois minutos a Senadora Ana Rita passa a presidência para o Senador Paulo Paim, para que possa relatar a matéria. O Senhor Presidente passa a palavra à Senadora Ana Rita, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, o Senhor Presidente põe em votação o Relatório da Senadora Ana Rita, que é **aprovado**, indicando que **a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 2/2013 – PLDO 2014:**

Emendas de ações a compor o Anexo de Metas e Prioridades

Emenda	Ação	Programa	Meta
1	8362 - Apoio a Iniciativas para Promoção da Igualdade Racial	2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	1000
2	8799 - Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos	2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	1000
3	2C52 - Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.	2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	300
4	8810 - Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.	2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	300
5	210A - Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres.	2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	600

Emendas e Texto:

Emenda	Tipo de Emenda	Referência	Texto proposto
6	aditiva	Art. 36, § 5º	Art. . Ficam estabelecidas as diretrizes para política de valorização dos benefícios previdenciários, de forma que seja assegurado aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para os valores acima de 1 (um) salário mínimo equivalente ao reajuste inflacionário, nos termos do art. 41-A da lei 8.213, acrescido da variação do crescimento da remuneração dos empregados conforme sistema de contas nacionais divulgado pelo IBGE, apurado pela aplicação da média do percentual dos dois anos anteriores. Parágrafo único. Caso a variação a que se refere o caput seja negativa, será concedido somente o reajuste inflacionário.
7	modificativa	Art. 4º	Art. 4º As prioridades e metas da administração pública federal para o exercício de 2014, atendidas as despesas contidas no Anexo III e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e ao Plano Brasil Sem Miséria - PBSM e a redução das desigualdades de gênero, étnico-raciais e ao enfrentamento à violência doméstica contra às mulheres as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.
8	aditiva	Art. 4º	<i>Parágrafo Único.</i> O ganho real dos benefícios do Regime Geral da Previdência social acima do valor do salário mínimo também integrará as prioridades do Governo Federal para o exercício 2014.
9	aditiva	Art. 105	Art. . Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e o Ministério Público da União deverão realizar audiências públicas e adotar estratégias de participação popular nas etapas de elaboração e discussão do Projeto de Lei Orçamentária, de acordo com o art. 48 da Lei Complementar 101/2000.
10	aditiva	Art. 104, §1º, I	s) cadastro, atualizado mensalmente, dos planos orçamentários e respectivos produtos, correlacionados com as ações orçamentárias e subtítulos.
11	aditiva	Art. 5º, §7º	§ 8º A estruturação gerencial da ação em planos orçamentários tem como objetivo: I - permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo da ação.

Emenda	Tipo de Emenda	Referência	Texto proposto
			II - gerar informação que permita aos mecanismos de participação e controle social o monitoramento da execução orçamentária das políticas públicas. III - permitir a identificação de ações que integram as políticas públicas transversais, em especial: a) Mulheres; b) Igualdade Racial e comunidades quilombolas; c) Povos Indígenas; d) Pessoas com Deficiência; e) População LGBT; f) População de Rua; g) Criança e Adolescente; h) Juventude; i) Idosos. IV - possibilitar o acompanhamento de sua execução orçamentária no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; § 9º Os conselhos das políticas transversais, encaminharão ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, proposta de programas e ações orçamentárias selecionadas por temática, até 30 dias após a sanção da Lei Orçamentária de 2014.
12	aditiva	Anexo III, item 61	Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres (<i>Lei Maria da Penha</i> , Lei nº 11.340, de 07/06/2006)
13	aditiva	Art. 52, XII	XIII ações vinculadas ao plano Brasil sem miséria;
14	aditiva	Art. 12, XXVI	XIV ações de enfrentamento à violência contra às mulheres.
15	aditiva	Art. 21	XXVII. Ao Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres.
16	aditiva	Art. 21	Art. . Os órgãos e entidades participantes deverão proceder à execução orçamentária no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI incorporando à descrição dos Planos Orçamentários vinculados total ou parcialmente ao Plano Nacional de Política para as Mulheres, a especificação PNPM.
17	aditiva	Art. 87, §6º	Art. . O título das ações orçamentárias que total ou parcialmente tenham suas despesas previstas vinculadas ao Plano Nacional de Política para as Mulheres, deverão incluir em sua descrição a especificação PNPM.
18	aditiva	Art. 109	§ º O relatório anual de que trata o inciso III do §5º deverá ser divulgado até maio do exercício seguinte.
19	aditiva	Art. 23, §4º	Art. . O Poder Executivo manterá atualizada na internet a relação das programações orçamentárias e a execução orçamentária e financeira dos Programas-Fantasia, como PAC, PBSM, Rede Cegonha, Brasil Carinhoso e outros.
20	modificativa	Art. 100, parágrafo único	Art. . O Poder Executivo manterá atualizada na internet a relação das programações orçamentárias e a execução orçamentária e financeira dos Programas-Fantasia, como PAC, PBSM, Rede Cegonha, Brasil Carinhoso e outros.
21	modificativa	Art. 51, § 11	Parágrafo único. Os cidadãos e as entidades sem fins lucrativos, credenciados pelos órgãos gestores dos sistemas, poderão ser habilitados para consulta aos sistemas e cadastros de que trata este artigo.
22	aditiva	Art. 109	§ 11. Os órgãos setoriais de planejamento e orçamento ou equivalentes manterão atualizado no respectivo sítio da internet demonstrativo bimestral com os montantes aprovados e os valores da limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária, programa e ação.
23	aditiva	Art. 50	Art. . Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e o Ministério Público da União deverão realizar audiências públicas e adotar estratégias de participação popular nas etapas de elaboração e discussão do Projeto de Lei Orçamentária, de acordo com o art. 48 da Lei complementar 101/ 2000.
			Art. . Não será objeto de limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art 9º, § 2º da LRF, as despesas decorrentes de iniciativas parlamentares individuais bem como as listadas no anexo de prioridades e metas desta lei.

Às doze horas e quatro minutos o Senhor Presidente Senador Paulo Paim devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. A Senhora Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação da presente ata, que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Ana Rita** e **Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que assinada pela Senhora Presidenta será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Ana Rita**, Presidenta.

(Texto com revisão.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35^a Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Projeto de Lei nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, de 2014, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

Foram apresentadas 53 emendas perante a Comissão. Como sou relatora das emendas, passo a presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – No exercício da Presidência, de imediato, eu passo a palavra à Relatora da LDO.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O relatório que eu tenho a honra de apresentar diz o seguinte:

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 2, de 2013, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias aplicáveis ao exercício de 2014. A futura Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 orientará a elaboração da lei orçamentária anual, compreenderá as metas e prioridades para a Administração Pública Federal, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A fim de oferecer o devido tratamento a esses temas, o projeto da LDO 2014 é integrado pelo texto propriamente dito e por seis documentos anexos, os quais visam a: relacionar tanto os demonstrativos quanto as informações que devem integrar o projeto de lei orçamentária de 2014; fixar as metas fiscais

para os exercícios de 2014, 2015 e 2016; relacionar as despesas isentas de eventual limitação de empenho e movimentação financeira; evidenciar os riscos fiscais para os exercícios vindouros; e explicitar os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial.

De acordo com as normas de tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e pelo parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a CMO, disciplinado nos arts. 85 e 86 da referida Resolução, a Comissão de Direitos Humanos tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As emendas passíveis de serem apresentadas pelas comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados são de dois tipos: emendas de texto e emendas de inclusão de meta. Quanto às emendas de texto, nos termos do item 2.1.3 da parte especial do parecer preliminar da CMO, são passíveis de emenda o próprio texto do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, os quadros orçamentários demonstrativos e as informações complementares que devem acompanhar o projeto de lei orçamentária de 2014, o Anexo de Metas Fiscais Anuais referentes a 2014 a 2016, o demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado e a relação das despesas isentas de limitação de empenho. Não há limites aplicáveis à propositura de emendas de texto.

Em relação às emendas de inclusão de meta, de acordo com o art. 87, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e com o item 2.2.1.b da parte especial do Parecer Preliminar, cada comissão permanente pode apresentar até cinco emendas. Entretanto, o item 2.4.1.b da parte especial do Parecer Preliminar estabelece que, para a criação do Anexo de Metas e Prioridades, serão incluídas pela Relatoria, em decorrência da aprovação de emendas, até 3 (três) ações por Comissão permanente, propostas por emenda de Comissão.

Nos termos do item 2.1.10 da parte especial do Parecer Preliminar, o Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de:

a) ações constantes da Lei Orçamentária para 2012 e 2013, ou

b) ações decorrentes de iniciativas constantes do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015.

As emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades devem se restringir a ações constantes dos programas prioritários constantes do Anexo do Parecer Preliminar, identificando-se as respectivas

metas. No caso desta Comissão de Direitos Humanos, os programas prioritários são:

- Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial
- Operações Especiais (aumento de capital – Aeroportos e Docas)
- Transporte Marítimo
- Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência
- Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
- Aviação Civil

Vale destacar a exigência do parecer preliminar (item 2.3.1) de que as emendas de comissão estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da comissão.

Encontram-se em análise, por esta Comissão, 53 propostas de emendas, sendo 40 ao texto e 13 relacionadas ao Anexo de Metas e Prioridades.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Análise.

As emendas propostas são relacionadas às competências regimentais dessa Comissão, além de atenderem às disposições constitucionais e legais, motivo pelo qual entendemos sejam todas admissíveis.

No que se refere às emendas ao texto, tendo em vista o mérito das proposições e a inexistência de limite quanto ao seu número, consideramos que todas devam todas ser apresentadas.

Já em relação às emendas de inclusão de ações no Anexo de Metas e Prioridades, analisamos a relevância das ações propostas, bem como a frequência com que foram apresentadas e o atendimento ao maior número de áreas relacionadas às competências dessa Comissão. Obedecendo às determinações do Parecer Preliminar, selecionamos as seguintes ações a serem apresentadas por essa Comissão de Direitos Humanos:

Emenda 6. Programa: 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial. A ação 8362 – Apoio às iniciativas para Promoção da Igualdade Racial. A meta é 1000.

Emenda 8. Programa 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Ação 8799 – Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos. Meta 1000.

Emenda 9. Programa 2016 – Política para as Mulheres – Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência. Ação 2C52 – Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Meta 300.

Emenda 13. Programa 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Ação 8810 – Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e

Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Meta 300.

Emendas 27 e 53. Programa 2016 – Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência. Ação 210A – Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres. Meta 600.

Voto, Sr. Presidente:

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das emendas de texto de nºs 1 a 4; 15 a 25; e 28 a 52, bem como das cinco ações a seguir relacionadas para compor o Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, que são as mesmas que eu li anteriormente, acho que não há necessidade de lê-las novamente. (*Pausa.*)

Acho que é importante ler sim.

Emenda 6. Programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial. Ação 8362 – Apoio a Iniciativas para Promoção da Igualdade Racial. Meta 1000.

Emenda 8. Programa 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Ação 8799 – Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos. Meta 1000.

Emenda 9. Programa 2016 – Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência. Ação 2C52 – Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Meta 300.

Emenda 1. Programa 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Ação 8810 – Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Meta 300.

Emendas 27 e 53. Programa 2016 – Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência. Ação 210A – Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres. Meta 600.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, que conclui pela aprovação das Emendas nºs 27, 9, 6, 13 e 8, referente à inclusão de metas e às emendas ao texto de 1 a 4, de 15 a 25, de 28 a 52.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH, favorável às Emendas nºs 27, 9, 6, 13 e 8, referente à inclusão de metas e às emendas ao texto de 1 a 4, de 15 a 25 e de 28 a 52.

Retorna, neste momento, a Presidência à Senadora Ana Rita.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Só para informar aos nossos colegas Senadores e Senadoras aqui presentes, estou sendo avisada pela consultoria do Senado, responsável por nos assessorar no que se refere ao Orçamento, que independente das emendas apresentadas pela Comissão de Direitos Humanos à LDO, cada Parlamentar, também, poderá apresentar suas emendas individualmente, e o prazo para a apresentação dessas emendas individuais é quinta-feira. São duas emendas para cada Parlamentar, emendas de texto – emendas de texto não mais. *(Pausa.)*

Estou sendo informada de que emendas de texto não tem número, então, poderemos apresentar quantas acharmos necessárias, e emendas ao anexo são duas. O prazo de apresentação dessas emendas é até quinta-feira, dia 15, até às 18h. Então, está esclarecido.

Então, aos nossos colegas Senadores e Senadoras, digo que é importante cada um se organizar nesse sentido.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE AGOSTO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 12 HORAS, NA SALA Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e sete minutos do dia treze de agosto de dois mil e treze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lídice da Mata, Paulo Davim, Sérgio Petecão, Roberto Requião, Gim e o não membro Wellington Dias. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e

aprovação das atas das 32ª a 34ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da **Pauta Deliberativa**, na seguinte ordem: **Item 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2013** – Não Terminativo – Altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho. Autoria: Deputado Rubens Bueno. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2013** – Não Terminativo – Prevê a destinação de no mínimo cinco por cento dos recursos do Fundo Partidário para promoção da participação política dos afrodescendentes. Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Observações: Tramitação: CDH e terminativo na CCJ. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Item 21. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 55, de 2013.** Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a “realização de audiência pública para debater sobre o tema: ‘Violação dos direitos das APAEs – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil e a Escola Bilingue para Deficientes Auditivos’. Os convidados para compor a mesa dos expositores e respectivos temas a serem abordados, são: Aracy Maria da Silva Ledo – Presidenta da Federação Nacional das APAEs – Tema: A situação das APAEs no Brasil. Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira – Coordenação de Educação da Federação Nacional das APAEs. Tema: A educação das APAEs no Brasil. Representante do Ministério da Educação – Tema: Violação dos direitos e conquistas de repasse de verbas por órgãos governamentais e repasse de valores do FUNDEB Lei 11.494/07; Representante da Secretaria Nacional da Pessoa Com deficiência da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos – Tema: Plano Viver sem Limites – Portaria interministerial nº 362/12 – direcionada as APAEs; Representante do Ministério da Previdência Social – Tema: Formas de equacionamento das dívidas das APAEs; possibilidade de isenção do INSS e BPC (possibilidade de alteração de valor que atualmente não cobre os medicamentos necessários). Marco Brito – Presidente da APADA – Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos”. **Resultado:** Aprovado. **Item 22. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56, de 2013.** Autoria: Senador Paulo Paim. Requer “a realização de audiência pública para debater sobre o tema:

‘A realidade do Sistema Prisional Brasileiro e a Indispensável Garantia dos Direitos e Conquistas’. Os convidados para compor a mesa dos expositores, são: A questão da terceirização no Sistema Prisional e suas implicações no processo de execução penal. Debatedor: Jarbas Santos de Sousa (FENASPEN); A política de (in) segurança pública no contexto Prisional Brasileiro. Debatedor: Vilobaldo Adelídio de Carvalho (FENASPEN); A regulamentação funcional do Agente Penitenciário como fator determinante na garantia da justiça e da segurança pública. Debatedor: Amauri Meireles (Cel. PM – Minas Gerais); Representante do Ministério da Justiça; Representante da Secretaria de Direitos Humanos; Representante da Pastoral Carcerária.” **Resultado:** Aprovado. **Item 23. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 57, de 2013.** Autoria: Senador Paulo Paim. Requer “a realização de audiência pública para debater sobre o tema: ‘Sistema Degradante dos Passageiros e Tripulantes de Navios de Bandeira Nacional e Estrangeira’. A lista dos expositores sugeridos: Sr. Alexandre Frasson – Pai de Bruna Bayer Frasson, ex-tripulante do navio Costa Victoria da armadora italiana Costa Cruciere e que está presa em Barcelona – Espanha, desde 12/3/2012; Sr. José Goldophin – Irmão de vítima de Cruzeiro – Camilla Peixoto Bandeira, ex-tripulante da armadora MSC, assassinada em 2010; Sr. Ricardo Leite Goulart Ponzi – Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins; Sr. Severino Almeida Filho – Presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercadante – SINDMAR; Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Representante da Secretaria de Direitos Humanos.” **Resultado:** Aprovado. **Item 24. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 58, de 2013.** Autoria: Senadora Ana Rita. Requer a “realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com o objetivo de debater a Convenção 169 da OIT, que trata sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, com os seguintes convidados: Pastor Walter Altmann, Conselho Mundial de Igrejas; Sra. Jandira Ketpi, Conselho de Missão Entre Índios; Procuradora Deborah Duprat, Procuradoria Geral da República; Sr. Jhonny Mateus Martins, Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas; Sr. Lindomar Ferreira, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; Sr. Alexandre Conceição, Via Campesina.” **Resultado:** Aprovado. **Item 25. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 59, de 2013.** Autoria: Senadora Ana Rita e outros. Requer a “realização de Audiência Pública no âmbito desta

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com o objetivo de debater o Tema: ‘Publicidade de Alimentos e Crianças: Regulação no Brasil e no Mundo’, com o lançamento de livro sobre o tema na sequência, com a presença das seguintes autoridades: Sra. Angelica Moura Goulart, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da SDH; Representante do Consea; Sra. Isabella Henriques, Diretora de Defesa e Futuro do Instituto Alana; Sr. Veet Vivarta, Secretário Executivo da ANDI; Prof. Fernando Paulino, UNB; Prof. Ricardo Morishita, FGV/Rio; Prof. Carlos Monteiro, USP”. **Resultado:** Aprovado. **Item 26. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 60, de 2013,** que requer a “realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa para debater o Tema: ‘Uso de Agrotóxicos na Alimentação e a vulnerabilidade das populações rurais’, com a presença das seguintes autoridades: Dra. Lia Giraldo, Pesquisadora da Fiocruz/PE; Sra. Maria Emília Pacheco, Presidenta do Consea; Representante da ANVISA; Dr. Sérgio Sauer, Professor da Universidade de Brasília – UNB; Dr. Wanderlei Pignati, Professor da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; Sr. Cléber Folgado, da Coordenação Nacional da Campanha Contra Agrotóxicos e pela Vida; Representante de Pais de Alunos da Escola de Rio Verde onde ocorreu pulverização de agrotóxicos em maio de 2013; Sr. Valmir José Noventa, Representante da Via Campesina.” Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 20. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 54, de 2013,** que requer a “realização de uma audiência pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim que sejam ouvidos o Cardeal Raymundo Damasceno, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Orani João Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro, o escritor Frei Betto, Dom Frei Cláudio Hummes, XVIII Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, XVII Arcebispo de São Paulo, Dom Giovanni D’Aniello, Núncio Apostólico no Brasil, e o teólogo e escritor Leonardo Boff, com o objetivo de estas Comissões do Senado serem informadas acerca do legado da visita do Papa Francisco para a América Latina, principalmente no tocante à redução das desigualdades sociais, bem como para o fortalecimento das relações do Estado brasileiro com o Estado do Vaticano.” Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros. **Resultado:** Aprovado. **Item 3. Sugestão nº 6, de 2011 – Não Terminativo – Altera a Constituição Federal para valorizar o exercício do magistério e qualificar a ação dos pro-**

fessores das redes públicas de educação básica. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos da Proposta de Emenda à Constituição apresentada, para que passe a tramitar como proposição desta CDH. **Item 5. Sugestão nº 3, de 2013** – Não Terminativo – Cria o adicional de especialização e de desempenho para os profissionais do magistério público da educação básica e dá outras providências. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2013** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para instituir a emancipação penal automática no caso de reincidência de ato infracional. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 27. Extrapauta. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 61, de 2013.** “Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa com o objetivo de debater o tema ‘Programa Mais Médicos sob a ótica dos Direitos Humanos’, com a presença dos seguintes expositores: Representante do Ministério da Saúde. Maria Socorro (usuária), Presidente do Conselho Nacional de Saúde. Representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde. Prefeito José Fortunati, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos. Representante da FENAM – Federação Nacional dos Médicos. Acadêmico especialista em Saúde Coletiva.” Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2012** – Não Terminativo – Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da cultura de paz e dá outras providências – Estatuto da Paz. Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido da Relatoria. **Item 4. Sugestão nº 17, de 2011** – Não Terminativo – Altera o Código Penal, para tipificar o acesso não autorizado a rede de computadores ou sistema

informatizado. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido da Relatoria. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2012** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Wilder Moraes. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido da Relatoria. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2013** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro – CTB, estabelecendo que fica facultado aos jovens entre 16 e 18 anos a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 10. Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010** – Terminativo – Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Hernandes. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do Projeto, e da Emenda nº 1-CAE, com a Subemenda que apresenta para suprimir o hífen do vocábulo “infanto-juvenil” nela contido, e ainda uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 11. Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011** – Terminativo – Dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes. Autoria: Deputada Luiza Erundina. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 12. Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011** – Terminativo – Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências. Autoria: Deputado Enio Bacci. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CAS. **Resultado:** Adiado. **Item 13. Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2012** – Terminativo – Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde. Autoria: Deputada Rebecca Garcia.

Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007** – Terminativo – Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Eduardo Lopes. Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs. 2 a 6 adotadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ. **Resultado:** Adiado. **Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituída por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. **Resultado:** Adiado. **Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador João Durval (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 17. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 18. Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher. Autoria: Senadora Ana Rita. Re-

latoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 19. Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Angela Portela, Paulo Paim, Lídice da Mata, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Sérgio Petecão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e seis minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, *Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa*

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura da ata e a aprovação das atas da 32ª e da 34ª Reuniões. Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de iniciarmos a pauta propriamente dita, vou passar aqui alguns informes, rapidamente, aos Senadores e Senadoras aqui presentes.

A Comissão de Direitos Humanos tem recebido diversas denúncias. Vou passar aqui algumas informações referentes ao encaminhamento de algumas denúncias que nós recebemos.

Primeiro, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal recebeu representação da Rede Nacional de Advogadas e Advogados em desfavor do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza por excessos cometidos pela Guarda Municipal e pela Polícia Militar durante a desocupação do acampamento do Movimento Ocupe o Cocó, o que provocou violações de direitos humanos fundamentais. Narram a ocorrência de torturas, espancamentos e prisões ilegais. A desocupação foi promovida sem ordem judicial, segundo a denúncia.

Quero ressaltar que as fotografias que acompanham a representação são chocantes. A repressão atingiu populares e vereadores.

Encaminhamentos que foram dados.

Cópia da representação foi encaminhada ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado solicitando a apuração dos fatos. Também recebemos denúncia sobre o assassinato da senhora Maria do Socorro Machado Alves, ocorrido no dia 31 de março do corrente ano, no Município de Aripuanã, Mato Grosso. Segundo nota do Instituto Humana Raça Fêmeina, que nos encaminhou a denúncia, trata-se de um caso de violência doméstica e o maior suspeito é um policial militar, parente da vítima.

Encaminhamento dado.

O caso foi encaminhado ao Ministério Público de Mato Grosso, que já nos informou do acompanhamento que está fazendo. Noticiou que o processo judicial encontra-se em fase de instrução preliminar, com audiência marcada para o dia 11 de setembro próximo.

Por fim, a Comissão recebeu, da Rede Justiça nos Trilhos e do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra, pedido de investigação sobre supostos delitos e práticas ilegais de espionagem e infiltração em movimentos e organizações sociais por parte da empresa Vale S.A., em colaboração com agentes públicos, notadamente agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Encaminhamentos.

A denúncia foi encaminhada ao Ministro da Justiça, que respondeu no sentido de que a Polícia Federal já está com os documentos para que os fatos sejam apurados.

Informo, ainda, que sobre esse tema estou requerendo a realização de audiência pública, tendo em vista a gravidade do caso.

Então, são essas algumas das denúncias que a Comissão de Direitos Humanos recebeu nessas últimas semanas. Inúmeras outras denúncias temos recebido e, na medida do possível, vamos, também, informando a este colegiado, porque é importante que toda a Comissão conheça as denúncias e saiba dos encaminhamentos feitos.

Nós vamos, então, agora, para a nossa pauta de deliberação. Aproveitando a presença da Senadora Angela Portela, vamos, então, para o item 2 da pauta, página 44.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 16, DE 2013

– Não Terminativo -

Altera os itens 1º e 2º, do art. 52, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para per-

mitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho.

Autoria: Deputado Rubens Bueno.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela, para a leitura do relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa examina o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2013, do Deputado Rubens Bueno, que altera dispositivos da Lei de Registros Públicos para permitir que a mãe possa fazer a declaração de nascimento em igualdade de condições com o pai.

O autor justifica a iniciativa apontando a incongruência com a igualdade de gênero, consagrada na Constituição Federal e no Código Civil Brasileiro, da obrigação imposta principalmente ao pai e, supletivamente, à mãe de realizar o registro da criança após o nascimento.

A matéria foi distribuída à CDH e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que se manifestará em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas perante este colegiado.

Análise.

Conforme disposto no art. 102-E, incisos IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições pertinentes aos direitos da mulher e à proteção da família.

É anacrônica a imposição ao pai da responsabilidade de registrar a criança, em caráter primário, restando à mãe o papel secundário de suprir eventual falta ou impedimento do pai. Na prática, além de tratar desigualmente os genitores, a Lei de Registros Públicos dá preferência ao pai para fazer a comunicação de nascimento e cria obstáculo para que a mãe o faça nos primeiros dias de vida da criança.

As alterações pretendidas harmonizam a Lei de Registros Públicos com a Constituição Federal e o Código Civil, que promovem e defendem a igualdade de gêneros e a equiparação entre pai e mãe na família, conforme pretende o autor da proposição, evidenciando o seu mérito, a sua constitucionalidade e a sua juridicidade.

Consideramos, ainda, que a relevância dessas alterações, pertinentes a direitos fundamentais, justificam a entrada em vigor imediata da lei resultante da proposição ora examinada.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2013.

Esse é o nosso voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Rapidamente, só para dizer do meu total acordo com a Relatora e com o autor, porque era uma discriminação que se fazia contra a mulher, em relação à possibilidade da declaração do nascimento do filho, que agora passa para uma condição de igualdade.

Parabéns ao autor e também à nossa querida Relatora, Senadora Angela Portela.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CCJ, em decisão terminativa.

Item 8 da pauta, página 101.

ITEM 8 PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 160, DE 2013

– Não Terminativo –

Prever a destinação de no mínimo cinco por cento dos recursos do Fundo Partidário para promoção da participação política dos afrodescendentes.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, todos estão de posse do relatório, e o projeto do Senador João Capiberibe demonstra todo o seu compromisso no combate aos preconceitos. Todos nós sabemos que, infelizmente, dentro da realidade brasileira – só vou comentar, não é necessário ler – os negros são mais chamados para carregar o piano do que para dançar no baile. O que ele está propondo aqui é algo singelo.

Eu apenas fiz uma emenda de redação que vai prever a destinação de recursos do Fundo Partidário para a promoção da participação política dos afrodescendentes. A iniciativa é muito boa. É uma forma de os negros, como alguém já disse há muito tempo: “A pobreza tem cor neste País.” E a cor é preta, não é? Possam ter acesso ao Fundo Partidário para poderem também não só votar, mas também disputar as eleições. Por isso, fui totalmente favorável ao projeto do nobre Senador João Capiberibe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 desta CDH.

O projeto segue para análise da CCJ em decisão terminativa.

Enquanto aguardamos a chegada dos Senadores, nós vamos colocar em discussão alguns requerimentos. Item 21, página 274.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 55, DE 2013

Com fundamento no disposto no art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “Violação dos direitos das APAEs – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil e a Escola Bilingue para Deficientes Auditivos”.

Os convidados para compor a mesa dos expositores e respectivos temas a serem abordados, são: Aracy Maria da Silva Ledo – Presidenta da Federação Nacional das APAEs – Tema: A situação das APAEs no Brasil. Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira – Coordenação de Educação da Federação Nacional das APAEs. Tema: A educação das APAEs no Brasil. Representante do Ministério da Educação – Tema: Violação dos direitos e conquistas de repasse de verbas por órgãos governamentais e repasse de valores do FUNDEB Lei 11.494/07; Representante da Secretaria Nacional da Pessoa Com deficiência da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos – Tema: Plano Viver sem Limites – Portaria interministerial nº 362/12 – direcionada as APAEs; Representante do Ministério da previdência Social – Tema: Formas de equacionamento das dívidas das APAEs; possibilidade de isenção do INSS e BPC (possibilidade de alteração de valor que atualmente não cobre os medicamentos necessários). Marco Brito – Presidente da APADA – Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos.

Autoria: Senador Paulo Paim

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senhora Presidenta, este, na verdade, é um requerimento que eu diria até complexo, vou explicar por quê: há um debate muito grande que envolve as APAEs, o MEC e a sociedade civil sobre se todas as pessoas com deficiência deveriam estar diretamente na escola dita normal. Eles sempre dizem que “anormal são aqueles que não entendem as pessoas especiais”. Já as APAEs entendem que há casos e casos. Há alguns casos em que se precisa de algum tratamento especialíssimo.

Por isso, sabemos, Srª Presidenta, que as APAEs estarão em Brasília e farão um grande movimento amanhã. Eles me procuraram (sabia que eles viriam aqui para o dia de amanhã) e queriam uma audiência para a quarta-feira. Como quarta-feira não é dia de audiência em nossa Comissão, combinamos o seguinte: na quarta-feira, eles serão recebidos na Comissão de Educação, onde falarão da sua preocupação de não ter mais nenhum tipo de subsídio para as APAEs, para tratar dos casos chamados “especiais”, e aqui na Comissão de Direitos Humanos, então, na próxima quinta-feira, aproveitando a presença deles aqui, faríamos um debate democrático, fraternal, solidário, na busca de apontar solução para essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paim.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 22, página 276.

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56, DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “A realidade do Sistema Prisional Brasileiro e a Indispensável Garantia dos Direitos e Conquistas”. Os convidados para compor a mesa dos expositores, são: A questão da terceirização no Sistema Prisional e suas implicações no processo de execução penal.

Debatedor: Jarbas Santos de Sousa (FENAS-PEN); A política de (in)segurança pública no contexto Prisional Brasileiro. Debatedor: Vilobaldo Adelídio de Carvalho (FENASPEN); A regulamentação funcional do Agente Penitenciário como fator determinante na

garantia da justiça e da segurança pública. Debatedor: Amauri Meireles (Cel. PM – Minas Gerais); Representante do Ministério da Justiça; Representante da Secretaria de Direitos Humanos; Representante da Pastoral Carcerária.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, todos nós sabemos que o sistema prisional brasileiro, como dito pelo próprio Ministro da Justiça, é um sistema praticamente falido. Isso não quer dizer que o Governo não esteja fazendo força para alterar o sistema. Isso não quer dizer que a sociedade, no seu todo –, e nessa sociedade a que me refiro estamos nós militantes dos direitos humanos –, não tenhamos feito os esforços e demonstrado toda a nossa preocupação com a questão dos presídios. Inclusive, o do meu Estado, o Rio Grande do Sul, é um dos piores do continente americano. Não fruto do nosso Governo atual, fruto de uma história passada já, que o Tarso herdou. Mas temos que enfrentar o debate.

Por isso, nós apresentamos esse tema para uma audiência pública, que, em resumo, visa a discutir a realidade do sistema prisional brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 23, página 278.

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 57, DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “Sistema Degradante dos Passageiros e Tripulantes de Navios de Bandeira Nacional e Estrangeira”.

A lista dos expositores sugeridos: Sr. Alexandre Frasson – Pai de Bruna Bayer Frasson, ex- tripulante do navio Costa Victoria da armadora italiana Costa Cruciere e que está presa em Barcelona – Espanha, desde 12/3/2012; Sr. José Goldophin – Irmão de vítima de Cruzeiro Camilla Peixoto Bandeira, ex-tripulante da armadora MSC, assassinada em 2010; Sr. Ricardo Leite Goullart Ponzi – Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins; Sr. Severino Almeida Filho – Presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercadante – SINDMAR;

*Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
Representante da Secretaria de Direitos Humanos.*

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr^a Presidenta, este também é um tema polêmico.

Chegam, para nós todos, inúmeras denúncias de prostituição, de assassinato, de tortura, dentro dos navios chamados de cruzeiros; navios estes que podem ser de caráter nacional ou mesmo internacional.

Aqui mesmo, temos alguns casos citados sobre assassinatos. Inclusive, essa menina que está presa na Espanha até hoje é filha de um sindicalista lá do meu sindicato de Canoas. O pai da Bruna, no caso, era da base do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas.

Preocupado com toda essa baderna, apresentei um projeto. Quando apresentei o projeto, acabou criando um impasse entre os sindicalistas e os familiares. Mediante o fato, eu retiro o projeto. Quando retirei o projeto, a polêmica continuou. Disse: “Só há uma saída, vamos fazer uma audiência pública, vamos debater com todos os presentes, sindicalistas, tripulantes e passageiros, representantes naturalmente, para chegarmos ao entendimento sobre a redação final que daremos ao projeto para regulamentar na linha dos direitos humanos essa situação.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 24, página 280.

Como sou Relatora deste item, passo a Presidência à Senadora Lídice da Mata. (Pausa.)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) –

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 58, DE 2013

Requeiro, nos termos do Art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com o objetivo de debater a Convenção 169 da OIT, que trata sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76^a Conferência Internacional do Trabalho, com os seguintes convidados: Pastor Walter Altmann, Conselho Mundial de Igrejas; Sra. Jandira Ketpi, Conselho de

Missão Entre Índios; Procuradora Deborah Duprat, Procuradoria Geral da República; Sr. Jhonny Mateus Martins, Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas; Sr. Lindomar Ferreira, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; Sr. Alexandre Conceição, Via Campesina.

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo, portanto, a palavra à Senadora Ana Rita para encaminhar a votação do seu requerimento.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Também recebemos aqui, por parte da sociedade civil, diversas organizações que atuam com a população indígena a solicitação para que realizássemos essa audiência pública para debater a questão indígena do ponto de vista da Organização Internacional do Trabalho.

Então, queremos fazer esse debate. Estamos convidando diversas pessoas, inclusive pessoas ligadas ao Conselho Indigenista Missionário, diversas autoridades para que possamos debater a questão indígena. Sabemos que o problema indígena aqui no Brasil é muito amplo e tem as suas especificidades de acordo com os povos indígenas e de acordo com as tribos. Debater esse assunto do ponto de vista da Organização Internacional do Trabalho é altamente importante.

Então, solicitamos o apoio dos colegas Senadores na aprovação do requerimento.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 25, página 282. Também de autoria da Senadora Ana Rita.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 59, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com o objetivo de debater o Tema: “Publicidade de Alimentos e Crianças: Regulação no Brasil e no Mundo”, com o lançamento de livro sobre o tema na sequência, com a presença das seguintes autoridades: Sra. Angelica Moura Goulart, Secretária Nacional de Promoção dos Di-

reitos da Criança e do Adolescente da SDH; Representante do Consea; Sra. Isabella Henriques, Diretora de Defesa e Futuro do Instituto Alana; Sr. Veet Vivarta, Secretário Executivo da ANDI; Prof. Fernando Paulino, UNB; Prof. Ricardo Morishita, FGV Rio; Prof. Carlos Monteiro, USP.

Gostaria, inclusive, Senadora, pelo mérito dessa proposição e por já ter realizado um seminário aqui na Casa pela Frente da Criança e do Adolescente sobre esse tema, de também subscrever o seu requerimento, se V. Ex^a concordar.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Perfeitamente.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Nesta medida, concedo a palavra a V. Ex^a tanto para encaminhar quanto para concordar ou não.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Este é um tema também altamente importante, conforme a Senadora Lídice da Mata já mencionou. É um tema que precisa ser debatido cada vez mais, porque trata da publicidade de alimentos para crianças.

Sabemos que há uma variedade muito grande de alimentos e que nem sempre conseguimos controlar. É necessário que haja uma regulamentação dos produtos que são comercializados e industrializados, para que tenhamos a garantia de que as nossas crianças estão se alimentando com alimentos que não vão trazer dificuldades ou prejuízo para a saúde delas.

Esse é um debate que considero altamente importante.

Agradeço à Senadora Lídice da Mata também por, junto comigo, estar realizando esta audiência pública.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 60, DE 2013

Requeiro, nos termos do Art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal realização de Audiência Pública no âmbito deste Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa para debater o Tema: “Uso de Agrotóxicos na Alimentação e a vulnerabilidade das populações rurais”,

com a presença das seguintes autoridades: Dra. Lia Giraldo, Pesquisadora da Fiocruz/PE; Sra. Maria Emília Pacheco, Presidenta do Consea; Representante da ANVISA; Dr. Sérgio Sauer, Professor da Universidade de Brasília –UNB; Dr. Wanderlei Pignati, Professor da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; Sr. Cléber Folgado, da Coordenação Nacional da Campanha Contra Agrotóxicos e pela Vida; Representante de Pais de Alunos da Escola de Rio Verde onde ocorreu pulverização de agrotóxicos em maio de 2013; Sr. Valmir José Noventa, Representante da Via Campesina.

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra, para encaminhar a discussão, à Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Srs. Senadores, Senadora Lídice da Mata, nós estamos propondo esta audiência pública a pedido, inclusive, de trabalhadores e trabalhadoras que moram em regiões que são altamente atingidas pela pulverização aérea de agrotóxicos. Normalmente são os pequenos produtores, os pequenos trabalhadores que são afetados pelo agrotóxico, porque as grandes propriedades acabam utilizando a pulverização aérea para poder atingir toda a propriedade. Aqueles que moram no entorno e mesmo nas cidades, Municípios pequenos onde as cidades são muito próximas, também são afetados. Nós temos exemplos muito concretos em que pessoas perderam completamente o cabelo, por exemplo, porque foram atingidas por esse tipo de produto agrotóxico.

Então fazer esse debate é muito importante para que possamos não só divulgar os malefícios da pulverização aérea em algumas áreas, mas também para buscar formas alternativas de solucionar essas questões.

Contamos aqui com o apoio dos colegas Senadores e da Senadora Lídice.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passo a palavra de volta à Senadora Ana Rita para continuar presidindo a reunião.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr^a Presidente, agradeço se pudermos

examinar o item 20, que se refere ao requerimento que V. Ex^a também assinou – o Senador Cristovam Buarque e outros poderão assinar –, no sentido de que possamos realizar audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a CDH, a fim de que possam ser ouvidos o Cardeal Raymundo Damasceno, Presidente da CNBB; Dom Orani João Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro; o escritor Frei Betto; Dom Frei Cláudio Hummes; o Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer; o Arcebispo também de São Paulo, Dom Giovanni D'Aniello, Núncio Apostólico do Brasil; e o teólogo e escritor Leonardo Boff – que, inclusive, escreveu um livro formidável sobre os dois Francisco, que a todos recomendo: *Francisco de Assis e Francisco de Roma* –, com o objetivo de essas comissões serem informadas acerca do legado da extraordinária visita que o Papa Francisco fez ao Brasil e também, no tocante à redução das desigualdades sociais, enfim, tudo aquilo que o Papa aqui colocou, e para o fortalecimento das relações do Estado brasileiro com o Estado do Vaticano.

O Papa Francisco apontou um novo projeto de igreja, nos moldes de São Francisco de Assis, uma igreja pobre para os pobres, com cheiro de ovelhas, humilde, simples, voltada para Deus, para as coisas divinas, em vez das coisas terrenas. Ele teve uma presença que foi altamente positiva, assim considerada por todos. Nós tivemos ali, no Rio de Janeiro, a maior manifestação pública, com mais de três milhões e meio de pessoas. Pelo registro de todos os meios de comunicação, tratou-se da maior manifestação pública havida na história do Brasil, vindo a coroar o sucesso da Jornada Mundial da Juventude, promovida pela Igreja Católica, que comoveu pessoas do mais largo espectro religioso, pois o Papa, aqui, manteve um diálogo tão positivo com pessoas de todas as religiões.

Acredito que, dada a relevância da visita do Papa, seria muito bom que pessoas como as citadas pudessem aqui refletir conosco sobre o que foi o legado dessa visita, quais são as consequências que poderão advir de algo tão positivo como a presença do Papa Francisco em nosso País.

É o requerimento, Sr. Presidente. Já tomei a liberdade de defendê-lo. O Senador Pedro Simon é coautor desse requerimento, junto com outros Senadores e Senadoras, que também o assinaram.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o Senador Eduardo Suplicy pela iniciativa de fazer esta audiência pública com esse caráter, com esse teor. Inclusive, eu assinei também o requerimento, assim como diversos Senadores. Então, parabenizo-o por isso.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 20
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 54, DE 2013

Requeremos, nos termos do Artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Comissão de Relações Exteriores e De Defesa Nacional, a fim que sejam ouvidos o Cardeal Raymundo Damasceno, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Orani João Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro, o escritor Frei Betto, Dom Frei Cláudio Hummes, XVIII Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, XVII Arcebispo de São Paulo, Dom Giovanni D'Aniello, Núncio Apostólico no Brasil, e o teólogo e escritor Leonardo Boff, com o objetivo de estas Comissões do Senado serem informadas acerca do legado da visita do Papa Francisco para a América Latina, principalmente no tocante à redução das desigualdades sociais, bem como para o fortalecimento das relações do Estado brasileiro com o Estado do Vaticano.)

Nós vamos, agora, retomar os itens dos projetos que são não terminativos. Mas, antes de mais nada, informo que o Senador Magno Malta ligou, pedindo que sejam retirados de pauta os itens 1 e 4. São dois projetos não terminativos, dos quais ele é o Relator. Ele está com problema de saúde, não pode estar aqui presente neste momento, porque está no consultório médico.

E o Senador Wilder Moraes também ligou, pedindo que seja retirado o item nº 6, porque S. Ex^a está numa agenda fora de Brasília.

Vou passar, então, para o item 3, página 51:

SUGESTÃO Nº 6, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Constituição Federal para valorizar o exercício do magistério e qualificar a ação dos professores das redes públicas

de educação básica (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010).

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta.

Observações: Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para a leitura do relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr^a Presidenta, esse projeto tem dois méritos diferentes dos outros: um é o mérito dele próprio o outro é o mérito da origem. Ele se origina do Programa Jovem Senador e foi apresentado por uma dessas jovens que participaram do programa, a Jovem Senadora Janaína Vilela, que foi a primeira signatária.

Quero chamar a atenção desses dois méritos para justificar o meu voto pela aprovação da Sugestão nº 6, de 2011, e seu acolhimento como Proposta de Emenda à Constituição desta Comissão de Direitos e Legislação Participativa, nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 20, parágrafo único, da Resolução nº 42, de 2010.

A Emenda da jovem Senadora Janaína Vilela prevê dois aspectos: um, que a carga de trabalho semanal relativa à soma dos cargos públicos a que se referem as alíneas “a” e “b” do inciso XVI, do *caput*, quando se tratar do magistério da educação básica, não poderá ultrapassar 40 horas, sem prejuízo salarial para os docentes em efetivo exercício hoje.

É mais que o óbvio que o professor não pode trabalhar mais de 40 horas. A lei que criou o piso salarial prevê inclusive que, dessas 40 horas, apenas 28 horas serão de pleno exercício da atividade acadêmica em sala de aula, o resto são de atividades paralelas, graças a uma emenda da Senadora Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte.

O segundo item que a Senadora Janaína propõe é que, além do disposto no inciso V do art. 206, a efetivação do professor para o exercício da educação básica dependerá de análise durante o estágio probatório, do domínio das técnicas didáticas, dos conhecimentos de cultura geral e pedagógica segundo diretrizes nacionais, assegurada a oferta gratuita em regime de colaboração de cursos de capacitação previamente à avaliação, no horário de trabalho e com presença obrigatória. Isso melhora a qualidade do professor.

A primeira proposta dela impede o uso abusivo de professores com cargas de horas que terminam prejudicando o professor e o aluno. Por isso, voto favorável à proposta da Jovem Senadora Janaína Vilela.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável à sugestão, nos termos da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos da Proposta de Emenda à Constituição, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão de Direitos Humanos.

Sim, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr^a Presidente, há um projeto que tem a Senadora Lídice da Mata como relatora, o item 9 da pauta; S. Ex^a se ausentou e eu queria pedir vista.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ela retorna, Senador Petecão. É possível aguardar um minutinho? A Senadora só foi votar na Comissão de Educação as emendas ao Orçamento.

Apenas pergunto à assessoria se ela vai demorar, para poder orientar aqui o Senador Petecão. (*Pausa.*)

Pode aguardar um pouquinho, Senador?

ITEM 5

SUGESTÃO Nº 3, DE 2013

– Não Terminativo –

Cria o adicional de especialização e de desempenho para os profissionais do magistério público da educação básica e dá outras providências.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações: Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr^a Presidenta, vem à apreciação deste Colegiado sugestão de projeto de lei das Jovens Senadoras Bruna Contijo, Jéssyca dos Santos, Jaquelline Cerqueira e Reigiane Alves, que propõem a criação de adicionais e gratificações para os profissionais do magistério público, além do piso nacional, estabelecido na Lei nº 11.738, de 2008.

Propõem também que à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios será autorizado celebrar convênios, planos de saúde para os seus professores.

Na justificação, as autoras observam que o projeto tem por objetivo criar um ambiente de valorização dos professores, garantindo-lhes uma remuneração digna e estímulos para o seu crescimento profissional.

Argumentam que essa medida refletirá na melhoria do ensino e na construção de melhores horizontes para o País.

A proposta foi aprovada por 27 Jovens Senadores em 21 de novembro de 2012, no âmbito da 2ª Legislatura do projeto Jovem Senador.

Nos termos do parágrafo único do art. 20, tem tratamento de sugestão legislativa, prescrita no inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado, a proposição devidamente aprovada e publicada.

Quando avaliada pelo Plenário do Senado Jovem, a proposta foi considerada positiva e de grande mérito. Os Jovens Senadores que a aprovaram concordaram com a autora quanto à necessidade de recompensar os profissionais que, por meio da sua dedicação, colocam os seus alunos em condição de excelência reconhecida nos exames oficiais em que sejam aprovados com louvor.

É necessário ajustar a proposta à boa técnica legislativa, que regulamenta a alínea “e” do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Transitórias para instituir piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público na educação básica, ou seja, a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

É necessário retirar da proposta a disposição que trata de plano de saúde, por ser esta matéria estranha à norma que regulamenta o piso salarial dos profissionais do magistério público.

Em face do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 3, nos termos do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2013

Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para criar o adicional de especialização e de desempenho para os profissionais do magistério público da educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 2º

§ 6º Na composição salarial dos profissionais do magistério público da educação básica, ademais do vencimento básico, deverá ser incluído:
I – adicional de oito por cento para cursos de especialização, dezesseis por cento para mestrado e vinte e quatro por cento para doutorado, calculados sobre o piso da categoria;

II – gratificação de desempenho de dez por cento para professores que sejam avaliados positivamente por uma comissão composta por estudantes, dirigentes da unidade escolar e por gestores da educação, uma vez por ano;
III – gratificação de cinco por cento por curso de capacitação ou aperfeiçoamento, com carga horária mínima de quarenta horas por curso, até o limite de vinte por cento ao ano.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O projeto tem por objetivo a valorização dos professores, garantindo-lhes remuneração digna e oferecendo-lhes estímulos para seu crescimento profissional, o que certamente refletirá na melhoria do ensino e na construção de melhores horizontes para o País.

Esse é o parecer, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria.(Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável à sugestão, nos termos do projeto de lei do Senado que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos favorável à sugestão, nos termos do projeto de lei do Senado apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão de Direitos Humanos.

Item 9 da pauta, pág. 110.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente, para instituir a emancipação penal automática no caso de reincidência e ato infracional.

Autoria: Senador Gim Argello

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para a leitura do relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Srª Presidente, eu o farei imediatamente, ressaltando apenas que tive que dar uma saída rápida para ir à Comissão de Educação votar as emendas da

LDO. Eu também apresentei diversas emendas aqui na nossa Comissão.

O projeto, Sr^a Presidente, trata de modificar o Estatuto da Criança e do Adolescente para instituir a emancipação penal automática no caso de reincidência de ato infracional.

Portanto, a matéria está submetida à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a análise, cabendo à última manifestar-se em decisão terminativa.

No mérito, cabe a esta Comissão, que trata das questões de direitos humanos, avaliar a medida com bastante cautela, na minha opinião.

Numa primeira avaliação, parece-nos que a criação de um novo instituto de emancipação penal compulsória como medida milagrosa para combater a violência praticada por adolescentes é um passo equivocados, um passo dado na direção oposta à das tendências mundiais de proteção a crianças e adolescentes.

Essa questão vem à tona, Sr^a Presidente, sempre que há um ato criminoso com a participação de adolescentes ou de jovens que são considerados adolescentes até 17 anos e 11 meses de idade. Portanto, ela vai de encontro ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que é justamente uma lei que prevê a proteção da população abaixo de 18 anos.

O Estatuto já prevê a punição a partir dos 12 anos até os 17 anos e 11 meses dos adolescentes brasileiros. Não é verdadeiro que não haja uma punição para aqueles que cometem algum tipo de crime antes dos 18 anos de idade em nosso País.

Acho, portanto, que esse tratamento diferenciado que se pretende estabelecer nessa lei, tratando de uma emancipação de adolescentes para, na prática, haver uma redução da maioridade penal no caso de adolescentes que sejam reincidentes no crime, está fora completamente do ponto de vista do mérito do que é a tendência, do que são os debates que nós travamos aqui nesta Casa, inclusive, por diversas vezes, tanto na Comissão Especial que discute o Código Penal, como na própria CCJ, em audiência pública já realizada sobre esse tema, no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e em todas as organizações não governamentais existentes no País que tratam de políticas públicas para criança e adolescente.

Eu creio, portanto, que essa medida não atende a essa tendência internacional de proteção à criança e não resolve, no nível do que se pretende, a situação do não cometimento de crimes. Ela não vai operar nenhum milagre, não vai transformar o adolescente em

adulto porque ele foi reincidente no crime, coisa que nem mesmo a maioridade penal faz.

A adolescência é reconhecida internacionalmente como um período de transição da fase humana, com profundas alterações orgânicas e psicológicas, de duração imprecisa. Esse período é caracterizado e reconhecido internacionalmente como adolescência.

A Organização Mundial da Saúde considera, para fins médicos, que a adolescência é o período compreendido entre os 10 e os 19 anos de idade. Já a Convenção Internacional dos Direitos da Criança estabelece que é criança o ser humano de até 18 anos de idade. Por isso, há idades diferentes para o trabalho, o alistamento eleitoral, o casamento e também para a aquisição de arma de fogo, por exemplo.

Não é, portanto, sem razão que a legislação penal esteja harmonizada com a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento, característica dos adolescentes. Nosso Código Penal, em seu art. 65, estabelece como atenuante o fato de o ilícito penal ter sido cometido por agente menor de 21 anos. Também o Código Civil, de 2012, estabeleceu a maioridade civil aos 18 anos, confirmando trato especial dispensado pelo legislador àqueles agentes considerados ainda em formação biopsíquica.

Por todas essas razões, Sr^a Presidente, embora eu tenha feito, e sempre faço, um esforço especial para não rejeitar matéria de autoria de nossos companheiros de trabalho Senadores, neste caso não me senti em condição de acolher essa proposição. Peço, portanto, desculpas ao Senador Gim Argello, mas considero que esta matéria merece ser rejeitada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco de Apoio ao Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Lídice.

Em discussão a matéria.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco da Maioria/PSD – AC) – Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco da Maioria/PSD – AC) – Eu queria pedir vista do relatório da Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O senhor está pedindo vista?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria, Sr^a Presidenta, de expressar minha concordância com o parecer da Senadora Lídice da Mata, que corresponde também às recomendações, por exemplo, de Dom Raimundo Damasceno, da CNBB, sobre esse tema.

Gostaria de aqui dar um breve informe.

Ainda neste último final de semana, eu tive a oportunidade de visitar, em Jaú, a Unidade de Recuperação de Jovens Guadalupe, trinta jovens que são

ali objeto de recuperação voluntária. Eles ingressaram naquele lugar, onde ficam de seis meses a um ano.

Eu almocei lá a convite do Cônego Dom Luís e conversei bastante com os jovens. Perguntei a respeito de suas vidas: alguns tinham permanecido em diversos presídios e estavam ali tendo uma orientação, uma possibilidade de aprendizado – também realizam atividades esportivas, de ioga, mas sobretudo de reflexão e também atividades, digamos, espirituais.

Ouvi depoimentos muito fortes a respeito de como, em vez de se colocar jovens em prisões, é importante dar-lhes oportunidade para se recuperarem através daquilo que pode ser considerado um caminho alternativo.

Queria deixar este depoimento, este registro de algo muito positivo que conheci de perto.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Suplicy.

O Senador Petecão está pedindo vista do projeto. Não sei se o Senador Suplicy também quer pedir vista...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim, vista coletiva, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vista coletiva? Então, nós vamos...

Sim, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco da Maioria/PSD – AC) – Quero dizer que o nosso pedido não significa nada contra o relatório da Senadora. Muito ao contrário: é no sentido de conversar com o autor do projeto para que possamos encontrar uma alternativa.

Concordo em parte com o relatório, mas entendo também que estamos diante de um problema grave. Todos os dias temos a mídia noticiando que o nosso jovem, o nosso adolescente, vem sendo usado pelos adultos para que possam cometer crimes. Então, a minha preocupação é no sentido de que possamos conversar com o autor do projeto e, se for possível, aprimorar esse relatório dele.

Obrigado, Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Não tenha dúvida. Eu quero dizer que vejo a sua preocupação, caro Senador. Por isso mesmo, acho que o pedido de vista coletiva nos garante isto: que, em um período de tempo determinado, a gente possa reanalisá-lo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo. PT – ES) – Com certeza, esse é um tema que precisa ser bastante debatido. É uma prerrogativa nossa como Parlamentar solicitar vista; é regimental. Portanto, é um prazo máximo de cinco dias, e a assessoria vai encaminhar o projeto, para que V. Exª possa ter condições de avaliar e analisar o conteúdo dele.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta, tendo em vista que

o requerimento para audiência sobre o legado da visita do Papa foi aprovado tanto nesta Comissão como também na Comissão de Relações Exteriores, gostaria de sugerir que as secretarias de ambas as comissões possam interagir. Disponho-me a colaborar, porque é preciso fazer contato com os convidados, ver qual é a agenda comum que possam todos atender e, se possível, marcarmos para uma das próximas quintas-feiras, porque é o dia da reunião regular tanto da CDH quanto da CRE, para que, então, possamos ter audiência sobre um tema que merece toda nossa atenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo. PT – ES) – Senador Suplicy, a assessoria vai entrar em contato com o gabinete de V. Exª para fazer o agendamento da melhor data, com certeza em uma quinta-feira, que é o dia que estamos destinando para realização das audiências públicas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E também na CRE é o dia normal das reuniões, às 10h.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo. PT – ES) – É o mesmo dia. Então, facilita inclusive que as duas comissões realizem em conjunto essa audiência.

Então, a assessoria vai entrar em contato com o gabinete de V. Exª para fazer o agendamento em comum acordo com a Comissão de Relações Exteriores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo. PT – ES) – Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Como sou Relatora desse item, passo a presidência à Senadora Lídice da Mata, para que possa prosseguir com a reunião.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo. PSB – BA) –

EXTRAPAUTA

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 61, DE 2013

Requeiro, nos termos do Art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal realização de Audiência Pública no âmbito

desta Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa com o objetivo de debater o tema “Programa Mais Médicos sob a ótica dos Direitos Humanos”, com a presença dos seguintes expositores: Representante do Ministério da Saúde. Maria Socorro (usuária), Presidenta do Conselho Nacional de Saúde. Representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde. Prefeito José Fortunati, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos.

Representante da FENAM – Federação Nacional dos Médicos. Acadêmico especialista em Saúde Coletiva.

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora para encaminhar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES)

– Este tema nos exige um debate profundo. Estamos acompanhando as manifestações por parte dos profissionais da área de saúde. Os médicos trazem os seus questionamentos com relação à contratação dos Mais Médicos e outros profissionais também.

Então, penso que precisamos fazer esse debate. Por um lado, os profissionais estão questionando a contratação do Mais Médicos, mas, por outro lado, a população também clama por um atendimento digno, e alguns lugares carecem de profissionais, principalmente de médicos. Então, fazer esse debate neste momento é altamente importante, até porque a medida provisória já está nesta Casa. Vamos ter de avaliar e discutir a medida provisória.

Então, na minha opinião, fazer esse debate no âmbito da Comissão de Direitos Humanos é de fundamental importância, porque queremos também dar o foco dos direitos humanos nessa discussão dos Mais Médicos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo. PSB – BA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Retorno a palavra à Presidência, Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo. PT – ES) – Não havendo mais projetos em condições de serem votados hoje – os demais constantes da pauta são terminativos, e o quórum não nos permite votar os projetos terminativos –, encerro a presente reunião.

Muito obrigada e um bom-dia a todos.

(Iniciada às 12 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 06 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 15 DE AGOSTO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 8 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas do dia quinze de agosto de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Lídice da Mata e os não membros Senadores Waldemir Moka e Cyro Miranda. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 55 de 2013, aprovado em 13/08/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema “*Violação dos direitos das APAEs – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil e a Escola Bilíngue para Deficientes Auditivos*”. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais, registrando, ainda, as seguintes **presenças**: Deputado Estadual Adolfo Brito – PT/RS, Deputado Estadual Gilberto Capoani – PMDB/RS, Deputado Estadual Valdeci Oliveira – PT/RS, Deputado Federal Eduardo Barbosa – PSDB/MG, Vereador Pedro Martendal – Cascavel/PR, Vereador Max Fortes – Itabirito/MG, Vereadora Marta Zanella – Santa Maria/RS, Vereadora Maria de Lourdes Castro – Santa Maria/RS, Vereador Emanuel Almeida – Belém/PA, Vereadora Cláudia Furlanetto – Passo Fundo/RS, Prefeito Emanuel Hassen de Jesus de Taquari/RS. O Senhor Presidente passa a palavra aos **convidados**, que fazem suas explanações, nesta ordem: Aracy Maria da Silva Ledo, Presidenta da Federação Nacional das APAES, com o tema “*A situação das APAES no Brasil*”; Fabiana Maria das Graças Oliveira, Coordenadora de Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional das APAES, com o tema “*A educação das APAES no Brasil*”; Martinha Clarete Dutra dos Santos, Diretora de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação, representante de Macaé Maria Evaristo dos Santos, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, com o tema “*Violação dos*”

direitos e conquistas de repasse de verbas por órgãos governamentais e repasse de valores do FUNDEB, Lei 11.494/07”; Antonio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com o tema “*Plano Viver Sem Limites – Portaria Interministerial nº 362/12 – direcionada às APAES*”. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Waldemir Moka, Eduardo Suplicy e Cyro Miranda. O Presidente franqueia a palavra ao Deputado Federal Eduardo Barbosa, aos Deputados Estaduais Adolfo Brito e Gilberto Capoani, aos Vereadores Pedro Martendal Araújo, Cláudia Furlanetto e Max Fortes, ao Presidente da Federação Nacional dos Surdos (FENEIS) Messias Ramos Costa e ao Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil Moisés Bauer Luiz. O Senhor Presidente agradece o trabalho e faz especial homenagem a Tatiana Arantes e Maria de Lourdes Costa, intérpretes de LIBRAS nesta Audiência, e registra a participação de dezenas de cidadãos por meio do e-mail da CDH e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: entrega em mãos à representante do MEC, Martinha Clarete, de requerimento assinado pelos Senadores presentes, com solicitação de audiência com o Ministro da Educação, para tratar do Plano Nacional de Educação e a sua Meta 4, com os seguintes representantes: Aracy Lêdo, Presidente Nacional das Apaes, Fabiana Oliveira, Coordenadora Pedagógica das Apaes, Moisés Bauer, Presidente da Organização Nacional de Cegos, Deputado Federal Eduardo Barbosa, Rosângela Wolff Moro, assessora jurídica da Federação Nacional das Apaes – Fenapaes; realização de nova audiência pública na CDH com as organizações que defendem a atual redação da Meta 4 do PNE; registro de que nesta Audiência prevaleceu a posição pela inclusão da palavra “preferencialmente” na Meta 4 do PNE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 55,

de 2013, da CDH, aprovado em 3 de agosto de 2013, por iniciativa deste Senador e de outros, para debater o tema: “Violação dos direitos das APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) no Brasil e a escola bilíngue para deficientes auditivos”.

Convidados para compor a Mesa: Aracy Maria da Silva Lêdo, Presidente da Federação Nacional das APAEs; Fabiana Maria das Graças Oliveira, Coordenadora de Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional das APAEs; Martinha Clarete Dutra dos Santos, Diretora de Políticas de Educação Especial, em representação à Srª Macaé Maria Evaristo dos Santos, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação; Antonio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e Marcos de Brito, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (Apada).

De imediato, nós vamos iniciar a nossa audiência pública, conforme o horário combinado: 8 horas.

Convido a minha querida Senadora Ana Rita, presente neste momento, Presidente desta Comissão, sou o autor do requerimento, a assumir a Presidência de imediato. Faço questão de que V. Exª faça a abertura.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu iria abrir e passar para V. Exª. Pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Senadora Ana Rita, com a sua grandeza política, disse que prefere que a gente inicie. Depois ela assume os trabalhos.

De imediato, nós vamos iniciar o debate do tema, passando a palavra para a nossa primeira convidada, que já está presente. Sei que os outros virão, naturalmente.

Esta audiência decorre de um pedido das próprias APAEs. Ela acontece a pedido das APAEs. Eu ainda falava com a assessoria que as APAEs que organizariam aqui a presença de outros convidados no plenário, já que havia uma grande mobilização em Brasília no dia de ontem, como ocorreu. Sei que, claro, depois da mobilização, muitos tiveram de voltar aos Estados de origem até para não pagar mais a hospedagem de hotel à noite. É claro que entendo.

O tema que vamos debater no dia de hoje – recebi inclusive uma nota técnica do MEC a respeito – é a escola inclusiva e a questão do entendimento que muitos setores têm das escolas especiais. Ninguém é contra a escola inclusiva, mas muitos entendem também que é preciso ter um carinho especial para situações especiais. E aí a APAE vem fazendo um trabalho belíssimo ao longo dos anos. Eu mesmo, no debate do Estatuto da Pessoa com Deficiência, fiz questão

de incluir essa matéria para apontar caminhos, a fim de que a gente consiga assegurar uma redação final que contemple a todos.

O MEC nos mandou uma nota técnica, mas quem vai ler essa nota naturalmente vai ser a representante desse órgão quando aqui chegar.

Então, neste momento, para que discorra sobre o tema, já que nós estamos ao vivo para todo o Brasil, eu convido a Presidenta da Federação Nacional das APAEs, Dr^a Aracy Maria da Silva Lêdo, gaúcha, lá do meu Rio Grande, a quem tive a alegria de visitar na sede da APAE, onde fui muito recebido. Agora, com o mesmo carinho, estou recebendo-a aqui. É uma gentileza da Presidente Ana Rita eu receber essa gaúcha aqui, porque a Dr^a Aracy Maria da Silva Lêdo é gaúcha, lá do meu Rio Grande. Eu estive visitando-a. Eu agradeço à Senadora Ana Rita, que disse: “Abra, faça o teu carinho para tua gaúcha. Depois, eu assumo.”

Então, com a palavra a Dr^a Aracy Maria da Silva Lêdo.

A SR^a ARACY MARIA DA SILVA LÊDO – Em primeiro lugar um bom-dia à Senadora Ana Rita, ao nosso parceiro e conterrâneo Senador Paulo Paim e às demais autoridades presentes.

Que bom uma faixa da Feapaes, mas lamento não termos hoje aqui um quórum das APAEs, em virtude da grande mobilização que aconteceu ontem e devido aos altos custos da hotelaria. Mas não poderíamos nos furtar desta oportunidade de vir aqui e fazer as nossas colocações a respeito do que se trata a inclusão social.

Há bem pouco tempo – e dá para fazermos um acompanhamento; eu digo para os que têm um pouco mais de idade – qual o analista político seria capaz de dizer que chegaria um tempo em todos saíam às ruas para buscarem o que precisavam? Houve a luta pelas diretas e outros movimentos sociais e, hoje, atravessamos um momento social e político importantíssimo em nosso País, em que a população brasileira ordeiramente – excluímos aquele grupo das caras tapadas – está saindo, junto com suas famílias, para manifestar os seus desejos, os seus anseios e a sua vontade de dizer do que precisam. Pois chegou o nosso momento também.

Começamos ontem... Começamos ontem não. Dia 7 de agosto nós fizemos uma grande mobilização nacional e ontem também houve uma manifestação aqui em Brasília, com representantes do Brasil inteiro. Ela foi muito significativa, porque foi uma oportunidade de as pessoas dizerem, de colocarem por que estavam aqui.

Há pouco tempo só se fala em inclusão, inclusão, inclusão. O movimento das APAEs passou por várias etapas. Tivemos o nosso início como assistencialistas, o que há muito tempo deixamos de ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aracy, só uma interrupção para registrarmos que já está conosco o Sr. Antonio José Ferreira, Secretário Nacional da Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, representando aqui a Ministra Maria do Rosário.

A SR^a ARACY MARIA DA SILVA LÊDO – Bom dia, Secretário!

Na realidade, em nome da inclusão, é que os movimentos sociais estão se acentuando. Agora, eu não entendo... E aqui vou falar não como técnica e nem pela minha formação, mas como cidadã: nós queremos a inclusão; a inclusão não tem mais volta. Ela esta posta, e as APAEs muito bem sabem fazer a inclusão. Só que o processo de inclusão elaborado pelas APAEs é um processo; ele caminha, ninguém é preso, ninguém é limitado a sair de uma APAE. A APAE é aberta e, enquanto alguém está na APAE, tem trabalho pedagógico no turno e no contraturno, tem todas as áreas técnicas para favorecer o seu desenvolvimento e o seu desempenho. Aí, o aluno estando pronto, ele é acompanhado, é conduzido a uma escola comum, regular.

Agora, em nome dessa inclusão, que mais do que ninguém nós queremos – e, quiçá, um dia todos estejam incluídos – estamos recebendo, admiravelmente, uma oposição que eu não sei por quê. Eu não sei por que oposição, se todos nós queremos a mesma coisa! Queremos inclusão, sim; nós não queremos radicalismos.

Admira-me muito a posição do MEC, fazendo contrapartida à postura e à posição da nossa Presidenta. Na última III Conferência, a Presidenta deixou muito claro que uma escola não exclui a outra. Então, por que colocarmos prazo nessa inclusão? Inclusão não tem que ter prazo, gente! Inclusão é uma passagem, é um processo naturalmente. Como vamos limitar em 2014, 2016, 2020, sei lá eu? E será que nós vamos estar prontos?

Mas, se o aluno estiver pronto hoje, ele tem mais é que ir, e é o que nós fazemos. Nós não somos barreira para ninguém, e o que nós fizemos ontem aqui em Brasília não foi protesto. Ontem, até dando uma entrevista ao final do dia, eles colocaram na faixa, fazendo um chamamento para o protesto das APAEs, e eu comecei colocando que não fizemos protesto. Não somos contra. A Presidente foi muito clara e disse. Como nós vamos fazer oposição ao que já foi colocado? Uma escola não exclui a outra.

Não concordamos é que, em nome da inclusão, nós estejamos excluindo os nossos alunos, porque, na medida em que houver um tempo para ele entrar e todos estarem lá, ou nós servirmos de apoio para uma escola comum, quando... Na realidade, a escola

comum hoje está precisando do nosso apoio, porque nós estamos sabendo fazer. Temos visto por esse Brasil oficinas, às vezes, entulhadas de alunos especiais, sem o devido atendimento. Isso eu não quero; isso é exclusão. Eu quero inclusão com dignidade, com respeito, com cidadania, respeitando o indivíduo. E, se todos nós queremos inclusão, temos uma linguagem só.

Agora, sinto que a preocupação é muito grande em cima dos financiamentos, porque, automaticamente, à medida que vai ser incluído todo na escola comum, o financiamento não é para auxiliar a APAE. Só que a APAE nesse momento, e há muito tempo, faz a parte que o Governo deixa de fazer, que é o atendimento da pessoa com deficiência.

Então, não vejo por que estarmos brigando. Não é briga, não é protesto, mas vamos entrar na real. Não precisamos dar prazo. Nós queremos a inclusão? Queremos! Vamos falar junto, vamos nos aproximar. Acho que aqui não é guerra, nem pode ser, nem eu estou aqui para lutar de frente com ninguém. Eu quero a manutenção da Meta 4, que diz uma palavra só: “preferencialmente”, respeitando o direito da família de escolher o lugar onde o filho vai. É só isso. Não precisa complicar.

E foi pena que, na comissão onde esse texto foi mudado, perdeu-se tempo, porque já poderíamos estar com essa meta aprovada para o Plano Nacional de Educação, que todos nós queremos. Isso já poderia estar aprovado. Mas, por desconhecimento, porque às vezes as pessoas não têm a pessoa na família, não sabem como tratar, não sabem o que dizer e ainda têm de enfeitar, colocando outras palavras ou retirando palavras. A palavra “preferencialmente”, mantida na Meta 4, no Plano Nacional da Educação, abre a possibilidade de o processo inclusivo acontecer sem limites, e a pessoa com deficiência, o nosso aluno, o nosso cidadão, porque respeitamos demais o indivíduo com deficiência, ir naturalmente. Então, se ele for automaticamente, o financiamento está lá, estamos prontos para trabalhar juntos. Não vejo por que limitar, não vejo por que dar um destaque, retirando do foco a educação especial.

A educação especial elaborada pelas APAEs pode não ser a melhor do mundo, mas garanto que é muito melhor do que a educação especial que está sendo ofertada na rede comum, porque os profissionais enfrentam dificuldades e, se formos ver, em nível de pesquisa no Brasil, temos a totalidade de resultados em que os profissionais, as pessoas que trabalham nas escolas, entendem que tem de haver tempo, mas o tempo não pode ser limitado.

A nossa defesa – nem é briga – é pela não limitação ao tempo. E que as coisas transcorram normal-

mente e que, acima de tudo, se respeite a postura da Presidenta da República, que disse muito claramente que uma escola não exclui a outra.

Então, vou pedir encarecidamente que os senhores, as pessoas que representam o MEC, repensem. Estão colocando limites em benefício próprio, mas o governo muda de quatro em quatro anos, e o movimento das APAEs, que tem 60 anos de história, não para por aqui.

Ontem, já demos uma prova, e não é ameaça. É o nosso desejo que está saindo; não é ameaça, mas nós não vamos parar. Nós precisamos continuar lutando, porque o movimento das APAEs é um movimento em defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Vamos continuar lutando. Ontem, tivemos uma prova enorme com a presença muito grande de Senadores ao nosso encontro de ontem: todos favoráveis à nossa proposta, todos reconhecendo que, preferencialmente, se abre o processo e não fecha nada. Então, essa é a hora do compromisso vir à tona. Vamos parar de nos preocupar com as pessoas que estão interferindo nisso. Não queremos atrito, briga, de jeito nenhum. Estamos disponíveis.

Secretários, nossos Senadores e demais autoridades que aqui se encontram, trabalhamos com o indivíduo que é um cidadão e, como cidadãos, como defensores da cidadania, temos que estar juntos. Então, peço encarecidamente um carinho especial no sentido de manter a expressão “preferencialmente” na Meta 4. Aí, vamos ganhar não só uma aprovação, mas um trabalho de nação brasileira, em concordância com a Presidente da República, que não poderá ser feito como oposição.

E aqui também fica o nosso reconhecimento pelo Programa Viver Sem Limite, da Presidenta da República. E não gostaria que os membros do mesmo partido fizessem oposição a tudo isso. Queremos, também e acima de tudo, ser respeitados.

Agradeço essa oportunidade, pedindo desculpas pelos membros das APAEs que não puderam permanecer devido aos altos custos da hotelaria. Acho que o que tínhamos que dizer ontem e hoje – vamos continuar dizendo – é que estamos aqui, estamos presentes, que fazemos a defesa do cidadão, principalmente da pessoa com deficiência. Mesmo eu sendo apenas amiga das APAEs, digo que, pelo grande envolvimento, respeitamos muito e agradecemos por esta oportunidade.

Aqui registro a presença de Deputados do Rio Grande do Sul, que aqui estão. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Aracy Maria da Silva Lêdo.

Só para que ninguém tenha dúvida, esse movimento das APAEs no dia de ontem vem sendo organizado há alguns meses e, por isso, foi um grande movimento. A nossa intenção, inclusive, era fazer a audiência pública na quarta, ontem. Mas, como pela manhã há inúmeros trabalhos nas Comissões, não foi possível. E, aí, a Comissão de Educação, de forma acolhedora, recebeu-os ao meio-dia, e lá estiveram cerca de 15, 16 Senadores para que a APAE fizesse um relato com a presença dos líderes de todos os Estados.

Conversando aqui com a nossa Líder. Dr^a Aracy, mantivemos a audiência pública nesta quinta-feira pela manhã, inclusive com a participação do MEC. Tenho certeza de que o MEC estará aqui. Inclusive, há aqui uma nota técnica do MEC, que pretende – eu não diria fazer o contraponto – dialogar. Estamos aqui para dialogar e buscar um grande entendimento, que acho ser possível, até pela fala da Dr^a Aracy. Ninguém está aqui para fazer oposição a ninguém. Aqui não temos um debate entre governo e oposição; aqui temos somente um viés: são as pessoas com deficiências. A elas dedicamos, eu diria, grande parte das nossas vidas.

Eu, como autor, incluí no Estatuto da Pessoa com Deficiência essa possibilidade. Está incluída lá mediante um amplo acordo que estamos fazendo. Ninguém quer aqui exclusão total. Queremos a escola inclusiva, mas que se deixe a porta aberta para as situações especiais, que é, mais ou menos, o que a Dr^a Aracy também falou.

A SR^a ARACY MARIA DA SILVA LÊDO – Destaco: professora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para mim, ela é doutora, porque conhece tudo acerca dessa área. Como eu dizia aqui, ela me recebeu com muito carinho na sua sede em Porto Alegre, que é uma sede muito acolhedora.

Enfim, continuando, passamos a palavra a Dr^a Fabiana Maria das Graças Oliveira, Coordenadora de Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional das APAEs.

A SR^a FABIANA MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA – Bom dia. Obrigada, Senador Paim. Agradecemos as pessoas presentes à Mesa. Saudamos a nossa Presidente, Aracy; ao Antonio José, Secretário de Defesa das Pessoas com Deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para não interromper depois, faço a questão de registrar já a presença do Deputado Estadual Gilberto Capoani e do Deputado Adolfo Brito.

Sejam bem-vindos aqui! Vamos aqui interagir para a construção coletiva de uma grande saída.

Ontem, foi só um ato simbólico. Aqui, nesta Comissão, podemos apontar caminhos para um grande entendimento. E acho que isso é possível.

Volto a palavra para a Dr^a Fabiana.

A SR^a FABIANA MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA – Continuando, quero saudar também os demais presentes.

Infelizmente, nós não podemos contar com nossos parceiros apaeanos, com os representantes das Associações Pestalozzi, com os representantes da Feneis, com os representantes das entidades que atendem à pessoa com cegueira e com as demais instituições do Distrito Federal e do nosso imenso País, mas nós lhes mandamos o nosso grande abraço.

Quero dizer que nós estamos aqui por uma causa: a defesa dos direitos da pessoa com deficiência e do seu direito à escolarização.

Continuando a fala da nossa Presidente Aracy, nós temos uma questão a debater, que é o Plano Nacional de Educação. No texto atual, além da expressão “preferencialmente na rede regular de ensino”, extraída da nossa Constituição Federal de 1988, do art. 208, nós entendemos esse termo “preferencialmente”, realmente, como um direito de opção, um direito de escolha da escola: as pessoas com deficiência podem escolher onde querem estudar, e as famílias têm o direito de escolher onde querem que seus filhos estudem.

Uma questão básica também no texto do Plano Nacional de Educação é a inserção da escola especial, que foi retirada.

Ao longo dos anos, a escola especial foi construída fazendo a história da educação especial no nosso País. Essas escolas especiais, no âmbito das APAEs, das Associações Pestalozzi e das outras instituições que atendem à pessoa com deficiência, foram se organizando, construindo seus planos de atendimento, construindo propostas pedagógicas, acompanhando o que era determinado pela legislação educacional no País, começando com o art. 89, com destaque para o reconhecimento do apoio técnico e financeiro daquelas que fossem regularmente reconhecidas pelo sistema de ensino.

Foi o que fizeram as escolas especiais: montaram suas propostas pedagógicas para atender numa linha educacional, para encaminhar o direito à educação das pessoas com deficiência, posteriormente, à Lei nº 5.692, de 1971. E, hoje, há a Lei nº 9.394, de 1996, a LDB, cujos arts. 58 a 60 são destinados à educação especial. Enfim, as escolas especiais não foram construídas à revelia do que propõe o sistema de ensino no nosso País.

Também, paralelamente, foram buscando um espaço para serem reconhecidas como escolas da rede

regular de ensino oportunamente, quando regularizadas. E isso foi encaminhado pela nossa LDB de 1996.

Posteriormente à LDB, então, para que houvesse essa regularização, para que as escolas especiais fossem regularizadas, foi lançada a Resolução nº 2, do Conselho Nacional de Educação, de 11 de setembro de 2001, e, juntamente com essa Resolução, a título de encaminhamento e de esclarecimento, o Parecer nº 17, também do Conselho Nacional de Educação.

O que quero dizer com isso? Quero dizer que as escolas especiais não nasceram do nada. Elas nasceram do direito à educação e de uma proposição das instituições, principalmente das instituições não governamentais que foram criadas e instituídas para a implantação dessas escolas, para que elas não ficassem à revelia do sistema de ensino, para que, realmente, essas escolas fossem reconhecidas como escolas regularizadas, com propostas pedagógicas, com regimento escolar e, sobretudo, com competência, com estudos, com profissionais especializados, com equipamentos, com materiais, com espaços físicos, sempre no contexto do sistema de ensino e com as orientações da legislação educacional.

O que ocorre? Se as escolas especiais não forem reconhecidas como escolas para a oferta da modalidade de educação especial, que é uma modalidade da LDB, essas escolas perderão o direito de oferecer educação escolar, que é direito do aluno. E, ao não se oferecer a educação escolar, muitos desses alunos deixarão de ter uma das únicas opções de fazer a sua educação escolar, conforme a escolha dos próprios alunos e conforme também a escolha de suas próprias famílias.

Conforme disse a nossa Presidente Aracy, a rede apaeana e as instituições especializadas, parceiras ao longo desses anos do Governo, parceiras ao longo desses anos dos próprios projetos do Ministério da Educação, foram se organizando no sentido de jamais andar na contramão, mas para garantir que essas pessoas tivessem uma educação de qualidade, garantir que essas pessoas tivessem continuidade nos seus estudos, garantir que realmente essas escolas partissem para se construir como escolas de fato e de direito, como escolas que realmente garantissem, porque a escola especial pode ser uma escola com princípios inclusivos.

A inclusão é direito de todos. Nós reconhecemos isso. O trabalho na diversidade é um trabalho que tem que ser feito pelas escolas nacionais. O nosso Governo é signatário de todas as convenções internacionais. Nós reconhecemos isso também, mas ao mesmo tempo nós não podemos entender como, de repente, para criar um sistema inclusivo, nós temos que ter posturas excludentes; e ter posturas excludentes é tirar o direito

de as escolas especiais funcionarem, aquelas escolas que se regularizarem, aquelas escolas que têm suas propostas pedagógicas. Inclusive, como exemplo, as APAEs criaram, ao longo desse período, propostas curriculares, projetos orientadores para que essas escolas oferecessem a educação básica completa na modalidade educação especial. A APAE Educadora foi construída para orientar como montar uma proposta pedagógica, um regimento escolar da forma como prevê a legislação. Enfim, a nossa grande preocupação é que esse aluno realmente tenha sua vida escolar com acesso, permanência e percurso com qualidade.

Uma outra questão. Nós não temos estatísticas oficiais que nos digam sobre a qualidade e a forma como esses alunos que nós temos inclusive encaminhado para a inclusão – porque nós entendemos como direito – estão sendo atendidos. Nós temos debatido como esses alunos estão sendo atendidos, em respeito à escola comum, porque nós reconhecemos assim: o sistema que defendemos é um sistema de ensino que tem que ter um perfil democrático, a escola comum e a escola especial. Os alunos que estiverem na escola comum, incluídos, são os alunos que têm todo o direito de ter uma educação de qualidade, é claro. Essa educação de qualidade pode ser acompanhada, em outro período, pelas escolas especiais, mas nós temos casos de alunos com graves complexidades. Para isso que as escolas especiais foram reconhecidas como oferta naqueles casos de alunos cujos apoios e ajudas são tão intensos às suas necessidades que a escola comum não consegue prover. Isso é o que diz o texto da legislação; isso é o que diz o texto da Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação.

É luta nossa que realmente fossem reconhecidos os casos desses alunos, para evitar aquele processo de uma educação especial que tinha o perfil de medicalização ou um perfil de benesse, caridade e favor. As próprias instituições foram trabalhando no sentido de romper com esse período, que é histórico, que foi construído na educação nacional e que não foi construído pelas escolas especiais. Esse é um processo histórico de construção, de encaminhamento da vida das pessoas com deficiência na vida e na escola. Nós trabalhamos no sentido de romper com essa postura.

Ao trabalharmos e planejarmos a construção da escola especial no perfil da LDB de 1996, no perfil de uma escola de fato, de uma escola de direito, nós estamos defendendo uma escola especial. Ou seja, nós não estamos defendendo um espaço simplesmente, nós não estamos defendendo um prédio simplesmente, nós não estamos defendendo uma sigla. Nós estamos defendendo o direito à educação, sim; o direito à educação com princípios inclusivos. A escola especial

também deve ser uma escola com princípios inclusivos, porque ela não tem que deixar seus alunos sem a participação, juntamente com os outros alunos. Isso, hoje, é favorecido. Quem conhece a história sabe que, hoje, as escolas especiais são abertas a fazer programas conjuntos. Hoje, as escolas especiais são abertas para oferecer cursos e capacitações.

Portanto, ao longo desse período todo de existência, somando-se a experiência das associações Pestalozzi e das APAEs, são mais de 100 anos de educação especial no nosso País, feita com seriedade, com responsabilidade e com compromisso para com a educação escolar, de fato, da pessoa com deficiência.

As APAEs já vão fazer 60 anos no País. As Associações Pestalozzi nasceram em Canoas, no Rio Grande do Sul, terra do nosso Senador, em 1926. São muitos anos de trabalho.

Portanto, mais uma vez, a nossa estranheza. Nós podemos conviver, como disse a nossa Presidente Dilma Rousseff, no evento da conferência das pessoas com deficiência. Uma escola não exclui a outra. Nós podemos e estamos defendendo o direito das duas escolas: a escola comum e a especial. Nós podemos dialogar, fazer um trabalho conjunto, distribuir os conhecimentos entre nós, o diálogo entre os professores, porque é isso que nós defendemos. Um conhecimento complementa o outro. Podemos ter uma relação de parceria. Ao longo desses anos, nós vivemos como parceiros do MEC, sempre trabalhando no sentido da oferta de cursos, de congressos, de seminários. As famílias que nos acompanham ao longo dessa data com certeza não foram devidamente escutadas para saber se querem que as escolas fechem; as pessoas com deficiência com certeza não foram ouvidas para dizer, na sua totalidade, se querem ficar sem escola especial.

E há outra questão, meus senhores. Nós não obrigamos as pessoas com deficiência a ficar nas escolas especiais. Não é preciso haver um decreto que determine isso. Inclusão não se faz por decreto, inclusão se faz por ação, se faz por postura, se faz por profissionalismo, se faz por interesse, se faz por conhecimento, se faz por planejamento. Nós estamos defendendo em nosso País a democracia, o direito da existência pacífica, com uma convivência harmônica, uma convivência profissional, em que possamos discutir entre nós a educação especial de que os alunos com deficiência precisam. Há muitos anos defendemos isso.

Eu tive um irmão com deficiência intelectual, com grave complexidade, e esse foi o motivo de eu trabalhar com pessoas com deficiência, o que faço até hoje. Eu defendo a educação como, realmente, a mola mestra, a base de formação e de construção da cidadania. E acredito que a educação especial bem feita e planejada,

da forma como veio para existir como modalidade, é passível de promover a superação, promover a aprendizagem, promover realmente o acesso e o percurso com sucesso das pessoas com deficiência.

O que nós defendemos, então, é que no texto do Plano Nacional de Educação volte a constar a escola especial como um dos locais de oferta da educação escolar na modalidade educação especial e também a possibilidade e a oferta do atendimento educacional especializado. A escola especial pode oferecer tanto a educação escolar como o atendimento educacional especializado. Em suma, a escola especial foi criada para trabalhar com a modalidade de educação especial.

(Soa a campanha.)

A SR^a FABIANA MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA

– Além dos professores, nós já contamos com uma equipe preparada, especializada, especialmente para esse trabalho. E podemos fazer muito mais na parceria, que nós reivindicamos e queremos com o Governo, reabrindo, neste momento, como disse o nosso Senador, o diálogo, reabrindo uma aproximação, o que é possível. A legislação está aí, com todo o nosso respeito à Convenção sobre as Pessoas com Deficiência, de defesa dos direitos, e à legislação educacional, que defende a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Nós defendemos isso. Mas nesse espaço haverá uma lacuna muito grande se não existir a possibilidade de o aluno também escolher se quer estudar na escola especial, assim como a sua família.

Muito obrigada. Que tenhamos um dia de debate e de diálogo muito promissor para a educação especial em nosso País.

Aproveito – só um pouquinho – para pedir, Senador, também o empenho desta Casa, juntamente com a Câmara, na volta da Secretaria de Educação Especial, que hoje não está no contexto do Ministério da Educação. Ela é uma diretoria dentro de uma secretaria, e a educação especial é uma modalidade de grande expressão, de grande necessidade; ela precisa ser reativada dentro do contexto do MEC, para realmente dar essa visibilidade.

A modalidade educação especial, meus senhores, é extremamente importante; é ela que é direcionadora na vida escolar das pessoas com deficiência. Vamos retomar a Secretaria de Educação Especial, que era a Seesp, que historicamente foi construída para existir como espaço político-educacional, para atender a grande demanda das pessoas com deficiência no seu direito à educação.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Fabiana Maria

das Graças Oliveira, Coordenadora de Educação e Ação pedagógica da Federação Nacional das APAEs.

Eu estou dando quinze minutos, com mais cinco, se necessário. Cada um usa seu tempo, sem prejuízo de avançarmos depois no debate.

Quero também registrar a presença dos que vieram lá do Rio Grande. Como o Deputado Gilberto Capoani e o Deputado Adolfo Brito, veio também o Deputado Valdeci Oliveira, que é um dos líderes da Bancada do PT, mas S. Ex^a se sentiu mal e está no hotel.

Os senhores terão oportunidade no momento dos debates.

Agora vamos continuar aqui com os nossos convidados, lembrando a todos que quiserem participar desta audiência pública que o contato é: scomcdh@senado.gov.br.

Chamamos, neste momento, para usar a palavra a Dr^a Martinha Clarete, que é Diretora de Política de Educação Especial, em representação à Sr^a Macaé Maria Evaristo dos Santos, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação. Ou seja, a Dr^a Martinha Clarete representa aqui o MEC neste momento.

A palavra está com você pelo tempo de quinze minutos, com mais cinco, mas com toda a tolerância que esta Mesa dará a todos os convidados.

A SR^a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Muito bom dia, Senador Paulo Paim, Prof^a Fabiana, Antonio José, Aracy, Presidente da Federação Nacional das APAEs...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidenta da Comissão, Senadora Ana Rita está aqui conosco.

A SR^a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Muito prazer reencontrá-la.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ela me convidou, mas é como se ela estivesse presidindo.

A SR^a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas, a qualquer momento, ela assume; é só ela me dar o sinal.

A SR^a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Muito bem, Senadora. Muita alegria em reencontrá-la. Um bom-dia a todas e a todos.

Eu quero aqui, em nome do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante; da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Prof^a Macaé Evaristo, agradecer primeiramente pelo convite e pela oportunidade.

O Ministério da Educação tem primado pelo espaço de diálogo e construção das políticas educacionais

brasileiras. E é muito importante, neste momento em que nós queremos compartilhar militâncias, queremos compartilhar práticas e concepções nesse processo, nós dizemos para o Brasil que o Congresso Nacional brasileiro trabalhou intensamente pela ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência tão logo esse documento foi homologado pela Organização das Nações Unidas, em 13 de dezembro de 2006. Então, o Brasil, imediatamente, fez a sua parte em dizer “queremos ratificar”. Isso já foi feito em março de 2007. E na sequência, Senador, tanto a Câmara quanto o Senado, em quórum qualificado, fizeram um trabalho, um esforço de, num tempo recorde, ratificar esse documento com força constitucional. E isso levou o Governo brasileiro, no âmbito do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, a rever o seu arcabouço jurídico para adequar todas as nossas ações aos princípios da convenção.

Então, com base no art. 24, que diz que é direito – acho que está na tela o primeiro eslaide que se refere à Convenção –, inicialmente, já quebra o nosso paradigma.

O Brasil vinha compreendendo a deficiência a partir de um modelo médico, com base nas suas características clínicas. A partir do art. 1º da Convenção, o Brasil já assume um novo paradigma na classificação da deficiência, colocando que, de fato, nós temos de identificar as barreiras existentes no ambiente, pois são essas barreiras que podem dificultar ou obstar o nosso exercício pleno dos direitos.

Então, por essa razão, a condição sensorial, física ou intelectual é uma das nossas características individuais, mas nós, pessoas com deficiência, não podemos ser resumidas à nossa condição de deficiência; nós temos que, sim, ter o direito, no momento em que nós suplantamos essas barreiras, a termos uma condição de igualdade com as demais pessoas no desenvolvimento pleno e integral do ser humano.

Aí, a gente vem para o próximo eslaide, que vai tratar especificamente dos compromissos: compromissos assumidos, no âmbito da educação, perante o art. 24.

Então, a Convenção é bastante explícita quando afirma que o direito da pessoa à educação se efetiva quando essa educação é feita num sistema educacional inclusivo. E, para esse sistema acontecer, o Estado brasileiro deve, sim, promover mudanças, promover transformações, que são exatamente a oferta das medidas de apoio.

A Convenção define como medidas de apoio aquelas necessárias ao atendimento das especificidades das pessoas com deficiência. E é para operacionalizar esse princípio, quer dizer, para dar condições

de efetivação desse princípio que o Brasil começa, no âmbito da educação, a alterar tanto as orientações nacionais para o sistema público e privado de educação quanto a política de financiamento da educação; e, principalmente, o MEC passa a definir ações de apoio, complementares e suplementares, ao sistema de ensino, visando construir essas condições de acessibilidade, essas medidas de apoio.

E é nesse sentido que a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva inclusiva, foi elaborada, em 2007, com ampla discussão. E, aí, Fabiana, eu acho que é muito importante a gente lembrar o entendimento feito à época. À época, a gente discutiu muito esse tema: vamos fechar ou não as escolas especiais? Vamos ressignificar? Vamos reorientar? Enfim, qual vai ser a nossa medida?

Assim, a Política Nacional teve várias versões, e cada versão produzida pelo grupo de trabalho, nomeado pelo Ministro da Educação, era submetida à discussão. E, na época, o entendimento foi exatamente no sentido de contar com o trabalho conjunto.

Então, o que ficou definido no âmbito da Política Nacional, que, hoje, orienta o sistema de ensino no Brasil?

Primeiramente, que educação especial é uma modalidade de ensino, só que é uma modalidade complementar. Para atender ao princípio do desenvolvimento inclusivo do sistema de ensino, a educação especial deixa de ser uma modalidade substitutiva e passa a ser uma modalidade complementar e suplementar. Isso quer dizer que ela tem lugar; ela continua existindo e apoiando esse processo de inclusão.

Segundo, o atendimento educacional especializado passa a ser concebido e definido como o conjunto de recursos e serviços disponíveis nas escolas comuns, de ensino regular e na EJA, para promover as condições de atendimento das especificidades de cada estudante. Isto é: oferta de recursos de tecnologia assistiva; oferta do ensino da Língua Brasileira de Sinais e do Sistema Braille; oferta dos serviços de apoio, guia-intérprete, tradução e interpretação, etc.

Então, esse conjunto de serviços e recursos passa a ser atribuição do atendimento educacional especializado inserido nessa modalidade de ensino, que é transversal à educação infantil, ao ensino fundamental, ao ensino médio, à educação profissional e tecnológica e à educação superior, entendendo que a pessoa com deficiência tem direito ao pleno fluxo e aos níveis mais elevados de ensino, conforme estabelece a convenção.

O que é importante dizer? Que, para atingir esse patamar, essa qualidade social de um sistema educacional inclusivo, faz-se necessário um grande esforço nacional, das redes municipais, das redes estaduais, do

Distrito Federal e, principalmente, contar com o apoio das organizações não governamentais, das instituições filantrópicas, confessionais, sem fins lucrativos, por meio dos convênios. Esse mecanismo jurídico foi mantido e é orientado pelo Ministério da Educação para que esse convênio seja feito exatamente para que as redes de ensino públicas tenham condições de prestar esse atendimento adequadamente.

Então, é nesse sentido que nasce o Decreto nº 6.571, lá em 2008, que institui uma política pública de financiamento importantíssima no Brasil, Senador. Pela primeira vez, nós passamos a instituir a dupla matrícula. A dupla matrícula, no âmbito do Fundeb. O Fundo Nacional de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e Valorização do Magistério é, hoje, a principal fonte de recurso para o financiamento da educação pública. E a dupla matrícula, além de ser dobrada, passa a ter um fator de ponderação de, no mínimo, 1,20. Então, essa é uma grande conquista. E, pela primeira vez, as instituições filantrópicas passam a compor esse fundo – não havia no Fundef essa possibilidade –, que passa a existir no Fundeb, dentro desse princípio da construção do sistema educacional inclusivo. Então, não é verdade que as escolas vão fechar. Não! Pelo contrário, elas foram fortalecidas nesse processo, inclusive com o financiamento.

Bom, aí eu queria vir para o primeiro gráfico, que nos traz outro lado da moeda. Nós também temos que investir no sistema público, porque falar em educação inclusiva sem investimento na escola comum é, de fato, uma irreabilidade. Então, essa ação que faz parte do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Viver sem Limite, é uma ação estruturante da política pública educacional no Brasil.

Nós começamos, em 2005, atendendo 250 escolas. O que significa essa ação? Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, que a escola comum não conhecia antes. Chegamos a 2012 com cerca de 28.500 escolas atendidas. Temos uma previsão orçamentária para atingir 42 mil escolas até o ano que vem e acho que, agora, com a aprovação dos *royalties* para a educação, temos condição de, imediatamente, pleitear, Senador, o atendimento de todas as escolas públicas brasileiras, para que nós avancemos nessas condições de apoio tão necessárias no processo de conquista da autonomia e da independência das pessoas com deficiência.

Aí, a gente vai para o próximo eslaide.

Vou colocar meu fone para acompanhar.

E aqui a gente tem o Programa Escola Acessível. Então, essa é outra ação muito importante, porque, historicamente, os prédios escolares foram edificados sem qualquer condição de acessibilidade arquitetônica.

ca. Hoje, o Brasil tem uma legislação definida, tem a Norma Técnica nº 9.050, que diz exatamente como tem que ser o ambiente escolar. Então, essa é uma ação que, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, complementa e suplementa o PDDE geral, para uma ação específica de adequação arquitetônica. Então, lá em 2007, quando essa ação começou a ser executada, nós atendemos, o MEC atendeu cerca de 1.800 escolas. Atualmente, em 2013 – e falamos também de 2012, porque nesse período o recurso foi inteiramente transferido e, em 2013, está em processo de transferência, nós já atingimos 37.500 – e temos já a previsão para atender até 42 mil até o ano que vem.

É um recurso da ordem de cem milhões por ano para complementar o Fundeb, para complementar o PDDE geral. Então, esse indicador, que é um indicador muito importante de acesso, tem crescido nos índices educacionais brasileiros.

Então, também temos que reconhecer esse esforço conjunto dos sistemas de ensino para avançar. E temos que avançar mais. Por isso a participação da sociedade civil fazendo pressão para fazer o Governo avançar é muito importante, porque nós vivemos um momento auspicioso no Brasil, em que a política pública torna-se o foco em todas as áreas de serviços e de atendimento da população.

Vamos para o próximo eslaide.

Estamos sincronizando a mesa com o meu equipamento.

Temos o pareamento do BPC na Escola. Por que é importante observarmos nesse gráfico a linha que sobe? Porque dentre as pessoas com deficiência em situação de pobreza no Brasil, Senadora Ana Rita, há uma faixa da população de pessoas com deficiência que recebe o benefício da prestação continuada, porque estão em situação de extrema pobreza, em situação de vulnerabilidade social.

Identificamos, em 2007, que apenas 21% dessa população de zero a 18 anos com deficiência e em situação de pobreza estavam na escola. Então, que perspectiva uma pessoa pode ter se nem para a escola vai? Passamos a fazer um trabalho articulado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com o Ministério da Saúde e com o Ministério da Educação, numa adesão formal entre todos os governadores, governadoras, prefeitos e prefeitas deste País, visando fazer uma visita domiciliar, identificar a barreira, elaborar um plano intersectorial de eliminação dessas barreiras para elas virem para a escola, para trazê-las para a escola e dar-lhes as condições de permanência e avanço.

Olha, saímos de 78 mil matrículas em 2007 só de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC para 329.801 matrículas em 2012. E, pelas nossas estimativas...

(Soa a campainha)

A SR^a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Vou precisar de um tempinho a mais, Senador. Prometo ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fique tranquila que o tempo será dado a todos. De imediato mais cinco e mais cinco se for necessário.

A SR^a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Muito obrigada.

Então, por estimativa estatística, compreendemos que, atingindo 78 mil matrículas, chegaremos à universalização na faixa etária de educação obrigatória. Essa ação intersectorial, interministerial, de fato tem sido, para nós, um aprendizado muito grande. Por quê? Porque cada vez mais precisamos, no Brasil, fortalecer essa capacidade de diálogo, porque temos contado com grande apoio dos conselhos municipais e estaduais dos direitos da pessoa com deficiência, dos conselhos municipais e estaduais de assistência social, de educação, etc., para enfrentar esse grande desafio no Brasil.

Próximo eslaide.

No programa de formação continuada de professores na educação especial, de 2007 a 2013, tivemos 27 universidades envolvidas e 76 mil vagas disponíveis. Por que esse programa é importante? Porque, quando falamos de desenvolvimento inclusivo do sistema de ensino, temos que diretamente investir na formação do professor, porque o professor precisa, sim, diuturnamente se preocupar com a diversidade humana presente na escola. E não somos só nós, pessoas com deficiência. A escola tem uma pluralidade, porque é um microsistema da grande sociedade onde vivemos. É por isso que a formação é um fator propulsor nesse processo de construção.

E o Ministério da Educação tem a cada ano ampliado o seu orçamento nessa ação, que hoje permite, inclusive por meio da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, um percentual de vagas para atender a demanda social, isto é, para envolver a comunidade, a família para participar dos cursos. Então, isso é muito importante. Nós temos percebido como a escola também tem ampliado essa ação, esse diálogo com a família, com a comunidade, que é um fator determinante para a melhoria da qualidade social da educação pública brasileira.

Vamos em frente.

Próximo.

Educação bilíngue. Eu trouxe um conjunto de ações em que o Ministério da Educação vem trabalhando, atuando fortemente em conjunto com as instituições de educação superior e com os Municípios, os Estados e o Distrito Federal. Por que, gente? Porque, quando o Brasil, em 2002, assumiu a língua brasileira de sinais como uma língua oficial, como a primeira língua das pessoas surdas usuárias da língua de sinais, o Brasil também se fez comprometido com políticas estruturantes para difusão da Libras. Uma língua, para ser difundida, precisa ser muito usada e, para ser usada, precisa ser ensinada.

Então, da Educação bilíngue, com o Decreto 5.626, de 2005, elaborado com grande participação dos movimentos sociais e dos Ministérios da Educação, do Planejamento, da Secretaria de Direitos Humanos, etc., nós constituímos a base. Primeiramente, formar professores de Libras e profissionais tradutores e intérpretes. Isso está sendo feito. O MEC elaborou um projeto de lei, por meio da Casa Civil, enviou para o Congresso Nacional, que aprovou, em maio do ano passado, a expansão dos cargos. O MEC definiu os cargos para professores em Libras, tradutores e intérpretes para as 27 instituições que se propuseram a ampliar a oferta desse curso. Como essa tramitação não é simples aqui no Congresso Nacional, no Ministério do Planejamento, para a liberação das vagas, nós tivemos sete cursos pactuados com início para este ano, e vinte para início em 2014. Isso considerando que a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de Campina Grande e a Federal de Goiás vêm ofertando já essa formação. Então, penso que essa uma ação fundamental.

(Soa a campanha.)

A SR^a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Vamos lá! Vamos para o finalzinho já!

Inserção da disciplina de Libras. Hoje nós temos cerca de 68% dos cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia com a disciplina de Libras inserida, e o decreto estabelece uma gradação, para que 100% ofertem a disciplina até 2016. Então, percorremos também esse caminho.

E uma terceira ação fundamental: a instituição dos CAS em todas as unidades federadas do Brasil – hoje nós temos 30 – para apoiar o ensino da Libras e, principalmente, a tradução, a interpretação. Nós temos o Prolibras. Portanto, até hoje, desde o decreto até 2013, nós temos mais de seis mil profissionais habilitados por esse exame nacional de proficiência. Essa é uma medida importante, porque, se uma graduação demora quatro anos, o Prolibras é um exame de proficiência que pode abreviar essa certificação e

essa habilitação para ampliar o número dos profissionais habilitados no Brasil.

Hoje, é o INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos o responsável por esse exame anualmente.

Agora, para concluir, vamos falar do Pronatec, que também faz parte do Viver sem Limite e, hoje, amplia a possibilidade de formação profissional e tecnológica das pessoas com deficiência.

Próximo eslaide.

Nós vamos falar do Incluir, que também é um aporte financeiro para investimento na condição de acessibilidade no nível da educação superior.

Agora, o próximo eslaide: financiamento das instituições filantrópicas. Então nós temos, por um lado, investimento no sistema público de ensino e, por outro lado, o financiamento das instituições filantrópicas que apoiam esse processo.

Então, gente, não é pouco recurso. Antes de 2007, as instituições filantrópicas contavam apenas com o financiamento do Paed; hoje contam com o financiamento do Fundeb, do PDDE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Somando esses três, nós tivemos um repasse de R\$2,6 bilhões. Então não é verdade que se enfraqueceu; é verdade que se fortaleceu o direito a educação no Brasil. E aí, para terminar, eu vou mostrar os indicadores de matrícula, de acesso, para nós percebermos o quanto é importante a gente dialogar e identificar corretamente as informações.

Então olhem ali. Aqui eu separei por Fundeb e PNAE. Depois eu deixo com vocês. Agora, só para separar, matrículas de estudantes com deficiência auditiva e surdez: 2001, 49.678 matrículas; 72.616, em 2012. Crescimento de 46%.

Agora, vamos ver o geral, o acesso das pessoas com deficiência na educação básica: em 1998, 337.326 matrículas, chegando a 820.433 matrículas em 2012; crescimento de 143%.

E aí, para chegar ao fim, a matrícula de estudantes com deficiência auditiva e surdez na educação superior.

Deficiência auditiva: 665 matrículas, em 2003, e 4.078 em 2011; crescimento de 513%.

Surdez: 444 matrículas, em 2007, para 1.582 em 2011; crescimento de 256%.

E, agora, o último, para encerrar o geral.

Acesso das pessoas com deficiência na educação superior como um todo: em 2003, 5.078 matrículas, chegando a 23.250 em 2011; crescimento de 358%.

Então, gente, para finalizar, por que, com relação à surdez, eu parto de 2007? Porque, a partir de 2007, a gente separou surdez e deficiência auditiva e, como o Censo da Educação Superior é bienal, o mais atual é o de 2011, e o da educação básica de 2012.

Encerro, agradecendo muitíssimo e colocando aqui o Ministério da Educação à disposição para o debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem Dr^a Martinha Clarete, que aqui representou o MEC – Ministério da Educação.

Com alegria, quero registrar, embora já o tenha feito, a presença da Senadora Ana Rita, que preside essa Comissão e que, numa deferência especial, por eu ser o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência e porque fiz o requerimento para essa reunião, me convidou – como sempre faz, é uma prática dela – para que eu presidisse a reunião.

Quero registrar a presença do Senador Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, também um militante dessa causa. S. Ex^a é do Mato Grosso do Sul e preside a Comissão de Assuntos Sociais.

Está toda faceira a Dr^a Fabiana, que me diz toda hora que você é do Mato Grosso. Então, você é muito querido lá, pelo que vejo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vim aqui Fabiana, mas nós temos aqui várias comissões funcionando. Agora, às 9 horas, nós vamos ter reunião, e o Paim vai presidir daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A das 11 horas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas eu vim aqui porque eu tenho uma história com isso. A Fabiana sabe disso. Eu tenho um irmão com deficiência, que tem toda uma história. Eu sou um aliado muito grande da chamada educação especial e, quando as pessoas dizem que nós podemos colocar essas crianças em salas normais, eu tenho muita dificuldade para assimilar isso.

Meu irmão, Paim, hoje tem 46 anos...

(*Soa a campanha.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Se ele não tivesse ido para a Pestalozzi, ele até hoje não teria aprendido a escrever, a ler, nem nada. Ele tem hoje uma vida quase normal.

Então, é claro que é um assunto para a gente discutir. Eu entendo a posição do MEC, da inclusão. Não estou aqui para... Mas eu particularmente acho que há um pouco de utopia nisso tudo, porque na prática – e a prática é o critério da verdade –, nós, na verdade, colocamos crianças com muitas dificuldades e que sofrem muito se não houver professores especiais e toda uma estrutura para atender essas crianças.

Mas eu vou ficar por aqui, dizendo que a Comissão de Assuntos Sociais, da qual eu estou Presidente, adoraria também recebê-los para um debate aberto em relação a essas questões. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Waldemir Moka.

Está conosco também o Senador Eduardo Suplicy, que participou inclusive da reunião de ontem lá na Comissão de Educação, quando um grupo de Senadores os recebeu para que vocês pudessem colocar o seu ponto de vista.

Antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que a pediu, eu quero também, mais uma vez, registrar a presença do Deputado Gilberto Caponi, Deputado Adolfo Brito, Deputado Valdeci Oliveira, Deputado Federal Eduardo Barbosa.

Permitam-me todos. O Deputado Eduardo Barbosa foi um dos grandes articuladores do Estatuto do Idoso, ele e Silas Brasileiro. Eu fui o autor, mas vocês dois foram os que mais viajaram pelo Brasil na construção. Sempre diziam que era o autor, mas vocês foram, na verdade, os que construíram, junto com o Flávio Arns – eu dei a minha parcela, naturalmente –, o Estatuto do Idoso. Por isso, uma salva de palmas a você, que foi fundamental para a construção daquele Estatuto. (*Palmas.*) Jamais vou esquecer isso, você e Silas Brasileiro.

Vamos continuar aqui com os nossos convidados. Só temos mais uma pessoa a falar na Mesa. Em seguida, eu passarei a palavra para a Senadora Ana Rita e ao Senador Eduardo Suplicy.

Mas quero registrar também que o Thiago Tobias, que hoje é diretor do MEC, Senadora Ana Rita, e está aqui à minha esquerda. Ele foi assessor desta Comissão. Depois, foi convocado pelo Ministro Aloizio Mercadante para ir trabalhar no MEC. Eu tenho muito orgulho. Ele trabalhou no meu gabinete, trabalhou aqui nesta Comissão e, hoje, é assessor no MEC. Seja bem-vindo, Thiago.

Também registro a presença do Sr. Carlos Moura, que hoje está representando a Comissão Brasileira de Justiça e Paz neste evento e que trabalhou na Fundação Palmares e na Seppir. É uma alegria ter você aqui conosco.

A Senadora Ana Rita, eu já citei diversas vezes, é a grande Presidenta desta Comissão, viu? Está fazendo um excelente trabalho, e é de praxe dela ceder sempre a Presidência para aqueles que encaminham o requerimento. Por isso é que estou presidindo, mas sintam como se ela estivesse na Presidência. Uma salva de palmas aqui para a Senadora Ana Rita. (*Palmas.*)

O último convidado é o Antônio José Ferreira, a quem eu vou passar a palavra a ele. O Dr. Antonio José Ferreira é Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Com a palavra, por favor, Dr. Antonio José Ferreira.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA – Bom dia a todos e a todas. Eu quero aqui, em nome da Ministra Maria do Rosário, cumprimentar o Senador Paim, que preside esta reunião, cumprimentar a Senadora Ana Rita, que tem feito um trabalho brilhante à frente desta Comissão. Quero cumprimentar aqui a Prof^a. Aracy, que está aqui na Mesa, a Prof^a Fabiana, a Prof^a Martinha Clarete, que representa o Ministério da Educação, e quero também cumprimentar os demais Parlamentares aqui presentes, Deputado Eduardo Barbosa, enfim, os Deputados que já foram registrados pelo nosso querido Senador Paulo Paim.

Na verdade, eu quero dizer às senhoras e aos senhores que o Brasil tem avançado bastante no tema das pessoas com deficiência. Nós temos toda a certeza de que os problemas não estão superados e de que não estarão superados ao final deste Governo, mas temos trabalhado cotidianamente no Governo para que cada dia mais tenhamos pessoas com deficiência incluídas e alcançadas pelas políticas públicas que são desenvolvidas por este Governo. Posso falar isso com bastante tranquilidade porque todos nós, aqui presentes, já fomos testemunhas, por mais de uma vez, do compromisso da nossa Presidenta Dilma Rousseff quando lança o Plano Viver sem Limite, em novembro de 2011, no primeiro ano do seu Governo; quando faz existir, dentro do Plano Viver sem Limite, um eixo específico para tratar do tema educação, e quando compõe o Plano Viver sem Limite com mais outros temas que complementam e que avançam na política para a pessoa com deficiência no Brasil. É uma política transversal, que tem um diálogo permanente com todas as pastas governamentais e com todos os órgãos governamentais. Acho que só por isso já percebemos um grandioso compromisso da Presidenta Dilma com o tema das pessoas com deficiência.

Além disso, se não bastasse instituir o Plano Viver sem Limite, a Presidenta Dilma colocou, Senador Paim, o tema das pessoas com deficiência dentro do rol dos três planos prioritários de seu Governo, planos esses que são monitorados mensalmente pela Casa Civil, a saber: Brasil sem Miséria; Crack, é possível vencer, e o Plano Viver sem Limite.

São esses os três planos que a Presidenta Dilma estabeleceu. Claro que temos outros programas muito importantes no Governo, programas, inclusive, de continuidade, mas os que ela lançou e aos quais tem dado toda a atenção e feito todo o monitoramento são esses três, que têm avançado.

Ainda ontem, estive conversando com a Secretária Macaé e com a Prof^a Martinha, colocando justamente a necessidade de fazermos entregas, anúncios

de ações já concluídas no Viver sem Limite, ações que já são realidade, que as pessoas já conhecem, e que já percebem a diferença.

O Ministro Alexandre Padilha, há um mês, qualificou 28 unidades de Saúde, classificando-as como Centro Especializado em Referência de Reabilitação – um, inclusive, em Taguatinga, já funcionando –, pelo Brasil. E temos mais uma série desses centros que estarão funcionando dentro da Rede de Cuidados de Atenção à Saúde à Pessoa com Deficiência.

Quero dizer aqui que não existe nenhum sentimento no Governo de encerrar o trabalho dessa ou daquela instituição. Como foi dito aqui pelas Prof^{as} Fabiana e Aracy, assim como pela Prof^a Martinha, existem, sim, avanços. A política de educação inclusiva é, sim, uma realidade do nosso Brasil, é uma política consolidada, sim, mas ela não caminha e não deve caminhar no sentido de erradicar, de encerrar os serviços das instituições que já têm tantos serviços prestados em nosso País.

A Presidenta Dilma disse, na abertura da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – está gravado –, que um modelo não elimina o outro e que eles devem se complementar para o bem das pessoas com deficiência no Brasil. É nesse sentido que temos de trabalhar e é nesse sentido que temos trabalhado.

Do que precisamos, na verdade, talvez seja aprimorar o diálogo, fazer a conversa, tirar as dúvidas, continuar apresentando os resultados, como apresentou a Prof^a Martinha Claret, continuar dialogando com todos e com todas, como temos feito, como tem feito a Ministra Maria do Rosário, como tem feito a Ministra Gleisi Hoffmann e como tem feito o Ministro Aloízio Mercadante. Acho que é nesse sentido que temos de trabalhar, e, se há alguma coisa que está desconfortável, vamos ver o que está acontecendo, vamos conversar, vamos discutir, vamos alinhar, porque todos nós queremos aqui – todos que estão nesta sala, Senador, tenho certeza disso – queremos o bem, a garantia e os avanços das pessoas com deficiência no Brasil. Esse é o nosso entendimento. *(Palmas.)*

Todos nós que estamos aqui estamos imbuídos em melhorar a vida de 45 milhões de brasileiros e brasileiras que têm algum tipo de deficiência e que se apresentaram assim ao IBGE. Se temos perspectivas diferentes, olhares diferentes, precisamos então, dialogar, construir esse debate para termos, enfim, no Brasil, uma política que atenda muito mais às pessoas com deficiência.

No mês de junho, tivemos uma série de brasileiros e brasileiras que foram às ruas, foram pedir mais. O povo já tem e está querendo mais. Isso é ótimo. Isso

é excelente. Ainda essa semana, eu vi o Presidente Lula – e acho que o senhor estava lá também, Senador Paim; eu não o vi, mas acho que o senhor estava lá – no lançamento da candidatura do Presidente do nosso Partido. Estava ali o Presidente Lula, que disse assim: “O Minha Casa Minha Vida, por muito tempo, atendeu ao povo e ainda atende, mas temos que pensar no Minha Casa, Minha Vida e no Programa Minha Garagem Meu Carro, porque as pessoas do Minha Casa, Minha Vida agora também têm carro e precisam de uma garagem”. Então, esse exemplo aqui, como disse o Presidente Lula, é verdade.

Antes, construímos, tiramos 40 milhões de brasileiros e brasileiras da linha de pobreza. Essas pessoas passaram a ter mais, a consumir mais e querem mais. As pessoas sempre querem mais. Queremos aprimorar os serviços. Se temos educação, queremos mais educação, queremos com mais qualidade. Se temos saúde, queremos saúde com mais qualidade. Essa também é a bandeira do Governo. Esta é a bandeira do Governo: nós também queremos mais. Queremos melhorar os serviços, e é nesse sentido que temos trabalhado.

Antigamente nos ressentíamos da falta de orelhão. Hoje nos ressentimos da falta do sinal do Wi-Fi, que não funciona bem. Então, vocês vejam que estamos melhorando. Vamos conhecendo. Aprendemos. Eu tive a oportunidade de comer pão sem manteiga. Depois, que eu coloquei manteiga e coloquei queijo; agora eu quero colocar presunto. Temos que ir melhorando, temos que ir avançando. Então, acho que é nesse sentido que nós estamos aqui. Nós estamos querendo mais, queremos aprimorar mais.

Os recursos apresentados aqui que foram investidos nas entidades filantrópicas, é necessário também que invistamos mais. É necessário que invistamos muito mais. E, com os *royalties* agora, acredito que vamos fazer isso na educação regular, para que todas as escolas, neste País, não batam as portas na cara das pessoas com deficiência e atendam bem as pessoas com deficiência, que possamos ter escolas capacitadas, professores capacitados e escolas apropriadas, com acessibilidade, com os investimentos que têm sido feitos, para atender às pessoas com deficiência em todos os Municípios deste País, para que, nos cinco mil, quinhentos e alguma coisa de Municípios que existem neste País, todos tenhamos a presença da educação que atenda a todas as pessoas e entre elas as pessoas com deficiência.

E aí vai acabar o papel dessas instituições? De jeito nenhum. Elas vão continuar existindo, elas vão continuar com sua *expertise*, com a sua capacidade, com a sua competência, atendendo àqueles que também procurarem. Agora, dentro da rede de educação,

conveniadas, recebendo regularmente como todos nós aqui pretendemos.

Para encerrar, Senador, porque eu vou ter que sair daqui a pouco, vou viajar para Curitiba, eu quero dizer a vocês que contem com o nosso apoio. A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência está de portas abertas, sempre esteve dialogando com vocês. Queremos contar com o apoio de vocês para mobilizarmos para o Pronatec. Já chamamos para uma reunião. Temos recursos para isso e queremos contar com o apoio, porque não podemos pensar numa política de direitos da pessoa com deficiência sem pensar nas instituições e muito mais numa rede estabelecida e consolidada neste País, como a rede das APAEs.

Muito obrigado. Um grande abraço. E fico com vocês aqui ainda mais um pouco. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Antônio José Ferreira, que falou em nome da Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Como percebemos, tanto o Antonio como a Martinha foram muito felizes nas suas colocações quando disseram que o Governo está aberto ao diálogo, ao entendimento e que as APAEs são fundamentais. Todos nós talvez tenhamos uma história com as APAEs. Eu mesmo tenho. Quem é de Caxias sabe. A minha irmã, que já faleceu cega teve, na Apae, sempre um braço, um apoio, um carinho enorme e até hoje eu jamais esqueço. Eu ia a Caxias visitá-la. Depois, claro, eu acabei trazendo-a para morar perto de mim, na minha cidade, em Canoas, e ela lá faleceu. Enfim, no gabinete, eu tenho três pessoas com deficiência, e todos os três têm uma posição de muita simpatia com as APAEs. Não é, Luciano?. O Santos Fagundes, que é o meu chefe de gabinete, lá do Rio Grande do Sul, também é deficiente e tem a mesma posição de simpatia com o trabalho das APAEs. E você conhece. Foi ele quem me levou à visita. O Santos Fagundes também é deficiente visual.

Então, eu acho que aqui estamos indo bem, na reunião. E, depois, vamos aos encaminhamentos finais e para ver como vamos fazer para, quem sabe, vocês serem recebidos pelo Ministro Aloízio Mercadante, numa conversa mais *tête-à-tête* e alinhar um grande entendimento.

Eu queria dizer aos inscritos, que são diversos, que vamos começar com a Senadora Ana Rita e depois, com o Senador Eduardo Suplicy. Depois, nós vamos abrir para os Deputados, começando pelo Deputado Federal Eduardo Barbosa. Depois, os deputados estaduais que estão aqui presentes.

A SR^a ARACY MARIA SILVA LÊDO – Senador, eu gostaria de me manifestar bem rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/ PT – RS) – Em seguida, antes de o secretário se retirar, é preciso que a gente abra espaço aqui para os nossos convidados. Assim o faremos.

Até que horas o senhor tem, secretário, para ficar conosco?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA – Até 9h40.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/ PT – RS) – Então, de imediato, Dr^a Aracy

A SR^a ARACY MARIA SILVA LÊDO – Bom dia aos demais presentes. Eu gostaria de me manifestar antes de o secretário se retirar para dizer que realmente essa aproximação, esse diálogo é que fortalece a instituição. Então, sentimos uma abertura maior, sentimos um espaço e um respeito a todas as áreas, mas gostaríamos de registrar que é fundamental que seja mantida a palavra “preferencialmente” na Meta 4, o que mais uma vez confirma a possibilidade de crescimento e de aproximação. (*Palmas.*) Confirma a aproximação do Ministério Público, que já apresentou um trabalho, pois é da sua competência fazer uma abrangência nacional. No entanto, queríamos nos aproximar mais e termos a mesma linguagem, sem radicalismos, mantendo a palavra “preferencialmente” na Meta 4, o que não prejudica nem um lado nem o outro. Mas satisfaz e é uma resposta de todas as áreas de deficiência.

Secretário, muito obrigada. Eu acho que foi um grande momento. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/ PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Que esse toque de mãos seja o toque do coração. Dr^a Fabiana, para complementar.

A SR^a FABIANA MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA – Gostaria de reforçar a fala da nossa presidente, secretária Gisele, e lembrar que, no texto da Meta 4 precisa constar “escola especial”. Não precisa ser citada. Por quê? O que não está escrito na lei deixa de existir. E é o que está acontecendo. Embora essa manifestação da nossa diretora de políticas, Martinha, e a explanação a respeito do trabalho do Ministério da Educação, entendemos que, se não estiver constando na legislação educacional essas escolas, elas não ficarão reconhecidas nos sistemas de ensino.

Eu já fui conselheira de educação no nosso Estado e sei que aquilo que não vigora na lei não é reconhecido. E nós estamos lutando para que sejam reconhecidas a nossa luta e a conquista da Lei 8.853, o próprio texto da LDB, porque entendemos que ainda há pessoas com deficiências, com graves complexidades, que precisam das escolas especiais e que nelas precisam ter a sua matrícula garantida não só para o

atendimento educacional especializado, mas para a educação escolar. Esse entendimento precisa existir. Senão, como é que vai acontecer um reconhecimento dos projetos pedagógicos? Como é que vai ser reconhecido o percurso escolar desses alunos?

Além do mais, temos casos de alunos que estão sendo retirados das escolas especiais com 17 anos, com 15 anos, com 13 anos, estudando com crianças de seis anos. Estão passando os dias nas escolas.

Então, isso não podemos deixar de frisar, Secretário Antonio José. Não estamos dizendo de uma retaliação velada, escondida. É alguma coisa que está acontecendo realmente dentro do sistema de ensino. As famílias estão reclamando. Lá, no nosso Estado, somos chamados pelo Ministério Público para fazermos um programa especial de educação de jovens e adultos, de educação profissional ou de educação especializada de jovens e adolescentes, de 17 anos acima, que saem das escolas e não têm para onde ir. São as instituições que estão sendo chamadas.

Então, isso acontece tanto no ensino fundamental como na educação geral. (*Palmas.*) E, para fechar isso, o Plano Nacional de Educação precisa reconhecer como as conferências de educação também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Eu só quero, rapidamente, dizer que estamos recebendo algumas correspondências. Uma delas: “Olá, em nome de 13 APAEs do 22º Conselho Regional da Federação dos APAEs do Rio Grande do Sul, nos colocamos a favor da aprovação da Meta nº 4, como veio da Câmara, sem modificações”. Outra correspondência: “Em nome da APAE de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, nos colocamos em favor da aprovação”. Será que é uma pressão, porque eu sou gaúcho, ou não? Porque está vindo correspondência só do Rio Grande. Outra: “Em nome da APAE de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, nos colocamos em favor da aprovação da Meta nº 4, como veio da Câmara, sem modificações”. E, por fim, aqui, uma lembrança, uma mãe diz: “Tenho um deficiente intelectual, com 52 anos, e ainda é analfabeto. Como é que eu faço se terminar a escola especial?”

Bom, essas foram só algumas citações. Secretário, quer fazer alguma colocação ainda?

Muito bem.

O SR. ANTONIO BRITO (PTB – BA) – Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só um minutinho. O senhor vai ser chamado...

O SR. ANTONIO BRITO (PTB – BA) – Não, eu só queria... Antes de ele...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, não, não, não dá. Não dá. Aqui tem um ritual que tem que ser cumprido.

O SR. ANTONIO BRITO (PTB – BA) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Primeiro, os convidados, depois os Senadores, depois os Federais, e eu, quebrando o protocolo, vou abrir a palavra para os Estaduais.

O SR. ANTONIO BRITO (PTB – BA) – É só que temos um documento para entregar antes de ele sair.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, mas, tudo bem.

O SR. ANTONIO BRITO (PTB – BA) – Por isso que nós queríamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, daí, eu espero que, quando ele sair...

O SR. ANTONIO BRITO (PTB – BA) – Possa ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deputado Antônio Brito, meu colega, meu amigo, tu sabes que temos a liberdade de falar diretamente com você. Eu sei que você entende.

O SR. ANTONIO BRITO (PTB – BA) – Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quando o Secretário sair, eu sei que você entregará o documento a ele, mas nós vamos seguir esse ritual aqui, conforme me orienta a minha querida Senadora Presidenta, Senadora Ana Rita.

Então, de imediato, eu passo a palavra à Senadora Ana Rita, e o Secretário Antônio José Ferreira, no momento que ele entender, ele pode sair para os seus compromissos.

Senadora Ana Rita, Presidente dessa Comissão, que, gentilmente, está no Plenário e garantiu que eu ficasse na Presidência.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom, bom dia para todos os nossos convidados e convidadas. Ao Antônio, que já conheço de várias atividades, parabeno-o pelo trabalho, pela sua dedicação à causa das pessoas com deficiência. Você também é do Conselho Nacional de Pessoas com Deficiência e também está aqui hoje representando o Governo.

Quero, também, cumprimentar a Srª Aracy, Professora Aracy, a Professora Fabiana, que estão aqui representando todas as APAEs do nosso País. Parabeno-as, também, pelo trabalho. São entidades realmente valorosas, que fazem um trabalho altamente importante e com muitas dificuldades. Eu, particularmente, sou uma das colaboradoras da APAE do meu Município de Vila Velha, no Espírito Santo. Tenho ido, sempre que posso, às APAEs e sei o quanto as pessoas que lá estão trabalhando se dedicam e têm o compro-

misso com as pessoas com deficiência. Muitas vezes, enfrentam sérias dificuldades, dificuldades, inclusive, de firmar convênios com as Prefeituras, que nem sempre priorizam esse trabalho e que também encontram dificuldade de contratar profissionais, fisioterapeutas, psicólogos, para fazer o atendimento de quem está na APAE e necessita, e precisa.

Então, parabeno pelo esforço, pela dedicação que vocês têm tido no nosso País para atender às nossas crianças, aos nossos adolescentes, aos nossos adultos que dependem, também, das APAEs, das Pestalozzis e de outras instituições que fazem o atendimento.

Cumprimento, também, a Martinha, com quem já tive oportunidade de conversar por diversas vezes. E quero aqui dar o meu testemunho. Sempre que eu ouço a Martinha e o Antônio, é sempre um aprendizado, porque os dois trazem conhecimento profundo sobre a política de atendimento às pessoas com deficiência, e aqui hoje falam em nome do nosso Governo, falam em nome do Ministério da Educação e em nome, também, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Acho que, em governos passados, não tínhamos, pelo menos que eu saiba, pessoas com deficiência preparadas e capacitadas para ajudar a pensar as políticas públicas de atendimento às pessoas com deficiência.

Então, o fato de termos, hoje, nos Ministérios, o Antônio e a Martinha – e, com certeza, muitas outras pessoas – nos dá a tranquilidade de que as políticas também estão sendo discutidas a partir de pessoas que as conhecem profundamente, porque também são pessoas com deficiência, que conhecem melhor do que ninguém a realidade dessa parcela tão significativa.

Quero aqui, agora, dar a minha contribuição neste momento. Primeiro, Senador Paim, parabeno-o por esta iniciativa aqui hoje. Nós tentamos garantir que fosse hoje, porque hoje é um dia em que ainda, apesar de outras comissões estarem funcionando, podemos estar mais tempo aqui para fazer o debate. O dia de ontem já não nos dava a mesma condição em função das inúmeras comissões que funcionam aqui, no Senado. Então, estar aqui hoje, fazendo o debate deste tema, é altamente importante para mim não só como Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, mas também como defensora da luta das pessoas com deficiência.

Eu já recebi, por diversas vezes, no Estado onde moro, representações do movimento das APAEs, de profissionais que trabalham nas APAEs, inclusive, e não de só familiares que estão lá, trazendo as suas preocupações. E o Senador Moka estava aqui ao meu lado, fazendo também esse comentário.

Logo que surgiu esse debate relacionado ao Plano Nacional de Educação, surgiu, na sociedade – por parte, inclusive, de pessoas que estão nas APAEs ; não sei se são em todos os lugares –, a seguinte preocupação: as APAEs vão acabar. Era esse o comentário. Eu falei: não, não é isso. O Governo não quer acabar com as APAEs. Tenho absoluta segurança e certeza de fazer essa afirmação, porque as APAEs têm um papel altamente importante no sentido de garantir o direito das pessoas de terem acesso, inclusive, a tratamento e um espaço de socialização, que são as APAEs.

E, hoje, quero aqui aproveitar esta oportunidade até para ajudar a fazer esse esclarecimento, porque, conforme o Antônio disse, todos os que estão aqui defendem uma causa que é comum. Ninguém está aqui defendendo nada que seja contrário aos interesses e aos direitos das pessoas com deficiência. Nós temos um acordo muito grande nesse sentido. Talvez falte um pouco de entendimento sobre algumas questões.

E aí quero me reportar à Meta 4, conforme as Prof^{as} Aracy e Fabiana trazem para o debate. Eu acho que esse é o centro do debate aqui. Nós não vamos aqui debater a política como um todo das pessoas com deficiência, porque já tivemos outras oportunidades e poderemos ter outras também, sempre que for necessário. Eu acho que o centro da discussão aqui é a Meta 4 do Plano Nacional de Educação.

Estou com a cópia do texto original e o que está sendo proposto. Eu gostaria de entender. Eu tenho uma compreensão, mas não sei se o que estou compreendendo é o que as APAEs compreendem ou é o que o Governo também compreende.

A Meta 4 diz assim:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Aí vêm as estratégias.

O texto que está proposto hoje no PNE, do substitutivo, diz assim – está mais simplificado:

Universalizar para a população de 4 a 17 anos o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação na rede regular de ensino.

Eu, particularmente, acho que essa redação ficou mais clara, mais objetiva. No entanto, aqui não tem a palavra “preferencialmente”. Então, eu queria entender

o que vocês querem dizer com “preferencialmente” e vou colocar a minha opinião de entendimento.

Quando coloco “preferencialmente” – e aí quero ouvir a opinião do Governo também – estou partindo do princípio, do pressuposto de que nem todas as crianças, adolescentes ou adultos que são atendidos pelas APAEs “poderão” estar na sala de aula de ensino regular. Talvez pela seguinte razão: pelo grau alto, pela complexidade, vamos dizer assim, e aí não sei se vou usar a palavra correta, mas pela complexidade da sua deficiência. E aí eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita, permita porque ele vai ter que se retirar por causa do voo...

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Antonio, muito obrigada pela sua presença. Antonio, poderemos conversar posteriormente.

Então, queria continuar, para ganharmos tempo. A minha opinião é que talvez esse “preferencialmente” que as APAEs estejam colocando seja pensando nas pessoas que têm um grau muito elevado de deficiência mental. Não diria deficiência física, porque o público alvo das APAEs é de quem tem deficiência mental leve, grave ou muito grave.

Assim, estou entendendo que quando se fala preferencialmente é pensando nas pessoas que têm um grau elevado de deficiência mental e que, muitas vezes, não conseguem nem ficar sentadas, ficam deitadas mesmo. Enfim, não tenho muitos elementos para poder explicar isso, mas queria entender. E também por que o Governo tem dificuldade de aceitar a palavra preferencialmente.

Em minha opinião, Senador Paim, isso tem que ficar esclarecido hoje, porque o Plano Nacional de Educação está para ser votado aqui. E sabemos da seriedade com que o Senador José Pimentel, como Relator da matéria, está levando essa discussão. Mas acho que o diálogo nunca pode deixar de acontecer. É isto que estamos buscando e é isto que vocês também disseram: o diálogo é fundamental.

Portanto, quero entender qual é a reflexão que o Governo faz quando se fala na palavra “preferencialmente” e quero entender qual a reflexão que as APAEs fazem do que é preferencial. Quero saber se esse entendimento é convergente ou divergente. Assim, se vocês conseguirem me esclarecer isso, esclarecerão a todos que nos acompanham pela TV Senado, inclusive do movimento das APAES pelo Brasil e da população de modo geral, que tem dúvidas e que nos trazem essas dúvidas, mas nem sempre conseguimos fazer os devidos esclarecimentos porque o nosso entendimento e a nossa interpretação talvez não seja a mais adequada.

Gostaria de ouvir de vocês esse esclarecimento. É isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Como a Mesa vai responder no bloco, para ganharmos tempo, de imediato concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Mas vocês tomem nota, por gentileza, para responder depois.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Meus parabéns, Senador Paulo Paim, pela realização desta audiência e também à Presidenta, Senadora Ana Rita.

Quero dizer que ainda ontem, ao dialogar com a Sr^a Aracy Maria da Silva Lêdo e a Sr^a Fabiana Maria das Graças Oliveira, tinha dito que iria sugerir ao Senador Paulo Paim que convidasse o Ministro Aloizio Mercadante para estar aqui conosco. Mas, quando conversei com ele ontem, fui informado por ele de que já estava garantida a presença do representante do Ministro Aloizio Mercadante. Assim, quero agradecer, portanto, a presença da Sr^a Martinha Claret, que, acredito, já fez uma exposição com muita competência e ainda agora vai poder esclarecer as perguntas e observações da Sr^a Aracy e da Sr^a Fabiana, que foram agora muito bem colocadas pela Senadora Ana Rita.

Quero dizer à Sr^a Martinha Claret que também quero tirar as dúvidas que, acredito, sejam de todos os representantes das APAEs e instituições que cuidam da educação e do desenvolvimento das pessoas com alguma necessidade especial, com alguma deficiência.

Fiquei muito impressionado com a sua exposição, aliás, tanto com a da senhora como também com a do Sr. Antônio José Ferreira. Ele mencionou que não tinha enxergado o Senador Paulo Paim na manifestação, ali onde estava presente o Presidente Lula. Mas a forma como ele captou tudo que ali foi dito, inclusive pelo Presidente Lula, e que aqui reproduziu, com histórias muito interessantes, é notável. Às vezes, a pessoa com uma limitação, digamos, visual tem uma capacidade de absorção e desenvolve outras qualidades de maneira excepcional. O mesmo acontece com a Sr^a Martinha Claret.

Eu conversava com o Thiago sobre o quão impressionado fiquei com a sua capacidade de exposição, que foi muito clara. Até perguntei ao Thiago: “mas ela, de fato, não consegue enxergar?” Porque, quando ela fez a exposição, o Presidente Paulo Paim e todos nós observamos que ela olhava para o quadro onde estavam os gráficos, e me parecia que estava olhando tudo. Aí, o Thiago me explicou que, graças aos aparelhos tecnológicos avançados, a senhora obtém a informação de onde está aquele quadro e, de pronto, age dessa maneira. Quero cumprimentá-la.

O Senador Paulo Paim menciona que tem três pessoas com deficiência que trabalham com ele. Outro dia, estávamos conversando sobre isso. Eu tenho uma pessoa e outra que, de maneira indireta, também, hoje, com deficiência visual, trabalha em casa e colabora comigo em meus pronunciamentos. É uma senhora se aproximando dos 80 anos, mas faz um trabalho excepcional em casa, ainda que com limitação visual. Ela acompanha toda a TV Senado, depois me envia sugestões por escrito muito bem feitas. Então, são duas pessoas que têm exatamente a característica de serem limitadas em algum aspecto, mas que desenvolvem outras qualidades e dão uma contribuição extraordinária. Dessa forma, a Sr^a Martinha Claret está dando uma contribuição muito positiva para o Ministro Aloizio Mercadante e constitui um exemplo notável que certamente estimula outras pessoas a terem uma educação, sobretudo em entidades como as APAEs, para se desenvolverem, serem úteis as suas famílias, à sociedade brasileira.

Portanto, os esclarecimentos que a Senadora Ana Rita solicitou, que foram tão fortemente expressos ontem...

Sr^a Martinha, houve um momento ontem que até fizeram uma manifestação com respeito à Marta. Em algum momento falaram “Marta não! Marta não!”. E hoje a senhora vem aqui, com esse espírito que parece que preside a nossa Comissão de Direitos Humanos e que hoje está inteiramente influenciado pelo Papa Francisco, de que é importante o diálogo, o diálogo, o diálogo. Então, felizmente, Presidente Paulo Paim, o diálogo que estamos tendo aqui na mesa será altamente esclarecedor e, acredito, trará benefício a todos os que trabalham em instituições como as APAEs e congêneres.

Parabéns a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Suplicy, que complementa as perguntas da Senadora Ana Rita.

Passamos a palavra neste momento ao Deputado Federal Eduardo Barbosa. S. Ex^a é um Deputado Federal que, além de todo o trabalho com pessoas com deficiências, o trabalho com negros, índios, idosos é a sua marca.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Quero também cumprimentá-lo por trazer o debate para o centro da Comissão de Direitos Humanos, tema que já se discute há mais de 10 anos dentro do Congresso Nacional. Infelizmente, ainda não conseguimos transpor essa indisposição do movimento social com uma posição do Ministério da Educação.

Cumprimento a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a Senadora Ana Rita, por essa disponibilidade, estando aqui também presente, acompanhando o Senador Paulo Paim.

Cumprimento o Senador Eduardo Suplicy, que ontem esteve acompanhando a mobilização o tempo todo. Agradecemos a disponibilidade de também fazer a interlocução com o Ministério da Educação.

Bom, a Presidente da Federação Nacional das APAEs, Professora Aracy e a Professora Fabiana, que também representa a Federal Nacional – com certeza, eu não tive a oportunidade de ouvi-las – identificou com clareza aqueles pontos que nos afligem muito em relação ao PNE.

Quero comunicar aos Senadores que fiz parte da Comissão Especial que analisou o Plano Nacional de Educação na Câmara dos Deputados, e tivemos a partir do nosso Relator, o Deputado Angelo Vanhoni, uma disponibilidade muito intensa para o diálogo. O Deputado Angelo Vanhoni fez o diálogo com toda a sociedade brasileira. Ele viajou todos os Estados brasileiros, fez audiências públicas em todas as assembleias legislativas, e ele conseguiu agregar aquilo que é o pensamento da sociedade brasileira, que se opõe ao pensamento do Ministério da Educação.

É justamente isso que trouxe para nós uma aflição, porque o Senador José Pimentel, não reconhecendo o diálogo travado na Câmara dos Deputados, transformou e mudou a redação da Meta 4. Com isso, fomos surpreendidos. O texto que o Deputado Angelo Vanhoni escreveu na Câmara dos Deputados foi negociado na Casa Civil e refletia também, em nosso entendimento, a partir da articulação da Ministra Gleisi Hoffmann, o entendimento da Presidente da República. Tanto é que a própria Presidente da República, reforçando esse entendimento, em 17 de novembro de 2011, editou o Decreto nº 7.711, o decreto que tranquilizou, inclusive, todas as entidades e organizações, fazendo entender que se defendia a educação inclusiva, mas que colocava a educação especial também dentro de um contexto de existência, sendo identificadas como relevantes e essenciais.

Daí vem matéria ao debate neste momento. Vou até tentar trazer a minha contribuição para a Senadora Ana Rita.

O que está em discussão, Senadora, é o seguinte: a Constituição brasileira – e tivemos um Deputado na Constituinte, que já se foi, o Presidente da Federação Nacional das APAEs, o Deputado Nelson Seixas, de São Paulo –, depois de muito trabalho de S. Ex^a, responsabilizou o Poder Público para a educação das pessoas com deficiência. Foi dele a emenda, que hoje está na Constituição brasileira, que estabelece que o

atendimento educacional especializado deveria acontecer preferencialmente na rede regular de ensino.

Esse era o grande avanço, porque, até então, os atendimentos educacionais das pessoas com deficiência eram promovidos quase exclusivamente pelas organizações não governamentais. E nós sabíamos que, para universalizar esse atendimento, ou o Poder Público assumia a sua responsabilidade ou nós não teríamos como garantir esse direito básico fundamental. No entanto, preferencialmente, aconteceu justamente no indicativo que não podemos colocar dentro de um mesmo contexto todas as deficiências. Existem deficiências com suas nuances, características próprias, necessidades específicas, e essas abordagens precisam ser identificadas dentro de um sistema educacional. E esse, preferencialmente, foi justamente dar a condição que essa pessoa com deficiência pudesse ter, em um sistema, aquilo que se adequasse às suas necessidades educacionais, para garantir o direito fundamental da educação em todos os níveis de ensino.

Então, o Constituinte teve essa sabedoria de ampliar sem restringir, de comprometer o Poder Público sem restringir possibilidades e alternativas. Naquele momento, atendimento educacional especializado não era o conceito que o MEC deu ultimamente. Falava-se, dentro da Constituição, em atendimento educacional especializado englobando todas as estratégias de educação: escola especial, classes especiais, salas de recursos. Tanto é que, se vocês remeterem à Lei do Fundeb e à LDB, a LDB descreve claramente o que é educação especial, e educação especial é tudo: é sala de recursos, é sala especial, é escola especial, são todas as possibilidades para que aquela pessoa possa receber o atendimento que ele necessite.

No entanto, estamos hoje diante de uma questão mais ideológica do que, de fato, técnica. O Ministério da Educação assumiu uma posição política de que todas as pessoas com deficiência têm que estar na escola comum. É uma posição política, e nós temos linhas políticas que defendem isso, sim, não só no Brasil, em vários países, inclusive com a tese de que o fato da convivência já é extremamente benéfico para as pessoas com deficiência, e que o fato de levá-los a um sistema à parte cria uma possibilidade de segregação, e faz com que essas pessoas não tenham a possibilidade da riqueza da convivência com todos. Essa é a base ideológica da inclusão, com a qual nós todos, inclusive, comungamos, e entendemos que, em um País, em um mundo onde se trabalha a convivência de diversidades, essa é uma tese que está dentro de todos nós que vivemos nesta geração.

No entanto, as APAEs, as Pestalozzis, a Feneis e os movimentos de cegos vão além dessa visão. Eles

entendem que a escola tem um papel específico: além de garantir realmente a convivência social, ela tem um papel de formação. E se nós criarmos uma condição única de aprendizado, nós podemos inclusive excluir pessoas que precisam de propostas, metodologias e métodos específicos para atender suas especificidades, que são às vezes mais complexas. E, dentro de um sistema comum que temos hoje, não vemos a possibilidade de corresponder a essas exigências e a essas necessidades. É por isso que nós não concordamos com o conceito de atendimento educacional especializado que reduz ao atendimento de salas recursos ou salas multifuncionais, como são chamadas, no contraturno de escola, porque entendemos que algumas pessoas com deficiência, alguns tipos de deficiência, necessitam de escolas especiais com ambientações apropriadas, com técnicas e metodologias que garantam percurso de ensino, porém com uma condição diferenciada do acadêmico meritocrático, formal, daquele que visa um percurso de ensino, que almeja outras posições acadêmicas. E se falando em pessoas com deficiência intelectual, com comprometimentos maiores, nós sabemos que a grande maioria desses não terá a condição de ascender ao ensino técnico, ensino universitário. E isso não pode impedi-los de ter a educação básica, o ensino fundamental, dando a eles condições de desenvolvimento de habilidades para a vida ativa, a autonomia, a independência, sem o rigor acadêmico.

Essa é a nossa diferença com o Ministério da Educação. Eles entendem que o modelo é único, da educação inclusiva e a escola especial não deve existir. Por isso a proposta não nos atende.

Dentro do paralelo – eu sei que o tempo acabou, Senador, desculpe-me, mas estou tentando provocar o diálogo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A exposição foi brilhante.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Só vou falar agora sobre a questão do “preferencialmente”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O apelo que eu faço, Deputado, é que vou ter que vou conceder a cada um dos outros cinco minutos. Para você eu concedi um tempo maior, porque você vem trabalhando no País todo com esse tema. Então, seria importante mesmo que você falasse do “preferencialmente”, porque todos querem saber com mais clareza o que significa.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Está bem.

Na meta 4 aprovado. O Deputado Angelo Vanhoni não inventou nada, ele absorveu o que está escrito na LDB, no Fundeb, no Decreto da Presidente da

República, na Constituição brasileira e o que está na Convenção. Então, ele manteve o “preferencialmente”.

O Senador José Pimentel retira o “preferencialmente”. E o mais grave: ainda na estratégia 4.1b, ele congela as matrículas nas escolas especiais até 2016. Isso significa que o financiamento não existirá a partir de 2016 para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está sem som. Não fui eu que mexi aqui não. Deu um probleminha. Essa explicação é importante.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Certo. E da mesma forma, os surdos também. Eles fizeram a defesa de manter a escola bilíngue e foi também retirada a possibilidade da escola bilíngue própria, colocando apenas na possibilidade da escola inclusiva. E eles defendem que eles têm a necessidade de convivência entre eles para o desenvolvimento da língua mãe, que é a língua brasileira de sinais.

São esses três pontos de discordância e nós defendemos a reversão da meta 4, fruto de um amplo debate no País todo. *(Palmas.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu pediria uma concessão de meio minuto só. Sou relator em uma outra Comissão, mas queria dar um depoimento como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde essa matéria é terminativa e examina o mérito. Ninguém deveria mexer em nada em outra Comissão, como a CCJ, que não é a Comissão que vai examinar o mérito.

Eu já me comprometi e apresentei ao futuro Relator, Senador Alvaro Dias, que serão restabelecidas todas as condições deste texto como veio da Câmara, quer o Governo queira ou não. O Congresso é soberano.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Cyro Miranda é o Presidente da Comissão de Educação. Eu tinha dito aqui, permita-me, Senador Cyro Miranda, que eu diga agora, que o objetivo desta nossa audiência pública era construir uma linha de conciliação. E na linha de conciliação, uma das minhas posições, após o encerramento da audiência pública, nós vamos marcar uma audiência com o Ministro Aloizio Mercadante com uma comissão representando as APAEs.

Estou convicto de que vamos conseguir um grande entendimento. Nós só temos, como disse o Papa, que dialogar, dialogar e dialogar.

Nessa causa não tem que haver vencidos nem vencedores. Temos que garantir efetivamente que as pessoas com deficiência tenham direito à escola inclusiva e que as situações especiais tenham os seus espaços também, que as APAEs muito bem representam. Esse é o encaminhamento que faríamos juntamente.

O Deputado Eduardo Barbosa foi muito feliz. Acho, inclusive, Deputado Barbosa, que V. Ex^a deveria estar junto, se me permitir – não apito na Câmara, mas no Senado a gente contribui – com a delegação das APAEs nessa audiência com o nosso querido Aloizio Mercadante, que haveríamos de construir um grande entendimento.

Feito?

Vamos, depois da palavra do Senador Cyro Miranda, muito firme, como sempre, na suas convicções, passar a palavra agora ao Deputado Adolfo Brito, que veio do Rio Grande do Sul para essa audiência pública.

O SR. ADOLFO BRITO – Sr. Senador Paulo Paim, é uma alegria muito grande o fato de nós, do Rio Grande Sul, estarmos aqui, hoje, nesta audiência, com a sua participação especialmente, para discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o apoio de vocês do Rio Grande, que me solicitaram também.

O SR. ADOLFO BRITO – Gostaria de dizer que estamos felizes em discutir esse tema, acompanhando aqui as APAEs não só do Rio Grande do Sul, mas evidentemente de todo o País, e trazer nossas principais preocupações com relação a isso.

Ao cumprimentá-lo, queria cumprimentar a Senadora e os demais Senadores, Deputados, que aqui tiveram uma participação importante, trazendo elementos para uma discussão que, com certeza, terá que ocorrer.

Mas, Senador, eu gostaria de acrescentar que a nossa Comissão de Cidadania e Direitos Humanos é presidida pelo colega do PT, o Deputado Jeferson Fernandes, que está sendo substituído, aqui em Brasília, pelo Deputado Valdeci Oliveira, e conta com a presença também do Deputado Capoani. Estamos muito preocupados com essa situação e, após ouvirmos o Governo, especialmente aqui, sintonizamos que estamos em outro mundo em relação às APAEs.

Acerca de todos os números tão importantes que o Governo citou aqui, em relação às APAEs, no Rio Grande do Sul, há uma dificuldade muito grande. A nossa Comissão provocou uma audiência pública aqui, que nós solicitamos a pedido das APAEs. Das 208 APAEs, 106 estiveram presentes, devido a grande importância que foi dada para o assunto APAEs. Foi feita em 5 de junho e, depois, as APAEs, pela Federação,

fizeram um belo movimento agora no mês de julho, que esteve nas ruas principais de Porto Alegre. No Piratini, fomos recebidos pelo representante do Governador e, depois, fomos até a Assembleia Legislativa.

E, nessa audiência pública do dia 5, colhemos, da Federação e das próprias APAEs, itens que entregamos há pouco para o representante da Presidência da República que esteve aqui. São, na verdade, sete itens que trouxemos para que o Governo analise com profundidade, porque representam as demandas das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul. E eu começaria dizendo que a principal preocupação é manter o atendimento através das escolas especiais. A redação original da Meta 4 do Plano Nacional de Educação é preocupação muito grande das APAEs em relação a isso.

2 – A Nota Técnica nº 2 do MEC: os Estados, 50% dos alunos do censo e outros 50% dos Municípios. Seria o segundo item.

3 – Fundeb. Previsão de recursos específicos para educação especial.

4 – A divulgação das planilhas de atendimento educacional, especializado, da educação especial (Fundeb 2012), que não foram publicadas.

5 – Sala de recursos para as escolas especiais. Exemplo: APAE.

6 – Aquisição de transporte escolar, mediante financiamento obtido junto ao Governo Federal, MEC. Nem precisa passar o dinheiro, mas que passem os veículos.

Senador Paim, V. Ex^a é testemunha disso. Fui falar com o senhor para ver se conseguia um recurso para a APAE de Agudo, que está buscando as crianças com a Kombi de 2005. E, às vezes, vai; às vezes, não volta. A APAE de Sobradinho está com uma Kombi de 2008, sem as mínimas condições para atender a mais de 100 crianças; Agudo: quase 200 crianças.

Estamos aqui porque acreditamos que as APAEs precisam de um atendimento do setor público, tanto em nível estadual quanto federal. O que foi dito aqui é tão importante, mas não é o que nós temos lá na ponta, nas pessoas que trabalham com as APAEs.

(Soa a campanha.)

O SR. ADOLFO BRITO – Por último, queremos buscar, Senador, equacionamento das dívidas das APAEs na questão do recolhimento da parte patronal. Na minha cidade, eles têm uma dívida que é impagável. Não há como pagá-la. Queremos buscar um equacionamento de uma forma ou de outra, mas buscar isso.

Nós trazemos isso, Senador, no sentido de contribuir com o Governo. Vou entregar esse documento para V. Ex^a, que comandou tão bem essa reunião, para que possa passar para o Governo uma cópia – eu a

entreguei ao Sr. Antônio –, porque uma coisa é o que nós vimos aqui em Brasília, outra coisa é o que nós temos lá no interior.

É o nosso testemunho! (*Palmas.*)

Quero entregar e pedir ao Senador, e também pedir à Senadora do PP, que é do meu Partido, Ana Amélia, que se preocupem com as APAEs, porque essas crianças, essas famílias estão com dificuldades, e os itens que nós relacionamos aqui são como contribuição para aquelas pessoas que são voluntárias e trabalham tanto neste Brasil pela educação especial.

Parabéns pela determinação de V. Ex^a em buscar essa audiência pública e trazer essas informações para o Governo Federal, trabalho que também estamos fazendo em nível de Governos Estaduais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Deputado Estadual Adolfo Brito, que veio lá do Rio Grande do Sul especialmente para esta audiência pública, assim como o Deputado Gilberto Capoani, a quem, neste momento, passo a palavra.

O SR. GILBERTO CAPOANI – Senador Paulo Paim, ao saudá-lo eu gostaria, inicialmente, de cumprimentá-lo pela iniciativa de realizar esta audiência pública. Saúdo, aqui, à Prof^a. Aracy, à Prof^a. Fabiana, à Prof^a. Martinha.

Quero dizer que o Deputado Brito, que aqui foi tomado pela emoção, veio lá do Rio Grande do Sul, juntamente comigo e com o Deputado Valdeci de Oliveira, que teve um mal-estar e está no hotel, para trazermos aqui a preocupação do Parlamento gaúcho com essas alterações da questão da educação especial.

Nós, que somos Deputados e andamos pelo Rio Grande, conhecemos a realidade. Sabemos o quanto as APAEs se doam, do quanto a comunidade ajuda as pessoas que têm o infortúnio de ter nascido com alguma deficiência.

Então, eu gostaria de registrar aqui que há um grande equívoco do Governo, e tenho a certeza de que o Parlamento não permitirá que isso aconteça, não apenas aquilo que disse o nosso Secretário Nacional para não fecharem as APAEs, mas nós não podemos sequer permitir o enfraquecimento das escolas de educação especial, mas precisamos, sim, do seu fortalecimento, de mais recursos.

Sobre aquilo que falava o Deputado Brito, eu assisti há poucos dias, lá no Município de Getúlio Vargas, onde os veículos que transportam as pessoas não têm sequer condições de acessibilidade, as pessoas têm que ser carregadas para dentro dos veículos.

Então, do que nós precisamos, em nível de educação especial, é apoiar as APAEs, canalizar mais re-

ursos, fazer com que elas possam exercer o seu papel tão fundamental ainda com maior plenitude.

Somo-me. Eu acho que o Deputado Barbosa – uma pena ele não estar aqui – colocou com muita propriedade, como também a Prof^a. Fabiana foi muito feliz nas suas colocações, e nós acreditamos que através do diálogo se possamos, sim, mostrar para o Governo que o caminho que está sendo colocado não é o melhor caminho para as pessoas com deficiências em nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Deputado Estadual Gilberto Capoani.

Seguindo a recomendação desta Presidência, eu já agradeço por ter ficado nos cinco minutos, dando, assim, oportunidade para que outros também possam usar a palavra.

Meus cumprimentos à delegação do Rio Grande do Sul, que aqui representa, tenho certeza, toda a Assembleia Legislativa do Estado. Eu tenho dialogado com os Deputados, independentes de Partido, e todos têm a mesma posição que vocês tem lá na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Também o Valdeci de Oliveira, que é o Líder do Governo lá na Assembléia, que é do meu Partido e veio com vocês, mas que, por motivo de doença, ficou no hotel. Meus cumprimentos à delegação dos Parlamentares gaúchos que estão aqui presentes. (*Palmas.*)

Então, já falaram o Deputado Eduardo Barbosa, o Deputado Adolfo Brito, o Deputado Gilberto Capoani; agora, vou passar a palavra, dentro do critério, aos dois Vereadores presentes e também ao Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, Moisés Bauer Luiz, que sempre que é convidado tem estado conosco aqui dando uma grande contribuição.

Por fim, vou dar a palavra ao Messias Ramos, que é o Presidente da Feneis.

Neste momento, passo a palavra aos Vereadores. O primeiro Vereador inscrito é o Sr. Pedro Martendal, que também é pai de uma pessoa com deficiência.

Vou fazer um pedido, porque, depois de vocês, toda a Mesa vai falar de novo, que os senhores falem dentro dos cinco minutos, o que ajudaria muito o encaminhamento dos trabalhos. Ao final, quero dar um encaminhamento concreto em cima de tudo que ouvimos aqui nesta belíssima audiência pública.

Por favor, Vereador Pedro Martendal.

O SR. PEDRO MARTENDAL – Bom dia, Senador. Agradeço muito a S. Ex^a por permitir que eu use da palavra.

Ao cumprimentá-lo, estendo meus cumprimentos a todas as autoridades que compõem essa brilhante

Mesa de trabalho e todas as autoridades aqui, Senadores e Deputados, que foram nominados.

Eu falo aqui como Vereador, que represento a minha cidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vereador, me permita dizer que, aqui ao lado, a sala 6 está aberta, com telão, e os cerca de 70 companheiros e companheiras das APAEs que estão nos corredores podem se dirigir para a sala 6.

Por favor, Vereador.

O SR. PEDRO MARTENDAL – Eu falo como Vereador, representando a população da minha cidade, e falo também como dirigente das entidades. Sou Diretor Secretário da Federação das APAEs do Estado do Paraná.

Mas o que me levou a pedir para me manifestar, Senador, é para falar como pai. Eu tenho um filho com 30 anos e vivo esta condição, Senador, 365 dias, 24 horas. O que nos preocupa e que nos traz intranquilidade e medo, muito bem lembrado aqui pelo Deputado Adolfo Brito, do Rio Grande do Sul, que falou com o coração, é que a realidade do MEC destoa da realidade dos alunos, das pessoas com deficiência.

Analisa-se junto ao MEC – é o que eu consigo observar – todas as deficiências com um estudo único. E acabam deixando as pessoas com deficiência intelectual em segundo plano. A nossa realidade é diferente. O que nós estamos fazendo aqui em Brasília... muitos pais e mães andaram 1,5 mil quilômetros, 24 horas de ônibus, não para protestar, mas para um grito de socorro. Porque a situação, como está posta, na modificação feita pelo Senador Pimentel e que também está nas propostas da Conae, Senador – a Conferência Nacional da Educação será em fevereiro –, também as escolas da APAE estão com morte anunciada.

Então, amedronta-me essa visão do MEC de destoar da realidade. Nós temos no Paraná, Senador, centenas de casos de alunos que foram incluídos no ensino regular e que, após seis meses, um ano, dois anos estão retornando para as escolas das APAEs, não que os dirigentes apaeanos vão à casa da pessoa pedir para ela voltar, são as famílias que estão clamando, pedindo. Muitas vezes temos até dificuldade para acolhê-los novamente na APAE, por questões de recursos, que é o que nós deveríamos estar discutindo aqui: mais recursos para as APAEs. E temos de recebê-los e estamos recebendo de braços abertos, mas se observa que houve uma regressão nesse período que eles ficaram na escola do ensino regular.

Ontem, a autodefensora dos alunos da APAE foi muito sincera. E o senhor sabe que uma das características das pessoas com deficiência intelectual é a sinceridade; não há maldade com eles. Ela falou que

foi para o ensino regular, começou na primeira carteira e terminou na última. E ela foi embora porque não sabiam o que fazer com ela. O autodefensor também...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO MARTENDAL ARAÚJO – Deve ter sido gravado, Senador – já estou concluindo –, e o autodefensor falou que ele, quando foi para o ensino regular – a Profª Araci estava lá e ouviu quando ele falou –, era tratado como o louquinho da APAE. Saiu do ensino regular, voltou para o ensino da APAE, porque é onde ele é feliz hoje. Palavras dele.

Então, Senador, nós precisamos que a palavra “preferencialmente” seja incluída no texto, até como um direito constitucional. Não nos tirem o direito de o pai ou o responsável decidir. Porque o deficiente visual, o deficiente auditivo ou o deficiente físico pode por si decidir; e o meu filho não tem condições de decidir. Então, eu não quero que me tirem o direito de decidir em nome do meu filho. Isso está na Constituição. É um direito à liberdade. A ninguém pode ser *(falha na gravação)* o que para ele é melhor.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Palavras do Vereador Pedro Martendal, que é pai de uma pessoa com deficiência. De qual cidade, Vereador? Só para deixar registrado.

O SR. PEDRO MARTENDAL ARAÚJO – Cascavel, Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cascavel, Paraná.

Às Vereadoras de Santa Maria eu agradeço de antemão, porque abriram mão de falar. O critério era de que os vereadores falassem, e todos poderiam falar. Eu iria dar a palavra para todos. Mas para que a Mesa dê os encaminhamentos finais, elas abriram mão.

Quero uma salva de palmas para elas. Vereadoras de Santa Maria: Marta Zanella e Maria de Lourdes Castro. Onde estão as Vereadoras? Fiquem de pé que fica melhor para situá-las. *(Palmas.)*

Está aqui um vereador de Belém do Pará, o Vereador Manuel. Nossas palmas também. *(Palmas.)*

Pediu a palavra – e já estava inscrita – a Vereadora de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Claudia Furlanetto, representando a Câmara daquela cidade. Com a palavra, por favor. Está aqui? Está com a palavra. É só apertar o botão. A luz verde acendeu. É tudo com você.

A SRª CLAUDIA FURLANETTO – Bom dia a todos e a todas aqui. Deixo o meu agradecimento, em específico ao Senador Paulo Paim, que é nosso companheiro de Partido e muito mais companheiro de luta, que luta pelas pessoas com deficiência em defesa das diferenças. Dessa forma, cumprimento a todos os Deputados e Senadores.

Quero aqui dizer da minha alegria de poder me deslocar lá da minha cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, e ver tanta gente, também, vindo. Essa voz que está aqui fala com propriedade porque vive as APAEs, as questões da diferença.

A minha fala será muito breve. Gostaria só de fazer uma lembrança do que a convenção da ONU fala sobre o conceito da pessoa com deficiência. O conceito da pessoa com deficiência hoje é o seguinte: pessoa com deficiência é toda aquela que, possuindo algum tipo de limitação, seja física, sensorial, cognitiva, ao deparar-se com alguma barreira social não consegue ter o seu acesso pleno na sociedade.

O que isso significa? Significa que hoje a deficiência não está mais posta na pessoa. A pessoa tem a sua condição: a condição de ser humano; condição de caminhar, condição de não caminhar, condição de ouvir ou não, condição de ser muito magra ou muito gorda, de ser branca ou negra. São essas as condições com que hoje trabalhamos no conceito da diferença.

E quero dizer que o que o MEC não está compreendendo nesse momento é que a principal limitação para a inclusão é a falta de qualificação dos profissionais da área. E não é com cursos de 40 horas que nós vamos formar profissional, de uma hora para outra, para atender todos os tipos de diferenças. Não é essa a compreensão. *(Palmas.)*

Nós precisamos, sim, compreender e respeitar os espaços construídos por esses sujeitos, e precisamos, sim, ver esses sujeitos, como alguém falou ali, um pai, como cidadãos que são. Vamos ouvir o que eles querem. Será que a inclusão é eu estar em um espaço em que todo o mundo me olha atravessado ou tem pena de mim? Ou a inclusão é eu estar em um espaço em que eu consiga conversar, trocar ideias e ser visto como igual? Ninguém está aqui propondo que escondamos as nossas pessoas com diferenças. Não, porque eles estão incluídos na sociedade.

Além de Vereadora, eu estou Vereadora, sou intérprete de língua de sinais, vivo essa questão e milito há mais de 10 anos em relação à escola bilíngüe. O sujeito surdo hoje também não é mais visto como deficiente. O sujeito surdo, hoje, é pertencente a uma minoria linguística, assim como o índio, assim como um grupo de italiano que vem para o Brasil. E isso tem de ser considerado. Nós todos aqui, senhores e senhoras, fomos alfabetizados na nossa Língua.

Neste momento, quando se fala da proibição da criação e implantação de escola bilíngüe, se fala na violação do direito de o sujeito ser alfabetizado na sua língua materna.

Então, o que viemos fazer aqui? Viemos fazer uma solicitação, e temos a certeza de que o Senador Paulo

Paim, temos a certeza de que a Mesa composta e de que os nossos Deputados serão sensatos em ouvir o clamor da população e dessas pessoas. Não foi à toa que quatro mil surdos vieram aqui para Brasília de todos os espaços do País para defenderem a sua língua e a sua cultura! Nos não podemos mais fechar os olhos para isso. Nós estamos em um momento importante.

Para concluir, também quero dizer que, em se tratando da surdez, não existe professor capacitado, e eu falo como intérprete, que consiga alfabetizar alguém em duas línguas ao mesmo tempo.

(Soa a campanha.)

A SR^a CLÁUDIA FURLANETTO – Ninguém consegue falar o Inglês e o Português e ensinar um americano e um brasileiro ao mesmo tempo. Impossível!

Assim, viemos aqui pedir a manutenção – para concluir a minha fala – e a possibilidade da criação de escolas bilíngües da educação infantil a *(Falha do som.)*... que depois disso essas pessoas possam ser incluídas, sim, com a garantia de intérpretes nas salas de aula.

Muito obrigado e parabéns por este momento!

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Esta foi a Vereadora de Passo Fundo Cláudia Furlanetto, representante daquela Câmara Municipal.

Também me pediu a palavra, da Câmara Municipal de Itabirito, Minas Gerais, Max Fortes.

O SR. MAX FORTES – Bom dia a todos!

Senador Paulo Paim, na sua pessoa cumprimento os demais Senadores; representantes da Federação Nacional da APAE; nossas amigas Aracy e Fabiana. Em nome do Deputado Federal Dr. Eduardo Barbosa, cumprimento os demais Deputados federais e estaduais e demais autoridades; família apaeana; Sr. Presidente, Sr. Senador.

Eu poderia deixar uma rápida palavra, em nome da Câmara Municipal de Itabirito, Minas Gerais. E como Presidente – com muita honra e satisfação – voluntário da APAE de Itabirito, a nossa reafirmação, a nossa ratificação para que sejam realmente estes os três pontos principais: a manutenção das escolas especiais no Plano Nacional de Educação, a inclusão da coexistência entre as escolas regulares e as escolas especiais e a retomada do texto da Meta 4, de acordo com o que foi aprovado na Câmara.

Faço apenas mais um comentário: que o movimento apaeano surge há 40, 50, 60 anos atrás, num momento de total ausência do Estado. É importante deixar esse registro. Era um momento em que ninguém tinha esse olhar especial para a inclusão social da pessoa, principalmente com deficiência intelectual e múltipla.

Grandes conquistas e avanços que tivemos na política nacional, na política pública de inclusão social da pessoa com deficiência intelectual vêm da própria sensibilização, da própria reivindicação que o movimento apaeano, o movimento das escolas especiais fizeram ao longo desse tempo.

E que incoerência é essa? Justamente agora, com essas retomadas, com essas conquistas, se fala de uma exclusão das APAEs, dos movimentos apaeanos?

Tive um exemplo claro, na minha cidade. No primeiro 7 de setembro, há 20 anos atrás, resolvemos colocar a APAE na rua; resolvemos colocar os deficientes na rua, tendo o seu direito cívico exercido. E ali houve um total preconceito de algumas pessoas questionando o que aquele bando – desculpe a palavra, mas é para chocar mesmo – de retardados estaria fazendo ali. Isso há 20 anos atrás.

Evoluímos, conquistamos nosso espaço com as escolas, as APAEs, e hoje são reconhecidas na sua totalidade; e temas que até então eram impensáveis são discutidos: sexualidade, envelhecimento, inclusão social na íntegra.

Então, deixo aqui, Sr. Senador Paulo Paim, nosso agradecimento e nosso apoio, na convicção e na certeza de que será aprovado o texto original que veio da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Sr. Max Fortes, que falou aqui em nome da Câmara Municipal de Itabirito.

Eu recebi aqui mais uma mensagem que vou ler:

Fazemos parte de uma comissão de professores, pais e comunidades gabrielenses que lutam pelo direito de livre escolha de qualidade da educação das pessoas com deficiência.

Esta semana, protocolamos junto à Câmara de Vereadores deste Município [no caso, São Gabriel] mais de quatro mil assinaturas em apoio à causa das pessoas que se sentem excluídas com tais medidas que poderiam ser adotadas.

Foi marcada uma audiência pública para o dia 26 de agosto, a partir das 18 horas, com transmissão ao vivo pelas emissoras da região, para toda população, dando assim acesso a debate e discussão sobre esse tema, que tem a grande maioria dos gabrielenses contrários ao fechamento da Escola de Educação Especial Nossa Senhora das Graças.

Fica aqui o convite para o nobre Senador comparecer aqui na nossa comunidade e participar dessa audiência. Neste dia 15/08, importante para todos nós, gostaríamos de dar a nossa contribuição e nos juntarmos a essas vozes, fortalecendo o exército em defesa dos direitos da pessoa com deficiência e das APAEs.

Comissão de Professores, Pais e Alunos da Escola Especial Nossa Senhora das Graças.

Está lido o documento de São Gabriel.

Passamos a palavra, agora, a Messias Ramos, Presidente da Feneis. Por favor, Messias.

Eu apenas faço um esclarecimento a todos, enquanto a gente ajusta aqui: foram centenas as manifestações de todo o Brasil, tanto que deu uma pane no Alô Senado – essa é a informação que nos deram aqui –, em favor das escolas especiais.

Meus cumprimentos aos internautas que assim o fizeram. (*Palmas.*)

Messias Ramos, por favor, é com você.

O SR. MESSIAS RAMOS COSTA (*Tradução por profissional habilitado.*) – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui.

Cumprimento a Mesa, todos os Senadores, Deputados e todas as pessoas presentes.

Estou muito feliz de estar aqui. Hoje é um dia muito especial, por tratarmos do tema da escola bilíngue também.

Hoje, no Brasil, há mais de 90 mil pessoas que lutam e se sentem vítimas do preconceito todo que acontece, que anda acontecendo com as escolas. Ele não quer ser contra ninguém, mas o que acontece é que a escola inclusiva é diferente da escola bilíngue. A língua principal da escola bilíngue é a Libras. O Português vem em segundo lugar. Só que, ao surdo, o que acontece? Na escola inclusiva, exatamente o contrário: ele só copia, nem entende o que está acontecendo. É como se ele fosse um robô. Ele não entende nada do Português, porque a língua materna dele é a Libras e não o Português. Depois seria o caso de aprender. O que acontece com ele? Ele passa a vida inteira somente copiando. Todos os surdos não conseguem assimilar isso. E a escola bilíngue mostra realmente essa diferença. A luta do surdo é para que seja respeitada a língua dele. Já tem mais de...

Aqui em Brasília, uma passeata teve 4 mil surdos lutando para que existisse essa escola bilíngue. Essa proposta já foi entregue ao MEC, mas parece que esse órgão não se importou com isso. Assim, essa proposta vai ficando guardada, vai ficando engavetada. E eles sempre estão lutando. Passa ano, entra ano e eles continuam lutando. Isso é uma falta de respeito com os surdos, e não só com ele, mas com todos os surdos que vêm lutando.

O Deputado Angelo Vanhoni, do Paraná, fez uma proposta, lutou pelos surdos; sentou com ele e fez uma proposta sobre a escola bilíngue e sobre outros assuntos também. Ele se sentiu contemplado e muito feliz com isso. Só que, quando o projeto veio ao Senado, o Senador Pimentel acabou modificando esse texto. E

não é isso que os surdos querem. Ele sabe que isso é uma influência do MEC e gostaria que fosse respeitado o texto que veio da Câmara para cá, que voltasse o texto original, que foi escrito pelo Deputado. Por que essa mudança?

Essa Meta 4 ele gostaria que fosse a mesma estratégia daquele projeto. Esse é um direito que o surdo tem. (*Palmas.*) É um direito dele e ele não aceita essa influência nem que o Brasil seja prejudicado dessa forma. Ele se sente magoado. Vocês pensam que o surdo é burro? O surdo não é burro não. Ele tem direito, entende, tem cultura e a língua dele é a Libras. Como crescer sem saber nada, sendo influenciado? Depois, falam que a melhor educação para ele seria o Português. Como?

No magistério, esse pedagogo, estudando Letras Libras, como conseguiu esse mestrado? Como conseguiu chegar até aqui se não fosse a história da Libras? Se fosse só o Português, talvez ele nem tivesse estudado. Ele só conseguiu ter acesso à escola quando começou a ser usuário da Libras.

Esse documento que foi entregue ao MEC não valeu para nada? E todos os surdos, que lutaram o tempo todo? Com qual o objetivo esse documento foi entregue ao MEC? Esse é um direito que eles têm, é uma falta de respeito com os surdos.

Ele gostaria de avisar vocês que, aqui, o Governo do GDF luta muito para que seja aberta a escola bilíngue. Duas semanas... Há escolas bilíngues que já estão tendo aula. Essa foi uma surpresa pra ele. Ele está avisando isso para vocês, porque em Brasília já acontece a escola bilíngue.

O que seria essa escola bilíngue? Uma escola onde a primeira língua é a Língua de Sinais e depois o Português. Isso já acontece aqui em Brasília, em Taguatinga. Ele ficou muito surpreso e muito emocionado com os professores falando em sinais. Isso precisava ser difundido para todo o Brasil como um direito deles.

O Embaixador do Japão vai visitar Brasília em setembro para poder levar isso, divulgar a importância dessa escola para o mundo.

Esse é um direito deles. Essa é uma proposta. Por favor ele pede, Senador, Senadores, que volte a mesma proposta, o texto original, que não aceitem essa proposta em respeito a ele. Desculpe. Ele sabe que esse é um assunto político também, que é difícil para todos que não tenham contato com o surdo essa língua, essa linguística. Acham que eles não têm cultura, que se trata somente de sinais, mas não é. Tem gramática, tem língua, tem tudo explicado, tudo visual. O surdo é visual. Não adianta somente escrever. Precisamos lembrar que não é só isso. Que vocês abram o coração para essa causa e que se doem para isso,

para a escola bilíngue no Brasil, porque isso, para eles, é o melhor, é uma força que eles têm.

Eles têm lutado muito para isso no Brasil todo. Mas o MEC, por influência política, sabe que vai acabar mudando esse texto. Ele gostaria que fosse respeitado esse direito dele, que não aceitassem isso.

Agradeço, Deputado Eduardo Barbosa e Moisés.

O Moisés, o Deputado Eduardo, todos eles já têm a mente aberta. Ele teve a oportunidade de sentar e conversar com eles. E gostaria de explicar isso para vocês para que vejam que, para o surdo, a escola bilíngue é uma luta dele. Há uma preocupação para que não fechem as escolas. Ele não quer que fechem as escolas, mas que existam escolas bilíngues, como um direito dos surdos, e que a proposta seja a mesma que veio da Câmara dos Deputados.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Muito bem! Valeu!

Como último, em nome do Plenário, a usar a palavra, Dr. Moisés Bauer Luiz, Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil. Por favor, Moisés.

O SR. MOISÉS BAUER LUIZ – Bom dia, Senador Paulo Paim.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero fazer um agradecimento especial, primeiro, ao Moisés pela extraordinária capacidade de bem explicar tudo, e também à tradutora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Moisés ou Messias? Moisés é o que vai falar agora.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Messias. Se V. Ex^a puder informar o nome da tradutora, que fez um trabalho formidável de bem nos dizer o que o Messias estava explicando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Faremos no final uma homenagem a todas as tradutoras que estiveram aqui.

O Moisés está com a palavra agora. Depois, teremos os encaminhamentos.

O SR. MOISÉS BAUER LUIZ – Bem, meu nome é Moisés Bauer, estou Presidente da Organização Nacional dos Cegos. Carrego comigo dupla deficiência, porque, além de cego, não tenho a mão esquerda. Felizmente tenho plenas condições, salvo melhor juízo, minhas capacidades intelectuais, o que me permite fazer uma fala aqui, com toda a tranquilidade, também para este Plenário, nesta audiência pública.

Quero cumprimentar muitíssimo o Senador Paulo Paim, que é meu conterrâneo – sou cidadão de Canoas também, Rio Grande do Sul –, e todos os Parlamentares aqui presentes, Senadores, Deputados, Bancada gaúcha em peso. Isso me deixa bastante feliz.

Estou também Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com deficiência lá no Rio Grande do Sul. Estamos lutando intensamente pelos direitos de todas as pessoas com deficiência.

Ressalto, e faço essa entonação de voz um pouco mais forte, que todas as pessoas com deficiência... Porque, em verdade, a Meta 4 do Plano Nacional de Educação diz respeito a esse público. Não está em jogo aqui apenas a questão das APAEs ou das Pestalozzis, mas uma questão que envolve todas as pessoas com deficiência que necessitam de uma atenção educacional adequada.

Falo rapidamente que o tema amplamente discutido na manhã de hoje foi objeto de deliberação da 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em dezembro do ano passado, e, por 70% dos participantes, dos delegados dessa conferência, foi aprovada, foi deliberada a coexistência dos dois modelos de educação, dos dois modelos escolares. Esse é um espaço democrático que o nosso Governo, que o nosso Estado democrático de direito, a nossa República Federativa do Brasil, utiliza para ouvir a sociedade e a sociedade respondeu ao Governo.

Repudiamos, e muito, a atitude da Comissão de Assuntos Econômicos – porque o Relator foi o Senador Pimentel, mas quem aprovou foi esta Comissão – de modificar o texto da Meta 4 sem ouvir as pessoas com deficiência.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU que este Parlamento, que este Congresso Nacional ratificou com quórum qualificado, foi construída toda com o diálogo, com a escuta das pessoas com deficiência. E a máxima que permeou todo esse processo de construção do mais atual, moderno e inovador documento jurídico, o Tratado Internacional de Direitos Humanos, foi esta: “Nada sobre nós sem nós!” Que nada seja tratado sobre as pessoas com deficiência sem ouvir as pessoas com deficiência. E aqui eu quero dizer que não basta ter no quadro do Governo pessoas com deficiência, como a Prof. Martinha Clarete, a quem respeito muito, e o Secretário Nacional Antonio José, entendendo que as pessoas com deficiência estão sendo ouvidas. As pessoas com deficiência foram ouvidas na conferência. As pessoas com deficiência estiveram ontem aqui, em frente ao Senado, na Esplanada dos Ministérios, querendo ser ouvidas. E são todas as deficiências que estão sendo prejudicadas.

Eu quero fazer um alerta em dois aspectos ainda, para encerrar minha fala. O primeiro é que, além do Plano Nacional de Educação, nós temos oportunidade de aperfeiçoar esse debate, esse entendimento e assegurar esses direitos de uma educação de quali-

dade para as pessoas com deficiência no Estatuto da Pessoa com Deficiência...

(Soa a campainha.)

O SR. MOISÉS BAUER LUIZ – ... cujo autor é o Senador Paulo Paim. Esse projeto de lei está em vias de ser aprovado na Câmara dos Deputados e temos que trabalhar nesse sentido também, Senador Paim e todos os Parlamentares aqui presentes.

Nós temos também que lembrar algo que me preocupa muito na Meta 4, e não foi mencionado aqui – pelo menos no tempo em que estive presente –: a limitação da educação aos 17 anos. Muitas pessoas com deficiência chegam à escola com idade avançada pelo desconhecimento, pela falta de oportunidade, por todo processo de exclusão, que ainda é atual. Milhares e milhares de crianças com deficiência ainda estão fora das escolas, é o que o BPC Escola aponta, fora aquelas que não recebem BPC e também estão fora das escolas. E por que limitar a educação no Plano Nacional de Educação para pessoas com deficiência só até os 17 anos? Isso tem que ser revisto também, na minha humilde opinião.

Muito obrigado, senhoras e senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Moisés Bauer Luiz, Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, também dando todo apoio ao movimento.

Eu quero a registrar a presença conosco – ele abriu mão da fala devido ao horário – do Prefeito de Taquari, Rio Grande do Sul, Emanuel de Jesus. Se puder levantar aí, Emanuel. É uma alegria vê-lo aqui conosco, apoiando esse movimento. *(Palmas.)*

Rapidamente, leio só mais duas mensagens.

De Enio Röhsig, Presidente da APAE de Encantado:

Solicitamos a manutenção da Meta 4 com o texto original, com a manutenção das escolas especiais mantidas pelas APAEs em todo o País. Estamos aqui para reivindicar o direito da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, para que possam continuar nas escolas especiais, recebendo todo suporte multidisciplinar que é oferecido pelas APAEs.

Esta audiência pública foi transmitida durante todo o tempo pela TV Senado para todo o Brasil.

Um outro documento rápido que leio aqui que me chega é de José Augusto Nobre Oliveira.

O ato da lei antimanicomial de fechar hospitais psiquiátricos sem ter uma rede que atenda à grande quantia de ocorrências desse tipo também é um ato de violação dos direitos humanos. [Ele cobra que] ninguém faz nada para mudar isso. Os hospitais psiquiátricos que atendem o SUS estão inviabilizados há muitos anos pela política de preços e pelas exigências exor-

bitantes que são praticadas pela imediata intervenção desta Comissão de Direitos Humanos na garantia de saúde aos incapazes e mais carentes.

O que eu acho interessante é ter que fazer um movimento para isso, sendo que deveria ser uma prerrogativa de suma importância e uma obrigação de todos os Parlamentares.

Assim mesmo, ele cumprimenta o movimento de vocês.

Enfim, agora nós vamos passar a palavra à nossa Mesa para as considerações finais.

Eu vou pedir que cada um dos nossos painelistas usem, no máximo, cinco minutos, devido ao nosso tempo, mas, assim mesmo, a pedido do Senador Suplicy, eu queria cumprimentar as intérpretes de Libras: Tatiana Arantes e Maria de Lourdes Costa. Cumprimentamos as duas com uma grande salva de palmas. *(Palmas.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos, então, rapidamente...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Peço a gentileza de que a Sr^a Martinha Clarete, que recebeu tantas perguntas, inclusive da Presidenta Ana Rita, tenha o tempo suficiente para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ela já teve na abertura, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu dei a ela o dobro do tempo dos outros. Ela teve 40 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem. Mas eu acho que todos nós queremos conhecer bem as respostas às preocupações, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não se preocupe, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... da Sr^a Aracy, da Sr^a Fabiana e de todos que falaram.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não se preocupe, porque inclusive ela vai ser a última a falar. Ela vai ter todo o tempo que for necessário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estou só pedindo a todos que sejam breves. Como estamos indo para os “finalmentes”, às vezes, preocupo-me, porque discutimos, falamos,

falamos e não encaminhamos nada. Eu quero sair daqui com uma proposta concreta que atenda à expectativa, eu diria, desses quase milhares de pessoas que vieram a Brasília e estão representadas neste ato. Para mim, o encaminhamento final é fundamental como solução dessa questão tão importante.

Por isso, eu pedi brevidade à Mesa, sem prejuízo para a Martinha Clarete, que será a última a falar, respondendo aos questionamentos, mas nós temos que encaminhar depois o que efetivamente vamos fazer para que vocês voltem com boas notícias para os seus Estados de origem.

Então, começamos de novo com a Aracy Maria da Silva Lêdo, Presidente da Federação Nacional das APAEs.

Lembro que agora não é mais exposição; é um fechamento da nossa audiência pública.

A SR^a ARACY MARIA DA SILVA LÊDO – Com certeza.

Pois bem, Senador, hoje nós começamos a fala e não havia quórum. Lamentamos, mas entendemos a situação, porque foi respeitado o horário previsto. Isso não nos agride, não nos atinge porque o que foi dito foi registrado e complementado durante toda esta manhã brilhante, através desta audiência pública.

Mas eu vejo que, nesta grande oportunidade, não podemos ficar conversando sobre aquilo que não é o foco da nossa reunião hoje. Por exemplo, eu até destaco o fato de o Senador Suplicy ter chamado a atenção, na fala da Prof^a Martinha, para o trabalho exposto na tela que nada mais é do que uma obrigação do MEC. É preciso trabalhar. É uma causa ampla. *(Palmas.)*

Os dados apresentados da Federação do Estado do Rio Grande do Sul, de qualquer Estado da região ou de qualquer unidade da Federação também estão compilados em estatísticas. Está tudo registrado. Não era o nosso enfoque hoje. Estamos reunidos desde ontem e vamos continuar quantas vezes forem necessárias.

Admiramos, respeitamos o trabalho do MEC, só que isso é visto de uma maneira muito ampla, e, em relação às particularidades, passamos batido.

O que nós buscamos aqui? Vou lembrar outra particularidade, atendendo à solicitação da Senadora Ana Rita para dizermos qual é o motivo, por que aparece a palavra “preferencialmente” que tanto queremos. Nós estamos pedindo esta palavra: “preferencialmente”. Por quê?

Na Convenção da ONU, em 2006, que o Estado brasileiro aprovou imediatamente, no segundo compromisso, há uma palavrinha deste tamanho: “possam”. Essa palavrinha dá o direito de a pessoa com deficiência poder ou não entrar onde tiver que entrar e fazer a matrícula onde quiser. Lá naquela convenção

foi citado isso. Pois agora nós queremos outra palavra: “preferencialmente”, porque ela abre o direito de eu poder escolher aonde vou e o que eu quero fazer. Agora, se eu colocar a palavra “preferencialmente” e limitar o tempo, porque dentro de um ano ou dois todos vão estar incluídos, eu vou correr um risco maior, que é o da exclusão da nossa pessoa com deficiência. (*Palmas.*)

Inclusão é um termo que nós, as APAEs e todas as áreas de deficiência, trabalhamos sozinhos há muito tempo, fazendo a inclusão. Nós sabemos fazer, e fazer muito bem, mas nós queremos agora o respeito do Ministério. Porque, na realidade, em nome da inclusão nós fazemos a exclusão, jamais. Queremos a inclusão dentro de um processo que caminhe, que aquela pessoa que tem condições vá para uma escola comum. Por que ela não pode ir para uma escola regular ocupar o seu espaço devido? Nós queremos que ele ocupe sempre, sem limite de tempo, e a palavra “preferencialmente”. Respeitem as famílias na escolha dos seus filhos; respeitem o direito do cidadão. Então não é nada complicado. Nós não queremos aquela palavra e lamentamos que o Senador Pimentel não tenha feito essa leitura. Talvez tenha feito uma leitura no seu desejo de fazer uma grande escrita e colocar um texto diminuindo palavras. Só que essa palavra “preferencialmente”, para nós, é fundamental. E nós não vamos abrir mão dessa palavra “preferencial”, nem que nós tenhamos que sair diariamente para a rua. Porque é assim que queremos. Nós somos cidadãos.

Embora eu não tenha ninguém, eu sou amiga da APAE, mas tenho que respeitar o meu parceiro, o cidadão que convive comigo. E essas falas amplas... E vou dizer mais, respeito muito o MEC e aproveito a oportunidade para dizer mais uma vez o que o Papa disse: dialogando, dialogando, dialogando... E nós queremos ser ouvidos, porque não adianta diálogo só de uma parte, não adianta diálogo quando a decisão vem só de um lado. (*Palmas.*)

Nós queremos o diálogo, nós estamos disponíveis ao diálogo, nós temos que fazer a releitura deste momento que é a abrangência nacional e crescimento de todos. Vamos participar das conferências, de todas que tiverem por aí, dizendo do nosso respeito a todos. Para isso, gostaríamos que não fosse visto só o trabalho que o MEC tem por obrigação fazer, mas as particularidades, como lembrou o nosso deputado do Rio Grande do Sul, dizendo que lá na ponta as dificuldades são vistas; que lá na ponta isso não é pensado no cálculo que vier apresentado pelo MEC; que lá nós estamos precisando de muita ajuda e de um olhar aquecido, não de um olhar de autoridade. Nós somos cidadãos e com esse direito estamos continuando na nossa luta.

Parceiros que vieram de longe, que ontem vieram dos mais distantes lugares deste Brasil e que hoje nos acompanham nesta audiência, nós, em nome deste grupo, em primeiro lugar, agradecemos a vinda de todos e sabemos que eles também reconhecem a nossa luta. E nós agradecemos ao Poder Público, que nos ouviu ontem, ao Senador que abriu junto com a nossa Senadora Ana Rita este espaço que é fundamental para o nosso desempenho.

Espero ter esclarecido por que nós queremos e vamos manter a palavra “preferencialmente” na Meta 4 do Plano Nacional da Educação.

A todos muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Aracy Maria da Silva Lêdo, Presidente da Federação Nacional das APAEs, com as suas considerações finais.

Agora a Dr^a Fabiana Maria das Graças Oliveira, Coordenadora de Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional das APAEs.

A SR^a FABIANA MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA – Senador Paulo Paim, nossos companheiros aqui presentes, Aracy, na hora em que falamos vocês não estavam aqui. Mas, com certeza, acompanharão a nossa fala pela TV Senado.

O que eu gostaria de complementar na fala da nossa Presidente é que, antes de serem aprovadas a Meta 4 e as estratégias do Plano Nacional de Educação, nós estivemos conversando com o Senador José Pimentel e pedimos ao Senador que ele olhasse para o texto que veio da Câmara em 2012, fazendo um arrazoado de motivos, porque naquele momento, na Meta 4, inclusive, por texto dele, escrito por ele, já modificado, havia a obrigatoriedade de se fazer laudos médicos, o que comprometeria grandemente o atendimento dessas pessoas e seria, realmente, uma barreira muito significativa em suas vidas.

O Senador nos pediu, então, que fizéssemos a nossa proposta por escrito. Nós fizemos e, para nossa surpresa, se não me engano, no dia 28 de junho é que foi aprovado o texto pelo Senador José Pimentel, não contando com a Meta 4, apenas restringindo a educação escolar, sem o “preferencialmente na rede regular de ensino”, não contemplando as escolas especiais.

O maior perigo, ainda, é a questão do financiamento limitado até 2016. É claro que nós entendemos que não se escreve inclusão com tempo, hora marcada e lugar para acontecer. A inclusão, como eu disse na minha fala inicial, acontece e deve acontecer em todas as instâncias da sociedade: na família, no lazer, no trabalho, nas escolas especiais, nas escolas comuns, em todos os cantos. De repente, um aluno pode estar matriculado em uma escola comum, mas não estar in-

cluído. Ele pode apenas ser um número de matrícula. Ele pode estar lá apenas como um enfeite numa sala, sem nenhum contato, sem nenhuma articulação, sem nenhuma aprendizagem, sem nenhum convívio.

Nós queremos a inclusão, então, com responsabilidade. Por isso, mais uma vez, defendemos o texto que veio da Câmara, com a Meta 4 e as estratégias.

Complemento a minha fala. Eu gostaria de mais um tempo, Senador, para lembrar ao MEC e pedir a nossa diretora Martinha que leve o nosso recado. É simples, Martinha. Nós temos uma história de escola especial que foi escrita com estudo, com pesquisa, com documentos escritos no âmbito das instituições especializadas, por profissionais especializados e com consulta também às universidades, que foram propostas pedagógicas, que foram documentos orientadores da educação, conforme preconiza a nossa educação nacional. Nós temos outros documentos que foram escritos para garantir a educação escolar com qualidade das pessoas com deficiência.

O que nós temos que entender é o seguinte: se for aprovado – e, com certeza, será aprovado o texto da Meta 4, o Plano Nacional de Educação, as estratégias, de acordo com o que nós estamos solicitando, contemplando as escolas especiais –, nós temos outra questão que precisa ser resolvida. Nós não podemos, como instituições especializadas ou escolas especiais, ter nos espaços dessas instituições salas de recursos multifuncionais. Foi por isso que veio a solicitação, se eu não me engano, do Rio Grande do Sul. Por quê? Porque na Resolução 4, de 2009, do Conselho Nacional de Educação, apenas está restrita à oferta nas escolas comuns públicas. Não é permitido ser oferecido pelas instituições.

A outra questão que nós pedimos – e esta é fundamental – é a possibilidade de oferta da educação escolar. É diferente. A educação escolar é uma coisa e o atendimento educacional especializado, conforme está na Resolução 4 e na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, é outra. Sem contar, ainda, que o nosso problema não fica só aí.

O MEC soltou, neste ano de 2013, a Nota Técnica nº 55. E para vocês verem como a escola especial ficou inviabilizada, ficou no anonimato, no contexto do sistema de ensino, a Nota Técnica 55/2013, do MEC, não faz nenhuma referência à escola especial.

Então, a nossa luta e a nossa solicitação ao MEC, Martinha, é esta: abrir o diálogo para que o MEC entenda que existem pessoas com deficiência, com graves complexidades, que ainda precisam estudar, ter educação escolar nas escolas especiais, como vem acontecendo. E é só olhar o que nós conquistamos

no texto da Resolução 2, de 11 de setembro de 2001, que, por ora, também está congelado pelo próprio Ministério da Educação.

O art. 10 desse texto realmente contempla as escolas especiais, e é o único documento normativo dentro do contexto do sistema de ensino em que podemos nos apoiar. O art. 10 prevê que aqueles casos de alunos com graves comprometimentos, que necessitam de ajudas e apoios intensos que a escola comum não consiga prover, podem se matricular nas escolas especiais, desde que devidamente regularizadas pelos conselhos de educação. E aí nós podemos ser do sistema regular de ensino.

É esse nosso recado, pedindo que realmente essa parceria volte a acontecer pelo diálogo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Fabiana Maria das Graças Oliveira, Coordenadora de Educação das APAEs.

Por fim, agora fala a Dr^a Martinha Clarete, em nome do MEC. Em seguida, vamos para os encaminhamentos.

A SR^a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Quero aqui, em nome do Ministério da Educação, reiterar o agradecimento ao Senador Paulo Paim, pela excelente condução desta nossa Mesa, e à Senadora Ana Rita, que preside esta CDH.

Quero também, Senador Eduardo Suplicy, agradecer-lhe publicamente pelas gentis palavras, pelo acolhimento, e dizer da admiração que todos nós brasileiros e brasileiras temos por toda luta desenvolvida no âmbito do seu mandato, dos seus mandatos parlamentares para que, no Brasil, houvesse uma equidade social na distribuição de renda. Então, o seu mandato é marcado emblematicamente por essa bandeira, da qual todas nós e todos nós brasileiros compartilhamos, nós que queremos, sem dúvida nenhuma, a construção de uma sociedade inclusiva.

Quero agradecer-lhe, Aracy, pelas palavras. E agradecemos a Fabiana e todas e todos que se manifestaram.

Para estar numa função pública num país democrático, é fundamental que todos nós que ocupamos esse espaço tenhamos como premissa a manutenção permanente do diálogo. Então, conversar, dialogar tem sido sim uma prática do Ministério da Educação.

A nossa diretoria nunca recusou nenhuma agenda; pelo contrário. A secretária da Secadi idem e também o Ministro. Ontem, a Feneis solicitou uma audiência com o Ministro. Ele prontamente atendeu, vai receber os representantes e as representantes da Feneis na terça-feira.

Agora, Tiago, você já está fazendo a gestão para a gente sair daqui com uma agenda com o Ministro, a fim de discutir com a representação da Federação Nacional das APAEs também a questão pontual sobre a Meta 4.

O Ministério da Educação tem recebido inúmeras manifestações de organizações da sociedade civil que lutam pelo direito da pessoa com deficiência e pela educação inclusiva e também manifestações de apoio à atual redação. E o Ministro, também, igualmente, vai receber. Por quê? Falando agora diretamente do foco desta audiência, por que sim o “preferencialmente” ou por que não o “preferencialmente”.

O texto original para o projeto de lei que instituirá o próximo Plano Nacional de Educação foi proposto pelo Executivo, e o Ministério da Educação elaborou, tendo em vista as deliberações da Conferência Nacional de Educação – foram duas, a Conferência Nacional de Educação Básica, em 2008, e a Conferência Nacional de Educação em 2010 –, com base nas deliberações dessas conferências, que foram amplamente discutidas e debatidas por todo Território nacional nas suas etapas municipais, estaduais e regionais, e vieram depois as propostas para a nacional, lá, depois de um intenso debate, nós deliberamos que o Brasil deveria, para os seus 10 próximos anos, investir fortemente na organização da educação integral, isto é, ampliar o tempo de estudo de todos os brasileiros e brasileiras na faixa etária de 4 a 17 anos. Por que, Moisés? Porque com a Emenda Constitucional nº 59 o Brasil alterou a faixa etária de educação obrigatória.

Então, no Brasil, anteriormente, com a Constituição de 1988, a faixa etária para a educação obrigatória estava entre 7 e 14 anos, o ensino fundamental. Necessariamente, o Brasil ampliou esse tempo. Então, isso significa que fora dessa faixa etária, isto é, do zero aos 3 anos e dos 18 anos para a frente, todas as pessoas têm direito à educação. Então, não quer dizer que vão sair da escola. Pelo contrário, o direito à educação é do berço ao túmulo. Agora, obrigatoriamente, dos 4 aos 17 anos.

Por isso, as metas do PNE, quando se referem à educação, no ensino fundamental e médio, colocam essa faixa etária como obrigatória. Depois, a primeira meta, por exemplo, que é a educação infantil, o Estado brasileiro já quer se preparar, gradativamente, para universalizar esse atendimento como um direito da criança e, depois, após os 18 anos, como um direito de todo jovem, adulto ou idoso.

Então, o que significa estar escrito na Meta 4: “universalização do atendimento escolar para pessoas com deficiência, TGD e altas habilidades, entre 4 e 17 anos”? Significa seguir os princípios da convenção e

da Constituição Federal, no sentido de não restringir direitos.

O entendimento da Senadora Ana Rita é perfeito, porque, se colocamos “preferencialmente”, nós admitimos que há pessoas com direito à educação e há pessoas sem o direito à educação. Então, essa premissa é mantida.

(Manifestação da platéia.)

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Então, é o entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Começamos aqui ouvindo a todos e vamos dar os encaminhamentos no final.

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Então, isso significa dizer que, pelo entendimento da Conae e do Fórum Nacional da Educação, do Ministério da Educação e do Ministério Público Federal, que foi consultado, a meta deve prever o atendimento educacional para todas as pessoas. E a sua operacionalização, a sua efetivação vem nas estratégias. Então, é nas estratégias que nós temos que detalhar como vamos atingir esse objetivo de universalização. É nas estratégias que nós vamos garantir a organização das escolas, com acessibilidade arquitetônica, a organização e a oferta da educação bilíngue, o ensino do sistema Braille, a disponibilização dos recursos de tecnologia assistiva, a oferta do atendimento educacional especializado. E é também nas estratégias que nós vamos assegurar a participação das instituições especializadas, públicas e privadas, sem fins lucrativos, na conjugação dos esforços para a construção desse sistema educacional inclusivo.

Então, eu penso que existe um espaço de discussão e de diálogo para que nós construamos um entendimento para aprovarmos o PNE, que já deveria ter sido aprovado, no final de 2010, e até hoje está nesse processo amplo e democrático de construção.

Outro aspecto importante: os 10 próximos anos são um período fecundo para que o Brasil avance não só na expansão do acesso, universalizando para todas as pessoas, com e sem deficiência, o acesso à educação, mas avance, sobretudo, na qualidade.

Então, é por isso que nós temos, sim, que agora, oportunamente, definir os critérios, os parâmetros dessa parceria, que é, sem dúvida alguma, muito bem vinda, mas não podemos admitir que, para os próximos 10 anos, tenhamos que restringir direitos. Não; nós temos que ampliar direitos e, principalmente, ampliar essas condições. Então, não é que a escola especial vai desaparecer, mas ela não pode, também, substituir. Ela tem que caminhar junto, como diz a nossa Presidenta Dilma Rousseff.

Tenho o maior orgulho de ter servido ao nosso País, nos mandatos do Presidente Lula, e agora continuo servindo nessa função ao mandato da Presidenta Dilma. E é nesse sentido que nós temos dialogado, sim, o Ministério da Educação com a Casa Civil, o Ministério da Educação com a Secretaria de Direitos Humanos, no sentido de encontrar uma redação que contemple os princípios constitucionais e, mais, avance ou proponha, para os próximos 10 anos, novas estratégias.

Então, foi importante apresentar as ações em desenvolvimento para que a sociedade brasileira compreenda que nós temos trilhado duas frentes: a frente que significa o fortalecimento do sistema público comum de ensino e nós temos também subvencionado as organizações especializadas que vêm contribuindo com a educação brasileira historicamente e que, neste momento da história, precisa se reorientar, tendo em vista o paradigma de uma educação plural, para todas as pessoas.

Então, quero encerrar colocando uma proposta de encaminhamento, Senador, que seria assim: para a gente já agendar essa audiência com o Ministro e também pensar num espaço como este, democrático, plural, de interlocução, para receber as organizações que defendem a atual redação da Meta 4, porque nós também temos que ouvir a sociedade como um todo. E hoje nós estamos ouvindo essa parte importante da sociedade brasileira que tem muito a contribuir e nós temos também diversas opiniões que precisamos acolher.

Eu agradeço muitíssimo e coloco mais uma vez todo o Ministério da Educação à disposição para as agendas que forem necessárias.

Muitíssimo obrigada.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, essa foi Martinha Clarete. *(Palmas.)*

Pessoal, agora vamos para os encaminhamentos, até porque há o leilão da Petrobras e a precarização e eu presido a Comissão de Assuntos Sociais em seguida.

Queria agradecer muito a presença aqui também do meu amigo, companheiro Deputado do Rio Grande do Sul, Valdeci de Oliveira, um dos coordenadores da minha primeira campanha ao Senado da República, que veio também apoiar o movimento. Palmas ao Valdeci. *(Palmas.)*

Pessoal, façam encaminhamentos concretos. Eu só peço o mínimo de silêncio.

Os Senadores presentes se dispõem a assinar este documento da Comissão de Direitos Humanos: Ex^{mo} Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Educação, Ministério da Educação. Ex^{mo} Ministro, ao cumprimentá-lo, solicitamos a V. Ex^a audiência para

tratar sobre a Meta 4 do Plano Nacional de Educação no que se refere à educação especial com os seguintes representantes de entidades – primeiro aqui, eu combinei o jogo com ela, se faltar nome vai sobrar para ela. Aracy Lêdo, Presidente Nacional das APAEs. Há concordância? *(Pausa.)* Então, palmas, pessoal. Não se encabulem. *(Palmas.)* Fabiana Oliveira, Coordenadora Pedagógica das APAEs. Há concordância? *(Palmas.)* Moisés Bauer, Presidente da Organização Nacional dos Cegos. *(Palmas.)* Deputado Federal Eduardo Barbosa, que já foi Presidente da APAE. *(Palmas.)* Rosângela Wolff Moro, Assessora Jurídica da Fenapaes. *(Palmas.)* Quero dizer que estava aqui também – foram pedidas pelo Ministro cinco indicações – o nome também do Messias, mas conversamos com o Messias e ele vai ser recebido também pelo Ministro – não é, Messias, confirma? – na terça-feira, às duas horas da tarde. Tudo indica que a mesma audiência será na terça, mas em momentos diferentes, porque já havia um pedido da entidade do Messias, que é a Feneis. Então, a Feneis já vai ser recebida no mesmo dia. Tenho certeza de que o Messias vai advogar o que aqui ele colocou e o resultado desta reunião. Então, não há por que retirarmos o nome daqui para incluir, já que o Messias automaticamente vai estar lá. Certo, Messias? *(Pausa.)* Feito; fechou; palmas para o Messias. *(Palmas.)*

Em tempo, ficou combinado durante a audiência pública que os contatos para marcação da agenda deverão ser feitos sob a liderança da Presidente das APAEs. V. Ex^a que irá coordenar. Tudo indica que será na própria terça-feira. No final aqui os Senadores vão assinar o documento. Assinam os Senadores presentes Paulo Paim, Eduardo Suplicy e Senadora Ana Rita, que, como Presidente da Comissão pediu...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só um pouquinho e já vou passar para V. Ex^a. A Senadora pediu que haja esse encaminhamento. E nós vamos, depois da assinatura, entregá-lo em mãos à representante do MEC aqui, a Martinha Clarete, que vai levar o documento. Pelas informações que recebi, quando estava no telefone falei com o Ministro, ele se mostrou inteiramente à disposição, não é Martinha? Só temos que adaptar agora ao horário do Ministro.

Senador Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A Sr^a Martinha Clarete mencionou que, no diálogo, seria bom também contar com a representação das entidades que avaliaram adequado o texto aprovado. Que o diálogo seja o mais amplo possível e não haja prejuízo.

Não sei se ela poderia citar o nome de um ou dois representantes dessas entidades. Não haveria problema algum, acredito, por parte das entidades aqui presentes, todas já aprovadas com aplausos. E que também haja essa outra participação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Suplicy, deixe-me tentar ajudar.

Eu entendo que a melhor das intenções...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – No espírito do que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É claro. No espírito do que foi colocado.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... V. Ex^a está colocando. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, não, não. Eu entendo.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em consonância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu entendo V. Ex^a e a Martinha também vai entender. Essa é a primeira vez que a APAE vai ser recebida. Os outros setores, com certeza, já foram recebidos pelo Ministro.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, para evitar um conflito... Podemos até abrir aqui o mesmo espaço, se assim for necessário, mas acho que, nesse momento, será uma audiência das APAEs com o Ministro. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu tenho certeza de que o Ministro vai poder ouvir os outros.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu entendi a intenção do Senador Suplicy. É claro que esta Comissão mesmo ouve a todos, mas essa será uma audiência das APAEs com o Ministro.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como a própria Feneis vai ser recebida com a mesma visão. Eu tenho certeza de que o Ministro receberá...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... a indicação em outro momento e não na mesma audiência.

A SR^a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Eu acho que o Senador Suplicy é bastante feliz quando faz a proposta, mas eu penso, Senador, que nós poderíamos garantir um encaminhamento de, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, também fazer uma interlocução como essa com as organizações que defendem a atual redação, para que os próprios Senadores e Deputados Federais possam também dialogar com essa compreensão.

Agora, o Ministro vai receber, sim, a Feneis, vai receber...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A APAE.

A SR^a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – ... a Fenapaes e vai receber também o grupo de organizações que defendem a redação. Acho que quanto a isso nós concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em audiências diferenciadas.

A SR^a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – E, depois, a Senadora Ana Rita, o Senador Paulo Paim e o Senador Eduardo Suplicy poderiam propor essa nova audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esta Comissão ouve a todos, com certeza absoluta; isso é praxe desta Comissão. Ficamos muito tranquilos quanto a esse encaminhamento. Então, o encaminhamento final é esse.

Eu sou obrigado a referendar o que ouvi nesta reunião. Nesta reunião, o que prevaleceu foi a palavra “preferencialmente”. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa é a palavra que dominou o debate aqui na reunião. É claro que não há como isso não constar na ata que nós vamos fazer desta reunião.

Eu quero cumprimentar a todos; a Martinha, que foi muito feliz na sua fala, apontando sempre a linha do diálogo.

O Ministro Aloizio Mercadante, que eu conheço bem, é um ministro de diálogo. E vou dar a minha opinião para vocês com a maior tranquilidade: o Ministro Pimentel, que foi Ministro da Previdência e hoje é Líder do Governo, também é sensível ao diálogo, pessoal. Nós vamos conversar com ele. Vamos explicitar para ele o resultado desta audiência pública.

Eu aprendi, ao longo da vida, a nunca jogar a toalha. Sempre é possível quando pessoas de bem se reúnem, e aqui todos querem um único bem: o bem das pessoas com deficiência.

Eu mesmo explicito a minha posição, porque havia na minha família uma pessoa com deficiência que já faleceu, infelizmente. Fui recebido sempre com muito carinho pela Aracy quando, lá no Rio Grande do Sul, estive em contato com a APAE.

É claro que eu tenho também... Não sou homem de omitir minhas opiniões e posições, tanto que sou sempre contra o voto secreto. Cada homem público tem que ter opinião e deve expressá-la. Eu confesso que sou simpático também à palavra “preferencialmente”. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não há como negar a minha posição.

São posições públicas que cada um deve assumir, mas aqui não há ninguém melhor do que ninguém. Nós todos queremos construir uma redação de um grande entendimento.

Com isso, damos por encerrada a presente reunião.

Convido os Senadores a assinarem o documento que será encaminhado ao Ministro Aloizio Mercadante.

Uma salva de palmas a todos. *(Palmas.)*

Quero convidar todos os deputados, os federais, os estaduais, e as lideranças para tirarmos a foto histórica.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 19 DE AGOSTO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia dezanove de agosto de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 47, de 2013, aprovado em 04/07/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema “*A Segurança do Trabalho no Serviço Público*”. O Senhor Presidente lê expediente da Comissão, apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar

à mesa. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: José Roberto Senno, Engenheiro, e Presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros (as), Arquitetos (as) e Agrônomos (as) do Poder Executivo Federal – ANSEAF; José Delfino da Silva Lima, Engenheiro, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho – ABRAEST e Diretor da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho – ANEST; Francisco Edison Sampaio, Engenheiro, e Presidente da Associação Goiana de Engenharia de Segurança do Trabalho – AGEST; Francisco Machado da Silva, Engenheiro, e Presidente da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho – ANEST; Celso Berilo Cidade Cavalcanti, Engenheiro, e Diretor Financeiro da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho – ABRAEST; Marco Antonio Vezzani, Engenheiro, e Professor de Segurança de Trabalho do Instituto Federal de Brasília – IFB. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos por sugestão dos senhores convidados: 1) sugerir ao Executivo Federal para incluir o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, na Comissão Tripartite de Segurança e Saúde no Trabalho – CTSST (Portaria Interministerial nº 152/2008); 2) criação de grupo de trabalho no Senado Federal ou frente parlamentar, **de Senadores e Deputados** para buscar a solução sobre a falta de fiscalização em Saúde e Segurança no Trabalho no serviço público; e 3) discutir com o Ministério do Planejamento a ausência de legislação infraconstitucional para saúde e segurança no trabalho no serviço público e convidar um representante do Ministério para vir à Comissão debater o tema. O Senhor Presidente franqueia a palavra a profissionais de Saúde e Segurança do Trabalho presentes no plenário da Comissão, nesta ordem: Lacy Gregório Maciel, Enfermeira do Trabalho e Anísio de Sousa Sá Filho, Técnico de Segurança do Trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 47 da CDH, aprovado em 4/7/2013, por iniciativa deste Senador e de outros, para debater o tema “A segurança do trabalho no serviço público”.

Eu queria, primeiro, informar que recebi da Sociedade Brasileira de Engenharia de Segurança o seguinte ofício:

Ao Senado Federal.

Atenciosamente, à Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Prezada senhora,

Solicitamos informar a V. Ex^a que o Engenheiro José Delfino da Silva Lima, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho, Abraest, representará a Sociedade Brasileira de Engenharia de Segurança, Sobes, na audiência pública do Senado Federal sobre segurança do trabalho no serviço público, organizada por essa Comissão, juntamente ao Senador Paulo Paim, a se realizar no dia 19 de agosto de 2013, às 9 horas.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada consideração e apreço.

Marlise de Matosinhos Vasconcellos, Presidenta.

Está feito o registro e seja bem-vinda a indicação aqui encaminhada.

A Senadora Ana Rita só não está presente por motivo de força maior, mas me pediu, naturalmente, como autor do requerimento, que eu coordenasse os trabalhos.

Convidamos para compor a mesa: Dr. José Roberto Senno, engenheiro e Presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros (as), Arquitetos (as) e Agrônomos (as) do Poder Executivo Federal. Seja bem-vindo à mesa. *(Palmas.)*

Dr. José Delfino da Silva Lima, engenheiro, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho (Abraest), e também Diretor da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho (Anest). *(Palmas.)*

Dr. Francisco Edison Sampaio, engenheiro e Presidente da Associação Goiana de Engenharia de Segurança do Trabalho. *(Palmas.)*

Sejam bem-vindos todos aqui.

Além do Dr. Francisco Edison Sampaio, que chamei agora, Dr. Francisco Machado da Silva, engenheiro e Presidente da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho (Anest). *(Palmas.)*

Seja bem-vindo também.

Dr. Celso Berilo Cidade Cavalcanti, engenheiro e Diretor Financeiro da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança no Trabalho. *(Palmas.)*

Dr. Marco Antônio Vezzani, professor de Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Brasília. *(Palmas.)*
Estes são os nossos convidados.

Faço uma introdução sobre o porquê desta audiência pública.

A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho atualmente está voltada à empresa privada. O Governo ao longo dos anos acabou não regulamentando a segurança e a saúde no trabalho no serviço público.

Esta audiência, neste momento, está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil. Tenho certeza de que muitos no Brasil, inclusive eu, não tinham clareza sobre os serviços de segurança no trabalho no serviço público, e olha que eu venho do setor. Fui membro da Cipa e técnico de segurança no trabalho.

O governo, ao longo dos anos, acabou não regulamentando sobre essa questão no serviço público.

Todos sabemos que existem acidentes no trabalho e doenças ocupacionais, seja no Executivo, Legislativo, Judiciário, independentemente da instância, Município, Estado ou União.

Há algum tempo, visitei profissionais da área pública da imprensa. Eles me diziam: “Paim, quando você vir na tela, no ar, será tudo bonitinho, mas vá lá, em alguma hora, visitar-nos para ver as nossas condições de trabalho”. Não estou dizendo se foi no Estado, numa TVE, se foi aqui, se foi no Município. Estou apenas listando. “Vá lá visitar para ver como são as condições de trabalho”. Acontece tanto na área pública quanto na privada.

A possibilidade de levantar necessidades do serviço público para proteger os trabalhadores da área pública é urgente. Há forma de solicitar e determinar ao Ministério do Trabalho e Emprego que aprove portaria específica de proteção dos trabalhadores também na área pública.

A Constituição Federal e as Convenções 155 e 187 da OIT, que foram ratificadas pelo Brasil por Decreto legislativo, determinam que os governos criem normas de proteção no serviço público.

Por fim, atualmente – eu diria que não é atualmente, é ao longo das nossas vidas – vêm acontecendo acidentes no trabalho e doenças ocupacionais em número elevado na área pública. E não existe regulamentação legal para essa situação.

Essa é uma introdução do tema que vamos debater nesta segunda-feira.

Vou seguir a ordem apresentada pela Secretaria-Geral da Comissão, chamando o Dr. José Roberto Senno, que é engenheiro e Presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros (as), Arquitetos (as) e Agrônomos (as) do Poder Executivo Federal.

Vou passar a palavra a ele, dizendo que sou muito simpático a esse tema, porque, independente de ser área pública ou privada, o Brasil, se não me engano, ocupa o primeiro ou o segundo lugar no mundo em matéria de acidente no trabalho. Por isso a importância desse tema.

O SR. JOSÉ ROBERTO SENNO – É com grande honra que me encontro aqui, juntamente com o Senador Paulo Paim, que honra o povo brasileiro.

O senhor é representativo do que de melhor temos em nossa sociedade. Então, fico à vontade de estar junto a V. Ex^a.

Cumprimento todos os meus colegas da mesa, que são engenheiros atuantes na área de Engenharia de segurança do trabalho.

Quero cumprimentar os colegas e as pessoas que aqui estão a nos assistir. E ao telespectador que está na TV Senado, neste momento, vendo-nos e escutando-nos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. José, permita-me dizer que a assessoria lembra, antes que V. Ex^a inicie, que quem quiser participar do debate e fazer perguntas à nossa mesa é só mandar correspondência, *e-mail*, para scomcdh@senado.gov.br.

A moçada já está aí pronta para receber as correspondências.

Por favor, Dr. José.

O SR. JOSÉ ROBERTO SENNO – Incumbe-me, neste momento, fazer um contexto dos principais problemas da engenharia da Administração Pública e algumas propostas de melhoria. Esta é uma síntese que vou fazer, porque o tempo é curto e temos de ser objetivos.

Dentro desse contexto é que se insere a engenharia de segurança do trabalho. Então, vou fazer um painel mais amplo sobre a engenharia na Administração Pública.

A Lei nº 5.194, de 1966, que regulamenta o exercício da profissão de engenheiro, arquiteto e agrônomo, diz que as profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas relações de interesse social e humano.

Portanto, é bem adequado que esta Comissão esteja, neste momento, com esta audiência, porque o tema é bem correlato à área das profissões de engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo. Dessas realizações de interesse social e humano, em que os engenheiros são profissionais dessa matéria, tratam os seguintes empreendimentos: aproveitamento e utilização de recursos naturais, que cabe ao Governo regulamentar e fazer o controle; meios de locomoções e comunicações, cujos regramentos também cabem ao

Governo; edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais nos seus aspectos técnicos e artísticos, cabendo também ao Governo e ao Estado criar regras para que se dê esse tipo de serviços; instalações e meios de acesso a costas, cursos e massa de água e extensões terrestres. Essa matéria é típica de Estado por sua importância estratégica. E desenvolvimento industrial e agropecuário, uma atividade mais da iniciativa privada, mas as diretrizes e o encaminhamento cabem também ao Estado e ao Governo Federal.

Quanto à desestruturação da engenharia no Estado, ao longo desses últimos 30 anos, desestruturaram a engenharia na Administração Pública, com forte impacto negativo no desenvolvimento econômico do País. Estabeleceu-se aquilo que todos denominam “o gargalo da infraestrutura”.

Faltam rodovias, portos, estradas, aeroportos, ferrovias. Grandes obras estão paralisadas, como, por exemplo, a transposição do rio São Francisco, a construção da refinaria de petróleo em Recife. Também ocorrem filas nas rodovias dos portos, apagões e muitos acidentes de trabalho.

O apagão logístico ameaça a economia brasileira. Está na mídia o tempo todo. Basta estar em época de transporte da safra agrícola, ou diante dos industriais reclamando em função da competitividade com os demais países do mundo.

O resultado financeiro, fruto da safra recorde de grão, está sendo colhida no País também muito graças ao trabalho dos engenheiros-agrônomos, que desenvolveram a agricultura no País e o transformaram num dos principais do mundo em agricultura.

Esse resultado financeiro da grande safra recorde está sendo sequestrado pelo déficit de armazéns, rodovias ruins, malha ferroviária reduzida, falta de hidrovias. Quanto a isso, estou aqui com o *Jornal do Senado* de hoje, onde o Senador que está presidindo esta mesa, Paulo Paim, defende a prioridade para hidrovias – e portos saturados. Essa é uma constatação do Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

Outra constatação por parte da indústria: “a indústria brasileira é competitiva”, dizem os industriais, “mas, da porta da fábrica até o porto, perde quase todo o seu ganho”. Essa foi uma afirmativa do Senador Armando Monteiro Neto tanto aqui no Senado, quanto numa palestra que ele deu no Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social, estabelecido há uns 10 dias aqui em Brasília.

Desastres naturais são uma constante. A falta de engenheiros na Administração Pública faz com que não se tenha uma previsão adequada dos desastres naturais. Só para citar: em Teresópolis, em cinco anos,

houve três acidentes graves, com mortes. Deveria ter previsão!

Dos municípios que têm defesa civil, só 15% deles, que necessitam de defesa civil no Brasil, que têm encostas com riscos, que têm áreas com risco, têm defesa civil. E, neste caso, é muito importante o engenheiro e também o geólogo.

Alguns elementos da nossa terrível realidade: vou pegar alguns que estão com fonte.

O Fórum Econômico Mundial, 1º semestre de 2003, mostrou a competitividade entre 144 países. Aponta o seguinte dado sobre o Brasil: estamos em 107º, em infraestrutura; em 123º, em qualidade de rodovias; em 135º, em qualidade de portos; em 134º, em transporte aéreo brasileiro; e a infraestrutura ferroviária está em 100º lugar.

Pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes, de 2012, realizada nas rodovias brasileiras. Menos de 10% das estradas estão em ótimo estado; 27,4%, consideradas boas; as outras, 62,7% vão de regular a péssimo.

Dados do IBGE: até metade de 2011, metade dos municípios brasileiros não são servidos com rede de saneamento. Os acidentes do trabalho atingem anualmente R\$75 bilhões ao ano, com prejuízo ao País, a maioria na construção civil. Esse é um dado do Dr. José Pastori, um pesquisador da área, que fez uma palestra no Tribunal Superior do Trabalho no final de 2011.

Bresser Pereira escreveu um artigo, no ano passado, fazendo um diagnóstico do problema que tem a engenharia na Administração Pública. Vou lê-lo para demonstrar como é pertinente e grave o problema da engenharia na Administração Pública.

Em síntese, o Governo tem quatro setores: o jurídico, o econômico, o social e o de engenharia. A crise da engenharia brasileira começou na grande crise financeira da dívida externa dos anos 80. No início dos anos 90, no Governo Collor, o desmonte do setor da engenharia do Estado acelerou-se. Dizia-se, então, que se estava havendo um desmonte de todo o Governo Federal, mas não foi bem assim – ele se concentrou na área de engenharia de Estado.

Continuando, como o próprio Bresser diz, há advogados e economistas de sobra, mas faltam dramaticamente engenheiros. Ele fez uma meia curva, porque estava no Governo e na área que poderia ter corrigido isso.

Ele foi Ministro da Administração Federal, de 95 a 98. Sobre aquela época, diz ele hoje: “Isso não estava claro para mim, como está hoje”.

Enquanto mais de 80% da alta burocracia chinesa é formada por engenheiros, no Brasil, ela não deve somar nem mesmo 10%. Diria que ela está em

torno de 10%, com dados pesquisados na página do Ministério do Planejamento na Internet.

O próprio Bresser propõe uma solução. Ora, se há uma profissão que é fundamental para o desenvolvimento – tanto no setor privado quanto no Governo – é a engenharia. Nos setores que o mercado não tem capacidade de coordenar são necessários planos de investimentos e, em seguida, engenheiros que formulam este projeto de investimento e, depois, se encarreguem da execução.

Agora, o problema está claro: fortalecer a engenharia nos três níveis de Estado é prioridade. O Brasil e os seus Estados precisam de engenheiros – e de muitos! Vamos tratar de formá-los! Aqui há um resumo de quanto o valor do PIB do País é dividido: 60% para a iniciativa privada; 40%, Governo; destes, só para o Governo Federal, 20%.

A Administração Pública federal, Poder Executivo, é quase equivalente a 20% do PIB e têm menos de 10.000 engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo. A iniciativa privada é equivalente a 60% do PIB e tem mais de 1 milhão de engenheiros, arquitetos e agrônomos. Há uma grave disfunção no serviço público federal, com correlação direta com a insuficiência e a ineficiência das políticas públicas.

Proposta de melhorias: criação da Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geologia Geral da União, à semelhança da Advocacia-Geral da União; criação de uma Escola de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da União; estabelecimento de estrutura administrativa semelhante à da União, que deveria ser construída com a Engenharia Geral e com as Escolas, para os outros Entes Federados – Estados, Distrito Federal e Municípios; estruturação da engenharia de segurança do trabalho, com modernização de toda a legislação; estabelecer carreira típica de Estado para engenheiro, arquiteto, agrônomo e geólogo. Afinal, eles estão no Governo Federal e são Estado desde o primeiro dia da Independência do Brasil. Eles sempre estiveram no Governo. Então, não é da Administração Pública; é do Estado brasileiro.

Criminalizar o exercício ilegal da engenharia da arquitetura e da agronomia. No Rio de Janeiro, caiu um prédio, porque foi feito por não engenheiros, matando 26 pessoas. Já é crime o exercício ilegal da medicina e da advocacia, só que, lá, quando se pega um erro, é de uma pessoa, a engenharia sempre envolve muita gente. Então, também deve ser criminalizado.

Contratação de mais engenheiro, arquiteto, agrônomo e geólogo tanto na Administração Pública federal, estadual e municipal; estabelecer estudo e planejamento mais adequado antes de contratar; estabelecer planejamento de longo prazo; estabelecer um projeto

de nação, ou seja, o que queremos ser como país daqui a 30 ou 50 anos.

Isso estabelecerá uma diretriz para o País como um todo: reorganizaria a cidade e o País. Ministro da Educação, Sr. Aloizio Mercadante, para crescer, o Brasil precisa de mais engenheiros e não de advogados.

A Constituição Federal, Senador Paulo Paim, apresenta mais de 50 prescrições para a Administração Pública, cujas execuções dependem de ter atividades de servidores públicos, engenheiros, arquitetos e agrônomos.

Quatro das oito metas do milênio, que são estipuladas pelo PNUD, dependem da atividade auxiliar ao engenheiro, arquiteto e agrônomo. Sete das treze diretrizes do Governo da Presidente Dilma dependem de auxílio de engenheiro, arquiteto e agrônomo.

Quase todo o PAC e atividade de engenharia, arquitetura e agronomia, a eficácia organizacional deve ser focada no desenvolvimento de soluções que permitam alinhar estratégias, estruturas organizacionais e processo de trabalho. A profissionalização da Administração Pública é um desafio histórico, inescapável, permanente e contemporâneo.

O futuro dependerá daquilo que fizermos no presente.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. José Roberto Senno, que ficou dentro do tempo. Sobraram ainda em torno de três minutos para fazer sua exposição, porque nós temos dez minutos, com mais cinco. Mas se necessário, a gente dá até mais cinco. Então todos fiquem bem à vontade para fazer a sua exposição.

Eu sei que há um tempo, em um debate onde eu estava, alguém me disse que se tivéssemos hoje no Brasil – depois me disseram que o número dobrou até – 50 mil engenheiros, todos estariam contratados. Outros já me disseram, não é 50 mil, é 100 mil. Então há de fato uma grande falta de engenheiros.

O SR. JOSÉ ROBERTO SENNO – Há exigência de 138 mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cento e trinta e oito mil!

O SR. JOSÉ ROBERTO SENNO – Por ano, para nós termos um avanço de 5% ou 6% do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Passo a palavra agora ao Dr. José Delfino da Silva Lima, engenheiro, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho (Abraest), e Diretor da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho (Anest).

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Muito obrigado. Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, o Senador Paim, um Parlamentar que todos os brasileiros reconhecem como um grande lutador pela causa das questões que afetam os trabalhadores, que afetam a sociedade como um todo e a segurança do trabalho. Através desta audiência pública, reforça essa preocupação que o Senador tem demonstrado ao longo da sua vida pública.

E para nós é uma satisfação muito grande, eu, como Presidente da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho, estar aqui fazendo parte desta audiência, tentando contribuir na discussão das questões que envolvem a engenharia de segurança no serviço público.

As coordenadorias de câmaras especializadas de engenharia de segurança do trabalho nos Conselhos Regionais de Engenharia, em conjunto com as lideranças da Anest (Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho) e da Sobes (Sociedade Brasileira de Engenharia de Segurança) – só fazendo um parêntese, eu queria esclarecer que a Presidência da Sobes não pôde se deslocar, devido a compromissos no Rio de Janeiro, para esta audiência e pediu que eu a representasse, como o próprio Senador Paim já colocou aqui – se reuniram em Brasília no dia 6 de novembro de 2012 e aprovaram o que se chamou de Marco Regulatório da Área de Segurança do Trabalho no Brasil, para estabelecer diretrizes da engenharia de segurança para os próximos dez anos, até 2022, quando nós teremos uma grande data nacional a ser celebrada, porque todos esperam que nesse momento tenhamos bons resultados em termos de segurança do trabalho no País, não sejamos motivo de crítica ou de ridicularização por excesso de acidentes do trabalho.

Eu vou dar ênfase, no Marco, apenas às questões que dizem respeito à segurança do trabalho no serviço público. O próximo palestrante, o Presidente da Anest, Francisco Machado, vai dar uma panorâmica nas questões gerais do marco regulatório, como ele foi construído, como foi pensado, qual é a visão da Associação Nacional de Engenharia de Segurança e da Sobes nesse contexto. Eu vou me limitar a discutir os aspectos da segurança do trabalho no serviço público, contidos nesse documento.

Esse documento tem 27 deliberações, e a primeira enfatiza o que compete a esses três entes nacionais, a Anest, a Sobes e a Coordenação Nacional de Engenharia de Segurança. Ou seja, todos os conselhos regionais têm sua câmara especializada de engenharia de segurança e todas elas, três vezes por ano, se reúnem numa cidade do Brasil para discutir os problemas nacionais que estão afetando a segurança do trabalho.

Na deliberação nº 3 está dito:

Elaborar, propor e fiscalizar políticas e programas de higiene e de segurança no Sistema Cofea/Crea, nos Parlamentos e no Executivo, nas três esferas de Governo, com o estabelecimento de leis, decretos, normas e outros dispositivos legais no que couber.

Por que isso? Porque esse colegiado do Confea tem a função básica de discutir as questões de segurança do trabalho, propor ideias ao Confea e trazer propostas para que o nosso Conselho Federal dialogue com os Senadores, os Deputados e o próprio Poder Executivo, para viabilizar ações ou geração de legislação que ordene, que sistematize a questão da segurança do trabalho no serviço público.

Na Deliberação nº 6 está a preocupação das questões que o Confea... Por que o Confea? Porque o Confea é nosso Conselho Federal, que norteia todas as ações de higiene e de segurança no Brasil. E a proposta, nessa deliberação, é que o Confea faça convênios, seja com o Ministério do Trabalho, através das suas superintendências regionais, seja com o Ministério da Saúde, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, visando à fiscalização através de embargos e interdições referentes a infrações na área, assim como junto ao Ministério do Planejamento, de forma a garantir atividade da inclusão da higiene e da segurança nas ações das regionais do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e outras onde for possível fazer qualquer ação no sentido de reverter o quadro que nós temos hoje.

Por que o Ministério do Trabalho? Ele fiscaliza as empresas regidas pela CLT que são do Governo. Já o Ministério do Planejamento... E aí, Senador Paim, quando o senhor abriu a audiência falando que o Ministério do Trabalho baixasse portarias para regular, na verdade a gente deve batalhar para que os dois conversem, porque, na área do serviço público, se a empresa é celetista, é o Ministério do Trabalho que regula; se é servidor público, no caso dos ministérios, das autarquias, aí, sim, é o Ministério do Planejamento.

Quando havia o Mare (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado), era ele que cuidava. Quando foi extinto o Mare e foi transformada a parte dele que dizia respeito à segurança do trabalho, foi designado o Ministério do Planejamento, que, inclusive, hoje contém um departamento na sua estrutura para tratar exatamente dessas questões.

Já na Deliberação nº 8, a preocupação é que a engenharia de segurança esteja envolvida nas comissões tripartites, porque agora o Brasil é signatário da OIT e todas essas discussões passam por comissões tripartites. Então, há interesse das entidades de engenharia de segurança em discutir as questões de segu-

rança do trabalho junto aos órgãos de Governo nesses colegiados – no Conselho Nacional da Previdência Social, no Comitê Gestor do SIASS, no Ministério do Planejamento –, assim como participar de comissões tripartites de segurança do trabalho que envolvem os Ministérios do Trabalho, Saúde e Previdência, prioritariamente por meio de seus membros da Cest, que é a entidade do Confea que congrega todos os engenheiros de segurança das regionais do sistema pelo Brasil, assim como participar também da atualização da portaria do DNPM, do órgão do Ministério de Minas e Energia, porque lá também – pouco sabem disso, Senador –, o Ministério de Minas e Energia tem um manual de normas para mineração.

Então, nós não podemos, no País, ficar com o Ministério do Planejamento baixando normas de segurança do trabalho, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Saúde baixando norma, o Ministério da Educação baixando norma, todos os Ministérios baixando normas sem haver uma consolidação, uma sistematização para evitar o que muitos empresários acabam reclamando: “Acaba de sair aqui o Ministério do Trabalho e o Ministério da Saúde para reclamar a mesma coisa, com variações poucas. Sai o Ministério da Saúde, entra o Ministério da Previdência para discutir. Por que o Governo não conversa internamente e já traz aqui uma proposta consolidada?” E é essa a preocupação dos engenheiros de segurança do trabalho.

Na 18ª, ele procura reunir as normas vigentes pertinentes à engenharia da segurança do trabalho – como eu acabei de falar –, juntando todos esses Ministérios, de modo a haver uma unidade de postura, unidade de itens relevantes a serem defendidos e batalhados para implementação junto às empresas e junto aos órgãos públicos.

Já na deliberação 13ª o que se espera é que sejam elaboradas propostas de reformulação, de atualização de alguma legislação sobre o assunto. Alguns exemplos são a Lei 5.194, que trata da segurança do trabalho junto à CLT; e a Lei 7.410, que é a que regula, Senador Paim, a engenharia de segurança do trabalho no Brasil, cujo decreto de regulamentação, em seu art. 8º, diz que o Governo iria implantar, dentro de 90 dias, a carreira de segurança do trabalho no serviço público. Isso na década de 80 do século passado, e, até o presente momento, o artigo não foi regulamentado.

E defender, também, a manutenção de todos aqueles incisos do Decreto-Lei 227 que tratam de questões também de segurança do trabalho, pois a gente tem o receio de eles serem excluídos agora, nessa revisão do marco regulatório da mineração, assim como os incisos seguintes.

Na deliberação 20ª se espera estabelecer diálogos permanentes de segurança do trabalho com o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil. Por que o Corpo de Bombeiros? Todos nós sabemos que no Distrito Federal, por exemplo, o Governo Federal mantém parte das atividades do Corpo de Bombeiros. Então, se o Governo Federal coloca recursos lá, é interesse do Governo Federal acompanhar como eles estão encarando essa questão de segurança do trabalho, porque acaba colocando o nome do Governo Federal em jogo no que diz respeito à segurança do trabalho.

Na deliberação 24ª, instituir a carreira de estado para a engenharia de segurança do trabalho nas três esferas. Nós aqui teremos a oportunidade de ouvir o colega engenheiro Sampaio, que vai falar um pouco sobre a segurança do trabalho nos níveis estadual e municipal. Mas é importante que seja pensada alguma coisa nesse sentido, como o colega que me antecedeu, o Senno. O Governo deveria já estar pensando nisso. Assim como há a Advocacia Geral da União, que haja a Engenharia da União.

Outra decisão do marco regulatório é a 25ª, que propõe que se participe da Política Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho para os Servidores Públicos, a ser implementada pelo Ministério do Planejamento.

Muita gente confunde essa política com a outra política que foi lançada recentemente, há alguns anos, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, junto com o Ministério da Previdência. Lá está dizendo a respeito dos celetistas. Por quê? Porque a segurança do trabalho do servidor público está no art. 37 da CLT, que diz que valem alguns itens referentes à empresa privada, às normas do Ministério do Trabalho, porque todos nós sabemos, Senador, que, quando as normas do Ministério do Trabalho foram criadas, a visão era de indústria, de melhorar a segurança do trabalho na indústria. O foco era a indústria. E, no serviço público, o contexto é totalmente diferente. Então, há uma necessidade de haver uma política pública específica para a segurança do trabalho no serviço público. Já chegou até a ser ventilada nas próprias páginas eletrônicas do Ministério do Planejamento que seria lançada em outubro do ano passado essa política. Só que por algum motivo... Aí seria interessante saber o que está pegando para que a gente possa ajudar tanto o Parlamento como a engenharia de segurança, através de suas entidades, para que deslanche, para que se efetive essa colocação da política em prática.

Na deliberação 26 – já estou encerrando, Senador –, participar dos comitês permanentes do Ministério do Trabalho por meio das suas câmaras especializadas, dos CREAs e das entidades ligadas, o caso da Anest

e da Sobes, nas comissões tripartites, como a gente já mencionou anteriormente.

A deliberação 27, que é a última, diz que periodicamente será feita uma avaliação, uma revisão, para se ter uma ideia dos resultados alcançados durante aquele período.

Nós estamos falando em dez anos, até 2022. Mas, recentemente, em Maceió, na 3ª reunião dos colegiados de segurança do trabalho, no Confea, já foi feito um primeiro balanço e a gente constatou que muitas das ações aí mencionadas já começam a sair do papel, Senador, e já começa a haver uma articulação dessas entidades com os órgãos públicos, o que nos dá uma esperança de, em médio prazo, a gente ter outro contexto na área de segurança do trabalho.

Então, nesse levantamento que foi feito, algumas ações a gente já pôde enumerar. A Anest está solicitando audiência junto a assessorias jurídicas do Ministério do Planejamento, do Trabalho, Emprego, da Previdência e da Saúde, para discutir com o jurídico, porque quando sai alguma decisão na área de segurança do trabalho, por algum desses Ministérios, o jurídico foi consultado, e muitas vezes o jurídico não atenta para alguma legislação que já está vigendo e que afronta, vamos dizer assim, a área de segurança do trabalho.

Então, a ideia das entidades é discutir com essas assessorias jurídicas como a gente articular, discutir, negociar, ver qual a possibilidade de se evitar essas agressões a legislações que não foram revogadas.

O Confea já enviou ofício indicando o engenheiro de segurança do trabalho para participar de alguns colegiados, estamos aguardando somente o retorno, porque os órgãos já disseram que permitem, aceitam a participação da engenharia de segurança, mas ainda não confirmaram essa participação. Uma prova é que ainda não fomos convidados para participar de nenhuma das reuniões.

A Anest e a Abraest estiveram recentemente em audiência no Ministério do Planejamento para discutir as questões de segurança do trabalho no serviço público. Mas, na ocasião, abriram espaço para dialogar. Logo em seguida, Senador, aconteceu que o cargo ficou vago. E não vi o *Diário Oficial* de hoje nem de sexta-feira, mas tudo indica que o cargo continua vago e V. Exª é sabedor disso. Não faz sentido uma área tão importante, tão carente, ficar meses aí sem um diretor para conduzir os trabalhos.

Questões a serem esclarecidas, finalizando. O serviço público federal, de 96 a 2011, produziu nada menos do que 23.198 inválidos. Veja bem, Senador, eu não estou falando de indústria, eu estou falando de serviço público federal. Alguma coisa está errada. A gente ter inválidos, 23.000 de 96 a 2011, considerados aque-

les que se aposentaram com aposentadoria integral, e mais 9.829 que foram aqueles que se aposentaram proporcionalmente. Somando, nós temos aí, na casa...

Por favor, você poderia. Obrigado.

Somando, dá 33.027 inválidos e as ações de engenharia de segurança poderiam evitar, em médio prazo, a continuidade desses números, a redução ou a eliminação de invalidez no serviço público.

As providências do Governo Federal quanto ao tema, tendo em vista que não foi efetivado o que está previsto no art. 8º. Eu havia comentado há pouco que esse Decreto nº 92.530 foi o que regulamentou a Lei nº 7.410, que criou a Engenharia de Segurança do Trabalho. E até hoje o art. 8º, desde 1986, senhores e Senador, não foi regulamentado. E lá dizia que o governo, dentro de um prazo de, se não me falha a memória, 90 dias, ia criar a carreira de Engenharia de Segurança do Trabalho, o que até hoje não aconteceu. E aí nós encaixamos a Engenharia de Segurança do Trabalho nas questões de deficiência, de falta de engenharia, que o palestrante que me antecedeu, José Roberto Senno, já enfatizou.

Levantamento do quantitativo de engenheiros por modalidade, especialização, incluídos os engenheiros de segurança do trabalho que o Governo Federal possui atualmente, sob diversos títulos de analistas, gestores, auditores. Porque médico, Senador, no serviço público, é médico; advogado, no serviço público, é advogado. Engenheiro, não; ele é analista, ele é gestor, é auditor. Então, o próprio Governo acaba não sabendo onde estão esses engenheiros e quais são eles.

Sistematização e coordenação de todo esse corpo de engenheiros, de modo que as obras do Governo, suas edificações, infraestruturas sob sua responsabilidade funcionem sem causar acidentes, doenças e invalidez, e acabar sendo referência. Se nós somos Governo, a sociedade nos coloca aqui para que acabemos colocando as nossas ações como referência, e nós não estamos conseguindo ser referência, porque nós não temos engenheiros na hora certa, nos lugares certos.

E, por último, ausência de dados no boletim estatístico de pessoal, produzido pelo Ministério do Planejamento, que contabiliza quantos acidentes, com ou sem afastamento, ocorreram no Governo de 1996 a 2011.

Esse boletim está disponível na Internet, qualquer cidadão pode consultá-lo, e lá não existe... Inclusive, quando nós, da Abraest, da Anest estivemos lá, dialogando com eles, eles disseram: nós estamos já pensando em resolver isso, colocar essas informações; nós temos as informações, mas até agora, não houve nenhuma divulgação. Ou seja, não há nem informação, Senador, do que está acontecendo no serviço público.

Já na CLT, a previdência, periodicamente, está divulgando para a sociedade o que está acontecendo com os trabalhadores na área da CLT. Infelizmente, no serviço público, estamos aí à mercê de ações mais concretas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. José Delfino da Silva Lima, engenheiro e presidente da Associação Brasiliense de Engenharia de Segurança.

Esse debate é tão importante que estou lembrando aqui – não por ser gaúcho, porque o Brasil e o mundo acompanharam – aquele caso que aconteceu lá em Santa Maria quando a boate pegou fogo. Aí, mais do que nunca, vemos a importância da Engenharia de Segurança do Trabalho.

Fui Relator da Comissão e levei esse enfoque da Segurança do Trabalho, porque, além, digamos, das pessoas que estavam lá, que faleceram, infelizmente – estive lá com os outros dois Senadores do Rio Grande –, nós estávamos também ali com uma equipe de profissionais, em tese, trabalhando, mas que não tinham a cobertura de que, efetivamente, o local era seguro. Isto ninguém mais do que um engenheiro de segurança do trabalho poderia dizer: vocês estão correndo risco de vida e todos aqueles que vierem desfrutar do espaço físico da boate chamada Kiss, se não me engano.

Então, isso vem somar, na linha do que o senhor falou aqui, agora, sobre a importância dos engenheiros de segurança do trabalho.

Pode comentar, se quiser.

O SR. JOSÉ ROBERTO SENNO – Eu acompanhei o seu trabalho nessa Comissão, inclusive os colegas do Crea, do Confea também e do Corpo de Bombeiros estiveram à frente, e foi um trabalho muito importante. Acho que, no futuro, haverá uma legislação mais rigorosa, que vai evitar o que aconteceu em Santa Maria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passo a palavra, neste momento, então, ao Dr. Francisco Edison Sampaio, engenheiro e presidente da Associação Goiana de Engenharia de Segurança no Trabalho (Agest).

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Bom dia a todos.

Gostaria inicialmente de cumprimentar o Senador Paim pela iniciativa de promover essa audiência. Entendemos que é um tema importante, principalmente porque estamos discutindo segurança do trabalho no serviço público e sabemos que é uma questão ainda por ser resolvida no âmbito do serviço público. Por isso, acho que a audiência se reveste de uma importância ainda maior.

Queria cumprimentar a todos os colegas que estão aqui à mesa, na pessoa do meu amigo e colega Francisco Machado, que é Presidente da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho.

Quero começar essa minha fala, talvez colocando uma questão óbvia, mas que, para o momento, é importante. É o entendimento de que o trabalho é potencialmente patológico. Qualquer que seja a atividade que se desenvolva, existe ali um potencial para gerar acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho. Se temos essa compreensão, naturalmente a primeira questão que vem é: como evitar essas patologias, como evitar esses acidentes que podem decorrer do exercício normal da atividade laboral?

E outra coisa importante. Conforme já foi dito pelo colega Delfino, inicialmente, havia o entendimento de que, ao se falar em acidentes ou doenças ligadas ao trabalho, essa era uma questão restrita ao mundo industrial, ou seja, como tratar essa questão do serviço público? Serviço público é uma atividade essencialmente administrativa, não há por que se preocupar em relação a isso. E os números que já foram aqui mostrados, dando conta de uma quantidade significativa de pessoas que adoecem, acidentam-se, aposentam-se no serviço público, confirma essa visão de que o trabalho, seja ele qual for, tem potencial para provocar acidentes e doenças ocupacionais.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – O colega permite um aparte?

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Sim.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Olha que esses números são apenas do federal; se levantarmos dos estaduais, dos municipais e do Distrito Federal, vamos ficar chocados.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Muito bem, então essa colocação é apenas para justificar a importância de termos um sistema funcionando no serviço público, que procure, efetivamente, fazer o acompanhamento, o monitoramento e a prevenção dos acidentes, para que a prestação do serviço público não venha a ser, digamos assim, afetada em função desses afastamentos que ocorrem.

Para justificar isso que falei, ou seja, que o trabalho realmente pode provocar doenças e acidentes do trabalho, alguns dados: de acordo com a OIT, temos, por ano, cerca de 2,34 milhões de mortes de trabalhadores no mundo, em decorrência de acidentes e doenças do trabalho. Isso significa que, por dia, morrem mais de 5,5 mil pessoas afetadas por acidentes e doenças ocupacionais.

Aqui no Brasil, os últimos dados consolidados do Ministério da Previdência e Assistência Social dão conta de que, em 2011, ocorreram 734.164 acidentes

no Brasil e quase 3 mil pessoas vieram a falecer em função desses eventos.

Bom, esse quadro termina criando o quê? Além, é claro, de todo o sofrimento e o drama social das famílias aqui envolvidas, temos impactos negativos no sistema previdenciário: todo trabalhador, todo servidor que se afasta, a partir de certo período, vai recorrer à Previdência, buscando os chamados benefícios previdenciários. No âmbito da Previdência Social, um trabalhador, depois de 15 dias afastado em função de um acidente, vai recorrer à Previdência, buscando o que se chama de auxílio-doença. Se esse trabalhador, ainda jovem, tornar-se inválido, vai aposentar-se precocemente, vai deixar de contribuir com a Previdência e passar a receber dela.

Outra questão importante é o aumento do custo de produção das empresas e da prestação de serviços do serviço público. No Estado de Goiás, por dois anos e três meses, coordenei o SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) na empresas, nos órgãos, enfim. Coordenei o SESMT da Secretaria de Educação do Estado de Goiás.

Nós fizemos um levantamento e constatamos, em 2007, que dez mil pessoas se afastavam por ano por problemas de doenças e acidentes. O serviço não pode parar, então, tem que haver reposição. Isso gera um aumento no custo. Nas empresas privadas, da mesma forma.

Outra questão que decorre disso é que vou ter mais pessoas sendo atendidas pelos centros de reabilitação. Naturalmente que, para o País, para os trabalhadores, tudo é gasto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Além do impacto negativo direto na pessoa, que é a perda maior, ainda vem o gasto.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Há a questão econômica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me fazer este aparte? E depois não tem dinheiro para pagar os aposentados, que é uma briga histórica minha.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Pois é. É uma equação que leva a um produto indefinido. O que acontece? Você vai ter mais pessoas afastadas, mais pessoas tendo que ser reabilitadas. Por quê? Quanto mais tempo essas pessoas ficarem afastadas, mais gastos para a Previdência, mais gastos para as empresas e órgãos públicos. Então, é interessante que elas retornem rapidamente, e é interessante também para as pessoas, porque ninguém gosta de ficar em casa jogando dominó. As pessoas querem produzir, mas, às vezes, em função das condições que lhes são

oferecidas no local de trabalho, elas terminam tendo que ficar em casa.

E, aí, Senador, falando das questões dos gastos, todos os levantamentos que pesquisamos dão conta de que, em média, no caso não só do Brasil, gastam-se em torno de 4% do PIB com essas questões de acidentes e doenças ocupacionais. Por haver falha lá no começo, na prevenção, a gente termina pagando uma conta muito alta.

Diante desse cenário, o que existe em matéria de segurança e saúde do trabalhador no Brasil? Nós podemos olhar desta forma: no setor privado, desde 1943, a CLT já trazia uma preocupação com essa matéria, já estabelecia algumas condições que deveriam ser cumpridas pelo empregador ao contratar um empregado. Quando eu contrato um empregado, no meu contrato diz o que ele tem que fazer, ou seja, quais as suas obrigações, assim como as do empregador. Não tenho o direito de colocá-lo numa situação perigosa ou sem a proteção devida. Muito bem, em 1977, a Lei 6.514, uma lei federal, ampliou essa exigência na CLT e, naquela época, deu ao Ministério do Trabalho autonomia para publicar as chamadas normas regulamentadoras, que deveriam, de forma mais especializada, regulamentar as condições de segurança em várias atividades. A Norma NR-4 criou o chamado SESMT, que é o Departamento de Engenharia e Segurança e Medicina do Trabalho, que as empresas têm obrigação de ter, dependendo da quantidade de empregados e do grau de risco da sua atividade. As empresas podem ser notificadas pelo Ministério do Trabalho e sofrerem graves penalidades se não tiverem esses profissionais. É obrigação das empresas ter esses profissionais.

Há também a Lei Previdenciária 8.213, de 1991, que estabelece as coberturas previdenciárias. Como já foi dito aqui, o Ministério da Previdência tem estatísticas bem fartas, dando informações dos acidentes, das doenças, das pensões por morte, inclusive identificando lá nos acidentes quais foram as partes do corpo mais atingidas. Esse levantamento é detalhado e existe a fiscalização do Ministério do Trabalho que, naturalmente, tem dificuldades; mas ela existe e as empresas sabem que em não cumprindo com as normas, podem, por meio de uma fiscalização, ter graves problemas.

Outra questão mais recente é o FAP (Fator Acidentalidade Previdenciária), articulado com o NTEP (Nexo Técnico Epidemiológico). Isso terminou obrigando as empresas a investirem mais ainda em segurança do trabalho, porque o Governo falou assim: “Nossa! Vocês estão me dando muito prejuízo na Previdência. Vou criar um mecanismo para obrigar vocês a investirem em segurança do Trabalho”. E fez um estudo, resumidamente, da seguinte forma: pegando um grupo x de

empresas, em que a média de acidentes é de 10, por exemplo. Quem estiver na média, o FAP vai ser um, ou seja, você vai continuar pagando o que você já pagava, mas se você acidentar acima da média, pode dobrar o fator; e se você acidentar abaixo da média, vai pagar a metade. Quer dizer, é uma forma de pressionar.

E, no serviço público, como é a situação? Primeiro, acho que é importante colocar a diversidade, em termos de contrato, no serviço público. Você tem estatutários, comissionados e celetistas. Começa por aí.

Hoje, segundo dados que eu levantei, nós somos mais ou menos 11 milhões em todo o Brasil. A maioria está nas Prefeituras, depois, nos Estados e depois, na União. O que nós temos ou não temos no serviço público em matéria de segurança do trabalho? Uma ausência de uma regulamentação geral. Nessa área de segurança do trabalho, nós temos iniciativas isoladas e pontuais.

O Governo Federal está aí com um sistema sendo montado, que se chama SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal). Por exemplo, no Estado de Goiás, nós temos uma política de segurança para o serviço público. Na Assembleia Legislativa, onde eu sou engenheiro de segurança do trabalho, nós acabamos de regulamentar isso, mas são iniciativas pontuais e que não conversam entre si.

Quem fiscaliza? Não tem definição em relação a isso. No Estado de Goiás, quem tem fiscalizado os serviços públicos nessa matéria é o Ministério Público do Estado de Goiás. Mas como é isso? Tem um promotor que fica disparando ofício para tudo quanto é lugar, mas você não tem um profissional lá que vai fiscalizar, que vai checar, *in loco*, como é essa situação.

Quem financia? Onde estão os recursos? E uma outra questão importante: os modelos que estão sendo montados em diversos órgãos públicos têm concepções diferentes. Então, esse é um pouco o quadro do serviço público.

Bom, então, diante desse cenário, surge um desafio para nós. O desafio, no nosso entendimento, é, efetivamente, ter um sistema de proteção da segurança e da saúde do trabalhador. Esse sistema, naturalmente, deve atender pelo menos as seguintes ações: primeiro, a prevenção, ou como se costuma chamar aqui no governo, a vigilância. Ou seja, ter ações concretas nos locais de trabalho para prevenir os acidentes e as doenças ocupacionais. Isso significa dizer ter profissionais lá dentro, engenheiros, técnicos de segurança do trabalho, médicos do trabalho, todo o corpo necessário. Depois, a fiscalização. É preciso que alguém fiscalize, porque, sem fiscalização, há uma tendência de haver o relaxamento. Então, é preciso que alguém fiscalize. E não pode ser eu me fiscalizando.

Esse sistema também tem que ter ações de promoção da saúde do servidor. São campanhas, trabalhos que ajudam a levar a informação para que o servidor cuide melhor da sua saúde.

E uma outra questão é que tem que haver a perícia médica, porque quando a prevenção falha e o servidor fica doente ou se acidenta, alguém tem que dizer qual é a extensão disso e qual é a gravidade disso, porque ele vai ficar afastado. Isso vai afetar a empresa em que ele trabalha, ou o órgão público, e a própria Previdência. Alguém tem que dizer: “Você deve trabalhar” ou “Você tem que estar afastado”.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Você permite?

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Pois não.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Foi bom você colocar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu estou achando muito, muito interessante a audiência, porque é um tema – vidas, gastos e as sequelas – e nós temos que caminhar para um grande entendimento para responder isso. Quem ganha é o País, quem ganha é o povo brasileiro.

Por favor, Dr. José.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Foi oportuno você colocar esses três aspectos, porque, por exemplo, no caso do serviço público federal, o Ministério do Planejamento, desde 2006 para cá, começou a estruturar algumas ideias, quer dizer, criar setores para cuidar do assunto, que hoje já se tornou um departamento, que nós comentamos aqui, está, inclusive, com o cargo vago. Eles realmente já começaram a fazer alguma coisa, mas começaram pela perícia médica. A perícia médica foi bastante trabalhada durante esse período, mas na segurança do trabalho o que evita é a prevenção, é trabalho de engenharia. O médico...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A palavra-chave é prevenção.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Exatamente. O médico vem ao engenheiro. O médico do trabalho vem ao engenheiro e diz: “Olha, aquele ambiente está me produzindo doentes”. O engenheiro vai lá e faz o trabalho de engenharia para que aquele ambiente não produza mais doentes e, posteriormente, volta o médico e verifica: “Resolveu”.

Eu cito um exemplo típico. Eu trabalhei numa empresa privada de grande porte, mais de 1,5 mil empregados, e o médico falava sempre: “Olha, aquela área de produção está produzindo bastante acidentados. Perdão, doentes com problemas de poeira. Então, a engenharia negociou com empresário para colocar máquinas que puxassem toda aquela poeira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um sistema que diminuísse a poluição.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Exatamente.

Daí, pouco tempo depois, o médico voltou a nós e disse: “Olha, vocês resolveram um problema, mas agora têm que resolver outro. Qual? O barulho das máquinas, porque uma só não fazia tanto barulho, mas numa sala com mais de 200 e somando o barulho igual em um estádio, se colocar uma pessoa lá gritando “gol”, ninguém escuta, mas se colocarem 60 mil gritando... Então, a empresa disse: “Bom, vamos devagar. Eu acabei de fazer um investimento muito grande. Dê-me um tempo para um fôlego, que eu vou investir na redução do barulho”. Ou seja, a engenharia dialogando com a área de saúde no que diz respeito à prevenção. E se a gente ficar somente em verificar os doentes, contabilizar os doentes, nunca vai sair da mesmice. E é por isso que a gente luta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Volto para o Dr. Francisco.

Com o aparte agora o Dr. José Roberto.

O SR. JOSÉ ROBERTO SENNO – Senador, o que ocorre muito na administração pública é que temos áreas estanques, ou seja, que estão se mostrando um viés típico do que ocorre no País. A área de medicina e a área de engenharia que deviam trabalhar integradas em um sistema. Isso também ocorre com a engenharia como um todo.

As engenharias se situam dentro de cada órgão olhando para si sem ter uma conversa em que amplie a sinergia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Uma integração?

O SR. JOSÉ ROBERTO SENNO – Uma integração...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um objetivo comum?

O SR. JOSÉ ROBERTO SENNO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Prevenção.

O SR. JOSÉ ROBERTO SENNO – Prevenção e não só. Também na feitura de projetos, na elaboração de planos que isso tem sinergia. Nós temos menos recursos e mais obras dessa forma.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Eu queria só reforçar isso que o José Delfino colocou que, efetivamente, digamos assim, a perna principal – se posso falar dessa forma – ou o pilar principal desse sistema é a prevenção ou é a vigilância, como se costuma chamar no serviço público, porque se isso for

bem feito a perícia vai trabalhar pouco, a Previdência não vai gastar pouco, o serviço vai se manter efetivo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse dado que está aqui na mesa é de R\$70 bilhões. Alguém deu um dado de R\$70 bilhões.

O SR. JOSÉ ROBERTO SENNO – São R\$75 bilhões que se gasta por ano do Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por ano?

Olhem só: R\$75 bilhões por ano do Ministério do Trabalho.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Mas, ao mesmo tempo, conforme falou o colega Lucena aqui, temos que ter uma visão ampla e sistêmica dessa situação. A prevenção, com certeza, é a principal ação, atividade, mas o sistema como um todo se completa quando tenho corpo técnico para fazer esse trabalho de prevenção, engenheiros, técnicos de segurança do trabalho, enfim, meios de trabalho etc. Mas também tenho a fiscalização, tenho que ter alguém para fiscalizar, para se certificar de que o serviço público está cumprindo com as regras que foram estabelecidas.

Por fim, nesse sistema, há que se prever também a questão da reabilitação, porque infelizmente, por mais que sejam efetivos e eficientes os serviços de prevenção, invariavelmente alguém se acidenta ou adoece e essa pessoa tem que retornar para o trabalho. Então, é preciso que haja essa previsão da reabilitação. Mas eu quero dizer mais uma vez: a essência desse serviço é a prevenção, que é a forma mais efetiva, mais eficiente e mais barata de se garantir o trabalhador com saúde em seu local de trabalho.

Eu, mais ou menos, propus alguma coisa que deve ser feita, mas como se deve fazer isso? Eu não trouxe uma receita, trouxe questionamentos. Por exemplo, as pessoas comentam: “É possível que as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho – todos concordam – sejam bastante efetivas e que se renovam com certa rapidez, mas num tempo razoável, é possível que sejam aplicadas, estendidas ao serviço público?”. Essa é uma questão. Se isso fosse possível, bastava fazer uma lei de um único artigo: Cumpram-se as NRs para o serviço público. Pronto. Lá há tudo.

Hoje, salvo engano, há 36 normas que estabelecem critérios. Por exemplo, há uma norma só para serviço de saúde; há uma norma só para construção civil; há normas para n assuntos. Então, a primeira questão: É possível? Se for possível, que se estude uma forma legal de se transformar isso em realidade.

Outro caminho que se poderia tentar é elaborar uma lei geral de segurança e saúde no trabalho para o servidor público de uma forma geral. Não sei se isso

é possível, sinceramente. Hoje, por exemplo, na Prefeitura de Goiânia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu quero dizer que tudo que vocês colocarem aqui – claro, mediante o debate – vai ficar como sugestão para esta Comissão. Depois, nós vamos interagir com os consultores da Casa, que são de alto nível, para ver o que é possível. Eu vou remeter a vocês aquilo que for possível, para vocês darem opinião. Quem sabe, numa outra audiência, batemos o martelo ou não em algumas propostas.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – O que há hoje, Senador, é o seguinte: cada prefeitura, cada Estado e a União criam seus sistemas e regulamentam isso de uma forma totalmente diferente um do outro. Terminamos criando uma colcha de retalhos em termos de marco regulatório.

Isso cria uma série de dificuldades. Nós sabemos que muitos servidores do Estado, por exemplo, estão à disposição do Senado ou da União. Então, como se trata dessas questões? Quando ele está lá, obedece a uma regulamentação, e quando ele volta, a outra? Como fica essa situação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso é fato, isso é fato.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Sampaio, eu diria que um bom caminho seria o Governo Federal baixar diretrizes gerais que fossem utilizáveis no Estado, no Município, no Distrito Federal, porque o federal não pode interferir nem na vida do Estado, nem da do Município, mas ele pode dar diretrizes, ele pode dar regras gerais. Na área de segurança do trabalho, isso seria perfeitamente possível para evitar o que você está falando. Quando um servidor federal vai trabalhar numa prefeitura, ele vai seguir qual regra? A regra do Município ou a regra do...?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A questão das diretrizes gerais é tão clara que volto, de novo, a Santa Maria, ao acidente. Tanto a comissão da Câmara quanto a do Senado, depois de ouvir muitos e muitos setores, chegaram à conclusão de que tinha de aprovar algo como uma CLT, uma consolidação de leis gerais para combater esse tipo de acidente. Então, há lógica no que você está colocando. Deveria haver pelo menos diretrizes gerais. Claro, como na nossa Constituição, cada Município faz a sua formatação, ou municipal ou estadual.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Muito bem.

Outra questão que eu trago: se nenhuma daquelas duas anteriores for possível, a questão seria elaborar uma lei federal que exija de todos os órgãos públicos que regulamentem a sua política de segurança e saú-

de no trabalho. Se eu não consigo regulamentar de cima para baixo, eu digo que todo mundo é obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A lei federal pode obrigar.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Exatamente.

O que acontece? A CLT diz que nenhuma empresa privada pode deixar de prestar proteção ao seu empregado em matéria de segurança e saúde no trabalho – e não só diz que é obrigatório, mas estabelece como, por meio das normas.

No caso de uma lei federal, eu posso dizer: todos os órgãos públicos do Brasil têm por obrigação ter isso, isso e isso em matéria de segurança do trabalho. Já seria um grande avanço, já encontrando uma forma de definir quem é que fiscaliza isso. Não pode o Município fiscalizar o Município, porque não vai resolver muita coisa.

Por fim, se nada disso for feito, é deixar que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, de forma gradativa, encontrem a forma de regulamentar essa matéria no âmbito de cada poder. Só que isso é muito temerário. Na minha opinião, claro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nessa quarta, se ficar como está ali, vai ficar tudo como está. Ai não me agrada a quarta.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Exatamente. Ali é só uma provocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu estou envolvido ali, porque eu sou do Legislativo.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Eu não sou advogado, eu sou engenheiro, mas, para mim, seria mais rápida esta opção: vamos cumprir as normas e acabou.

Vou dar um dado aqui. Na Assembleia Legislativa de Goiás, eu estou incumbido agora de fazer um laudo de insalubridade para alguns setores. Eu fui consultar a procuradoria da casa e perguntei: “Escutem: eu vou seguir o que para fazer esse laudo? A NR 15, que é uma norma do Ministério do Trabalho?” Eles me disseram: “É”. Então, você observa o quê? Que embora as normas sejam, em tese, para empregados celetistas, muitos órgãos públicos, em alguns momentos, fazem uso delas. Nós mesmos lá, a nossa Cipa da assembleia, nós regulamentamos, mas recepcionando, quase que integralmente, a NR 5 do Ministério do Trabalho, só que usando um instrumento interno.

Então, quer dizer, é uma situação complexa que acho que precisa ser resolvida...

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Sampaio. Senador, se me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Ainda tem um problema interessante, atualmente. Um analista faz concurso e, na hora que ele entra, tem que apresentar o seu CREA, dizendo que ele é engenheiro e que está regular na sua profissão e tudo. Na hora que o conselho vem ao Governo, ele diz: – Não, não. Ele não é engenheiro aqui. Ele é analista. Só que ele, por ser engenheiro de segurança do trabalho, na hora em que fizer um laudo para definir se o servidor vai ter periculosidade ou insalubridade, o Governo vai atrás de quem? – Quem que é engenheiro aí? – Não, mas o senhor acabou de dizer que eu sou analista, que eu não sou engenheiro. – Não, mas eu estou precisando.

Então, fica um imbróglio muito complicado, que há necessidade urgente de se começar a discutir, pelo menos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tentar construir um caminho.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Para finalizar, Senador, eu entendo que a questão principal que se coloca é essa questão da regulamentação e, preferencialmente, havendo uma ação que, no mínimo, obrigue todos os órgãos públicos a dispor do serviço de gerente de segurança do trabalho nos respectivos órgãos, como assim existe nas empresas privadas.

O que nós percebemos? Será que um motorista de uma empresa privada tem uma situação diferente em matéria de disposição ocupacional de um motorista de um órgão público? Não. Ambos são motoristas, ambos dirigem um carro. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não sei se cabe, mas, na mesma linha, porque eu também levantei hoje de manhã, quando dei uma entrevista sobre esta audiência, a questão do motorista e, pelo o que eu ouvi, V. Ex^a concorda: o acidente de trabalho quando você vem de casa para o emprego.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – De trajeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É um acidente de trabalho.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Será diferente do servidor público e o da área privada? Claro que não.

Eu quero apenas concordar com V. Ex^a, porque o próprio Supremo já decidiu e deu um cheque-mate aqui no Congresso: ou vocês regulamentam o direito de greve ou eu vou aplicar o mesmo direito de greve que hoje existe para a área privada. Não por falta de

projeto. Eu apresentei, há mais de vinte anos, o projeto que regulamenta a situação do servidor público e re-apresentei agora, mediante uma ampla discussão com os servidores, e está em debate aqui na Casa. Mas o Supremo vai acabar aplicando a lei celetista para o estatutário, se ela não for feita.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Por absoluta ausência de regulamentação nossa.

Então, o que se conclui é que, historicamente, o servidor público foi, digamos assim, deixado de lado, não tem merecido a mesma atenção que tem o empregado da iniciativa privada em matéria de proteção à sua segurança e à sua saúde. E isso não pode continuar.

Eu queria só agradecer aqui a oportunidade e aproveitar só para dizer, Senador, que nós estamos organizando aqui, em conjunto com a Anest, provavelmente ainda este ano, lá em Goiânia, a primeira conferência nacional de segurança e saúde no trabalho do serviço público. A nossa intenção é convidar profissionais do Brasil inteiro que atuem nessa área no serviço público – e já estender o convite a V. Ex^a –, para que possamos lá discutir essa realidade com mais profundidade e tentar tirar de lá algumas sugestões que possam, não digo em longo prazo, mas em médio prazo, termos uma estação no serviço público de organização e regulamentação dessa matéria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Dr. Francisco Edison Sampaio, engenheiro e Presidente da Associação Goiana de Engenharia de Segurança do Trabalho (Agest).

E nós agora vamos para o Dr. Francisco Machado da Silva, engenheiro e Presidente da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho (Anest).

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Bom dia, Senador da República, Dr. Paim. Bom dia a todos os palestrantes da Mesa. BM dia aos internautas da TV Senado e Rádio Senado.

Senador, para nós é um privilégio estarmos aqui. O senhor é o nosso paladino da segurança do trabalho no Brasil e, como Presidente da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho, quero informar ao senhor que nós aprovamos o seu nome para ser condecorado pela engenharia nacional. Nós vamos condecorá-lo ou em Goiânia, na I Conferência Nacional, em novembro, ou em nosso congresso em São Paulo, em novembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De pronto agradeço e permito uma salva de palmas a vocês, não a mim. (*Palmas.*)

Vocês é que merecem palmas.

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Senador, o que destaca na sua personalidade é a sua humildade, a sua tenacidade, a sua dedicação – isso é muito raro no Brasil –, a sua honestidade, a sua palavra. Isso é uma coisa extraordinária. O que move a sociedade a acreditar, ainda, no Congresso, são os Senadores como o senhor.

Dando início à minha palestra, eu, Senador, vou direto ao assunto: segurança e saúde no trabalho. Uns dizem “do trabalho”, outros dizem “no trabalho”, até os advogados ficam em dúvida: é “no” ou “do”? Então, vamos colocar “no”, mas pode ser “do”. Então, segurança e saúde no trabalho no serviço público no Brasil.

Tópico 1: Constituição da República Federativa do Brasil.

O senhor foi um dos participantes e autores de artigos na Constituição. Nessa ocasião, Senador, eu estava também aqui no Senado, no Congresso Nacional. Eu fui um dos assessores de diversos Deputados e Senadores. Esse art. 7º, XII, determina como direito do trabalhador a garantia de redução de riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de segurança e saúde no trabalho. Determina, ainda, que é direito do trabalhador a garantia do governo e empresas da obediência às convenções e acordos coletivos de trabalho, conforme o inciso XXVI da Constituição brasileira.

Portanto, Senador, a nossa Constituição, que é a nossa Carta Magna, já determina essa área em todo o âmbito da iniciativa privada e do serviço público.

Tópico 2: Convenção nº 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Ela determina que essa área se aplica ao serviço público também e determina que a Política Nacional de Segurança no Trabalho seja feita pela iniciativa privada e pelos órgãos públicos. Então cabe ressaltar que o termo “trabalhadores” abrange todas as pessoas empregadas, inclusive os funcionários públicos.

Então, Senador, a Convenção Internacional já determina exatamente, abrange toda a legislação, o serviço público. Ela não discrimina, mas abrange tudo. Está no art. 3º da Convenção nº 155 da OIT.

Tópico 3: Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST).

A Presidente da República, tendo em vista o disposto no art. 4º da Convenção nº 155 da OIT, promulgada pelo Decreto nº 125.494, decreta em 7 de novembro de 2011, a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, que é o Decreto nº 7.602/2011, com o objetivo de promover a saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, bem como promover a prevenção de acidentes e danos à saúde advindos do meio ambiente de trabalho por meio da eliminação ou redução dos riscos inerentes ao trabalho.

Então, Senador e internautas, a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho já foi decretada pela Dilma, em 2011, para atender aos trabalhadores, todos os trabalhadores, inclusive os do serviço público.

Princípios do PNSST: universalidade, isto é, para todos; prevenção – é a palavra chave.

A outra palavra chave é a precedência das ações de promoção, proteção e prevenção com referência às assistências, reabilitação e reparação, isto é, a prioridade é a prevenção sobre a assistência, a reabilitação e a reparação. Se não houver prevenção, então, teremos perdido essa guerra contra os acidentes. O diálogo social é necessário – tem de haver diálogo social e integralidade.

Metas do PNSST: participação voluntária das organizações representativas dos trabalhadores e dos empregadores.

Diretrizes do PNSST, da política nacional: inclusão de todos os trabalhadores brasileiros no Sistema Nacional de Promoção e Proteção da Segurança e Saúde, nos ambientes laborais.

Sociedade civil. Visando suprir as necessidades ou anseios de setores da sociedade civil, o Estado deve implementar políticas públicas com diretrizes amplas, estabelecendo parcerias com representantes, com conhecimento técnico – isto é um detalhe importante, Senador: tem que haver conhecimento técnico para que a norma seja eficaz –, para determinar ações eficazes no combate aos acidentes e doenças nos ambientes laborais, nos setores públicos e privados.

Comissão Tripartite de Segurança e Saúde no Trabalho (CTSST). A Portaria Interministerial nº 152/2008 determina, Senador e internautas, que a Comissão Tripartite de Segurança e Saúde no Trabalho, instituída em 2008, no Brasil, representa o marco histórico na construção de uma política para a segurança e saúde no trabalho, no País, um direito social básico. Composta paritariamente por representantes de Governo, trabalhadores e empregadores. Então, temos três vertentes: Governo, trabalhadores e empregadores. Comissão paritária. Isso é igualitária.

Missão dessa Comissão Tripartite, que já existe desde 2008: definir diretrizes para uma atuação coerente e sistemática do Estado, na promoção do trabalho seguro e saudável, na prevenção de acidentes e doenças ao trabalho. Pasmem, Sr. Senador e internautas! O Ministério do Planejamento não participa da Comissão Tripartite! Pasmem os senhores! O serviço público não participa dessa Comissão Tripartite.

Objetivo: avaliar e propor medidas para implementação, no País, da Convenção nº 187, da OIT, que diz que o trabalhador do serviço público está inserido. Diz claramente isso nessa Convenção da OIT,

que trata da estrutura de promoção da segurança e saúde no trabalho.

Competência dessa Comissão – não vou ler; está na tela – é revisar e ampliar a proposta da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST); item b: propor o aperfeiçoamento do Sistema Nacional; item c: elaborar um programa nacional de segurança e saúde no trabalho, com definições de estratégias e plano de ações. Não basta só aprovar. Tem que haver metas, estratégias e planos de ações.

Composição da Comissão: seis representantes do Governo Federal (Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde). Pasmem! Não está aí o Ministério do Planejamento, Senador. É incrível! É incrível! Porque quem cuida dessa área do serviço público é o Ministério do Planejamento, e ele não consta nessa Comissão Tripartite, aprovada por portaria interministerial. São seis representantes dos empregadores. Foram selecionadas, Senador, seis centrais sindicais dos trabalhadores e seis representantes dos empregadores. Foram também selecionadas seis centrais ou confederações dos empregadores. Então, essa é a composição da Comissão Tripartite, de três vertentes: Governo, empregadores e trabalhadores. Está fora o Ministério do Planejamento, que deveria estar aí também.

Tópico 5: marco regulatório de engenharia de segurança do trabalho do Brasil. Esse marco regulatório, Senador, é o primeiro marco regulatório do sistema de engenharia. Foi aprovado por duas centrais da engenharia: ANEST, da qual eu sou Presidente, e Sobes, que é outra central de engenharia, com sede no Rio de Janeiro.

Esse marco regulatório foi aprovado no ano passado por essas duas centrais de engenharia de segurança no trabalho e aprovado por todos os 27 coordenadores nacionais do Sistema Confea-Crea. Foram aprovadas 27 deliberações ou decisões do marco regulatório, que o engenheiro Delfino já salientou e destacou.

Diretrizes do marco regulatório. As deliberações do marco regulatório, da engenharia de segurança, de nºs 3, da engenharia de segurança, a nº 6 e a nº 25 determinam, Senador e internautas, aos profissionais da área a elaboração e a proposição de normas e medidas no serviço público.

Então, já consta isso nos nºs 3, 6 e 7 do marco regulatório, e cabe a nós, profissionais, propor normas ao Parlamento nacional e ao Executivo medidas no serviço público nas três esferas; isto é, Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, e nos três níveis: União, Estados e Municípios, para propor medidas de eliminação ou redução de riscos de acidentes e doenças do trabalho.

Tópico 6, para finalizar.

Propostas e mecanismos de segurança no trabalho no serviço público, nas três esferas – Poder Executivo, Judiciário e Legislativo –, e nos três níveis – União, Estados e Municípios.

Agora, Senador, vou me debruçar sobre três propostas minhas. Eu queria a atenção dos internautas, do senhor e da Mesa, para concluir a minha palestra. Incluir, na comissão tripartite, Portaria Interministerial nº 152, de 3 de maio de 2008, o Ministério do Planejamento, associado aos outros três Ministérios já contemplados, que são Previdência, Trabalho e Saúde. Temos um quarto Ministério, exatamente o principal, que cuida da legislação de segurança do trabalho no serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dr. Francisco, se me permitir, já de pronto...

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... por tudo que já ouvi, já assumo que, fruto do resultado desta audiência pública, nós vamos fazer um ofício dirigido à comissão tripartite para que inclua o Ministério do Planejamento.

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Merece uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Obrigado, Senador, pela sua sensibilidade. Eu já esperava isso, dada a sua alta sensibilidade.

Representando, assim, os direitos dos trabalhadores do serviço público, que são 11 milhões no País, e hoje estão fora da proteção à segurança do trabalho. E com a adesão do Senador, vão estar agora inclusos, conforme determinam todos os instrumentos legais já citados. Vou deixar uma cópia com o Senador.

A segunda proposta, Senador, é criar a Frente Parlamentar de Segurança do Trabalho no serviço público no Senado Federal, visando fiscalizar o Executivo – porque uma das premissas da Constituição é que o Legislativo fiscalize o Executivo – bem como interagir com outras frentes e comissões no Parlamento, para proteção dos trabalhadores no serviço público, em prevenção de acidentes e doenças laborais.

É a nossa deliberação nº 7 do marco regulatório.

Senador, se o senhor concordar, toda esta Mesa vai apoiar o senhor na criação dessa Frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me só responder, de imediato.

Aqui no Senado não existe a figura oficial da Frente Parlamentar. Existe na Câmara e, normalmente, eles acabam fazendo mista. Mas eu me proponho, nem que seja de forma informal – isso já foi feito em

outras situações –, a criar um grupo de trabalho no Senado Federal, que poderia ser chamado de Frente, com esse objetivo.

Então, da minha parte, não há problema nenhum.

Por outro lado, você tem toda a razão quando diz que o papel do Parlamento, além da criação de normas, de leis, principalmente de leis, é também o de fiscalizar.

Então, está dentro dos parâmetros que entendo da legalidade. (*Palmas.*)

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Então, seria criar o grupo de trabalho de SST no serviço público. Depois, vou corrigir ali.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso. Pode ser chamado de Frente também; mas numa informalidade.

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Pode? O.k.

E a principal, Senador: a Comissão de Direitos Humanos, da qual o senhor faz parte e está patrocinando este evento, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sim, sob a Presidência da Senadora Ana Rita. Eu estou aqui como autor do requerimento e Presidente da Subcomissão que atua nesta área.

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Muito bem. A Comissão de Direitos Humanos convocar a Ministra do Planejamento a vir aqui, no Senado, visando o prestar esclarecimentos da ausência de legislação em SST no serviço público, bem como esclarecer a ausência de estrutura administrativa nessa área, uma vez que no relatório anual deste Ministério há 33 mil casos de invalidez, Senador, de 1996 a 2012. São 33 mil trabalhadores inválidos no serviço público federal!

Então, Senador, eu proponho – se o senhor assim concordar – em convocar a Ministra, ou como o senhor desejar, para que ela venha prestar esclarecimentos do porquê dessa ausência e por que não há estrutura no Governo Federal para cuidar disso, já que a nossa Constituição, a nossa legislação, a OIT que foi aprovada aqui determina isso e não o fez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixa eu responder já de pronto.

Eu sempre digo para quem está assistindo a TV Senado e eu sei que milhares ou milhões estão assistindo porque já sabem que toda segunda-feira de manhã existe um debate sobre temas relevantes ao País e à conjuntura nacional, que aqui a gente não faz oposição a ninguém, a gente faz a defesa de causas. É isso que nós estamos fazendo aqui neste momento e é nessa linha que vem a sua proposta. Nós estamos defendendo aqui uma causa. Qual é a causa? Combater os acidentes do trabalho. E me permita que eu diga na área pública e na área privada. Percebemos que

há uma lacuna na área pública e queremos contribuir com o Ministério do Planejamento com esse objetivo.

E para dar essa contribuição, eu só mudaria o termo, em vez de “convocar”, eu vou telefonar e convidar não para dar esclarecimentos, mas para vir dialogar conosco, ouvi-los e fazer com que efetivamente a gente consiga dar uma grande contribuição ao Ministério e ao País. Eu sei que o Ministério vai estar aberto a essa discussão e podemos assim, mediante a formulação e a experiência dos senhores, e daqueles que atuam nessa área da prevenção – que eu acho que é a palavra-chave –, nós avançarmos numa legislação de total integração para diminuir o número de acidentes. Aqui, no nosso caso, principalmente do serviço público.

Então, fica acatado. Em resumo, só muda o “convocar” por “convidar”. (*Palmas.*)

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – E assim, Senador, agradeço, estou à sua disposição, obrigado ao senhor, aos palestrantes, aos presentes, aos internautas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Francisco Machado da Silva, engenheiro e presidente da Associação Nacional de Engenharia de Segurança no Trabalho. Parabéns pelas suas colocações!

Como todos aqui deixaram propostas concretas que nós vamos no final resumir e dar os devidos encaminhamentos.

Passo a palavra agora ao Dr. Celso Berilo Cidade Cavalcanti, engenheiro e diretor financeiro da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança no Trabalho (Abraest).

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Obrigado Senador Paulo Paim, aos colegas da mesa. A nossa associação, a Abraest, fica extremamente honrada com a oportunidade de poder estar ajudando, participando, agregando e somando nesse momento importante da discussão.

A nossa Abraest, Associação Brasileira de Engenharia Civil no Trabalho, é uma associação pertencente à Anest, a associação nacional. E aqui em Brasília estamos sempre prontos para dar o apoio até a proximidade. A gente vai estar conversando sobre a parte de segurança do trabalho no setor público.

Aproveito para ser um pouco mais técnico na nossa conversa. Estamos falando muito da segurança do trabalho e quem é a segurança do trabalho? É uma ciência dedicada à avaliação e controle dos riscos ambientais provenientes do trabalho e que podem trazer prejuízos e doenças à vida e a saúde dos nossos trabalhadores do serviço público federal.

Aproveito aqui para fazer um parêntese, aproveitando as palavras do senhor. Quando o senhor na sua preleção comenta que o Brasil é um dos países... infelizmente, na década de 70, nós ganhamos a Copa e éramos campeões mundiais em acidente de trabalho. Nesse ponto melhoramos, somos o quarto país no mundo em acidentes de trabalho. Isso não é uma posição muito gratificante. O próprio Distrito Federal é um dos maiores – nós não somos um Estado, somos uma unidade da Federação –, mas nós temos uma relação muito grande entre números de mortes no trabalho aqui, celetistas, em função do tamanho proporcional da população. E em alguns comentários chegaremos a ser o segundo, apenas atrás do Estado de São Paulo.

Temos, agora, em torno de 2,6 milhões habitantes, e com a quantidade de mortandade e mortalidade no trabalho relativamente alta e ligado diretamente à construção civil.

Nos últimos dez anos, tivemos a construção de Águas Claras e, agora, começa o Noroeste. Então, isso é preocupante para o Brasil, e aqui fica o nosso Ministério do Trabalho.

Os dados da previdência, como foram citados, infelizmente são dados de 2011. Nós estamos em 2013 e a previdência tem uma dificuldade de atualizar. Hoje em dia, até com a tecnologia e com a informática, nós não temos esse valor *on-line*, ou já no próximo mês isso sendo disponibilizado. Isso é um problema para nós. A gente precisaria até dessa celeridade para podermos tomar as ações, porque quando estamos falando apenas das consequências – ou seja, a pessoa morreu –, não conseguimos mais reverter. Precisamos atacar as causas para podermos melhorar as conclusões, as consequências.

Foi falado muito pelos nossos colegas da FAP/NTEP. Eu sempre falo nas minhas aulas – eu leciono tanto para médicos do trabalho como para engenheiros – que o INSS, a previdência social, tem que ser tratado como banco previdência social, banco INSS. E seguindo o dinheiro, ele conseguiu fazer algumas mudanças, justamente penalizando as empresas que não investem em segurança do trabalho – é o sistema *bonus-malus* – e beneficiando as empresas que investem em segurança, tributando ou cobrando menos. Cada empresa é obrigada a pagar, dependendo de sua atividade, 1%, 2% ou 3% da sua folha de pagamento anual como tributos à previdência social. Esse tributo pode ser majorado, aumentado, em 100%, ou reduzido em 50%. Então, as empresas que efetivamente investem fazem isso.

Em relação à parte de segurança do trabalho, estamos falando agora em relação ao serviço público. Precisamos importar tecnologia? Precisamos trazer

know-how? Nós não precisamos. A engenharia brasileira é plenamente capaz, plenamente apta a reverter esse quadro que estamos vendo. Os nossos colegas estão trazendo os problemas dos inválidos, dos aposentados por invalidez, dos mortos, antecipando. Por quê? Nós não precisamos, nesse ponto, trazer tecnologia. Nós temos tecnologia suficiente, nós temos *know-how*, nós temos pessoal suficiente para melhorarmos a nossa avaliação dos riscos.

Aproveitando, então – como eu comentei, seria um pouco mais técnico –, a teoria define os cinco riscos ambientais: os famosos químicos, os físicos, os biológicos, os ergonômicos e os de acidentes. E aí, sendo um pouquinho mais – vamos chamar – professoral: os riscos químicos, qual a consequência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu quero dizer que concordo plenamente, porque muita gente que está assistindo não tem clareza, então a sua apresentação didática só ajuda a nós e a quem está assistindo. Inclusive eu, por isso digo “nós”, porque muita gente fala, mas não sabe. Nós é o Parlamento, não os senhores aqui da Mesa, o Parlamento e aqueles que estão assistindo. Por favor.

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Agradeço, Senador, o seu aparte. E, sendo bastante humilde, aproveito até para lembrar aos participantes, aos espectadores e teleouvintes que os riscos químicos são caracterizados pela exposição dos trabalhadores aos agentes químicos, tais como gases, vapores, solventes e poeiras.

Aí, eu fiz uma anotação. Quando nós temos o nosso auditor fiscal do trabalho indo à mineração subterrânea, fazendo uma inspeção para avaliar como estão os trabalhadores celetistas no ambiente, na mineração, a pergunta é: como ele está se protegendo? Quem o orientou? Muitas vezes, Senador, eu, como estou na iniciativa privada há muitos anos, sou engenheiro químico de formação e engenheiro de segurança, vejo o auditor fiscal chegando aos nossos clientes, às empresas, e às vezes, com todo o respeito, mendigando EPI: “Olha, eu preciso de uma bota para entrar, eu preciso de um capacete, eu preciso de um óculos, da máscara, do protetor auricular”. E a empresa deve fornecer. Então, se o funcionário público federal chega para fazer as suas atribuições, as suas obrigações constitucionais, para fazer a sua fiscalização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não possui equipamento adequado?

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Não possui. Ele mesmo não se protege, não foi orientado, não foi treinado. Parece uma redundância. Aí, aproveitando a deixa, os riscos físicos são carac-

terizados pela energia, radiação ionizante e não ionizante, ruído elevado, vibração e temperatura. Eu cito o exemplo do auditor fiscal da Receita Federal, quando entra na câmara fria de um grande distribuidor. Estamos falando de -20°C, -30°C, onde pode-se ter problemas graves até de pneumonia, paralisia facial em um local desse, e quem é que forneceu o casaco? Quem forneceu a luva térmica, a bota térmica?

Então, o auditor, no caso do exemplo da Receita, que vai fazer uma contagem, uma conferência de mercadoria, para bater nota fiscal, quem está protegendo ele? Ele não tem essa proteção. Ele vai ter de pedir à empresa que está fiscalizando que lhe empreste o casaco para entrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – E muitas vezes a própria empresa não tem porque não está cumprindo as normas. É a situação que ele fica...

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Exatamente. Aí nós temos de chamar o Ministério do Trabalho nessa hora.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Além dessa questão, eu acho que há outra preocupação que se deve ter com relação à formação dos profissionais é que, como o concurso para se contratar um auditor fiscal do Trabalho exige nível superior, nós encontramos, em muitas situações, pessoas com formação totalmente diferente do exercício da atividade. Não quero polemizar sobre isso, mas só agregar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – Até porque os fiscais do trabalho daqui a pouco para pedir outra audiência...

É legítimo! Só para dizer que eles já estiveram aqui inúmeras vezes. Então, fiquem bem à vontade.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – É só para dizer que precisa haver da parte do Ministério do Trabalho um apoio nesse sentido, porque, muitas vezes, eu terei lá um contador, por exemplo, que foi aprovado como Auditor Fiscal do Trabalho. Ele vai fiscalizar uma obra... Então, ele precisaria ter o apoio do Ministério do Trabalho no sentido de haver uma capacitação para que tivesse a competência necessária para chegar dentro da obra e identificar as situações que geram acidentes. É só sentido. Não quero polemizar. Só dizer que eles precisariam de formação e capacitação continuada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – E mais estrutura e uma quantidade maior também. Eles alegam que o número de empresas... O exemplo que me deram é que, nesses últimos 20 anos, o número da empresa pode ter aumentado 200%, e o número nominal de fiscais caiu 50%. Aí não dá!

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – É verdade. Como é que se vai fazer a fiscalização?

Não se precisa ir muito longe. Falemos de Brasília. Até há uns 25 anos, nós tínhamos 33 auditores fiscais do trabalho que eram exclusivamente engenheiros de segurança do trabalho e médicos do trabalho, chamados Negur – Núcleo de Segurança. Agora há, no máximo, uns seis ou oito que fazem a fiscalização em todo Distrito Federal e ainda atuando no entorno nas cidades de Luziânia, Cristalina, pois são cidades cobertas por Brasília. Por exemplo, os hospitais particulares que eu atendo em Brasília, simplesmente dobraram de tamanho nos últimos cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – Saíram de 33 para 06.

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – É um absurdo.

Aproveitando a deixa, mas sem querer polemizar, vamos voltar a nossa discussão. Estamos falando da função de Engenharia de Segurança do Trabalho. Estamos sendo específicos e muito claros nesse ponto. Desde a Constituição de 1988 – foi mudança constitucional –, as funções de Estado são para qualquer nível superior. Não pode haver mais uma particularização.

Os advogados, os bacharéis em Direito, com muito mais facilidade na parte legal, jurídica, têm muito mais sucesso em concursos públicos. Eu tenho encontrado advogados e auditores fiscais do trabalho que estão fiscalizando empresas e cobrando, por exemplo, instalação elétrica, o que, com todo respeito, o advogado não tem nenhuma base técnica para entender se aquela instalação está apta ou inapta. É um problema que pode ser conversado e avaliado. Pelo menos, é importante aumentar a quantidade de auditores fiscais, Senador.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Permita-me um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – Claro, pois não.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Diretor, o senhor tocou em uma questão realmente interessante. O auditor fiscal do Ministério do Trabalho é servidor público federal. Ele vai fiscalizar a segurança do trabalho nas empresas celetistas. Agora, como o concurso é para nível superior, o Ministério manda um advogado, manda um músico, manda um nutricionista para discutir com a empresa questões de engenharia.

O Ministério do Planejamento, órgão que cuida da segurança do trabalho do servidor, deveria dizer: “Opa, Ministério do Trabalho, tal funcionário não tem a competência para tratar disso.” Ele é servidor federal, eu que acompanho e regulo as questões de segurança do trabalho no serviço público e, para esses casos, é preciso engenheiro. Só que não há essa conversa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – Não tem... Não tem os engenheiros. Falta de concurso.

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Com certeza. Isso gera um problema interessante. A fiscalização não tem função apenas punitiva. Isso tem de ficar bem claro. Eu, como profissional da área de segurança, n vezes fui à Delegacia Regional do Trabalho, atualmente Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, para, junto com os auditores fiscais que a gente conhece, trocar conhecimentos, informações e tirar dúvidas. Muitas vezes, fui muito bem orientado; e sei que a orientação ajudou a evitar acidentes, doenças e até punições legais, penalidades para as empresas.

Agora, na nova configuração, os auditores fiscais não têm aquele embasamento técnico que pode dar um bom suporte às empresas. Isso é um problema.

E aproveitando a última deixa, eu pego o risco biológico, o contato com os fluídos, vírus, fungos, bactérias. O fiscal federal agropecuário, quando vai à caça de morcegos para controle epidemiológico, expõe-se ao risco biológico. Mas quem ajuda o fiscal federal agropecuário?

E há n situações: riscos de acidentes a que os funcionários públicos estão expostos; a parte de ergonomia. Quando a gente fala que o trabalho é eminentemente administrativo, não é exclusivamente administrativo. Aí, quem faz a orientação sobre mobiliário, postura, treinamentos, qual o melhor tipo de cadeira e formas de trabalhar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Até o espaço físico, não é?

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Às vezes, é um cubículo.

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Um cubículo. A iluminação, ventilação, temperatura. Então, realmente é uma situação muito ruim em que nós estamos.

Encerrando, falo, infelizmente, no caso, em relação ao que estamos vendo, do grande marco que é chamado de lei mãe da segurança do trabalho, a Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Aí se pergunta onde está o grande marco regulamentador da segurança do trabalho para serviço do servidor público federal? Nós não temos! Todo mundo falou isso em legislação. Então, infelizmente, eu falei muito da CLT, mas nós temos nada.

Eu sou velejador e gosto de citar uma forma. O veleiro tem o seu leme e, no meio do veleiro, há uma peça chamada bolina, que é importante para manter a direção do barco. Quando se levanta a bolina, o veleiro

fica como se estivesse doido, vai ao sabor do vento, para um lado, para o outro; mesmo colocando o leme, o veleiro não é navegável, vai flutuando. Infelizmente, a segurança do trabalho dos servidores públicos federais está igual a um veleiro sem bolina: ao sabor do vento. Um legisla para lá, outro para cá; alguém fala alguma coisa. Não existe algo único, uno, para centrar e orientar.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – O colega me permite um aparte?

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Claro, engenheiro Delfino. É um prazer.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Normalmente, você toca em questões que valem a pena parar para se discutir.

Como você bem colocou, para o celetista, desde 1977 está consolidado, ninguém tem mais dúvida, é aquele manual que se tem que seguir. Para o servidor público, depende do funcionário, do órgão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É bem ao sabor do vento.

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Exatamente. Ao sabor do vento.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Ele vai pegar a que ele conhece. Por quê? Porque não está consolidado. Então, um traz uma determinada legislação da década de 80; outro traz legislação da década de 90. Por quê? Porque nunca houve essa preocupação de consolidação. E mesmo com todo aparato tecnológico de TI, o Ministério do Planejamento ainda não tem uma consolidação de tudo o que já foi produzido sobre segurança do trabalho no serviço público, para dizer...

Acontecem situações em que se entra em contato com um órgão e ele diz: “Ué, eu tenho que fazer isso?” Mas você não conhece a lei tal, que trata sobre a sua responsabilidade na área de segurança do trabalho? Ué, estou sabendo agora por você, porque é tanta lei que sai, que eu não consigo...

Se houvesse essa preocupação, assim como houve... É claro, tem história. Essa 6.514 foi devido a uma pressão sobre o Brasil, porque como o colega falou, nós estávamos em um momento de campeões mundiais de acidente de trabalho, não é?

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Exatamente.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Então, será possível que teremos de esperar um campeonato de acidentados no serviço público, para poder ter uma legislação consolidada, com engenheiros de segurança fazendo prevenção no serviço público? Eu creio que não. Pelo menos esperamos que não.

Obrigado.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Olha o aparte aí! (*Risos.*)

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – O Senador manda na mesa. É brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O aparte é para quem está naquele momento...

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Engenheiro Francisco Sampaio, o senhor esteja à vontade.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Muito obrigado. É rapidinho. É só para dizer o seguinte, que apesar de não termos a bolina, é isso?

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – É. A bolina.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Muito bem. Estamos sem bolina, mas eu queria dizer que nós reconhecemos realmente uma grande lacuna em matéria de organização, estruturação e regulamentação da segurança do trabalho no serviço público. Mas, por outro lado, eu acredito que estamos num momento interessante. Aí, com essa iniciativa de V. Ex^a de convocar essa audiência pública, acho que esse se torna um momento importante. Estamos vivendo uma oportunidade para, quem sabe, darmos um grande passo, porque há essas iniciativas que já existem em algumas prefeituras, em alguns Estados, em alguns legislativos. Nós temos visto vários editais de concursos públicos abrindo vagas para engenheiros, para técnicos, para enfermeiros do trabalho, para médicos do trabalho. Então, essa é uma realidade. Pode fazer uma pesquisa dos editais que você vai verificar isso. Mas talvez esses profissionais estejam sendo contratados sem ainda contar com uma estrutura, uma organização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Uma consolidação específica.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Exatamente.

Então, acho que é um momento oportuno para nós nos organizarmos – o Senado, a Câmara, os profissionais, as entidades – para aproveitar essa oportunidade e dizer que deve contratar, mas deve haver essa organização e essa regulamentação.

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – O.k.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Permita-me novamente?

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – O.k., Engenheiro Delfino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Celso, acho que você não vai falar mais não. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – É porque o assunto é palpitante, realmente.

Senador, para V. Ex^a ter uma ideia da questão do serviço público na área de segurança do trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego abriu, recentemente, concurso para auditor, no qual um deles vai trabalhar com engenharia; pode ser um músico – com todo respeito a todas as profissões –, mas de engenharia quem trata é engenheiro. Você não vai dar uma cirurgia para uma pessoa que não seja médico. Você não vai dar uma causa na justiça para uma pessoa que não seja advogado. Agora, ações de engenharia você dá para qualquer profissão!

O Ministério do Trabalho e Emprego fez concurso para auditor, em que um deles será engenheiro civil do trabalho. Já o Ministério da Previdência Social, através do INSS, acabou de lançar concurso para Engenheiro de Segurança do Trabalho.

No próprio Governo, porque são Ministérios do mesmo Governo, falta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Falta ajustar.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Exatamente, falta essa discussão de como agirmos de forma uma, coerente, sistemática. Aí a importância de V. Ex^a ter convidado todos nós para participarmos dessa audiência pública, onde levantamos essas questões, para que a médio prazo se tenha uma visão diferente do quadro atual.

Muito obrigado.

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Obrigado, José Delfino.

Eu vou continuar antes que ganhe um gongo, Senador, e terei que pedir prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já dei. Já concedi mais cinco minutos.

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – O.k. Obrigado.

A nossa Lei nº 6.514, conhecida como a lei mãe da segurança do trabalho, foi um grande marco. E ela foi regulamentada através da Portaria nº 3.214, usando até a função professoral. Em 1978 foram 28 NRs. Ela permite que o Ministério do Trabalho legisle e regulamente, inclusive, sem tirar a prerrogativa da nossa Casa que é o Congresso.

Atualmente, temos 36 normas regulamentadoras; uma nova, a 37^a, em consulta pública, e a atualização da 24^a com fontes. É importante, pois estamos vendo que os trabalhadores celetistas estão muito bem amparados,

e o profissional servidor público federal, infelizmente, totalmente desamparado.

E cito um detalhe importante na NR 7, que trata, por exemplo, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Ela determina que a empresa deverá custear todos os exames médicos ocupacionais que o trabalhador seja obrigado a fazer. Se ele está exposto a ruído, faça a sua audiometria; se está exposto a solvente, o seu hemograma. E o funcionário público federal, antes de tomar posse, recebe uma lista de todos os exames que ele tem de pagar para poder tomar posse. Olha que conflito gigante! Nós temos leis que amparam o celetista, e o coitado do trabalhador servidor público federal, para tomar posse no cargo, é obrigado a fazer os exames que são solicitados. Isso é grave e chato ainda porque ele tem que custear o que não deveria ser dele; isso é obrigação do órgão que o contrata.

Encerrando, fica a pergunta: quando vai aparecer o grande marco da segurança no serviço público? É disso que precisamos.

Muito obrigado. Agradeço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Celso Berilo Cidade Cavalcanti, engenheiro e Diretor Financeiro da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho (Abraest).

Respondendo à sua pergunta, quem sabe, a partir desta audiência e pela obra dos senhores, possamos, em uma coletiva, responder àquela pergunta, como uma contribuição ao Governo? Vocês serão convocados para ajudar na construção.

Deixe que eu leia aqui, porque a maioria das perguntas que estão vindo – o pessoal já me passou –, vocês já estão automaticamente respondendo. Veja, eles deram como exemplo esta: “Por que não são estabelecidas diretrizes gerais de segurança do trabalho para os servidores públicos, entre os diversos níveis dos poderes, mediante uma lei? As normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego devem ser estendidas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nos três níveis.”

Em resumo, ele diz, claro, aproveitar o que for possível, mas que deve haver uma norma final que os senhores já estão aqui respondendo.

Aqui ainda temos uma série de encaminhamentos e temos também a palavra que o Plenário pediu e será concedida.

Vamos, primeiro, concluir a nossa Mesa. Passo a palavra ao Dr. Marco Antônio Vezzani, professor de Segurança do Trabalho do Instituto Federal Brasília.

O SR. MARCO ANTÔNIO VEZZANI – Bom a dia a todos, bom dia Senador, não sei se ser o último a falar é um privilégio ou uma responsabilidade muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu diria que V. Ex^a já merece os dois.

O SR. MARCO ANTÔNIO VEZZANI – É verdade.

Mas foram elencadas aqui várias situações, acho que os colegas todos pontuaram bem. Eu queria fazer uma fala mais breve pensando na questão histórica. Eu costumo iniciar minhas aulas fazendo uma citação de Provérbios 22:3, que está na Bíblia, independentemente da corrente religiosa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas a Bíblia é universal, todos a leem da sua forma.

O SR. MARCO ANTÔNIO VEZZANI – Exatamente. Mas existem algumas apropriações e é importante que se diga isso. A Bíblia fala que os prudentes, os sábios passam e se protegem e os imprudentes passam e sofrem as consequências. Isso é prevenção, isso é uma fundamentação da prevenção. Os colegas aqui colocaram que praticar a segurança é trabalhar com prevenção; trabalhar com prevenção é trabalhar com o futuro, é trabalhar com planejamento.

Eu me lembro que, em 1919, é criada a OIT. Então, não dá para se falar em segurança do trabalho como coisa nova. Desde 1919 nós já temos um organismo internacional, que é a OIT, que nos representa. O Brasil, através de Getúlio Vargas – nosso conterrâneo, não é Senador? – instituiu a CLT e, desde então, a gente vem permeando. As nossas legislações são amplas, o colega colocou bem, são fundamentadas, mas há um descumprimento total. E essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E por falar em conterrâneo, não leve a mal eu dizer, sem ser bairrista, os Presidentes de São Borja estão todos enterrados em São Borja: Getúlio, João Goulart e Brizola.

O SR. MARCO ANTÔNIO VEZZANI – É verdade. Falarem dois gaúchos na Mesa fica meio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E olha que eu já elevei o Brizola a Presidente, porque ele foi Governador do Rio Grande e, sendo Governador do Rio Grande, já tem *status* de Presidente.

O SR. MARCO ANTÔNIO VEZZANI – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Daqui a pouco o internauta me dá uma xingada: “Pare com isso Paim.”

O SR. MARCO ANTÔNIO VEZZANI – O trocadilho é interessante.

Mas quero chamar a atenção que, na iniciativa privada, isso está muito claro. As leis são claras. O colega colocou a questão da fiscalização. Quem nos fiscaliza, muitas vezes, não tem essa atribuição. Nós temos a questão do Sérgio Motta, do finado Ministro Sérgio Motta, quando se aprovou a questão do ar-condicionado. Foi preciso haver a morte de alguém de peso para que nós tivéssemos uma regulamentação com relação ao ar-condicionado, que está prevista dentro das questões de segurança do trabalho e da questão ergonômica. Se nós olharmos este plenário, o próprio plenário do Senado e da Câmara, vamos olhar a questão ergonômica e ver que as mesas, as cadeiras, o nível de iluminação e uma série de situações estão erradas, estão equivocadas.

Então, a gente tampa o sol com a peneira, achando que a coisa é por aí, não é que não está posta, mas está posta assim. Nós cobramos – é muito mais fácil cobrar dos outros –, do privado, que é quem nos retribui na forma de impostos. Mas e a pública? Estou, hoje, no Instituto Federal Brasília como professor dessa área de higiene e segurança do trabalho e me preocupa muito quando vejo no meu *campus* mesmo obras terceirizadas – lá não estou como engenheiro, mas como professor da área – não cumprindo ou descumprindo a legislação. Aí, quando entra o nosso organismo para fiscalizar, o nosso Ministério do Trabalho é lento; e o meu próprio organismo, o Instituto Federal, não tem uma fiscalização concisa.

Bom, isso é só para elencar do terceirizado, que é um problema. Se pensarmos em termos dos terceirizados que trabalham no Senado e em outros órgãos federais, vamos ver uma série de irregularidades, mas em cada licitação se tem a exigência de um...

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Posso fazer um aparte?

O SR. MARCO ANTÔNIO VEZZANI – Pois não.

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Senador, a CLT foi tão bem feita, tão bem feita, tão bem feita, que no capítulo V, da nossa área, que até hoje não conseguiram melhorar a tal... Olhem só que o que ele acabou de falar: “Segundo a CLT, cabe ao empregador cumprir e fazer cumprir.” Olhem que coisa linda! Não basta só cumprir; é preciso fazer cumprir. Isso é, as terceirizadas, nobre Conselheiro, estão erradas, sim, mas está errado também o contratante, Senador, porque ele tem que cumprir e fazer cumprir.

Então, quando alguém atira pedra na terceirização, eu lembro: cuidado, a mão é dupla. Porque quem contratou o terceirizado tem o dever de fazer cumprir e, inclusive, Senador, de colocar na cláusula contratual isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É aquilo que muitos movimentos – insisto em dizer – querem a responsabilidade solidária.

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Muito bem, muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A responsabilidade solidária é fundamental.

Cito a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), por exemplo, com a qual tenho uma identidade muito grande e eles se posicionam de maneira muito firme contra a terceirização.

Eu entendo que é uma postura avançada para o bom debate, mas eu tenho que reconhecer que a terceirização é um fato consumado, inevitável. Se eu não disser isso, eu estarei faltando com a verdade, porque inclusive aqui no Congresso existe terceirização no serviço meio. Ali no outro lado da faixa, no Palácio, no Executivo, no Judiciário e, eu diria, na maioria das empresas existe a terceirização. O problema é que, em vez de terceirizar o serviço meio, eles começam a terceirizar os chamados serviços fim. Daí não dá. O serviço meio é uma coisa; o serviço fim, outra. Mas temos que trabalhar a terceirização.

Alguns, se bobear, revogam a CLT. Eu sempre digo que ela é uma jovem senhora e está muito viva, sim, senhor, completando, como jovem, 70 anos neste ano. Isso é quase legislar em causa própria, porque eu chamo de jovem quem está próximo dos 70 anos.

O SR. MARCO ANTÔNIO VEZZANI – É importante dizer – eu entendo – que, de acordo com a nossa função, temos que trabalhar efetivamente para que as leis sejam cumpridas, para que a legislação seja cumprida, e para que as adequações, como foram colocadas aqui, sejam efetivamente revistas, porque não existe um engessamento e, sim, uma modernização. Se analisarmos a questão do trabalho e do desenvolvimento do trabalho, houve muitas mudanças. Esses são pontos primordiais, e nós devemos trabalhar todas as questões.

A questão da doença do trabalho, como alguns colegas colocaram, onera e muito. Já foi abordada aqui pelo Francisco a questão dos 4% do PIB nacional, o que é um impacto muito grande. Nós pagamos, todos nós pagamos, assim como o nosso colega que está lá doente.

A questão da insalubridade. Eu vejo, na universidade, no instituto, a questão da insalubridade para os técnicos ou da insalubridade em vários pontos. Tudo isso está regulamentado; há regulamentações em nível internacional. O Brasil, volto a afirmar, tem uma legislação pertinente, mas, infelizmente, nós tampa-

mos o sol com a peneira. Ou seja, querem trabalhar, mas não há como.

Eu acho interessante, nesta breve fala, nesta audiência, elencar os profissionais. Estão aí os engenheiros, os seguranças, como eu, e todos os colegas – os outros profissionais da área, os médicos do trabalho que têm o seu papel histórico, os enfermeiros. É importante que esses profissionais agregados trabalhem na função. Aquilo que é da engenharia, que é da parte de concepção, tem que ser observado.

Eu acho que o Confea sentiu um pouco a falta, não é, Francisco? Nós já fomos do Conselho Federal. É importante que o Conselho regule as questões e fiscalize. O companheiro Francisco está me substituindo – eu já estive na Agest e na Anest. É fundamental que essa situação se regularize. Não basta que nós, como Associação, como partícipes dessa situação, façamos isso. É necessário que todo mundo fique atento e busque realmente a questão da higiene, da saúde e da segurança do trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Marco Antônio Vezzani, Professor de Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Brasília.

Como o pessoal usa muito aqui – como chama a mensagem que vem no celular? – o torpedo, um companheiro do Rio de Janeiro disse: “Tudo bem que tu dê *status* de presidente ao Brizola, mas não só pelo Rio Grande, não esquece que ele foi governador do Rio de Janeiro também.” O pessoal não perde uma.

Agora temos um segundo momento da nossa audiência pública.

Há duas pessoas do plenário – normalmente eu abro para duas ou mais, até quatro – que pediram para usar a palavra, podendo fazer pergunta à Mesa.

Passo a palavra primeiro a Sr^a Lacy Gregório Maciel, enfermeira do trabalho. Em seguida, para Anísio de Sousa Sá Filho, que é técnico de segurança no trabalho.

A SR^a LACY GREGÓRIO MACIEL – Agradeço à Mesa e ao Senador Paim pela oportunidade de usar a palavra.

Sou enfermeira do trabalho, trabalhei muito tempo em rede privada. Quando nós tínhamos acidente de trabalho na rede privada, lesões que levavam o funcionário a ficar afastado, automaticamente ele não voltaria. Porém, o próprio INSS fazia a reabilitação desse funcionário, fazia com que ele fosse um profissional produtivo, reintegrando-o ao mercado de trabalho. Isso dava a ele uma melhor expectativa de vida.

Vejo que, no órgão público, nós não temos para onde mandar. Acho que, enfatizando a fala do engenheiro Sampaio, o que está estabelecido nas 36 NRs

que temos aí, se fosse feita a consolidação delas, nós poderíamos dar qualidade de vida melhor aos profissionais do órgão público. Porque, hoje, nós temos funcionários do órgão público que adoecem, de repente precisam de uma reabilitação, mudança de função, mudança de comando, e como fazer? Nós não temos para onde mandar.

Nós estamos como o veleiro do engenheiro Celso, nós precisamos ter um direcionamento para esses funcionários. Porque, na medida em que ele se afasta, ele se sente fora do convívio social, e ele adocece mais.

Nós temos na medicina do trabalho este desafio: como retorná-lo à sociedade sem que ele fique doente. Na rede privada nós temos como retornar. Já no órgão público nós não temos para onde mandar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já pode ir respondendo a ela.

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Um estudo em São Paulo nessa área verificou o seguinte: quando há óbito e acidentes graves dos trabalhadores, a família, o cônjuge e os filhos, entram no submundo das drogas, crime e prostituição. Então veja o trabalho dos enfermeiros, dos assistentes sociais, dos sociólogos é importantíssimo para restaurar, não só o acidentado, mas toda a família. Porque a família perde a estrutura.

Quando um cônjuge sofre um acidente, tem uma surdez, perde a visão, amputa uma perna ou um braço, a família fica desestruturada. Então, esse trabalho da psicologia, do assistente social é fundamental para restaurar a família.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Francisco, para responder a Lacy.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Quando falei de um sistema de proteção no serviço público, um dos pilares foi justamente a questão da reabilitação, que é uma das lacunas que estão aí, fora a questão da prevenção.

Temos que pensar de forma sistêmica, pensar um sistema de proteção que naturalmente privilegie a prevenção como principal ação, mas que também não esqueça que por mais efetiva que seja a prevenção, alguém termina se acidentando ou adoecendo. E aí é preciso que o sistema esteja estruturado para atender a essa situação também. Essa é uma questão importante que acho que realmente tem que ser contemplada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dr. Celso.

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Complementando, situações de sucesso na iniciativa celetista, a previdência social efetivamente está conseguindo fazer bons programas de reabilitação. Tenho acompanhado, pois trabalho com essa área de segu-

rança há mais de 15 anos, a ponto de vocês imaginarem trabalhadores que eram mecânicos, tinham uma função, mas que por um problema lombar, por exemplo, não podem mais carregar peso, como a caixa de ferramentas; e o INSS, a Previdência Social chegou a comprar um carrinho de sanduíches, forneceu-o ao trabalhador, fez um treinamento com ele, e ele, hoje, é um autônomo, um contribuinte da Previdência, deixou de receber o seu benefício e voltou a contribuir, recolhendo.

Então, se nós temos situações de sucesso na iniciativa privada para o celetista, por que não fazer isso para o Serviço Público? Quer dizer: já está sendo feito; não é preciso importar nada, não se precisa copiar nada, já temos aqui; então, vamos copiar a iniciativa, que é de sucesso no caso celetista.

Obrigado, Senador. Peço desculpas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Celso.

A SR^a LACY GREGÓRIO MACIEL – Sr. Presidente, ficou faltando... Eu presenciei a reabilitação de alguns funcionários da rede privada e, realmente, dá certo; eles têm o maior empenho em fazer voltar o trabalhador para o mercado de trabalho. E nós não vemos a mesma iniciativa num órgão público. Se dá certo, se ele investe num funcionário para colocar ele na sociedade como um elemento produtivo, por que não fazer isso para um órgão público? E, quanto mais ele investir, o INSS não vai ficar tão inchado, porque o INSS já está inchado. Ele não está dificultando; ele está sendo, digamos, mais criterioso nas aposentadorias por acidentes e doenças ocupacionais. Então, nós temos que ver isso de uma outra maneira para os nossos trabalhadores também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Lacy. Você traz uma bela contribuição, que seria um centro de recuperação também para os servidores públicos, como já existe para os funcionários do setor privado, o que, aqui, ficou comprovado que deu certo. Parabéns pela sua contribuição ao nosso debate!

Passo a palavra ao Sr. Anísio de Sousa Sá Filho, técnico de segurança do trabalho.

O SR. ANÍSIO DE SOUSA SÁ FILHO – Bom dia!

Cumprimento a Mesa, os colegas da área de segurança do trabalho e, em especial, V. Ex^a pelo trabalho na área de segurança do trabalho e, também especialmente, na proteção de nossos aposentados e pela luta para a exclusão do famigerado fator previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E a falta de um reajuste real.

O SR. ANÍSIO DE SOUSA SÁ FILHO – Sim; isso!

Na realidade, não vou fazer perguntas; eu vou apenas, como técnico de segurança do trabalho do Metrô, juntamente com outro colega nosso aqui representando o Metrô... E somos da Câmara Técnica da Fundacentro, onde participamos dos trabalhos; conhecemos o Professor Delfino, o Francisco, o Dr. Celso. Aos demais digo que é um prazer conhecê-los.

Como a gente trabalha diretamente na área de segurança do trabalho, a gente veio para esta audiência a convite do Professor Machado.

A gente sente, no Metrô – e eu também sou oriundo da CEB –, sente que, no dia a dia, algumas coisas poderiam se feitas para pontuar a política da área de segurança do trabalho no Serviço Público. Então, a gente percebe algumas coisas como isso: a área de segurança do trabalho... E não é só a área de segurança do trabalho, em si, propriamente dita, mas o Serviço Público tem que ter a famosa “equipe multidisciplinar”, não só com o engenheiro de segurança do trabalho, com o técnico de segurança do trabalho, como a nossa amiga disse ali, mas a parte de medicina do trabalho, os psicólogos e assistentes sociais. Isso porque a gente vê doenças evoluindo que, antes da adaptação de um empregado de uma área para outra, é preciso que haja um psicólogo e uma assistente social para pontuar.

Quando eu estava na CEB, a gente costumava chamar o nosso psicólogo e o nosso assistente social de “pé na cova”, porque eram eles que iam dar a notícia para a família quando havia algum acidente com perda parcial ou total. Aí, a gente ia junto com o médico procurar saber, ao dar a notícia, se alguém tinha uma doença cardíaca ou alguma coisa assim e procurava já dar uma medicação antecipadamente, até mesmo para não provocar um outro acidente.

Então, tem que ter essa equipe multidisciplinar também no Serviço Público, uma vez que, no Serviço Público, existem várias áreas em que o elemento estudou para ser técnico em segurança ou é funcionário da área de escritório e fez algum outro curso. Se ele se acidentou e ele não pode mais ser um assistente administrativo, ele poderia, talvez, trabalhar na portaria, ele poderia trabalhar no elevador, ele poderia trabalhar como motorista, ele poderia trabalhar como assessor de um outro órgão, de acordo com os estudos que ele fez. Então, essa área psicossocial no Serviço Público também é interessante de ser colocada.

Outra coisa também: os nossos presidentes e diretores, em todas as empresas, são cargos de confiança, e eles são leigos em segurança do trabalho. Então, esses nossos presidentes, normalmente, nos procuram, se reportam a nós, à área do SESI dentro das empresas. Então, no Serviço Público, também

essas pessoas têm que ter como se fosse alguma iniciação; a engenharia de segurança no trabalho tem que passar para eles, principalmente, o aspecto legal. Muitos só querem cumprir a atribuição da empresa e passam por cima das normas de saúde e segurança e medicina do trabalho. Então, eles não têm conhecimento. Muitos são praticamente tampados, fechados e não aceitam, principalmente no tocante a verbas.

A conscientização prevencionista desses diretores e dos presidentes é em cima da política de cada empresa do Governo. As empresas do Governo têm que ter essa política e fazer essa prevenção já no planejamento da empresa. Há verba para tudo, mas não há verba para a segurança do trabalho, para prevenir. Na hora em que os diretores fizerem reuniões com seu corpo gerencial – é o que acontece na Petrobras, na Vale do Rio Doce –, a questão número um, a questão primeira, antes de qualquer assunto, é a segurança do trabalho. Depois é que vêm assuntos financeiros e assuntos técnicos.

Gostaria que fosse pautado nesse item da nova política para atender às empresas do Governo.

As empresas do Governo não fazem os trabalhos de engenharia. Normalmente, há projetos, processos e contratações e licitações. Nas licitações, a gente não vê nos contratos aquele cumprir e fazer cumprir nas ações de saúde e segurança do trabalho.

Quando a gente, que é da área técnica, vai fiscalizar um terceirizado que está fazendo um trabalho, ele fala que não está no contrato. A gente sabe que tem que seguir Constituição, CLT, todas as normas, mas, se não está no contrato, eles não querem seguir. É um dos grandes problemas que a gente está tendo no metrô de Brasília. Então, realmente têm que ser também incluídas as cláusulas contratuais de qualquer contrato com terceiros, de cumprir e fazer cumprir, e até mesmo pontuar assuntos de segurança do trabalho, de acordo com o tipo de obra.

Novas tecnologias. A gente não tem ainda mensuradas, com as novas tecnologias que estão e que virão, as novas doenças e situações de novos acidentes. A gente tinha que fazer uma amarração na legislação sobre a obrigatoriedade de prevenção de segurança do trabalho com as novas tecnologias que nós estamos fazendo hoje, no Brasil, inclusive importando. Vão surgir novas tecnologias em âmbitos de engenharia.

Outra coisa é o meio ambiente. Eu, além de ser técnico de segurança do trabalho, sou gestor ambiental e pós-graduado em gestão e perícia ambiental. Na faculdade, estudamos as perícias ambientais. A gente vê os desastres ambientais, os acidentes ambientais e os acidentes de segurança do trabalho, que estão andando praticamente lado a lado.

Agradecemos por esta oportunidade para falar.

Por último, foi citado – a gente ia citar, mas o Dr. Machado falou – o concurso que vai haver, agora, para a Secretaria de Saúde e Segurança do Trabalho, para todas as antigas DRTs. A gente continua chamando DRT, mas é secretaria. Que isso seja aberto aos técnicos de segurança do trabalho.

Foi citado, infelizmente isso existe, somos auditados lá no metrô. E quando perguntamos sobre a formação dos auditores fiscais, vemos que são enfermeiros, médicos, pessoas formadas em geografia, história, etc. e tal – não querendo denegrir, todas são profissões. Mas, além do engenheiro de segurança do trabalho, tinha que abrir também para os técnicos de segurança do trabalho, que são os que mexem, no dia a dia, com a fiscalização na política de saúde e segurança do trabalho.

Um exemplo disso tudo que se está falando, eu e o técnico Eduardo, embargamos, antes de ontem, no metrô, uma obra da Novacap. Eles estão fazendo uma pista e um viaduto, e, para fazer esse viaduto, precisam ser instaladas algumas vigas metálicas de aço puro, e cada viga pesa, nada mais, nada menos, nove toneladas. Não havia ninguém, na Novacap, da área de saúde e segurança e medicina do trabalho.

Nós temos um trabalho noturno – e o trabalho está sendo à noite –, nós embargamos porque realmente existia um risco, uma situação iminente de morte. Inclusive, do lado, houve um acidente na obra do Brookfield, em Águas Claras, um colega nosso, um funcionário que caiu do quinto andar e veio a óbito, justamente por falta de políticas de saúde e segurança do trabalho da empresa na construção civil. O que é um grande problema no nosso quadrilátero do Distrito Federal, que é são as obras de construção civil: um grande canteiro de obras e poucos fiscais, como o Dr. Celso citou, da área da fiscalização da secretaria.

Seria interessante abrir isso para haver um concurso em que houvesse a participação, nos quadros de fiscalização, do técnico de segurança do trabalho.

Muito obrigado. Um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Palmas para a Lacy e para o Anísio, para ambos, por suas contribuições, sem prejuízo de que a Mesa possa responder agora ao Anísio.

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Senador, o Anísio é um técnico de segurança conceituado no DF, funcionário da empresa metrô, que é um exemplo aqui no DF. Ele fez algumas abordagens e eu vou responder as três principais.

Senador, a gente tem de ter cuidado quando for abordar o serviço público, porque há duas vertentes.

As empresas estatais já são um exemplo nacional de prevenção: a Petrobras, a Eletrobrás, a Nuclebrás, a própria Metrô, a CEB. Senador, as empresas estatais já são referência nacional e mundial.

A nossa preocupação, Anísio, não é com as estatais, é com a outra perna, é funcionário público do Regime Jurídico Único, esses estão completamente desamparados.

Quando o senhor for falar publicamente ou for mencionar, a gente tem de separar, Senador, senão a Petrobras vai se sentir ofendida, porque é um exemplo mundial em prevenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só tem um problema na Petrobras – permita-me dizer aqui – que são os terceirizados. Dentro da Petrobras, os dados que recebi dos fiscais do trabalho mostram que, de cada dez acidentes oito são de terceirizados. Isso é algo que ainda temos de resolver, que a Petrobras vai entrar na responsabilidade solidária.

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Sim, o.k.

Essa a primeira abordagem.

A segunda abordagem, Senador, é a equipe multidisciplinar. Quando o senhor for criar o GT no Senador, já está ciente: tem de convidar médicos, engenheiros, técnicos, enfermeiros etc. É uma equipe realmente multidisciplinar.

Nós, Senador, nos damos muito bem com os técnicos, como o senhor entende bem disso, conhece bem isso. Não há corporativismo na nossa área. Devemos ser humildes. E o Papa Francisco disse uma coisa para a juventude, o senhor inclusive acompanhou. Ele disse três coisas: “Jovens, sejam corajosos; jovens, sejam humildes e; jovens, sejam transparentes.”

Essas três virtudes, a coragem que o senhor está tendo, a humildade e a transparência são muito próprias dessa comissão que vamos criar aqui no GT.

Para encerrar as ponderações do Anísio, a questão dos leigos, Senador. Uma coisa curiosíssima: a nossa CLT fala que cabe às empresas, mas não dá função às chefias.

Na Espanha, na Europa, há uma cláusula que diz: “Cabe às chefias”. Falta esse item na nossa CLT. Quando o senhor for pensar, vamos dar função para as chefias, como é na Europa. As empresas têm responsabilidades? Têm, mas não fala claramente sobre as chefias. Então, é uma ponderação, que coloquemos explicitamente: cabe às chefias a responsabilidade.

Senador e demais pares, é função nossa conscientizar as chefias. Como? Colocando custos. Quando não há acidente, se nós colocarmos custo, as chefias

vão ficar amedrontadas. É uma forma de convencer e conscientizar as chefias de fazer prevenção.

Para finalizar, o meio ambiente está integrado à nossa área. A área de engenharia de segurança está integrada ao meio ambiente, já está integrada juridicamente. Então, não precisa criar uma lei específica, Senador, já está criada umbilicalmente ao meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI

– O senhor me permite fazer um complemento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, Dr. Celso.

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI

– O Prof. Francisco realmente tocou em pontos importantes, lembrando uma situação interessante. Se a gente tem um problema, não tem uma regulamentação específica para o serviço público federal, para o celetista, temos regulamentação e precisamos sempre aprimorá-las.

Lembro a NR 15, que trata de atividades e operações insalubres, o seu anexo XI não é alterado, atualizado desde 1978. Como engenheiro químico, eu me deparo com n problemas. Temos em torno de 300 produtos químicos relacionados como agentes insalubres. A CGH americana, a qual nos é permitido consultar pela NR 9 PPRA em torno de 700 produtos, e o mercado, anualmente, lança de 300 a 400 produtos químicos novos. Isso gera um conflito. A gente precisa dessa atualização para evitar problemas.

Vejam só os senhores que a Embrapa foi fazer um trabalho com um produto utilizado como corante de DNA, tecnologia da ponta, melhoramento genético que não se pode considerar como insalubre por não haver amparo legal. Então, o trabalhador tem EPI, procedimentos, trabalha em capela, local fechado, mas, quando eles falam: “Ah, esse produto é insalubre”?, a resposta é: frente à lei, não. Como nós dizemos na nossa área, situação laborativa não prevista na lei não pode ser objeto de perícia judicial, ou seja, o produto é teratogênico, carcinogênico, oncogênico, de todas as linhas, mas, legalmente falando, como segurança do trabalho, não é insalubre. Então, se demanda isso.

Podemos aproveitar a atualização das nossas normas e ajudar também no apoio ao serviço público federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Nós vamos para as considerações finais da nossa Mesa, dando cinco minutos para cada um dos convidados. Mas quero dizer que achei importante tanto a palavra da Lacy, que é enfermeira do trabalho, como também do Anísio de Sousa, que é técnico de segurança do trabalho. Ambos

indiretamente lembraram a importância do psicólogo e do assistente social.

Vou contar algo aqui de que vocês podem até duvidar, mas eu vi. Exemplifica por que o psicólogo e o assistente social são fundamentais. Quando eu trabalhava na indústria, um rapaz perdeu o braço numa forjaria. A esposa dele estava grávida. Eu o conheci e vi o fato. O menino nasceu exatamente sem o mesmo braço e com as mesmas marcas que ele teve. Vai ver pelo abalo de ambos quando se deu o acidente. A mãe estava grávida. Cito como exemplo isso. Pode até ser contado e alguém duvidar, mas eu vi o fato. Foi lá no Rio Grande. Sempre tive uma relação boa com esse casal, cujo nome não vou citar. Quero dizer que o abalo é tão forte que as consequências são imprevisíveis. Não se sabe o que pode acontecer.

Por isso meus cumprimentos a ambos pela participação.

Vamos agora às considerações finais. Vamos inverter o que eu faço sempre. Não vou ser fiel. Começamos pelo Marco Antônio Vezzani, pelos últimos, para suas considerações finais, em cinco minutos. Vamos por aquela velha tese: os últimos serão os primeiros. Você é o primeiro.

O SR. MARCO ANTÔNIO VEZZANI – Agradeço, Senador. Acho que tudo o que foi colocado aqui é de extrema relevância. É importante que nós pensemos em segurança como o colega técnico afirmou: multidisciplinar. Não é pelo fato de sermos engenheiros, sermos técnicos, sermos enfermeiros que não teremos os nossos outros colegas como partícipes dessa questão.

É fundamental essa discussão. Como eu disse, na iniciativa privada, se tem um trabalho muito bom. Algumas estatais, como foi elencado aqui, também têm esse processo. Agora, é preciso que os demais órgãos atentem para isso.

Eu citei aqui a questão da ergonomia porque, quando eu olho para um móvel que não tem adequação e vejo uma licitação que sequer permeia ou faz alusão a isso, constato que nós estamos indo na contramão da história. Só para terminar, acho importante que a gente pense que segurança não é uma coisa nova. Segurança é coisa antiga, que vem, como eu disse, dos primórdios. Se nós pensarmos assim, diante disso, teremos que trabalhar muito para mudar esse quadro e cada vez mais trabalhar em prol dessa questão.

O Cardella, autor que eu estudei na época do mestrado, dizia o seguinte: que é preciso coibir a maior causa da infelicidade humana, que seriam os acidentes mutiladores ou as mortes relativas a acidente de trabalho.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado. Nós é que agradecemos, Dr. Marcos Antônio Vezzani, as considerações e a contribuição para esse debate tão importante para todos nós. Quando eu comecei a falar sobre esta audiência, a palavra que me veio muito foi esta: “ergonomia”. Fui olhar com profundidade e vi que tem toda uma razão de ser. As condições impróprias de trabalho dos servidores públicos contribuem muito para doenças e acidentes no trabalho.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Celso Berilo Cidade Cavalcanti.

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI

– Obrigado, Senador, pela palavra.

Aos nobres colegas da Mesa eu gostaria de aproveitar para fazer um resumo. Informo, Senador, que consideramos o senhor um precursor nessa área ao levantar a bandeira do segurança do trabalho no serviço público.

Temos de fazer muita coisa, temos de pensar, planejar, atuar. Há muito a ser feito. O importante é que, no futuro, as pessoas realmente se lembrem de que o senhor levantou essa bandeira, que trabalhou montando as comissões, chamando à participação as associações dos funcionários públicos federais para ajudar, e que os trabalhadores celetistas tenham proveito no sentido de aprimoramento, melhoria das legislações trabalhistas existentes e que elas também, especialmente as nossas normas regulamentadoras, sejam usadas como parâmetro, como modelo e como baliza para auxiliar nas novas formulações de legislação para o servidor público federal. E que se faça cumprir essa legislação.

Muito obrigado.

Bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Celso Berilo Cidade Cavalcanti.

Passamos a palavra agora ao Dr. Francisco Machado da Silva.

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Quero agradecer o Senador Paim, que é o nosso paladino, nosso padrinho na área em nível nacional. Agradeço o plenário, que esteve atento ao tema, e aos internautas.

Senador, estou à sua disposição. Moro em Brasília.

Além de presidir a Anest, que é uma central de engenharia de segurança, eu presido o Fórum Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como o senhor sabe. E, sobre esse fórum, se o senhor assim concordar, poderia fazer uma audiência pública aqui, para discutirmos a CLT, que é uma questão interes-

sante. Eu acho que não houve ainda nesta Casa essa discussão. Eu me coloco à disposição do senhor para discutir esse tema.

Senador, sobre o GT multidisciplinar, do qual V. Ex^a será o presidente, sugiro ao senhor, com humildade, reuniões bimestrais aqui nesta Casa. Neste ano, como já estamos em agosto, se a gente puder instá-lo em setembro, poderemos ter duas reuniões este ano do GT multidisciplinar dessa área.

Quanto à comissão tripartite, quero agradecer o senhor por fazer um ofício – não sei se à Casa Civil – para nela incluir o Ministério do Planejamento e convidar a Ministra do Planejamento para vir a esta Casa expor aquilo que o senhor achar conveniente.

Então, quero agradecer esta iniciativa ao senhor e me coloco à sua disposição. Todos desta Mesa estão à sua disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem Dr. Francisco Machado da Silva.

Dr. José Delfino da Silva Lima.

O SR. JOSÉ DELFINO DA SILVA LIMA – Senador Paim, eu agradeço a oportunidade de ter vindo aqui discutir com os colegas a segurança do trabalho no serviço público. Durante as falas e os debates a gente percebeu que realmente há a necessidade de se encarar a segurança do trabalho no serviço público, primeiro porque os servidores são trabalhadores também. Se a CLT já está consolidada e fiscalizada, por que não nós servidores termos também essa legislação consolidada, sistematizada, equipes de fiscalização definida, regras e critérios definidos, para que as instituições do Brasil, em nível federal, possam se tornar referência na área de segurança do trabalho para os Estados, para os Municípios, para o Distrito Federal e também para as empresas?

A gente pode perfeitamente evitar o seguinte comentário que muitos empresários podem fazer: por que eu tenho de cumprir norma, se o próprio Governo não cumpre? Quer dizer, para a gente cobrar dos outros, vamos dar o exemplo na área de segurança do trabalho.

Vamos mostrar que nós, Governo, temos um ministério, com uma equipe multidisciplinar, com engenheiros espalhados pelo País inteiro, fazendo um trabalho de prevenção, fazendo um trabalho de acompanhamento dos ambientes de trabalho e participando, Senador, como já foi abordado pelos colegas, dos processos de licitação, de contratação, para ver se o item, segurança do trabalho, está embutido, está incorporado. Principalmente, nos dias de hoje, como V. Ex^a mesmo já colocou, o Governo está bastante terceirizado, e os terceirizados estão presentes hoje em qualquer órgão

do Governo: temos servidores, temos os DAS; temos, além dos terceirizados, os estagiários; temos os consultores, que não saem dos ambientes, além das pessoas que visitam e vêm tratar de assuntos de interesse junto ao Governo, e não se tem nenhum controle. Se houver, Deus nos livre, um princípio de incêndio num órgão, se o bombeiro perguntar quantas pessoas há no prédio, não se tem a menor a ideia, porque não há nenhum órgão que controle, que acompanhe. Ensaio de evacuação na empresa privada é muito comum; no Governo Federal, aqui no Senado, na Câmara, quantos ensaios de evacuação foram feitos?

Essas questões todas estão aí, abertas. Esta audiência pública serviu perfeitamente para mostrar, alertar à toda a sociedade brasileira, aos telespectadores que estão nos acompanhando, da urgência de termos, no serviço público federal, essa questão mais definida, mais bem equacionada e gerida realmente por pessoas que conheçam, tenham conhecimento ou que sejam assessorados por pessoas com o devido conhecimento.

Muito obrigado mais uma vez pela oportunidade e parabéns pela sua luta nessa área, que é brilhante. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. José Delfino da Silva Lima.

Dr. Francisco Edison Sampaio.

O SR. FRANCISCO EDISON SAMPAIO – Inicialmente, Senador, gostaria de cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa desta audiência. Espero que ela tenha contribuído para levar a todos os brasileiros que nos acompanharam um pouco mais de entendimento do que é esta questão.

Sempre digo que, enquanto um trabalhador em uma indústria, ou mesmo em órgão público, tem uma função específica para cumprir, a nossa missão como profissionais da área de segurança do trabalho é garantir que ele faça isso preferencialmente sem adoecer e sem acidentar-se. Qualquer que seja o ambiente de trabalho, essa questão está presente. Portanto, esta é uma matéria de grande importância.

Eu queria dizer também o seguinte: nós temos, ao mesmo tempo, de reconhecer que há questões importantes para serem resolvidas nessa área no serviço público, mas também compreender que essa pode ser uma grande oportunidade nas nossas mãos, de – não vou falar iniciar, porque já há algumas iniciativas – darmos uma contribuição efetiva para que, amanhã ou depois, o servidor público se sinta protegido da mesma forma que se sente a maioria dos empregados da iniciativa privada; que não seja a segurança do traba-

lho um requisito apenas na iniciativa privada, mas que seja presente também no serviço público.

Para finalizar, queria dizer que é importante que, nos contratos, que o serviço público tem com as empresas cobre das empresas o cumprimento dessas regras de segurança do trabalho. Mas é importante também que os projetos desenvolvidos já tragam essa concepção, porque nós observamos que alguém projeta um prédio, uma coisa muito gigantesca, mas não se incorporou ali o conceito... Então, essa questão, por exemplo, da ergonomia, tem que ser pensada no projeto; não depois que fica pronto o prédio, a obra, as instalações, você sair cortando, emendando, derrubando. Então, essa questão da segurança do trabalho tem que ser incorporada... Eu vou pensar um projeto: como eu defino no meu projeto, como eu incorporo esses conceitos, para que o meu prédio, a minha edificação seja já segura quando nasce, e não depois?

Mais uma vez, cumprimentar V. Ex^a e dizer que esse debate deve continuar. Acho que a questão do grupo de trabalho é muito oportuna, para que possamos dar sequência a esse trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE. (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem José Delfino da Silva Lima.

Por fim, Dr. José Roberto Senno.

O SR. JOSÉ ROBERTO SENNO – Eu queria agradecer a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que trata do humano nas questões do Congresso Nacional. É muito importante essa sua vocação para as questões mais relevantes ao ser humano. Agradeço a oportunidade de estar aqui nesta audiência.

Cumprimento os colegas que estão aqui na mesa e que trouxeram muitos elementos contributivos para o Estado brasileiro não só no serviço público, mas no contexto geral em que a segurança do trabalho está colocada no País.

Agradeço aos ouvintes aqui, na sala, aos internautas, aos telespectadores que estão nos assistindo pela televisão.

Hoje, precisamos reorganizar o País, principalmente no foco em que estão inseridas a engenharia, arquitetura e agronomia. O País precisa de mais engenheiros. Estamos em um momento de desenvolvimento, e o fundamento de um país, quando está em desenvolvimento, são as atividades de engenharia, arquitetura e agronomia. Precisamos reestruturá-las na Administração Pública, porque ela, da Revolução Industrial para cá, é a indutora da economia. O Estado, antes, controlava tudo. Com a iniciativa privada, com a iniciação dos processos industriais e com os serviços, a Administração Pública passou a ser indutora, mas

cabe a ela fazer planejamentos, ter técnicos adequados, profissionais habilitados para dar ao País o necessário suporte técnico para avançarmos.

Torcendo para que isso se realize, agradeço a V. Ex^a. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE. (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) .– Muito bem, Dr. José Roberto Senno.

Rapidamente aqui, vamos aos encaminhamentos. Fizemos uma síntese, auxiliados pela Secretaria da Comissão.

1 – Sugerir ao Executivo para incluir o Ministério do Planejamento na Comissão Tripartite de Segurança e Saúde do Trabalho, conforme portaria ministerial.

2 – Criação do grupo de trabalho ou frente parlamentar, de Senadores e Deputados – o nome não importa – para buscar solução definitiva sobre essa questão. Ou seja: essa frente contribuiria para unificar, em um único documento, uma legislação que seja uma contribuição ao Executivo. O grupo em si, no debate, vai construindo o caminho mais adequado. Depois do trabalho feito, poderemos levar uma proposta ao Executivo como contribuição ao debate. Tenho certeza de que se enxergará com bons olhos o que chamamos de proposta indicativa.

3 – Discussão com o Ministério do Planejamento a ausência de legislação para a segurança. Há a ideia de se convidar um representante do Ministério do Planejamento para vir à Comissão debater o tema: Segurança no Trabalho, na Área Pública. Naturalmente, esse grupo já irá ajudar nesse sentido.

Foi proposta, ao final, a discussão sobre a CLT. Na verdade, trata-se de um tema sempre presente. Já fizemos algumas discussões sobre a CLT, e não vejo problema algum em continuarmos vigilantes. E, nesse caso, mais uma audiência pública sobre a CLT é algo positivo também, um pouco com o olhar nos acidentes do trabalho, por tudo o que foi dito. Os números são assustadores, 75 bilhões por ano.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE. (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) .– Essa campanha é para mim. (*Risos.*)

Eu sempre digo que, na área do acidente do trabalho na área do acidente do trabalho, na área pública ou na área privada, todos perdem, mas quem mais perde é o trabalhador, que fica com a sequela – a perda de um braço, ou da visão, ou uma doença que ele acabe adquirindo. É o elo mais fraco. O uma doença que ele acaba adquirindo.

O resto, a bem dizer, é indenizado ou pago por alguém. Mas a sequela, aquilo que ele perde, que

pode ser até a vida, isso não tem preço, para ele e para a família.

Então, nessa ótica dos direitos humanos, nós também vamos trabalhar nesse sentido, para que se avance.

Por fim, eu queria só deixar essa palavra, até numa homenagem também ao Plenário, aos dois que usaram a palavra, que foram a Lacy e o Anísio... É que o papelzinho aqui sumiu. Aqui tudo é ao vivo, então não tenho problema em dizer isso.

Eu ouvi muito aqui na Mesa, de todos os convidados e também de vocês, que a palavra-chave é prevenção. Esta, para mim, é a palavra-chave. Que a gente tenha isso como norte.

E para que haja efetivamente a prevenção, é preciso que a gente tenha uma legislação clara também na área pública, à qual a gente naturalmente vai se somar, porque os números na área do mundo celetista são assustadores também. Nós, com certeza, trabalharemos, de forma coletiva, para chegarmos àquilo que eu chamo de o bem comum.

Eu sempre digo que o bom do homem público é fazer o bem sem olhar a quem. E às vezes digo e até insisto que o bom sempre é se colocar no lugar do outro, daquele que está lá na fundição, que está ali no metrô, enfim, que acaba sendo alvo de um acidente por falta de prevenção.

Enfim, meus cumprimentos a todos vocês. Eu fiquei muito satisfeito.

Agradeço aos internautas, tanto aos que mandaram mensagens quanto aos que entraram aqui no meu celular, também, elogiando e cumprimentando a atividade.

Cumprimento também a Senadora Ana Rita e o meu amigo Augustinho, que não está aqui, mas tenho certeza de que, lá do Estado, acompanhou o debate.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas*)

(Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE AGOSTO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a

presença das seguintes Senadoras e Senadores Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Aníbal Diniz, Lídice da Mata, Paulo Davim e o não membro Senador Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Federal Rogério Carvalho, Relator da Medida Provisória – MPV nº 621, de 2013, *que institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências*. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 61, de 2013, aprovado em 13/08/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “*Programa Mais Médicos sob a ótica dos Direitos Humanos*”. A Senhora Presidenta lê expedientes da Comissão e apresenta os expositores, os convida a tomarem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. A Senhora Presidenta passa a palavra para os convidados, nesta ordem: Fernando Antônio Menezes da Silva, Secretário Substituto da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, em representação ao Ministro de Estado da Saúde Alexandre Padilha; Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde; Jorge José Santos Pereira Solla, Secretário de Estado da Saúde da Bahia e Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; Prefeita Maria Antonieta de Brito, de Guarujá – SP e Vice-Presidenta para Assuntos das Finanças Públicas da Frente Nacional dos Prefeitos – FN, em representação ao Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Prefeito José Fortunati; Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos – FENAM; Heleno Rodrigues Corrêa Filho, Acadêmico Especialista em Saúde Coletiva. A Senhora Presidenta lê mensagens oriundas do *Portal e-Cidadania* e do *Alô Senado* e franqueia a palavra aos convidados para responder as indagações vindas de todo o Brasil. A Senhora Presidenta concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. A Senhora Presidenta faz o seguinte encaminhamento: as notas taquigráficas serão encaminhadas à Comissão Especial da Medida Provisória nº 621, de 2013, *que institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências*, cujo Relator é o Deputado Federal Rogério Carvalho. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores Ana Rita, Aníbal Diniz, Paulo Davim, Humberto Costa e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta

e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Ana Rita

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 61, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, aprovado em 13 de agosto de 2013, de minha autoria, para debater sobre o tema: “Programa mais Médicos sob a ótica dos Direitos Humanos”.

Antes de compormos a Mesa, quero aqui fazer um registro de uma denúncia recebida por esta Comissão de Direitos Humanos, informar às Srªs e aos Srs. Senadores presentes as providências tomadas.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal recebeu ofício do Juiz Federal da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão, noticiando a existência de processo de reintegração, ajuizado pela Caixa Econômica Federal, objetivando a desocupação de imóveis, localizados no empreendimento residencial Nova Terra, composto por mais de 4 mil unidades e construído no âmbito do Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

O magistrado concedeu a liminar requerida pela Caixa, determinando a desocupação dos imóveis, bem como nos convidou a participar de audiência pública que designou para amanhã, com o objetivo de salvaguardar os direitos humanos das pessoas envolvidas.

Diante do recebimento do ofício do Ex^{mo} Juiz Federal da 5ª Vara Federal do Estado do Maranhão, Capital São Luís, nós tomamos algumas providências. Dentre elas, vou relatar duas providências que tomamos, cujas informações já estamos dando também ao Juiz.

Pelas informações que recebemos, as famílias que ocuparam essas casas também são famílias que precisam de uma casa para morar. No entanto, as famílias beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida foram cadastradas a partir de critérios construídos pela Caixa Econômica, que são aqueles utilizados para a seleção das famílias que deverão ser beneficiadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

Então, a situação realmente não é simples, mas altamente complicada, porque quem é beneficiário do Programa Minha Casa, Minha Vida são pessoas que precisam muito, mas também quem ocupou as moradias são pessoas que precisam muito.

Assim, o Juiz, com muita sabedoria, deu reintegração de posse, mas também solicitou uma audiência pública, para que as pessoas envolvidas, as autoridades envolvidas, pudessem ajudar a construir uma saída que não seja ruim para ninguém, para que pudessem, de forma conjunta, construir o melhor procedimento diante dessa situação.

Particularmente, como Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, eu não poderei estar presente. Esta Comissão também tem dificuldades de estar presente em função do dia, que será amanhã – dia 22 –, mas eu entrei em contato com a direção da Caixa Econômica Federal, objetivando contribuir numa possível negociação.

Fui informada de que a Presidência da Caixa já designou o Superintendente Nacional do Programa, o Superintendente Regional e um servidor da área jurídica do órgão para participarem da audiência pública com a orientação de buscarem a melhor solução possível.

Outro encaminhamento foi um ofício que encaminhei ao juiz, justificando a impossibilidade de comparecermos à audiência, em razão de compromissos que esta Comissão já tem, assumidos anteriormente, bem como noticiando as informações transmitidas pela Caixa Econômica Federal.

Além disso, conversamos também com Parlamentares do Estado, no sentido de integrar este grupo que está junto na audiência pública, para buscar a melhor saída e solução para todas as pessoas, sem que haja qualquer prejuízo para as famílias que lá residem e necessitam de uma casa para morar.

Então, são esses os encaminhamentos que tomamos e essas as informações que repasso para os Colegas Senadores e Senadoras.

Prosseguindo, então, quero já convidar as pessoas, as autoridades aqui presentes, os representantes das instituições públicas e de outras instituições para compor a nossa Mesa.

Já está presente no meio de nós o Sr. Fernando Antônio Menezes da Silva, que convido para compor a Mesa, Secretário Substituto da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, em representação ao Ministro de Estado da Saúde Alexandre Padilha. Também já está presente no meio de nós a Prefeita Maria Antonieta, de Guarujá, São Paulo, Vice-Presidenta para Assuntos das Finanças Públicas da Frente Nacional de Prefeitos, em representação ao Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, o Prefeito José Fortunati. Também quero convidar o Sr. Heleno Rodrigues Correa Filho, Acadêmico, especialista em Saúde Coletiva. Também já está chegando aqui, que convido já para compor a nossa Mesa, a Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de

Saúde. Convido para compor a Mesa o Sr. Jorge José Santos Pereira Solla, Secretário de Estado de Saúde da Bahia e Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – Conass. Estamos aguardando a presença do Sr. Geraldo Ferreira Filho – acho que ele ainda não chegou –, Presidente da Federação Nacional dos Médicos. Então, assim que ele chegar, nós o convidaremos para compor a Mesa.

Também quero registrar aqui a presença do Deputado Rogério Carvalho, Relator da Medida Provisória que trata da contratação do Mais Médicos. Nós fizemos um convite ao Deputado, porque consideramos importante a sua presença aqui hoje, para podermos colher subsídios, que, com certeza, irá contribuir muito para a elaboração do relatório.

Antes de passar a palavra aos membros da Mesa, quero aqui registrar a presença da Senadora Angela Portela, membro desta Comissão, Senadora pelo PT do Estado de Roraima, e também do Senador Paulo Davim, do PV do Rio Grande do Norte. Outros Senadores já estiveram e estão em algumas comissões e, assim que possível, eles retornarão.

Vou fazer aqui algumas considerações iniciais para introduzir o assunto. Logo em seguida, vou passar a palavra para os nossos convidados e para as nossas convidadas.

Consideramos importante a realização desta audiência pública, pois a Comissão de Direitos Humanos avalia que ela tem um papel altamente importante neste momento, no sentido de contribuir com o debate, em torno da medida provisória editada pelo Governo, que pretende formar recursos humanos, na área médica para o SUS, e a saúde pública universal e igualitária, seguramente, é um dos mais essenciais direitos de uma sociedade.

Não por acaso, o I Fórum Social Mundial da Saúde, realizado em janeiro de 2005, afirmou que acesso à saúde é um direito humano. Também condenou o que eles chamaram de visão distorcida sobre saúde, tratada como um produto comercializável, movido pela lógica do lucro, que pode ser comprado e vendido, segundo a possibilidade econômica das pessoas.

Essa concepção é um obstáculo à efetivação plena do direito humano à saúde dos povos. O Fórum afirmou ainda que a saúde não pode estar sujeita às leis do mercado, sob pena de continuarmos legalizando o sofrimento ou a morte de milhares de pessoas, que não têm condições de pagar os custos da saúde impostos pelo mercado.

Sob essa ótica é que propomos o debate desta audiência pública com o tema: Programa Mais Médicos. Segundo o Governo, este programa tem decisão motivada em caráter emergencial para solucionar a

falta de médicos em todo o País. Com a expansão e a qualificação da atenção básica, organizada pela estratégia de saúde da família, o Brasil avançou muito nas últimas décadas nesta área, mas, infelizmente, o País ainda não conseguiu prover e fixar, em todas as localidades, os profissionais de saúde na atenção básica, principalmente os profissionais médicos.

A população brasileira não pode ficar sem atendimento à saúde, por ausência desse importante profissional, principalmente nas periferias das grandes cidades e no interior do País, onde se registra maior carência de médicos.

O Brasil possui atualmente cerca de 360 mil médicos, o que significa uma proporção de 1,8 médicos para cada mil habitantes. Essa proporção é menor do que em países que têm sistemas universais de saúde, parecidos com o do Brasil. Cito, por exemplo, o Canadá, que tem dois para cada mil habitantes; Uruguai, 3,7; Cuba, 6,7; e Portugal, 3,9, segundo a Organização Mundial da Saúde.

Para solucionar essa preocupante situação de falta de atendimento médico, o Governo brasileiro propôs o Programa Mais Médicos, que pretende, entre outros importantes instrumentos, reordenar a oferta de custos de medicina, aumentar para 12 mil novas vagas a residência médica, estabelecer novos mecanismos para autorização do funcionamento de cursos de graduação em Medicina, criar o segundo ciclo para formação médica, com treinamento em serviço exclusivamente na atenção básica e em urgência e emergência no SUS e contar com a participação dos médicos estrangeiros, com prioridade para os médicos brasileiros.

Enfim, o programa visa a levar médicos para atender a saúde da população em todas as regiões do País, principalmente das regiões carentes. E é isso o que preconiza o nosso SUS, ao proporcionar o acesso universal, a equidade e a integralidade da atenção, com participação social, além de responsabilidade do Estado.

O fato é que o programa, segundo pesquisas, tem recebido apoio da maioria da sociedade, mas também críticas e questionamentos, com consideráveis polêmicas. É com o objetivo de aprofundar o debate, esclarecer as dúvidas, melhor informar a sociedade e municiar os Parlamentares que esta Comissão proporciona o importante debate, pois zelar pela saúde das pessoas é, sem dúvida alguma, cuidar dos direitos humanos da nossa população.

Finalizando a minha fala, já fui informada de que o Sr. Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), já se encontra presente. Eu o convido para compor a Mesa e estar conosco aqui neste debate.

Obrigada pela presença, Sr. Geraldo.

Também quero informar que no portal e-Cidadania é possível assistir a audiência ao vivo e, desde já, participar com perguntas e comentários a Senadores, Senadoras e convidados através do [link bit.ly/CDHMaisMedicos](http://link.bit.ly/CDHMaisMedicos).

Já está em nosso painel o endereço correto, o qual as pessoas poderão acessar pelo e-Cidadania. Também é possível participar pelo Alô Senado, por meio do telefone 0800-612211.

Durante a audiência pública, nós vamos novamente informar o endereço para que as pessoas possam nos acompanhar.

Feitas as considerações iniciais, vou conceder a palavra. Se houver aqui algum encaminhamento diferente, peço aos convidados que nos informem, mas o nosso objetivo é chamar os convidados, pela ordem que tenho aqui. Cada um terá, no máximo, 15 minutos de fala. Esse tempo será cronometrado; a campanha vai informar quando estiver faltando um minuto para concluir o tempo e, se houver necessidade, vamos dar mais 5 minutos para cada convidado.

Convido agora o Sr. Fernando Antônio Menezes da Silva, Secretário Substituto da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, em representação ao Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha.

Com a palavra o Sr. Fernando, pelo tempo de 15 minutos.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO MENEZES DA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão, a quem trago o agradecimento do Ministro por mais uma oportunidade de colocarmos esse tema, tão caro à saúde pública brasileira, em debate.

Cumprimento também os componentes da Mesa: Maria do Socorro de Souza, Presidente do Conselho Nacional de Saúde; o nosso Secretário Solla, representando aqui o Conass; a Prefeita Maria Antonieta, representando aqui a Frente Nacional dos Prefeitos; o nosso Presidente da Federação Nacional dos Médicos, Geraldo Ferreira Filho; e o nosso Prof. Heleno Rodrigues Correa Filho, que é representante da academia.

Eu também gostaria de fazer alguns cumprimentos especiais. Em primeiro lugar, à Senadora Angela Portela. Eu convivi e vivi durante 13 anos no Estado de Roraima, um Estado de que eu aprendi a gostar, ao qual devo muito, pois aprendi muito lá. Cumprimento também o nobre Deputado Rogério Carvalho e os demais componentes da Mesa e Parlamentares na pessoa dele.

Eu peço permissão à Presidenta para ir um pouquinho para frente, para fazer uma breve explanação.

A maioria do que vou dizer vai ficar aí, mas vou pinçar alguns pontos. Está certo?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Peço que seja providenciado o microfone sem fio, para que o Dr. Fernando possa falar de pé. Solicito à assessoria que providencie microfone sem fio ou um microfone que possa chegar até ele. *(Pausa.)*

Enquanto isso, eu quero informar que já passaram por aqui os Senadores Wellington Dias e Paulo Paim, que foram cumprir outras agendas e que, posteriormente, estarão aqui. O Senador Paulo Davim também já esteve aqui.

Em função das atividades que ocorrem simultaneamente aqui no Senado – outras comissões também estão funcionando neste horário –, as pessoas vão participando. Enfim, daqui a pouco eles retornarão.

O senhor poderia começar, Dr. Fernando, enquanto o microfone chega?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO MENEZES DA SILVA – Não há problema.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que essa discussão não é uma discussão nova. Aqui no Brasil nós já vínhamos discutindo isso em diversos ambientes apropriados. No Conselho Nacional de Saúde, vínhamos discutindo a questão de recursos humanos, em uma comissão que trabalha a questão de recursos humanos. E é bom que se diga também que nós entendemos que recurso humano extrapola a condição do médico, embora hoje o debate seja especificamente em relação a médico.

O mundo todo também tem esse mesmo problema; não é uma questão brasileira. Costumo dizer que a carência, embora seja um fenômeno global, as causas são mais relacionadas, às vezes, com os países, de maneira muito diferente.

Durante este debate – é isso que eu queria colocar aqui –, vamos trazer alguns elementos, para que a gente possa discutir a lógica do programa e possa ver que o programa se baseia, naturalmente, em um grande estudo e em uma grande necessidade. Então, quando se olha para a questão da carência de médicos – e esse é um dado que está nos trabalhos acadêmicos –, há algumas causas.

Uma causa é a entrada insuficiente, principalmente pela formação em número inadequado. Essa formação em número inadequado não é estática; é dinâmica. Algumas vezes há formação adequada, mas, de repente, o País passa a um patamar de inadequação.

Há também a questão da ordenação e da regulação, que quer dizer o seguinte: onde se forma, quantos se formam, em que se formam, quais são as especialidades a que se deve, a partir daquele momento, induzir a formação. Uma coisa que nós não temos no Brasil

é drenagem de cérebros – isso é muito mais comum em alguns africanos e asiáticos.

Nós temos também questões paradoxais: quando se amplia e melhora a rede de saúde, cria-se uma condição de maior necessidade, de maior carência de médicos. Do mesmo modo, quando se tenta aumentar a cobertura de saúde, também cria-se isso. O exemplo mais próximo, do nosso vizinho americano, é que, como o Obama quer, por exemplo, hoje os Estados Unidos entendem que eles têm uma carência enorme de médicos também.

E há uma corrente mais ligada ao ponto de vista econômico que diz o seguinte: esqueça tudo isso e olhe só para o PIB. Se o PIB aumenta, aumenta a necessidade de saúde e, conseqüentemente, de profissionais de saúde, incluindo aí médicos.

Há outras causas relacionadas e intrincadas que são próprias da organização do sistema e da organização da formação. Nós não temos aqui, por exemplo, algumas medidas que outros países adotam, como o compartilhamento de tarefas. No Reino Unido, por exemplo, as enfermeiras têm habilidades de fazer tarefas que anteriormente eram privativas dos médicos. Do mesmo modo, nos Estados Unidos e Canadá.

Então, isso tudo faz com que a carência seja exacerbada e aumentada.

Tanto isso é um problema que a Organização Mundial da Saúde vem, há algum tempo, discutindo estratégias. Deixo essa eslaide aqui – não vou lê-lo – para deixar a seguinte mensagem: não existe uma solução isolada; a maioria dos países se utiliza de várias soluções, que têm nos eixos principais – no eixo educativo, no eixo do marco regulatório, no eixo do incentivo financeiro e no eixo da gestão – diversos exemplos já postos em prática no mundo todo. Então, o que está colocado do lado de cá como exemplo são exemplos de coisas que já acontecem; não são sugestões, não são propostas.

E no Brasil algumas dessas coisas já acontecem também. No Brasil, temos algumas dessas estratégias já sendo postas em prática. Eu poderia citar algumas, como a questão do Fies. Hoje, o Fies favorece a formação e permite que a pessoa, ao escolher trabalhar na atenção básica, tenha o seu empréstimo quitado. Essa é uma das estratégias que estão previstas aqui.

Então, há várias estratégias. Eu deixaria essa como exemplo.

Outra coisa importante é que diversos países adotam – têm a coragem de adotar – situações que são de caráter obrigatório ou compulsório. O Brasil não está propondo isso, o Brasil não propõe – nem a medida provisória ou o nosso programa – nenhuma medida de caráter obrigatório. Mas vejamos que, se ob-

servarmos o mapa do mundo, veremos que – e a surpresa é que não são países pobres apenas –, embora a África esteja bem representada, também veremos que a Austrália e países escandinavos já se utilizam de estratégias de provimento de caráter compulsório, de caráter obrigatório. Algumas delas estão embutidas no processo de formação, ou seja, fazendo com que um ciclo da formação, de maneira obrigatória, se dê dentro do serviço, o que é muito importante, porque faz com que haja uma ideia de integração com o serviço.

Recentemente – na verdade, há cinco anos –, o próprio Reino Unido adotou a ideia dos anos de fundação, que são dois anos que acontecem depois da graduação, obrigatórios dentro NHS. São obrigatórios! Eu poderia até colorir o Reino Unido com a cor verde.

De qualquer maneira, isso nos dá a ideia de que o mundo se utiliza de estratégias que não são únicas, mas diversas, porque todos enfrentam a mesma questão da carência de profissionais médicos.

Aqui há outro esquema mais esquematizado ainda.

Faço ênfase para dizer que essas estratégias não são só para nativos. São estratégias que também atendem a médicos estrangeiros. Todos trabalham com estratégias que incluem também o médico estrangeiro.

Recentemente o Chile, que tem a proporção de 0,9 ou de um médico por mil habitantes, verificando a carência, criou um grupo de estudos que produziu este documento, que resultou na atração de médicos especialistas espanhóis para trabalharem em áreas remotas chilenas.

Então, são exemplos para mostrar que, de fato, nós não estamos sozinhos, que existem experiências e que o mundo todo faz isso.

A nossa Senadora já comentou esse eslaide. Eu não o comentaria mais, porque já é do conhecimento de vocês, de todos os senhores e senhoras.

Há também uma questão, não apenas de carência global, mas de má distribuição, e nisso nós concordamos. Aqui, estão os Estados brasileiros, e a gente vê claramente uma diferença muito grande no número de médicos por mil habitantes, quando se encontram Estados como o Maranhão, que está aí com 0,58, e vai para o outro extremo, como o Rio de Janeiro, que vai para 3,44. Então, além de você ter uma carência global, você tem também uma distribuição equivocada.

Ainda em relação à entrada. Este é um dado muito interessante do Conselho Federal de Medicina, porque mostra também, de maneira clara – nesta coluna verde aqui – que, apesar de termos aumentado o número de entradas em virtude da graduação, o número de saídas também aumenta, porque a nossa população médica é envelhecida. A gente tem um dado,

também do Conselho, que mostra isso. Com isso, você tem um déficit. O saldo é negativo – nesta coluna em amarelo. Segundo dados do próprio Conselho Federal de Medicina, o nosso saldo é negativo, aumentando esse intervalo aqui entre aquilo que é o saldo e aquilo que é entrada.

Nós temos, então, uma pirâmide que mostra claramente uma diferença entre 2000 e 2010, em que se veem pelo Censo duas coisas interessantes, uma delas em consonância com aquilo que ocorre no resto do mundo. Primeiro, uma entrada maior de mulheres na profissão, o que é muito bom. O mundo todo está fazendo isso. E também, no nosso caso brasileiro, o envelhecimento, que estamos começando agora. Com estratégias de ampliação de vagas, esperamos conseguir vencer e ter mais jovens dentro dessa pirâmide aí.

Nós temos outra peculiaridade, e aí vem um debate impressionante. Fico muito tranquilo e estou muito feliz, sinceramente, Senadora, porque estamos trazendo para o centro do debate a questão de recursos humanos. Recursos humanos no Brasil, geralmente, vêm depois de tudo; depois que a gente pensa tudo, vêm os recursos humanos. Agora, estamos colocando a questão de recursos humanos como central. E, como é uma questão central, é interessante nos apropriarmos e começarmos a nos comparar.

Por exemplo, nós temos um número de ingressantes na Medicina muito baixo, quando comparado a outros países: a Argentina tem 3,2 por 10 mil; Portugal tem 1,6; a Inglaterra tem 1,5; a Espanha tem 1,5.

E vejam que esses países – aí vou falar especificamente da Inglaterra – têm outro mecanismo, além do médico nativo que entra pela universidade, de atração de médicos, que é por meio da pós-graduação, o que nós não temos. Por isso, eles têm um número muito grande de médicos estrangeiros. Eles têm 37% de médicos estrangeiros trabalhando no Reino Unido. Então, nós temos uma relação de 0,8, o que cria um debate falso, às vezes, no meu modo de ver, em relação ao número de escolas médicas. A questão não é número de escolas médicas, mas vaga de ingressante.

A Senadora sabe aqui do nosso esforço enorme, em Roraima, para abrir uma escola de Medicina. Com quantas vagas, Senadora? Com 20 vagas. São 20 vagas! Isto não existe no mundo: abrir uma escola com 20 vagas. É óbvio que nós, pela peculiaridade e pela necessidade, nós fizemos isso. Hoje, estamos indo para 70, dentro daquele processo de expansão do MEC, e estamos pretendendo ver se, no futuro, ampliamos mais uma. Mas, vejam como essa questão da escola médica, do número, não deve ser discutida. Deve-se discutir a proporção de vagas por dez mil habitantes; do contrário, vamos cair num problema sério.

Há outra questão que é mais grave. Esse é o primeiro relatório do Provab, que estou mostrando aqui em primeira mão. Vejam o que está ocorrendo dentro da nossa formação. E aí eu vou dizer o seguinte: em 1990, foi criada uma Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico, que chegou à conclusão de que o ensino médico, a educação médica era fragmentada, era superespecializada, logo na graduação, o que era um equívoco. O interessante é que, em 2001, lançamos as Diretrizes Curriculares Nacionais, que previam para todos os cursos da área de saúde maior integração e formação generalista. Qual é a nossa surpresa, embora vivenciemos isso na prática, de entender o que ocorre na formação daqueles médicos que hoje estão no Provab, na visão qualitativa deles?

Vejam que eles dizem que entram na universidade motivados a cuidar das pessoas – isso é importante –, mas, quando passam pela formação, o que eles aprende? Eles têm uma formação da visão negativa sobre o trabalho na atenção básica; ou seja, todo aquele nosso esforço de criar uma visão generalista, de colocar o princípio da saúde na frente do princípio da doença cai na formação, porque a formação continua da mesma maneira. Ela melhorou no aspecto da informação. Eu não posso comparar a minha formação com a de um recém-formado hoje. A dele é muito melhor do ponto de vista da formação e dos recursos que ele tem. Simulação, que eu não tinha, uma série de coisas que hoje ele tem. Mas o problema persiste, e isso faz com que a carência, a procura por trabalho dentro da atenção básica fique prejudicada. Nós temos realmente de ter uma intervenção muito importante aqui, e aí é óbvio que ele sai do curso dizendo que quer fazer residência, mas que não quer fazer residência em saúde da família. É natural.

Mas isso vai ficar para os senhores. A gente pode discutir mais, e isso é um fenômeno que ocorre atualmente.

Vou passar.

Temos, então, um aparelho formador complexo, Senadores, em que a formação profissional ocorre predominantemente no ambiente de trabalho do setor público; em que o Estado paga pela formação de graduação e residência, mas não ordena – é interessante que o Estado paga, mas não diz o que precisa... Quando eu converso com os colegas dos outros países que trabalham na mesma área que eu, tenho visto que eles ficam abismados quando revelamos que não dizemos, por exemplo, de quantos anestesiológicos precisamos, e partimos para fazer isso, porque tudo isso é feito de maneira muito espontânea.

Sobre o processo de avaliação, aí vem uma crítica nossa; sou avaliador do MEC, sou avaliador do Inep, onde já participei de diversas comissões; sou avaliador do Mercosul também. Mas enquanto a gente olha muito para a avaliação acadêmica – de número de professores, qualidade de professores –, a gente esquece o papel daquela instituição dentro...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO ANTÔNIO MENEZES DA SILVA – ... dentro da questão da formação e da saúde, da atenção à saúde. Mas isso também vai ficar aqui e, obviamente, pode ser criticado.

Nós temos, então, um modelo que, ao contrário do modelo inglês, não integra formação à carreira. Esse é um exemplo do modelo inglês, onde o mais novo... Escola médica, anos de fundação e aí, com uma correlação com a questão da regulação, aqui registro provisório e aqui registro pleno; o treinamento da especialidade, e especialista. No caso inglês ainda há uma estrutura mais ou menos assim.

Veja o que ocorre quando colocamos a realidade brasileira. A realidade brasileira é formar um médico com seis anos; ele já tem registro pleno; depois, ele escolhe entre exercer a Medicina, fazer um treinamento da especialidade, embora agora a gente vá mudar isso, porque a gente vai dar residência para todos. É preciso discutir isso bem. Ou ele pode, depois de certo tempo de prática, optar por fazer exames para obter o título de especialista, o que cria um momento mais ou menos assim, que é naturalmente um fenômeno de auto-organização. Não é uma bagunça, como parece, mas é auto-organização. Então, nós estamos propondo algumas coisas, porque o Brasil mudou: a classe média aumentou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO ANTÔNIO MENEZES DA SILVA – ... aumentaram, e isso aqui é da *Folha de S. Paulo*, muito interessante. Eu trago esse infográfico, que mostra o aumento do número de equipamentos e a baixa relação que tem... Às vezes, há muitos equipamentos e poucos médicos. Isso ocorre aqui, onde está mais escuro, principalmente na região amazônica, onde há mais equipamento e menos médicos. Isso mostra claramente que o aumento de médicos no mercado foi de 13%, enquanto de equipamentos cresceu em 72%.

Então, essa é aquela situação em que a melhoria aumenta ainda mais a carência. E aí vem a questão dos postos de trabalho que vão sendo criados, não vão sendo ocupados. Aumenta, melhora o salário... Está claramente colocado aqui que o médico que sobe, em azul; o segundo é o cirurgião-dentista, aqui as demais profissões. Isso também vai ficar; quer dizer, há um aumento real. São dados do Nescon (Núcleo de Edu-

cação em Saúde Coletiva), da Universidade Federal de Minas Gerais. Há vagas solicitadas de um lado; há vagas de especialistas que não são preenchidas, porque não é só na atenção básica, tanto no hospital público como no privado. Há investimentos do Governo Federal em execução e há investimento previsto que vai aumentar mais ainda, investimentos da ordem de quase R\$15 bilhões, melhorando unidades básicas de saúde, Upas, novos hospitais universitários, dando margem a que esse programa também tenha suporte de infraestrutura. E aí tem a população que continua dizendo que precisamos de médicos.

É óbvio que foi feita uma matriz, onde foram colocadas as características do sistema. O estudo demanda de um lado, a entrada de médicos do outro. Trabalhada a questão de dimensionamento, a questão da ordenação e da formação, e aí criamos eixos do programa que resultam na nossa medida provisória, onde se tem ampliação e melhoria da infraestrutura, como um esteio essencial, e tem-se a questão da formação de um lado e do provimento emergencial. A formação como procedimento de longo prazo e o provimento com aquelas medidas que os senhores já conhecem, como edital de chamada nacional e internacional e a cooperação internacional.

É óbvio que, na formação, onde depositamos todo nosso esforço para o futuro, porque é aí onde está, temos que de fato ampliar, realocar, mudar o eixo da formação, que não pode mais ser nos locais onde se encontram, e reorientar a informação do ponto de vista da própria maneira como o médico sai hoje do sistema. Há vários estudos que mostram países e o tempo de formação. Vou deixar para os senhores.

A proposta do segundo ciclo é esta que está posta, visando a fazer essa ponte e essa integração com a pós-graduação. Essa ideia também está sendo discutida hoje com o MEC e comissão de especialistas. Acho que vamos avançar muito aí. Nós temos, então, edital de chamada de médicos brasileiros, que todos já conhecem, e que, uma vez atendidas todos os locais, ou não atendidos os locais, nos movemos para as etapas seguintes, como os senhores estão vendo aí, que é a etapa dos médicos estrangeiros. Não há nenhuma novidade. O mundo já faz isso. Estão aqui os dados. Temos o meu exemplo, e quero colocar o meu exemplo.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO ANTÔNIO MENEZES DA SILVA – Para finalizar, eu fiz o meu doutorado no Reino Unido. Sou cirurgião de formação, e lá tive um registro limitado, registro temporário. Está certo? O registro limitado dizia que eu sou médico, da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, Brasil, ano de

formatura, onde eu ia ficar, departamento de cirurgia, e qual era a minha posição – cirurgia geral – e o período pelo qual eu fui registrado temporariamente. Obviamente, uma vez terminado o período, eu não tinha direito algum; caso eu quisesse, teria de me submeter à avaliação natural.

E é isso o que estamos propondo no Brasil: dizendo que os médicos que vierem para cá em caráter excepcional para atender essa emergência, eles virão na situação especial, que é utilizada no mundo todo, de temporariedade, de registro limitado para aquele local, para trabalhar naquele local. Está certo?

Então, isso é importante e, com isso, creio que deixo os outros elementos que vamos poder debater com certeza.

Muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigada.

Sim, concedo a palavra ao Senador Anibal, mas antes eu quero agradecer a presença do Dr. Fernando Antônio Menezes da Silva, que é o Secretário Substituto da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Está aqui hoje representando o Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha. Obrigada, Dr. Fernando. Nós já temos aqui algumas perguntas encaminhadas pelos internautas, de que farei a leitura depois.

Agora, vou passar a palavra ao Senador Aníbal Diniz. Já podemos aqui dizer que temos a presença do Senador Paulo Davim, da Senadora Angela Portela. Também a Senadora Lídice da Mata já esteve aqui, mas está em outra comissão e retornará, além do Senador Paulo Paim e do Senador Wellington Dias.

Senador Anibal Diniz...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Rita. Na realidade, quero cumprimentá-la pela oportunidade deste debate porque, verdadeiramente, o Programa Mais Médicos veio para dar a resposta que está sendo esperada há muito tempo pelos Municípios e Estados mais isolados e mais deficitários no que diz respeito ao número de médicos para atender à população. Sou da região norte do Estado do Acre e posso testemunhar que o número de equipamentos que temos certamente permitiria maior número de médicos atuando. Há Municípios em que, ainda que se ofereçam boas condições financeiras, não há profissionais que se interessem em trabalhar nesses Municípios, porque são isolados, têm muitas dificuldades e todo o tipo de complicações. Os profissionais normalmente não aceitam esse tipo de situação.

Então, esse programa vem em boníssima hora. O debate de agora, na Comissão de Direito de Direitos Humanos e Legislação Participativa, traz uma contribuição importante para que as pessoas entendam verdadeiramente que essa ação do Governo Federal não pretende tapar o sol com a peneira, como dizem alguns arautos da oposição, que tentam desclassificar o programa e não lhe dão a verdadeira dimensão. O fato é que a população precisa de mais médicos atuando, e os números apontados pelo Dr. Fernando Antônio não deixam dúvidas no que diz respeito ao número de médicos formados anualmente no Brasil bem como de quanto precisamos de mais profissionais. Precisamos também de todo o cuidado no sentido de não permitir que o corporativismo cause prejuízo à população. A população te quem ser atendida da melhor maneira possível.

Lamento imensamente o fato de não poder participar integralmente deste debate porque tenho que pegar um voo agora. Para Rio Branco, só temos um voo. Se o perdermos, só no dia seguinte. Então, temos que correr para o aeroporto.

Eu gostaria também, Senadora Ana Rita, de aproveitar esse momento para fazer um cumprimento especial à Fundação Cultural Palmares, que está completando hoje 25 anos de dedicação e trabalho de valorização das manifestações culturais e artísticas afro-brasileiras. Desde o dia 22 de agosto de 1988, a Fundação Cultural Palmares é a afirmação de uma política pública inclusiva, necessária e pioneira na promoção e preservação de uma parte fundamental da expressão cultural de nosso País. Seu trabalho de apoio à identidade negra é amplo, profundo e vem, ano após ano, discutindo, formando e implementando ações de base para transformação de nossa sociedade em um ambiente mais justo e inclusivo. A Fundação comemora, nesses 25 anos, por exemplo, a emissão de 2.272 certificações, documentos que reconhecem os direitos das comunidades quilombolas e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal.

A Fundação é também referência no fortalecimento das organizações da sociedade civil que trabalham diretamente no empoderamento da identidade da cultura negra ou no apoio da criação de oportunidades para diversos segmentos da população negra, como os jovens, por exemplo, de modo a evitar situações de vulnerabilidade.

É, ainda, a Fundação Palmares uma das difusoras da Lei nº 10.639, de 2003, que torna obrigatório o ensino da história a África e afro-brasileira nas escolas. Já são mais de 56 mil publicações que promovem, discutem e incentivam a preservação da cultura afro-brasileira e auxiliam professores e escolas na

aplicação da lei. Por essas e outras conquistas, neste jubileu de prata da Fundação Cultural Palmares tenho a honra e satisfação de fazer uma saudação especial a todos os seus integrantes e apoiadores pelos resultados significativos alcançados.

Gostaria ainda de expressar meus sinceros votos por mais vitórias e horizontes cada vez mais amplos para todos os afrodescendentes, afro-brasileiros e por todo o trabalho de reconhecimento da cultura afro-brasileira desenvolvido pela Fundação Cultural Palmares. Então, fica esse meu cumprimento.

Agradeço imensamente por essa oportunidade e desejo a todos um excelente debate. Que a contribuição desta audiência pública seja esclarecedora para que possamos fazer com que a assistência médica no Brasil seja cada vez mais universalizada.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Aníbal, por sua presença.

Quero aproveitar para registrar a presença do Jurandir Frutuoso, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde; do Sr. José Enio Duarte, do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde; do Ricardo Batista, da Frente Nacional de Prefeitos; e do Luiz Augusto Silva, da Prefeitura de Guarujá, São Paulo.

Quero também já começar a fazer a leitura das perguntas que chegam. São muitas as perguntas. Eu vou fazer a leitura por ordem de chegada. Então, há algumas perguntas que chegaram ainda no dia de ontem, e vou iniciar por aquelas direcionadas ao Ministério da Saúde. Vou fazendo as perguntas e repasso, nesse caso, ao Dr. Fernando no momento seguinte para fazer o comentário.

Não fiz critério de seleção, vou ler todas, para da oportunidade e valorizar todas as questões que aqui chegarem.

O Fábio Gomes pergunta o seguinte: O Mais Médicos é a única solução possível? Por que, em vez do jeitinho de transformar especialização em vaga de trabalho temporária e sem direitos trabalhistas, não se define carreira federal para o SUS?

Outra pergunta para o Ministério: sem a revalidação do diploma médico pelos estrangeiros através do Revalida, estaremos criando duas classes de médicos.

Os CRMs estarão obrigados a fornecer a licença da profissão médica aos estrangeiros?

Como estabelecer a fiscalização dos serviços prestados à população, qualidade e eficácia, estando os médicos estrangeiros nos mais distantes rincões, sem estrutura de apoio adequada em milhares de cidades?

Não estou lendo o autor da pergunta para agilizar.

Com a bolsa Mais Médicos de R\$10 mil mais as despesas de transporte e alojamento, os Prefeitos estão dispensando médicos contratados para receberem “de graça” os médicos do Governo. Isso não vai inflacionar os salários da categoria no País?

A deficiência na formação médica dos últimos tempos instituiu uma perversa dependência de exames subsidiários. Como equipar as milhares de cidades com laboratórios, exames radiológicos básicos, manter o suprimento e logística dos reagentes e insumos?

O investimento proposto, de R\$15 bilhões, tempestivamente decidido para solapar o ímpeto popular, será desperdiçado nos ralos e desvios que ainda hoje existem no SUS, já que não foram sanados?

Estou lendo todas as perguntas, sem critérios de seleção. Acho que isso é importante. Vou deixar essas perguntas aqui, para o Dr. Fernando. Em seguida, faço as demais. As perguntas estão sendo encaminhadas pelo e-cidadania, sistema de comunicação da população com esta e com as demais comissões do Senado. O endereço é bit.ly/cdhmaismedicos. Também é possível participar pelo Alô Senado através do telefone 0800612211.

Para que possamos ganhar tempo, passo a palavra agora para Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde.

Maria do Socorro, você tem 15 minutos, tempo que definimos, prorrogáveis por mais cinco, se a senhora precisar.

A SR^a MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Bom dia, Senadora Ana Rita, bom dia aos demais Senadores, Senadoras, Deputados, convidados, técnicos. Agradeço a oportunidade e o convite feito, Senadora, por esta Comissão ao Conselho Nacional de Saúde. Entendo que, pelo caráter e objeto desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, é bastante coerente a participação do controle social, que deve ter um olhar diferenciado para este debate, entendendo que o Conselho Nacional de Saúde tem uma composição bastante diferenciada de atores que têm responsabilidades, olhares e opiniões em relação ao tema em debate.

Quero ainda colocar que, na composição do Conselho Nacional de Saúde, dos 48 Conselheiros e Conselheiras titulares, 24 (a metade) são representações nacionais de usuários, de movimentos organizados. Vinte e cinco por cento são de trabalhadores de saúde. No Conselho Nacional, temos dez entidades e Conselhos de organizações de profissionais de saúde e temos ainda a representação de gestores em todos os níveis.

Quero, nesse sentido, começar o diferencial, Senadora Ana Rita, levando em conta o objeto da Co-

missão de Direitos Humanos e trazendo um debate não polarizado entre a posição de uma categoria e a posição do Governo. Acho que está correto colocar, como centro do debate, exatamente os direitos humanos. Acho que estamos aqui reafirmando um princípio constitucional, estamos reafirmando o papel do Estado, estamos reafirmando o direito à cidadania da população brasileira. Isso custou muito alto a essa sociedade que historicamente tem direitos negados, sobretudo o direito à saúde. Apesar de o SUS ter 25 anos, a sociedade brasileira tem séculos, e é muito recente a garantia do direito à saúde como um dever de Estado.

Então, está correto, porque em todos os debates de que participamos há sempre a polarização, como se houvesse conflitos de interesses de uma categoria diante de uma posição de Estado. E isso não pode. O Senado, que tem um caráter republicano, não pode realmente fazer o debate com essa extrema polarização. A mesma coisa o Conselho Nacional do Ministério Público, que também trouxe o debate para a Comissão de direitos fundamentais. E está correto, porque tem que ter outro ente, na mediação desse debate, que não fique também extremado pelo conflito de interesses que está sendo colocado. Então, mesmo que o Ministério da Saúde faça toda a justificativa do seu papel regulador, ordenador de todas essas demandas, a centralidade do debate realmente tem que ser essa.

Eu quero colocar que, junto com essa, estamos discutindo uma política social. E estamos também discutindo a saúde como um setor. Não dá para descolar do debate do Mais Médico, do mais saúde, na perspectiva de ser apenas um programa, sem olhar a dimensão que essa política tem como política pública para um setor que precisa ser desenvolvido.

O SUS está com 25 anos. Em relação a outros países e à própria população brasileira, começa a entrar em descrédito. Apostamos em um sistema universal, apostamos em princípios estruturantes desse sistema universal. O Brasil fez a escolha correta, a sociedade participou dessa escolha e tem que participar dos caminhos para consolidá-la. E estamos levando o SUS, Sistema Único de Saúde, a uma crise de legitimidade, exatamente porque, em vários momentos da história, o Brasil, o Governo brasileiro e, mais do que isso, o Estado brasileiro não cumpriu o seu papel de construir esses caminhos.

Quero também, com isso, mesmo na condição de Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, Senadora Ana Rita e demais Senadores e convidados presentes, colocar que acho que o debate também tem que considerar o desenvolvimento regional, o desenvolvimento local. É muito emblemático vermos aqui Senadores de Roraima, do Acre, do Rio Grande do Norte, da Bahia,

Norte e Nordeste – não é à toa – exatamente porque são os locais de menos estratégias de desenvolvimento que o País historicamente acumulou.

Quando discutimos a possibilidade de consolidar o SUS no interior do País, em duas regiões com históricas desigualdades regionais, quando colocamos que se pretende interiorizar o Sistema Único de Saúde, mais do que levar médicos, trata-se de interiorizar uma política pública. Mais do que interiorizar uma política pública, é discutir qual é o desenvolvimento regional e local que a gente aposta neste País.

Eu digo isso porque, agora, eu vinha escutando o Ministro Mercadante, em uma reunião da qual ele participou, não sei em qual das comissões, em que ele colocava a deficiência de profissionais da educação do ensino médio também no interior do País; a falta de professores de Física, Matemática, Química e Inglês. Faltam professores de nível médio dessas áreas de conhecimento no interior do País, e o Ministro veio à Comissão de Educação, acredito – não tive essa identificação logo de imediato –, fazer o debate sobre a falta de profissionais na área de educação.

Então, a gente tem que fazer o debate, sim, olhando qual é o desenvolvimento que a gente quer para este País, enfrentando as desigualdades regionais. E, nesse sentido, o Brasil apostou, desde a década de 50, num desenvolvimento nacional focado nas cidades e focado no modelo urbano industrial, em que a garantia dos direitos da população ficou relegada muito mais ao setor empresarial do que ao papel do Estado. Então, por que a maioria, hoje, por exemplo, se concentra nas grandes cidades? Por que, no interior do País, muita gente sai do campo ou sai da floresta e vem para o centro das cidades? Exatamente à procura de serviços públicos, garantidos pelo Estado, porque não há uma descentralização de fato.

Então, quero colocar isso, porque acho que é bastante oportuno, no sentido de a gente pensar com este debate qual é a valorização e qual é a política também de desenvolvimento regional associada ao papel do Estado, a partir das políticas sociais e políticas econômicas também, olhando o desafio do desenvolvimento.

Eu queria colocar também, Senadora, que o conselho tem 75 anos de existência. Setenta e cinco anos de existência! Nos últimos 25 anos, com a participação bastante democrática da sociedade organizada.

Eu digo isso porque, na 1ª Conferência Nacional da Saúde, em 1941, durante o Governo de Getúlio Vargas, a orientação que foi dada pelo Ministério da Educação e da Saúde – era um único Ministério à época, na década de 40 – era exatamente para os Estados responderem qual era a proporção entre médicos e habitantes. Era um médico para cada 100 mil

habitantes. Essa era a proporção na década de 40. E era exatamente a estrutura que o Estado garantia para a promoção de assistência à saúde para a população.

Então, este debate no Brasil não é de hoje. Na década de 40, Getúlio Vargas já enfrentava isso. E era o Ministério, Educação e Saúde, juntos, que poderia ter feito este debate, do ponto de vista do papel regulador do Estado, olhando a formação e a alocação desses profissionais.

Na década de 70, em 1977, na 5ª Conferência Nacional da Saúde, em pleno regime militar, também havia essa mesma discussão na Conferência Nacional da Saúde. A discussão era, sobretudo, olhando a carência de médicos no Estado do Maranhão, no Estado do Pará e no Estado do Piauí. Então, os mesmos problemas de hoje, na década de 70, foram enfrentados pelo regime militar e debatidos nas conferências da saúde. Não havia a participação da sociedade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só para dizer aqui, Maria do Socorro, que o Senador João Capiberibe acabou de chegar, e ele é do Estado do Amapá.

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Pois é! É da Região Norte.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Portanto, mais um Senador da Região Norte do nosso País.

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Não é à toa que os Senadores das Regiões Norte e Nordeste estão com presença massiva nesta reunião. Eles sabem realmente que esse problema não é de hoje e que precisa ter solução.

Na década de 70, era um médico para cada 40 mil habitantes. E sabem qual era a saída que os militares ofereceram à época? Eles diziam que era utopia garantir médicos, enfermeiros, dentistas no interior do País. Que a solução era que esses profissionais treinassem padres, religiosos, escrivães, treinassem inclusive professoras e lideranças comunitárias para fazer o papel da assistência.

Então, nós temos uma missão histórica do dever do Estado em promover a garantia desse direito humano. Essa é uma questão de fundo.

Eu queria colocar isso porque a posição do Conselho Nacional da Saúde não é de apoio incondicional ao Governo, como normalmente tem sido colocado. Nós temos uma posição de autonomia e de responsabilidade com o interesse público. Isso aqui tem que ser afirmado. E esta Casa, esta Comissão tem que ter exatamente a dimensão republicana de não poralizar o debate como se fosse um enfrentamento entre o Governo e a categoria dos médicos e, sim, como interesse da sociedade, interesse público.

Com isso, várias conferências nossas também já debatiam a contratação de médicos estrangeiros.

Quando o Presidente Lula assumiu a Presidência da República, a gente fez uma conferência com muitas expectativas de que esse problema fosse resolvido. A gente sabe que a primeira ação mais estratégica que aconteceu foi a partir do final da década de 90, com a estratégia do Saúde da Família. Foi uma ação mais efetiva de tentar garantir uma cobertura – uma descentralização, uma cobertura – no interior do País. Ela tinha uma perspectiva mais liberal, mais focalizada e ganhou um outro escopo de concepção, quando a gente priorizou, no Sistema Único de Saúde, a Atenção Básica.

Então, não estamos aqui discutindo simplesmente mais ou menos médico, mais ou menos estrutura, mais ou menos tecnologia. Nós temos que discutir aqui atenção básica, inclusive como estratégia para reduzir custo, inclusive como estratégia para reduzir fila, inclusive como estratégia para morrer menos gente no País, por exemplo, de parto; de morrer indígenas dentro de um barco, porque se eleva a situação de gravidez de risco em cinco, seis horas e até cinco dias para se garantir atendimento.

Então, essa perspectiva tem que ser considerada porque, quando a gente está trazendo aqui a Atenção Básica, acho que mais do que inverter a lógica... Porque o problema é que o SUS tem 25 anos e foi construído numa concepção ampla do direito à saúde, numa concepção ampla do direito universal e da assistência integral, mas ficou, na verdade, sendo estruturado com a mesma lógica anterior do Inamps e de outras práticas contraditórias.

Então, a gente tem que fazer essa correção histórica de contradições. A gente continua tendo as mesmas dicotomias entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano; a mesma dicotomia entre assistência e promoção da saúde; a mesma dicotomia entre a valorização dos profissionais, pensando a integralidade da Atenção, e a polaridade do serviço médico. Não pode haver essa polarização. Nós, do Conselho Nacional de Saúde, entendemos que a Lei nº 8.080 coloca o modelo de Atenção Integral à Saúde para que todos os profissionais sejam valorizados.

Agora, a crise aguda é médico, e está correto que o Governo enfrente, que a sociedade enfrente esse debate, porque nós somos os mais prejudicados.

Eu tirei dez dias de férias – terminei nem tendo esse descanso; só tive quatro – e passei quatro dias numa aldeia indígena. Quem resolve no dia a dia a demanda daquela comunidade xavante é a enfermagem, é o técnico de enfermagem, é o agente comunitário de saúde. O médico é para estar lá 20 dias e passa dois.

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – A enfermeira é para passar 20 dias, com algumas horas de trabalho, e passa 24 horas acordada. Agora, é um modelo que cria dependência? É um modelo que cria dependência. A gente precisa questionar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mais cinco minutos.

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Cinco minutos.

Finalizando, eu queria colocar, então, que aqui nós temos moção do Conselho Nacional de Saúde, de junho, em apoio à contratação emergencial de médicos estrangeiros. Nós temos uma recomendação também aqui, nesse mesmo sentido, do mês de junho, e eu queria colocar a última, do mês de agosto, dizendo o seguinte: a gente apoiou moção de apoio à aprovação da Medida Provisória nº 621, que instituiu o Programa Mais Médicos e dá outras providências, reconhecendo essa desigualdade, atribuição legal também do Estado.

Agora, um conjunto de recomendações. O Conselho Nacional de Saúde está com uma luta dentro desta Casa, do Senado, e também da Câmara, exatamente com um conjunto de outras reivindicações, para que o Sistema Único de Saúde não caia mais ainda em descrédito. Então, entre elas, exatamente a bandeira dos 10% da receita corrente bruta da União, a elaboração e a implementação de um plano de cargos, de carreira e de salário não só para médico. O problema não pode ser pensar carreira só para médico. Deve-se pensar para equipe multiprofissional. Acho que a manutenção dos vetos ao ato médico sinalizou para o fato de que o Brasil tem que valorizar, sim, equipe multiprofissional. Se tiver que discutir carreira, olhando os papéis diferenciados e a importância de todos os profissionais, é carreira para todos os profissionais, senão a gente compromete o Sistema Único de Saúde.

E há outro ponto: a exigência do cumprimento das diretrizes curriculares. A própria LDB também sinaliza para o fato de que a formação dos profissionais de saúde tem que ser focada na vivência no Sistema Único de Saúde. Não pode, temos que inverter a lógica de formar para o mercado. A lógica que a LDB coloca é a de formar com vivência no Sistema Único de Saúde.

O item 4, Senador – e eu posso deixar à disposição da Comissão –, é sobre a estruturação, também necessária, a formação e a ampliação de vagas em universidades, com prioridade para as universidades públicas, entendendo que o Brasil é muito diverso. Eu fui a Barra do Garças, no Mato Grosso, onde também há universidades privadas que podem cumprir bem esse papel, desde que haja um compromisso com o Sistema Único de Saúde na sua formação. Mas, aqui,

a recomendação do Conselho é entendendo que tem de priorizar a estruturação nas instituições públicas.

Também queremos, e é importante para a Comissão, Senadora, que o Revalida, a revalidação de diplomas, tenha critérios explícitos, mas que seja atualizado, com participação multiprofissional. Também não podemos separar o debate do Revalida olhando só o profissional médico formado no exterior, mas também outros profissionais, porque, da mesma forma, há carência desses profissionais no interior do País. Então, o Revalida tem que ser, sim, repensado, atualizado, mas com transparência de critérios e participação dos profissionais na negociação.

Nós também apoiamos uma recomendação no sentido de fortalecer a gestão pública e o setor público. Entendemos que a Ebserh não pode ser base estruturante do programa Mais Médicos e que o Brasil teria que, no mínimo nos próximos dez anos, realmente, discutir e implementar uma política de recursos humanos, Dr. Fernando, porque essa dívida nós não podemos mais acumular. Então, nos próximos dez anos, que o Brasil garanta essa política de recursos humanos.

Quando já se está colocando a qualidade dos serviços e tudo mais, nós propomos que o cartão SUS, além de garantir a identificação e o registro das ações realizadas ao usuário e à população, sirva como um instrumento de monitoramento da qualidade do serviço prestado. E que os Conselhos de Saúde também acompanhem a implementação do Programa Mais Médicos.

É a recomendação que fazemos e que deixo à disposição desta Comissão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Maria do Socorro de Souza...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... Presidenta do Conselho Nacional de Saúde. Você ainda tem quase dois minutos, viu, Maria do Socorro?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Você ainda tem mais um minuto e meio, está bem?

A SR^a MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Está tranquilo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, agradecemos muito a presença da Maria do Socorro. Eu quero aproveitar para...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador Paulo Davim pediu para falar. Nesta Comissão, os Senadores podem interferir e se manifestar, independentemente das falas da Mesa. Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Presidente, eu quero saudar a todos da Mesa e pedir desculpas inclusive pela intervenção extemporânea, pois tenho uma audiência, por sinal, no Ministério, já estava marcada anteriormente, e preciso resolver alguns problemas do meu Estado. Por isso faço esta intervenção agora, pedindo vênias a todos os presentes e justificando inclusive o porquê da minha retirada precoce deste debate, um debate de extrema importância para o Brasil e que me interessa particularmente.

Eu quero saudar a exposição da Socorro, que foi realmente muito precisa. O que nós vivemos hoje no Brasil é uma dívida histórica no desenvolvimento, na homogeneização das prioridades governamentais. Ao longo dos séculos, esse fosso social foi aumentando, foi aumentando, e chegamos ao ponto de encarar diferenças sociais imensas. E isso se reflete na saúde, até porque nós sabemos que tudo deságua nas áreas mais estratégicas da sociedade, que são saúde, educação e segurança.

Há algum tempo, o Brasil seguia a lógica de resolver os problemas da saúde com hospitais. Era uma visão em que o hospital era o centro. Eu só acho que não podemos pensar que a solução dos problemas, hoje, deixou de ser hospital e passou a ser médico, que só colocando médico resolve. Não é bem por aí. Essa é uma visão simplista. No momento em que o Governo, dentro do seu papel,...

E aí eu faço de novo referência à Socorro, quando ela puxa o debate para os compromissos que temos para com a sociedade, não só o Governo, mas o Senado e os profissionais da saúde. Esse é o debate central que tem de ser feito. Não podemos ter essa visão, achar que colocando profissionais nos mais longínquos rincões vamos resolver o problema. Claro que não. Sempre se escamoteia a verdade quando não se faz um... Até que temos debatido. O Senador Humberto Costa inclusive foi o relator na subcomissão que debateu o financiamento da saúde. Mas, no geral, esse debate não é levado a cabo, não se faz o enfrentamento corajoso com o Executivo, no sentido de colocar o dedo na ferida e cobrar do Executivo a responsabilidade no financiamento do sistema público de saúde. Precisamos ter essa coragem, porque não se permite mais esse financiamento anedótico, que envergonha, sobretudo, um país que tem um sistema universalizado, como o nosso. Enquanto não houver um

financiamento adequado, eu não acredito que vamos resolver o problema de saúde. Não acredito.

E cito um exemplo. Eu era criança, lá no meu interior, interior do Rio Grande do Norte, em Afonso Bezerra. Eu não vou dizer o tempo não, para vocês não dizerem que sou velho, mas há alguns anos. Eu era atendido por um médico boliviano, chamado Dr. Pablo Quintilha. No Rio Grande do Norte. Pablo Quintilha. Ele era formado na Bolívia. Naquela época, nem existiam conselhos. Ele trabalhava de cidade em cidade. Chegava na minha cidade para me atender e atender meus irmãos, as crianças, as mulheres, e fazia parto, fazia tudo. E o grande problema de que ele se queixava – ele é vivo ainda, mora em Natal, está bem velhinho – era: “Eu não posso fazer mais do que faço, porque falta estrutura. Falta estrutura!”.

E eu, conversando com o Ministro Padilha, com quem tenho excelente *rapport*, uma boa interlocução, disse a ele que, outro dia, eu vinha no avião e a comissária perguntou se havia algum médico a bordo. Eu me apresentei, porque sou médico, ela me levou pelo braço à poltrona do passageiro e disse: “Seu fulano, fique tranquilo. Seu problema está resolvido. Está aqui um médico”. Eu olhei para ela e disse: “E o que eu vou fazer? Rezar?”. Entendeu? Só se fosse rezar. O paciente estava tendo um edema agudo de pulmão. O que eu ia fazer lá em cima?

Então, é mais ou menos isso. O exemplo que eu trago é exatamente para mostrar que não basta pegar o profissional e colocar lá, se não oferecer a ele uma equipe multidisciplinar, uma estrutura mínima de ação. Não podemos abrir mão da questão do financiamento.

Eu temo. Eu temo pelo SUS. Eu fico muito a cavaleiro para dizer isso porque sou profissional médico há 29 anos, e desde o primeiro dia que trabalho em serviço público. Também já trabalhei em dois interiores do meu Estado. Mas eu temo pelo SUS. Eu temo pelo SUS porque o SUS precisa de soluções duradouras. E estamos vendo uma solução temporária. É mais uma solução que não aponta com longevidade, mais uma medida que não tem longevidade. Isso me preocupa. Preocupa-me, como já disse, o financiamento, mas me preocupa também a construção do sistema. Eu acredito que, para levarmos a cabo e implementarmos esse sistema, que é belíssimo, um sistema bem concebido, precisamos de profissionais comprometidos.

E eu questiono: qual será o compromisso dos profissionais que estão chegando? Será que eles têm o compromisso de ajudar os brasileiros a construir esse sistema? Será que eles vão fazer o enfrentamento, com os secretários de saúde e prefeitos, quando se depa-rem com as deficiências nas suas unidades, na sua atuação? Será que vão ter coragem de fazer isso? Ou

eles vão ficar omissos porque precisam da remuneração, porque eles não querem criar um problema que poderia até se transformar num problema diplomático? São questionamentos que eu tenho.

Evidentemente, que eu não questiono a necessidade de profissional. É claro que não. Mas eu me preocupo também com o critério mínimo de seleção. Um critério mínimo de seleção, eu acho que dá para fazer. Eu acho que dá para fazer. É seguro; a sociedade gostará disso.

Eu não concordo muito quando se compara o Brasil com outros países. Porque, por incrível que pareça, nós temos particularidades e não dá para comparar com outros países.

Lança-se o exemplo da Inglaterra, que é o exemplo mais usado, talvez pelo nosso sistema ter sido inspirado no deles. Trinta e sete por cento dos médicos da Inglaterra são estrangeiros, formados no exterior. Mas eu quero dizer o seguinte: primeiro, em 1070, já existia faculdade de Medicina na Europa. Em 1500, toda a Europa já tinha faculdade de Medicina, e o Brasil não tinha sido descoberto ainda. Ao longo desses anos, essas escolas médicas passaram a ser referências, elas se estabeleceram como referências no mundo, e gravitaram em torno de todo serviço de referência milhares e milhares de profissionais que buscavam aprimoramento, como foi o caso de Fernando.

A maioria das multinacionais de drogas e medicamentos está na Europa e nos Estados Unidos, que contratam uma legião de pesquisadores para acompanhar os *follow up* das suas novas drogas, que vêm de toda parte do mundo. E eles chegam lá não trazidos pelo governo, mas por uma contingência. E para eles exercerem o seu trabalho passam por todo um critério de seleção para garantir. Mesmo assim, 63% dos profissionais médicos que têm os seus registros suspensos na Inglaterra foram formados fora. E vejam que o modelo inglês – o Fernando fala com propriedade sobre isso, porque fez o seu doutorado lá – é muito rígido, até por formação; é cultural. É cultural do inglês e, mesmo assim, acontecem essas coisas.

Então, eu acho que há de se ter muito cuidado. Não podemos comprometer o SUS. Precisamos de soluções duradouras. Precisamos de financiamento adequado, senão vamos criar milhares e milhares de pablos quintilhas – aquele profissional que atendia lá no interior do Rio Grande do Norte, que chegava à nossa casa, no interior, reclamando que não tinha o que fazer, esperando um misto – naquela época era misto, um caminhão com duas boleias –, para colocar um paciente e mandar para Natal. Era o que se fazia antigamente. Nós não tínhamos estrutura. Então, nós não podemos, movidos por interesses humanitários,

sobretudo, pela responsabilidade governamental e pela responsabilidade sanitária, levar o profissional médico para os mais longínquos rincões, área de difícil provimento, sem atentar para esse detalhe.

Eu acho que a gente precisa fortalecer o SUS. Acho que nós estamos vivenciando esta crise pelo grande fosso desenvolvimentista cultuado ao longo dos anos no Brasil, essa desigualdade de investimento – saúde não é só a doença, todos nós sabemos disso; a saúde é resultante da evolução social de um povo. Então, eu faço este registro e quero parabenizar a todos.

Nós, médicos, queremos o Brasil melhor, queremos o Brasil bem melhor. Não existe nenhuma xenofobia da minha parte, e tenho certeza de que das médicas também não há – não estou falando em nome delas, mas pelo que conheço. Nós queremos um SUS forte. Nós queremos uma carreira para os profissionais de saúde. Em nenhum momento, defendemos carreira exclusiva de médicos. Nós queremos carreira de profissionais de saúde, a exemplo de outros países, como o Canadá, como a Inglaterra, como a França e tantos outros.

Fica aqui o meu registro. Quero parabenizar o Fernando, a Socorro – infelizmente, foram apenas os que eu pude ouvir. E peço desculpa a todos porque vou ter que sair para um compromisso. Um grande abraço. Obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Um grande abraço. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Aproveito para registrar a presença também do Senador Humberto Costa. Já passaram por aqui os Senadores Eduardo Suplicy e João Capiberibe. Também encontram-se entre nós o Sr. Paulo Garrido, presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz e a Srª Luciana Lindbergh, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Rio de Janeiro.

Antes de conceder a palavra ao próximo convidado, vou fazer mais algumas perguntas que chegaram pelo e-Cidadania:

Os senhores não acham um absurdo trazer médicos de segunda linha, sem revalidação de diploma de países pouco desenvolvidos ao invés de criar um plano de carreira de Estado e concursos públicos com regime estatutário para médicos brasileiros?

Por que o Governo do PT quer criar condições de formar médicos em quantidade e sem qualidade a fim de baratear o custo destes profissionais?

Por que não estruturar as cidades de médio porte com bons meios e boas faculdades de Medicina, nos locais sabidamente necessitados, ao invés de continu-

ar formando médicos nas capitais onde, sabidamente, todo indivíduo de qualquer profissão prefere morar?

O fato de o programa ter sido criado às pressas, sem discussão com a sociedade, com as entidades escolas médicas não sugere um grande golpe eleitoral para o Ministro, que é candidato ao Governo de São Paulo?

Os senhores não acham que o Governo deveria primar pela formação de médicos de altíssimo nível, como ocorre nos Estados Unidos, e que esses tivessem sempre uma remuneração digna e à altura da importância da profissão?

Pelo que entendi, o Programa Mais Médico contrataria profissionais em ciclos. Foram contratados em torno de mil profissionais e as inscrições foram reabertas novamente. Por que os 4 mil cubanos não necessitam entrar nesses ciclos? Isso não fere o princípio da isonomia?

Então, são essas as perguntas. As outras eu as farei mais adiante.

Dessa forma, concedo a palavra ao Sr. Jorge José Santos Pereira Solla, Secretário de Estado da Saúde da Bahia e representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

O SR. JORGE JOSÉ SANTOS PEREIRA SOLLA – Bom dia a todos e a todas!

Eu queria agradecer à Senadora Ana Rita o convite endereçado ao Conselho de Secretários Estaduais de Saúde e a oportunidade de estar aqui representando o conjunto dos Secretários; saudar os Senadores desta Comissão, no momento, na pessoa do Senador Humberto Costa, que está presente aqui, além da Senadora que coordena a reunião; e saudar os demais participantes da Mesa deste debate.

Eu acho que é muito interessante que a saúde esteja nessa conjuntura tendo a oportunidade de ser um dos temas que galvanizam os debates no Legislativo, no Executivo, com a sociedade, com a opinião pública. Eu acho que este debate do Programa Mais Médico, inclusive, pode e deve impulsionar, paralelo a ele, outras questões que são essenciais e que, por muito tempo, passaram sem ter oportunidade de galgar essa prioridade no debate sobre as políticas públicas nacionais.

Nessa direção, primeiro, eu queria contextualizar. Nós estamos falando em médico, mas nós temos que saber médico para qual sistema de saúde. Nós não estamos falando que se precisa de mais médico em abstrato. Nós precisamos de mais profissionais médicos para um sistema de saúde. No nosso caso aqui no Brasil, nós ousamos colocar na Constituição, Senadora Ana Rita, que teríamos um sistema de saúde público universal que se propõe, na prática, a partir

do seu arcabouço legal, a fazer tudo para todos. E aí chegamos a um extremo, em que “todos” não significa ser um cidadão brasileiro. Já há até jurisprudência de que qualquer cidadão de qualquer país, estando no território nacional, tem direito a assistência em saúde pelo Sistema Único de Saúde. E o “todos” já não têm mais limite. Inclusive vivemos diariamente o constrangimento de várias liminares que propõem que o SUS forneça tudo a todas as demandas, a todos os cidadãos.

Em um sistema como esse – o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que se propôs a ter um sistema universal e que se propõe, pelo menos, a fazer mais do que a maior parte dos sistemas universais –, nós temos dois grandes desafios, entre vários. Eu diria que o primeiro desafio, que foi muito bem colocado anteriormente aqui nesta reunião, é o do financiamento. E aí o dado mais sintético que existe, ao se somarem todos os recursos aplicados em saúde do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios no ano de 2010, é o de que esse valor foi de R\$1,98 por habitante/dia.

Agora, é impressionante, Socorro, que alguém ainda diga, em sua consciência, que o problema do SUS não é de financiamento, mas de gestão. Eu quero que me provem qual é a política pública, Senadora, que consegue fazer tanto com tão pouco quanto o SUS faz. Dificuldades pontuais em gestão são encontradas em quaisquer instituições, em qualquer política. Porém, encontrar uma política que faça desde o maior programa de vacinação do mundo, em um extremo, até o maior programa público de transplante do mundo, em outro. É bom lembrar, inclusive, que, no próximo ano, o Brasil vai ser o primeiro país a fazer vacinação gratuita contra HPV para as nossas garotas, as nossas meninas de 10 e 11 anos de idade.

Nós temos um arcabouço e uma institucionalidade fortíssima na vigilância sanitária, na vigilância epidemiológica, com um conjunto de ações bem-estruturadas, e, em outro extremo, nós fazemos publicamente, gratuitamente, ofertando a toda a população, mais de 90% de todas as ações e procedimentos de alto custo e maior complexidade técnica. Mais de 90% das cirurgias cardíacas são feitas pelo SUS; mais de 90% do tratamento de câncer – quimioterapia, radioterapia –; mais de 95% dos transplantes; e mais de 97% do tratamento de insuficiência renal – hemodiálise.

Então, nós estamos falando de um sistema de saúde que precisa de mais financiamento. Por isso, aproveito a oportunidade, Senadores, para colocar na pauta a demanda do financiamento. O projeto de iniciativa popular entregue ao Congresso Nacional há 15 dias reuniu quase dois milhões de assinaturas...

A SR^a MARIA DO SOCORRO DE SOUZA (*Intervenção fora do microfone.*) – Foram 2,2 milhões.

O SR. JORGE JOSÉ SANTOS PEREIRA SALLA

– A Socorro está me atualizando aqui. Além dos dois milhões entregues, de lá para cá, nos últimos 15 dias, nós já chegamos a 2,2 milhões de assinaturas de eleitores brasileiros reivindicando que, pelo menos, 10% dos recursos federais sejam locados para a saúde.

Hoje, os Estados já gastam 12%, já têm a obrigação de gastar, pelo menos, 12%, porque há Estados que já gastam mais, como é o caso do nosso. E é bom lembrar que os Estados do Norte e do Nordeste – citou-se aqui a presença de Senadores do Norte e do Nordeste –, como regra geral, já gastam mais de 12%.

O SR. JORGE JOSÉ SANTOS PEREIRA SALLA

– Esses Estados gastam mais de 12%. A maioria absoluta dos Municípios já gasta mais de 15%. Hoje, a aplicação do Governo Federal, infelizmente, é inferior a 5%. Então, nós precisamos aplicar, pelo menos, 10% na saúde. Esse é um ponto. Eu diria que esse é um dos dois maiores nós e desafios do SUS.

O segundo está no âmbito dos recursos humanos do ponto de vista qualitativo e quantitativo. Nós não conseguimos ainda aproximar a formação dos profissionais de saúde às principais necessidades do sistema de saúde. As escolas – e não só a escola médica –, o conjunto das escolas na área de saúde têm ainda um arcabouço formativo, com diretrizes curriculares que não se adequaram efetivamente às principais necessidades do sistema de saúde. Então, há uma distância muito grande ainda na formação.

Eu achei muito interessante, Fernando, quando você fez a dicotomia: informação *versus* formação. Não basta haver informação, não basta dar acesso à informação. A formação do profissional está muito além da informação, muito além da sua capacitação técnica. A formação profissional inclui preceitos éticos, diretrizes, políticas do ponto de vista da constituição da política de saúde, da configuração das prioridades da atuação no sistema de saúde. Isso faz parte da formação do profissional. Infelizmente, a formação dos profissionais no Brasil não é regulada pelo sistema de saúde. Está lá, desde a Constituição de 1988, a lei orgânica. Todo o arcabouço legal do SUS fala que a regulação da formação dos profissionais é uma das tarefas do Sistema Único de Saúde.

Então, a dificuldade que nós temos hoje na área de recursos humanos – não tenho a menor dúvida – tem uma base concreta, um determinante principal, que é o fato de que nunca o Estado brasileiro colocou a regulação dos profissionais de saúde como uma tarefa sua, como uma tarefa do SUS. Abrem-se escolas,

definem-se necessidades de formação de profissionais à margem das diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Portanto, esse é o contexto; esses são os dois grandes desafios, eu diria.

Acho que nós estamos vivendo uma crise e crescimento do SUS. Efetivamente, não existia o clamor da sociedade brasileira por mais médicos há 20 anos. Eu participei de estudos em nosso Estado onde, há 20 anos, não havia enfermeiro em mais de 85% dos Municípios do Estado da Bahia. Não é médico, não; não havia enfermeiro.

Hoje, todas as pesquisas de opinião pública colocam a saúde entre os principais problemas. E, quando se pergunta a um cidadão qual é o principal problema de saúde, efetivamente a maioria absoluta responde, reconhece e identifica que é a falta de profissional médico. Essa resposta não é porque a mídia formou a opinião do cidadão, não; é por sua experiência concreta, porque ele vai ao posto de saúde, encontra um enfermeiro, encontra um técnico de enfermagem, encontra um odontólogo e não encontra um médico. Ele vai a uma Unidade de Pronto Atendimento e não consegue encontrar em todas as Unidades de Pronto Atendimento um profissional médico disponível para atendê-lo na hora em que necessita.

Apesar de, numa sociedade como a nossa, a opinião pública ser muito mais formada pela mídia do que pela experiência individual de cada cidadão, nesse caso não tenho a menor dúvida do contrário, porque a mídia nunca formou a mentalidade do cidadão brasileiro dizendo que estava faltando médico. Ele aprendeu isso na sua pele, indo lá e batendo a cara na porta do serviço de saúde, embora o serviço exista – isso é o mais interessante. Nas pesquisas de opinião, o cidadão não fala que o maior problema é a inexistência de um posto de saúde. Ele não diz que faltam profissionais de saúde em geral, porque, na sua experiência concreta, ele encontra o posto de saúde aonde deve ir, encontra outros profissionais de saúde, mas não encontra médico.

Em relação a essa crise de crescimento, não vou detalhar muitos indicadores, mas há um dado sintético. Ao se analisar o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, com os estabelecimentos e os profissionais, é possível verificar que, na evolução, a cada ano, há mais postos de trabalho por médico, ou seja, há mais postos de trabalho com um número de profissional proporcionalmente inferior. Há três anos, nós tínhamos 2,6 postos de trabalho por médico. Agora, já são 3 postos – no meu Estado são 3,3. Ou seja, a cada ano, há menos profissionais para a quantidade de postos abertos.

Eu não vou nem listar aqui dados de abertura de serviço de saúde porque é de conhecimento de todos os senhores. A quantidade de equipe da Saúde da Família que foram criadas no Brasil nos últimos 20 anos, desde a origem o PSF, Senador Humberto Costa, é uma coisa gigantesca!

Eu estive reunido, recentemente, Senadora Ana Rita, com os prefeitos da região oeste da Bahia e perguntei a cada um deles: “Há dez anos, quantos médicos a prefeitura do seu Município contratava?” E a resposta era: “Quando contratava, era um ou, no máximo, dois.” “E, agora, quantos postos de trabalho para médico há no seu Município?” “No Município em que havia menos, eram nove.” Criaram-se postos de saúde, abriram-se hospitais e diversos serviços.

O Samu, criado na gestão do Ministro Humberto Costa, no primeiro ano do governo Lula, está completando, neste ano, dez anos. Hoje, mais de 120 milhões de brasileiros moram em cidades em que basta ligar para o serviço pré-hospitalar, porque ele funciona. Em 2003, quando o Presidente Lula assumiu, só havia 13 cidades no Brasil inteiro com alguma coisa parecida com o pré-hospitalar.

Nós já levamos serviço de saúde mental para o cidadão que antes ficava trancafiado no manicômio e era excluído da sociedade. Fizemos uma revolução na saúde mental, aliás, a sociedade brasileira precisa conhecer o que se passou nesses anos. O cidadão que, no modelo de saúde mental, era exclusão passou a ser inclusão. Com isso, nós fechamos vagas de hospitais psiquiátricos, e há ociosidade de leitos psiquiátricos em vários locais do País.

Então, com toda essa realidade, quando se chega à atenção básica, por que o foco da discussão sobre a falta de médicos se dá também na atenção básica? Porque faltam médicos em todas as especialidades, no sistema público de saúde e no sistema privado; faltam médicos em várias regiões. Mas por que o foco é na atenção básica? Eu diria que é por duas razões principais: a primeira delas é que a atenção básica pode resolver de 80% a 85%, até 90% dos problemas de saúde. E vamos discutir, depois, a infraestrutura – e esse é o debate que eu quero fazer, porque não dá para discutir infraestrutura no abstrato; eu quero discutir no concreto qual a infraestrutura que os opositores que acham que não é o problema levar médicos para a atenção básica... Acham que precisa para a atenção básica, porque a atenção básica não precisa ter tomógrafo, ter ressonância, ter centro cirúrgico... Então, vamos discutir qual é essa infraestrutura que estão falando.

Mas, então, a primeira razão para a atenção básica assumir a prioridade é porque ela é a principal porta

de entrada, ela é a resposta efetiva e resolutiva para quase 90% das necessidades. Nós vamos precisar de outras estruturas, de outros níveis de atenção para as outras necessidades, mas a atenção básica é essa.

Em segundo lugar, como estamos aqui, na Comissão de Direitos Humanos, nós não podemos deixar de destacar que excluir o cidadão do acesso a um médico na atenção básica é a maior exclusão que o direito à saúde pode sofrer, não só pela capacidade de resolver a absoluta maioria dos problemas, mas também pelo detalhe, Senadora, de que, na conformação do SUS, a atenção básica é territorializada, ou seja, o cidadão tem que ter a atenção básica onde ele mora, onde ele vive, onde ele trabalha. Já a atenção especializada é regionalizada, ou seja, ele pode sair do bairro onde ele mora, na periferia de Salvador, e ir ao centro da cidade para ter uma consulta com o médico especialista ou para fazer uma cirurgia. Contudo, na atenção básica, não! Você tem que colocar médicos em cada território, em cada espaço onde o cidadão vive. Então, no âmbito do direito à saúde, a maior exclusão ao direito que pode haver é negar ao cidadão o direito de acesso a um médico na atenção básica.

E vamos discutir que infraestrutura é essa. Eu estou falando de atenção básica à saúde, e uma boa atenção básica à saúde precisa de um posto de saúde, com mobiliário e equipamentos imprescindíveis para a assistência clínica ao cidadão.

Até situações como a demanda que o Senador Paulo Davim colocou, lembrando de laboratórios, o que se pode ponderar é que não é para colocar um laboratório em cada Município. Não era para ser isso na época em que não havia informatização e automação, quanto mais agora! Nós estamos, na Bahia, colocando um laboratório público em cada região, e os Municípios fazem os postos de coleta. Assim, você pode atender ao cidadão na zona rural sem precisar ter um laboratório lá; basta ter um posto de coleta. O técnico de enfermagem faz a coleta do material, manda para o laboratório e, no dia seguinte, via Internet você já pega o resultado.

Então, temos que situar melhor que falta de infraestrutura é essa que se está colocando como argumento para não colocar o médico para atender o cidadão.

Eu queria registrar também, no que diz respeito à questão... Ah, sim, e é bom a gente não se esquecer que nós estamos chegando a uma situação em que esse debate amadureceu – o Fernando lembrou bem –, é um debate que não é de agora, porque passamos por um processo de crescimento da infraestrutura, um crescimento da rede. Se você pegar os dados dos últimos cinco anos, vai observar que, mesmo tendo crescido o número de equipes de saúde da família,

mesmo tendo crescido o número de postos de saúde, o número de consultas médicas básicas estacionou nos últimos cinco anos, paralisou. E por quê? Porque nós estamos abrindo equipes sem médicos, nós estamos criando novos postos de saúde sem médicos, por isso que aumenta a rede, aumenta o número de equipes e não aumenta o número de consultas médicas básicas. Isso porque nós batemos no topo, Senadora, das estratégias tradicionais.

E qual era a estratégia tradicional? Era o prefeito entrar num leilão. O prefeito chamava o médico da cidade vizinha e dizia que dava mais R\$500,00 de salário e trazia o profissional. E, aí, se instituía o leilão de quem dá mais. E essa estratégia de quem dá mais bateu no topo, tornando-se o leilão de quem cobra menos. Assim, o prefeito, não tendo mais como pagar além de R\$20 mil por mês, chamava o profissional e dizia: “Eu vou lhe pagar os mesmos R\$20 mil que você ganha no vizinho, mas você só vai dar quatro dias”. Aí, o outro dizia assim: “Olha, meu amigo, eu não posso pagar R\$20 mil; vou lhe pagar R\$19,5 mil, mas você só precisa vir aqui dois dias na semana”. E, hoje, as prefeituras estão oferecendo R\$20 mil para o médico trabalhar dois dias na semana, por seis horas em cada um desses dias.

Essa é a realidade! Nós fizemos todas as estratégias de enfrentamento da crise de falta de médicos na atenção básica até chegarmos à situação em que não dá mais para o Estado brasileiro fazer de conta que não tem a obrigação de enfrentar essa realidade.

E na questão da regulação da formação, eu queria deixar claro também que regular não é só criar oportunidades para gerar mais profissionais; é, também, para botar o pé no freio quando se tem um excedente. E aproveito para colocar no debate a situação da enfermagem no Brasil. É o outro extremo: criaram-se tantas vagas para a formação de enfermeiros que nós estamos formando um exército de desempregados. No setor privado, um enfermeiro de nível superior já está ganhando um salário quase igual ao de técnico de enfermagem; não tem muita diferença.

Então, nem oito, nem oitenta! Nós não podemos ter um país que se permite não ter médicos para os postos de trabalho que abre – a gente cria serviços sem ter a formação de novos profissionais – e, no outro extremo, investe recursos financeiros em massa para formar profissionais para vagas de trabalho que não existem em número suficiente. Então, nós temos que chegar à capacidade de regular a formação e ter a coragem de dizer: “Vamos reduzir as vagas de enfermagem, vamos fechar cursos de enfermagem”; e ter a mesma coragem de dizer: “Vamos abrir escolas

médicas, vamos aumentar o número de vagas do curso de medicina”.

E, aí, eu queria saudar a coragem e a ousadia da nossa Presidenta Dilma de ter a determinação de lançar um programa como esse.

Nas perguntas, termos coisas interessantíssimas! Eu vi uma colocação em que a pessoa dizia “golpe eleitoreiro”. Imagine se alguém que está preocupado em fazer uma política eleitoreira iria comprar uma briga com a categoria médica! A categoria médica é a que tem a maior capacidade de formar opinião. Quando o médico fecha a porta do consultório, a interlocução com o cidadão é direta. Então, ninguém, em sã consciência, iria fazer uma política eleitoreira comprando uma briga com a categoria médica.

Seria uma política eleitoreira, como muitos governos fazem, passar a mão na cabeça da corporação médica e deixá-la continuar impedindo que se abram vagas de residência de anestesia ou continuar impedindo que se abram vagas de residência em neurocirurgia. Isso seria uma política eleitoreira! Seria política eleitoreira dizer que não é preciso abrir mais cursos de medicina neste País, que é o que as entidades médicas querem.

Na verdade, a posição das entidades médicas qual é? Nós temos que desnudar muito claramente esse debate; temos que colocar na mesa. A posição das entidades médicas é de que a massa salarial de que a categoria médica, hoje, se apropria, se aumentamos o número de médicos, não crescerá na mesma proporção. Ou seja: a média salarial do médico vai ser reduzida. É óbvio! Nós vivemos numa sociedade em que impera a lei da oferta e da procura. Quanto mais demanda há sem oferta... Isso acontece, inclusive, no mercado de contratação de profissionais.

Então, o que nós temos que discutir é qual é o salário que pode ser taxado como remuneração digna e à altura da profissão. Porque os garotos que estão saindo hoje das faculdades de medicina, Senadora Ana Rita, acham que não vale a pena ser médico se não começar a trabalhar ganhando R\$20 mil de salário líquido. Se não começar a ganhar R\$20 mil de salário líquido!

Então, não dá para trabalhar com a ideia de que, para ser uma remuneração digna e à altura, nós tenhamos que falar de R\$20 mil, R\$30 mil, R\$40 mil, R\$50 mil, especialmente em uma sociedade em que 99,99% da população não ganham R\$5 mil de salário líquido. Isso é simplesmente a manutenção de um privilégio, deixando de lado o cidadão.

Assim, em vez de a gente discutir quantos médicos a gente precisa daqui a 10 anos para atender plenamente a principal parte – e não é toda não – das

demandas de saúde, a discussão das entidades médicas é sobre quanto nós poderemos ser daqui a 10 anos para mantermos os salários que nós temos hoje. Então, essa discussão não pode ser o que vai pautar o número de profissionais. O que tem de pautar o número de profissionais é a necessidade do sistema de saúde para o atendimento ao cidadão.

Eu queria também comentar a discussão sobre a revalidação da formação do profissional estrangeiro. E, aí, novamente, eu acho que a gente precisa ter a capacidade de colocar na mesa o que está em discussão. Primeiro, o Revalida foi um tiro no pé que o Governo Federal deu. A gente tem que falar claramente! O Ministério da Educação e o Ministério da Saúde terminaram, em vez de criar um instrumento para quebrar os guetos da revalidação nas escolas médicas, que fechavam a possibilidade de revalidação, geraram um funil único e fechado. E o mais impressionante: o Revalida nunca foi testado com formandos das escolas médicas brasileiras. Então, como é que eles podem dizer que o instrumento de validação pode medir algo se ele nunca foi avaliado na sua capacidade de avaliar? Então, a primeira coisa que se tinha de fazer era aplicar uma prova dessa natureza conformados nas nossas faculdades.

Segundo, tinha que deixar de ser um teste tão subjetivo. Quem não conhece o Revalida deveria procurar conhecer. Grande parte do teste é uma prova oral, subjetiva, que mede em sua maioria absoluta, prioritariamente, conhecimento de especialidades médicas. Então, estamos falando de um profissional clínico generalista, e o Revalida é desenhado para um processo de especialização e de avaliação de extrema subjetividade.

Terceiro aspecto que a gente pode levantar e que acho que é o principal é que quando a gente está falando de um programa para levar médico aonde não existe atenção básica, a certificação plena desse profissional para atuar em qualquer lugar do território nacional também seria outro tiro no pé.

Sinceramente, Senadora Ana Rita, eu não vejo nenhuma vantagem de o Brasil, hoje, trazer médicos que estão desempregados na Espanha, excelentes profissionais, e colocá-los para atender, na Avenida Paulista, nos consultórios privados. Não há nenhum interesse em trazer médicos desempregados de Portugal, muito bem-formados, para a minha cidade de Salvador, para irem para hospitais privados de ponta, que só recebem pacientes de seguro saúde. Precisamos trazer médicos de Portugal e da Espanha que estão desempregados, e são muito bem-formados, para atender o cidadão pelo SUS, nas periferias das grandes cidades, nos pequenos Municípios e na aten-

ção básica. E se eles tiverem as suas certificações plenas, eles não vão se limitar a essa área de atuação, porque o mercado é tão aquecido, que eles não vão ficar ganhando uma mísera bolsa de míseros R\$10 mil líquidos, de uma semiescavidão, como as entidades médicas estão dizendo, se eles podem ir para os centros das melhores cidades brasileiras para ganharem R\$40 mil, R\$50 mil.

Essa é a realidade de mercado que nós estamos enfrentando.

E, felizmente, o Brasil tem uma Presidenta com ousadia, com determinação, com coragem que a Presidenta Dilma teve em colocar essa política na rua.

Obrigado, Senadora. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Jorge José Santos Pereira Solla, Secretário de Estado da Saúde da Bahia e também representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

Obrigada pelas informações e pelos esclarecimentos aqui feitos.

Vou ler mais algumas perguntas.

Recebi a informação de que os internautas estão reclamando porque nós não estamos respondendo às perguntas por eles formuladas. Informo que as perguntas, à medida que forem lidas aqui, podem ser respondidas pelos nossos palestrantes, pelos nossos convidados. Mas acredito que, nas considerações finais, eles terão a oportunidade de se deterem mais sobre as perguntas aqui feitas.

Vou ler algumas perguntas antes de passar a palavra para a próxima convidada:

Qual a fundamentação legal, ética, técnica e política para que a população mais vulnerável, necessitada de cuidados e carente de recursos seja a única exposta à atuação de pessoas (inclusive de estrangeiros), sem comprovação de qualificação?

O Secretário acabou de falar sobre isso.

Considerando tratar-se de recuso público para atuação no setor público brasileiro, como ter acesso ao termo de adesão e às previsões contratuais para a atuação dos cubanos no Brasil, particularmente quanto às condições de trabalho e remuneração?

Como fica a maior parcela da população brasileira pobre e doente que necessita de cuidados urgentes e permanece desassistida, aguardando recursos, como leitos, equipamentos, medicamentos e profissionais?

O valor gasto pelo Governo per capita não deveria também ser levado em conta na melhora da saúde além dos médicos per capita?

O Canadá gasta quatro mil e quinhentos dólares canadenses per capita, enquanto o Brasil gasta mil dólares, de acordo com a Organização Mundial da

Saúde. O Governo fará algo para igualar o gasto per capita do Canadá?

Uma pergunta para o Ministério da Saúde:

A Inglaterra e o Canadá não atraem mais médicos estrangeiros, pois têm mais estrutura para trabalho, além de serem países de Primeiro Mundo? Por que nesses países se exigem conhecimentos de língua inglesa e revalidação de diploma e no Brasil, não?

Essa pergunta também já foi respondida pelo Secretário.

Se o Senado quer promover um debate objetivo, os Senadores precisam colaborar mantendo o foco no que está sendo debatido.

Aqui ninguém fugiu do foco. Todos se pronunciaram.

Uma pergunta ao Secretário.

Muitos países têm programas de atração de médicos estrangeiros, mas quantos deles excluem os conselhos de profissionais médicos do processo, além do Brasil?

Então, as perguntas são feitas. Na rodada final, o Dr. Fernando, a Maria do Socorro e o Dr. Jorge poderão também se posicionar com relação a essas perguntas. Se vocês quiserem dar uma olhada, há mais perguntas que chegaram aqui.

Eu quero, agora, passar a palavra para a Prefeita Maria Antonieta, do Guarujá, São Paulo, e Vice-Presidenta para Assuntos das Finanças Públicas da Frente Nacional dos Prefeitos, em representação ao Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, o Prefeito José Fortunati.

Prefeita, quinze minutos. Se houver necessidade, mais cinco.

A SRª MARIA ANTONIETA DE BRITO – Meu bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar, na pessoa da Senadora Ana Rita, todos os Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados Federais que aqui estiveram, o Senador Humberto Costa, que foi um excelente ministro. Quero cumprimentar nesta Mesa o representante do Governo da Bahia, o Secretário Jorge José; o Dr. Heleno Rodrigues, que representa o Ministério da Saúde; a Maria do Socorro, Presidente do Conselho Nacional de Saúde; o Sr. Geraldo Ferreira, da Federação Nacional dos Médicos; e, mais uma vez, o Sr. Heleno Rodrigues, que representa aqui a Unicamp, a academia, nesta discussão.

Senhores e senhoras, nesta audiência eu gostaria de iniciar falando da impossibilidade de o nosso Presidente, José Fortunati, estar participando deste importante debate. Quero aqui, em nome da Frente Nacional dos Prefeitos, expor a nossa posição, como prefeitos e prefeitas brasileiras, nesta discussão do Programa Mais Médicos.

Lembrando que, em 2012, o nosso ex-presidente João Coser, que foi prefeito de Vitória, lançou essa discussão na nossa Frente em relação à grande problemática dos Municípios brasileiros – isso estava sendo discutido por todos os prefeitos e prefeitas – quanto às nossas dificuldades, na área de saúde, para a contratação de médicos.

Em abril deste ano, a Frente Nacional de Prefeitos, sob a Presidência do Prefeito Fortunati, lançou a campanha Cadê o médico. Essa campanha recolheu assinaturas de milhares de pessoas no nosso País por conta, exatamente, dessa deficiência da desigualdade em relação à quantidade de médicos no nosso País, nos nossos Municípios.

É importante colocar que aqui nós ouvimos a opinião do representante do Ministério da Saúde; da Presidente Nacional do Conselho de Saúde; do representante do Governo do Estado da Bahia, que representa os Secretários Estaduais de Saúde e, agora, a fala do Município. Nós teremos a oportunidade de ouvir, também, a fala da categoria médica e daqueles que estão do meio universitário. Mas eu gostaria de retratar aos senhores o porquê que nós, prefeitos, defendemos esta temática.

Eu posso dizer que a Presidenta Dilma foi extremamente corajosa ao ouvir prefeitos de mais de cinco mil Municípios, com as suas diversas realidades, que, ao longo do exercício dos seus mandatos, têm uma grande responsabilidade, assim como todos os que estão nesta Mesa e neste plenário, de dar respostas à população.

Durante muito tempo, como bem colocou a representante do Conselho Nacional de Saúde, essa discussão vem sendo pauta de todas as conferências, de todas as temáticas, de todas as discussões que nós realizamos no âmbito de nossos Municípios. E eu posso afirmar, porque estou como Prefeita de segundo mandato, que a realidade da saúde que eu peguei no meu Município, em 2009, hoje está muito diferente em termos de melhoria da condição de infraestrutura, até porque, do governo Lula para cá, nós recebemos um estímulo em termos de melhoria da condição do atendimento à saúde. Isso é importante ser mencionado nesta Mesa, porque eu fui para um Município que, no início de uma gestão, estava completamente sem nenhuma condição de contratações, sem condição financeira para fazer convênios para responder às demandas da sociedade, uma vez que nós temos outros problemas que afligem o Município, como endividamento público, os precatórios, as dívidas que são contraídas ao longo de exercícios que antes não eram punidos nas suas irresponsabilidades.

Então, o gestor de 2009 para cá, com a Lei de Responsabilidade, tem ampliado suas atribuições, tem sido muito mais cobrado, tem que dar respostas aos anseios da população e tem que responder a essas determinações legais em relação a comprometimento de folha de pagamento, de percentuais constitucionais com saúde, educação, sob pena de improbidade administrativa, sob pena de uma série de punições se não realizar adequadamente seu papel.

Por que digo isso? Porque a lógica que nós temos hoje na maioria dos Municípios, pela realidade que temos, é uma lógica hospitalar, ao contrário das bases que o nosso sistema, o Sistema Único de Saúde, nos coloca que é um investimento na atenção básica. A atenção básica precisa, de fato, receber esse reforço. Se, por um lado, nós iniciamos o apoio em termos de infraestrutura – e mais uma vez cito o exemplo do Município do Guarujá –, de 2009 para cá, com o PAC da saúde, com a ampliação das oportunidades de programas do Ministério da Saúde, nós conseguimos mais unidades de saúde, mais unidades de pronto atendimento.

Como bem disse o Secretário da Bahia, as nossas equipes pouco se ampliam em termos de contratação médica. Você abre um concurso público e não aparecem pessoas interessadas em participar. Quando aparecem, depois de algum tempo, você perde os profissionais, porque há, sim, uma disputa na região, no Estado em que você está por melhor oferta de salário. E não é dizer que a categoria A tem maior direito de ter um salário melhor do que a B. Se fosse assim, o educador, o professor, aquele que forma deveria ser mais bem-remunerado nessa história.

Todos os profissionais têm o seu valor e necessitam de um plano de carreira, e necessitam de condições para desempenhar as suas atividades. E foi exatamente diante dessas dificuldades, tendo em vista de ações movidas junto ao Ministério Público, inclusive vou dar um exemplo disso: nas minhas unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, nós sofremos ação civil para contratação de 62 pediatras, sob pena de uma série de punições. E eu digo aos senhores: Abrimos concurso... Apareceu algum pediatra? Ninguém quer ir para a atenção básica. Ninguém quer ser pediatra. Ninguém quer ir para as especialidades, porque, nas nossas cidades... E eu estou falando de Guarujá, um Município costeiro, um Município importante do Estado de São Paulo, de mais de 300 mil habitantes, ao lado da cidade de Santos, onde está o maior porto da América Latina, uma cidade turística, e não consegue atrair médico.

Então, o problema da falta de médicos não é somente um problema do Norte/Nordeste. Aí nestas Re-

giões, o problema está muito mais agravado. Imagine se uma região como a minha, que está perto de São Paulo, a menos de 100 km de São Paulo, não consegue, atrair, para a nossa periferia, médicos, porque ninguém quer trabalhar na periferia, no bairro. E não é por conta da falta de estrutura da unidade de saúde, porque, com as várias oportunidades que conquistamos via Governo Federal, nas parcerias com o Governo do Estado, mas, mais nos repasses federais, nós conseguimos melhorar a estrutura física de unidades, comprar equipamentos. Apenas algumas unidades ainda precisam desses apoios, mas as ampliações e reformas, hoje, muito mais fortemente estão sendo disponibilizadas.

Então, eu digo aos senhores, o Programa Mais Médicos é um desejo das prefeituras, porque nós estamos ali no dia a dia recebendo a população. Ela não vai até o Secretário de Estado da Saúde, ela não vem até o Ministro da Saúde. Ela vai a nós, aos vereadores, ao prefeito e ao conselho de saúde. É aí que comunidade conversa, vai lá reivindicar, ou vai para o jornal, para imprensa dizer: “Olha, não tem médico no meu bairro. Eu estou há tantos dias sem consulta médica. Não consigo fazer o meu acompanhamento. Não consigo fazer o meu tratamento”. O que acaba acontecendo? Agrava o problema de saúde da população, que vai para as unidades de urgência e emergência.

Não é à toa que as nossas unidades de urgência e emergência, ao contrário da lógica da atenção básica, têm atendimentos de oitocentos a mil consultas diárias. E por que isso acontece? Não é porque a minha territorialização não está sendo feita. Eu tenho, na maioria dos meus bairros uma unidade de saúde. Onde não tinha estou construindo, mas depois a gente não tem o profissional.

Outro aspecto em que esbarramos também, é importante que os Srs. saibam, não é verdade que os prefeitos com o Programa Mais Médicos vão demitir os seus médicos, porque nos falta profissionais. O que nós temos é uma condição muito desigual para poder ter médicos atendendo nas nossas unidades.

Nós temos também os extremos de profissionais que ganham também um pouco acima dos demais, como foi bem colocado aqui, e que fogem dos seus plantões, e que não fazem os seus horários na integralidade do que são contratados, e que não atendem a população como deveriam atender. Existem os maus profissionais, mas esses não podem contaminar os bons profissionais. E é por isso que nós acreditamos que há necessidade, sim, de que nós possamos fazer esse investimento e colocar o dedo nessa ferida, que ninguém falava porque não estava pertinho daqueles que estão olhando a situação ou que não conhecem

da gestão pública no dia a dia. Eu sei o que é ter quatro prontos-socorros com atendimento de mil pessoas por dia num pronto-socorro e não ter médico.

Quando assumi o meu governo, eram quinze médicos para quatro prontos-socorros. Eu contratei, em quatro anos, 180 médicos. Hoje, destes 180, se eu tiver 150 é muito, porque a grande maioria já foi embora. E isso num Município litorâneo, perto de São Paulo, perto dos centros de especialidades, como Santos, Santa Casa, Guilherme Álvaro e outros, também próximo ao Hospital das Clínicas, porque é muito próximo para que a gente se desloque.

Então, eu digo aos senhores que eu tenho visto a tentativa de polarizar essa discussão como uma discussão sob o ponto de vista eleitoral. Não é isso que está em jogo. O que está em jogo é a vida de milhares de pessoas que precisam da atenção, que precisam da assistência médica, que precisam ser olhadas como centro dessa política que nós estamos defendendo que é o Mais Médicos.

Por isso eu entendo que a discussão nessa Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ana Rita, foi extremamente também corajosa, porque V. Ex^a trouxe à discussão, ou seja, saiu do campo só da comissão da saúde, mas para a comissão de pensar essa política de levar o médico, os recursos, uma política nacional de preparação e de formação e de novo perfil do profissional para a área da saúde para esta mesa, para o Brasil e para discussão com quem pensa e quem vota as leis. Porque eu tenho visto, como Prefeita, nos meus debates na rádio e na tevê, que a população não está contra o programa. E ele não é passageiro como estão falando. Ele tem uma linha de atuação que começa com o diagnóstico do que nós temos como potencial profissional no nosso País, que identificou que não é verdade que nós temos mais profissionais do que vagas, que nós temos mais vagas do que profissionais, que houve um grande boicote para que não se atendessem a uma necessidade nacional, uma necessidade humana de direito de ter acesso à saúde. Só a gente que passa no dia a dia com alguém tendo a necessidade, que está lá e não tem quem faça o diagnóstico é que sabe do que eu estou dizendo.

Então, estou dizendo aos senhores que eu vim com todo o prazer representar a Frente Nacional, em que pese eu não defender, na Frente, a área da saúde, defendendo a área de finanças, porque cada um de nós foi designado para uma temática. Eu falei: “Estou em Brasília, quero fazer a defesa do Mais Médicos.”

(Soa a campanha.)

A SR^a MARIA ANTONIETA DE BRITO – Isso porque é uma questão justa. Em poucos anos, nós não teremos necessidade de ter que trazer médicos

de fora. Outro erro: desclassificar a formação de um profissional de fora. Eu formei jovens através daqueles cursos gratuitos para a população carente. Eu sou educadora, sou Professora de Química; formo profissionais para o mercado químico. Então, eu posso dizer aos senhores que formei muitos jovens, que se prepararam para concursos e para vestibulares e que tiveram a oportunidade de fazer Medicina em Cuba, porque não havia o ProUni, não havia facilidade de acesso à universidade, ao ensino superior. Eu mesma, para cursar o ensino superior, tive que trabalhar em dois empregos. Conseguir o Fies era a coisa mais difícil. Eu nunca consegui.

Então, eu digo aos senhores – desculpe a minha emoção – desqualificar a formação de um jovem... Eu tenho dois jovens que vieram de Cuba, não conseguiram ainda passar no Revalida por essas características que os senhores acabaram de abordar, mas que estudam quotidianamente, estão trabalhando na minha Prefeitura, apoiando a atenção básica na área administrativa, trabalhando na parte de faturamento, percorrendo as unidades, reforçando os programas. E eu tenho um orgulho deles enorme, porque têm o compromisso com a atenção básica, tem compromisso com as pessoas mais simples, mais pobres.

É isso que falta na formação dos médicos do nosso País: essa experiência de estar lá onde há maior necessidade e sentir, ter a capacidade de sentir a dor do outro, ter a capacidade de olhar no olho daquela pessoa simples, que vem lá de um local, às vezes, enlameado, com um chinelinho, e poder tratá-lo como se fosse a pessoa mais rica, em uma condição social que ele pudesse estar atendendo. Essa é a grande diferença de atuar na atenção básica, de atuar na área pública, porque quem se forma vai poder ir para área privada, mas vai ter um olhar humano muito mais apurado, muito mais sensível, porque o direito à saúde tem que ser para todos. Não tem classe social. O cuidado de um mais simples tem que ser o cuidado de um de maior poder aquisitivo. Eu digo isso porque é isso que eu vejo na minha realidade.

Sei que temos problemas, a população ainda não está satisfeita com a saúde em todos os níveis. Não está uma maravilha. Temos as dificuldades. Há dificuldade na compra de medicamentos, porque há cartéis de empresas que dificultam. Temos dificuldade, às vezes, de dar resposta em uma reforma, em uma construção, porque, às vezes, não há áreas, ou, às vezes, não temos nem quem faça os projetos. Dependendo da quantidade dos recursos que a gente conquiste, às vezes, não se tem nada e vai para uma condição de acesso. Então, de repente, também, junto ao Ministério da Saúde, pensarem uma parte desses recursos

para que os Municípios possam contratar os projetos. Às vezes, nós não temos a quantidade de equipes suficientes para poder preparar em um tempo mais rápido de fazer e licitar dentro da nossa urgência. Eu digo aos senhores que são várias e múltiplas as realidades.

Então, nós teremos que arcar com todas as despesas? Não. O Município vai ser parceiro, sim, porque nós precisamos do profissional. O Guarujá vai receber onze médicos. Nós entramos com o pedido de dezesseis médicos. Estamos recebendo onze; na primeira leva foram quatro, e vão ser sete estrangeiros. Eu adoraria que fossem os onze brasileiros, mas as pessoas têm que se colocar, têm que se dispor, têm que ir ao encontro do outro. E o que eu vejo é que, ao longo do tempo, vocês vão perceber que nós teremos condições de ter uma política muito forte naquilo que nós necessitamos, naquilo que é a necessidade do sistema.

Hoje, esse programa vai possibilitar que o nosso País dê uma direção à formação, ao preenchimento das vagas que o mercado possui e dará uma condição de a gente poder fazer um atendimento em saúde mais digno,...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA ANTONIETA DE BRITO – ... com mais qualidade, porque é isso o que nós buscamos para a nossa população.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Obrigada, Prefeita Maria Antonieta, que muito nos orgulha como mulher, ser Prefeita de uma cidade e poder estar aqui falando em defesa da saúde pública. É a Prefeita de Guarujá, São Paulo, reafirmo, vice-Presidenta para Assuntos das Finanças Públicas da Frente Nacional dos Prefeitos, que está aqui em representação do presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, o Prefeito José Fortunati.

Muito obrigada pela sua exposição.

Eu vou passar a fazer a leitura de mais perguntas que chegaram, e, em seguida, vou conceder a palavra ao presidente da Federação Nacional dos Médicos.

Então, algumas perguntas:

Vinte e cinco anos de SUS, onze deles sob este Governo. Este programa está sendo oportunista. Não contempla as necessidades, é um paliativo. Que agrava o sistema. Atenção básica sem suporte?

As perguntas, em minha opinião, já estão sendo respondidas pelas informações e pela fala de todos os nossos convidados e convidadas.

“Os médicos não conseguem chegar aos extremos. Falta uma rede de logística e apoio médico, com hospitais equipados e hidroaviões, ambulâncias para as emergências na Amazônia. Só o médico não adianta.”

Uma pergunta direcionada ao Conselho Nacional de Saúde:

Quais outros profissionais faltam no setor de saúde no interior do País? Você apoiaria a vinda de outros profissionais de saúde sem revalidação de diploma (assim como no Mais Médicos) para suprir essas e outras carências de profissionais?

Hospitais equipados e hidroaviões para atender a população básica? O cara chega com uma dor de barriga, e o médico vai precisar transferi-lo para uma emergência. É isso? Menos, bem menos.

Óbvio que é paliativo. Se falam frequentemente que é uma medida emergencial porque não temos médicos suficientes no País. Há mais de 700 Municípios sem médico algum. E mesmo com o programa, mais de 500 que sequer foram selecionados.

Aumentar o financiamento sem ter mecanismos de controle, auditorias de contas médicas, de materiais especiais, de compras de medicamentos não vai aumentar a corrupção no sistema? Dinheiro desperdiçado novamente?

Não vou nem comentar. Não vou nem comentar essa pergunta.

O SUS ficou estagnado por 20 anos. O material não foi repostado. Houve o sucateamento do sistema. O médico foi desvalorizado e sobrecarregado, ficou sem condição de trabalho e deixou o SUS. Uma tendência?

Uma pergunta para a Maria do Socorro:

O que o Conselho Nacional de Saúde acha do modo como o Programa Mais Médicos foi implantado? Essa política não deveria ter sido amplamente debatida e aprovada no Conselho Nacional de Saúde antes do lançamento? Esse tipo de procedimento não enfraquece o controle social?

Uma pergunta para o Dr. Jorge:

Qual a sua opinião sobre o pacto da saúde anunciado em resposta ao clamor das ruas? As ações mais visíveis referem-se ao Mais Médicos. Isso é suficiente para atender às expectativas da população?

Para o Prefeito José Fortunati, dessa forma fica para a Prefeita Maria Antonieta:

Quais as condições de acolhimento desses profissionais vão ficar a cargo das prefeituras moradia, alimentação, deslocamento, passagens para o médico e seus familiares?

Estas aqui já foram lidas. Há mais algumas perguntas aqui. Eu as lerei após a fala do Dr. Geraldo.

Convido o Dr. Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos – a Fenam –, também por 15 minutos, e se houver necessidade, por mais cinco minutos.

Dr. Geraldo.

O SR. GERALDO FERREIRA FILHO – Bem, meu bom dia a todos! Agradeço a Senadora Ana Rita pelo convite para participar desta audiência. Minha saudação aos componentes da Mesa – Dr. Fernando, a Sr^a Maria do Socorro, Secretário Jorge Solla, Prefeita Maria Antonieta, Dr. Heleno Rodrigues –, aos Senadores presentes no auditório, aos companheiros médicos, aos participantes desta audiência.

Inicialmente, Senadora, nós vamos protocolar uma correspondência ao Presidente do Senado e, como estamos aqui no Senado, eu queria levar ao conhecimento dos participantes, como forma de abrir aqui a minha fala.

Il^{ms} Srs. Senadores da República Federativa do Brasil, Srs. Senadores, a Federação Nacional dos Médicos, representante dos 54 sindicatos médicos brasileiros e dos 400 mil profissionais da nossa categoria, manifesta a V. Ex^{as} o orgulho pelo Parlamento brasileiro na reconquista de suas prerrogativas e na sua independência para criar e votar os melhores projetos para o povo brasileiro.

Nas votações do Congresso Nacional no dia 20 de agosto, quando foram votados os vetos da Presidente Dilma, a Lei do Ato Médico, o grito tantas vezes repetido pelos médicos – “O Congresso é soberano” – dá uma dimensão da nossa crença no Parlamento brasileiro e nos Deputados e Senadores que nos representam.

Eventuais vitórias ou derrotas em projetos que interessam a categoria médica não tiram, nem tirarão, nosso respeito pelo Parlamento brasileiro. Aos que tivemos o orgulho e a alegria de nos acompanharem com o seu voto, o nosso agradecimento particular e a certeza de que estaremos juntos nos próximos embates em todos os temas que envolvam os interesses da construção da nossa grandiosa Nação e as questões referentes à medicina, à saúde e ao bem-estar do povo brasileiro.

Seria difícil nominar aqueles a quem devemos agradecimentos especiais, certamente a comunhão dos nossos pensamentos dará o entendimento àqueles que consideramos mais do que representantes; na verdade, irmãos de luta.

Solicitamos [a correspondência é ao Presidente do Senado] que V. Ex^a transmita essa correspondência aos Senadores brasileiros como uma homenagem da Federação Nacional dos Médicos e dos 400 mil médicos do Brasil.

Essa é uma forma de homenagear o Parlamento, pela grandeza que tem tido no debate das questões públicas e particularmente pelo presidente de uma federação que, através de sucessivos embates, sempre teve o apoio de vereadores, Assembleias Legislativas,

Câmara Federal e Senado na discussão desses sistemas relevantes e importantes.

Quando assumimos a Federação Nacional dos Médicos, Senadora, há um ano a sua presidência, nós criamos a Comissão de Direitos Humanos. Por isso considero esta audiência profundamente importante. A partir daí, determinamos a uma comissão que iniciasse visitas aos Estados, aos Municípios, aos hospitais, às unidades de saúde para conhecer a realidade local e ouvir as queixas da população. Conseguimos enquadrar como violação de direitos humanos uma série de problemas que estão acontecendo no atendimento à saúde pública ou à saúde em geral no Brasil, o que nos levou a uma visita à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Costa Rica.

Nós estamos finalizando um protocolo, um documento, sobre o qual já tivemos oportunidade de discutir algumas vezes com a Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República e, claro, iniciando as discussões no Brasil, mas que se não se ultimarem satisfatoriamente poderá nos levar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, essa sediada em Washington, para levarmos ao conhecimento internacional essa violação de direitos humanos na área de saúde, que acontece com intensa violência no nosso País.

Que violações são essas que nós conseguimos detectar de forma muito agressiva? Pacientes em corredores nas situações mais desumanas possíveis: em macas, no chão, recebendo ressuscitação pulmonar, cardiopulmonar, em situação inadequada, em hospitais como o de Urgência e Emergência do Rio Grande do Norte, o Hospital Walfredo Gurgel, de 30 a 35 pacientes, diariamente, em condições inadequadas, esperando uma vaga de UTI, o que motivou o pedido de demissão, na semana retrasada, de cinco cardiologistas, que não suportavam a tarefa diária de ter que escolher um ou outro que pudesse ocupar um ou dois leitos de UTI, enquanto os outros 30 esperavam a morte; exames que são feitos meses depois de solicitados por não terem possibilidades de serem atendidos em razão da demanda e da falta desses equipamentos; pacientes que fizeram esses exames, em situação inicial de doença, e quando foram atendidos e diagnosticados já tinham perdido a janela de cura; consultas a especialista que duram meses para serem atendidas, como um cardiologista, um nefrologista, um reumatologista ou um endocrinologista; degradação das unidades de saúde onde os pacientes são atendidos no meio do mofo, em meio da ferrugem, com tensiômetros não verificados, quebrados; filas de cirurgias imensas, em situação de gravidade, como câncer de mama, câncer de próstata; filas de cirurgia para procedimentos mais eletivos, mas injustificadamente esperas de até três anos.

No Instituto de Traumatologia (Into), no Rio de Janeiro, uma das joias do Ministério da Saúde, há, Senador, uma fila de 15 mil pacientes esperando ser atendidos naquela unidade. Então, isso provoca uma geração de sequelados e de candidatos à morte. Então, nessa área, a violação é absurda. Bem, claro que essa violação atinge também o direito à assistência primária, provocada pela ausência também de profissionais médicos nessa área.

Parabéns ao Governo, evidentemente, por entender a necessidade de resolver essa área de dificuldade de acesso, que é também uma violação dos direitos humanos da população, reconhecida pela classe médica!

Daí se concluir, com muita tranquilidade, que as entidades médicas não são contra o Programa Mais Médicos, elas são contra aspectos do programa, porque, na tentativa de resolver uma parte das violações dos direitos humanos, o Governo cria a mais espetacular violação de direitos humanos contra uma categoria profissional, contra a categoria médica, levando à criação de uma precarização absoluta, seja dos profissionais brasileiros, seja dos estrangeiros. Daí por que nós não somos contra a vinda de médicos estrangeiros, mas somos contra, doutores, à exploração dos médicos estrangeiros que se veem na iminência de serem colocados em trabalho escravo no nosso País.

Então, nós precisamos, com muita seriedade, debater aspectos desse programa que precisam de correção. Nós não temos como aceitar uma simulação de aspectos do programa que transforma assistência à saúde, assistência de trabalho em ensino. É uma forma simulada de agredir os direitos trabalhistas.

Então, quando os prefeitos dizem que querem médicos, eu imagino, Dr^a Maria Antonieta, que os prefeitos querem para trabalhar. Eu imagino que seja isso. Eu imagino, Secretário Jorge Solla, que os prefeitos e os Estados querem médicos para assistir à população. Eu não imagino que foram pedidos médicos para estudarem nas suas cidades. Eu não imagino. MMAS o programa diz isso. Diz que os médicos vão lá para o Guarujá para estudar. É um programa de ensino do Governo. Daí por que eles são remunerados por bolsa, daí por que eles não fazem concurso, daí por que eles não têm uma carreira.

Nós nos reunimos, semana passada, com as centrais sindicais, invocando o seu auxílio, a sua ajuda e clamamos também ao Congresso Nacional, porque nós não entendemos que seja possível se violar, sob qualquer ponto de vista, os direitos conquistados à custa de sangue e suor, os direitos trabalhistas, inclusive são irrenunciáveis. Nenhum trabalhador, nem estrangeiro, pode chegar ao Brasil e abrir mão desses

direitos trabalhistas. Nós temos a obrigação de garantir esses direitos a esses trabalhadores.

A outra violação importante, nós temos discutido e com muita intensidade com os grupos de direitos humanos. Nós temos um grupo, inclusive, ligado à UnB. Nós vamos ter em setembro agora uma discussão sobre direitos humanos no âmbito da saúde, que é uma matéria relativamente nova, relativamente recente. Nós temos ainda poucos especialistas nessas áreas, mas fica bem claro que é uma violação de direitos humanos, nós concederemos dois tipos de assistência aos cidadãos brasileiros, uma assistência com médicos concursados, uma assistência com médicos de qualidade aferida, com médicos aprovados por suas faculdades, onde fizeram provas mensais ou bimestrais e, ao fim de seis anos, receberam o curso; e nós aceitarmos que uma parcela da população brasileira receba assistência não de profissionais desqualificados, Doutora, mas de profissionais que não foram avaliados.

Não há qualquer pretensão de qualquer entidade médica ou particularmente da Federação Nacional dos Médicos de desqualificar qualquer profissional formado em Cuba ou em qualquer país. Mas acho que se a Federação Nacional dos Médicos compactuasse com a vinda de profissionais sem revalidação para que eles sejam submetidos a uma área geográfica e dali não puderem migrar, isso é proibido por tratados internacionais. Proibido.

Como é que você fixa uma área geográfica? Por meio de concurso. É esse o método de fixação. Então, quando se diz que não há médicos em determinada região, é porque os concursos federais... Eu até entendo, nós discutimos amplamente no Rio Grande do Norte, eu sou de lá... Semana passada, nós estávamos na Advocacia Geral da União discutindo com o presidente da Frente dos Prefeitos do Rio Grande do Norte, Prefeito Benes Leocádio. E eu entendo a posição dos prefeitos. Os prefeitos querem os médicos pagos pelo Governo Federal, porque as prefeituras têm dificuldades reais de pagamento e de custeio da saúde. A maioria delas há muito já superou o nível dos 15%. Elas gastam 20%, algumas 25%. Algumas chegam a 30% dos seus orçamentos. Então, está mais do que entendido, compreendido a posição dos prefeitos de quererem médicos pagos pelo Governo Federal, porque, na maioria dos concursos realizados pelas prefeituras, os salários estão muito distantes dos R\$20 mil, Senadora Ana Rita. Os salários são de R\$1.000,00, os salários são de R\$1.500,00.

(Soa a campanha.)

O SR. GERALDO FERREIRA FILHO – Agora, como é que o médico pode atingir alguma coisa parecida com R\$20 mil? Trabalhando 24 horas por dia,

em plantões complementares, os 30 dias do mês. É outro regime de escravidão. Se o médico for trabalhar 40 horas, depoimento da cidade de São Gonçalo, no Rio Grande do Norte, de uma médica dermatologista, contratada por essa cidade, concursada dessa cidade, veio perguntar o que o sindicato médico do Rio Grande do Norte poderia fazer por ela, porque ela recebia, então, um salário de R\$800 e não dava plantão e não cumpria outras atribuições senão aquela carga horária para a qual tinha sido contratada e recebia R\$800. Essa é a realidade dos médicos brasileiros neste momento, neste País.

Nós não temos nada e nem há um embate contra as outras categorias profissionais. Nós até elogiamos o Governo na hora em que o Governo prepara um projeto de assistência aos presidiários, em que diz que, para cada médico tem que ter, Senadora, um enfermeiro, tem que ter um odontólogo, tem que ter um auxiliar de enfermagem, tem que ter uma psicóloga, tem que ter um assistente social. Fantástico! É esse o programa que nós queremos para a sociedade brasileira. E nós seríamos ingênuos se nós fôssemos contra o Programa Mais Médicos que cria um mercado para 15 mil médicos. Como nós poderíamos ser contra isso?

Agora, desta forma precarizada, Srs. Senadores, é impossível a Federação Nacional dos Médicos apoiar. Nós precisamos, através dessas 567 emendas, que estão no Congresso Nacional, nós corrigirmos estes pontos, porque esta, efetivamente, é a mais extraordinária tentativa de precarização de uma profissão.

Então, se, por um lado, nós entendemos que há violações gravíssimas dos direitos humanos, as quais a Federação se coloca à disposição da Senadora Ana Rita e do Congresso para discutir em profundidade e ajudar a corrigi-las, nós não entendemos que a população brasileira mereça este tratamento que está recebendo nas unidades de saúde, e nós aplaudamos o Governo na sua tentativa de corrigir o acesso que muitos cidadãos brasileiros não têm sequer ao atendimento primário. Nós, ao mesmo tempo, Senadora Ana Rita, não podemos aceitar a violação que se quer praticar contra os direitos humanos dos trabalhadores, nem dos brasileiros, nem dos estrangeiros, porque o Brasil extinguiu a escravidão há mais de 150 anos.

Então, nós não podemos aceitar que cidadãos estrangeiros venham sem a possibilidade integral de exercerem o seu papel como médicos no Brasil.

Para finalizar, eu queria deixar muito tranquilo os outros profissionais, ou os participantes da Mesa que, porventura, tenham dado interpretação equivocada e dizer que os médicos brasileiros não têm medo de concorrência e nem queremos privilégios. Agora, achamos que o sistema legítimo de colocar os profissionais para

servir a população brasileira é o concurso público. Nós não entendemos que, sob qualquer pretexto, se firam esses itens constitucionais.

Então, o Governo Federal, se quer disponibilizar profissionais para os Municípios, o que é muito bem-vindo, essas 15 mil vagas serão formidáveis para assistir à população brasileira, que o Governo Federal haja conforme a lei. Que o Governo Federal faça um concurso público, numa carreira federal e que distribua através de convênio esses médicos para os Municípios. Nós estaríamos resolvendo a situação; o Ministro Padilha estaria numa situação muito mais confortável do que a situação em que se colocou agora.

Eu queria dizer que, apesar de ter ouvido algumas falas raivosas, e apesar do olho, o olho físico não ter enxergado, o olho da alma até viu um filete de sangue escorrendo pela boca – é tanto ódio da classe médica sem justificativa –, mas, de qualquer forma, eu quero dizer que a classe médica está de coração tranquilo, consciente de seus deveres e de sua obrigação com a saúde pública brasileira, querendo servir ao povo brasileiro, e nós nos colocamos aqui, nesta Comissão, para apoiar, Senadora Ana Rita, todas as lutas em defesa da assistência ao povo brasileiro.

(*Soa a campanha.*)

O SR. GERALDO FERREIRA FILHO – E defendemos, com toda a veemência, os direitos trabalhistas aos médicos brasileiros e aos médicos estrangeiros que tenham os direitos plenos de cidadania quando vierem exercer a profissão no Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradecemos aqui a fala e o pronunciamento do Dr. Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

Antes de conceder a palavra ao Sr. Heleno, eu vou ler as últimas perguntas, embora tenham chegado outras, mas não será possível poder ler todas.

Essa aqui, em particular, não é uma pergunta para nós, mas é uma afirmação de um internauta questionando um outro internauta.

Então, ele diz assim:

Salário de R\$20 mil não segura ninguém? Em que país você vive, Madson? E que estrutura você quer para atender a atenção básica? Você já trabalhou na saúde da família? Sabe que o contato é humano de visita ao paciente?

Ele está questionando uma afirmação que o Madson fez.

Esta pergunta é para o Sr. Geraldo:

Como estabelecer tratamento digno à população com apenas um médico isolado, sem estrutura mínima,

com deficiência na formação básica? Esse projeto é utópico e eleitoreiro?

Para o Sr. Heleno – Sr. Heleno, o senhor ainda não se pronunciou, mas já vou antecipar uma pergunta aqui:

Saúde se conquista com um conjunto de ações e condições de sobrevivência. O Programa Mais Médicos tem esta capacidade de prover qualidade de alimentação, água limpa, moradia e dignidade? Ou é incompleto?

As próximas perguntas são direcionadas ao Secretário Estadual de Saúde:

Ao se criarem as estruturas de saúde nos Municípios da Bahia, que incentivo foi dado ao profissional médico para preencherem essas vagas e mantê-los? Salário de R\$20 mil não segura ninguém em um ambiente de trabalho ruim.

Também para o Secretário:

Os concursos públicos da prefeitura pagam em torno de R\$8 mil, enquanto para analista do Governo Federal pagam R\$6.500, para curso superior em qualquer área (quatro anos, estudo noturno). Qual é o salário adequado para alguém que estuda 12 anos, período integral?

Também para o Secretário:

Qual sua opinião sobre o pacto da saúde anunciado em resposta ao clamor das ruas? As ações mais visíveis referem-se ao Mais Médicos. Isso é suficiente para atender às expectativas da população?

Também para o Secretário:

O Sr. Jorge acaba de explicar porque não vão aplicar o Revalida aos estrangeiros. Os cubanos não passariam em uma prova de especialidades. Eles não são de atenção primária.

Para o representante da Frente Nacional dos Prefeitos:

Por que os prefeitos não demandam soluções mais permanentes na área de recursos humanos, como carreira federal do SUS, para fixar os profissionais, por meio de carreiras realmente atrativas no longo prazo?

O SUS ficou estagnado por 20 anos, o material não foi repostado, houve o sucateamento do sistema. O médico foi desvalorizado e sobrecarregado, ficou sem condição de trabalho e deixou o SUS. Uma tendência?

São essas as últimas perguntas.

Concedo a palavra ao Sr. Heleno Rodrigues Corrêa Filho, Acadêmico, Especialista em Saúde Coletiva.

Da mesma forma, Sr. Heleno V. S^a tem a palavra por 15 minutos e, se for necessário, lhe concederemos mais 5.

O SR. HELENO RODRIGUES CORRÊA FILHO

– Desejo cumprimentar a todos, dar o meu bom dia! E agradecer, na pessoa da Senadora Ana Rita, a honra de participar desta Mesa e ser convidado para opinar

segundo um ponto de vista de professor e participante da Academia e de Escola Médica. Na pessoa da Senadora Ana Rita, eu cumprimento as demais Senadoras e Senadores que aqui estão e estiveram, os Deputados e Deputadas, as autoridades, assim como os participantes da Mesa.

Vou direto ao assunto tendo em vista que temos pouco tempo para fazer esse debate. É impossível esgotar todas as características do tema numa Mesa como esta, mas me sinto extremamente recompensado pelo que ouvi e pelas manifestações tanto da Senadora, na abertura, quanto dos Senadores que se pronunciaram e dos palestrantes que aqui falaram sobre essas características do Programa Mais Médicos, da Medida Provisória nº 621.

Eu gostaria de ressaltar como me senti representado como cidadão brasileiro pela palavra da Sr^a Maria do Socorro, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, que chamou o assunto para o domínio dos direitos humanos e como política pública, no que foi secundada pelos demais componentes da Mesa, na manifestação tocante e muito emocionada, que me contagiou, da Prefeita Maria Antonieta, que colocou, sob o ponto de vista dos prefeitos, o que certamente é uma angústia, uma agonia do gerenciamento dos sistemas Municipais, na insuficiência de recursos e fundamentalmente na contrição imposta pelas leis, das quais destaco uma lei que exerceu um papel duplo, positivo, de prestação de contas dos Municípios, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e que criou – a mesma lei – um limite que é incompatível com a sobrevivência dos Municípios e com a gestão municipal, que é fixar em 60% o teto de pagamento de recursos humanos, quando historicamente, antes dessa lei, os Municípios gastavam entre 80% e 90%, o que significa que eles passaram a ser pressionados a entregar seu orçamento em infraestrutura, em cobertura de logística e em todos os outros recursos que representam aquisição, materiais, construção civil, mas não podem pagar por recursos humanos, para que exerçam o papel profissional na área de saúde e educação, principalmente, sem contar as áreas de justiça, assistência social e outras áreas correlatas.

Isso deixa os prefeitos brasileiros hoje manietados, impossibilitados de trabalhar, sendo que são eles a frente do Sistema Único de Saúde no nosso País, numa Constituição Cidadã que atribuiu à Saúde como responsabilidade social, direito do cidadão e dever do Estado. É um papel em que o Governo Federal vem colocando crescentemente uma lacuna quanto à sua contribuição para o Sistema Único de Saúde – que infelizmente é decidida também aqui, no Parlamento –, quando retirou, por exemplo, a CPMF que iria para

a saúde, sob alegações políticas que venceram aqui, no Parlamento, numa votação, contra a população brasileira, que foi a da retirada da CPMF como contribuição para a saúde.

A população perdeu. E esse momento em que a população perdeu se deve a um conflito entre a teoria neoliberal de um Estado mínimo cortando recursos humanos, eliminando as carreiras de Estado.

Eu, particularmente, como médico, trabalhei no Estado de São Paulo numa carreira que foi extinta, a carreira de médico sanitário do Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo andou para trás, porque, tendo sido um dos Estados que criou carreira, foi também um dos primeiros, sob esse mesmo preceito neoliberal, em extinguir a carreira e, portanto, afastar os médicos que tinham feito essa escolha, privilegiando um mercado e ignorando a formação de oligopólios privados, como é o caso da recente aquisição da empresa de seguro-saúde e convênios da Amil por um monopólio estrangeiro, um oligopólio, contra o qual pouca gente se pronunciou.

E, diante dessas restrições, dessas limitações legais, é importante dizer – acho – que a iniciativa do Governo Federal, da Presidenta Dilma, de lançar um Programa como esse, Mais Médicos, tem a virtude de trazer para o debate dos direitos humanos e da área da política pública a necessidade do profissional médico.

Com qualquer erro que possa conter – e eu gostaria de dizer que desde o primeiro momento, eu me manifestei, como professor da área de Medicina contra a precarização do trabalho tanto de brasileiros quanto de estrangeiros, que foi aqui manifestada pelo Dr. Geraldo Ferreira Filho –, que essa precarização pode ser corrigida, aqui, no Congresso, pelas emendas e pelo trabalho dos Congressistas em torno desse aspecto.

Isso não tira do Programa, da Medida Provisória, a importância que ela tem por trazer para o cenário político o debate da necessidade, sim, de médicos, que antes era contestada, inclusive, por entidades de representação da categoria médica. E, faltando esse tipo de profissional, como faltam outros, o Estado tem que se posicionar para levar recursos e para colocar condições para que esses médicos trabalhem, desde a infraestrutura até a logística de operação da prestação de cuidados assistenciais.

É evidente que, podendo ser corrigidos os aspectos trabalhistas e legais, para que não sejam criados médicos escravos, que possam ser impossibilitados de migrar ou de sair de seus locais de trabalho, é também necessário colocar condições. Se a pessoa aceita ir trabalhar num determinado Município, que chamo de fronteira social ou fronteira do País, que hoje está de-

sassistida, e ela se recusa a permanecer e sai de lá, ela está quebrando um vínculo contratual.

Então, se houver ruptura de contrato, deve haver também regras para isso que, acredito, aqui no Congresso, é possível estabelecer e melhorar essa medida, mas não desvalorizar a iniciativa, não deixar de reconhecer o mérito da Presidenta Dilma em ter tomado essa iniciativa, que é necessária para reestruturar o sistema de saúde, para colocar mais profissionais na linha de fronteira, onde hoje não há uma população assistida.

Eu queria relatar que há uma tergiversação a respeito de dois tipos de cuidados: cidadão de primeira e de segunda categoria. Na verdade não existem dois tipos de cidadãos. Existe um cidadão com cuidados e um cidadão sem cuidados. A Prefeita do Guarujá está falando que há unidades abertas com infraestrutura e logística nos mais importantes Municípios, como, por exemplo, o Guarujá, mas que não tem o profissional presente.

Não se trata de decidir se o profissional que vai atender lá é de boa ou má qualidade; o problema é que ele está ausente. Não há profissional. Então, para se colocar esse profissional lá é necessário um processo de avaliação. Acredito e ouvi longamente uma audiência pública pela televisão, não sei se foi no Senado ou na Câmara, e vi o Ministro Padilha sendo arguido a respeito até altas horas da madrugada. O programa passou na TV a cabo. A resposta que foi dada é que as universidades brasileiras fariam essa avaliação.

Tem havido uma grande quantidade de argumentos que, de fato, buscam desqualificar médicos formados em Cuba. E isso é, sim, xenofobia, é raiva política contra médicos cubanos, é um desprezo por médicos formados num sistema socialista e de acesso público à medicina.

Não quero entrar nessa área que busca desprezar médicos brasileiros formados em Cuba e, às vezes, desqualificar, dizendo que não têm carga horária suficiente, mas já cheguei a ouvir lideranças médicas dizendo que eles tinham o equivalente a três semanas de formação no Brasil enquanto o Brasil dá seis anos de curso. É uma forma rasteira de desqualificar aquilo que deve estar sendo, na verdade, outro foco.

Os médicos formados fora do Brasil têm, sim, qualidades variáveis dos médicos formados aqui dentro. E a formação médica, falando agora como professor e acadêmico, tem desqualificado as escolas médicas públicas, rebaixado o salário dos professores das instituições federais estaduais públicas de ensino médico e multiplicado uma quantidade inconveniente de escolas privadas de fundo de quintal em Municípios que não têm estrutura nem para prestar assistência primária.

Não vou mencionar nenhum aqui para não privilegiar um e desprivilegiar outros, mas há condições de melhorar o ensino público médico, investindo mais recursos, melhorando o pagamento dos professores, requalificando e, fundamentalmente, fechando escolas que foram abertas e nunca deveriam ter sido autorizadas a funcionar, escolas que funcionam com o beneplácito, inclusive, de lideranças médicas que costumam dizer que são contra a abertura de escolas, mas que não falam e não apontam especificamente os interessados.

Há um grupo lobista de empresários de ensino médico que tem conseguido abrir escolas onde não devem ser abertas escolas. E a presença de uma escola médica não significa que em torno dela a assistência à saúde vai melhorar, porque os profissionais saem da escola e vão para os grandes centros, vão para os grandes Municípios. O fato de localizar uma escola num Município distante absolutamente não significa que aquele Município ou os Municípios vizinhos terão melhor assistência à saúde. Pelo contrário, é necessário saber se há condições de fixação e de carreiras, sim. E a defesa da carreira, aqui, pelo Dr. Geraldo Ferreira Filho, eu também faço. Acho que também deve ser feita a defesa das carreiras de Estado.

Um aspecto positivo da Medida Provisória nº 621 é a decisão de investir recursos federais diretos na colocação dos profissionais nos Municípios, o que representa um reforço financeiro na atuação municipal, o que seria inviável pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, o próprio Governo Federal, quando paga o médico e a infraestrutura para que esse médico possa ir para lá, está reconhecendo que o Município está esgotando os seus limites, está atuando fora da sua capacidade imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal e isso, do ponto de vista do apoio à medida provisória, traz a constatação da necessidade de melhorar, o que pode ser feito no Parlamento. Não significa, de maneira alguma, permitir, por exemplo, que o trabalho do médico seja precarizado.

Eu queria aqui fazer uma distinção entre dois tipos de profissionais médicos estrangeiros. Não me estou referindo aos brasileiros formados fora do Brasil. Estou me referindo a estrangeiros que venham para cá. Eles poderão ser profissionais contratados migrantes, mediante editais internacionais justos e com direitos trabalhistas e previdenciários reconhecidos. Essa forma de chamá-los de aprimorandos ou intercambistas realmente foi inadequada, que não deve persistir nem deve caracterizar o trabalho de nenhum profissional. Devemos defender, para quem tem a perspectiva do Mercosul e da Unasul, o direito de os profissionais médicos terem suas competências reconhecidas e de

migrarem de um país para outro, o médico brasileiro atender no Peru, o médico peruano atender no Brasil, desde que as normas sejam estabelecidas e claramente respeitadas.

Outra condição diferente é a das missões internacionais ou internacionalistas, que são missões de Estado, que podem ser feitas, por exemplo, com o governo cubano. O governo cubano tem médicos com experiência em atenção na África, no Caribe. O governo cubano tem brigadas médicas que apóiam o Haiti depois do terremoto e que estão lá fazendo uma grande diferença para melhorar as condições da população haitiana. Esse grupo de médicos não é um médico que se candidata a vir para cá trabalhar. Se vier para cá uma missão internacional cubana, ela pode ser reavaliada pelas universidades brasileiras, como está propondo o Ministro Padilha, e tratada de maneira diferente, porque sabemos que, sendo uma missão internacional, eles irão embora, não vão fixar ninguém aqui. Mas se um médico português, espanhol, cubano ou de qualquer outra nacionalidade vier trabalhar no Brasil, ele tem, sim, intenção de se fixar como profissional e merece, por isso, todos os direitos trabalhistas e previdenciários respeitados, como queremos para qualquer médico brasileiro.

Fiz algumas transparências, nem me preocupei em mostrá-las, porque acho que é só um passeio sobre o tema. Vou deixá-las como subsídio para o trabalho da Comissão de Direitos Humanos. Não se trata de médicos, a medida provisória trouxe também a proposta de discutirmos mais SUS e nisso vão todos os outros profissionais. Coloquei três tópicos, o financiamento, a estrutura e as equipes multiprofissionais, para deixar claro que esse assunto não trata apenas da questão do trabalho do médico, trata da assistência à saúde como direito humano, como direito social e como política pública, e já temos um consenso nesta Mesa.

Quanto ao financiamento do SUS, gostaria de destacar a questão mais recente levantada pela proposta de 10% da receita bruta da União e não da receita líquida, porque a receita bruta reflete o que o Estado arrecada e não aquilo que sobra depois que são cortadas todas as outras obrigações financeiras da União.

Recentemente, também, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – Cebes, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco e a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade fizeram um manifesto colocando a necessidade de um imposto geral sobre a movimentação financeira de impostos sobre as grandes fortunas e de uma nova lei sobre remessa de lucros, voltando ao que, no ano de 1963, fez com que fosse derrubado o Presidente João Goulart. Quando ele tocou nesses temas, que significavam uma reforma

da lei brasileira de impostos que ia taxar muito mais o capital do que o trabalho, ele foi derrubado. Estamos, de novo, na mesma conjuntura social. Para colocar o SUS novamente de pé temos de fazer isso aí.

Várias outras coisas. Uma delas, a definição da implantação do cartão nacional do SUS como regulador e como compensador das assistências à saúde entre os Municípios que deveriam fazer consórcio para, quando um Município atender paciente de outro Município que deveria estar prestando assistência primária, ter a compensação imediata da transferência fundo a fundo. E várias outras coisas a que não vou me deter aqui pela limitação do tempo.

Um aspecto, só para finalizar. Do ponto de vista acadêmico de professores universitários, a responsabilidade de formar e avaliar profissionais médicos é das universidades, não dos conselhos regionais de medicina, não do Conselho Federal de Medicina, não da Federação Nacional dos Médicos, que são órgãos com outras finalidades. Se houver o estabelecimento dos exames de ordem e se o Revalida não for colocado como um exame realmente revalidador, e não capturado hoje para fins de xenofobia, quem vai fazer realmente a avaliação são as universidades, no que o Ministro Padilha está plenamente correto. E devem ser realmente fechados os cursos desqualificados que já existem, impedindo-se também a captura corporativa dos concursos de acesso às carreiras de Estado.

Outras coisas que poderiam ser debatidas aqui eu deixo como subsídio, para que a Comissão possa, mais tarde, discutir.

Eu gostaria de responder ou buscar responder aqui se o Programa Mais Médicos tem a capacidade de resolver condições de sobrevivência. Essa é uma pergunta feita pela Internet que, evidentemente, remete a um assunto mais amplo.

Nós não estamos falando da saúde como um setor exclusivo dos direitos humanos. Estamos falando que os Direitos humanos incorporam a saúde. E quando alguém pergunta sobre qualidade de vida, alimentação, água limpa, moradia e dignidade, só tem uma resposta: é a democracia.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Professor Heleno Rodrigues Corrêa Filho, Especialista em Saúde Coletiva.

Eu vou agora conceder a palavra ao Senador Humberto Costa, que está aqui desde o início acompanhando todo o debate, ouvindo os nossos convidados e convidadas, que também escutou e pôde acompanhar as perguntas dos internautas.

Eu apenas diria, Senador Humberto Costa, que há mais algumas perguntas dos internautas. Eu não

vou fazê-las todas, mas acho que há uma que merece a leitura.

Os médicos brasileiros alegam que seus diplomas têm valor. Eu, então, queria saber qual é o valor de uma vida? Quantos cidadãos voltam para casa por não ter um médico? Quantos morrem esperando atendimento? A medicina no Brasil tem objetivos financeiros ou está tratando de vidas?

Acho que esta pergunta está muito próxima desse debate com relação aos direitos humanos.

Há várias outras, mas em função do nosso tempo, eu vou conceder a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Bom dia a todos e a todas. Sr^a Presidenta da Comissão, Senadora Ana Rita; Dr. Fernando Antônio Menezes, representante do Ministério da Saúde; Maria do Socorro, Presidente do Conselho Nacional de Saúde; Jorge Solla, Secretário da Saúde da Bahia; Prefeita Maria Antonieta, do Guarujá; Dr. Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Fenam e Dr. Heleno Rodrigues Corrêa Filho, a quem tive a satisfação de conhecer agora.

Eu gostaria de começar, de certa forma, abordando um tema que muitas perguntas trouxeram. O Governo, é verdade, vive agora um debate mais acalorado em torno desse programa, assim como o Parlamento também, mas nós estamos discutindo uma série de questões que são relevantes para a saúde hoje.

Temos duas Comissões especiais, que estão debatendo o tema do financiamento. Na próxima semana, vamos apresentar os relatórios e as propostas de projetos de lei. Estamos debatendo o tema da responsabilidade sanitária, que terá uma incidência importante sobre as críticas que são levantadas no que diz respeito à precariedade da gestão do SUS, à falta de responsabilização. Essa proposta está também para ser votada de forma terminativa aqui no Senado e na Câmara. E também estamos discutindo a carreira nacional do médico, outra questão que foi aqui trazida.

Nós temos aqui uma proposta de emenda à Constituição do Senador Vital do Rêgo, cujo Relator é o Senador Paulo Davim, que cria a carreira do médico e nós estamos discutindo com o Ministério e com outros atores como construir essa carreira.

Acho que o Governo e o Parlamento estão muito preocupados em abordar todos os temas relevantes da saúde hoje no Brasil.

Veja, eu gostaria de fazer, primeiro, um registro. Eu me formei na década de 80. Na década de 80, tivemos, em um determinado momento, uma redução significativa do número de vagas nas escolas públicas. Cinquenta por cento na maior parte delas. Isso, por si só, já representou um descompasso entre crescimen-

to populacional e número de médicos que entravam nas faculdades.

Obviamente, uma decisão como essa foi equivocada, no meu ponto de vista, mas ela poderia ser justificada. Àquela época, por exemplo, quando alguém se formava, ele tinha que fazer uma residência, mais pela bolsa do que pela especialização; ele tinha que dar um plantão em um hospital; ele tinha que ter um consultório para tentar se firmar; ele tinha muitas vezes que ensinar; e, ainda assim, não dava um salário como o que essa bolsa hoje está propondo. Havia, de fato, uma condição de aviltamento do salário dos profissionais médicos, o que não é hoje o caso.

Ao contrário, o mercado de trabalho está extremamente aquecido, e por estar extremamente aquecido as pessoas vão escolher as melhores oportunidades para plenamente desenvolver o tipo de trabalho que desejam. Além do mais, existem outros aspectos, que são a formação que hoje nós temos nas faculdades, que fazem com que, por exemplo, a preocupação com o dinheiro seja muito maior do que foi lá atrás. Mas isso não é culpa da categoria, obviamente que não.

Nós já vínhamos com esse diagnóstico da carência de profissionais há muito tempo. Em 2003, quando eu era Ministro da Saúde, tentei, junto ao Presidente Lula, a outros atores do sistema de saúde, ao Ministério da Educação, que nós implementássemos uma política de criação de novas faculdades e de abertura de novas vagas nas faculdades já existentes. Por que essa coisa não andou? Porque havia, no Ministério da Educação, do mais graduado até o menos graduado, uma concepção de que não era papel do Ministério da Saúde querer discutir essas questões, ditar regras.

As pessoas são formadas não para virem servir ao SUS, mas com o papel que a universidade tem, na sua autonomia, de formar as pessoas para o mercado de trabalho, para a “sociedade” – entre aspas. Resultado: hoje, dez anos depois, esse problema poderia ser bem menor se nós tivéssemos, naquele momento, equacionado. Havia resistência do Ministério, por uma visão corporativa da área, e havia também um forte componente corporativo das entidades, dos profissionais médicos que tinham uma influência extremamente grande no Conselho Nacional de Educação, comandavam a Comissão Nacional de Residência Médica e se colocavam o tempo inteiro contra qualquer tentativa de fazer uma ampliação de pessoas para esse mercado de trabalho. O resultado é que nós não conseguimos.

Eu, inclusive, atribuo à Presidenta Dilma um dos maiores méritos nesse tema, que foi quebrar a resistência que havia no Ministério da Educação em relação a essa questão. Acho que esse foi o maior mérito. Ela

usou a sua autoridade mesmo para implementar uma política que é necessária.

Outra coisa, se não houvesse esse programa dos médicos cubanos – perdoe-me, Dr. Geraldo –, a luta da categoria seria para não abrir essas novas faculdades que estão previstas, não criar mais vagas. Obviamente seria isso. É natural. Cada categoria quer preservar o seu espaço dentro do mercado de trabalho, a sua influência, a sua importância.

Mas nós, principalmente nós que estamos à frente de espaços públicos no Executivo ou no Legislativo, não podemos nos pautar por isso. Nós temos que nos pautar pelas carências, pelas necessidades que a população, efetivamente, tem. E, já àquela época, nós fazíamos uma pergunta: formar quem, para quê? E o que existe hoje? Qualquer proposta que se levanta... Vamos fazer com que aquelas pessoas que estão formadas pela escola pública possam dar uma contrapartida para a sociedade no SUS. Aquelas pessoas que fazem a residência médica dessem uma contrapartida para o Sistema Único de Saúde. E há uma resistência fortíssima em relação a tudo isso.

O resultado é que estamos formando profissionais, com dinheiro público, para atuarem na esfera privada. A verdade é essa. E olhem que hoje, na própria esfera privada, faltam médicos, e não são poucos. Faltam médicos. As entidades médicas sabem disso. Na minha cidade, Recife, um cardiologista, para dar um plantão em uma clínica cardiológica, é feito pé de cobra; psiquiatra, para fazer atendimento público ou privado, a mesma coisa; pediatra... Pediatra! Não há médico, hoje, que queira ser pediatra. Então, temos que responder a isso para a sociedade. É isso que acho que o Governo está fazendo.

Obviamente, vamos ter de nos preocupar, inclusive, não somente com o que vamos poder atender, mas com o que vamos criar de demanda também. Quando começarmos a fazer a atenção básica, vamos começar a identificar aqueles casos que precisam de um atendimento especializado e, aí, vamos precisar construir mais ainda o espaço da atenção especializada. Mas acho que, ainda assim, compensa fazermos esse trabalho.

Hoje, não temos médicos para o Saúde da Família, não temos médicos especialistas também. Há uma carência de médicos especialistas. E acho que o Governo está tomando as medidas corretas, porque o Mais Médicos não é apenas a vinda de profissionais estrangeiros. Isso acho que é o detalhe; é o menos importante do Mais Médicos. O mais importante do Mais Médicos é que, pela primeira vez, teremos um planejamento para a formação de profissionais no Brasil. Como é hoje? Quero botar uma faculdade

de Medicina em Caruaru, entro com o pedido no Ministério da Educação, recebo lá uma visita, digo de quantos leitos vou dispor para os estudantes poderem ter acesso, digo quais são as unidades do Saúde da Família que eles vão utilizar, e a faculdade será ou não aprovada, sem levar em consideração quais são os principais problemas daquela região, se já há outra faculdade cumprindo aquele papel. A partir de agora, será diferente: o Ministério da Educação é que abrirá um edital, naquele lugar onde é necessário, para que aquelas faculdades possam optar por entrar ali. Então, isso já é uma grande coisa. Teremos novas faculdades, teremos mais vagas nas faculdades existentes, e isso tudo de uma maneira planejada. Mais do que isso: teremos, em breve, a residência médica para todos.

Acho, inclusive, que um dos pontos frágeis do programa – que acho que será corrigido aqui, até porque já vi manifestações do Ministro da Educação dizendo que o Governo reconhece isso – é que me parece um erro ampliarmos os cursos médicos em 2 anos. Mesmo a residência médica que tenha um período, digamos assim, generalista, não deveria ter esse período como 2 anos. Acho que deveria ser de 1 ano. O primeiro ano da residência seria nessa área e, depois, iria para a especialidade. Por quê? Porque nós também estamos precisando de especialistas. E aí, se formos prender ainda mais o estudante dentro da faculdade, não estaremos caminhando na linha de atender a essa outra demanda.

Essas são as políticas de longo prazo.

De curto prazo, essa questão emergencial, nós temos de defender essa ideia. Ficou provado agora, no próprio edital que o Ministério da Saúde lançou, que não tivemos, praticamente, médicos brasileiros dispostos a ir para essas áreas. E não é porque eles sejam maus, não queiram ir; é porque estamos com um mercado de trabalho aquecido. As pessoas podem escolher onde elas vão trabalhar. Um estudante se forma e, no outro dia, tem um emprego de 10, 12 mil. A realidade é essa. Enquanto não formamos mais médicos, enfim, o que vamos fazer com as pessoas que estão lá embaixo, lá em cima, no Norte, no Nordeste, na Amazônia? Enfim, o que vamos fazer com essas pessoas?

Não é verdade que faltam essas condições de trabalho. O Governo não está trazendo médicos especialistas, o Governo não está trazendo profissionais para trabalhar em hospitais, fazer cirurgias, o Governo está trazendo profissionais para o atendimento básico no Saúde da Família. O que precisa para o atendimento básico?

Uma coisa que me lembro muito bem. Na minha época de faculdade, os professores, principalmente aqueles grandes clínicos, diziam o seguinte: um médi-

co com um estetoscópio já faz muita coisa. Se não, no Brasil, acho que teríamos tido calamidades de gente morrendo, porque, no passado, era um médico que ia a uma cidade do interior, não havia uma ambulância para transferir um paciente, ele fazia de parto a cirurgia. Então, esse argumento não é convincente, embora ache e, apesar de não ter apresentado uma emenda, vou insistir, junto ao Relator, que deveríamos colocar nesse projeto. “Não, mas os Municípios que se candidatarão já têm que ter”. Não, acho que deveria colocar explicitamente. Qual é a infraestrutura necessária para um profissional na atenção básica? Tem que ter a referência para onde vai mandar o seu paciente, caso não esteja na condição dele de resolver; ele precisa ter a garantia do resgate para aqueles casos graves que precisam de um atendimento de urgência. Isso não é difícil. O Samu já caminha na linha da universalização. Que se dê prioridade a esses Municípios; se for na Amazônia, ambulância; se for em outros lugares, avião. Hoje, essa estrutura é dada.

Ele precisa de quê? Um laboratório de referência para exames simples e uma farmácia básica. Essas são as condições para se fazer esse trabalho. Vamos discutir isso aqui e vamos colocar essas coisas.

O tema dos médicos estrangeiros, que terminou se transformando no grande centro desse debate, vejo da seguinte maneira: primeiro, o que se está propondo, como foi dito, é uma questão emergencial, com prazo definido. O profissional vai trabalhar circunscrito a uma determinada área e é exatamente por isso que não podemos aplicar o Revalida. Se aplicarmos o Revalida para esses profissionais, eles terão o direito constitucional de trabalhar onde quiserem. Então para quê esse programa? Se estamos trabalhando para tentar levar profissional para onde não tem, aí fazemos o Revalida, ele ganha o seu diploma. “Eu não quero trabalhar ali não, vou trabalhar lá em São Paulo”. É ou não é a verdade? Se há um questionamento, há os critérios de avaliação, que as entidades médicas apresentem uma proposta que não seja o Revalida para essa avaliação desses profissionais; e uma avaliação na área específica onde eles vão trabalhar, que é exatamente a área da atenção básica. Então, defendo isso.

Entendo também que... Acho que é o argumento mais rasteiro, a coisa mais terrível que tenho ouvido até agora. O discurso é o seguinte: “Esses cubanos, comunistas...”. Isso é coisa de discurso de militar na época da ditadura, é de gente autoritária. (*Palmas.*) Os profissionais de Cuba são bem formados; Cuba tem um dos melhores sistemas de saúde do mundo e, nessa área da atenção básica, se não é o melhor, é um dos melhores.

Fui lá, conheci as escolas de Medicina de lá. Era bom que todo mundo fosse lá ver, saber que tipo de profissional é formado lá. Aliás, dizem alguns que o problema dos cubanos, essa resistência quando eles chegam, é a resistência para eles saírem depois, porque a população vê que as coisas funcionam, tem resolutividade. Vamos agora colocar um debate ideológico numa questão como essa que é um tema da saúde pública? Além do mais, estão vindo lastreados num convênio que quem intermedia é a Organização Pan-Americana de Saúde, a representação da Organização Mundial da Saúde para as Américas. É uma instituição altamente respeitada. Ela iria intermediar um convênio, estabelecer acordos, para trazer profissionais incompetentes para atender a população brasileira? Eu não vejo como isso possa ser uma coisa verdadeira.

Portanto, nós entendemos perfeitamente a mobilização que os médicos estão fazendo no Brasil, estão no seu direito, mas nós aqui vamos ter que pesar essas manifestações. Não vamos ignorá-las, mas, acima de tudo, nós vamos ter que pesar o cidadão lá embaixo, a cidadão lá na ponta, que hoje não têm esse atendimento.

E podem ter certeza, daqui a seis meses, mesmo que sejam 400, 700 mil e poucos, nós já vamos ver o efeito desse tipo de ação, desse tipo de atividade.

Por último, eu queria aqui também fazer uma publicidadezinha. Era bom que todo mundo que está se mobilizando hoje, os profissionais de saúde, de modo geral, os médicos, especificamente, que processem ao Parlamento o seu apoio à aprovação breve de uma nova proposta de financiamento para a saúde.

Se nós, naquela época, não nos mobilizamos, ah se tivéssemos a mobilização que estamos tendo agora na época que derrubaram a CPMF. Quando o PSDB, a oposição, derrubou a CPMF.

Aí eu pergunto: era um discurso tão bonito, “vai baixar preço”; qual foi o preço que baixou quando se acabou com a CPMF? “Nós vamos ter juros mais baixos”. Qual foi o juro que baixou por causa da CPMF? Então, acho que é importante, neste momento...

Todos sabem que eu faço parte da bancada do Governo, sou do Partido da Presidenta da República, mas não terei a mínima hesitação em apresentar uma proposta para o Senado Federal que possa contradizer ou que possa gerar conflito com o Executivo. Disso vocês podem ter absoluta certeza.

Talvez haja alguém que tenha fidelidade igual à minha ao Governo, mais do que a minha não há, com certeza. Mas nós não podemos abrir mão disso aqui que é uma questão fundamental, uma questão de direitos humanos.

Pode também encher o Brasil todo de médicos. Se não houver recursos, se não houver dinheiro para tocar as coisas, não adianta absolutamente nada. E o Governo precisa ter consciência disso.

Desculpe por eu me alongar. *(Palmas)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Humberto Costa. Sempre muito claro, muito explícito, nas suas posições, tem colaborado muito conosco aqui no Senado, em particular, também, com a Comissão de Assuntos Sociais, onde a questão da saúde é o tema que também está afeto àquela Comissão. Então, agradeço também a presença do Senador Humberto Costa aqui, pelas contribuições que nos traz.

Agora, nós vamos passar para as considerações finais da Mesa. A minha proposta é que nós façamos da última inscrição para a primeira. Mas eu vou abrir um precedente para a nossa Prefeita Maria Antonieta, porque ela tem voo agora e precisa se ausentar para ir ao aeroporto. Assim que ela fizer a fala dela, eu vou seguir essa orientação dos últimos para os primeiros.

Então, Prefeita, por cinco minutos, as suas considerações finais.

A SRª MARIA ANTONIETA DE BRITO – Eu gostaria de agradecer à Senadora Ana Rita a oportunidade de participar deste debate sobre o Programa Mais Médicos, com uma discussão tão qualificada sobre os diversos pontos de vista.

Quero dizer, Senadora, que a Frente Nacional de Prefeitos, na pessoa do nosso Presidente, Prefeito Fortunati, e todos nós que fazemos parte dessa diretoria, os prefeitos brasileiros, querem manifestar aqui o seu apoio à medida, o seu apoio à concretização, à aprovação da lei.

Quero parabenizar, mais uma vez, deixando o registro à Presidenta Dilma, ao Ministério da Saúde, por terem ouvido os clamores dos prefeitos e prefeitas brasileiros, entendido as nossas necessidades e, de modo muito especial, entendido que esse programa é uma questão de direito humano para o cidadão que depende das nossas atitudes, que depende das nossas ações na gestão da política de saúde. Portanto, eu aqui estou falando sobre o ponto de vista do Município.

Eu acredito que é o primeiro momento que o nosso País está ganhando a condição de pensar uma política voltada à saúde na questão das nossas necessidades, nas diversas especialidades e principalmente valorizando a atenção básica de fato. Eu entendo que a questão da carreira médica, os Municípios, dentro das suas possibilidades... E falo pelo meu Município, nós acabamos de fazer um plano de carreira e estamos trabalhando agora o ajuste daquelas carreiras que ficarão de fora exatamente pelos impedimentos

que nós temos quanto à Lei de Responsabilidade em relação ao endividamento, ao comprometimento de até 54% das nossas receitas. Tenho convicção de que, observando essas lutas, essas várias reivindicações... Inclusive está sendo discutido nesse momento a revisão da Lei de Responsabilidade, porque ela precisa ser revista mesmo sob vários aspectos, até para que a gente possa atender melhor.

Eu quero aqui reforçar o nosso apoio à ampliação dos recursos para investimento em saúde. Nós tivemos na manifestação feita pelos 10% de investimentos, nós precisamos ampliar a nossa capacidade de atender e acredito que a vinda dos médicos, os nossos médicos, aqui estou colocando todos os que vierem, sejam os de nacionalidade brasileira ou de outras nacionalidade, serão vem-vindos pelos Municípios brasileiros que irão apoiar o Governo Federal com a moradia e o auxílio-alimentação desses profissionais; essa será a nossa contrapartida. Tenho certeza de que aqueles Municípios que não têm essa condição ou que não tenham condição de atender a toda essa contrapartida o Ministério também irá apoiar de algum modo.

Hoje, em São Paulo, o Ministro Padilha está discutindo com os Secretários de Saúde de todos os Municípios como nós iremos acolher os novos médicos, como nós iremos acolhê-los nas nossas unidades básicas. Eu tenho convicção, e compartilho com o seu posicionamento, Senador Humberto Costa, de que essa política pública é estratégica para mudar o perfil da saúde no nosso País, porque a atenção básica precisa, na sua equipe multidisciplinar de profissionais, de ter o profissional para ouvir, atender, acolher a população. Nós, com certeza, diante dos instrumentos que temos hoje oferecidos pelo Ministério da Saúde em nossos Estados, temos como dar retaguarda para o encaminhamento daqueles que precisarem ir para uma outra esfera.

Quero deixar aqui a nossa posição e me colocar à disposição para o que for necessário ao longo desse processo de análise e votação das propostas. Peço desculpas por não poder ouvir a fala dos demais – o que gostaria muito –, porque tenho um voo agora às 14 horas e já estou no limite.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Prefeita Maria Antonieta, prefeita de Guarujá, São Paulo, e também Vice-Presidenta para Assuntos das Finanças Públicas da Frente Nacional de Prefeitos.

Prefeita, boa viagem. Obrigada pela sua presença.

A SRª MARIA ANTONIETA DE BRITO – Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Seguindo a orientação que eu havia dado, vou conceder a palavra agora ao Sr. Heleno Rodrigues Corrêa Filho, que é professor especialista em saúde coletiva, também por cinco minutos.

O SR. HELENO RODRIGUES CORRÊA FILHO – Agradeço a Senadora.

Farei o fechamento dizendo que o esforço das escolas médicas em responder não só ao Programa Mais Médicos como também aos esforços dos Governo Federal, estaduais e municipais têm sido muito grande. A Universidade de Campinas, através da Congregação da Faculdade de Ciências Médicas, emitiu uma resolução, ao mesmo tempo, de apoio e crítica a aspectos da medida provisória, mas fundamentalmente uma resolução cidadã, em que a congregação da faculdade onde eu colabore se posicionou de maneira equilibrada, sensata, dando inclusive, como uma das áreas de formação de médicos para o País, a sua contribuição.

Do ponto de vista dos estudantes de Medicina, é interessante notar que a Unicamp tem, no currículo da formação dos médicos que estudam lá, a sua obrigação em compromisso escrito de formar médicos para o Sistema Único de Saúde brasileiro.

É interessante observar que da última turma de graduados da Unicamp cerca de 6 alunos optaram por ir trabalhar no Estado da Paraíba em área de assistência à saúde da família. Saíram do Estado de São Paulo e migraram para o Nordeste. Nenhum deles é nordestino de nascimento, nem tem família lá. Simplesmente escolheram, como equipe, trabalhar na Paraíba. Para isso, foram para o Estado da Paraíba há um ano. Eles mandam excelentes informações de como estão se esforçando, como médicos, para trabalhar na realidade que estão encontrando por lá.

Há um esforço para formação acadêmica nessa área, que, se for correspondido e apoiado... As universidades públicas têm condição de multiplicar a formação de médicos para a assistência básica, têm condição de dar melhores contribuições.

Semana retrasada estive em Goiânia, na Universidade Federal de Goiás, em um concurso para professor da faculdade de Ciências da Saúde. É impressionante que arguimos e submetemos à sabatina candidatos a um concurso público para ser professor de uma universidade pública. Durante uma semana, praticamente crivamos de perguntas e de exigências um professor que vai trabalhar 20h semanais, que vai receber R\$5 mil – vai ficar líquido com R\$3,2 mil – e que vai dar aulas e formar novos médicos na Universidade Federal de Goiás. Ainda brincamos, quando ele foi aprovado e recebeu os parabéns pelo concurso, que ele ganharia menos que o mestre de obras que

estava elevando um prédio que a gente via na janela enquanto o concurso estava sendo feito.

Se for corrigido isso e se isso puder ser observado, todos os esforços das universidades brasileiras na formação de novos médicos para a atenção básica serão bem sucedidos. Nesse sentido, todo apoio à Medida Provisória nº 621 e ao que ela possa melhorar na assistência à saúde no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Prof. Heleno Rodrigues Corrêa Filho, especialista em saúde coletiva.

Concedo a palavra agora ao Dr. Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos.

O SR. GERALDO FERREIRA FILHO – Obrigado, Senadora Ana Rita. Mais uma vez agradeço a oportunidade de estarmos aqui discutindo o tema.

Antes deste programa, na verdade, antes do anúncio do Ministro Patriota de que traria seis mil cubanos – foi o primeiro anúncio, o que ocorreu, na verdade, antes das manifestações de rua em todo o Brasil –, já tínhamos, em uma reunião com a Presidente Dilma, colocado o que a Federação entendia como proposição. Naquela altura, ela perguntou exatamente por que os médicos queriam ganhar R\$30 mil ou R\$40 mil.

Eu nunca ganhei isso. Tenho 28 anos de formado e nunca ganhei isso até hoje. Meu salário, na Universidade, é pouco mais de R\$5 mil e, no Estado, 40h, exatamente a metade da Universidade, R\$5 mil também. Tenho uma atuação no sistema privado – sou médico anestesiológico – para complementar a minha sobrevivência. Então, um médico para ganhar alguma coisa precisa se desdobrar, e muito.

Então, quando ela pediu qual a receita, dissemos com muita clareza: concurso público federal, Os Municípios não têm condições de pagar os seus médicos. Os salários nos Municípios são muito baixos, salvo algumas capitais ou cidades com arrecadação maior. Para o Programa Mais Médicos não há necessidade de mais do que 20h semanais, com esse salário que o Governo está oferecendo. O Governo não está oferecendo salário. Está oferecendo uma remuneração, uma bolsa. Estamos propondo um salário de R\$10.412,00 para 20 horas trabalhadas. Se o Município quiser mais, que pague o complemento, coloque plantão e tudo o mais. Já que ele diz que o médico quer ganhar R\$20 mil ou R\$30 mil, que ele complemente com outras coisas. O Governo Federal, com 20 horas semanais, no valor de R\$10.412,00, com concurso público e com direitos trabalhistas resolve a situação de 90% dos Municípios. Os outros, fronteiras, áreas ribeirinhas, indígenas, exigem uma abordagem especial. Esse não é

o tema aqui, mas seria uma carreira específica para a área, e realmente teria que passar por essa natureza.

Médicos estrangeiros precisam ter avaliada a sua qualificação. É violar o direito dos pacientes entregar a saúde pública brasileira sem a devida avaliação de quem irá ser o responsável por essas populações.

É preciso, Senadora, insistir que a violação dos direitos humanos na saúde no Brasil é diária, é permanente. O Programa cuida de uma parte importante, volto a dizer, o atendimento básico, apesar de afrontar a legislação trabalhista e a Constituição brasileira.

Precisamos ver que os cidadãos brasileiros estão desassistidos e que o Governo insiste ainda na desarticulação, na desestruturação e no desmanche da rede pública. O Governo tem construído unidades e entregando-as ao setor privado, mandando o setor privado contratar esses profissionais, não fazendo concurso para as carreiras públicas. Isso descompromissa o profissional com a carreira de servidor público, que temos que zelar e defender. A terceirização de atividades fins, a prestação de serviços médicos de atendimento à saúde é uma obrigação do Estado.

Há hospitais e unidades de saúde extremamente bem gerenciados. Temos isso quando as unidades recebem os recursos adequados. Na verdade, há um processo brutal no Brasil de transferência dessas responsabilidades para organizações sociais, com volumes de recursos superiores aos que chegam ao serviço público, para confrontar os dois modelos e dizer que o modelo por OSs e por OSCIPs é mais eficiente. Somos contrários a esse modelo. Temos, por exemplo, no Rio Grande do Norte, hospitais universitários muito bem administrados, com recursos públicos, através das emendas parlamentares, permitindo o seu bom funcionamento.

Então, não concordamos com a destruição da carreira pública.

Achamos que há um fechamento proposital de leitos. No Rio Grande do Norte, por exemplo, atualmente, temos a proposta de fechar cinco hospitais públicos. Não há contratação de novos profissionais. Não há interesse, por causa do limite prudencial a que está submetido os Municípios e o Estado. Há necessidade de uma rediscussão profunda sobre isso.

Quando ao Programa Mais Médicos, para fechar, entendemos que vai em busca de garantir um direito humano fundamental que é o atendimento básico de saúde, mas afronta determinadas situações, como o trabalho dos profissionais estrangeiros e a alocação dos profissionais brasileiros sem seus direitos trabalhistas. Isso precisa de correção para que a gente não tenha duas categorias de saúde no Brasil: uma para

rico, uma para pobre; profissionais concursados e profissionais entregues a própria sorte.

Muito obrigado à senhora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigado, Dr. Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos, pela sua presença e pelos esclarecimentos.

Concedo a palavra agora ao Sr. Jorge José Santos Pereira Solla, Secretário de Estado da Saúde da Bahia.

O SR. JORGE JOSÉ SANTOS PEREIRA SOLLA

– Primeiro aspecto, queria reiterar um ponto que o Senador Humberto Costa colocou. Esse é um ponto central. Não estamos discutindo se vamos colocar médicos mais qualificados ou menos qualificados na atenção básica. O dilema que o Estado brasileiro está vivendo hoje é como vai fazer para viabilizar médicos para a atenção básica – o primeiro ponto é esse – pela ausência de profissionais. A discussão é se podemos admitir que existam cidadãos que tenham direito a ter atenção básica e outros que não tenham direito à atenção básica. Senadora, dois terços da população indígena no Estado da Bahia nunca teve médico na atenção básica em seus territórios. Isso não é de agora. Eles nunca tiveram.

Há uma ilusão que as pessoas tentam vender quando dizem que houve um sucateamento do SUS, que o médico saiu do SUS. O médico não saiu do SUS, nem houve o sucateamento do SUS. O SUS está montando a infraestrutura de saúde nesse País. Ela nunca houve antes do SUS. As pessoas parece que perderam a memória de uma hora para outra. Na década de 80, o maior investimento em saúde no Nordeste foi um programa chamado PIASS, que foi para colocar um posto pequeno de saúde para atendente rural. O maior investimento de saúde antes do SUS, no Nordeste, foi fazer um pequeno posto de saúde, um postinho de saúde, uma salinha de espera e um consultório, com um atendente rural, uma pessoa formada na comunidade.

Antes do SUS, não se sonhava que nós chegaríamos com vinte e poucos anos de trajetória, Socorro, a estar discutindo como fazer para colocar médico em cada localidade, em cada comunidade.

Heleno – prazer em conhecê-lo e participar deste debate –, você como professor da Unicamp e eu sou do quadro da Universidade Federal da Bahia e acho que as universidades brasileiras têm que fazer uma recuperação da memória da política pública neste País. Porque as pessoas esquecem o que era o Brasil vinte anos atrás. As pessoas esquecem o que era saúde quinze anos atrás. As pessoas esquecem do que é que nós estamos falando sobre o desafio atual – e é fantástico ter um desafio desses –: debater acalora-

damente como fazer para colocar médico para cada cidadão brasileiro.

Isso, há dez, quinze anos, nem era pensado como possível de ser trabalhado. Então, não houve o sucateamento do SUS. Nós temos muito o que avançar ainda na melhoria da infraestrutura e em ampliar cada vez mais. Mas nunca houve um investimento como o que está havendo hoje.

O Governo Federal está colocando, somente na atenção básica, neste ano – na verdade, 2012/2013 –, vou trazer os números da Bahia, que eu tenho de cabeça, Senadora Ana Rita: são mais de mil unidades de saúde sendo reformadas, mais de 800 sendo ampliadas; são quase R\$500 milhões que estão sendo repassados aos Municípios para reforma, ampliação e construção de novas unidades. Há um investimento forte e potente acontecendo.

Para rebater a necessidade de trazer mais médicos para atenção básica, qual é um dos argumentos centrais que as entidades médicas trazem? Colocar na mesa as dificuldades das emergências hospitalares, que vivem lotadas. É verdade que as emergências hospitalares vivem lotadas? É verdade. Mas é uma meia verdade, porque vivem lotadas naqueles hospitais que têm equipes, que têm infraestrutura, pois ninguém vai aonde não existe assistência.

A queixa que eu mais recebo no Estado da Bahia é que os nossos grandes hospitais vivem com as emergências lotadas. E eu brinco com o pessoal: no dia em que estiverem vazias, eu vou ficar preocupado, porque significa que o paciente não está buscando a unidade.

Mas é bom lembrar que essas emergências ficam lotadas em parcela em função de acidentes, violências; mas, em grande parte, na maioria dos casos, por pacientes clínicos, porque quase metade dos pacientes no Brasil que entram em insuficiência renal descobrem que têm insuficiência renal na emergência, pois não tiveram acesso à atenção básica.

Muitos pacientes que têm acidente vascular cerebral e outras patologias são agudização de patologias crônicas, pela ausência do adequado manejo da hipertensão, pela ausência do controle efetivo do diabetes. E vou dar um exemplo do caso recente do Hospital do Subúrbio, Senadora. O Hospital do Subúrbio é o mais novo hospital de urgência e emergência construído pelo Governo da Bahia, referência nacional, porque é o primeiro hospital em parceria público-privada. E com menos de três anos, já fizemos várias ampliações da emergência e, agora, vamos ter que construir outro bloco anexo. Por quê? Porque o Subúrbio inteiro, que é uma população de mais de 500 mil habitantes, no entorno do hospital, está, há meses – há mais de dois anos na verdade –, com suas unidades básicas

sem médico. E os pacientes procuram a unidade básica de saúde, procuram o posto de saúde, não acham médicos e vão para onde? Vão para emergência do Hospital do Subúrbio! Lá tem médico.

Este ano, a cidade de Salvador – não estão falando de Bole-Bole e de Saramandaia, não, para usar nomes fantasiosos, estamos falando de Salvador –, a terceira maior cidade deste País, nós tínhamos no início do ano, mais de cem equipes de saúde da família sem médicos. Mais de cem equipes sem médicos! Preencheram-se 73 postos com o Provab e, agora, temos 47 postos para entrar. Vamos conseguir fechar, agora, com o Mais Médicos, completar provavelmente, as equipes que estavam sem médicos.

Mas é bom lembrar que a terceira maior cidade do Brasil tem uma cobertura de atenção básica de apenas 15% de sua população. Então, para chegar a 15% da população foi preciso o Provab, foi preciso o Mais Médicos, para conseguir fazer isso na terceira maior cidade de nosso País em termos de população.

E aí, há outro ponto que eu acho importante: tentar contrapor qualidade com quantidade na questão médica é uma falsa imagem, uma falsa situação.

Qualidade e quantidade, às vezes, andam muito juntas. E vou dizer a vocês que, neste caso, qualidade e quantidade andam muito juntas. A carência absurda que nós estamos vivendo hoje faz com que os serviços contratem médicos sem nenhum nível de avaliação e que não façam, inclusive, nenhuma exigência de muito compromisso para não perder o profissional.

Recentemente, Senadora, fiz uma reunião com os coordenadores de todas as áreas da maior maternidade do Estado da Bahia, referência para gravidez de alto risco, única UTI materna do Estado, a melhor e maior UTI neonatal do Estado, uma maternidade com toda estrutura, todos os equipamentos, o que há de melhor e um excelente quadro de profissionais. E o depoimento dos coordenadores, Geraldo: “Nós não podemos abrir mão de nenhum médico aqui porque não há como substituir pois não há quem possa botar no lugar. Há profissionais aqui que não deveriam estar trabalhando nesse hospital, porque não têm qualificação, não têm compromisso ético e não têm compromisso técnico com o projeto desse hospital. Mas, infelizmente, eu não posso perdê-los, porque, como diz o ditado, muito comum entre os nossos colegas médicos – você sabe disso – que atuam como diretor de unidade é dizer, se não é bom com ele, pior sem ele.”

Então, no dia em que nós tivermos mais profissionais, no dia em que a quantidade for mais equilibrada, nós vamos ter capacidade de exigir mais qualidade. Hoje, os dirigentes, os contratantes da mão de obra médica não estão exigindo qualidade alguma, estão

pegando quem aparece, quem está disponível, basta ter o registro no Conselho de Medicina – é o único critério.

Outro aspecto para o qual queria chamar a atenção daqueles que buscam contrapor a necessidade do médico a outras políticas públicas. Para quem conhece, eu vou dar uma referência bibliográfica muito importante a que todo brasileiro deveria ter acesso. Recentemente foi publicado um estudo pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, coordenado pelo Prof. Maurício Barreto, que fez um estudo de todos os Municípios brasileiros do impacto das políticas públicas na redução da desnutrição infantil, da mortalidade infantil. Resumidamente, esse estudo mostrou que o Bolsa Família teve um impacto extraordinário na redução da mortalidade e da desnutrição infantil, mas, além do Bolsa Família, havia uma equipe de saúde da família e isso se multiplicou e fez uma revolução das condições de saúde. Isso mostrou que botar comida na mesa da família, botar comida para criança e dar atenção básica são as duas políticas públicas de maior impacto na qualidade de vida que a gente pode disponibilizar.

E, para concluir, a questão da carreira. Reitero, Geraldo, todas as colocações da necessidade da carreira. Na semana passada, tivemos uma reunião aqui com o Senador Humberto Costa, com o Senador Moka, com os Secretários de Saúde e a pauta era a necessidade da carreira. Mas nós temos que ter uma carreira que permita ser atrativa. E, para isso, tem que haver um mercado com quantidade de profissionais que permita que a carreira seja algo atrativo.

Vou dar um exemplo. Nós falamos à vontade. Nós temos, hoje, duas carreiras públicas para médicos no Estado da Bahia. Duas! Uma do Governo do Estado, que perpassa não apenas a Secretaria de Saúde, mas ontem fizemos o primeiro concurso em 15 anos, já contratamos 2.600 profissionais e a maioria absoluta dos postos. Contratamos todos que se apresentaram no concurso e ainda há vaga sobrando. Do outro lado, criamos uma carreira, que é a primeira carreira interfederada. Criamos a fundação estatal Saúde da Família, para médicos da atenção básica.

Senadora, fizemos concurso com carreira, com progressão, com promoção, com tudo que as entidades médicas querem, fizemos concurso com provas em todas as capitais, colocamos 500 vagas para médicos e conseguimos contratar 50, porque todos, quando chegavam e sabiam que exigia 40 horas, desistiam. E olhem que o salário era equivalente ao que o Mais Médicos está pagando agora. Só que, em vez de ser bolsa, é salário, com carteira assinada, com férias, 13º, tudo. Nós testamos. Enquanto isso, fizemos concurso para enfermeiro, com provas só na Bahia, com 300

vagas, teve 18 mil candidatos, pegamos os melhores enfermeiros do Estado. Médicos, pegamos os 50 – não foram os melhores, não, Geraldo – que toparam, que disseram: “Vou nessa.” Enfermeiros, pegamos os melhores quadros que saíram das universidades e prestaram concurso. Então, a gente fica à vontade de falar.

E queria fazer aqui um desafio, Senadora, para as entidades médicas. Até o final deste mês, Geraldo, lançaremos outro edital de outro concurso para médico pela Fundação Estatal Saúde da Família da Bahia. Vamos, novamente, fazer prova em todas as capitais, vamos novamente oferecer vagas para atenção básica nos Municípios da Bahia, vamos novamente oferecer com progressão, com promoção, com carreira, férias, 13º e tudo o mais. E quero contar com o apoio das entidades médicas para colocar todos os médicos, se eles dizem que querem isso, para fazer esse concurso e virem trabalhar no Estado da Bahia, na atenção básica.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Secretário Jorge José, Secretário Estadual do Estado da Bahia, que aqui veio responder às questões e trouxe uma contribuição valiosa para o nosso debate. Também é representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

Concedo, agora, a palavra a Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde.

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Senadora Ana Rita, quero manifestar que, das audiências públicas de que o Conselho Nacional tem participado, praticamente, nos últimos dois meses, em relação à questão médica, esta foi a que mais acumulou argumentos bastante esclarecedores para a população e também muito qualificados para colocar o debate numa dimensão como a que estamos tentando trazer para cá com uma política social, com uma garantia também de um direito social. E também foi uma das que mais teve manifestação, interação, a partir da Internet, com o telespectador.

Isso é muito importante, porque no início da minha fala eu colocava que não pode ser um debate polarizado entre uma categoria e o Governo. Na verdade, é uma política de Estado que a sociedade tem que conhecer, se manifestar e tirar dúvidas. E acho que a gente ganhou. À medida que o Governo colocou o programa em lançamento, em debate, e que os outros entes políticos colocaram também audiências públicas, como o Senado e a Câmara, isso tem prestado um serviço fundamental à população e, mais do que isso, à sociedade. Acho que estamos cumprindo aqui o nosso papel.

E à medida que percebemos que esse debate vem sendo feito, acho que temos oportunidade de poli-

tizar que sistema universal de saúde o Brasil tem, que sistema universal de saúde o Brasil precisa também consolidar, porque, mesmo com 25 anos de SUS, a população, de uma forma geral, não tem a noção da concepção do sistema porque se avalia lá na ponta as contradições e o limite do serviço. E este debate cada vez mais tem saído só do escopo da questão médica, para discutirmos que sistema de saúde, que direito à saúde e que responsabilidade a sociedade também tem que ter, quando o Estado coloca isso como uma prioridade. Então, acho que está de parabéns, é mais um mérito desta audiência.

E à medida que se abre o debate – e o Senado tem sido muito feliz com uma transmissão simultânea com esse tema –, a participação da sociedade está colocando também outras formas diretas de participação. Então, a sociedade foi para as ruas, fez manifestações públicas, e, hoje, precisamos discutir no Brasil um sistema nacional de participação com outras formas diretas; e as redes sociais muito têm contribuído e foi muito importante nesse sentido a interação.

Eu queria colocar que mesmo assim, no Brasil, carecemos de espaços para pensar política social, política econômica e o desenvolvimento do País. Então, hoje, estamos nos convencendo de que a saúde é importante, mas ainda temos feito um esforço enorme de convencer a equipe econômica do Governo Dilma, do mesmo Governo que aposta, hoje, em enfrentar este debate da questão médica e o debate de estruturar o SUS. Ainda estamos enfrentando a necessidade de ter mais espaços para dizer que a saúde não pode ser pensada só como gasto social, e sim, como investimento. Então, isso abre portas para que tanto a Câmara como o Senado realizem outras audiências para discutirmos a pauta do financiamento.

Em relação às perguntas que os internautas fizeram, muito rapidamente, porque a maioria delas já foi respondida, o Conselho Nacional aprova o mérito do programa e não é de hoje. No início da minha fala, coloquei que o Conselho Nacional de Saúde vem fazendo este debate desde a primeira conferência. Na 12ª, a gente já fazia... Quando o Senador Humberto trouxe o ano de 2003, lembrando que era Ministro à época, a 12ª Conferência já tinha moção aprovando a contratação de médico estrangeiro, porque identificava esse descompasso entre a formação e a necessidade da contratação de profissionais.

Quero colocar que acho que o Ministério Público também cumpriu um papel importante em fazer esse debate, realizando audiências públicas, e também as próprias universidades.

Então, o Conselho nacional aprova o mérito, mas a gente entende que a aprovação do programa está se

dando à medida que ele está sendo colocado num debate público, onde diversos entes colocam seu papel, sua crítica e suas contribuições. Está aqui a composição desta Mesa: universidades, gestores nos demais níveis, a própria entidade médica. Acho que isso, sim, o Conselho Nacional não teria a prerrogativa de sozinho discutir e aprovar um programa desse porte. Acho que tanto é porque é inusitado colocar nesse nível de discussão a prioridade da formação, da alocação dos profissionais, pensando o papel do Estado.

Eu queria colocar que a gente também aproveita para que os médicos brasileiros formados em Cuba sejam contratados a partir do programa. Nós falamos muito dos médicos cubanos, mas há médicos brasileiros, como os próprios filhos da Prefeita Maria Antonieta aqui, e são oriundos das classes populares; o Conselho Nacional de Saúde vem fazendo esse debate há muito tempo sobre como a gente garante que esses brasileiros formados em Cuba que têm compromisso com a saúde brasileira possam também ser prioritariamente tratados no programa. E queria colocar que também há jovens rurais. A gente está falando de uma política importante para o País que tem que ter centralidade também na interiorização. A gente não pode pensar que todos os profissionais da saúde saiam da cidade para ir para o interior. No interior, há jovens com perspectivas de futuro. Então, nós estamos, inclusive, discutindo a educação no campo, uma educação de qualidade no interior do País, porque esses jovens têm perspectivas de escolha, porque, hoje, praticamente é muito reduzida a escolha desses jovens de se formarem inclusive na área da saúde. Para dar um exemplo concreto: o quanto o programa Saúde da Família garantiu que agentes comunitários de saúde jovens rurais, do interior, entrassem para essa área. Mas a gente precisa ampliar essas possibilidades.

A pergunta que foi feita, que outros profissionais a gente já identifica.

Com certeza, odontólogos. A população brasileira ainda carece muito da assistência odontológica, apesar das propostas iniciais de Governo de fortalecer a saúde bucal. Mas de odontólogos ainda há uma carência muito grande. Psicólogos, muitos Capes também, para irem para o interior. Nos níveis que estão sendo colocados, precisam de psicólogos, farmacêuticos. Eu acho que a gente precisa discutir as condições também das farmácias básicas, que hoje há no âmbito do SUS. Há necessidade também dos farmacêuticos. Acho que a proposta da farmácia popular, no início, colocava um pré-requisito também desse profissional. E, com certeza, assistente social.

Eu finalizo aqui querendo colocar a bandeira ainda do financiamento. A gente espera que o Senado rapida-

mente também faça esse debate, abra para a sociedade a importância de sensibilizar áreas econômicas do Governo. Porque a gente não pode realmente, como o Governo lançou um pacto da saúde, a bandeira da sociedade é essa: financiar, estruturar e garantir uma equipe muito profissional com condições de trabalho.

Então, o pacto da saúde, para nós, ainda está em construção, ainda está em debate, e a gente espera que o Senado cumpra um papel importante para a gente avançar no debate das demais reivindicações.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Obrigada, Maria do Socorro, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, a quem tive a oportunidade de conhecer por ocasião do lançamento do programa, quando a senhora lá esteve e falou para aquela multidão de pessoas presentes naquele momento. E eu passei a admirá-la a partir daquele momento.

Parabéns pelo seu trabalho.

Concedo, agora, a palavra ao Dr. Fernando Antônio Menezes da Silva, que está aqui hoje representando o Ministro da Saúde, Ministro Padilha.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO MENEZES DA SILVA – Senadora e membros da Mesa, eu inicio dizendo que existem 700 Municípios no Brasil e que, após três chamadas, através de edital, ninguém, nenhum médico brasileiro ou estrangeiro resolveu participar desse esforço de prover, nessa localidade, um médico – setecentos Municípios!

Fazendo um pouco do resgate histórico, do que foi colocado aqui pela nossa Presidente Socorro, pelo Solla, eu não poderia fugir disso. Como cirurgião em treinamento, na época fazendo residência no Hospital do Câncer de Pernambuco, eu vi uma das coisas mais degradantes do sistema daquela época que, aí sim, era tratar os cidadãos brasileiros de maneira diferenciada. Nós tínhamos aqueles que tinham o Inamps, aqueles que tinham o Fundo Rural e aqueles que tinham o DNC – Divisão Nacional do Câncer. Então, aqueles que tinham algo que não era o Inamps, tinham uma casinha lá atrás, que era quase um depósito. Talvez a gente se esqueça disso, talvez a gente se esqueça disso! Mas é bom que a gente veja – e aí concordando com Solla – o quanto a opção pelo sistema único igualitário, tratado com equidade, com todas as dificuldades que isso significa, porque não é uma decisão simples. Estão aí exemplos de países riquíssimos que não seguiram o mesmo caminho. Mas nós o povo brasileiro, como toda a nossa boa vontade e também sabedoria, optamos corretamente por ter um sistema que pudesse dar a todos nós não só médicos, mas assistência saúde da maneira mais apropriada possível.

Volto a dizer que isso é uma construção. Estamos construindo. O Solla foi muito feliz. Eu não posso dizer que hoje nós estamos piores do que antes. Não estamos! Todos os indicadores mostram, mas não são apenas os indicadores que mostram. Se eu pegar novamente o exemplo do meu hospital, o hospital onde fiz a minha formação, ele é um hospital, hoje, que tem aquilo que eu não tinha; e não foi por isso que eu deixei de fazer Medicina, e não foi por isso que eu deixei de atender pessoas.

Então, há uma coisa que eu queria colocar aqui. Primeiro, precisamos acabar com essa história de pedir condições e tornar a condição como impeditiva da melhoria da qualidade da assistência à população. A condição nós temos de criá-la. É nossa responsabilidade em conjunto. Nós estamos trabalhando para isso. Agora ela não pode ser impeditiva, senão eu não teria ido para Roraima. Eu poderia começar a exigir em Roraima aquilo que eu tive lá na Escócia. O que inviabilizaria a minha ida como a de qualquer outra pessoa.

Então, eu acho que a condição – e a condição de hoje é muito melhor do que a de antes – não pode ser impeditiva para que a gente melhore a saúde da população.

Esse resgate histórico que foi feito aqui é muito importante.

O Heleno toca também em uma situação que eu considero fundamental: ele fala da formação, que é um tema, viu Heleno, que eu me identifico muito, porque eu passei pelas etapas de iniciar um curso de Medicina lá no Norte, ser Diretor, ser Reitor eleito em uma universidade federal, e nos muitos momentos em que tivemos debates lá – você sabe que a nossa carreira é feita de debates – eu sempre coloquei a questão da desintegração que fizemos neste País entre as questões que significam formação e carreira. Inclusive quando a gente discute carreira, e eu tenho colocado isso nas reuniões, juntamente com o Secretário Solla, que a gente tem de começar a pensar soluções criativas de integração entre a carreira e a formação. Porque todo mundo fala em formação, mas se esquece que a formação só se dá ao longo da vida! A formação não é a graduação; também não é residência médica; a formação é um processo para a vida toda! Eu estou em formação. Então, se isso é verdadeiro, se a gente acredita nisso, vamos começar a questão da formulação da carreira também incluindo a questão da formação. É importante fazer isso.

Eu vejo que avançamos, por outro lado, avançamos muito. Este debate, eu concordo com a Presidente Maria do Socorro, foi o mais qualificado. Olha que estamos debatendo isso há algum tempo. Pela primeira vez eu estou vendo aqui alguns elogios à política do

Governo da parte de quem nunca elogiou. Pela primeira vez eu estou vendo aqui não desqualificando, mas os dados, porque eu enfrentei debates em que os dados, que não são meus, são da Organização Mundial de Saúde, são das universidades públicas brasileiras, eles eram desqualificados. Não estamos mais na fase de desqualificar o médico estrangeiro. Está muito bom isso. Quer dizer, estamos avançando. Não podemos, para fazer o contraponto a qualquer política pública, desqualificar o debate.

Então, eu diria, para concluir, Senadora, que parabênzo, pois essa é uma iniciativa que é de muita coragem do Governo Federal, mas essa é uma iniciativa que representa, em primeiro lugar, a retomada do papel do Estado naquilo que é obrigação constitucional. Nós temos feito uma discussão dura, a Presidente Maria do Socorro está aqui, inclusive uma das discussões é por que não tratar logo a questão da saúde como um todo, e nós, de maneira também corajosa, resolvemos agudizar a questão não desconsiderando – em todo momento dissemos isso – não desconsiderando que a saúde não se resume apenas da carência médica.

Digo que o financiamento é muito importante, não há nenhuma discussão sobre isso, mas também digo o seguinte: pela primeira vez, quando começamos a falar sobre de financiamento, diante desse debate vamos dizer para onde queremos o financiamento. É financiamento para melhoria dos recursos humanos? É. É para a questão da qualificação da atenção básica? É. Então, vejam que não é mais uma discussão de financiamento pelo financiamento. É uma discussão qualificada do financiamento dizendo exatamente que sistema nós queremos e com controle social, sem dúvida.

Agradeço e conclamo, Senadora, porque nós estamos abrindo mais uma etapa para a participação dos médicos brasileiros. O Ministro tem colocado isso, e eu quero enfatizar. Nós estamos solicitando, pedindo a participação dos médicos brasileiros para irem para esses Municípios, onde os médicos até agora não puderam ou não se dispuseram a ir. Porque, em primeiro lugar, nós acreditamos – e todo esse processo Mais Médicos é feito em cima disso – que o pilar maior é o pilar de longo prazo da formação e da certeza de que o nosso médico brasileiro vai atender àquilo que a população precisa.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Fernando Antonio Menezes da Silva, Secretário Substituto da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Nós já estamos caminhando para o encerramento, também quero fazer uma fala de encerramento, mas

eu gostaria de perguntar ao Senador Eduardo Suplicy que retornou, se V. Ex^a gostaria de fazer também alguma colocação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senadora Ana Rita, precisei estar em duas outras comissões e só terminei agora o relatório que eu precisei ler, mas quero cumprimentar a todos e a V. Ex^a pelo trabalho realizado. Nós estamos com o tempo premente para outra responsabilidade aqui no Senado, mas fiz questão de pelo menos estar aqui quando vi que os trabalhos ainda continuavam.

Meus parabéns pela contribuição de todos!

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Quero, antes de encerrar, fazer algumas colocações que eu considero importante. Primeiro que o objetivo da audiência pública hoje foi cumprido, porque nós pensamos em realizar esta audiência como uma contribuição também para a Comissão Especial que está discutindo a Medida Provisória nº 621.

Então, nós pensamos em realizar essa audiência pública com o objetivo de discutir o assunto, o Programa Mais Médicos, sob a ótica dos direitos humanos. Essa audiência garantiu que nós não perdêssemos o foco, que é o foco dos Direitos Humanos. Pensar a saúde pública e pensar este Programa Mais Médicos sob esse ponto de vista é altamente importante.

E aqui, enquanto os nossos convidados falavam, eu pensava e quero dizer, Dr. Fernando, que vivemos em um País continental, em um País imenso. Muitas vezes os brasileiros e as brasileiras, o cidadão comum nem sempre pensa sobre isso: um País imenso, com uma diversidade territorial muito grande!

Nós não estamos aqui falando apenas dos cidadãos e das cidadãs que moram nos grandes centros ou que moram nas periferias dos grandes centros. Nós estamos falando também dos cidadãos que moram no interior deste País, dos que moram, por exemplo, lá em Lábrea, no interior do Amazonas, dos que moram no interior do Pará – aliás, eu tive a oportunidade de conhecer aldeias indígenas no interior do Pará e Mato Grosso do Sul –, por exemplo, assim como do interior de Roraima e tantos outros lugares aqui lembrados. Como que esta população indígena, que muito mal consegue se relacionar com a população branca, pode ter acesso à Saúde neste País? Como atender uma população que não fala o Português? Digo isso porque fui a Relatora da CPMI da Violência Contra as Mulheres e uma das demandas que chegou para a CPMI foi a contratação de profissionais que pudessem falar também as línguas guarani, tupiniquim ou outras línguas. Uma mulher vítima de violência de uma aldeia indígena, que não fala o Português, ao procu-

rar a delegacia especializada não consegue fazer o seu Boletim de Ocorrência porque não consegue ser compreendida pelo profissional, o policial que está lá. E assim é na área da saúde.

Então pensar a Saúde para o Brasil é muito diferente do que pensarmos a saúde de outros países da América do Norte, por exemplo, ou dos países do Oriente. Nós estamos falando de uma realidade brasileira que exige de todos nós um olhar a partir do lugar onde as pessoas estão. Não é pensar apenas achando que todo mundo tem as mesmas necessidades, os mesmos problemas e as mesmas carências. Nós estamos falando de uma população que tem necessidades muito diversas e que exige por parte do Poder Público ações efetivas para atender a essas necessidades.

Então, quando estamos falando aqui do Mais Médicos, nós estamos falando de um programa, em minha opinião, para atender, em particular essa realidade que nós não conhecemos. Eu não a conheço profundamente. Eu acho que a maioria dos que está aqui não a conhece profundamente, porque eu nunca estive em uma aldeia no interior do Amazonas; eu estive em uma aldeia lá no Mato Grosso do Sul, no Pará, mas eu não conheço todas as realidades. Eu acredito que nem todos os profissionais de saúde conhecem todas essas realidades. Nós temos de pensar sobre isso.

E aí eu quero aqui reforçar o que já foi dito por esta Mesa: parabenizar o Governo Federal pela coragem de criar um programa como esse que coloca no centro desse programa uma população desassistida porque não tem profissionais suficientes e que tenham condições de chegar até essas pessoas.

O Programa, em minha opinião, busca atender essa demanda, atender essa necessidade, que é um direito de todas as pessoas terem acesso à saúde e saúde de qualidade. Pelo menos o atendimento básico, o essencial, o mínimo.

Por último, quero aqui dizer que vários internautas se relacionaram conosco durante esta audiência pública. Foram praticamente 70 mensagens que recebemos. A grande maioria delas nós conseguimos fazer a leitura aqui, mas outro tanto nós não tivemos tempo hábil de fazer a leitura. Vou ler apenas umas três, que são de agradecimento, que eu acho importante.

Diz o Madson: “Agradeço pela elaboração da audiência, possibilidade de participação via Internet, e pelos esclarecimentos dos convidados”.

O Fábio Gomes: “Parabéns ao Senado pela transparência. Teria sido mais interessante se o Ministro tivesse comparecido”.

Por último, o próprio e-Cidadania, aqui do Senado Federal, fala o seguinte: “O e-Cidadania e o Senado Federal agradecem a participação dos cidadãos

nesta audiência, enriquecida pelas perguntas e comentários de vocês. Curtam a página facebook.com/eCidadaniaSF, para acompanhar mais oportunidades de participação.

E também quero dizer que os internautas não dialogaram só conosco, mas também dialogaram entre si, uns perguntando para os outros e fazendo comentários a partir dos questionamentos, das perguntas que foram levantadas.

Nesta audiência pública, nós vamos fazer o seguinte encaminhamento: Todas as informações aqui colhidas, as sugestões que aqui foram apresentadas por todos os expositores e Parlamentares que aqui estiveram presentes serão encaminhadas à Comissão Especial da Medida Provisória nº 621, de 2013, cujo Relator é o Deputado Federal Rogério Carvalho, que esteve aqui conosco mais cedo, não pôde ficar o tempo todo, mas que, com certeza, vai ter uma grande contribuição que poderá ajudar e muito em seu relatório.

Então quero aqui agradecer a todos os nossos convidados e convidadas. Agradecer, em particular, à Maria do Socorro, que também traz recomendações do Conselho Nacional de Saúde, a partir da última reunião que foi realizada, em 7 de agosto de 2013. Traz nove recomendações, que também serão encaminhadas para o Relator da Medida Provisória, o Deputado Rogério Carvalho.

Quero também agradecer à equipe – nossos colaboradores da Comissão de Direitos Humanos –, que prontamente nos ajudou hoje; agradecer a todas as pessoas que estiveram aqui presentes, os nossos convidados, profissionais, representantes dos ministérios que aqui estão; à imprensa, a todos vocês.

Muito obrigada, agradeço profundamente a todos os nossos convidados e convidadas, e nós estamos aqui à disposição de vocês para o que for necessário. Muito obrigada. *(Palmas.)*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão Permanente de

Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das seguintes Senadoras e Senadores Ana Rita e João Capiberibe. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Federal José Nazareno Fonteles, Relator da Subcomissão Especial destinada a avaliar os avanços e desafios das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional em nosso país. A Senhora Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 59, de 2013, aprovado em 13/08/2013, de autoria das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata, que requer a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “*Publicidade de Alimentos e Crianças: Regulação no Brasil e no Mundo, com o lançamento de livro sobre o tema na sequência*”. A Senhora Presidente lê expedientes da Comissão e apresenta os expositores, os convida a tomarem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. A Senhora Presidente passa a palavra para os convidados, nesta ordem: Fernando Oliveira Paulino, Professor da Universidade de Brasília – UnB; Veet Vivarta, Secretário Executivo da ANDI – Comunicação e Direitos; Renata Alves Monteiro, Professora do Departamento de Nutrição da UnB; Isabella Henriques, Diretora de Defesa e Futuro do Instituto ALANA; Tamara Amoroso Gonçalves, Coordenadora-Geral da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça; Juliana Petrocelli, Assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em representação da Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Angélica Moura Goulart. A Senhora Presidente lê mensagens enviadas por cidadãos, oriundas do *Portal e-Cidadania* e do *Alô Senado*. A Senhora Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. A Senhora Presidente concede a palavra ao Deputado Federal Nazareno Fonteles (PT/PI). Faz uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Ana Rita

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 40ª Reunião

Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 59, de 2013-CDH, aprovado em 13/08/2013, de minha autoria, para debater sobre o tema: “Publicidade de Alimentos e Crianças: Regulação no Brasil e no Mundo”, com o lançamento de livro sobre o tema na sequência.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, o [link bit.ly/CDHPublicidadeInfantil](http://link.bit.ly/CDHPublicidadeInfantil), conforme aparece na tela, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Convido para compor a Mesa, os seguintes convidados e convidadas:

– Angélica Moura Goulart, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ainda não chegou. Vamos aguardá-la;

– Maria Emília Pacheco, Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea);

– Isabella Henriques, Diretora de Defesa e Futuro do Instituto Alana. Seja bem-vinda, Isabella!;

– Veet Vivarta, Secretário Executivo da Andi – Comunicação e Direitos. Seja bem-vindo;

– Fernando Oliveira Paulino, Professor da Universidade de Brasília (UnB). Obrigada pela presença, Professor, e seja bem-vindo;

– Ana Paula Bortoletto Martins, pesquisadora, representante do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (USP) e representante do Prof. Carlos Augusto Monteiro. Ainda não chegou;

– Tamara Amoroso Gonçalves, Coordenadora-Geral da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça. Seja bem-vinda, Tamara;

– Renata Alves Monteiro, Professora do Departamento de Nutrição da UnB. Seja bem-vinda, Renata.

Quero também registrar aqui a presença do Deputado Federal Nazareno Fonteles, da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar, altamente dedicado a essa causa e que muito nos orgulha. Como Parlamentar e coordenador da Frente, S. Exª tem feito um belíssimo trabalho. Muito obrigada pela presença, Deputado Nazareno.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados e convidadas, vou fazer aqui algumas considerações iniciais. Mas, antes, quero apenas fazer um comunicado para orientar os nossos internautas. Por

enquanto, quem está nos acompanhando pela TV Senado está assistindo à transmissão da Comissão de Agricultura. Se ainda não vir o vídeo é para pressionar F5 para atualizar a página. Então, para quem está acompanhando pela Internet é só essa orientação por enquanto.

“Publicidade de alimentos e crianças: regulação no Brasil e no mundo”. Esse é o tema da nossa audiência pública de hoje.

A publicidade voltada às crianças vem sendo motivo de preocupação em todo o mundo. Em maio de 2010, 27 países aprovaram as recomendações da Organização Mundial de Saúde incluindo a adoção de normas para reduzir o impacto no *marketing* de alimentos em crianças.

O tema é de fato muito atual. Nesta semana, o Ministério da Saúde divulgou uma pesquisa sobre obesidade no País, apontando que o excesso de peso aumentou, no Brasil, nos últimos sete anos. Em Goiás, por exemplo, o percentual de pessoas obesas passou de 9,9% para 38,3%. A criança é considerada mais vulnerável que o adulto ao poder de persuasão da publicidade em razão de sua condição de pessoa em desenvolvimento intelectual.

Aproveito para fazer o registro de que o Senador João Capiberibe, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, também se encontra presente.

Até os oito anos de idade, a criança não tem capacidade de distinguir a publicidade do conteúdo de programação televisiva. Até os 12 anos, não é capaz de compreender o caráter persuasivo dos anúncios comerciais. Não por outra razão, o *marketing* dirigido a crianças utiliza elementos conhecidos no seu cotidiano, cenários, personagens e roteiros do seu mundo íntimo, para despertar nela o desejo pelos produtos anunciados.

Estudos revelam que as crianças possuem 70% das decisões de compra dentro de seu núcleo familiar e grande influência na compra de diversos produtos, especialmente alimentos, brinquedos e roupas. Na atualidade, 50% da publicidade dirigida a crianças tratam de alimentos e mais de 80% desses ditos alimentos são produtos não saudáveis, ricos em sódio, açúcares e gorduras maléficas ao organismo. Diante desse quadro, a Organização Mundial da Saúde indica que a publicidade de alimentos dirigida a crianças deve ser um dos pontos centrais na luta contra a obesidade infantil, porque o público infantil é vulnerável à capacidade persuasiva de publicidade comercial.

A questão da obesidade infantil e sua ligação com a mídia e estratégias de comunicação publicitária têm sido objeto de diversos estudos recentes. A Associação Dietética Americana verificou que apenas 30 segundos

de exposição das crianças aos comerciais de alimentos é capaz de influenciar suas escolhas alimentares. No Brasil, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) fez análise nutricional de 44 produtos de 27 marcas, constatando que 37 apresentavam quantidades elevadas de nutrientes não saudáveis. A Universidade de Liverpool, em parceria com o Conselho do Câncer, da Austrália, monitorou mais de 12 mil anúncios de alimentos de 11 países incluindo o Brasil e revelou que 67% eram de produtos não saudáveis. A Universidade Federal de São Paulo, em conjunto com o IBGE, realizou pesquisa que mostra que mais de 33% das crianças entre cinco e nove anos estão com excesso de peso.

O foco da regulamentação da publicidade de alimentos está no grupo de alimentos altamente processados que são disponibilizados prontos ou quase prontos para o consumo, como produtos panificados, biscoitos, bolos, sorvetes, gelatinas, doces em geral, embutidos, molhos, macarrão instantâneo, sopas desidratadas, batata chips e similares, refrigerantes e bebidas adoçadas em geral, entre tantos outros, que tendem a apresentar concentrações de gordura, açúcar e sal excessivas e prejudiciais à saúde.

Esses alimentos costumam apresentar também escassez de fibras e alta densidade energética (grande quantidade de calorias por volume de alimento), características que, comprovadamente, aumentam o risco de obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares e mesmo de certos tipos de câncer.

Na realidade brasileira, onde as crianças são recordistas mundiais em número de horas diante da TV – 4 horas e 54 minutos –, a tentativa de regulação da publicidade infantil de alimentos tem sido tema de inúmeras polêmicas, dentre elas a suspensão da Resolução da Diretoria Colegiada nº 24/2010 da Anvisa dias após sua entrada em vigor, além da dificuldade de tramitação de projetos de lei de conteúdo regulatório que tramitam no Congresso.

No entanto, em nossa Constituição Federal, o dever de cuidado de crianças e adolescentes direciona-se não apenas à família, mas a toda a sociedade e ao Estado, determinando absoluta prioridade na proteção de seus interesses.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça o caráter prioritário que têm as crianças e os adolescentes, mas não disciplina a publicidade de forma específica.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) explicita que é inadmissível a publicidade que se aproveite da deficiência de julgamento da criança, assim como a que é capaz de induzi-la a se comportar de forma prejudicial à sua saúde, mas não detalha a matéria nem estabelece os necessários limites a serem seguidos.

Assim, o tema desta audiência pública é de extrema atualidade e relevância, e é com essa perspectiva que ouviremos as exposições de nossos convidados de hoje.

Destaco, antes, que os dados a que me referi foram obtidos nos estudos de Carlos Augusto Monteiro, Inês Rugani Ribeiro de Castro, Aline Raquel Cazzaroli e Raoni Rodrigues.

Dessa forma, quero já também solicitar aos nossos expositores que, se tiverem também alguma discordância com relação a essas informações que passei aqui, fiquem absolutamente à vontade para emitir também a opinião e o parecer de todos vocês.

Também quero registrar aqui a presença de Rafael Sampaio, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes.

Muito obrigada pela presença do Sr. Rafael.

Vamos, então, fazer aqui um combinado. Estamos com uma audiência pública hoje e com certa dificuldade, porque, às 11h, será aberta a sessão temática do Senado Federal para discutir a reforma política, com a presença da Ministra Cármen Lúcia, que virá para fazer uma exposição. Quando fizemos o agendamento dessa audiência pública não estava programada essa sessão do Senado Federal. Portanto, não poderemos entrar muito no horário previsto para essa sessão temática. Então, vamos conceder a palavra aos nossos convidados por um tempo, sei que muito pequeno, mas, se possível, de 10 min, para cada um. Se houver necessidade, vamos prorrogar um pouco mais. É uma Mesa com uma representação bastante expressiva e acredito que 10 min talvez seja o suficiente para que cada um possa se manifestar. Também teremos oportunidade de ouvir os nossos Parlamentares aqui presentes.

Então, vou conceder a palavra ao Sr. Fernando Oliveira Paulino, professor da Universidade de Brasília.

Muito obrigada!

Vamos marcar o tempo. Quando estiver faltando um minuto, a campainha vai avisar. Se houver necessidade, prorrogamos por três minutos.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA PAULINO – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Queria agradecer à Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pelo convite.

Também queria fazer uma saudação especial ao Deputado Nazareno Fonteles, que acompanha as discussões ligadas à política de comunicação, saúde e liberdade de expressão, participa ativamente dessas discussões aqui no Congresso; e ao Senador Capiberibe, também pela presença e pela atividade constante

nessa área de direitos humanos e das questões associadas às minorias.

Queria também fazer uma saudação, já que recebi a palavra em primeiro lugar, aos meus colegas de Mesa: à Isabella, pela atuação constante que faz – acho que esse livro resulta de mais de uma iniciativa que o Instituto Alana tem proporcionado para difundir informações ligadas à regulação da publicidade, à política de comunicação de forma geral; e ao Veet e a todo o trabalho que a Andi tem feito. Há muito, a Andi deixou de ser, e já era muito relevante naquele período, uma agência de notícias e constituiu-se cada vez mais como instituto de pesquisa. Tem feito uma parceria constante e crescente com as universidades.

Queria também fazer aqui uma saudação à Tâmara e dizer que há uma expectativa das universidades de uma parceria ainda mais presente com o Ministério da Justiça. Temos participado de algumas reuniões ligadas a discussões sobre classificação indicativa. Há uma expectativa muito importante de ações que possam possibilitar mais estudos em parceria com o Ministério da Justiça.

Também não poderia, claro, deixar de fazer aqui uma referência à Prof. Renata, minha colega na UnB, na expectativa que a gente consiga ainda mais parcerias associadas à saúde e à comunicação.

Com isso, gastei os meus 90 primeiros segundos. Tenho ainda 8,5 minutos, que vou tentar seguir a partir de um esquema que montei aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Professor, fique à vontade. Não queremos prejudicar a participação de vocês.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA PAULINO – Vou tentar ser disciplinado aqui e cumprir o tempo, até para estimular os demais colegas de Mesa a seguirem o exemplo, para que não atrapalhem o andamento da agenda de hoje no Senado.

Também queria fazer uma referência ao público aqui presente, aos estudantes da UnB que aqui vieram, graduação e pós-graduação, acompanhar essa atividade, às pessoas que estão em casa vendo pela Internet esse evento, às pessoas que vieram até aqui ao Senado, aos colegas jornalistas que estão cobrindo esse momento que é importante e que possibilita desmitificar algumas perspectivas e também proporcionar mais referência que nos levem a uma discussão ainda mais aberta, mais ampliada sobre essa temática que durante muito tempo foi represada.

Existem alguns estudos históricos relacionados à política de comunicação no Brasil que demonstram o quanto esse tema comunicação foi embarreirado, teve prejuízo de discussão. E não digo só no processo constitucional de 1986/1988. Também historicamente,

antes desse período constitucional, principalmente no período da ditadura militar, de 1964 a 1985, essa era uma questão que não entrava na agenda, quando entrava, aparecia de maneira enviesada. O Rafael da Aba acho que tem esse histórico da pressão que os profissionais e empresários receberam em um período em que as iniciativas da sociedade civil eram muito restringidas.

Acho que toda essa temática proporcionada por estudos como o desse livro *Publicidade de Alimentos e Crianças – Regulação no Brasil e no mundo* pode proporcionar com que mais reflexões sejam feitas e demonstrar a relevância da compreensão da comunicação como uma área setorial para as políticas públicas. Acho que há cada vez mais consenso com relação a essa questão. Durante muito tempo, havia dificuldade de entendimento da necessidade de regulação e de ações também de correção e autorregulação nessa área.

No laboratório de políticas de comunicações da Universidade de Brasília, temos cada vez mais a percepção, até por estudos comparados que são feitos em outros países, de que a comunicação transcende a ideia de um direito individual. A comunicação é um direito individual relacionada à liberdade de expressão individual, que se demarca historicamente no contexto classificado por alguns historiadores e sociólogos de um direito civil, ou seja, um direito no qual competia a afirmação do indivíduo de sua possibilidade de se expressar sem uma autorização prévia do Estado. Isso também pode ser aproximado e a gente pode discutir, se houver tempo depois, outros direitos civis, como propriedade, como o direito de ir e vir.

A partir do final do século XIX e começo do século XX, de tudo o que vivemos nos últimos treze anos desse terceiro milênio, há cada vez mais a compreensão de que a comunicação tem se constituído também como algo que é diretamente relacionado a um direito político, e não é à toa que estamos fazendo essa discussão nesta Casa, que precede até um debate sobre legislação eleitoral, não é, Senadora? É importante essa percepção de como a comunicação social dialoga diretamente com o exercício dos direitos políticos e a necessidade que temos de acompanhar o impacto das atividades dos meios de comunicação da nossa vida política. Queria frisar a importância da compreensão da comunicação como um direito social, ou seja, como algo diretamente ligado ao necessário acesso da população como um todo a essa riqueza coletiva que temos que é o patrimônio produzido, distribuído e acessado, através da mídia, e, nos dias de hoje, cada vez mais, quando falo em mídia, também

estou incluindo essa tecnologia tão interessante que é a Internet.

Queria só pontuar também, nesses curtos minutos que tenho, levando em conta a temática do livro, a importância da percepção da comunicação como uma área setorial das políticas públicas e da sua compatibilização com outras áreas setoriais, nesse caso, a saúde e a proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes. Há cada vez mais acordo, consenso e diálogo sobre a necessidade de estudos, pesquisas, ações, leis e políticas públicas para a compatibilização da liberdade de expressão com esses outros direitos.

Durante muito tempo, houve, intencionalmente ou não, a compreensão de que a liberdade de expressão deveria se pressupor a qualquer outro tipo de direitos sem a necessidade de uma compatibilização dessa perspectiva que leve em conta o fato de que por vezes há, e o Estado brasileiro dá demonstrações nesse sentido – falei da classificação indicativa, por exemplo – a necessária compatibilização da liberdade de expressão com outros direitos assegurados na Constituição. Desde 1988, por exemplo, há algumas restrições à publicidade ligadas a produtos fumígenos, ao tabaco, que demonstram essa compreensão, que não é só brasileira, mas internacional, da necessidade de compatibilização.

Nos meus três minutos finais aqui, Senadora, tentando regular o meu tempo, já que estamos falando de regulação e autorregulação também, é importante frisar, e é tema do livro, a necessária compreensão de que a relação da publicidade com a sociedade não se dá apenas por meio de uma conexão de consumo. Quando a gente fala de publicidade, a gente também está falando de uma relação de cidadania que demonstra a importância de assegurar, como falava há pouco, e para frisar também esse ponto de vista, os direitos individuais e coletivos e os direitos de ordem civil, políticos e sociais de toda a população, não só na perspectiva de consumo, mas também na relação que se estabelece entre quem anuncia e quem tem acesso ou não àqueles produtos. Nesse sentido, acho que é importante a aplicação dos princípios do Código de Defesa do Consumidor, por exemplo, que já completou mais de 22 anos de atuação, e também a percepção de que a relação entre quem produz publicidade, e quando falo quem produz estou falando não só das agências, mas também dos anunciantes, e a população de forma geral se dá também no âmbito da cidadania dos direitos que devem ser considerados. Com isso, não estou querendo nem vitimizar, nem julgar e culpar nenhuma das partes envolvidas *a priori*. Acho que tem havido cada vez mais a possibilidade de diálogo nesses

últimos anos principalmente. A Conferência Nacional de Comunicação retratou isso para essa percepção.

Como ainda tenho 45 segundos, queria dizer que um dos desafios que temos, nos dias de hoje, e queria encorajar aqui tanto a ABA como o Instituto Alana, colegas presentes e o Senado, é estender essa discussão para a Internet e perceber que, quando a gente fala da publicidade, alimentos e criança não estamos falando só da radiodifusão e da mídia impressa. Acho que cada vez mais deve existir uma preocupação associada a como estabelecer medidas de regulação, autorregulação e corregulação que atinjam a Internet para proporcionar que a publicidade, exercendo o livre exercício da expressão, também leve em conta direitos que a sociedade de forma geral tem.

Queria, na minha fala, já que é inaugural aqui na Mesa, frisar essa percepção de que a comunicação é uma área setorial que está diretamente ligada não só a direitos individuais, mas também a direitos sociais. Isso é tema ou deve ser tema de políticas públicas. O Estado brasileiro, que é signatário de uma série de tratados internacionais, tem, pouco a pouco, junto com a sociedade, percebido isso e buscado estabelecer elementos que normatizem e criem parâmetros para a compatibilização desses direitos associados à publicidade com outras áreas setoriais que levem em conta, para resumir tudo o que tinha dito agora há pouco, uma percepção de que a relação da publicidade com a sociedade não é só de consumo, mas também de cidadania.

Tentando me controlar nesses 10 min, Senadora, queria mais uma vez agradecer o convite e dizer que nós, no laboratório de políticas de comunicação da Universidade de Brasília, estamos abertos a essa discussão.

Gostaria de estimular, a partir desse trabalho que foi feito em parceria do Instituto Alana com a Andi, que outras publicações coloquem ainda mais em evidência esses princípios, para que a discussão esteja ainda mais aberta e a gente consiga estabelecer um marco normativo em políticas públicas de comunicação nesse setor e em comunicação de forma geral que leve em consideração essa relação bem interessante entre comunicação e cidadania.

Muito obrigado!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Prof. Fernando Oliveira Paulino, professor da UnB.

Já vou logo apresentar aqui o livro que vocês trouxeram, que será lançado nessa audiência pública e que tem como objetivo regular, no Brasil e no mundo, a publicidade de alimentos e crianças. É isso, não é, professor? (*Pausa.*)

Queremos parabenizá-los por esse trabalho. São várias pessoas envolvidas. Vários professores envolvidos. É um trabalho que merece todo nosso respeito. Quero parabenizá-los por esse esforço conjunto para entregar à sociedade e ao Parlamento essa importante contribuição.

Antes de conceder a palavra para o próximo convidado, quero registrar a presença da Srª Raquel Fuzaro, Infância Livre de Consumismo, um coletivo de mães e pais.

Obrigada pela presença, Raquel.

Ainda quero aqui dizer que acho que não estamos ao vivo pela TV Senado, porque está transmitindo os trabalhos de outra Comissão, mas quero informar aos internautas que podem pressionar o F5 para atualizar a página. (*Pausa.*)

Já está transmitindo? (*Pausa.*)

Então, quero dizer que a Comissão está disponível para receber as perguntas dos nossos internautas pela TV Senado. O endereço já foi emitido. Possivelmente está na tela para quem queira se manifestar. É pela Internet, pelo e-Cidadania.

Vou fazer duas perguntas. Os que ainda vão se manifestar fiquem à vontade para se referirem a essas perguntas.

A Edileidi Canete Ramos faz o seguinte comentário: “Não concordo com a vinculação de propagandas na TV aberta de artigos infantis, porque custam caro e o público da TV aberta são pessoas, em sua maioria, de baixa renda.”

A Alexandra Papini gostaria de saber se a audiência está confirmada para acontecer hoje. É a pergunta que fez. Não vi a pergunta dela, mas está confirmada.

Alexandra, acho bom você começar a acompanhar.

Vamos agora, então, conceder a palavra para o Veet Vivarta, Secretário-Executivo da Andi – Comunicação e Direitos.

O SR. VEET VIVARTA – Bom dia a todas e todos.

Queria, antes de mais nada, agradecer o convite, agradecer à Senadora Ana Rita, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, e saudar os colegas de Mesa, as colegas de Mesa, Parlamentares presentes e público em geral.

Espero fazer uma contribuição dentro do prazo limite. Não pecar e estourar aquilo que está definido.

Gostaria de iniciar trazendo um dado que, creio, relevante: é o fato de que esta Casa tem se debruçado sobre essas questões. A interface infância e comunicação vem ocupando mais e mais espaço de atenção e de debate no Parlamento, no Senado, na Câmara, e creio que isso pode contribuir para ultrapassarmos um déficit que temos do ponto de vista do marco legal e do

ponto de vista das políticas nesse campo tão central que é direitos da infância e comunicação, o encontro dessas duas áreas.

Tivemos, em março deste ano, por exemplo, a partir de uma iniciativa que envolveu a Frente Parlamentar dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação, um seminário internacional, com a presença de uma série de especialistas de outros países e do Brasil, para discutir a ampla agenda da infância e comunicação. Nesse mesmo período, aconteceu em Brasília um evento reunindo 300 pessoas, também com especialistas internacionais e participantes dos mais diversos Estados brasileiros, para aprofundar esse debate. Estamos em articulação latino-americana, vários países interessados em aprender com o Brasil e compartilhar suas experiências para que essa agenda avance.

E o Comitê dos Direitos da Criança, da ONU, órgão responsável por acompanhar a forma como os países implementam a convenção sobre os direitos da criança, está tratando também dessa questão e está preocupado com a dificuldade em se avançar em relação a uma série de questões, entre elas esta que estamos tratando nesta importante audiência.

Eu creio que o livro que estamos lançando hoje – e a Isabella em pouco tempo estará detalhando mais esse conteúdo – vem contribuir para o entendimento de que o que estamos neste momento discutindo não é uma invenção que vem ferir a liberdade de expressão, como querem alguns, mas representa uma tendência internacional de garantia de direitos no campo da comunicação e de proteção à saúde de segmentos que são claramente vulneráveis a esse tipo de influência.

Então, a minha apresentação tenta organizar alguns conceitos vinculados a esse campo do direito à comunicação, da liberdade de expressão e sua interface com a garantia dos direitos da criança.

Neste momento, eu inicio esta apresentação, que tem uma quantidade de eslaides superior à possível, então eu estarei passando algumas...

Muito bem. Brevemente, temos hoje no Planeta quatro pessoas muito importantes que nos ajudam a entender como discutir esse tema. São os relatores para liberdade de expressão que existem em quatro organismos multilaterais: das Nações Unidas, o Sr. Frank LaRue, relator especial para Liberdade de Opinião e Expressão; uma representante para União Europeia, da Organização para a Seguridade e Cooperação da Europa para a Liberdade dos Meios de Comunicação; para a Organização dos Estados Americanos, uma relatora para a Liberdade de Expressão; e na União Africana, uma relatora especial sobre a Liberdade de

Expressão e Acesso à Informação da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos.

Esses quatro especialistas em liberdade de expressão publicaram, em 2010, uma lista dos dez principais desafios para esse tema para a década seguinte, esta na qual estamos. Entre uma série de temas já conhecidos e tristemente ainda presentes, como violência contra jornalistas, limites ao direito de acesso à informação, censura estatal, nós temos como item 6 “pressões econômicas” que impactam o livre exercício de expressão de pensamento e imprensa. E acho que a nossa conversa aqui está diretamente relacionada a esse item 6, como as pressões econômicas são uma grave ameaça à liberdade de expressão.

Não precisamos repetir isso, me parece, mas na regulação da comunicação não há relação direta entre regulação e censura, é um mecanismo democrático e fundamental em relação a esse campo.

É importante entender, quando se trata de regulação da comunicação, que, nos conteúdos de comunicação, nos conteúdos de mídia de massa, existe uma hierarquia em relação àqueles que são considerados mais nobres e fundamentais para a sociedade, e precisam ser tratados, então, com um mínimo de restrições possível, e aqueles conteúdos comunicacionais, que, por apresentarem outras características, exigem uma regulação mais rígida.

Então, tradicionalmente, no plano internacional, informação noticiosa e jornalística é submetida a restrições mínimas muito específicas – discurso de ódio, incitação ao ódio e à discriminação, etc. Em segundo lugar, nós temos o conteúdo de entretenimento, ferramentas como a classificação indicativa respondem a esse segundo ponto. E em terceiro lugar na hierarquia está a publicidade, já que o sentido maior dessa informação veiculada é o convencimento para aquisição de determinado produto; então, ela não tem um sentido relevante do ponto de vista da formação da sociedade ou no sentido de compartilhamento de informação relevantes em termos de esfera pública de discussão.

Podemos pular essa e creio que isso é mais interessante, sobre a realidade brasileira e é o que também nos preocupa mais.

Vocês lembram que o Título 8 capítulo VII da Constituição Federal atende aos temas da família, da criança, do jovem e do idoso (arts. 226 a 230). Em 1988, nasce a Constituição e ela estrutura, define as responsabilidades relacionadas a essas questões nesse conjunto de cinco artigos.

Dois anos depois, nós, que militamos depois pelos direitos das crianças e dos adolescentes, sabemos que o art. 227 é regulamentado de uma forma muito consistente com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ou seja, o art. 227 passa a ganhar concretude com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Alguns anos depois, o Estatuto do Idoso, de 2003 e, agora, o Estatuto da Juventude. Ou seja, parece que esse capítulo está sendo bem tratado por esta Casa, pelo Parlamento nacional, e pela sociedade brasileira como um todo.

E no momento em que esses marcos legais estão devidamente consolidados, nós podemos avançar para políticas públicas que efetivamente garantam os direitos desses segmentos da população.

Por uma coincidência, que só os Parlamentares constituintes podem explicar, muito vizinho a esse grupo nós temos o capítulo V da comunicação (arts. 220 a 224), uma área abandonada por esta Casa. Um grupo de artigos de essencial importância para a democracia, para o avanço da nossa sociedade e que, até agora, ao contrário daquele grupo vizinho, passou apenas por um mínimo processo de regulamentação. E essa regulamentação, no momento em que as empresas jornalísticas e de radiodifusão enfrentavam uma crise econômica forte, foi regulamentado o §4º do art. 222, dispondo sobre a participação de capital estrangeiro.

No restante das questões centrais cobertas pelos arts. 220 a 224, estamos há 25 anos a ver navios. Isso é o principal problema que temos nesse momento.

Então, vou queimar esse último minuto, e quem sabe algum tempo mínimo extra, para entender por que esse déficit tão grave – déficit da nossa democracia. O primeiro problema: propriedade de meios de comunicação por políticos.

Esse é um problema histórico que a Constituição de 1988 não resolveu, o chamado coronelismo midiático ou coronelismo eletrônico. Isso, em qualquer sociedade realmente democrática, é um problema considerado tão grave que não é permitido, não é parte das regras do jogo. Nós carregamos isso e isso nos prejudica em relação a uma série de questões. Inclusive o próprio processo eleitoral acaba sendo contaminado por essa relação espúria. Isso precisava ser devidamente enfrentado.

O Ministério das Comunicações, historicamente, foi atrelado aos interesses político-partidários ou do setor empresarial naqueles problemas para os quais esperamos que uma reforma política venha a ajudar a mitigar.

Distribuição de concessões para emissoras de rádio e televisão pautada por critérios políticos e não técnicos: o Congresso Nacional sempre abrigada expressivo contingente de Parlamentares com interesse no campo da comunicação, um *lobby* empresarial poderoso e eficiente. Políticos, tanto no Poder Executivo, quando no Legislativo, temem ir contra os interesses

dos grupos de mídia e sofrerem retaliação no período eleitoral.

O setor empresarial, grupos de mídia e suas associações, intencionalmente, buscam vincular os esforços pela atualização do marco legal das comunicações à censura e ao período da ditadura.

Então, temos um cenário extremamente problemático e temos um nó para a democracia brasileira.

Não faltam evidências em relação a esse tipo de problema e não faltam experiências no cenário internacional apontando caminhos para resolvermos esse tipo de dificuldade, mas seguimos não avançando.

Eu só trouxe aqui a lista de algumas organizações internacionais que vêm trabalhando essas questões. Será que elas também defendem a censura e querem a volta da ditadura para o nosso País? A Unesco, a Organização de Estados Americanos e o PNUD, que lançaram esse livro no Extrademocracia. O Banco Mundial tem uma série de publicações sobre comunicação com um ator central para o desenvolvimento econômico e para a democracia. O Conselho de Direitos Humanos da ONU, a ONG internacional Artigo 19, a Fundação Ford, a União Europeia, a Open Society e a ONG Repórteres sem Fronteiras, da França, que em janeiro lançou esse livro, essa publicação que tanto nos orgulha: *Brasil, o país dos trinta Berlusconi*, mostrando e documentando essa relação viciada entre política e grupos de mídia no Brasil. Altamente instrutivo, deveria ser obrigatório nas escolas de todo o País.

Há uma lei de mídia democrática lançada na semana passada, estamos torcendo para que ela possa avançar e não caia na vala comum...

(Soa a campanha.)

O SR. VEET VIVARTA – Então, eu vou embora, me despeço, trazendo só a informação de uma especialista que esteve nesta Casa em março, nesse seminário internacional que mencionei, porque nós não estamos discutindo aqui que um artista, um criador de uma agência de publicidade, inspirado, às 23 horas, cria uma peça publicitária e, com isso, comove as crianças. O que temos é uma ciência por trás, com psicólogos, neurocientistas, cientistas sociais, buscando encontrar a forma de vencer as poucas barreiras de defesa que a criança tem, com seu mecanismo cognitivo ainda em desenvolvimento, ainda frágil. Essas pessoas estão estudando, dia e noite, maneiras de atingir as crianças e poder convencê-las em relação ao consumo de diversos produtos, inclusive de alimentos não saudáveis.

Então, não podemos considerar isso ético, nós não podemos acreditar que essas empresas estejam atuando em prol da sociedade. Aqui nós temos que colocar um limite, como foi colocado em relação ao tabaco. E o mesmo argumento da liberdade de expres-

são foi usado pela indústria do tabaco e pela indústria da comunicação quando se avançou – e foi esta Casa quem fez isso por meio de projeto de lei –, trazendo resultados concretos para a saúde pública brasileira.

Então, temos os mesmos desafios, ouvindo os mesmos argumentos, mas os interesses não são maiores da sociedade. São interesses privados, que têm de ser respeitados até o ponto em que comecem a criar impacto tão destrutivo como esse que está comprovado por pesquisas que já foram aqui apresentadas pela Senadora.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem Professor. Obrigada pela sua participação.

É um debate altamente importante. Penso que tenhamos de retomar esse tema em outro momento, porque o tema da comunicação precisa realmente ser bastante discutido e, com certeza, as afirmações que o senhor faz aqui hoje são reais, concretas. Portanto, é preciso fazer um debate sobre isso. A democratização dos meios de comunicação precisa ser feita no nosso País. Sabemos o quanto traz prejuízos para a população determinados conteúdos repassados pela grande mídia.

Convido a Professora da UnB Renata Alves Monteiro para dar sequência ao tema. Renata Alves Monteiro é Professora do Departamento de Nutrição da UnB.

A SRª RENATA ALVES MONTEIRO – Bom dia a todos e a todas aqui presentes!

Queria agradecer o convite para aqui estar conversando com vocês sobre tema tão importante que a gente vem debatendo de maneira própria desde 2006, quando a gente começou a discutir isso junto à Anvisa. (*Falha no som.*) ...crianças a partir do processo de regulação da publicidade de alimentos no Brasil. Então, agradeço o convite e à Senadora pela oportunidade desse espaço para a gente discutir isso, e cumprimentar meus colegas da Mesa.

Uma coisa que é muito importante, além de todo esse discurso de que a regulação da publicidade de alimentos seria um combate à questão da liberdade de expressão, e que a gente precisa ter bastante cuidado também é em relação a essa criança que a gente está formando no País. Que criança é essa que a gente quer para o futuro do nosso País?

A publicidade de alimentos, hoje, apresenta um universo para essa criança, um universo que passa a fazer parte da socialização dos hábitos alimentares dela, de que é preciso ter para ser. A criança, para que ela faça parte de um grupo social, precisa ter um determinado alimento, ela precisa adquirir um brinde que está vinculado a esse alimento.

Na Universidade, por exemplo, a gente vem pesquisando esse tema desde 2006, uma coisa que sempre impressiona não é só a qualidade do alimento anunciado, a exemplo que a Senadora apresentou inicialmente, 96% do alimento apresentado na publicidade de alimentos correspondem a alimentos não saudáveis: salgadinho, alimentos com excesso de gordura, de sal e de açúcar. Então, são alimentos que realmente estão associados com o aumento da obesidade no Brasil, mas também como esses alimentos não saudáveis estão associados no contexto da criança, que faz com que ela, ao ver a publicidade, seja na televisão, seja na Internet, seja através dos rótulos, ela é levada a aumentar o consumo, a querer aquele produto, não necessariamente porque ela gostar daquele sabor, mas principalmente porque ela quer fazer parte daquele universo que, muitas vezes, é apresentado a ela desde a rotulagem, do momento em que a criança é exposta, por exemplo, no ponto de venda, na Internet e à publicidade apresentada nos outros espaços midiáticos, como revista e TV.

A gente sabe que hoje, por conta de todo um contexto social que a gente tem no Brasil, em que a violência está presente em todas as nossas capitais, em todas as regiões do País, a criança está muito tempo exposta à frente da televisão. E sempre nesse discurso vem que a responsabilidade do que é apresentado à criança é simplesmente da família. E a gente sabe que isso é culpabilizar novamente as vítimas, que são esses pais que têm de negociar o tempo inteiro com essas crianças o que vai ser ou não comprado em casa. A responsabilidade do que é apresentado a essa criança é de toda a sociedade. É responsabilidade do nosso Estado no processo de regulação seja da publicidade, seja das outras formas de ofertas de alimentos, é responsabilidade, sim, dos pais acerca do que vai ser disponibilizados às crianças, mas principalmente responsabilidade dos produtores de recursos no País, em que vemos que o alimento apresentado é um alimento não saudável e é apresentado de uma maneira que a criança é levada a crer e a querer aquele produto, porque, muitas vezes, o tempo que ela passa em frente à TV é muito grande, mas principalmente a publicidade que ela está vendo a leva a querer aquele produto, porque ela vai voar, porque ela vai participar de um contexto do universo infantil. Então, a gente tem toda uma preocupação não só com o alimento que está sendo veiculado, mas principalmente como esse alimento é veiculado na TV e nos outros espaços midiáticos.

Quando a gente coloca que o setor regulado não quer a regulação da publicidade de alimentos vemos muito a culpabilização dos pais ser retomada. Os pais, hoje em dia, têm muito tempo para tentar negociar isso

com a criança. Afinal, o tempo inteiro o processo de discussão dela em casa é para tentar ver se o que é mostrado pela TV, o que é mostrado a essa criança é o quanto ela consegue daquele produto. É claro que a publicidade faz com que ela peça o tempo inteiro aquele produto para o pai.

Então, a gente tem de tentar o máximo fazer com que essa criança não seja exposta a essa publicidade de alimentos não saudáveis e principalmente alimentos que venham associados a brindes, a personagens infantis que faz com que ela peça esses produtos.

Estudo publicado em 2009, pela Universidade de Yale, mostra que se a gente conseguisse banir a publicidade de alimentos – esse foi um estudo estatístico feito com a população americana – então, eles avaliaram que se se conseguissem banir a publicidade de alimentos da TV americana, conseguir-se-ia reduzir o excesso de peso em crianças nos Estados Unidos de 14% a 15%. Então, esse índice, nesse universo em que a gente vive, em longo prazo, a gente não vai demorar muito a atingir esse índice de obesidade americano, se a gente continuar com as mesmas condições de vida e saúde na nossa população – repito – a gente não vai demorar a atingir esses níveis de obesidade americano que hoje atinge 50% da população infantil já com excesso de peso. O Brasil, hoje, tem uma em cada três crianças com excesso de peso. Então, se a gente conseguisse banir a publicidade de alimentos no Brasil, conseguiríamos uma redução bastante efetiva, em longo prazo, de novos casos de excesso de peso, porque as crianças não serão mais levadas a aumentarem o consumo de alimentos a que normalmente elas estão expostas por intermédio da TV e por outros meios midiáticos.

Então, é muito importante que nessa discussão não haja sempre uma culpabilização da família quanto à responsabilidade na alimentação da criança. O pai, sim, tem responsabilidade, mas todos os entes sociais têm a responsabilidade por manter, não só a saúde, mas os direitos da criança, os direitos adequados de escolha.

A publicidade de alimentos hoje no Brasil não dá condições suficientes para que a escolha aconteça, porque, na verdade, a criança é levada a escolher um produto não pela qualidade dele, mas simplesmente porque ela quer o brinde ou o personagem a ele associado.

Quero agradecer esse espaço. Sei que Mesa está com problema em relação ao tempo, então vou disponibilizar o resto do meu tempo para que a gente possa ter um espaço mínimo de debate.

Obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Professora Renata Alves Monteiro do Departamento de Nutrição da UnB pela sua exposição.

Quero, aqui, também registrar a presença ao tempo em que convido a participar da Mesa da Srª Juliana Petrocelli, Assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, representando a Srª Angélica Moura Goulart.

Obrigada pela presença, Juliana.

Quero também reafirmar que esta Comissão está sendo transmitida pelo Portal e-Cidadania. O *link* é bit.ly/CDHPublicidadeInfantil.

Então, as pessoas poderão acessar esse *link* e também o Alô Senado, através do número 0800-612211.

Há uma pergunta aqui do internauta Pedro João da Silva. Ele gostaria de saber quando haverá restrição do uso de crianças nas propagandas das instituições financeiras.

Essa é a pergunta que ele faz.

Concedo agora a palavra a Srª Isabella Henriques, Diretora de Defesa e Futuro do Instituto Alana.

A SRª ISABELLA HENRIQUES – Bom dia a todos! É um imenso prazer estar aqui, nesta audiência, que discute um tema tão caro à infância brasileira. Ainda mais especial por conta do lançamento deste livro, *Publicidade de Alimentos e Crianças – Regulação no Brasil e no mundo*, que tive a oportunidade de coordenar, juntamente com Veet Vivarta. É uma obra conjunta, de vários autores.

Cumprimento meus colegas de Mesa, na pessoa da Senadora Ana Rita, e agradeço a acolhida desta Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Também cumprimento a audiência presente e a que está nos assistindo pela Internet.

Na parte que me cabe, hoje, nesta manhã, vou contar um pouco sobre o conteúdo deste livro que estamos lançando neste momento e que passa a ser vendido, disponibilizado, em todo o Brasil, que trata justamente do tema desta audiência.

Trata-se de uma obra escrita por 11 autores, sendo que 8 deles são pesquisadores da Faculdade de Direito de Harvard, responsáveis por um estudo comparativo de legislações dos países Canadá, Austrália, Estados Unidos, Suécia, França, Alemanha e Reino Unido, além da União Europeia. Conta ainda com um artigo da especialista Corinna Hawkes, que já foi consultora da Organização Mundial de Saúde, que trata do tema na sua abrangência global e conclama os governos de todos os países a tomarem medidas em relação ao *marketing* de alimentos e de bebidas para crianças. Medidas essas restritivas.

Sobre o panorama brasileiro, escrevemos eu e a Dr^a Tamara Gonçalves, aqui presente, na nossa Mesa, representando a Senacon.

É uma obra que foi escrita e foi pensada para auxiliar os operadores do Direito, os legisladores e os responsáveis pela formulação de políticas públicas no Brasil, especialmente sobre o tema da regulação da publicidade de alimentos, voltadas ao público infantil.

No caso brasileiro, Dr^a Tamara e eu discorremos sobre a situação em que se encontra o País no âmbito legislativo e no âmbito regulatório. Hoje, no País, nós temos um arcabouço jurídico bastante consistente, como Veet Vivarta apresentou. Nós temos, em relação à proteção da infância, o dispositivo previsto na Constituição Federal, art. 227, o Estatuto da Criança e do Adolescente e também, em relação ao tema da publicidade, nós, hoje, temos o Código de Defesa do Consumidor, que traz a proteção e a garantia da sociedade em relação à abusividade de mensagens publicitárias e também à enganosidade.

Mas nós não temos ainda no País um dispositivo que regule especificamente esse tema. Ainda que possamos fazer uma interpretação sistemática de todos esses dispositivos legais, no sentido de que hoje já seria proibido o direcionamento de qualquer mensagem publicitária às crianças menores de 12 anos de idade, o fato é que nós não temos uma norma dizendo isso textualmente.

Além de toda essa parte legislativa, nós também abordamos, nesse capítulo sobre a situação em que o Brasil se encontra, toda a regulação e também as diretrizes que já existem de órgãos como o Conselho Nacional de Saúde e outras diretrizes que existem no âmbito da regulação. Também abordamos o controle e a fiscalização dessa legislação, apresentando ainda a jurisprudência que começa a ser formada nos nossos tribunais, bem como os casos relevantes discutidos pelo Procon, especificamente pelo Procon de São Paulo, e pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

Vale ressaltar, a respeito desses casos, que tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial, começa a se firmar o entendimento no País de que é abusiva, portanto ilegal, aquela publicidade de alimentos com altos teores de sódio, altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcares e de bebidas de baixo teor nutricional quando dirigida ao público infantil.

Então, começamos a ver uma mudança no contexto do Poder Judiciário e também na esfera administrativa, no sentido de reconhecer a ilegalidade dessas práticas, que, a nosso ver, são bastante abusivas, como a Prof^a Renata Monteiro bem demonstrou.

Também falamos da ineficácia da autorregulação existente no Brasil e apontamos a existência de um promissor futuro por conta das diretrizes normativas e projetos de lei, inclusive nesta Casa, que são muito relevantes, existentes e que ampliam o debate. A nosso ver, é uma questão de tempo que o País tenha uma legislação, uma regulação mais específica no âmbito dessa discussão.

No capítulo sobre o tema no mundo, de autoria de pesquisadores da Faculdade de Direito de Harvard, é mostrado que os países pesquisados têm se preocupado com o *marketing* de alimentos para crianças principalmente por conta do aumento do número dos índices de obesidade e de sobrepeso em todo o mundo. Quer dizer, essa é uma realidade não só do Brasil, mas mundial. Vivemos hoje uma epidemia global de obesidade infantil. Só para termos ideia, no Brasil, 15% de todas as crianças sofrem de obesidade e 30% com sobrepeso. Em todas as classes socioeconômicas, em todas as regiões, urbanas ou rurais. É um problema gravíssimo e um problema que também está relacionado ao assédio da publicidade e da comunicação mercadológica de alimentos voltados ao público infantil.

E problemas esses, obesidade e sobrepeso, que são, como nós sabemos, a porta de entrada para doenças crônicas não transmissíveis, com todos os seus problemas, lembrando que a obesidade na infância é levada para a vida adulta, e com todas as repercussões negativas que isso traz para a nossa sociedade, inclusive em relação a gastos públicos, gastos no sistema de saúde e de Previdência.

A ideia é que esses exemplos possam, de alguma forma, ajudar o Brasil a avançar na proteção das crianças frente a esses abusos mercadológicos. Olhando para o que esses países estão fazendo em suas legislações e mesmo a forma como apresentam uma autorregulação bastante diferente da que temos hoje no País, como podemos, de alguma forma, nos valer desses exemplos e trazer essas experiências, adaptando-as à nossa realidade e ao contexto nacional.

Por fim, o artigo da Prof^a Corina Hawkes traz uma visão global sobre o porquê da necessidade de *marketing* de alimentos e bebidas para crianças ser regulado com rigor.

Sei que o tempo é curto, mas vou pedir...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Você tem o tempo necessário. Pode continuar.

A SR^a ISABELLA HENRIQUES – Eu vou pedir licença para chamar a atenção para alguns trechos do artigo da Prof^a Corina, porque ela é uma profunda especialista no tema. Como mencionei antes, ela foi consultora da OMS e inclusive esteve trabalhando aqui

no Brasil como professora convidada no Departamento de Nutrição da Escola de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Enfim, é uma das mais respeitadas autoridades nesse tema. Quero, na verdade, trazer alguns elementos do artigo dela. Claro, eu convido a todos que tenham a oportunidade de ler o artigo na íntegra e conhecer os detalhes de tudo que ela fala.

Ela começa discorrendo sobre o porquê de toda essa discussão, e afirma: “porque existem indícios claros e sólidos de que esse tipo de publicidade é prejudicial à saúde das crianças”. E não afirma de forma aleatória, mas balizada em pesquisas científicas independentes que já foram confirmadas e reconfirmadas em todo o mundo, em diversos países, por diversos pesquisadores. E cita alguns achados dessas pesquisas que são relevantes para a discussão do tema.

Em primeiro lugar, ela cita que as crianças são amplamente expostas ao *marketing* de alimentos. A publicidade e outras formas de comunicação mercadológica são intensamente utilizadas para promover o consumo de alimentos por crianças em todo o mundo.

O segundo achado: os alimentos e bebidas mais comumente anunciados para crianças contrastam drasticamente com as recomendações alimentares para esta parcela da população; predominantemente, alimentos não saudáveis, havendo muito pouca promoção de frutas, legumes e de outros alimentos saudáveis.

Como terceira constatação dessas pesquisas, as comunicações de *marketing* de alimentos para crianças são repetitivas, amplamente disseminadas e formam uma parte importante do ambiente infantil.

A publicidade televisiva, embora seja importante, constitui apenas uma parte de um mix de comunicações mercadológicas cada vez mais multifacetado, geralmente voltado para construção de marcas e relacionamentos com os consumidores. Isso envolve múltiplos canais de mídia e técnica de *marketing*: Internet, celulares, embalagens, *marketing* nas escolas, apoio de celebridades, personagens de desenhos animados e marcas, promoções nas lojas, colocação de produtos nos postos de venda, *marketing* viral etc. A lista é longa.

Tais estratégias criativas desenvolvem vínculos emocionais entre o produto alimentício e a criança, fomentando sensações de diversão e entusiasmo – lembrando que, quando a gente fala de criança, nós estamos falando de uma pessoa que está em processo de desenvolvimento, não só físico, mas também psicológico e cognitivo, como o Estatuto da Criança, repetidamente, nos traz.

E como quarto achado, ela diz:

A publicidade televisiva, que ainda é a forma mais largamente utilizada de marketing infantil, influencia o conhecimento, a conformação de preferências, os pe-

didados de compra e modelos de consumo de alimentos. A exposição à publicidade televisiva é associada com maior preferência por alimentos e bebida com alto teor de gordura, sal e açúcar e aumento nos pedidos de compra desses pedidos de alimentos.

Então, isso nos dá um panorama de tudo que existe em termos de pesquisas científicas sobre o tema no mundo, que apontam de fato a uma necessidade de que haja uma regulação efetiva e rígida em relação a esse assunto em todos os países.

E aí ela passa a citar algumas experiências que existem nos países e fala sobre as políticas de *marketing* de alimentos para crianças. Ela faz uma análise e diz: “Os governos e agentes da indústria tomaram uma série de medidas diferentes para restringir a publicidade de alimentos para crianças. A questão é se estão funcionando ou não”. E aí ela cita várias formas de avaliação: “A primeira forma de avaliação que tem havido no mundo inteiro é sobre cumprimento dessas normas”. E cita alguns países e, inclusive, algumas formas de autorregulação.

Ela traz uma informação que é bastante relevante no seguinte sentido: “Altas taxas de cumprimento de uma política fraca podem significar baixo impacto”. Então, é muito importante que, na hora que seja pensada uma regulação, uma política pública sobre o tema, que essa política seja de fato efetiva, consistente. Porque simplesmente ela existir, mas, na prática, ainda que ela seja cumprida, ela ser inócua, isso não vai resolver o problema e nós vamos continuar vendo essa escalada da obesidade infantil, com todos os problemas decorrentes. Então, ela diz: “Precisamos de avaliações que sejam efetivas na mensuração da exposição das crianças às publicidades”.

E citando algumas outras pesquisas e estudos, ela fala que eles indicam que o impacto das políticas sobre a exposição das crianças ao *marketing* de alimentos se torna mais complexo quando o monitoramento considera toda a publicidade de alimentos por todos os fabricantes do setor, subsetores de alimentos diferentes e publicidade direcionada ou não para o público infantil.

Enfim, eu quis dar uma amostra de como o tema é complexo e de como ele é importante para a garantia da saúde da nossa infância brasileira.

E aqui eu gostaria de fazer uma citação que está na parte que nós fizemos do capítulo sobre o Brasil, dar um pouco a visão do que nós apresentamos nessa parte do livro.

É preciso ficar claro que, ao se buscar regular a publicidade dirigida às crianças, busca-se preservar uma determinada concepção de infância, aquela propugnada pela doutrina da proteção integral e pelo

princípio da prioridade absoluta, o que favorece o aprofundamento da democracia na medida em que permite aos indivíduos o seu pleno desenvolvimento, inclusive na qualidade de cidadãos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Isabella, Diretora de Defesa e Futuro do Instituto Alana, pela sua brilhante exposição e pelas informações.

Concedo, agora, a palavra à Tamara Amoroso Gonçalves, Coordenadora-Geral da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

Antes, Tâmara, eu quero ler uma pergunta do internauta Diego Antônio Rocha Lopes. Ele diz o seguinte: o MEC e as grandes mídias estão contribuindo fortemente para a formação de indivíduos consumistas, doutrinados, dóceis e manipuláveis ao passo que deveriam estar destinando forças para formar cidadãos pensantes.

Este é o pensamento e a posição do Diego.

Concedo-lhe a palavra para que você possa se expressar também nesse prazo estipulado, assim como os demais.

A SRª TAMARA AMOROSO GONÇALVES – Muito obrigada.

Bom dia a todos.

Cumprimento especialmente a Senadora Ana Rita.

Eu sou uma entusiasta da igualdade de gêneros. Acho que não há democracia sem igualdade de gênero e fico muito feliz de ver mulheres nos espaços tradicionalmente ocupados por homens. Então, acho que a gente precisa incentivar cada vez mais à participação das mulheres, à ocupação mesmo de todos os espaços públicos e a entrada e a participação igualitária dos homens nos espaços privados. É só um cumprimento especial a todos, porque sempre as coisas têm dois lados.

Eu queria cumprimentar também os demais parlamentares presentes, especialmente o Deputado Nazareno, toda a audiência, os meus colegas de Mesa, que também já foram aqui colegas de trabalho por muitos anos, o que me traz ainda mais alegria de estar nesta Mesa, hoje lançando essa obra, que foi fruto de muito trabalho e muita dedicação.

Hoje, na Secretaria Nacional do Consumidor, eu ocupo a Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. É um nome muito grande. Eu vou tentar só brevemente contar um pouquinho o que a gente faz lá.

Basicamente, minha coordenação cuida de três áreas, bem resumidamente. A gente faz uma parte de advocacia normativa. Então, todo o acompanhamento

de projetos de lei que possam ter impacto na vida do consumidor são analisados, estudados e pensados pela nossa coordenação, tentando entender o impacto positivo ou negativo desses projetos de lei para a vida do consumidor. São muitos projetos de lei que tramitam aqui no Congresso, quase 500 ou mais de 500. Então, isso já dá bastante trabalho.

Outra área de que nós também cuidamos é de toda a parte de política de saúde e segurança da Secretaria Nacional do Consumidor. É uma área muito importante, que cuida, entre outros temas, de casos de *recall*. Então, todos os casos de *recall* que aparecem por aí passam por mim antes. Há uma formalização das empresas junto à minha coordenação.

Por fim, também está sob a minha coordenação a área de processos administrativos, que é justamente, então, a análise de possíveis infrações ao Código de Defesa do Consumidor. E aí há a análise mais técnica dessas possíveis infrações, com possível instauração de processo administrativo. Concluindo-se que há uma infração, há a sanção administrativa, que pode ser de diversas ordens.

Então, isso é um pouco do meu dia a dia.

A defesa do consumidor é muito ampla. A gente brinca lá dentro dizendo que a gente trabalha com uma pauta bem singela, de agulha a transatlântico, porque é praticamente isso. A gente consome praticamente da hora em que a gente acorda à hora em que a gente vai dormir, seja a água da torneira, uma relação de consumo, uma luz que a gente acende, nosso almoço, o ônibus... Tudo isso é relação de consumo. E essas relações nem sempre são pacíficas, o que faz com que os conflitos de consumo tomem um grande vulto na sociedade, ainda mais num contexto que a gente tem hoje de cada vez mais pessoas podendo participar ativamente dessa sociedade de consumo. Então, isso tem contribuído também para aumentar as demandas relacionadas à defesa do consumidor.

Esse tema da publicidade é muito instigante e levanta muitas paixões, defesas acaloradas de todos os lados. E há diversos projetos de lei que tramitam nesta Casa sobre esse tema, desde segurança, como publicidades que tratam de segurança no trânsito, até alimentos ultraprocessados. Então, é uma variedade muito grande de temas.

No entanto, a questão da publicidade, hoje, já é regulada genericamente pelo Código de Defesa do Consumidor. Este constitui uma norma extremamente principiológica e, em razão disso, ela é tão atual e tão efetiva, mesmo não tendo passado por quase nenhuma alteração em 23 anos de vigência. Ela é, inclusive, uma norma modelo para todos os países da região em termos de defesa do consumidor.

Dessa forma, o Código, para dar conta de todos os avanços e de todas as mudanças sociais e ainda ser muito pertinente no contexto, ele apresenta um conjunto de regulamentações muito amplo e muito, como disse, de caráter principiológico.

Especificamente sobre publicidade, ele nos diz que ela é balizada por dois princípios: o da veracidade e o da identificação da mensagem publicitária. Então, a primeira coisa é que a publicidade deve ser verdadeira. Eu preciso saber que aquela mensagem não engana, seja por omissão de informação, seja por informações erradas. E a outra questão fundamental é que eu tenho o direito de saber que estou diante de uma peça publicitária, exatamente para que eu possa exercer o meu direito de resistência, o meu direito de escolha. Se sei que se trata de uma peça que foi colocada naquele espaço de mídia, que esse espaço foi comprado por um anunciante, ou seja, que aquele não é um espaço totalmente neutro; mas que foi pago, sei que essa mensagem, então, tem um propósito bastante específico: seduzir, induzir, levar ao consumo. Até aí, não há nenhum problema; isso faz parte da sociedade de consumo. A publicidade é um mecanismo importante da sociedade de consumo.

Mas, agora, quais outros limites o Código nos traz? Esses dois princípios, de que a publicidade enganosa é uma forma de ilícito... E qual é a outra forma de publicidade ilícita que o Código nos traz? É a publicidade abusiva. E, nesse ponto, o Código traz um rol meramente exemplificativo e muito amplo, dizendo que, entre outras questões, é abusiva a publicidade discriminatória, a que incentiva o consumidor a se comportar de forma prejudicial a si mesmo, a que explora a deficiência de julgamento da criança. E, no caso da publicidade abusiva, essas previsões amplas e genéricas também tratam de valores – e a publicidade, o tempo todo, dialoga com valores. Ela, para ser bem sucedida, tem que, de alguma forma, dialogar com valores da nossa sociedade, se não a peça publicitária não faz o menor sentido no meio em que ela é inserida.

Então, nesse sentido, a gente vê uma caminhada em relação às discussões dos valores que são veiculados pela publicidade. Se a gente for buscar peças publicitárias mais antigas, a gente tem, por exemplo, crianças figurando em publicidade de tabaco. Hoje, a gente se horroriza com isso e acha que é um absurdo. Todavia, há não sei quantos anos, isso era normal, não só no Brasil como no mundo todo.

Assim, é muito importante que essa discussão aconteça, ampla e abertamente, com todos os setores da sociedade, porque, no fundo, o que a gente está discutindo aqui é que tipo de valor e qual a tolerância

a gente tem para com aquilo que é anunciado e como aquilo é anunciado.

A proteção às crianças já é uma previsão do Código de Defesa do Consumidor, a criança como um sujeito mais vulnerável do que aquele consumidor comum, que já é considerado vulnerável. Então, é uma proteção adicional à condição de criança.

A partir daí, já é possível, hoje, trabalhar sobre esse tema. Especificamente no DPDC, nós temos um caso muito emblemático em que houve a sanção, com imposição de multa, a uma empresa de televisão em razão da veiculação de *merchandising* infantil. Foi uma multa de um milhão de reais! A gente considera esse um *leading case* do nosso departamento. Nós temos vários outros processos relacionados à publicidade, mas à publicidade de produtos financeiros, de telefonia, inclusive de alimentos, mas, especificamente sobre crianças, esse foi um caso muito emblemático, em que se reconheceu que o *merchandising* que dialoga com a criança é extremamente abusivo. Então reconhecemos como uma publicidade abusiva.

Também temos em andamento um estudo em parceria com a Unesco sobre os efeitos da publicidade na criança. Isso é algo que vimos estudando, trabalhando e esperamos que nos traga subsídios para atuar ou repensar ou refletir mais sobre o tema.

Tentando responder ainda às perguntas que foram feitas, trazendo outra pergunta para a Mesa, creio que um ponto central que precisamos discutir quando se fala em criança e em mídia é o seguinte: a participação de criança em qualquer publicidade, independentemente do setor que anuncia, é trabalho infantil?

Temos que responder a isso primeiro, antes de pensarmos por que a criança participa da publicidade deste ou daquele setor. É um trabalho infantil? Isso está regulado? Está amparado pelas normas de trabalho infantil, pelas previsões do ECA, pelas previsões constitucionais? Exceções são possíveis nesse campo do trabalho infantil na mídia.

Então essas seriam algumas breves considerações que eu faço.

Fico aqui à disposição para seguirmos dialogando em outras oportunidades inclusive.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Tamara Amoroso Gonçalves, Coordenadora-Geral da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça.

Quero agora conceder a palavra para Juliana Petrocelli, Assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que está aqui representando Angélica Moura Goulart.

A SRª JULIANA PETROCELLI – Bom dia a todos.

Trago as saudações da nossa Ministra Maria do Rosário e da nossa Secretária Angélica Goulart, que muito tem se dedicado a esse tema de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Cumprimento a Senadora Ana Rita pela sensibilidade e os demais Parlamentares aqui presentes.

Nossa fala é muito breve. A nossa Secretaria está aqui mais para apoiar esse tema, ouvir os especialistas e contribuir no que for da nossa área. E sempre termos em mente a fase peculiar de desenvolvimento em que se encontram as nossas crianças, prevista nas nossas legislações, e o quanto devemos estar atentos aos vários temas que vão surgindo, para, de uma forma zelosa, garantir esses deveres individuais e coletivos que as crianças têm.

Quando se pensa no direito à vida, à saúde e à educação, sabemos que eles são legítimos e que devemos observar se eles estão sendo resguardados, já que imprimimos várias mudanças em nossa sociedade, no nosso estilo de vida, na nossa forma de nos alimentar que nem sempre podem ser benéficos à saúde das nossas crianças.

A nossa Secretaria muitas vezes se depara com algumas perguntas: será que tudo o que as nossas crianças estão ingerindo é alimento? Será que aquilo que as nossas crianças estão ingerindo contribui mais para a manutenção da reposição da energia delas ou se, na verdade, aquele alimento está mais atrapalhando do que ajudando a saúde dessas crianças? Também temos nos deparado com esses questionamentos.

Essa avaliação é muito mais importante quando se constata que essas crianças estão em fase de desenvolvimento e que determinados déficits nutricionais, dos quais os especialistas têm mais condições de falar do que nós, podem comprometer a qualidade dessa criança para o resto da vida, em termos de condição física mesmo.

Então o primeiro ponto é uma visão crítica que devemos ter desse alimento, mas mais ainda da qualidade desse alimento que está sendo ingerido pelas nossas crianças ao nos depararmos com essa questão da publicidade, uma publicidade que muitas vezes conduz, induz, que usa de artifícios que muitas vezes não permitem uma escolha. Isso é interessante. Às vezes a gente acha que tem uma possibilidade de escolha, e, quando se analisa isso mais profundamente, essa possibilidade não existe. Movido por quê? Por uma questão de lucro que sabemos que existe, está aí, é um fato na nossa sociedade, que torna essa abordagem, muitas vezes, desigual. E, diante de uma abordagem desigual, nós temos, sim, que nos posicionar como sociedade e política pública.

Por isso a nossa Secretaria hoje se faz presente, sim, nesse tema, elegendo-o como prioritário e pretende somá-lo às nossas atribuições.

O que nós temos aqui para oferecer? É uma articulação intersetorial, que se desenvolve, interministerial, para a promoção e a proteção dos direitos das nossas crianças.

Muito obrigada pelo convite, está sendo muito bom estar ouvindo, estar aprendendo sobre esse tema. Queremos falar que vocês podem contar conosco, com a nossa secretaria para estarmos qualificando e avançando mais nessa pauta.

Obrigada e um bom dia a todos. *(Pausa.)*

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Juliana, representando aqui a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Estou sendo pressionada pelo tempo. Precisamos concluir porque a sessão plenária só começa quando eu concluir aqui.

Vou conceder a palavra ao Deputado Nazareno para que também possa se manifestar num tempo rápido, mas nós vamos assumir o compromisso de continuar esse debate em outro momento.

O SR. NAZARENO FONTELES (PT – PI) – Eu agradeço a oportunidade. Vim mais para ouvir, e a gente se soma à maioria dos argumentos aqui. Não há conflito. Até aconselho que em outra audiência pública a gente coloque a turma que assume o lado de lá para poder ter o debate e o conflito das ideias, como deve ser. Na audiência aqui, praticamente todos estão do mesmo lado, do lado em que estou, para ficar bem claro.

Eu trouxe e distribuí para alguns o resumo de um relatório que fiz sobre a Subcomissão especial que atuou no ano passado por alguns meses na Câmara que foi avaliar o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional e ela nesse relatório que foi aprovado este ano pela Comissão de Seguridade Social e Família, da qual sou membro titular, apresentou algumas propostas, inclusive legislativas, de priorizar e acelerar, através de requerimentos surgidos desse relatório que até grifei, como é o caso do Projeto de Lei nº 1.637, de 2007, do Deputado Carlos Bezerra que trata exatamente de oferta, propaganda, publicidade e outras práticas ligadas exatamente aos alimentos com alto teor de açúcar, gordura trans, sódio, etc. Há outro também do Dr. Nechar que veda a comercialização de brinquedos acompanhados de lanha.

Sabemos que outros projetos existem, inclusive aqui do Senado. Lembro de um do Tião Viana sobre isso, deixei na mesa da Senadora Ana Rita que também junto conosco participa dessa comissão, dessa Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutri-

cional desde 2007, que tem preocupação com essa temática. E todos os atores aqui, embora com outros personagens, já têm participado. Inclusive dessa audiência aqui também o Instituto Alana participou, porque tratava exatamente da obesidade, era um dos momentos de avaliação do sistema.

Parabenizo a todos que estão fazendo isso, pelo livro também, com certeza vou ler com maior dedicação, para fortalecer os argumentos na defesa disso. Sei que a Senadora vai ter oportunidade de fazer novamente algo mais sobre isso e com outros membros aqui do Senado, como a Câmara para poder enriquecermos mais e conseguirmos efetivamente.

Finalmente, em direitos há conflitos, mas a grande tarefa do Congresso hoje é saber que não cabe a Supremo nem a Judiciário estar decidindo hierarquia de direitos, cabe a nós que fizemos a Constituição.

Não existem direitos iguais neste país, existem alguns direitos prevalecendo sobre os outros. É o caso da visão na comunicação, onde os detentores dos meios de comunicação impõem uma visão que limita até a regulamentação da Constituição em seu capítulo de comunicação.

Entre saúde, por exemplo, e a publicidade das empresas, quem deve estar hierarquizado em primeiro lugar? Saúde, porque o direito à vida é fundamental. Tem que ter hierarquia, não se pode dizer que os direitos são iguais, isto é fantasia. Dependendo do contexto um tem que se sobrepor ao outro e não ficar a critério de Judiciário. Nós temos que regulamentar em lei a hierarquia, não deixar na mão de quem não conhece o debate plural e que impõe, por sua visão, sua cabeça e seus valores a visão judicial. Nosso país está extremamente judicializado. É hora de mais democracia, mais votos representando o povo e a sociedade nos empurrar a fazer com que esses direitos tenham equilíbrio e hierarquia. E não podem ser tratados igualmente. Como se, dependendo do lado do bloco em que você está você impor o seu direito e faz a sua defesa, com bons advogados, frente ao Judiciário, sem o debate plural, sem inclusive ouvir as academias e as pesquisas sobre o assunto, desestimulando a academia, a ciência, o saber e o debate democrático e plural dos direitos humanos em nosso país e no mundo.

Por isso, agradeço a oportunidade e espero que Deus abençoe este debate e possamos ter sucesso mais na frente aprovando leis mais claras sobre esse assunto.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Deputado Nazareno Fonteles pela sua presença e pelo seu trabalho. Digo

que vamos concluir essa audiência pública, mas não vamos concluir esse debate.

Como encaminhamento desta reunião de hoje, proponho continuar esse debate em outro momento, inclusive trazendo pessoas.

Quero fazer o registro de alguns representantes que nos encaminharam uma correspondência, justificando o motivo de não estarem presentes nesta Mesa, que acolhemos e acatamos. Então a Associação Brasileira de Anunciantes, de publicidade, da indústria de alimentação, da indústria de refrigerantes, de bebidas, a Associação Nacional de Editores de Revistas, de agências de propaganda, são diversas entidades que poderiam também estar contribuindo com este debate, apresentando aqui também o contraditório.

Posteriormente, Deputado, a Comissão de Direitos Humanos juntamente com a Frente Parlamentar de Segurança Alimentar podem planejar outra atividade com mais tempo, para termos uma mesa que possa também debater o contraditório.

Agradeço profundamente a todas as pessoas que aqui estão presentes, os representantes dessas entidades e representantes de outras instituições que aqui estão.

Vou pedir desculpas à Mesa, eu não vou conceder a palavra para as considerações finais, porque senão prejudico os trabalhos do Senado Federal. Esta atividade foi pensada justamente para fazer o lançamento do livro. Então era esse o objetivo principal.

Vamos concluir, vamos tirar aqui uma foto para que fique registrado este momento.

Desta forma então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a vocês com as nossas desculpas pelo tempo que foi muito escasso, mas queremos aqui agradecer profundamente a contribuição que todos vocês trouxeram. *(Palmas.)*

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 2 DE SETEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia dois de setembro de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do

Senador Paulo Paim. O Senador Cristovam Buarque justifica ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56 de 2013, aprovado em 13/08/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema “*A realidade do Sistema Prisional Brasileiro e a Indispensável Garantia dos Direitos e Conquistas*”. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. O Senhor Presidente passa a palavra aos **convidados**, que fazem suas explanações, nesta ordem: Jarbas Santos de Souza, Diretor de Formação e Relações Institucionais da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários – FENASPEN; Vilobaldo Adeládio de Carvalho, Diretor Financeiro da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários – FENASPEN e Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários – SINPOLJUSPI; Amauri Meireles, Coronel da Reserva da Polícia Militar de Minas Gerais; Irmã Petra Silvia, Representante da Pastoral Carcerária; Patrick Mariano Gomes, Coordenador-Geral de Análise e Acompanhamento do Processo Legislativo do Departamento de Processos Legislativos da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Deise Benedito, Assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Elaboração e efetivação de um Programa Nacional de Segurança Pública que atenda aos princípios e diretrizes da CONSEG (PAC da Segurança Pública); 2) mais recursos para segurança; 3) inclusão do sistema prisional no projeto de lei de criação do Susp, Projeto nº 3.734, de 2012, Câmara dos Deputados; 4) aprofundar o debate da PEC 308; 5) Buscar a institucionalização de um Núcleo de Estudos específico do Sistema Prisional por parte do Ministério da Justiça; 6) Federalização de tipos criminais e de execução penal através de reformas do Código Penal, CPC e LEP; 7) Acertar a Terminologia do sistema carcerário e dos seus servidores; 8) Profissionalização do Agente Penitenciário, com preparo (técnico-científico-psicológico), com estrutura de trabalho, segurança, valorização, dignidade; 9) Adoção de medidas e alternativas à pena privativa de liberdade; 10) Criar alternativas para a reinserção de apenados na sociedade; 11) Desarmamento, ou não, do agente penitenciário; 12) Formulação e aplicação de políticas afirmativas para o preso e para o agente penitenciário; 13) Prestar auxílio à saúde do Agente Penitenciário; 14) Conscientização da multidisciplinari-

dade do agente penitenciário e do seu papel enquanto educador social; 15) Fortalecimento das defensorias públicas; 16) Adaptação dos presídios para as pessoas com deficiência; 17) Atendimento do preso na municipalidade de preferência; 18) criação de grupo de trabalho para debater o papel do agente penitenciário no sistema prisional; 19) Audiência pública para tratar do tema “*juventude e mulheres nas prisões*”; 20) Audiência pública para tratar do tema “*exemplos que deram certo no sistema prisional*”; e 21) Audiência pública para tratar do tema “*justiça restaurativa*”. O Senhor Presidente franqueia a palavra às seguintes lideranças sindicais presentes no plenário: Jacira Maria da Costa Silva, Diretora da FENASPEN e Secretária-Geral do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado de Mato Grosso; e Wesley Bastos, Secretário-Geral da FEBRASP – Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários e membro do CONASP – Conselho Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 56, aprovado em 13 de agosto de 2013, de autoria deste Senador e de outros, para debater o tema: “*A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e a Indispensável Garantia dos Direitos e Conquistas*”. A audiência pública proposta é para debater esse tema central.

Proposta de subtemas: a questão da terceirização no sistema prisional; a política de (in)segurança pública; a regulamentação funcional do agente penitenciário.

Antes de fazer aqui a leitura de um texto inicial para aqueles que estão assistindo à TV Senado, vou chamando os presentes. Venham à mesa. Os que não estiverem perderam o trem da história. A vida é assim. A reunião continua a mesma. Chamamos para a mesa: Sr. Jarbas Santos de Souza, Diretor de Formação e Relações Institucionais da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários (Fenaspen); Vilobaldo Adeládio de Carvalho, Diretor Financeiro da mesma

Federação; Amauri Meireles, Coronel da Reserva da Polícia Militar de Minas Gerais; Patrick Mariano Gomes, Coordenador-Geral de Análise e Acompanhamento do Processo Legislativo do Departamento de Processos Legislativos da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Deise Benedito, Assessora da Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário; Irmã Petra Silvia, Representante da Pastoral Carcerária.

Deixe-me fazer uma introdução rápida para quem está assistindo à nossa TV Senado.

Diversos estudos e dados oficiais têm apontado uma realidade extremamente caótica no sistema prisional brasileiro. Rebeliões, motins frequentes com destruição de unidades prisionais, violência entre encarcerados, superlotação, reincidência elevada, condições de insalubridade nos ambientes prisionais, organizações criminosas controlando a massa carcerária e praticando crimes dentro das unidades prisionais, falta de profissionalização na gestão, falta de padronização das atividades penais, terceirização na execução de atividades de segurança penitenciária, falta de política de adequada reintegração social, descumprimento da Lei de Execução Penal e de princípios elementares de direitos humanos. Enfim, o sistema prisional, além de caro à sociedade, não tem cumprido a dupla finalidade: efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Certamente isso vem ocorrendo em decorrência do sistema de penalização atualmente vigente no nosso País, frente à falta de uma adequada política pública de Estado que institui o sistema prisional no contexto do sistema de Justiça criminal.

Nesse contexto, não há Estado democrático de direito. O acintoso desrespeito aos direitos humanos no sistema prisional brasileiro atinge não somente os presos, mas também a profissionais que ardorosamente se doam ao trabalho cotidiano, que podem contribuir para a construção de uma sociedade mais segura, humana e justa.

Ninguém tem dúvida de que o sistema prisional brasileiro, como já disseram o próprio Ministro da Justiça e estudiosos do tema, é um sistema falido, que não cumpre com as suas finalidades.

Todo o debate sobre um tema delicado como esse, que é o combate à violência em todos os sentidos, que busca a segurança do nosso povo, da nossa gente, merece todo o apoio desta Comissão, a Comissão de Direitos Humanos.

A Senadora Ana Rita não está por motivo de compromissos assumidos fora de Brasília.

Como autor do requerimento, vou coordenar este debate.

Vamos começar, então, de imediato, seguindo a ordem que está aqui. Começamos com o Sr. Jarbas Santos de Souza, Diretor de Formação e Relações Institucionais da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários (Fenaspen). Jarbas, fique bem à vontade. O tema é este: o sistema carcerário brasileiro, mas pode falar do que entender mais adequado para o momento aqui.

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – Primeiramente, bom dia a todos. É um prazer imenso estar aqui.

Agradeço, de início, ao nobre Senador Paulo Paim pela oportunidade de os servidores penitenciários estarem aqui hoje colocando as suas questões, seus problemas e apontando também caminhos para as soluções. Isso é muito importante. Desde já, em nome de todos os servidores penitenciários do Brasil, Senador, agradeço a V. Ex^a esta oportunidade e aos demais participantes deste debate que estão aqui presentes.

Bom, o tema sobre o qual fui designado para falar hoje é, na realidade, o subtema sobre a questão da privatização ou terceirização ou cogestão, como queiram chamar os gestores estaduais, da execução da pena, da questão da privatização do sistema prisional.

De início, para a gente poder falar sobre o assunto, eu gostaria de ler o primeiro artigo da Lei de Execução Penal, porque ele claramente dá todo o norte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só me permita, Dr. Jarbas, dizer que cada um vai ter 10 minutos, com mais 5, o que daria 15, mas, extrapolando, pode chegar a 20 minutos, o.k.?

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – O.k.

Esse primeiro artigo da LEP, como é comumente chamada a lei para todos nós, define claramente qual é a missão do sistema prisional brasileiro. Então, vamos dar uma lida no primeiro artigo:

TÍTULO I

Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Esse último texto do artigo da Lei de Execução Penal traduz bem a nossa missão. Infelizmente é justamente o que o Estado não consegue fazer: proporcionar ao cidadão preso o seu retorno harmônico ao convívio social, um retorno seguro tanto para ele, o egresso, quanto para a sociedade. Então, esse é o terceiro ponto do sistema prisional que o Estado brasileiro não consegue fazer.

Agora, partindo desse pressuposto, a gente pode afirmar que a questão da execução da pena trata, na verdade, da segunda parte da lei, no sentido de que o Judiciário, quando determina a pena a algum cidadão que veio a delinquir, estabelece que o Estado, através dos agentes penitenciários, faça uma execução daquilo que foi decidido pela Justiça criminal.

Dentro dessa perspectiva, legalmente, constitucionalmente, é impossível que o Estado venha a terceirizar esse serviço, a aplicação da lei, porque o sistema prisional tem uma função mista no seu trabalho. Ao mesmo tempo em que ele serve ao Poder Executivo, é servidor do Poder Executivo, também serve diretamente ao Poder Judiciário nessa questão da execução da pena.

E nos deixa muito preocupados não só a questão do impedimento legal de se privatizar a execução penal no País, tendo em vista esse cumprimento da segunda parte da norma jurídica, que é a pena, no caso, e a execução da pena, que é uma função estritamente ligada ao Estado, uma função de Estado que não pode ser terceirizada. Além disso, nos traz também, como cidadãos e como servidores, outra preocupação muito grande com relação à questão da privatização dos presidiários. Na verdade, você privatiza... E o que está por trás disso tudo? O que leva a isso tudo? Na verdade, a maioria massacrante dos detentos, dos presos é oriunda das camadas mais necessitadas e carentes do nosso País. Subentende-se que o que se encarcera em nosso País são pessoas miseráveis.

No meu Estado, por exemplo, há uma empresa que hoje lá está atuando, privatizando um presídio, e já há uma proposta de privatização de mais dois presídios, é uma empresa que tem uma atuação muito grande no Brasil todo, que já publicou que os custos por preso por mês ficariam em torno de R\$4.800 a R\$5 mil. Isso por preso, por mês, para o sistema prisional, sendo que o Brasil gasta, em média, R\$2 mil por aluno. Então, é uma inversão de valores, é um contrassenso, o custo é muito alto.

Mas o que mais nos chama a atenção nisso tudo é o seguinte. Imaginem um cidadão preso que vale R\$5 mil por mês para uma empresa. Ele é parte de um negócio, parte de um comércio. Quando é que esse camarada vai conseguir fazer progressão de regime? Quando esse camarada vai sair da cadeia? Quantos miseráveis que estão hoje nas ruas, sujando a paisagem... A gente vai ter aqui a edição dois do Tolerância Zero de Nova York? Vamos encarcerar todo mundo porque limpa a cidade e isso gera dinheiro para alguém? Então, isso pode trazer, para o Brasil, um prejuízo social muito grande.

Nessa questão de presídio privado, a gente tem experiências nos Estados Unidos, que é um país que tem um sistema carcerário, um sistema de justiça muito mais rápido, muito mais eficiente. Há um reflexo da privatização lá que é muito forte, há problemas imensos, por exemplo, a questão dos negros. A cada quatro negros, um, pelo menos, passou pela cadeia. Então, existe uma situação que implica diretamente na questão social. Há um aumento alarmante do número de encarcerados naquele País. Hoje há uma média de 2 milhões de pessoas encarceradas, tendo que fazer o caminho inverso agora, porque o custo é muito alto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – De que país é esse dado?

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – Dos Estados Unidos. O Brasil tem 500 mil. E está iniciando nessa questão de privatização dos presídios. Na situação que nosso País tem, Senador, com o crescente número de violência, por conta da violência, há o impulso do clamor social no sentido de tipificar todas as condutas, e aí o Legislativo começa a criar penas para cada conduta, tipificando... Inclusive, hoje há um debate muito grande sobre a redução da maioridade penal, que é um absurdo também. Se não conseguimos resolver o problema dos maiores, vamos encarcerar os menores também? Então, gera-se outra situação que necessita de amplo debate.

Quer dizer, a sociedade, por um lado, cobra a questão da resolução da violência, e o Estado responde naquela visão velha, antiga e vencida de que é preciso encarcerar os delinquentes. Mas também existe outra situação preocupante no sentido de que, quando se encarcera, dentro dessa máquina de prender, a única coisa que o Estado não pensa é em como vai manter o preso, qual a estrutura do sistema prisional, qual a estrutura que precisa ser colocada, e muito menos pensa na terceira missão que está posta na própria Lei de Execução Penal, que é o mais importante: a devolução do cidadão que está preso para a sociedade, haja vista que o Brasil não tem pena de morte. Então, uma hora esse camarada vai voltar para a sociedade. E o que nós vemos é o quê? A questão do indivíduo voltando pior do que ingressou. Ou seja, o modelo atual é evidente que não funciona. É preciso rever algumas questões.

A Lei de Execução Penal tem, hoje, já alguns dispositivos muito importantes, muito interessantes, no entanto, existe uma coisa que impede sua efetivação, que a gente vê que é diretamente o grande problema para efetivação dessa lei: o enfraquecimento, se não o nunca fortalecimento – vamos inventar aqui – do pessoal servidor penitenciário. O servidor penitenciário, para vocês terem uma ideia, tem uma crise de identidade funcional em todo o País. Uma hora ele acha

que é vigia ou guarda, outra hora acha que é polícia, faz o serviço dos dois e na verdade não é nada disso, haja vista que o art. 144 da Constituição Federal não contém o servidor penitenciário no rol dos servidores da segurança pública.

Quer dizer, existe uma carência muito grande da constitucionalização, da regulamentação da carreira do agente penitenciário e, conseqüentemente, a autonomia e o fortalecimento desses profissionais para que eles possam...

(Soa a campanha.)

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – ... fazer efetivamente o cumprimento da lei no seu todo.

Para concluir, Senador, o que temos no Brasil é um servidor penitenciário mal compreendido; não há o investimento necessário; o sistema prisional, para piorar a história, nos Estados, é totalmente desconectado da política geral da segurança pública e é gerido ao gosto de cada governo. Então, é preciso que haja uma política nacional que norteie o sistema prisional. Ele precisa passar a ter uma política de Estado, porque são pessoas... O Brasil tem a visão de que o preso, o cidadão que delinuiu é um extraterrestre que veio de algum lugar, é colocado aqui e vai para um universo paralelo, que é o sistema prisional. E lá ficamos nós, nesse universo paralelo, junto com os presos. Só que isso não é verdade. Então, é preciso incluir, é preciso fortalecer essa categoria.

E aí, Senador, passa por essas questões todas que os companheiros irão falar posteriormente, principalmente quanto à definição de um papel, de um novo papel, de uma regulamentação da carreira do servidor penitenciário, para que ele consiga fazer seu papel e fazer cumprir o que a Lei de Execução Penal já determina.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Jarbas Santos de Souza, Diretor de Formação e Relações Institucionais da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários.

Agora vamos passar a palavra para o Sr. Vilobaldo Adelídio de Carvalho, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários.

O SR. VILOBALDO ADELÍDIO DE CARVALHO – Bom dia a todos. Cumprimento o Senador Paulo Paim e agradeço à Comissão de Direitos Humanos e pessoalmente ao Senador Paulo Paim por esta oportunidade de expor nossas considerações acerca do sistema prisional brasileiro.

Dentro dessa temática geral, fiquei de trazer algumas considerações acerca da política de segurança ou insegurança pública no contexto prisional brasileiro.

E de já explico a questão da insegurança. O próprio Jarbas já apontou aí, assim como o Senador, na sua fala inicial, que, quanto ao sistema, nem sabemos se podemos chamar de sistema devido a sua caducidade, devido a sua situação e sua realidade.

A princípio, eu trouxe algumas questões, algumas considerações. Além de agente penitenciário e sindicalista, sou também geógrafo, com mestrado em políticas públicas, estudando sistema prisional. Farei algumas considerações sobre o que é política pública, trazendo alguns autores, inclusive, e o que seria realmente segurança pública, destacando também o que podemos chamar de política de segurança pública no Brasil, ressaltando alguns autores.

Com relação à política pública, já que vamos falar de política pública voltada para o sistema prisional, em meio a seus diversos conceitos, eu preferi esse conceito da Profª Maria Ozanira da Silva e Silva, que diz:

Toda política pública é uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Constitui um conjunto de ações ou omissões do Estado decorrente de decisões e não decisões [...].

Ou seja, na medida em que o Estado está se omitindo ou está praticando uma política na área de segurança pública, mesmo que ele não pratique ações que deem conta do problema, não deixa de ser uma política de segurança pública do Estado que não sana a situação do sistema prisional.

Cito um exemplo. Sou do Piauí. Temos a situação de algumas obras paradas, há mais de três anos, de unidades prisionais que já deveriam estar construídas há bastante tempo. Ali abaixo é perto de Teresina, em Altos. São recursos do Funpen da ordem de R\$3 milhões, de 2006. Essa obra foi retomada agora, mas passou três anos parada. Ou seja, de certa forma, essa questão é política, de omissão do Estado frente à questão da segurança pública, frente à questão do sistema prisional, porque temos um contexto de superlotação no sistema prisional do Piauí, como é em todo o Brasil. Veremos depois um quadro destacando isso.

Então, no que se refere ao sistema de segurança pública, eu trouxe essa questão colocada pelo Bengochea:

[...] o sistema de segurança tem de ser sistêmico [ou seja, tem que ser articulado], rápido, um processo que envolva não só atividades preventivas ou de contenção: precisa ter um início, que é a prevenção, e um final, que é recuperar e tratar os autores do delito [...]

Ou seja, o sistema prisional, nesse sentido, tem que se encaixar no contexto da segurança pública, no Sistema de Segurança Pública, sendo, inclusive, a última ponta desse *iceberg*, se podemos falar dessa maneira.

Então, quando ele fala em processo sistêmico, ele diz:

[...] significa envolver, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos comuns [...]

Isso no sentido de termos um sistema realmente organizado e funcionando adequadamente. E aí vem essa questão do que são as prisões dentro desse contexto, na definição de Aguirre:

As prisões são muitas coisas ao mesmo tempo: instituições que representam o poder e a autoridade do Estado; arenas de conflito, negociação e resistência; poderosos símbolos de modernidade (ou a ausência dela); artefatos culturais que representam as contradições e tensões que afetam as sociedades.

Nós temos um contexto, no sistema prisional brasileiro, que é o terceiro maior sistema prisional do mundo, em termos de número de pessoas presas.

Então, entrando um pouco na questão de política de segurança pública e tentando inserir nesse contexto o sistema prisional, nas nossas pesquisas conseguimos trazer mais ou menos de forma didática, alguns pontos nesse sentido.

Na primeira metade do século XX, havia práticas autoritárias e descentralizadoras que, infelizmente, ainda continuam dentro do sistema, e a criminalização de setores subalternos, o que a gente percebe que ainda continua.

O Jarbas falava da situação dos Estados Unidos. Há um livro do Loïc Wacquant, *As Prisões da Miséria*, que retrata toda essa situação do sistema prisional não só dos Estados Unidos, mas na Europa e inclusive no Brasil.

Então, houve a conservação das estruturas de dominação e modernização conservadora, com a ampliação desse sistema.

Na ditadura militar, tivemos um paradigma da segurança nacional: a questão de a segurança nacional ser colocada em primeiro plano para a segurança pública. Aí, veio a Constituição Federal de 1988, em que a segurança pública foi colocada claramente como dever do Estado e responsabilidade de todos.

Criaram-se aí os órgãos executivos da Política de Segurança Pública, de que o próprio Jarbas falou, art. 144. E, a nosso ver, a grande falha do sistema prisional é estar sempre à margem do Sistema de Segurança Pública e das políticas de segurança pública. O sistema prisional não foi incluído como órgão de segurança pública e continua à margem do Sistema de Segurança Pública. Ele é ora colocado fora, ora alguma política o acaba incluindo, mas as políticas não

se voltam para incluí-lo peremptoriamente ao Sistema de Segurança Pública.

Logo em seguida, do ano 2000 para cá, tivemos planos nacionais de segurança pública, que passaram a colocar a questão da segurança pública como pressuposto para exercício da cidadania.

Em 2000, houve o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP). No campo teórico, até que nós temos avançado. O maior desafio talvez esteja na questão da prática. Houve a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), 1996; criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em 1998; o II Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em 2000; e o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), que seria o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública do País, em 2000, e a criação inclusive do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Avançando mais um pouco, o Plano Nacional de Segurança Pública teoricamente trouxe avanços, porque trouxe algumas indicações: fez com que diversas ações isoladas fossem congregadas. Segundo informações do Sr. Fernando Salla, o plano compreendia 124 ações distribuídas em 15 compromissos. Mas aí há um aspecto falho da política dentro do próprio plano, que não fixava os recursos nem as metas para ações; ao mesmo tempo, não estavam estabelecidos quais seriam os mecanismos de gestão, que seria avaliar e acompanhar essa política. Então, aí nós começamos a perceber que esse plano acabou por falhar.

Mesmo assim, houve um avanço no sentido de ter uma concepção de segurança fundada na educação em direitos humanos, para tentar fazer com que os profissionais de segurança pública se preparassem mais para essa situação. E as políticas de segurança pública tendo como foco a multissetorialidade, a multidisciplinaridade, a integração das polícias. De certa forma, teoricamente, não deixou de haver avanço, mas, na prática, infelizmente, essas metas não foram cumpridas.

Em 2007, foi lançado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) – 2007, numa concepção de segurança cidadã, considerando a natureza multicausal da violência, a questão da heterogeneidade de suas manifestações. E esse plano também foi colocado em prática e, de certa forma, se começou a colocar o sistema prisional dentro desse contexto, mesmo que timidamente. Então, buscou-se articular as políticas de segurança públicas com políticas sociais.

Aí, foram definidos alguns objetivos, como, por exemplo, a reestruturação do sistema prisional; a ressocialização de jovens com penas restritivas de liberdade e egressos do sistema prisional. Ou seja, o sis-

tema prisional, a partir daí, mais ou menos, passou a ser incluído no contexto da segurança pública, mesmo nessa questão teórica, mas também com algumas ações práticas.

No ano de 2009, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, que definiu princípios e diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública.

Infelizmente, isso ainda é uma dívida que o Estado brasileiro precisa colocar em prática, inclusive os princípios e diretrizes que foram discutidos e elaborados pela sociedade civil organizada.

(Soa a campanha.)

O SR. VIOBALDO ADELÍDIO DE CARVALHO

– Aí, a gente fica perguntando o que aconteceu. Por que a sociedade foi chamada a discutir um tema tão complexo, com a participação efetiva da sociedade, e isso, infelizmente, não foi colocado em prática?

Ficamos nos perguntando a quem interessa um país rico e inseguro. País rico não é apenas país sem miséria; país rico é também país seguro. Então, precisamos de um país rico que seja seguro para que as pessoas tenham tranquilidade.

E a gente percebe a insegurança por dados. A própria ONU vem demonstrando que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo. Aqui, estou destacando o crime de homicídio, mas, se pegarmos todos os tipos de crime, veremos que vivemos uma verdadeira guerra civil neste País, uma guerra civil urbana.

O Mapa da Violência de 2013 mostra, por si só, em relação a homicídios, como cresceu nas últimas décadas o número de homicídios no País: saltamos de 13.910 pessoas mortas em 1980, anualmente, para mais de 50 mil pessoas. Então, é uma verdadeira carnificina que está acontecendo, principalmente nos espaços urbanos.

Enquanto isso, há a questão de orçamentos sendo executados anualmente. Aí, está a questão do Orçamento Geral da União, de 2011. Quando se olha o quesito segurança pública, 0,41%. Esses dados são da Auditoria Cidadã da Dívida. Só com os juros e amortizações da dívida, são mais de R\$700 bilhões. Então, estamos precisando de investimentos para reverter essa situação.

Em 2012, por exemplo, o Orçamento Geral da União previa mais de R\$1 trilhão para a questão da dívida. E quantos bilhões para a segurança pública? Os dados do próprio Anuário Brasileiro de Segurança Pública colocavam, em 2010, gastos em torno R\$ 47,5 bilhões com segurança pública, mas gastos por todos os entes federativos. Não só a União, mas União, Estados e Municípios. Então, comparando-se ao que se gasta só com juros de dívida, temos um pinga de água no oceano.

Atualmente, por exemplo, tramita no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei de criação do Susp – Sistema Único de Segurança Pública. Mais uma vez, o sistema prisional está fora. Ou seja, vamos estar no sistema de segurança pública pela metade.

Vamos clamar aqui para que o sistema prisional seja incluído dentro do Susp, para que tenhamos um sistema de segurança pública completo. O Susp trata dos órgãos de segurança pública, inclusive da Força Nacional de Segurança Pública, que não está no art. 144, mas está sendo incluído no Susp, e o sistema prisional continua ficando de fora. Isso demonstra que o sistema prisional continua e poderá continuar à margem das políticas de segurança pública do País.

Aqui, eu tenho um quadro que mostra claramente o crescimento vertiginoso da população presa no País nos últimos anos. Saltamos de 361 mil pessoas presas, em 2005, para 548 mil, fechando o ano de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dobrou.

O SR. VIOBALDO ADELÍDIO DE CARVALHO

– Quase dobrou. E o déficit do sistema prisional continua crescente. Não estamos conseguindo, dentro da Política de Segurança Pública, sequer atender à demanda por vagas, porque a política é de prender, prender e prender, para dar respostas, como colocou o Jarbas, aos reclames da sociedade, mas prender sem tratar: amontoando, colocando os agentes e os presos em situação de risco. Então, temos esse contexto atualmente que até lamento trazer para cá, mas é a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sei qual é a sua opinião, mas vou perguntar, porque ele tocou. Eu já assumo que a minha posição é a mesma que a sua. Calcule, ainda, se pegarem essa nossa gurizada, a minha meninada aí, e jogarem dentro disso aí, como alguns têm coragem de defender. Não sei qual é a sua posição, mas pode colocar se quiser. É outro debate.

O SR. VIOBALDO ADELÍDIO DE CARVALHO

– É outro debate. Não sei aonde iríamos chegar.

Aqui são algumas fotos da realidade que, infelizmente, é o sistema prisional hoje, da superlotação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É importante que as pessoas que estão assistindo à reunião pela TV Senado percebam onde vão parar meninos e meninas, daqui a pouco com 10, 12, 14 anos, se continuar a tese que alguns defendem.

O SR. VIOBALDO ADELÍDIO DE CARVALHO

– E essa insegurança por falta de política de segurança ocorre por quê? Porque ela traz insegurança para

o agente que não tem condições de enfrentar essa questão, porque não tem apoio do Estado.

Ali embaixo, temos um agente que foi brutalmente assassinado, covardemente. Um agente penitenciário federal, que era do Piauí e trabalhava em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Foi encontrado amordaçado, amarrado, com as mãos para trás. Nós temos essa situação hoje que aflige o sistema prisional, que aflige os agentes penitenciários.

Aqui, temos a questão do resultado de rebeliões que acontecem constantemente no sistema, com corpos de presos destruídos. Então, essa infelizmente é a realidade, e é necessário que o Estado brasileiro olhe para a situação.

(Soa a campanha.)

O SR. VILOBALDO ADELÍDIO DE CARVALHO

– Temos ainda algumas fotos, mas estou próximo de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode concluir tranquilamente.

O SR. VILOBALDO ADELÍDIO DE CARVALHO

– Aqui, situação de superlotação; essas da lateral esquerda, situação no Piauí, penitenciária da Parnaíba, os presos amontoados. E essa infelizmente é a realidade. O que falta? Falta política de Estado. Essa lateral direita aqui... Essas outras são fotos da internet e não sei dizer de onde são. As da esquerda são da Parnaíba, no Piauí; aqueles presos deitados na cama, uns ao lado dos outros. Uma realidade que já denunciávamos várias vezes, a diversas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estava dizendo que essa é uma... Os senhores podem interagir livremente.

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – Permita-me um aparte na sua fala, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu só controlo o tempo aqui.

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – Esse é um tema importante. O senhor estava falando sobre privatização. Colocando essa realidade aí, eu queria dizer aos companheiros presentes e aos que estão assistindo à reunião também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Primeiro, você disse, e é preciso que reafirme, que isso que está sendo mostrado é uma realidade de todo o País. Não é específico do Piauí.

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – Todo o País tem cenas como essas. Agora, o que vem de novo dos Estados, como gestão? Não, o sistema prisional não dá certo. Está aí. Do jeito que está, não dá. Está tudo errado e tem de mudar. Lógico que tem de mudar. Agora, a privatização não é o caminho.

Na verdade, gostaria de frisar que esses resultados, toda essa desgraça que está aí, essa forma de fazer o sistema prisional no País nunca foi feita pelo servidor penitenciário. O sistema prisional brasileiro nunca esteve na mão do servidor penitenciário. Ele sempre esteve nas mãos de políticos ou de pessoas delegadas por políticos – está certo? – na sua maioria, militares. Nada contra os militares, mas acho que o sistema prisional precisa ter uma visão do servidor de carreira.

Hoje, basicamente, os governos chegam para vender a privatização e dizem que o sistema prisional não presta, apresentam números e resultados. Concorro, mas esse erro que vocês estão querendo corrigir com a privatização é um erro de vocês, governadores.

O SR. VILOBALDO ADELÍDIO DE CARVALHO

– Estado.

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – Não é do servidor penitenciário. Eu queria colocar e deixar claro que queremos mudar isso, e, inclusive, estamos fazendo um debate muito importante do Depen hoje, tentando construir, junto com todos os Estados, seus representantes e a Pastoral também, um novo sistema prisional, um novo agente penitenciário, para uma nova perspectiva, para se legalizar e fortalecer o sistema prisional e torná-lo uma política de Estado: tirar de dentro a intervenção política do sistema prisional e torná-la uma política de governo, de Estado.

Então, quero deixar bem claro que esses resultados são dos mesmos camaradas que estão hoje vendendo uma nova ideia do sistema prisional, de privatização. Então, deixo claro de quem é a culpa.

O SR. VILOBALDO ADELÍDIO DE CARVALHO

– Compartilho do mesmo pensamento do Jarbas. Inclusive, eu diria que temos um problema técnico-científico, e tínhamos uma questão política centrada no sistema, que impede o sistema de avançar.

Aí, temos acima, na lateral, um outro agente penitenciário que foi covardemente assassinado na Bahia. Normalmente, em regra, aquele estilingue, é porque há locais em que essa é a arma do agente penitenciário para tentar coibir fuga e para tentar fazer que o sistema continue funcionando, pelo menos na parte de segurança. Somos cobrados na questão da ressocialização e não conseguimos fazer na prática sequer a segurança, por falta de estrutura, por falta de agentes, e por aí vai.

Aqui, eu queria apontar algumas considerações finais, pois acho importante não só apontar o problema. O problema ainda é latente. Percebemos isso no dia a dia, sentimos isso na pele, e acho que temos, sempre que apontar um problema, buscar propor soluções. Temos uma lógica extremamente complicada

para trabalharmos. É uma situação complexa, mas temos de estar sempre buscando soluções, penso eu.

Então, como forma de contribuir, trouxe sugestões até da minha cabeça – não houve ainda um debate entre nós. De certa forma, estudei um pouco do sistema. Então, eu penso que seria oportuno que o Ministério da Justiça pudesse institucionalizar um núcleo de estudos específicos do sistema prisional. Há alguns estudos sobre o sistema, mas ainda há muito para ser conhecido a respeito, cientificamente, com relação ao sistema.

Isto pode causar polêmica, mas talvez tenhamos de passar por um período de debate: uma questão que pode ser posta para debate é a federalização de alguns tipos penais, criminais e de execução penal, através de reformas do Código Penal, Código de Processo Penal e da LEP. Talvez, tentarmos avançar num dos maiores desafios do sistema hoje: separar o crime organizado de presos, digamos assim, presos comuns. Há uma verdadeira salada no sistema prisional: presos reincidentes e primários, presos sentenciados e provisórios, de alta e baixa periculosidade, todos dentro de uma mesma cela. Aí, temos um agravante a mais da situação do sistema.

E a adoção de medidas alternativas à pena privativa de liberdade, que vem avançando timidamente. Temos de aprofundar essa questão, para não ser a pena privativa de liberdade colocada como solução para tudo, como acontece no País.

A inclusão do sistema prisional no Susp. Não consigo perceber que eu faça outra coisa que não seja segurança pública no contexto da segurança pública. Eu não sou assistente social, não sou professor. O que nós fazemos é, sim, segurança pública. Ruim ou com boa vontade, sem conseguir dar conta das nossas atribuições, por falta de estrutura e de segurança para nós mesmos, mas é isso que fazemos na prática.

Elaboração e efetivação de um Programa Nacional de Segurança Pública que atenda aos princípios e diretrizes da Conseg. Chamamos a sociedade, que debateu e deu a sua opinião. Então, vamos colocar isso em prática. É uma espécie de pacto da segurança pública, Senador, com investimentos realmente para tentarmos reverter a situação. É claro que temos de ter investimento em educação, mas, no contexto que temos hoje, precisamos de um investimento maciço em segurança pública. Ou então não sei aonde vamos chegar.

Padronização da carreira do agente penitenciário e profissionalização da gestão do sistema prisional. Temos uma gestão extremamente amadora. Começa de cima, do secretário de Justiça, e passa pela gestão das unidades prisionais. Então, precisamos profissionalizar a gestão e valorizar o agente penitenciário.

Talvez, o Coronel, quando falar dessa questão, vá abordar isso de forma mais incisiva.

Acompanhamos o debate dos *royalties* do pré-sal, do petróleo, aqui no Congresso Nacional. Colocou-se um percentual para a educação, o que considero válido, para a saúde, e o sistema de segurança pública, diante desse verdadeiro caos, dessa verdadeira tragédia que é o sistema prisional brasileiro e a questão da violência, e não podemos investir. Eu sei que estaríamos investindo na ponta de uma questão social bem maior, em que deveria haver a questão da prevenção, mas estamos investindo em outras áreas. Mas, na situação e no contexto que nós temos, é inadmissível que não possamos fazer investimentos maciços em segurança pública, para que tenhamos um sistema mais seguro, a bem da própria sociedade.

Então, o que eu coloco, para finalizar, é como se estivéssemos pedindo socorro: Estado brasileiro, dê-nos preparo técnico, científico e psicológico!

Nós fizemos uma pesquisa agora no Piauí, e não sei se o agente penitenciário vai chegar à média de vida de 45, 50 anos de idade. Ele morre. O sistema o está matando. O Estado brasileiro não está matando só os presos, mas está matando seus servidores, por falta de uma política de segurança pública que valorize o agente penitenciário, que o faça ter voz e vez, autoconfiança; que ele se sinta valorizado e tenha dignidade. Estamos lutando na Federação para ter dignidade e respeito da sociedade. Não queremos ser o braço, a perna e o coração do Estado na prisão apenas para vigiar e punir. Isso é praticamente o que estamos fazendo hoje. Queremos ser instrumentos a serviço do Estado e da sociedade para a transformação social. É inadmissível que estejamos enxugando gelo: o preso entrando de uma forma e saindo muito pior do que entrou.

É preciso que tenhamos um sistema prisional que respeite e assegure direitos e uma sociedade que conquiste a humanização e a justiça.

Reforço aqui as palavras do Jarbas: a solução nunca vai ser a privatização. O Estado brasileiro, que tem sido omissos...

(Soa a campanha.)

O SR. VILOBALDO ADELÍDIO DE CARVALHO

—...ao longo de décadas e séculos, é que tem de assumir efetivamente a sua responsabilidade com relação ao sistema prisional no contexto da segurança pública. Não consigo ver outra alternativa que não seja nesse sentido.

Essas são as minhas considerações.

Estamos abertos para o debate. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Sr. Vilobaldo Adelídio

de Carvalho, Diretor-Financeiro da Federação Sindical e também presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários.

Vamos fazer duas Mesas. Por isso, nossos convidados que chegaram entrarão na segunda Mesa, quando teremos o Sr. Patrick Mariano Gomes, Coordenador-Geral de Análise e Acompanhamento do Processo Legislativo, do Departamento de Processos Legislativos da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; e teremos também Deise Benedito, Assessora da Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário. O Sr. Patrick Mariano Gomes é Coordenador-Geral e representa aqui o Ministro da Justiça.

Na segunda Mesa, os convidados voltam para a primeira fila, e a senhora e o senhor assumem aqui e teremos inclusive o debate.

De imediato, passo a palavra agora ao Sr. Amauri Meireles, Coronel da Reserva da Polícia Militar de Minas Gerais, que é um estudioso do tema.

Por favor, Sr. Amauri Meireles.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Então, é um estudioso do tema o Sr. Amauri Meireles, Coronel da Reserva da Polícia Militar de Minas Gerais.

O SR. AMAURI MEIRELES – Senhoras e senhores, bom dia!

Agradeço a gentileza do convite para me manifestar sobre esse instigante e intrigante tema que é o sistema... Qual sistema? Penitenciário? Prisional? Penal? Carcerário? Não sei! É um sistema que existe.

Por que um coronel da Polícia Militar falando aqui, Senador? Porque eu fui comandante da Região Metropolitana de Belo Horizonte e conhecia esse sistema por fora. Posteriormente, fui nomeado Superintendente da Guarda Prisional de Minas Gerais, conheci o sistema por dentro e passei a pesquisá-lo.

Verificamos o seguinte: a grande maioria da população brasileira entende que o Sistema Penitenciário está falido, mas essa generalização nos leva a algumas indagações. O que está falido? É o sistema de execução penal, com todos aqueles órgãos listados no art. 61 da LEP, todos eles, ou seria apenas a execução penal judiciária? Ou seria a execução penal administrativa? Ou tudo que estaria falido?

Observe V. Ex^a a generalização de termos, de órgãos que cuidam do sistema no Brasil. Em um determinado Estado é um instituto; em outro, uma superintendência; em outro, uma secretaria, uma coordenação, um departamento, às vezes, uma fundação. É uma miscelânea. Às vezes, esse órgão está vinculado

a uma secretaria de justiça e direitos humanos, mas no Estado existe uma secretaria de segurança pública que não participa. Em outros Estados, esse órgão está vinculado à secretaria de segurança pública, mas, no Estado, existe também uma secretaria de justiça e defesa dos cidadãos.

Em síntese, para não me estender, Senador Paim, há uma miscelânea. Então, é difícil inclusive debatermos o tema sem saber especificamente do que estamos falando.

O sistema, se é que se chama sistema, é um conglomerado de órgãos que não atuam harmônica, sincrônica e sinergicamente; ao contrário, aqueles órgãos citados no art. 61 da LEP ficam procurando erros uns dos outros, em vez de procurarem os acertos. Esse sistema atual desagrada aos apenados, aos profissionais que cuidam da área – pela manifestação dos companheiros, V. Ex^a deve ter percebido –, desagrada aos familiares, tanto dos presos como dos agentes, que se sentem inseguros, e desagrada à sociedade. Então, esse sistema ou esse arranjo não agrada a ninguém.

Temos observado que o Estado, felizmente, já começa a investir muito nos órgãos que atuam na causalidade, ou seja, onde atuam as Polícias Militares e Polícias Judiciárias, para onde fluem as causas e para onde refluem os efeitos da violência e da insegurança, mas atua muito pouco nas causas – um exemplo, a população em situação de rua, os menores de rua – e nos efeitos, no “sistema de administração penal”, que é o nome pelo qual passo a chamar esse sistema. É um sistema de administração penal, não é prisional, penitenciário, carcerário, na minha opinião.

Então, entre os efeitos, destaco exatamente as péssimas condições do sistema de administração penal, fazendo com que esse sistema, de efeito, passe a ser causa de violência na sociedade brasileira.

O que temos é que fazer uma reversão do quadro. É possível? É! Como? Buscando efetividade na custódia e na ressocialização.

A efetividade foi muito bem dita na Constituição de 1988: eficiência é a capacidade de produzir o resultado; eficácia é a capacidade de produzir um resultado com qualidade; e efetividade é a capacidade de produzir o resultado com qualidade e objetividade. Falta exatamente essa objetividade.

O que verificamos é que há uma vulnerabilidade muito grande no tecido social em razão da desídia governamental e um semiprofissionalismo nessa atividade de administração penal.

Foi dito aqui pelo companheiro que isso antes era gerenciado por militares, por apaniguados. Ele tem razão. Isso sempre foi uma sinecura. Há necessidade de profissionalismo na administração penal. Há neces-

sidade de que ela seja entregue aos agentes penais, porque eles é que conhecem essa atividade.

Como vamos fazer isso? Temos, creio eu, duas premissas básicas: primeiro, o resgate da dignidade do preso e, segundo, o resgate da autoridade administrativa penal.

Dentro dessa primeira premissa, temos que entender o seguinte: o respeito à figura humana do custodiado tem que ser um dogma. Não cabe discussão sobre o respeito à figura humana do custodiado. É um absurdo, às duas horas da manhã, pegar um preso na cela, dar um banho de água e bater! Isso é uma estupidez! Então, dogma: respeito à figura humana do custodiado. O sujeito é preso, mas é um ser humano que merece respeito.

O segundo é o resgate da autoridade administrativa penal, que vai surgir como? Com reconhecimento normativo, ou seja, colocando a administração penal dentro do art. 144 da Constituição, integrando o sistema de segurança pública. É fundamental isso.

(Soa a campanha.)

O SR. AMAURI MEIRELES – Por quê? Porque a administração penal, sob a minha ótica, é o exercício do poder de polícia penal. Todas as pessoas que trabalham na administração penal trabalham exercendo o poder de polícia. Então, a administração penal é uma atividade típica de polícia. É uma polícia. E por quê? Porque há determinadas pessoas que entendem que polícia é o órgão que corre atrás de ladrão e prende bandido; alguns mais técnicos entendem que a polícia existe para prevenir e reprimir crimes.

Nos Estados, fora a Polícia Federal, quantas polícias existem? Duas polícias: uma civil e uma militar. Vou parar por aqui porque são equívocos demais. Nada disso está certo! Por quê? Porque polícia é uma instituição, é um sistema, é uma atividade de proteção social, estruturada em poder e força, para garantir a ordem social. Isso é que é polícia!

As polícias têm no mínimo cinco ramos: polícia administrativa, que é a polícia de normas, resoluções, sanções; polícia ostensiva, que é a Polícia Militar; polícia judiciária, a Polícia Civil; polícia de desastres, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil; e a polícia penal, que está no fim do ciclo de polícia. Ao final do ciclo, está a polícia penal.

Quando se fala em reconhecimento normativo, Senador Paim, vem à mente o seguinte: Amauri, vamos criar mais uma polícia no Brasil? Errado! O reconhecimento normativo não implica mais uma polícia, não implica a criação da polícia penal, por quê? Porque a polícia penal já existe desde 1500. Desde que Cabral, o Pedro, chegou ao Brasil trazendo os degredados. Alguém estava custodiando. Então, essa polícia existe

desde 1500, com outros nomes. Então, não é criar polícia penal, é reconhecer que ela existe. E, ainda que seja necessário criar uma polícia, que se crie. Nesta Casa, no Senado, há bem pouco tempo, criou-se a Polícia do Senado. Absolutamente correto, porque a atividade de proteção dessa instituição é uma atividade de polícia! Então, foram absolutamente corretas a criação da Polícia do Senado e da Polícia do Congresso.

A polícia penal deve ter dois ramos: um da guarda prisional, que vai cuidar da custódia, e um corpo técnico, que vai cuidar da ressocialização do apenado. Com isso, teremos profissionalização da atividade, profissionalismo de quem executa essa atividade e modernização tecnológica. É o que falta! Profissionalização, profissionalismo e modernização.

Na Câmara, tramita a PEC nº 308, que reconhece a polícia penal, mas está na Câmara desde 2004! Desde 2008, está em condições de ser votada. Eu, particularmente, não entendo por que não votar. É uma necessidade social!

Verificamos que a sociedade está entendendo mais o que é o sistema de administração penal e, em razão disso, está chamando a atenção política. Preliminarmente, essa PEC 308 foi entendida como sendo um pleito classista, ou seja, os agentes penitenciários queriam ser polícia, ter carteira e entrar de graça no cinema. É uma insignificância! Felizmente, a sociedade está entendendo que organizar e sistematizar a administração penal hoje é uma necessidade social.

Então, com efetividade na administração penal, teremos uma gestão profissional, ou seja, os agentes penais, que entendem da administração penal, vão gerenciar essa atividade. É preciso colocar na mão deles! Eles é que sabem! É preciso criar uma secretaria de administração penal e colocar na mão deles. Eles é que entendem disso.

Custo e benefício.

Estamos verificando que, desde quando o Estado brasileiro começou a trabalhar na inclusão social, benefícios temos tido. Quantas pessoas já saíram da linha da miséria trabalhando a inclusão social!

Eu torço, Senador Paim, para que o pessoal da área econômica esteja assistindo, porque vou dar um dado. A população economicamente ativa brasileira gira em torno de 100 milhões. Com essa população, temos um PIB de R\$4,5 trilhões. Fazendo uma conta muito simples, temos 550 mil presos, fora os mais de 300 mil que têm mandado e estão circulando por aí informalmente; temos, então, 800 mil pessoas. Se colocássemos essas 800 mil pessoas, em vez de ficarem ociosas, dentro da cela, se transformássemos esse pessoal em população economicamente ativa, fazendo esse pessoal trabalhar, certamente isso daria uma

influência muito grande no PIB, por quê? Se com 100 milhões, o PIB é de R\$4,5 trilhões, quase 1 milhão de pessoas daria que reflexo no PIB? Sem contar o recuo nos gastos enormes que a Administração Pública tem com o sistema de administração penal.

Temos verificado também que o empresariado está começando a descobrir essa massa trabalhadora, desculpe, literalmente cativa, e começa a dar trabalho. Isso é ótimo! Por quê? O que temos assistido é uma massa enorme, inerte, dentro da cela, olhando para o teto e pensando o que vai aprontar!

A terceirização foi comentada pelo companheiro Jarbas. São vários os motivos por que a terceirização é inadequada. Primeiro, desculpe-me a expressão chula, a terceirização só tem preso filé, ou seja, preso que não dá trabalho, porque o preso que dá trabalho nunca foi para a terceirização. Mais ainda, entre todos os motivos, há um, Senador, que é a ilegalidade: a Lei nº 11.079 estabelece a indelegabilidade das funções de regulação jurisdicional e do exercício do poder de polícia. Então, a atividade de administração penal é uma atividade jurisdicional e também uma atividade do exercício do poder de polícia. Então, legalmente, é indelegável, ou seja, a terceirização é ilegal!

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – Coronel, permita-me.

O SR. AMAURI MEIRELES – Sim.

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – Inclusivo é bom frisar aqui que, com relação à questão da privatização, no Estado de Sergipe, a Justiça Federal determinou a estatização de unidades que já estavam privatizadas há um tempo, alegando justamente a questão da ilegalidade de delegação de função típica de Estado. Também se observou que o custo aumentou demais em relação ao serviço público prestado anteriormente e que a promessa das empresas que garantiam a ressocialização no final da pena do cidadão preso é difícil de garantir. Quanto a essa terceira situação, é uma coisa muito difícil garantir. Isso não se observou e há também a questão insuperável da parte legal, que é delegar a terceiros o papel do Estado.

Só complementando a fala de V. Ex^a, queria dizer que a terceirização, na verdade, é um diploma de incompetência do próprio gestor. Ele joga para outras pessoas fazerem, porque não tem capacidade administrativa para gerir aquela situação. É bom se colocar isso para a sociedade entender bem.

O SR. AMAURI MEIRELES – Senador Paim, me permita fazer uma indagação. Alguém aqui já viajou em empresa aérea que tem o piloto terceirizado? Alguém já teve coragem de voar? Desculpem-me, mas alguns dos senhores já assistiram à missa com padre tercei-

rizado? Ora, a atividade-fim é indelegável e estamos conversados. É lei, é lei, vamos cumprir.

A inexorabilidade é que nós temos mais de 100 mil agentes, e esses agentes estão armados, equipados, não estão muito bem treinados. Então, inexoravelmente há de haver o reconhecimento normativo exatamente para que esse pessoal seja treinado, capacitado, qualificado, não trabalhe apenas com o esforço, com o entusiasmo de que eu sou testemunha...

(Soa a campanha.)

O SR. AMAURI MEIRELES – Já que percorri vários Estados fazendo pesquisa sobre isso, o entusiasmo do agente; usando a expressão deles, em muitos lugares a cadeia não virou por causa do trabalho deles. Eles é que seguram.

Então, inexoravelmente, mais cedo ou mais tarde, esse reconhecimento normativo pode e deve acontecer. Se não for através da PEC 308, que está dormindo na Câmara, quem sabe será uma PEC que o Senador Paim, por exemplo, pode apresentar no Senado e agilitar. Quem sabe?

Os reflexos positivos no sistema de defesa social, por quê? A expressão “defesa social” hoje está ganhando muita força porque ela é muito maior do que a simples expressão “segurança pública”. Segurança pública está muito voltada para contenção criminal. Ou seja, para prever e reprimir crimes. Já a defesa social cuida de muitas outras ameaças ao corpo social, não apenas à espécie crime. Muitas outras espécies.

Com a profissionalização da atividade em alguns Estados – em Minas Gerais acontece isso –, nós já tivemos redução de fugas, rebeliões, motins; a fiscalização de medidas de segurança. Nós temos verificado que os senhores juízes têm aplicado muitas medidas de segurança. Quem é que vai fiscalizar isso? A diretora do grupo? Transferir responsabilidade do Estado para uma senhora indefesa, que às vezes vai sofrer ameaças? Então, a exemplo do US Marshall, nos Estados Unidos, o agente penal pode ser o fiscal de medida de segurança, sim; o oficial de condicional. Quem é que fiscaliza isso?

Nós temos verificado que o grande calcanhar de Aquiles não é a custódia, porque a custódia, em razão do trabalho e da abnegação, do entusiasmo dos agentes penais, tem sido razoavelmente bem praticada. Mas a ressocialização, zero. Zero!

Há bem pouco, o ex-Ministro do STF Cezar Peluso indignou-se com mais de 70% de reincidência no Brasil, e eu digo a S. Ex^a que só não é maior em razão dos trabalhos dos agentes penais. Porque, senão, seria muito maior. Ressocialização no Brasil é muito próximo de zero. É muito próximo de zero.

(Soa a campanha.)

O SR. AMAURI MEIRELES – Vou concluir, Senador.

Estamos verificando que o sistema de administração penal está dentro da espiral da violência. Então, se nós tivermos um trabalho profissional, nós teremos o afastamento da espiral da violência.

E um trabalho bem-feito nós vamos verificar que influencia, e muito, no nível de insegurança social.

A nossa presença aqui hoje testemunha a retomada da priorização do debate da polícia penal. Eu sou otimista, gostaria que todos fôssemos. A polícia penal vai resolver? Cem por cento não, mas 80% certamente, sim.

O posicionamento dos agentes penais....

(*Soa a campanha.*)

O SR. AMAURI MEIRELES – Posso? Um pouco mais, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O senhor pode um pouco mais, mas já está em 30 minutos. Vou lhe conceder mais cinco minutos.

O SR. AMAURI MEIRELES – Trinta? Mas V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas a fala está interessante, por isso que fui dando tempo. Você tem mais cinco minutos.

O SR. AMAURI MEIRELES – Obrigado.

V. Ex^a, realmente, provocou a minha capacidade de síntese.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estou gostando.

O SR. AMAURI MEIRELES – Eu gostaria de ter umas cinco horas, mas, como não posso, vou me ater...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais cinco minutos.

O SR. AMAURI MEIRELES – Terei cinco minutos. Obrigado.

Na questão do posicionamento, eu aplaudo os agentes penais, que agora querem ter marca, porque a marca que dá posicionamento. Não tinham voz, não tinham vez. Hoje, eles querem ter voz e querem ter vez e querem mostrar que são profissionais competentes.

O estigma, aquela repugnância social, que gerava desatenção estatal, felizmente, hoje, está sendo trocado, porque há uma preocupação da sociedade e uma ocupação do Estado. Isso é ótimo!

O art. 24 da Constituição diz: “A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.”

O que nós verificamos, Senador Paim, é que alguns Estados já começam a pensar em criar PECs estaduais, já que a PEC federal não sai. Alguns Estados começam a pensar em criar PEC estadual e, quando o se sair a PEC federal, vamos respeitar o art. 24.

Eu, particularmente, Senador Paim, acredito que a questão é nacional, o Congresso Nacional, a Câmara ou o Senado, é que tem que tomar as rédeas disso. Acredito que a PEC deva ser um assunto nacional, não apenas estadual.

Senador, agradeço a sua gentileza, a sua condescendência e concluo, dizendo: primeiro, nós temos que acertar a linguagem. O debate sobre a administração penal é muito confuso, heterogêneo porque nós não temos uma terminologia. Quando falamos “Senador”, do Oiapoque à Santana do Livramento, nós sabemos o que é Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para o bem ou para o mal, não é?

O SR. AMAURI MEIRELES – Certamente. Mas só sabendo.

Quando falamos “coronel”, nós sabemos. Mas quando nós falamos “sistema penitenciário”, “carcerário”, “agente penitenciário”, “agente de segurança” é uma baderna. Então, primeiro, nós temos que acertar a terminologia e, depois, verificarmos como é que nós vamos profissionalizar a atividade, como vamos dar profissionalismo a esses homens, como é que vamos ter modernização tecnológica, como é que vamos fazer ressocialização, como é que vamos reinserir os apenados na sociedade plena.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Coronel Amauri Meireles, que é da reserva da Polícia Militar de Minas Gerais.

Por fim, nesta Mesa, passamos a palavra à Irmã Petra Silvia, representante da Pastoral Carcerária. Eu tenho acompanhado um pouco o trabalho das pastorais. Muitos anos atrás, eu fiz parte da Pastoral.

Com alegria, concedo a palavra à senhora.

A SR^a PETRA SILVIA PFALLER – Obrigada.

Bom dia a todos e todas.

Eu gostaria de agradecer imensamente o Senador Paulo Paim pelo convite e pela possibilidade de fazer parte dessa discussão importante sobre o sistema penitenciário brasileiro.

E peço que transmita o nosso abraço à Senadora Ana Rita...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que também foi da Pastoral...

A SR^a PETRA SILVIA PFALLER – ... que reforçou o convite; sim, sim.

Sobre a questão da privatização, Jarbas, a Pastoral Carcerária está com vocês. Nós não concordamos com a privatização. Por diversas razões. A questão, acho, é muito complexa e eu não gostaria de abordá-la agora. Eu acho que vale à pena fazer uma audiên-

cia pública sobre privatização. Até em outras áreas se discute isso de forma muito forte na questão da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fica a sugestão já.

A SRª PETRA SILVIA PFALLER – Acho que vale à pena fazer uma audiência pública e aprofundar e discutir seriamente. Já tive diversas experiências, já visitei alguns presídios privatizados e não me convenci de jeito nenhum.

O que eu gostaria mais de falar é da questão do agente penitenciário, do servidor prisional, do carcereiro, do oficial... Eu nem sei como chamar, porque cada Estado, como o Coronel já falou, tem a sua nomenclatura diferente, suas funções, atribuições diferentes, e é uma grande preocupação nossa.

Eu achei, esses dias, num estudo, uma definição das funções de um servidor penitenciário, eu gosto mais da palavra servidor prisional, em que o Professor Andrew Coyle define o papel do servidor penitenciário assim: que coexiste nesse papel, primeiro, tratar as pessoas presas de modo digno, humano e justo; assegurar que todas as pessoas presas estejam seguras – a questão da vigilância –; certificar-se de que os presos perigosos não escapem – vigilância. Eu falo vigilância, não falo segurança; nesse sentido é vigilância. Certificar-se de que haja boa ordem e controle nas prisões. Agora, não sei... Hoje não temos isso. É impossível. Humanamente falando é impossível. Você tem uns dez agentes prisionais querendo colocar ordem e controle numa penitenciária com 1.400 presos. Em estruturas físicas é impossível! Por último, proporcionar aos presidiários a oportunidade de usar o tempo na prisão de modo positivo, a fim de que possam se integrar à sociedade quando forem soltos.

Como já vimos hoje as fotos, o que realmente é no Brasil todo, acho que não precisa nem denunciar o sistema prisional degradante e desumano, porque todo mundo já sabe, a mídia já tem um montão de relatórios falando sobre isso. Mas essa última abordagem sempre é a última, por causa da questão da infraestrutura e segurança. No primeiro momento, não cabe fazer isso: proporcionar a oportunidade de usar o tempo na prisão de modo positivo. Mas um dia vamos chegar lá.

Essas são funções contrárias às dos policiais. Nesse caso, eu não concordo com o Coronel Amauri, com todo respeito, porque para nós a atribuição de prevenir a criminalidade no seio da sociedade em geral é tarefa da polícia. Agentes penitenciários são civis encarregados de custodiar condenados, promover a disciplina e evitar fugas. Isso não se faz com o uso de arma, de força, isso se faz pelo exercício de uma boa administração penitenciária. E para ter uma boa

administração penitenciária são necessários agentes penitenciários, servidores prisionais com boa formação.

Nós não queremos a militarização nos presídios, queremos a desmilitarização, ou seja, se há servidores prisionais com formação militar, militarização, então é uma polícia. Nós não concordamos com a polícia penal.

Eu estava agora, esse fim de semana, na Bahia, cheguei ontem, meia-noite, e visitei presídios lá. Conversando com os agentes penitenciários de lá, eles confirmaram que são meramente carcereiros, abrem e fecham, abrem e fecham cadeado. O diretor é um militar. Na maioria dos presídios na Bahia, os diretores são policiais militares e alguns policiais civis. Por que um agente penitenciário não pode ser diretor, no Estado da Bahia? Nos outros Estados tem.

A nossa luta é para que o agente penitenciário tenha um plano de carreira, bom salário e uma própria identidade. É importante que os servidores prisionais hoje descubram sua identidade, porque acho que não descobriram ainda o que são. Não são policiais, não são pedagogos, não são assistentes sociais; talvez sejam de tudo um pouquinho. É uma procura e acho que deve ser construído. Nisso, nós ficamos muito felizes pela iniciativa do Ministério da Justiça e Depen, na pessoa da Ouvidora, Drª Valdirene, que convidou agentes penitenciários estaduais e federais para sentarem numa mesa, num diálogo. A Pastoral Carcerária foi convidada, bem como o CNPCP, da representante ali, para descobrir a identidade do servidor prisional: Qual é a tarefa dele? Quais as funções? E será um processo longo. Eu espero que seja um processo longo, para aprofundar e estudar essa questão. Existem pesquisas, trabalhos, mestrado, doutorado. Outros países também já passaram por essa experiência. Por que não pesquisar mais, aprofundar e discutir isso também com a sociedade? Eu acho isso muito importante.

O nosso desejo é realmente ter servidores prisionais com a sua própria identidade. E não é simplesmente pegar carona com outras categorias.

Eu faço questão, se me permitem, de ler um trecho de alguns *e-mails* que recebemos da Pastoral Carcerária. É público que a Pastoral Carcerária se posicionou contra a PEC 308, contra a polícia penal, como também contra o porte de arma fora do serviço. E ao publicar uma carta pública à Presidenta Dilma, no final do ano passado, nós recebemos muitos *e-mails* e vou ler só alguns que tenho coragem de falar nesta Casa, porque nem quero desrespeitar esta importante Casa.

Diz os *e-mails*: “Vocês são uma cambada de vagabundos. Quem apoia vagabundo, ladrão, estupra-dor, homicida, é vagabundo também. Vocês são uma cambada de ordinários e safados”.

Essas mensagens vêm anônimas – a maioria anônima – para o site da Pastoral Carcerária. Até eu, pessoalmente, recebi algumas ofensas assim, bem como outros membros da coordenação.

“Essa Pastoral Carcerária é composta e financiada por bandidos disfarçados de cordeiro, que não têm nada a contribuir com a sociedade. Cambada de marginais que só favorecem o crime”.

Outra mensagem: “Para mim, essa instituição não passa de um grupo de criminosos querendo se dar bem sobre os outros. Vocês acham que conhecem o sistema penitenciário porque nunca estiveram lá trabalhando. Quem sabe, talvez alguns de vocês já estiveram, só que do lado de dentro das grandes como presos”.

(*Soa a campanha.*)

A SRª PETRA SILVIA PFALLER – Nós queremos agentes penitenciários com postura. Eu não vou querer ler mais, porque o que vem depois, os palavrões, acho que não cabe aqui falar. Será que nós queremos agentes penitenciários assim armados, desse jeito, com o poder de fogo fora e dentro? Acho que não queremos. Nem vocês querem colegas com essa postura. Há falta de diálogo sério para conversar junto.

Nós temos vários *e-mails* desses, infelizmente. Acho que nunca publicamos isso, mas eu faço questão hoje, para reforçar o nosso desejo de que teremos servidores prisionais com uma boa formação, que não são policiais. Tem até algumas questões dentro da PEC que a gente apoia, mas a palavra “policial penal” eu acho que é infeliz, por ser policial.

A tarefa do agente penitenciário, do servidor prisional é muito importante. E nós temos pautas juntos, que nós apoiamos, mas num diálogo com respeito. E deixo mais uma vez expresso esse desejo de que entremos num processo com calma, com estudo.

Realmente, estava em cima da hora de o departamento penitenciário chamar essa categoria para olhar essa questão, afinal eles são atores importantíssimos no sistema prisional.

E para concluir, eu gostaria, ainda, de citar o doutrinador Mirabete, conhecido jurista. A citação que eu faço é bem antiga, é de 1997:

Uma boa reforma penitenciária exige formação técnica e preparação humanista do pessoal penitenciário. A vigilância e a custódia dos presos, apesar de importantes e mesmo indispensáveis, não são as únicas finalidades dos sistemas penitenciários modernos, nem devem ser preocupações primordiais dos funcionários no processo de reinserção social dos condenados. Por muito adiantado que seja um programa penitenciário, por mais avançado que seja a arquitetura prisional, por muitos meios econômicos que se destinam a esse processo, não se pode conseguir êxitos reformadores

nos presos se não se conta com um corpo de funcionários competentes, que estejam imbuídos de sua alta missão social.

Sr. Senador, eu faço um apelo para que esse processo de discussão sobre a identidade do servidor prisional seja aprofundada, seja discutida amplamente com o Poder Judiciário. Qual é a relação do juiz com o agente penitenciário? O juiz tem que visitar os presídios. Então, a maioria dos juizes vai à sala do diretor, conversam e vão embora. Aí conversam com os presos e tiram algumas fotos desses âmbitos infernais que a gente já conhece. Mas o juiz não conversa com servidor prisional. É importante essa relação. A mesma coisa com o Ministério Público quando faz as visitas.

Tem que reconhecer essa tarefa importante, mas reconhecer como uma categoria em si, valorizar essa categoria de servidor prisional que, aliás, não tem só agente que fica lá nas grades fechando e abrindo. Tem que ter servidor prisional que é pedagoga, que é assistente social, que é psicóloga. Isso é importante e faz parte. Eles são servidores prisionais.

Então – eu estou terminando –, o nosso apelo é que continue a discussão, por isso fizemos questão de vir aqui para reforçar, e que essa discussão não termine com a votação da PEC 308. Eu acho que seria muito parcial. Os agentes penitenciários perderão muito, muito da sua identidade própria se virarem policial penal. Pronto. Acabou. Aí sabe quem são. Mas eu acho que vai além, que é muito mais complexo e mais rico. Agradeço e estou à disposição.

O SR JARBAS SANTOS DE SOUZA – Fazendo um aparte à fala da Irmã Petra, eu não poderia deixar passar sem fazer uma discussão sobre o que foi falado, principalmente com relação à questão do porte de armas e depois a questão da polícia penal ou da regulamentação da função na carreira.

Nós sabemos que no final do ano passado, depois de uma batalha muito grande nas duas Casas Legislativas do País, nós conseguimos aprovar no Congresso Nacional a regulamentação do porte de arma em nível nacional para todo servidor penitenciário, agente penitenciário, o agente de segurança prisional. Isso foi uma vitória muito grande para a nossa categoria, porque em vários Estados existem legislações próprias, inclusive a própria lei de desarmamento, hoje, deixa uma questão dúbia, no caso ela dá o entendimento de que ainda tem, de que não tem, ela condiciona algumas questões de exame psicológico, exame de curso de tiro, que eu acho extremamente necessário para todas as categorias. Então, no final do ano passado, depois de toda a alegria que tivemos, depois de o Congresso haver aprovado essa questão do porte de arma, nós recebemos a notícia infeliz do veto da Presidente Dilma ao

projeto de porte de arma do servidor penitenciário, do agente penitenciário. Aí, eu não quero defender o erro de ninguém. Eu não participo, Irmã, de quem mandou essas mensagens para a senhora e para a Pastoral. Evidentemente, se foi agente penitenciário, lógico que passou da conta, e não é a conduta da maioria. Óbvio que a nossa categoria ficou extremamente insatisfeita.

E as pessoas que assinaram a carta e tal, a colocação feita, inclusive a própria justificativa da Presidente Dilma ao veto, foi muito infeliz ao dizer que a arma na mão do agente penitenciário iria aumentar o número de armas e a criminalidade na sociedade, como se nós, servidores penitenciários fôssemos bandidos.

Na verdade, o agente sofre através do Poder Público uma presunção de culpabilidade pelo fato simples de estar trabalhando com pessoas que delinquiram. O que é uma associação ingrata, injusta, não é lógica e não faz parte da nossa conduta. Muito pelo contrário. Muito pelo contrário. Trabalhar sob as condições que trabalhamos, expostos a quantidade de vulnerabilidade que nós passamos e sofremos na mão de corporações criminosas extremamente bem-estruturadas, financiadas e violentas e ainda manter uma conduta compatível com a função estatal, com o servidor público, isso é um mérito que carece de prêmios. E o nosso servidor, na sua grande maioria, ele é dotado dessa compreensão e dessa conduta.

Outra coisa também importante: o agente penitenciário vem se moldando ao longo desses últimos anos, Senador Paim, tanto é que em vários Estados também já ocorrem alguns concursos públicos. Antigamente, a contratação era feita de boca, popularmente falando, contratação por indicação de alguém, mas hoje já temos concurso público para área de agente penitenciário. Então, a maioria das pessoas que está adentrando no sistema prisional possui formação superior.

No meu Estado, por exemplo, nós temos companheiros que estão fazendo doutorado, mestrado, outros já são doutores, outros têm duas formações acadêmicas, uma boa parte é advogado. Então, a qualidade do agente prisional hoje, é muito grande. Agora, é preciso regulamentação, de ajustes, de uma nova cara, enfim, de tudo isso que estamos falando aqui.

A regulamentação funcional através da constitucionalização da função é extremamente necessária até para o camarada entender o seu papel, onde ele se encaixa, os seus limites e os seus deveres. Isso é imprescindível! Isso é inegável!

Agora, no ambiente prisional, como a gente faz a segunda parte, o cumprimento da norma jurídica, que é a questão da sanção, depois que o juiz determina a prisão do camarada por conta de determinado delito,

quem faz a execução daquela pena determinada pelo judiciário é o servidor penitenciário.

(Soa a campanha.)

O SR JARBAS SANTOS DE SOUZA – Ele faz, sim, um papel extremamente importante, que leva a problemas muito sérios, Senador Paim, porque nós lidamos diariamente com pessoas presas, de naturezas extremamente diversas, uns mais agressivos outros menos, mas pelo fato simples de o camarada estar preso já o coloca em uma posição psicológica de estresse extremo. Então, ele está ali diariamente propenso a agredir o servidor penitenciário e agredir de formas várias e, pela imposição do interesse do Estado na questão de não garantir aos detentos a entrada de material que ele usaria fora das cadeias, muitas vezes nós angariamos insatisfações com relação aos detentos. E isso você leva para casa.

(Soa a campanha.)

O SR JARBAS SANTOS DE SOUZA – Uma característica do servidor penitenciário é que quando você entra no sistema prisional, você termina a sua vida social. A sua vida social acaba. Você não toma mais uma cerveja num bar como qualquer outro cidadão exposto a todos. Está certo? Então, você leva o trabalho para casa.

Para encerrar, eu acredito que a nossa função com relação ao porte de arma, eu discordo da representante da Pastoral, porque sequer ela deveria estar sendo debatida aqui, ela já deveria ser automática ao servidor penitenciário. Essa é a nossa visão. Isso é muito pequeno para um universo e a complexidade da nossa função.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para ajudar no raciocínio: não deveria, mas não tem como não debater, até porque eles estão acampados aqui na frente – eu comentava com você antes –, eles estão aqui. E a gente não pode também fazer como o avestruz.

Eu estou entendendo a sua posição. Não deveria estar debatendo, mas temos que debater porque eles estão todos aqui na frente. Estou solidário a eles, já me reuni com eles aqui, e essa audiência é o momento de cobrarmos uma solução.

A palavra está... A senhora não concluiu a sua fala ainda. A nossa convidada, a Irmã Silvia, balançou a Mesa, tanto que têm quatro pessoas querendo falar. Mas eu vou dar dois minutos para o Dr. Amauri, porque temos de permitir que os outros dois falem, para começarmos o debate global, depois a palavra volta para senhora encerrar a esta Mesa.

Dr. Amauri, por favor.

O SR. AMAURI MEIRELES – Irmã Silvia, eu concordo com a senhora: nós temos de ampliar esse

debate porque a gente verifica que há inúmeros equívocos conceituais. Então é difícil chegarmos a uma conclusão se cada um de nós tem um entendimento sobre determinado conceito, sobre determinada atividade. Concorde com a senhora que nós temos de debater isso em alto nível, não é com esses e-mails que a senhora recebeu que nós vamos chegar a um ponto ideal. Nós temos de debater em alto nível.

Apenas para exemplificar: eu acredito que a senhora tenha o conceito de polícia aquele conceito antigo: corre atrás de ladrão e prende bandido. Acredito. Como eu expus, Irmã, polícia é muito mais do que isso. A polícia existe é para proteger a sociedade.

Imagine, por exemplo: quem cuida de meio ambiente, da fiscalização sanitária, do meio circulante, das edificações, da rodovia, da ferrovia?

(Soa a campanha.)

O SR. AMAURI MEIRELES – O que é esse pessoal é, Irmã? É polícia, porque trabalha embasado no poder de polícia. O pessoal aqui do Senado a polícia do Senado trabalha embasada no poder de polícia para proteger o patrimônio e as pessoas.

Então, concordo com a senhora que nós temos de ampliar o debate para discutir conceitos, porque um fala, o outro fala... Não tem jeito! Polícia é para proteger a sociedade. Polícia trabalha com o poder de polícia. Quem tem poder de polícia é polícia.

Rapidamente, sobre porte de arma, quero dizer para a senhora e para o Senador Paim, o seguinte: quando eu fui Comandante da região metropolitana de Belo Horizonte, 14 mil homens, o PM tinha de ir ao quartel, armar-se, trabalhava, voltava ao quartel, desarmava-se e ia para casa.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. S^a ainda tem um minuto.

O SR. AMAURI MEIRELES – Muitos morreram; problemas, problemas... E aí não é pesquisa, não é livro, não é nada. Eu autorizei que os PMs ficassem 24 horas com a arma. “Coronel, o senhor está louco! Esse PM vai matar sogra, o vizinho...” Irmã, pressuposto não funciona. Ninguém matou ninguém. E mais: o número de PMs mortos diminuiu.

Então, o Agente penal está na mesma circunstância que o PM há 15, 20 anos. Pressuposto que fora do serviço ele vai matar a sogra; pressuposto que... Errado! Errado! Pressuposto não nos conduz a lugar algum! Nós temos de nos ater a fatos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Irmã Silvia Petra para fazer as considerações finais desta Mesa. Depois o Vilobaldo terá a oportunidade de debater.

Antes de a senhora falar quero comunicar que recebi da Secretaria-Geral da Mesa, e se refere à senhora, comunicado que passo a ler exatamente como eles me pediram, mas assumo o que eles escreveram:

Ao final, Senador, por favor, faça um agradecimento especial a Irmã da Pastoral Carcerária, que estava em Vitória da conquista, chegou à meia-noite em Goiânia, saiu às 4 horas, de carro, para estar aqui nesse momento, mostrando o esforço da Pastoral com esse tema.

Está feito o agradecimento a toda equipe, e agora assinado por mim.

A SR^a PETRA SILVIA PFALLER – Obrigada, Senador.

Eu concordo, em parte, com o que os senhores falam. É perigosa a profissão de servidor prisional. É perigosa. Mas será que colocar uma arma na cintura está resolvido? Eu acho que não. Eu acho que não. Eu acho que até aumenta talvez.

A insalubridade, as questões do jeito como os servidores penitenciários hoje têm de trabalhar é desumana. É degradante tanto quanto a pessoa do preso. A revista vexatória é degradante para os familiares do preso, mas também para os servidores que fazem isso.

Em Vitória da Conquista fomos ao presídio e, lá, saindo das carceragens e passando para o gabinete do diretor, que é bombeiro, passamos por um banheiro, aí eu pensei vou entrar, lavar as mãos, mas tinha uma cama lá. A Deise estava junto. Perguntamos... Tinha uma cama lá. A cama no banheiro feminino; tinha dois vasos, a pia e a cama. Aí perguntamos ao diretor o que era aquilo e quem estava ali. “Não, é para o agente penitenciário dormir durante a noite”. No banheiro. Gente, assim não dá! É degradante tanto quanto essas fotos que nós vimos dos presos tumultuados em uma pequena cela.

Será que colocar uma arma na cintura se resolve isso? É menos perigoso? Eu não sei!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa pergunta vai ficar para o debate final. Todos poderão falar sobre o tema.

A SR^a PETRA SILVIA PFALLER – Eu acho que não resolve o perigo que o servidor prisional corre lá dentro.

Eu também sei... Eu trabalho há 20 anos na Pastoral Carcerária. Há 20 anos eu entro nos cárceres. Por parte dos presos, eu nunca tive problemas não. Eu conheço muitos agentes penitenciários que não têm problemas com presos porque trabalham na base de respeito. Tem diretor que entra no presídio, em Goiânia, sem arma, não precisa; e tem agente penitenciário que entra fortemente armado. É o respeito que eu acho muito, muito importante.

Para concluir, um último episódio por que eu passei em um velório, no enterro de um agente penitenciário – os agentes penitenciários em Goiás estão bem armados –, em que eu fui xingada com palavras de baixo calão. Aí eu saí do velório com medo, porque eu já via os agentes com a mão na arma. Assim, na forte emoção... Existem outros agentes que têm uma formação melhor, mas os pressupostos que o Coronel colocou, eu acho que o agente penitenciário não precisa de arma para fazer uma boa segurança, menos na hora de crise, claro, deve ter um grupo bem preparado na hora da crise. Esses são detalhes, que deveremos discutir com maior profundidade.

A situação do sistema prisional, do agente penitenciário é uma preocupação para nós. Ele não é culpado por todo esse sistema. Mas têm agentes penitenciários que não têm essa cabeça de saber quem eles são. Qual a identidade – eu reforço isso que eu falei antes – do servidor prisional? A partir disso vem a formação.

Obrigada mais uma vez pelo convite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – essa foi a Irmã Petra Silvia, representante da Pastoral Carcerária, que deixou a provocação para a Mesa debater ao expor o seu ponto de vista e, claro, todos querem falar sobre esse tema. E não tem como não falar desse tema. Falar do sistema prisional e não falar desse tema, que está na ordem do dia – a moçada acampada em frente ao Congresso –, faz parte do tema. Debater sistema prisional e não falar sobre isso não tem como.

Então, convido os quatro primeiros painelistas para que retornarem à primeira fila.

Convidaria agora, com uma salva de palmas, para os que vão para a primeira fila e os que estão chegando, o Patrick e a Deise.

Patrick Mariano Gomes é Coordenador-Geral de Análise e Acompanhamento do Processo Legislativo do Departamento de Processos Legislativos da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, e a Deise Benedito é assessora da Ministra Maria do Rosário. Ambos sejam bem-vindos aqui.

Nosso debate continua. Já vi que vai pegar fogo no final aqui, as posições estão bem demarcadas aqui na Mesa.

Todos terão direito de participar do debate. Há também dois convidados no plenário que pediram se poderiam fazer perguntas e questionamentos para os quais eu vou assegurar a palavra. Eu vou assegurar a palavra no final à Jacira Maria da Costa Silva, que é Diretora da Fenaspem e também ao Wesley Passos, Secretário-Geral da Febrap.

Neste momento, de imediato, para ganharmos tempo, com a palavra o Sr. Patrick Mariano Gomes, do Ministério da Justiça.

Hoje o sistema de consulta para interagir com a Mesa não foi acionado, mas, assim mesmo, se alguém quiser fazer alguma pergunta poderá utilizar o Alô Senado, 0800-612211. Repito: 0800-612211.

Patrick com a palavra.

O SR. PATRICK MARIANO GOMES – Bom a dia a todos os presentes.

Agradeço, Senador, o convite feito ao Ministério da Justiça, e também o fraterno abraço do Ministro José Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meu amigo, gosto muito dele. Preparadíssimo. Ele usa expressões duras sobre essa situação, e eu entendo. Eu diria exatamente o que ele tem dito: que o sistema está feio mesmo, temos que achar caminhos. Não reconhecer não seria correto.

O SR. PATRICK MARIANO GOMES – Exatamente. Trago-lhe aqui o fraterno abraço do Ministro e também do Secretário Marivaldo, da Secretaria de Assuntos Legislativos, também do Ministério da Justiça.

Gostaria também de parabenizá-lo, Senador, por trazer um tema tão importante para a sociedade brasileira atual como a realidade do sistema prisional do País.

Não é incomum notarmos quadros de crises no sistema prisional, crises graves como a do Presídio de Urso Branco, em Rondônia, e os exemplos pululam Brasil afora de crises no sistema penitenciário. Nessas crises a gente assiste, muitas vezes, infelizmente, a mortes. Essas crises também nos revelam um pouco das nódoas desse sistema prisional.

Então, vem em boa hora esse debate nesta Comissão. Também acho que é da natureza desta Comissão se preocupar com o outro, com as vidas e com esses aspectos mais caros à sociedade brasileira, o nome direitos humanos já diz tudo.

Então, esse tema da realidade prisional no Brasil é de todos o conhecimento da complexidade desse quadro, assim como, mas é importante repetir, que o Brasil tem a quarta população carcerária mundial. É um dos países em que muito se encarcera, infelizmente. Há uma cultura punitivista muito forte.

Então, quando a gente ouve falar, Senador, que No Brasil precisa de mais punição, costumamos dizer o contrário: que no Brasil se pune muito, só que se pune, Senador Paim, seletivamente. Alguns são escolhidos para serem punidos. Quem são essas pessoas escolhidas para serem punidas? População pobre, população negra. Prova maior dessa escolha seletiva do nosso sistema penal, do nosso sistema da Justiça Criminal é a própria divisão de crimes nos nossos Códigos. En-

tão, a gente tem uma visão muito patrimonialista em contraposição a temas. Por exemplo, trago aqui uma comparação que fala por si. Temos hoje a pena aplicada à redução análoga à de escravo, que é de dois a oito anos de prisão, e a pena do furto qualificado também é de dois a oito anos de prisão.

Então, há essas desproporções, essa falta de proporcionalidade, o que demonstra uma clara opção política pela seletividade do sistema. Não é que se pense que se devem aumentar penas para se fazer esse equilíbrio. Não! É preciso olhar também para quem se pune e por que se punem aqueles escolhidos pelo sistema. Essa preocupação nós a temos muito no Ministério da Justiça. Ela se soma, então, a esse quadro de quarto País do mundo que mais pune. Visitas que o Brasil tem recebido e relatórios anuais da ONU sobre a matéria demonstram uma preocupação mesmo com essa situação.

Há mais de 500 mil pessoas – são 520 mil pessoas – para preencher pouco mais de 200 mil vagas. Então, há um quadro em que há quase o dobro de pessoas em relação às vagas. Seria preciso 520 mil vagas, mas há 200 mil vagas. Então, há um déficit carcerário muito alto, muito grande.

O que temos feito do ponto de vista do Poder Executivo, sob o olhar do Ministério da Justiça? Temos trabalhado em algumas frentes. Primeiro, é preciso tentar reduzir o déficit de vagas, especialmente, para mulheres e para presos provisórios. A realidade de hoje no Brasil é a de muita gente cumprindo pena em delegacias. Infelizmente, a nossa realidade é a de mulheres cumprindo pena com homens. Não é incomum, infelizmente, ver essa situação. Nós já assistimos a isso no Pará, onde mulheres cumprem pena junto com homens. Por que isso acontece? Por causa do caos penitenciário existente hoje e por conta dessa cultura punitivista, que, infelizmente, existe no nosso País.

Mas se tem feito algo nesse sentido. Esta Casa e o Congresso Nacional têm trabalho muito, Senador – é importante que se reconheça isto –, para trazer o mínimo de dignidade para as pessoas que vivem essa situação. Então, têm sido aprovadas leis importantes. Isso tem sido pauta constantemente. O fato de estarmos aqui hoje já representa esse olhar especial do Congresso, desta Casa alta, para o tema.

Em 2008, ou melhor, em 2011 – desculpem-me –, o Governo Federal lançou um plano para tratar desse quadro. Qual era a nossa expectativa? Era a de aumentar o número de vagas para as mulheres e para os presos provisórios. Primeiro, cuidaríamos, então, dessa situação específica de caos nesses dois casos mais emergentes. Está sendo investido R\$1 bilhão para tentar aumentar o número em 42 mil vagas. Para

vocês terem uma ideia, é preciso muito mais! Isso é importante que se reconheça. Assim, vocês podem ter uma ideia do drama: com essa ação de R\$1 bilhão, vamos conseguir criar 42 mil novas vagas, o que ainda é pouco. É preciso mais.

Ao mesmo tempo, junto com isso, não adianta somente a gente ficar criando vagas. É preciso também ter um olhar para o sistema de justiça criminal. Então, a Presidenta Dilma enviou ao Congresso Nacional uma série de projetos. Alguns já foram aprovados, como, por exemplo, o projeto da detração, que abate a pena já cumprida. A própria lei das cautelares também teve um olhar muito especial no Ministério da Justiça – e o Congresso conseguiu aprovar recentemente –, que muda um pouco, Senador, esse foco somente na prisão.

O colega que esteve na Mesa, o representante da Fenaspem, alertou muito bem para a questão das penas alternativas. A ONU, inclusive, nas suas recomendações, no congresso em Salvador, indica aos países que busquem alternativas ao cárcere, é claro, para determinados tipos de crime. Mas se tem caminhado nesse sentido.

O projeto da lei das cautelares é um projeto muito importante, que foge um pouco do enfoque de resposta para problemas complexos e sociais somente com a prisão.

Há ainda a questão da detração. Atualmente, está vindo para o Senado um projeto que foi feito em parceria com a Pastoral Carcerária – a Irmã deve conhecê-lo –, aquele projeto que trata da convivência com pais e com mães privados de liberdade. É um projeto muito importante, Senador, que está vindo para cá. Então, eu já pediria um olhar especial de V. Ex^a e desta Comissão para esse projeto, porque ele tenta humanizar a relação entre a pessoa que está presa e seus familiares. Ninguém quer que, após cumprir sua pena e pagar por aquilo que realmente cometeu, a pessoa volte à sociedade pior do que ela era quando entrou na prisão. Esse projeto está vindo para cá e é um projeto importantíssimo que trata disso.

(Soa a campanha.)

O SR. PATRICK MARIANO GOMES – Eu queria dizer também que, em 2008, o Congresso Nacional fez uma CPI para tratar do sistema carcerário. O Deputado Domingos Dutra foi o Relator dessa Comissão. Colho de lá algumas frases ditas por Domingos Dutra, que ficou bem impactado com a realidade prisional do Brasil. Ele disse do que ele encontrou visitando o cárcere. Ele fala aqui: “A vida da Irmã é visitar esses lugares”.

Então, são importantes essas visitas e esse olhar, porque, só assim, podemos compreender esse drama, de que, muitas vezes, nós nos esquecemos porque essas prisões ficam longe das cidades. É um drama

não só do ponto de vista de quem cumpre pena, mas também do ponto de vista dos servidores que estão lá. Nesse sentido, nós nos solidarizamos com os agentes penitenciários, com as pessoas que trabalham no cárcere. Num ambiente de caos, como o de hoje, a desumanização ocorre não só para o apenado, mas também para as pessoas que lá trabalham. Então, é preciso investimento, é preciso maior qualificação e muito diálogo. Nesse sentido, é importante que se diga isso também.

Domingos Dutra disse algumas frases, como, por exemplo: “No verão, é um calor insuportável, e, no inverno, faz muito frio. Além disso, imagine ter de fazer suas necessidades com outros 49 presos de cela observando ou ter de dormir em vaso sanitário”. Isso foi o que o Deputado e a CPI constataram. É algo de que todos têm ciência, mas é importante que se tragam ao debate essas condições do cárcere.

Então, a gente tem trabalhado no Ministério da Justiça com mais investimento, com qualificação e também com a aposta no sistema de justiça do ponto de vista legislativo, Senador, para que não ocorram situações como a que o CNJ tem encontrado nos mutirões carcerários. Vinte mil pessoas, nos últimos dois ou três anos, nem deveriam estar lá mais. Numa ação do CNJ – é importante que se diga –, foi constatado que um cara já estava, há um ano, cumprindo pena além daquilo que a Justiça determinou. Então, para essa situação de gente que não deveria estar lá e que ainda está cumprindo pena, deve haver um olhar especial.

Esses projetos de lei – depois, vou passá-los para a Comissão com mais detalhamento – atuam para que haja mais eficiência no sistema de justiça, para que a pessoa não fique mais tempo na prisão do que deveria, para que haja mais humanização, para que se traga mais dignidade às pessoas. As vidas dos presos, muitas vezes, são tratadas como aquilo que alguns filósofos chamam de “vidas indignas de serem vividas”. Seriam pessoas com menos direitos que outras. Então, é preciso, sim, o olhar do Poder Público para essa situação.

É preciso também enfrentar o problema com várias ações. Não é só uma ação que resolve um problema tão complexo como esse. Por exemplo, o problema da criminalidade, o problema da violência não é enfrentado só com pena. Esse olhar múltiplo, esse olhar multidisciplinar é importante.

Nesse sentido, Senador, já encerrando minha fala, eu queria dizer aos demais integrantes da Mesa que o Ministério está superaberto a discutir esta iniciativa do Depen de colocar na mesma mesa os agentes e as pessoas que fazem o acompanhamento da Pastoral. Isso é muito rico, porque se traz o olhar do agente e

o olhar de quem defende as pessoas presas, com o Poder Público junto. Acho que esse é o caminho.

Na Secretaria Nacional de Segurança Pública, também há o Conasp. São conselhos em que se debate esse tema.

Então, Jarbas, Amauri e Vilobaldo, eu queria deixar o Ministério de portas abertas, para continuarmos a debater esse tema.

A questão da PEC em si gera, por óbvio, uma questão orçamentária, gera uma questão de recursos não só para a União, no âmbito federal, como também para os Estados. Por isso, é preciso o debate, é preciso debater esse tema com cuidado, Senador. Muitas vezes, a gente acha que se resolve o problema colocando alguma norma, mas o problema está muito mais embaixo.

Nesse sentido, deixo aqui o recado do Ministro e do Secretário de que estamos totalmente abertos a discutir esse tema, tanto a Secretaria da qual faço parte, quanto a Senasp, quanto o Depen.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Sr. Patrick Mariano Gomes, que falou em nome dos servidores da Justiça, reconhecendo a situação dos cárceres, mas, ao mesmo tempo, apontando caminhos.

Agora, vamos passar a palavra à Sr^a Deise Benedito, assessora da Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário.

A SR^a DEISE BENEDITO – Obrigada.

Bom dia a todos e a todas!

Trago aqui o abraço da Ministra Maria do Rosário para o Senador Paulo Paim.

Quero agradecer, mais uma vez, esta oportunidade em que estamos aqui com os senhores para fazer esta discussão sobre a questão do sistema prisional.

Foi colocada a preocupação referente à situação dos funcionários que trabalham no sistema penitenciário. E também foram colocadas pelo companheiro Patrick, do Ministério da Justiça, algumas atividades que estão sendo feitas. Uma das coisas com que sempre temos de ter muito cuidado quando refletimos sobre a questão do sistema penitenciário no Brasil é quem são essas pessoas que estão no sistema penitenciário.

Nós sabemos que a prisão em si, algo que aprisiona o corpo das pessoas, que tira a liberdade, não deveria existir. Sempre digo que precisamos avaliar quais são as medidas alternativas à prisão, porque a prisão é um modelo que já foi esgotado, é um modelo que já se superou há muito tempo. Ela não resolve. Você prende uma pessoa, que reincide; você a prende, e a pessoa reincide. Então, que sociedade nós temos?

Que modelo de sociedade nós queremos do ponto de vista da repressão a um ato delitivo criminal?

Falamos de atos delitivos criminais, e sempre se falou muito que, hoje, há 548 mil presos e que, desses 548 mil, 7% são mulheres. E a maioria das mulheres que estão na prisão lá está por conta do crime de tráfico de drogas, muitas vezes levadas pelos seus companheiros, numa situação de vulnerabilidade.

Quais são as penas aplicadas às mulheres? Em crimes semelhantes aos dos homens, as mulheres, geralmente, são muito mais apenadas do que os homens. Essas mulheres, em sua maioria, são jovens, já têm filhos, possuem baixa escolaridade, são negras, vêm de uma situação de baixa renda. E muitas dessas mulheres vão para o tráfico de drogas com o objetivo de ter, pela renda gerada pelo tráfico de drogas, um subsídio para aumentar a renda da família, dentro de casa. Muitas vezes, o marido está preso, o irmão está preso, o namorado está preso. Existem casos em que, em inspeção nos presídios, junto com o pessoal do Depen e da Secretaria das Mulheres, até mesmo em companhia do pessoal da Pastoral Carcerária, nós já encontramos a mãe presa, a filha presa, a neta presa, todo mundo envolvido na questão do tráfico de drogas.

Então, tem de se ter um olhar diferenciado para a situação das mulheres presas, principalmente no que se refere à saúde das mulheres presas, ao acesso aos exames médicos, ao acesso aos exames ginecológicos. Há mulheres em estado de gestação dentro da prisão. Quer dizer, a questão da mulher na prisão requer todo um cuidado diferenciado. É preciso ter preparo ao lidar com essas mulheres em situação de prisão.

E, quando falo “quem cuida de quem cuida”, quero dizer: quem é o servidor prisional, quem é o agente penitenciário que cuida dessas mulheres e em que condições se dá o tratamento? Ao mesmo tempo, essa mulher é dependente química, é uma pessoa que vem de uma situação de dependência química ou tem algum problema mental? Como é que você lida com isso?

É preciso ter muito cuidado, porque essas pessoas que se encontram em prisão só perderam a liberdade. Todo o resto é assegurado constitucionalmente. Elas estão apenas cumprindo uma norma penal, com três anos e quatro meses de reclusão, com regime inicial fechado ou semiaberto. O resto é assegurado pela lei.

Quando a gente fala dos funcionários do sistema prisional, a gente também tem de analisar em que condições estão as prisões hoje. Há deterioração da estrutura. Muitas vezes, os prédios são velhos, enferrujados, sem água, sem luz, sem esgoto, sem encanamento, ou seja, parecem uma pocilga. Nessa pocilga, vivem presos, que têm de ser ressocializados e reeducados, para, mesmo vivendo nessas condições, de lá saírem

aptos a terem uma conduta, um comportamento exemplar diante da sociedade.

Também há funcionários que trabalham nessa pocilga e que recebem um salário que não é condizente com a sua responsabilidade. Um funcionário do sistema penitenciário tem a atribuição de cuidar, de proteger, de zelar e de vigiar. São essas as suas atribuições. Esse funcionário que trabalha no sistema tem de ter condições dignas para desenvolver suas habilidades. Então, além de ter um salário digno e compatível com sua responsabilidade, ele precisa ter um acompanhamento médico, psicológico e transdisciplinar, precisa contar com uma equipe que possa acolhê-lo nas demandas emocionais que ele trazer e precisa ser preparado para entender que ele está numa posição de ser exemplo para aquele que está em cumprimento de pena.

Então, para ele estar nessa situação, o Estado tem de fornecer condições. Esse funcionário não pode só trabalhar 12 horas por 48 horas e, depois, fazer bico. Entendeu? Esse funcionário não pode ficar fazendo bico em loja, em padaria ou em supermercado, para, depois, ir trabalhar no sistema. Também tem de se olhar esse funcionário como uma pessoa que sofre com a ausência de lazer, sim. Se você trabalha dentro de uma prisão, você tem de pensar que você tem direito aos sábados, aos domingos, ao lazer, ao estudo, à qualidade de vida, pela responsabilidade que você tem.

Um agente penitenciário não tem o papel de ser um policial. Ele não é um policial, mas é uma pessoa com uma responsabilidade diferenciada e muito peculiar. Ele só vai ter essa condição de ser exemplo se ele for, primeiramente, capacitado. E, para ser capacitado, ele tem de estar internamente disposto a receber essa capacitação. Essa capacitação se refere também à questão de direitos humanos. Um funcionário do sistema é um defensor de direitos humanos, porque ele está lá para preservar a dignidade daquele preso e daquela presa e a dele também. O princípio da dignidade humana, em qualquer ambiente, é de fundamental importância.

Quando falamos de capacitação de funcionários, deve haver um funcionário que saiba lidar com um preso, com um detento que seja gay. Como é que vou tratar aquele detento que é gay? Como é que vou tratar aquela presa que é lésbica? Como é que vou tratar uma pessoa com deficiência? Como é que vou tratar uma pessoa que tem dependência química e que entra em crise de abstinência? Como é que vou tratá-las?

Temos de entender que o presídio é um mecanismo de poder também. Muitas vezes, aquela agente penitenciária que trabalha ali vive, na casa dela, numa situação de grave violência com o esposo, com

o marido. E, muitas vezes, ela não tem apoio para poder falar: “Olha, hoje, eu estou ruim para trabalhar, eu briguei com meu marido. Eu preciso também de estímulo, de apoio”. Ali você está lidando com o humano, com seres humanos. E todos os seres humanos têm seus problemas.

Por isso, digo que o agente penitenciário tem de ser valorizado à altura do que lhe for cobrado. Eu não consigo conceber que um agente penitenciário ou uma agente cuide de 100, 150 pessoas! Não cuida! Não cuida! Não desempenha a função que ele tem que desenvolver.

E os mecanismos de pressão. Quer dizer, muito se falou aqui do ambiente de violência por parte dos presos; que os presos são violentos, que as presas são violentas. Não, as pessoas não são violentas quando você as trata com respeito, quando você as chama pelo nome, quando você olha de olho por olho, mas numa relação de igualdade e não de subalternidade. Em muitos locais, em muitos presídios que visito os presos não olham nos olhos dos seus superiores – os ditos superiores. Não olham, são obrigados a ficar com as mãos para trás e não olhar. E não é essa a relação.

Então, para você exigir que a prisão seja humanizada, você tem que humanizar, valorizar quem cuida do humano. E quem cuida do humano não é mais humano do que aquele de que ele está cuidando. Esse é um dos princípios principais da dignidade e da pessoa humana. A mesma dignidade que tem o preso tem o agente, tem o diretor do presídio. E tem que ser valorizada.

Aí você faz prevalecer a questão dos direitos humanos. Ambos têm direitos humanos a serem preservados: direito à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, de ser respeitado na sua integralidade.

Para isso poder acontecer, temos que entender que existem vários sistemas, Senador, no Brasil. Não há um único sistema penal. Tem que entender as especificidades dos locais, dos Estados. Como isso é gerado, como isso é gestado e como isso ocorre.

Uma das questões que o Patrick colocou é a questão dos presos provisórios. É necessário e fundamental que se apliquem penas alternativas, que se apliquem as medidas cautelares. Mas aí você também atende a uma demanda midiática. Um caso que é tão pequeno, se ele saiu no jornal, saiu num telejornal midiático, ganha uma proporção que quem hoje faz o julgamento não é mais o juiz, é a mídia. E a mídia obriga o juiz, percebe?

Então, existe essa questão da mídia que tem que ajudar, que tem que contribuir, que tem que informar. Há bons profissionais, mas também há os maus profissionais que lamentavelmente vivem da audiência de

casos, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, onde vemos programas do meio dia em que apresentadores batem na mesa: “Tem que prender, tem que matar, tem que arrebentar, tem que...” Percebe. E isso também acirra uma disputa pela violência no interior dessa sociedade. Então, há que se ter cuidado com o que se fala, de que forma se fala e como se fala.

Outro cuidado também, para além das penas alternativas, é com a questão do fortalecimento das Defensorias Públicas. A Defensoria Pública é uma conquista constitucional, e as Defensorias Públicas têm que ser fortalecidas, têm que ter estrutura, têm que ter defensores públicos, têm que ter sua autonomia, têm que ter funcionários à altura. Ao mesmo tempo, para você criar um sistema, você tem que dar condições para que ele exista.

A mesma coisa quando a gente fala desse número de pessoas que hoje está na prisão que é o número de jovens. Hoje são meninos de 18 a 25 anos, de 30 anos que é a maioria dos que estão nas prisões. E o mesmo com as mulheres.

Hoje existem iniciativas muito interessantes no sentido de você trabalhar com essa juventude, dar outras potencialidades para essa juventude, desenvolver outras potencialidades.

E outro detalhe também que quero colocar, Vilobaldo, você é do Piauí, não é? Eu tive o prazer de conhecer Jacinto Teles, que foi presidente do sindicato. O Jacinto era uma pessoa muito próxima da Pastoral Carcerária, ele era muito vinculado à questão dos direitos humanos. E Jacinto sempre falava assim: “Nós temos que cuidar dos nossos agentes, fazer com que entendam o que são direitos humanos”. E essa é a grande questão. A gente não pode separar agente penitenciário de preso. Agente penitenciário é tão humano quanto o outro. E pode cometer um delito e pode vir a ficar naquele lugar também. E vai querer ter um tratamento condizente também como pessoa humana.

Uma das coisas também, já encaminhando a minha primeira fala para o encerramento, nós – Governo Federal, Secretaria de Direitos Humanos – estamos participando de várias atividades, de várias reuniões. Estamos trabalhando no plano de melhoria do sistema prisional. Incluímos à questão dos presos e das presas, as pessoas com deficiência; a importância da adaptação de presídios a pessoas com deficiência. A pessoa pode entrar normal, mas, de repente, infelizmente, acontecer algum problema e essa pessoa precisar de uma rampa de acesso. E essa rampa também favorece aos familiares que vão fazer uma visita. Então, toda essa questão da ampliação da cela. Pensamos na questão dos idosos, das idosas e, também, na questão da população LGBT – a necessidade de

essa população ser respeitada na sua integralidade. Não é segregar, mas, sim, respeitar, proteger, orientar e estabelecer uma relação pacífica dentro das prisões, principalmente com essa população.

Também estamos trabalhando na política nacional. Amanhã vamos ter dois dias de reuniões, junto com o pessoal do Depen e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, quando vamos discutir a política nacional integral às mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema penitenciário. Queremos discutir formas de como cuidar dessas mulheres, como essas mulheres vão sair da prisão e de que forma tem que ser o tratamento diferenciado para essas mulheres em situação de prisão.

Tivemos, também, outra vitória, que foi a criação, através de uma portaria, do GT interministerial para uma política nacional de saúde no sistema prisional. Quer dizer, também estamos caminhando para que esses presos e presas do sistema prisional possam ser atendidos na municipalidade.

Estamos começando uma discussão sobre a câmara técnica de ambiência e humanização no sistema prisional, principalmente em locais de privação de liberdade. Essa ambiência vai tratar do quê? De todas as condições. Quando a gente fala de ambiência prisional, a gente fala da ausência de luz na cela, do acondicionamento dos alimentos, falamos da higiene, falamos de ventilação, falamos de condição digna de trabalho para os funcionários. Como a própria irmã Sílvia Petra colocou, no sábado, quando fomos fazer uma visita num presídio masculino e feminino em Vitória da Conquista, nós nos deparamos com uma cama no banheiro. E naquela cama descansava a pessoa responsável por cuidar dos presos que seria um agente – nessas condições, numa cama no banheiro. Então quando a gente fala de condições queremos dizer: como que quem vai cuidar fica nessas condições também? Como vou exigir desse funcionário um bom tratamento quando ele também é destrutado e também tratado numa condição de baixa dignidade da pessoa dele.

Essas são as coisas que nós, como defensores de direitos humanos, temos que defender. Temos que defender sempre a dignidade da pessoa humana.

E faço uma última observação. Dessa população desses funcionários é necessário também se preocupar – e sempre gosto de me lembrar muito do que Jacinto falava – com as condições de saúde dos funcionários do sistema prisional. Principalmente esses que acabam muitas vezes, pela dura jornada de trabalho, com problemas de hipertensão, diabetes; outros também têm a questão do alcoolismo; muitos têm que tirar, muitas vezes por causa do excesso de trabalho, várias licenças médicas. Então, é esse cuidado que se deve ter

com o agente penitenciário e também saber o que se quer desse agente penitenciário.

Eu sempre penso que quem cuida de vidas humanas tem que ser muito bem tratado, e também com uma política de salários. Quer dizer, ele tem que ter um salário digno; condições para que ele não precise fazer bicos; condições para que possa, se precisar, cuidar da sua saúde com qualidade; direito a lazer e não desenvolver função de polícia. Ele é exemplo. Não que polícia não seja exemplo, mas ele é um exemplo, ele é um educador social dentro do sistema prisional. Ele é um formador, ele é um orientador. Então tem que ter todo esse cuidado em lidar com essas pessoas e principalmente a valorização, tanto de homens como de mulheres que são funcionários no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Essa foi a Dr^a Deise Benedito, assessora da Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário.

Quero registrar a presença conosco do Juiz Auditor José Barroso Filho.

Seja bem-vindo!

Vou dar 5 minutos – espero que fique exatamente 5 minutos, é o apelo que faço – para que permitamos que todos falem novamente, à Sr^a Jacira Maria da Costa Silva, Secretária-Geral do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado de Mato Grosso. Em seguida, o Sr. Wesley Bastos.

Sr^a Jacira, por favor.

A SR^a JACIRA MARIA DA COSTA SILVA – Bom dia a todos e todas! É um prazer estar aqui, Senador. No momento, nós até gostaríamos de pedir desculpas por não termos, a tempo, trazido o pessoal que poderia estar aqui implementando e também nos agradecendo neste momento histórico para nós do sistema penitenciário.

Quanto a tudo isso que foi falado aqui, primeiro, vou-me dirigir à Sr^a Deise.

Gostei muito da palestra, foi muito bem colocada, mas me deixou dúvida quanto ao agente, que uma hora é educador – a senhora colocou –, não é o policial, não trabalha com a segurança.

O que tenho a reportar sobre isso: sou do Estado de Mato Grosso, e as nossas unidades estão na mesma situação que todas as outras. Agora, quanto ao pessoal penitenciário, o servidor, nós compramos o nosso uniforme, nós nos capacitamos, o nosso salário é o menor, é o pior de todo ente federativo. O sindicato vem na defesa dos agentes, lutando para que tenham dignidade de, pelo menos, portar carteira funcional, o que foi obtido no ano passado. Pela primeira vez, ago-

ra, iniciou-se a confecção de carteira funcional do servidor penitenciário, o que não existia no meu Estado.

Outra situação, a capacitação, muito bem colocada pelo Coronel Amauri; e a senhora também passou um pouquinho sobre isso. Em relação à nossa capacitação, como eu disse, nós somos responsáveis, vamos atrás, porque o Estado é omissor nessa situação da capacitação também.

A nossa escola penitenciária, até o momento, ainda não foi implementada como deveria, por falta de investimento do governo estadual. Existe a contrapartida de recursos que são da União, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), mas para isso os projetos precisam chegar. Estamos com reaparelhamento, porque já houve aparelhamento; o Estado desviou, pagou-se multa, e agora conseguiu um reaparelhamento que, até o momento, não foi. Mas, já estive com a Dr^a Mara e ela afirmou que já está certo; talvez até o final deste mês de setembro deva estar chegando esse reaparelhamento em nosso Estado. Essa falta de formação, em 2010, levou um colega, no seu terceiro dia de plantão, a falecer dentro da unidade. Acho que foi o primeiro Estado, depois de 30 anos, onde um agente penitenciário morreu dentro da unidade por falta de capacitação, de uma formação básica para que ele pudesse pelo menos saber como se defender numa crise ou rebelião. Ele não teve sequer essa chance de poder defender-se e, infelizmente, veio a óbito. Hoje nós pagamos o mal que tudo isso gerou e vem gerando no nosso Estado para a valorização do servidor.

(Soa a campanha.)

A SR^a JACIRA MARIA DA COSTA SILVA – Já vou concluir.

Por último, só mais uma última questão. Dia 3 de abril, duas agentes penitenciárias foram presas. Nós, sindicato, desde então, temos encaminhado várias denúncias para todos os órgãos de dentro do Estado e até passamos também, no nível nacional, a pedir ajuda para essas agentes. A Lei de Execução Penal (LEP) fala que o servidor, que à época pertence à Justiça deve ter um local em separado. Elas estão na penitenciária feminina, porque vêm de uma cadeia onde não havia local para elas ficarem; foram transferidas para a penitenciária.

Inclusive, fiz uma denúncia para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, por meio do e-mail que consegui, e de lá me veio a resposta de que haveria de ligar no Disque 100. Fiz, inclusive, todo um relato, coloquei provas de carta que elas escreveram, dizendo da situação em que elas se encontram lá, situação humilhante. Dentro do convívio, elas são humilhadas e não se tem um local. Até hoje não conseguimos fazer

com que a lei seja respeitada e que elas tenham um local em separado para permanecer.

Medidas cautelares, alternativas, tudo isso, na prática, não está funcionando. Nada disso tem funcionado no sistema. É bonito quando se fala das coisas que podem acontecer, nas formas mirabolantes, mas isso não tem chegado até nós. Isso não chega; essas políticas não vão a quem está na ponta.

Então, nós gostaríamos, sim, de conseguir pelo menos algo que se vislumbre como uma resposta aos nossos anseios.

Muito obrigada, e desculpe-me, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, Dr^a Jacira, foi bem, foi bem. Parabéns!

Quando a gente dá a palavra ao Plenário espera colocações firmes, buscando soluções, que é o que você está cobrando.

Agora, eu passo a palavra ao Sr. Wesley Bastos, que é Secretário– Geral da Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários, por cinco minutos.

O SR. WESLEY BASTOS – Bom dia a todos! Cumprimento a toda essa plenária na pessoa do Senador Paulo Paim. Fico muito honrado de estar aqui presenciando a discussão do sistema prisional nesta Casa. Acho que esse debate já passou da hora de ser implementado em todas as esferas governamentais, em todas as esferas de poder do nosso País.

É latente que o sistema prisional pede socorro, e o servidor penitenciário está cansado de ser a voz de socorro. Ele quer que esse pedido de socorro seja atendido.

Vou passar minha explanação, algumas coisas que eu consegui anotar aqui.

Com relação à Polícia Penal e ao porte de arma. Quando tratamos desses temas, estamos aqui apresentando soluções; são soluções que achamos que podem trazer vida novamente ao sistema prisional. Mas, percebemos sempre discursos contrários, só que nesses discursos contrários não enxergamos soluções. Então, por exemplo, na questão do porte de armas. Diz-se que o servidor penitenciário não pode usar arma fora de serviço. E os argumentos são os mais variados, muitos deles distantes da realidade.

Então, qual a solução? O que se pode fazer para proteger a vida do servidor penitenciário fora do seu ambiente de trabalho, tendo em vista que esse trabalho ele leva para casa? Os riscos da profissão são levados para sua família, do próprio servidor, que não pode andar livre, leve e solto na rua.

Com relação à Polícia Penal? Qual é a solução, então, que o Governo Federal e os governos estaduais,

o Estado em geral apresenta para o sistema prisional? Uma boa administração prisional? Mas, de que forma isso deve ser feito?

Outra coisa que consegui anotar aqui, com relação à atribuição do servidor do sistema penitenciário. Quais são as atribuições do servidor do sistema penitenciário então? Não é segurança? Não é efetivar, possibilitar a ressocialização das pessoas apenadas. Quais são as atribuições?

Quando nós colocamos esse debate, colocamos afirmações e respostas. Então, quando as pessoas contrariam essas afirmações com argumentos contrários, elas devem apresentar alternativas, uma vez que nós trabalhamos com fatos.

No mês passado, dez agentes penitenciários foram assassinados fora do ambiente de trabalho. Eles estavam desarmados. Esse é um fato, é um dado; não é um achismo. Nós não trabalhamos com achismo. Com disse bem o Coronel, nós estamos aqui para debater em alto nível. Podemos citar diversas reportagens que contrariam os atos da Pastoral Carcerária. Muito pelo contrário, nós estamos aqui para afirmar que o sistema prisional está apresentando soluções. Se essas soluções não podem ser implementadas por uma política de governo, que o próprio Governo nos forneça outras soluções.

Outra coisa que foi colocada aqui: a questão do público do sistema prisional. Ela é importantíssima. Por que no sistema prisional a maioria das pessoas são negras? Por que no sistema prisional a maioria das pessoas são desabonadas?

Isso já vem de uma política de Estado equivocada, que não consegue dar educação de qualidade, que não consegue prestar saúde pública de qualidade.

Muitas vezes o Governo quer atacar o fim do problema. E não é isso que a gente espera. Espera-se que se ataque isso no início, quando as coisas ainda podem ser resolvidas. O servidor penitenciário já cumpre pena junto com os presos. Por quê?

(Soa a campanha.)

O SR. WESLEY BASTOS – O cidadão está totalmente desalinhado do convívio social. E coloca-se como obrigação do servidor penitenciário consertar aquele indivíduo. Muito pelo contrário, esta não deveria ser a obrigação do sistema prisional: consertar um indivíduo que já veio fracassado das políticas públicas estatais.

Para aproveitar a presença do nosso querido Patrick, que é representante do Ministério da Justiça. Eu sou Conselheiro do Conasp e já foi recomendada ao Sr. Ministro da Justiça a criação de um grupo de trabalho para debater a origem, as questões do sistema penitenciário e a profissão – quais são as características da profissão do servidor penitenciário? Essa

recomendação, salvo engano, é de 2011, e só agora o Depen criou um grupo de trabalho para que isso seja feito, e até hoje ele nem foi instituído.

Então, pediria ao Sr. Patrick que levasse esse pedido nosso ao Sr. Ministro da Justiça, para que ele mesmo institua esse grupo de trabalho, trazendo os representantes da sociedade civil, do próprio Governo e da categoria profissional, para debater e saber quem é o agente penitenciário. Isso é importante. Tratar o preso com dignidade é tratar também o agente penitenciário com dignidade.

Agradecemos a oportunidade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Ficou no tempo o Wesley Bastos.

Agora nós vamos passar para as considerações finais. Ao mesmo tempo, é claro que cada um dos debatedores vai expor o seu ponto de vista sobre as contradições naturais que, num tema delicado como este, ocorreram.

O primeiro a usar da palavra para expor o seu ponto de vista sobre o debate de hoje e deixar claro o que pensa sobre algumas perguntas que ficaram no ar é o Sr. Jarbas Santos de Souza, Diretor de Formação do Febraspen.

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – Primeiramente, o que fica mais claro neste debate de hoje, Senador, é que existe uma necessidade de aprofundamento do debate relativo ao sistema prisional carcerário penal. Isso é o que está mais claro.

Observei também que, na maioria das intervenções, a gente fala a mesma coisa de pontos de vista diferentes. A gente converge mais do que diverge. A única divergência que eu anotei aqui foi quando estava conversando com a irmã da Pastoral, a Irmã Petra, sobre a questão do porte de arma, que é uma questão técnica. Como bem colocou o companheiro Bastos, existem dados. É preciso avaliar a questão do ponto de vista científico. Há uma necessidade, há uma exposição. É preciso que seja levada em consideração não só a parte política, subjetiva do ato, até porque essas armas, Senador Paim, já existem. É importante frisar que, na Lei do Desarmamento, foi concedido ao agente penitenciário o porte de arma dentro e fora do serviço, em todo o Território Nacional. Depois, veio a edição de uma lei que colocou dúvida na legislação vigente.

Naquele momento, todo o nosso pessoal já havia adquirido armamento próprio. Eles têm essas armas e só estão, nesse momento, transitando em seus Estados amparados por leis estaduais. E, vez ou outra, há problemas por conta da questão de competência do

Estado para fazer ou não legislação a respeito dessa matéria.

Uma coisa que também é importante nesse caso... lá pedir para o Senador Paim passar para outro ponto, mas vou voltar para fechar a do porte de arma.

Queria pedir a V. Ex^a, como Senador, como membro do Partido dos Trabalhadores, conhecendo a qualidade de articulação de V. Ex^a e o seu trabalho à frente do seu mandato aqui no Senado, que proponha um debate. Se houver necessidade... Sabemos da força política que tem a Pastoral. Na fala, ela disse que não é o caminho. Mesmo não se apresentando as razões de não ser concedida, as pessoas seguem, porque existe uma força política. É lógico, a gente sabe disso.

Nós temos um veto presidencial nesta Casa para ser apreciado, existe uma posição contrária da Secretaria de Direitos Humanos e da Pastoral – são as duas figuras que se colocaram contrárias – e, por conta disso, houve o veto. Temos ciência de que o veto da Presidente foi baseado nessas questões, que são extremamente equivocadas, baseadas em dogmas antigos que não condizem com a realidade. Vou citar dois exemplos para se ter uma ideia.

Na fala do ilustre amigo Patrick, do Ministério da Justiça, e da Dr^a Deise, da Secretaria de Direitos Humanos, foram apresentadas duas coisas que eu achei interessantes, mas é preciso retificar em nível nacional para todos, de modo que, se não era entendido antes, que a partir de hoje seja entendido.

Foi dito pelo Sr. Patrick que a Pastoral defende os presos. Obviamente o agente é contra o preso. Isso é o que está no imaginário das pessoas em todos os Estados.

(Soa a campanha.)

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – Existe um antagonismo apresentado pelo próprio Estado do preso com o agente e vice-versa, o gato e o rato. E o nosso pessoal, na sua maioria, também entende assim. É um com medo do outro, uma perseguição de um contra o outro. Isso também ocorre.

Essa realidade a gente está trabalhando para mudar. Essa perspectiva não funciona. O servidor penitenciário não é contra o detento, não é contra o preso. Na verdade, é ele quem socorre imediatamente o camarada que está preso e sofre uma agressão. Quem invade, nas madrugadas, os módulos para retirar um cidadão que está preso e sendo agredido por outras pessoas, quem faz esse trabalho é o servidor penitenciário.

O grande opressor, o grande inimigo, o grande torturador de fato é o próprio Estado. Por exemplo: apesar de a LEP determinar que deve haver a separação e a classificação de detentos pela sua capacidade deliti-

va e agressiva, digamos assim, através de comissões técnicas de classificação, o Estado não os classifica. Coloca pessoas condenadas por furto simples junto com quadrilhas de bando armado, com pessoas que têm poder econômico e robotizam, como dizem lá em Alagoas, os mais fracos: dominam, mandam executar o crime...

Então, quer dizer, o Estado determina que o cidadão preso por pensão alimentícia fique junto com o pessoa que trafica. Então, o Estado produz essa situação; não é o servidor penitenciário.

Quero deixar isso claro. Os agentes penitenciários não são inimigos do preso. Entendemos que o preso é um cidadão que deu errado por conta da inoperância do próprio Estado, é mais uma vítima. Agora, é preciso que haja uma mudança nessa visão.

(Soa a campanha.)

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – Muitas vezes o camarada associa o trabalhador ao próprio trabalho. Por cuidar dos problemas sociais, nos associam também à questão do indivíduo preso.

Agora, foi muito bem colocada pela Dr^a Deise essa questão da busca e da necessidade de fortalecimento do instrumento de execução penal. Isso é um fato. Através de quê? De regulamentação constitucional. Se o camarada não vai pela PEC nº 308... Mas tem que ser, isso é pacífico. Tem que estar regulamentado, tem que fortalecer.

Para finalizar, Senador Paim, eu queria chamar a atenção para uma situação. Estamos discutindo neste momento, que é muito importante, mas no Conasp e no próprio CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária), existem debates há anos, importantíssimos, que poderiam nortear o sistema prisional. No entanto são conselhos consultivos. É preciso que sejam deliberativos.

(Soa a campanha.)

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – O CNPCP tem resoluções que tratam desde a quantidade de presos, em construção de presídios, até quantos presos por unidade prisional, para melhorar o controle, uma série de outras resoluções que não se tornam políticas públicas, porque o Pacto Federativo não permite a ingerência. Mas é preciso haver uma política nacional que norteie o sistema prisional, de modo que ele não fique a cargo do sabor da administração do gestor estadual. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Jarbas Santos de Souza, que falou como Diretor de Formação do Fenaspem.

Agora fala Vilobaldo Adelídio de Carvalho, que é Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários.

Eu tenho dado cinco minutos e, extrapolando, mais cinco.

Na hora do fechamento, foi o que eu fiz com o Jarbas.

O SR. VILOBALDO ADELÍDIO DE CARVALHO

– Mais uma vez, pegando um pouco das falas que me antecederam, queria começar pela Drª Deise, que levantou uma questão fundamental.

Para nós, é importante que a Presidência da República e a Secretaria de Direitos Humanos pensem dessa forma, porque infelizmente, Drª Deise, quando se fala em direitos humanos fecha-se a questão com direitos humanos do preso. E nós, agentes, também somos seres humanos e precisamos ter os nossos direitos respeitados. Por isso, achei que a sua fala, relativa ao salário, ao preparo, à dignidade, à valorização deve dizer respeito também ao profissional agente penitenciário, independentemente da nomenclatura nos Estados.

Observei essa questão que foi colocada da prisão como um modelo esgotado. É verdade. De certa forma, é um modelo esgotado, mas infelizmente é inerente ao capitalismo. Eu poderia citar vários autores, mas infelizmente é inerente ao sistema capitalista. Não é à toa que foi criada. Por mais que esteja esgotada, nessas circunstâncias foi criada e permanece, infelizmente.

Surpreendeu-me uma questão relativa à dicotomia, que existe mesmo, referente ao papel do agente como educador social. Se nós pegarmos as leis, os estatutos dos Estados que têm carreiras – muitos não têm – e procurarmos as atribuições, veremos que elas são inerentes à questão da segurança, salvo algumas exceções quando se pontuam atribuições que podem contribuir para o processo de reintegração social. E o agente penitenciário teria um papel fundamental ao dar as condições e contribuir para que elas ocorressem. Infelizmente, nós não cumprimos o nosso papel, sequer o da segurança, às vezes, por falta de condições.

E por que a preocupação do agente penitenciário é intrinsecamente mais relacionada à questão da segurança? Vou citar um exemplo: madrugada de sábado para domingo. Fugiram quinze presos da casa de custódia. Os agentes penitenciários vão responder à sindicância. Então, quando há fuga, tentativa de fuga ou algo assim, o agente responde à sindicância. Então, a sua prioridade é tentar evitar uma fuga, um crime praticado dentro da unidade prisional... E o que é isso senão segurança?

Somando a isso, eu queria mencionar as colocações da Drª Silvia, da Pastoral Carcerária, relativas às atribuições. E o papel do agente penitenciário, efetivamente, não é só abrir e fechar grades. Isso é um equívoco. Essa é a visão que às vezes se tem do

agente penitenciário. E é um tremendo equívoco. Nós temos um papel muito maior do que esse. Hoje estou no sindicato, já fui chefe de grupo, chefe de disciplina e gerente de unidade prisional.

Quem é que investiga para saber se entra droga? Quem é que investiga para saber se vai haver fuga ou não, para saber se preso será assassinado ou não? Quem é que evita constantemente mortes dentro do sistema prisional? É o agente penitenciário no dia a dia. É ele que tem contato direto com o preso e tem essa possibilidade. Então, nós devemos ter uma boa relação. Para ter uma boa relação, nós temos que dizer “sim”, e o Estado nos faz dizer “não”, Drª Silvia. A senhora está há 20 anos dentro do sistema prisional dizendo “sim”. O agente penitenciário tem a sua história dizendo “não”: “Não tem médico hoje para você, não tem defensoria, não tem assistente social, não tem dentista”. Como é que o preso não vai ver o agente penitenciário como opressor? Essa é a realidade que nós enfrentamos no dia a dia, infelizmente.

É isso que nós queremos? Não, nós queremos mudar a situação.

(Soa a campanha.)

O SR. VILOBALDO ADELÍDIO DE CARVALHO

– As atribuições do agente penitenciário hoje, o curso de formação do agente penitenciário é voltado normalmente... E, felizmente, nós temos uma orientação no sentido de respeito aos direitos humanos, à dignidade do preso, mas, como a senhora diz, o agente precisa primeiro ter a sua dignidade humana respeitada. Se ele não tiver, como vai ter condições de fazer com que isso aconteça por aquela pessoa que está sob a sua responsabilidade?

Essa visão equivocada do agente penitenciário está relacionada a sua formação. No Piauí, o nível superior é desde 2004. Da última turma de concursados, de 2009, todos com nível superior, 60% dos agentes eram formados em Direito. Dos 750 agentes penitenciários que nós temos no Piauí, algo em torno de 200 agentes têm especialização. Eu tenho mestrado. Graças a Deus, tive a oportunidade de estudar o sistema prisional.

Então, nós temos que ter uma nova visão do agente penitenciário. Se nós vamos debater o seu papel para ampliar a questão da segurança, beleza, ótimo, mas as nossas atribuições, o que está previsto, o que nos é apontado como o mínimo preparo que temos é com a questão da segurança. Basta verificar o que consta das leis.

Pegando a questão que o Patrick colocou, eu respeito, mas discordo. A PEC não traz, a meu ver, essa questão orçamentária. Em nenhum momento ela menciona...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PR – RS) – Qual é o número da PEC?

O SR. VILOBALDO ADELÍDIO DE CARVALHO – É a PEC nº 308, da Polícia Penal, que vem constitucionalizar e regulamentar a profissão, a não ser que o Governo tenha uma proposta que possa trazer um piso salarial para a categoria. E nós teremos, com certeza, impacto financeiro.

E, por último, a questão do porte de arma.

No Piauí, o porte de arma é permitido fora do serviço por força de lei estadual. Nós já tivemos, doutora, a questão: “Ah, é a arma que vai resolver o problema?” Possivelmente sim ou não, vai depender das circunstâncias.

Nós tivemos, no Piauí, três casos em que os agentes penitenciários foram atacados nas suas casas e escaparam, porque esses tinham armas. Nem todos têm. Eles reagiram. Não mataram ninguém, mas reagiram e conseguiram escapar. Alguns agentes tiveram a sua casa atacada a bala, e não estavam em casa. Felizmente, nós não tivemos ultimamente óbitos. Penso que isso vai depender das circunstâncias.

A questão do veto, a sua fundamentação, a nosso ver, destoa da realidade. Essa questão não é só um desrespeito à luta intensa dos agentes penitenciários, cujas representações vieram para cá com muita dificuldade. Ela é um desrespeito a esta Casa de leis que aprovou. E ela necessitava, sim, ser regulamentada. Nós já temos porte! O Estatuto do Desarmamento já nos permite o porte, mas, em serviço. O agente penitenciário, por exemplo, que foi morto lá em Mossoró, no Rio Grande do Norte, era do Piauí. E ele veio desarmado. Se ele tivesse um porte, seria estadual.

Nós temos, por exemplo, agente penitenciário que mora em Timon. Teresina já é outro Estado, Piauí. Passou a ponte, ele não tem mais porte de arma. Tem porte de armas apenas no Piauí.

E a questão é o que nós enfrentamos no dia a dia. Nós temos que dizer “não” a toda hora, em nome do Estado, que não faz o seu papel. E o agente vai ser visto como opressor, porque é ele que tem de coibir a fuga.

O contexto do sistema prisional é bastante complexo. Nós temos um crime organizado dentro do sistema prisional praticando crimes, e nós não temos condições de evitar, porque não temos condições adequadas de investigar e evitar que isso ocorra para o bem da sociedade.

Então, quero agradecer essa oportunidade ao Senador Paim, à Comissão e aos presentes. As divergências vão sempre acontecer, mas, de repente, podemos chegar a um consenso e a um bom termo. Nós precisamos, sim, avançar no sentido de fazer com que tenhamos um sistema prisional mais justo, res-

peitando o direito dos presos e respeitando também o direito dos agentes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Vilobaldo Adélio de Carvalho. Como você disse bem, a divergência é salutar. É do confronto das ideias que podemos avançar para uma redação até de entendimento que busque o bem de todos.

O Dr. Vilobaldo Adélio de Carvalho é Diretor da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários.

Agora, passo a palavra ao Dr. Amauri Meireles, Coronel da reserva da Polícia Militar de Minas Gerais. O tempo será o mesmo.

O SR. AMAURI MEIRELES – Sr. Senador, eu queria agradecer a oportunidade de me manifestar de uma forma muito independente, porque sou pesquisador. Não integro o sistema e já estou na reserva.

Talvez as minhas palavras, as minhas considerações finais sejam mais dirigidas ao Dr. Patrick, porque eu acredito que é o Depen que deve capitanear os próximos rumos.

Nós temos vários itens. Várias peças foram colocadas aqui, e nós temos um verdadeiro quebra-cabeça. A Irmã Silvia falou: “Olha, nós temos que debater, sim; temos que debater, e muito”. E esse debate começa, creio eu, com o Depen montando esse quebra-cabeça. Quer dizer, nós vamos debater o quê?

Em termos de sistema, eu acho que nós precisamos de um acordo conceitual, um acordo terminológico: sistema prisional, penitenciário, carcerário, penal. Vamos definir um nome para isso e combinar: “Olha, todo mundo entendeu? Então, vamos partir.”

Em termos de estrutura, cada Estado tem uma estrutura diferente, pois está vinculado à secretaria A, B, C, D.

Desculpem-me pelo termo forte, mas há uma verdadeira bagunça. Acho que é preciso se dar uma ordem unida a isso, tem que se dar uma enquadrada nisso. Tem que se acertar isso; combinar o que nós vamos debater. E até em relação ao servidor. Alguém teve dificuldade... Parece que a Irmã teve dificuldade de chamar o Vilobaldo. “Quem ele é? Agente, carcereiro, tranqueiro?” Quer dizer, é necessário definir um nome.

A Irmã disse que é preciso desmilitarizar o sistema. Discordo. O sistema não está militarizado, não, Irmã. Ao contrário. Há ainda um ou outro militar no sistema, mas acho que já passou da hora de ele sair.

O que acontece com os militares é o seguinte: hoje, nós temos uma instituição exemplar no Brasil, extraordinária, que se chama Polícia Federal. E a Polícia Federal começou como? Alguns oficiais das polícias militares eram superintendentes regionais e levaram a

sua experiência, a sua colaboração. Num determinado momento, os delegados já estavam absolutamente qualificados e assumiram. Hoje, existe essa instituição exemplar. Quer dizer, um ou outro militar esteve lá para prestar a sua colaboração, levar o seu conhecimento, e, hoje, todos esses agentes já estão absolutamente qualificados para assumir isso. O Vilobado já mostrou que 80% têm graduação e pós-graduação. Ou seja, não é nenhum boçal que está tomando conta de preso no Brasil, não.

Com relação à Polícia Penal, Dr. Patrick, há a necessidade de também incluir nisso a discussão sobre polícia. Aquele conceito, que vem lá de Tomé de Sousa, de que o problema da segurança, da violência, da criminalidade é resolvido com chibata e xilindró, isso acabou! Isso já está ultrapassado!

(Soa a campanha.)

O SR. AMAURI MEIRELES – Polícia é órgão para proteger a sociedade, e as pessoas precisam entender isso. Precisam entender isso.

Quem trabalha no sistema de administração penal trabalha embasado no poder de polícia. É só comparar com a Polícia do Congresso, com a Polícia do Senado, com a Polícia da Câmara, com a Guarda Municipal. Esse pessoal trabalha embasado em poder de polícia.

O que nós temos de debater é o seguinte: como vamos ter profissionalização nessa atividade, profissionalismo de quem vai executar a atividade e uma modernização tecnológica? É disso que nós precisamos.

Para finalizar, a Polícia Penal tem dois grandes blocos: um é a guarda prisional, que vai cuidar da custódia, que não trabalha com armamento dentro do presídio. Não pode trabalhar. É igual colocar a Polícia Militar para trabalhar dentro dos estádios armada. É uma estupidez! Então, quem trabalha internamente, fazendo a custódia, não deve, não pode trabalhar armado. Mas quem trabalha na muralha, na cerca, tem que trabalhar armado, sim. Tem que trabalhar.

Para finalizar, Sr. Senador, quando se fala em Polícia Penal, muito se discute custódia, mas o sistema de administração penal, na minha concepção, é um verdadeiro *iceberg*. A custódia é o que mostra, é mais visível, é o que se discute. Mas o grande problema se chama ressocialização. Nós temos que atentar para isso. A ressocialização não vai ser feita pelo agente, porque ele não é agente ressocializador. Ele é agente de custódia. Mas a ressocialização – médico, psicólogo, professor, assistente social – é fundamental.

Dr^a Deise, mais tarde eu lhe mando um artigo que escrevi há dez anos, dizendo o seguinte: menos que polícia, nós vamos resolver o problema da violência no Brasil quando resgatarmos a dignidade do educador e

do assistente social, que está fazendo falta no sistema de administração penal.

Sr. Senador, muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Dr. Amauri Meireles, que é Coronel da Reserva da Polícia Militar de Minas Gerais, pesquisador e estudioso do tema.

Vou ler aqui uma contribuição que recebi. O resto foi por telefone. Então, não deu pegar, mas esta aqui eles mandaram por *e-mail*.

Por gentileza, encaminhar esta ao Senador Paulo Paim, que está presidindo a reunião da CDH.

Acredito que a reforma penitenciária começa por presídios com estrutura física condizente ao encarceramento humano. Efetivo de agentes prisionais não com solidariedade de Madre Teresa de Calcutá, mas com formação especializada e estrutura psicológica estruturada.

Ele não faz nenhum ataque. Ele diz que não dá só para rezar. Tem que haver estrutura.

Tenho um amigo que sempre me dizia o seguinte: “Paim, na vida, aprenda o seguinte: orai e vigiai”. A frase é dele, Gilmar Carneiro, bancário, de São Paulo, advogado. Nunca me esqueci dessa frase, que ele me disse há 30 anos. Ter fé, tudo bem! Mas “um olho no peixe e o outro no gato”. É o que dizem também.

Outra:

Política de trabalho interno dentro dos princípios sociais. Presos trabalhando pelo social, e não em regime exploratório, como vemos. Enfim, tratar o ser humano com privação de liberdade com respeito. Afinal, privar a liberdade não significa tratamento escravo.

A par de meus cumprimentos, desejo votos de sucesso, elevada estima e consideração.

Respeitosamente, Nelson Roriz.

Está lido aqui o documento que ele manda, o *e-mail*.

Agora, passamos a palavra à Irmã Silvia Petra, que aqui representa a Pastoral Carcerária.

A SR^a PETRA SILVIA PFALLER – Sr. Senador, estou muito contente com esta audiência pública, com esta discussão profunda e competente.

Gostaria de ressaltar três ou quatro pontos. Primeiro, eu queria esclarecer que, para nós, o agente penitenciário não é um mero carcereiro. Não é. Não falei isso, nem houve intenção. Para nós, o agente penitenciário, o servidor prisional é muito mais do que um policial, muito mais do que um carcereiro, muito mais do que um pedagogo.

Nesse sentido, informo ao Sr. Wesley, que falou desse grupo, que já existe o grupo do Depen, e foram realizadas duas reuniões. Uma reunião foi realizada

na semana passada. Eu participei, o senhor participou, assim como o Jarbas. Foram três, não é? Então, o grupo existe, e nós estamos muito contentes com essa iniciativa, porque, reforçando, é um processo de diálogo e de respeito.

Nós não somos inimigos. Eu conheço muitos agentes penitenciários que são muito competentes, que são grandes parceiros. Trabalhamos juntos. Preso e agente penitenciário não deveriam ser inimigos. Eu acho que não são inimigos. Conheço muitos exemplos que mostram que não são inimigos. Os dois lados se tratam com respeito.

A nossa carta pública pedindo o veto à Dilma levantou muitas questões, muitas emoções. Quem quiser lê-la ou relê-la, está no *site* da Pastoral Carcerária Nacional, disponível *on-line*. Essa carta foi assinada por muitas entidades da sociedade civil. Sempre aparece que é da Pastoral Carcerária, mas é da Pastoral Carcerária com muitas outras organizações que apoiaram a iniciativa.

Para finalizar, eu gostei muito do que o Dr. Wesley falou: “Cadê as propostas?”. Eu sempre digo que estou cansada de denunciar que o sistema penitenciário é falido, que não funciona, que é fedorento. Estou cansada disso. Faço essas denúncias há 20 anos e não quero continuar por mais 20. Não quero. Mas cadê as propostas?

Nós, da Pastoral Carcerária, temos propostas. E existem muitas outras propostas Brasil afora, com projetos bons, que estão funcionando, como a Justiça Terapêutica, a Justiça Comunitária, o Paili (Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator), só para citar alguns projetos, um modo de respeito. E um projeto de que eu sou muito fã e em que a Pastoral Carcerária Nacional está se empenhando bastante, que é a Justiça Restaurativa.

E, falando sobre a figura do agente penitenciário, nós temos cursos de práticas de Justiça Restaurativa para agentes penitenciários. Em São Paulo e no Rio Grande do Sul, creio que metade dos agentes ou mais já passaram pela Pastoral Carcerária e fizeram o curso de Justiça Restaurativa, implantando esse outro sistema de diálogo, para restaurar a paz.

Então, são parcerias boas, que estão em andamento. Seria bom fazer uma audiência pública para divulgar as boas práticas que funcionam, sim. Com vontade política e pouco investimento.

(Soa a campanha.)

A SRª PETRA SILVIA PFALLER – Então, não só para falar sobre as divergências que temos, pois acho que temos muitos mais pontos em comum, porque estamos na mesma luta. Então, vamos juntar as forças nesses pontos, em vez de ficarmos só nos pontos de

divergência e parecermos inimigos, o que não somos. É o esforço de estarmos juntos na pauta para mudar o sistema penitenciário. Eu não falo humanizar, porque eu acho que prisão não é humano; isso é impossível. Prisão é sempre desumano, porque é contra o ser humano. Mas para se ter um sistema penitenciário que respeite a dignidade da pessoa presa, dos familiares dos presos e dos servidores que trabalham no sistema prisional.

Muito obrigada pela oportunidade e, quem sabe, numa outra vez, a gente continue conversando e dialogando sobre este assunto tão importante.

Obrigada. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Irmã Petra Silvia Pfaller, que aqui representou a Pastoral Carcerária.

Vamos ao Dr. Patrick Mariano Gomes, que aqui representa o Ministério da Justiça.

O SR. PATRICK MARIANO GOMES – Obrigada, Senador.

Eu acho que foi muito bom este debate hoje. Concorde com a Irmã. O Alto Comissariado da ONU para essas questões recomendou ao Brasil melhorar as condições das prisões e enfrentar o problema da superlotação. É óbvio, e está claro, que, se existe um déficit de 198 mil vagas hoje no nosso sistema, a dignidade não é só negada a quem está cumprindo pena; é também a quem trabalha nessas condições. Então, foi nesse sentido que eu manifestei solidariedade à questão dos agentes penitenciários, e foi nesse sentido também que eu louvei a iniciativa de sentarmos todos no grupo de trabalho, porque são olhares diferentes, mas são olhares que têm a mesma preocupação.

Nesta sala, cabem 60 pessoas. Se aqui a gente tivesse de acomodar 90, é óbvio que seria ferida não só a dignidade daqueles que não iam conseguir sentar, como também das pessoas que trabalham aqui.

Então, esse sistema, dentro desse contexto, torna o problema que a gente tem a enfrentar muito mais complexo; por isso, vi como muito positiva a ação do Presidente, Senador Paulo Paim, de nos ter chamado para este debate hoje.

E quando eu disse que a Pastoral defende o preso, na verdade, a função da Pastoral é muito maior que isso. Hoje, que bom que a gente tem a Pastoral Carcerária no Brasil, porque ela vai além da simples defesa dos presos; ela procura atuar nessa situação caótica, Senador, da realidade prisional e olhar para esses que estão lá presos. Por quê? Não tenham dúvidas: entre os pobres, aqueles que têm a sua liberdade ainda podem lutar em busca da dignidade. Se você é pobre e ainda está preso, você está, de fato,

numa situação muito pior do que a de quem está lá fora. Então, é nesse sentido que eu falei que defende, mas vai muito, além disso.

Parabenizo a ação da Pastoral no sentido da solidariedade, do altruísmo de todas as pessoas que lá trabalham. É sempre um prazer recebê-los no Ministério da Justiça com suas pautas.

Eles vão lá, Senador, apresentar projetos importantes. Porque não basta só criticar. É bom apresentar propostas.

Reforço também, Jarbas, essa questão do diálogo, que eu acho muito importante. E falo de novo: o Ministério da Justiça está de portas abertas para debater o tema.

Concordo com o Coronel Amauri quando fala do problema da polícia, do problema de adequar o nosso sistema de segurança a uma democracia. Infelizmente, a gente ainda tem um déficit nessa área também. E um déficit que só será zerado, de fato, quando a gente atuar em várias frentes. Então, nesse sentido, eu acho que o Coronel trouxe uma questão importantíssima, com a qual estou de acordo, que é a questão da valorização do policial, da valorização daqueles que atuam nessa área.

E, com relação aos agentes, Vilobaldo, você que falou do Pacto Federativo, digo que, em relação à execução da pena, é muito difícil hoje se implementar uma política, porque isso depende muito dos Estados, depende muito dessa relação entre Estado, Poder Executivo Federal, e ela é complexa de ser buscada.

E, quanto à questão orçamentária, embora o projeto não traga esse assunto, sabemos que, quando se cria um órgão de segurança pública, tem que se pensar, obviamente, em plano de carreira, em como ele vai efetivar-se. Então, foi mais nesse sentido que falei que o debate tem de ser feito, tem de ser enfrentado; ele é importante, mas traz uma complexidade muito além do sim e do não. Eu acho que é preciso aprofundar, de fato. Nesse sentido, eu reforço isso.

A questão do Wesley eu acho que já foi respondida.

E, para encerrar então, Senador, eu acho que outras oportunidades como esta são muito importantes. Acho que este debate não se esgota aqui, nem é a intenção do Senador. A intenção do Senador era mais esta riqueza mesmo, de colocar então olhares diferentes sobre a matéria, sobre este problema que nos sensibiliza e sensibiliza a todos que lidam com a questão.

Por exemplo, é preciso que o agente seja valorizado, é preciso que o agente tenha um salário digno, é preciso que ele tenha uma atenção profissionalizante, que ele busque não só a questão da arma, mas que

ele tenha dignidade ao exercer sua profissão. E essa dignidade só será alcançada com esse olhar do Poder Público na valorização desse servidor, e também se a gente conseguir atuar nessa questão do caos do sistema penitenciário.

Não existe a mínima possibilidade de uma dignidade de trabalho nessas condições em que o sistema penitenciário se encontra. Então, a gente tem de atuar com a complexidade que o tema nos exige.

Nesse sentido, também gostaria aqui de me solidarizar com a situação dos agentes penitenciários, porque a questão da indignidade, como eu disse no começo, não atinge só quem cumpre pena: atinge quem trabalha nessas condições. Isso não pode ser tolerado, não pode ser tolerado em nosso País, e não é porque a ONU já olhou para isso. É porque o Brasil já tem uma tradição... A nossa Constituição traz uma obrigação da dignidade da pessoa humana, uma questão de respeito ao outro, seja ele preso, seja ele trabalhador, seja ele servidor público, de tanta importância para o sistema como são os agentes.

Então, nesse sentido, eu encerro.

Obrigado, Senador. Gostaria de dizer a todos vocês que o Ministério da Justiça, a minha Secretaria de Assuntos Legislativos está à inteira disposição de vocês para a gente continuar esse debate, aprofundando. E, referendando o que disse a Irmã, com propostas.

Então, obrigado.

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – Senador Paim, só um encaminhamento nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) –Só um segundo. Só um segundo. Deixe-o concluir primeiro. (Pausa.)

Está concluído?

O SR. PATRICK MARIANO GOMES – Eu agradeço, então, ao Senador. Agradeço a todos vocês. Todas as contribuições, Deise, foram muito bem-vindas. Estamos lá no serviço público, tentando amenizar essa situação, tentando lutar contra essa avalanche que vem, e só vamos conseguir mesmo com essa interação com vários setores da sociedade. Então, foi muito gratificante. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) –Esse foi o Dr. Patrick Mariano, que falou pelo Ministério da Justiça.

Para que vejam como o pessoal está acompanhando, aqui me disseram o seguinte: “Sr. Senador Paim, ‘orai e vigiai’ foi Jesus quem disse aos discípulos, várias vezes. Esse camarada que você citou buscou lá. Então, primeiro, lembre essa fonte de origem.”

Está bem, está bem. Está reconhecida aqui a fonte. Quem não reconhece a sabedoria e a inteligência de um herói que, para todos nós, é nosso herói

número um, não é? Esse herói foi Jesus, e o Gilmar, inteligentemente, ouviu e pronunciou para mim há 30 anos. E eu, há 30 anos, venho dizendo que foi o Gilmar que disse. Mas a fonte original é a Bíblia, Jesus Cristo.

Você queria só uma colocação rápida? Faça. Tem que ser rápida, porque nosso tempo estourou, e vai trazer prejuízo para o encerramento.

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – São duas frases, Excelência, até dirigidas ao nosso nobre Dr. Patrick. A gente crucificou aqui, a todo momento, a Pastoral Carcerária, porque existe essa situação de rivalidade assim, vamos dizer, colocada no sistema prisional – a Pastoral, os servidores e tal. E a gente se esqueceu de falar uma coisa aqui, e já aproveito a fala do Dr. Patrick: na verdade, como Governo, como Estado, para dizer que quem negou o porte ao agente penitenciário foi a Presidente e o Ministério da Justiça, porque a Presidente ouviu do Ministério da Justiça. Então, a Pastoral colocou uma opinião política. E as outras entidades...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso está claro. Isso está claro.

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – Então, nesse sentido é que eu quero colocar aqui que é muito importante para a nossa categoria, Senador: dentro dessas questões que o Dr. Patrick colocou de que é preciso fortalecer o sistema judiciário...

O SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Você vai ter que acelerar, senão todos pedirão a palavra de novo. Daí...

O SR. JARBAS SANTOS DE SOUZA – Sim, eu já queria propor aqui e ouvir a opinião do nobre Dr. Patrick quanto à possibilidade de nós fazermos uma reunião no Ministério da Justiça para tratarmos só de porte de arma, porque nós temos essa matéria aqui, e ela ainda está sofrendo pressão política. É importantíssimo para nós que isso seja resolvido e saber do Ministério da Justiça qual o posicionamento final relativo à questão do porte de arma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – No final, vocês trocam ideia sobre isso.

Vamos para a Dr^a Deise Benedito, assessora direta da Ministra Maria do Rosário.

A SR^a DEISE BENEDITO – O debate foi bastante interessante. Acho que nós ficaríamos discutindo a tarde toda. Eu quero agradecer a participação dos agentes e, mais uma vez, o convite.

Uma coisa que me chama bastante a atenção quando a gente fala dos funcionários do sistema prisional, a gente não pode deixar de colocar – o Dr. Amauri chamou atenção para isso de uma forma bem pontual – a situação, muitas vezes, de trabalho dos psicólogos,

dos assistentes sociais, dos pedagogos, dentro do sistema. A gente vê, muitas vezes, que algumas unidades que a gente visita têm funcionários que levam papel higiênico para o local de trabalho porque no local de trabalho não tem papel higiênico, não tem sulfite. Então, a gente também tem de reconhecer o trabalho desses técnicos, que, muitas vezes, extrapolam suas funções de trabalho, em nome da ética e do compromisso que eles têm com o trabalho. Então, é bom lembrar isso, porque eles também são funcionários dentro do sistema prisional. A gente tem que lembrar muito bem isso. E as condições dignas desses profissionais têm que ser preservadas.

Outra coisa. No que se refere à questão da situação das agentes penitenciárias que se encontram em situação de prisão, existe muita diferença de Estado para Estado, porque, como você mesmo disse, como ele é funcionário público, tem que ser instaurado processo administrativo para esse funcionário e, se ele tiver que ser colocado em um cárcere, tiver que ficar privado de liberdade, tem que ser assegurada sua integridade física, até porque ele está numa história adversa ali. Então, a gente sabe que, quando um policial é preso, ele não é preso junto com outros presos, mas junto com policiais da mesma categoria dele, por conta da preservação da vida dele. Então, eu acho que tem de ser preservada a dignidade dessas mulheres que hoje estão em situação de prisão.

É por isso que eu estou dizendo que são situações específicas. Como foi bem colocada a questão do Pacto Federativo, cada Estado tem que ter a sua norma de trabalho e tem que preservar isso. Eu acho que isso é muito importante, que é uma função do Estado, e nem sempre esse Estado cumpre com as coisas que tem de cumprir.

Outro detalhe também que eu queria mencionar, já encerrando a minha fala, é a questão do educador social. O educador social é de fundamental importância. É aquela pessoa que trabalha em ONGs, em entidades, e faz atividades para as pessoas, que, muitas vezes, vai para os presídios também fazer atividades com os presos, com as presas, que tem uma forma de transformar aquela realidade, de amenizar, de apontar novos caminhos. Ele deve ser valorizado e respeitado, sim, tanto que está para ser regulamentada a função de educador social, que é de fundamental importância.

Outra coisa, Senador Paim, que eu iria solicitar ao senhor, na medida do possível – sei que sua agenda é muito cheia, muito pesada –, é a realização de três audiências públicas. (*Risos.*) Não, a gente faz duas em uma, tá?

Seria uma audiência pública que levasse a questão das mulheres em situação de prisão. A população

tem que se apropriar desse debate, pelo alcance das audiências pela TV Senado, pelas pessoas que estão... E essas mulheres em situação de prisão não são apenas as mulheres presas, mas também as mulheres funcionárias, diretoras de presídio, agentes penitenciários. A gente tem que discutir a questão de gênero na prisão, e os direitos humanos dessas mulheres têm de ser preservados.

E, ao mesmo tempo, também uma audiência pública voltada para a situação dos jovens na prisão. Quem é essa juventude que hoje está na prisão? É uma juventude de 18 a 30 anos, que, em determinado momento, vai voltar para as ruas.

(Soa a campanha.)

A SRª DEISE BENEDITO – E vai voltar em que condição para a rua? Hoje, os presos estão contidos, amanhã eles estarão comigo.

Então, nós temos que também ter uma audiência pública para ver quem são esses jovens, em que situação estão esses jovens, e temos que ter o cuidado com esses jovens. Então, cuidar passa por isso. Vamos discutir também.

A terceira audiência, apoiando a Irmã Silvia, seria uma audiência de Justiça restaurativa. O que é a Justiça restaurativa, a que se dá a Justiça restaurativa, porque ela tem uma função muito interessante, que é evitar que o conflito chegue ao Judiciário; é fazer com que a vítima e a pessoa que cometeu o delito conversem e convivam.

Então, isso é importante: o que é Justiça restaurativa? O que é uma mediação de conflitos? E, em muitos desses casos, com a atuação da Justiça restaurativa, vai haver uma redução de pessoas na prisão, porque essas pessoas podem conversar, podem discutir. “Por que você me roubou?” O que o levou? O que você pegou? Por que o valor do bem?” Então, a Justiça restaurativa é de fundamental importância.

Então, eu gostaria, Dr. Paim, na medida do possível,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não.

A SRª DEISE BENEDITO – ... da realização dessas audiências, pelo alcance das audiências públicas do Senado na casa de cada pessoa. A gente sabe que há milhões de brasileiro assistindo, nesse momento, à nossa audiência. Aí, vai esclarecer, ampliar o conhecimento e ampliar a discussão dentro da sociedade, que é a aplicação da Justiça restaurativa.

No mais, eu queria agradecer mais uma vez, deixar bem claro que a Secretaria de Direitos Humanos está sempre disposta a contribuir, não só com os funcionários, agentes penitenciários, com outras categorias também, e lembrar que direitos humanos são

direito de todos e de todas. Ninguém é mais ou menos humano que o outro.

Então, partindo desse princípio, eu quero agradecer, deixar o abraço da Ministra Maria do Rosário para todos vocês e dizer ao Sr. Senador que, sempre que nós formos convidados, nós estaremos aqui com o maior prazer.

Obrigada. Bom dia para todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Deise Benedito, que aqui representou a Ministra Maria do Rosário.

Deixe-me dizer rapidamente para vocês, tentando resumir aqui, o que chegou à Mesa como sugestão. Depois, nós vamos reunir com a Presidenta, Senadora Ana Rita, para ver os encaminhamentos.

Elaboração e efetivação de um programa nacional de segurança que atenda aos princípios e diretrizes da Conseg, e aí baseado nas experiências todas que nós sabemos que deram certo em alguns lugares, mas é como sugestão. Claro que nós não vamos fazer milagre aqui.

Enfim, a outra sugestão, embora em três itens, é de mais recursos para a segurança. Depois, inclusão do sistema prisional no projeto de lei de criação do Susp, Projeto nº 3.734, de 2012, Câmara dos Deputados.

Eu coloquei aqui: aprofundar o debate da PEC nº 308. Buscar a construção de um núcleo de estudos específico do sistema prisional, aí junto ao Ministério da Justiça. Aí, poderia entrar todo esse sistema, inclusive isso que você falou, Jarbas: que esse grupo possa aprofundar, claro, todo esse debate.

Federalização de tipos criminais de execução penal, através de reforma do Código Penal; acertar a terminologia do sistema carcerário e dos seus contribuidores – aquilo que foi dito aqui, o nome, ter uma identidade como se deu o exemplo de Senador, enfim; profissionalização do agente penitenciário, com preparo técnico, científico e psicológico, com estrutura de trabalho, segurança e valorização desses profissionais; adoção de medidas alternativas à pena privativa da liberdade; criar alternativas para reinserção de apenados na sociedade; desarmamento ou não do agente penitenciário – é um debate que está dado; tem posições diferenciadas, por isso que fica... Desarmamento é um debate que deve continuar.

Formulação e aplicação de políticas afirmativas para o preso e para o agente penitenciário; prestar auxílio à saúde do agente penitenciário; conscientização de multidisciplinaridade do agente penitenciário e de seu papel como educador social; fortalecimento das defensorias públicas; adaptação dos presídios para as pessoas com deficiência; o atendimento do preso na municipalidade, de preferência; e, por fim, audiência

pública, juventude e mulheres nas prisões, audiência pública falando dos exemplos que deram certo – foi colocado no final – dentro do sistema prisional. A última, uma audiência sobre Justiça restaurativa.

São sugestões que ficam. Vou conversar com a Senadora Ana Rita.

Muito obrigado a todos. Podem ter certeza de que quem ganha com um debate desses é o povo brasileiro, que começa a ouvir as diversas visões sobre o sistema carcerário.

Eu digo isso com muita tranquilidade, porque, desde que comecei a militar com direitos humanos, o que eu mais ouvia era que os direitos humanos só se preocupam com o preso; não se preocupam com a população. Isso foi o que mais ouvi, mas não é o correto. Quando a gente se preocupa com o preso, na verdade, nós estamos nos preocupando com o conjunto da população do País.

O que é o cárcere? É o símbolo do que está acontecendo de violência no País, tanto que não conseguimos resolver até hoje. Tem aquela frase histórica do meu querido amigo Ministro, que foi criticado. Acho que ele não tinha de ser criticado coisa nenhuma. O Ministro reconheceu que o sistema de fato é débil e não está respondendo à estrutura. Por isso, estamos debatendo aqui neste momento.

Se a violência existe, qual é a melhor forma de combater a violência?

Todo mundo vai dizer que é a educação, mas, quando a educação não chega ao nível que a gente quer, nós temos de ter medidas que eu chamaria de intermediárias, medidas que busquem fazer com que o convívio mais salutar possível se consiga na sociedade, dando estrutura para os presídios e, consequentemente, estrutura para os profissionais que estão lá guardando os presos. Ao mesmo tempo em que temos de olhar para os presos, temos de olhar para os profissionais – ninguém tem dúvida quanto a isso. Temos de ter uma política nacional que garanta presídios onde os trabalhadores também tenham dignidade para exercer as suas funções.

Vocês lembram quando houve aquele incêndio na boate Kiss, em Santa Maria? Nós debatemos, estivemos lá, os Senadores estiveram, eu fui relator de uma Comissão aqui, inclusive, e, claro, foi a maior tragédia, eu diria, de todos os tempos no Rio Grande do Sul. Aprofundamos muito o debate. Chegou um momento em que alguém levantou para a relatoria que tinha de ver também a situação dos profissionais que trabalhavam na boate, estavam lá trabalhando: se alguém tinha olhado se, em algum momento, eles foram preparados para, num momento como aquele, poder fazer algo em benefício de todos. Trouxemos os sindi-

catos, que deram uma bela contribuição. Ficou claro que, se os profissionais daquela boate tivessem sido preparados adequadamente, talvez, tivéssemos evitado o que aconteceu. Claro que envolve todos, envolve o Corpo de Bombeiros, envolve quem devia estar fiscalizando, mas os trabalhadores ali dentro, se tivessem sido preparados adequadamente, se tivessem dado a eles estrutura, eles poderiam ter contribuído para evitar aquele fato lamentável, que choca. Santa Maria até hoje está chorando os seus filhos perdidos.

Mas, enfim, parabéns a todos vocês. Acho que foi um debate de altíssimo nível. Eu sempre digo que discordar não é o problema. O nível da discordância, aquilo que o meu amigo dizia sempre – vou citar o nome de novo –, o Olívio Dutra, que dizia: “Paim, vamos participar do bom combate”. O que é para ele o bom combate? É o bom debate. Foi o que vocês fizeram aqui, com esse bom debate. Uma salva de palmas para todos vocês.

Está encerrada a audiência pública. *(Palmas.)*

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 05 DE SETEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia cinco de setembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, Paulo Davim, Roberto Requião, Wilder Moraes e Gim. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação das atas das 36ª a 41ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da **Pauta Deliberativa**, na seguinte ordem: **Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2012** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Wilder Moraes. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resul-**

tado: Aprovado Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 23. Extrapauta. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 67, de 2013.** Requer o apoio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, bem como, da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça para realizar um Seminário Nacional com os Comitês de Memória, Verdade e Justiça dos Estados em parceria com a Comissão de Memória, Verdade e Justiça da Câmara dos Deputados. A proposta do Seminário supracitado é a participação da sociedade perante a missão e os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Nacional da Verdade. Autoria: Senador João Capiberibe. **Resultado:** Aprovado. **Item 22. Extrapauta. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 68, de 2013,** que requer a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para ouvirmos os familiares de mortos e desaparecidos políticos. Solicito que seja realizada no dia 24 de setembro de 2013. Para tratar do assunto, sugerimos que sejam convidadas as seguintes autoridades: Deputada Luiza Erundina Sousa – Presidente da Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da CCJC da Câmara dos Deputados; Dr. José Carlos Dias – Coordenador da Comissão Nacional da Verdade; Dr. Paulo Abrão – Presidente da Autoria: Senador João Capiberibe Comissão Especial da Anistia do Ministério da Justiça; Dra. Iara Xavier – Integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Sr. Marcelo Santa Cruz – Familiar de Desaparecido. Autoria: Senador João Capiberibe. **Resultado:** Aprovado. **Item 24. Extrapauta. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 69, de 2013.** Como ação que integra a semana nacional de luta das pessoas com deficiência (16 a 21 de setembro) do Senado Federal e com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF; requer a realização de audiência pública para debater “O Sucesso dos cotistas: Das Universidades aos Concursos Públicos”. Os convidados sugeridos são: 1. Dr. Augusto Werneck – Primeiro professor de Disciplina de Ação Afirmativa no Brasil; 2. Dr. Thiago Bottino – Fundação Getúlio Vargas – Diretor Faculdade de Direito FGV; 3. Frei David Santos; 4. Dr. Nilson Bruno– Defensor Geral do Estado do RJ 5. Dr. Porta Nova– Desembargador do RS; 6. Dr. Hedio Silva Junior – Doutor em Direito Constitucional. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. **Resultado:** Aprovado. **Item 18. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 63, de 2013.** Com fundamento no disposto no Art. 93

inciso II, do RISF, atendendo a solicitação da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins – CNTA; REQUEIRO a realização de audiência pública para debater “Empenho dos Poderes Públicos no Direito do Trabalhador quanto à Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais”. “No momento acontecerá também o lançamento da Cartilha da Norma Regulamentadora nº 36, do Setor de Frigoríficos”. Os convidados sugeridos são: Auditor Fiscal do Trabalho de Uruguaiana – RS; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério Público do Trabalho; Representante do Grupo Marfrig; Representante da Confederação Nacional das Indústrias (CNI); Representante Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA). Autoria: Senador Paulo Paim e outros. **Resultado:** Aprovado. **Item 19. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 64, de 2013.** Requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para promover consulta junto a entidades da sociedade civil, órgãos públicos e organismos internacionais a respeito da proposta de instituição, por lei, de uma semana voltada à conscientização dos cuidados a serem garantidos às crianças de 0 a 24 meses (bebês), inclusive o do aleitamento materno. Também se devem debater as ações a serem realizadas durante esse período para alcançar, do modo mais amplo e efetivo, os resultados almejados. A título de sugestão, apresentamos o seguinte rol de entidades para que sejam convidadas a se fazer representar na referida audiência pública: Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI); Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê (ABEBÊ); Ministério da Saúde (MS); Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros. **Resultado:** Aprovado. **Item 20. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 65, de 2013.** Como ação que integra a semana nacional de luta das pessoas com deficiência (16 a 21 de setembro) do Senado Federal e com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF; requer a realização de audiência pública para debater “A luta das pessoas com deficiência em relação aos seus direitos e conquistas”. Os convidados sugeridos são: Deputada Mara Gabrilli – Deputada Federal e relatora do Estatuto da Pessoa com Deficiência; Antônio José Ferreira – Se-

cretário Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência/CONADE; Messias Ramos Costa (SURDO) – Mestre em Linguística/ Professor da UNB / Atuante no movimento surdo; Aracy Lêdo; Lurdinha Danesy – Professora, Escritora e Artista Plástica; Sr^a Macaé Maria Evaristo dos Santos – Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. **Resultado:** Aprovado. **Item 25. Extrapauta. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 70, de 2013.** Requer, de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os desafios e as perspectivas do portador de deficiência, por ocasião da passagem do Dia Nacional de Luta do Portador de Deficiência, celebrado todo dia 21 de setembro e instituído pela Lei 11.133, de 14 de julho de 2005. Para a referida audiência pública, sugiro a participação dos seguintes convidados: – Sr. Marcelo Rubens Paiva (escritor); – Sr. Marcelo Yuka (cantor) – Sr. Herbert Viana (cantor); – Exmo. Sr. Deputado Federal Romário; – Exma. Sr^a Deputada Federal Mara Gabrili; – Sr. Fernando Fernandes de Pádua (atleta paraolímpico) – Secretário Nacional de Promoção das Pessoas com Deficiência da Presidência da República; – Sr. Lars Schmidt Graef; – Sr^a Ariane Luna – Coordenadora Municipal de Políticas para Acessibilidade da Prefeitura de Macapá. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e outros. **Resultado:** Aprovado. **Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2013** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro – CTB, estabelecendo que fica facultado aos jovens entre 16 e 18 anos a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2013** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para instituir a emancipação penal automática no caso de reincidência de ato infracional. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Autor. **Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2013** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidas da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) as despesas com acessórios e adaptações especiais

para serem instalados em veículo automotor para transporte de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Casildo Maldaner. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2013** – Não Terminativo – Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP incidentes nas operações com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor destinado ao uso por pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Casildo Maldaner. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-T e três Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-T-CDH e as Emendas nºs 2-CDH a 4-CDH. **Item 7. Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010** – Terminativo – Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Fernandes. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do Projeto, e rejeição da Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Lido o Relatório reformulado pela Senadora Ana Rita, concluindo pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CAE. Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 17. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 62, de 2013.** Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tomar conhecimento e discutir sobre os Programas Palavras de Paz e Educação para a Paz, que envolvem diversas atividades relacionadas à cultura de paz e à melhoria da qualidade de vida das pessoas no Brasil e no mundo. Para tanto, indicamos como convidadas as seguintes personalidades: Prem Rawat, Embaixador da Paz, da Prem Rawat Foundation (TPRF); Ivete Santisi Belfort Mattos, da Sociedade de Apoio à Paz; Venceslau Soligo, da Associazione Stampa Italiana; Representante do Ministério da Justiça; Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; e Representante da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo. Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros. **Resultado:** Aprovado. **Item 21. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 66, de 2013.**

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade, Procuradores Federais e Comissão Estadual Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro, com a finalidade de visitar o quartel onde funcionou o Destacamento de Operações e Informações (DOI) do 1º Exército durante a ditadura de 1964-1985. No local, hoje, fica sediado o 1.º Batalhão da Polícia do Exército, na Tijuca, zona Norte. A Comissão Estadual Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro tentou visitar as dependências e foi impedida pelo Comando do Exército. O objetivo da diligência é contribuir para que a repartição seja transformada em Memorial contra a Ditadura Militar. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado, nos termos do RDH de aditamento nº 76. **Item 27. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 72, de 2013.** Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com o objetivo de debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS), para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Excelentíssimo Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; Senhor Joaquin Molina – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 26. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 71, de 2013.** Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Tema: “Extermínio de Jovens Negros no Brasil”, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Enderson Araujo de Jesus Santos – Entidade Mídia Periférica – Salvador; Sr. Alessandro Melchior Rodrigues – Conselho Nacional de Juventude; Sra. Severine Macedo – Secretária Nacional de Juventude – Presidência da República; Sr. Julio Jacobo Waiselfisz – Coordenador do Mapa da Violência; Sr. Lula Rocha – Fórum Nacional de Juventude Negra; Sra. Adriana de Carvalho Alves – Movimento Mães de Maio. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 29. Requerimento**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 74, de 2013. Requer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater sobre o tema Espionagem e infiltração da empresa Vale S.A. ameaçando movimentos sociais, defensores de direitos humanos, jornalistas, sindicatos e ONGs, com a presença dos seguintes convidados: André Almeida (ex-funcionário da empresa Vale S.A.); Felício Pontes – MPF/PA; Luciana Garcia – Secretária Nacional de Direitos Humanos / Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos; Gabriel Strautman – Justiça Global; Marcelo Veiga – Ministério da Justiça; Representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 28. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 73, de 2013.** Requer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater o tema Violações de Direito decorrentes do processo de extração, beneficiamento e escoamento de minério de ferro no Pará e Maranhão, com a presença dos seguintes convidados: Cristiane Faustino – Relatora da Plataforma DHESCA pelo direito ao Meio Ambiente; Um representante do IBAMA; Um representante do Ministério de Minas e Energia; Um representante do INCRA; Um representante do MPF; Um representante da empresa Vale S.A.; Um representante da sociedade civil do Maranhão; Um representante da sociedade civil do Pará. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 30. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 75, de 2013.** Requer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater o tema Padrões de emissão de poluentes no Brasil: dos impactos da siderurgia à proteção das comunidades, com a presença dos seguintes convidados: Hermano Albuquerque de Castro (Diretor da ENSP – médico pneumologista e pesquisador de doenças respiratórias vinculadas ao trabalho e a ambiente); Alexandre Pessoa – Professor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (engenheiro especializado em problemas ambientais); Guilherme Zagallo – conselheiro federal da OAB; Karina Kato – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (sobre impactos da siderurgia em S. Cruz-RJ); Antônio Soffientini – rede Justiça nos Trilhos (sobre impactos da siderurgia em Piquiá de Baixo-MA) (avaliar); Uma liderança comunitária vítima da poluição (Ivo Siqueira Soares – RJ ou Joselma Alves – MA). Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 31. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 76, de 2013.** Requer que a diligência externa da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa, aprovada nos termos do Requerimento nº 66, de 2013-CDH, em conformidade com o art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, com a finalidade de visitar as instalações do 1º Batalhão de Polícia do Exército, sediado no Rio de Janeiro, onde funcionou o Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-COD), seja também realizada para atender convite do General de Exército Enzo Martins Peri, em data a ser definida oportunamente. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **Item 1. Sugestão nº 2, de 2013** – Não Terminativo – Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Ensino Básico. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 8. Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011** – Terminativo – Dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes. Autoria: Deputada Luiza Erundina. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 9. Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011** – Terminativo – Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências. Autoria: Deputado Enio Bacci. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CAS. **Resultado:** Adiado. **Item 10. Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2012** – Terminativo – Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde. Autoria: Deputada Rebecca Garcia. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia

das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. **Resultado:** Adiado. **Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador João Durval (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012** – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 e 2-CAS. **Resultado:** Adiado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Wilder Moraes, Randolfe Rodrigues, Angela Portela e Anibal Diniz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e

Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, *Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa*.

(*Texto com revisão.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom dia para todos vocês.

Ainda não temos quórum para fazer a abertura da reunião, mas já estão chegando alguns Senadores.

Vamos começar com alguns informes. Durante esses dias, algumas atividades importantes aconteceram na Comissão de Direitos Humanos. Houve um seminário da Comissão da Verdade, promovido pela Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, aqui da Comissão de Direitos Humanos, cujo requerimento foi de autoria do Senador João Capiberibe, juntamente com o Senador Randolfe. Este seminário contou com a presença de muitas pessoas, e o Senador João Capiberibe vai dar um informe sobre ele.

Foram também definidos alguns encaminhamentos sobre os quais nós vamos passar os informes. Houve outro encaminhamento por parte da Comissão da Memória e Verdade, com relação a uma visita ao Rio de Janeiro. O Senador João Capiberibe vai passar também esses informes.

Mas, antes de conceder a palavra ao Senador Capiberibe, ontem, à tarde, a Comissão de Direitos Humanos recebeu, nesta sala, uma representação bastante significativa de alunos que fazem o curso de gestão pública, alunos oriundos de diversos outros cursos da USP, que estiveram aqui como parte de um trabalho feito pelo professor no sentido de conhecer a Comissão de Direitos Humanos e conhecer os trabalhos que a Comissão de Direitos Humanos desenvolve.

Então, nós estivemos aqui ontem, durante uma hora e meia, dialogando com estes alunos, que fizeram muitas perguntas, perguntas não só relacionadas ao trabalho da Comissão de Direitos Humanos, mas também sobre o Senado Federal, sobre a Câmara dos Deputados. Diversos temas foram tratados aqui, entre eles, sobre a reforma política. Foi um momento bastante rico, bastante produtivo e, acredito, para os alunos, bastante importante, porque deu uma visão geral sobre o funcionamento da Casa, mas, em particular, sobre o funcionamento da Comissão de Direitos Humanos.

Acredito que momentos como esse são muito importantes. Eu acho que, sempre que as faculdades ou as escolas de ensino médio ou mesmo de ensino fundamental solicitarem esse espaço aqui na Comissão de Direitos Humanos, é muito importante destinarmos um tempo para isso, porque é o momento de

aprendizado e é o momento, também, de proporcionar aos alunos uma maior consciência política sobre a importância do espaço do Legislativo e o seu papel na democracia brasileira.

Então, eu achei bastante interessante ontem à tarde e quero, aqui, compartilhar com vocês esse momento que foi bastante proveitoso.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, para que ele possa expressar aqui as informações e manter informados, aqui, o conjunto de assessores que estão presentes.

Aproveito a oportunidade para solicitar aos Senadores e às Senadoras que já assinaram a lista de presença para que se dirijam a este Plenário, para que se dirijam à Comissão de Direitos Humanos, porque, após os informes do Senador João Capiberibe, nós vamos abrir a reunião, para que possamos, então, dar início à nossa pauta de projetos terminativos e não terminativos. Há inclusive diversos requerimentos que também estão para ser aprovados nesta manhã de hoje.

Então, com a palavra, o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, realizamos um seminário em conjunto com a Câmara Federal para ouvir, especialmente, os anistiados e os anistiandos políticos, aqueles que foram vítimas da repressão política da ditadura civil-militar, que controlou e dominou esse País de 1964 até 1985.

Milhares de pessoas tiveram as suas vidas tornadas pelos atos autoritários e abusivos do regime militar. Com a Lei de Anistia, essas pessoas, então, se reintegraram à vida política do País, em 1979. Esse seminário foi exatamente para lembrar esses 34 anos da Lei de Anistia, que permitiu a volta dos exilados, também, em alguns casos, não em todos, terminou por libertar alguns presos políticos. Aos poucos, o País foi reconstruindo os seus espaços democráticos, foi conquistando os seus espaços democráticos.

Depois da Lei de Anistia, novos avanços aconteceram. Os anistiados todos passaram a reivindicar alguns direitos perdidos, para recuperar os empregos perdidos, recuperar indenizações por danos morais, e o Estado brasileiro respondeu a esses anseios, mas não completamente. O que a gente pôde observar no seminário é que existem várias pendências, inclusive algumas pendências que são de direito, como, por exemplo, alguns pagamentos indenizatórios, que estão retidos no Ministério do Planejamento. Já foi feito um apelo para que a Ministra Miriam Belchior trate de agilizar. Também há um desdobramento. Há uma solicitação das associações de anistiados, para que se promova ou se articule um encontro com a Presiden-

te Dilma, processo esse que V. Ex^a está conduzindo como Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Também devo apresentar daqui a pouco alguns requerimentos no sentido de desdobrar esse seminário para outros acontecimentos e também para agilizar, digamos, algumas das reivindicações que foram ali apresentadas.

Entre outras reivindicações, entre outros temas levantados ao longo do seminário, que não se concentrou apenas na situação dos anistiados e dos anistiandos, está a do desempenho, do trabalho que está sendo desenvolvido pela Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, pela Comissão Nacional, pelas comissões estaduais e pelas diversas comissões que estão se proliferando pelo País afora. Especificamente, levantou-se a questão do Rio de Janeiro, onde a Comissão Estadual da Verdade e da Memória foi impedida de visitar o quartel do Exército da Barão de Mesquita, onde, no passado, funcionou um centro de tortura do DOI-Codi.

Na reunião subsequente ao seminário, na reunião da subcomissão, foi apresentado um requerimento pelo Senador Randolfe Rodrigues, que foi aprovado, para uma visita da subcomissão da Comissão de Direitos Humanos do Senado, acompanhada da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual. O requerimento foi aprovado, e o Senador Randolfe, que deve chegar daqui a pouco e pode explicar melhor, foi contatado pelo Ministério da Defesa para discutir essa viagem ao Rio de Janeiro.

Na terça-feira, na qualidade de Presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos, juntamente com o Senador Randolfe Rodrigues, tivemos um encontro, uma reunião, com o Ministro da Defesa e também com o Comandante do Exército General Enzo. Nessa reunião, nós discutimos, então, nossa visita ao Rio de Janeiro. O Comandante do Exército decidiu nos enviar um convite para que nós pudéssemos visitar, e esse convite era extensivo à Comissão Nacional da Verdade e extensivo também à Comissão Estadual do Rio de Janeiro.

Antes de ontem, eu recebi o documento, o convite do Comandante do Exército e já encaminhei a V. Ex^a, encaminhei também ao Senador Randolfe Rodrigues, que deverá reformular o requerimento para apresentar nesta reunião, porque a data que está definida para irmos ao Rio de Janeiro será no dia 12 de setembro, na próxima quinta-feira. Já fizemos contato com as duas Comissões, a Nacional e a Estadual, combinando a hora desse encontro no Rio para que possamos, em conjunto, fazer essa visita.

Confesso que fiquei muito surpreso com esse convite do Ministro da Defesa, mas depois entendi que há uma preocupação, principalmente dos setores militares, em relação à recuperação da nossa memória. Há um sentimento de que se pretende revolver o passado na expectativa de punição, como se fosse uma ideia revanchista. Eu esclareci ao Ministro da Defesa, ao Comandante do Exército, que nós prezamos as instituições armadas do nosso País, que são necessárias, são importantes e merecem o nosso integral apoio. Mas não dá para esquecer que alguns integrantes dessas instituições extrapolaram o exercício de suas funções e praticaram crimes contra a humanidade.

A ideia de recuperar a memória dos anos da ditadura civil e militar é no sentido de prevenir o futuro. As gerações que nasceram e cresceram após o golpe militar de 1964, que nasceram e cresceram depois da recuperação da democracia no País não têm conhecimento do que era o Brasil da ditadura civil-militar. A falta desse conhecimento pode nos levar a negligenciar o futuro. Então, é importante que essa geração, os jovens do Brasil de hoje, do Brasil democrático, conheçam com profundidade o seu passado, para impedir que isso volte a se repetir no futuro. Eu estou buscando o passado para prevenir o futuro. Eu não gostaria nunca mais que o nosso País caísse em uma situação... Eu não gostaria e nem quero e vou lutar para que isso não aconteça.

Os comandos hoje das instituições armadas precisam entender que estão isentos de qualquer responsabilidade com que aconteceu no passado, até porque os que comandavam no passado, a maioria está aposentada ou já não estão entre nós, e que não têm nenhuma responsabilidade pelos excessos cometidos no passado.

Depois dessas explicações, depois desse debate no Ministério da Defesa, nos entendemos sobre a necessidade de continuarmos a trabalhar apoiando com decisões as comissões de memória, verdade e justiça de todo o País, essencial e principalmente a Comissão Nacional, que tem a missão importante de identificar, por exemplo, o que aconteceu com os até hoje desaparecidos políticos. São centenas de brasileiros cujas famílias procuram localizar o que aconteceu a seus entes queridos, mas até hoje não conseguiram. É preciso trazer à luz pública a história dos desaparecidos e contar à sociedade que no Brasil da intolerância, o Brasil da ditadura civil-militar, os seus opositores eram, além de presos, torturados e figuram também como desaparecidos. Nesse caso, o crime de sequestro e desaparecimento de pessoas é imprescritível. Ele não

prescreve nunca. É caso inclusive de abrir inclusive processos judiciais. É claro que este tipo de crime não tem amparo legal, não prescreve e pode perfeitamente ser investigado.

É fundamental esse encontro com a nossa história. É fundamental que o Brasil do presente tenha um entendimento do que foi o Brasil do passado para que possamos projetar um futuro melhor, para que possamos garantir que essas instituições que nós, com muito sacrifício... É uma tarefa muito difícil. É preciso que elas se perenizem e que sejamos sempre o País da democracia, o País das liberdades individuais, o País das garantias individuais.

Era isso, Sr^a. Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe pelos informes a respeito dessa duas atividades importantes.

Quero apenas dizer, só complementando, que a Comissão de Direitos Humanos já fez os devidos encaminhamentos para as deliberações definidas no Seminário. Já encaminhamos o ofício para Ministro José Eduardo Cardozo solicitando uma audiência, a fim de dialogar acerca de alternativas que possam viabilizar o atendimento às reivindicações feitas pelos anistiados e anistiandos, e também um ofício ao Ministro Gilberto de Carvalho no sentido de solicitar também uma audiência com a Presidenta da República com o mesmo objetivo de também dialogar para que as demandas, as solicitações feitas pelos anistiandos e anistiados possam ser atendidas. Esses encaminhamentos já foram feitos, e foram deliberações do Seminário.

Aproveito para informar que já temos quórum. Conseguimos já o número de assinaturas, portanto vamos iniciar a nossa reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 36ª e 41ª reuniões. Só lembrando aqui, é da 36ª à 41ª reuniões.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Na nossa pauta, o Relator do item 1 é o Senador Sérgio Petecão. Ele não se encontra presente, está em viagem.

Nós vamos para o item 2, cujo Relator é o Senador Wilder Moraes, que está aqui presente.

É a página 27 da pauta da Comissão de Direitos Humanos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 309, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Wilder Moraes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Moraes, para a leitura do relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Presidente, Senadora Ana Rita.

Antes de iniciar a leitura do relatório e do meu voto, gostaria de agradecer a V. Ex^a a deferência de ter tirado de pauta esse projeto na semana passada, para que eu pudesse continuar sendo Relator do projeto. Também gostaria de parabenizar o Senador Paulo Paim pela propositura do projeto, que é um passo a mais para a valorização do idoso.

Vamos à análise.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) opinar sobre os projetos que cuidem da proteção aos idosos, caso específico do PLS nº 309, de 2012.

Provada a competência regimental da CDH no assunto, importa dizer que não há registro de que o Senado já tenha deliberado sobre a matéria, nem de que haja outro projeto semelhante em tramitação nesta Casa, o que afasta as hipóteses de arguição de prejudicialidade ou tramitação em conjunto. Não há óbice regimental, portanto, para a aprovação do PLS nº 309, de 2012.

Tampouco se vislumbram obstáculos jurídicos para sua conversão em lei, haja vista sua consonância com o ordenamento jurídico brasileiro. De fato, além de observar as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o projeto procura viabilizar a garantia de prioridade para a efetivação dos direitos dos idosos inscrita na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, especialmente no tocante à destinação privilegiada de

recursos para a proteção desse segmento populacional. Seu texto obedece, ainda, às prescrições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, no que tange à boa técnica legislativa.

Do ponto de vista constitucional, o projeto mostra-se igualmente apto a receber o aval do Senado. Ele respeita o princípio da reserva de iniciativa, materializa-se na espécie adequada de lei, versa sobre matéria que está no âmbito de competência legislativa da União e das atribuições dos membros do Congresso Nacional e não afronta cláusula pétrea. As medidas que ele institui reiteram, ademais, o significado do *caput* do art. 230 da Constituição, segundo o qual é dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas.

Quanto ao mérito, importa salientar a competência da matéria trazida a debate pelo projeto, sobretudo diante do envelhecimento progressivo da população brasileira, fenômeno que gera uma demanda cada vez maior por investimentos em serviços e programas de atenção às pessoas idosas. Basta lembrar que a população de cerca de 21 milhões de pessoas com 60 anos de idade ou mais, registrada em 2010, deverá chegar a 30 milhões em 2020, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O financiamento da Previdência Social, do Benefício de Prestação Continuada, dos serviços públicos de saúde e dos serviços das demais políticas sociais básicas direcionados a esse segmento da população, por conseguinte, mobilizará cada vez mais recursos.

Ora, tendo em mente o tamanho desse desafio e a sempre alegada escassez dos recursos públicos, torna-se inequívoca a necessidade de incentivar doações para os fundos controlados pelos Conselhos dos Direitos do Idoso, objetivo maior do PLS em questão. Afinal de contas, os fundos existem justamente para fortalecer a capacidade dos Conselhos de definir prioridades e gerir recursos para a concretização de políticas qualificadas no campo do envelhecimento. É inquestionável, portanto, o mérito do projeto ora relatado.

O voto.

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto e, no mérito, por sua aprovação.

Presidente, obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Wilder.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a se constituir no parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CAE em decisão terminativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Srª Presidente, o Senador Capiberibe já apresentou aqui o informe da visita que fizemos, na última terça-feira, ao Ministro da Defesa sobre a visita que foi aprovada anteriormente, na Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, às dependências em que outrora funcionara o DOI-Codi no Rio de Janeiro. O Senador deu o informe e é do conhecimento da subcomissão de que o Senador Capiberibe já recebeu um ofício do comando do Exército, inclusive convidando essa comissão para essa visita. Só que consta na pauta um requerimento de nossa autoria para a realização da visita. Ficou acertado, no encontro que tivemos com o Ministro da Defesa, o ajuste dos termos desse requerimento, com a retirada do termo “diligência” que se encontra nos termos do requerimento. Para os efeitos desta Comissão, há necessidade da aprovação do requerimento. Conforme nós acertamos e dialogamos com o Ministro da Defesa, nós fizemos os ajustes necessários no requerimento, obviamente, retirando o termo “diligência” que se encontra no requerimento, mas, obviamente, para a necessária missão da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos, é necessária a apreciação desse requerimento. Então, achei por bem fazer esse esclarecimento à Comissão para que V. Exª possa colocar o requerimento em apreciação, com essa retificação que foi o acertado, o entendido no encontro que tivemos na última terça-feira entre mim, o Senador João Capiberibe, Presidente da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça desta Comissão de Direitos Humanos, o Ministro da Defesa e o Comandante do Exército.

Já está definida essa visita, conforme foi aqui anunciado pelo Senador Capiberibe, para a próxima quinta-feira, dia 12, com a presença de representantes da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade, do Rio de Janeiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador.

No momento da leitura do requerimento faremos a retificação.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr^a Presidenta, estou com um requerimento extrapauta. Daria para inserir na pauta?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, é possível, mas acho que poderíamos seguir a pauta. Pode ser, Senador? Ao final poderemos.... (Pausa.)

V. Ex^a gostaria que fosse votada agora? Apenas apresentar?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu gostaria de apresentar, porque vou ter que, daqui a pouco, me retirar para necessidade de urgência.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Certo.

Senador João Capiberibe, com a palavra. Requerimento extrapauta.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Extrapauta. Peço a compreensão das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para ouvirmos os familiares de mortos e desaparecidos políticos. Solicito que seja realizada no dia 24 de setembro de 2013. Para tratar do assunto, sugerimos que sejam convidadas as seguintes autoridades: Deputada Luiza Erundina Sousa – Presidente da Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da CCJC da Câmara dos Deputados; Dr. José Carlos Dias – Coordenador da Comissão Nacional da Verdade; Dr. Paulo Abrão – Presidente da Comissão Especial da Anistia do Ministério da Justiça; Dra. Iara Xavier – Integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Sr. Marcelo Santa Cruz – Familiar de Desaparecido.

Esse é o primeiro requerimento, Sr^a Presidente. Tenho um segundo requerimento.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o apoio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, bem como, da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça para realizar um Seminário Nacional com os Comitês de Memória, Verdade e Justiça dos Estados em parceria com a Comissão de Memória, Verdade e Justiça da Câmara dos Deputados. A proposta do Seminário supracitado é a participação da sociedade perante a missão e os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Nacional da Verdade. A relação dos convidados será entregue na Secretaria da Comissão oportunamente.

Tenho também aqui um requerimento extrapauta do Senador Paulo Paim.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador João Capiberibe, vamos primeiro apreciar os dois requerimentos iniciais, depois vamos apreciar o outro.

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão dos dois requerimentos apresentados pelo Senador João Capiberibe como extrapauta, para a reunião de hoje.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Serão apreciados esses dois requerimentos na reunião de hoje.

Senador, o outro requerimento, V. Ex^a esta fazendo em nome do Senador Paulo Paim?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Paulo Paim.

Como ação que integra a semana nacional de luta das pessoas com deficiência (16 a 21 de setembro) do Senado Federal e com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater “O Sucesso dos cotistas: Das Universidades aos Concursos Públicos”. Os convidados sugeridos são: 1. Dr. Augusto Werneck – Primeiro professor de Disciplina de Ação Afirmativa no Brasil; 2. Dr. Thiago Bottino – Fundação Getúlio Vargas – Diretor Faculdade de Direito FGV; 3. Frei David Santos; 4. Dr. Nilson Bruno – Defensor Geral do Estado do RJ 5. Dr. Portanova – Desembargador do RS; 6. Dr. Hédio Silva Júnior – Doutor em Direito Constitucional.

Assina o Senador Paulo Paim.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – V. Ex^a também subscreve o requerimento, Senador João Capiberibe?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Subscrevo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Também está subscrevendo esse requerimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Subscrevo o requerimento do Senador Paulo Paim.

Era isso, Sr^a Presidente. MUITÍSSIMO OBRIGADO.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta, apresentados pelo Senador Paulo Paim e também pelo Senador João Capiberibe.

Coloco em votação a inclusão extrapauta. (Pausa.)

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Senador João Capiberibe, como V. Ex^a tem que se ausentar agora, vamos votar o requerimento para que o senhor possa fazer a justificativa dele.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 67, DE 2013

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o apoio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, bem como, da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça para realizar um Seminário Nacional com os Comitês de Memória, Verdade e Justiça dos Estados em parceria com a Comissão de Memória, Verdade e Justiça da Câmara dos Deputados. A proposta do Seminário supracitado é a participação da sociedade perante a missão e os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Nacional da Verdade. A relação dos convidados será entregue na secretaria da Comissão oportunamente.

Autoria: Senador João Capiberibe

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr^a. Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, é sabido que tanto a Comissão Nacional de Memória, Verdade e Justiça como as comissões estaduais têm tido alguma dificuldade na sua missão, no seu trabalho.

Então, a ideia é a gente socializar a informação na realização desse seminário e daí, então, estudar novos encaminhamentos para agilizar esse processo. As comissões têm prazo, e essas dificuldades podem fazer com que no final do prazo elas não tenham resultados concretos a oferecer à sociedade, que tem enorme expectativa.

O seminário deverá debater a ação, a missão e o funcionamento dessas comissões e trazer informação do Brasil todo, porque são dezenas de comissões que estão se formando, algumas a nível institucional de Estados, outras da sociedade civil. Então, vamos ter um panorama do que, de fato, essas comissões estão realizando em todo o País.

Por isso, eu peço o apoio dos Srs. Parlamentares para que a gente possa aprovar esse requerimento.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Próximo requerimento:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 68, DE 2013

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para ouvirmos os familiares de mortos e desaparecidos políticos. Para tratar do assunto, sugerimos que sejam convidadas as seguintes autoridades: Deputada Luiza Erundina Sousa – Presidente da Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da CCJC da Câmara dos Deputados; Dr. José Carlos Dias – Coordenador da Comissão Nacional da Verdade; Dr. Paulo Abrão – Presidente da Comissão Especial da Anistia do Ministério da Justiça; Dr^a Iara Xavier – Integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Sr. Marcelo Santa Cruz – Familiar de Desaparecido.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para fazer encaminhar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr^a. Presidenta, nós mesmo aqui ouvimos em algumas situações, em audiência pública, pessoas que tiveram parentes desaparecidos e que nos transmitiram a ideia de que nessa área específica do desaparecimento de pessoas a Comissão tem tido uma dificuldade maior do que em outros casos. Já tivemos oportunidade de ouvir aqui alguns relatos nesse sentido.

Então, a ideia de convidar pessoas que têm uma atividade muito próxima, que estão trabalhando diretamente em busca de esclarecer a situação de centenas de brasileiros e brasileiras não que foram, possivelmente, assassinados, mas que, essencialmente desapareceram – seus corpos sumiram. Há vários casos.

Então, nós precisamos, o Senado precisa receber essas informações. Nós estamos convidando exatamente pessoas que poderão nos ajudar e nos informar no sentido de que possamos acompanhar de perto principalmente esse aspecto, que considero um dos mais dramáticos de todo esse longo período da ditadura civil-militar, do desaparecimento de pessoas, entre elas, inclusive, parlamentares, como Rubens Paiva, que está desaparecido, e até hoje não se sabe, de fato, o que lhe aconteceu. A família ainda procura esclarecimento. Portanto, para nós é fundamental.

Por isso, peço o apoio das Sr^{as} e Srs. Senadores para que aprovemos este requerimento.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo requerimento extrapauta é de autoria do Senador Paulo Paim, com o apoio também do Senador João Capiberibe:

**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 69, DE 2013**

Como ação que integra a semana nacional de luta das pessoas com deficiência (16 a 21 de setembro) do Senado Federal e com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater “O Sucesso dos cotistas: Das Universidades aos Concursos Públicos”. Os convidados sugeridos são: 1. Dr. Augusto Werneck – Primeiro professor de Disciplina de Ação Afirmativa no Brasil; 2. Dr. Thiago Bottino – Fundação Getúlio Vargas – Diretor Faculdade de Direito FGV; 3. Frei David Santos; 4. Dr. Nilson Bruno – Defensor Geral do Estado do RJ; 5. Dr. Portanova – Desembargador do RS; 6. Dr. Hédio Silva Júnior – Doutor em Direito Constitucional

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para encaminhar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr^a Presidente, o requerimento já é esclarecedor. A ideia é avaliar e apresentar alguns resultados alcançados a partir da Lei de Cotas para estudantes negros. A ideia do Senador Paulo Paim é fazer uma avaliação dos resultados concretos da política de cotas.

Portanto, peço o apoio das Sr^{as} e Srs. Senadores.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito obrigada.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu tenho aqui em mãos dois requerimentos, também de autoria do Senador Paulo Paim, que já gostaria de submeter à apreciação deste Colegiado. Estão na pauta da Comissão. É o requerimento que propõe realização de audiência pública para a Semana Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, que ocorrerá de 16 a 21 de setembro, aqui, no Senado Federal.

Como ação que integra a semana nacional de luta das pessoas com deficiência (16 a 21 de setembro) do Senado Federal e com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater “A luta das pessoas com deficiência em relação aos seus direitos e conquistas”.

Os convidados sugeridos são: Deputada Mara Gabrilli – Deputada Federal e relatora do Estatuto da Pessoa com Deficiência; Antônio José Ferreira – Secretário Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conade; Messias Ramos Costa – Mestre em Linguística, Professor da UnB; Aracy Lêdo; Presidente da Federação Nacional das APAES; Lurdinha Danezy – Professora, Escritora e Artista Plástica; Macaé Maria Evaristo dos Santos – Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

O Senador Paulo Paim pediu que nós colocássemos para apreciação deste Colegiado esse requerimento, que prevê a realização dessa audiência pública para debater esse tema que é de tanta relevância para todos nós aqui, no Congresso Nacional. Aqui mesmo, nesta Comissão de Direitos Humanos, nós temos inúmeros projetos, de diversos Senadores e Senadoras, que visam ampliar e assegurar direitos das pessoas com deficiência. E o Senador Paulo Paim é uma referência nessa luta de assegurar uma vida mais digna às pessoas com deficiência.

Inclusive, nós temos aqui, de minha autoria, dois projetos terminativos. Um deles trata de assegurar moradia digna às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. No momento em que tivermos quórum suficiente, nós iremos votar esse projeto de lei, de nossa autoria, que, sem dúvida nenhuma, é de fundamental importância para assegurar às pessoas com deficiência no nosso País a sua condição de ter moradia digna, principalmente nos programas habitacionais que são financiados pelo Poder Público.

Então, gostaria de pedir aos nobres Senadores e Senadoras a aprovação desse requerimento do Senador Paulo Paim.

O outro requerimento, também de autoria do Senador Paulo Paim, trata de debater empenho dos Poderes Públicos no direito do trabalhador quanto à

prevenção de acidentes do trabalho e doenças profissionais. Ele quer convidar o auditor fiscal do trabalho de Uruguiana – RS; o Ministério do Trabalho e Emprego; o Ministério Público do Trabalho; um representante do Grupo Marfrig; um representante da Confederação Nacional das Indústrias; um representante Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins.

É outro requerimento do Senador Paulo Paim, que requer audiência pública para debater esses dois temas de grande relevância, e eu gostaria de submetê-los à apreciação de todos.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu coloco em votação a inversão de pauta para o requerimento do Item 18, do Senador Paulo Paim, e também para o Item 20.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, nós...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Srª Presidente, eu gostaria também de colocar o requerimento da Senadora Lídice da Mata – já está na pauta –, para a realização de audiência pública também, para discutir os problemas da infância brasileira, das crianças, promovendo consultas junto a entidades da sociedade civil, órgãos públicos e organismos internacionais a respeito da proposta de instituição, por lei, de uma semana voltada à conscientização dos cuidados a serem garantidos às crianças de 0 a 24 meses, inclusive o do aleitamento materno. Também se devem debater nessa audiência pública proposta pela Senadora Lídice da Mata as ações a serem realizadas durante esse período para alcançar, do modo mais amplo e efetivo, os resultados almejados.

A Senadora Lídice da Mata tem todo um histórico na defesa da infância e da adolescência e está querendo, com esse debate aqui na Comissão de Direitos Humanos, discutir aquilo que precisa avançar no que diz respeito à infância e à adolescência.

Nós sabemos que o Brasil avançou muito no que diz respeito ao combate à mortalidade infantil, mas nós temos inúmeros desafios que ainda precisam ser enfrentados pelo governo brasileiro e por este Congresso Nacional para que possamos avançar e assegurar às crianças brasileiras uma vida digna com direito à educação e à saúde de qualidade.

Era isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Coloco em votação também a inversão de pauta em relação ao Item 19, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós vamos, então, passar à votação dos referidos requerimentos.

Requerimento nº 18, de autoria do Senador Paulo Paim, com apoio da Senadora Angela Portela:

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 63, DE 2013

Com fundamento no disposto no art. 93 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, atendendo a solicitação da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins – CNTA, requiro a realização de audiência pública para debater “Empenho dos Poderes Públicos no Direito do Trabalhador quanto à Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais”. “No momento acontecerá também o lançamento da Cartilha da Norma Regulamentadora nº 36, do Setor de Frigoríficos”. Os convidados sugeridos são: Auditor Fiscal do Trabalho de Uruguiana – RS; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério Público do Trabalho; Representante do Grupo Marfrig; Representante da Confederação Nacional das Indústrias (CNI); Representante Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA).

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para fazer os devidos encaminhamentos.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Bem, como já apresentei anteriormente os relatórios do Senador Paim, gostaríamos apenas de pedir a aprovação desses dois requerimentos que vão discutir esses temas, que já foram abordados por mim e por V. Exª.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 19, de autoria da Senadora Lídice da Mata, com apoio da Senadora Angela Portela.

ITEM 19
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 64, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para promover consulta junto a entidades da sociedade civil, órgãos públicos e organismos internacionais a respeito da proposta de instituição, por lei, de uma semana voltada à conscientização dos cuidados a serem garantidos às crianças de 0 a 24 meses (bebês), inclusive o do aleitamento materno. Também se devem debater as ações a serem realizadas durante esse período para alcançar, do modo mais amplo e efetivo, os resultados almejados. A título de sugestão, apresentamos o seguinte rol de entidades para que sejam convidadas a se fazer representar na referida audiência pública: Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI); Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê (ABEBÊ); Ministério da Saúde (MS); Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros

Concedo a palavra a Senadora Ângela Portela para fazer os devidos encaminhamentos.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Bem, Srª Presidenta, como havíamos dito anteriormente, a intenção é debater os assuntos relacionados à infância, principalmente nos 24 meses iniciais das nossas crianças. A Senadora Lídice da Mata tem todo um histórico em defesa da infância brasileira. Inclusive, já foi membro de diversas Comissões que tratam do assunto, com muito compromisso e dedicação.

Então, nós queríamos apenas enfatizar a importância de aprovarmos esse requerimento para que esta Comissão de Direitos Humanos possa assumir o seu papel também de estar debatendo temas de extrema relevância para a vida da criança brasileira.

Nós temos aqui, como já disse anteriormente, inúmeros projetos que visam assegurar às nossas crianças

uma alimentação saudável; atendimento em creches – sabemos que o nosso País ainda tem um déficit de atendimento às crianças brasileiras em creches. E sabemos também que há estudos que comprovam a importância para o desenvolvimento educacional, social e cognitivo de nossas crianças quando elas interagem mais cedo em suas vidas.

Então, sem dúvida, é mostrado através desses estudos feitos que a criança que tem acesso a creches pode, em sua vida educação, ter um desempenho muito melhor no que diz respeito ao aprendizado.

Então, nós queríamos pedir a aprovação a aprovação deste requerimento da Senadora Lídice da Mata, para que possamos estar debatendo, aqui na Comissão de Direitos Humanos, esse tema de tanta importância que é a infância brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

Em seguida, o requerimento, também de autoria do Senador Paulo Paim.

ITEM 20
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 65, DE 2013

Como ação que integra a semana nacional de luta das pessoas com deficiência (16 a 21 de setembro) do Senado Federal e com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater “A luta das pessoas com deficiência em relação aos seus direitos e conquistas”.

Os convidados sugeridos são: Deputada Mara Gabrilli – Deputada Federal e relatora do Estatuto da Pessoa com Deficiência; Antônio José Ferreira – Secretário Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência/Conade; Messias Ramos Costa (surdo) – Mestre em Linguística/ Professor da UNB / Atuante no movimento surdo; Aracy Lêdo; Lurdinha Danesy – Professora, Escritora e Artista Plástica; Srª Macaé Maria Evaristo dos Santos – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi.

Os convidados sugeridos já foram relacionados aqui pela Senadora Ângela Portela.

A defesa da importância do requerimento, a Senadora Ângela Portela também já fez.

Coloco em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Srª Presidenta, eu gostaria de atender também um apelo do Senador Randolfe, que sugere a inclusão extrapauta de um requerimento para realização de uma audiência pública.

Penso que já esteja sobre a mesa a inclusão desse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Qual é o número do item?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – É um item extrapauta.

É para debater os desafios e as perspectivas do portador de deficiência por ocasião da passagem do Dia Nacional de Luta do Portador de Deficiência, celebrado em todo dia 21 de setembro e instituído pela Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005.

Para essa audiência pública o Senador Randolfe sugere a participação dos seguintes convidados: Sr. Marcelo Rubens Paiva, escritor; Sr. Marcelo Yuka, cantor; Sr. Herbert Vianna, cantor; Exmº Sr. Deputado Federal Romário; Sr. Fernando Fernandes de Pádua, atleta paralímpico; S. Exª convida também o Secretário Nacional de promoção de Pessoas com Deficiência da Presidência da República, Sr. Lars Schmidt Graef; Srª Ariane Luna, Coordenadora Municipal de Políticas para Acessibilidade da Prefeitura de Macapá.

S. Exª sugere também a participação do poder público municipal, estadual e federal, como coloca aqui na sugestão de participação, para que se discuta os direitos humanos das pessoas com deficiência em função do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Pedimos, então, a aprovação do requerimento do Senador Randolfe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Consulto as Srªs Senadoras e os Srs Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão, extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulto os Srs Senadores se podemos inverter a pauta para que possamos já votar esse requerimento. (*Pausa.*)

Perfeitamente? (*Pausa.*)

Eu solicito o requerimento, para que seja lido aqui, por favor.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 70, DE 2013

Requeiro, de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os desafios e as perspectivas do portador de deficiência, por ocasião da passagem do Dia Nacional de Luta do Portador de Deficiência, celebrado todo dia 21 de setembro e instituído pela Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005.

Para a referida audiência pública, o Senador Randolfe sugere a participação de diversos convidados que já foram aqui mencionados pela Senadora Angela Portela, que também subscreve o requerimento, apoiando a iniciativa.

Eu concedo a palavra à Senadora Angela Portela, se ainda deseje se manifestar sobre o requerimento.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Nós gostaríamos apenas de destacar a possibilidade de refletirmos, nessa audiência pública, sobre a importância de todas essas políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiências. Parece que é um consenso entre todos os Senadores que compõem a Comissão de Direitos Humanos o interesse e a vontade de estar realizando um debate, uma reflexão, sobre as pessoas com deficiência, principalmente neste momento em que se comemora o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Nós temos dados disponibilizados pelo IBGE, do censo de 2010, segundo os quais quase um quarto da população brasileira – 23% da população brasileira – tem algum tipo de deficiência, seja visual, auditiva, motora ou mental/intelectual, representando cerca de 45,6 milhões de pessoas. Então, esse contingente de pessoas precisa, sem dúvida nenhuma, que as políticas públicas voltadas para o seu atendimento sejam refletidas aqui no Congresso Nacional e avançadas, no sentido de que, debatendo aqui essas políticas públicas, nós podemos fazer encaminhamentos ao Poder Executivo para que se avance na acessibilidade, que se avance no sentido de oferecer a esse segmento da população, da sociedade, uma vida mais digna, uma vida em que se permita viver bem, considerando todas essas deficiências apontadas aqui.

Então, nós queríamos pedir a compreensão dos nobres Parlamentares para aprovar esse requerimento do Senador Randolfe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Angela.

Eu quero apenas fazer uma sugestão ao Senador Randolfe e ao Senador Paim, porque os dois requerimentos, o requerimento apresentado pelo Senador Randolfe agora e o requerimento aprovado anteriormente, que é o item 20, tratam do mesmo assunto, para que eles possam dialogar e ver se é possível fazer isso conjuntamente.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu já recebi aqui a orientação do assessor do Senador Randolfe, de que é possível, sim, fazer no mesmo requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, nós vamos encaminhar dessa forma. A audiência já está agendada. A que foi aprovada pelo Senador Paim já tem uma agenda prevista para o dia 16 de setembro. Então, se houver possibilidade de fazer conjuntamente, será no dia 16, uma segunda-feira, às 9h da manhã.

Em votação, o requerimento apresentando pelo Senador Randolfe, com o apoio da Senadora Angela Portela.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero informar aos Srs. Senadores que foi solicitada a retirada do Item 3, PLS nº 142, de 2013, da pauta, a pedido do Relator.

O Item 4, o PLS nº 230, de 2013, também foi retirado de pauta, a pedido do autor.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 142, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro – CTB, estabelecendo que fica facultado aos jovens entre 16 e 18 anos a obtenção da

Carteira Nacional de Habilitação.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e Terminativo na CCJ.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 230, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para instituir a emancipação penal automática no caso de reincidência de ato infracional.

Autoria: Senador Gim

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Passo agora para o item 5, página 53, cujo Relator é o Senador Anibal, que está aqui presente.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 256, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidas da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) as despesas com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor para transporte de pessoas com deficiência

Autoria: Senador Casildo Maldaner

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz, para leitura do relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Eu quero aproveitar este momento, Senadora, para fazer um cumprimento especial a V. Exª pela belíssima atuação na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que abordou a violência contra a mulher, cujo resultado, de tão expressivo, conseguiu um feito extraordinário, que foi a presença da Presidenta Dilma aqui no Senado Federal. Para quem tem dúvida a respeito da importância desse momento para o Parlamento brasileiro, a Presidenta Dilma só esteve no Congresso Nacional no dia 1º de janeiro de 2011, para a leitura da sua mensagem ao Congresso Nacional, no início do seu mandato. Depois disso, nunca mais havia tido um momento com o Congresso Nacional, e foi exatamente V. Exª, com sua atuação e com sua persistência, que conseguiu trazer de volta a Presidenta Dilma ao Senado Federal, ao Congresso Nacional, e, por isso,

meu cumprimento. Acho que o povo do Espírito Santo deve ter muito orgulho dessa Senadora, pela atuação comprometida, séria, honesta e de altíssima responsabilidade que V. Ex^a tem tido nesse período aqui no Senado Federal. Então, fica o meu cumprimento, a minha saudação, ainda que tardia, o reconhecimento sincero do quanto tem sido prazeroso para nós, do Partido dos Trabalhadores, conviver com V. Ex^a aqui, como Senadora pelo Espírito Santo, e, principalmente, pelo expressivo resultado que V. Ex^a tem tido com sua atuação.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador, pelo reconhecimento. Sabemos que houve o esforço de muitos Parlamentares. A Senadora Angela Portela é uma das Senadoras que contribuíram muito também para a realização da CPMI, esteve muito presente, contribuiu também para que nós pudéssemos fazer a entrega do relatório para a Presidenta Dilma. Ela foi portadora dessa solicitação, que muito valorizou o nosso relatório. Então, é um trabalho que foi feito com a participação de muitas pessoas, de muitos Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas.

Realmente, eu me sinto muito feliz, porque iniciamos um trabalho, foi feito com muito esforço, e conseguimos concluir com a entrega de um relatório que eu acredito que vai ser extremamente útil na implementação de novas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Obrigada pelo reconhecimento, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A presença também da Senadora Angela Portela só reforça a atenção especial que o Partido dos Trabalhadores tem tido nessa questão do equilíbrio de gêneros.

A contribuição do Partido dos Trabalhadores para esta legislatura aqui no Senado Federal é de quatro Senadoras. Tem a Senadora Ana Rita, a Senadora Angela Portela, a Senadora Marta Suplicy, que é nossa Ministra da Cultura, e a Senadora Gleisi Hoffmann, que é a Ministra-Chefe da Casa Civil. São todas mulheres de muita presença e de muita força na política nacional hoje, e a Senadora Angela Portela, além da contribuição fantástica na CPI da Violência contra a Mulher, tem dado também uma atenção muito especial a todas as questões de relevância no plano nacional, e com uma presença muito marcante no seu Estado, que é Roraima, onde ela figura como uma liderança de maior expressão, hoje, com reconhecimento pleno de praticamente toda a sociedade de Roraima.

A propósito dos requerimentos que foram aprovados aqui, do Senador Paulo Paim e do Senador Ran-

dolfe, defendidos pela Senadora Angela Portela, o item nº 5, da pauta, o PLS nº 256, de autoria do Senador Casildo Maldaner, propõe uma alteração no Projeto de Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidas da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas as despesas com acessórios e adaptações especiais para serem instaladas em veículo automotor para o transporte de pessoa com deficiência. Ou seja, é uma proposição já no sentido de definir uma redução, uma dedução de impostos para as pessoas que tiverem que comprar equipamentos para facilitar a mobilidade de pessoas com deficiência física.

Nesta matéria, não há nenhuma dúvida quanto ao mérito. E nós estamos discutindo isso exatamente na Comissão de Direitos Humanos. Então, no que diz respeito ao seu mérito, sou plenamente favorável. Ela atende a todos os pressupostos de juridicidade e de técnica legislativa.

Não há nenhuma observação.

Havia um questionamento do ponto de vista econômico, que pode ser feito na Comissão que tem maior vocação para esse tipo de questão, que é a Comissão de Assuntos Econômicos.

O que nos compete, na Comissão de Direitos Humanos, é tratar do seu mérito e, quanto ao mérito, não há discussão de que é uma matéria que vem contribuir para aperfeiçoar a legislação brasileira e dar uma atenção especial àquelas pessoas que precisam de aquisição de equipamentos específicos para facilitar a mobilidade das pessoas com deficiência física.

Então, o meu voto é plenamente favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2013, com as Emendas que seguem:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2013, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º

.....

II –

.....

j) aos valores referentes à aquisição, durante o ano-calendário, dos seguintes acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor destinado ao uso de pessoa com deficiência:

1. plataforma de elevação para cadeira de rodas manual, eletro-hidráulica ou eletromecânica, suas partes e acessórios, especialmente

desenhada e fabricada para uso por pessoa com deficiência;

2. elevadores do tipo “lift”;

3. rampa para cadeira de rodas, suas partes e acessórios;

4. guincho para transportar cadeira de rodas, suas partes e acessórios;

5. bancos móveis;

6. equipamentos a serem instalados em veículo automotor destinados à adaptação para pessoa com deficiência física impossibilitada de dirigir veículo convencional.

§5º As deduções relativas aos valores de que trata a alínea j do inciso II do caput deste artigo aplicam-se na hipótese de aquisição:

I – por pessoas com deficiência física, diretamente ou por intermédio de seu representante legal;

II – por aqueles que comprovadamente adquiriram as partes, os acessórios e os equipamentos e os doem para pessoas com deficiência, na forma do regulamento.

§6º Para a concessão do benefício, é considerada pessoa com deficiência aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (NR)

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2013, a seguinte redação:

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no primeiro exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

É o voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo. PT – ES) – Obrigada, Senador Anibal.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CDH.

O projeto segue para análise da CAE em decisão terminativa.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senadora Angela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu gostaria, ainda na linha do que o Senador Anibal colocou aqui, de destacar a importância da vinda da Presidenta Dilma ao Congresso Nacional, ao Senado Federal, para receber da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a violência contra a mulher, que investigou a omissão do Poder Público no atendimento à mulher vítima de violência doméstica, o relatório da Comissão.

Eu me senti muito feliz por poder estar junto da Presidenta Dilma na reunião que fizemos junto com a Bancada do Partido dos Trabalhadores, os Senadores do PT e a Presidenta Dilma. Pudemos, num debate tranquilo com a Presidenta, conversar sobre diversos assuntos do Congresso Nacional, políticas públicas.

Na ocasião, fiz um convite à Presidenta Dilma para que pudesse vir aqui, ao Senado Federal, receber das mãos de V. Exª, como Relatora da CPMLI, esse relatório, que foi brilhantemente elaborado, obviamente com o esforço de todos os membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Não posso deixar de destacar o trabalho que V. Exª realizou, porque participou de todas as diligências que foram realizadas nos 17 Estados brasileiros, inclusive no meu Estado de Roraima, para onde V. Exª foi. Juntas, fizemos uma diligência e averiguamos a situação de descaso do Poder Público estadual em relação à mulher vítima de violência doméstica. Vimos um quadro desolador lá em Roraima. Vimos uma delegacia de atendimento que funciona das 8h da manhã às 13h30. Uma delegacia que não tem um telefone, que não tem internet, que tem 8 mil inquéritos arquivados nas prateleiras, enfim, uma situação de total descuido, de total descaso no que diz respeito ao atendimento às mulheres vítimas de violência, no meu Estado de Roraima.

E me parece que o relatório que foi apresentado mostra uma situação semelhante na maioria dos Estados brasileiros. Então, o Poder Público, o Poder Executivo, o Legislativo, o Judiciário precisam priorizar essa temática.

Nós tivemos, no mês passado, lá em Roraima, uma reunião com os Tribunais de Justiça de todo o Brasil. E lá foi decidido, na Carta de Boa Vista, que os Tribunais de Justiça iriam priorizar o combate à

violência contra as mulheres brasileiras. Essa é uma iniciativa muito válida, que o Poder Judiciário toma, no sentido de valorizar, de priorizar essa questão, que é tão séria em nosso País.

Ainda hoje, no programa da Ana Maria Braga, nós vimos um caso de extrema violência. Foi feita uma grande matéria sobre uma situação de violência contra a mulher.

E todos os dias há casos. Não adianta pontuarmos aqui um a um. Todos os dias. Em nosso País, infelizmente, a cada cinco minutos, uma mulher é vítima de violência moral, sexual, patrimonial; de todas as formas de violência que são realizadas contra as mulheres em nosso País.

A CPMI traz inúmeras sugestões para o Poder Executivo, para o Poder Legislativo, para o Poder Judiciário. A CPMI também apresentou inúmeros projetos de lei que inclusive foram colocados em pauta pelo Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros. Diversos projetos foram colocados em pauta na semana passada, foram aprovados em primeiro turno, e há outros projetos que serão debatidos em comissões. Então, isso mostra a iniciativa do Senado Federal de dar continuidade às ações que foram sugeridas pela CPMI.

E, aqui, eu queria, Senadora Ana Rita, como Relatora dessa CPMI, que não existe mais, que continuássemos na luta para manter, ou, então, criar – acho que não foi criada ainda – aquela comissão de monitoramento, de acompanhamento das ações que foram previstas, que foram sugeridas na CPMI. Nós não podemos deixar que essas sugestões fiquem apenas naquele catatau de informações, naquele livro bonito que foi entregue à Presidenta Dilma, que foi entregue também ao Senador Renan Calheiros, como Presidente do Senado Federal, ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, ao qual nós, juntas, fomos entregar – as Senadoras e as Deputadas que compõem a Comissão.

Então, nós precisamos dar continuidade à nossa pressão para que esta Comissão, que vai monitorar, acompanhar as ações sugeridas pela CPMI, possa avançar. Esse trabalho tão bonito, realizado durante quase um ano, não pode ser esquecido. Ele tem que ter o nosso compromisso e o compromisso dos Poderes no sentido de agir, de adotar medidas para que a violência contra a mulher diminua, para que esses índices assustadores diminuam em nosso País.

O Brasil, Senador Anibal, fica lá no finalzinho. Num *ranking* de 87 países em que foi pesquisada a violência contra a mulher, nós ficamos em sétimo lugar. Como um país de dimensões continentais, precisamos ter a compreensão de que não podemos conhecer a realidade e não transformá-la. O primeiro passo para transformar uma situação é conhecê-la. E nós conhe-

ceamos o relatório elaborado pela Senadora Ana Rita e pelos demais componentes – e aí eu me incluo, porque também era membro titular dessa comissão. Nós não podemos deixar que todo esse diagnóstico se perca em oratórias, em discursos, e que não haja ações concretas objetivas para melhorar as condições. E isso inclui, necessariamente, recursos no Orçamento da União para que Estados e Municípios possam ampliar a rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, ampliar e fortalecer a rede de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica; isso inclui a construção de delegacias especializadas no atendimento à mulher; isso inclui formação e capacitação de agentes públicos para lidar com esse tipo de violência, porque a mulher ainda enfrenta muito preconceito quando procura atendimento nas delegacias; isso inclui também aumentar as varas...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Às vezes, sofre uma violência em casa e sofre outra, pior ainda, quando tem de fazer a denúncia e é tratada com preconceito e com descaso por parte dos atendentes.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – É verdade. Isso inclui também aumentar as varas de atendimento às mulheres nas defensorias públicas e nos núcleos de atendimento.

Então, há que se ter compreensão da realização e da articulação de ações coordenadas entre os Poderes, para que possamos, nessa articulação, avançar para ações concretas, Senadora Ana Rita. Ações concretas.

O País tem 5.570 Municípios, e não existem nem 500 delegacias especializadas no atendimento à mulher vítima de violência. O meu Estado de Roraima tem 15 Municípios e uma única delegacia especializada, na capital, sem telefone, sem internet, e o atendimento é só de segunda a sexta, das 8h às 13h30, quando sabemos que os problemas maiores ocorrem nos finais de semana. A quem recorrer quando a mulher é vitimizada no final de semana?

Então, eu gostaria de destacar aqui a importância do trabalho de V. Exª e de todos os Parlamentares, Senadores, Senadoras e Deputadas. E aqui eu gostaria de destacar a Presidente da Comissão, que fez um belo trabalho, a Deputada Jô Moraes, de Minas Gerais, que, sem dúvida alguma, contribuiu imensamente para que esse relatório fosse tão exitoso e retratasse com muito realismo a situação da mulher vítima de violência.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aproveito para informar, Senadora Angela Portela, que estamos muito felizes, inclusive porque, dos treze projetos apresentados, sete estão aqui na Casa; os demais estão na Câmara dos

Deputados. Dos sete que estão aqui, quatro já foram aprovados pelo Plenário e já seguiram para a Câmara dos Deputados; outros dois estão na CCJ para serem apreciados. Então, as coisas estão avançando.

Também já entregamos o relatório ao Presidente do STF, que também é Presidente do CNJ, o Ministro Joaquim Barbosa. Hoje à tarde, às 14h30, será entregue ao Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Já foi entregue inclusive a todas as autoridades do Estado do Espírito Santo e do Estado do Rio Grande do Sul. Numa agenda próxima, iremos a Alagoas e Paraíba. E já foram encaminhados, pelos Correios, os demais relatórios para todas as autoridades de todos os Estados.

Então, isso é muito bom; é um instrumento que está nas mãos dos nossos gestores, nas mãos das autoridades do Poder Judiciário, e a gente espera, de fato, que as ações ali implementadas possam ser cumpridas.

E mais do que isso, Senador Angela, o projeto que trata da comissão especial permanente de monitoramento dos desdobramentos do relatório já foi encaminhado para ser apreciado na próxima sessão do Congresso Nacional. Então, o requerimento já foi feito, com a assinatura de todas nós e de todos nós, e já está previsto constar da pauta da próxima sessão do Congresso Nacional.

Dessa forma, nós passaremos agora para o item 6 da nossa pauta – p. 69.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 257, DE 2013

– Não Terminativo –

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes nas operações com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor destinado ao uso por pessoa portadora de deficiência.

Autoria: Senador Casildo Maldaner.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-T e três Emendas que apresenta.

Observações:

– Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

– Em 4/7/2013, foi oferecida a Emenda nº 1-T, da Senadora Ana Amélia, que recebeu parecer favorável.

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz, para a leitura do relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examina o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 257, de 2013, do Senador Casildo Maldaner. Este projeto visa a conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep nos casos que especifica.

De acordo com o art. 1º da proposta, ficam isentas do IPI acessórios e adaptações especiais como plataforma de elevação para cadeira de rodas, manual, eletro-hidráulica ou eletromecânica; elevadores do tipo *lift*; rampa para cadeira de rodas, suas partes e acessórios; guincho para transportar cadeira de rodas; bancos móveis.

O projeto também assegura a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem. Da mesma forma, mantém aquele relativo ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente aos equipamentos, peças e partes originários e procedentes de países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) saído do estabelecimento importador de pessoa jurídica fabricante dos acessórios e adaptações.

A proposição busca, ainda, criar isenções relativas ao PIS/Pasep e à Cofins das receitas decorrentes de venda e das aquisições, no caso de importação, dos acessórios e adaptações.

Em sua justificação, o autor lembra que a elevada carga tributária sobre as adaptações veiculares, necessárias ao transporte de pessoas com deficiência, limita o acesso dos mais necessitados a essas tecnologias, o que compromete o seu direito de ir e vir. Assim, aponta o proponente que qualquer medida que reduza o valor de venda das adaptações e promova o consumo, além da repercussão social positiva, repercutirá favoravelmente na economia, pois promoverá o desenvolvimento da indústria nacional e a geração de emprego e renda para os trabalhadores do setor.

Na sequência da tramitação, a proposição será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa.

No prazo regimental, foi apresentada uma emenda de autoria da Senadora Ana Amélia, que acrescenta novo parágrafo ao art. 1º do PLS nº 257, de 2013. Com essa emenda, a Senadora busca estabelecer a obrigatoriedade de a União compensar financeiramente os demais entes da Federação pelas isenções criadas.

O PLS nº 257, de 2013, trata de matéria compreendida no âmbito das competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o que estabelece o art. 23, II, da

Constituição Federal. Entre essas competências, está a de cuidar da proteção e garantia das pessoas com deficiência. Na análise da proposta, não foram identificados, assim, quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

No Senado, cabe à Comissão de Direitos Humanos, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos e, ainda, sobre a proteção e a integração social das pessoas com deficiência. Por essa razão, a apreciação da matéria neste colegiado é pertinente.

Cabe, portanto, a esta Comissão analisar a matéria à luz dos direitos humanos. Nesse aspecto, a proposta é justa e meritória, pois corrige uma distorção na legislação protetiva dos direitos das pessoas com deficiência. Estamos de acordo com o autor do PLS nº 257, de 2013, que ora analisamos: para que o benefício gerado com a isenção que já existe seja universal e vise ao pleno exercício da cidadania das pessoas com deficiência, é necessário estender a isenção aos acessórios e adaptações veiculares. Realmente, de que adianta comprar veículo automático com redução de imposto, se é financeiramente inviável, para muitos, adaptá-lo com rampas ou elevadores?

Vencida a questão do mérito, observamos que a proposição necessita de reparos no tocante à terminologia utilizada no texto: o termo “portador de deficiência” não é mais utilizado e, em seu lugar, usa-se “pessoa com deficiência”. Essa terminologia é a preconizada nas convenções e documentos internacionais ratificados pelo País e é plenamente aceita pelos grupos representativos, pelos técnicos da área e pelos órgãos públicos competentes.

Com relação à emenda oferecida ao projeto, que pretende acrescentar um §2º ao art. 1º, merece nosso acolhimento. Afinal, conforme lembra a autora da emenda, é necessário corrigir essa omissão no texto da proposição, “visto que a renúncia de receitas por parte da União – materializada nas isenções de IPI – finda por impactar diretamente nos repasses constitucionais destinados aos Estados e Municípios nos termos do art. 159 da Constituição Federal”.

Ademais, a inclusão desse §2º no art. 1º promove a correção de um equívoco na numeração do parágrafo: há, no texto original, um §1º sem que haja um §2º. Originalmente, portanto, deveria ser “parágrafo único” – equívoco agora corrigido pela inclusão do novo dispositivo.

Por fim, entendemos ser importante prever um intervalo de tempo entre a promulgação da norma e sua entrada em vigor, para que os setores envolvidos

na cadeia de produção e os órgãos governamentais possam se adaptar às novas disposições.

Voto.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2013, com a alteração promovida pela emenda aludida pela Senadora Ana Amélia.

É como voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 e três emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CDH e as Emendas nºs 2 a 4, também da CDH.

O projeto segue para análise da CAE, em decisão terminativa.

Como sou Relatora do item 7, convido o Senador Anibal Diniz para presidir a reunião, para que eu possa proceder à leitura do relatório.

Quero informar que os projetos não terminativos já foram todos apreciados e vamos agora para os terminativos. Não teremos quórum para votá-los, mas faremos a leitura do relatório. Em seguida, temos mais dois requerimentos para serem apreciados. Então, gostaria de contar com a presença da Senadora Angela para que possamos votar os outros dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra a Senadora Ana Rita para proceder à leitura do seu relatório.

O Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010, é terminativo.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 17, DE 2010

– Terminativo –

Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares.

Autoria: Deputado Clodovil Hernandes

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do Projeto, e da Emenda nº 1-CAE, com a Subemenda que apresenta para suprimir o hífen do vocábulo “infanto-juvenil” nela contido, e ainda uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CCJ, CAE e terminativo nesta CDH.

Com a palavra a Senadora Ana Rita para proceder a seu relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 17, de 2010 (Projeto de Lei nº 255, de 2007, na origem), de autoria do Deputado Clodovil Hernandes, que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infanto-juvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares.

De acordo com o texto da proposição, o desrespeito a essa proibição será punível com apreensão do produto e multa de dez reais por embalagem apreendida, duplicada a cada reincidência.

A justificação remete à importância de proteger crianças e adolescentes contra a exposição sugestiva a cigarros e produtos similares, ou que adotem sua forma, tais como brinquedos e alimentos. Crianças e adolescentes são, geralmente, mais suscetíveis às sugestões de propagandas e à indução mercantil, por ainda não estarem plenamente equipados com o discernimento que caracteriza a maturidade, merecendo proteção contra publicidade e oferta de produtos nocivos à saúde.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, que considerou necessário emendá-la para aprimorar a redação de sua ementa. A análise da CDH é revestida de caráter terminativo.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos opinar sobre proteção à infância e à juventude, que abarca o objetivo primordial da proposição ora examinada.

Sobre a matéria, importa observar que já há restrições à produção, à comercialização e à publicidade de produtos similares a cigarros e afins, inclusive para proteger crianças e adolescentes contra a exposição e o acesso indevidos a esses produtos. Contudo, essas restrições, veiculadas em normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), são mais brandas do que prevê o PLC nº 17, de 2010, pois cobrem apenas alimentos.

Reconhecemos a importância de fixar, em lei, proibição mais extensa, para proteger crianças e adolescentes contra outras formas de indução ao tabagismo

que possam se apresentar como brinquedos, roupas ou utensílios, por exemplo.

É meritória a iniciativa, pois amplia a proteção de crianças e adolescentes contra a indução ao tabagismo, sobretudo se considerarmos que muitos dos hábitos da vida adulta são formados ou adquiridos ao longo da adolescência. Não podemos permitir que pessoas e empresas inescrupulosas tirem proveito da suscetibilidade de crianças e adolescentes para neles incutir o nocivo hábito do tabagismo.

O relatório prevê que nós não iremos acolher a emenda oferecida pela CAE. Estou fazendo aqui uma alteração neste relatório, uma alteração oral, embora a emenda aprimore a técnica legislativa da matéria, pois se deve suprimir o hífen do vocábulo composto “infanto-juvenil”, contido na redação dada à ementa do projeto. A grafia dada à palavra pelo *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, da Academia Brasileira de Letras, atualizado após o início de vigência, em 1º de janeiro de 2009, do novo acordo ortográfico, não contém esse sinal gráfico. A propósito, a grafia da palavra está correta na versão original do projeto, que traz “infantojuvenil” na ementa e no art. 1º. Além de gerar um erro ortográfico, o acréscimo do hífen na ementa causa, também, discordância com a forma contida no art. 1º.

Além dessa consideração, chamou-nos à atenção a abrangência do termo “produtos de qualquer natureza” que é, sob nossa ótica, por demais ampla e pode criar dificuldades para a comercialização de outros produtos que nenhuma relação mantenham com o vício do tabagismo.

Como ora se encontra, o Projeto de Lei, imporia restrições à comercialização de produtos como lápis de cera, fogos de artifício, canetas, pincéis e outros tantos que tenham o formato cilíndrico e aproximadamente 10cm de comprimento, dimensões estas típicas do cigarro.

Isso posto, optamos pela supressão da referida expressão no Projeto de Lei.

Portanto, Sr. Presidente, em razão do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 17, de 2010, contra a emenda apresentada pela CAE, mantendo, assim, o texto original.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão o relatório da Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Como se trata de matéria terminativa, iremos aguardar a votação em quórum apropriado.

Requerimento de autoria da Senadora Ana Rita e do Senador Eduardo Suplicy.

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2013

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tomar conhecimento e discutir sobre os Programas Palavras de Paz e Educação para a Paz, que envolvem diversas atividades relacionadas à cultura de paz e à melhoria da qualidade de vida das pessoas no Brasil e no mundo. Para tanto, indicamos como convidadas as seguintes personalidades: Prem Rawat, Embaixador da Paz, da Prem Rawat Foundation (TPRF); Ivete Santisi Belfort Mattos, da Sociedade de Apoio à Paz; Venceslau Soligo, da Associazione Stampa Italiana; Representante do Ministério da Justiça; Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; e Representante da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para encaminhar esse requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebemos aqui uma representação dessa instituição que atua em defesa da paz, que nos solicitou que fizéssemos aqui uma audiência pública justamente para que possamos repercutir, disseminar toda essa questão que envolve a paz. Sabemos que a paz é fruto também de relações pessoais e interpessoais, e essa entidade atua nessa linha, fazendo encontros, fazendo momentos de vivência.

Consideramos interessante o pleito e acatamos, porque a Comissão de Direitos Humanos também tem o papel de proporcionar que possamos viver numa sociedade em que a paz seja, realmente, um processo cotidiano de construção entre as pessoas. Então, fazer uma reflexão sobre esse tema nós consideramos altamente importante, especialmente quando são trazidas pessoas especialistas nessa área, para que possam refletir conosco e proporcionar também àqueles que acompanham a TV Senado uma reflexão diferente, uma reflexão que possa ser repercutida no cotidiano das pessoas.

Em função disso, Sr. Presidente, nós acolhemos a proposta e solicitamos aqui o apoio desta Comissão para que possamos realizar esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento proposto pela Senadora Ana Rita.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo a Presidência para a Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós vamos colocar agora em discussão e em votação o requerimento do Item 21, que já foi solicitado pelo Senador Randolfe.

Faço a leitura novamente.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 66, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade, Procuradores Federais e Comissão Estadual Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro, com a finalidade de visitar o quartel onde funcionou o Destacamento de Operações e Informações (DOI) do 1º Exército durante a ditadura de 1964-1985. No local, hoje, fica sediado o 1º Batalhão da Polícia do Exército, na Tijuca, zona Norte. A Comissão Estadual Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro tentou visitar as dependências e foi impedida pelo Comando do Exército. O objetivo da diligência é contribuir para que a repartição seja transformada em Memorial contra a Ditadura Militar.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Neste caso, não será diligência, será uma visita. Foi isto que o Senador Randolfe pediu: que fizéssemos aqui a alteração da redação, ou seja, no lugar de diligência, será uma visita; foi pactuado isso com o Ministro da Defesa.

A autoria deste requerimento é do Senador Randolfe e tem o apoio também do Senador João Capiberibe e desta Senadora, que também dialogou com representantes que falaram aqui em nome do Exército do Rio de Janeiro.

Portanto, coloco em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, só para ficar bastante claro e registrado, será uma visita de Senadores, representantes desta Comissão de Direitos Humanos, juntamente com a Comissão Nacional da Verdade e também com a Comissão Estadual Memória, Verdade e Justiça, do Rio de Janeiro.

Senador Anibal Diniz, solicito a V. Ex^a que presida esta reunião.

Peço, antes, que sejam incluídos como extrapauta três requerimentos de minha autoria – são cinco requerimentos de minha autoria.

Portanto, solicito a V. Ex^a que conduza a reunião para que eu possa fazer a defesa dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Consulto se há autorização do Plenário para colocar em votação extrapauta os requerimentos aludidos pela Presidenta, Senadora Ana Rita.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O presente requerimento tem o seguinte teor:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 72, DE 2013

Requeiro, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com o objetivo de debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS), para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Excelentíssimo Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; Senhor Joaquin Molina – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde.

Autoria: Senadora Ana Rita

Com a palavra a Senadora Ana Rita, para encaminhar a matéria.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Estou apresentando este requerimento e conto com o apoio dos Senadores desta Comissão, considerando que o mesmo já foi aprovado em outras comissões, e houve um acordo na Comissão de Educação no sentido de fazer a audiência em conjunto com diversas comissões, já mencionadas pelo Presidente. Solicito o apoio

dos Srs. Senadores, considerando que se trata de um tema importante, é o tema da ordem do dia. O objetivo é fazer um debate sobre o processo de contratação de médicos vindos de outros países para trabalhar no Brasil. Na verdade, foi uma iniciativa da Senadora Ana Amélia, que contou também com o nosso apoio e com o apoio de diversos outros Senadores. Portanto, esta Comissão de Direitos Humanos poderá também participar desse debate, dessa audiência pública.

Assim sendo, solicito o apoio desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em votação o requerimento proposto pela Senadora Ana Rita.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao segundo requerimento proposto pela Senadora Ana Rita, baseado no seguinte teor:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 71, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Tema: “Extermínio de Jovens Negros no Brasil”, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Enderson Araujo de Jesus Santos – Entidade Mídia Periférica – Salvador; Sr. Alessandro Melchior Rodrigues – Conselho Nacional de Juventude; Sra. Severine Macedo – Secretária Nacional de Juventude – Presidência da República; Sr. Julio Jacobo Waiselfisz – Coordenador do Mapa da Violência; Sr. Lula Rocha – Fórum Nacional de Juventude Negra; Sra. Adriana de Carvalho Alves – Movimento Mães de Maio.

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para proceder à defesa do seu requerimento.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Debater o tema “Extermínio de Jovens Negros no Brasil” é muito importante. Considero o tema bastante propício para ser debatido nesta Comissão de Direitos Humanos. Os índices de homicídios contra jovens estão cada dia mais altos, principalmente de jovens negros, por diversas razões. Esse é o debate que nós queremos fazer, até para identificar as principais causas desse extermínio e contribuir na discussão de políticas públicas de enfrentamento ao extermínio de jovens em nosso País. É um debate que vai contar

com a presença de diversas entidades que têm atuação importante na área. E nós contamos, aqui, com o apoio dos Senadores, para que esse debate seja feito no âmbito da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em votação o requerimento proposto pela Senadora Ana Rita.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao terceiro requerimento proposto pela Senadora Ana Rita, no seguinte teor:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 74, DE 2013

Requeiro, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater sobre o tema Espionagem e infiltração da empresa Vale S.A. ameaçando movimentos sociais, defensores de direitos humanos, jornalistas, sindicatos e ONGs, com a presença dos seguintes convidados: André Almeida (ex-funcionário da empresa Vale S.A.); Felício Pontes – MPF/PA; Luciana Garcia – Secretaria Nacional de Direitos Humanos /Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos; Gabriel Strautman – Justiça Global; Marcelo Veiga – Ministério da Justiça; Representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para a defesa do seu requerimento.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Comissão de Direitos Humanos recebeu aqui a visita de alguns profissionais, de alguns trabalhadores, mas não só aqui, na Comissão; eu tive oportunidade também de receber, no gabinete, uma representação de entidades que nos relatava algumas situações. Na avaliação dessas pessoas, existe um sistema de espionagem por parte da empresa Vale S.A. Segundo o relato dessas pessoas, existe uma ameaça sobre movimentos sociais, sobre defensores de direitos humanos, enfim, sobre entidades não governamentais.

Então, achamos por bem trazer este assunto para que ele fosse debatido aqui, na Comissão de Direitos Humanos, com a presença dos membros desta Comissão, Senadores e Senadoras, para que, em conjunto, possamos avaliar essa situação.

Consideramos importante o assunto, que me pareceu extremamente pertinente; as falas foram muito firmes. Portanto, esta Comissão não pode ser omissiva

diante de relatos que foram aqui apresentados. Essa audiência terá como objetivo ouvir diversas pessoas, entre elas, também ex-funcionário da empresa Vale S.A.

É isso, Sr. Presidente. E gostaríamos de contar com o apoio desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em votação o requerimento defendido pela Senadora Ana Rita.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao quarto requerimento apresentado pela Senadora Ana Rita, que traz o seguinte teor:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73, DE 2013

Requeiro, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater o tema Violações de Direito decorrentes do processo de extração, beneficiamento e escoamento de minério de ferro no Pará e Maranhão, com a presença dos seguintes convidados: Cristiane Faustino – Relatora da Plataforma DHESCA pelo direito ao Meio Ambiente; Um representante do IBAMA; Um representante do Ministério de Minas e Energia; Um representante do INCRA; Um representante do MPF; Um representante da empresa Vale S.A.; Um representante da sociedade civil do Maranhão; Um representante da sociedade civil do Pará).

Autoria: Senadora Ana Rita

Com a palavra a Senadora Ana Rita, para proceder à defesa do seu requerimento.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A solicitação desta audiência pública também é fruto de uma visita que recebi, no gabinete, de representantes de entidades que fazem parte da Plataforma Dhesca, relacionada ao meio ambiente, relatando diversas situações ocorridas em alguns Estados brasileiros, em especial no Pará e Maranhão. Portanto, fazer o debate aqui na Comissão de Direitos Humanos, do ponto de vista dos direitos humanos, é de fundamental importância. Num primeiro momento, parece que se trata de uma questão puramente ambiental, mas ela viola, com certeza, os direitos humanos, em função das extrações realizadas por empresas que fazem o beneficiamento e escoamento de minério de ferro nestes dois Estados em particular, no Pará e no Maranhão. Então, fazer o debate sobre isso e entender o impacto disso sobre a vida das pessoas, eu considero muito importante e extremamente necessário.

Portanto, solicito essa audiência pública para que esse debate possa acontecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em votação o requerimento da Senadora Ana Rita.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao quinto requerimento, que traz o seguinte teor:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75, DE 2013

Requeiro, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater o tema Padrões de emissão de poluentes no Brasil: dos impactos da siderurgia à proteção das comunidades, com a presença dos seguintes convidados: Hermano Albuquerque de Castro (Diretor da ENSP – médico pneumologista e pesquisador de doenças respiratórias vinculadas ao trabalho e a ambiente); Alexandre Pessoa – Professor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (engenheiro especializado em problemas ambientais); Guilherme Zagallo – conselheiro federal da OAB; Karina Kato – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (sobre impactos da siderurgia em S. Cruz-RJ); Antônio Soffientini – rede Justiça nos Trilhos (sobre impactos da siderurgia em Piquiá de Baixo-MA) (avaliar); Uma liderança comunitária vítima da poluição (Ivo Siqueira Soares – RJ ou Joselma Alves – MA)

Autoria: Senadora Ana Rita

Com a palavra a Senadora Ana Rita, para fazer a defesa do seu requerimento.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, também a pedido de representantes da rede Justiça nos Trilhos é que nós estamos solicitando a realização desta audiência pública para debater de fato os padrões de emissão de poluentes no Brasil e os impactos da siderurgia à proteção das comunidades. Consideramos importante, porque o relato que nos foi apresentado é que nós temos diversos problemas com relação a isso que afetam a vida de muitas comunidades do entorno de alguns projetos de extração. Nós precisamos fazer o debate para compreender melhor o que esses poluentes que são emitidos ocasionam na vida das pessoas e, em particular, na sua saúde. Então esse debate também é muito importante. Estamos convidando pessoas que têm conhecimento do

tema e que poderão trazer informações valiosas para esta Comissão de Direitos Humanos.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em votação o requerimento da Senadora Ana Rita.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a presidência dos trabalhos à Senadora Ana Rita.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Anibal.

Não havendo mais nenhum projeto que nós possamos colocar em apreciação, porque todos os contidos na pauta são terminativos, por não termos quórum presencial para que possamos deliberar os projetos terminativos, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença dos Senadores e das Senadoras que aqui estiveram na manhã de hoje.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

ATA DA 43^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 9 DE SETEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia nove de setembro de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 48 de 2013, aprovado em 04/07/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: *“Alienação Parental no Núcleo da Família: Pais não separados”*. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. O Senhor Presidente passa a palavra aos **convidados**, que fazem suas explanações, nesta ordem: Esmeralda Roberto de Sousa Lima, Professora e Pesquisadora;

Cesar Galves Mangini, Advogado e Psicanalista; Sérgio de Moura Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz; Delma Silveira Ibias, Advogada, especialista em direito de família e Presidenta do Instituto Brasileiro de Direito da Família do Rio Grande do Sul – IBEDEFAN; Sérgio Eduardo Marques da Rocha, Coordenador-Geral de Convivência Familiar e Comunitária da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O Senhor Presidente franqueia a palavra às seguintes lideranças presentes no plenário: Norton Charles de Andrade Barreto, Diretor da ABCF – Cuiabá – MT; Bruna Barbieri Waquim, Secretária da ABCF – Maranhão. O Senhor Presidente extrai das apresentações dos convidados os seguintes encaminhamentos: 1) divulgar amplamente na sociedade o tema Alienação Parental e suas consequências; 2) estabelecer critérios curriculares mínimos para a escolha dos conselheiros tutelares; 3) criar cursos de aperfeiçoamento profissional em Alienação Parental para operadores do direito, em especial para os membros do Ministério Público, do Judiciário, peritos judiciais e conselheiros tutelares; 4) acrescentar nos currículos acadêmicos, prioritariamente nas áreas que lidam profissionalmente com a criança e a família, o tema Alienação Parental; 5) criar assessorias técnicas para os conselhos tutelares, tais como advogados, psicólogos, pedagogos etc. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 48, aprovado em 4 de julho de 2013, de autoria deste e de outros Senadores, sobre o tema “Alienação parental no núcleo da família: pais não separados”.

Apesar da delimitação do tema, nada vai proibir que os nossos painelistas falem, naturalmente, daquele que foi o motivo da nossa primeira audiência pública sobre o tema, que se desdobrou até mesmo nesta que se realiza hoje. Vamos falar do tema “alienação paren-

tal”, mas vamos citar também a questão dos pais não separados e que usam indevidamente os filhos – este é um termo bem chulo, mas vocês irão aprofundar. Estou apenas fazendo uma introdução.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade da participação popular. Assim, as pessoas que têm interesse em participar podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania <http://bit.ly/CDHAlienacaoParental> e do Alô Senado 0800-612211.

Vamos, de imediato, chamar para a composição da Mesa os convidados do dia de hoje.

Convidamos a Srª Esmeralda Roberto de Sousa Lima, professora e pesquisadora na área. *(Pausa.)*

Convidamos o Sr. Cesar Galves Mangini, advogado. *(Pausa.)*

Convidamos o Sr. Sérgio de Moura Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz. *(Pausa.)*

Convidamos a Srª Delma Silveira Ibias, advogada especialista em Direito de Família e Presidenta do Instituto Brasileiro de Direito da Família do Rio Grande do Sul (IBDFAM). *(Pausa.)*

Convidamos o Sr. Sérgio Marques, Coordenador-Geral de Convivência Familiar e Comunitária da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando aqui a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *(Pausa.)*

Nós recebemos aqui uma contribuição do Sr. Sérgio para abirmos os trabalhos. Assim, as pessoas que estão assistindo à TV Senado podem situar-se sobre o tema de hoje.

Diz aqui o Sr. Sérgio aqui que eu poderia usar esse texto, se assim entendesse, na abertura dos trabalhos.

O que é alienação parental?

É descrita como sendo a ação de programar um filho para rejeitar o genitor (pai/mãe), principalmente quando este não convive com o filho, em condições impostas pelas separações litigiosas, e o falso poder que a guarda unilateral confere aos guardiões mal intencionados que usam o filho como instrumento de vingança, [de cobrança, enfim,] para satisfazer o próprio ego ou para atingir o ex-cônjuge. Também pode acontecer durante o período de união, dentro do próprio lar conjugal, quando um dos genitores ou até mesmo pessoas que coabitam no mesmo lar constantemente desautorizam, desqualificam um dos cônjuges quando este tenta transmitir regras e orientações ao filho (a).

São incontáveis os exemplos de atos deste tipo, pais e mães alienando os filhos ainda na constância das relações conjugais.

Exemplo de ato de alienação parental: “Teu pai é um irresponsável; não está aqui agora para me ajudar. Onde estará ele?”

Isso diria, no caso, a mãe. É uma forma de desqualificar o pai, principalmente quando ele não está presente.

Tudo que vemos após a separação não damos crédito, mas já vinha acontecendo. Todos os atos relacionados como sendo atos de alienação parental são praticados na constância da união, sem receberem a devida importância.

A alienação parental atinge não só os genitores, mas também a todos os parentes e amigos [...], e sua prática não se restringe somente aos pais biológicos, podendo ser praticada por todos os parentes e amigos, principalmente aqueles que têm a guarda do menor ou são responsáveis por sua proteção, ou gozam de um convívio mais frequente, e aqui destacamos a interferência dos avós.

A Alienação Parental, reconhecida e descrita na Lei nº 12.318/2010, a Lei da Alienação Parental, em que pese ter completado três anos no último dia 26 de agosto, com três anos de existência e divulgação em massa em nível nacional, sendo divulgada na TV, rádio, nas revistas, sites, redes sociais, porém o problema ainda continua[e é muito forte].

No dia 10 de junho de 2013, estivemos aqui nesta casa discutindo este mal, e a queixas era uma só:

Por que a Lei da Alienação Parental não é aplicada? [como deveria, ou seja, embora exista a lei, a alienação parental continua muito forte ainda].

Por isso, nós voltamos aqui ao debate, e nada melhor do que começar passando a palavra para os convidados, para que possam aprofundar esse tema que preocupa toda a nossa moçada, enfim, as crianças, os jovens, os adolescentes, no envolvimento de pais separados ou não, e que, de forma indevida, acabam cometendo o ato irresponsável, eu diria, da alienação parental.

Vamos começar pela lista aqui.

Começamos com a professora e pesquisadora, especialista no tema, Dr^a Esmeralda Roberto de Sousa Lima.

Dez minutos com mais cinco, se necessário.

A Dr^a Esmeralda está aqui?

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Depois, tenho aqui o Dr. Cesar Galves Mangini, que já está à mesa conosco; o Sérgio de Moura Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz; Delma Silveira Ibias e Sérgio Marques.

Sérgio Marques, seja convidado!

Por favor, Dr^a Esmeralda Roberto de Sousa Lima, professora e pesquisadora, a palavra é sua.

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Paim, que nos está dando esta oportunidade.

Sem palavras para dizer o que significa este momento para nós, vítimas da alienação parental. Algumas pessoas chamam de alienado, mas prefiro chamar-nos de vítimas, porque o assunto alienação parental parece recente, mas não é. Ele tem chamado cada vez mais a atenção de vários atores sociais, preocupados com problemas familiares, e me chamou a atenção pesquisar o assunto.

Inicialmente, eu queria entender a alienação parental pós-separação, de acordo com a Lei nº 12.318, de 2010.

À medida que se foi estendendo esse estudo, pude perceber que a alienação parental está fortemente ligada às relações familiares, e tratamos alienação parental como um mal silencioso nas relações familiares.

Inicialmente, nessa alienação, o filho, podemos dizer assim, começa a ter sua capacidade de despersonalização do ser, na sua maneira de agir, de pensar, e passa a existir no seio da família... Geralmente, a guardiã é a mãe. Na grande maioria dos casos, a mãe é a alienadora. Ela começa a desenvolver uma relação simbiótica, a trazer aquele filho para o seu lado, trazendo a condição negativa do pai. Então, ela traz para si todos os valores, todas as necessidades do filho. É uma questão de respeito. A família desenvolve essa alienação parental, que se transforma em síndrome, dependendo do estágio – estágio leve, médio e grave. Podemos considerar que, no estágio grave, deixa de ser alienação e se transforma em síndrome, condição patológica que somatiza vários problemas, que são inomináveis, inclusive com problemas relacionais.

No seio da família, o alienador começa ferindo o Texto Constitucional, em seu art. 227, que dispõe que a família deve criar a sua prole livre de crueldade e de opressão. O alienador começa ferindo o Texto Constitucional ao não respeitar esse direito do filho – criança ou adolescente – de ser respeitado no seio familiar.

A questão das relações familiares está também no Código Civil, no direito da personalidade. Quantos filhos nunca tiveram conhecimento de quem seriam seus pais? Durante esse período de estudo, ficamos felizes com o projeto do CNJ, o Projeto Pai Presente, em que o pai não se faz necessário só na certidão de nascimento. O projeto faz um chamamento para que sejam reconhecidos esses pais.

O que isso tem a ver com alienação?

Muitas mães têm suas relações frustradas. Eu diria que, por não se tratar de uma conjugalidade concreta, ao terem seus filhos, sentem-se no direito de dizer: “É meu. É propriedade minha, e eu jamais vou divulgar quem é o pai”. Essa é uma forma de vingança do pai. Por outro lado, muitas mães dizem quem realmente são os pais de seus filhos, mas os pais não aceitam. Essa também é uma forma de alienação, de opressão e de crueldade, porque é preciso passar por um processo humilhante. A investigação de paternidade seria também denegrir a imagem do outro, pois, para que se reconheça alguém como filho, é preciso obrigá-lo a passar por todo o constrangimento de fazer um exame, uma investigação de paternidade, para que tenha o nome no registro de nascimento.

A alienação não acontece somente entre pais separados, entre cônjuges separados. É preciso de antemão entender a diferença entre conjugalidade e parentalidade. Com o fim da relação, o que acaba é a conjugalidade. Os laços afetivos ficam. É a questão da afetividade. E o que ocorre? Eles trazem para si todo o rancor, toda a animosidade de se vingar. A questão principal é o ódio, é o desejo de dizer: “Não estás comigo como cônjuge; também não nos terás como parentes”. Nós, que somos vítimas da alienação parental quando ela já está em seu estágio grave, podemos dizer que é imenso o sofrimento. Você encontra um serzinho que você ama e que também tem o mesmo sentimento por você na rua e ele o ignora.

Começamos a abordar essa questão das relações familiares dizendo às famílias: “A partir do momento em que acaba, em que não existe mais diálogo entre os pares, vamos ficar atentos, porque a alienação parental existe”. O que ocorre pós-separação é que ela eclode, diz assim: “Cheguei!”. Ela acontece na relação, está lá, de maneira implícita, assim como todos os valores.

Eu costumo dizer, numa linguagem clara, que basta, nas relações disfuncionais, que o pai agende para sair com a família. Se, na volta do trabalho, ele encontra algumas amigas, demora um pouquinho e liga: “A gente vai demorar um pouco”, a primeira coisa que acontece – eu tenho acompanhado durante o meu trabalho – é as mães dizerem: “Viu? Falei que seu pai não presta. Quem está em primeiro lugar? Qual a primeira posição? Estamos aqui preparados para sair, e ele está com os amigos. Vocês vão perceber que eu sou a mãe; eu, sim, estou do lado de vocês em todos os momentos da vida. Então, a gente vai sozinho. Vamos mostrar que a gente não precisa dele.”

E aí você começa a colocar nos seus filhos uma questão sua, o ciúme. “Com quem será que está? O que ocorre?”.

Então, nos conflitos conjugais – e aí a gente vai passar para os relacionais –, já existem casos de alienação parental que estão ocorrendo não só pelo pai, ou pela mãe, ou pelo guardião, mas também pelas pessoas que se vinculam pela amizade. Há casos em que a mãe fala o seguinte: “Olha, a babá vai ficar com vocês, mas não gostem dela. Não precisa vocês irem dormir no quarto com ela. Não precisa que vocês tenham essa afinidade com ela”. Então, o que ocorre? Ela tem medo que criem um vínculo com aquela pessoa e que, de repente, aquela criatura vai ceder a todos os caprichos do alienador por medo de ser mais uma vítima.

Na questão da avó materna, a gente vê isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me apenas para...

A SRª ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A impressão que me dá – não sou especialista na área, e sei que muita gente que está assistindo a esta reunião também não é – é que, talvez, essa mãe, ou às vezes o pai também, está fazendo isso e não está percebendo o mal – eu a ouvindo aqui, estou me sentindo como se fosse o pai – que está fazendo para a criança. Naquele egoísmo dela, momentâneo, ela está trazendo um prejuízo enorme para a criança ao longo da sua vida. É mais ou menos isso?

A SRª ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Às vezes por maldade, mas às vezes também até inconscientemente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fique tranquila porque nós vamos dar o tempo necessário. Está muito boa a sua palestra.

A SRª ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Obrigada.

Então, pegando esse viés, a gente vê o seguinte: estudos mostram que o grande número de crianças acometidas de depressão infantil é resultante desses conflitos familiares. As crianças começam a ter rendimento menor no colégio. Então, me preocupou. Por quê? O pai vem com a mãe, deixa o filho no colégio, beijinho e tal. Mas, no dia seguinte, ele volta e diz: “Olha, se aquela mulher vier pegar o meu filho, não a deixe levá-lo.” “Mas que mulher, senhor?” “Aquele que, infelizmente, é a mãe.”

Então, aconteceu isso de um dia para o outro? O que acontece? Essa relação já estava desgastada. E o alvo... “O que eu quero? Os meus filhos serão a arma de vingança em relação a isso.” Acontece só com

as mães? Não. Mas nós somos, em grande maioria, as guardiãs.

Por que nós, que lutamos contra a alienação parental, defendemos o instituto da guarda compartilhada? A guarda compartilhada não viria a ser o remédio para a cura do mal, mas a gente poderia entender que seria – digamos assim – um genérico. Seria importante. O que a gente pede?

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Esmeralda. Para você dar uma respirada.

Em relação ao instituto da guarda compartilhada, já de uma lei anterior, houve a necessidade de nós voltarmos à Casa legislativa e pedir que fosse explicado aos operadores do Direito, que se dissesse para eles: “Olha, essa lei está sendo interpretada de modo errado.” Daí nasceu o PL nº 1009, que hoje já está na Comissão de Constituição e Justiça pronto para vir para o Senado. Deve ter sido votado ou estar sendo votado na Comissão de Constituição de Justiça da Câmara.

Então, é como você está dizendo: nós temos que compartilhar já na constância da relação. Não adianta acreditar que não começa lá dentro. Começa lá, como você bem frisou; um dos dois começa. Inclusive, há uma frase muito comum que um dos dois diz: “Tu és relaxado que nem teu pai.” Tu já deves ter ouvido isso nos teus estudos. “Tu és relaxado que nem teu pai.” O que isso causa na cabeça de uma criança? Imaginem.

A SRª ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Aí outro diz: “Se eu não cuidar bem de você, sua mãe não é exemplo.” Mas que exemplo? Nós temos casos de pessoas de conduta exemplar que estão respondendo a processo judicial, mas não têm condições físicas, psicológicas e emocionais de receber visitas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está interessante. Estou aqui cutucando, porque estou achando bem interessante.

Voltando no tempo, eu me lembro de que já ouvi, e fiquei abismado, alguém dizer: “Não, você não vai ser nada na vida mesmo. Puxou ao seu pai mesmo”.

Esse menino que conheço até hoje ficou com problemas e me contava essa história. Ele era meu amigo, na verdade. “Você é burro que nem o seu pai mesmo!” Chamava-o até de feio. A própria mãe dizia: “Você é feio mesmo! Puxou ao seu pai, aquele bagunceiro” e tal.

Enfim, a criança, de fato, fica... Estou convencido.

A senhora está dando uma aula muito interessante. E quem está em casa tem que entender isso. Essa história de chamar a criança, dizer: “Você não vai a lugar nenhum...” Depois, o psicanalista vai aprofundar. Eu apenas acho que essa aula é importantíssima.

Eu, por exemplo... Permita-me dizer. Minha mãe, quando eu tinha problema de preconceito na aula, sabem o que ela me dizia? Ela já é falecida. “Não dá

bola para esses caras! Você é meu príncipe. Você é um príncipe que veio da África para mim!” Aí, eu comecei a entender mais a África e tal, e aquilo tudo é claro que me ajudou muito: a minha auto-estima ia lá em cima. “Você é meu rei, é meu príncipe. Eles têm ciúme disso”.

Então, quero cumprimentá-la pela forma didática como está colocando...

A SRª ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E quem está em casa tem que entender que a auto-estima da criança – não é, meu psicanalista; depois você vai aprofundar – é fundamental, porque começa ali, para ele ser, no futuro, um vencedor.

A SRª ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA – E a responsabilidade aumenta, não é? Estou aqui com um psicanalista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fique tranquila porque estou descontando o tempo.

A SRª DELMA SILVEIRA IBIAS – Bom dia a todos. Nós agradecemos o convite para estar aqui mais uma vez, Senador Paim, divulgando e debatendo um tema tão importante, tão vital para a nossa sociedade, para todos os operadores não só do Direito de Família, mas também das áreas interdisciplinares. O Direito, hoje, não atua mais sozinho no processo de família, nas relações de parentalidade. Hoje nós precisamos das áreas multidisciplinares.

E aí vem a questão que se encaixa exatamente no que o Senador acabou de frisar.

Quando a pessoa diz – geralmente a mãe: “Ah, você é igual ao seu pai”, “Você é relaxado igual ao seu pai”, expressão que a professora usou, essas questões realmente vão sendo implementadas, introjetadas na mente daquela criança.

Então, aquela criança, toda vez que ela tiver aquele ponto referencial, porque nós sabemos – depois o doutor da saúde mental vai comentar sobre isso – que temos referenciais. Os referenciais das crianças são primeiramente o pai e a mãe, os dois príncipes. Então, eles querem sempre ser iguais ao pai e à mãe, aquelas duas pessoas que são os verdadeiros modelos.

Essas questões, essas frases muito típicas ficam e vão sendo introjetadas na cabeça daquela criança, que vai crescendo e acreditando nisso, e aquilo passa a ser uma verdade para ela.

Se isso não for desmistificado, como acontecia com a sua mãe, que lhe massageava a auto-estima e lhe provava o contrário, se existe só aquela pessoa que reitera diariamente aquelas frases pejorativas, que vêm em desabono à conduta do outro, aquilo vai

sendo introjetado, e aí ocorre a lesão, aquela lesão psicológica, aquela lesão que vai acompanhar essa criança pelo resto da vida e lhe trazer os problemas.

Agora o doutor que é da área da Psicologia, psiquiatria, pode complementar, não é, doutor? Essa questão é bem interessante para as pessoas sentirem até onde vão os malefícios, a extensão desse prejuízo na formação de uma criança.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dr. Cesar vai pedir um aparte para a doutora que está com a palavra ainda, a Dr^a Esmeralda.

O SR. CESAR GALVES MANGINI – Em relação...

Primeiro, bom dia a todos. Vou fazer o aparte primeiro; depois, na minha fala, vou fazer as considerações iniciais.

O Fink é um autor lacaniano que fala muito sobre o que é a questão da alienação para Lacan. É interessante uma suposição que ele faz. É claro que não foi um estudo clínico, mas isso é dito para que as pessoas entendam de uma forma melhor o que aconteceu com Einstein, para que a gente entenda a questão da alienação.

Einstein viu o pai conversando com a mãe na sala e falando: “Ah, esse menino não tem condição de aprender”. Supostamente, o pai estaria falando de outra pessoa, e não dele, mas ele entendeu que o pai estava falando dele. Ele introjetou aquilo, e isso justificaria o seu desempenho no ensino médio e nos ensinamentos iniciais, que foi pífio. Todo mundo sabe disso. Isso é histórico. Depois, ele consegue superar isso. E não é preciso dizer mais nada sobre quem foi Einstein.

Então, dentro da clínica psicanalítica – falo de Lacan; há outras linhas, mas todas convergem para essa questão que foi falada aqui, todas concordam com essa questão –, o que seria a alienação?

Eu me abandono e acredito no que o outro está endossando, no que o outro está dizendo. Eu tomo aquilo como verdade para mim e deixo de existir. É o outro que me faz ser quem eu sou. Isso é natural no desenvolvimento infantil. A criança tem o pai, a mãe ou quem está ali perto como o ser absoluto e verdadeiro; em que tudo o que ele diz é verdade. Então, até que ele desenvolva a sua própria personalidade, até que ele construa o tijolinho dele, é isso que ele vem tomando. Então, imagine o quanto é nocivo que, próximo a ele, esteja alguém, independentemente de ser mãe, pai, um cuidador ou qualquer pessoa que esteja ali, imputando essas questões como verdadeiras. Ele pode absorver aquilo de forma imediata, e ali já pode haver consequências, ou ele pode absorver aquilo de

forma retardada, na sua adolescência, o que é um risco muito grande também.

Então, a gente deve mesmo tomar muito cuidado com o que fala perto de uma criança, porque ela toma aquilo como verdade absoluta, e aquilo passa a ser parte integrante dela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Volto a palavra para a Dr^a Esmeralda.

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – O Dr. Sérgio quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Dr. Sérgio fará um aparte à Dr^a Esmeralda.

O SR. SÉRGIO EDUARDO MARQUES DA ROCHA – Só aproveito para falar sobre essa questão da alienação parental. O entendimento que se tem é o de que, no imaginário das pessoas, ela começa quando há a ruptura de relações. Na verdade, pelo que a gente vem estudando, pelo que a gente busca observar, isso é algo que começa na relação do casal. Mesmo involuntariamente, mesmo sem se saber, questões são reforçadas acerca de comportamentos da criança ou do adolescente, sempre se referindo a um ou a outro como exemplo. É algo que vai passando despercebido ao longo da formação dessa criança. E, numa situação de ruptura de vínculos, isso aparece muito fortemente. Eu só queria encaminhar um pouco para essa discussão, para não passarmos a impressão de que a alienação começa na ruptura. Muitas vezes, ela começa até na gestação.

O SR. CESAR GALVES MANGINI – Eu queria fazer só um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O senhor resgatou isso. Esse é o objetivo desta audiência pública. É exatamente isso.

O SR. SÉRGIO MARQUES – Entendeu? Então, para a gente resgatar isso... Na formação de uma criança, a preservação do direito dela a ter um desenvolvimento saudável perpassa pela ampliação dessa discussão, para colocarmos essas questões como essenciais para garantir esse desenvolvimento.

O SR. CESAR GALVES MANGINI – Eu queria fazer só um aparte.

Na sexta-feira, eu estive com um casal, e a mãe disse o seguinte... Ela disse que teve... Eles ligam isso à questão biológica, mas há um fundo psíquico muito grande. Ela disse que não suportava o cheiro do marido, que ele tinha de ficar longe dela. Isso justifica credulidades e vários outros mitos. Mas aí há uma questão psíquica. É uma forma de alienação já na questão da vida intrauterina. Quer dizer que o pai deixa de participar da gestação, porque a mãe tem uma rejeição inexpli-

cável a ele. Ela tenta se explicar a partir da biologia, o que não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Volto a palavra à Dr^a Esmeralda.

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – A gente vê o seguinte: nessas questões relacionais, se nós formos ver o Código Penal, os arts. 242 e 243 falam de crianças cujas mães, depois da sua gestação, as abandonam, entregando-as a abrigos. E o doutor fala nisso, fortalecendo o que a gente diz. A partir do momento em que há uma gravidez indesejada, começa também o processo de alienação por parte da família. Muitas vezes, por se tratar de uma mãe solteira, a família começa a dizer: “Eu não aceito você dentro de casa”. Estive com uma pessoa que disse o seguinte: “Eu tive um bebê, fiquei morando com os meus pais, e a minha mãe dizia assim: ‘Vai ver lá teu gato novo, teu gato já está miando; eu não considero que seja um neto para mim, porque eu estou decepcionada com o nascimento dessa criança’”. Então, teve uma gestação com problemas, e aí vem toda uma estrutura.

(*Soa a campanha.*)

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Na idade adulta, se a criança procura saber quem é o pai, ninguém quer falar nisso. E uma coisa a gente vê: o que ocasiona a Síndrome da Alienação Parental (SAP) é quando há, de forma doentia, ciúme doentio, dentro da conjugalidade; formação desequilibrada – geralmente uma pessoa que pratica a alienação parental foi vítima e apenas vai repassando isso. Constitui família, mas foi vítima disso. Tenho estudos que comprovam que a pessoa foi vítima e hoje é mãe pratica a mesma coisa. E o pior é a personalidade perversa, que é aquela que diz: “Eu preciso de que isso aconteça”, cuja animosidade permeia todo esse sentido.

O distúrbio de comportamento é assim também, a pessoa com distúrbio de comportamento. Então, há uma pessoa que está ocasionando. E há pessoas que dizem: “Eu não sabia”.

Dia desses, eu estava numa palestra. Quando terminou, a diretora de um colégio perguntou se eu tinha como fazer uma palestra para os pais. Respondi: “Sim, para mim será uma honra fazer isso”. Ela disse: “Tem pais aqui que estão loucos, que não imaginaram que estavam praticando isso.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente.

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Então, a gente deixa, neste momento, uma reflexão: quem pratica alienação parental, chegando até à Síndrome da Alienação Parental, que seria seu estágio grave, final, tem esse sentimento de ciúme

doentio, formação desequilibrada, personalidade perversa, distúrbio de comportamento.

E a gente deixa aqui, neste momento, um alerta: vamos cuidar das nossas crianças na relação, porque pós-separação nós já teríamos algo como se fosse o estágio final da doença. Já fica difícil, porque se está separado.

Eu havia falado com o Sérgio aqui da questão da parábola de Salomão. A gente vê a separação neste sentido: “Eu não posso ouvir mais o que minha esposa diz de mim de forma negativa para os meus filhos”.

Então, a separação é o melhor caminho? Não. Seria o diálogo. A gente vê na parábola de Salomão, o sábio, que diz assim: “Quem é a mãe? Então, vamos partir o filho ao meio.” E a mãe diz: “Não, eu prefiro deixá-lo para ela a perder esse convívio; perder a vida do meu filho, para mim, vai ser um sofrimento maior”. Então, a gente vê essa separação como alguém dizendo: “Vamos ver se separados resolvemos essa situação”. Esse grave problema ocorre nas relações familiares.

O que a gente quer neste momento?

Deixar um alerta. As pessoas nos abordam na rua e dizem: “Eu vi você falando sobre alienação. Deus me livre, eu nunca quero me separar para não ter que fazer isso”. Não é assim. Você tem que fazer uma reflexão, pensar como está a relação. Na família em que não há o diálogo, nem aquela distribuição de tarefas, valores, em que apenas um dos cônjuges está agregando responsabilidade, valores éticos e morais, nós vamos ter pessoas desequilibradas, pessoas vítimas. E as crianças e adolescentes vítimas da Síndrome da Alienação Parental são mais propensas ao uso do álcool e da droga. Não encontram no lar aquilo de que necessitam, o amparo afetivo...

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Esmeralda, há o suicídio, os depressivos, e assim nós vamos, não é?

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Dr^a Esmeralda Roberto de Sousa Lima, professora e pesquisadora. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Parabéns pela sua palestra! Pode completar.

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Nessa questão de sensibilização, de mostrar o que é a alienação parental, peço licença para apresentar um trabalho, como aluna da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do meu sertão paraibano. A gente pediu a oportunidade ao Diretor, Padre Agripino,

para usar esse material aqui. Foi uma reunião bacana, bastante proveitosa, no dia 25 de abril, um dia de sensibilização e de conscientização sobre a Síndrome da Alienação Parental. Então, nós fizemos o Dia Nacional de Luta contra a Síndrome da Alienação Parental.

Ter pai e mãe presentes não é direito; é obrigação. Chega de pais de fim de semana. Filho precisa de pais todos os dias. Fizemos isso, com apoio do DCE, da faculdade, e foi muito bom.

Este foi o tema: “Síndrome da Alienação parental, um mal silencioso nas relações familiares”. E falamos sobre o que é SAP, a origem do termo, criado pelo médico psiquiatra da Universidade de Columbia, Richard Gardner, que trata tudo o que seria a alienação parental.

Tivemos o que mencionei agora há pouco, o que ocasiona a SAP, e isso foi uma forma de sensibilização, de mostrar isso. E as pessoas diziam: “Mas eu não sabia nem que existia”. E, a partir desse momento, já outros colegas tiveram interesse em estudar o tema, e estamos fazendo o que é possível.

Como identificar a SAP: obstrução do contato. Imediatamente, quando alguém liga e diz “seu filho não vai poder falar com você agora” já começa a instalação da SAP.

Falsas denúncias de abuso físico, emocional e sexual, aí é o estágio grave.

Deterioração da relação após a separação, que a gente viu, e reação de medo da parte dos filhos. Eles diziam assim: “Se você for ver seu pai e se você beijar seu pai, quando você chegar em casa, você se dá mal”. Eu tenho um caso de uma criança que disse assim para o pai: “Eu não posso beijá-lo, porque minha mãe disse que queima meus lábios”. Então, ela tem medo, ela tem uma...

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Por favor, repete essa frase. Eu não acredito nisso.

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – “Eu não posso beijá-lo, porque, se eu beijá-lo, minha mãe queima meus lábios.”

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – A mãe ameaçando a filha de queimar os lábios?!

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Então, é este medo: “Não fala para ninguém que eu te beijei, não fala para ninguém que eu te amo. Não fala para ninguém; isso tem que ser um segredo nosso”. Eu também, como psicopedagoga, faço alguns acompanhamentos, e a gente vê isso.

Aqui, a SAP como crime. O art. 1º do Código Penal vai dizer: “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.” E aí temos todo um processo em que alienação parental é crime mesmo; temos os arts. 242 e 243 do Código Penal. Temos a Carta Magna, a dignidade da pessoa

humana, porque, na questão da alienação parental, ela não é respeitada – é não ter o direito de dizer “esse é meu pai”, “essa é minha mãe”, “essa é minha avó”, a questão da parentalidade. Temos a Lei nº 12.318, de 2010 – graças a Deus que a temos. E temos o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que define também os crimes de tortura, tortura emocional e psicológica; o Código Civil, no direito da personalidade; a questão da Lei Maria da Penha, em que fazemos essa analogia por ser uma violência psicológica, emocional, chegando a ser até física: as crianças chegam a ser espancadas para negarem esse direito de dizer que gostam de alguém da família que não a do alienador. Temos a Lei 12.013, de 2009, que determina às instituições de ensino a obrigatoriedade de enviar as informações dos filhos aos pais que estejam separados. Geralmente, você chega ao colégio e a diretora diz: “A mãe falou que sua filha não poderá nem vê-lo no colégio; então, você não vai levar.” Então, é importante que as instituições de ensino conheçam essa lei.

E aí, finalizando, nós temos a nossa lei aqui, a SAP como violência doméstica. Por quê? Porque ela absorve todas as características da violência doméstica. Podemos, assim, classificá-la como tal, haja vista ser ela, de forma física, psicológica, verbal e, por vezes, idealizada de sexual. Aí, a pior é a psicológica. Pronto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.K.?

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – O. K. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Esmeralda Roberto de Sousa Lima, professora e pesquisadora. Parabéns pela sua palestra.

Muita gente que está assistindo à TV Senado neste momento talvez até nem acredite, mas é fato e é real. Eu, que vim lá da periferia mesmo, cansei de ouvir quando era menino nos bairros coisas, tipo assim: “Essa criança é uma praga na minha vida”, coisas como essa, ou, “Você não vai a lugar nenhum”, e tal.

Quero, inclusive – permitam-me dizer isso, porque vocês vão completar – dizer àqueles jovens que nos estão acompanhando neste momento e que ouviram isso de parte da mãe ou mesmo do pai, que eles entendam que as mães deles têm um distúrbio, fruto, quem sabe, do que lhes aconteceu por parte daqueles que seriam avós e bisavós.

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Depois, claro, você vai aprofundar.

Estou apenas tendo a liberdade, porque eu sei e todos nós sabemos que muita gente passou por situações como essa. E que eles saibam que podem chegar lá, sem querer aqui plagiar o Barack Obama: “Nós podemos. Vocês podem.” Independente do que passaram nas suas infâncias.

O que tenho aqui de material, que já recebi... Depois, vocês vão responder, naturalmente, mas me permitam só rapidamente dizer, pois temos tempo – e todo mundo assina –, por exemplo, Marcelo Ribeiro da Silva (pergunta ou comentário):

Infelizmente, contamos com a Lei da Alienação, mas não com o Judiciário [como devia]. Ao menos a comarca [e aqui eu leio tudo, viu?] de Mauá, São Paulo, é totalmente despreparada para lidar com o assunto. Essa demora só faz com que a pessoa que comete a alienação sinta-se encorajada a continuar a agir da mesma maneira. Seria importante o Senado nos ajudar com a criação da campanha permanente Não Alienação Parental, Guarda compartilhada, Já. Esperamos que essa audiência resulte em propostas concretas. Parabéns a todos os que estão na mesa.

Depois, vocês podem responder.

“Precisamos de políticas públicas e campanhas permanentes de conscientização da alienação parental. Que ideias e projetos o Senado pode viabilizar nesse sentido?” – pergunta Fernanda Molinari.

“Chega de criança sendo vítima de alienação parental. Precisamos de uma tutela jurisdicional efetiva e rápida”. Foi a Fernanda Molinari que disse.

Agora, o Sérgio Correia diz: “Perda do convívio com o pai propicia comportamento de risco e delinquência juvenil entre os adolescentes”.

A senhora falou disso, inclusive drogas, álcool.

Fabiano Freut: “Parabéns pela escolha do tema”. Muito importante para o momento. Alienação parental, núcleo da família. Destaca pais não separados, porque não é só quando separa.

Por fim, mais uma da Fernanda:

Necessitamos de ampla divulgação da lei, campanhas nacionais de combate à alienação parental e a criação de políticas públicas para atender às famílias envolvidas. Quais as providências que o Senado pode tomar para atender essas necessidades?

Ainda vou registrar que estão conosco aqui o representante presente aqui no nosso plenário: IBDFAM, Instituto Brasileiro de Direito de Família, Estado do Maranhão; Associação Brasileira Querendo Ser Feliz, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; Associação Brasileira da Criança Feliz, do Maranhão; Associação Brasileira Criança Feliz, de Brasília, e pais interessados.

Acho que citei todos. Se não citei alguém, por favor, encaminhem para a mesa.

Enfim, Dr. Cesar Galves Mangini está aqui pronto para falar, esperando. Esse pessoal não para de falar...

Por isso, o senhor é psicanalista: para ter paciência e nos aturar.

Aí, Dr. Por favor.

O SR. CESAR GALVES MANGINI – Bom dia a todos. Queria cumprimentar a todos na pessoa do Senador Paulo Paim.

Primeira questão, para se combater a Síndrome da Alienação Parental, assim como qualquer outra questão social, temos quatro esferas: Legislativo, Judiciário, Executivo e sociedade civil.

Eu queria começar homenageando o Legislativo, na figura do Senador Paulo Paim, pela iniciativa desta audiência, ainda mais esta que é interativa. Nós sabemos da dificuldade que as pessoas têm para se deslocar até Brasília. Entretanto, não se justificam algumas faltas de participação num tema dessa importância, por exemplo. Acredito que, no entorno, haja várias famílias, pessoas passando por isso e não aproveitam essa possibilidade.

A audiência que, há dois meses, aconteceu aqui ocorreu justamente na semana em que começaram aquelas manifestações. E é uma contradição o que ocorreu. Quatro dias antes, começaram as manifestações, mas não estava lotado este plenário, esta sala de audiência. Não que eu esteja contra as manifestações. Pelo contrário, quem me conhece sabe que eu sou a favor da manifestação, a favor de que lutem pelos seus direitos, mas que aproveitem os canais disponibilizados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) –Manifestação pacífica, não é, doutor? Eu quero ver milhões na rua protestando pelos seus direitos, mas não quebrando e agredindo.

O SR. CESAR GALVES MANGINI – Exatamente. E, quando se dá oportunidade para participação, não aproveitam. Portanto, este é um apelo que eu faço para quem está assistindo à reunião pela TV ou pelo site: participe, dê sua opinião, tente esclarecer as dúvidas, até para que seja um incentivo para esta Casa que, cada vez mais, se utilize desse canal alternativo, porque nós sabemos o quanto a lei é atrasada em relação à atualidade, e audiências como esta oxigenam o Legislativo para que ele tenha mais sensibilidade para o que realmente está acontecendo, ouvindo quem trabalha nas situações abordadas ou quem sofre, é vítima, e todas as partes, todos os atores envolvidos.

No Legislativo, há muita crítica em relação a algumas atuações, e as críticas são verídicas, verdadeiras – conheço isso por prática. Mas também, por outro lado, há um grupo que cresce cada vez mais e que está

sensibilizado, que não aceita ser ator passivo, e, sim, ativo da situação. Eu quero homenagear esse grupo que não é pequeno, mas, infelizmente, é minoria: a Dr^a Fernanda Pernambuco, do TJ de São Paulo, que tem uma atuação muito ativa; no TJ do Rio de Janeiro, a Mônica Labuto também é um exemplo de magistrada; e Andréa Pachá, que tem um livro conhecido: *A Vida não é Justa*, que mostra o quanto ela se faz humana na sua atividade judicial, e isso faz com que ela possa atuar de forma mais eficaz possível quando o magistrado se coloca naquela posição.

Aí, vou parafrasear Jung, que aconselha que você seja conhecedor de todas as técnicas, que conheça todas as teorias, mas, no tratar, à frente de um ser humano, seja outro ser humano e não mais do que isso. Isso serve para todas as esferas, inclusive para o magistrado. E a Andréa Pachá consegue fazer isso. Hoje à noite, aproveito para informar que ela vai estar no Programa do Jô. Quem puder, assista ao programa. Ela vai falar do seu livro. Eu sou um admirador do trabalho dela. É um exemplo.

Na sociedade civil, homenagem a ABCF (Associação Brasileira Criança Feliz), que tem um trabalho bem reconhecido; em São Paulo, o grupo Igualdade Parental – pais em camisa de força, grupo também sofrido que está lutando pela igualdade parental.

Enfim, toda vez que falo sobre SAP, eu começo com uma frase. Até disse, há quase dois meses, dia 10 de junho, que, no dia em que eu não precisar mais falar disso, que já estiver em desuso, será porque a gente já avançou bastante.

A pior forma de violência é aquela que não é reconhecida como tal, pois, nessa situação, ela se perpetua. Isso serviu para todas as formas de violência da história da humanidade e serve para a SAP. No dia em que ela for reconhecida com o seu grau de nocividade, a gente vai avançar bastante. Eu acho que é isso que falta para muitas pessoas, inclusive do Judiciário e do Legislativo. Tenho de registrar aqui minha crítica.

O PL nº 1009, de 2011 levou mais de um ano para que fosse dado o parecer, e ainda não consta na pauta da Comissão de Constituição e Justiça. Isso é inexplicável: um projeto de tamanha importância ficar mais de um ano parado!

Para a gente entender um pouquinho do tema aqui, é preciso falar um pouco da diferenciação entre alienação parental e SAP. Isso se confunde muito.

Richard Gardner, psiquiatra americano, precursor do estudo em saúde mental sobre esse tema, tratava bem a questão da Síndrome da Alienação Parental, que é a doença já instalada na criança, aquela que toma para si o pensamento do genitor. Ela passa, não por sua decisão, a rejeitar o outro genitor ou a rejeitar

outro parente – pode ser avô, avó – por conta do pensamento, da ideia do outro. Ela se anula.

A alienação parental tem essa questão do afastamento e dos atos do cuidador ou do guardião. Há uma diferenciação aí, e a legislação brasileira optou por considerar os atos de alienação parental ligados à questão do risco abstrato, e não do risco concreto. Ou seja, não há necessidade de se detectar que está ocorrendo a Síndrome da Alienação Parental. Não precisa a criança rejeitar. Basta que haja o ato, ou seja, o risco abstrato.

Então, diferenciar quando há SAP e quando há alienação parental. Aí, a crítica que se faz: “Ah, isso é uma discussão secundária. O que importa é a questão de saber se há alienação parental, ou não, e vamos atuar”. Isso não resolve. Como a lei... Houve a prática, vamos interagir. Para que haja realmente uma solução no caso, é preciso que se aprofunde a pesquisa e a discussão na questão multidisciplinar – Sociologia, Psicanálise, Psicologia. É necessário também que se discuta a questão dos atos, para se analisarem as questões psicológicas do agente agressor. É um doente, mas, por ser doente, não se deve passar a mão na sua cabeça e deixar que continue com isso. Mas deve ser tratado como um doente. E, ainda, é preciso que se pense na outra esfera, na vítima, como bem disse a Esmeralda, o pai ou a mãe que acabou sendo alienado.

Acabam ocorrendo algumas doenças psíquicas que já foram abordadas pelo Gardner lá em 1985; algumas questões de psicose para o alienador. É um fato que sempre ocorre. Para o alienado, há aquela questão da esquivia. E, atuando nos movimentos, percebemos alguns sintomas dos pais nessa questão. E até isso dificulta – inclusive é um paradoxo – a união dessas pessoas para o bem comum, porque acaba havendo atritos, e esses atritos provêm do sintoma daquilo que eles estão passando. Assim, há grande dificuldade – o Sérgio deve passar por isso – de juntar todas as pessoas que estão passando por isso.

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Só para você respirar um pouco, a gente ouve, recebe pedidos, recebe alegações de vítimas, mas há um detalhe: na hora de reunir as pessoas e vir a discutir, todos temos problemas, e fica estranho: como é que se traz o problema e não se discute o próprio problema? (*Soa a campanha.*)

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Isso tem de ser bastante trabalhado, Cesar.

O SR. CESAR GALVES MANGINI – Inclusive, isso é um sintoma. Eu vejo pela pesquisa que faço desde 2008.

Em 2009, comecei uma pesquisa científica, cuja proposta era desenvolver um protocolo de diagnóstico

de SAP, mas ele foi combatido até pelo próprio movimento que dizia que isso não era necessário. Que era preciso, como a própria Lei da Alienação Parental, que só o ato seja percebido e combatido.

No entanto, acho que temos de avançar e retomar isso, porque, quando se começa a pesquisar a SAP, é preciso pesquisar também o alienado. Esse sintoma acaba prejudicando não só na articulação do movimento, para se debater, como também até na atuação dele no Judiciário, e isso é usado contra ele. Então, ele fala mais alto com o promotor, ele age de forma não esperada pelo magistrado e acaba criando um perfil de pessoa arredia. E, pelo contrário, é uma pessoa que está sofrendo. Com o passar do tempo, dois, três, quatro, cinco, seis meses até um ano sem ver o filho, ele acaba tendo essas atitudes, e são normais, do ponto de vista psicológico, essa reação dele e essa destruição da psique dele. Isso acaba virando um círculo vicioso porque vai atuando contra ele. Então, é de uma nocividade muito grande. É perverso isso. A pessoa se decompõe também. Não só o alienado, filho, deixa de ser quem era, como o genitor também, que acaba passando por isso. Isso é muito cruel, não é percebido, e ninguém fala nada. Vai acontecendo, e surge essa violência, que não é reconhecida, e que está destruindo várias e várias pessoas. Pessoas perdem o emprego. Há reflexos desse sintoma também no trabalho.

Então, por isso, faz-se necessária essa busca pela pesquisa multidisciplinar, para se entender a SAP, para alimentar o Direito, para que ele busque alternativas, mas o Direito por si só não dá conta do problema.

Eu achei interessante alguns advogados, quando viram o tema, dizerem: “Não, mas isso não é possível. Só acontece na separação”. Por quê? Porque não se vai para o escritório de advocacia nessa situação. Vão, sim, algumas vezes, para o consultório as queixas que nós recebemos de pessoas que estão vivendo isso dentro de casa, no lar, na constância do casamento.

Há várias contradições. A primeira contradição é que, no Judiciário, a prevalência é da mulher. Existe esse preconceito. A grande maioria das vítimas são os pais. No entanto, no dia a dia, a cobrança é muito maior da mulher. Eu sei de vários casos. Quando a mulher tem a atitude de querer mudar de vida, de querer frequentar uma faculdade, é aquela mulher que precisa trabalhar, automaticamente, ela é alienada, porque a própria avó, ou às vezes até o pai e muitas outras pessoas questionam: “Se sua mãe gostasse de você, ela não ia passar o dia inteiro fora, ter contato só no fim de semana”. Quer dizer, a mulher que tem jornada dupla, jornada tripla, acaba sendo cobrada e ouvindo: “Então, a faculdade vale mais do que seu filho?”, sen-

do que o projeto de vida dela é terminar a faculdade e depois investir no filho.

Então, no ambiente doméstico, a mulher é muito mais alienada. A gente percebe isso nas queixas, na clínica, mas, depois da separação, a grande vítima, o grande marginalizado é o homem. Portanto, há aí um paradoxo.

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Dr. Cesar, permita-me falar nessa questão. Os advogados dizem: “É só pós-separação”.

Eu enfrentei uma grande dificuldade ao tratar este tema: Síndrome da Alienação Parental, um mal silencioso nas relações familiares. Não existe! Se existe a relação familiar, a própria lei diz: você quer contrariar a lei?

Eu tive dificuldade de orientação, eu tive dificuldade dentro da própria família. Certa vez, eu disse assim: “Eu chego ao Senado Federal defendendo isso nas relações”. E aí a perseverança da gente. Acredito que nós vamos chegar lá, porque eu fiz isso.

Eu sou do interior do Ceará, Icó, distritinho pequenininho, Lima Campos, lá no interior do Ceará, e estou aqui. Eu acreditei. Acreditei e, em 2008, comecei a ler sobre alienação parental. A intenção era entender só pós-separação, e vi que se fortalece essa questão. Ela é mais prejudicial dentro das relações. E as críticas acontecem, até porque nós não temos nada ainda escrito em relação a isso, bibliografias que falem sobre isso, sobre as relações. E quem sabe a gente vai estar aí...

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Estamos, Esmeralda. Estamos, aqui, escrevendo isso. Estamos debatendo isso.

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – A caminho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fazendo história, fazendo história!

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Fazendo história.

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Dr. Cesar.

O SR. CESAR GALVES MANGINI – Volto à questão para a teoria psicanalítica, buscando tentar entender um pouco mais a alienação parental e a Síndrome da Alienação Parental.

Acho que todos aqui já ouviram falar dos mecanismos de defesa, que são de várias ordens.

Para que serve o mecanismo de defesa? Ele busca a não desintegração. É o medo do colapso psíquico. Automaticamente, o mecanismo psíquico lança mão de algum mecanismo de defesa para que aquilo não ocorra. Existem vários mecanismos de defesa. E há vários envolvidos com a SAP. O preconceito é um

mecanismo de defesa. A ideologia também é um mecanismo de defesa. E isso é coletivo.

Então, o mito da mãe perfeita, o mito da mãe que não erra, é um mecanismo de defesa. Eu fico tranquilo, eu fico bem, sabendo que toda mãe é perfeita. Esse é um mito, é um mecanismo de defesa. É inaceitável admitir que uma mãe possa falhar, que uma mãe possa fazer mal para um filho. Causa amargura, causa medo pensar que isso possa acontecer.

Vou pegar um exemplo de mecanismo de defesa. Está envolvido aí um mecanismo de defesa. Pode parecer que não tem nada a ver com alienação parental, e, de repente, pode até ter alguma relação. Refiro-me ao ocorrido lá em São Paulo, no bairro de Brasilândia, em que um menino, branquinho, com pai e mãe vivendo na mesma casa, a avó cuidando... É inadmissível que ele faça aquilo. No mesmo bairro, se fosse numa região mais pobre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para situar, pois, às vezes, pela TV... É o menino que matou pai, mãe, avó, irmã, enfim... *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que convivia inclusive com pessoas que, em tese,...

O SR. CESAR GALVES MANGINI – Sem querer ser leviano, mas, assim como Fink fez com Einstein, eu posso supor que existe a possibilidade de que houvesse alienação parental na constância da família, do casamento. Enfim, mas, se fosse ali perto, um menino que tivesse só mãe, não tivesse pai, fosse negro, pobre, sem toda aquela condição, todo mundo aceitaria de pronto: “Ah, foi ele que matou. Isso era esperado”. Agora, admitir que um filho “bem cuidado” – entre aspas –, com família e tudo, possa fazer isso, abala a nossa estrutura. Imaginar que o nosso filho possa fazer isso, ou o filho do vizinho. Quer dizer, isso causa insegurança. Por isso, a rejeição à tese da Polícia. Só por isso. Não existe nenhum ponto técnico que possa basear essa falta de aceitação. E isso acontece em várias situações. Primeiro, não é impossível que ocorra ali, porque não sabemos até que ponto o pai e a mãe se dedicavam mais ao trabalho do que ao filho, e até que ponto a avó manejava isso. Então, poderia haver ali uma situação conflitante que pode ter desencadeado isso.

Mas, enfim, voltando à questão principal, do preconceito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me, doutor, só para dizer que esta nossa audiência pública tem uma ação preventiva. É como aquela história do acidente. Por que acontece o acidente? Quando, no trabalho, a pessoa perde o braço ou perde a perna, procura-se saber por

que aconteceu aquilo, e qual é a insegurança dele ao operar tal máquina. Queiramos ou não, esta audiência, tratando do tema, pela grandeza dela, é uma ação preventiva. Sem ser especialista na área, eu diria que pode até ajudar no convívio do casal, porque eles podem estar despejando na criança... Depois se separam, e a criança pagando o pato, como dizemos.

O SR. CESAR GALVES MANGINI – Exatamente. Até lembrando o que a psicóloga Andreia Calçada, do Rio de Janeiro, contou na última audiência. Que pediu a um paciente que desenhasse a família, e ele desenhou ele e o hamster. Isso para lembrar que sejam verificados que valores estão passando e que tipo de ligação o filho tem com o pai, com a mãe,...

(Soa a campainha.)

O SR. CESAR GALVES MANGINI – ... com os outros entes, e quais os valores do filho. Isso é importante, para que se perceba o diagnóstico do que está ocorrendo na própria casa.

Voltando à questão do mecanismo de defesa, existe a questão do mito da mãe perfeita, em que é muito mais fácil descarregar tudo no pai. O culpado é o pai. É fácil aceitar, e o Judiciário aceita com muita facilidade, denúncias de abuso sexual por parte do pai, e já toma medidas preventivas imediatas...

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Você falou que o Judiciário aceita. Tem conhecimento daquela relação, aqui no Rio, agora, de que 70% das denúncias são falsas? Nós temos um estudo agora. Recentemente. Quer dizer, 70% das denúncias levadas ao Judiciário são falsas. Alguém consegue entender a dimensão desse número?

O SR. CESAR GALVES MANGINI – Então, aí se percebe o tamanho do problema por que passa um pai numa situação dessas, em que é falsamente acusado. O Judiciário, de pronto, toma medidas preventivas e, com isso, sofre ele e a criança. E lá na frente, percebe-se que foi falsa a denúncia, e não se toma nenhuma providência para que se puna o agressor. Esta é uma pesquisa que eu estou desenvolvendo: a questão do dano da falsa denúncia de abuso sexual, e eu o comparo ao dano da própria violência mesmo.

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES *(Fora do microfone.)* – Até maior.

O SR. CESAR GALVES MANGINI – Exatamente. E ninguém toma iniciativa.

Houve um caso em que o pai, sabendo de uma denúncia anônima, ele mesmo levou a filha ao Conselho Tutelar, foram ao hospital, fizeram exame e deu tudo negativo. A conselheira vira para ele e fala: “Ainda bem que deu negativo. Eu estava preocupada aqui, porque, se desse alguma coisa, o senhor ia sair daqui algema-

do e preso”. Ou seja, o crime detectado, a materialidade, a autoria já é automática: pai. É um absurdo isso!

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – O que acontece muito é que toda a sociedade já começa a punir. O Conselho já quer punir o pai, já quer prender o pai, já quer, se pudesse, até decapitar.

O SR. CESAR GALVES MANGINI – Agora, concluindo sobre a questão psicológica, os efeitos na criança. A primeira questão: para a psicanálise, o pior que pode existir para a nossa psique, para o psicológico, é a energia livre, que é aquela que, de acordo com os mecanismos de defesa, Freud dizia ser comparável ao dinheiro: se você tem dinheiro hoje, você pode comprar tudo, o que quiser, desde que dê o valor ali e você negocia. A energia livre também é para todo tipo de sorte, para todo tipo de depressão, qualquer tipo de psicopatologia.

Uma fonte de energia livre é a ambivalência. Então, imagine, toda alienação parental vai passar pela ambivalência da criança. E para a gente já é difícil lidar com ambivalência, ter aquelas duas situações: atende um ou atende outro; não há uma terceira opção. Ou ele está do lado do pai ou do lado da mãe. Ou ele acredita que o pai é aquele que imaginava ser, ou que ele deseja que seja, ou que ele precisa que seja; ou ele aceita o pai como a mãe o coloca. Ou ele dá o beijo e mente para mãe, ou ele não dá o beijo no pai. Há aquele sofrimento constante, ambivalência constante. Isso para uma estrutura psíquica já formada já é cruel, já é devastador, imaginem para uma em formação e que convive com isso desde os primórdios, com ambivalência, tendo que escolher entre o pai e a mãe!

Colocar isso dentro de casa, na constância do casamento também, e muito pior ainda, na disputa, colocar esta opção para a criança: que escolha entre um e outro, colocá-la nessa ambivalência é cruel. Esse é o pior tipo de violência que se pode fazer.

Quanto à formação psíquica, na teoria psicanalítica, há divergência quanto à questão da idade, se é mais cedo ou mais tarde. Mas, independentemente disso, até os 15 anos, 16 anos, se a criança já sofre isso, aquilo está na sua estrutura, na sua formação. Toda aquela angústia, aquela ambivalência, isso foi o cenário da formação dessa pessoa. Aí, como o próprio Freud disse, há todo tipo de sorte, a questão dos vícios, a questão de não aceitação das leis, a não aceitação ou baixa tolerância à frustração, e vários tipos de situações.

Quando o Senador Paim fala que o genitor alienador não percebe isso, é o próprio mecanismo de defesa que impede que ele veja. Precisaria ser uma perversão muito grande – e mesmo assim ele vai pagar por isso – ele aceitar que aquilo é cruel, que está

sendo nocivo para o filho. Para ele, ele está defendendo o filho. Para ele, ele está fazendo com que o filho não sofra assim como ele sofreu com o fim dessa relação ou com a não continuidade da relação de afeto. E até isso aí é herança da própria sociedade e da lei também. Não há muito tempo, na separação, tinha que haver o causador, quem deu causa, o culpado da separação, e ele perdia a guarda dos filhos. Então, isso já era uma coisa cultural, até da própria lei. Quem foi o culpado fica sem os filhos. Então, para aquele que foi traído ou aquele que deixou de ser amado, a compensação é ficar com os filhos. E a punição para aquele que deixou de amá-lo, para aquele que acabou abraçando outro projeto para a sua vida que não o casamento a punição é deixar de ter contato com os filhos, deixar de ter a guarda.

O absurdo é o que ocorre hoje com essa atitude do Judiciário, que normalmente é mais para o lado da mãe. Quando o pai, normalmente, se separa, ele é o culpado, ele deu causa, ele deixou de amar, então ele tem que ficar sem o filho. E ela não percebe isso. Acha que está protegendo o filho: “Ele não vai passar pelo que eu passei”. Na verdade, isso está sendo devastador e acontece de – na clínica percebemos isso –, quando o filho está na adolescência, o alienador, ainda assim, culpar o pai ou a mãe que não teve contado: “O culpado foi você, que não foi um bom pai, que deixou o casamento, que não deu atenção”. Ainda assim ela não consegue perceber. Nem depois, quando começam a emergir os vários sintomas do que ocorreu; tenta se abster disso passando para o outro.

Então é uma situação cruel. Várias crianças e adolescentes estão sofrendo com isso. São destinos que estão sendo colocados. Não nos esqueçamos das vítimas que sofrem também, que estão passando por uma verdadeira destruição da sua vida, do seu projeto de vida. E a cada dia isso vai tanto contra a criança quanto contra a vítima.

É preciso que se encontrem alternativas mais imediatas. É um absurdo um pai ficar cinco anos passando por isso, como é o caso de um pai do Canadá, que teve a sua filha sequestrada. Acredito que isso vai ser bem noticiado nos próximos dias. Há cinco anos há uma decisão do desembargador federal, e a mãe descumpre, muda de cidade, e não acontece nada. A Polícia Federal vai atrás dela, e não acontece nada. E há vários outros casos, e ninguém faz nada.

Há outra situação, em que o pai estava com a filha, existia uma discussão sobre isso, a mulher se deslocou para outro Estado, o Rio de Janeiro, pediu busca e apreensão da criança, inventou que a criança sempre morou lá, o juiz não perdeu tempo e mandou buscar essa criança no Estado de São Paulo. Então

se discute essa questão no Rio de Janeiro, fala-se de tudo o que aconteceu, e o juiz decide o seguinte: não há motivo para criar um trauma na criança, tirando-a do lar, da sua família; não há nada grave que enseje isso. Só que quando foi para tirar do pai, que é família também...

(Soa a campainha.)

O SR. CESAR GALVES MANGINI – ... ele não pensou duas vezes.

Então essa discrepância tem que ser discutida. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o psicanalista Cesar Galves Mangini.

Vou passar depois para vocês as perguntas. Acho que vocês distribuem e escolhem quem vai responder, viu? Está chegando aqui uma série de questionamentos, todos elogiando a audiência e a qualidade dos painelistas.

“Gostaria que fosse mencionado o descaso do fórum de Cabo Frio, Rio de Janeiro. O defensor público chegou a dizer que a Lei da Alienação Parental não pegou. É só um nome bonito. De que forma inibir esses atos de quem deveria atuar?”

Depois os senhores respondem. Vou passar para todos.

“O Estado tem conhecimento da relação entre a alienação parental e delinquência juvenil? O Judiciário, muito conservador, fecha os olhos para a guarda compartilhada e premia o genitor alienador e intransigente com a guarda unilateral.”

Vocês se divirtam aí. Peguem e respondam. É com vocês.

“A Comarca de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, também está despreparada em relação à alienação parental, pois alega que isso é algo longe da realidade. Como o Senado pode ajudar?”

“Há oito anos sem meu filho, 11 anos, mora a 60 quilômetros. Existe procuração de busca e apreensão da 11ª Vara de Família de Salvador. Há cinco anos prometo sentença, e não tenho direito de ver o meu filho. A guarda foi cassada por um desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia. O que fazer? A quem recorrer?”

Olhem só, uma pilha de coisas.

“No dia 24/10, teremos uma audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia sobre alienação parental. Gostaríamos de contar com a presença e apoio de vocês.” Estão convidando a todos nós para estarmos na Bahia nesse evento. Aqui ele pergunta quais os contatos. Depois a assessoria da Mesa passa.

“O que fazer quando a genitora priva o pai de ver o seu filho por oito anos, alegando injustamente que o mesmo está internado e/ou sob forte ameaça

de morte, onde o Judiciário nunca dá um parecer para erradicar esse tipo de alienação? O que fazer? A quem recorreremos?”

“A ação de regulamentação de visitas já é um início de alienação parental, conforme art. 2º, §§2º, 3º e 4º. Por que a Justiça só age quando a síndrome da alienação parental é evidente, e não quando existem indícios?”

“Dizem que não se deve banalizar a alienação parental. O art. 6º da Lei 12.318/2010 define que atos típicos ou qualquer atitude que dificulte a convivência deve ser coibida. O que legitimaria um guardião a criar picuinhas entre o convívio da prole com o outro genitor?”

“Psicólogos bem preparados podem identificar o problema e apoiar o Judiciário na tomada de decisões rápidas?” Eu também acho que os psicólogos, psicanalistas, psiquiatras podem ajudar muito, porque é, de fato, algo muito, muito grave.

“A tolerância do Judiciário com atitudes denunciadas e tidas como picuinhas entre o casal não pode fomentar ainda mais as atitudes impróprias do genitor alienador?” É a pergunta que faz quando o Judiciário diz que é picuinha. Picuinha coisa nenhuma, é gravíssimo!

“Avanço a conta-gotas: segundo IBGE, guarda compartilhada de filhos dobrou em 2011, mas ainda representa só 5,4% do total.”

Todos vão dar uma lida e poderão, então, responder às perguntas, que peço que passem para todos.

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só um pouquinho.

Agora nós vamos passar a palavra – ele já pediu, mas vou passar a palavra na sequência, vamos seguir o roteiro –, neste momento, ao Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz, Sr. Sérgio de Moura Rodrigues, pelo tempo que combinamos: dez minutos prorrogáveis por mais dez.

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Eu vou economizar o tempo, porque o debate está bom e a gente precisa avançar e reforçar.

Antes de mais nada, quero agradecer a disposição de V. Exª em nos apoiar, em apoiar a Associação Brasileira Criança Feliz na divulgação, na discussão do tema; em apoiar outras entidades já citadas pelo Cesar.

Quero agradecer aqui a presença do IBDFAN na pessoa da Drª Delma, lá do Rio Grande do Sul, que está sempre discutindo esse tema, promovendo congressos maravilhosos para difundir a alienação parental e apoiar a guarda compartilhada.

Quero agradecer a Esmeralda também, que veio do Ceará, ABCF plena, trabalhando lá naquela região, e a Drª Monalisa, que veio de Porto Alegre.

De certa forma, essas pessoas estão se deslocando, Senador, para discutir um tema que é de relevância internacional. Essas pessoas vêm aqui de boa vontade para dizer para todos os pais, mães, avós, filhos que nos ouvem que temos que nos amar, que temos que parar de querer resolver, como foi dito, assim: “o filho é meu”. Não existe “o filho é meu”. O filho é de Deus. Ele colocou na nossa vida e nos emprestou. Há um cidadão aí que diz que nós recebemos o filho por empréstimo para aprender com ele inclusive.

Luciana Aguiar, Diretora da ABCF Brasil, está aqui ligada com o Senado, com a Câmara, trabalhando diariamente para que a gente possa levar esta mensagem bem além do que é preciso. Norton Charles veio lá do Mato Grosso apoiar a ABCF. Muito obrigado, Norton. A Bruna veio do Maranhão. Essa é a ABCF, Senador, que está tentando ajudar toda essa comunidade – já citei a Dr^a Monalisa, de Porto Alegre – a dizer “não à alienação parental. Guarda compartilhada já”. E vamos continuar lutando.

Foi muito bem citado o exemplo aqui, Cesar, quando você disse que, porque a mãe foi estudar, o pai se aproveita e começa a malhar. Gente, isso não é um caso! São trilhões de casos em que um dos dois descarrega na criança as suas frustrações, e essas frustrações criam monstros que vão repetindo, que vão passando isso adiante, geração a geração. E temos sociedades doentes. A nossa sociedade hoje é reflexo da anterior. Se estamos enfrentando problema de alienação parental, se estamos enfrentando problemas de drogas e todos esses incêndios que a sociedade tenta apagar, é porque vieram de algum lugar, de algum tempo, de alguns atores.

Então, vamos continuar divulgando alienação parental. Inclusive tivemos algumas questões que vieram até a ABCF: “Para que mais uma audiência de alienação parental?” Vou pedir, agora, ao senhor mil audiências neste ano ainda, porque essa Casa é a representação do nosso povo, é a representação de quem está lá fora e acredita que aqui vamos melhorar a vida de quem está lá. Divulgar a alienação parental é nossa missão! Vamos continuar trabalhando, buscando apoio.

O Brasil todo já está consciente de que é um mal – a ciência explica, a Medicina explica – e que vai destruir mais ainda. Começa dentro de casa. Realmente, conheço vários casos em que o pai ou a mãe deixa o outro tomar conta. O que é isso? “Você não sabe de nada. Eu é que sei do meu filho.” Só porque gestou? Ou então ocorrem outras coisas graves como sabemos. É dentro de casa que começa.

Muito bom o tema, Senador. Bem proposto.

Não vamos aqui ficar na utopia de não haver separações judiciais. Quando acontecerem, e não so-

mos a favor de que aconteçam, a tolerância tem que aumentar, o amor próprio tem que aumentar, o respeito tem que aumentar. Quando houver, já saibam que havia problemas, que já vinham tendo problemas, e temos que coibir.

Já vou passar a palavra, Senador, agradecendo, de imediato, à Dr^a Delma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só um minutinho.

Essa foi a fala do Dr. Sérgio de Moura Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz. Nossos cumprimentos a ele. (*Palmas.*)

Posso assegurar, Dr. Sérgio, que, enquanto eu estiver aqui no Parlamento... Para aqueles que dizem: “por que mais uma audiência sobre alienação parental?” digo que estou convencido do bem que este debate faz para a sociedade, do quanto é educativo, do quanto informa. Repito o que disse antes: muita gente comete alienação parental sem perceber e, depois, mais tarde, nunca vai admitir que, ele, pai, ela, mãe, foi culpado do filho estar em uma situação como aquela naquele momento. E esse filho, por sua vez, vai reproduzir isso com seus filhos, porque acha que, se o pai dele fazia assim, ele pode também fazer e isso não trará prejuízos para a criança. Traz! Está comprovado. Digo isso pelo meu convívio. Traz prejuízos enormes. Os pais têm que assumir mesmo que também cometeram erros naquele tratamento dado, na alienação parental, dentro do casamento e nos casos fora, pós-separação. Isso é fato e é real!

Recebi aqui algumas correspondências. Uma delas nos parabeniza pela agenda e pelo momento da Comissão. Há diversas aqui. Dizem, por exemplo, que a guarda compartilhada tem que ser valorizada e que muitos pais fazem voto secreto – não sei se isso existe – e criam problemas para os filhos no futuro. Está aqui. Depois mostro para vocês. Li aqui, antes, todas elas.

Outra diz que uma audiência como esta deveria lotar esta Casa. Aqui está escrito. Depois eu mostro no final. Foi o que o senhor falou também. Esta Casa deveria estar lotada pela importância do tema. Grande parte da sociedade não entendeu ainda que a questão não é só a maioridade, diminuir a idade penal, mas, sim, tratar na essência. É na essência, no início da família que tudo acaba sendo reproduzido de forma positiva ou negativa no amanhã. Então, meus cumprimentos a todos.

Estou falando aqui que há mais cumprimentos que recebi das pessoas que destacaram a importância desta audiência.

Passamos a palavra, agora, à advogada, especialista em Direito de família e Presidente do Instituto

Brasileiro de Direito da Família do Rio Grande do Sul (IBDFAM), Dr^a Delma Silveira Ibias.

A SR^a DELMA SILVEIRA IBIAS – Reitero os agradecimentos ao Senador Paim por nos dar esta oportunidade, a nós, operadores do Direito, a nós, dirigentes de entidades, e a nós, sociedade como um todo, sociedade brasileira. Todos nós ganhamos com um momento importante como este. É um verdadeiro privilégio.

Quero cumprimentar o Sérgio de Moura Rodrigues, Presidente da ABCF, por esta iniciativa que ele tem e por estar à frente dessa entidade, que já tem representação em vários Estados do Brasil, com grande movimento e com grande atuação nessa questão, que é bastante delicada.

Como referido pelo Senador, nós precisamos, na verdade, de maior divulgação.

Através dos *e-mails*, os telespectadores se referiram a uma lei de nome bonito, mas que ninguém conhece. É verdade. Por isso, nós estamos aqui e, por isso, o nosso trabalho para que a lei seja divulgada e seja reconhecida. E vamos dar a mão à palmatória, sim: o Judiciário, como disse Marcel Ribeiro, de Mauá, São Paulo, e como reiterou também a Dr^a Fernanda Molinari, do Rio Grande do Sul, dentre vários outros *e-mails* que estão chegando à mesa – a gente vê o interesse das pessoas por esse tema, todos se queixam do desconhecimento –, o Judiciário está fazendo pouco. Está, sim, vamos ser realistas! Ainda precisa de conscientização, ainda precisa de divulgação essa lei.

A guarda compartilhada, no nosso entendimento, precisa ser a regra geral nos processos, e não a exceção. O casal, quando se separa, vai ao Judiciário sabendo que a guarda é compartilhada. Assim ela deverá ser e, por isso, é uma das nossas batalhas.

O que acontece hoje na prática? Como bem já foi dito, não vou me estender naquilo que já foi falado, nas teorias, na lei, nas consequências da alienação parental, mas vou me reportar à prática, o que acontece quando o casal se separa? Vai para o processo e em 98% dos casos – e esse número é conhecido de todos nós – a guarda é materna. Ainda temos resistência, por diversas características culturais, educacionais, enfim, e a guarda ainda é materna. Então, ainda a alienadora é a mãe. Essa é a verdade na maioria dos casos. Não que não aconteça com pais, com avós e outros guardiões. Mas, na maioria dos casos, ainda é a mãe.

As denúncias de falsos abusos são predominantes nos processos. Alguém falou aqui que as estatísticas dizem que 70% – acho que foi o Sérgio – das denúncias de abuso são falsas. E são! A gente sabe que isso acontece, é mais um trunfo que a alienadora tem – e vou me referir aqui à mãe, porque ainda é a mãe, como

eu já disse –, porque nós sabemos que os processos não são céleres, que existe toda uma demora, todo um caminho para o processo se desenvolver, que as equipes multidisciplinares ainda são poucas no nosso Judiciário, ainda precisamos de mais infraestrutura nesse sentido para darmos a verdadeira efetivação à lei.

Essas questões só podem ser comprovadas efetivamente porque o magistrado não tem como saber, não tem como averiguar, aferir, Senador, uma denúncia tão grave a esse ponto, a não ser através dos canais da multidisciplinaridade. Então, tem que se auxiliar dos laudos de psicólogos, de psiquiatras, de assistentes sociais, do Instituto Médico Legal, enfim, de todas as outras áreas para, então, vir a dizer se aquilo é realmente procedente ou não. Só que a vida não espera. A vida é muito mais dinâmica do que a legislação, do que o processo em si. Nesse interregno, já se passaram dois anos, três anos, oito anos, como foi dito aqui na mesa.

Eu conversava com o Dr. Sérgio Marques, que depois da minha fala vai se manifestar, e ele dizia que tem casos concretos de denúncias junto à Presidência da República nesse sentido. E é verdade. Nós todos sabemos desses casos. Nós lemos. Vêm aos nossos consultórios, diariamente, essas questões que são levantadas. Aquele que registra esse fato, essa falsa denúncia, não é responsabilizado, não acontece nada! Na maioria das vezes, nem a guarda é revertida. Por isso continua ocorrendo isso. Porém, o dano, o prejuízo já está instaurado na cabeça daquela criança, na sua psique, na sua formação, e às vezes é irreversível. Às vezes, psicólogo, psiquiatra nenhum, medicação nenhuma vai reverter esse quadro.

Então, esse é o verdadeiro retrato que temos da alienação parental. É contra isso que precisamos batalhar. É isso, Senador, que estamos todos os dias debatendo, porque levamos a questão para congressos, seminários. Recentemente, realizamos, no Rio Grande do Sul, através do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família), do qual sou Presidente, o V Congresso de Direito de Família do Mercosul, onde tivemos painéis em que abordamos essas questões, inclusive com palestrantes internacionais. E isso está refletindo no mundo todo.

Se o nome é bonito, é difícil, agrada ou não agrada, isso é o que menos importa. O importante é que nós conhecemos o problema, sabemos que ele está instaurado no seio da nossa sociedade, da nossa família, e começa muitas vezes bem antes até do próprio parto, como o caso que foi comentado aqui na mesa, da gestação em que começa aquele repúdio com o pai. Depois, quando a criança nasce, também o pai é muitas vezes tolhido, proibido de trocar fraudas, de fazer

a mamadeira porque não sabe, porque não é jeitoso. E por aí começa essa alienação parental, muitas vezes – é bom que se diga – inconscientemente, porque nem sempre a mãe tem consciência de que aquele comportamento, aquele agir – falo mãe, e digo o alienante, seja ele quem for – é um prejuízo enorme que está sendo instalado na cabeça daquela criança e vai se prorrogar pela sua vida, com malefícios, prejuízos – como já disse – muitas vezes irreparáveis. E às vezes as pessoas não se dão conta disso.

Então, precisamos divulgar, discutir, debater e também fazer todo empenho para que os órgãos públicos, a saúde pública também se conscientize disso e possa, assim como está fazendo o Senador Paim nos dando essa oportunidade, fazer com que o Judiciário também seja muito parceiro nessa questão e as outras entidades das áreas multidisciplinares também. Que sejam parceiras nessa divulgação, nesse estudo, nessa conscientização e nas consequências dos malefícios que isso causa às nossas crianças.

As consequências, como bem foi dito, são inúmeras e perversas. São pessoas que ficam imprestáveis para o resto da vida, vão para a drogadição, para o álcool, para a vida criminosa. Enfim, resta só uma pergunta, digamos assim: foi em face da alienação parental? Não foi? Não! Mas se nós tivermos conhecimento, se nós, sociedade, tivermos consciência de que esse mal está instaurado e que existe, na grande maioria das famílias... Muitas vezes a mãe, o pai diz para o irmão:...

(Soa a campanha.)

A SRª DELMA SILVEIRA IBIAS – ...“Seu irmão é inteligente, e você não é inteligente igual ao seu irmão. Por que você não faz igual ao seu irmão?” Todas essas comparações perversas, às vezes inconscientes, resultam em malefícios, sim. Mas eu não quero me estender porque depois teremos mais *e-mails* para responder e acho que enriquece o debate a contribuição que vem dos telespectadores, porque cada um conta a sua história, faz uma queixa. E nós sabemos que todas elas são relevantes e de suma importância, muitas delas já bastante corriqueiras, do nosso cotidiano, e nós, na prática, pouco podemos fazer. Mas o que nós podemos fazer nós estamos fazendo. É isto aqui: a ABCF, o Sérgio, todas as outras entidades, o Brasil inteiro aqui representado, o Senador, todos estão se dispondo a essa discussão para nós tentarmos, juntos, amenizar essa questão que é grave e perversa. Alienação parental não deve se instalar no seio da família, nem antes nem pós-separação.

Muito obrigada, por enquanto. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Delma Silveira

Ibias, advogada, especialista em Direito de Família e Presidenta do Instituto Brasileiro de Direito da Família do Rio Grande do Sul.

Eu ia completar antes, depois lhe chamei, dizendo o seguinte. Embora alguns digam “por que tanta audiência sobre alienação parental?”, vou assumir o compromisso com vocês aqui que, enquanto eu estiver aqui no Senado – eu tenho mais seis anos; só daqui a seis anos é que vou pensar o que vou fazer da vida –, todo ano, eu vou fazer, no mínimo, uma audiência para discutir como está a questão da alienação parental. Veja bem, é um tema que se tem de debater de forma permanente para a população ter conhecimento, como acho que sobre a Lei Maria da Penha tem de haver mais audiência, porque a lei está endurecendo, mas a violência contra as mulheres continua crescendo. Então, temos que continuar debatendo.

Sou daqueles que têm como princípio que “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Por isso que me chamam de teimoso aqui no Congresso por causa de alguns projetos que pego e não paro enquanto não os vejo aprovado. Por exemplo, o fator previdenciário, que não tem nada a ver com essa discussão aqui. Mas eu não vou sair daqui enquanto eu não acabar com o fator.

A palavra é sua.

A SRª DELMA SILVEIRA IBIAS – Eu gostaria só de complementar, Senador, o que o senhor disse, que tem mais seis anos e que nós estaremos aqui falando disso. Eu espero que, daqui a seis anos, estejamos aqui comemorando os resultados positivos e estatísticos da alienação parental. Que possamos dizer: há seis anos, estávamos aqui falando que a lei estava engatinhando e as pessoas se queixando, a maioria dos *e-mails* que chegavam era de queixa de que o Poder Judiciário pouco faz, que as entidades pouco fazem, que os operadores do Direito das áreas interdisciplinares pouco fazem. Então, quero chegar aqui, Senador, neste mesmo gabinete, daqui a seis anos, e dizer: que bom que hoje os *e-mails* que estamos recebendo são todos de pessoas que disseram que realmente o nosso trabalho foi frutífero, que os frutos foram espalhados por este Brasil e que a alienação parental realmente é coisa do passado, que não precisa mais estar na ordem do dia, porque ações realmente foram efetivadas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O pessoal manda *e-mails* e fica esperando retorno. Depois vocês vão ter que dividir e responder tudo isso aqui. Dividam entre vocês.

O cidadão comenta que, “dentro da esfera do Poder Judiciário, observa-se que 80% das denúncias, no caso de separação, visam ao benefício de um dos

genitores para a obtenção da guarda unilateral”. Pergunta: “Como seria possível evitar que a convivência saudável com os genitores ocorresse, haja vista a lentidão nas análises das varas de família, evitando tanto o favorecimento da alienação parental com o apoio do próprio Judiciário?”

Acho que vou deixar com a senhora, para que a leia com mais calma. Eu estou só fazendo rapidamente.

Sobre a audiência pública citada aqui por nós, o cidadão informa que será realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da Bahia.

“O genitor alienado deve conservar um comportamento equilibrado com os seus filhos. Esse é um conselho mais fácil de dar do que aplicar. Submetido a todo tipo de escândalo deverá aguentar firmemente, mesmo se estiver a ponto de explodir.” É um conselho que ele está dando. “O genitor alienado deve conservar um comportamento equilibrado com os seus filhos.”

Vamos passando.

“Qual a dificuldade de o Judiciário em punir os alienadores? A alienação parental só existe por conta do Poder Judiciário, que é conivente com essa situação. Como mudar esse quadro? Pergunta para o Dr. Cesar Galves Mangini.” Ele fez questão de incluir na pergunta o nome dele.

As apresentações dos convidados estão publicadas no e-Cidadania, mas pode ser necessário pressionar a tecla F5 para visualizar os documentos no canto inferior direito da página. Aqui o próprio e-Cidadania está orientando como participar do debate. Alguém deve ter perguntado e eles respondem: “As apresentações dos convidados estão todas publicadas a partir do momento em que eles vão falando automaticamente no e-Cidadania, mas pode ser necessário pressionar a tecla F5 para visualizar os documentos e a fala de cada um no canto da página.”

“Poderiam disponibilizar o contato da Srª Esmeralda Roberta? Pode ser e-mail ou telefone, pois tenho interesse em convidá-la para um grupo de debate sobre o tema.” Daí, a senhora passa no momento adequado.

“Existem centenas de ONGs no Brasil voltadas para defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Por que tantas delas continuam em descompasso com a questão da alienação parental? O que poderíamos fazer a respeito? Pergunta para Sérgio Marques.” Ele está dizendo que as ONGs deveriam ficar mais por dentro desse tema e debater o tema, o que é importante.

Para o Dr. César Galves Mangini: “Somente os pais podem sofrer alienação parental?”

“Gostaria de convidar o Senador Paulo Paim e o Dr. Sérgio para participar da nossa audiência pública na Assembleia Legislativa, Bahia, em 24/10. Mandaremos

convite oficial através do Deputado Marcelino Galo.” – estão insistindo para que todos nós estejamos lá.

“Sérgio, é muito importante que, na próxima audiência, tenhamos casos concretos para que possam ser expostos na audiência, bem como apoio para a participação dos diretores.”

Fale então!

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Senador Paim, dentro da política de divulgação da alienação parental e seus efeitos na Associação Brasileira Criança Feliz, do IBDFAN e da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica, os diretores estaduais da Associação Brasileira Criança Feliz estão trabalhando junto às Assembleias Legislativas para que a gente consiga implantar nos calendários oficiais de cada Estado, de cada cidade – e nesse sentido temos aqui já tramitando com o Senador Paim esse projeto – a Semana Nacional de Conscientização da Alienação Parental.

Então, como eu disse, cada diretor da ABCF tem se empenhado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E já podemos assegurar que, durante toda essa semana, vai haver audiência pública aqui, abrindo a semana.

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Isso.

Então, o que é a semana de conscientização da existência da alienação parental, inserida no calendário oficial de uma nação, de um Estado, de um Município? Isso é um chamamento a todos os pais que hoje praticam alienação parental. Só que eu vou, mas a lei, o chamado tem que ficar. Esse chamado tem que ficar latente na sociedade para que nós não esqueçamos e voltemos aqui talvez não em seis anos, Drª Delma. Eu vou ser um pouquinho mais otimista: em dois anos, nós vamos estar aqui agradecendo e dizendo: “Brasil, deste o exemplo, combatestes a alienação parental, informastes as pessoas, implantastes o amor na tua sociedade.”

Então, quero já diretamente agradecer ao Everaldo Lima Queiroz, nosso Diretor na Bahia e fazer o convite ao Senador e a todo o seu gabinete: dia 24 de outubro será a vez de a Assembleia Legislativa da Bahia, na voz do Deputado Marcelino Galo, discutir o assunto, não exatamente como estamos fazendo aqui, mas nessa sequência.

A Bahia tem sérios problemas, graves problemas de pais que, há oito, dez, doze anos, por denúncia feita no papel de pão, estão longe de seus filhos. Porque a primeira medida sem se ouvir a outra parte... O Brasil é cheio de leis que determinam que não se pode negar o contraditório e toda uma estrutura legislativa que garante os direitos do cidadão. Mas se chega uma denúncia de abuso, a primeira coisa que fazem é pendurar o pai na forca, ao passo que deveriam dizer para essa

peessoa – pai ou mãe que está denunciando –: “Olha, para um pouquinho, tu estás fazendo uma denúncia que é de muita responsabilidade! Tu deves estar atento porque estás trabalhando contra a vida, a saúde do teu próprio filho”. Isso o Judiciário deveria falar.

Eu peço a todos aqueles que recebem denúncias, tanto ao Conselho Tutelar, quanto aos médicos que, quando receberem uma mãe ou um pai que quer forçar laudos, pelo amor de Deus! – há conselhos de ética, leis, para quê? –, parem e pensem! Coloquem uma espada... Na voz do Juiz Carnevale, do Rio de Janeiro, coloquem uma espada sobre a cabeça desse denunciante: “Prepara-te! Tu estás infringindo uma lei se isso for falso. Então, pelo amor de Deus, pense no teu filho!” E assim por diante.

Everaldo, fica aqui o convite a todo o Brasil: dia 24 de outubro, na Bahia, Assembleia Legislativa, estaremos discutindo mais uma vez. A Bahia tem que parar! Lembra-me a Dr^a. Delma: na Assembleia Legislativa da Bahia, em Salvador. Fica o convite, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Agora, vamos direto para o Dr. Sergio Marques, Coordenador-Geral da Política de Convivência Familiar e Comunitária da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, vinculado – digamos – à minha querida Ministra, Deputada e amiga Maria do Rosário.

O SR. SÉRGIO EDUARDO MARQUES DA ROCHA – E militante também da causa da criança e do adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como ela representa a Comissão de Direitos Humanos, ela é militante de todas as causas nobres e do bem da história do País.

O SR. SÉRGIO EDUARDO MARQUES DA ROCHA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tenho um carinho muito forte pela Maria do Rosário.

O SR. SÉRGIO EDUARDO MARQUES DA ROCHA – Bom, primeiro, quero agradecer o convite e a pauta tão importante para que nós possamos discutir, de forma qualificada, a questão da alienação parental no nosso País.

Eu tinha feito uma fala formal, mas creio que foram tantas as questões aqui abordadas e interessantes que gostaria de começar falando um pouco do conceito de Gardner, quando fala que alienação parental é um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia. Nessa conceituação, ele já incluía a palavra quase.

Respondendo a algumas perguntas que vieram aqui, alienação parental começa bem antes dessa disputa de guarda ou por rompimento de vínculos. Na separação de um casal isso atinge o ápice. Então, são situações que vêm se desenvolvendo ao longo de um relacionamento, seja ele um relacionamento conjugal ou não. Isso é importante trazermos à tona, porque impõe que façamos um exercício de levar essa temática para outros espaços, para técnicos e profissionais que se relacionam com essa família ou com essa criança, dos quais essa família, essa criança ou adolescente façam parte, no seu contexto familiar ou comunitário. Acho que aí podemos avançar muito.

Quando esses sinais... Geralmente, quem está alienando não reconhece, isso já foi dito por todos, esse processo de alienação. Mas existem os profissionais que atuam com essa família, ou através dos centros de referência e de assistência social, ou através dos programas, por exemplo, de saúde na família, que atendem diretamente a família. E um espaço importante de observação é a própria escola, onde isso fica muito explícito; e não se tem a atenção por parte dos educadores de quando se têm essas falas constantes de alienação contra um ou contra outro ou até depreciativas contra a própria criança e o adolescente. É um espaço no qual podemos avançar para que essa lei, que tem um nome tão bonito, se torne efetiva. Que ela se torne efetiva e que todas as outras que a antecederam, principalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, se tornem efetivas, na garantia de direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, e uma convivência saudável.

Aí a gente chama a atenção para algumas situações de alienação parental que comumente não são observadas. Quando há uma criança que, por algum motivo, está tendo avaliada a situação de segurança de estar com sua família, até para uma colocação no serviço de acolhimento, eu, que particularmente trabalhei 16 anos, ouvi muitas falas alienatórias e depreciativas da própria família; depreciativas no sentido de desqualificar a família, principalmente se essa família vem de uma comunidade carente, se é uma família pobre. Há uma desqualificação completa do papel da família, em vez de se buscar alternativas de qualificá-la, de buscar dar condições a essa família de poder educar o seu filho e filha dentro do que nós consideramos que seja o ideal. E isso culturalmente em nosso País é complicado. Culturalmente nós temos que transpor certas barreiras.

Existe uma discussão muito grande – e há um projeto de lei tramitando aqui neste Congresso – sobre castigos físicos e tratamento cruel ou degradante. Para que tratamento cruel ou degradante de uma criança,

de um adolescente que está tendo o tempo todo que mentir ou omitir que gosta de um ou de outro genitor, ou sendo punido fisicamente porque demonstrou gostar ou porque não atendeu a um pedido de um ou de outro quando sofre uma alienação parental? São legislações que estão neste Congresso e que têm um apelo como se fosse o Estado tentando intervir na família, quando, na verdade, é o Estado resguardando direitos, até porque são leis de orientação e de prevenção, e não leis de punição. Hoje o que nós temos são leis... A aplicabilidade da legislação é altamente punitiva.

Então quando uma criança ou adolescente é explorado sexualmente, quando ela sofre um abuso sexual por parte do seu genitor, ela é a primeira a ser punida. O primeiro procedimento que se faz é afastar a criança do seu convívio familiar e colocar no serviço de acolhimento. O segundo é condenar esse abusador sem lhe dar o direito ao contraditório. Outra violação gravíssima e que deixa sequelas irreversíveis são as repetidas vezes em que essa criança é ouvida, sem ter uma escuta qualificada. São questões que precisamos discutir e discutir em um âmbito geral.

Já respondendo à pergunta do Silvio Rogério, sobre qual a dificuldade do Judiciário de punir os alienadores, não é só o Judiciário que tem dificuldade de punir os alienadores. A alienação parental não só existe porque o Judiciário é conivente. Na verdade, nós temos um Judiciário que ainda precisa se especializar no direito da criança e do adolescente, porque não é só a alienação parental que não tem a devida atenção e o devido aperfeiçoamento na aplicabilidade de uma legislação que é tão clara e explicativa, porque a lei da alienação parental é explicativa, é muito explicativa. Não precisa um exercício muito grande para poder aplicá-la. Nós temos dificuldade, sim, de aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nós temos problemas seriíssimos com situações da aplicabilidade de acolhimento que ainda é feito por situações de pobreza.

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO EDUARDO MARQUES DA ROCHA – Nós temos situações gravíssimas, no País inteiro, de uma adoção dita regular, desrespeitando e aí promovendo uma verdadeira alienação parental, porque é a desqualificação da família biológica em favor da família substituta. E a gente tem que repensar os determinados procedimentos.

E há algo para o que eu gostaria de chamar atenção. Hoje, pelo último levantamento do IBGE, nós temos mais de três milhões de crianças, no nosso País, que não têm o nome do pai no registro de nascimento. E o que isso quer dizer? Por que não tem o nome do pai? É por que o pai não quer? É uma escolha da própria mulher? Muitas vezes o pai não sabe da existência.

Eu estava conversando agora, aqui, há pouco, nós recebemos diariamente... Estourei o tempo, já, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, não.

O SR. SÉRGIO EDUARDO MARQUES DA ROCHA – Não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não. Você foi tão bem que eu lhe dei dez minutos e já dei mais dez. Está lá naquele cronômetro.

O SR. SÉRGIO EDUARDO MARQUES DA ROCHA – O.k.

Nós temos recebido diariamente diversas denúncias de situações de alienação parental. E há uma que me chamou muita atenção pelas repetidas ações de alienação parental. E isso tudo está comprovado pelo genitor, que está sofrendo alienação parental. Primeiro, houve denúncia de violência física contra a companhia. Nos processos instaurados, não houve a comprovação. Em seguida, houve uma denúncia de abuso sexual também não comprovada, a criança está sendo inclusive submetida a exame num hospital de referência. Além disso, o pai ainda continua afastado, com visitas monitoradas. E ainda não se dando por satisfeita, houve uma nova denúncia de abuso sexual por conta do pai, na visita monitorada. São situações muito sérias.

Com esse despreparo no trato dessas questões, principalmente pela ausência de equipes técnicas qualificadas nas varas da infância e pela demora dos ritos processuais e até por uma falta de uma punição – digamos assim –, para quem está alienando, é como se fosse natural fazer esse tipo de denúncia e depois não responder, não comprovar a denúncia, não responder por tal. Esse cidadão já tem três ações movidas contra a sua ex-mulher, que está fazendo as falsas denúncias. Isso, num espaço de quatro anos. E ele continua a ter que provar diariamente que não comete esse tipo de violência contra seu filho, só porque eles decidiram não continuar mais a sua relação. Então, são situações que temos de discutir e avançar de uma forma muito propositiva para melhorar, porque hoje as configurações familiares, no nosso contexto social, mudaram bastante.

O nosso amigo aqui, o Sérgio Correia, me diz que existem centenas de ONGs no Brasil voltadas para a defesa dos direitos da criança e do adolescente e pergunta: “Por que tantas delas continuam em descompasso com a questão da alienação parental?” Eu respondo que realmente continuam. Da mesma forma, existe ainda uma maneira muito conservadora de se olhar o direito da criança. A criança deve deixar de ser objeto

de direito para ser sujeito de direito, ser protagonista. No nosso País, há 23 anos, estamos buscando colocar a criança e o adolescente nesse papel de sujeito de direitos. Infelizmente, as organizações avançaram muito pouco nessas questões de absorver toda essa nova legislação que veio após o Estatuto da Criança e do Adolescente. É como se o Estatuto da Criança e do Adolescente resolvesse e dirimisse todas as situações que existem acerca dos nossos meninos e meninas.

Era isso que eu quero neste momento trazer para que a gente possa avançar na discussão.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Sérgio Marques, que aqui representou a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Ministra Maria do Rosário.

Ainda há dois convidados nossos que gostariam de usar a palavra. Aí volta para a Mesa. Peço que sejam distribuídas mais ou menos as perguntas para que todos nas considerações finais possam responder. Já estão mais ou menos distribuídas.

Só quero dizer àqueles que estão interagindo conosco, chegaram dezenas e dezenas de mensagens, que ali na tela há: “Assista ao vivo e participe.” Nós temos o canal 2, embora esteja havendo, a partir das 11h30, uma sessão também no plenário do Senado. Temos o canal 2 e depois temos <http://bit.ly/AlienacaoParental>. Podem interagir por ali e também pelo 0800-612211.

Então, agora, por favor, Sr. Norton Charles de Andrade Barreto, Diretor da ABCF Cuiabá, Mato Grosso, que fez questão de se deslocar de lá até aqui. É uma alegria para nós recebê-lo. Seja bem-vindo. (*Palmas.*) Parabéns pelo esforço, que sei que é pela causa.

O SR. NORTON CHARLES DE ANDRADE BARRETO – Bom dia a todos. Agradeço aos nossos amigos da ABCF pelo momento, por mais uma vez estar com vocês.

Senador, queira me permitir relatar uma pequena história da minha vida sobre alienação parental, do mais alto grau de gravidade.

Na alienação parental hoje nós temos a característica principal, que é a cegueira do alienante, principal característica para se instalar uma alienação parental. Depois vem a instalação das falsas memórias, que são falsas denúncias, são as mentiras.

O meu caso começou, primeiro, dentro do casamento, mas na figura da avó. Eu sempre estava no computador, minha filha chegava, me abraçava, tinha aquele carinho de ficar olhando algo no computador comigo. Mas, quando passava finais de semana com a avó, quando chegava a avó para entregar a minha fi-

lha, minha filha ficava na porta olhando para mim como numa situação de repulsa, não querendo me abraçar. Eu não sabia o que era alienação parental na época, nem tinha conhecimento.

Então, eu falava assim: “Minha filha, o que está acontecendo? Vem aqui dar um abraço no papai. Vem aqui.” Ela olhava assim, ela vinha, mas me abraçava sem vontade. Então, vinha um monte de coisas na minha cabeça.

A avó queria viver com minha filha pelo fato de ela estar separada, sozinha. Ela falava isso antes: “Deixa ela viver comigo? Você vai trabalhar, você não vai ter tempo.” Então, já estava sendo instalada a alienação parental.

O clima no meu casamento era muito ruim, um clima ruim. Até na audiência, na vara criminal, citei à juíza que vi meu pai amar minha mãe, considerar todos nós, ter um convívio muito saudável conosco, e eu não tinha atitude nenhuma em relação à minha filha do que eu era acusado.

Então, quando se instalou a separação, houve a grande guerra, o ciúme. Depois de alguns meses separado, eu conheci outra pessoa e a pessoa de quem eu tinha separado não aceitou a minha convivência com essa outra pessoa e começou a alienação parental. Depois veio a fase mais grave da minha vida, que foi a falsa denúncia de abuso sexual.

Então, enfrentei este problema seriíssimo na vara de infância: tiraram o meu pátrio poder pela fala da mãe e da avó. E aconteceram coisas absurdas, que eu não quero citar aqui porque não quero comover nem parecer um pai recalcado. Eu estou aqui como um pai que está lutando não só por mim, mas também por muitos pais de todo o Brasil e em consideração também a Mato Grosso, onde há muitos pais que estão me procurando para orientá-los.

Com as denúncias, tiraram o meu pátrio poder. Então, com toda a luta, com toda a força de pai, com todo o amor de pai que eu tenho no coração, eu corri atrás da Justiça para poder ver a minha filha novamente.

Eu quero agradecer a um desembargador de lá – não vou citar o nome dele aqui –, que reconheceu que eu estava sendo vítima de alienação parental. Ele me devolveu o meu pátrio poder e o meu direito de visita.

Só que o fato de a alienação parental não ser reconhecida ainda pelos operadores de Direito como deveria levou o promotor a me representar novamente na Justiça criminal, sendo discutidos todos os argumentos do processo cível na vara de família. Naquele momento, começou outro pesadelo na minha vida.

Então, houve obediência à determinação dos juízes para a aproximação da minha filha com visitas supervisionadas. Na primeira visita, Senador Paulo

Paim, a minha filha me abraçou, e nós brincamos de bola, revivemos desenhos animados da Disney e interagimos. A psicóloga acompanhou tudo e fez todo o seu argumento para ser colocado no processo. Só que, no segundo dia da visita, minha filha já estava me recusando e não queria mais os brinquedos que eu levava. E forçando, gravei alguns momentos com ela, tirei fotos e relembrei muitos momentos com minha filha. Então, o momento mais bonito que eu tive foi o de poder abraçar a minha filha, um sonho que eu tinha. No terceiro dia, minha filha já estava realmente alienada, não queria. “Eu não quero mais esse brinquedo. Não vou te abraçar.” Ao final de tudo isso, a mãe foi ao Ministério Público e falou: “A minha filha não quer ver mais o pai.” E eles obedeceram à fala da mãe.

Hoje eu me encontro assim, ainda esperando uma decisão para ter minha filha de volta. Desobedeceram a essa ordem do meu direito de visita à minha filha, e eu agora aguardo. Com o meu desespero, instalei, no canteiro de Cuiabá, para todos verem, um grande painel com os meus braços cortados clamando para ver minha filha. Coloquei a logomarca da ABCF para que pudessem recorrer à ABCF a fim de nos ajudar e orientar em qualquer tipo de situação. Isso gerou também o andamento do meu processo, e os pais que viram o site da ABCF recorreram a mim para pedir ajuda.

Hoje eu vivo a minha situação com muita fé, mas também com problemas, porque estou convivendo com pais desesperados que me procuram em Cuiabá.

Eu vi aqui o defensor público falar que alienação parental é uma palavra bonita, mas, para quem vive a alienação parental, essa é uma palavra monstruosa, é uma palavra assustadora. Alienação parental é o mais alto grau de terror na vida de todos nós pais.

Portanto, eu quero aqui agradecer e deixar um alerta aos pais e às mães separados para não praticarem a alienação parental, porque os nossos filhos merecem ter um futuro feliz, um futuro de felicidade, como nós tivemos também com os nossos pais.

Então, é isso. Eu quero agradecer a todos a oportunidade a mim concedida.

Muito obrigado ao meu Presidente, a minha grande amiga Dr^a Delma, a minha amiga que estava aqui neste momento e a todos os participantes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o depoimento do Sr. Norton Charles de Andrade Barreto, que é Diretor da ABCF, Cuiabá, Mato Grosso, que falou de um caso concreto.

Antes de passar a palavra para Bruna Barbieri Waquim, Secretária da ABCF, Maranhão, vou fazer uma pergunta – é uma pergunta de quem é leigo, e estou trabalhando com vocês.

Eu percebi que aqui, sempre – em todas as falas e até em perguntas que aqui chegaram –, é a mulher a culpada. E não pode ser sempre, deve haver alguma exceção. Eu percebi que há uma tendência... Eu acho que o homem também é culpado, mas há casos e casos. Mas eu percebi isso e é uma provocação que faço em função do que eu ouvi aqui.

Parece que a doutra quer falar antes de você, pode ser?

A SR^a DELMA SILVEIRA IBIAS – Senador Paim, realmente essa é uma verdade que aflora nos nossos tribunais, estatisticamente. E isso por quê? Não é uma questão de a mãe ser mais alienadora que o pai ou que os avós, que os demais cuidadores, existem outros casos de alienadores, sim. Mas como ainda, na nossa sociedade, na nossa cultura, é a mulher ainda quem é a guardiã, quem fica com a guarda unilateral dos filhos, então esse aspecto propicia que haja essa instalação de alienação parental. Isso por quê? Por diversas questões que já discutimos, mas principalmente em face da mágoa, do ressentimento, das questões parentais e da conjugalidade malresolvida.

O que acontece nesses casos, Senador? O casal separa... E aqui nós já dissemos que alienação parental se instaura muitas vezes antes, mas ela aflora e vem à discussão da Mesa por ocasião do rompimento da sociedade conjugal, do casamento, da união estável, enfim, da convivência do casal. Aí a questão da parentalidade fica confusa com a da conjugalidade. Ou seja, o que é isso? Quando o casal se separa, quem separa é o casal; pai e filho, mãe e filho não se separam nunca, é um laço eterno, é um laço para sempre. O casal se separa, o casal se divorcia e aí então se instaura essa confusão malresolvida e aí vêm as questões de mágoas, ressentimentos, usando como bode expiatório as crianças, os filhos, e se instaura todo esse processo que já vimos, com todos esses malefícios. Por quê? Porque ainda a mulher é, na sua grande maioria, diante da nossa sociedade, da nossa cultura, quem fica com a guarda unilateral dos filhos.

Por isso a nossa batalha de que a guarda seja a compartilhada, como regra geral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Dr. Cesar quer também...

O SR. CESAR GALVES MANGINI – Só um comentário. É a grande maioria, isso já é um fenômeno natural, mas há outro fator a ser analisado, porque esse preconceito, às vezes, se volta contra a mulher. A mulher que vive a alienação parental tem menos condições, dizem que é por algo que ela fez. Isso provém do mito da mãe perfeita. Porque como falam que a mãe é perfeita e não erra, quando existe alienação

parental, ela é menos reconhecida ainda no caso da mulher e já com a sua minoria.

Eu tenho um caso prático de uma mãe com dois filhos que tem a guarda. Quando, no fim de semana, vão para a casa do pai, tanto do pai quanto dos avós paternos, eles praticam ato de alienação parental, está ocorrendo a SAP. São duas filhas, uma com quase 10 anos e a outra com menos idade. Os efeitos estão diferenciados. A mais nova já está com uma situação de esquivia. Com tudo que falam ela concorda, dos dois lados, para quebrar aquela ambivalência. Quando ela está com a mãe ela concorda com o que a mãe fala, e assim vai. A mais velha vive com muito mais ansiedade, com muito mais amargura, porque ela já tem consciência. Ela pergunta para a mãe: “Mãe, você não é mentirosa”. Ela, do nada, fala assim. Em outras, porque a mãe busca uma formação, uma faculdade. Então, ela procurou ajuda, mas muitas outras não procuram. Ainda assim, a maioria continua sendo de pai. Mas a mãe, quando sofre, ela sofre no ambiente, normalmente, ela com a guarda. E, quando não tem a guarda, pior ainda fica a situação, por conta da reversão do preconceito. O preconceito faz com que a maioria seja o homem alienado, mas, quando ocorre o inverso, quem sofre mais é a mulher. E ela sofre até para buscar ajuda. Ela tem vergonha e tem medo de admitir que sofre alienação parental.

Como essa minha cliente, que fala que não sabe o manejo, não sabe como fazer, vendo a amargura das filhas. E só o fim de semana. Ela não quer cortar o vínculo, porque é contra controle. Ela poderia pedir: já que é assim, então não quero mais. Ela já deixou claro que não quer que a filha deixe de ter contato com o pai, assim como os avós, mas ela quer uma solução para o caso. E a solução não é o Judiciário. A solução é nessa área multidisciplinar, em que tanto o pai quanto os avós percebiam o mal que estão fazendo para essa criança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – muito bem, Dr. César, psicanalista.

Vou passar agora para a Bruna Barbieri Waquim, que é Secretária-Geral do IBDFAM, Maranhão.

Permita-me que eu leia duas mensagens:

“Senador, hoje a lei Maria da Penha é usada indevidamente para afastar os pais da prole. Falsas denúncias...” O senhor já falou antes. Aí, de novo, sobrou para as mulheres. Só está sobrando para as mulheres aqui. Olha, eu vou ler de novo:

“A Lei Maria da Penha é usada indevidamente para afastar os pais da prole. Falsas denúncias por mulheres que querem apenas praticar atos alienatórios, com aval imediato do Judiciário. O senhor precisa atentar se é isso.”

Está dada a mensagem. Depois, alguém comenta aqui, por favor.

Por fim – veio por *e-mail* –, a cidadã comenta que os casais que pretendem a separação precisam esclarecer aos filhos e à Justiça sobre os motivos do término da união. Segundo ela, as crianças precisam saber da verdade, exposta pelo casal, e não de forma unilateral, pois, dessa forma, poderá haver manipulação de relatos, o que ocasionará uma má interpretação dos fatos pelos filhos, e, assim, o desgaste da imagem paternal ou maternal.

Dr^a Bruna, por favor.

A SR^a BRUNA BARBIERI WAQUIM – Bom dia a todos. Inicialmente, Senador, eu gostaria de trazer um dado interessante para ajudar a esclarecer.

Realmente, a alienação parental não é uma questão de gênero. Mas, culturalmente, a gente observa que existe certa predominância da prática de atos de alienação pela comunidade feminina.

Eu trouxe uma citação de Roberta Palermo, em que ela diz o seguinte:

Embora ainda não haja números precisos sobre o tema, alguns dados ajudam a entender por que a mãe tem mais chance de se tornar alienadora. De acordo com as Estatísticas de Registro Civil, divulgadas em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 87,3% dos casos são elas que detêm a guarda dos filhos em casos de separação. Nesse contexto, ainda segundo o IBGE, cerca de 1/3 dos filhos perde contato com os pais, sendo privados do afeto e do convívio com o genitor ausente.

Gostaria de pedir permissão aos senhores. Preparei um pequeno texto para organizar melhor a fala e gostaria de fazer algumas considerações que, na verdade, têm uma conotação de um resumo geral de tudo que já foi discutido aqui, até com mais propriedade:

Falar de alienação parental nos evoca, na maioria das vezes, a lembrança de disputas entre pais e mães pelo centro das atenções dos filhos. Por se mostrar, à primeira vista, como uma extensão do conflito conjugal, muitas das vezes o assunto alienação parental é levado em pouca monta pelos poderes públicos e pelas instituições do sistema da Justiça.

Mas gostaria de focar o problema da alienação não em quem pratica, mas em quem sofre, as crianças e adolescentes que perdem o direito fundamental a uma convivência familiar saudável e, por causa dessa ruptura da harmonia familiar, sofrem prejuízo na própria formação psicológica, como já foi comentado, pois a identidade de cada pessoa significa identidades, ou seja, a identidade de cada pessoa é formada pela convivência com outras duas entidades. O infante forma a sua própria personalidade observando os conflitos, as

concessões, os acordos daqueles que lhes servem de primeira referência do que é mundo, que são os seus pais. Quando um desses modelos está ausente, porque foi impedido de conviver, de ensinar, de dar amor, de dar limites ao filho, esse filho, inevitavelmente, crescerá incompleto, pois não lhe foi permitida a construção da sua identidade como de direito. São seres humanos que irão se tornar adultos com as mesmas falhas em manter relacionamentos saudáveis, com a mesma dificuldade de superar críticas e desafios, adultos com transtornos de identidade, enfim, serão adultos que não poderão acrescentar tudo aquilo que poderiam para a sociedade.

É interessante que temos no Brasil, como também já foi registrado, toda uma campanha de conscientização e de incentivo ao registro civil, para que nenhuma pessoa fique sem pai naquele documento tão importante para o exercício da cidadania, só que mais ainda do que constar o nome de alguém numa certidão pública, deve ser garantida a efetiva participação dos pais na vida dos seus filhos.

A Lei nº 12.318, de 2010, a Lei de Alienação Parental, já estabeleceu que esse problema é uma verdadeira violação ao direito fundamental, ou seja, é um direito previsto dentro do próprio corpo da Constituição Federal, que é a de convivência familiar saudável, já estabeleceu que constitui a prática da alienação um abuso moral contra essa criança, em primeiro plano. E a nossa Constituição estabeleceu o dever para cada pai, para cada sociedade, comunidade, para os poderes públicos de manterem as crianças e adolescentes livres de toda e qualquer forma de violência, e não existe forma maior de violência do que a violência psicológica, pois imaginemos nós como não se assemelha a uma tortura psicológica uma criança que quer dar afeto a um dos pais, participar a sua vida para o outro pai e ela se sente coibida, coagida, ameaçada caso ela promova isso. Ou seja, uma criança que tem o desejo de ter a convivência, de ter o afeto, de ter a realização do seu afeto, mas por conta de uma interferência externa ela sofre essa violência psicológica de não poder dar vazão aos seus próprios sentimentos.

Todos sabemos que a prática da alienação parental tem vários graus, várias fases. Fazer com que os filhos assumam lados, quando o casal briga, disputar quem o filho mais gosta, quem mais respeita, querer ser para quem o filho corre quando se machuca, quem o filho chama quando está com medo, é uma vivência cultural até mesmo, pois os genitores praticam sem ter consciência dos danos que isso pode provocar, e hoje, que nós já temos um nome a esse mal, nós observamos como o problema da alienação parental consegue ser destrinchada em diferentes modalida-

des na prática. Situações em que os avós continuam a usar os netos para continuar mandando, controlando a vida dos filhos, sem conseguir lidar com a autonomia que todo filho deve ter quando chega à idade adulta, e mesmo a situação reversa, quando os avós sofrem pela ausência dos netos, quando os filhos, por exemplo, pretendem questões de sobre menos relevância, como questões de herança. E nas famílias reconstituídas, em que muitos padrastos e madrastas servem de motivação para que o antigo consorte seja afastado da convivência dos filhos. Mas a lei, por exemplo, não é muito clara se um padrasto ou uma madrasta possa ser a vítima direta da alienação parental e o genitor apenas uma vítima reflexa. E hoje podemos pensar na hipótese até mesmo de idosos que são manipulados por um dos filhos, um dos afilhados contra os outros filhos e outros parentes em questões mesquinhas como inventários, testamentos. É outra discussão, para outro momento, mas que também deve ser levantada no momento oportuno, porque existe, na realidade, causa danos aos envolvidos e deve ser combatida.

Por esses e outros tantos motivos, por ser uma prática tão silenciosa e tão culturalmente arraigada, é dever dos poderes públicos, das instituições, do sistema da Justiça, da sociedade civil organizada, instrumentalizar o combate a esse mal, e para tanto eu gostaria de apontar três medidas que à medida que forem crescendo as discussões poderiam se tornar muito relevantes.

Trago uma consideração de Amartya Sen, economista indiano que afirma que só existe uma nação realmente desenvolvida para além dos aspectos econômicos quando se garante a todos os cidadãos o pleno exercício de suas liberdades, e ele defende há muito tempo que uma nação só consegue formar valores, formar um consenso e mudar esses valores com a interação social, e espaços como o presente, Senador, de audiências públicas, são essenciais para movimentar a sociedade, para se conscientizar sobre maus costumes e assim se discutirem racionalmente novos valores e novos padrões de comportamento.

Audiências como esta são vitais para alcançar a coletividade, para fazê-los pensar sobre o problema e discutir quais as soluções necessárias para superá-lo, inclusive as mudanças necessárias dentro de cada um, como pai e filho, como cônjuge e parente, que devem adotar uma postura saudável.

Meus especiais cumprimentos ao Senador, por nos possibilitar este momento tão relevante de interação social, em busca da formação de uma nova cultura familiar, em proteção das crianças e dos adolescentes.

Outra medida que considero relevante seria o fortalecimento das duas – a meu ver – principais frentes

de combate à alienação, que são os conselhos tutelares e os núcleos de assistência social e psicológica dos tribunais.

Os conselhos tutelares são uma espécie de *longa manus* do Estado na intimidade de cada comunidade, regionalizado, para quem podem recorrer pais e filhos em primeiro lugar, para compreenderem o problema da alienação parental, buscarem uma solução por meio do diálogo, antes mesmo de consultarem psicólogos e advogados. Mas eles devem ser capacitados para essa finalidade e receber um aparato suficiente para que possam exercer suas atividades, para prestar um bom serviço.

Bons conselheiros podem coibir, podem inibir a prática assim que ela esteja se formando. Assim que eles são procurados, podem esclarecer os genitores sobre suas funções, os seus erros e impedir o prosseguimento dessa prática, sem que seja preciso, ao final, enfrentar um longo e árduo processo judicial, que é a nossa realidade.

E as equipes multidisciplinares dos tribunais são essenciais porque, depois de judicializado um conflito de alienação parental, não basta apenas a Justiça dar uma sentença declarando um vencedor e um perdedor, porque isso só vai aumentar os conflitos subjetivos que dão causa à alienação parental.

Então, é necessário o apoio – como já foi comentado – de uma equipe que possa dialogar com as partes, esclarecer essa confusão entre parentalidade e conjugalidade e orientar um acompanhamento psicológico também, para que a raiz desse mal seja tratada, mais até ainda do que apenas se punir essa prática.

Terceiro e último ponto. Existem várias formas de se instrumentalizar a consciência coletiva para saber o que é alienação parental, como evitar que a pessoa pratique a alienação, ainda que inconscientemente, e como fazer para que o alienado possa reverter esse quadro. Distribuição, por exemplo, de cartilhas sobre alienação parental ou sobre o impacto da conduta dos pais na formação dos filhos para serem entregues nos cartórios, junto com o registro de nascimento ou junto com a realização de exames pré-natais; a inclusão, em todas as escolas, de uma programação obrigatória sobre a conscientização da alienação parental em escolas públicas e privadas, porque, afinal, nós temos o Dia do Índio, nós temos as comemorações sobre o Dia da Água, nós temos toda uma naturalização de discussão desses assuntos com crianças e adolescentes. Por que não naturalizar, para crianças e adolescentes, o que é uma convivência familiar saudável, quais são os limites do exercício de uma parentalidade; o que é normal de se esperar de um pai e de uma mãe e o que é normal de querer participar da vida de ambos?

Então, campanhas recorrentes em meios de comunicação são medidas que precisam de poucos recursos, mas que têm um grande alcance e que vão disseminar o esclarecimento necessário para que cada pai e mãe tenham consciência do que sua má conduta pode causar em seus próprios filhos; para que seus próprios filhos sejam esclarecidos em ambientes imparciais sobre o que é ser pai, o que é ser filho, quais são seus direitos, o que pode estar errado numa convivência familiar. Enfim, para que possam tomar conhecimento os pais alienados dos mecanismos legais de defesa contra essa violação, protegendo, assim, seus filhos de um futuro que foi egoisticamente prejudicado. Isso serve também para munir os filhos das informações sobre o que é normal, o que é saudável, porque isso, sim, corta pela raiz o processo de manipulação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bruna Barbieri Waquim, Secretária-Geral do IBDFAM do Maranhão, fez um grande resumo. Meus cumprimentos. Se você permitir, eu farei dessa sua fala uma fala no plenário, dando a fonte do seu trabalho, em nome da Comissão. Daí eu falarei ao Plenário sobre o tema, dando, naturalmente, a autoria sua, pois você leu esse documento. Acho que ele é muito rico, porque inclusive faz sugestões concretas de três ações que nós poderíamos, de forma coletiva, ajudar para que sejam efetivadas. Meus cumprimentos.

Eu precisaria de uma cópia do documento dela para eu ler em plenário, em nome da Comissão, dando autoria, naturalmente, a ela.

Agora, nós vamos voltar para a mesa, para as considerações finais. O tempo passou rápido. É sinal de que o assunto é palpitante, não é? Ele mexe com as emoções de todos nós, com um pai dando o seu depoimento, com a Bruna fazendo esse histórico, com todos os convidados falando de como eles veem o tema. Então, eu pediria que cada um agora, dentro do possível, ficasse em torno de cinco minutos respondendo, de forma objetiva, os questionamentos que vieram e, ao mesmo tempo, fazendo a sua análise da reunião.

Eu vou passar estes aqui – aqui são mais constatações. Vou passar para você, doutora. “Sabia que alienação parental mata?” – é uma pergunta. “Assassinou um cidadão brasileiro em Portugal. Cláudio Rio Mendes, advogado, foi morto pelo sogro devido a um processo jurídico de custódia com a genitora”.

“A AP matou um pai: Cláudio. Podem ver mais dados em...” Aqui, ele diz todo o caminho de onde se encontra. Na hora, se quiser falar sobre isso... Aqui é o mesmo, ele repetiu. É o Modesto Mendes.

Por fim, ele diz: “‘Toda criança tem direito a ambos os pais para um crescimento harmonioso e saudável’. Cláudio Rio Mendes, pai que morreu vítima de AP”.

Vamos começar agora, com cinco minutos, dentro do possível, naturalmente, com a Dr^a Esmeralda Roberta de Souza Lima, professora e pesquisadora, que abriu, de forma brilhante, aqui, os nossos trabalhos.

A SR^a ESMERALDA ROBERTA DE SOUZA LIMA – Obrigada, Senador.

Nós estamos aqui para responder algumas perguntas que nos foram direcionadas.

Eles sempre procuram saber sobre a questão do Judiciário, como o Carlos Eduardo Tostes, que diz: “A Comarca de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, também está despreparada em relação à alienação parental...” Respondendo a essa pergunta, eu vou responder também a mais duas do Adriano Silva, em que ele pergunta sobre atitudes impensadas do Judiciário em acatar as picuinhas e o que se pode fazer.

O Dr. Elísio Luiz Perez, que esteve conosco na reunião do mês de junho, fala o seguinte: o Judiciário ainda não se encontra aparelhado para entender esses conflitos envolvendo os casos de alienação parental. Eu responderia, então, que isso é um caso vivenciado não só na Comarca de Campos dos Goytacazes, mas em todas as comarcas. Sabemos sabe disso. Críticas. Eu mesma já fui vítima de críticas do Ministério Público dizendo assim: “Se você falar mais uma vez em alienação parental, você vai ser presa. Não existe alienação parental. Alienação parental é coisa da sua cabeça”. Com isso, ficamos vendo a falta de conhecimento do que seja isso. Por que acontece essa questão do Judiciário, com a sutileza com que as alienadoras chegam até ao Judiciário? Alega-se toda a questão de uma mãe superprotetora; geralmente, colocam a religião à frente: “Ah, é porque a família lá pertence a uma religião, eu sou de religião tal. Eu não queria que meu filho convivesse para que a gente não tivesse esse conflito”. É importante que o Judiciário tome conhecimento disso e diga assim: “Eu preciso entender mais. Eu não preciso mais ceder aos caprichos”.

Vendo a questão dos conselhos tutelares, eu penso o seguinte: os conselhos tutelares devem mudar o critério de avaliação de escolha dos conselheiros. Há pessoas que mal conseguem assinar o nome, e estão lá na presidência desses conselhos. No interior, é mais uma questão política, de indicação por candidato. É importante que esta Comissão repense isso. Coloquem lá pessoas capacitadas, que conheçam, sejam pedagogos, sejam psicopedagogos, sejam até mesmo pessoas do ramo do Direito, que entendam. Nós estamos com conselheiros tutelares que mal conseguem assinar seus nomes.

E aí que conhecimento, que causa vou defender se eu não tenho o poder do entendimento, da compreensão, da contemplação do ser propriamente dito.

Então, fica um alerta, pedimos ao senhor que seja uma regra: critério avaliativo pessoas que entendam do assunto, porque vão lutar com vidas, com famílias. Só posso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O nome já diz: conselheiro tutelar. Se é conselheiro, tem que ter o mínimo de preparo. É que nem eu querer ser conselheiro do Senado sem saber o que é o Senado.

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Então, é isso. Deixamos aqui esse pedido, para que mudem esses critérios. A seleção pode ser a questão da eleição, mas que exijam um critério.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um preparo.

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Preparo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como é em qualquer profissão.

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Como em qualquer profissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para ser advogado tem-se que apresentar...

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Para ser advogado deve-se passar por uma seleção de OAB e tudo mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso...

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Então, vamos repensar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eta examezinho difícil aquele!

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – Aqui uma pessoa que pergunta: “O que fazer para coibir essas ações?” Como falamos anteriormente, a pessoa que comete alienação é doentia, perversa mesmo na condição, precisa ser entendida.

(Soa a campanha.)

A SR^a ESMERALDA ROBERTO DE SOUSA LIMA – A família precisa ajudar e não ceder aos caprichos do alienador.

E deixando aqui o meu recado para o Carlos Eduardo, que pede meu contato. É esmeraldaroberto@hotmail.com. Esse é o meu endereço de contato. Estou aqui com a maior satisfação em fazer isso, em divulgar para o mundo. A alienação é cruel e costumo dizer que alienação parental só quem sofre sente a dor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Dr^a Esme-

ralda Roberto de Sousa Lima, professora e pesquisadora. (*Palmas.*)

Parabéns, obrigado por tudo.

Passo a palavra agora ao Dr. Cesar Galves Mangini, advogado, mas a essência aqui ele me dizia no início, é um psicanalista especialista nessa área.

O SR. CESAR GALVES MANGINI – Bom, não poderia deixar de começar falando da grande contribuição dos participantes aqui. O Norton expando sua ferida, começamos a perceber a alienação parental com essa nocividade, com essa violência, quando pessoas como você têm coragem de vir a público expor isso. Acho importante, relevante. Você não quer nenhum tratamento diferenciado, e sim resolver essa questão. Muitos como você no Brasil estão hoje sofrendo, quase perdendo a vida. Agradeço que existam pessoas como você que vêm até aqui representar todos os outros. Isso é muito importante, solidarizo-me com a sua dor. Pense o papel importante que você tem quando tomou a frente para representar os outros pais que não têm a mesma capacidade, situação psíquica de ir atrás e lutar. Continue na sua luta que você vai vencer. É maravilhoso o que a Bruna falou, divulgue isso para as tantas comunidades do Face, tanta gente que pode levar esse texto até para que haja uma melhor compreensão.

Complementando os itens dela, o primeiro é óbvio dessa questão da importância da audiência pública, ainda mais interativa. Nos itens dois e três há até essa proposta. No item dois, na questão dos conselhos tutelares, há essa proposta da Esmeralda, que é relevante, pensar numa questão de exigência mínima e de formação e há também uma proposta em relação à formação de uma equipe técnica de apoio. De repente, advogado e psicólogo conhecedor que possam acompanhar.

O item três, na questão da cultura, de se levar ao debate, acho que a academia é um importante ponto de debate dessas situações sociais.

Apresentei em junho e volto a apresentar à Mesa a proposta. Infelizmente, é por lei – inicialmente, mas depois a gente pode, quando já passa a ser uma situação cultural a lei é desnecessária – a questão da obrigatoriedade de algumas faculdades, aquelas que tenham manejo em relação à criança, terem a disciplina de alienação parental no currículo. Hoje, há pessoas que se formam em Direito e Psicologia e não ouvem essa palavra na faculdade. Quando fui defender meu TCC, o tema que eu queria era alienação parental. Meu professor, especialista em Direito de Família disse que não podia, porque ele não conhecia alienação parental. O que eu fiz? Eu mudei o título. Falei de alienação

parental no tema, mas com outro título, porque ele não aceitou a alienação parental.

Hoje, na formação de Psicologia, a disciplina de psicologia jurídica fala muito pouco de alienação parental. Então, a partir do momento em que forem obrigatórias 180 ou 360 horas, pelo menos, para a disciplina na faculdade de Direito, Psicologia, Pedagogia, Sociologia, todas essas que têm o manejo, isso já vai ensinar o debate na academia. Vão sair de lá profissionais com o mínimo de atenção. Então, essa seria a proposta para completar o segundo e o terceiro item. Inclusive haveria não só a disciplina na faculdade, mas também um curso obrigatório, com um mínimo de horas, para os conselheiros eleitos a fim de que eles, como pessoas qualificadas, entendessem o que é alienação parental. Isso seria importante também no segundo item.

Parabéns pela sua fala. Muito bom.

Quero responder rapidamente ao Silvio Rogério. “A ação de regulamentação de visitas já é um indício de alienação parental conforme o art. 2º, inciso II, III e V, da Lei da Alienação Parental. Por que a Justiça só age quando a Síndrome de Alienação Parental é evidente e não quando existe indício? Não deveria. Como eu disse, a teoria adotada na nossa legislação é a do risco abstrato e não do risco concreto. Então, a partir do momento em que aquele rol previsto no art. 2º não é taxativo – há apenas exemplos ali de atos –, se ocorrer um ato, já deve ser punido, já deve ser tomada uma iniciativa para que se coíba ou para que nem chegue a existir a alienação parental. Portanto, não é preciso detectar a Síndrome de Alienação Parental, como eu falei no início. Basta que haja atos que ensejem a alienação parental. Se não estiver contemplado no rol, mas houver um nexo causal de ato que possa ensejá-la, já deve ser tomada a iniciativa pelo Poder Judiciário.

Vivia, de São Paulo: “Somente os pais podem sofrer alienação parental?” Não, avós também. Há um fato que acontece muito, mas não chega aos escritórios nem ao Judiciário, mas aos consultórios: normalmente a madrasta ou o padrasto pratica alienação parental com um filho de outro casamento, já órfão de mãe, por exemplo, numa família com irmãos mais novos, não deixando que ele tenha contato com os irmãos por imaginar que seria uma influência ruim. Essa situação acontece muito com irmãos mais velhos que não têm contato com a família. Os mais novos querem ter contato com o irmão mais velho, considerado uma referência, um herói, mas aí há a alienação parental.

Fabiano Fruet, de São Paulo: “Psicólogos bem-preparados podem identificar o problema e apoiar o Judiciário na tomada de decisões?” Deveriam, mas

poucos. Eu estou com um laudo lá horrível. Estamos representando um fato absurdo de uma psicóloga e também o de uma assistente social que está tomando partido. Quer dizer, ela está extrapolando a profissão, o que é proibido pelo Conselho de Serviço Social. E há regras também para os laudos psicológicos. O Conselho Federal de Psicologia, a Resolução de 2008, cujo número não lembro agora, fala exatamente como deve ser o laudo que carece de uma formação mais específica para que os profissionais interdisciplinares possam ajudar o juiz. Deveria haver esse profissional qualificado.

Roosevelt: “O genitor alienado deve conservar o comportamento equilibrado.” Essa é a sugestão que ele dá. O primeiro caminho que há... Quando uma pessoa me procura, eu falo que, para atendê-la na questão do processo jurídico, ela precisa procurar um auxílio profissional, como um psicólogo, e buscar um lazer ou alguma coisa para que esteja preparada para essa luta, porque a angústia é muito grande. A pessoa passa por uma frustração muito forte e, se não estiver preparada, não consegue superar, haja vista todos esses fatores adversos. Então, o que o Roosevelt fala é muito importante mesmo. A pessoa deve tentar manter-se firme para essa batalha.

O Sérgio Corrêa fala da questão da guarda compartilhada. Quando o Projeto de Lei 1.009, de 2001, foi aprovado aqui e sancionado pela nossa Presidente, isso vai mudar, porque passará a ser automática a guarda compartilhada – só com um motivo relevante, um problema unilateral... –, não será mais a conta-gotas; vai passar a ser regra e não exceção, como era a intenção do legislador, mas que, por questão de semântica e não sei qual o motivo, o Judiciário não entendeu assim, mas já era para ser assim.

O Roosevelt também fala: “O Estado tem conhecimento da relação entre alienação parental e delinquência juvenil?” Deveria. É muito forte. Isso acaba sendo um fator preponderante.

O Sílvia Rogério fala da questão do descaso do fórum de Cabo Frio. E quem atua na área, na rede social, teve contato com isso: defensor falar que não usa a lei porque ela não pegou. É um absurdo isso. Já falei na última audiência que não vai pegar mesmo se o operador do Direito – o advogado, o defensor público, o promotor – não se ativer a ela, não acreditar nela e não reconhecê-la como instrumento importante. Muitos nem a reconhecem. É um absurdo.

O Everaldo fala que há oito anos seu filho de 11 anos mora a 60km, que existe um processo e que não é respeitado. A quem recorrer?

Este é um caso em que já existe decisão do tribunal, dos desembargadores, e o fórum, a vara não o está respeitando. A quem recorrer?

Um dos caminhos é o CNJ, que tem um trabalho exemplar com essas questões. Então ele pode recorrer ao CNJ. É um dos caminhos. Há outros também, mas o importante é que ele está, de pronto, respondendo.

Por último, ele fala da questão da audiência pública, do convite. E todos nós já nos colocamos à disposição.

O meu contato é cesar@galvesmangini.com.br. Eu queria fechar essa questão mais uma vez dando os parabéns e agradecendo. Quero dizer que estamos diante de uma peste, de um mal não reconhecido ainda pela sociedade e que devemos olhar também a criança, devemos cuidar dela, mas também do genitor vítima, que teve a sua vida perdida.

Tivemos aqui um exemplo: a alienação parental mata? Mata, e não só desse jeito. E ela é democrática, não importa o nível social. Há padre anglicano sofrendo alienação parental, um exemplo de que tivemos contato; Juiz, nós tivemos o exemplo do Elísio; advogados... Não importa a classe social, não importa a profissão, acaba sofrendo este mal, esse mal que até tem esse poder de penetrar em qualquer nível por não ser reconhecido. Quando é invisível ele ataca. E precisamos dar mais atenção para isso. Precisamos fazer alguma coisa. São várias e várias pessoas morrendo.

Em 2009, um advogado no Paraná se matou com um tiro na cabeça. Há várias e várias situações. Temos contato com pessoas, até pela rede social, pelos grupos de que participamos, pessoas dizendo que estão a ponto de se matar, a ponto de cometer um suicídio, praticar homicídio até por estar nessa situação de limite. Então, que se faça alguma coisa para reverter isso, antes que o mal aconteça.

Enquanto estamos aqui falando, pessoas deixam de viver por conta da angústia, da amargura vivida por isso. Acabam perdendo o trabalho, são várias situações.

Então faço um apelo ao Judiciário, ao Legislativo, ao Executivo para que deem maior atenção para alienação parental. Um apelo a todos os magistrados do Brasil para que não vão pela via fácil, que separem o joio do trigo, e que deem mais atenção a esses pais, que não olhem o pai ou mãe ou o alienado, como uma pessoa violenta, uma pessoa descomposta ou qualquer outra coisa. Ele está vivendo uma situação de amargura, está doente e precisa do apoio do Estado.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o psicanalista e advogado, Dr. Cesar Galves Mangini, que complementou o trabalho da Bruna,

com algumas propostas que praticamente resumem o trabalho de todos os painelistas.

Passamos a palavra ao Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz, Dr. Sérgio de Moura Rodrigues, para suas considerações finais.

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Considerando que nós estamos felizes porque conseguimos sintetizar, estudar e colocar à disposição da nossa população esse conhecimento vital.

Antes de encerrar, quero, em nome da Associação Brasileira Criança Feliz, do IBDFAM e da SBPJ, passar as suas mãos, Senador, a história de um pai alienado, cruzada com a história de uma filha, que também queria ver o pai. Então, de um lado dessa história, o pai, que lutou pelos filhos, e de outro, a filha, que foi privada do convívio do pai. Essa obra, escrita em Portugal, que está nos assistindo neste momento em que falo agora.

Modesto, a Associação Portuguesa para a Igualdade Parental é parceira institucional da Associação Brasileira Criança Feliz. Modesto, nosso Cláudio pereceu nas mãos de um avô alienador. E pasmem, senhores; pasme, Brasil; pasme, mundo: a mãe da filha do Cláudio é juíza. Esse filme, no qual esse cidadão executou em praça pública o Cláudio, com a neta no colo, está no YouTube, à disposição. Cláudio, onde estejas, tua luta valeu. Modesto, teu irmão amou a filha dele como nós amamos nossos filhos.

ABCF, amigos que não são alienados, amigos que estão sofrendo, o Brasil precisa de nós, precisa dessa consciência de que são nossas crianças. Não adianta dizermos que têm proteção no ECA, como se falou, que têm proteção na Constituição, mas não têm proteção dentro de casa quando são agredidas pelos próprios pais. São agredidas brutalmente e da pior forma. A tortura psicológica de um pai e de uma mãe – A Morte Inventada, de Alan Minas –, daquele pai, daquela mãe que não consegue se aproximar porque é vítima dessa maldade.

Senador Paim, a ABCF não tem palavras e está totalmente à disposição para lutarmos 24 horas contra a alienação parental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz, Dr. Sérgio de Moura Rodrigues, que me presenteia com um livro de nome sugestivo: *Pai, vem me ver*. Eu vou me dar o direito de, no encerramento, ler o comentário que alguns especialistas do tema fizeram sobre o livro que você me deu aqui. Então, vou deixar para ler no encerramento. Achei muito interessante. Eu já dei uma lida rápida.

Passamos a palavra, agora, à Dr^a Delma Silveira Ibias, Advogada Especialista em Direito de Família e

que preside o Instituto Brasileiro de Direito da Família do Rio Grande do Sul.

A SR^a DELMA SILVEIRA IBIAS – A todos, principalmente ao Senador Paulo Paim, demais componentes da mesa, colegas, plateia, telespectadores que nos assistem e que mandaram *e-mails* com perguntas, sugestões, críticas. É isso que nós queremos. Então, o nosso objetivo está sendo atingido, porque nós queremos exatamente divulgar essa lei, divulgar a perversidade das consequências da alienação parental para as nossas crianças, para os nossos filhos.

Queremos dizer que o Judiciário precisa melhor se aparelhar. As áreas interdisciplinares precisam estar de mãos dadas com o Poder Judiciário, com a área jurídica, com os processos.

Nós, como operadores de Direito, como atores desse processo de separação, de divórcio, de guarda, de alimentos; nós, como pais, mães, políticos, sociedade como um todo, precisamos estar atentos aos malefícios dessa lei e, por isso, divulgá-la, por isso fazer com que ela seja efetivamente aplicada em nossos tribunais.

O relacionamento humano é uma questão de educação. Então, nós deveríamos introjetar esse conhecimento já lá nos bancos escolares, Senador Paim, lá na tenra idade, para que o adolescente, a criança já soubesse, já pudesse, ainda na tenra idade, identificar quando isso é maléfico, quando é uma armação, quando isso são implementação de falsas verdades. E para que isso possa ser introjetado é só com o conhecimento, com a divulgação, com o debate, com isso que nós estamos aqui fazendo.

Então, Senador, mais uma vez, nós agradecemos e queremos dizer que nós vamos estar, sim, de mãos dadas com o senhor, com a sua equipe, com a sua assessoria, para tratar desse tema tão importante e contamos também com a sua ajuda agora para o projeto sobre a guarda compartilhada, que já está em andamento aqui e logo estará nesta Casa, para que também ela seja aprovada, porque acreditamos não que a guarda compartilhada vá resolver todos os problemas, não, mas com certeza vai amenizar. Isso nós acreditamos, nós, operadores do direito, acreditamos, sim.

Em meu nome, como profissional, operadora do direito e como Presidente do IBDFAM, Instituto Brasileiro de Direito de Família – Seção Rio Grande do Sul –, agradeço a oportunidade, agradeço a participação de todas e coloco-me à disposição para qualquer questionamento ou maiores informações. Tenho uma página no Facebook que é só colocar Delma Ibias. Também tem do IBDFAM, IBDFAM-RS. Lá vocês vão obter todas as informações para algo que a gente não pôde

esclarecer. Realmente, algumas perguntas ficaram sem resposta, até porque algumas eram muito peculiares, muito particulares, mas algumas a gente vai se comprometer de responder via *e-mail*.

Coloco-me então à disposição de todos, cumprimentando-os mais uma vez e agradecendo.

Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Essa foi a Advogada especialista em Direito, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família do Rio Grande, Dr^a Delma Silveira Ibias.

Por fim, Dr. Sérgio Marques, Coordenador Geral de Convivência Familiar e Comunitária, que aqui representa a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. SÉRGIO MARQUES – Eu queria primeiro parabenizar o seu trabalho, Bruna, que fez uma síntese de tudo que nós discutimos aqui e trouxe propostas bastante propositivas e simples de serem realizadas – não precisa de grande aparato, de grande investimento para levar a informação e a formação à população e aos operadores de direito.

Eu queria também falar sobre a fala da Esmeralda. Há sempre uma confusão a respeito do papel do Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar não tem que ser especializado, não tem que ter especialistas, até porque a sua constituição é feita por eleição de pessoas da própria comunidade que atue naquele território, para que a família possa ter um atendimento dentro de uma linguagem mais simples. Quem faz o atendimento especializado, aí são os equipamentos e serviços públicos para os quais os conselheiros e as conselheiras encaminham. Infelizmente, no nosso País, não há investimento das prefeituras nos conselhos tutelares, principalmente de qualificação. A Secretaria de Direitos Humanos está fazendo um investimento em equipagem desses conselhos tutelares, como também nós temos as escolas de conselheiros tutelares e de direitos que formam, nas mais diversas temáticas, esses conselheiros. Anotei até aqui, como sugestão da própria Bruna, que essa temática fosse incluída nessa formação. Há uma proposta de 200 horas de formação para esses conselheiros. Temos escolas em quase todos os Estados brasileiros e outras sendo conveniadas, para que a gente possa avançar na qualificação dos conselheiros tutelares, uma inovação que o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe para o nosso País.

Eu quero dizer que esta é uma discussão que tem mesmo que ser feita repetidas vezes, para que a gente possa alcançar os mais diversos atores e para que a gente possa fazer com que esse juízes, promotores, operadores do Direito que desconhecem essa legisla-

ção pelo menos ouçam falar e comecem a pesquisar também sobre a temática. Mas eles não só desconhecem isso, eles praticamente desconhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente, em diversas partes, e outras legislações que vieram para complementar o Estatuto da Criança e do Adolescente. E aí nós vemos as diversas situações que nós temos em nosso País, recorrentemente, de denúncias que acontecem de interpretações equivocadas ou de desconhecimento da nossa legislação de proteção a crianças e adolescentes.

Quero sempre ressaltar, como a Bruna falou, que esse olhar e essa qualificação de atores e de serviços onde essa família está inserida neste território, até para observação e identificação, são medidas preventivas que nós podemos trabalhar dentro dos serviços que já existem, mas isso é possível com a qualificação desses profissionais, para que tenham um olhar sobre essa temática, mas não um olhar já punitivo, como acontece quando se detecta qualquer situação de violações referentes a crianças e adolescentes.

Gostaria de falar da disponibilidade da Secretaria de Direitos Humanos para estar presente nesses debates e para estarmos juntos, buscando soluções e buscando vir a esta Casa na aprovação de legislações e nos avanços que estamos trabalhando, para que nós possamos ter uma rede de proteção para nossas crianças e adolescentes e também para a família, porque lugar de criança é na sua família, para que ela tenha um crescimento saudável, junto do pai, da mãe ou família extensa ou ampliada, ou substituta. É isso que nós buscamos, e defendemos aqui esse direito essencial à convivência familiar e comunitária.

Então, fica o meu agradecimento, e estou à disposição de todos. Os meus contatos estão na página da Secretaria de Direitos Humanos, e meu *e-mail* é sergio.rocha@sdh.gov.br. E eu já recebi aqui, Senador, o convite oficial da Assembleia da Bahia para estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Sérgio Marques, Coordenador-Geral de Convivência Familiar e Comunitária, que aqui representou a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Eu recebi aqui este livro, *Pai, Vem me Ver*, que é uma edição especial adaptada à lei brasileira pela advogada Fernanda Molinari, em apoio à Associação Brasileira Criança Feliz. Aqui diz que uma porcentagem dos direitos do autor reverte a favor dessa causa, da Associação Brasileira Criança Feliz.

Eu vou ler aqui alguns comentários que achei interessantes, que têm uma simbologia para a gente encerrar nossa audiência de hoje.

Diz Fernanda Molinari, por exemplo:

Cada um pinta sobre nós a cor de sua preferência. Todos são pintores: pais, avós, professores, padres, pastores. O pincel é a fala, a tinta são as palavras. Falam as palavras, grudam no corpo, entram na carne. O que anseio é que, quando um filho disser “Pai, vem me ver”, essa frase signifique apenas um desejo de estar com, e não a representatividade de uma ausência.

Fernanda Molinari.

Depois há uma afirmação aqui que é do Dr. Sérgio Moura Rodrigues:

Todos os casos que chegam até a Associação trazem o mesmo conteúdo do Diário de Pedro, revelando sua luta para conviver com seus filhos, contrastando fortemente com as cartas de Ana, outra tristeza, o lamento de uma filha que tudo que desejava em sua vida era a presença de seu pai. Ainda há muito que fazer e pedimos a todos os Pedros que enfrentem a alienação parental com muita determinação e fé. Que jamais desistam de seus filhos. Jamais esmoreçam, mantenham-se firmes até a morte.

Minha mãe, que já faleceu, teve dez filhos. Você disse uma frase que ela dizia muito para nós. Ela teve dez filhos, meu pai já falecido, ela sempre dizia: “Uma coisa que vocês devem fazer [os dez filhos] foi o que nós fizemos com vocês dez: nunca desistam dos seus filhos.” Você disse aqui casualmente e eu voltei no tempo agora. Nunca desistam, por mais que eles incomodem, tenham problemas ou não, é uma luta permanente.

Isso que eu li foi de Sérgio Moura Rodrigues. O conteúdo dessa síntese é tão bonito, estou lendo agora. Vou ler os outros dois, que são pequenos.

Um livro que fala das dores humanas: perdas, distância, saudades, frustrações, perplexidade, diante do inesperado, do indesejado, do inimaginável, a história de um divórcio contada nas páginas de um diário transbordante de emoções incompreendidas e caladas. O relato de dor, mas também de esperança, é uma história que cala fundo ao coração pela tristeza que ela encerra, mas, sobretudo, é uma história de amor incondicional, de amor incansável, de amor de pai.

Raquel de Souza, promotora de Justiça titular da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Família, Ministério Público do Brasil.

E, por fim, a última.

O mais difícil da alienação é ver o sofrimento das minhas filhas e saber que elas são impedidas de expressar seu amor por mim e por minha família. É ver que o sorriso desapareceu do rosto delas, é ver o sofrimento de uma avó privada do convívio das únicas netas. Ah, como dói, e como dói, uma dor quase inimaginável. Paulo Roberto Ferreira de Albuquerque, um pai como tantos outros por este mundo afora que ama as suas filhas.

Meus cumprimentos, parabéns aos livros. Uma salva de palmas ao livro. (*Palmas.*) Vou ler, de fato, com muito carinho, porque sinto que é um fato real.

Aqui eles escreveram para mim: “Ao Senador Paim. Mais uma história entre as milhões... Muito obrigado por nos permitir ajudar as crianças do Brasil e do Mundo.” Muito bem, bonito. Depois assinam uma série de companheiros e companheiras.

Há um resuminho que a assessoria fez. Pergunto se contempla o que foi a reunião. Primeiro, Bruno, é claro, aquilo que nós já combinamos. Vou fazer o pronunciamento em nome de toda esta audiência pública no plenário nesta semana ainda. Depois, vêm os encaminhamentos:

1. Divulgar amplamente na sociedade o tema alienação parental e suas consequências. Isso passa por divulgação, por cartilha. Verei se a TV Senado também pode fazer vinhetas para divulgar;

2. Estabelecer critérios curriculares mínimos para escolha dos conselheiros tutelares;

3. Criar curso de aperfeiçoamento do profissional em alienação parental para operadores do Direito, em especial para os membros do Ministério Público, enfim, para Judiciário, peritos e conselheiros;

4. Acrescentar nos currículos acadêmicos prioritariamente em áreas que lidam profissionalmente com a criança e família o tema alienação parental;

5. Criar assessorias técnicas para os conselhos tutelares, tais como os advogados, psicólogos, pedagogos, psicanalistas que conheçam o tema e que possam ajudar para a formação.

Isso foi a síntese, mas, claro, depois a gente pega todo o material e tenta dar uma contribuição maior. O. k.?

Então, meus amigos e minhas amigas, encerramos esta audiência pública importantíssima no meu entendimento, não somente para nós que estamos aqui, mas para todo povo brasileiro. Acho que a alienação parental – estou convencido mesmo, não é porque venho desde o início trabalhando com o tema – é quase que aquela medalha de ouro que queremos mostrar ao Brasil no combate à violência, à droga. Há meninos e meninas que se perdem no tempo porque não acharam o seu caminho.

Muitas vezes, nós pais – eu falo como pai, tenho cinco filhos – não queremos assumir que somos também responsáveis por alguns caminhos indevidos que nossos filhos possam ter tomado. Eu estou falando em nome de todos os pais. Talvez os nossos pais lá atrás tenham cometido erros, e nós temos que admitir que também cometemos erros.

A alienação parental me parece ser uma luz que surge para orientar os pais no convívio com os filhos

sobre qual é o caminho a seguir. Quando eu digo orientar, é não criar problemas para os filhos e deixar...

Eu nunca me esqueço – vou terminar com isto – de que um dia li um tipo de parábola, mas era grande, que falava do arco e da flecha e dizia mais ou menos o seguinte – mais ou menos, porque não me lembro de tudo –: os filhos são como flechas. Depois que o arco verga e você solta a linha, a flecha vai ao sabor do vento, e aí ela tem que conduzir o seu destino. Mas você deu o primeiro empurrão que foi soltar a flecha. E é isto que nós temos que fazer: nos primeiros dias, dar a base e saber usar esse instrumento de pressão – quando eu digo “de pressão” refiro-me ao diálogo, ao entendimento, ao amor de que se fala tanto, ao carinho –, para que, quando a flecha se deslocar, ela siga o seu destino, mas que seja o mais seguro possível. Que nossos filhos sejam as nossas flechas e sigam o caminho do bem, da alegria, do amor e da felicidade!

O trabalho que vocês estão fazendo de combate à alienação parental pode dar esse suporte.

Parabéns a todos vocês.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.*)

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 16 DE SETEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e seis minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e treze, na sala número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 65 e 70 de 2013, aprovados em 5/9/2013, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Randolfe Rodrigues, respectivamente, que requerem a realização de Audiência Pública para debater o tema: “direitos, conquistas, desafios e perspectivas das pessoas com deficiência, como ação que integra a semana nacional de luta”. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e apresenta os senhores convidados, ao tempo que solicita que tomem lugar à

mesa. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Messias Ramos Costa (Surdo), Mestre em Linguística, Professor da Universidade de Brasília – UnB, por meio do Intérprete José Ednilson de Souza Júnior, representante da América Latina e Caribe na Associação Mundial de Profissionais Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais; Antônio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Lurdinha Danezy, Professora, Escritora e Artista Plástica; Macaé Maria Evaristo dos Santos, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC; Alessandra de Oliveira Caixeta Nogueira, Representante da Federação Nacional das APAEs. O Senhor Presidente franqueia a palavra para diversas pessoas presentes no plenário da Comissão, nesta ordem: Hélvia Fortes Rodrigues, mãe de pessoa com deficiência intelectual; Anabella Nóbrega, Psicóloga e Conselheira Escolar no Distrito Federal; Claudia Garcia, Supervisora Pedagógica do Centro de Ensino Especial de Brasília; Intérprete José Ednilson de Souza Júnior, representante da América Latina e Caribe na Associação Mundial de Profissionais Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais; César Aschkar Magalhães, Presidente da Associação Brasileira de Deficientes Visuais, Marly de Fátima Araújo, representante do Grupo de Apoio às Mulheres Atingidas pela Hanseníase (Gamah), Clésio, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e Ana Cristina Correia e Silva, Vice-Diretora de um Centro de Ensino Especial de Brasília. A audiência conta, ainda, com a participação dos seguintes intérpretes de língua de sinais: Maria de Lourdes Costa; Tatiana Arantes; Simone Silva de Moura e José Ednilson de Souza Junior. Fazem **uso da palavra** os Senadores Paulo Paim e Wellington Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bom dia! Vamos iniciar a nossa reunião de hoje.

Declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos nº 65, de 2013, de autoria deste Senador, e nº 70, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, ambos aprovados em 5/9/2013.

Objetivo: Debater os direitos, conquistas, desafios e perspectivas das pessoas com deficiência, como ação que integra a semana nacional de luta.

Esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade da participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link*: bit.ly-cdhllutaPcD, conforme está na tela, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Antes de convidarmos os nossos painelistas, porque um ainda está chegando, eu vou fazer uma pequena abertura para situar os nossos telespectadores e todos aqueles que estão neste momento assistindo à TV Senado, já que esta audiência foi amplamente divulgada, não só pela TV como em todos os seus ramos, como a Rádio e a Agência Senado.

A verdadeira democracia só existirá como tal quando dermos a todas as pessoas os mesmos direitos e todas as condições para exercê-los. É por isso que estamos aqui reunidos mais uma vez para debater, refletir sobre a luta que ainda se faz necessária, para garantir, proporcionar condições a todos e a todas de levarem uma vida digna, sem nenhum tipo de discriminação, sem empecilhos para que possam exercer as mais variadas atividades que desejarem.

O objeto desta audiência deve ser encontrarmos formas de possibilitar a todas as pessoas com algum tipo de deficiência que tenham seus direitos reconhecidos, para poderem exercer livremente a cidadania, como qualquer indivíduo que se encontre no pleno domínio das suas capacidades, como aqui nós elencamos. Ter uma ou outra deficiência é normal, eu mesmo tenho as minhas, por exemplo, a visão. Isso não quer dizer que eu não possa, em outras áreas, mostrar a minha capacidade.

Estamos aqui Parlamentares, especialistas e autoridades de todas as áreas realizando essa atividade relacionada à Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla. Aliás, essa semana inclui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, criado pela Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005, para ser celebrado no dia 21 de setembro. Eu tive a alegria de assumir a autoria, mas foi uma indicação das pessoas com deficiência.

Lembramos também que a Federação Nacional das APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) propôs como tema central para o ano de

2013 o “Enfrentamento à diferença que as pessoas com deficiência intelectual e múltipla e seus familiares vivenciam diariamente para a inclusão social.”

Para essa discussão é preciso que atentemos para a caracterização estampada no artigo 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas, de 2006, ratificada pelo Brasil em 2008, que é o seguinte:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

É preciso que adotemos uma nova postura. A deficiência tem que ser considerada dentro do seu contexto social e não mais somente biológico. Temos de lutar para abolir de vez os impedimentos causados principalmente pelas barreiras sociais, não importa se arquitetônicas ou atitudinais. Devemos eliminar os estigmas que perduram por séculos, para inserir as pessoas com deficiência na estrutura organizacional da sociedade, seja em trabalho, lazer, esporte, enfim, em todos os meios.

A rigor, é a própria sociedade que é deficiente quando impõe – ou permite que existam – obstáculos à integração de todos, das mais diversas atividades da convivência humana.

Bom, isso aqui já dá uma bela introdução. Não vou ler todo o documento que me encaminharam, mas é como uma contribuição ao debate, para que as pessoas que a nós estão assistindo possam entender a importância desta Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.

De imediato, convidamos para compor a mesa o Antonio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Além do Antonio José Ferreira, chamamos também o Sr. Messias Ramos Costa, mestre em Linguística, professor da Universidade de Brasília (UnB). Seja bem-vindo, meu amigo. (*Palmas.*)

E convidamos Lurdinha Danezy, professora, escritora e artista plástica.

Esses são os nossos painelistas desta manhã.

Nós vamos começar e depois daremos oportunidade também para que os companheiros e companheiras que estão no plenário, pelo menos uns três ou quatro, possam interagir com a mesa, ao longo dos debates. O importante é que estamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu só tenho três aqui na minha...

Ah! Muito bem. Então, vamos completar aqui a lista, chamando a representante da Federação Nacional das APAEs, Alessandra de Oliveira Caixeta Nogueira. Seja bem-vinda, Alessandra. *(Palmas.)*

O Antonio José Ferreira deve estar se deslocando para cá, disse que viria. E como ele ainda não chegou, nós vamos seguir a lista e iniciar com o nosso amigo Messias Ramos Costa. É com você, Messias.

Os últimos serão os primeiros. Depois, no encerramento, você vai encerrar. Você inicia. Eu, normalmente, não gosto de ser o primeiro a falar. Mas isso tanto faz, o importante é a mensagem.

Messias está com a palavra. Depois, ao final, ele encerra o bloco dos convidados.

O SR. MESSIAS RAMOS COSTA *(Tradução por profissional habilitado.)* – Bom dia a todos. É um grande prazer estar aqui com vocês, encontrar todos vocês aqui.

Quero cumprimentar os membros da mesa, o Senador Paulo Paim e todos os que estão participando aqui conosco.

Estamos aqui hoje para celebrá-lo e lembrar o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Esse é um dia muito importante para todos nós. Sinto-me emocionado de poder estar aqui com vocês e agradecer também a oportunidade de estar aqui com vocês na abertura desta semana.

Nós queremos também aproveitar este momento para fazermos reflexões a respeito dos avanços que temos tido em relação à pessoa com deficiência, principalmente em relação à pessoa surda. Nós temos preocupações muito grandes quanto ao nosso País, diferentes aspectos, diferentes questões, diferentes problemas que ocorrem em nosso País contra as pessoas com deficiência, coisas muito sérias, e isso nos preocupa, especialmente o preconceito contra as pessoas surdas, que têm direitos e também as suas capacidades e o seu valor. E aqui no Brasil, a pessoa surda tem encontrado muitas barreiras em vários Estados brasileiros.

Temos leis, regras diferentes, muitas, mas ainda faltam vários ajustes para estabelecermos políticas concretas de melhorias de acessibilidade em nosso País.

Hoje, aqui no Congresso, seja na Câmara ou no Senado... Lá na Câmara dos Deputados nós temos intérpretes da língua de sinais, por exemplo, mas aqui no Senado nós ainda não temos. Isso é necessário para nós. Como promover nossa acessibilidade? Aqui, antigamente, no Senado, nós tínhamos... Nós já estivemos aqui antes querendo conversar com os Senadores, querendo ir a Comissões, mas não há intérprete da língua de sinais. Isso nos prejudica, isso nos faz perder muito, nós que participamos de políticas públicas. *(Palmas.)*

Sabemos que existe uma distinção, sabemos que existe uma diferença entre os papéis do Senado e do Congresso Nacional e queremos participar nas duas Casas. E queremos que haja intérpretes e profissionais presentes em ambas as Casas.

E também, claro, na TV. Nós sabemos que temos a TV Senado, a TV Câmara, onde precisam ser inseridos intérpretes da língua de sinais e legendas em língua portuguesa também, para surdos que usem línguas de sinais, ou surdos também que são oralizados e utilizam a língua portuguesa, ambos terem acesso pleno em comunicação.

Isso é um direito nosso. E falta isso aqui no Senado Federal. Falta acessibilidade, valorização à acessibilidade, principalmente aqui nesses aspectos. Isso é um ajuste que precisa ser feito.

Quanto ao nosso País, a gente percebe também algumas dificuldades em acessibilidade. Há centrais de intérpretes em algumas partes do Brasil, mas elas precisam ser expandidas, precisam ser inseridos intérpretes também em hospital, em órgãos públicos e a comunicação em línguas de sinais ser garantida por meio de um profissional intérprete com um perfil qualificado. Esta é uma luta e a gente tem percebido esta dificuldade também em muitos Estados brasileiros: a falta desse tipo de serviço. Isso nos prejudica muito e é necessário haver uma mudança em nosso País, para que todas as pessoas com deficiência tenham seus direitos humanos garantidos em todo o Território brasileiro.

Em terceiro lugar, quero também falar sobre a falta de acessibilidade nas TVs abertas. Não há legenda em língua portuguesa, eu percebo que não há legendas, em poucas programações há intérpretes de línguas de sinais e que há legendas em língua portuguesa. Às vezes há o *closed caption 1*, com língua portuguesa e poderia haver o *closed caption* ou a legenda oculta também em língua de sinais. Ou seja, as pessoas terem a possibilidade de acessar qualquer um dos serviços de acessibilidade em todos os canais. E quem sabe esses serviços também poderiam nos ajudar a promover a valorização das diferenças, a valorização da nossa língua, a melhorar a inclusão das pessoas com deficiência em nosso País e a diminuir o preconceito e a falta de informação.

Fico muito triste quando eu percebo que às vezes falta esses recursos de acessibilidade na mídia. No Facebook, nós já tivemos um tempo atrás uma grande mobilização quando ocorreu um pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff, quando muitas pessoas, a comunidade surda brasileira reclamou bastante por não haver legenda ou intérpretes de língua de sinais no pronunciamento da Presidenta.

Como poderemos participar das políticas, como poderemos melhorar se não houver esses serviços? É necessária a inclusão desses serviços de acessibilidade. Muitas pessoas são prejudicadas por falta de informação.

Há um problema muito sério também que eu quero mencionar, e isso nos angustia muito, em relação aos concursos públicos. Onde está a acessibilidade nos concursos públicos? É preciso respeitar as diferenças linguísticas da pessoa surda. As pessoas ouvintes utilizam a língua portuguesa e, é claro, nós surdos temos a língua de sinais como primeira língua. E nos concursos precisamos ter provas garantidas em nossa língua também, em língua de sinais.

No concurso, por exemplo, para professores, há uma legislação em que os professores surdos são excluídos. Falta garantir aos professores surdos esse acesso também.

O edital para o concurso público, por exemplo, aqui do Distrito Federal tem uma porcentagem muito pequena para pessoas com deficiência e, em geral, as outras pessoas com deficiência que têm acesso à língua portuguesa saem na frente da pessoa surda, visto que nós temos dificuldades com a língua portuguesa e utilizamos língua de sinais e terminamos sempre ficando de fora desses processos. É uma barreira muito grande. São pouquíssimos surdos no Brasil que conseguem acesso ao serviço público por meio de concurso.

Eu sofri bastante, tive que ultrapassar grandes obstáculos para conseguir o meu espaço na UnB e ser aprovado na UnB, mas fui respeitado lá na Universidade como usuário de língua de sinais e a língua portuguesa como a minha segunda língua. Contudo, em muitas outras partes do Brasil, essas vagas de trabalho exigem a língua portuguesa como primeira língua e isso nos prejudica.

Precisamos entender que as pessoas com deficiência que são ouvintes utilizam a língua portuguesa e as pessoas que usam língua de sinais são surdas, são diferentes. Por exemplo, uma pessoa com deficiência física consegue, assim como as outras pessoas ouvintes, também aprender todos os conteúdos com tranquilidade. Uma pessoa cega, por exemplo, também consegue passar em concurso público muitas vezes, porque ela também acesso às coisas em língua portuguesa.

Eu não estou fazendo uma reclamação a intérpretes específicos ou coisa assim. Mas o que eu queria comentar também é a forma como intérpretes ocupam espaços que poderiam ser dos surdos e nos deixam de fora.

Ouvintes surdos, intérpretes, poderiam dividir vagas em concursos públicos, e não nos prejudicar e

nos deixar de fora, prejudicando surdos e uma luta de surdos e de pessoas com deficiência em todo o Brasil.

A porcentagem de vagas é muito pequena. Há um currículo e há também muitos cargos disponíveis para essas vagas, mas nós sempre ficamos de fora.

É preciso garantir possibilidades de ingresso ao serviço público para pessoas surdas e também em diferentes cargos. Essa barreira eu percebo em diversos lugares do Brasil e é uma luta que nós precisamos continuar, precisamos seguir.

Outro aspecto que eu gostaria de mencionar é a respeito do Ministério da Educação. Nós temos uma longa história, que se iniciou no ano de 2011 com o Movimento das Pessoas Surdas e de Valorização da Cultura Surda junto ao MEC, e o MEC tem desprezado esta nossa luta, tem retirado propostas que temos feito a respeito de educação de surdos dos documentos oficiais. O que o MEC tem valorizado.... Não significa que somos contra a inclusão. Sabemos que a inclusão é importante e também precisa respeitar a nossa diferença linguística. É isto que queremos que fique claro: a disciplina língua de sinais, o ensino por meio de língua de sinais precisa ser valorizado numa perspectiva bilíngue.

Eu, como professor surdo, posso utilizar recursos pedagógicos e a língua de sinais como primeira língua em sala de aula e a língua portuguesa como segunda língua. Isso é visão bilíngue e é isso que nós queremos para a educação de surdos, mas o MEC tem desrespeitado e tem desvalorizado as nossas propostas.

Eu tenho os meus direitos. Eu sou surdo. Eu estou aqui, neste País, fazendo propostas, participando de políticas, mas não podemos ser desrespeitados e desvalorizados dessa forma.

Eu tenho a minha história. Desde pequeno, fui inserido em escolas comuns e não pude ter um desenvolvimento, uma aprendizagem muito plena, porque eu não aprendi completamente todos os conteúdos, vez que a língua que se utilizava na sala era sempre o Português. A maioria das vezes eu era aprovado não por mérito meu, mas pelos professores. Minha língua portuguesa era muito ruim, até que eu deixei a escola inclusiva e fui para uma escola bilíngue aprender língua de sinais. Isso mudou a minha vida, mudou a minha forma de pensar e eu pude me desenvolver plenamente. Fiz magistério, fiz Pedagogia, fiz pós-graduação, fiz o curso Letras/Libras, fiz mestrado, sou linguista hoje. E, hoje, sou uma pessoa plenamente capaz, assim como as outras surdas de todo o Brasil também são capazes de desenvolver a sua língua de sinais e valorizar a própria língua.

O Ministério da Educação evita essa política e nos trata com inferioridade, e nós não podemos acei-

tar isso. Nós precisamos ser tratados com igualdade e com respeito, como cidadãos. Nós temos plenos direitos iguais a todos os outros.

Sexta-feira passada, dia 13, eu fiquei muito chocado com algo que aconteceu no Ministério da Educação. Nós estamos passando por um período de luto. Por que esse luto? Nós nos sentimos muito prejudicados por algo que ocorreu aqui em relação ao Ministério da Educação e à inobservância a certas propostas que nós já havíamos feito anteriormente. Nós tínhamos feito uma carta em que apontamos algumas sugestões, e o MEC recusou essas nossas sugestões que foram feitas por doutores, por grandes profissionais surdos.

Nós, que somos deficientes, temos uma visão de mundo, uma cultura, uma forma de pensar, diferentes. Nós conhecemos o que é ser deficiente com profundidade, ao contrário das outras pessoas que não são deficientes.

Fiquei muito angustiado... *(Pausa.)*

Há um grupo lá, responsável... Perdão, há uma secretaria, dentro do Ministério da Educação, que recebeu essas propostas feitas por nós, pessoas surdas, e pensou que nós não havíamos feito nada. Mas eles colocaram algumas coisas como se nós houvéssimos feito essa proposta, mas não era bem isso. O Ministério da Educação tem passado por cima de nós, tem desprezado a comunidade surda. Isso nos tem deixado muito preocupados e angustiadados com essa situação. As pessoas surdas e o Ministério da Educação precisam se relacionar. Precisam entender que a inclusão é importante, assim como a escola bilíngue. Precisamos elaborar um caminho comum para todos, promovendo a acessibilidade e a diversidade na escola. Essa é uma luta das pessoas surdas em todo o Brasil.

Aqui em Brasília, a escola bilíngue, que tem a língua portuguesa como segunda língua, já foi implantada, em Taguatinga. Já está aberta, já está funcionando. Os profissionais já iniciaram um trabalho lá. Muitos alunos surdos que agora estão naquela escola falam de como a escola é boa, de como se sentem felizes de estarem em um ambiente onde a língua portuguesa é a segunda língua e a língua de sinais é a primeira língua. Essa é uma demonstração de valorização e respeito à diversidade.

Há uma embaixadora japonesa que foi convidada a visitar a escola e ficou muito satisfeita ao ver a escola bilíngue funcionando e ao ver como ocorre a valorização das pessoas surdas e de sua língua. Mas nos entristece a postura do Ministério da Educação ao desrespeitar e desprezar a nossa cultura e a nossa própria identidade, a forma de pensar a nossa educação. Nós não concordamos com isso, nós queremos reivindicar o respeito aos nossos direitos. Escolas in-

clusivas e escolas bilíngues são diferentes e podem conviver entre si. A escola bilíngue valorizando a língua de sinais e a língua portuguesa.

Nós vamos continuar fazendo mobilizações, vamos continuar reivindicando direitos ao MEC e vamos continuar com as nossas lutas, reivindicando os nossos direitos. Não vamos parar, não vamos aceitar ser subordinados a uma política como essa. Contamos com vocês também, por favor.

Há um real preconceito, um real desprezo, em relação às pessoas surdas. Nós, pessoas surdas, não podemos mais aceitar sermos prejudicadas dessa forma. A inclusão, como ela está sendo posta para nós, tem o seu valor. Respeitamos a inclusão, mas a escola bilíngue é outro assunto, é um assunto dirigido às especificidades das pessoas surdas.

Em todo o Brasil, no ano que vem, nós vamos promover uma grande mobilização de luta contra essa política que desvaloriza o que nós, pessoas surdas, estamos pedindo ao MEC.

Um Deputado, Vanhoni... Nós já fizemos uma reclamação, porque foram colocadas, junto aos documentos, propostas do MEC e retiradas propostas nossas. Nós pedimos ao Congresso Nacional que, por favor, verifique o que está ocorrendo com relação a essas propostas. Aqui no Senado algumas propostas, do Plano Nacional de Educação, foram mudadas.

Há garantia dos direitos das pessoas cegas, das pessoas com deficiência, o que precisa ser realmente respeitado, pessoas com deficiências físicas, com todas as deficiências, mas há propostas também... e peço agora ao Senador e à Comissão de Direitos Humanos, que me convidou, que convidou todos aqui para estarem presentes, que convida, para muitas discussões, pessoas com diferentes deficiências para elaborarem propostas educacionais, que convidem pessoas surdas: precisamos acabar com isso. Há essas falhas aqui. Infelizmente, isso me angustia.

Em todo o Brasil, falta acessibilidade, falta escola bilíngue, faltam intérpretes, falta acessibilidade na TV, há muitas questões que precisam ser tratadas. E, por isso, eu disse que estamos, na verdade, passando por um momento esta semana, que é uma semana de luto, uma semana que nos falta muito. Precisamos garantir em toda nossa sociedade acessibilidade em comunicação, valorização da língua de sinais. Eu queria agradecer a todos vocês, agradecer à Mesa, agradecer aos que estão participando.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos ao mestre em linguística, professor da Universidade de Brasília (UnB), Messias Ramos Costa.

De fato, esta semana da pessoa com deficiência não é só para dizermos que está tudo bem, que está tudo legal, mas estamos aqui para dizer os fatos, a verdade, reivindicar, solicitar, e foi o que o Messias fez com muita competência. Pode saber, Messias, que tem toda a nossa solidariedade. Pressione aqui, claro, como você fez, nós, todos da Comissão de Direitos Humanos, acho que essa é a porta de entrada para que possamos dialogar com o conjunto dos Senadores.

Seus argumentos são sólidos, tenho certeza de que este Plenário todo ficou não só sensibilizado, mas convencido de que o que você disse aqui é fato, é real, e temos que avançar para que as suas reivindicações – a sua não, de todos os surdos, você é o porta-voz – sejam entendidas e atendidas. O que pudermos fazer junto ao MEC, pode ter certeza, esta Comissão tem uma relação muito boa com o MEC, acho que não é só ter uma boa relação, já que tem uma boa relação que sirva para gestionar, levar, fazer considerações de todos ao MEC sobre a situação específica que você coloca, com muita propriedade, dos surdos. Quando você fala, sei que você fala em nome de todas as pessoas com deficiência. Mas você, na sua palestra, claro, enfatizou a questão dos surdos.

O.k., Messias? Vamos em frente.

Quero já registrar, com alegria, a presença conosco do Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que também tem nos ajudado muito, e tenho certeza de que vai nos ajudar com esses encaminhamentos aqui propostos, que é o nosso querido Prof. Antonio José Ferreira, que é doutor, como o é o Messias Ramos Costa.

Uma salva de palmas ao nosso Secretário Nacional, que está aqui conosco. (*Palmas.*)

Chegou também a Alessandra de Oliveira Caixeta.

E eu não tinha registrado antes, chegou, agora, a querida Macaé Maria Evaristo dos Santos, que é Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC). Que bom que você está aqui ouvindo. Olha, todo mundo aí bateu palma porque o MEC está aqui, viu? (*Palmas.*)

Está de parabéns! A Macaé está aqui para ouvir, para levar, para dialogar, responder e encaminhar também ao Ministro as reivindicações que venham da Comissão.

Então, seguindo essa ordem, o Messias falou primeiro, o Antonio José... Nossa intenção é que você abra a nossa semana aqui, que não é a primeira já, esta já é a... Quem é que me ajuda da assessoria aí? São muitas, pronto, já me ajudou, não precisa di-

zer quantas, foram inúmeras semanas que fizemos ao longo da história.

Então, passo a palavra neste momento, ao Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Prof. Antonio José Ferreira. Com a palavra.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA – Bom dia a todos e a todas. Quero, aqui, cumprimentar, em nome da Ministra Maria do Rosário, a nossa querida companheira Lurdinha, que representa aqui a Federação Brasileira das Entidades que Defendem os Direitos das Pessoas com Síndrome de Down.

A SR^a LURDINHA DANEZY – Antonio José, vou ter só de corrigir você. Eu sou a outra Lurdinha.

Sou a primeira Lurdinha, sou a do Faped, do Fórum Permanente de Defesa da Pessoa com Deficiência do DF e Entorno.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA – Ah! Está bom, desculpa, Lurdinha, é porque misturei aqui as estações, mas também, Senador, a gente não tem a nominata.

Lurdinha do Faped, também nossa companheira, que está sempre na defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Para quem não sabe o que é o Faped, é o Fórum das Entidades dos Direitos das Pessoas com Deficiência aqui do Distrito Federal. Acertei agora, Lurdinha?

A SR^a LURDINHA DANEZY – Acertou.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA – Pronto. Muito bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E quem chegou, quem não chegou.

Então, a gente entendeu. Você está com toda a razão. Devia haver uma lista em braile dos convidados.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA – Pois é, e olha que nesta Casa há gráfica.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso. Você tem toda razão. Nós estamos aqui concordando com você.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA – O senhor providencia na próxima.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na próxima, nós vamos fazer isso.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA – Cadê Loni? Loni é que tem que cuidar disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode criticar, que aqui não existe censura não. O que é errado tem que ser falado mesmo, como falou muito bem aqui o Messias.

Vai lá, Antonio, senão eu fico te atrapalhando aí.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA – Verdade.

Eu quero cumprimentar o nosso querido Messias Ramos, representante da Federação Nacional de Educação e Integração de Pessoas Surdas (Feneis); parabenizar também o excelente intérprete que está aqui presente hoje, ajudando o Messias, parabéns pelo seu trabalho.

Eu quero cumprimentar a nossa querida representante da Federação Nacional das APAEs e também a Prof^a Macaé, que está aqui, que é a nossa querida colega Secretária Nacional da Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

Meu caro Senador Paim, mais uma vez, o senhor traz esse tema à Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, e um tema tão pertinente durante esta semana, que tem como ponto culminante o dia 21, Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, que será comemorado no próximo sábado. Dizendo assim, fazendo as saudações ao senhor e a todos os demais aqui presentes, eu quero também mandar um abraço, um alô às pessoas que nos assistem por esse Brasil afora, pela TV Senado, pessoas que também compartilham e que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência.

Eu queria fazer uma rápida reflexão acerca do tema aqui colocado. Quando eu cheguei o Messias estava fazendo uma série de colocações, trazendo suas inquietações acerca dos avanços que ainda precisamos obter no Brasil quanto aos direitos das pessoas com deficiência. Mas olha, meu caro Senador Paulo Paim, as pessoas com deficiência, no início do século passado, eram apenas vistas como pessoas incapazes ou inválidas.

Eu me surpreendo, hoje ainda, pessoas requererem benefício ou aposentadoria do próprio INSS, Senador, alegando algum tipo de invalidez. Eu não consigo conceber que um ser humano alegue um estado de invalidez, mas a sociedade brasileira tem isso. No início do século passado – não estou falando de épocas medievais, eu estou falando do século passado –, as pessoas com deficiência eram vistas e notadas como incapazes e inválidas. Um dia, nós fomos dormir incapazes, acordamos, no outro dia, excepcionais. Classificaram-nos, alçaram a nossa categoria, nos promoveram de incapazes para excepcionais, e nada resolveu, porque eu até posso ser um cara excepcional, mas isso não tem nada a ver com a minha deficiência, isso tem a ver com a minha pessoa.

O Messias pode ser um excepcional professor da UnB pela sua capacidade intelectual, também ele pode ser um péssimo professor, depende da capacidade dele, da pessoa dele. Então, a gente, muitas vezes, tem as palavras apenas para maquiagem o estado da pessoa.

E, finalmente, nós fomos reconhecidos em 2009, no dia 25 de agosto, pela Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, reconhecida por esta Casa legislativa como documento de força constitucional, como pessoas, pessoa com algum tipo de diferença, com alguma diferença, como todas as pessoas, diferença na pluralidade, diferença nas características. E a diferença aqui, o que torna diferente é a deficiência. Então, eu sou uma pessoa com deficiência visual.

Eu estou entrando nessa seara e já vou sair rapidamente, para apenas contextualizar, querida Lurdinha, que as pessoas com deficiência no Brasil padeceram por muito tempo de uma coisa chamada invisibilidade. As pessoas não nos viam, não nos reconheciam. Não nos vendo e não nos reconhecendo, automaticamente, não respeitavam os nossos direitos. Eu digo “não respeitavam”, porque, a partir de 1988, com a nossa Constituição e um arcabouço de leis que temos no nosso País, esses direitos começaram a ser muito mais respeitados, e essas pessoas passaram a ser bem mais compreendidas.

Fazendo parte de um contingente populacional de 45 milhões de brasileiros e brasileiras com algum tipo de deficiência, segundo o IBGE/2010, seria impossível que qualquer governante, que qualquer gestor, que qualquer Parlamentar, que qualquer membro do Poder Judiciário deixasse de reconhecer as pessoas com deficiência neste País, não só pelos direitos que essas pessoas têm, mas pela quantidade existente de cidadãos e cidadãs, em nosso País, com algumas dessas características, características da deficiência, singularidades da deficiência.

E nós, do Governo Federal, prezado Senador, temos trabalhado sob o comando da Presidenta Dilma, de uma forma bastante incisiva, para garantir os direitos das pessoas com deficiência em nosso País, não só por termos ratificado a convenção, conforme falei, que em nosso País tem *status* de emenda constitucional, único país do mundo a ter esse reconhecimento, mas porque a nossa Presidenta compreende ser essa uma pauta prioritária do seu Governo, e tem colocado no seu Governo esse tema como tema prioritário.

E aí eu poderia falar para vocês que diversos decretos já foram assinados, durante o mandato da Presidenta Dilma, dando continuidade ao governo do Presidente Lula, que também trouxe muitos avanços ao tema das pessoas com deficiência. Mas a nossa Presidenta Dilma tem colocado esse tema como pauta prioritária do seu Governo, com várias ações para melhoria de vida e inclusão das pessoas com deficiência. E tudo isso está consignado no Decreto nº 7.612, que estabelece o plano Viver sem Limites, em nosso

País, o maior plano já apresentado para as pessoas com deficiência, com o maior investimento e com a maior quantidade de políticas públicas organizadas para esse segmento.

Dito isso, dizendo que no plano Viver sem Limites nós estamos organizados em quatro eixos, e um desses eixos é a educação, é o acesso à educação, com diversas ações que certamente a Profª Macaé irá percorrer com muito mais propriedade do que esta pessoa que fala agora. Nós temos no plano Viver sem Limites o eixo de atenção à saúde, fazendo ações inéditas neste País, como o diagnóstico precoce de todas as crianças nascidas, para verificação se há alguma deficiência, para encaminhamento, para orientação das famílias.

Eu, inclusive, sugiro ao Senador, em um próximo momento, trazer o Ministério da Saúde para falar da rede de cuidados e atendimentos às pessoas com deficiência, um legado fantástico que deixará o plano Viver sem Limites.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sugestão já está aceita. Vamos fazer.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA – Além de tantas ações, nobre Senador, como os centros especializados em reabilitação – aqui em Brasília, funciona um em Taguatinga –, que pelo Brasil afora já começam a funcionar. O Ministro Padilha qualificou, recentemente, 29 desses. Muitos mais estão previstos: oficinas de órteses e próteses, protocolos de diretrizes terapêuticas para a uniformidade no atendimento a diversos tipos de deficiência na rede de saúde.

Então, é muito importante que o senhor pudessem trazer aqui o Ministério da Saúde, para apresentar com mais propriedade, aprofundando esse debate. Se não bastassem todas essas ações, na inclusão social, o BPC trabalha o BPC na Escola, ações importantes afirmativas para os direitos das pessoas com deficiência. Centro dia de atendimento em todos os Estados da nossa Federação. A gente poderia falar de duzentas residências inclusivas, caminhando para uma política de afirmação de direitos e de melhores cuidados a pessoas com deficiência em alto estado de vulnerabilidade. Poderia dizer também que temos, no eixo acessibilidade do plano Vencer sem Limites, várias ações, dentre elas, Sr. Senador, uma que muito me alegra, o Minha Casa, Minha Vida, que na faixa 2, para aquelas pessoas que ganham de um a três salários mínimos, nós já superamos 50% da meta, ou seja, mais de 600 mil moradias contratadas pelo Governo Federal que concebe ineditamente neste País, de forma pioneira, o conceito da acessibilidade universal, que é aquela Casa onde todo mundo pode morar e que, se uma pessoa, Sr. Senador, tiver algum tipo de defi-

ciência não tem que derribar as paredes dessa casa, ele pode transitar dentro dessa casa com autonomia, porque as portas já estão mais largas, os corredores, no conceito da moradia adaptável.

A gente pode comemorar o Centro Nacional de Inclusão, o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva, que já funciona em Campinas, desenvolvendo tecnologia para as pessoas com deficiência. Os centros de cão-guia, de treinamento de cão-guia, que já temos um funcionando em Santa Catarina. Enfim, são muitas ações, como o microcrédito do Banco do Brasil, já superando a casa dos R\$60 milhões em financiamento. Então são diversas ações que o Governo Federal tem trazido para a melhoria de vida das pessoas com deficiência.

Agora, Sr. Senador, nós não vamos conseguir resolver um histórico de 500 anos de exclusão dessa população em nosso País. Não vamos conseguir resolver isso em quatro anos.

Nós não vamos dar conta de resolver tudo, por mais que seja o plano Viver sem Limite o maior plano, por maior interesse que tenha nesse tema a Presidenta Dilma Rousseff, nós não vamos conseguir resolver do dia para a noite, porque a questão das pessoas com deficiência é muito mais do que uma questão de Governo, mas é uma questão da cultura da sociedade brasileira.

Quando o Messias vem aqui e diz assim: “Nós temos uma cultura...” A cultura das pessoas com deficiência tem que ser a cultura do povo brasileiro, e a cultura do povo brasileiro tem que ser a cultura das pessoas com deficiência. Nós fazemos parte de um só povo. Nós temos que ser reconhecidos como cidadãos e cidadãs e não como um grupo de segunda ou de terceira categoria. E nisso o Governo já reconhece como cidadão de primeira categoria e tem desenvolvido políticas para essas pessoas.

Mas a sociedade muitas vezes não reconhece isso. E nós vemos isso no cotidiano, no dia a dia. As vagas, por exemplo, para estacionamento de automóveis de pessoas com deficiência existem, mas as pessoas que não tem nenhuma deficiência estacionam lá. Estou só trazendo aqui um exemplo.

Acabei, Sr. Senador, de vir agora, aqui do Ministério do Planejamento, em que estamos em parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, viabilizando, promovendo, já executando um grande seminário de acessibilidade, um curso à distância para servidores dos Correios, da Caixa, do INSS, do Sine, de tantos outros órgãos do Governo Federal que atendem às pessoas com deficiência para que possam atender melhor. E por que nós fazemos isso? Porque ainda não está na cultura dessas pessoas. As pessoas ainda se surpre-

endem quando encontram a pessoa com deficiência e muitas vezes dizem assim: “Não sei dialogar com ela”. Por quê? Porque não estão acostumadas a dialogar no dia a dia, porque imaginam que essas pessoas são frutos do inusitado, que aparecem uma vez na vida. Mas essas pessoas estão aí, ocupando os seus espaços, na Universidade, no Governo Federal e em tantos outros espaços. Estamos aí e é necessário que as pessoas aprendam a dialogar conosco.

E as políticas públicas estão aí para dar conta de garantir cada dia mais inclusão, de garantir cada dia mais acesso, de garantir oportunidades de melhoria, que viabilizem a melhoria de vida dessas pessoas, mas precisamos de um pacto federativo que seja organizado da sociedade brasileira para com as pessoas com deficiência, para que, a cada ano, o dia 21 de setembro, Dia de Luta das Pessoas com Deficiência, ser um dia de luta, mas também um dia de comemoração pelos objetivos e conquistas alcançadas.

Então, eu poderia dizer a vocês que o Ministério da Educação, que foi tão criticado na fala anterior, está disposto, está interessado em atender às demandas das pessoas surdas e nós temos como provar isso. Certamente, Macaé irá falar do curso de Letras/Libras, do curso de pedagogia bilíngue e tantas outras demonstrações de que o Governo Federal está devidamente antenado e sintonizado com a vontade das pessoas com deficiência, para a melhoria da vida dessas pessoas.

Um grande abraço.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi Antonio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República.

Como ele disse, fizemos muito, mas, como diz a própria Presidente a nós todos, há muito ainda por fazer. Se entendêssemos que tudo já estaria pronto e realizado, nem estaríamos aqui, estaríamos só batendo palmas para nós mesmos. Mas não é o caso. Por isso, entendo que o Antonio José Ferreira tem toda a razão, como o movimento tem razão de levantar temas para o debate. É assim que a gente vai construindo a sociedade dos nossos sonhos. Ter posições em certos temas divergentes é natural e é bom. Que isso aprimore cada vez mais as instituições. O próprio Senado foi muito criticado aqui e eu não vejo problema nenhum. A crítica para mim vem sempre na linha do bom debate. O Antonio José, com muita capacidade também, veio aqui e colocou seu ponto de vista. Isso é bom.

Está indo muito bem, estou muito feliz com a audiência, os convidados que já usaram a palavra

mostraram todo o potencial que têm e são pessoas com deficiência, ambos amplamente qualificados. As pessoas estão participando. Por exemplo, a primeira reclamação que veio aqui, embora vocês talvez não tenham visto, eu vi o movimento: “Cadê a língua de sinais da TV?” Rapidamente a moçada se mexeu e ela está aqui. Uma salva de palmas para ela. (*Palmas.*)

Ela está aqui agora, achou-se um caminho, mas é assim mesmo. Quem reclamou? Não pensem que foi só o Plenário, não. Chegaram *e-mails*, telefonemas, 0-800 pedindo: “Bota essa moça na TV para que a gente possa acompanhar.” Elas estão aqui. Parabéns à nossa equipe da TV e do programa, que rapidamente se mobilizaram para isso acontecer.

O Clayton Bueno pergunta: “Como faço para acompanhar ao vivo a audiência?” Eu respondo ao Clayton que a audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado também comentando. Todo o esquema de comunicação do Senado está voltado a essa abertura. E também é possível acompanhar por meio do portal e-Cidadania.

Pergunta outro participante: “Por favor, caros participantes, contamos com o apoio de vocês na causa da visão monocular”. Depois vou deixar que os nossos convidados comentem aqui as afirmações ou perguntas.

Outra pergunta: “Até hoje enfrentamos diversas dificuldades devido a lei não nos incluir até o momento, por favor, precisamos de amparo legal”.

Como sempre eu faço, toda a correspondência que vem eu leio, pessoal, e muitos poderão concordar ou discordar, mas é a opinião dos internautas. Diz mais: “Atualmente precisamos recorrer à Justiça, gerando complicações para o cidadão e para o Estado, na medida em que são mais causas que já deveriam estar amparadas legalmente e que ajudam, infelizmente, a lotar os nossos tribunais.”

Depois diz também: “Estamos limitados a diversas atividades do dia a dia, esportes, profissões, queremos um pouco mais de reconhecimento.”

Adriana Teresinha Fagundes César diz: “Nem todo o deficiente pode estar na escola regular, o meu filho e outros tantos não acompanham, precisam de escolas especiais. Não podemos deixar que uma proposta de inclusão dos deficientes da escola regular se torne uma verdadeira exclusão.”

Fabiano dos Santos Oliveira – estou lendo só alguns: “Gostaria de perguntar aos convidados se os senhores e senhoras acreditam que uma pessoa que enxerga de um olho só seja normal ou deficiente”.

Outra do Fabiano dos Santos: “Sabendo que o mundo é construído de seres binoculares, sendo que as pessoas monolares são discriminadas por lei,

por não poderem exercer diversas profissões, discriminadas psicologicamente, pois, se somos normais, por que somos excluídos?”.

Depois vem: “A lei que define as vagas para deficientes tem que ser revista, pois deveria tipificar as vagas para cada deficiência e não colocar os deficientes físicos com suas específicas deficiências uns contra os outros”.

Enfim, são os internautas dando sua opinião, mostrando que querem participar ativamente deste debate.

Agora, passo a palavra, na sequência, à professora, escritora e artista plástica Lurdinha Danezy.

A SR^a LURDINHA DANEZY – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar a mesa, nas pessoas do Antonio José e do Messias, que são os verdadeiros representantes da pessoa com deficiência neste espaço.

Eu venho trabalhando há muito tempo com a pessoa com deficiência, há 18 anos especificamente, porque eu tenho um filho, o Lúcio, que tem síndrome de Down. Desde que o Lúcio nasceu, eu me engajei no movimento da luta de defesa da pessoa com deficiência e tenho feito isso intensamente todos os dias da minha vida.

Eu acredito numa coisa que eu acho importante compartilhar com todo mundo que se propõe a trabalhar em prol da inclusão das pessoas com deficiência. É preciso que as pessoas entendam que só se aprende a conviver com pessoas com deficiência convivendo com elas. Este espaço aqui, hoje, é um espaço de convivência entre pessoas convencionais e pessoas com deficiência. E nós percebemos que, com toda a boa vontade do Senado, com toda a boa vontade do Senador e com toda a boa vontade da equipe do Senador, nós tivemos falhas terríveis neste evento em relação à pessoa com deficiência.

Por exemplo, se houvesse uma preocupação, se houvesse um conhecimento, uma vontade real de incluir as pessoas com deficiência nos espaços sociais, o Antonio José não teria cometido o engano de me confundir com a Lurdinha da síndrome de Down. Vocês sabem por quê? Porque o Antonio José, como cego e como membro da mesa, precisaria ter a relação dos membros em braile ou precisaria saber quem são os membros para ele poder acompanhar bem o debate. Alternativamente, ele poderia ter alguém a seu lado para orientá-lo.

Então, nós tivemos um... Esse é um grande problema, isso não é inclusão. Chamar o Antonio José, um cego, para compor uma mesa de discussão não é incluí-lo na sociedade. Incluí-lo significa dar-lhe condições para que ele possa realmente estar incluído.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – D. Lurdinha, permita-me interrompê-la para ajudar o debate.

O Antonio José é parceiro nosso aqui de... Ele participou de uma centena de audiências públicas.

A SR^a LURDINHA DANEZY – Eu conheço o Antonio José.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E ele, inclusive, nos ajuda muito aqui, viu? Se existiu alguma falha, que seja uma falha coletiva. Em nenhum momento... Eu mesmo cheguei e disse aqui – não precisava nem a senhora dizer – que deveria haver, já em braile, aqui para o Antonio José... O Antonio José é parceiro nosso aqui, ele ajuda esta Comissão. Acho que ele não precisa nem de defesa aqui, ele é um líder desse movimento aqui para nós. Ele nos ensina o pouco que nós sabemos – só para ajudar o debate.

A SR^a LURDINHA DANEZY – O senhor me desculpe, Senador, mas eu precisei usar esse exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fique tranquila.

A SR^a LURDINHA DANEZY – Eu achei necessário usar esse exemplo para mostrar o quão estamos todos – pessoas convencionais, que se acham normais – distantes da capacidade de nos relacionar com as pessoas com deficiência.

E eu quero aproveitar e falar um pouquinho do que o Messias falou. Eu acho que, quando falamos em escola bilíngue, quando falamos em libras como primeira língua, somos remetidos imediatamente à própria condição humana, porque o que nos diferencia dos outros animais é a linguagem, vocês concordam comigo? E a linguagem do surdo é a língua brasileira de sinais – do nosso surdo aqui, do Brasil. Sem linguagem não existe comunicação, sem linguagem não existe relação e sem linguagem não existe inclusão.

Por que o surdo – eu gostaria de falar isso agora para a Prof^a Macaé – reivindica tanto essa questão da escola bilíngue? Por que o surdo pede tanto, quer tanto ser respeitado como uma população que fala uma língua própria? Porque, para se relacionar com as pessoas, ele vai precisar obrigatoriamente de usar a linguagem.

Então, o MEC tem que perceber que só quem entende o que o surdo vive é o surdo, porque a relação dele com a sociedade é muito complicada. (*Palmas.*)

Não adianta pensar que, ao colocar a pessoa em um lugar, realmente se está fazendo um serviço. Às vezes, não está. Quando pedimos nada sobre nós sem nós é porque sabemos realmente do que estamos falando. Só sabe o que é cego quem é cego. Só sabe o que é ser surdo quem é surdo. Só sabe o que é ser

mãe de pessoa com deficiência intelectual quem é mãe de pessoa com deficiência intelectual. Eu sei o que é ser mãe de pessoa com deficiência intelectual, tenho um filho com síndrome de Down. A Hélvia sabe o que é ser mãe de uma pessoa com deficiência intelectual, porque ela é mãe da Sofia, que também tem síndrome de Down. É só a gente, é nada sobre nós sem nós mesmos, porque somos só nós, apenas nós, pessoas que vivem o dia a dia da deficiência, das relações e do preconceito que podemos saber o que significa isso.

Não estou querendo criticar o senhor, Senador. Estou querendo criticar a situação em que as pessoas com deficiência vivem neste País. Todo mundo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É claro. Por isso, estamos aqui, para ouvir.

A SR^a LURDINHA DANEZY – Estamos aqui exatamente para isso, porque se fosse para elogiar não estaríamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não viria aqui. É como eu disse na abertura, foi a minha fala na abertura. Se fosse uma audiência para um dar um beijo no outro, ficaríamos em casa.

A SR^a LURDINHA DANEZY – Não quero que o senhor sinta que as críticas que estou fazendo são diretamente ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, pelo contrário, nem para a Comissão.

A SR^a LURDINHA DANEZY – Não são mesmo. Volto a afirmar: só aprendemos a conviver convivendo. Esses espaços de convivência são oportunidades para aprendermos a conviver. Hoje, tenho certeza de que todo mundo aqui aprendeu alguma coisa. Na próxima – não é, Antonio José? –, não teremos mais esse problema. Teremos outros, mas esses com certeza, não.

Fazer política para pessoa com deficiência exige obrigatoriamente a participação de todas elas. Uma pessoa perguntou se visão monocular é deficiência. São 46 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, que são muitas. São várias. É muito difícil atender especificamente cada uma delas mesmo. Entendemos isso. É muito difícil entender a diferença.

Vou dar um exemplo para vocês. Estou com um projeto – aliás, vou dar um exemplo fazendo uma propagandinha –, desenvolvido durante nove meses, do primeiro festival de cultura inclusiva do DF. Esse projeto propõe a convivência entre pessoas com e sem deficiência. Fizemos várias oficinas de pintura e de artes cênicas. O resultado disso está lá no CCBB até dia 22 próximo, com exposição de pinturas e esculturas, a maioria feita por cegos. Duas oficinas foram

ministradas por professores cegos, a de cerâmica e a de escultura. Temos uma peça de teatro, chamada Diversos Dias, que foi construída pelas pessoas com deficiência, com a coordenação da Mônica, que não tinha contato nenhum com pessoa com deficiência, mas é do teatro, é diretora, e coordenou toda a criação da peça.

Depois de nove meses, vou contar para vocês para verem como é difícil conseguir compreender o outro na sua totalidade, estávamos fazendo um ensaio geral no teatro do CCBB, e um surdo foi fazer a cena dele e saiu. A Mônica falava para ele: “Não, você não sai por aí; você tem que sair por ali”. Depois de nove meses, ela ainda não tinha entendido que não adiantava falar assim com ele. Ainda não tinha conseguido aprender que, para falar com surdo, não é assim, não adianta gritar, porque ela vai gritar e ele não vai ouvir. Ou então falar para o Donizete, que é cego: “Donizete, não pisa aí. Você não pode pisar, meu filho, você tem que ficar até ali”. Não adianta falar isso. Você tem que ensinar a ele até aonde ele pode ir, para ele aprender até aonde ele pode ir. Não adianta falar para ele que é ali que ele vai ficar. Tem que mostrar o ali. O ali tem que ficar claro para o cego, senão ele não sabe onde é o ali.

A diferença da convivência é esta: não adianta a gente conversar, não adianta fazer um monte de coisas, a gente só consegue fazer isso convivendo. Vou repetir isso duzentas vezes, se for necessário.

E essa convivência só acontece a partir do momento em que são criadas condições para que as pessoas com deficiência possam chegar aos espaços, tantos os espaços culturais, como os espaços sociais, a qualquer tipo de espaço. Haja ou não haja acessibilidade física, é preciso que se encontre uma solução para isso.

Nós não podemos, de repente, transformar um país de 500 anos, adaptar qualquer tipo de lugar para todo tipo de deficiência, mas nós podemos construir atitudes que possam permitir que as pessoas com deficiência seja recebidas nos espaços.

Então, o que acontece? A gente tem uma dificuldade muito grande de ter pessoas com deficiência participando dos eventos porque as pessoas com deficiência não se sentem incluídas mesmo.

Então, essa não sensação de inclusão deve basicamente à falta de vontade de que os espaços recebam essas pessoas. Os espaços não estão prontos, as pessoas não estão prontos, a escola não está pronta.

A escola inclusiva existe muito bonitinha no papel. Mas a escola inclusiva não existe de fato. A escola inclusiva está longe de existir de fato. (*Palmas.*)

A escola inclusiva precisa andar muito. A gente discutiu isso na Conae – até o Messias, o grupo de

estudos teve grandes problemas na última Conae e espero que não tenhamos nessa –, a questão do modelo de educação. Enquanto a gente não discutir o modelo de educação, a gente não tem condições de fazer uma inclusão das pessoas com deficiência na escola de fato.

Modelo não cabe mais. Esse modelo não cabe mais na educação. Esse modelo tem que ser repensado. Esse modelo tem que ser discutido. A libras deve estar em todas as escolas, porque, se a gente tiver libras em todas as escolas desde o ensino infantil, para a escola com o um todo, daqui a alguns anos não precisaremos mais de intérpretes de libras. Sinto muito se vocês vão perder o emprego, mas não vamos precisar mais, porque todas as crianças falarão libras. E todos os surdos serão incluídos; todos os surdos estarão absolutamente à vontade para conversar com as pessoas. E não simplesmente lá, paradinhos, não ouvindo nada, não aprendendo nada e não entendendo nada.

É preciso mudar muita coisa, gente. Eu não vou ficar falando muito mais não, porque eu acho que a ação é muito mais importante. E o debate é muito mais importante.

Vou concluir aqui, agradecendo imensamente a oportunidade de falar, porque nós precisamos de oportunidade – viu, Célia, obrigada – para poder colocar as questões para as pessoas com mais clareza. A gente tem uma tendência a tampar o sol com a peneira. O intérprete de libras estava aqui... a questão de a intérprete de libras – só mais uma crítica básica – estar aqui não foi só por causa da televisão. Nós temos um surdo aqui. Olha a posição do surdo para poder ouvir o intérprete! Esse surdo tinha que estar ouvindo essa intérprete e não aquele intérprete.

São muitos detalhezinhos que a gente tem que aprender. Só se aprende na convivência. Então, vamos criar oportunidade de as pessoas com deficiência frequentarem todos – todos! – os espaços sociais. Que todas as pessoas com deficiência possam ir para a escola, inclusiva ou não, porque eu também vou falar aqui a Alessandra da Apae que eu acho que algumas deficiência ainda precisam estar em centros de ensino especiais. *(Palmas.)*

Algumas deficiências, nesse modelo de escola, não têm condições de ir para inclusão. Enquanto permanecer esse modelo de escola.... Eu costumo fazer palestras na UnB e, há uns dois anos, eu cheguei lá para fazer uma palestra, e encontrei as carteiras todas novinhas, a coisa mais bonitinha as carteiras da UnB, uma carteira azul, só que, para se entrar dentro dela, tem que estar exatamente no formato ideal traçado pela Rede Globo, ou seja, Gisele Bündchen, Medida Certa.

Então, eu falo para os meninos da UnB: “Gente, eu não preciso falar muito sobre modelo de escola, não. Essa carteira aqui representa o modelo de escola – ou você cabe nela, ou você não cabe nela. Se você cabe nela, você assiste aula. Se você não cabe, dá licença porque você não pode ficar aqui.” É isso. É assim que a pessoa com deficiência, ou a pessoa fora do padrão normal, é tratada não só na escola, como em todos os espaços. É o gordo que não cabe no avião, que não cabe na poltrona do teatro. Há muitas coisas para serem resolvidas. Então, vamos criar espaços de convivência.

E eu aproveito para convidar todos vocês a assistirem a peça *Diversos Dias*, no CCBB, que é uma peça absolutamente inclusiva. A maioria dos atores tem deficiência. Há deficiente físico – foi um desafio, mas a gente conseguiu –, há deficiente intelectual, há síndrome de Down, há deficiência múltipla, há cego, há surdo e há cadeirante. E a peça ficou maravilhosa. E, quando a pessoa vai assistir, há o áudio de escritor, que fica contando para todos os cegos o que está acontecendo, e há o intérprete de libras, que permite que o surdo entenda os diálogos.

Então, eu convido vocês a assistirem essa peça no CCBB, dias 21 e 22, às 21h, para que vocês possam entender o que realmente é criar espaços de oportunidade para convivência das pessoas com deficiência. *(Intervenção fora do microfone.)*

A SRª LURDINHA DANEZY – Ah, e visitar a exposição; desculpa. E a exposição, que fica no CCBB; mais um parceiro nosso da exposição. E as obras de arte foram feitas, a grande maioria, por pessoas com deficiência. Nós formamos – não é, César – uns seis pintores. Pintores, Célia Regina, cegos! Parabéns mesmo. E escultores. Eram pessoas que nunca tinham pensado em fazer alguma coisa, e essas oficinas foram buscando e trazendo confiança e capacidade para essa produção. Vale à pena ir lá conhecer, para a gente entender que as pessoas com deficiência só precisam de uma coisa: oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Srª Lurdinha Danezy, professora, instrutora e artista plástica. Ela que fique muito tranquila, pegue aqui na minha mão, inclusive. Eu disse aqui, inclusive, quando o Messias fez críticas, que era legítimo. Se eu acho que ele pode fazer crítica ao Governo, e eu digo que é legítima, como é que eu não vou aceitar crítica ao Senado? Então fique muito, muito tranquila.

Essa equipe que organizou essa audiência, organizou a semana, é um grupo abnegado, que luta dia e noite para os avanços que aqui tivemos. Eu quero, inclusive, agradecer a toda equipe que organizou e está organizando essa semana e faz todos os anos.

Quem sabe o esforço que eles fazem. Então, eu tenho que reconhecer que, claro, todos os dias, todos nós estamos aprendendo.

Veja bem, o meu chefe de gabinete nacional é totalmente cego. Chefe de gabinete, não do setor da pessoa com deficiência; chefe do meu gabinete, quem faz o debate político com o PT nacional. O Luciano, que está aqui, é quem escreve o meu discurso. Está aqui à direita. Totalmente cego. A minha irmã, que faleceu, era cega. Faleceu jovem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tantos cegos que existem e o quanto nós todos vivemos com as pessoas com deficiência. Então, é importante que a gente saiba que todos nós fizemos o possível. Mas, se nós fôssemos perfeitos, isso não estaria acontecendo. Como a gente diz, imperfeita é a sociedade, que não entende a caminhada das pessoas que têm algum tipo de deficiência.

Então, eu gostaria, com todo carinho, aceitando as críticas, mas pelo esforço que a equipe faz, inclusive na acessibilidade dentro do Senado, de dizer que a gente reconhece o que vocês fazem. Claro que nós podemos fazer muito, muito mais. Como eu sei que a professora faz no seu espaço. Mas, cada dia, ela sabe que ela pode fazer mais. Eu pelo menos não me convenço: o dia que eu achar que para mim está tudo perfeito, eu tenho que ir para casa cuidar dos netos. Eu não entendo isso. Cada dia eu aprendo um pouquinho.

Por isso, eu queria que dessem essa oportunidade que a gente está tendo aqui. E não pense que a gente faz isso só na semana nacional da pessoa com deficiência – não é, meu querido Antonio José? Nós fizemos quase todo mês uma sessão de debates sobre a pessoa com deficiência, e a Comissão está sempre aberta para as mais variadas áreas. E que bom que, com a sua participação, a gente vai qualificando esse debate.

Por isso quero pedir uma salva de palmas a todos os que se esforçam por esta causa, vocês do plenário e a equipe que fez sua parte, dentro, claro, da estrutura que o Senado permite. *(Palmas.)*

Então, meus cumprimentos à nossa querida professora, que deu uma grande contribuição.

Agora, a vez é da nossa Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC), Macaé Maria Evaristo dos Santos.

A SRª MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar a mesa aqui, o Senador Paulo Paim; o Antonio José, nosso Secretário da Secretaria Especial de Direitos Humanos; a Lurdinha, da

Faped – muito prazer em conhecer –; Prof. Messias – é um prazer sempre reencontrá-lo –; e Alessandra, pela Federação Nacional das APAEs.

Vou começar a minha apresentação tratando de alguns aspectos da política de educação especial na perspectiva inclusiva do Ministério da Educação, trazendo alguns números dessa política e do atendimento das ações que vêm sendo realizadas. E, por fim, quero falar da Meta 4 e de alguns avanços que nós estamos entendendo ser possível fazer na redação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação.

Tenho um pouco de dificuldade de acionar aqui, controlar o microfone. Você passa para mim? *(Risos.)*

Eu acho que aquelas pessoas que me antecederam já localizaram bastante o debate, mas é sempre bom enfatizar que o Ministério da Educação tem trabalhado com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, entendendo como pessoas com deficiência aquelas que têm algum impedimento de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas, e entendendo que essa participação plena e efetiva passa pela participação na escola, na rede regular de ensino. E assumindo alguns compromissos: que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob a alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório sob a alegação de deficiência. Outro compromisso que consideramos também bastante importante destacar é que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo de qualidade e gratuito em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.

Pode passar.

Por isso, para o Ministério da Educação, o acesso à educação é um eixo importante dentro do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. E, dentro do plano nacional Viver sem Limite, nós temos desenvolvido algumas agendas. Quero mostrar alguns dados.

Pode passar.

Uma ação importante é o programa de implantação de salas de recursos multifuncionais, que permite a garantia de tecnologias acessíveis, da possibilidade de atendimento educacional especializado nas diferentes redes de ensino e escolas públicas no nosso País.

É muito importante, quando a gente está falando do atendimento às pessoas com deficiência – vou mostrar depois alguns dados relativos à matrícula –, a gente destacar também como a política de educação especial na perspectiva inclusiva também contri-

buiu para a democratização do acesso num país da dimensão continental como o nosso. Nós tínhamos, há dez anos, dois mil Municípios no País que declaravam matrícula para estudante com deficiência; e, hoje, nós chegamos a mais de cinco mil Municípios. Então, 90% dos Municípios brasileiros, hoje, recebem matrículas de estudantes com deficiência.

E o que nós podemos perceber também por um dado que eu vou apresentar logo à frente? É que muitas dessas pessoas não estavam em lugar algum. Na verdade, elas estavam fora das escolas e também não estavam em escolas especializadas. Nós fomos fazer a busca...

Vamos passar o dado ali; eu acho mais interessante.

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Nós temos o Programa Escola Acessível, que descentraliza recursos para as escolas públicas do País, a fim de que elas possam construir ou fazer pequenos investimentos em acessibilidade. Então, quando a Lurdinha deu o exemplo aqui do que aconteceu, falando da carteira da UnB, essa é uma questão... Eu, que sou gordinha, cheguei ali e não consegui me sentar. Eu sei o que é isso. E, mais do que isso: eu sou negra; eu sei o que significa sofrer preconceito e ser discriminada neste País. Agora, eu entendo que nós não vamos romper com o preconceito nos isolando. Eu defendo quando você diz "com mais convivência"; eu defendo mais convivência, porque nós não vamos mudar as escolas públicas do nosso País se nós não estabelecermos esse pressuposto de que é direito das pessoas, das crianças e adolescentes com deficiência, o acesso à escola pública, independentemente do lugar onde se encontrem.

Muitas vezes, é fácil a gente pensar determinados tipos de atendimento aqui em Brasília ou em Belo Horizonte, ou em São Paulo, mas nós estamos discutindo aqui o acesso de pessoas com deficiência em regiões ribeirinhas, em escolas públicas que estão no Norte, no Nordeste do nosso País, onde a criança só chega se for de barco... Então, se nós não trabalharmos uma perspectiva de descentralização, de que escolas brasileiras, em qualquer lugar do País, sejam concebidas sob a perspectiva da acessibilidade... Porque nós não vamos dizer onde é que vai nascer no Brasil uma criança com deficiência. Isto não está determinado *a priori*. Então, quando pensamos numa perspectiva de política pública, temos que trabalhar para que, cada vez mais, todas as escolas brasileiras tenham condições de acessibilidade e professores com formação, para garantir esse atendimento.

E essa não é uma tarefa fácil! De 2008 a 2012, nós saímos de 1.869 escolas, recebendo recursos do

Programa Escola Acessível, para 37.499. Ora, nós ainda temos outras mais de 100 mil escolas que precisam ter recursos para fazer a sua adequação.

Outro dado que eu quero mostrar é o pareamento do BPC na escola, o Benefício de Prestação Continuada, da Assistência Social, que pessoas, crianças e adolescentes com deficiência, recebem da Assistência Social. E nós fizemos uma busca ativa de todas essas pessoas, numa ação importante, uma ação conjunta do Ministério da Educação, do Ministério do Desenvolvimento Social e dos Sistemas de ensino (Secretarias de Estado da Educação, Secretarias Municipais de Educação e Secretarias Municipais e Estaduais de Assistência Social). Fizemos a busca ativa de todas essas pessoas com deficiência, para saber onde elas estavam, ou seja, para saber se elas estavam na escola ou não.

Em 2007, quando começamos essa ação do pareamento do BPC na escola, nós tínhamos somente 78 mil estudantes, pessoas em idade escolar matriculadas nas escolas brasileiras, e 296 mil fora da escola. Hoje, nós ampliamos significativamente esse número, passados aí alguns anos. Em 2012, nós conseguimos chegar a 329.801 pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada, matriculados na escola, e caímos para 140.274 fora da escola. Ou seja, nós ainda temos uma tarefa enorme por fazer, qual seja, garantir o acesso de todas essas pessoas que ainda não têm o direito à matrícula.

Eu quero passar aqui alguns dados da formação continuada...

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Formação continuada de professores na educação especial, modalidade à distância. De 2007 a 2013, foram 27 instituições credenciadas para oferecer cursos de educação especial, formação de professores, em diferentes áreas, e 76.800 vagas disponibilizadas para a formação de professores.

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Em relação à educação bilíngue, temos um esforço muito grande com a criação de 27 cursos de Libras/ Língua Portuguesa e de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva inclusiva. Desses, em 2013, foram criados sete cursos de tradutores-intérpretes de Libras/ Língua Portuguesa, com uma oferta de 210 vagas. E, para atender à demanda de formação de professores dos anos iniciais, o Ines passará a ofertar o curso de Pedagogia, na perspectiva bilíngüe, em 11 Unidades da Federação.

Neste momento, o que nós estamos fazendo? Boa parte dessas instituições de educação superior teve autorização para procederem à realização de concursos públicos para professores que possam ofertar

esses cursos. O próprio Ines está nesse processo de fazer o concurso para professores, a fim de que possamos garantir essa oferta.

Pode passar mais um, por favor. *(Pausa.)*

Além disso, a inserção da disciplina Libras nos cursos de licenciatura.

Então, hoje, nós temos 7.911 cursos de licenciatura no País, sendo que, desses, 68,5% já oferecem a disciplina Libras. E, em 180 cursos de Fonoaudiologia, 43,3% oferecem a disciplina Libras.

Além disso, nós temos, em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, 30 centros de capacitação de profissionais da educação e de atendimento às pessoas com surdez, os CAS, que atuam na produção de materiais acessíveis para os estudantes surdos ou com deficiência auditiva na rede.

Passa mais um, por favor. *(Pausa.)*

Nós também desenvolvemos o Prolibras, que é o Programa Nacional para Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e para Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa. Hoje, quem coordena essa agenda é o Ines, o Instituto Nacional. E nós chegamos, em 2012, com 6.506 pessoas formadas no total geral, seja para o ensino de Libras, seja para a função de tradutor ou de intérprete.

Pode passar mais um, por favor. *(Pausa.)*

O Pronatec, que é um programa do Governo Federal para a educação profissional, tem uma meta de, até 2014, ofertar 150 mil vagas para pessoas com deficiência. E, aí, todas as vagas do Pronatec têm destinação prioritária para esse público.

Além disso, nós desenvolvemos...

Pode passar, por favor. *(Pausa.)*

Nós desenvolvemos o Projeto Incluir, que é a acessibilidade na educação superior. O que o projeto prevê? Apoiar projetos de criação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. Em 2013, 59 universidades brasileiras receberam recursos financeiros suplementares, da ordem de R\$11 milhões, para a constituição desses núcleos que permitem o acesso.

Pode passar mais uma, por favor. *(Pausa.)*

Ainda sobre financiamento de instituições, eu quero destacar que, de 2003 a 2012, o Ministério da Educação transferiu para instituições filantrópicas confessionais sem fins lucrativos, especializadas em educação especial, recursos da ordem de R\$2,6 bilhões, que foram transferidos por meio do Fundeb, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola e por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Pode passar, por favor. *(Pausa.)*

E, agora, eu vou apresentar alguns gráficos que demonstram a matrícula de estudantes com deficiência auditiva e surdez na educação básica.

Nós tínhamos, em 2001, apenas 13.623 estudantes matriculados em escolas comuns e 36.055 em escolas e classes especiais. Hoje, nós temos 57.164 estudantes em escolas comuns e 15.452 estudantes em classes especiais.

Eu quero mostrar também ainda o dado da matrícula de pessoas com deficiência na educação básica.

Pode passar.

Nós temos hoje 820 mil pessoas com deficiência matriculadas na educação básica. E, associada a essa expansão da matrícula na educação básica, nós tivemos também – eu quero enfatizar novamente aqui – a descentralização dessa matrícula. Nós saímos de dois mil Municípios para cinco mil Municípios no País.

Ainda quero apresentar mais um gráfico.

Pode passar.

Esse gráfico é sobre o acesso das pessoas com deficiência na educação superior. Em 2011, nós achamos o dado de 23.250 pessoas matriculadas na educação superior e, em 2003, nós tínhamos apenas 5 mil pessoas matriculadas na educação superior.

Para finalizar, eu queria fazer uma discussão em relação à Meta 4 do Plano Nacional de Educação, que prevê, para os próximos dez anos, a universalização para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação, no acesso à educação básica.

Eu acho que é fundamental que a gente faça esta discussão. Esta já é a segunda audiência que o Senador Paulo Paim está fazendo sobre este tema. Quero agradecer à Senadora Ana Rita, que nos convidou para estar aqui hoje. E quero dizer que é fundamental que a sociedade brasileira participe deste debate. Eu acho que é no momento do Plano que nós precisamos aprofundar e construir consensos que apontem no sentido da garantia do direito. Eu acho que esse é o aspecto fundamental que estamos trabalhando.

Na semana passada, nós tivemos algumas rodadas de reuniões com algumas entidades, tanto entidades que apóiam a redação da Meta 4 como está colocada no relatório do Senador José Pimentel quanto entidades que são contrárias. Já tínhamos feito algumas conversas com a Feneis, com a Federação Nacional das APAEs, e, na semana passada, também tivemos mais uma rodada. O Ministro da Educação está empenhado para que a gente consiga construir um consenso em torno da Meta 4.

Nós fizemos uma nova proposta de redação que trata da Meta 4. Então, a Meta 4 passaria a ter o seguinte texto:

Universalizar para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação, o acesso à educação básica, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, nos termos do art. 208, inciso III, da Constituição Federal e do [prestem bem atenção, gente, porque o “preferencialmente” aqui está ligado ao que diz o art. 208 da Constituição Federal; nós estamos retomando o texto da Constituição] art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com status de emenda constitucional e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Resumindo, nós entendemos que é fundamental trabalharmos a universalização do acesso, para os próximos dez anos, para todas as pessoas com deficiência, a uma matrícula na escola pública, na educação básica, e que o atendimento educacional especializado possa ser feito, preferencialmente, na rede regular de ensino. Isso não significa que nós estamos eliminando a participação das instituições privadas filantrópicas e comunitárias que, na nossa visão, no sentido de avançarmos com a política de educação inclusiva, essas instituições precisam ir se preparando para, cada vez mais, assumir o atendimento educacional especializado.

Nas estratégias 4.1, nós tínhamos também um ponto de divergência em relação, principalmente à Fenapas, a estabelecermos um prazo para o cômputo das matrículas efetivadas conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público, com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. O prazo era até 2016. Então, nós estamos retirando esse prazo – até 2016 –, numa proposta, e a gente está tentando, com isso, fazer um acordo para que se possa avançar para a votação do Plano Nacional de Educação.

Em relação à educação bilíngue – eu quero aqui falar com o Messias –, nós estamos para fazer uma agenda específica com a Feneis. Nós vamos criar um grupo de trabalho para discutir a política linguística para estudantes surdos e com deficiência auditiva, mas a nossa proposta para o texto da Meta 4 é retomarmos o que diz o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que é o seguinte:

Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – Libras como primeira língua

e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e deficientes auditivos de zero a dezessete, em escolas e classes bilíngues, nos termos do art. 22...

Então, nós estamos entendendo que a melhor redação, uma redação possível de ser consensuada é não trabalharmos com aquele desenho de escolas e classes bilíngues e escolas inclusivas, como estava proposto na redação do Vanhoni nem na redação do Pimentel, que saiu “escolas e classes bilíngues inclusivas”, e voltarmos à redação do Decreto, uma vez que era uma redação que já tinha sido pactuada anteriormente, no momento da discussão do Decreto do atendimento às pessoas surdas. Ou seja, a gente poderia trabalhar com esta redação “escolas e classes bilíngues”.

Eu sei que precisamos avançar na discussão desse conceito de educação bilíngue e penso que nós também temos que considerar que nós temos estudantes surdos hoje em diferentes lugares do nosso País.

Eu entendo a proposta da Feneis, que é ter uma escola bilíngue. O Ministério da Educação tem um entendimento de que nós poderíamos avançar numa perspectiva de centros de atendimento bilíngues. Nós consideramos que é importante que esses estudantes frequentem escolas comuns, e acho que a gente teria que pensar que desenho fazer, porque nós também precisamos, como a própria Lurdinha disse aqui... Eu vivi essa experiência, fui Secretária de Educação em Belo Horizonte, recebi crianças surdas na creche – em Belo Horizonte, a criança deficiente tem matrícula compulsória desde os seis meses de idade, que é quando nós começamos a atender – e tivemos professores bilíngues e tivemos classes inteiras que aprenderam Libras, crianças com três anos de idade.

Então, eu posso reafirmar aqui que, do ponto de vista do Ministério da Educação e do Ministro Aloizio Mercadante, nós estamos sensíveis ao debate colocado pela Feneis, queremos avançar e achamos que precisamos trabalhar numa perspectiva de ter um desenho que não segregue as crianças surdas, mas que também considere que é preciso que esses estudantes tenham momentos específicos em que a primeira língua, a língua de uso, seja a Língua Brasileira de Sinais.

Eu acho que o diálogo é o melhor caminho, e o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão está aberta ao debate, está aberta ao diálogo, e acho que a nossa luta é essa mesmo. Ela é incansável; o movimento sempre aponta à frente, e é nosso dever como gestores públicos, olhar para a diversidade de situações que nós temos no nosso País e encontrarmos um modelo e um mecanismo que garanta a inclusão

e a inserção do maior número de crianças que temos no nosso País e adolescentes, independente do lugar de origem, do lugar de nascimento delas. Então, temos que pensar uma política para o nosso País. Nem sempre a gente consegue ter um desenho tal qual aquele que, muitas vezes, o movimento quer. Mas a gente tem aqui a sensibilidade e esse compromisso; nós temos avançado na política de educação inclusive e nós temos um longo caminho a percorrer, porque a história da sociedade brasileira foi a história de constituição de um Estado em que todos aqueles que foram diferentes ficaram de fora. Então, nós fazemos agora um movimento. Nós queremos estar dentro, mas não de qualquer jeito. Queremos transformar esse Estado para que ele possa de fato garantir os nossos direitos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, muito bem. *(Palmas.)*

Meus cumprimentos mesmo, de coração, à Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do MEC, Professora Macaé Maria Evaristo dos Santos, que disse uma frase que me marcou muito. Nós temos que pensar na pessoa com deficiência. Eu me identifico, e você sabe o porquê. Sabe que sou militante do movimento negro, tenho orgulho de ser autor do Estatuto da Igualdade Racial, de ter sido o Relator da política de cotas e de ter apresentado, há mais de vinte anos, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que estamos discutindo até hoje. Espero que um dia a gente consiga aprovar.

Mas você disse que ao ser pobre, de população ribeirinha, deficiente, negro e ainda mulher, calcule o quanto a gente sofre discriminação neste País. Por isso me marcou muito a sua fala.

E eu queria fazer uma pequena homenagem – eu me permito – àquela senhora que está ali, quietinha. É a senhora mesma, que está quietinha ali. Essa mulher é uma lutadora, aqui dentro do Senado, pelas pessoas com deficiência. Vocês não imaginam! Ela vem no gabinete, ela me pega no corredor, no cafezinho: “Senador, ajude-me. A situação está assim e assado...”

Eu queria que a senhora dissesse para eles o seu nome e qual é o seu trabalho aqui dentro, ali, no microfone.

A SRª MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO – Meu nome é Fátima. Eu trabalho no Programa de Acessibilidade da Secretaria de Recursos Humanos, aqui no Senado Federal.

Quero pedir perdão ao nosso convidado Antonio José, porque a falha de não haver Braille aqui foi minha. E já anotei aqui para a correção.

Eu também sou deficiente auditiva. Não sou surda. Eu sou deficiente auditiva. E uma frase que eu falo

sempre com as pessoas que não são é que o estado da deficiência nem sempre a gente nasce com ele; a gente adquire. Eu sou oralizada. Tive deficiência aos 33 anos de idade e hoje sou deficiente.

Eu gosto de dizer essa frase, para que as pessoas que não são deficientes entendam que não é um universo diferente, não. Nós todos estamos nesse universo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Merece as nossas palmas. Eu sei do seu trabalho aqui dentro. Eu sei. Nem tudo a senhora poderia falar agora, mas que fique marcada a sua fala.

Surgiu aqui, na Comissão de Direitos Humanos – não sei se todos sabem – a lei dos autistas. Militante, mãe de pessoa autista, Berenice Piana de Piana. E eu tive a alegria de colocar a lei em nome dela, porque ela veio aqui nos procurar, construímos a lei aqui na Comissão, a lei se tornou nacional e eu fui à tribuna e disse: eu queria que essa lei se chamasse Berenice Piana de Piana pela história e pela luta dela. Fui ao Rio de Janeiro, fiz passeata com ela.

Estou falando um pouco disso para dizer que todos nós estamos envolvidos nessa questão. Deficiente ou não, sendo do bem está junto. Se é negro ou branco, nós estamos juntos na mesma caminhada.

Vou passar para o próximo, mas fiquei muito impressionado com a sua fala, uma fala de conciliação, de entendimento, apontando para frente e buscando todos, do mais simples ao que tem maior poder econômico, mas que tenha compromisso com essa causa.

Fizemos aqui audiência das Apaes, uma audiência dura. Não pensem que são só flores. Eu recebi críticas. Não importa... E vou dizer que foi de dentro do governo, por causa daquela audiência. Mas não tem problema nenhum. O importante é que somamos. A luta das Apaes é nacional, pelo que elas defendem.

E o que você nos traz agora... Caminhamos para a audiência, encaminhamos para o entendimento. Chegaram aqui milhares e milhares de assinaturas pedindo que eu fizesse um artigo. Fiz o artigo, publiquei nos jornais o artigo, defendendo a palavra “preferencialmente”. E que bom. Não é que eu somei. Eu fui apenas um pingão d’água nesse oceano, nessa baita luta que vocês travam para que as pessoas com deficiência tenham espaço legítimo. E na sua fala, Macaé, eu vi tudo isso.

Meus cumprimentos a você e ao MEC por caminhar nessa linha do entendimento. Nesse momento, é claro, ninguém mais para falar sobre a situação das Apaes do que a Alessandra de Oliveira Caixeta Nogueira, representante da Federação Nacional das Apaes.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA – Senador, quebrando o protocolo, eu queria agradecer e me despedir, porque preciso acompanhar o Ministro Gilberto

Carvalho numa exposição sobre o paradesportismo no Brasil, que será aberta agora, aqui no Palácio do Planalto.

Peço-lhe desculpas por interrompê-lo, mas queria agradecer e parabenizar a Professora Macaé pelo diálogo, pelo compromisso do Governo, da Presidenta Dilma, do Ministério do nosso Ministro Aloizio Mercadante, por ter construído esse texto em parceria e diálogo com as instituições.

Então eu queria agradecer a vocês, deixar aqui um grande abraço e pedir desculpas por não poder permanecer, inclusive para ouvir o pronunciamento das Apaes, que eu gostaria muito.

A nobre representante sabe que nós estamos, na Secretaria, à disposição. Quando quiser, pode nos procurar.

Um grande abraço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Sr. Antonio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, um militante da causa hoje e sempre, que está nos ajudando muito na aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Graças a ele e à nossa Ministra Maria do Rosário, acreditamos que conseguiremos aprovar até o fim do ano.

Vou me levantar para dar um abraço nele com muito carinho. (*Palmas*).

Vamos deixar o nosso querido Antonio José Ferreira se despedir dos nossos painelistas e vamos passar para a fala da Alessandra de Oliveira Caixeta Nogueira. Mas antes que saia o Antonio José, registramos a qualidade de todos que aqui falaram, porque está sendo elogiada aqui nas mensagens que vou ler depois, além das mensagens por e-mail.

E me permita, antes de você falar. O pessoal está reclamando aqui por que eu não estou no Rio Grande do Sul? É porque hoje eu seria painalista no encontro de Gramado dos juízes do Brasil todo. Eu iria falar dos 70 anos da CLT. Mas quando assumo um compromisso eu não tenho como voltar atrás. E não poderia estar em dois lugares ao mesmo tempo. Esta audiência foi marcada antes de receber o convite para ir a Canela, na palestra dos 70 anos da CLT para os juízes de todo o País.

Então peço desculpas, como fiz à nossa amiga, porque não dá para estar em dois lugares. Eu tinha que estar aqui, até porque esta semana teremos esforço concentrado aqui no Congresso. E a causa das pessoas com deficiência é fundamental para nós construirmos o mundo dos nossos sonhos. Por isso não pude estar aí e sei que vocês vão me entender.

Um abraço a todos os juízes que estão hoje lá em Canela, para quem eu faria a palestra de encerramento à tarde. Obrigado a vocês.

Passamos agora a nossa querida Macaé Maria Evaristo dos Santos... Alessandra de Oliveira... Viu como a gente erra e tem que voltar atrás? Tem que saber errar, não é? Saber errar, mas não insistir no erro. Vai aprimorando, vai aprimorando.

Então passamos a palavra agora a nossa querida Alessandra de Oliveira Caixeta Nogueira, que aqui representa a Federação Nacional das Apaes.

A SRª ALESSANDRA DE OLIVEIRA CAIXETA NOGUEIRA – Bom dia.

Cumprimento o Senador Paulo Paim e a todos aqui da mesa.

Fiquei numa situação meio difícil, porque todos já falaram um pouco de tudo que estávamos ansiosos para ouvir.

Fiquei muito feliz também com a fala de todos que compõem a mesa, porque uma coisa que nos causa muita ansiedade no momento é a Beta 4. Todos estão acompanhando de perto.

De fato, a Federação Nacional, junto com a Feneis e outras entidades, tem lutado muito – muito mesmo –, porque, como bem disse a Lurdinha, as nossas escolas ainda estão muito distantes daquilo que se pretende um dia ter de verdade. E essa luta é incessante, não vai parar.

Na verdade, eu penso que as pessoas têm que ter o direito de escolha. Eu não sou mãe de pessoa com deficiência, mas tenho um filho de três anos que hoje me permite escolher. Eu tenho oportunidade de uma escola particular ou pública. Dentro das minhas condições, hoje eu o coloco numa escola particular, porque sei que é o melhor para ele neste momento. Se a escola pública um dia oferecer o melhor para meu filho, não tenho dúvida de que vou buscar uma escola pública.

Temos lutado pela escola especial para que os pais tenham esse direito de escolha, optando pelo melhor para o seu filho, e também para oportunizar, dentro das diferenças de cada um...

A gente bem sabe que a deficiência tem várias especificidades. E vai haver pessoas... A inclusão é necessária, é o caminho? Sim, mas algumas pessoas ainda dependem de outras... Digamos assim, elas têm limitações devido às quais não conseguem se incluir da mesma forma. Mas elas não deixam de estar incluídas no meio em que vivem e de receber o que realmente precisam.

Fiquei muito feliz com a fala da Macaé. Infelizmente, a Presidente da nossa Federação Nacional não pôde estar aqui presente e eu vim para cá imbu-

ida de substituí-la e até mais de aprender com todos vocês, porque estou longe da caminhada de todos, estou iniciando ainda. Mas a Federação Nacional se coloca, sim, à disposição para esse diálogo que é tão necessário junto ao MEC e ao Ministério da Saúde, junto ao Governo Federal, e é tão importante para que os movimentos sociais se fortaleçam.

Eu havia preparado uma fala, mas é bem mais iniciante do que tudo o que todos já falaram. Acho que estão bem além da minha fala.

O Brasil tem tido grandes conquistas legais para a população. Isso é visível para todos nós. Mas pensamos na falta mesmo da efetivação concreta das políticas públicas.

Foi feita muita coisa? Com certeza, mas ainda há muito por fazer. Diante disso, analisando e considerando todas as normativas legais, queríamos saber o que se tem pensado em fazer, em razão de todas as políticas públicas que deixam a desejar na área da assistência social, da educação, da saúde.

E queria deixar para todos aqui... Agradecer imensamente o convite, colocar a Federação Nacional à disposição, agradecer a fala de todos. Hoje estou aqui muito mais na condição de ouvinte do que na condição de contribuir mais.

Peço desculpas pela ausência da nossa Presidente, que infelizmente não pôde vir, e peço para abrir mesmo o debate. Acho que muita gente está ansiosa para fazer perguntas. E estamos aí.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Dr^a Alessandra de Oliveira Caixeta Nogueira, representante das Apaes.

Pediram que nós lembrássemos aqui o nome dos intérpretes. Maria de Lourdes Costa, Tatiana Arantes, Simone Silva de Moura e José Ednilson Júnior. Então vou ler aqui, veio aqui um elogio muito grande para você, José. Mas eu vou ler.

Antes de passar para o plenário, e já há uma série de inscritos, nós vamos dar as palavras para os quatro que se inscreveram até o momento, que são a Sr^a Hélvia Fortes Rodrigues, mãe de Sofia; Arabela Nobrega, psicóloga e educadora; Claudia Garcia, Centro de Ensino Especial, professora de Pedagogia; e José Ednilson Gomes de Souza Júnior, Associação Internacional de Intérpretes de Língua de Sinais.

Mas antes de vocês falarem, depois vou passar para a mesa e eles podem pegar todas as contribuições que vieram e comentar. No encerramento, eu vou citar aqui.

Luciana Cury diz: “Com a polêmica da Meta 4, a questão da educação bilíngüe para aluno surdo vem

sendo sistematicamente ignorada, gerando situação de inclusão exclusiva. Isso será reavaliado?” É a pergunta que fica.

Depois veremos a distribuição para a moçada falar no momento que entender adequado.

Clayton Bueno: “Como cidadão do Rio Grande do Sul e eleitor do Senador Paim, conto com o apoio dele para a causa da visão monocular”. Estamos juntos. O trabalho e o apoio vão ser coletivos.

Ester Monteiro, via Facebook: “Excelente o trabalho do tradutor de Libras na exposição do Professor Messias Ramos Costa”. E aqui ela pede que se registre o nome dele. Já registramos o nome do José: José Ednilson Júnior. Essa está respondida já.

Quarta-feira, dia 18/9, às 9 horas, a partir do Museu, acontecerá a marcha das pessoas com deficiência, sob a coordenação do Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil (Icep-Brasil). Presidente Sueide Miranda Leite.

Agora, Ricardo – a professora me ajude aqui a pronunciar – Nakaoka: “Sugiro que todas as escolas públicas tenham aula de Libras para todos os alunos. Assim, a pessoa com deficiência auditiva poderá interagir com um número maior de pessoas”.

É grande a participação da população.

Fabiano dos Santos Oliveira: “Mas aí é o problema. Temos que encarar a deficiência como um todo e saber as necessidades, ter uma política de inserção e não de discriminação. É o que falta no País”.

Ainda Fabiano: “Deveria haver perguntas pelo telefone, em tempo real, para os palestrantes, pois só assim não é democrático”.

É uma crítica construtiva sempre, para enriquecermos aqui o nosso debate. Como já foram feitas aqui. Entendo que é assim que crescemos juntos.

Lutiana Mott:

Senador Paim, participando da audiência, quero parabenizar pelo tema da audiência e dizer que um bom começo para um real entrosamento e boa convivência no mundo seria cada um cuidar mais do palco da vida [e ainda continua], tomando consciência dos seus deveres e responsabilidades. Não somente a crítica pela crítica ou por ter sido corrupto enquanto ele mesmo considera pequeno o seu erro...

Ela quer dizer que às vezes todo mundo chama todo mundo de corrupto quando muita gente – foi dito aqui já, pelo Messias – não respeita os estacionamento. Isso é uma forma de deslize, de falta de ética. Os pequenos erros levam aos grandes.

Ela diz:

Até mesmo quando é chamada preferência para deficientes e idosos e muita entra junto, furando a fila. [Vamos fazer uma crítica àqueles que não cumprem

a legislação.] Devemos observar os nossos pequenos atos, e, assim, cada um, corrigindo a sua deficiência moral e ética, poderá influenciar o mundo com sua boa atitude.

Mote. Fabiano dos Santos: “Gostaria que o Senador Paim lesse todas as minhas, na ordem”. E eu digo aqui ao meu querido Fabiano: Fabiano, houve algum questionamento seu a um ou outro painelista que fere, para mim, o que eu penso sobre o bom debate, como quando está dizendo que cicrano ou beltrano não o representava. Somente isso que não li, Fabiano. Nós o convidamos, ele colocou o seu ponto de vista, seja homem ou mulher, não importa, e esse eu não vou ler. Qualquer desrespeito – a mim até pode mandar, que eu leio, que eu não dou nem... não tem problema nenhum, até é bom para eu crescer. Mas aos convidados eu prefiro ler perguntas ou posição, mas não nenhuma desconsideração.

Essa aqui, por exemplo, é uma que eu não vou ler. Ele cita que tem pessoas, e eu não vou... Mas eu vou dizer o que ele disse, para contemplá-lo em parte, viu, Fabiano? Ele diz que há pessoas que não consideram – vou ler esta parte: “pois desconsidera os monoclulares e os surdos unilaterais como deficientes”. Quero deixar isso bem claro. Em parte eu o contemplei, mas não digo para quem foi. Aí diz: “Quero deixar claro que não tenho nada contra cicrano, mas gostaria de frisar, se for o mesmo que colocou recomendação junto ao Conade que os monoclulares e surdos unilaterais não devem ser considerados deficientes.”

Bom, li tudo, de forma muito equilibrada, eu acho que tranquila. Todos os nossos painelistas aqui são da maior qualidade. Se eles quiserem ir olhando para darem alguma resposta específica... Eu deixaria um pouco com a senhora, para, se quiser, escolher algumas, depois eu vou passando aqui para a mesa. O Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado registra a presença, aqui, de Francisco Botelho, Célia Regina Pessoa e Marcos Lima.

Vamos agora dar cinco minutos para cada uma das nossas inscritas no plenário. Começamos com a Sr^a HÉLVIA FORTES RODRIGUES, mãe da Sofia. Microfone, aperte o botão, vai acender uma luzinha verde, cinco minutos.

A SR^a HÉLVIA FORTES RODRIGUES – Boa tarde a todos. Eu estou hiper feliz por esta grande oportunidade que tenho de dar voz às minhas inquietações internas. Eu tive o prazer e a sorte de Deus ter me dado uma criança com síndrome de Down. Quando Sofia nasceu, antes de ela nascer, nenhum anjo veio me avisar: “Oh, você vai ter uma filha com síndrome de Down”, para me preparar psicologicamente, financeiramente, emocionalmente. Quando ela nasceu, eu

achei a coisa mais linda do mundo, como até hoje acho. Não consigo ver defeito nem deficiência na minha filha. Porque eu olhei com os olhos do coração, com os olhos da alma. (*Palmas.*)

Quando o médico colocou a Sofia... quando colocaram a Sofia na minha barriga, eu falei: aí tem coisa. Mas a vida me preparou. Porque, desde criança, internamente, tinha uma semente dentro de mim que adorava ajudar o próximo. Porque nós fomos educados assim. Então, quando eu me formei em biblioteconomia, a minha primeira preocupação foi fazer um concurso público, porque eu gosto de estabilidade. Fiz o concurso do Dasp – já decretei minha idade, né? Porque agora... amanhã eu faço 59 anos, certo? Então, o que é que aconteceu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dizem no Rio Grande: é uma guria!

A SR^a HÉLVIA FORTES RODRIGUES – Não, eu sou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sou um guri, tenho 63!

A SR^a HÉLVIA FORTES RODRIGUES – Pois é, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só que eu digo que sou um guri, ninguém diz, eu mesmo digo.

A SR^a HÉLVIA FORTES RODRIGUES – E eu sou de “Belzonte”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não!

A SR^a HÉLVIA FORTES RODRIGUES – Aí que é que aconteceu? A minha primeira preocupação foi fazer o concurso público. Passei. Enquanto não me chamassem para o concurso aqui para Brasília, eu tive, dentro da minha alma, a necessidade de deixar uma sementinha ali, em Belo Horizonte. Então, eu fui para o Instituto São Rafael de Cegos – não tenho cego na família – e aprendi o Braille com uma cega em uma semana! Com esse dedinho torto, com essa mãozinha toda torta, eu aprendi. Eu aprendi. Então, acho que quando a gente quer, a gente consegue fazer.

Eu contava histórias para as crianças. Eu me lembro de que a primeira história que contei foi a do Pequeno Lorde. Comecei a contar: era uma vez um menino chamado Cedric. Aí as crianças diziam: é Cédric, professora. Então, eu vi que eles estavam cansados daquela história. Então, todo dia eu inovava. Quando a gente quer fazer a coisa, a gente faz. Habilitação a gente adquire com a experiência, errando, passando sufoco. Hoje, eu não tenho só uma filha com síndrome de Down, eu tenho uma filha diabética, que tem artrite reumatóide anquilosante, com uma mãe de dedo torto, que está ficando com artrite de tanto fazer massagem

na filha para que ela tenha competência para ir ao banheiro se trocar, tomar banho, porque, senão, ela sai que nem um robzinho. Se eu não fizesse isso ela estaria deitada até esta hora vendo televisão. Mas não quero isso, não é esse o plano de vida que Deus deu para a minha filha (*Palmas.*). Então, o que acontece?

Se eu, sem ter tido professor, consigo fazer tanta coisa, quem teve a oportunidade de fazer um curso, por que não consegue atender às necessidades dos nossos filhos? A minha preocupação maior... Penso que a gente só precisa de uma coisa, de leis que sejam cumpridas. Se toda lei feita para os nossos filhos deficientes fosse cumprida conforme o rito, não teríamos tantos problemas, porque a lei que fala que toda criança tem de estar na escola pública, preferencialmente – esse é um termo que me assusta, porque a iniciativa privada se acha no direito de achar que não é obrigada. Lembram-se da Lei? Art. 212.

O que acontece? A minha filha fica com professores que – temos notado – não são habilitados. A falta de professor me assusta, a falta de monitor assusta, porque toda escola tem de estar equipada. Aquela escola só vai funcionar se tiver um alvará de funcionamento. Não é assim com empresas privadas? Por que não pode ser assim com a educação? Vamos pensar nisso. A merenda escolar. Minha filha é diabética. Tem uma Lei do Chico Leite, Lei 640, e tem um decreto regulamentado. O decreto faz com que a lei seja cumprida, mas ela não é. Todo dia eu tenho de ligar para a escola da minha filha para saber se tem merenda que ela possa comer. Eu quero incluí-la na merenda, e não é porque ela é gulosa, é porque quero fazer valer o direito dela. Aí nem o telefone atende. Então, você vê a deficiência que é.

Os professores reclamam. Às vezes, a minha filha passa mal, não pode ir para a escola, e fica em casa. A Lei diz que, se ela está uma temporada em casa, cadê aquele professor que vai dar aula para ela em casa? Depois me denunciam no Conselho Tutelar, como a 305 Sul fez comigo. Por quê? Porque todos os atestados da minha filha foram encaminhados para a secretaria, onde não tinha secretários. Ficou isso por isso. Então, são coisas assim que incomodam. Eu, para finalizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto, para concluir.

A SR^a HÉLVIA FORTES RODRIGUES – Ótimo. Uma coisa que gostaria de falar – já falei da merenda – é que as escolas fossem equipadas com material em Braille, principalmente impressoras, porque não adianta o Braille... Eles precisam ter tarefinhas para fazer, assim como o próprio material didático para o professor preparar para eles.

Também, uma coisa que gostaria de dizer é que vou fazer um curso de Libras, com esse dedinho torto, com a artrite já tomando conta do meu corpo. Eu me proponho a fazer um curso de Braille para atender em hospitais, porque se minha filha passar mal, se um cego passar mal, se um surdo-mudo passar mal, como é que eles são atendidos nas instituições? Acho isso um absurdo! Não entra na minha cabeça alguém ser atendido por uma pessoa que chega lá e fala que está com um problema. Ela fala assim: “Olha, você não tem de tomar conhaque de alcatrão, você tem de tomar é catraca de canhão.” É como se estivesse, sabe, embolando as informações por falta de pessoas eficientes para trabalhar, em todos os setores de nossas vidas.

Acho que a acessibilidade deve ser imposta dentro de casa, pelo pai e pela mãe. Não temos de esperar uma lei que nos faça ser melhores, que nos proíba de fazer o errado. Nunca precisei falar para os meus filhos não usarem drogas porque eles sabiam que isso não era bom, por causa do exemplo dentro de casa. Então, bons professores vêm de boas mães.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

A SR^a HÉLVIA FORTES RODRIGUES – Entendeu?

Então, eu acho, para finalizar a minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mesmo. Os políticos é que dizem para finalizar mesmo e falam de novo. Então, faça como os políticos fazem.

A SR^a HÉLVIA FORTES RODRIGUES – só quero falar uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode falar.

A SR^a HÉLVIA FORTES RODRIGUES – Essas palavras que o Governo fala “Escola para Todos” deveria mudar para “Todos na Escola” no sentido de acessibilidade total. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, muito bem.

Eram oito minutos, mas ela falou com tanta força que não tive coragem nenhuma de dizer: pare. Ela falou 9 minutos, mas deu uma bela contribuição. Meus cumprimentos. Eu vi, com amor, com carinho.

De imediato, Arabela Nóbrega, psicóloga e educadora.

A SR^a ARABELA NÓBREGA – Sim. E também conselheira escolar da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Bom tarde a todos, ao MEC, ao Senador, aos colegas da mesa.

Escutei coisas aqui, Senador, como as que Alessandra falou: “A luta continua, a luta.” Luta, luta, pare-

ce-me que a gente nasceu fadado a estar numa luta. Realmente, Professora Macaé, vai essa dica para o MEC, essa reflexão para o MEC, por que um País como o Brasil, tão rico, não enriquece a educação pública? Por que a educação tem sempre de ser uma luta desesperada, já que a senhora trouxe todo esse material do MEC, tão bonito – já pedi até cópia –, tão didático, tão perfeito?

Acontece aí um problema no meio do caminho, Professora. Lá nos gabinetes, quando vocês preparam isso, é perfeito. Na prática, isso não acontece. É inviável. O Brasil já era para estar em outro patamar de educação. Ninguém, país nenhum iria bater o Brasil. O Brasil iria disparar sozinho. Concorde com Cristovam Buarque quando grita desesperadamente enfatizando a educação.

Então, companheiros, companheiras, pessoas que estão vendo a TV Senado, vamos começar a pensar em algumas coisas? Educação é inclusiva sempre. Então, não existe política de educação inclusiva e não inclusiva. Toda educação é inclusiva, todo ambiente educacional é respeitoso, é regular, é inclusivo, é de pessoas, é de brasileiros.

Aí fica essa conversa que não acaba nunca. Alessandra, você tem razão: cansa. Estou com 53 anos e ainda estou escutando essas mesmas coisas. Escola regular, escola irregular. Como se a escola especializada pública não fosse regular. Ela é regular também. Ela é regular também! Se existem brasileiros que precisam, por exemplo, de uma escola lá no centro da Amazônia, escola feita em barco, que ande, é um tipo de escola para a população ribeirinha. Se existe um brasileiro, com deficiências múltiplas, que já tenha 50 anos de idade e ainda quer estudar porque tem opinião, tem deficiência intelectual, mas sabe fazer escolhas, esse brasileiro tem direito a uma escola especializada pública. E está aí. Nos compromissos do MEC está aqui. O primeiro compromisso, Professora Macaé, que coisa bonita!

Gente, não dá mais para existirem normas e leis para inglês ver, como antigamente se faziam as coisas. Vamos por na prática? Vamos acabar com essa confusão? Educação é para todos.

A política educacional brasileira tem de ser questionável, tem de ter todas as palavras, Senador, para não dar margem ao que a gente luta contra, que é política de governo. Educação é política do Estado, o Estado brasileiro, e qualquer brasileiro com deficiência ou não, com muita idade ou pouca idade tem direito à educação pública, porque pagamos por isso.

Tive o prazer, Professora Macaé, de visitar, de saber como é o sistema de educação especial na Suíça, na Dinamarca, na Suécia e na Noruega. Fiquei

muito feliz porque descobri que não estou louca, nem estou na contramão do desenvolvimento educacional. E vou fazer, preparar um presentinho para o MEC, vou buscar todo esse material das quatro Embaixadas e vou levar de presente para o MEC. Outra coisa, então, gente, falar de deficiência, de inclusão, de não inclusão é conversa fiada, que não vai chegar a lugar nenhum. Toda educação é inclusiva, toda escola é regular, não existe isso...

Então, a gente percebe, Professora Macaé, que o MEC é intolerante com a escola especial. O MEC é intolerante com o aluno, com o brasileiro estudante que opta em ser estudante pela própria condição, pelo fato de ele ter idade e ter mais de uma deficiência. Eu sou uma pessoa com deficiência, adquiri aos cinco anos de idade; hoje, tenho 53. Mas tenho um irmão com deficiência intelectual. Ele tem uma síndrome rara neurológica e está, sim, numa escola especial. E como diz a Alessandra, todo ano é uma luta, porque, em casa, para nós, ele é um cidadão, ele pensa, ele tem vontade, ele faz escolhas e ele diz: eu quero estudar. E não tem como a gente escolher qualquer escola dentro de Brasília para ele.

Então, o MEC anda na contramão da ordem, da sabedoria, sapiência em política pública. Ao invés de encher o saco, de perturbar a minoria, vamos organizar a maioria, que é a escola comum. É ela que está deficiente precisando do MEC. Então, Professora, com todo respeito, fica essa minha crítica.

Outra crítica que eu queria... Crítica, não, é um ponto que eu queria que a senhora levasse para o MEC...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A senhora tem mais um minuto.

A SR^a ARABELA NÓBREGA – Vai ser meio minuto.

É com relação ao PNE, a Meta 4: por que apenas até 17 anos? Mais uma vez o estudante com mais de 17 anos vai ficar nesse limbo?

Era isso, Senador, que eu queria dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, bela contribuição da psicóloga e educadora Arabela Nóbrega.

Quem está conosco aqui, neste momento, para alegria nossa, é Wellington Dias, Líder da Bancada do PT, militante desta causa. Ele tem também uma filha deficiente. Se ele quiser usar a palavra agora, em seguida, vamos continuar com nossos convidados do plenário.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Bom, primeiro, peço a tolerância dos que estavam inscritos, saudando aqui V. Ex^a, Senador Paulo

Paim, todos os presentes à mesa, todos os participantes e os que nos acompanham através do sistema de comunicação do Senado.

Tenho acompanhado aqui este debate ainda na Câmara, depois, quando chegamos aqui, e confesso que não imaginava que pudéssemos parar aqui a votação do Plano Nacional da Educação por tanto tempo, por algo que é muito simples e fácil de entender.

Estive, agora, na semana anterior, com o Senador Lindbergh, o Vital do Rêgo, que está como nosso Relator, com o Ministro Aloysio Mercadante. E estive novamente... Isso, na terça, depois, na quinta. E marcamos para hoje uma nova reunião, porque vamos viver aqui, esta semana, um esforço concentrado e a ideia é de votar na Comissão e votar também em plenário o Plano Nacional da Educação, porque estamos devendo além do tempo que é necessário para o PNE.

Eu queria me ater... Aliás, aproveitando aqui a fala da minha antecessora, eu também não consigo compreender algumas coisas e é por isso mesmo que tenho dito ao Ministro: quero ajudar, sou Líder do Partido da Presidenta, Líder do Bloco de Apoio ao Governo, mas tenho divergência e quero trabalhar aqui para a gente vencer pela razão, vencer pela lógica.

Pegando um exemplo concreto. A minha filha tem 16 anos, ela tem uma idade mental de aproximadamente dois anos. Essa é a realidade de muitas situações de deficiência, especialmente nessa área. Ou seja, você precisa de um ensino pré-escolar, infantil, fundamental para alguém que tem 20, 25, 30 anos ou mais. Essa é uma realidade. Ou seja, o aprendizado... Aliás, é um termo que a gente não usa porque ficou meio deturpado: o retardo mental. A gente condena muito a ideia pejorativa. Fulano é um retardado mental, quando alguém tem uma dificuldade de captar, de compreender, de processar a informação apesar da idade.

E, de fato, é isso que a ciência diz, é um retardo mental. Boa parte de síndromes, de deficiências são levadas a isso. E cito o exemplo concreto da minha filha Daniele. Ela tem uma atrofia cerebral, e essa atrofia leva a um atraso cognitivo, um atraso mental, um atraso em diversas áreas muito longo.

Então, como justificar que o teto é de 18 anos para alguém que vai precisar de um ensino básico, um ensino fundamental, um ensino infantil numa idade diferenciada? Então esse é um ponto. Nesse aspecto, eu avalio que a gente está bem andado.

O outro é preciso aqui também compreender. Qual é a ideia do Ministério? O Ministério quer – nesse ponto, eu estou com o Ministério... Assim como no Sistema Único de Saúde a porta de entrada é a rede de saúde pública, a educação pública deve começar pelo setor público já credenciado. Ou seja, não tem sen-

tido alguém ir diretamente a alguém da rede privada, que nem credenciamento tem com o Poder Público, e muitas vezes nem deseja, nem quer, assim como algumas unidades privadas de saúde não desejam, não querem atendimento na área da saúde pública. Na educação é a mesma coisa.

Então o que Ministério deseja? Que haja uma sistemática de entrada. Até para quê? Foi lá, matriculou-se, o Poder Público tomou conhecimento das informações e, a partir daí, a exemplo do Sistema Único de Saúde, passa a ter a responsabilidade, ter a condição de planejamento e ter a condição de dar a solução. Nesse aspecto, acho que o Ministério tem um ponto de razão. Onde acho que está o problema? É que ao ingressar na escola, é avaliado e, em muitos lugares, o estudante não se adapta àquela escola, aquela escola não está preparada para receber essa pessoa. Então, qual é a obrigação do Estado? Garantir as condições desse atendimento.

Veja, é incrível o tamanho da dificuldade de entender. Quer dizer, o que se deseja é uma redação em que o que fica para o ensino especializado é o contraturno, é como se fosse obrigado a estudar numa escola regular – infelizmente, esse é o nome mesmo da legislação nacional e internacional, da escola regular – para poder ter direito à escola especializada

Ora, isso é algo... É inaceitável não entenderem que nesse caso... E repito de novo aqui, citando um exemplo, para não falar de outros, da Daniele. Ela matriculou-se... O desejo de um pai, de uma mãe, de um familiar no primeiro momento é matricular numa escola regular. Eles vão lá, fazem a matrícula, mas a criança não se adapta, torna-se agressiva, começa a mutilar, a morder, a bater, criando um trauma tão grande que não se pode nem encostar perto da escola. Os pais e as mães que estão nos ouvindo aqui, certamente, sabem o drama que eu e a minha esposa, Rejane, vivenciamos. Isso é comum. Foi isso que eu relatei ao Ministro Aloizio Mercadante.

Qual é o passo seguinte? Ficar fora da escola? É o que acontece. Eu diria que isso acontece em relação a uma grande parcela dos que estão fora da escola. É verdade que avançou, é verdade que cresceu, mas também não é aceitável, para o número reduzido de deficientes que há... O próprio Governo reconhece 300 mil fora da rede...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Cinquenta mil? Então, há vários dados. Eu estou citando um dado que alguém do Ministério passou aqui recentemente.

Eu avalio que uma parcela significativa de pessoas fora da rede tem a ver com isso: vão lá, não se

adaptam, não tem alternativa e aí não fazem mais a matrícula.

Por essa razão, o que estamos trabalhando é uma redação que permita essa compreensão. Feita a avaliação – e a primeira avaliação é dos pais, são o pai e a mãe que escolhe –, faz-se a matrícula. A partir da matrícula na rede regular, que é feita pelo pai e pela mãe, há a oportunidade de fazer um diagnóstico mais técnico, até para que haja proteção, assim que nem na saúde. Se eu tenho um problema de saúde, eu sou levado, em primeiro lugar, para um pronto-socorro; chegando lá, se não é no pronto-socorro, apontam que tem de ser em tal unidade especializada nessa situação.

Estou sempre fazendo referência ao sistema de saúde para mostrar que são dois sistemas semelhantes, em que desejamos é a universalização. Então, não pode haver incoerência de um mesmo Governo que interpreta corretamente o sistema de saúde e tem dificuldade de entender algo semelhante no da educação.

É por essa razão, Senador Paim, que estou muito animado, pois nós vamos, com o Senador Vital do Rêgo, chegar a um entendimento. Longe de pensar que se deseja excluir as APAEs ou qualquer outra entidade das possibilidades de parceria. O que eu ouço da própria equipe do Ministério é até o contrário: é avançar no sentido de podermos ter acesso a esse conhecimento, a essa experiência, a essa história, até mesmo para a rede pública.

É bom lembrar que, no PNE, vamos, pela primeira vez, obrigar o setor público a se preparar para a educação nas várias deficiências que são colocadas. Eu acho que a vitória que tivemos na área do deficiente auditivo é um passo. Quantos anos nós acompanhamos para discutir a necessidade de que Libras seja a primeira língua, ou seja, que haja a necessidade de primeiro aprender Libras para poder aprender outras línguas? Quantos anos nós levamos aqui para isso? Quantos anos? Finalmente, hoje, estamos chegando a uma conclusão.

Nesta semana, eu acho que é um ponto importante para que possamos, Senador Paim, alcançar as condições dos avanços necessários.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Wellington Dias, militante da causa, que fez aqui também a sua exposição sobre o tema.

Só lembro também que todos da mesa vão falar, de novo, encerrando. Todos vão falar e colocar, sob o seu ponto de vista, aquilo que ouviram do Plenário e de nós outros.

Passamos a palavra agora à Dr^a Claudia Garcia, do Centro de Ensino Especial. Ela é supervisora pedagógica.

Só para anunciar – se cada um puder ficar em cinco minutos... –, depois fala o Sr. José Ednilson Gomes de Souza Júnior, da Associação Mundial de Intérpretes de Língua de Sinais.

Pediram-me também aqui, e eu vou conceder naturalmente, a palavra para o Sr. César Magalhães – eu pulei aqui o Achkar, porque eu achei que não ia conseguir pronunciar. Como é que pronuncia mesmo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Achka – o “ch” tem o som de “s”. Muito bem. César Achkar Magalhães, Presidente da Associação Brasileira de Deficientes Visuais, e Marly Araújo, do Grupo de Apoio às Mulheres atingidas pela Hanseníase.

Vamos lá, então. Dr^a Claudia, por favor.

A SR^a CLAUDIA GARCIA – Professora, sou mestranda; ainda não sou doutora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vamos lá, professora mestranda Claudia Garcia.

A SR^a CLÁUDIA GARCIA – Quero colocar a minha preocupação com relação ao MEC.

Eu estagiei no MEC em 1996 – a Prof^a Marlene Gotti me conhece, se falarem em Claudinha, ela sabe quem é – e sempre coloquei, em conversas, quando estava lá, a minha preocupação com os alunos que representam um grau maior de comprometimento cognitivo aos autistas. Sempre conversava isso com ela. Agora vem duas questões.

A primeira, que foi muito bem colocada pela Anabella, pelo Senador, a questão da limitação da idade. Este ano, o MEC mexeu nessa questão na LDB, alterou. Em 1996, eu era estagiária no MEC e pude participar da questão da LDB. Agora em abril, mexeram, e a gente, aqui dentro da Secretaria, concursado, com cargo de confiança, nem ficou sabendo. Fui fazer uma pesquisa e verifiquei que se alterou a LDB, tirando-se a palavra “preferencialmente”. E aí vem a questão da idade, limitando-se, para a educação básica, dos 4 aos 17 anos, contrapondo o próprio Ministro, que é do mesmo partido da nossa Presidente Dilma, o Ministro Aloizio Mercadante, o decreto Viver sem Limites. Quer dizer, está indo contra essa questão. Como limita a idade se o decreto diz “sem limite de idade”? O Decreto 7.612...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – *(Intervenção fora do microfone.)*

A SRª MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS

– Eu vou esclarecer esse ponto da idade, só porque eu acho que está tendo uma confusão.

Quando ela está se referindo a idade, ela está seguindo outra meta estabelecida no plano, que é a idade da escolaridade obrigatória, de 4 a 17 anos. Esse hoje é o escopo da obrigatoriedade para qualquer pessoa no País. Depois nós vamos tratar daquelas pessoas que não concluíram essa escolaridade na idade própria quando se fala da educação de jovens e adultos. Então, eu estou sentindo que as pessoas estão achando que se está excluindo. Mas não se está excluindo. O que nós estamos fazendo nessa meta é dizer: anteriormente o que era obrigatório era de 6 a 9 anos. Essa meta está estendendo a obrigatoriedade para 4 a 17. Este é o sentido: não é diminuir; é aumentar.

A SRª CLÁUDIA GARCIA – Agradeço.

Só que isso, esse esclarecimento, tem que ser passado dessa forma para a Secretaria de Educação, porque, como eu trabalho com a questão de modulação e a questão da permanência dos alunos, quer dizer, acima de 17 anos, não teria o direito da renovação de matrícula. Fico feliz que isso seja esclarecido para a Secretaria de Estado de Educação.

Outra coisa. Defendendo as instituições especializadas, em 2000, a Prof. Erenice, que a senhora conhece, inclusive elogiou muito, dizendo: “Olha, gente, se eu tivesse mais um pouquinho de tempo de tempo para conversar com ela fora do debate, lá na TV Brasília, ela iria entender a função das instituições especializadas”, mas parece que o tempo ali foi curto. Então, o que a gente vê? Qual a importância? Em 2000, começamos o projeto Plano Piloto, Asa Sul e Asa Norte, para implantar a inclusão, viemos da integração para a inclusão. Nós tivemos todo o cuidado de implementar a inclusão nas escolas da rede pública do DF aqui no Plano Piloto. Só que é uma questão de política e a coisa passa... A política ... (*Inaudível*)... mandato de governo e vira uma politicagem. Ela ainda tinha o cuidado de dizer o seguinte, a Erenice: “Não vamos deixar que as escolas virem minicentro. Se é uma escola, inclusive, de deficiência intelectual, vamos nos preparar para atender os deficientes intelectuais, deficientes visuais, deficientes auditivos.” A gente teve esse cuidado.

Quando a gente viu que a promoção era automática, que os meninos não tinham condições, estavam chegando no 2º Grau sem saber ler, escrever e não estavam tendo tempo, eles estavam ali sem saber o que fazer, e os alunos do 2º Grau ali do CEM Setor Oeste estão preocupado com o PAS, com a UnB, com o vestibular, no Facebook e o nosso aluno com deficiência intelectual estava ali perdido... Eles estão sur-

tando! Aí vem a Secretaria de Educação, a Greb, pedir para a gente fazer avaliação – equipe com psicólogo, pedagogo – para retornar para o centro.

Então, essa prática – estou falando para a senhora de prática, de experiência prática, porque eu ajudei, eu levei a sério, junto com a Erenice – a gente viu que não era para todo mundo. A gente defende a inclusão para aquele que tem condições, para o surdo, para o deficiente visual. A gente tem pessoas com deficiência visual em alto cargo, com deficiência auditiva. Mas nem todos que têm deficiência física conseguem, porque não têm a limitação cognitiva. O MEC precisa entender. Dependendo do grau de limitação cognitiva, não dá certo ficar cinco horas dentro da sala de aula, tendo que cumprir aquilo ali sem saber o que se está passando. Por isso a função das instituições especializadas, do centro de ensino especial Apae. É para estar ali, oferecendo atendimento no ritmo próprio, dando o atendimento educacional que ele precisa naquele momento, preparação para o mercado de trabalho.

Então, eu fico feliz de saber que o MEC está repensando. Está nos ouvindo. Já chamamos alguns Senadores ao Centro de Ensino Especial 01 de Brasília para conhecer o trabalho. Chamamos o MEC, mas não sei por que não foi. E, hoje, soubemos agora, de última hora, o que estava acontecendo e viemos para cá para ter esse encontro.

Eu quero que a senhora repense, porque a Erenice nos disse: “É uma pessoa boa”. É uma pessoa que pode levar essa voz para a gente dentro do Ministério. Então, a gente conta com isso.

Eu falo que nós estamos ali e não vamos perder o nosso emprego. Somos concursados. Se o centro deixar de existir para os deficientes intelectuais, os mais comprometidos, nós vamos atender aos alunos do contraturno, Senador. Aquele aluno com deficiência intelectual mais comprometida vai para casa. Ele não tem alguém para dizer isso por ele. Então, estou tentando fazer a voz dele aqui, e espero que a senhora leve também.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Drª Cláudia Garcia, do Centro de Ensino Especial, supervisora pedagógica.

Vou pegar aqui os últimos inscritos. Em seguida, o Senador Wellington Dias quer fazer um complemento.

Então, passo a palavra ao Sr. José Ednilson Gomes Júnior, da Associação Internacional de Intérpretes de Língua de Sinais.

O SR. JOSÉ EDNILSON GOMES DE SOUZA JÚNIOR – Bom dia a todos os participantes, bom dia à Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que foi muito elogiado já aqui pela sua participação na língua de sinais.

O SR. JOSÉ EDNILSON GOMES DE SOUZA JÚNIOR – Eu agradeço as considerações que fizeram tanto pela internet quanto as considerações dos participantes pela minha atuação. Esses elogios, de alguma forma, estão relacionados aos comentários que quero tecer nesta manhã.

Parabéns às pessoas com deficiência, por suas lutas. Eu, naturalmente, não sou pessoa com deficiência, mas me associei às pessoas com deficiência muito novo ainda, com 15 anos de idade, quando pouco ainda se falava especialmente da nossa área, da atuação de intérpretes profissionais da língua de sinais.

Sou representante da Associação Internacional de Intérpretes na América Latina e no Caribe, mas, ainda que eu represente uma organização internacional, sou brasileiro e quero falar a respeito de questões voltadas não diretamente à pessoa com deficiência, mas aos serviços das pessoas com deficiência, porque sou prestador de serviço de acessibilidade em comunicação a pessoas com deficiência. Sou intérprete da língua de sinais.

Primeiro, uma consideração a respeito dos intérpretes no Senado. Acompanho seu trabalho, Senador, ainda nos primórdios do estatuto. Contribuí para ele como conselheiro da pessoa com deficiência no meu Estado, no Mato Grosso do Sul, e tenho acompanhado até os dias de hoje. Mas, Senador, a questão dos intérpretes no Senado vão muito além dessa reunião. Os intérpretes no Senado Federal estiveram presentes há alguns anos – são sete anos atrás –, e durante todo esse tempo uma grande luta foi feita nesta Casa para que fossem assegurados os intérpretes da língua de sinais em todos os espaços dentro desta Casa, que é do povo. E no “povo” inclui-se também o povo surdo, os usuários da língua de sinais.

Então, não é aceitável para nós, população, e nós, profissionais, o discurso de que estamos aprendendo. Na verdade, já tivemos tempo demais para aprender, principalmente o Senado Federal já teve tempo demais para aprender. E até mais. Se não pudesse aprender, poderia aprender com a Casa ao lado, onde já existem serviços de intérprete da língua de sinais. Eles têm tentado cada vez mais se adequar e oferecer mais ainda serviços para as pessoas surdas.

Então, deixo o meu repúdio a esse discurso de que ainda estamos aprendendo, ainda temos muito o que fazer. As coisas hoje, na era da informática, no mundo globalizado – e falo isso não apenas por conhecer o contexto brasileiro, mas por conhecer todo o contexto internacional –, podem ocorrer com muito

mais celeridade, como vimos em casos de legislações, como a lei do petróleo, que ocorre numa velocidade incrível, ou até outras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ou a própria lei dos autistas, que aprovamos aqui rapidamente..

O SR. JOSÉ EDNILSON GOMES DE SOUZA JÚNIOR – A lei dos autistas. Isso mesmo.

Então, a Casa tem possibilidade, sim, de oferecer serviço de acessibilidade para o intérprete. E amanhã, se quiser. E amanhã. Não é algo que precisa ser levado muito mais tempo. Fica uma crítica. O Senado agora passa um – vou repetir a palavra da minha colega – limbo de intérpretes, porque os intérpretes foram todos demitidos, e hoje a Casa contrata esporadicamente por meio de terceirização, quando necessário, e mal ainda, com uma péssima remuneração, porque a terceirização gera péssima remuneração no nosso caso de prestadores de serviço de interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para te ajudar, precisa ver o esforço que aquela senhora que não está aqui fez para os intérpretes estarem aqui hoje. Foi usada toda cota que tinha de horas para esta ação de hoje. Então, procede.

O SR. JOSÉ EDNILSON GOMES DE SOUZA JÚNIOR – É claro, nós reconhecemos. Mas não podemos aceitar que este fato positivo de hoje ter oferecido língua de sinais aqui atenua essa quantidade de anos que esta Casa despreza esse serviço de acessibilidade para pessoas surdas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você lembra muito bem, quero te ajudar, e ela sabe da nossa luta, principalmente ela que também sabe, se teve por sete anos como é que, de uma hora para outra, não terá mais? Estamos juntos com ela – ela sabe –, dialogando, conversando, pressionando, mas não depende nem do Wellington nem de mim, depende da Mesa Diretora.

Essa crítica que você está fazendo é positiva, como a Dr^a Lurdinha fez aqui algumas críticas. Apenas dialoguei com ela. Mas são críticas positivas, para que não se repita. Então, o que você está colocando já levamos inúmeras vezes e esperamos que a Mesa Diretora tome uma decisão final. Quero dizer que não depende da Comissão de Direitos Humanos, infelizmente. Se dependesse da Comissão de Direitos Humanos, elas sabem que estariam todas contratadas aqui.

O SR. JOSÉ EDNILSON GOMES DE SOUZA JÚNIOR – É que são nas audiências que temos voz. Na plenária, infelizmente, não temos contato com a Mesa Diretora. É por meio de vocês, nas audiências, desses Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode ter certeza de que o que vocês falam aqui vai chegar à Mesa Diretora.

O SR. JOSÉ EDNILSON GOMES DE SOUZA JÚNIOR – Ótimo.

O segundo ponto eu o dirijo à Profª Macaé, mas não especialmente como Ministério da Educação, mas como a única representante do Executivo Federal aqui, quanto à formação de intérpretes de língua de sinais. Falar de acessibilidade também é falar de formação e qualificação dos serviços de acessibilidade.

Hoje, temos no Prolibras, cujas estatísticas foram apresentadas, mais de seis mil intérpretes de língua de sinais. Só que esse número não acompanha a quantidade de intérpretes que receberam formação pelo Ministério da Educação, seja formação superior, por meio do Letras Libras Bacharelado, que foi um número bem reduzido de atendidos em poucos Estados, e também com formação continuada ou cursos livres oferecidos pelo Ministério da Educação. Os últimos cursos oferecidos ostensivamente no território brasileiro para formação de intérpretes de língua de sinais, por meio do Ministério da Educação, ocorreram faz muitos anos. Não lembro agora quantos anos. A Profª Rosana participou dessa formação. Desde então, têm sido muito pontuais essas atuações. Em contrapartida, os intérpretes de língua de sinais têm recebido críticas muitas vezes, pelas atuações em seus serviços. Muitos lugares, escolas, especialmente privadas, e instituições de ensino superior privadas deixam de contratar intérpretes de língua de sinais porque dizem que não há profissionais qualificados para essa atuação. Em alguns espaços, realmente, não há.

Então, a cobrança que faço para a representante do Executivo Federal e de acordo com a legislação brasileira e com a convenção que transfere ao Estado a responsabilidade de formação de pessoal também é vislumbrar o quanto antes formação para intérprete de língua de sinais. Muitas vezes não dá para ser de nível superior, como Letras Libras, mas precisa ser uma formação muito bem qualificada e que atenda a todo o Brasil, desde o Amapá até o Rio Grande do Sul, e não apenas as grandes capitais, por meio de grandes universidades, que, às vezes, aceitam esses projetos.

Para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem um minuto.

O SR. JOSÉ EDNILSON GOMES DE SOUZA JÚNIOR – Mas o senhor roubou um minutinho meu. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já te dei dois.

O SR. JOSÉ EDNILSON GOMES DE SOUZA JÚNIOR – Obrigado, Senador.

Para concluir, também ao Executivo, e sei que esse recado não é dirigido apenas ao Ministério da Educação, porque ele tem a ver com planejamento e muitos outros que se relacionam quando se trata de concurso público federal, é quanto à contratação e ao concurso público federal para os intérpretes de língua de sinais, especialmente nas universidades federais.

As universidades federais têm iniciado concursos para contratação de intérpretes de língua de sinais, universidades onde vão atuar em graduações, como é o caso da UnB, é a minha universidade também, posso falar disso, como o Messias teve o seu intérprete no mestrado, tem agora no doutorado, eu curso com ele. O cargo é de nível médio. Como garantir acessibilidade em educação superior com profissionais dentro de uma instituição de ensino superior, a oitava melhor do País, segundo os últimos dados, a UnB, por exemplo, vou tomar a minha universidade como exemplo, com intérpretes com qualificação de nível médio? Isso é um absurdo! Isso prejudica as pessoas surdas, não apenas nós, intérpretes, que lutamos com a qualificação e obtemos qualificação muitas vezes até fora do País, mas também as pessoas surdas que estão lá querendo estudar e não têm condições de ter um profissional a altura da qualificação que buscam.

Deixo também essa sugestão para que o Ministério olhe para isso, esteja atento a isso, há editais abertos, outros que já foram fechados, mas que isso seja visto também. Quero agradecer e espero que a gente continue esse diálogo sobre não apenas sobre a pessoa com deficiência, mas os serviços e os prestadores de serviços que precisam oferecer melhor qualidade às pessoas com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o José Ednilson Gomes Júnior que aqui representou a Associação Internacional de Intérpretes de Língua de Sinais. Parabéns pela exposição.

Passo a palavra agora a César Achkar Magalhães, Presidente da Associação Brasileira de Deficientes Visuais.

O SR. CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES – Boa tarde.

A ABDV, minha entidade, é uma das afiliadas da Organização Nacional dos Cegos e essa discussão da Meta 4 sobre educação inclusiva é muito freqüente na lista de discussão da entidade da qual eu participo.

Outro dia, uma colega fez um comentário bem radical em que ela perguntava, provocando os colegas à discussão: “Escola inclusiva é aquela em que se matricula um aluno cego para ele assistir aos colegas

serem alfabetizados?” Eu estou trazendo para agora esse comentário bem provocativo porque, de certa forma, acho que é isso que o MEC fez quando ficou, para poder defender uma política de escola inclusiva – que eu inclusive defendo, eu acho que precisa ser feita, precisa ser priorizada –, o MEC atacou os centros de ensino, chamando-os de excludentes, de coisa do passado, enfim, de todo tipo de coisa, sendo que não vejo outro caminho para a gente pensar no futuro da nossa educação senão aprender com o que foi feito no passado. Fui aluno de centro de ensino especial e não me considero, aqui, neste momento, como alguém excluído. Acho que tem que reconhecer. Eu tenho uma gratidão por tudo o que aprendi naquela escola inclusive pela minha convivência com outros deficientes visuais.

O que me preocupa é o seguinte: houve um movimento, em Brasília, no mês passado, de entidades, do qual participei também, reclamando desse problema da Meta 4, da emenda que foi feita aqui no Senado, porque a Meta 4 vem sendo negociada na Câmara com entidades. Chegou no Senado e foi modificada sem negociação com as entidades e daí gerou essa insatisfação, gerou uma manifestação em nível nacional. Depois dessa manifestação, o MEC começa a ceder; cedeu àquilo que conversou com as APAES.

Mas vejo, pela manifestação do Messias hoje, que não cedeu na questão que os surdos reivindicam e não cedeu naquilo que eu e outros colegas defendemos: os centros de ensino especiais públicos. Uma coisa é preservar as instituições privadas de educação. Acho que elas têm que ser preservadas. Acho que todo mundo que faz trabalho na área da inclusão, seja na filosofia que acredito, que o MEC acredita ou que outro acredita, não importa, todos que fazem um trabalho na área da inclusão da pessoa com deficiência têm que ser preservados. E nós temos que ter o direito de escolher se queremos estudar em uma escola ou em outra, privada ou pública. Que não haja uma imposição de qual modelo de escola eu devo me encaixar.

Isso que estou falando é uma discussão que a gente vem tendo no País inteiro. Quando colegas colocam aqui, da nossa pressa em que as coisas aconteçam, parece até que nós é que somos intolerantes, que temos 500 anos de história de exclusão e queremos que tudo aconteça hoje. Mas não, nós vimos discutindo isso há muito tempo. Inclusive, Senador, isso foi discutido na Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência com a presença de mais de mil participantes que eram dirigentes de entidades, que eram conselheiros em conselhos de Estados e Municípios, do próprio Conade, pessoas do Governo envolvidas na política da pessoa com deficiência, mais de mil participantes representativos. E essa discussão veio

dos Estados e dos Municípios até a Conferência Nacional e, por votação, deliberou-se, por mais de 70% dos presentes, que as duas modalidades de escola devem ser preservadas e devem conviver.

Então, não acho que devamos radicalizar e dizer que as escolas inclusivas, como a colega colocou na lista, são aquelas em que o aluno cego assiste aos outros serem alfabetizados. Se isso acontece em algum lugar, é alguma falha da política que tem de ser revista – política é uma construção –, mas também não acho correto fechar centros de ensino especial sob o argumento de que são excludentes – até a ideia da escola inclusiva, quem a estava incluindo eram os centros de ensino especial. Se hoje estão cegos aqui, deficientes visuais e pessoas com outras deficiências, participando de um ambiente como este, com certeza são pessoas que passaram por um centro de ensino especial. Se não tivesse sido assim, talvez não tivessem formação, talvez não tivessem nem condições de estar aqui participando.

Então, cabe não radicalizar, por parte do MEC, e respeitar o “nada sobre nós sem nós”. Esse assunto já foi discutido, já foi deliberado, já foi deliberado em fóruns representativos. E aí se reabre novamente a discussão só porque não é aquilo que agrada ao MEC? Como a colega falou: isso é política de Estado, não é de governo não. Educação... O Governo vai passar, mas a política de educação que tem de ser pensada agora tem de ser pensada como política de Estado, e não apenas deste Governo.

Obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, César Achkar Magalhães, Presidente da Associação Brasileira de Deficientes Visuais.

Agora vamos de imediato para Marly Araújo, do Grupo de Apoio às Mulheres Atingidas pela Hanseníase.

A SRª MARLY DE FÁTIMA ARAÚJO – Bom dia a todos.

Eu vou sair um pouco da educação para propor que pensemos em acessibilidade como um todo.

Quando se fala no Programa Minha Casa, Minha Vida, se fala que as casas dos deficientes são adaptadas. O deficiente vai viver só dentro da casa dele? Só a casa que ele vai habitar tem que ser adaptada ou todo o conjunto habitacional precisa ser adaptado para que essa pessoa possa estar inserida em seu meio? Será que, adaptando só a casa em que a pessoa com deficiência vai morar, nós não estamos excluindo essa pessoa de uma vida social? A cadeira de rodas dela só vai entrar no banheiro da casa em que ela for morar, ela não pode visitar ninguém. Eu não aceito isso

como acessibilidade. Acessibilidade é ter os mesmos direitos que têm as outras pessoas.

O que vejo em alguns anos de luta nessa área? Ninguém negocia o direito de ir e vir de qualquer pessoa, esse direito é constitucional e está garantido, mas o direito de ir e vir das pessoas com deficiência sempre é negociado, nos vários níveis de Governo, para menos. Temos que começar a pensar que a pessoa com deficiência tem que estar em todos os lugares. Isso é uma coisa para todo mundo pensar.

Outro ponto diz respeito à educação. Na Associação, prestamos assistência a algumas famílias de pessoas atingidas pela hanseníase que têm filhos. Eu estou com uma criança, que está repetindo ano pela terceira vez, à espera de uma audiometria, para ser encaminhada a uma sala de recurso. Será que não há como se garantir que esse diagnóstico chegue mais rápido do que três anos? Porque a criança ficar repetindo o ano, durante três anos, vai fazer com que ela fique desestimulada. Ela não quer mais ir à escola: “Tia, não vou mais à escola, porque estão me chamando de burro!” Então, quando pensarmos em educação em sala de aula, temos que pensar em um caminho rápido, onde um diagnóstico possa ser feito e a criança possa ser assistida.

Não adianta dizer que isso é da competência da Secretaria de Saúde. Não! A Secretaria de Educação, junto com o Ministério, tem de estabelecer um caminho para essa criança ser atendida, porque ela não quer mais ir à escola. Não adianta ir ao Conselho Tutelar. Aqui em Brasília, eu já fui a todos.

Em Brasília, estamos passando por algo diferente do resto do Brasil. O Viver sem Limite não chegou aqui ainda. A política das pessoas com deficiência no Distrito Federal não chegou ainda. Pelo menos, isso ainda não foi discutido com ninguém. Não sabemos o que está sendo feito, ou melhor, se está sendo feita alguma coisa também, a gente não sabe.

Então, gostaríamos que a política da pessoa com deficiência fosse discutida com as pessoas com deficiência. Algo para todos pensarem: o Brasil, hoje, é o País com maior número de casos, com relação à população, de hanseníase. As sequelas dessa doença são deficiências muito específicas, cuja assistência não existe em alguns lugares.

Assim, gostaríamos que pensássemos em um país de maior prevalência no mundo, cuja assistência às sequelas da hanseníase seja repensada. As sequelas da hanseníase, às vezes, não são aparentes e, em muitas situações, são aparentes e excludentes: ou a pessoa perde dedos por reabsorção ou a pessoa fica como eu, que fiquei sequelada da hanseníase, mas não aparento.

Então, ou somos excluídos pela sequela muito grave, ou pelo fato de a sequela não ser vista. Somos excluídos nas perícias médicas, no Detran, quando vamos fazer um exame com a finalidade de adaptar um carro. Somos excluídos, porque os médicos não sabem tratar da hanseníase; somos excluídos, porque ninguém sabe fazer o seu diagnóstico.

Não precisamos ir longe. Vou citar o meu caso. Eu trabalhava na Coordenação do Distrito Federal da Hanseníase; passei sete anos, sendo tratada por LER, com algum problema de cabeça, porque estava maluca, e por fibromialgia; fui aposentada com esses diagnósticos. Depois de aposentada do serviço público, descobri que tinha hanseníase. Nessa minha busca, descobri que ninguém sabe nada sobre hanseníase.

Então, pelo amor de Deus, que o MEC pense que hanseníase tem de ser matéria obrigatória nos cursos de Medicina! Tenho parentes próximos, que se formaram em Medicina há pouco tempo, na escola pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto, agora.

A SRª MARLI DE FÁTIMA ARAÚJO – Sabe quantas horas de aula específica a pessoa teve sobre hanseníase? Doze horas de aula. Será que alguém aprende a fazer diagnóstico em 12 horas de aula? Nunca! Então, as pessoas estão ficando sequeladas no Brasil por diagnóstico tardio.

Pelo amor de Deus! Pensem na gente! Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Srª Marli Araújo, do Grupo de Apoio às Mulheres Atingidas por Hanseníase.

Diversas pessoas estão pedindo a palavra. O problema é que já são 13 horas, e temos que nos deslocarmos e irmos para a abertura da sessão do Senado. Normalmente, nós terminamos em torno de 13 horas nossas audiências públicas.

Quanto aos próximos, o que posso fazer é citá-los, embora tenha um aqui na frente, dizendo que me vai dar um cascudo se eu não der a palavra para ele. (Risos.)

Ele pediu um minuto.

O SR. CLÉSIO – Meu nome é Clésio. Eu trabalho na Secretaria de Saúde do Distrito Federal, já há 13 anos, e também trabalho num grupo chamado CTS, que trabalha com tecnologias assistivas. Eu vim hoje aqui para participar desta audiência com vocês, representando essa organização, e quero dar algumas sugestões, especialmente a respeito de tecnologias assistivas para as pessoas surdas.

No meu trabalho, um hospital da Secretaria de Saúde, lá, as pessoas – um enfermeiro, médicos, ou até mesmo técnicos – não têm curiosidade ou vontade

de aprender língua de sinais – sempre utilizo a língua escrita para me comunicar com eles –, mas é muito comum, quando um surdo chega lá, chamando-me também para eu tentar apoiá-los.

Parece que essa comunicação, que hoje eles tentam estabelecer, intermediada por mim, é simplificada. Não sou intérprete de língua de sinais. É preciso que haja intérprete de língua de sinais nos ambientes de saúde. É necessário que esses profissionais conheçam língua de sinais e se coloque nos concursos públicos, como título exigido, pelo menos um desses profissionais que seja conhecedor de língua de sinais na área de saúde, na área de segurança pública, nos bombeiros. Enfim, em qualquer concurso que vá abrir vagas, que sejam garantidos profissionais, dentro já dos editais, habilitados em língua de sinais. Sabemos que há professores, na área de educação, intérpretes de língua de sinais.

Outro aspecto que quero mencionar é sobre a acessibilidade na internet. É preciso também colocar na internet, além dos leitores de tela, que servem para as pessoas cegas, colocar também língua brasileira de sinais, tradutores automáticos de língua brasileira de sinais.

Obrigado à Mesa pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Obrigado pela rapidez. Você abriu espaço para a Ana Cristina, que pediu somente um minuto.

Daí nós vamos para as considerações finais da Mesa.

A SR^a ANA CRISTINA CORREIA E SILVA – Obrigada pelo espaço. Não podia deixar de representar, como Vice-Diretora de um Centro de Ensino Especial de Brasília, todos os diretores e toda comunidade do Centro de Ensino.

Fiquei muito feliz pela fala dos colegas. Gostaria de comunicar ao MEC que realmente os centros de ensino especial não são um espaço excludente. Nós fazemos, sim, a inclusão social e existem, sim, muitos estudantes que necessitam desse atendimento especializado e que, só lá, no centro de ensino especial, vamos conseguir realmente dar o que essa pessoa necessita em termos de educação.

Muito obrigada pela fala do colega que disse que foi estudante de um centro de ensino especial.

Então, MEC, nós temos de pensar na educação pública. Como estamos, neste momento, falando muito do PNE das APAEs, das instituições concessionais, mas queremos, Senador, um olhar diferenciado para os nossos centros de ensino especial, porque eles não são segregacionistas. O Poder Público é que está segregando esses centros de ensino especial.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Registramos a presença aqui ainda do MEC/ Secadi, Grupo de Apoio às Mulheres Atingidas pela Hanseníase, Centro de Ensino Especial nº 1 de Brasília, Programa de Acessibilidade do Senado Federal, a presença dos assessores do Gabinete do Senador Wellington Dias, do Gabinete também da Senadora Angela Portela e naturalmente, também, na figura do Luciano, a equipe do meu Gabinete.

Vou ter que ler aqui, pois há muita coisa. Vou deixar que o MEC encerre, para que o MEC ouça daí todos.

Vou ler, primeiro, Luciana Cury: “A operacionalização do atendimento educacional especializado tem problemas sérios que não está sendo discutidos, na visão dela, no cenário nacional.”

Está de parabéns o Sr. Ednilson, da Associação Internacional de Intérpretes de Língua de Sinais. Bem colocada a questão da terceirização, não só nessa área, mas em outras várias. Meus cumprimentos ao José Ednilson.

Fabiano Santos de Oliveira diz: “Peço desculpas por qualquer má interpretação das condições encaminhadas por mim. Gostaria que todas as pessoas que são discriminadas por lei fossem, enfim, protegidas pelo Governo, que ainda tem muito a galgar para entender as necessidades dos deficientes e dos discriminados. Senador Paulo Paim, V. Ex^a está de parabéns por sua forma humana de debater”. Há um elogiozinho para mim também, não é? (*Risos.*)

Mas há críticas também. Vou ler esta aqui: “Senador Paulo Paim, sou democrático. Só que está lá para todo mundo ver a recomendação que o senhor omitiu. Como pude ver, a lei das cotas está errada e o senhor não quer citar. Poderia ter constatado também.” Ele disse que eu omiti o nome do cidadão naquela hora aqui. De fato, não sei o seu nome. Ele diz que a lei das cotas está errada, só que – já li no outro – ele está referindo-se à cota das pessoas com deficiência. Ele acha que tem de ser aprimorada essa lei.

Este aqui é longo. Vou deixar para ler no final. (*Pausa.*)

“Temos de lutar por todos os deficientes discriminados, sem nenhuma distinção. Por isso, eles estão na Constituição.” Também foi o Fabiano.

“Gostaria de perguntar ao Senador Paim”, agora me colocou na prensa, “que está presidindo, o que o senhor pensa das pessoas com visão monocular”. É um debate profundo. Não dá para fazer em cinco segundos, mas estou do lado de vocês. Pode ter certeza! Respondi.

“Senador Paim, sou gaúcho e quero o melhor para o nosso povo. Democracia só se faz com inclusão social. Quando os nossos representantes entenderem a necessidade do seu povo, avançaremos. Tenho respeito e admiração por todas as pessoas que pensam em todos.” Na verdade, ele está elogiando a Mesa aqui, e foi também o Fabiano.

Aqui, o Fabiano também fala: “As cotas que se têm são para o acesso ao mercado de trabalho aos deficientes.” Ele diz que as cotas têm de ser aprimoradas.

Terminamos. Já li tudo. Há este que não li. Já o recebi.

Campanha em parceria de usuários de libras. O Rybená®, em parceria com outras instituições voltadas ao atendimento de comunidade surda lança o símbolo de identificação de usuário de língua brasileira de sinais de libras.

Nosso objetivo é que as pessoas usuárias de libras sejam facilmente identificadas em locais públicos, assim como ocorre com profissionais usuários em língua falada (inglês, espanhol, etc.), que, por meio de pin/bottons, de bandeiras nacionais, são reconhecidas suas habilidades linguísticas.

Assim, oferecemos à comunidade um pin e pedimos que o mesmo seja utilizado cotidianamente. Dessa forma, cada usuário de libras, surdo ou ouvinte, se tornará um multiplicador dessa ideia.

Para mais informações, contate-nos.

(Renato Prestes, Presidente do Grupo ECTS.)

Agora, vamos, então, às considerações finais dos nossos convidados. Tinha dito ao meu amigo que os últimos serão os primeiros.

Então, vou deixar a Macaé, porque ela fala em nome do Governo, para o final, e começar com a Alessandra de Oliveira para as suas considerações finais. Se puder ficar em cinco minutos, eu agradeço.

Alessandra de Oliveira Caixeta Nogueira fala em nome das APAEs.

A SRª ALESSANDRA DE OLIVEIRA CAIXETA NOGUEIRA – Bem, penso que aprendi muito nesta manhã. Ouvi muitas experiências, muitas coisas que nos levam a pensar, enquanto cidadãos que somos, enquanto entidade que representamos.

É claro que percebemos quantos avanços e quantas legislações, mas, em cada recadinho e participação, observamos que são ansiedades de toda natureza, não só relacionada à entidade e ao movimento, mas à própria pessoa que aqui se faz presente e mostra as ansiedades no sentido de que existem leis. O Governo mostra muitos números, mas, infelizmente, na

prática, a gente vê que as coisas não caminham tão bem como às vezes apresentam.

A nossa entidade luta em prol da defesa dos direitos de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, mas recebemos também em nossa entidade inúmeras manifestações de indignações e ansiedades. Nesta semana mesmo eu recebi um *e-mail*, em que um pai se mostrava indignado em relação à acessibilidade que a gente pensa... Para a gente que anda, que caminha, que toda facilidade, tudo transcorre na normalidade. Mas esse pai estava indignado porque ele foi a Natal, que é uma capital, e teve muita dificuldade de levar seu filho até a praia. Isso demonstra que existem leis, existem números, mas ainda há muito por fazer.

Então a gente pede que esta Casa, onde os legisladores têm facilidade, têm toda uma estrutura para trabalhar em prol do nosso País, faça não só a normatização mas também trabalhe pela aplicação dessas leis. Que haja fiscalização para saber onde, de fato e verdadeiramente, está precisando que chegue a acessibilidade, bem como essas questões todas da educação e da saúde das pessoas com deficiência que encontram barreiras. Que os governantes olhem cada pessoa considerando suas especificidades.

Nós, como representantes de entidades, com certeza, vamos continuar lutando por um país melhor, com políticas públicas para atender a todos igualmente dentro de suas especificidades.

Obrigada a todos.

Boa tarde! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Alessandra de Oliveira Caixeta Nogueira, que falou pelas APAEs.

Com satisfação, chamamos a professora, escritora e artista plástica, Profª Lurdinha Danezy.

A SRª LURDINHA DANEZY – Acho que foi muito importante esse momento. Momentos como este são necessários para que as discussões sejam feitas e as decisões sejam tomadas.

Nós somos um país cheio de leis, principalmente e inclusive leis que favorecem as pessoas com deficiência, mas, na verdade, essas leis ficam no papel. O dia a dia das pessoas com deficiência é bem diferente do que está estabelecido em lei, e isso precisa ser mudado.

Eu queria colocar aqui uma coisa para as pessoas pensarem em relação à quantidade de pessoas com deficiência que existem em nosso País. Cerca de 24%, entre 24% e 25%, da população brasileira têm algum tipo de deficiência. Quando a gente pensa que essa

pessoa com deficiência convive com pai, mãe, irmão, coleguinha, professor, médico, motorista de ônibus, jornalista, enfim, vemos que todas as pessoas, 100% da população, brasileira, estão envolvidas, de alguma forma, com pessoas com deficiência. Então não são só 24%. Praticamente toda a população brasileira vai ser beneficiada se os 24% forem beneficiados.

Então, cuidar de acessibilidade, cuidar de informação, cuidar de atendimento médico e educacional, hospitalar, cuidar de movimentação, cuidar das pessoas com deficiência, significa cuidar do País como um todo. Então a gente precisa olhar para os 24% como se estivesse olhando para os 100%. Isso precisa ser visto como uma necessidade absolutamente urgente.

Outra coisa que eu queria falar é com relação à questão da escola. Acho muito bonito que o MEC faça esse tanto de gráfico aí, dizendo o que foi e o que está sendo feito, o que precisa ser feito, mas no dia a dia – não é, Hélvia? –, lá na escola, dentro da sala de aula, isso não significa nada. Na sala de aula, dentro da escola, o que significa na vida das famílias é o preconceito. O que prevalece é o preconceito, é a discriminação e é a exclusão. Colocar um aluno surdo em uma escola sem ele ter possibilidade de ter contato com os outros colegas, ele não está incluído, ele está excluído, não é? Você faz a exclusão dentro da escola inclusiva.

Então, eu não vejo outra possibilidade, sinceramente, de mudanças na educação que não seja a mudança no modelo de educação. Certa vez, eu acho que foi até na Conae de 2010, um professor da UnB fez uma palestra sobre as escolas. Ele mostrou duas fotos: uma sala de aula de 1900 e uma sala de aula de 2010. A diferença básica entre as duas salas de aula era a tecnologia da fotografia. Porque elas continuavam exatamente a mesma coisa. Esse, para mim, é um retrato básico. A sociedade está mudando. Quando ele diz que, hoje, a coisa pode ser para ontem, em questão de tecnologia, não dá mais para esperar tanto, o mundo está correndo, a coisa está acontecendo muito rápido. Então, não dá para esperar mais.

No caso das crianças com deficiência intelectual, a solução tem que ser para ontem, porque elas nascem com algum tipo de deficiência e não podem esperar um ano, dois anos, três anos, dez anos, vinte anos. É agora. Ou resolvemos a condição de promover o desenvolvimento dessas crianças agora ou elas serão prejudicadas para o resto da vida. Então, é desde o começo, desde a educação infantil que a coisa tem que ser feita. É desde a hora em que a criança sai da

barriga da mãe que a política tem que ser feita. Não é para daqui a pouco.

Nós estamos há mais de 20 anos falando em escola inclusiva. Eu queria que alguém me citasse – poderia ser até você, Macaé, de verdade, vamos falar aqui, vamos ser sinceros – uma escola que seja realmente inclusiva neste País. Não existe. Você sabe por que ela não vai citar, eu não vou citar, a Hélvia não vai citar, ninguém mais vai citar? Porque não existe. E quando o MEC, principalmente – não estou falando de você, Macaé, estou falando do MEC –, resolve que toda e qualquer pessoa com deficiência deve estar incluída no ensino regular, isso é muito sério. É muito sério colocar as pessoas no ensino regular nesse modelo de escola, com uma escola completamente despreparada para as pessoas convencionais. O que nós temos de educação aí? É problemática a educação no País, muito problemática para as pessoas convencionais. Para as pessoas com deficiência então, nem se fala.

Então, precisamos aproveitar esta Conae que será realizada agora e discutir muito, discutir muito a realidade. Vamos parar de fingir que estamos fazendo inclusão, vamos parar de fingir que existe uma política voltada realmente para a pessoa com deficiência, porque não existe. Vamos começar a perguntar à Hélvia se ela está feliz com a escola da Sofia, vamos perguntar ao César se ele está feliz com a acessibilidade que existe para a pessoa com deficiência visual, vamos perguntar aos surdos se eles querem realmente estar naquela escola inclusiva, quietinhos e abandonados. Vamos perguntar a eles. É “nada sobre nós sem nós”. Foi a melhor frase dos últimos tempos. Não dá para fazer política sem consultar a pessoa com deficiência. Não dá para trabalhar o desenvolvimento da pessoa com deficiência...

(Soa a campanha.)

A SRª LURDINHA DANEZY – ... sem ela poder dizer aos políticos, ao sistema ou a quem quer que seja: “Eu quero isto. É isto que eu quero. É isto que me satisfaz. É deste jeito que eu sei viver. É deste jeito que eu preciso viver.”

A partir do momento em que começarmos a ver a deficiência como uma característica da pessoa, ela passa a ter direitos iguais. E, para ter direitos iguais, ela precisa de espaços e de oportunidades, ela precisa ser reconhecida como pessoa, e não como deficiência. Enquanto nós olharmos para as pessoas com deficiência como deficientes, dificilmente elas terão oportunidade de ter uma vida social tranquila e realmente incluída. Então, vamos pensar. Vamos pensar na pessoa com deficiência como pessoa. Apenas como

peessoa que só precisa de oportunidade para mostrar suas potencialidades. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a professora, escritora e artista plástica Lurdinha Danezy, que deu uma bela contribuição ao nosso debate.

Estamos encaminhando para o final. Como eu tinha dito ao Messias, ele tinha iniciado, os últimos serão os primeiros. Ele será o penúltimo e o MEC vai encerrar, ouvindo e respondendo às considerações que aqui já foram feitas. Vamos ouvir ainda o Messias. Então, Messias Ramos Costa, professor da Universidade de Brasília (UnB), com a palavra.

O SR. MESSIAS RAMOS COSTA (*Tradução por profissional habilitado.*) – Tivemos uma discussão muito enriquecedora, com diferentes temas. Que coisa boa tivemos aqui hoje, nesta manhã!

Realmente falta muito conhecimento ainda sobre acessibilidade, sobre os trabalhos que precisamos fazer e muita flexibilidade também para que eles sejam realizados. As pessoas com deficiência precisam opinar sobre aquilo que é melhor para a vida delas e aqueles que executam as tarefas nos Poderes precisam respeitar essas opiniões, não interferir e não ultrapassar essa participação popular, não tratar essas propostas, essas sugestões de forma desqualificada. De forma alguma. Nós pessoas com deficiência, cegos, surdos, deficientes físicos, com seja qual for a deficiência, temos informação e precisamos respeitar essa troca de informações que temos. Se temos propostas, chamamos pessoas com deficiência e podemos elaborá-las, aqueles que deveriam respeitar essas propostas, respeitar a nossa opinião devem acatá-las e não desprezá-las.

Muito boa a apresentação do Ministério da Educação, mas, de fato, eu não estou muito de acordo com essa forma de inclusão que é colocada. Não é que somos contra a inclusão. Nós queremos valorizar a escola bilíngue e o papel que essa escola tem dentro desse processo inclusivo.

Uma das informações que foi dada na sexta-feira passada é que nós havíamos acatado a proposta e o texto que havia ficado dentro dessa proposta lá na Câmara e depois no Senado, mas nós não aprovamos, não. A Convenção das Pessoas com Deficiência, a Fe-neis, a WFD, enfim, todos os organismos das pessoas com surdez respeitam as pessoas surdas, respeitam a participação das pessoas surdas e a consciência que temos de poder participar e construir nossas próprias políticas.

Precisamos estar abertos, nossas vidas, nossos corações, em especial, para receber aquilo que é da

proposta e que é principal, mais importante para as pessoas surdas.

Não pode haver intervenções externas, pessoas que vão até os nossos textos, aproveitam as nossas propostas e as modificam e dizem que foram elaboradas por eles.

Todas as propostas feitas por outras deficiências avançaram, muitas garantiram seus espaços, mas precisamos também respeitar o direito do surdo e, assim, construir uma sociedade onde possamos viver felizes e bem, sem prejudicar o brasileiro e principalmente sem trazer aspectos negativos para a nossa comunidade. Surdos, pessoas cegas, pessoas com deficiência em geral podem e devem apoiar e elaborar suas políticas, melhorar a legislação brasileira e assim fortalecer a legenda, a língua de sinais, legenda em língua portuguesa, intérprete de língua de sinais. Tudo isso são aspectos da bilinguagem que temos no nosso País e são propostas que precisam alcançar todo Território nacional.

Outra coisa muito séria que a gente precisa discutir, e muitos surdos já me procuraram e me relataram isso, é sobre a contratação de intérpretes. Muitas vezes, há instrutores de língua de sinais surdos que são contratados, mas são colocados para trabalhar em serviços gerais, por exemplo, e há intérpretes de língua de sinais ocupando lugares que deveriam ser dos surdos. O que o José Ednilson mencionou a respeito das universidades brasileiras, é também algo muito sério. Na UFSC, há poucos dias, houve um protesto sobre isso, reivindicação de intérpretes profissionais, porque os intérpretes estavam com uma qualidade muito inferior.

Então imaginem só eu, por exemplo, que estou estudando doutorado, agora, na Universidade de Brasília; o meu professor é um doutor, mas eu estou inserido naquela sala de aula. E como ocorre essa comunicação de forma adequada? Como é essa inclusão? Isso é um problema muito sério. Eu, como funcionário público, também me falta acessibilidade. Isso é uma deficiência na inclusão. Há muitos problemas e há muitas coisas que às vezes nos parecem belas, mas quando olhamos de perto são problemas que precisam ser resolvidos.

Nossos corações precisam realmente estar abertos. O MEC precisa estar aberto a essa discussão, compreender as diversidades de escolas que existem, de serviços que existem e podemos avaliar todo esse processo e melhorar a educação brasileira.

Eu, quando era criança em uma escola inclusiva, não tive a oportunidade de aprender muita coisa. Não aprendi quase nada, o professor falava, o intér-

prete interpretava e eu não tinha a oportunidade de realmente e de fato estar incluído. Numa perspectiva e numa escola bilíngue, em que a língua é de sinais e a pedagogia é visual, eu posso enriquecer os meus conhecimentos plenamente, aprender todos os conteúdos. Eu fui aprender língua de sinais depois de uma certa idade, com 21 anos, e isso mudou a minha vida. Isso me tornou de fato uma pessoa capaz e membro da comunidade surda, desenvolvida e muito melhor quanto aos meus valores pessoais.

Por isso, peço, encarecidamente, ao MEC que respeite essas propostas. Ano passado, perdão, em 2011, nós tivemos uma dificuldade muito grande, uma discussão em relação à Prof^a Martinha Claret, que não aceitava a nossa diferença cultural também. Precisamos entender que existem índios que têm uma cultura diferente, pessoas que têm culturas diferentes, deficientes que têm culturas diferentes e nós também temos uma cultura diferente, que precisa ser respeitada e tratada com igualdade.

Eu não sou melhor do que ninguém por ser doutor ou outro que tenha o ensino médio. Eu posso, na verdade, ser um instrumento de melhoria, para que nos tornemos bons profissionais e com igualdade. Assim também pode ocorrer nas escolas e em vários níveis da escolarização. No ensino fundamental, em que eu preciso me tornar um profissional adequado, um profissional igual, equivalente a todos os outros, que possa ter o meu papel na sociedade.

(Soa a campanha.)

O SR. MESSIAS RAMOS COSTA *(Tradução por profissional habilitado.)* – O aspecto da linguagem é muito importante nesse sentido.

Quanto à Meta 4, nós queremos pedir, por gentileza, que não modifiquem a nossa proposta de texto, que respeitem a nossa proposta de texto, que foi encaminhada à Câmara dos Deputados. Nós vamos continuar nos mobilizando em todo o Brasil para tentar assegurar aquilo que entendemos ser os nossos direitos e a valorização da língua de sinais como primeira língua e da língua portuguesa como segunda língua nas escolas de todo o Brasil e, assim, buscar melhorar os temas de educação, de trabalho, de acessibilidade e de tudo mais que for necessário aqui em nosso País, garantindo a plena comunicação das pessoas surdas e a acessibilidade. Que isso seja como uma gota, uma semente plantada em cada um de vocês, que possa germinar e produzir ótimos frutos quanto à acessibilidade.

Novamente, peço, por favor, Ministério da Educação, Senado Federal, chamem-nos sempre, reunamo-

-nos sempre, para que possamos melhorar o sistema, inclusive a nossa sociedade inclusiva como um todo.

Muito obrigado aos intérpretes José Ednilson, Simone, obrigado ao meu colega surdo Clésio também, aos outros dois intérpretes que estavam aqui, Tatiana. Obrigado. Percebo que têm intérpretes na televisão, mas isso modificava um pouco. Isso é uma falha nossa não haver a janela para intérprete de língua de sinais e os intérpretes ficarem mudando de espaço aqui no recinto. Precisamos expandir esse processo de inclusão no Brasil.

Muito obrigado a todos.

Uma última questãozinha que é sobre a escola bilíngue.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Messias Ramos Costa, professor da Universidade de Brasília. Parabéns pela sua palestra, pela sua contribuição. Com certeza, seus argumentos deixaram todos a pensar. A maioria se convenceu de que são adequados, corretos, para melhorar a qualidade de vida de todo o nosso povo.

Agora, para o encerramento, vamos passar para o MEC. Passamos, neste momento, para a professora, educadora Macaé Maria Evaristo dos Santos, que é Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (MEC).

A SR^a MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS – Obrigada, Senador Paulo Paim. Quero agradecer pela oportunidade de participar deste debate nesta manhã. O Ministério da Educação, em especial por meio da Secadi, tem uma tarefa grande, que é dialogar com as grandes diferenças que temos no nosso País e pensar em como traduzir todas essas demandas dos movimentos sociais em políticas públicas. Eu escuto todas as pessoas falarem aqui.

Há uma questão que aprendi muito com a minha própria trajetória. Costumo brincar dizendo que sou professora primária, normalista. Comecei trabalhando em Belo Horizonte em 1984 como professora dos anos iniciais. Naquele momento, na minha cidade, as pessoas dormiam na fila para ter uma vaga no primeiro ano da escola pública, porque não tínhamos escolas para todos. Foi a luta das mulheres, o movimento de luta pró-creche, lutas de famílias, do movimento de trabalhadores em educação, que transformou a realidade da educação brasileira. Então, sou uma professora de escola pública e tenho um princípio muito claro: a defesa do direito à educação e a luta pela construção de uma escola pública de qualidade.

Quando você me pergunta: “Macaé, há escola inclusiva? Você me dá um exemplo?” Eu respondo: existem muitas; da cidade de onde vim, eu posso te falar de várias, com muitos professores, famílias, profissionais, que atuam sistematicamente pela transformação dessa escola. É claro que, quando a gente está falando de educação, toda vez que a gente dá um passo, o nosso horizonte se afasta um passo, porque a gente sempre quer muito mais do que aquilo que a gente é capaz de fazer.

Eu tenho uma crença muito grande no processo histórico. Acho que o processo histórico é construído no dia a dia pela luta de cada uma das pessoas, onde quer que elas estejam. Hoje, estou no Ministério da Educação, mas tenho uma vinculação muito grande com a escola pública, com a escola de educação básica, porque essa é a minha história na educação, e sei como é possível fazer essa transformação. Na cidade de onde venho, em 1984, era impensável a inclusão de uma criança com deficiência. Na verdade, gente, não existia nem atendimento para essa população. Fazia-se um censo escolar, mas essas pessoas eram sequer contempladas para se inscrever para ter acesso à educação primária. A gente está falando dos anos iniciais do ensino fundamental. Então, mudamos muito.

A Constituição de 1988 foi um momento importantíssimo, ocasião em que conseguimos garantir muitos direitos. A LDB e a cada Conferência Nacional da Educação, a cada debate de um novo plano nacional, nós queremos avançar na perspectiva da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, do movimento negro, do movimento indígena. Nós falamos de uma diversidade de situações quando a gente pensa em educação no campo, no lugar onde as pessoas nasceram, que não podem ficar privadas do direito à educação.

Então, quando mostro esses dados, eu gosto de sempre chamar a atenção que eles não são apenas números. Por trás de cada número, existe uma pessoa, tem uma história, e a gente precisa, cada vez mais, nos aproximarmos dessas pessoas, dessas histórias. Para mim, apresentar esses números... Eu posso dizer: quando estou falando da cidade de onde venho, Belo Horizonte, eu apresentava os dados, em 1994, quando a gente começou a discutir inclusão de estudantes com deficiência na rede, nós não tínhamos nem cem alunos matriculados na rede pública e, quando eu saí de lá, agora no ano passado, estávamos próximos de 3 mil atendimentos, é porque isso fez diferença dentro de uma rede.

Outra questão que é fundamental compreendermos é que, quando estamos discutindo o Plano Na-

cional de Educação, nós estamos discutindo diretrizes não só para o Ministério da Educação, mas para os sistemas de ensino. Em nosso País, a nossa opção foi, na educação, trabalhar com sistemas. Então, os Municípios têm as suas atribuições, os governos de Estado têm as suas atribuições e o Ministério da Educação tem as suas atribuições, que não podem atropelar as atribuições dos outros entes federados.

Pensando no nosso termômetro da educação inclusiva: será que estamos frios ou estamos quentes? Isso vai variar muito em nosso País, nos cinco mil e tantos Municípios que temos. Há Municípios em que estamos pegando fogo e há Municípios em que nós não saímos da geladeira ainda. Nós trabalhamos com uma meta que coloca para nós um horizonte, mas esse horizonte é feito de ações cotidianas que nós temos de implementar. Então, no âmbito do Ministério da Educação, nós temos muito trabalho a fazer: no que diz respeito à formação dos professores; no que diz respeito ao que o colega aqui apresentou: a importância de ter uma preocupação especial com a formação dos intérpretes de Libras; no que diz respeito a ampliar o investimento em pesquisas.

Esta é uma questão também importante para o Ministério da Educação: como nós podemos ampliar o investimento em pesquisas, em novas tecnologias acessíveis. Isso porque, ao mesmo tempo em que falamos que estamos avançando muito em tecnologia, quando olhamos para os sistemas de educação e o que têm sido as políticas de tecnologia, vemos que muitas vezes avançamos muito em comprar computadores, mas no que diz respeito a *softwares* não se avança muito. Nós precisamos de investimentos em desenvolvimento de *softwares* de acessibilidade para garantir que, cada vez mais, qualquer estudante, independentemente do lugar do País em que esteja, possa ter plenas condições de acessibilidade e desenvolvimento.

Essa não é uma tarefa que será feita apenas pelo Ministério da Educação, eu acho que é uma tarefa que precisa ser feita em parceria. Eu posso dizer aqui do compromisso do nosso Ministro Aloizio Mercadante e posso falar em meu nome, pela Secadi, que nós temos abertura, e temos nos esforçado para sentar com diferentes movimentos para construir uma proposta que, mesmo não sendo tudo aquilo que o Ministério quer ou tudo aquilo que o movimento quer, é um caminho possível de diálogo para que possamos avançar, com a convicção de que, na nova Conferência Nacional de Educação, que ocorrerá no ano que vem, esses pontos estarão em debate e que a cada ano nós vamos precisar nos desenvolver mais. Nós temos muito a

aprender, com muitas experiências desenvolvidas em nosso País por diferentes sistemas de ensino.

Eu quero deixar as pessoas completamente tranquilas, porque acho que não temos que trabalhar aqui numa posição de adversidade. Ao contrário, acho que temos aqui posições diferentes, mas nós queremos alcançar o mesmo objetivo, que é a garantia do direito, a garantia da educação de qualidade.

Eu me sinto muito provocada quando você fala assim: “Macaé, mas é a escola brasileira!”. Essa é a escola que nós queremos? Bom, eu defendo a escola pública. Podemos não estar onde queríamos, mas tenho certeza de que estamos muito melhor do que estávamos 20 anos atrás e espero que, nos próximos 10 anos, com o novo PNE, promovamos uma escola mais democrática, mais inclusiva, com mais respeito às diferenças, uma escola que não deixe ninguém de fora, ninguém mesmo, onde quer que se esteja neste País. (Palmas.)

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Professora Macaé Maria Evaristo dos Santos, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, o MEC.

Vou ler aqui somente as últimas três participações para que ninguém diga que eu não li todas. Há ainda o Fabiano dos Santos Oliveira:

“Gostaria de dizer que sou monocular e faço parte da ABDVM, Associação Brasileira dos Deficientes com Visão Monocular. Um abraço a todos. Entendam aí, eu só queria contribuir com o debate.” Ele é bem espirituoso.

“Senador Paim, tenho um carinho muito grande pelo Senhor e este debate abre as portas para a inclusão dos deficientes. Um grande abraço.”

Neste aqui, o cidadão comenta a respeito da audiência pública tratar dos direitos, conquistas e da vida da pessoa com deficiência. Afirma que é cego de um olho e que, no governo Lula, foi votado projeto de lei para a inclusão dos monoculares – também conhecido como aqueles que só podem enxergar com um olho, com deficiência visual – no Estado, a fim de que tivessem acesso aos benefícios legais. Porém, tal projeto foi vetado. Comenta que, à época, foram feitas promessas de incluí-los como portador de deficiência, mas essa deficiência não está incluída no Estatuto. Está reclamando do Estatuto lá, viu Santos Fagundes, que ajuda na coordenação e outros. Segundo ele, mais leis deveriam ser inclusivas, e não exclusivas. Comenta que deveria haver no Congresso Nacional um sistema *on-line* para que os deficientes pudessem debater junto às comissões. Muito bom isso! Finaliza dizendo

que o Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência pode ter uma posição diferenciada, enfim.

Bom, nós terminamos assim a nossa audiência de hoje. Aproveito este momento para cumprimentar a moçada aí na pessoa da Dr^a Fátima. Sei do esforço que ela fez para fazer essa faixinha. Foi uma novela, mas ela fez. Peleou, peleou, até que saiu a faixinha: Dia de luta da pessoa com deficiência. Se cada um que recebeu, puder colocar no braço... Eu vou usar durante todo o dia de hoje até o dia 21.

Deixe eu terminar fazendo, primeiro, um agradecimento muito especial a todos que aqui estiveram, a todos os que participaram, a todos os intérpretes, enfim, e principalmente a esta Mesa. Com muito carinho, quero deixar meu abraço ao Antônio José Ferreira, que já teve que se retirar, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Não houve uma audiência pública aqui que nos fizemos a que o Antônio José não estivesse presente. Ele sempre vem, participa, faz um bom debate.

O Messias Ramos Costa também todas as vezes que o convidamos esteve aqui. Meus cumprimentos ao Messias.

A Lurdinha... Não é a primeira vez, né?

A SR^a LURDINHA DANEZY – É a primeira vez; espero que não seja a última. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nada! Pelo contrário, Lurdinha. Eu gostei muito da professora, escultora e artista plástica Lurdinha Danezy. Já haviam me falado da senhora, da sua luta por essa causa, a clareza, a firmeza. Mas é isto mesmo: tem que falar firme e com clareza como ela aqui falou! Pode saber que contribuiu muito para o debate. Então, meus cumprimentos. Vamos convidá-la sempre.

Agradeço também à Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC), Prof^a Macaé, que foi muito feliz aqui também na sua exposição e, por fim, à Alessandra de Oliveira Caixeta Nogueira, que aqui representou as APAEs; hoje saiu um pouco mais feliz do que da última reunião, porque agora já se chegou a uma redação que vai mais na linha do entendimento do que a APAE pensa. É isso, né?

Macaé, eu fiz um elogio a você, mas eu queria muito – isso eu vou encerrar dizendo – que você levasse para a outra representante do MEC que esteve aqui, a Martinha, que nós adoramos ela. Que todos aqui adoram ela!!!

A SR^a LURDINHA DANEZY – Não diga isso. Você pode adorar, mas não fale que todos a adoram, não. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está bem, está bem.

Sabe por que eu vou dizer isso, pessoal? Por favor, só segure um pouquinho pessoal. Sabe por que eu estou fazendo esse esclarecimento? Eu assumo. Ela aqui, como debatedora, houve um mal-entendido, ela estava numa posição adversa porque, naquele momento, o Ministério não tinha ainda uma posição, digamos, de mais entendimento na questão daquela famosa... Como é?

A SR^a MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS – Da Meta 4.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Da Meta 4, que incluiu agora a palavra “preferencialmente”. Então – calculem! –, aqui estava lotado de militantes da APAE, lotado, e a Martinha, bem aqui no teu lugar, tinha que defender sozinha uma posição que, até o momento, não havia entendimento sobre a palavra “preferencialmente”. E a Martinha saiu daqui um pouco triste, mas isso faz parte do debate, do campo das ideias.

Então, queria dizer para a Martinha: aceite um abraço carinhoso, que bom que estamos chegando a um entendimento na redação final, mas pode ter certeza, Martinha, que a Comissão de Direitos Humanos tem o maior carinho por você. Olha, puxei para a Comissão. Como temos por todos vocês que estão aqui. Certo, pessoal? Não disse a porção individual. A Prof^a Lurdinha, na verdade, me assessora aqui. “Não diga todos, assumo você, não diga todos.” Fica esse carinho que demonstro pela Martinha, sem nenhuma dúvida.

Prof^a Macaé, meus parabéns, que bom que trouxe uma redação de entendimento.

Assim terminamos nossa audiência pública. Teremos, tenho certeza, uma bela semana de debates sobre o tema. Estaremos sempre juntos, porque essa causa é de todos nós.

José, refiro-me ao José mesmo, o intérprete. O José pegou uma palavra da gente usou aqui corretamente, para que não fiquemos dizendo que estamos aprendendo. Temos de fazer com rapidez. Entendo, José, o que você disse e pode saber que comungamos, é a questão da língua de sinais. Se o Senado já teve por sete anos e deu certo, tem que ter e ampliar. Quando falamos aprender é porque gosto muito de uma música. O culpado fui eu. Não sei nem o autor, é aquela que fala da pureza das crianças, “eu quero ser um eterno aprendiz”.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Gonzaguinha! Eu particularmente me considero um eterno aprendiz, mas sendo um eterno aprendiz, aquilo que aprendeu faça, não fique só aprendendo a vida toda sem fazer. É essa mensagem que o José quis dar para o Senado. José, vou levá-la, porque nessa questão não tem como aprender. A língua de sinais aqui deu certo, eu mesmo presidi esta Comissão há tempos atrás, durante alguns anos, e tínhamos linguagem de sinal. Infelizmente, hoje não temos, mas vamos conseguir, estou muito esperançoso, a partir desta audiência, interferindo e dialogando com a Mesa Diretora da Casa.

Enfim, um abraço a cada um de vocês, um beijo no coração de todos.

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 48 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 18 DE SETEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e treze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Wellington Dias, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lídice da Mata, Paulo Davim, Sérgio Petecão, Wilder Moraes, Magno Malta, Eduardo Lopes. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação das atas das 42ª a 44ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. A Senhora Presidenta lê expedientes da Comissão e passa a presidência ao Senador Paulo Davim às 14:33 horas. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa, na seguinte ordem: **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte. Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela rejeição

do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, contrário ao

Projeto. O Senador Paulo Davim retorna a presidência à Senadora Ana Rita às 14:50 horas. **Item 3. Sugestão nº 8, de 2013** – Não Terminativo – Sugere alterações na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Autoria: Grupo de Apoio à Adoção de Volta pra Casa. Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, contrário à Sugestão.

Item 15. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 77, de 2013.

Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: “Justiça Restaurativa”. Os convidados sugeridos são: Representante CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – SP; Representante do segmento “Justiça para o Século XXI” – RS; Representante do Núcleo de Justiça Restaurativa de Fortaleza no Juizado de violência contra mulher – CE; Representante do Núcleo de Justiça Restaurativa em Núcleo Bandeirante, no Juizado de infância e juventude, TJDF – DF; Representante da Pastoral Carcerária Nacional; Representante do Centro de Justiça Comunitária e Práticas Restaurativas. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Item 16. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 78, de 2013.**

Requeiro a realização de Audiência Pública para debater sobre o tema: “A contribuição da Frente Parlamentar de Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres na sensibilização do público masculino para o enfrentamento a violência doméstica e familiar”. Os convidados para compor a mesa dos expositores, são: Deputado Estadual do RS Sr. Edegar Pretto – coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres da Assembleia Legislativa do RS; Vereador Tenente Bruno – coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres na Câmara de Vereadores de Pelotas; Aparecida Gonçalves – Secretária de Enfrentamento a violência contra as mulheres do PR; Secretária Ariane Leitão – Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado do RS; Tenente Coronel. Nádia Gerhard – coordenadora da Patrulha Maria da Penha do Governo do Estado do RS; Têlia Negrão – coordenadora da Rede Feminista de Saúde, da ONG Coletivo Feminino Plural do RS e da campanha Ponto Final na Violência contra as Mulheres e Meninas. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** **Item 17. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação**

Participativa. Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “Precarização do Trabalho e Privatização do Pré-Sal na Contramão dos Direitos Humanos”. O nome dos convidados que sugerimos para composição da mesa dos expositores são: – Fernando Siqueira – Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET); – Wagner Freitas – Presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT); – João Antonio de Moraes – Representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP); – Ubiraci Oliveria – Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); – Magda Maria de Regina Chambriard – Diretora Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Naturais e Combustíveis; – Alberto Ericilio Broch – CONTAG. **Resultado:** Retirado o Requerimento, a pedido do autor. **Item 2. Sugestão nº 2, de 2013** – Não Terminativo – Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Ensino Básico. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros. Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH. A Senadora Ana Rita passa a presidência ao Senador Paulo Davim às 15:30 horas. **Item 18. Extrapauta. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 79, de 2013.** Requer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater a criação do Canal da Cidadania no modelo digital na onda aberta terrestre (TVs Comunitárias) nos municípios, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Comunicação; Representante da Casa Civil Representante da SECOM – Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Autoria: Senadora Ana Rita **Resultado:** Aprovado. **Item 19. Extrapauta. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 80, de 2013.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a implementação das recomendações do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) no caso Alyne da Silva Pimentel Teixeira, com a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Saúde; 2. Sra. Beatriz Galli, integrante das comissões de Bioética e Biodireito da Ordem dos Advogados do Brasil/

RJ; 3. Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; 4. Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres; 5. Sr. Rodrigo da Costa Lines, Procurador da República 6. Sra. Flávia Piovesan, Procuradora do Estado de São Paulo. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. O Senador Paulo Davim devolve a presidência para a Senadora Ana Rita às 15:35 horas. **Item 20. Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011 – Não Terminativo** – Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2012 – Terminativo – Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.** Autoria: Deputada Rebecca Garcia. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2012 – Não Terminativo – Revoga os incisos IV, V e VII do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, a fim de estender a impenhorabilidade do bem de família aos casos que especifica.** Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela rejeição do PLS nº 297, de 2012, e pela apresentação de novo Projeto de Lei. **Resultado:** Adiado. **Item 6. Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010 – Terminativo – Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares.** Autoria: Deputado Clodovil Hernandez. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 7. Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011 – Terminativo – Dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes.** Autoria: Deputada Luiza Erundina. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 8. Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011 – Terminativo – Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.** Autoria: De-

putado Enio Bacci. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CAS.

Resultado: Adiado. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência.** Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. **Resultado:** Adiado. **Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar.** Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador João Durval (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.** Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher.** Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável.** Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria:

Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012** – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 e 2-CAS. **Resultado:** Adiado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Davim, Paulo Paim, Humberto Costa e João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 42ª a 44ª Reuniões.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Eu vou aproveitar este momento inicial da reunião para passar algumas informações referentes a algumas denúncias que a Comissão de Direitos Humanos recebeu e também os devidos encaminhamentos que foram feitos.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal recebeu do ex-atleta e vendedor de suplementos alimentares, o Sr. Félix Bonfim, do Estado do Paraná, denúncia dando conta de que empresas do ramo de suplementos alimentares estariam fabricando e comercializando produtos adulterados.

A adulteração estaria provocando divergências grosseiras de resultados entre proteínas destinadas a atletas e pessoas que necessitam de alimentação especial, provocando danos irreversíveis. A denúncia foi objeto de reportagem do Jornal *O Globo* e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, aprovou ontem requerimento para realizar audiência pública para debater o assunto.

Da minha parte, encaminhei a documentação ao Ministro da Saúde e à Anvisa, solicitando informações e providências para apuração dos fatos. Nós vamos acompanhar todos os debates em torno dessa denúncia.

E eu quero também aproveitar a oportunidade, pois a audiência pública que será feita na Comissão de Meio Ambiente, da qual nós também participamos – eu participo dessa Comissão como membro – e, de acordo com o debate que acontecer nessa Comissão, nós poderemos trazer para a Comissão de Direitos Humanos também a continuidade dessa discussão, do ponto de vista também dos direitos humanos. Então, este é um debate importante e necessário e a ele nós precisamos realmente dar a devida atenção.

Também aproveito para informar que a Senadora Kátia Abreu nos enviou denúncia relatando supostos excessos que teriam ocorrido por parte da guarda metropolitana contra integrantes do Movimento Ocupa Palmas, durante a desocupação da área na Praça do Bosque. E, a partir dessa denúncia, a Comissão de Direitos Humanos fez o seguinte encaminhamento: foi oficiado o Ministério Público do Estado de Tocantins, solicitando que encaminhe cópia do procedimento instaurado, no âmbito daquele órgão, para a instrução da matéria e adoção de medidas que possam contribuir para a solução do caso.

É importante também informar aqui que de todos os encaminhamentos que a Comissão de Direitos Humanos faz, as entidades, os órgãos, as instituições públicas normalmente nos informam as providências adotadas. Então, a partir do momento em que recebermos, por parte do Ministério Público de Tocantins, os devidos encaminhamentos que forem feitos, nós estaremos dando retorno e informando também a esta Comissão.

A Comissão de Direitos Humanos recebeu ainda da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Estado do Ceará, relato de conflitos indígenas no Estado e cópia da Carta dos Povos Indígenas do Ceará, em que apresentam, entre outros pleitos, a instalação de uma Procuradoria da Funai naquela unidade federada.

A Comissão de Direitos Humanos, então, encaminha um ofício, então, à Presidenta interina da Funai, solicitando que examine a possibilidade de atender o pedido dos indígenas, já que, pretendida, a Procuradoria poderá contribuir com a maior celeridade dos processos de regularização fundiária.

Sabemos que a questão indígena, particularmente na Região Norte e Centro-Oeste do País, é muito complicada, muito conflituosa. Com certeza, a instalação de uma procuradoria vai contribuir em muito para fazer toda a discussão e os devidos encaminhamentos para que esses conflitos que ocorrem nessas áreas

possam ser mediados e resolvidos de tal modo que a população indígena possa ser mais bem atendida e contemplada nos seus pleitos.

Também quero, aqui, informar que a Comissão de Direitos Humanos recebeu uma solicitação do Colégio Marista – aqui de Brasília –, para que fosse parceira em um projeto que o Colégio está desenvolvendo, chamado Orca, que é o projeto de Orçamento para Criança e Adolescente. Nessa parceria com a Comissão de Direitos Humanos, os alunos começaram a vir ao Senado, a partir do dia de ontem, e serão oito momentos, oito encontros com oito turmas diferentes do Colégio Marista, para ouvir da Comissão de Direitos Humanos e, também, da assessoria do Senado, informações a respeito do funcionamento desta Casa, do funcionamento da Comissão de Direitos Humanos e do funcionamento do Orçamento Público no nosso País.

A Comissão de Direitos Humanos acolheu o pedido da escola, acolheu a ideia, e estamos nos colocando como parceiros. Já recebemos a primeira turma. São alunos do ensino fundamental, na sua grande maioria, todos de 13, 14 anos, na adolescência, que passam a ter noções de orçamento, a partir de sua realidade familiar, como funciona o orçamento da família; da realidade da escola, o orçamento escolar. E aqui vieram para receber informações a respeito do Orçamento Público, do Orçamento do Governo Federal. Então, achamos muito importante, porque é uma forma de tornar esses adolescentes mais cidadãos e cidadãs, no sentido de conhecer melhor quais são os seus direitos, no que se refere à questão orçamentária, e, também, poder contribuir para que possam ter uma melhor consciência do papel do Senado Federal, da importância do Orçamento Público e de como está estruturado e organizado no nosso País.

A Comissão de Direitos Humanos se coloca à disposição para atender demandas de outras escolas, à medida que a Comissão também tiver condição de acolher, dentro da disponibilidade desta Comissão; mas é um espaço importante, é um espaço de aprendizado desses adolescentes. Assim, esta Casa, com certeza, estará cumprindo com o seu papel educativo, seu papel de ser uma Casa educadora, oferecendo aos alunos, às escolas, informações que são relevantes.

Em termos de informações, é isso que gostaríamos de passar.

Estamos aqui com o Senador Paulo Davim. Já temos quórum, já iniciamos a nossa reunião, Senador Paulo Davim, e gostaríamos de iniciar com os projetos não terminativos.

Se o Senador Paulo Davim aceitar, gostaria de convidá-lo para presidir à reunião, porque sou Relatora do item 6.

Concedo a Presidência ao Senador Paulo Davim.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) –

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 14, DE 2010
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte.

Autoria: Rosalba Ciarlini

Relatoria: Ana Rita

Relatório: Pela rejeição do Projeto

Observações:

Tramitação: CCJ e CDH.

– Em 10/04/2013, a CCJ aprovou Parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para a leitura do relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, nosso relatório se inicia dizendo o seguinte:

Vem a esta Comissão, para análise, nos termos do Requerimento nº 386, de 2013, aprovado na sessão deliberativa do Plenário de 22 de maio de 2013, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 14, de 2010, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini.

A proposição legislativa em exame altera a chamada “Lei Maria da Penha” para instituir novo tipo penal aplicável aos agentes públicos, em caso de negligência, na adoção das medidas previstas em seus arts. 10, 11 e 12 da mesma lei, que tratam do atendimento da vítima pela autoridade policial, quando do fato resultar morte ou lesão corporal. a pena prevista será de seis meses a dois anos de detenção.

Da justificação do PLS, destacamos:

A Lei Maria da Penha impõe à autoridade policial certas providências legais, que devem ser executadas com o fim de proteger a mulher em iminência de sofrer ou de já ter sofrido violência doméstica. No entanto, há casos em que a autoridade policial não observa tais medidas de forma diligente e a vítima acaba sofrendo novos males, muitas vezes de forma fatal.

Mostra-se premente, portanto, punir os maus policiais que, uma vez conhecedores da violência ou da ameaça, não envidam os esforços necessários para a pacificação social, sua função primária.

O PLS nº 14, de 2010, foi aprovado à unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 10 de abril de 2013. Nesta ocasião, o ilustre Relator, Senador Anibal Diniz, acabou reformulando seu relatório, que antes propunha o arquivamento da proposição para que se aguardassem as conclusões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência Contra a Mulher (CPMIVCM).

Tal fato decorreu, principalmente, das intervenções feitas pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Sérgio Souza, que destacaram casos rumorosos de violência doméstica e familiar contra a mulher praticada por reincidentes. O raciocínio utilizado por ambos, destarte, enfatizava que se os Delegados de Polícia que atenderam as primeiras ocorrências efetivamente tivessem adotado alguma das providências previstas nos arts. 10, 11 e 12 da Lei Maria da Penha, talvez vidas pudessem ter sido salvas.

Análise.

Com efeito, como tive a oportunidade de registrar no Relatório Final da CPMI que se dedicou ao tema, a superação da violência contra as mulheres é um dos maiores desafios impostos ao Estado brasileiro contemporaneamente.

Segundo o Mapa da Violência 2012, os homicídios de mulheres cresceram 217,6% nos últimos trinta anos. O Brasil ocupa uma desonrosa sétima posição mundial entre oitenta e quatro países pesquisados no que diz respeito à quantidade de feminicídios.

Para melhor compreender essa situação e propor medidas concretas para conter o crescimento da violência doméstica e familiar contra a mulher, a CPMI que investigou a violência contra a mulher fez 37 reuniões em pouco mais de um ano, visitou 17 Estados brasileiros, colheu informações também dos demais Estados e investigou ao menos oito casos marcantes. Ainda em seu grupo de trabalho sobre legislação, analisou mais de cinquenta proposições em trâmite no Congresso Nacional.

Nesse contexto, destacamos que, dentre os problemas constatados, não se destaca apenas o atendimento às vítimas nas delegacias de Polícia. Em verdade, há falta de capacitação de toda a rede envolvida no atendimento, assistência, prevenção e repressão da violência contra mulher, razão pela qual criar um novo crime para punir apenas as autoridades policiais, como se propõe, configurará tratamento desigual para com os demais agentes públicos integrantes da rede.

Para comprovar tal afirmação basta salientar que as medidas protetivas de urgência, por exemplo, dependem de prévia manifestação do Ministério Público e específica deliberação judicial, o que, a par de decisões absolutórias de ofensores claramente calcadas em ideias discriminatórias, também implicam impunidade.

Ademais, a infraestrutura material e de pessoal das diversas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher visitadas pela CPMI deixam muito a desejar.

Nos 17 Estados visitados e em 19 diligências realizadas em Delegacias da Mulher, a CPMI constatou o abandono ou, no mínimo, a pouca importância das delegacias de Polícia para a Segurança Pública no País.

A situação de abandono deve-se à falta de investimentos na segurança pública dos Estados. Não houve Estado visitado pela CPMI em que os Secretários de Segurança ou o seu representante não mencionasse os poucos recursos financeiros, a insuficiência de servidores e a necessidade de concurso público para completar o quadro, que, aliado aos baixos salários contribuem para o abandono da profissão e o sucateamento das delegacias.

Além do quadro de servidores insuficiente para a demanda de registros policiais, a estrutura física das delegacias, na grande maioria dos Estados, revela a precariedade material desse equipamento de segurança pública. A ausência de servidores também é responsável pela quase total inexistência de plantões 24h e nos finais de semanas, na maior parte das DEAMs.

A insuficiência de servidores tem sido a justificativa de grande parte das delegacias visitadas para que o registro dos boletins de ocorrência e a tomada do depoimento das vítimas e ou testemunhas não se efetuem no mesmo momento. Assim, inúmeras DEAMs registram a ocorrência e agendam a tomada do depoimento para outra data. o agendamento tem sido um obstáculo ao andamento dos inquéritos, pois nem sempre as mulheres retornam. Além disso, não há informação ou controle sobre o número de mulheres que desistem ou não retornam na data aprazada em razão do adiamento ou de fato mais grave que possa ter acontecido em decorrência do agendamento. essa situação foi constada nas delegacias Especiais de Atendimento à Mulher de Maceió, Manaus, Curitiba, Florianópolis, Vila Velha – Espírito Santo, Boa Vista e Salvador.

A CPMI considera muito grave a prática do agendamento das oitivas das vítimas que deveriam ser ouvidas no registro da ocorrência, que, na prática, impede o acesso à Justiça.

Outro problema relacionado a este fato é a demora injustificável da investigação policial nos crimes de violência doméstica, pois a autoria e endereço é

quase sempre certa e a investigação é bastante simples, basta ouvir vítimas e agressores em cerca de 90% dos casos. Tais oitivas e eventuais procedimentos poderiam ser feitos em uma semana ou, no máximo, no prazo legal de trinta dias.

Os despachos burocráticos ínsitos ao inquérito policial não atendem as necessidades de agilidade da investigação desse tipo de crime, devendo existir um procedimento de investigação simplificado.

Situação igualmente grave foi verificada pela CPMI na diligência realizada na delegacia de Manaus, em 22.11.2012, onde 4.500 inquéritos encontravam-se parados, desde 2006, devido à insuficiência de servidores. A situação estava sendo investigada pela Corregedoria, mas revela a situação dramática enfrentada pela delegacia especializada, que sem pessoal em número satisfatório, não consegue concluir os inquéritos, que se acumulam diariamente. A consequência desse acúmulo será a prescrição de muitos crimes e, conseqüentemente, o descrédito no sistema de justiça para as vítimas e prejuízo para a imagem da DEAM.

Na Delegacia de Boa Vista, conforme a diligência realizada em 10.12.2012, a CPMI constatou as péssimas condições de funcionamento da DEAM. Desde outubro de 2011, a delegacia estava sem telefone, sem internet, o boletim de ocorrência estava sendo feito no Word, não tinha funcionário administrativo, sem combustível, e funcionava provisoriamente na associação de surdos e mudos. O prédio encontrava-se em péssimas condições.

No entorno de Goiás, a situação é semelhante. Na diligência realizada no dia 20.10.2012, na DEAM de Luziânia, a CPMI constatou que a delegacia funciona em um prédio pequeno, sem estrutura, sem uma sala adequada para o atendimento às mulheres. Além disso, a DEAM divide espaço com a delegacia do adolescente e a mesma delegada responde pelas duas delegacias. A delegacia não tem plantão e os servidores nunca receberam capacitação específica para violência doméstica.

Na diligência realizada na DDM de São Paulo, que ostenta a placa de primeira delegacia criada no Brasil, a CPMI constatou que o prédio da delegacia apresentava rachaduras, infiltração, pintura descascando, indicando a necessidade de reforma. Situação semelhante foi identificada pela CPMI na Delegacia da Mulher de Fortaleza que funciona em um prédio malconservado.

Fato também observado pela CPMI é que a grande maioria dos servidores das DEAMs e dos policiais civis em geral, não está preparada ou capacitada para o atendimento às mulheres. Apesar do volume de re-

curso destinados às capacitações, estas parecem não produzir o efeito desejado.

Essas informações estão contidas no relatório nº 1, de 2013, do congresso nacional, julho/2013. P. 182-183.

Como se vê, não será criminalizando a atuação dos delegados de polícia em tema de violência doméstica e familiar contra a mulher que melhoraremos o enfrentamento da questão.

Nem é preciso repisar que o Direito Penal possui caráter subsidiário e fragmentário (*ultima ratio*), só devendo incidir sobre as mais graves agressões a bens jurídicos e depois que os demais ramos do direito tenham se apresentado insuficientes.

Voto.

Por essa razão, louvando a iniciativa de sua ilustre autora, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para elogiar o trabalho da Relatora, com o brilhantismo de sempre. Tivemos a felicidade de acompanhar todo o trabalho que ela fez da CPI em relação à violência das mulheres. Esse é mais um trabalho de apresentação e um trabalho nobre da Presidente desta Comissão, Senadora Ana Rita.

Por isso, nossos cumprimentos. Claro que vou acompanhar o seu relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu queria apenas destacar o seguinte: a Deputada Rosalba Ciarlini também participou dos trabalhos da CPMI e contribuiu muito com o nosso trabalho. Na tentativa de poder também contribuir no enfrentamento à violência contra as mulheres, ela apresenta esse projeto com a melhor das intenções, considerando que poderia ser um importante mecanismo punir os policiais que não cumprirem, de fato, com a implementação da Lei Maria da Penha. Mas, conforme foi dito aqui, no relatório, o enfrentamento à violência contra a mulher é feito em rede. A delegacia é apenas a porta de entrada. E nós sabemos, conforme foi relatado aqui, das insuficiências que temos hoje no País com relação a esse atendimento.

Então, não é justo penalizarmos o policial pelo fato de a vítima não ter sido bem-atendida e pelo fato de, às vezes, isso virar óbito.

Portanto, é preciso, realmente, haver um olhar mais amplo, um olhar, de fato, sobre toda a rede e é preciso, realmente, melhorar e fortalecer a rede de

atendimento às mulheres, capacitando todos os profissionais, não somente os policiais.

Eu queria fazer essa ressalva porque a Senadora Rosalba, com a melhor das intenções, apresentou o projeto no sentido de poder contribuir. E o momento em que ela apresentou o projeto era o momento em que ainda a CPMI não estava em funcionamento no Senado Federal. Então, ela apresenta num contexto em que esse debate não estava ainda suficientemente feito aqui no Senado Federal.

Era só para fazer essa ressalva.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela rejeição do projeto.

Aqueles que o aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório da Senadora Ana Rita.

Devolvo a Presidência e a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Dando continuidade, nós vamos, agora, para o Item 3, página 40. É a Sugestão nº 8, de 2013, não terminativo.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 8, DE 2013

– Não terminativo –

Sugere alterações na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Autoria: Grupo de Apoio à Adoção de Volta pra Casa.

Relatoria: Lídice da Mata.

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Como a Senadora Lídice da Mata não está presente no momento, eu vou designar, como Relator *ad hoc*, o Senador Paulo Paim.

Concedo, então, a palavra, ao Senador Paulo Paim para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidenta, Senadora Ana Rita, eu fiz uma leitura aqui rápida, já que a assessoria me informou que V. Exª ia solicitar que eu fizesse a leitura do relatório.

Vou aos “finalmentes”, já que as sugestões aqui apresentadas esbarram numa série de obstáculos, principalmente do ECA. Anunciam ajustes legislativos que

não se mostram necessários, seja em razão de uma leitura detalhada, sistemática do ECA, já agasalhar os objetivos almejados, seja em virtude da convivência de se conservar a unidade harmônica dos valores do ECA.

Então, devido a isso é que a Senadora Lídice da Mata, infelizmente, teve que rejeitar a proposta.

Em razão do exposto, com base no art. 133 do Regimento Interno, em sintonia com o ECA, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 8.

Esse é o voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, que conclui pela rejeição da sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos contrário à sugestão.

Eu vou passar agora para os requerimentos.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 77, DE 2013

Requeiro a realização de Audiência Pública para debater o tema: “Justiça Restaurativa”. Os convidados sugeridos são: Representante CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – SP; Representante do segmento “Justiça para o Século XXI” – RS; Representante do Núcleo de Justiça Restaurativa de Fortaleza no Juizado de violência contra mulher – CE; Representante do Núcleo de Justiça Restaurativa em Núcleo Bandeirante, no Juizado de infância e juventude, TJDF – DF; Representante da Pastoral Carcerária Nacional; Representante do Centro de Justiça Comunitária e Práticas Restaurativas.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, muito rápido também.

Esse é um pedido das entidades para que a população saiba um pouco mais da importância da Justiça Restaurativa. Tem tudo a ver, inclusive, com essa semana que abrimos aqui, sob sua orientação, que é a Semana da Pessoa com Deficiência. Nesse calen-

dário, solicito a votação. Vamos ver, naturalmente, o dia que for mais adequado na agenda da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 16
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 78, DE 2013

Requeiro a realização de Audiência Pública para debater sobre o tema: “A contribuição da Frente Parlamentar de Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres na sensibilização do público masculino para o enfrentamento a violência doméstica e familiar”. Os convidados para compor a mesa dos expositores, são: Deputado Estadual do RS Sr. Edegar Pretto – coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres da Assembleia Legislativa do RS; Vereador Tenente Bruno – coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres na Câmara de Vereadores de Pelotas: Aparecida Gonçalves – Secretária de Enfrentamento a violência contra as mulheres do PR; Secretária Ariane Leitão – Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado do RS; Tenente Coronel Nádia Gerhard – coordenadora da Patrulha Maria da Penha do Governo do Estado do RS; Télia Negrão – coordenadora da Rede Feminista de Saúde, da ONG Coletivo Feminino Plural do RS e da campanha Ponto Final na Violência contra as Mulheres e Meninas.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, essa iniciativa é do Deputado Estadual Edegar Pretto, filho do nosso inesquecível Adão Pretto, e V. Exª conheceu muito bem, que foi um Líder do Movimento Sem Terra, um verdadeiro revolucionário das causas populares.

O Edegar Pretto lança essa Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Ele esteve diversas vezes em Brasília. A nossa intenção nesse dia é consolidar essa Frente Nacional de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Claro, se depender de mim, o Coordenador Nacional

vai ser o Deputado Edegar Pretto, do PT do Rio Grande do Sul, que lançou essa bela proposta. Há em torno de cem Câmaras de Vereadores do Rio Grande nessa Frente, que já elegeram o cidadão que vai coordenar o trabalho em cada Município. Agora, a intenção dele é estender a Frente a nível nacional.

Entendi que, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, até pelo seu trabalho, na CPI da Violência contra as Mulheres, seria o fórum adequado para fazermos um debate sobre a Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, naquela oportunidade, com a presença do Edegar Pretto.

Esse é o requerimento, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador,

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 17
REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “Precarização do Trabalho e Privatização do Pré-Sal na Contramão dos Direitos Humanos”. O nome dos convidados que sugerimos para composição da mesa dos expositores são: – Fernando Siqueira – Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET); – Wagner Freitas – Presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT); – João Antonio de Moraes – Representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP); – Ubiraci Oliveria – Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); – Magda Maria de Regina Chambríard – Diretora Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Naturais e Combustíveis; – Alberto Ercilio Broch – CONTAG.

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidenta, se me permitir, para ajudar, conversando com sua assessoria, que, corretamente, me orientou, seria adequado que se fizesse na Comissão de Assuntos Sociais. Nós já fizemos lá – a orientação foi correta – porque tratava diretamente do mundo do trabalho. Já houve audiência lá. Então, estou retirando o requerimento para não ser apreciado, porque já houve audiência.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada. Então, retirado o requerimento do item 17.

Voltamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2
SUGESTÃO Nº 2, DE 2013
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) no Ensino Básico.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Como o Relator não se encontra, vou designar como Relator *ad hoc* o Senador Paulo Davim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidenta, eu queria, de público, pedir para V. Ex^a me liberar, porque são não terminativos. Naturalmente, vou assinar todos, porque tenho que fazer uma gravação dos 25 anos da Assembleia Nacional Constituinte. Eu sou o último, enrola para cá, atrasa aqui, atrasa ali, e a minha gravação, dos constituintes que estão no Parlamento, é hoje, às 15 horas. Se puder me liberar, é claro que concordo com os relatórios, como já foi aqui anunciado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está bem. Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Essa matéria, Presidente, considero de suma importância, até porque o progresso do Brasil não pode se limitar ao avanço econômico, devendo também incorporar o avanço social. De modo engenhoso, articulam os autores o avanço social à universalização da capacidade de comunicação e entendimento e elegem o ensino de Libras como esse instrumento de comunicação que vai, digamos assim, democratizar esse avanço e o progresso.

Análise.

Nos termos do parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, combinado com o inciso I do caput do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado o exame das sugestões legislativas, o que torna esta análise regimental.

No que respeita ao mérito, notemos e louvemos inicialmente o fato de a Sugestão nº 2, de 2013, provir

do Programa Senado Jovem, o que mostra uma inequívoca disposição que tem a sociedade de participar da atividade legislativa, bem como da disposição do Senado Federal de dialogar produtivamente com a sociedade, sobretudo com o jovem brasileiro.

Digo isso com muito orgulho, porque ano passado fui presidente do Programa Jovem Brasileiro e esse ano vou de novo presidir esse evento, que acho fantástico, uma forma de democratizar as decisões deste Parlamento, uma forma de trazer a sociedade para participar deste e, sobretudo, de capilarizar as ações do Senado Federal.

No tocante a essa sugestão propriamente dita, apenas temos de reconhecer este mérito. Já passa da hora de o Brasil gozar dos benefícios de uma sociedade justa e igualitária, e são exatamente os Jovens Senadores e Senadoras, habitantes do futuro, que cuidam de promover a inclusão das pessoas com deficiência auditiva, passo, sem dúvida, importante para a construção da sociedade que todos merecemos.

Contudo, diante do disposto no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e tendo em conta que a Lei de Diretrizes e Bases da educação é a norma apropriada para regular o tema, apresentamos emenda ao final deste relatório, com vistas a transferir o trato do assunto para a LDB. Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 2, de 2013, para que passe a tramitar como proposição desta CDH nos termos do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2013

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade de inserção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

Art. 26.

§ 8º O ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é componente curricular obrigatório da educação básica, ministrado, preferencialmente, do sexto ao nono ano, por professor especializado em Libras. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Portanto, acho que é meritória essa iniciativa, sobretudo pelo fato de ser da lavra do Jovem Senador, um programa que funciona há cinco anos no Senado Federal. Só tenho a elogiar a iniciativa, Sr^a Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, muito obrigada.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável à sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado apresentado para que passe a tramitar como proposição desta Comissão de Direitos Humanos.

Quero apenas informar aos Srs. Senadores aqui presentes que, agora, está na pauta ainda um projeto não terminativo, mas o Relator não se encontra presente, e é a primeira vez que ele entra na pauta. Não vou designar Relator *ad hoc*, porque, pela nossa orientação interna, após duas vezes que ele conste na pauta sem a presença do Relator, é que definimos Relator *ad hoc*. Os demais projetos são terminativos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Srª Presidente, pela ordem, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Srª Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para externar a minha preocupação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ...com a Comissão.

Tenho uma longa história de envolvimento na atividade de direitos humanos. Quando fui Deputado, no meu Estado, participei, durante todos os mandatos, da Comissão de Direitos Humanos. Vim para cá e também tive a satisfação de ser designado para a Comissão de Direitos Humanos, de que gosto demais, até porque entendo que os direitos humanos são tão amplos, e pode-se fazer tanta coisa com uma comissão dessa, que não sei por que ela não desperta interesse nos colegas Senadores. O fato é que esta falta de motivação e participação dos representantes das bancadas e dos partidos está deixando acumular matérias terminativas na Comissão, e o pior de tudo é que não para por aí: além de já existir uma quantidade razoável de matérias terminativas a serem apreciadas por esta Comissão, as outras Comissões continuam a mandar para cá.

Agora mesmo, foi aprovado na CMA um projeto de nossa autoria que estabelece a proibição dos andadores no Brasil, o famoso “anda já”. Essa é uma

tendência mundial: o Canadá já proibiu e os Estados Unidos da América também estão pedindo a proibição; o Colégio Americano de Pediatria está pedindo a proibição, a Sociedade Brasileira de Pediatria pediu a proibição. O mundo inteiro segue nessa tendência pelos malefícios que esse instrumento causa na evolução das crianças e pelos inúmeros acidentes domésticos que os andadores causam nas crianças. É uma matéria importante que foi aprovada e encaminhada para cá. Há também umas duas ou três matérias minhas que foram aprovadas nas Comissões e encaminhadas para cá. Percebo que essas matérias vão dormir, não por culpa nem responsabilidade da Presidência, em hipótese alguma. Então, preocupo-me.

Gostaria de saber, Presidenta, o que pode ser feito, porque eu, pelo menos, estou figurando como Relator de algumas matérias desde 2011, e estamos em 2013, e não consegui, já foram lidas e discutidas, votá-las ainda. Desde 2011, sou Relator de algumas matérias que, vejo aqui, continuam paradas. Isso é desestimulante, até porque algumas matérias que serão votadas em outras Comissões virão para cá e vão se acumulando, acumulando, acumulando. Não sei qual seria a solução. Apenas externo a minha preocupação. É até desestimulante. Estou chegando ao ponto de, quando alguma matéria de meu interesse estiver para ser votada, pedir para não vir para CDH, porque, se chegar à CDH, é a mesma coisa de empacar e daqui não sair mais.

Eu sei do seu esforço. Eu tenho acompanhado o esforço de V. Exª no sentido de trazer os membros da Comissão, de dinamizar, de dar maior velocidade, de dar agilidade, de dar celeridade, mas, infelizmente, nós não estamos sendo capazes de despertar interesse nos nossos pares. Pergunto eu a V. Exª: o que faremos das matérias que dormitam na Comissão há alguns anos e das matérias extremamente importantes que estão vindo para cá?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim, que bom que V. Exª levantou também essa preocupação, porque me dá a possibilidade de, mais uma vez, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, explicar e de apelar para que esta Comissão seja recomposta e possa funcionar devidamente.

Realmente, esse é um problema muito grave. Há aqui mais de 60 projetos terminativos para serem votados. E todos eles são muito importantes – a sua grande maioria muito importante. E nós não conseguimos avançar, porque são terminativos. Se eles forem votados aqui, eles já vão direto para o plenário – alguns vão para a Câmara.

Quais são as iniciativas que eu já adotei, como Presidenta desta Comissão, desde maio e junho?

Vamos olhar o quadro de composição da nossa Comissão – depois, vou passá-lo para V. Ex^a dar uma olhada, embora o senhor o tenha na contracapa da pauta. Do Bloco de Apoio ao Governo, as vagas estão todas preenchidas. Na verdade, são seis titulares e seis suplentes. Há seis titulares e seis suplentes. Um dos titulares, até à semana passada, era o Senador Eduardo Lopes, que nós pedimos para ser substituído no Bloco de Apoio ao Governo, porque, hoje, ele não faz mais parte desse bloco, pois está no Bloco Parlamentar União e Força. Então, ele foi substituído pelo Senador Wellington Dias. O Senador Eduardo Lopes já está no Bloco Parlamentar União e Força. Do Bloco Parlamentar da Maioria, do qual V. Ex^a faz parte, há seis titulares e seis suplentes, sendo que, dos seis titulares, só há dois aqui, que é o senhor e o Senador Sérgio Petecão. Há quatro vagas. Dos suplentes, também quatro vagas, sendo que um dos titulares nunca esteve aqui, não consegue priorizar esta reunião. Do Bloco Parlamentar Minoria, não há nenhum titular. Já solicitamos que o Senador Wilder, que é o único suplente, possa vir como titular. Na verdade, só há uma vaga. São quatro vagas de titulares e quatro vagas de suplentes. Só há um Senador indicado. Do Bloco Parlamentar União e Força, são três titulares. As três vagas estão preenchidas agora e as três de suplência estão vazias.

O que eu fiz? No mês de junho, eu tive oportunidade de conversar com os Presidentes dos partidos, com os Líderes partidários e procurei dialogar com os Senadores individualmente para sondar o interesse de virem para esta Comissão. Fiz até um levantamento desses Senadores, com a ajuda aqui da nossa assessoria. Alguns Senadores manifestaram interesse, mas levantavam sempre a preocupação da coincidência desta reunião com as reuniões de outras comissões.

Após isso, tomei a iniciativa de fazer uma correspondência colocando toda a situação para os Líderes partidários e para os Líderes dos blocos, informando todo o quadro. Passado um tempo, convocamos por escrito para esta reunião. Não apenas fizemos a convocação pelo sistema eletrônico, mas também entregamos pessoalmente a cada Parlamentar o convite para esta reunião. Tive a oportunidade, na reunião com o Presidente Renan – reunião dos Presidentes de Comissões com o Presidente Renan –, de expressar novamente esta preocupação, da falta de quórum e da dificuldade de votar. O Presidente Renan formalizou esse pedido também aos Líderes de cada Bloco, para que fizessem as suas devidas indicações. Mas parece que não surtiu efeito.

Eu já fiz um pronunciamento do Senado Federal e, no momento em que fiz a prestação de contas dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, tive a oportunidade de novamente fazer o apelo da tribuna do Senado para que os Senadores e as Senadoras procurem priorizar esta reunião.

Eu tenho a impressão, Senador, que, após tudo isso que a gente fez de forma formal, verbal, tentando sensibilizar... É claro que há vários que não estão aqui hoje, mas que sempre vêm, por exemplo, vou citar aqui: o Senador Paulo Paim; temos aqui agora o Senador Paulo Davim e o Senador João Capiberibe; o Senador Davim sempre está presente; a Senadora Angela Portela também está; o Senador Eduardo Suplicy quase sempre está presente; o Senador Humberto Costa também; o Senador Randolfe, sempre que possível, está presente também; o Senador Cristovam Buarque, talvez um pouco menos, mas aparece; o Senador Wellington Dias foi recém-indicado, então, nós estamos aqui o aguardando; o Senador Anibal Diniz também está sempre presente; o Senador João Durval, que tem mais dificuldade de estar aqui, já esteve em alguns momentos; e a Senadora Lídice da Mata, sempre que pode, está presente também.

Mesmo que todos esses estejam presentes, não é suficiente para completar o quórum necessário, que é de 10 Senadores presentes, para podermos votar os terminativos.

Então, mesmo que os seis titulares ou seus respectivos suplentes estejam presentes, do Bloco de Apoio, nós precisaríamos ter mais quatro. E nós temos aqui o Senador Paulo Davim, o Senador Requião e o Senador Sérgio Petecão, que estão sempre presentes, uns mais outros menos.

O Senador Wilder, sempre que pode, está presente; o Senador Magno Malta tem muita dificuldade de estar presente aqui; o Senador Gim também menos; o Senador Eduardo Lopes, algumas vezes. E o Senador Ricardo Ferraço normalmente não está presente, porque esta reunião, quando acontece de manhã, coincide com a reunião da Comissão de Relações Exteriores.

Inclusive, uma outra tentativa, Senador Paulo Davim. Nós fizemos várias tentativas de horários dessas reuniões. O horário definido em comum acordo com todos os membros, quando nós aprovamos o plano de trabalho, foi de a reunião se realizar às quintas-feiras. Inicialmente, era às terças, às 11h30, meio-dia, que é o horário regimental; depois avaliamos que seria melhor na quinta às 9h da manhã, e tentamos trazer novamente para terça de manhã. Hoje nós estamos tentando trazer para este horário, ou seja, nós estamos tentando alguns horários para ver se nós conseguimos ter um público maior. Mas a gente está com muita dificuldade.

Nós temos uma dificuldade grande também porque a maior parte das comissões se reúne nas quartas pela manhã, que é o dia em que há movimento maior aqui. E aí coincide que os membros desta Comissão normalmente são membros da CCJ, da CAS e membros da Comissão de Educação. Essas outras três comissões também funcionam... A Comissão de Educação funciona na terça, e a Comissão de Assuntos Sociais e a CCJ funcionam na quarta. Então, como às vezes o Senador ou a Senadora faz parte de três, quatro comissões, esta Comissão realmente não é priorizada. E esse é um problema. E tenho a impressão de que, se não for priorizada, se vai tentar extinguir esta Comissão, porque acabar se tornando inoperante, apesar de todo o esforço que nós estamos fazendo das belíssimas e importantes audiências públicas que nós temos conseguido fazer aqui, porque, não há necessidade da presença de dez Senadores, do quórum presencial de dez Senadores, para que audiências públicas possam ser realizadas. E elas têm sido muito positivas e têm dado um bom resultado.

Concedo-lhe, novamente a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Presidente, eu tenho uma sugestão a dar.

Eu acho o seguinte, esta Comissão por hipótese alguma pode se extinguir. Por hipótese alguma! Na minha avaliação. Então, veja só, o que reforça o pensamento de extinção são exatamente as matérias que estão aguardando a votação. Isso reforça.

Eu tenho matérias do meu interesse que estão aqui e o meu interesse é de ir para frente. Isso desagrada, reforça o pensamento de extinção. Então, qual seria a solução? Por outro lado, aqui também há legislação participativa e é a porta de entrada da iniciativa popular, como por exemplo o Projeto Jovem Senador, que acabei de relatar aqui e acho maravilhoso. E outras mais. Quantas instituições, através desta Comissão, deram entrada em matérias importantes para tramitarem no Senado Federal? E foi avaliada aqui a viabilidade ou não dessas matérias. Uma foram e outras não. Mas aqui é a porta de entrada. Portanto, não tem como acabar.

As audiências públicas, os debates travados aqui são extremamente enriquecedores. Agora, nós temos um problema para resolver: são exatamente as matérias que estão aí, os projetos. Então, qual é minha sugestão? Nós precisamos fazer com que esse montante de matérias consiga ir para frente. E vamos continuar com nosso trabalho de audiência pública, recebendo matérias de iniciativa popular para analisar aqui. Vamos dar vazão ao nosso caráter de porta de entrada para a legislação participativa.

Pois bem, então sugiro que peguemos essas matérias que são terminativas e para as quais não vamos conseguir... Faz anos que não se consegue quórum aqui para se votarem as matérias que são terminativas aqui. Então, eu sugiro que pegando essas matérias, aí sim poderemos fazer uma análise das matérias que estão aqui encaminhando-as para a CAS, por exemplo, que tem um perfil parecido com o nosso; e os membros da CDH também fazem parte daquela Comissão. E mandaríamos sobretudo as matérias que estão há muitos anos aqui, que estão prejudicando o autor e os benefícios que essas leis estariam trazendo para a sociedade.

Então, faríamos uma análise, mandaríamos essas matérias para outra Comissão... Na CAS, por exemplo, hoje, só apreciamos quatro itens, porque não tem mais. Enquanto na CAS está limpo, aqui está abarrotado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas, Senador, o senhor não acha que é muito estranho? Parte dos Senadores que estão na CAS está aqui também. Então, por que não vêm aqui?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Porque não conseguem enxergar a importância desta Comissão. Olha, a Comissão de Direitos Humanos... Lá na Assembleia Legislativa do meu Estado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas eu acho que não podemos abrir mão jamais desta Comissão, Senador Paulo Davim. Sabe por quê?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Não pode. Não pode abrir!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Esta Comissão tem sido referência para os Deputados Federais e as Deputadas Federais, que sempre nos procuram para realizar atividades aqui, considerando o momento que a Câmara está vivendo hoje. Então, nós não podemos tomar a iniciativa de fragilizar ainda mais os trabalhos aqui, porque eles estão acontecendo! O que fazemos de atendimento nesta Comissão ao público é imenso. Hoje mesmo, nós fizemos o atendimento aqui, pela manhã, dos demitidos do período Collor. Todos os dias fazemos diversos atendimentos aqui.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu sei. Eu sei disso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Esta Comissão é uma referência para a sociedade. Então, com todo respeito, Senador Paulo Davim, nós temos que nos esforçar e inclusive contar com o apoio de todos os membros que fazem parte daqui, de vocês que estão sempre presentes, o Senador João Capiberibe e V. Exª também, Senador Paulo Davim, no sentido de cobrar dos Líderes dos

Blocos para que façam as indicações, porque dependem apenas de boa vontade! É só de boa vontade e de compromisso com a causa!

Então, o Senado não pode jamais... Por que fazer o reencaminhamento dessas matérias? Algumas já passaram pela CAS! Voltar para a CAS não sei nem se regimentalmente é possível. É entregar esta Comissão de Direitos Humanos. Com todo o respeito, não vou adotar essa providência porque acho que é decretarmos aqui o fim desta Comissão, que tem por principal trabalho deliberar sobre matéria.

Então, temos que insistir, continuar cobrando. Vou, mais uma vez, me pronunciar da tribuna do Senado para que esta Comissão seja recomposta. Se isso aqui for fragilizado, será um prejuízo enorme não só para nós, Parlamentares, mas principalmente para a sociedade, porque as matérias que aprovamos aqui são de interesse coletivo, de interesse da população.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Senadora Ana Rita?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Acompanho o seu esforço e tenho observado que, realmente, não se consegue preencher as vagas, o que reflete um grande desinteresse por um tema que essa sociedade não costuma respeitar, que são os direitos humanos. Convenhamos que temos gravíssimos problemas de desrespeito de direitos humanos.

O Brasil é o país da exclusão, da discriminação, que continua com trabalho escravo, continua com tráfico de pessoas, em que há tortura. Estamos discutindo aqui uma questão inusitada: o fechamento da Comissão.

Então, sugiro que estabeleçamos algumas estratégias para pressionar e apelar para a opinião pública. Acho que temos que recorrer à opinião pública, principalmente às organizações de direitos humanos; sair com uma matéria, colocando essa questão com clareza e mostrando a situação de que os partidos não se interessam. Os partidos políticos, que, em tese, são a vanguarda da sociedade, não têm interesse de preencher seus espaços numa Comissão fundamental como esta.

Uma outra questão é que poderíamos estabelecer um mutirão para aprovar ou rejeitar os projetos que estão parados. Há alguns com pareceres favoráveis; outros, com contrários. Poderíamos organizar e marcar um dia, e nós todos colocaríamos nos meios de comunicação do Senado uma convocatória de todos os Senadores para que possamos dar andamento nessa questão. Enfim, acho que esta é uma das Comissões

mais importantes desta Casa e que precisa deliberar, precisa cumprir a sua função, a sua missão.

É lamentável, mas é uma situação contra a qual precisamos tomar medidas. Vamos tentar um mutirão e comunicar essa situação para a sociedade. Cabe um *release* de imprensa desse nosso debate aqui, e a senhora pode encaminhar a todas as organizações de direitos humanos, mostrando esse quadro em que estamos vivendo na composição da nossa Comissão. Talvez os partidos acordem, porque aqui há partidos que não indicaram ninguém, nem titular e nem suplente. No Bloco Parlamentar da Maioria, há só o Senador Paulo Davim, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Na verdade, o PV, o Partido do Senador, só tem direito a um, e ele preenche essa vaga. Claro, se o PV tivesse, pelo menos, 10 Senadores, estaríamos cobertos. O Bloco Parlamentar da Minoria não dá as horas. É preciso que falemos com o PSDB. Vou me encarregar de conversar com meus colegas do PSDB e do DEM para alertá-los para essa situação e para que venham à Comissão.

Eu queria aproveitar, Senadora, e relatar aqui uma situação criada com aquele requerimento. Pode ser depois?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Antes um pouco, Senador, o senhor me permita me manifestar sobre isso. Eu gostaria de colocar como extrapauta dois requerimentos de minha autoria, se for possível.

Gostaria de pedir, Senador Paulo Davim, se puder presidir rapidamente, mas para informar que esse encaminhamento do mutirão é interessante. Acho que há um encaminhamento que nós poderemos fazer consulta, que é consultar os Senadores e Senadoras qual é o melhor dia e melhor horário para essa reunião. Porque em todas as tentativas que nós fizemos não conseguiu fechar o melhor dia e o melhor horário.

A partir do momento em que ele tiver que escrever lá o melhor dia e o melhor horário, talvez ele tenha que se comprometer mais. Não sei, talvez seja um caminho, mas que a gente possa definir um dia do mutirão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Antes do mutirão?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A gente poderia...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Então, poderíamos fazer em função do mutirão. Consultas, nós estamos organizando o mutirão aqui na Comissão e estamos consultando os

Srs. e Sr^{as} Senadoras para nos dizer qual o melhor dia e a melhor hora para realizarmos.

(Manifestações fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Há umas 60 matérias.

(Manifestações fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Colocar os mais antigos para poder dar prioridade.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Há uns alguns que têm importância, relevância e outros que nem tanto. Vamos fazer uma seleção e...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Na verdade, uma estratégia que nós temos adotado é de que também se coloque na pauta normalmente projetos de diversos Senadores, numa forma de trazê-los como relator para poder relatar. Mas nem isso tem surtido muito efeito.

Mas, enfim, acho que esse encaminhamento do mutirão é uma iniciativa interessante, vamos analisar o melhor dia para que possamos fazer o encaminhamento.

Senador, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, vou solicitar ao Senador Paulo Davim que presida neste momento, embora V. Ex^a seja o Vice-Presidente desta Comissão, mas é porque ele já presidiu antes e quero colocar extrapauta dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Eu pergunto aos Senadores presentes se existe acordo para colocarmos os requerimentos em apreciação extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O primeiro requerimento é de autoria da Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 79, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º da Constituição Federal e do art. 93 do RISF, a realização de audiência pública com objetivo de debater a criação do Canal da Cidadania no modelo digital na onda aberta terrestre, TVs comunitárias, nos Municípios, com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério das Comunicações, representante da Casa Civil e representante da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom)

Autoria: Senadora Ana Rita

Coloco em discussão o requerimento.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Rapidamente, Sr. Presidente.

Haverá aqui em Brasília um encontro nacional de TVs comunitárias. E pessoas ligadas às TVs comunitárias nos pediram que aproveitássemos esse momento em que teremos aqui representantes de diversos Estados que atuam nessa área para que pudéssemos realizar aqui na Comissão de Direitos Humanos um debate sobre esse assunto.

Fiz esse requerimento, acho que é importante discutir essa questão das TVs comunitárias. É mais comum nós conhecermos as rádios comunitárias. TV comunitária é uma experiência importante, interessante e que é preciso se tornar de fato uma política pública em nosso País.

Então, fazer o debate sobre esse assunto considere importante do ponto de vista do direito humano à comunicação. Acho que é um debate, na minha opinião, muito pertinente a esta Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – O.k., Senadora.

Coloco em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O segundo requerimento também de autoria da Senadora Ana Rita.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 80, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a implementação das recomendações do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw) no caso Alyne da Silva Pimentel Teixeira, com a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Saúde; 2. Sr^a Beatriz Galli, integrante das comissões de Bioética e Biodireito da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ; 3. Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; 4. Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres; 5. Sr. Rodrigo da Costa Lines, Procurador da República; 6. Sr^a Flávia Piovesan, Procuradora do Estado de São Paulo.

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para encaminhar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Rapidamente, o Cedaw, que é o comitê responsável pelo acompanhamento das políticas públicas aqui, no País, relacionadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, faz periodicamente uma avaliação das políticas implementadas no País. Então, nós entendemos que, ao fazermos esse debate, através de uma audiência pública, poderemos conferir se, de fato, as políticas públicas implementadas no País estão surtindo o efeito necessário do ponto de vista do Cedaw e se, do ponto de vista do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, estamos atendendo ou não às recomendações do Cedaw.

Eu tive a oportunidade de participar, em 2011, de uma das reuniões do Cedaw, que aconteceu em Genebra, acompanhando a Ministra de Políticas para as Mulheres, e vi o quanto eles olham para o Brasil e a preocupação que eles têm, em particular com a violência contra as mulheres de um modo geral, mas principalmente as mulheres que moram em locais mais distantes do nosso País. O Brasil é signatário de muitas convenções e, portanto, ele também é fiscalizado por esses órgãos.

Fazer uma audiência pública é uma forma de conferir se nós estamos atendendo ou não às recomendações do Cedaw.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Parlamentar da Maioria – PV/RN) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência e a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, para que possa se manifestar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Senadora Ana Rita, eu solicito a inclusão extrapauta do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares. Eu lhe faço essa solicitação para que possamos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Coloco em votação a inclusão extrapauta da matéria solicitada pelo Senador João Capiberibe.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Item extrapauta.

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 554, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Com a palavra, o Senador João Capiberibe, para leitura do relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Srª Presidente, submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 554, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o Código Penal com a finalidade de estabelecer o prazo de 24 horas, contadas a partir da prisão em flagrante, para apresentação do preso à autoridade judicial.

Para tanto, modifica a redação do §1º do art. 306 do citado Código de Processo Penal, que, nos termos hoje em vigor, prevê apenas o encaminhamento do auto de prisão para o juiz competente em 24 horas e a entrega de cópia do documento ao advogado da pessoa.

É fundamental que nós entendamos a importância da aprovação desse projeto de lei. A lei prevê comunicado ao juiz, e esse projeto, além do comunicado, prevê a apresentação do preso em flagrante diante do juiz. Isso tem uma importância! Isso talvez seja o melhor antídoto contra a tortura no nosso País. É uma prática comum a tortura de presos. Por várias razões, pratica-se a tortura no Brasil, entre outras pela deficiência da investigação das polícias civis. Então, na falta de estrutura, de capacitação, de treinamento e também de retaguarda para ajudar na investigação, se pratica de uma forma quase sistemática a tortura para extrair informação dos presos.

Uma vez aprovado este projeto de lei e transformado em lei, o preso em flagrante tem que estar diante do juiz num prazo de 24 horas.

À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa compete, está dentro da nossa função, opinar sobre matérias que tratem da garantia e promoção de direitos humanos, nos termos do art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria não traz vícios de natureza constitucional ou jurídica, uma vez que seu teor observa a competência privativa da União para legislar sobre direito processual penal, sendo sua apresentação de livre iniciativa de qualquer um dos membros do Congresso Nacional, conforme preceituam os arts. 22, I; 48, caput; e 61, *caput*, da Constituição Federal.

Quanto ao mérito, já relatamos que é fundamental que se faça uma prevenção e esse projeto de lei vem de fato prevenir que não apenas se apresente um documento, mas que o preso seja apresentado diante de um juiz, que, certamente, vai poder constatar a integridade física dessa pessoa.

Várias organizações apoiam este projeto. Entre elas, eu poderia destacar o Instituto Sou da Paz, a Conectas Direitos Humanos, a Pastoral Carcerária, a Justiça Global, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, além do Instituto de Defesa do Direito de Defesa e do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania.

As premissas das sugestões apontam para o fortalecimento, na legislação penal, da relevância do Juizado de Direito para a garantia da legalidade da prisão e da prevenção da ocorrência de tortura, como já falamos.

Em razão da pertinência das contribuições, acolhemos a maior parte delas, incluindo a previsão de que, na oportunidade de apresentação ao juiz, este verifique se foram respeitados os direitos fundamentais da pessoa presa, devendo adotar medidas para garantir sua preservação física e psíquica, bem como para apurar eventual violação de direitos.

Também introduzimos determinação de que o preso seja ouvido na presença de seu advogado ou de defensor público, favorecendo a garantia de seus direitos fundamentais, como é feito nos países com garantias individuais e com democracia consolidada.

Salientamos que os termos da emenda substitutiva que a seguir apresentamos, com algumas modificações redacionais, são os mesmos adotados pelo Senador Randolfe Rodrigues, Relator da matéria na CCJ, a quem louvamos pelo trabalho realizado.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva.

Era isso, Sr^a Presidente, o nosso relatório.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 da CDH, que é o substitutivo.

O projeto segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça em decisão terminativa.

Aproveito o momento para informar que amanhã, às 9h, realizaremos no plenário 2 uma audiência pública sobre a utilização de agrotóxicos, recentes acidentes, como o de Rio Verde, Goiás. É importante este tema. Nós temos recebido também muitas informações a respeito de contaminação de produtos alimentícios. Esse debate vai tratar também desse foco.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada, Senador João Capiberibe, pelo apoio e pela presença.

(*Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 42 minutos.*)

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, Wellington Dias e Eduardo Lopes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 60 de 2013, aprovado em 13/08/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: *Uso de Agrotóxicos na Alimentação e a vulnerabilidade das populações rurais*. A Senhora Presidenta faz suas considerações iniciais e apresenta os senhores convidados, ao tempo que solicita que tomem lugar à mesa. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Cleber Folgado, Coordenador Nacional da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; Dom

Thomás Balduino, Representante da Comissão Pastoral da Terra Nacional; Jaime César de Moura Oliveira, Diretor da Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária da ANVISA; Fernando Ferreira Carneiro, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO; Wilson Rocha Assis, Procurador da República no Município de Rio Verde; Deputado Estadual Mauro Rubens, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Goiás; Marciano Toledo da Silva, Representante da Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Hugo Alves dos Santos, Diretor da Escola Municipal São José do Pontal – Rio Verde/GO; Anísia Andrade dos Santos, mãe de aluno intoxicado; e Deputado Estadual do Estado de Goiás Karlos Cabral. A Senhora Presidenta registra as seguintes presenças: Juarez Martins Rodrigues, professor do Instituto Federal Goiano de Rio Verde, Goiás; Ismael Gonçalves Nunes, da Secretaria de Políticas de Meio Ambiente da CUT; Antônio Pereira Chagas, Coordenador-Geral da Fetraf/GO – CUT, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado de Goiás; Eneias Zanelato, Vereador de São Mateus; Jorge Toscano, Coordenador-Geral do Sindipetro do Espírito Santo; Dagmar Olmo Talga, jornalista; Murilo Mendonça, da Universidade Estadual de Goiás. A Senhora Presidenta faz os seguintes **encaminhamentos**: 1) Solicitar audiência com o Ministro de Estado da Saúde Alexandre Padilha e as entidades que participaram da audiência e da campanha permanente contra o uso de agrotóxicos; 2) Enviar pedido de esclarecimento aos seguintes órgãos: Ministério da Saúde, Anvisa, Ministério da Agricultura e Secretaria de Estado da Agricultura do Estado de Goiás sobre a ausência de fiscalização, bem como quais providências já foram tomadas ou se serão tomadas sobre as denúncias aqui narradas; 3) Encaminhar as notas taquigráficas desta audiência pública, com as denúncias feitas pelos expositores, inclusive a carta entregue pelo Bispo Dom Tomás Balduino, ao Ministério da Saúde, à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e ao Incra, para que tomem conhecimento e tomem as providências necessárias; 4) Avaliar a sugestão do Deputado Mauro Rubem sobre a possibilidade de instalação de uma CPI sobre o uso de agrotóxicos; 5) Vamos dialogar com os órgãos públicos, tais como: o Ministério da Saúde, a Anvisa, o Ministério Público, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, e fazer uma diligência *in loco*, seguida de audiência pública, desta Comissão de Direitos Humanos, e, possivelmente, com outras comissões do

Senado Federal, como por exemplo, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Agricultura. Às nove horas e onze minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Eduardo Suplicy. Às dez horas e quarenta e cinco minutos o Senhor Presidente Senador Eduardo Suplicy devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom dia para todos vocês.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública formalmente, nós estamos aguardando a chegada de Dom Balduino. Ele já está aqui no Senado, está entrando aqui, mas eu queria primeiro cumprimentá-los. Há pessoas aqui, professores e professoras da escola de Rio Verde que estão aqui para falar da sua experiência, infelizmente não muito positiva, de contaminação por agrotóxico.

Esta audiência pública vai debater isso. Queremos sair desta audiência com um debate bastante aprofundado que possa nos orientar em termos de legislação aqui no Senado Federal.

Quero também aproveitar este momento para informar a vocês que neste horário está sendo realizada a reunião da Comissão de Agricultura do Senado Federal, e há um projeto da minha autoria que está sendo discutido nesta reunião. É um projeto que busca estimular o financiamento para pesquisa, pelos órgãos governamentais, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do Fundo Nacional do Meio Ambiente, no sentido de possibilitar o uso de outros instrumentos, de outros mecanismos, de outros produtos que sejam menos nocivos à saúde da nossa população, na busca de alternativas para melhorar a produção agrícola, sem que haja prejuízo da saúde humana, da saúde da nossa população. Ou seja, melhorar a qualidade dos nossos produtos, aumentar a quantidade dos nossos produtos, particularmente da agricultura familiar, mas com tecnologias adaptadas, tecnologias alternativas que realmente possam contribuir com a melhoria da produção, desde que isso não venha a afetar a saúde da população.

A Comissão de Agricultura analisa o projeto terminativamente, e a gente espera que seja votado agora pela manhã.

Será uma satisfação muito grande melhorar a nossa legislação, poder ampliar a possibilidade, através do incentivo governamental, com financiamentos públicos, de melhorar a pesquisa de novas tecnologias de baixo custo, de fácil manuseio e de fácil acesso para toda a nossa população.

Também há um projeto de minha autoria que apresentei a partir da realidade que conheço no Estado do Espírito Santo, mas sabemos que essa é uma realidade de vários lugares do Brasil. E é uma realidade também de Goiás, que vocês estão trazendo, que é a pulverização aérea. Eu apresentei um projeto no sentido de coibir esse tipo de pulverização que tantos malefícios traz para as populações não só diretamente afetadas, mas também para a população do entorno das grandes áreas que utilizam esse mecanismo para pulverizar as suas plantações, a sua produção agrícola. Essa é uma preocupação que eu tenho. Sendo aprovado esse projeto, será limitado esse tipo de prática que tanto prejuízo tem trazido à saúde das pessoas.

Nós precisamos realmente criar novas alternativas. As exigências da sociedade são muito grandes nesse sentido. Nós temos discutido tanto a preservação do meio ambiente, temos discutido tanto a qualidade dos alimentos que precisamos consumir para melhorar a nossa alimentação, no entanto o País, as pessoas continuam implementando práticas à produção de alimentos que são prejudiciais. Então eu acho que isso poderá contribuir muito para melhorar a qualidade dos produtos agrícolas.

E nós sabemos que a produção vinda da agricultura familiar particularmente é responsável por mais de 70% dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. É possível que a agricultura familiar, que tanto tem batalhado para ter uma tecnologia alternativa, uma tecnologia viável para melhorar a sua produção, possa receber, por parte do Estado, possibilidades de ter isso de forma mais fácil, ou seja, investindo em tecnologias, investindo na produção de novas alternativas para que os agricultores familiares também se beneficiem dessa tecnologia científica no sentido de ter produtos de melhor qualidade. *(Pausa.)*

Aqui no Senado há uma dificuldade muito grande, porque as pessoas chegam e tem uma fila enorme para poder entrar. E hoje a Casa também está sendo visitada por várias outras pessoas.

O Dom Balduino está chegando, mas nós vamos iniciar assim mesmo. Vamos reservar o local para ele ocupar.

Temos como verificar se ele já entrou? Verifique com o Agostino.

Eu quero aproveitar para fazer alguns registros. Acho que é importante sabermos quem está aqui.

Aproveito para dizer que o Jaime César de Moura Oliveira, que é o Diretor da Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária da Anvisa já está presente. Também o Wilson Rocha Assis, Procurador da República no Município de Rio Verde, já está presente, assim como o Marciano Toledo da Silva, representante do MPA. O Cléber Folgado também já está presente, que é o Coordenador Nacional da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. E aqui há diversos professores da escola do Município de Rio Verde.

Eu pediria a vocês que se apresentassem rapidamente. Pode ser?

Há um microfone sobre a mesa. Vocês podem usar o microfone, só para sabermos quais são as pessoas que estão aqui.

Sim, pode falar, professor.

O SR. JUAREZ MARTINS RODRIGUES – Bom dia. Professor Juarez. Sou professor do Instituto Federal goiano, *campus* de Rio Verde, e também sou membro da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, regional de Goiás, do Município de Rio Verde.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, professor.

A SRª SILMA LÚCIA ARAÚJO – Bom dia a todos. Eu sou a professora Silma. Sou diretora de uma escola rural no Município de Rio Verde e estou aqui para defender também a questão dos agrotóxicos.

A SRª GESSI CABRAL GUIMARÃES – Bom dia a todos. Eu sou a professora Gessi, trabalho na escola São José do Pontal e estamos aqui na luta em defesa dos agrotóxicos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mais algum professor presente?

O SR. JÚLIO VIEIRA MENEZES – Sim. Sou Júlio Vieira Menezes, professor lotado na escola de São José do Pontal, no Município de Rio Verde.

O SR. HUGO ALVES DOS SANTOS – Bom dia. Sou professor Hugo. No momento respondo como gestor da escola São José do Pontal, onde aconteceu o acidente com as crianças.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

A SRª ANÍSIA ANDRADE DOS SANTOS – Bom dia a todos. Eu sou a mãe de um aluno que foi contaminado com agrotóxico na escola de São José do Pontal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Queremos agradecer a presença de todos vocês.

Declaro aberta 46ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 60, de 2013, da CDH, de minha autoria, Senadora Ana Rita, aprovado em 13 de agosto de 2013, para debater o tema “Uso de agrotóxicos na alimentação e a vulnerabilidade das populações rurais”.

Já vou fazer o convite para quem está presente compor a nossa mesa.

Convido Cléber Folgado, Coordenador Nacional da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

Bom dia, Cléber. Seja bem-vindo. Peço a você que se sente aqui.

Convido para compor a nossa Mesa o Sr. Jaime Cesar de Moura Oliveira, Diretor da Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária da Anvisa.

Seja bem-vindo, Jaime. Muito obrigada pela sua presença.

O Fernando Carneiro, da Abrasco, já chegou? Já está aí?

Convido Fernando Carneiro, representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), para compor a nossa Mesa.

Seja bem-vindo, Fernando. Peço que se sente aqui, por favor.

Também o Dr. Wilson Rocha Assis, Procurador da República no Município de Rio Verde.

Seja bem-vindo, Dr. Wilson.

Estamos recebendo aqui Dom Tomás Balduino, representante da Comissão Pastoral da Terra Nacional.

Seja bem-vindo, Dom Tomás. Pedimos ao senhor que se sente aqui conosco.

O Deputado Estadual Mauro Rubem ainda não chegou. Assim que chegar, nós vamos convidá-lo para compor a Mesa.

Eu convido Marciano Toledo da Silva, representante da Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Seja bem-vindo, Marciano. É um prazer muito grande ter você aqui.

Como a mesa não é suficiente para todos os convidados, eu convido o Hugo Alves dos Santos, Diretor da Escola Municipal São José do Pontal, Rio Verde, Goiás, para que ocupe uma dessas primeiras cadeiras, aqui à nossa frente. No momento, nós vamos conceder a palavra para que ele também possa falar em nome da Escola São José do Pontal.

Eu convido também a Srª Anísia Andrade dos Santos, mãe de aluno intoxicado.

Por favor, Anísia. Pode se sentar em uma dessas duas cadeiras aqui da frente.

Antes de passar a palavra aos convidados, eu quero fazer aqui algumas considerações a respeito do tema que vamos tratar nesta audiência pública de hoje.

A questão dos agrotóxicos, substâncias utilizadas em larga escala atualmente, é um tema de grandes discussões quanto aos impactos que podem ocasionar não apenas à saúde humana, mas também ao meio ambiente.

Segundo nota da Anvisa, de dezembro de 2011, quase um terço dos vegetais mais consumidos pelos brasileiros apresentam resíduos de agrotóxicos em níveis inaceitáveis.

Esta audiência tem como objetivo discutir o tema sob a ótica dos direitos humanos. A garantia do acesso a uma alimentação saudável e adequada, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, é imprescindível para assegurar o direito humano à alimentação.

Na 32ª Sessão do Comitê de Nutrição da ONU, realizada no Brasil, a alimentação saudável foi definida como sendo um direito que tem um indivíduo e sua família de receber alimentos nutricionalmente equilibrados e saudáveis para atender as suas necessidades nutricionais, garantindo plena saúde. O uso excessivo de agrotóxico constitui, portanto, uma violação grave a esse direito fundamental. Por isso que nós estamos realizando esta audiência pública.

De outro lado, já são expressivos os danos que vêm sendo causados ao meio ambiente com contaminações de rios, solos, matando peixes, aves e animais.

Ademais, estão aqui nesta audiência, pessoas que são vítimas do uso abusivo de venenos em lavouras próximas a escolas e moradias urbanas. Refiro-me ao caso de Rio Verde, onde uma escola foi atingida, intoxicando as crianças. Temos aqui a presença de pais desses alunos que darão seus depoimentos.

Também o Espírito Santo foi palco recentemente de um crime ambiental provocado pelo uso de agrotóxicos na agricultura. O fato ocorreu na comunidade de São João Bosco, Município de Jaguaré, norte do Estado, quando o agricultor injetava veneno na irrigação para pulverizar o seu cafezal; ao desligar a bomba, a boia que controlava a saída do veneno parou de funcionar, o que provocou o vazamento de todo o agrotóxico no Córrego 16, contaminando a água e o solo da região.

Queremos ouvir as nossas convidadas e convidados, que certamente nos trarão as informações, denúncias e sugestões para frear e regradar o uso de agrotóxico em nosso País.

Feitas essas breves considerações, passo a palavra aos nossos convidados aqui à Mesa. Começo pelo Hugo Alves dos Santos, que é o Diretor da Escola Municipal São José do Pontal, de Rio Verde.

Não, desculpem-me, não é pelo Hugo, é pelo Cléber. Nós vamos começar pelo Cléber, que está aqui à Mesa, que é Coordenador Nacional da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

O Hugo falará um pouco mais ao final. Nós queremos ouvir o Cléber, que traz informações muito importantes e nós queremos ouvi-lo primeiramente.

Então, com a palavra, Cléber Folgado.

O SR. CLÉBER ADRIANO RODRIGUES FOLGADO – Bom dia a todos e a todas, quero agradecer à Senador Ana Rita, a todas as pessoas presentes e dizer que para nós da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos pela Vida, ficamos muitos felizes com a realização desta audiência, entendendo que ela pode ser muito importante. E, ao final da minha fala, eu vou explicar por que eu acho que ela pode ser muito importante, ainda que ela já seja importante na sua existência. Mas ela pode ser muito mais importante a depender do conjunto dos resultados que conseguirmos construir aqui no dia de hoje.

Então eu queria, em função do tempo, tratar apenas de três grandes pontos que nos parecem, à Campanha, extremamente importantes para uma reflexão conjunta aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O primeiro ponto que nos parece extremamente importante diz respeito ao direito à saúde e à alimentação como dever do Estado. E eu queria aqui reivindicar o art. 6º da Constituição, em que é colocado – leio:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Ou seja, está claro na nossa Constituição que o direito à saúde e o direito à alimentação são direitos dos quais o Estado brasileiro é quem deve cuidar para o conjunto da população. E, no campo da saúde, entendemos, e isso é claramente pautado, que o direito à saúde é direito de todos e dever do Estado.

De modo que, quando olhamos para o caso de Rio Verde, que não é um caso isolado, nós percebemos claramente a omissão do Estado em relação a situações como esta: muitas vezes queremos combater o problema em vez de prevenir e fazer que ele não aconteça, como é o caso dos agrotóxicos e da pulverização aérea.

Para nós, no primeiro momento, é: o que o Estado tem feito em relação a esse tipo de problema?

Esse é o questionamento que trazemos, e gostaríamos muito que a Comissão nos ajudasse a construir essas respostas, vendo o que já vem sendo feito e em que podemos fazer para evitar esse tipo de problema.

O segundo grande ponto, que eu queria trazer de forma rápida, diz respeito também ao crime cometido em Rio Verde. Reforço: crime. Muitas vezes vemos documentários e notas de jornais tratando isso como acidente. E nós, da Campanha, queremos questionar isso, que foi um acidente. Depois, a fala do pessoal de Rio Verde vai tratar disso. Eu visitei a comunidade, fui lá conversar com as pessoas. O piloto sobrevoou várias vezes a escola. Ele, inclusive, no depoimento, disse que achou que era um bar. Ou seja, agora os cachaceiros de plantão podem ser intoxicados; por cima desses podemos passar veneno.

É um desrespeito aos direitos humanos. É um crime que foi cometido. Não só um crime social. Poderíamos configurar isso com tentativa de homicídio. Estamos envenenando sujeitos. Podemos pensar nesse tipo de coisa. Mas outra coisa é o crime ambiental que foi feito.

Então, em relação ao ocorrido em Rio Verde é importante que tenhamos claro que isso não é um acidente. Infelizmente, não é um acidente. Foi um crime que foi cometido. E, pior do que isso, esse não é um caso isolado. Oxalá fosse! Resolveríamos os problemas das pessoas de Rio Verde, nossos companheiros e companheiras. Mas não é um caso isolado, não é o primeiro e, infelizmente, não será o último a depender do que podemos fazer em relação a esse caso que ganhou visibilidade.

Em relação a isso eu queria reforçar aqui que, como já foi dito pela Senadora, o Brasil vem sendo o maior consumidor de agrotóxicos, e são substâncias que são absurdas. A política agrícola hoje no Brasil privilegia que as pessoas sejam intoxicadas.

Hoje a CTNBio vai votar, e ela não costuma votar, a liberação de sementes de soja e milho resistentes ao 2.4-D. Estamos falando de um ingrediente ativo que é proveniente do agente laranja, que foi uma arma química usada na Guerra do Vietnã. Ou seja, estamos permitindo aqui no Brasil a utilização de ingredientes ativos, de agrotóxicos que já são proibidos em um monte de lugares no mundo; que, na sua origem, contêm o extermínio da vida. Ou seja, é a construção da morte, em função desse modelo agrícola dependente do pacote tecnológico, que é ligado ao uso intensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas.

Então é preciso pensarmos de forma ampla. É pensar não como caso isolado o de Rio Verde, mas no que esse modelo de agricultura tem trazido de males do ponto de vista econômico. As empresas estão

enviando milhões, bilhões para os seus países de origem, e a gente aqui ficando com os problemas sociais. Então, são problemas do ponto de vista econômico, problemas do ponto de vista social, do ponto de vista da saúde das pessoas, doenças crônicas agudas. É importante a gente perceber que não é um caso isolado e que precisamos tratar com muito cuidado.

E aí, em relação a isso, há alguns fatos que eu queria dar uma puxada rápida lá do caso de Rio Verde para a gente configurar essa história do crime e tratar de outros elementos.

O primeiro é esse que eu já disse. O avião sobrevoou a escola várias vezes. Ou seja, ainda que a nossa legislação não seja uma das melhores, nós temos uma legislação, nós temos uma normativa que coloca lá como é que deve ser feita a pulverização, mas ela não vem sendo respeitada. Ela não respeita os limites de distância de populações, de rios, de córregos d'água, de nascentes, de florestas; isso não vem sendo respeitado. Portanto, a gente precisa avançar na legislação, mas precisamos avançar no sentido de impedir. É o que a Senadora já tinha colocado aqui. Em relação à pulverização aérea, é preciso avançarmos um pouco mais, porque só haver limites de como pulverizar não tem sido suficiente.

Outro elemento é que lá, no caso, houve problemas em relação ao receituário agrônomo. Está lá nos laudos e nós podemos ver como é que foi isso. Há um problema com o receituário agrônomo de como é que foi feito esse processo. Nós temos problemas – e o receituário agrônomo, segundo o relatório da Comissão Especial da Câmara dos Deputados colocou, é recorrente no País, o receituário agrônomo de gaveta. Hoje, comprar agrotóxico é mais fácil do que comprar pão. Qualquer um sabe nas cidades pequenas. Você vai lá e diz: eu tenho lá a minha cultura de não sei o que, está com problema de não sei o que lá e eu preciso de tal veneno. Vendem tranquilamente sem nenhum receituário, e está prontinho lá na gaveta.

Assim, do ponto de vista de desrespeito aos direitos sociais, ao que existe na legislação, existe uma quantidade de direitos e de deveres que devem ser respeitados e cumpridos, mas que não estão sendo cumpridos nem respeitados. Há agrotóxicos que são permitidos para uma cultura e estão sendo utilizados em outra.

E aqui aproveito inclusive para lembrar, e depois o companheiro da Anvisa pode dizer para a gente, porque que é que parou o PARA, Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, que era um instrumento importante para a gente utilizar e informar a população. Se não me engano, o último PARA é de 2010, com resultados divulgados em 2011. Nós

estamos em 2013! O que aconteceu em 2011 e 2012? Por que é que parou o PARA? Parece-nos que é por pressão da bancada ruralista, por causa do interesse das empresas.

Então, a Anvisa precisa também nos dar respostas com relação a isso, até mesmo porque nós vimos dentro da Anvisa um caso em que falsificações estavam sendo feitas, o gerente-geral de toxicologia denunciou as falcaturas e o que resultou disso até agora foi a demissão dele, que era alguém bom lá dentro e que tratava de fazer o seu trabalho com respeito ao papel que a Anvisa deve fazer, que é o de cuidar dos direitos à saúde do conjunto da população.

Assim, inclusive na hora em que o companheiro da Anvisa for dizer, é para dizer para a gente o que está acontecendo, porque a Anvisa tem deixado muito a desejar, ainda que tenha feito um importante trabalho em várias questões.

Voltando aos fatos: a pulverização aérea tem atingido tanto as populações quanto os seres humanos, os animais, os recursos naturais; então, nós precisamos pensar e repensar melhor em relação à pulverização aérea. É uma forma de pulverização extremamente irresponsável. Segundo o setor de aviação agrícola, ela responde por cerca de 20% dos serviços prestados por esse setor, ou seja, proibir esse tipo de pulverização, esse tipo de serviço não iria inviabilizar a existência do setor.

A outra coisa é que 30% do que é pulverizado de avião chegam à cultura; só 30% chega à planta. Isso é um absurdo, isso é irresponsabilidade! Nós estamos dizendo que 70% são deriva técnica que vão para a água, que vão para as pessoas, que vão para o meio ambiente como um todo, e isso é irresponsabilidade. Enquanto, no mundo inteiro, outros países estão buscando formas de resolver problemas de contaminação, nós aqui no Brasil estamos impulsionando contaminações. E aí, como é que vai ser o futuro do Planeta e dos sujeitos que nele vivem? Assim, a gente precisa pensar nisso.

E para avançarmos aqui com o terceiro ponto, para utilizar um pouco o meu tempo, dizer das responsabilidades do Estado. Parece-nos que o Estado brasileiro precisa ter um conjunto de responsabilidades que, mais do que existirem no papel, precisam de fato serem cumpridas. Assim, no que tange aos agrotóxicos, nós sabemos da incapacidade do Estado brasileiro de conseguir garantir as fiscalizações necessárias, de garantir o cuidado necessário em relação aos problemas causados por eles.

Nós, na condição de coordenador da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, estamos, desde 2010, tentando, inclusive, discutir com o

centro do Governo, Senadora, e já pedimos várias audiências, mas a Presidenta... Enfim, não tiveram a coragem, se acovardaram em nos receber. Ou seja, é muito fácil receber a bancada ruralista, os representantes do agronegócio, as corporações do agronegócio, as empresas, mas não é importante – parece-nos – receber uma campanha como a nossa, que tem mais de 60 organizações, entre elas ambientalistas, movimento sindical, movimentos camponeses, estudantes, Fiocruz. Ou seja, temos um conjunto de entidades importantes preocupadas com o conjunto da população, porque agrotóxico se transformou em um problema de saúde pública, e o centro do Governo não teve coragem de nos receber até agora. Por que sabemos muito bem: os argumentos utilizados por eles são facilmente desconstruídos por nós. Esse é o grande centro da covardia em não nos receber. Inclusive, além de receber o agronegócio, cede.

Nós podemos pensar, quando houve, pelo IBA-MA, uma proibição de pulverização aérea de alguns ingredientes ativos, entre eles estava o Tiametoxam – não me lembro dos demais por nome –, e essa normativa voltou atrás. Ou seja, a bancada ruralista foi para cima, em função dos problemas de uma lagarta, cujo problema começa no sul da Bahia, e, logo em seguida, poucos meses depois, quando começa o período das pulverizações, essa normativa de proibição de pulverização aérea desses ingredientes ativos simplesmente cai por terra em função da pressão dos ruralistas. Ou seja, em função dos ganhos econômicos do setor agrícola, a gente deixa à mercê os direitos humanos das populações, nós deixamos à mercê o direito do conjunto da sociedade. Isso é um absurdo, isso não é garantir o que está no art. 6º da Constituição, de que é responsabilidade do Estado primar pelo direito de alimentação e pela saúde das populações. Então, para a gente, isso nos salta aos olhos porque é muito absurda essa questão!

Pensando nisso e pensando nesse art. 6º, no direito de todos e no dever do Estado, três bandeiras a campanha tem levantado, como bandeiras importantes, como ações concretas que a gente pode fazer emergencialmente para evitar esse tipo de problemas e avançar com outras questões. Três não, quatro.

A primeira delas é a proibição da pulverização aérea. Nós não temos dúvida de que nós temos condições, como Brasil, de proibir a pulverização aérea sem trazer problemas econômicos para o setor agrícola. Primeiro, porque ela é extremamente irresponsável, como a gente já viu, na quantidade desejada que ela consegue aplicar na planta. Segundo, que ela não ameaça o setor de continuar existindo e prestando os seus serviços, como semeadura, apagar incêndio. Esse

setor cumpre várias outras funções que não somente a aplicação de agrotóxico. Então, nos parece que essa é uma bandeira importante. Precisamos proibir a pulverização aérea no país porque ela é extremamente irresponsável. A segunda questão que temos apontado é o fim das isenções e demais benefícios fiscais às empresas que produzem agrotóxicos e comercializam no país. Ou seja, essas empresas estão enviando bilhões para os seus países, como eu já disse, e a gente ficando aqui com os problemas sociais. Há isenções, como o Convênio 100, de 1997, que dá 60% de isenção de ICMS para essas empresas, podendo chegar a 100%, como no caso do Estado do Ceará, que elevou isso a 100%. E há várias outras isenções. A gente pode pegar o número das normativas, dos convênios, que é enormes: há isenção de Cofins, PASEP, várias questões.

Então, o que temos defendido, como Campanha, é que a gente possa garantir a taxação das empresas e que esses recursos possam ser destinados ao SUS, ou seja, ao tratamento de saúde das pessoas intoxicadas, e a programas de produção agro-ecológica, para que a gente possa avançar com outro modelo de produção agrícola, agroecológica.

Vale lembrar que uma pesquisa feita somente no Paraná, ou seja, não é um dos maiores Estados consumidores de agrotóxicos; está entre, mas não é o maior. Segundo a pesquisa, para cada dólar gasto com agrotóxico, gastam-se, pelo SUS, US\$1,28 para cuidar dos problemas de saúde da população. Ou seja, estamos gastando mais para cuidar dos problemas do que para evitá-los. Estamos gastando duas vezes. É preciso cuidar disso.

(Soa a campanha.)

O SR. CLÉBER ADRIANO RODRIGUES FOLGADO – Só mais dois minutos, Senadora, por favor.

Uma terceira bandeira que a gente tem colocado é o banimento imediato de substâncias, de agrotóxicos que já são banidos nos seus países de origem. Nós temos uma listinha que vale lembrar: desde 2008, a Anvisa colocou em reavaliação 14 ingredientes ativos e, por pressão política da Bancada ruralista, do agronegócio e de suas empresas, desses 14 ingredientes colocados em reavaliação, só 13 foram para reavaliação, um deles saiu do processo de reavaliação, e até hoje não concluímos essas reavaliações. Ou seja, desde 2008, e nós estamos em 2013!

A que velocidade vão caminhar os trabalhos da Anvisa? Na velocidade que precisamos. Então, precisamos repensar o papel da Anvisa. É importante continuar hoje o registro de agrotóxico nas mãos das três instituições, Ibama, Anvisa e MAPA, cada um dando seu parecer. Isso nos parece extremamente importan-

te para garantir o controle, mas podemos acelerar o trabalho da Anvisa.

Se a velocidade com que demitiram o Luiz Cláudio, por ter feito uma denúncia, fosse a velocidade que eles estivessem utilizando para garantir as reavaliações, parece-nos que a gente estaria bem melhor nesse processo.

E existem notas técnicas que foram feitas, em parceria com a Fiocruz, que já estão prontas. Nós sabemos disso, já estão prontas há mais de um ano e até agora esse processo não andou. Queremos saber por que não anda. Então, existe a necessidade do banimento imediato de agrotóxico, já proibido em seus países de origem, porque é de responsabilidade nossa.

E, no campo da ciência, para concluir, quero dizer algo. Vocês devem ter acompanhado, há poucos dias saiu uma versão na revista *Galileu*, falando um pouco sobre a problemática dos agrotóxicos – exatamente essa aqui – e há uma entrevista com – e aí eu diria o seguinte, escancaradamente; perdoem-me – alguns pilantras disfarçados de pesquisadores, que estão a serviço do capital e são vendidos, como o Dr. Ângelo Trapé, da Unicamp, que coloca aqui em xeque o trabalho da Fiocruz.

Como é que pode um sujeito, que é vendido para empresa de agrotóxico, colocar e xeque o trabalho da maior instituição de saúde pública do mundo? Com que cara? São extremamente irresponsáveis as afirmações feitas por ele, nesta edição da revista *Galileu*. Também há afirmações em que ele coloca aqui que estão estamos fazendo um trabalho ideológico. Cuidar da população, da saúde do povo é ideológico. Defender o agrotóxico não, não é ideológico. É econômico. Isso é um absurdo! Isso é um absurdo!

Convidamos o Dr. Ângelo Trapé para um debate. Queremos fazer um debate com ele. Responsabilizamo-nos para debater científica, política e ideologicamente, porque ele acha que não, mas ele está atuando a serviço do capital, dos interesses das empresas de forma vendida – nós sabemos. E nós não estamos vendidos. Nós estamos trabalhando em função da saúde da população.

(Soa a campanha.)

O SR. CLÉBER ADRIANO RODRIGUES FOLGADO – Essa é a terceira bandeira, o banimento imediato dos agrotóxicos já banidos em outros países. E nós temos condições de fazer isso.

Para concluir, retomando o início, parece-nos que esta audiência pode ser muito importante a depender dos encaminhamentos que a gente conseguir tirar aqui, Senadora. A gente achou extremamente importante a convocação desta audiência, mas, para que ela não seja uma audiência a mais, como tantas

outras que a gente já participou na Câmara até algumas aqui mesmo, a gente precisa que, ao final desta audiência, possamos encaminhar bandeiras concretas, ações concretas para resolvermos os problemas e evitarmos as contaminações pelo uso de agrotóxico e não ficar resolvendo as contaminações de saúde do povo, como é o caso, de que a gente também precisa dar conta, lá de Rio Verde.

Então, em nome da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida agradecemos muito.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada Cléber Folgado, Coordenador Nacional da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. Cléber, você traz informações importantíssimas.

Aproveito a oportunidade para dizer que existe um projeto – já informava isso no início desta audiência – que proíbe o uso de agrotóxicos hoje no Brasil. Esse projeto está meio que parado aqui no Senado Federal. Seria muito bom que vocês pudessem acompanhar e nos ajudar no sentido de poder conversar com os Senadores, para que ele possa ser votado o mais rápido possível. Acredito que seja um projeto que poderá, talvez, na avaliação dos próprios colegas Senadores, ser aperfeiçoado, ser qualificado, mas ele é altamente importante no sentido de proibir a utilização desses agrotóxicos que tanto malefício traz à saúde da população brasileira.

Estamos com o tempo não muito longo aqui, porque às 11h temos sessão temática no Senado Federal. Vamos pedir aos nossos convidados que, se possível, mantenham o prazo de 15 minutos, destinado a cada um, para que possamos realmente concluir dentro do tempo necessário.

É com muita satisfação que concedemos a palavra a Dom Tomás Balduino, que está aqui representando a Comissão Nacional da Pastoral da Terra.

Eu o conheço pessoalmente de outros momentos. Sabemos, Dom Balduino, do compromisso que o senhor tem com a vida, o compromisso que o senhor tem com a população mais sofrida do nosso País. Então, é uma alegria muito imensa recebê-lo aqui, hoje, na Comissão de Direitos Humanos.

Concedo a palavra ao senhor, pelo tempo de 15 minutos, também para que possa fazer o uso dela, abordando o tema, que é a questão do agrotóxico do ponto de vista dos direitos humanos.

O SR. DOM TOMÁS BALDUÍNO – Minhas saudações à Senadora Ana Rita, com muito respeito e carinho, às autoridades, aos Parlamentares, à Mesa e às lideranças camponesas, das diversas organizações, que optaram por vir aqui.

Alegra-me muito estar aqui. Eu vejo, neste momento, Senadora, a realização de sinais do tempo, como dizia Jesus: “A nuvem está assim, assado. Vem chuva. E vem!”

Então, aqui, nós estamos diante de um sinal raro, novo, que é a luta contra o agrotóxico: luta do pequeno Davi contra o gigante Golias. E isso nos enche de entusiasmo, porque como é que apareceu esse ambiente aqui, como é que nos foi concedido esse espaço, aqui? Há uma luta praticamente proibida, inútil e ridícula contra esse gigante. E, aqui, está acontecendo. E, aí, o desafio.

Senadora, temos que rezar muito. Dizem que essa espécie de demônio só com muita oração e jejum. Esse demônio está ligado à grande e temível Bancada ruralista, que tem raízes no poder, porque eles não são bobos, para garantir esse crime, para que ele apareça como progresso da nação, como indispensável.

E começou agora. Aqui há uma nota que foi elaborada em forma de mutirão. Olhando assim, como quem lambe a cria, achamos bom, porque há várias mãos aqui. E esta nota, que esperamos protocolar, entregar nas mãos... Já entrego aqui, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós vamos entregar, Dom Tomás.

O SR. DOM TOMÁS BALDUÍNO – Então...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero registrar, aqui, que Dom Balduino está entregando para a Comissão de Direitos Humanos uma nota referente a esse assunto relacionado ao agrotóxico, que nós vamos cuidadosamente ler e fazer os devidos encaminhamentos. Uma nota assinada por diversas entidades que, depois, nós vamos citar aqui quais são.

Muito obrigado, Dom Tomás.

O SR. DOM TOMÁS BALDUÍNO – Eu que agradeço.

Sem mais delongas, é um desafio, é uma batata quente que estamos colocando em suas mãos. Esperamos que não seja só você, Senadora e Presidente da Comissão, mas o peso do Senado, os amigos e amigas que o povo tem ali dentro, para levar adiante essa guerra, uma verdadeira guerra.

Esse pessoal está muito bem armado, muito articulado. A gente que acompanha – e eu sou Conselheiro da Comissão Pastoral da Terra – a trajetória dos camponeses e, como assessor do Conselho Indigenista Missionário, eu ajudei a fundar as duas coisas: a CPT e Cimi. A gente vê a situação dos índios. Eles são vítimas desta articulação que está ligada ao poder da Bancada e dificilmente a coisa vai se reverter, mas a gente espera. Demos esses passos reconhecendo a nossa pequenez, mas também reconhecendo a força

que vem da base dos lavradores, porque historicamente, desde a longa história da Rússia, da Sibéria, a gente sabe que a transformação do mundo tem passado e continua passando pelos lavradores, pelos homens e mulheres da terra. É isso o que a gente espera que aconteça aqui.

E está entregue, querida Senadora Ana Rita em suas mãos.

Oh, Sr. Presidente, é um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Bom dia, Dom Tomás Balduino e todos.

A Senadora Ana Rita precisa votar imediatamente na CCJ. E, enquanto vota, eu vou presidir; depois, eu que terei que ir lá votar.

Então, o senhor pode concluir.

Desculpe só essa interrupção.

Bom dia a todos.

O SR. DOM TOMÁS DE BALDUÍNO – A gente sabe que o caso de Rio Verde é uma pequena amostra que não é um caso isolado, é um caso do País todo. E nós estamos sufocados por esta situação que se criou, que tem todos os incentivos, todo o apoio de uma certa mídia do agrotóxico ligado ao agrohidronegócio.

Então, a gente tem consciência de... Eu estava dizendo, Senador, que estamos aqui como o pequeno Davi esbravejando diante do gigante Golias, mas a esperança – como dizia D. Pedro Casaldáliga, não é a última que morre; é que não morre nunca, nunca.

E nós queremos, então, levar adiante esse processo, no que precisar da gente, no que for necessário. Nós entregamos aqui uma tarefa, e certamente há a contrapartida que vem da Senadora para nós. Estamos aí. Há uma organização nascente que é a dos atingidos pelos agrotóxicos. Não temos só Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)? Agora há o movimento dos atingidos pelos agrotóxicos. Como povo se mobiliza! E povo na rua! É isso que nós queremos.

Até do meu lado eu estou obedecendo ao Papa, que quer a Igreja na rua. (Risos.) E a gente, então, convida os irmãos e as irmãs para essa luta também que vai ser também a céu aberto, com toda a generosidade. A gente precisa de uma sociedade, aí uma sociedade brasileira, em torno dessa certeza e dessa consciência nova de uma terra, que é terra para ser cultivada para a soberania alimentar e, sobretudo, a terra que é de viver e trabalhar para o bem viver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigado, Dom Tomás Balduino.

O senhor nos lembra a visita do Papa Francisco, que foi tão significativa a nós brasileiros. Tive a opor-

tunidade de estar presente à cerimônia das bênçãos aos doentes, no Hospital São Francisco de Assis, no Rio de Janeiro, onde tive a possibilidade de interagir. Acompanhei todos os passos da visita do Papa, que disse coisas muito importantes, inclusive lembrando que Jesus Cristo ele passou maior parte do seu tempo de vida na rua. Por isso ele também recomendava a si próprio e a todos os prelados e a nós para estarmos com o povo na rua. Inclusive nós, representantes do povo, temos esta responsabilidade.

Notei aqui que o senhor encaminhou uma nota para a Presidenta Ana Rita sobre o episódio havido em 3 de maio. O senhor já leu essa parte aqui?

O SR. DOM TOMÁS BALDUÍNO – Construímos. Não fui eu sozinho, não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Construímos. E ela foi lida ou relatada agora pelo senhor?

O SR. DOM TOMÁS BALDUÍNO – O Cléber faz a leitura. É bom dar a leitura quando a Senadora estiver.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quando ela estiver, muito bem. Foi entregue a ela. Muito bem.

Então, passamos a palavra agora ao Sr. Jaime César de Moura Oliveira, Diretor de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária da Anvisa.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Bom dia, Senador. Muito obrigado, Senador Suplicy.

Quero, através do senhor e da Senadora Ana Rita, agradecer o convite dirigido à Anvisa para participar dessa Mesa de discussões, saudar Dom Tomás Balduino, os demais componentes da Mesa e o público presente.

Início dizendo falando a essencialidade de se colocar cada vez mais em pauta temas a respeito da discussão dos impactos que os agrotóxicos causam à saúde da população, ao meio ambiente, ao modelo de agronegócios que temos hoje. É fundamental que o Estado, o Poder Público e a sociedade de forma em geral possam discutir alternativas em relação ao modelo agrícola que temos hoje no País. E alternativas que não só vão na linha de se restringir o uso desses produtos, o que é fundamental, mas também na linha de estimular a produção de produtos menos tóxicos e de fazer com que a agroecologia, a agricultura orgânica e modelos de produção com menor uso de agrotóxicos e de outros insumos prejudiciais sejam cada vez mais incorporados na política agrícola nacional.

Não adianta tratar da questão dos agrotóxicos sem tratar da questão relativa ao modelo de produção que temos. E, quanto a esse modelo de produção, quanto mais esforços houver para que ele seja modificado

no sentido de agregar as variáveis ambientais e as variáveis de saúde humana como variáveis fundamentais no modelo de produção tanto mais sucesso teremos nas ações de combate aos problemas que agrotóxicos trazem tanto para as populações que utilizam esse tipo de produto diretamente na lavoura quanto para os consumidores que utilizam esse tipo de produto.

Eu vou fazer uma breve apresentação a respeito de como a Anvisa atua no setor de agrotóxicos, vou pular alguns eslaides, porque eu acho que há pontos mais críticos que a gente deve tratar aqui. Inclusive o Cléber, na apresentação dele, antes de o senhor chegar, Senador Suplicy, tocou em pontos importantíssimos em relação à atuação da Anvisa, e eu creio que é importante eu prestar alguns esclarecimentos aqui a respeito dos pontos que ele tocou.

As atividades que a Anvisa desenvolve, na área de agrotóxicos, que, na verdade, é mais uma atividade da Anvisa. A Anvisa é responsável por um amplo espectro, por amplas categorias de produtos que causam ou que podem causar prejuízos à saúde, como medicamentos, o tabaco, produtos para saúde, alimentos. Uma das funções dela, na área de agrotóxicos, compreende essas atividades que os senhores podem ver na apresentação: regulamentar, analisar, controlar e fiscalizar o uso desses produtos; reavaliar os agrotóxicos e implementar os acordos internacionais firmados pelo Brasil.

A reavaliação de agrotóxicos é um ponto fundamental na evolução dos produtos que estão no mercado, porque, através da reavaliação, produtos que têm um indicativo de toxicidade inaceitável ou sobre os quais há evidências de que estão causando mais prejuízos do que benefícios, tanto para os consumidores quanto para a população que os utiliza, podem ser restringidos ou podem ser mesmo banidos do mercado, dependendo da conclusão da análise dessa reavaliação. Então, ele é um ponto fundamental na atuação da Anvisa.

Controlar e avaliar os riscos, visando à prevenção de agravos da doença; determinar a classificação toxicológica, que, mais para a frente, a gente vai ver no que consiste; estabelecer o limite máximo de resíduos em alimentos, que é um atividade fundamental, sob o ponto de vista de saúde dos consumidores e que está estreitamente relacionada com o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, que é o PARA, que é um ponto em que o Cléber tocou e que eu vou comentar mais para frente também; determinar a ingestão diária aceitável dessas substâncias, para que não haja problemas de intoxicação aguda nem crônica na população, que ingere alimentos produzidos com agrotóxicos; determinar medidas de proteção ao trabalhador e à população em geral – na verdade, um

dos principais motivos da atuação da Anvisa na área de agrotóxicos é a preservação da saúde do aplicador do agrotóxico; coordenar o PARA, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos; e orientar ações de toxicovigilância, que, na verdade, é o monitoramento das consequências de utilização desses produtos que estão no mercado. Ou seja, é através da toxicovigilância que nós conseguimos captar informações a respeito das consequências que os agrotóxicos estão gerando na saúde da população em geral e, com isso, adotar medidas regulatórias.

É importante destacar que o registro de agrotóxicos utilizados na agricultura envolve três órgãos federais – não estamos falando de outros tipos de agrotóxicos ou de agroquímicos com potencial tóxico: o Ministério da Agricultura; o Ministério do Meio Ambiente, via Ibama, em função dos impactos ambientais que esses produtos causam; e a Anvisa, no que diz respeito à saúde humana.

Eu vou passar mais adiante, porque aqui há detalhes a respeito do processo de avaliação de agrotóxico, que não vem ao caso aqui.

Aqui, destaco os tipos de produtos que a Anvisa avalia, quando a gente está tratando de agrotóxico. Logicamente, agrotóxico envolve uma série de substâncias químicas, ele é um produto formulado, ele possui componentes, ele possui um princípio ativo, e todas essas substâncias são analisadas pela Anvisa sob o ponto de vista toxicológico. Analisa os componentes, faz a avaliação também de registros especiais temporários, que são os registros necessários para o desenvolvimento de pesquisas com agrotóxicos; o produto técnico e o produto formulado, ou seja, do composto básico do agrotóxico que oferece aquela função a ele e também do produto formulado, ou seja, do produto final, que inclui tanto o produto técnico, quanto outros ingredientes; alterações pós-registro de agrotóxico, ou seja, uma vez o produto está no mercado, se se pretende acrescentar um novo fabricante, pretende-se fazer uma alteração na composição, pretende-se fazer uma alteração na rotulagem, pretende-se fazer uma alteração no receituário agrônomo, isso é tratado como alteração pós-registro, que a Anvisa também avalia previamente.

E, dentro daqueles dois pontos – de produtos técnicos e alterações pós-registro –, as avaliações que são feitas levam em consideração essas variáveis que os senhores podem verificar aí. Portanto, há prioridades estabelecidas para o registro daquele agrotóxico, e existem prioridades definidas tanto sob o ponto de vista do interesse da política agrícola – ou seja, quais agrotóxicos são necessários neste momento para combater pragas emergentes, quais agrotóxicos são necessários

neste momento para garantir maior concorrência entre os produtos que estão disponíveis no mercado – quanto sob o ponto de vista de menor toxicidade. A legislação prevê que sejam priorizadas as análises de produtos agrotóxicos que têm um potencial tóxico reduzido, que são compatíveis com produção agroecológica e que são úteis para a agricultura orgânica.

Existem previsões na nossa legislação, na Lei nº 7.802, que impedem que, no Brasil, haja registro de agrotóxicos com características tóxicas que possam levar a efeitos mutagênicos, que possam levar a efeitos carcinogênicos, que possam levar a efeitos teratogênicos ou disruptores endócrinos e de produtos também considerados mais tóxicos. Ou seja, a legislação criou um modelo através do qual os novos produtos que vão sendo registrados sejam produtos cada vez menos tóxicos. Então, se impede o registro de produtos mais tóxicos a um produto previamente já existente no mercado.

Essas são as classes em que os agrotóxicos são classificados, extremamente tóxicos até pouco tóxicos, com aqueles dois níveis intermediários.

Aqui, trata-se de legislação relativa à regulamentação de agrotóxico com menor toxicidade, prevendo basicamente integrar esses tipos de produtos dentro da agroecologia e dentro da produção orgânica e prevendo prioridade para registro desses produtos com menor toxicidade.

Aqui, a mesma coisa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

– Está muito rápido? Perdão. É porque eu estou premido pelo tempo da apresentação. É por isso que eu estou passando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pode completar.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

– Perfeito.

Então, existe o decreto da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e existe o decreto que regulamenta a Lei de Orgânicos, de 2007. Como os senhores podem ver, existe uma previsão de priorização para registro desses agrotóxicos com menor potencial toxicológico, que podem ser utilizados na agricultura orgânica.

Vou prosseguir. Esse decreto de 2009, que alterou o decreto geral que trata de registro de agrotóxicos, que é de 2002, trouxe um modelo de especificações de referência para produtos utilizados na agricultura orgânica. O que significa isso? Ao invés de trabalharmos em cima de produto a produto, estabelecem-se especificações de referência gerais e, à medida que os produtos vão sendo apresentados para registro, des-

de que eles estejam compatíveis com essas especificações gerais, ganham uma apreciação mais rápida, uma apreciação mais célere e com menos requisitos, no que diz respeito à apresentação de estudos, etc., porque já existem especificações de referência.

Vou continuar.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA –

Aqui, trata de uma instrução normativa compartilhada, comum, entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Anvisa, Ibama, que estabelece procedimentos para registro de produtos fitossanitários aprovados para a agricultura orgânica.

Aqui em baixo, em seguida, vocês vêem os tipos de produtos que são destinados a esse tipo de agricultura. Atualmente, nós já temos estabelecidas 15 especificações de referência, que são essas especificações utilizadas para registro de agrotóxicos destinados à agricultura orgânica, e 17 produtos registrados nessa categoria.

A reavaliação de agrotóxicos, como eu falei, que é um ponto crítico, quando a gente trata da política de redução de agrotóxicos com maior potencial toxicológico e de retirada do mercado, restrição à utilização de produtos que foram identificados como sendo prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, ela se vale, utiliza-se, para que seja feita a avaliação, dos resultados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, de dados coletados da Rede Nacional de Centros de Informação e Assistência Toxicológica e também estudos realizados durante o período em que o agrotóxico esteve no mercado, relativos à carcinogenicidade, relativos à mutagenicidade e a outros aspectos tóxicos desses agrotóxicos. Também se utiliza de decisões internacionais de restrição ou banimento de produtos em outros países e alertas de organizações internacionais.

Esses são exemplos de agrotóxicos cuja reavaliação já foi feita pela Anvisa e qual o resultado da reavaliação.

Vou prosseguir.

Esses são os agrotóxicos que estão atualmente em reavaliação na agência. Foi citada aqui a Resolução nº 10, de 2008, que traz os princípios ativos que atualmente estão sendo discutidos para reavaliação, que vai resultar ou na proibição ou na restrição à utilização desses produtos. E restrição é tanto quanto ao modo de aplicação quanto ao tipo de cultura em que é utilizado. Logicamente, é uma lista relativamente extensa e que oferece dificuldades em termos de efetivação célere dessa reavaliação, por problemas estruturais da própria Anvisa, que, aos poucos vão sendo corrigidos, mas também por outros tipos de questões.

A colocação de reavaliação em reavaliação de agrotóxicos muitas vezes não passa imune a questionamentos. Nós tínhamos, agora não mais, mas tínhamos, por exemplo, decisões judiciais suspendendo a avaliação de determinados princípios ativos. Isso logicamente impacta o tempo que a Anvisa gasta para fazer essas reavaliações. São reavaliações complexas, são produtos que muitas vezes estão consolidados no mercado, que são extensamente utilizados na agricultura, e é necessário desenvolver estudo técnico embasado, científico, para que possa ser tomada providência em relação à restrição ou ao banimento. Até porque, se essa decisão não for uma decisão sólida, o que acontece são posteriores questionamentos que muitas vezes levam ao cancelamento da decisão que foi tomada em relação à restrição de utilização.

Essas são as ações que podem resultar das reavaliações de agrotóxicos, que vão desde exigências de novos estudos toxicológicos até o cancelamento do uso do ingrediente ativo do agrotóxico que está sendo reavaliado.

Vou prosseguir.

Aqui são exemplos de efeitos na saúde associados ao uso de agrotóxicos, efeitos agudos, como todos esses tipos de intoxicação que os senhores estão vendo. Mas eu creio que isso aqui já é mais do que conhecido, e às vezes de uma forma muito real, por todos nós que estamos aqui. São aqui exemplificações também de efeitos crônicos dos agrotóxicos, desde efeitos carcinogênicos, imunológicos.

Vou voltar. Como estou dizendo, estou premido pelo tempo aqui também.

Posso prosseguir? (*Pausa.*)

Esses aqui são dados de organismos internacionais a respeito de intoxicações por agrotóxicos. São dados da FAO, da Unep, da Organização Mundial da Saúde, dados de 2004. Como são dados importantes, vou me ater a eles.

A cada cem trabalhadores rurais, entre um e três sofrem intoxicações agudas por agrotóxicos. Estima-se entre um e cinco milhões de casos de intoxicação por agrotóxicos/ano, resultando em 20 mil fatalidades entre os trabalhadores rurais. Nos países em desenvolvimento está concentrada a maioria dos casos de intoxicação. Esses países em desenvolvimento também utilizam 25% da produção mundial de agrotóxicos; então, a destinação desse tipo de produto para esse tipo de país é enorme, se comparado às áreas agricultáveis no mundo. Esses países também contabilizam 99% das fatalidades, dos casos de morte em relação à intoxicação por agrotóxicos.

E, logicamente, há uma subavaliação a respeito desses números. Então, esses relatórios também

destacam que a potencialidade desses números seria superior a esses que são apresentados aqui, pela dificuldade, muitas vezes, de estabelecer causalidade entre o que ocorreu e o uso de agrotóxicos e outras dificuldades de se obter dados também. Mas, de qualquer forma, os dados aí já sugerem o tamanho do problema em relação à saúde, em relação ao meio ambiente, com que nós estamos lidando.

Isso aqui é o desenho da Rede Nacional de Centros de Informação e Assistência Toxicológica. É através dessa rede que a Anvisa e os outros órgãos que trabalham com toxicologia nessa área obtêm informação a respeito de eventos de intoxicação envolvendo agrotóxicos. Essa rede também produz uma série de dados importantes para a reavaliação desses produtos.

Vou prosseguir.

Há uma observação importante aqui.

De fato, vocês veem que vários Estados que são grandes produtores agrícolas – isso estava sendo comentado aqui na Mesa –, não têm uma quantidade compatível com essa condição em relação a apoios dentro da rede nacional.

A avaliação do impacto das substâncias; para que servem as informações nessa rede? Para todas essas ações: a avaliação do impacto, subsídios de avaliação, subsídios para atualização, realização de ações de investigação.

Isso é um trabalho de um Grupo de Educação, Saúde e Agrotóxicos, também coordenado pela Anvisa, que já produziu essa cartilha educativa a respeito de uso de agrotóxicos, tanto dos perigos quanto orientações para se evitar prejuízos e utilização errada desses produtos.

Esses últimos eslaides dizem respeito ao Para, que é o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos. É um instrumento fundamental para que a Anvisa trabalhe com a reavaliação de agrotóxicos, mas, também, para se demonstrar para a sociedade, de uma forma geral, a maneira como esses produtos vêm sendo utilizados e o impacto que esses produtos geram nos alimentos que vão diretamente pra a mesa do consumidor.

São coletadas amostras em várias partes do País. Essas amostras são analisadas e verifica-se se a quantidade de resíduos presentes nessas amostras está compatível ou não com os limites estabelecidos pela agência. Ele é um programa que existe desde 2002. A última divulgação foi do PARA relativo a 2010 – esse é um ponto que eu vou explicar por quê – e, até o final deste ano, isso é importante, serão divulgados resultados relativos a 2011 e 2012, condensados. São coletados produtos e, feita a análise, é verificada

a quantidade de agrotóxico presente, como resíduo. Esse relatório é divulgado.

Esse é o número de amostras coletadas. Vocês veem que há uma variação grande de amostras coletadas, com um crescimento expressivo ao longo dos anos. Isso é o resultado da análise dessas amostras. Vocês veem que quase um terço da totalidade das amostras analisadas se apresentam como insatisfatórias. Isso significa que a quantidade de agrotóxico presente nela é superior à quantidade que poderia estar presente ou que aquele agrotóxico presente naquela amostra não poderia ser utilizado naquele tipo de cultura.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA –

Os agrotóxicos que sequer são autorizados no País. Então, se capta uma grande amplitude de dados a respeito da presença de agrotóxico, inclusive em alimentos que nós ingerimos diariamente.

É importante destacar que a função do PARA até o momento – e eu vou colocar até o momento, apesar de em 2012 as VISAs terem começado a instaurar processo administrativo sanitário para buscar responsabilizar quem na cadeia é responsável por aquela irregularidade quanto à presença do agrotóxico no alimento, ele teve um papel orientativo, ele teve um papel educativo e, também, para tirar uma fotografia da realidade que nós vivenciamos a respeito de resíduos de agrotóxicos nos alimentos que vão para a nossa mesa.

E, a partir de 2012, já se busca fazer com que as vigilâncias sanitárias realmente autuem e tomem providências quando esse tipo problema é identificado. Todavia, existe uma série de limitações para que isso ocorra. Limitações que vão desde aspectos legais, porque não existe legislação muito clara ou muito sólida a respeito dos responsáveis dentro da cadeia, a aspectos de rastreabilidade, para você poder identificar quem, afinal, foi responsável por fazer com que aquele produto contivesse aquele agrotóxico proibido ou em quantidade superior ao que era estabelecido.

Então, o reforço, em termos de legislação, em termos de estrutura do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária como um todo, é fundamental para que as ações do PARA possam migrar do aspecto orientativo, do aspecto educativo, para um aspecto mais efetivo quanto à punição e restrição a quem tem contribuído para a reprovação desses alimentos que são analisados.

Bom, essa é a apresentação geral sobre a atuação da Anvisa. Eu gostaria de destacar apenas alguns pontos, Senador, de forma muito breve, que foram objeto de comentário pelo Cléber na fala anterior, que dizem respeito à atuação da Anvisa com relação ao controle de agrotóxicos.

O primeiro dele diz respeito ao PARA. Quanto ao PARA, a análise dos alimentos pelo programa não parou. Ela continua sendo feita. O que não houve foi a divulgação dos resultados em 2012, relativos a 2011. E ainda não houve a divulgação dos resultados em 2013, em relação a 2012. Esses dois resultados vão ser divulgados até o final do ano. E por que essa divulgação não ocorreu?

Não é segredo para ninguém que a área de toxicologia, a área de agrotóxicos da Anvisa vem passando por uma reformulação. E, aí, eu vou chegar a outro ponto que você comentou. Não só a área de agrotóxicos; uma série de áreas da Anvisa vem passando por reformulação, porque a estrutura institucional da Anvisa, a forma como ela está organizada, não está conseguindo dar respostas aos desafios e problemas que temos de enfrentar.

A Anvisa era, por exemplo, extremamente compartimentada. Cada diretor da Anvisa, ao chegar à Anvisa, cuidava de determinadas áreas da agência, em vez de trabalhar de forma integrada como uma diretoria colegiada. Então, muitas vezes, áreas que eram responsáveis por atividades de aprovação não tinham a interação devida com áreas responsáveis por fiscalização. Áreas responsáveis por fiscalização não tinham a interação devida com áreas responsáveis por monitoramento. E, quando não há integração de todas essas ações, a Anvisa não consegue colocar todo seu potencial a serviço das ações que ela desenvolve tanto na área de agrotóxico, como em todas as outras áreas em que ela atua.

Além disso, temos, logicamente, problemas estruturais em relação à incompatibilidade do número de profissionais e da estrutura que nós temos e das demandas que a Anvisa recebe. O número de profissionais não é suficiente. A Anvisa realizou, no começo do mês agora, concurso público para contratar mais 314 profissionais. Parte desses profissionais certamente serão destinados à gerência que cuida de agrotóxicos. Mas é bom deixar claro também que existem outras áreas da Anvisa que precisam de profissionais, como áreas que aprovam medicamentos, como áreas que aprovam produtos para a saúde, como áreas que fazem fiscalização. Então, todas essas áreas competem entre si por esses profissionais, e os recursos logicamente são limitados.

E não se trata apenas da Anvisa em termos de estrutura. A Anvisa só encabeça um sistema, que é o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que também é composto por autoridades sanitárias de Estados e Municípios. E, se esse sistema de uma forma geral não for estruturado – e não é estruturado como deveria ser em termos de recursos –, as atividades, de uma forma

geral, de proteção à saúde da população ficam, sim, prejudicadas. Então, a Anvisa tem feito um esforço muito grande para assumir o papel de coordenação desse sistema e para conseguir que esse sistema seja estruturado – seja através de mais recursos, seja através de maior capacitação, seja através de trabalhar com maior inteligência, uniformizar procedimentos.

Por fim, Senador, sobre essa alteração na área de agrotóxicos na Anvisa, que o Cléber mencionou – e citou especificamente o gerente-geral que estava lá anteriormente –, convém esclarecer que, de fato, houve uma modificação no responsável por essa área. E essa modificação não foi devida a pressões que a Anvisa sofreu de setores interessados em fazer com que a Anvisa deixe de cumprir a sua função, ou reduza a intensidade com que atua na defesa da saúde pública em relação a agrotóxicos; não tem nada a ver com isso. A área apresentava problemas: a área apresentava problemas de gestão e a área apresentava problemas legais quanto a procedimentos.

Hoje em dia, existem procedimentos de apuração tanto dentro da Anvisa quanto na Câmara dos Deputados, na Comissão de Fiscalização, quanto na Polícia Federal e na CGU, apurando eventuais irregularidades que tenham acontecido dentro da área. E essas irregularidades estão sendo apuradas. Nós não temos que fazer julgamentos antecipados a respeito de responsáveis por essas irregularidades. Mas nós temos, sim, que aguardar a finalização dessa apuração para verificar e poder fazer julgamentos a respeito das decisões que foram tomadas a respeito da liderança da área.

Além disso, nós não podemos esquecer que existem profissionais que estão na área hoje comprometidos com o trabalho que a Anvisa realiza em relação a agrotóxicos, comprometidos com a visão da Anvisa, e que nós não podemos pessoalizar essa função que a Anvisa desempenha. Logicamente, as pessoas são importantes lá dentro da instituição, não tenha dúvida alguma, mas os profissionais que estão hoje lá na agência, inclusive os profissionais que gerenciam essa área, são tão responsáveis e comprometidos quanto os outros profissionais que já passaram pela GGTOX (Gerência-Geral de Toxicologia). Isso é importante se ter em mente, porque nós não podemos criar nem heróis nem vilões nessa história. Nós estamos falando de uma instituição, e a instituição não é composta por uma ou outra pessoa; existe um grupo de profissionais que atua lá dentro e que deve ser respeitado quanto à função que desempenha, porque desempenha com responsabilidade e compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Jaime César de Moura Oliveira, Diretor da Diretoria de Coordena-

ção e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pelos esclarecimentos.

Nós agora passamos a palavra ao Sr. Fernando Carneiro – ainda não falou, não é? –, representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Antes, porém, gostaria de registrar a presença aqui, na Comissão de Direitos Humanos, dos alunos do curso de Gestão do Agronegócio da Universidade de Brasília, *campus* de Planaltina, da disciplina Agricultura Familiar e Políticas Públicas, que estão acompanhados do Professor Sérgio Sauer. Estão aqui assistindo a esta audiência e sejam muito bem-vindos.

Tem a palavra o Sr. Fernando Carneiro, então, da Abrasco.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO – Eu queria agradecer o convite à Abrasco para participar desta audiência pública e cumprimentar esta Mesa. Eu acho que nós temos aqui militantes históricos da luta pelos direitos humanos e sinto-me honrado de estar aqui. Bom, mas nesta luta pelos direitos humanos, não somos tantos, infelizmente. Como Dom Tomás Balduino colocou, é a luta de Davi contra Golias.

Então eu estou com vários chapéus nessa reunião – só queria esclarecer –, na verdade, com quatro. Eu estou representando aqui a Abrasco, que é a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, coordeno o GT de Saúde e Ambiente. Também fui indicado pela presidência do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), porque a Abrasco também faz parte do Consea, e a Presidenta Maria Emília não pôde estar presente. Também faço parte, pela Abrasco, do Fórum Nacional de Combate aos Efeitos dos Agrotóxicos, do Ministério Público do Trabalho, que me apresentou como representante desse fórum – o Ministério Público pediu para destacar isso. E também sou professor da UnB e fico muito feliz de o Sérgio ter trazido os nossos alunos aí. Quero saudar essa iniciativa e hoje também vou trazer os meus alunos para o lançamento do vídeo do Pontal dos Buritis à noite. Também dou aula de ambiente, saúde e trabalho aos alunos de Medicina, Nutrição, Saúde Coletiva. Então, faz parte da nossa pedagogia na UnB não só falar de teoria, mas apresentar para os alunos o mundo real das lutas por um mundo melhor.

Na UnB, eu sou o chefe do Departamento de Saúde Coletiva. Vocês estão tendo aqui em primeira mão... Amanhã, haverá o Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta, em que vamos lançar o Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, teia de ecologia de saberes e práticas. Vocês podem já acessar <http://saudecampofloresta.unb.br>, onde há vários estudos, vídeos, livros e informações

que servem tanto para a sociedade civil organizada, para a academia, para movimentos sociais e para gestores e trabalhadores do SUS, relativo ao tema de saúde no campo.

Eu não vou repetir o que já foi falado. Então, quero trabalhar em uma perspectiva complementar ao que todos já falaram – já que eu tenho só 12 minutos. Vou me ater ao papel que eu acho que é tirar lições do que aconteceu em Rio Verde para o Brasil. Então, vamos pensar de Rio Verde para o Brasil, já que estamos em uma Casa, o Senado, cujo papel é pensar em criar leis que atendam toda nossa população.

Eu começo a partir de nossa experiência, da Abrasco, em que construímos um dossiê que significa um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde. Quais são os antecedentes desse dossiê? Primeiro, temos de ter... Apesar de a Senadora Kátia Abreu não ter ficado satisfeita com o resultado do Censo Agropecuário do IBGE que indicou que 70% dos alimentos do Brasil são produzidos pela agricultura familiar. Eu sei que esta Casa foi até utilizada como tribuna contra o IBGE, mas os dados aqui saltam à realidade. Outro dado que eu gostaria de destacar é que, nesse censo agropecuário, quando a gente cruza uso de agrotóxico por tamanho de propriedade, nós vamos ver que, das propriedades com mais de 100 hectares, 80% usam agrotóxicos; ou seja, aquela discussão de quem usa agrotóxico é o pequeno de sandálias havaianas, o pequeno agricultor familiar, o próprio IBGE já demonstrou que não é real. Quem mais usa agrotóxico no Brasil são os grandes proprietários e grandes latifundiários.

Outro antecedente, que nós da Abrasco começamos a perceber, é que começaram a ser apresentadas pesquisas no País que foram manchete no Jornal Nacional e em todo tipo de mídia. Estudos como o do Profº Pignati, que há muito tempo trabalha e pesquisa nessa área, na Universidade Federal de Mato Grosso, demonstram que encontrou agrotóxico em leite materno, em 62 nutrízes, em Lucas do Rio Verde – aqui nós temos o encontro dos Rios Verdes que, infelizmente, só têm verde no nome, porque estamos falando de agrotóxicos nesses dois Municípios: o verde está contaminado.

O Professor Pignati encontrou, então, agrotóxico no alimento mais nobre a que o ser humano pode ter acesso. Isso, para nós que somos da saúde pública, nos coloca em uma encruzilhada perversa. O que você vai falar para a mãe: amamente ou não amamente; amamente com veneno ou deixe de amamentar e trabalhe com outras possibilidades que nós da saúde pública não recomendamos?

O agronegócio tem-nos deixado em encruzilhadas perversas, como diz Dom Tomás Balduino, pois é

perverso uma mãe ficar em uma situação como essa. Então, esses dados já estão publicados em várias revistas. O Dr. Pignati tem pesquisado agrotóxico em água de chuva, em amostra de urina de professoras de escolas rurais, onde os agrotóxicos são encontrados em escalas exponencialmente maiores do que em professores de escolas urbanas, sem falar no trabalho com bioindicadores, ou seja, encontrando-se má formação em minhocas e em sapos; ou seja, os seres vivos também são bioindicadores porque eles estão lá o tempo todo, 24 horas no ambiente, de que os agrotóxicos causam muito dano.

Há o trabalho da Profª Raquel Rigotto, também outra companheira da Abrasco, pesquisadora da Universidade Federal do Ceará, em que comparou taxa de mortalidade por câncer em Municípios onde há forte presença do agronegócio – aqui em azul – e em Municípios em que não há essa presença tão forte no Estado do Ceará.

Vejam que a taxa de mortalidade por câncer foi 38% maior nos Municípios que possuem, majoritariamente, como fonte econômica, o agronegócio. O resultado desse estudo está sendo publicado na *Revista Brasileira de Epidemiologia*.

Quais são as outras motivações que fizeram com que a Abrasco produzisse esse dossiê? Os dados do IBGE, da própria indústria de agrotóxico, mostram, na linha vermelha, que a produção de agrotóxicos no Brasil tem subido exponencialmente nos últimos anos, tanto que estamos entre os primeiros produtores mundiais de agrotóxicos. Ao longo de três, quatro anos, estamos em primeiro lugar no Planeta Terra. Em azul, os milhões de hectares. Pode-se ver que não cresce na mesma proporção a quantidade de terra que se usa para plantar e a quantidade de agrotóxicos. Então, existe um descompasso.

Mas, como vão as empresas? Muito bem, obrigado. Na própria Monsanto, o faturamento em milhões de dólares... A Monsanto criou o que se chama de pacote agrobiotecnológico, ou seja, produz-se um agrotóxico que serve para aquela cultura, a semente...

Inclusive hoje eu quero denunciar, porque isso tem que ser tratado como denúncia: está para ser aprovado, na CTNBio, um milho transgênico, cujo correspondente agrotóxico é o Roundup – eu teria que ter mais tempo para explicar o que esse agrotóxico é capaz de fazer em termos de danos à saúde. Voltando aqui, falando só do glifosato – 40% das vendas de agrotóxico no Brasil referem-se ao glifosato, o Roundup Ready –, como a Monsanto vende a semente própria para esse agrotóxico, vejam que o faturamento deles com agrotóxico e semente tem sido cada vez mais próximo. Ou seja, eles estão muito bem, obrigado.

E como vai a nossa saúde, a saúde do povo brasileiro? Apesar de a subnotificação ser enorme – segundo a OMS, de cada caso notificado, outros 50 não o foram –, se acompanharmos essa linha vermelha, que é a incidência, nos últimos anos, a incidência de intoxicação por agrotóxico a cada cem mil habitantes tem crescido no Brasil na mesma proporção em que cresce o uso.

Os impactos na saúde – o Cléber já falou sobre isso e não vou repetir – têm custo para o SUS. Isso já está calculado em tese de doutorado: a cada dólar gasto na compra de agrotóxico, o SUS, ou seja, cada cidadão brasileiro tem que desembolsar US\$1,28 para tratar.

E o que o Estado brasileiro tem feito? Crédito abundante – Banco do Brasil, Caixa Econômica –, crédito abundante para o agronegócio, e crédito mínimo para a agroecologia. Também não vou dar destaque a isso, porque o próprio Cléber já colocou. O Estado brasileiro é muito forte para apoiar o agronegócio e mínimo para apoiar a agroecologia, para fortalecer entidades como a Anvisa, que precisariam estar fortes.

Para vocês terem uma ideia – eu posso falar, porque já fui servidor concursado da Anvisa, dessa mesma área de toxicologia, fui colega da Ana Maria Vekic, que é a atual gerente –, a Anvisa tem hoje em torno de 30, 40 técnicos, mais ou menos nessa base, não é, Ana? (*Pausa.*) São 21! Então caiu. Acho que eu ajudei a diminuir um pouco, fui para a UnB depois. Mas o que posso dizer é que a área similar nos Estados Unidos, no FDA, é de 700 pessoas fazendo a mesma coisa que fazem os 20 aqui da Anvisa.

Então, é claro que temos de defender o fortalecimento da Anvisa, para ela realizar plenamente o seu papel. Só que o Estado brasileiro não coloca isto como prioridade, fortalecer a área de saúde. O fortalecimento aqui está para esse outro lado, do Mapa, do BNDES, tudo para a bancada ruralista, etc. Até carnaval a Basf tem financiado para também fazer essa luta no plano ideológico, haja vista quem ganhou o carnaval no Rio de Janeiro este ano.

Então, nós como cientistas fizemos aqui o que poderíamos fazer na nossa área de atuação, que é reagir e mostrar para a sociedade o que tem significado, em termos de danos à saúde, esse modelo de produção voltada para o agronegócio que o Brasil hoje privilegia. Nós envolvemos vários GTs da Abrasco. Não dá tempo de detalhar, mas posso mostrar quantas universidades federais foram envolvidas nesse trabalho, mais de dez, e uma parceria com a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, tentando construir o que chamamos de ecologia de saberes: o saber científico e o saber popular dessas comunidades que vivem todo esse processo.

O nosso dossiê trabalhou a questão de agrotóxico, segurança alimentar e nutricional. Lançamo-lo num congresso mundial de nutrição; lançamos uma segunda parte na cúpula dos povos, onde discutimos o modelo de desenvolvimento; e lançamos a última parte num congresso da Abrasco, quando trabalhamos junto com a campanha na perspectiva da ecologia de saberes.

Não vou falar sobre isso. A Anvisa já colocou os resultados.

Quero destacar os agrotóxicos que são proibidos em outros países e que no Brasil ainda são liberados. E dizer que acreditamos como grande solução para esse problema realmente priorizar o Estado brasileiro. Nós precisamos ter aqui nesta Casa, no Senado, uma política nacional de agroecologia, em detrimento do financiamento público do agronegócio. É importante que, no Senado, também se aprovem leis que realmente fortaleçam a agroecologia; do contrário, vamos estar enxugando gelo.

Não vou poder entrar em detalhe sobre o que cada dossiê produziu. Vou passar essa parte aqui. Está disponível no *site* da Abrasco para quem quiser. Só quero falar sobre esse nosso estudo, sem querer ser arrogante, mas dando o devido peso a cada iniciativa: faz 50 anos que Rachel Carson lançou a *Primavera Silenciosa* nos Estados Unidos. Uma bióloga que começou a levantar o que o agrotóxico estava fazendo com os Estados Unidos – naquela época, os Estados Unidos eram os primeiros produtores mundiais de agrotóxico. Foi uma das primeiras denúncias. Foi tachada de louca a Rachel; depois, foi premiada pelo Presidente dos Estados Unidos, e o trabalho dela foi base para a criação da agência de proteção ambiental americana.

O que nós fizemos também no dossiê da Abrasco foi algo semelhante, mas não foi uma pessoa; foram mais de 50 pesquisadores, representantes de movimentos sociais que têm formação técnica. Assim construímos esse documento.

Acho que estamos apresentando aqui para vocês o que seria a Primavera Silenciosa brasileira. Esse nosso estudo foi tema inclusive do Globo Rural; toda a equipe de produção estudou a fundo o dossiê. Recomendo aqui que vejam essa matéria exclusiva. Há mais de 100 sítios reproduzindo esse dossiê, 15 citações no Google. Também contribuímos com as capas aqui não só da *Galileu*, mas da *Ciência Hoje*. Órgãos de divulgação científica têm denunciado essa situação.

(*Soa a campanha*.)

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO – Já vou concluir. Revistas brasileiras científicas já têm colocado isso como uma situação indignante, que é preciso ter alguma ação do Poder Público frente a isso. Nessa revista *Galileu*, não vou repetir, mas de-

poimentos de Ângelo Trapé e do Presidente da Andef, que representa as indústrias de agrotóxico, nós já respondemos à altura. Essa nota está disponível nos *sites* da Abrasco, Fiocruz e Incra, uma nota conjunta das maiores instituições de saúde pública do Brasil, em que, resumindo, não há dúvida de que, na questão dos agrotóxicos, existe uma verdade cientificamente comprovada: os agrotóxicos fazem mal à saúde das pessoas e ao meio ambiente. Por mais que a bancada ruralista até esses pesquisadores, que são financiados... Esse pesquisador que diz que o nosso estudo é ideológico recebeu R\$3 milhões de uma empresa para fazer seu trabalho, R\$3 milhões. Pergunto onde está o conflito de interesse? Nós fazemos um dossiê de forma voluntária. O outro pesquisador usa o nome da Unicamp e ganha R\$3 milhões para fazer o trabalho dele, financiado por uma empresa de agrotóxicos.

Pergunto aos senhores: quem é ideológico aqui?

O caso Rio Verde, para terminar – eu acho que fui do geral para o específico. Quando vi a reportagem no Jornal Nacional sobre a pulverização, sobre a escola, apesar de estar afastado por motivos de saúde – eu sofri um acidente – de onde eu estava, liguei para o professor Murilo, que está ali com sua esposa, a Dagmar. O Murilo, que é da Universidade Estadual de Goiás, participou do nosso grupo do dossiê da Abrasco. Falei assim: “Murilo, você tem que ir a esse local. Você que é da Universidade de Goiás tem que ir a Rio Verde. A gente não pode só escutar pela mídia o que está acontecendo”.

Aí, inventamos uma continuidade do dossiê. O que é? Não só sistematizar estudos, mas ir aos locais onde as coisas estão acontecendo. E foi muito interessante. O Murilo criou, junto com a Dagmar, um vídeo que documentou tudo o que aconteceu em Rio Verde. E ele vai lançar o vídeo hoje à noite nesse encontro de que acabei de falar, da saúde das populações do campo e da floresta.

Também a Abrasco foi notificada ao Ministério Público para contribuir. Então, nós indicamos três pesquisadores – a Prof^a Lia Giraldo, da Fiocruz, o Prof. Wanderlei Pignati, da Federal de Mato Grosso, Prof^a Karen, da Fiocruz também – e foram a Rio Verde, conversaram com as famílias, avaliaram a escola, teceram recomendações. Então, também fizemos uma visita técnica, demos nossa contribuição a tudo o que aconteceu em Rio Verde, e eu acho que as populações vão ser as melhores pessoas para contar o que aconteceu.

O que eu queria dizer é parecido com o caso de Lucas do Rio Verde, que vocês estão vendo aí, que foi uma cidade que, em 2005, sofreu uma deriva; ou seja, uma nuvem de agrotóxicos passou por Rio Verde.

(*Soa a campanha*.)

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO – Já estou concluindo, Senadora.

No caso agora de Rio Verde, foi uma escola rural, mas o que eu queria ressaltar são documentos da própria Embrapa. O que a gente está chamando de deriva técnica – tanto o que aconteceu em Lucas quanto em Rio Verde – é calculado. Mesmo com calibração, temperatura e vento ideal, cerca de 32% dos agrotóxicos pulverizados são retidos nas plantas; ou seja, só chega a 32% os agrotóxicos pulverizados; 49% vão para o solo, e 19% vão pelo ar. Portanto, só se fixam 30% nas plantas quando é pulverização aérea, 50% vão para o solo, e 19% migram com o vento para as áreas que estão do lado.

Então, nós estamos falando de um modo de aplicação. A pulverização aérea representa 30% da forma de aplicação de agrotóxicos no Brasil. É utilizado evidentemente para o grande agronegócio. Nós estamos falando de 30%. Nós estamos falando de muito dinheiro, muitos interesses poderosos e que dizem que é o método mais seguro. Como o método é seguro se, calculado pela própria Embrapa, 20% vão para o vizinho, vão para as nascentes, vão para as florestas, vão para as cidades, vão para as escolas?! Que segurança é essa?!

Na Europa, já é proibida a pulverização aérea. E eu acho que é uma recomendação da Abrasco também que o Congresso Nacional proíba a pulverização aérea de agrotóxicos, e já existem aqui projetos de lei nesse sentido.

Eu só quero falar da nossa última iniciativa. Isso não é problema só do Brasil. Estou concluindo. Nós estamos agora organizando um dossiê latino-americano sobre impactos dos agrotóxicos na saúde. Dos dias 22 a 25 de outubro, nós vamos ter colaboração de intelectuais como Boaventura de Sousa Santos, que vem de Portugal também discutir esse conceito de ecologia de saberes conosco, da Associação Latino-Americana de Medicina Social, da própria Campanha contra os Agrotóxicos pela Vida e da Universidade Popular dos Movimentos Sociais. Nós vamos trazer pesquisadores de toda a América Latina e movimentos sociais para debater isso no Ceará.

Acreditamos que este problema não seja só do Brasil. Então, nós temos que realmente unir a América Latina para construir alternativas sustentáveis, solidárias e justas.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Fernando Carneiro, representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), pela sua brilhante exposição.

Concedo a palavra ao Sr. Wilson Rocha Assis, Procurador da República no Município de Rio Verde.

Mas, antes de o Dr. Wilson falar, registro a presença do Deputado Estadual pelo PT do Estado de Goiás, Carlos Cabral; do Prof. Murilo Mendonça, da Universidade Estadual de Goiás; da jornalista Dagmar Talga e de diversas outras representações de várias entidades. Agradeço muito a presença de todos vocês. A presença de vocês aqui hoje é muito importante porque qualifica esta audiência pública, respalda a realização desta audiência pública. Parabéns! Obrigada pela presença de vocês.

Dr. Wilson, pelo tempo também de 15 minutos. Nós não podemos ampliar muito esse tempo, em função da sessão temática que começa às 11h, no plenário do Senado.

O SR. WILSON ROCHA ASSIS – Obrigado, Senadora Ana Rita. Vou cumprir rigorosamente os 15 minutos propostos.

É muito relevante a convocação desta audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos do Senado, porque é absolutamente necessário discutir direitos humanos no campo, hoje. Eu moro em Rio Verde há um ano. Saí de Corumbá, Mato Grosso do Sul, no meio do Pantanal, para Rio Verde. Quer dizer, duas realidades socioambientais bastante distintas. Chegando a Rio Verde, observa-se que o campo no Brasil, nessas regiões em que o agronegócio se consolidou, tem-se transformado hoje em um lugar absolutamente insalubre para a vida humana. Discutimos no campo o financiamento agrícola, discutimos no campo a revolução verde, o agronegócio, o transgênico, mas não tem tido espaço o debate institucional, nas instâncias políticas do País, a respeito da garantia da dignidade humana no campo.

Como deve ser morar ao lado de uma lavoura em que se faz uso intensivo de agrotóxico? Como deve ser isso? O grande produtor rural não mora lá. Ele manda bater o agrotóxico, ele planta soja transgênica dependente do agrotóxico, mas ele mora na cidade, provavelmente num apartamento luxuoso com uma picape do ano. Mas temos que pensar na população do campo, e não estamos falando de 2%, 5% da população brasileira ou de meia dúzia de pessoas, estamos falando de 20% da população brasileira. O Estado brasileiro, as instituições públicas no Brasil, inclusive o Ministério Público Federal, precisam refletir sobre a promoção dos direitos humanos no campo.

Bom, eu tenho sido chamado a falar sobre esse assunto em algumas instâncias, inclusive aqui – na Câmara dos Deputados cerca de um mês atrás –, e digo que é complicado para o Ministério Público participar de uma campanha contra os agrotóxicos, porque, em

certa medida, essa foi uma opção que a sociedade brasileira fez, e é difícil para mim, que não fui eleito pelo povo, mas passei num concurso público, discutir a legitimidade dessa opção. Mas, se eu não posso fazer parte de uma campanha contra o agrotóxico, é meu dever fomentar uma campanha pela vida e pela saúde, apesar do agrotóxico. É nesse sentido que eu tenho tentado conduzir a minha atuação como Procurador da República em Rio Verde, e eu penso que é nesse sentido também que caminha o Ministério Público Federal no Brasil inteiro. É uma campanha pela vida e pela saúde apesar da utilização intensiva do agrotóxico.

E por que é relevante, muito importante, nós debatermos isso? Porque apesar dessa opção que a nossa sociedade fez, está cada vez mais claro, inclusive pela fala do Jaime, que está aqui, e pelo que eu tenho visto em Rio Verde e no resto do Brasil, que o Poder Público não está preparado para lidar com essa opção.

A Anvisa conta com 20 técnicos e uma gerência absolutamente fundamental para a saúde no Brasil, enquanto, como foi dito aqui, nos Estados Unidos há mais de 700 técnicos na instituição que realiza o mesmo papel por lá. Então, a Anvisa não está preparada, os profissionais da saúde no Brasil não estão preparados, a Prefeitura de Rio Verde não está preparada para lidar com esse problema, e eu tenho certeza de que essa realidade se repete em todo o Brasil.

Tenho absoluta convicção também de que há subnotificação de casos de intoxicação. Esse é um assunto sério, que compromete, inclusive, o planejamento do Poder Público na organização das políticas públicas de saúde. Diarreia, vômito, náusea, dor de cabeça, isso é confundido com todo tipo de patologia lá no posto de saúde, lá no PSF onde o agricultor vai ser atendido. Isso pode ser gripe, pode ser intoxicação alimentar, pode ser um monte de coisas.

Isso foi observado em Rio Verde na última audiência que nós tivemos lá na Comissão de Agricultura da Câmara. O médico que realizou o atendimento às vítimas lá na cidade de Montividiu, que fica mais próximo do que Rio Verde do assentamento Pontal dos Buritis, deu informações absolutamente equivocadas a respeito do que ele mesmo viu lá. Ele disse que as famílias chegaram lá com um prurido leve e alguma dor de cabeça e que ele as medicou e devolveu para casa. Quer dizer, o médico do Município de Montividiu confessou perante a instância mais importante do País, que é o Poder Legislativo, que ele não tem preparo para atender as pessoas intoxicadas por agrotóxico.

Nesse sentido, então, detectando a falta de preparo do Poder Público municipal em Rio Verde para lidar com essa temática, o Ministério Público Federal em Rio Verde, através da 4ª Câmara de Coordenação e Revi-

são do Ministério Público Federal, convidou a Abrasco a comparecer a Rio Verde para fazer um diagnóstico do assunto, para dialogar com o Poder Público, dialogar com o Ministério Público Federal, que também precisa preparar-se para lidar com esse assunto e apontar caminhos para uma atuação segura do Poder Público e da sociedade civil, que já estava participando ativamente do debate a respeito do ocorrido ali.

E foi, de fato, fundamental a presença dos Professores Wanderlei Pignati, Lia, Karen e também da Flávia, do Incra, lá em Rio Verde. Realmente apontou um caminho para que a gente atuasse em defesa das populações daquela cidade.

Preciso confessar aqui, perante a Comissão de Direitos Humanos e a sociedade presente nesta audiência pública, que, infelizmente, a resposta tem sido muito lenta, o que reforça a necessidade de que a União participe diretamente do tratamento desse caso lá em Rio Verde.

Na última audiência pública na Câmara dos Deputados, esteve presente um representante do Ministério da Saúde – salvo engano, Sr. Carlos Vaz –, que sinalizou a possibilidade de que o Ministério da Saúde participasse diretamente do caso. Eu fui estudar as pactuações de saúde e expedir um ofício ao Ministério da Saúde – não tive resposta até o dia de ontem –, solicitando que efetivamente o Ministério da Saúde celebrasse uma pactuação específica com o Município de Rio Verde e com o Estado de Goiás, para acompanhar o caso.

Por incrível que pareça, apesar de 92 notificações por intoxicação em Rio Verde – isso só no dia 3 de maio –, o Município não conta com um toxicologista na rede pública de saúde, apesar dos muitos pedidos que o Ministério Público fez, que as famílias fizeram, que representantes do Poder Legislativo estadual fizeram – presentes aqui o Deputado Carlos Cabral, o Deputado Mauro Rubem. A despeito de vários pedidos que chegaram à Secretaria de Saúde de Rio Verde, até hoje nós não temos ainda um toxicologista fazendo o atendimento das famílias atingidas. Não estou nem falando de novos casos que vierem a surgir, mas das famílias atingidas.

Nesse sentido, Senadora Ana Rita, eu acho que é absolutamente necessário que o Senado intervenha nessa questão. Eu não estou falando nem de uma política pública ampla, que é necessário ser implementada – é evidente –, mas estou falando de um caso específico. Estou falando do Gilclésio, filho da Anísia, que está aqui, estou falando do que ocorreu em Rio Verde no dia 3 de maio. Nós estamos em 19 de setembro – mais de quatro meses depois do ocorrido –, e o Município de Rio Verde não tem um toxicologista

fazendo o atendimento dessas famílias. É absolutamente necessário – e, salvo engano, isso consta da carta entregue por Dom Tomás Balduino à senhora – que isso aconteça, que isso ocorra: que o Ministério da Saúde, que a União participe diretamente do atendimento desses casos, no tratamento não só dos sintomas agudos, mas também dos sintomas crônicos e subcrônicos decorrentes dessa intoxicação.

Bom, tratando no sentido mais amplo do tema dos agrotóxicos – só me faltam cinco minutos –, a gente observa que a Anvisa baixou em 2008 uma resolução, uma recomendação para revisar 14 princípios ativos. Esse ato da Anvisa foi baixado em razão de indícios de que, em determinados agrotóxicos, determinados princípios ativos fazem mal à saúde. A Anvisa já tem essas informações colhidas da bibliografia científica do mundo inteiro, tanto que, em diversos países do mundo, esses princípios ativos já foram proibidos. E a gente precisa refletir juntamente com a Anvisa – é claro que numa postura de diálogo, não numa postura de o Ministério Público querendo dizer como é que se devem fazer as coisas, mas até para entender por que a Anvisa tem feito assim hoje –, a gente precisa compreender por que, apesar de indícios fortes, apesar de uma portaria ou uma resolução ou uma recomendação determinando a revisão de agrotóxicos, a gente ainda continua a usá-los hoje.

Existe um princípio no Direito Ambiental que é o princípio da precaução, previsto em tratados internacionais subscritos pelo Brasil, que determina o seguinte: se há indicativo de que determinada atividade faz mal à saúde, primeiro, imediatamente, aquilo deve ser suspenso, e a gente vai discutir, conversar, para que, talvez, no futuro, essa atividade seja retomada. Se há indícios fortes de que determinados agrotóxicos fazem mal à saúde humana, são extremamente nocivos à saúde humana, individual e coletiva, por que não suspender desde já a utilização desses princípios ativos, enquanto a Anvisa, com todo o esforço que tem feito, caminha com a revisão desses agrotóxicos? Por que não inverter a ordem? Por que continuar utilizando, até que a revisão seja concluída, e não suspender e retomar eventualmente no futuro, depois dessa revisão? Precisamos discutir isso.

Precisamos discutir isso. É o que o princípio da precaução – creio eu – recomenda. E é o que se torna ainda mais necessário, em face da estrutura deficiente de trabalho que a Anvisa tem.

Eu observo também, em vários outros países do mundo, exceto Brasil e Argentina, dos casos que estudei, que é feita uma revisão periódica dos agrotóxicos. No Brasil, o registro é definitivo, e é feito um monitoramento através de programas que foram implemen-

tados muito recentemente, como o PARA; mas é feito um monitoramento, e, em razão desse monitoramento, pode-se ou não – é um ato discricionário do Poder Público – fazer a revisão desses agrotóxicos.

Parece-me mais condizente com o Direito brasileiro, com a Constituição Federal, com os tratados internacionais que o Brasil subscreveu, seja estabelecida uma revisão periódica desses agrotóxicos, automática. Uma revisão automática e periódica dos agrotóxicos registrados no Brasil. Se isso será feito de cinco em cinco anos, de dez em dez anos, ou de quinze em quinze anos é uma discussão que a Anvisa, o Poder Público, o Legislativo precisam fazer. Mas acho que é necessário discutir isso: uma revisão periódica e automática dos agrotóxicos que utilizamos no Brasil, o que está longe da nossa realidade hoje.

Lembro que, no resto do mundo, a praxe é essa: a revisão periódica dos agrotóxicos, o que a Anvisa já faz em relação a muitos outros produtos que ela tem a função de regular, não é, Dr. Jaime? Acho que isso é necessário implementar também no campo do agrotóxico.

A função da Abrasco é muito importante, porque é a instituição que de forma mais veemente e tecnicamente mais adequada tem feito esse esforço de levar à sociedade brasileira a informação sobre o tema dos agrotóxicos. Isso é relevante, porque a gente vê de fato um *lobby* muito forte da indústria do agrotóxico. E não é só no Brasil; é no mundo inteiro.

(Soa a campanha.)

O SR. WILSON ROCHA ASSIS – Em um minuto em conluo.

No mundo inteiro, a gente vê um *lobby* muito intenso de grandes empresas, de grandes multinacionais que cooptaram setores de governo. No Brasil e no mundo.

Um exemplo concreto, para provar que isso acontece no Brasil – porque é grave que o Ministério Público Federal afirme isso, ele tem que ser consequente com as afirmações que a gente faz –, é o agrotóxico pulverizado na cabeça das crianças que estavam em Rio Verde. A pulverização aérea dele havia sido proibida em julho de 2012! O tiametoxam, que está na composição do Engeo Pleno, pulverizado na escola rural de Pontal dos Buritis, havia sido proibido pelo Ibama em julho de 2012, e depois, em janeiro de 2013, uma portaria conjunta Mapa/MMA liberou novamente a pulverização aérea desses agrotóxicos para algumas culturas, não para aquela que estava lá.

Quer dizer, se a proibição tivesse sido mantida pelo Ibama, é possível que esse acidente não tivesse ocorrido. E esse *lobby* se dá sempre em prejuízo da

atuação de órgãos ambientais como o Ibama e de órgãos de vigilância sanitária como a Anvisa.

É necessário que esses setores do Governo possam dialogar de igual para igual com os outros governos nos quais está incrustado esse *lobby* no Brasil. É importante que a gente tenha a coragem de dizer isso.

O Ministério Público Federal continua à disposição das famílias. Eu tenho recebido quase semanalmente as famílias lá em Rio Verde. Tenho tentado atuar da forma mais diligente possível, mas foi-se o tempo em que o Ministério Público Federal acreditava que podia tudo. Nós não podemos tudo. Mas podemos muito, se caminarmos ao lado das famílias, ao lado da sociedade, reivindicando do Poder Público e dos agentes públicos uma atuação condizente com o respeito e a garantia de direitos, que é o que a nossa Constituição Federal manda.

Então, estou à disposição desta Comissão de Direitos Humanos, à disposição da Anvisa e especialmente à disposição da sociedade, em Rio Verde e no Brasil, para continuarmos discutindo esse assunto. Acho que a gente pode fazer uma limonada do que ocorreu em Rio Verde. Foi um assunto grave, um evento trágico; na minha opinião, de fato é crime, e um crime de atribuição federal. O inquérito policial já está relatado e será remetido ao Ministério Público Federal creio que nas próximas duas semanas. E a gente precisa fazer disso uma discussão mais ampla, como estamos fazendo aqui neste momento.

Obrigado, Senadora (*Palmas*.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Wilson Rocha Assis, Procurador da República no Município de Rio Verde, Estado de Goiás. Que bom que a Procuradoria da República está, de fato, comprometida com essa causa, está acompanhando de perto a situação acontecida em Rio Verde.

Quero agora conceder a palavra ao Deputado Estadual Mauro Rubem, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Goiás. Obrigada, Deputado, pela sua presença. Também pelo tempo aqui de 15 minutos no máximo, para que possamos ganhar tempo.

O SR. MAURO RUBEM – Senadora Ana Rita, muito obrigado pela oportunidade. Quero cumprimentá-la e cumprimentar toda a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Nós que somos militantes de direitos humanos temos de recorrer agora à Comissão daqui do Senado pelas dificuldades que encontramos na Câmara. Quero, em nome de todos os demais da Mesa, cumprimentar Dom. Tomás Balduino, essa figura fundamental para

a luta social no País, cumprimentar os nossos amigos e amigas que vieram de Goiás na pessoa do nosso Deputado Estadual Carlos Cabral.

Senadora, antes de entrar exatamente no assunto, eu gostaria de solicitar formalmente a realização de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos sobre a federalização de diversas violações de direitos humanos que devem individualmente, se somadas, dar mais de 60, no Estado de Goiás, de 99 até agora, dos quais constam 42 casos de desaparecimento após alguma abordagem policial. Isso para nós é importante, e esse DC nº 3 está no Superior Tribunal de Justiça, e é importante que tratemos isso, porque discute inclusive o modelo de segurança pública implementado em Goiás e que, com certeza, acontece no Brasil todo. Fica já aqui a nossa solicitação, e vamos fazer contato com o nosso bom amigo Agostinho que é assessora a Comissão.

Gostaria de também complementar aqui as falas anteriores e vejo que o Senado contribui profundamente para nós discutirmos uma situação grave e que exige medidas imediatas. Nós visitamos também a Escola Pontal dos Buritis, onde tivemos uma reunião ampla com a comunidade. E ficou até, no momento, logo após as diversas visitas, uma confusão na comunidade para diminuir, minimizar os problemas reais, a comunidade muito pressionada.

Tivemos uma audiência conjunta, o nosso mandato e o mandato do Deputado Carlos Cabral e entidades como a própria Fetaeg, a CPT, com diversos movimentos. A partir desses relatos recolhidos lá, da gravidade da situação, fizemos uma solicitação imediata ao Ministério da Saúde, para que colocasse uma força-tarefa, aqui o mesmo entendimento do nosso Procurador da República no Município de Rio Verde, Dr. Wilson, para que pudesse acompanhar objetivamente, considerando a fragilidade da Prefeitura de Rio Verde, de certa conivência da Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado de Goiás com o agronegócio. Não estou dizendo com as intoxicações, mas com o agronegócio e, a partir disso, nós não temos um acompanhamento adequado e também provocamos a Anvisa.

Ainda não tínhamos resposta nem do Ministério da Saúde, nem da Anvisa para que se pudesse fazer o monitoramento permanente, porque temos ali uma situação focalizada que tinha em torno de 120 pessoas na escola, no ocorrido, mas ela, com certeza, se estende a uma comunidade muito maior porque, quando lá estivemos, Senadora Ana Rita, o Presidente de outro assentamento falou: “Olha, Deputado, é que a gente não tinha noção de nada disso”.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO RUBEM – Foi o Isaías, não é, Anísia? “Aqui, a gente achava o negócio tão simples. Quando eles pulverizavam as nossas roças, a gente pedia para pulverizar a casa, o pomar, para poder ficar bom para nós”. Isso não na escola, nos outros assentamentos que estão próximos dessa escola.

Então, a gente entende que é preciso fazer uma investigação apurada, e fico muito feliz aqui no sentido de ver o estudo, a seriedade e a profundidade da intervenção da Abrasco. Já fui filiado à Abrasco nos primórdios da década de 80, da década de 90 e, como tenho trabalhado na área de saúde pública, até porque é minha origem – sou cirurgião-dentista, com especialização em saúde pública, e a Abrasco levanta uma questão articulada com a Fiocruz, com o Instituto do Câncer e diversas outras coisas –, Senadora, dada a gravidade, o que nós já conhecemos, dado o acúmulo do conhecimento na sociedade mundial, entendemos que esse assunto, aqui no Brasil, merece uma CPI. Uma CPI da vida, não é nem só a CPI do agronegócio. Ver quantas pessoas estão morrendo, seja o impacto direto em quem está no campo, porque, na verdade, há a situação factual de Rio Verde, mas ela é cotidiana, acontece todos os dias. Está acontecendo todos os dias.

É importante, Dr. Jaime, que a Anvisa se aperceba disso. Neste exato momento, está acontecendo em vários Municípios brasileiros. E do mesmo jeito.

Nós fizemos debate na Comissão de Seguridade Social da Câmara, recentemente, com o Deputado Dr. Rosinha, com o Deputado Padre João, e o dono da empresa minimizou, por todos os aspectos, simplificou a conversa, colocou de maneira, até nos achando bobos, até jogando fora todo o conhecimento acumulado.

Nós entendemos que essa é uma questão grave, séria: o Estado brasileiro não pode patrocinar a morte. Eu sou do Partido dos Trabalhadores, eu acredito no Governo brasileiro. Agora, nós herdamos... E até corrijo um pouco a fala do Dr. Wilson: a sociedade não fez essa escolha. Foi imposto à sociedade isso. A sociedade não o fez.

Eu tenho certeza de que, se nós fizermos uma consulta à opinião pública, se quer comer agrotóxico, se quer ingerir agrotóxico... Não vou nem falar do trabalhador rural; vou falar da dona de casa, do senhor, da senhora que vai ao supermercado, qualquer supermercado, aqui em Brasília, por exemplo, para opinar se estão satisfeitos com o alimento que comem. Não há opção de outros.

A produção de orgânicos, no Brasil, é insuficiente, por conta não da nossa incapacidade, do nosso conhecimento tecnológico, mas pela imposição que recebemos. E é preciso haver uma medida de Estado. Nós sabemos que inclusive a Anvisa.... Eu quero até

destacar o papel da Anvisa, que, apesar do contingente pequeno, tem sido uma das ferramentas mais importantes do Governo Federal para enfrentamento do agrotóxico.

Vejo a importância do ex-diretor-geral da Anvisa que saiu agora há pouco, o Agenor Álvares, ex-ministro da Saúde, inclusive, envolvido na causa de uma outra lógica de sistema de saúde. Ele, pessoalmente, levou uma batalha que eu espero que, na ausência dele, outros diretores, como o próprio Diretor Jaime, que está aqui, recém-empossado na Anvisa possa levar adiante esse caso. Não é uma questão ideológica mais. Ideologicamente, não há nem discussão, porque nós defendemos a vida; eles defendem o lucro e a morte.

Isso é o que a Sr^a Kátia Abreu, todos os defensores do agronegócio, a CNI, todo esse pessoal defende. Não podemos ter discussão nem dúvida sobre isso.

Agora, o que nós queremos discutir concretamente é, Senadora, que esses impactos são... Se já são alarmantes com apenas algumas amostras, imaginemos na hora que fizermos uma investigação. Não digo uma CPI, mas eu acho que caberia perfeitamente uma CPI, e, nessa CPI, termos uma levantamento apurado.

Inclusive, ajudaríamos a Anvisa a crescer. Eu sou profundamente crítico do papel das agências reguladoras. Mas a que salva, no meu entendimento, é a Anvisa. As demais... Vejam os telefones, vejam as outras áreas, vejam o transporte, vejam tudo isso.

Entendo que, numa CPI como essa, numa atuação forte do Senado, do próprio Congresso, que pode ser implementado também para a Câmara, podemos aqui fazer o crescimento de que a Anvisa precisa, a proteção que a Anvisa tem que ter para proteger a vida da população. A Anvisa, é importante dizer isso, está em uma consulta pública hoje, graças ao próprio avanço para simplificar e fazer os licenciamentos de produtos e serviços que envolvam tanto a agricultura familiar, a economia solidária, como também os micro e pequenos empreendedores, o que é um avanço para a proteção da agroecologia para os pequenos agricultores.

Aproveito até para dizer que vamos fazer uma audiência pública sobre esse assunto, dia 11, na Assembleia Legislativa em Goiás.

Então, essa é uma evolução necessária. Nós precisamos – para partir para o encerramento, Senadora – capitanear em torno de um assunto que entendo vital para dar uma dimensão, e a campanha do agronegócio, para a qual procuramos contribuir e participar, tem um significado profundo e precisa do aporte institucional de setores, de segmentos, do próprio Senado, para que atinja o objetivo que todos nós queremos, que é o banimento do agrotóxico, a construção de outra política de produção de alimentos neste País, para

que tenhamos, de fato, da agricultura o que todos nós queremos: uma agricultura saudável, orgânica, que produza riqueza sem concentrar miséria e sofrimento, como vemos hoje.

É isso, Senadora.

Agradeço muito. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Deputado Mauro Rubem, Deputado Estadual pelo Estado de Goiás e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Obrigado pela sua presença e também pelas informações.

Acredito que a sugestão dada de uma CPI precisa ser avaliada pelo Senado, pelo Congresso Nacional. Com certeza, é pertinente a proposta, bastante pertinente, e é preciso, realmente, avaliar a possibilidade de se instalar uma CPI com esse objetivo.

Concedo, agora, a palavra ao Marciano Toledo da Silva, Representante da Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores, o MPA.

Só para vocês saberem, a campanha já começou a tocar porque já está chamando todo mundo para ir ao plenário. Então, temos o nosso tempo aqui não muito longo, mas de qualquer modo, Marciano, não queremos prejudicar você. Você terá o tempo de 15 minutos, também, para se manifestar.

O SR. MARCIANO TOLEDO DA SILVA – Bom, primeiro eu quero agradecer o convite e cumprimentar a Mesa na pessoa da Senadora Ana Rita e de Dom Tomás Balduino.

Inicialmente, o companheiro Valmir Noventa estaria aqui, mas teve de assumir outra tarefa no movimento. O Movimento Pequenos Agricultores é um dos movimentos da Via Campesina no Brasil, assim como o MST, o MAB, o Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e a Confederação Nacional dos Quilombolas. Nós estamos, como MPA, organizados em 15 Estados; e, como Via Campesina, em praticamente todas as unidades da Federação.

Primeiramente, quero reforçar o pedido do Deputado Mauro Rubem, porque temos muitos Amarildos no campo, que desaparecem de diferentes formas: assassinados, sumidos, não registrados; estão fora das estatísticas. A iniciativa do Deputado Mauro Rubem é muito importante. Recentemente, estive numa favela no Rio de Janeiro, Chapéu Mangueira, num debate sobre a desmilitarização das polícias. Antes de iniciar a atividade, fomos abordados por dois policiais militares, portando fuzis de mais de metro de comprimento, questionando sobre o que estava acontecendo ali se não havia sido realizada nenhuma solicitação para reunião de moradores à comandante da UPP na favela.

Nós vivemos em um estado de sítio velado, certo? Valderi, Vanderley, Rosália, Liberato, Antônio, vários Amarildos, que morrem intoxicados; que morrem no meio da lavoura, sem nenhum registro, porque isso implica obrigações trabalhistas para o fazendeiro, para a empresa, para a cooperativa, e, simplesmente, desaparecem. Temos muitos agricultores, trabalhadores, em campos de concentração – nos canaviais, nas colheitas de frutas para exportação – sendo pulverizados.

Somos acusados de terrorismo psicológico, porque há uma confusão entre precaução e prevenção. Agrotóxico mata, mas não significa que as pessoas que foram banhadas necessariamente vão ter câncer. As pesquisas demonstram que, sim, o aumento do uso dos agrotóxicos causa seriíssimos problemas de saúde e um aumento considerável na incidência de câncer, mas não obrigatoriamente que todos vão desenvolver a doença. Somos biodiversos, sociodiversos, organismos diferentes; uns desenvolvem, e outros não desenvolvem essa ou aquela doença.

Eu digo isso porque também a indústria anuncia que o caso lá do Pontal dos Buritis é um caso isolado. Eu poderia dizer que, sim, é um caso isolado. Por quê? As pessoas, a direção da escola, professores, tinham acesso à informação sobre os efeitos à saúde. A grande maioria das pessoas instruídas, formadas, não tem informação.

Dias atrás, na Comissão de Agricultura, o primeiro médico que atendeu às crianças no Município de Montividiu reconheceu que não tinha capacitação específica para atender às crianças e aos professores – depois o professor Hugo pode me confirmar. Nós não temos técnicos, servidores suficientes. Sim, não temos, e isso é um reflexo do sucateamento da estrutura estatal: omissão, incapacidade, opção política, tudo junto e misturado.

Sim, optamos por um modelo de desenvolvimento econômico agroexportador, de *commodities*, monocultivos. Hoje já não está sendo tão rentável; o capital transnacional está financiando a mineração. Então, os nossos territórios dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos pequenos agricultores estão sendo expropriados da terra, da água e dos alimentos.

É impossível dissociar agrotóxicos e transgênicos. Um gráfico apresentado pelo Professor Fernando mostra que, em 2008, o consumo de agrotóxicos disparou. O que aconteceu em 2008? A última reunião do Conselho Nacional de Biossegurança, que flexibilizou o processo de votação para liberação comercial de transgênicos na CTNBio. A CTNBio não tem mandato para decidir sobre questões sociais e econômicas; é o CNBS.

Uma pesquisa independente na França demonstrou que o consumo de alimentos transgênicos causa tumores cancerígenos. Um dos produtos testados lá nesse estudo está no nosso mercado; nós o estamos consumindo.

A ausência de evidência não é evidência de ausência, de que não há problemas, impactos à saúde ou ao ambiente.

Mas que ausência de evidências é essa? Por que uma pesquisa detectou, e outras não? Se havia estrutura estatal para detectar, por que não se encontram resíduos, muitas vezes, nas análises de água? Os laboratórios credenciados estão tecnicamente equipados? O caso de Rio Verde é o mesmo caso de Lucas do Rio Verde; é o caso de Vila Valéria; é o caso de Limoeiro do Norte; são casos que vieram à tona porque as pessoas tinham acesso à informação.

Quando a informação não chega, ou quando a informação que chega é um livro ou uma cartilha publicada pela Souza Cruz, ou por qualquer outra indústria química, aí nós temos muitos problemas.

Quando um assentamento rural não tem as mínimas condições de manter uma estrutura produtiva da população assentada... se não é energia, não tem como puxar água; se não tem como puxar água, não tem como plantar; se não tem como plantar, não tem como comercializar. E essa mesma não tem renda. Para onde vão as famílias? Ou parte delas? Os jovens? Para a periferia das cidades? Para a favela?

A cada dia, Dr. Jaime, que há um atraso na divulgação de dados que somente a Anvisa pode divulgar, milhares de pessoas são contaminadas.

Agrotóxico mata. Quantos óbitos, se não há registros? Somos omissos ou somos incapazes?

Você mencionou problemas técnicos de gestão administrativa: poucos técnicos; uma demanda enorme; Ministério Público em cima. Eu sou autor de uma solicitação, via Portal da Transparência, de informações sobre as notas técnicas e um convênio da Anvisa com a Fiocruz sobre a reavaliação daqueles 14 ingredientes ativos. Mais de 60 dias, e não tive resposta.

Com uns vinte e poucos técnicos, quantos anos ainda precisamos esperar para divulgar os dados de 2011? Os dados de 2013 vão chegar quando? Nós, como movimento social, vamos pressionar o Governo, o gabinete da Presidência, para que reveja o sucateamento das estruturas de fiscalização.

Por que foi aplicado esse veneno ali no assentamento que pulverizou a escola? Porque um assentado arrendou a sua terra? Por que não havia condições de produção? Cadê a ação do Estado? Cadê a energia? Cadê a água? Cadê a lei? Para que lei? É uma opção política?

O Estado brasileiro é signatário de um acordo internacional das Nações Unidas para a não proliferação de armas. O agrotóxico é uma arma química. Nesta Casa, alguns Parlamentares buscam a flexibilização da importação de agrotóxicos proibidos. Há uma mobilização na sociedade civil para o banimento desses produtos. A dose aceitável é uma estimativa de aceitabilidade do organismo humano. É preciso rever isso.

A sociedade civil vem, desde muitos anos, reivindicando direitos, vem elaborando propostas, vem apresentando aos governos. Parte dessas propostas se transforma em políticas públicas, muitas vezes distorcidas. Existem muitas políticas públicas que chegam às comunidades, que chegam aos agricultores, que chegam ao consumidor final. Muitas delas, não. Existe uma iniciativa, dentro da Planapo (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), que, pela sexta ou sétima vez, teve seu lançamento adiado – parece que será no final de outubro. Um dos pontos é a criação de um plano de redução do uso de agrotóxicos. Ela, talvez, não tenha êxito, porque está vinculada ao setor de produção. A saúde e a educação passam longe.

Vou-lhe entregar, Senadora, as recomendações de uma Conferência Temática sobre a agrobiodiversidade, em preparatória à segunda Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que vai realizar-se no próximo mês aqui em Brasília. Ela é fruto de um debate de cientistas, de diferentes organizações da sociedade civil, da academia e também de gestores públicos, que participaram do processo de elaboração das propostas para a Política Nacional de Agroecologia e trazem alguns pontos específicos para o qual estou concluindo. Dizem respeito à contaminação transgênica das sementes, ao direito de acesso e livre uso da agrobiodiversidade, com referência ao aumento do uso de agrotóxicos e transgênicos, com referência à questão da educação, da informação, da participação e do controle social, com referência às instâncias decisórias.

O Brasil é signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, mas ainda não a implementou. Isso é uma questão de direitos humanos, porque diz respeito não simplesmente ao reconhecimento ou à valorização da posição desse ou daquele povo indígena...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCIANO TOLEDO DA SILVA – ... ou de qualquer cidadão, mas diz respeito à consideração e ao direito de dizer não à expropriação dos territórios, não à contaminação das águas, não à morte. Do mesmo modo, nós temos de ratificar aqui, no Congresso, no Senado, Senadora, o Protocolo de Nagoya, que diz respeito ao acesso aos recursos genéticos, e o

Protocolo Suplementar de Cartagena sobre Biossegurança, que diz respeito ao transporte internacional de transgênicos.

Eu remeto essa questão ao que nós estamos fazendo aqui, aos nossos trabalhos, aos trabalhos que os movimentos sociais têm feito em prol da preservação da diversidade da sua identidade cultural...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCIANO TOLEDO DA SILVA – ... se dá a partir da relação do homem com o ambiente. Trata-se de um País megadiverso, com 25% da biodiversidade mundial, com 20% da água potável do mundo. São dados de 10 anos atrás.

Se não houver a participação da sociedade civil nos processos de decisão, vamos ficar à mercê da continuidade dos processos genocidas.

Eu vou concluir, agora, agradecendo pela oportunidade.

Faço minhas as palavras do Cléber Folgado, de Dom Tomás e do Prof. Fernando. Creio que o Prof. Hugo e a mãe dos estudantes, Anísia, vão trazer mais elementos.

Precisamos ter uma interação maior, Senadora e também Dr. Jaime. Se há um sentimento de que há a Anvisa e os demais órgãos públicos gestores não estão fazendo o seu trabalho, é porque não há diálogo, e nós queremos dialogar, muito mais que a indústria.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Marciano Toledo da Silva, representante da Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Marciano, a Comissão de Direitos Humanos sempre estará à disposição da agricultura familiar, dos pequenos agricultores, para que possamos dialogar sobre esse e outros temas, que, porventura, julgarem necessário discutir do ponto de vista dos direitos humanos. Então, estamos sempre à disposição de vocês.

Vocês viram que a campanha parou de tocar; é porque já está começando lá. Então, eu vou solicitar aos nossos dois próximos convidados que, em um tempo menor, possam se manifestar. Vou conceder 5 minutos para cada um. Aí vocês se dividem. Em primeiro lugar, falará o Hugo Alves dos Santos, Diretor da Escola Municipal São José do Pontal, Rio Verde, Goiás e, em segundo, a mãe de um aluno que foi intoxicado, que, com certeza, falará em nome das demais mães, a Srª Anísia Andrade dos Santos.

Concedo a palavra ao Prof. Hugo e, em seguida, a Srª Anísia.

O SR. HUGO ALVES DOS SANTOS – Bom dia a todos e a todas!

Eu quero agradecer o convite para participar desta mesa, na pessoa da Senadora.

Na verdade, Senadora, venho aqui para lhe fazer um pedido. Quando eu vejo a fala dos colegas e os seus relatos ficamos, sim, um pouco chateados com o que vem acontecendo. Também preciso relatar algumas situações que aconteceram no Assentamento Pontal dos Buritis. Peço à senhora que olhe com carinho, esta nota que lhe passamos, assim como os pedidos e os relatos. O tempo está curto, mas eu preciso relatar alguns fatos ocorridos.

Tivemos, lá, a visita do Deputado Estadual Mauro Rubem e a visita do Deputado Estadual Karlos, e, aqui, eu venho pedir a vocês e à Senadora, não muita coisa, não, é pouca coisa. Por exemplo, os meus alunos que foram intoxicados, às vezes, não têm o direito nem de tomar o remédio que é receitado pelos médicos. Essas coisas nos deixam estarecidos, estarecidos com a vida, chateados. Lá, em Rio Verde, acontecem umas coisas com que eu fico muito triste. O poder econômico da empresa que cometeu o acidente... Quando o Cléber Folgado fala que foi um acidente, eu até endosso as palavras do Cléber, que disse que realmente foi um acidente, uma tentativa de homicídio – coisa absurda que aconteceu lá na minha escola, foi um crime o que aconteceu lá.

Eu tive, quinze dias atrás, uma audiência com o filho desse cidadão lá, do Rui Alberto Textor, e eu vi que o poder político e financeiro deles é tão grande que o juiz que concedeu essa audiência tentou de várias formas me convencer de que aquelas pessoas são pessoas de bem, são pessoas que estão extremamente arrependidas em relação ao que aconteceu lá, em relação ao que cometeram lá, que eu tinha que largar de mão aquilo lá, que era melhor conversar para ver o que podia ser feito. Quando eu cheguei à sala, o juiz abraçava o André, que é o filho do dono: “Olha, seu filho nasceu há treze dias...” e tal. Lá em Rio Verde, nós vamos nadar e morrer na praia. O juiz me convencia de que o pessoal era muito bom e para nós deixarmos aquilo lá. Eu disse: “Doutor, eu quero dar continuidade ao processo e vou dar continuidade ao processo”.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUGO ALVES DOS SANTOS – Deputado, depois nós...

Na verdade, Deputado, eu fico um pouco apreensivo de dar nome aos bois, de falar, porque eu já venho sofrendo ameaças. Muitas vezes eu fui proibido de falar, muitas vezes o Poder Público me chamou e me disse que eu precisava parar de falar, parar de atender a imprensa.

Outro exemplo clássico. Depois de cinco dias do acidente, a Secretaria de Educação me chamou e dis-

se: “Olha, nós temos que voltar às aulas para cumprir os 200 dias letivos”. Aí, eu voltei à escola lá depois de cinco dias. No primeiro dia de aula, eu recebi lá dezoto alunos, no segundo dia de aula as coisas foram se normalizando, mas esses alunos começaram a passar mal. Todos os dias passavam mal cinco, seis, dez alunos, e começou a se ver um movimento de ambulâncias lá no assentamento, todos os dias a ambulância buscava alunos. Aí, eu recebi uma visita que falou: “Olha, professor, você está fazendo um barulho muito grande. Todos os dias vêm ambulâncias aqui no assentamento, vamos começar a deixar o negócio mais quieto, você está fazendo um barulho muito grande”. E eu pensava que eu, como representante da comunidade, como gestor da escola, tinha que fazer alguma coisa por aqueles alunos.

De antemão, eu agradeço ao Dr. Wilson, porque, se não fosse ele, Senadora, acho que ninguém falava mais nesse assunto. Na maioria das vezes, eu fui chamado e ouvi que era preciso esquecer, ficar quietinho, porque as coisas eram normais, que o veneno que havia sido batido lá era veneno de matar moscas, que não iria acontecer nada e que eu precisava fechar a minha boca.

Por exemplo, dez dias depois do acidente, a Anísia me ligou e disse que o filho dela havia tido duas convulsões e que ela achava que ele iria morrer. Ela me perguntou o que deveria fazer. Eu, a 110 quilômetros do local do acidente, fui arrumar uma ambulância para buscar o filho dela lá na fazenda. Aí, não sei se a ambulância chegou lá, não sei bem o que aconteceu, sei que o filho dela foi para o hospital. Quando chegou lá no hospital em Montividiu, o médico que atendeu a criança ligou para o meu celular e disse: “Olha, o Gilclésio está aqui, eu não sei o que eu faço como Gilclésio. Eu vou dar alta para ele só se você me autorizar”. Eu respondi: “Doutor, eu ainda não tenho o meu CRM não, eu não posso autorizar a alta para ele não”. “Não, mas você precisa vir aqui ao hospital” – isso foi num sábado. No domingo de manhã eu estive no hospital, e ela me chamou na sala dela e me disse: “Olha, eu só posso dar alta para ele se você falar que ele pode ir embora. Eu não sei o que eu faço com ele. Ele está sentindo uma dor na barriga, nós já fizemos exame de sangue, mas não deu nada. Eu não sei o que é.” Eu respondi: “Doutora, eu não posso falar para você dar alta para ele não”. Tanto é que, na segunda-feira, chegou outro médico – aquele médico que estive na reunião aqui em Brasília vinte dias atrás – e deu alta para ele.

Senadora, acontecem algumas coisas lá... Por exemplo, nós recebíamos lá a visita desse médico, o Dr. Ângelo Trapé, e ele disse lá, em bom tom, que lá não havia mais nada, que os relatos feitos pelos pais

para ele, o que vinha acontecendo com seus filhos. E esse doutor disse: “Não, isso aqui não é mais nada; são alguns confundidores que vocês estão tendo; isso aqui é normal; seus filhos estão bem; daqui alguns dias, vão estar todo mundo normal.” E, aí sim, a empresa pediu à Secretaria de Saúde para que esse médico – que foi lá, que descaracterizou toda nossa comunidade, os meus alunos – acompanhe os nossos filhos, os alunos. E nós fizemos, juntamente com a comunidade, um documento para o Dr. Wilson, pedindo ao Ministério Público Federal que faça alguma coisa, que não deixe aquele cidadão cuidar dos nossos alunos, cuidar dos nossos filhos, porque eu vejo que aquele cidadão não tem uma ética moral para cuidar das nossas crianças.

Por exemplo, Senadora, eu recebi agora de manhã, por volta de 7 horas, uma ligação de uma mãe me dizendo o seguinte: “Olha, minha filha há dois dias não dorme e não come, não consegue comer; e eu tenho que levar ela ao médico. E como eu vou fazer para levar? Nem o transporte eu tenho para levar ela ao médico.” Então, vêm acontecendo coisas absurdas.

E eu peço à senhora, Senadora, que dê subsídios para o Dr. Wilson. Se não fosse o Dr. Wilson, para dar uma força para nós... Peço à senhora que nos ajude, que faça um trabalho em conjunto com o Ministério Público Federal, para dar um auxílio maior a nossas crianças. Porque, pelo que eu penso e vejo, daqui a alguns meses, quando as coisas caírem no esquecimento, eu tenho medo de ver o que vai acontecer com os meus alunos. Por exemplo, o que vai ser da vida deles futuramente?

Na minha comunidade escolar, a minha escola era uma das escolas que sempre ficava em terceiro, quarto, quinto lugar em uma avaliação que é feita pelo Município. Depois do acidente de 3 de maio, foi feita essa avaliação e a minha escola ficou em 37º lugar. A Secretaria de Educação e a própria Secretaria de Saúde do Município nunca levaram lá um psicólogo para falar com os meus meninos, nunca levaram lá alguém especializado para cuidar das minhas crianças. Eu peço à senhora, Senadora, que ajude a minha comunidade escolar, que ajude os meus alunos.

Na minha comunidade, depois do acidente, vem acontecendo, por exemplo, família que se separam... Até os próprios alunos chegam a mim e falam: “Professor, nunca mais minha cabeça parou de doer.” “Nunca mais eu parei de sentir a dor na barriga.” Outras famílias perderam o próprio serviço, porque tinham que estar todo dia na cidade para cuidar dos filhos. Coisas absurdas vêm acontecendo lá, e o Poder Público local, às vezes, não dá aquele subsídio que a gente precisa.

E eu peço, Senadora, Deputado Estadual Mauro Rubem, Deputado Karlos Cabral, que é da região, que

olhem melhor para aquela comunidade. Deem um olhar especial para nós lá, porque nós estamos ficando à deriva do veneno lá.

Muito obrigado, Senadora.

Obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Hugo Alves dos Santos, Diretor da Escola Municipal São José do Pontal, de Rio Verde, pelas suas informações, pelo seu depoimento. Manifestamos aqui toda nossa solidariedade ao seu trabalho e, também, às famílias atingidas por esse produto. Com certeza estaremos juntos nessa luta, nessa caminhada.

Eu vou conceder agora a palavra para Srª Anísia Andrade dos Santos, que falará não só como mãe de um aluno intoxicado, mas também em nome das demais mães. Pelo tempo, no máximo, de 5 minutos, viu Anísia?

A SRª ANÍSIA ANDRADE DOS SANTOS – Bom dia a todos!

Eu estou aqui para falar não sobre só meu filho, mas sobre todas as crianças e professores que foram afetados.

Gente, eu vim pedir ajuda, porque eles estão sendo tratados por clínicos gerais, pediatras e, até mesmo, pessoas que estão estagiando. Eles chegam passando mal e não há médico para eles. O meu menino foi encaminhado para o hematopatologista faz dois meses e até hoje não saiu, não conseguiu. Meu menino está à mercê dos médicos de lá. Não há laudo, eles não passam informações, eles cortam os exames, não sai medicação. E há várias crianças passando mal.

Há uma criança que foi internada por doze vezes nesse intervalo, e isso já vai fazer cinco meses. Precisamos de pessoas capacitadas para tratar dessas crianças. Ou será que Deus vai permitir que morra alguém, para que as pessoas possam agir? Será que vai aparecer um médico para ajudar a gente?

Eu vim aqui só para pedir isto: ajuda. Ajudem-nos, porque estamos à mercê.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Anísia Andrade dos Santos, pelo tempo que utilizou. Foi muito rápido, mas deu o seu recado.

Na verdade, estamos juntos. A Comissão de Direitos Humanos se compromete de ser uma aliada nesse trabalho, nessa luta, no sentido de cobrar também das autoridades o seu papel e fazer um atendimento melhor, mais adequado, a essas crianças, além das outras questões já colocadas aqui.

Vou também conceder a palavra ao Deputado Karlos Cabral, Deputado Estadual pelo Estado de Goiás,

que está aqui acompanhando esta audiência pública, mas que também tem tido uma atuação nesse caso, para que possa manifestar-se num prazo máximo de 5 minutos, a fim de, além disso, receber de V. Exª informações e sugestões de como poderemos colaborar nesse processo.

O SR. KARLOS CABRAL – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Cumprimento a todos os presentes, na presença de Dom Tomás Balduino, na Mesa, o meu Prof. Hugo Alves dos Santos e demais participantes.

Inicialmente, gostaria de dizer a V. Exª, Senadora Ana Rita, que moro na cidade de Rio Verde. Resido neste Município e, em pelo menos três oportunidades de discussão desses fatos, eu já estive numa reunião em que a Fiocruz e vários outros estiveram, assim como o Instituto Federal Goiano, a convite do Prof. Juarez – Dr. Wilson também lá se encontrava –, onde os aspectos mais relevantes foram tratados com uma segurança maior. Estive também no assentamento e na audiência pública aqui na Câmara dos Deputados.

Não quero – vamos dizer o que a gente fala aqui – “recheiar com abobrinha o que já foi dito”, mas há duas questões que considero fundamentais nesse aspecto. Algumas já foram tratadas: uma pelo Dr. Wilson, de uma maneira mais resumida, mas que eu gostaria de enfatizar, que é a questão da informação; essa informação que vocês acabaram de ouvir, aqui, do Professor Hugo, que em outros momentos também tem sido dado, essa informação não está sendo devidamente trabalhada no Município de Rio Verde, no Estado de Goiás, quiçá no Brasil também.

As consequências do acidente não estão sendo bem observadas pelo povo brasileiro, pelo Governo e pelo poder, tais quais elas deveriam. Penso, só para se ter ideia, Senadora, os prontuários médicos inicialmente – estão aqui os dois que me auxiliam nisso – foram omitidos no início do procedimento, para não dar publicidade ao que, de fato, estava acontecendo com as crianças, com o Prof. Hugo, que tirou a camisa e foi balançar para o avião parar de aplicar o veneno.

A informação não foi dada. Tanto é assim, que, aqui, o Mauro compartilhou da visão do Isaias, do assentamento vizinho, que disse: “A gente pede para bater o veneno daqui, nas nossas coisas”. Ouvimos isso dele por várias vezes.

Uma segunda questão, Senadora – e gostaria de fazer essa observação com muita propriedade – é que, até hoje, em nenhum momento, eu vi a presença do Incra nessas discussões. Nós estamos falando, como aqui abordou o Marciano, de um assentamento de reforma agrária. Esse fato só aconteceu porque, nesse assentamento, o agronegócio está presente, e o

Governo do meu Partido está ausente, porque, se houvesse uma política mais assistida de reforma agrária, essas parcelas não estariam sendo arrendadas para produção em larga escala do agronegócio.

Para V. Ex^a ter uma ideia, Senadora Ana Rita, a janela da sala de aula dos alunos da escola do Prof. Hugo e a plantação de milho talvez não tenham o espaçamento entre esta parede e o fundo da sala de Comissão. É muito mais largo. Quem sabe, daqui até essa parede aí, se a senhora olhar pela janela, a senhora já vai ver uma lavoura de milho e que estava sendo pulverizada, ao lado da sede do assentamento.

Então, essa questão da ausência do Incra me incomoda o tempo todo, Deputado Mauro Rubem, porque ali estamos falando de um projeto de reforma agrária, esquecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Para finalizar, Senadora Ana Rita, quero sugerir a V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que faça uma comissão de Senadores e visite o assentamento.

Sabe por que isso vai ser importante? Para que não caia esse caso tão grave e relevante no esquecimento e que a informação não comece a sucumbir aos grandes interesses, como está acontecendo.

O fato é grave. Muitas pessoas estão intoxicadas. Muitas, com sequelas graves. Ouvi, por exemplo, o testemunho da Anísia, sobre o que o filho dela está passando. Isso mexe com a gente e nos incomoda muito. Isso está ocorrendo com várias outras mães.

Então, faça uma comissão com Senadores desta Comissão, visite o assentamento, convoque a imprensa do Senado – a que V. Ex^a puder – e vá lá. Visite esse local. Estou disponível para ajudá-la. Nós temos aeroporto, toda a infraestrutura necessária para atender à Comissão. Creio que isso não deixará que o esquecimento domine os fatos que estão acontecendo e que são relevantes, não só para essa comunidade de Rio Verde, mas para todo o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Deputado Karlos Cabral pela sua presença e pelas suas informações. Com certeza, já estamos acolhendo aqui as sugestões dadas por V. Ex^a. Ao final, farei aqui alguns encaminhamentos.

Vou conceder a palavra aos membros da Mesa novamente para que façam as suas considerações finais, talvez a Anvisa, por um tempo pouco maior, porque eu pedi a ela que se manifestasse a respeito do documento entregue pelo Dom Balduino, para ver como a Anvisa pode tratar do tema aqui.

Então, para a Anvisa, um tempo de 3 minutos, no máximo cinco, e para os demais membros da Mesa, 3

minutos, para que possamos encerrar a reunião com um pequeno atraso.

Então, Dr. Jaime César de Moura Oliveira, representante da Anvisa, com a palavra.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Eu já havia comentado, logo no início da minha fala, por ocasião da primeira manifestação, a respeito da importância desta audiência que está ocorrendo hoje aqui, pelas razões que eu havia apresentado, então, mas devo admitir que a importância dela está além do que inicialmente imaginava.

Está evidente, pelos relatos ouvidos aqui, que as autoridades locais aparentemente não estão conseguindo cumprir a função adequada diante dos eventos que estão acontecendo em Rio Verde.

É necessário, numa situação como essa – e aí já comento a respeito do que se pretende fazer no âmbito da Anvisa –, que a Anvisa retorne ao local para uma visita, porque ela já está envolvida nesse assunto. Por ocasião do fato, profissionais da Anvisa estiveram no local, avaliaram as condições em que as pessoas atingidas estavam sendo assistidas sob o ponto de vista de saúde; a Anvisa fez recomendações para os serviços de assistência local, para a vigilância sanitária, inclusive desde a ótica de formação de processos administrativos, atuação, até a ótica de monitoramento dos efeitos desse fato, também sob a ótica do tipo de providência, em termos de assistência médica que deveria ser fornecida àqueles atingidos.

Um profissional da Anvisa vai dirigir-se novamente a Rio Verde para atualizar-se da situação e fazer as cobranças devidas em relação à atuação das autoridades sanitárias locais. Em não havendo atuação das autoridades sanitárias locais, a Anvisa vai invocar essa prerrogativa e atuar de forma subsidiária em relação à vigilância sanitária local.

Quero ressaltar – e é importante que tenhamos isso em mente – que essas ações de atuação da autoridade federal são importantes e necessárias. Ela não pode ser omitida. Porém, isso reflete uma questão estrutural do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). Se a Vigilância Sanitária, em âmbito federal, for atuar em todos os casos que ocorrem no País, em que as autoridades sanitárias locais não têm condições de atuar, vamos precisar de uma Vigilância Sanitária Federal proporcional a essa demanda, e isso, sob o ponto de vista operacional, é praticamente inviável. Então, é bom termos, todos nós, isso em mente. É necessária uma estruturação sistemática, muito bem refletida e concebida do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, porque a Anvisa é apenas uma peça nesse sistema. E as Vigilâncias Sanitárias de Estado e Município são

responsáveis pela capilarização do sistema. Estando onde estão localizadas, elas são as responsáveis e são as autoridades que têm a melhor condição de dar respostas rápidas para situações dessa natureza e uma série de outras situações que ocorrem com relevância para a saúde no País.

Então, essa fala não é para tratar de omissão da Anvisa, nem para colocá-la numa situação de compartilhamento de responsabilidade. De forma alguma! Temos responsabilidade, sim, de atender a um evento como esse. Não tenho dúvida alguma, mas precisamos pensar a médio e longo prazo a respeito da estruturação. Quando falamos neste termo, estamos falando de recursos, de pessoas, de capacitação.

Quando tivermos um sistema muito bem estruturado, independente, com recursos, tenho certeza de que o atendimento a esse tipo de situação será muito mais eficiente do que o que temos hoje tanto em tempo quanto em eficiência mesmo das medidas das autoridades sanitárias locais.

A Anvisa está amplamente aberta ao diálogo a respeito das questões envolvendo os problemas da saúde, causados pelos agrotóxicos. A Anvisa está inserida na pauta de agroecologia e de produção orgânica. Esses temas não são abandonados dentro da Anvisa. De forma alguma. A Anvisa está de portas abertas para recebê-los, interlocutores desse tipo de agenda, lá na Agência. De forma alguma, existe algum tipo de barreira, ou preferência, ou agenda dedicada a outros setores de agrotóxicos, empresariais, etc. que comprometam a interlocução com vocês. De forma alguma. Estamos à disposição e vamos continuar à disposição para este tipo de diálogo, assim como para ações efetivas na proteção da saúde da população em relação aos agrotóxicos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Dr. Jaime César de Moura Oliveira, que fala como Diretor da Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária da Anvisa.

Obrigada pela sua presença, e estamos também à disposição para continuar dialogando sobre esse assunto. E é muito bom a Anvisa poder receber também uma representação das famílias e das entidades que se fazem presentes aqui para continuar debatendo o assunto.

Vou conceder a palavra ao Dr. Wilson Rocha Assis, Procurador da República do Município de Rio Verde, também pelo tempo de 3 minutos, por causa do nosso horário.

O SR. WILSON ROCHA ASSIS – Certo. Primeiro, preciso parabenizar o Prof. Hugo pela coragem com que ele manifestou nesta audiência pública.

Por razões óbvias, eu não vinha insistindo muito com o Prof. Hugo que me relatasse essas circunstâncias relativas a pressões que ele afirma – e tenho plena convicção de que ele fala a verdade –, estar sofrendo por parte do Poder Público, do poder local e tudo o mais.

Mas, na medida, Prof. Hugo, que o senhor tomou a iniciativa de dizer isso aqui para o Brasil – estamos sendo transmitidos pela televisão –, vou precisar ouvir o senhor a respeito desses fatos, para que todas as providências sejam tomadas, para que agentes públicos do Poder Judiciário, por exemplo, que tenham feito qualquer tipo de pressão, sejam responsabilizados perante suas corregedorias e as instâncias competentes para analisar isso.

Não sou eu que vou analisar, mas, como membro do Ministério Público, eu tenho a função de apresentar isso às instâncias competentes e exigir destas instâncias uma resposta.

A comunidade tem meu telefone e meu celular. Preciso que vocês se organizem mais internamente, para poder dialogar com o Ministério Público e com o Poder Público em geral. A gente tem lideranças na comunidade que têm posições pouco confusas. Essa confusão, na comunidade, atrapalha a nossa atuação, porque ficamos sem a retaguarda, sem a legitimidade, para tomar posições necessárias.

A comunidade precisa entender-se, para que o Ministério Público possa atuar conforme os interesses e as necessidades locais, da forma como vocês se manifestarem.

Dr. Karlos Cabral, em relação ao direito à informação, a situação é grave. O acesso a esses exames foi negado, inclusive, ao Ministério Público, num primeiro momento, e tive que fazer um ofício mais incisivo. Depois disso, a Secretaria de Saúde do Município cedeu e retrocedeu da sua posição inicial e encaminhou os exames que, de fato, estavam sendo negados, inclusive às famílias. Preocupa-me.

Senadora Ana Rita, para que a gente tenha a ideia clara da dimensão dessa deficiência do Poder Público local, eu recomendei, há mais de dois meses, logo depois que a Abrasco/Fiocruz esteve em Rio Verde, a expedição de uma nota técnica para as famílias, para que as famílias tivessem conhecimento do que estava acontecendo com elas, e também para os profissionais da saúde do Município. Até hoje, essa nota não foi expedida, e a prefeitura alega que não tem capacidade técnica para expedir a nota. Isso é o que o Dr. Reverson me falou com todas as letras. Ele reafirmou isso.

Então, de fato, o direito à informação, que é um direito humano essencial, também está sendo violado nesse caso. A comunidade não sabe, ainda, o que está acontecendo com ela.

Agradeço a oportunidade, coloco o Ministério Público Federal à disposição de todos os órgãos presentes aqui, especialmente, à disposição da sociedade, para continuar conversando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Wilson Rocha Assis. Que bom que o senhor se coloca à disposição para ouvir o Prof. Hugo e ouvir, com certeza, outras pessoas da comunidade, porque precisamos proteger a vida das pessoas.

Na verdade, o Prof. Hugo está prestando um belíssimo trabalho, um belíssimo serviço, no sentido de trazer as informações para que as providências possam ser tomadas. Em função disso, não pode sofrer nenhuma represália ou nenhuma ameaça.

Então, o Ministério Público, realmente, tem o seu papel de ajudar a proteger a vida do Prof. Hugo.

Eu vou conceder a palavra, também, por um tempo de 3 minutos, ao Deputado Estadual Mauro Rubem.

O SR. MAURO RUBEM – Senadora, muito obrigado.

Eu quero deixar, também, algumas sugestões finais.

Dr. Jaime, uma coisa importante que a Anvisa pode e deve fazer – eu compreendo a construção do Sistema Único de Saúde; nós trabalhamos nisso há muitos anos – é aproveitar o encontro que a Anvisa terá em Goiânia, agora, me parece, no dia 01 ou dia 02, em que vão se encontrar todas as Anvisas do Centro-Oeste, para que façam um capítulo especial sobre esse assunto, pedindo uma atenção redobrada das Vigilâncias Sanitárias dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul – acho que a do Distrito Federal também, não sei se vai estar lá em Goiás –, das Vigilâncias Sanitárias Municipais e, eu acho, uma recomendação, uma nota técnica, a partir do evento de Rio Verde, de Lucas do Rio Verde, que é uma região em que eu vejo que aí, sim, se coloca a responsabilidade local.

Então, isso é importante.

A outra coisa, Senadora, é reforçar, quem sabe reproduzir essa audiência pública no Município de Rio Verde, uma visita, como elemento até para nós discutirmos a necessidade de uma CPI desse assunto, porque é um assunto que repassa o Município, é um assunto grave, sério, não vamos gastar o tempo para reproduzir isso.

A opressão à agricultura familiar, à reforma agrária, a opressão aos professores – o Prof. Hugo aqui relatou, e a Srª Anísia – exige uma presença da República. Às vezes, a gente acha que não existe República. Em Goiás, eu tenho discutido isso. Eu acho que, lá, nós estamos, ainda, numa monarquia atrasa-

da, violenta e agrotóxica, muito... E com a presença do Senado nesse assunto, para esse assunto tomar a dimensão de uma articulação nacional, eu entendo que muito vamos contribuir.

Agradeço e estaremos sempre à disposição para contribuir com esse assunto.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Deputado Mauro Rubem, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Goiás.

Quero dizer que esta Comissão poderá, sim, analisar a possibilidade de, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, realizar, também, uma audiência pública no Estado de Goiás. Acho que é importante, vejo como extremamente pertinente e nos colocamos à disposição para dialogar e construir esse caminho, juntamente com os demais membros desta Comissão.

Então, obrigada pela sugestão.

Eu vou conceder, agora, a palavra ao Marciano Toledo da Silva, representante da Coordenação Nacional do Movimento de Pequenos Agricultores, também por um tempo de, no máximo, 3 minutos.

O SR. MARCIANO TOLEDO DA SILVA – Obrigado, Senadora.

Eu queria reforçar, então, a questão da preocupação que nós temos, como movimento social, porque esse não é um fato isolado.

Como bem relatou o Prof. Hugo, está havendo casos de assédio moral. Talvez seria muito se eu dissesse que temo. Há muitos casos em outras regiões, mas nós não podemos deixar, Senadora, que o Estado Nacional continue matando, além dos seus cidadãos, aqueles que lutam pelos seus direitos.

Pergunto se não seria possível, em outras regiões do País também fazer o mesmo debate das Comissões em conjunto com as Comissões Estaduais de Direitos Humanos, porque há casos seriíssimos em muitos lugares do Nordeste. Se não é pulverização, é a contaminação da água que a população bebe, porque é a mesma água que vai e que vem da irrigação.

Enfim, quero agradecer pela oportunidade. Como movimento social a gente luta não só pela permanência na terra, produzindo alimentos, mas pelo exercício dos direitos tanto do homem do campo, da floresta e das águas como do homem da cidade. Teremos, creio, outros momentos para debater.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Marciano Toledo da Silva, que fala aqui em nome do MPA.

Temos uma profunda sintonia com o MPA, inclusive lá do Estado do Espírito Santo.

Quero aqui parabenizá-lo pelo trabalho que o MPA faz em nosso País em defesa da agricultura familiar, em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras e, em especial, das mulheres agricultoras familiares, com quem vocês têm tido uma atenção muito especial também.

Vou conceder a palavra ao Fernando Carneiro, que está aqui representando a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), também pelo tempo de 3 minutos.

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO – Eu queria deixar claro, inclusive para a comunidade de Rio Verde, a preocupação a Abrasco com esse tema. Estamos com uma equipe de jornalistas dando visibilidade ao nosso *site*. Para vocês terem uma ideia, somos a maior associação de saúde pública da América Latina. Nossos encontros reúnem mais de dez mil pesquisadores, trabalhadores do SUS, em todos os nossos congressos, que ocorrem de quatro em quatro anos. Então, nós estamos dando visibilidade a isso, porque isso não pode ficar escondido. Reforço aqui o que o Prof. Hugo nos disse.

Até recomendo um programa que existe na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. É um programa de proteção a testemunhas de violação dos direitos humanos. Eu acho que você deve procurar esse programa, porque isso é uma questão muito séria. É uma comunidade pequena, onde a elite toda se conhece – o delegado, o juiz, o prefeito – e, provavelmente, todos têm fazenda. Então, eu recomendo que você busque proteção do Estado. Não quero que aconteça o que aconteceu com o Zé Maria do Tomé, lá no Ceará, que, quando denunciou a pulverização aérea na comunidade de Tomé, em Limoeiro do Norte, foi assassinado com 21 tiros.

Ele inclusive conseguiu aprovar uma lei na Câmara Municipal proibindo a pulverização aérea. A lei foi sancionada e, depois que ele foi assassinado, a lei foi anulada. Ainda tiveram a cara de pau, a petulância de anular a lei pela qual ele teve de dar a vida para conseguir. Inclusive, na reportagem do Globo Rural, a repórter, que disse que já cobriu guerra, declarou que nunca tinha visto uma coisa daquela forma...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO – ... de tamanho absurdo em termos de contaminação química, os mandantes, os donos da fazenda foram indicados e, inclusive, deram entrevista ao Globo Rural. Estão lá, os acusados pelo Ministério Público.

Eu queria falar sobre três questões, muito rapidamente.

A Abrasco, como nossa visita foi muito rápida e não houve tempo para fazer uma análise criteriosa – são muitas crianças, quase 100 –, então, a gente propôs um projeto de pesquisa ao Ministério da Saúde, para fazer o devido seguimento dessa população.

Esse projeto já foi enviado ao Ministério da Saúde, e a gente torce para que ele seja aprovado, para que realmente seja feita uma pesquisa qualificada com essas populações e se possa medir, de forma adequada, o real impacto na saúde de tudo que aconteceu. Então, já fizemos isso.

A segunda questão é que, em função de todas as pressões que fizemos, via dossiê da Abrasco, etc., o Ministério da Saúde lançou uma portaria...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO – ... – só mais um minuto, Senadora – destinando R\$23 milhões para todos os Estados da Federação no final do ano passado. Por essa portaria, de acordo com a situação do agronegócio, com uma série de critérios das situações de intoxicação, etc., há Estado recebendo R\$700 mil, há Estado que vai receber R\$1 milhão para o Estado estruturar a vigilância à saúde de populações expostas a agrotóxicos. O que o Estado tem que fazer é apresentar um plano, e, aí, o dinheiro é transferido Fundo a Fundo: Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde.

Então, cabe a cada um cobrar onde está o Plano de Vigilância de populações expostas a Agrotóxicos do Estado de Goiás? Isso serve para todos os Estados da Federação. Nós estamos falando de R\$23 milhões! Já que falamos aqui de falta de infraestrutura e dinheiro, há dinheiro!

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO – Por que é caro, viu. Uma amostra ambiental de agrotóxico pode custar até mil reais. Então, não é qualquer Município que resolve não! É responsabilidade do Município, mas o Município não tem dinheiro para fazer uma vigilância de forma adequada. Tem de haver um plano, tem haver a presença do Estado nisso. O Pignati fala que há muito mais dinheiro para a vigilância da saúde do boi do que para a vigilância do ser humano. Vejam o quanto o Governo gasta com o controle da aftosa!

Para terminar, eu queria dizer que a proposta do Deputado Mauro Rubem é muito interessante. Ainda acrescento que esta CPI dos agrotóxicos tenha como foco o impacto dos agrotóxicos na saúde e no meio ambiente. É muito importante esse foco, porque, senão, a Bancada ruralista reverte e conseguirá aprovar suas mais de 17 iniciativas que estão nesta Casa para desregularizar o que já existe no Brasil em relação ao controle de agrotóxico e para aumentar a permissivi-

dade de uso. Todas as propostas aqui no Congresso Nacional estão voltadas para a criação de uma agência única, para retirar o poder da Anvisa e do Ibama, concentrar tudo no Mapa. É isso que o Congresso tem proposto. Então, é fundamental esta CPI para reverter esse movimento, porque o movimento predominante no Congresso Nacional é de desregulamentação e de piora da fiscalização, que quase não existe.

Então, esta audiência pública é histórica. Toma-ra que ela seja um marco para a gente reverter essa tendência!

Obrigado. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Fernando Carneiro, representante da Abrasco, pela sua presença, pelas informações e pelo conhecimento que você tem em função de ser um estudioso do assunto, do tema. Então, obrigada por sua presença.

Vou conceder a palavra agora ao Cléber Folgado – que não é folgado, não é? É um lutador, de fato. –, Coordenador Nacional da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

O SR. CLÉBER ADRIANO RODRIGUES FOLGADO – Obrigado, Senadora.

Queria, rapidamente, falar de três questões.

Aqui estamos em uma Mesa de parceiros. Ao Jaime, a gente cobra muito da Anvisa – e a Ana Maria sabe disso; ela está lá como Gerente-Geral de Toxicologia, mas já acompanhava desde o período do Luís Cláudio –, mas a gente tem uma estima muito grande pelo papel que cumpre a Anvisa.

Como sociedade civil, a nossa tarefa é denunciar aquilo que nos parece que está andando devagar ou outras coisas que não estão andando, enquanto a Anvisa, como instituição, tem a tarefa de fazer. Mais do que dar explicações, de fazer discursos, explicações práticas que esperamos. Nós sabemos dessa abertura que a Anvisa tem.

Agora, por mais que você diga que não, a gente sabe que as cobranças da Bancada ruralista são grandes lá, e isso influencia. A gente até aproveita para solicitar aqui – vamos fazer isso oficialmente, porque ainda não o fizemos – o controle das audiências feitas com os Parlamentares. Quem são os Parlamentares que estão sendo recebidos na Anvisa? A gente gostaria de saber isso, porque a gente vai cruzar... A gente sabe muito bem quem são os Parlamentares do agro-negócio e que estão lá fazendo pressão. Não falamos que é por irresponsabilidade; sabemos que neste País a pressão política acaba funcionando.

Estimamos o papel que cumpre a Anvisa, inclusive dizendo o seguinte: existe uma tentativa – e o Fernan-

do acabou de mencionar – de desmonte da legislação, que é da construção de uma agência única.

Eu já vim a uma audiência nesta Casa, aqui no Senado, e somos extremamente contra. Hoje o registro de agrotóxico ser compartilhado entre Anvisa, Ibama e Mapa é uma necessidade, porque, inclusive, isso é desrespeitado. Acabamos de ver isso acontecer com o benzoato de amamectina, cuja liberação havia sido negada pelos três órgãos, e, lá na Bahia, em função da lagarta, o Mapa utilizou um mecanismo da legislação e liberou sozinho. Graças ao Ministério Público – aí eu digo ao Wilson do Ministério Público – que quando eles querem tocar, eles assumem esse processo, e digo isso também ao Presidente do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, o Pedro Serafim, que é Procurador, eles assumiram esse papel lá e conseguiram que 44 toneladas de benzoato de amamectina importados fossem apreendidas. Então apreendidos.

Então, parceiros como você a gente preza muito também. A gente sabe que são parceiros extremamente importantes nessa causa e que tem papel fundamental, porque tem o poder de fazer determinadas coisas que a gente gostaria de ter, mas não tem, como sociedade civil. Então, queria dizer isso.

Outra coisa que eu queria mencionar rapidamente, Senadora, é que, nesse processo da subnotificação e em todo esse processo por que o Brasil passou, reforço aquilo que o Mauro Rubens dizia, isso não foi uma opção, foi uma imposição. Lá nas décadas de 1960 e 1970, quando do Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento, do segundo plano, foi construída uma imposição que casava com o crédito e, pior – por esse motivo queria dizer isso –, não é daquela época. Ainda hoje é assim. Eu tenho crédito pelo Pronaf e, coordenando uma campanha contra agrotóxico, tive, no meu período lá, que comprar agrotóxico lá da Alta Floresta d'Oeste, porque senão eu não conseguia o crédito, ou seja, é uma obrigação, uma imposição que os agricultores estão sofrendo, é um pacote. E a sociedade brasileira não quer isso. Nós negamos isso e estamos buscando construir mecanismos.

Por último, quero dizer, para endossar algumas coisas, que nós gostaríamos muito de ser recebidos pelo Ministro Padilha numa audiência com os Senadores, com os Deputados que participaram da construção do documento na Câmara, o Padre João e o Rosinha, e a sociedade civil organizada para discutirmos várias coisas, entre elas, a reestruturação de setores da Anvisa. A gente sabe que do jeito que está não vai dar. Precisamos reestruturar, fortalecer não só a Agência Nacional, mas as Agências Estaduais. Então, a gen-

te gostaria muito de conseguir isso e de dizer que, a CPI nós acreditamos que é um processo importante.

Agradecemos em especial à comunidade dos companheiros e companheiras de Rio Verde que nos receberam.

Em nome da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, nós podemos garantir que, se depender de nós, esse fato não vai ser esquecido. Ao contrário, ele vai servir, como tem servido, de instrumento de luta para a gente buscar duas movimentações importantes: uma são os resultados imediatos para as famílias dos intoxicados que, inclusive, hoje, sofrem esse título de intoxicado. Então, de medidas imediatas a gente precisa e também de uma segunda movimentação que é a médio e longo prazo. Aí a gente conta com o Karlos Cabral, que já está lá em Rio Verde e pode nos ajudar nesse processo de pensar processos em que a gente possa reverter, a médio e longo prazo, essa imposição desse modelo, salvando e prezando pelo que a gente tem de mais importante, que é a vida, que, sem sombra de dúvida, faz parte de garantia de direitos humanos.

Muito obrigado. A gente agradece e se coloca à disposição para contribuir em outras oportunidades.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Cléber. Com certeza, vamos convidá-lo em outros momentos, porque a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos tem um acúmulo muito grande nessa área e poderá, inclusive, nos subsidiar muito aqui no Senado Federal. Obrigada pela sua presença.

Para finalizar esta Mesa, vou pedir desculpas ao Prof. Hugo e à Anísia. Vamos fechar com a fala do Dom Balduino. Em seguida, eu vou fazer os encaminhamentos, os agradecimentos finais, e vamos tirar uma foto, com os documentos que foram entregues, para ficar como registro deste importante momento.

Dom Balduino.

O SR. DOM TOMÁS BALDUÍNO – Muito obrigado, Senadora. Ela me falou há pouco, que eu falaria ao final. Eu falei: “É para dar a bênção, não é? (Risos.) É o que o bispo sabe fazer”.

Realmente, agradeço a Deus por este encontro.

Eu já participei de muitas audiências. Esta é uma audiência.

Com toda consideração e respeito pelas pessoas que falaram aqui como mestres, a gente passaria o dia todo escutando vocês, que mostram conhecimento e engajamento ao mesmo tempo. Agora, eu queria destacar, sobretudo, a fala do Hugo e da Anísia, da base. Não poderíamos ir embora sem ter ouvido vocês, pois são as vozes das vítimas.

Eu acho que isso tudo vai resultar num outro caminho. Aqui foi falado, e isso me chama a atenção, que o Estado pode matar. O Estado foi criado constitucionalmente pela luta de independência, pelas diversas lutas, pela criação da República, no sentido de vida e não no engajamento da morte. É isso é o que a gente vê em Rio Verde. E como foi dito, não se trata de caso isolado. Onde está o Estado? Está por trás. Está por trás. Maldito Estado!

Acho que um encontro como esse vai abrir caminho. As propostas estão aí na mesa da Senadora Ana Rita, além daquela proposta extra que apoiamos – ouviu Mauro Rubem – a respeito de enfrentar a violência.

(Soa a campanha.)

O SR. DOM TOMÁS BALDUÍNO – Todas essas propostas estão ligadas ao conteúdo desta audiência. Então, a gente coloca nas mãos de V. Exª, Senadora. O texto até fala não só da Senadora, mas dos outros membros do Senado, do Congresso, e ficamos atentos e à disposição.

Vamos à luta! E voltando mesmo às bases.

Professor, gostei muito de saber que o senhor chamou a polícia e o engaiolaram. Parece que teve que prestar contas.

Então, a gente espera que a base, com essa mobilização que está sendo feita, possa sair a público. E a gente vai andar com vocês e abençoa-los.

Abençoados sejamos! Amém! (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dom Tomás Balduino. Nós gostaríamos de tê-lo aqui mais vezes, pela sua história, pelo compromisso que o senhor tem com a vida do povo. Obrigada pela presença.

O documento que o Dom Balduino trouxe é assinado por diversas entidades e também por ele. Então, para quem não conhece, Dom Tomás Balduino é Bispo emérito de Goiás e Conselheiro permanente da CPT. Então, ele está aqui também falando em nome da CPT. O documento é assinado pela Anísia Andrade dos Santos, que está aqui conosco, líder e mãe de estudante; pelo Cleuton César Ripol de Freitas Cerrado, da assessoria jurídica; pelo Hugo Alves dos Santos, que é o Diretor da Escola Municipal São José do Pontal, também aqui presente, que já falou para nós; pelo Juarez Rodrigues, da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida; pelo Movimento Brasileiro de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; pela Central de Trabalhadores Rurais do Brasil; pela Associação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar; pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Goiás, que está aqui presente; pela Comissão Pastoral da Terra – vou fazer depois o registro do senhor também –; pelo Terra Livre; pela Co-

missão Pastoral da Terra – Regional Goiás; pela Terra Livre – Goiás; pela Central Única dos Trabalhadores de Goiás; o movimento Mulheres Camponesas de Goiás; o Fórum Estadual de Reforma Agrária e Justiça no Campo em Goiás; Comissão Pastoral da Terra; Movimento dos Pequenos Agricultores e Agricultoras de Goiás; Pastoral da Juventude Rural de Goiás; pelo mandato popular do Deputado Estadual Mauro Rubem, do PT de Goiás; pelo mandato popular do Deputado Estadual Karlos Cabral, do PT de Goiás; pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Goiás; e pela Via Campesina do Brasil.

Eu quero também aproveitar para registrar algumas presenças, o que eu não havia feito ainda: Juarez Martins Rodrigues, professor, que foi um dos primeiros a chegar e que trouxe, aqui, vários outros professores, do Instituto Federal Goiano de Rio Verde, Goiás, e também da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, de Goiás, Rio Verde.

Obrigada, professor.

Infelizmente, com o nosso tempo, hoje, não é possível e estou com um pouquinho de pressa, justamente para esclarecer a vocês.

Nós estamos numa sessão do Senado – é uma sessão temática –, com o Ministro Padilha, discutindo o financiamento da saúde. Então, é um tema altamente importante, que tem tudo a ver com esta discussão. Então, eu quero participar, também, desse debate e, portanto, nós estamos acelerando um pouco em função disso.

(Interrupção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pois é.

Eu quero agradecer, também, a presença do Ismael Gonçalves Nunes, da Secretaria de Políticas de Meio Ambiente da CUT, e do Sr. Antônio Pereira Chagas, que é o Coordenador-Geral da Fetraf/GO – CUT, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado de Goiás.

Ainda, quero registrar a presença de Eneias Zanelato, Vereador de São Mateus. O Eneias está aí? Oi, Eneias, que bom que você está presente. Obrigada pela sua presença.

Jorge Toscano, Coordenador-Geral do Sindipetro, também do Espírito Santo, está aqui presente.

Quero registrar e agradecer muitíssimo à Dagmar Olmo Talga, jornalista, e também ao Murilo Mendonça, da Universidade Estadual de Goiás, que nos trouxe o vídeo que foi citado no início da audiência pública, que se trata de Pontal do Buriti, Brincando na Chuva de Veneno, que relata toda essa situação de Rio Verde, mencionada aqui na audiência pública.

Eu apenas gostaria de dizer desta audiência pública, só para esclarecer para quem nos acompanha, depois, pela TV Senado, que o objetivo não era colocar na mesa quem é contra ou a favor do agrotóxico. Não era esse o nosso objetivo.

Nosso objetivo era, justamente, dar visibilidade a esses fatos que aconteceram, principalmente aqui na situação de Rio Verde, no Estado de Goiás, mas também na situação acontecida em Jaguaré, no Estado do Espírito Santo. Foi uma situação muito semelhante, com uma pulverização aérea no entorno de uma escola, onde várias pessoas foram contaminadas. Inclusive, uma das pessoas perdeu totalmente o cabelo.

Enfim, então, é uma situação muito complicada e aqui, no caso do Estado de Goiás, vocês enfrentam muitas dificuldades, porque vocês não conseguiram encontrar, aqui, profissionais realmente capacitados, que, no caso, seriam toxicologistas, para atender às famílias, fazer um diagnóstico correto e identificar, de fato, o problema. Vocês não conseguiram isso, ainda, então esta audiência pública, em minha opinião, abre um outro caminho agora, mais um caminho para que possamos, juntos, colaborar no sentido de resolver esse problema. Que não aconteçam mais fatos como esse.

Então, diante das falas que aqui foram colocadas, nós relacionamos algumas providências que iremos adotar através da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Primeiro, nós vamos solicitar uma audiência com o Ministro da Saúde, o Ministro Padilha e as entidades componentes desta audiência, para que vocês possam estar presentes, todos vocês que aqui estão, e também as entidades da campanha permanente contra o uso de agrotóxicos, para que dialoguemos com o Ministro Padilha e a sua equipe a fim de que a partir desta audiência possamos definir também outros encaminhamentos e também para vermos se o Ministério da Saúde pode colaborar, contribuir e se inserir mais nesse processo.

Vamos também enviar um pedido de esclarecimento ao Ministério da Saúde, à Anac, ao Ministério da Agricultura e à Secretaria da Agricultura do Estado de Goiás sobre a ausência de fiscalização, bem como sobre quais providências já foram tomadas ou se serão tomadas para sanar esse problema tão grave que aqui foi relatado. Então, vamos solicitar informações para saber o que foi feito e, se não foi feito, por que não foi feito e o que é possível ainda ser feito no sentido de solucionar esse problema.

Vamos também encaminhar notas taquigráficas com as denúncias feitas pelos expositores, por todas as pessoas que aqui falaram, inclusive a carta entregue pelo Bispo Dom Tomás Balduino ao Ministério da

Saúde, à Secretaria Nacional de Direitos Humano, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e ao Incra, para que tomem conhecimento e tomem as providências necessárias.

Vamos avaliar conjuntamente na Casa a sugestão dada pelo Deputado Mauro Rubem sobre a possibilidade de instalação de uma CPI sobre o uso de agrotóxicos. Mas mais do que isso, vamos também analisar e encaminhar a possibilidade de realizar uma audiência pública em Rio Verde, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, com o foco na saúde e meio ambiente. Acho que isso é muito importante.

Vamos também dialogar com os demais órgãos públicos, com o Ministério da Saúde, a Anvisa, com o Ministério Público, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, e fazer uma diligência *in loco*, fazer uma visita desta Comissão de Direitos Humanos, e aí até acrescento com outras comissões desta Casa, como por exemplo, a Comissão de Assuntos Sociais, onde o tema saúde é específico daquela Comissão, a Comissão de Agricultura – acho que é importante a presença de representantes desta comissão – para que, juntos, possamos fazer uma visita a Rio Verde e identificar o problema que lá existe.

Queremos manter este debate aqui no Senado em evidência. Vamos aqui analisar a possibilidade de fazer novas audiências públicas nestas comissões que estou citando aqui: a Comissão de Assuntos Sociais e de Agricultura, para que esse debate possa ser ampliado com outros olhares e outros profissionais e, assim, possamos avançar neste tema.

Quero deixar nosso integral apoio ao Procurador da República, que está à frente da investigação do caso em Rio Verde, o Procurador Wilson Rocha. Todo nosso apoio e a nossa solidariedade. Se precisar da nossa ajuda, estamos aqui inteiramente à disposição.

Também quero deixar a nossa solidariedade e total apoio às famílias atingidas de Rio Verde e Lucas do Rio Verde. Espero tenham atendimento e tratamento médico adequados, a fim de que possam receber toda a atenção necessária por parte do Poder Público e por parte da Justiça brasileira com relação a esses casos.

São essas as informações que gostaria de passar. Consulto a assessoria se há mais alguma coisa. *(Pausa.)*

Gostaria, portanto, de finalizar esta audiência pública, agradecendo muito a presença de todos vocês, de todos os professores aqui presentes, em particular do Prof. Juarez, que teve a oportunidade e a disposição de trazer várias pessoas aqui. Também quero agradecer a presença do Deputado Karlos Cabral, que também contribuiu com esta audiência; agradecer a presença

do Hugo Alves; da Anísia; agradecer a presença de Dom Tomás Balduino; a presença de Jaime César de Moura Oliveira, da Anvisa; do Fernando Carneiro, da Abrasco; do Wilson Rocha Assis, Procurador da República; do Deputado Estadual Mauro Rubem, da Assembleia Legislativa de Goiás; do Marciano Toledo da Silva, do MPA; também agradecer a presença do Cléber Folgado, que aqui fala em nome da campanha nacional permanente contra os agrotóxicos, enfim, agradeço a presença de todos vocês.

Nada mais havendo a tratar, encerro esta audiência pública.

(Iniciada às 09 horas e 25, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e treze, no Plenário número três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, João Capiberibe, Wellington Dias, Eduardo Suplicy e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. É registrada a presença do Deputado Federal Domingos Dutra (PT/MA). O Senhor Presidente eventual Paulo Paim declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 69 de 2013, aprovado em 05/09/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para: *“Debater o Sucesso dos Cotistas: Das Universidades aos Concursos Públicos”*. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e inicia a apresentação dos senhores convidados, ao tempo que solicita que tomem lugar à mesa. Às dez horas e trinta e cinco minutos, no curso da apresentação dos senhores convidados é anunciada a chegada da Senhora Presidenta, Senadora Ana Rita e o Senhor Presidente Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Ana Rita. A Senhora Presidenta conclui a apresentação dos senhores convidados, ao tempo que solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados,

que fazem suas explanações, nesta ordem: Ângela Maria de Lima Nascimento, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR; Augusto Werneck, Primeiro Professor de Disciplina de Ação Afirmativa no Brasil; Carla Beatriz Nunes Maia, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro; Hédio Silva Júnior, Doutor em Direito Constitucional; Rui Portanova, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; Frei David Santos, Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO. A Senhora Presidenta faz o seguinte encaminhamento: fazer uma indicação legislativa à Presidenta da República, Dilma Rousseff, sugerindo que regulamente a Convenção Internacional nº 111 da OIT, por meio de decreto presidencial ou medida provisória. Fazem uso da Palavra os Senadores Paulo Paim, Ana Rita e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e sete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 69, de 2013, de autoria deste Senador e de outros, para debater “O sucesso dos cotistas: das universidades aos concursos públicos”.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link: bit.ly/CDHCotistas, conforme aparece na tela, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Convidamos para participar da Mesa, primeiramente, o Senador Capiberibe, que gentilmente já estava aqui, por uma solicitação nossa. Eu estava com problemas de voo, provavelmente eu não ia conseguir chegar, consegui chegar, e o nosso querido Senador Capiberibe, que é o Vice-Presidente desta Comissão, como sempre, estava de plantão para assumir a presidência. (*Palmas.*) Porém, mais uma vez, gentilmente,

por eu ser o autor do requerimento, ele fez questão que eu abrisse a reunião, mas nós vamos dividir aqui a coordenação dos trabalhos eu e ele.

Vamos chamar os nossos convidados:

– Frei David Santos, Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro) (*Palmas.*). Inúmeras vezes aqui conosco e aqui mais uma vez; ajudou a escrever a história não só das cotas como também do Estatuto da Igualdade Racial, enfim, da luta do povo negro e de todos aqueles que são discriminados neste País, os que mais precisam;

– Carla Beatriz Nunes Maia, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro. (*Palmas.*) Só o nome já diz: defensora pública;

– Rui Portanova, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*) Sempre tive uma relação muito próxima, muito respeitosa e carinhosa com toda a família Portanova. É uma alegria recebê-lo aqui;

– Hédio Silva Júnior – o grande Hédio! (*Palmas.*) –, Doutor em Direito Constitucional. Um dos intelectuais na área do Direito do nosso povo e com credibilidade em nível nacional e internacional. Tanto que o nosso sonho é vê-lo amanhã ou depois no Supremo Tribunal Federal.

Fizeram um texto aqui para situar os que já estão nos assistindo pela TV Senado...

Chegou Wellington Dias, nosso Líder do PT aqui. (*Palmas.*) E o Dutra todo mundo conhece, não é? (*Palmas.*) O Dutra sempre é bem-vindo em todo e qualquer espaço onde houver a luta dos trabalhadores.

Neste momento, chegou a Senadora Ana Rita. Viu como vocês estão prestigiados?

Senadora, vou pedir que V. Exª assuma agora. Quero mesmo que V. Exª assuma. O Capiberibe já cedeu para mim e eu, com muito orgulho, cedo para V. Exª neste momento, que vai terminar de formar a Mesa. (*Palmas.*)

Vocês estão prestigiados, hein? Três Senadores disputando a presidência! O Capiberibe cedeu para mim e eu cedi para a nossa Presidenta. Está tudo em casa agora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom dia para vocês.

Convido, então, para terminar de compor a nossa Mesa, Ângela Nascimento, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República, e Augusto Werneck, primeiro professor de disciplina de ação afirmativa no Brasil – já tivemos oportunidade de ouvi-lo em outros momentos.

Sejam bem-vindos. (*Palmas.*)

Obrigado a todos pela presença.

Temos uma dificuldade de voo. Quem vem do Espírito Santo só tem um voo direto pela manhã. É direto, mas, quando chega aqui, demora tanto que a gente acaba não conseguindo chegar no horário programado. Atrasamos um pouco, mas que bom que já foi aberta a nossa reunião.

Quero cumprimentar aqui o Senador João Capiberibe – ontem, estivemos no Rio de Janeiro, e, com certeza, o Senador vai ter oportunidade de expor um pouco o que aconteceu lá –; o Senador Paim, o Deputado Domingos Dutra, todos vocês que estão aqui, alunos e alunas.

Sejam todos bem-vindos!

Vou fazer algumas considerações iniciais, antes de passarmos para os nossos convidados.

Vamos tentar ser breve para que possamos recuperar o tempo.

Tivemos também algumas dificuldades de acesso. Pedi à Polícia do Senado para liberá-los. (*Palmas.*) Sabemos que a Casa tem alguns procedimentos. A gente também precisa se adequar a esses procedimentos para que possamos ter acesso e poder participar das audiências públicas. Estou sendo informada que o Senador Capiberibe esteve na portaria. Tentei resolver por telefone. O Senador Capiberibe foi pessoalmente à portaria para ajudar a resolver o problema. Obrigada, Senador Capiberibe! (*Palmas.*)

Dessa forma, vamos dar início.

Quero iniciar dizendo que, na mensagem que a Presidenta Dilma mandou ao Congresso Nacional, no início do ano, fez referência às cotas raciais dizendo:

As cotas são fundamentais para que alcancemos o objetivo de ser um país que assegure oportunidades para todos. O Brasil só será efetivamente uma democracia racial quando enfrentarmos com coragem e decisão o racismo, chaga histórica que ainda marca profundamente a sociedade brasileira.

Essa é uma sinalização importante. A mensagem da Presidenta e as ações em curso no País mostram que, nos últimos dez anos, o Estado brasileiro vem adotando iniciativas importantes para superar as desigualdades raciais. Aos poucos, vamos incorporando a ideia de forma mais nítida e profunda do que somos, das barreiras que dificultam a participação social e política, dos limites que temos na compreensão das noções de democracia e de desenvolvimento.

São inegáveis os avanços na promoção da igualdade racial. Destaco a Lei nº 10.639, de 2003, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tornando obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e a regulamentação da regularização das terras quilombolas.

Todas essas ações estão inseridas no Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2010, que define as obrigações do setor público na superação das desigualdades raciais em várias áreas da vida social, bem como institui o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Mesmo considerando que há uma tendência geral de diminuição das desigualdades, quero chamar para o fato de que, apesar dos esforços de inclusão, desigualdades raciais persistem na sociedade brasileira. Para exemplificar, trago a cifra dando conta que, do total de pessoas em situação de pobreza identificadas pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, 68,23% são negras.

No rol das conquistas lembro a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, em abril de 2012, pela constitucionalidade do princípio das ações afirmativas, a Lei de Cotas nas instituições federais de ensino superior e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que, desde a sua criação, em 2004, já beneficiou um milhão de estudantes, quase 50% negros.

Sem dúvida, as ações afirmativas na educação superior criaram um ambiente político que oportuniza avançar para a construção de um programa mais amplo, que também contemple o mercado de trabalho.

Destaco também que, em diferentes regiões do Brasil, quase 50 Municípios, além dos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Paraná, já criaram reserva de vagas para negros, nos concursos de acesso aos cargos públicos mais valorizados, em percentuais que variam de 10% a 30%.

Quero dar especial destaque e homenagear a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que tem envidado enorme esforço para tornar efetiva a política pública de inclusão, prevista na Lei nº 12.711, também conhecida como Lei de Cotas. Essa lei foi sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2012, e assegura 50% das vagas das universidades federais e estaduais e das instituições de ensino técnico federais para estudantes oriundos de escolas públicas.

O projeto da atual política de cotas tem projeção para os próximos dez anos. Ele prevê que ao menos 50% das vagas devem ser reservadas para quem tenha feito o ensino médio integralmente em escola pública.

Além disso, com o objetivo de tornar obrigatórios e uniformizar modelos de políticas de cotas já aplicados na maioria das universidades federais, o projeto também estabelece critérios complementares de renda familiar e étnico-raciais.

Dentro da cota mínima de 50%, haverá a distribuição entre negros, pardos e indígenas, proporcional à composição da população em cada Estado, tendo

como base as estatísticas mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assim, penso que já temos muito a comemorar, mas também muito que avançar para que alcancemos o objetivo de ser um país que assegure oportunidades para todos, como disse a Presidenta Dilma.

Quero aqui dizer que nós, Parlamentares do Senado, tanto na Câmara quanto no Senado, tivemos a grande alegria de poder aprovar esse projeto de lei que hoje é uma lei que institui as cotas raciais no Brasil. Fui uma das reladoras desse projeto.

Sinto-me muito honrada e orgulhosa por ter participado dessa história logo que cheguei aqui ao Senado. Abraçamos com muita disposição. Não foi fácil. O Senador Paim foi um dos Senadores que muito se empenhou também para que esse projeto fosse aprovado, com o apoio do Senador João Capiberibe. Tivemos muitas dificuldades aqui na Casa porque era uma política nova, embora o tema fosse antigo, a luta fosse antiga. Ele tramitou anos e anos, aqui, no Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado. O Deputado Domingos Dutra com certeza se empenhou muito na Câmara para que pudesse ser aprovado lá. Foi um esforço conjunto, coletivo, de muitas pessoas. A presença do movimento social aqui, particularmente, no Senado Federal, onde pude presenciar, fez uma grande diferença. (*Palmas.*)

A Seppir, com todo seu esforço, com a presença de todos os profissionais que lá trabalham, particularmente da Ministra Luiza Bairros, também contribuiu muito nesse processo de diálogo, de conversa, de negociação. Em particular na Comissão de Constituição e Justiça, a Ministra Marta Suplicy, na época Senadora e hoje Ministra, também deu uma importante contribuição na defesa do nosso relatório. Então, houve participação de muitas pessoas que acreditam nas políticas afirmativas, na inclusão social e em que poderemos realmente mudar o nosso Brasil, para que se torne um país mais humano, justo, que seja de todos e de todas, em especial dos negros e pobres da nossa Nação brasileira.

Então, parabéns para todos vocês que aqui estão...

O SR. FREI DAVID SANTOS – Para a senhora, especialmente. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... nos diversos espaços, nas universidades públicas, todos aí cumprindo o seu papel para que possamos de fato avançar.

Sabemos que ainda temos muito o que fazer, mas acho que esse passo é altamente importante e merece ser lembrado permanentemente e por toda nossa vida. Então, parabéns para todos e todas.

Agora, vou conceder a palavra aos nossos convidados e convidadas.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Senadora Ana Rita, se me permite...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Quero saudar todos na pessoa de V. Exª.

Como eu tenho um atendimento médico, terei que lamentavelmente me ausentar, mas voltarei e depois pegarei as notas taquigráficas das falas que ocorreram na minha ausência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, justifico a saída do Deputado Domingos Dutra, que posteriormente retornará a esta Comissão.

Gostaria de fazer algum comentário a respeito do assunto, Deputado?

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Não. Deixe para o final.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vai deixar para o final?

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – No meu retorno. O importante é ouvir os palestrantes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ah, então está bem.

Só lembrar também aos convidados que estão aqui à mesa e aos demais participantes que esta audiência pública está sendo transmitida pelo Portal e-Cidadania, da TV Senado; e através do portal, os internautas poderão também dialogar com os nossos convidados e convidadas. Então, à medida que cada palestrante for utilizando a palavra, nós vamos fazendo a leitura das informações, das perguntas, dos comentários que os nossos internautas farão.

Só para lembrar aqui o endereço. Quem está acompanhando a TV Senado, também pode assistir ao vivo e participar através do seguinte endereço: <http://bit.ly/CDHCotistas>, ou pelo telefone 0800-612211.

Então, nós vamos fazer um acordo aqui em termos de tempo. No máximo 15 minutos cada um. Pode ser? Quando estiver faltando um minuto, a campainha vai tocar. Se houver necessidade, nós vamos prorrogar por mais dois minutos, para que possam concluir as falas. Tudo bem? Por causa do nosso horário.

Concedo a palavra, pela ordem, a Ângela Nascimento, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir).

Ângela, você tem quinze minutos e se houver necessidade, mais dois minutos.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – O.k. Obrigada.

Bom dia a cada uma das pessoas que está aqui presente. Eu quero agradecer o convite, em nome da Ministra Luiza Bairros, à Senadora Ana Rita, porque de fato o empenho dela durante o processo de aprovação da Lei de Cotas, assim como o empenho do Senador Paulo Paim, que já tem toda uma trajetória, assegurou o próprio Estatuto da Igualdade Racial, assim como outros marcos legais; do Deputado Domingos Dutra, que tem feito uma contribuição fundamental, inclusive na área do sistema prisional; e do Senador João Capiberibe, ao qual eu também agradeço em nome da Seppir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fora do microfone.*) – Só para lembrar.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só para lembrar, o Senador Paulo Paim também foi relator desta matéria. Eu fui relatora na CCJ, mas ele foi relator...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...na Comissão de Educação e aqui na de Direitos Humanos, por orientação de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E aqui na Comissão de Direitos Humanos. Isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A senhora orientou que eu o relatasse em plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Isso. V. Exª foi Relator da Comissão de Direitos Humanos em plenário.

Então, o Senador Paulo Paim deu importante contribuição sendo relator por duas vezes nessa matéria. É bom lembrar isso também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Relator por duas vezes, mas defendendo o seu relatório. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está certo.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Bom, então o Senador está bem lembrado. E a Seppir... É interessante que a gente observa o processo de documentação, de registros, e o Senador Paulo Paim sempre tem feito parte desse processo de conquistas, de articulação, no plano político, para que a política de fato consiga ser efetivada.

Eu vou, antes de mais nada, informar que precisarei dividir esse tempo aqui com o nosso Gerente Luiz Cláudio Barcelos. Nós temos também marcada, para hoje, às 11 horas, uma reunião na Comissão de Seguridade Social e Família, com o Deputado Dr. Rosinha, e nessa reunião estaremos tratando de um importante tema que é o avanço da política nacional de

saúde integral da população negra, Senadora. Então, eu peço a compreensão de vocês.

Eu vou fazer uma breve apresentação e pedirei que o nosso Gerente Luiz Barcelos me substitua.

Bem, nós estamos num ano fundamental que são os dez anos da Seppir, os dez anos da Lei 10.639 e o ano da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

A III Conapir tem como tema central “Construindo democracia e desenvolvimento sem racismo: por um Brasil afirmativo”. Este tema foi amplamente discutido tanto dentro do Conselho do CNPIR quanto com representantes do movimento negro, dentro da própria Seppir e nessas relações interministeriais. Nós concluímos que estamos no momento em que, após dez anos de políticas governamentais no âmbito federal, quando as ações afirmativas tiveram um papel fundamental, um pilar para a estruturação dessa política, precisamos fazer um balanço de tudo o que foi construído voltado para esse enfrentamento ao racismo e para a promoção da igualdade racial. Com isso, identificamos que precisamos, sim, trazer as ações afirmativas para dentro da discussão do desenvolvimento nacional.

As ações afirmativas, no início, passaram por todo aquele embate e por várias vezes se tornaram um grande debate nacional. Mas, hoje, a partir dessa experiência do acesso da juventude negra às universidades e também de outras experiências que estamos identificando, chegamos ao momento em que dizem para nós: “Olha, Brasil, é preciso nos enxergar não apenas como a parte percentual dessa população porque já somos a maioria.” Mas não é apenas uma ação para negros. Promover ações afirmativas significa promover o desenvolvimento nacional, que sempre foi baseado, teve como baliza, o crescimento, a economia. Chega o momento no qual não inserir jovens negros nas universidades é também não desenvolver o País.

Na medida em que as ações afirmativas trouxeram não apenas essa oportunidade, mas outra perspectiva de vida para a juventude negra nas universidades, então nós começamos a identificar os desejos, as outras perspectivas de vida que essa juventude tem apresentado. As jovens, os jovens negros começam a se ver em outro cenário possível; eles começam a desejar ser profissionais e contribuir na ciência e na tecnologia, na música, na medicina, em outros níveis que, por conta da atuação do racismo, os naturalizou em determinados outros lugares. E esses outros lugares agora precisam ser revistos, transformados, a partir dessas ações afirmativas.

Então, eu gostaria de brevemente passar alguns dados. Nós temos essa construção de marcos legais e aí, com todos os marcos legais que passaram e que

passam por esta Casa, com certeza, as principais propostas de ações afirmativas nascem exatamente a partir das universidades. Mas, no processo de políticas públicas, você consegue também identificar algumas políticas de ações afirmativas anteriores às próprias universidades.

Há a criação do sistema de cotas e a adoção de medidas, de programas e de políticas de ação afirmativa. A Seppir, como vocês sabem, é um ministério que trabalha com uma ação transversal. Então, nós não executamos diretamente a política. Mas, para as ações afirmativas acontecerem, isso passa necessariamente por um amplo processo de negociação com as políticas setoriais, seja no âmbito da educação, seja no âmbito do trabalho, seja no âmbito da cultura e da saúde, e assim sucessivamente.

Rapidamente, nós chegamos à Lei nº 12.711, que, aqui, a Senadora Ana Rita explicitou. Eu quero novamente agradecer à Senadora todo o seu empenho, assim como ao Senador Paulo Paim. A Lei nº 12.711, como vocês vão ver pelos dados, tem sido uma alavanca, tem possibilitado um crescimento bastante significativo em relação às experiências de ações afirmativas anteriores. Na Lei nº 12.711, o art. 8º fala das instituições participantes do Sisu que, já no primeiro semestre de 2013, reservaram, no mínimo, 12,5% das vagas ofertadas pelo Sistema de Informações do Ensino Superior.

Então, a gente sempre tem de levar em conta o que são essas desigualdades historicamente construídas. A população negra, na graduação, no mestrado e no doutorado, como vocês poderão ver, em relação à população não negra... Se a população de pele clara participa na graduação com 10,12%, a população negra, na graduação, participa com apenas 3,27%. Esses são os dados do Censo de 2010, mas eles têm sofrido mudança exatamente a partir das ações afirmativas.

Nós temos ainda como grande desafio, embora isso tenha sofrido mudanças ainda em ritmo lento... A nossa participação nos cursos de mestrado e de doutorado, como vocês poderão ver, em relação à participação da população não negra é ainda bastante ínfima. Há 0,49% da população de clara de pele clara com mestrado e 0,20% da população de pele clara com doutorado. Se observarmos esses percentuais relativamente à população negra, veremos que apenas 0,11% de negros apresentam mestrado completo. Em relação ao doutorado, este é nosso desafio ainda maior, porque o percentual é de 0,03% de nossa gente como doutores, o que tem feito um diferencial, inclusive, na própria produção do conhecimento, no próprio acesso à pesquisa, que é uma das linhas em que nós precisamos, de fato, avançar. Como esses jovens que

estão entrando nas universidades pelas ações afirmativas poderão acessar as bolsas de pesquisa, que fazem, com certeza, diferença do ponto de vista da legitimidade do conhecimento científico, o que ainda é um privilégio da população branca?

Em termos de população cursando o ensino superior por cor e por nível, eu já coloquei aqui que, se verificarmos nesse gráfico a primeira coluna, veremos que 50,7% representam a população de negros no Brasil, constituída por pardos e por pretos, que 49,3% são constituídos por brancos e que, em relação à graduação, à especialização, ao mestrado e ao doutorado, de fato, sempre se apresentam esses níveis de desigualdade.

Então, esse dado, na verdade, sempre desmascara aquele antigo mito de que o Brasil não tem problemas nas relações etnicorraciais. Como, num país com esta população negra magnífica, esta população participa de forma tão pequena do acesso não apenas ao curso superior como também ao espaço onde é formulado e constituído o pensamento nacional? O que o Senado produz, o que a Câmara produz, o que o Governo produz e o que o Judiciário produz estão referenciados numa produção de conhecimento sobre uma população que ainda participa muito pouco da própria produção de conhecimento sobre si mesma. Não é isso?

Então, em relação às áreas das universidades, às grandes áreas de ensino, há um percentual... É lógico que os estudantes brancos são majoritários nas áreas de Educação, de Humanidades e de Artes. E aí há um número maior de estudantes negros...

Vou passar para a próxima transparência, porque ela já mostra o percentual. Certo? Vocês podem ver melhor.

Então, nas áreas de Educação, de Humanidades e de Artes, há um percentual de participação de negros de 33%.

Nas áreas de Ciências, de Matemática e de Computação, áreas fundamentais e estratégicas para o cenário que o País está construindo para os próximos 20 anos, há apenas 25,4% da nossa juventude negra com acesso a essas ciências.

Nas áreas de Saúde, de Bem-Estar Social e de Serviços, nós temos apenas 23%, e isso repercute diretamente na hora do atendimento a essa população negra, pois há mecanismos e posturas ainda permeados e gerados por algo chamado racismo institucional. O corpo negro, o corpo da mulher negra que usa o SUS e que tem sido também a mulher que mais sofre a morte materna... Ela precisa também de profissionais que a atendam. E, nesse campo profissional, há ainda um percentual muito pequeno de médicos e

médicas negros. Certo? Essa é uma luta em que nós ainda vamos precisar avançar.

Nas Ciências Sociais, o percentual é de 21,3%. E, nas áreas de Engenharia, de Produção, de Construção, de Agricultura e de Veterinária, nós temos 17,4%.

Em relação aos cursos selecionados, às áreas...
(*Soa a campanha.*)

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO

– Isso significa que se está esgotando o meu tempo. Não é isso? (*Pausa.*)

Há um percentual maior de estudantes negros nas áreas de Formação de Professores e de Ciências da Educação. Então, há uma espécie de lugar mais acessível nos cursos de Pedagogia, de Serviço Social, de Serviço de Segurança, de Humanidades, de Letras, de Proteção Ambiental, de Ciências Físicas.

E há uma média de 25%... Bom, vamos deixar de abordar esse dado.

Nas Ciências Sociais e Comportamentais, o percentual é de 19%. E aí vocês veem que o percentual no curso de Direito, embora isso tenha sido modificado, é de 19%; em Artes, 17,7%; em Engenharia, como falei antes, 17,2%; em Arquitetura, 15,6%; em Veterinária, 15,5%.

(*Soa a campanha.*)

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO

– As ações afirmativas a partir da Lei de Cotas trouxeram toda a possibilidade de avanço. E, aqui, vocês vão poder discutir isso. A própria Senadora já trouxe elementos sobre a Lei de Cotas, mas acredito que o debate nos trará mais elementos, até por conta do tempo.

Aqui, há o cálculo de vagas.

Eu tenho mais quanto tempo, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vou lhe conceder mais três minutos.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – O.k..

O que a gente tem percebido é que, segundo esses dados, entre 2009 e 2011, foram abertas 40 mil vagas por cotas étnicas no País. Esses dados estão baseados no Censo da Educação Superior. Pegando apenas os dados entre 2009 e 2011, nós temos visto esse acréscimo.

O que a Seppir quer, tem interesse em destacar, é se as cotas, as ações afirmativas, a partir das cotas, de 2003 para cá, antes da Lei nº 12.711, propiciaram outros lugares, fazendo com que essa juventude esteja hoje acessando os programas do Itamaraty, por exemplo, acessando o Ciência sem Fronteiras, apesar de termos ainda um percentual pequeno, o que dirá de dez anos da Lei nº 12.711 em relação à possibilidade de mudar, de fato, essa face do País?

Aí eu gostaria de destacar que, nessa III Conferência Nacional, que vai ser realizada entre 5 e 7 de novembro, aqui, em Brasília, nós faremos exatamente um balanço em relação ao que as ações afirmativas, através das cotas, estão propiciando; como estão atuando como um instrumento para o desenvolvimento sem racismo.

Então, estamos querendo convidar vocês para fazer esta reflexão: em dez anos de políticas de promoção da igualdade racial, tendo as ações afirmativas como política e as cotas como instrumento, o que isso permite rever, do ponto de vista das estratégias de desenvolvimento? Nós não podemos mais, a partir de toda essa política de ações afirmativas, conceber pensar políticas públicas sem saber se essas políticas estão ou não assegurando a inclusão e o reconhecimento da população negra em seu acesso ao desenvolvimento.

Então, quero agradecer.

Eu gostaria que o Luiz Barcelos viesse aqui para a mesa, e, no debate, faremos essa complementação.

Muito obrigada, Senadora. Muito obrigada, Senador Paulo Paim, Senador João Capiberibe. Nós nos colocamos à disposição.

Apenas lembrando que eu gostaria de saudar o restante da Mesa. Não fiz isso a tempo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ângela Nascimento, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, que aqui nos está ajudando a fazer, de fato, um balanço do sucesso das cotas. Este é o tema da nossa audiência pública: fazer um debate sobre o sucesso dos cotistas das universidades aos concursos públicos.

Então, obrigada, Ângela.

Seja bem-vindo, Luiz Barcelos.

Por favor, Luiz Barcelos, esteja aqui conosco. Sente-se aqui.

Convido agora o Prof. Augusto Werneck, primeiro professor de disciplina de ação afirmativa no Brasil, por um tempo também de 15 minutos. Nós sabemos que 15 minutos não é um tempo longo. É muito pequeno, mas, de qualquer modo, nós não podemos ampliar demais. Eu concedi mais cinco minutos para a Prof. Ângela e vou conceder mais cinco também, se houver necessidade, Prof. Augusto.

Seja bem-vindo a esta audiência pública.

O SR. AUGUSTO WERNECK – Muito obrigado.

Eu tenho muita honra e muito orgulho de estar aqui hoje, nesta reunião presidida por V. Exª, Senadora Ana Rita, que teve uma participação formidável, realmente, na aprovação de tantos direitos importantes

para o povo negro e na introdução do Ordenamento Jurídico Brasileiro de tantas ações afirmativas, como é caso, sempre lembrado aqui, do Senador Paulo Paim. Estava aqui conosco o Senador João Capiberibe.

Aliás, como cidadão carioca, como cidadão do Rio de Janeiro, fiquei muito orgulhoso de ver ontem a atitude de V. Ex^{as} na porta daquele lugar tão sinistro, que é o Batalhão Zenóbio da Costa, a polícia do Exército, no Rio de Janeiro. Eu fiquei muito satisfeito, muito feliz de ver a atitude serena e a atitude firme em prol da democracia dos nossos Senadores, dos nossos Deputados que estavam lá. (*Palmas.*)

Eu sou, como se disse aqui, na verdade, professor de Direito Administrativo e tive a oportunidade, por conta de uma visão que sempre foi prevalente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro acerca dos direitos humanos, de fundar essa cadeira e de também dar aula de disciplina eletiva que se chama Ações Afirmativas. (*Palmas.*)

Por causa disso, tive oportunidade de pesquisar alguma coisa que, na verdade, na minha existência, entrou mais do ponto de vista técnico do que do ponto de vista científico. Explico isso numa palavra. Foi como Procurador do Estado do Rio de Janeiro que comecei a trabalhar com ações afirmativas, por causa das minhas atribuições e por causa da presença incrível e forte do Frei David, que conduziu a minha instituição para essa luta muito importante na defesa judicial das leis que, no Estado do Rio de Janeiro, aprovaram o sistema de cotas nas universidades estaduais, no início da década de 2000. É muito conhecida a experiência da UERJ, da UENF também, das universidades estaduais do Rio de Janeiro. Foi uma experiência muito importante por ter não só sido a primeira, mas por ter sido objeto de vários aperfeiçoamentos no tempo. Hoje, nós estamos na terceira Lei de Cotas do Rio de Janeiro. A primeira foi de 2001, a segunda foi de 2003, a terceira foi de 2008, que vigorará até 2018.

Então, estamos no meio dessa experiência, e todos sabem aqui que a ideia de ação afirmativa é uma ideia de promoção do princípio da igualdade. E, no caso da nossa Constituição, a promoção do princípio da igualdade vem a partir de dois vetores que estão lá no nosso art. 3º: a ideia de pluralismo, porque vivemos numa sociedade que deve ser plural, e não discriminatória; e a ideia de redução das desigualdades.

Vejam a beleza do Texto Constitucional de 88, porque é um texto constitucional que afirma a igualdade, mas afirma o reconhecimento da desigualdade. Parte do pressuposto de que o Brasil é uma sociedade desigual. Por isso diz que tem que haver a redução da desigualdade social e, evidentemente, da desigualdade racial, para uma pessoa como eu, que acredita

que a origem da pobreza no Brasil é a escravidão, é a discriminação racial. Acredito nisso por conta de uma história familiar. Disse Chico Buarque sobre os mulatos sararás que são descendentes de cruéis senhores de engenho. Eu, no meu caso, sou descendente de um cruel fazendeiro de café, que teve como sua grande obra um livro que é uma teoria da escravidão.

Então, eu sei muito bem, do ponto de vista da elite, como existe racismo no Brasil e como o eurocentrismo trouxe para nós uma série de perspectivas negativas, perniciosas e equivocadas, que fizeram com que, embora finda a escravidão no final do século XIX, uma série de leis e uma série de políticas públicas tenham aprofundado a distância entre raças e etnias e aprofundado as causas da pobreza. São medidas que costumo chamar ironicamente de ações afirmativas ao contrário.

Essas ações afirmativas ao contrário, no início do século XX, criminalizaram a cultura negra, discriminaram o acesso ao negro, aos bens econômicos e aos serviços públicos essenciais. Se nós formos ver, todas as cidades brasileiras se desenvolveram do centro para as periferias, dos ricos para os pobres, dos brancos para os negros. Todos os serviços públicos foram oferecidos assim. E o mais grave: o serviço público de educação, porque, no caso do serviço público de educação, operava-se uma verdadeira expropriação do conhecimento, de geração a geração.

Esses dados estatísticos formidáveis que pudemos ver agora, por meio da nossa Secretária, se traçarmos um ciclo histórico que advenha do início do século XX, nós vamos ver que os dados são cada vez piores, piores, piores, até chegar no momento em que o povo negro não tinha nenhum acesso à educação, que não tinha nenhuma instrução. Nós vemos, com muita felicidade e com muita alegria, muitas vezes, nas celebrações da Educafro, com o Frei David, muitos testemunhos de pessoas que ingressaram na faculdade e que se formaram, que estão no mestrado e no doutorado, que recorrentemente dizem: “Eu sou o primeiro da minha família que entrou na faculdade; eu sou o primeiro da minha família que conseguiu o curso superior; eu sou o primeiro da minha família que entrou para o mestrado.” Por que isso? Porque houve, vamos dizer, esse círculo vicioso que afastava as pessoas do conhecimento e, evidentemente, do acesso aos bens econômicos.

Falou aqui bem a nossa Secretária sobre o papel da universidade na produção do conhecimento em geral. Por isso é importante as pessoas irem para a universidade. No caso do Brasil, nós temos uma nota, que é a própria formação da elite se confundir com a presença na universidade. Por quê? Porque nós vivemos

numa sociedade patrimonialista, e uma das notas do patrimonialismo é o bacharelismo, é o grau do doutor bacharel, que é atingido pelo fato de se ter terminado um curso superior. Por isso é e foi importante que as pessoas pudessem ter entrado na faculdade através de todas essas leis de cotas.

E eu chego aqui no momento em que quero discutir e trazer até uma espécie de provocação para a Comissão, Senadora. Hoje nós já temos, a partir de uma grande decisão do Supremo Tribunal Federal, a certeza jurídica acerca da constitucionalidade das ações afirmativas. Não se discute mais no Brasil que ações afirmativas são ou não constitucionais, a partir daquela histórica decisão unânime do Supremo Tribunal Federal. Aquela decisão unânime começa no voto do relator, no voto do Ministro Lewandowski, justamente a levantar o problema do eurocentrismo e o problema de nós assimilarmos para um país como o Brasil uma cultura branca.

Vencer essas causas estruturais do racismo não passa pura e simplesmente pelo acesso das pessoas à universidade, embora isso tenha uma relevância notável. Mas nós precisamos pensar quais são os passos que sucessivamente devemos dar depois que já conseguimos garantir que as pessoas ingressem na universidade. Alguns desses passos dizem respeito ao próprio sistema de cotas. Por quê? Porque precisamos agora gerar alguma igualdade interna no sistema que não nos dê esse tipo de estatística, que mostra que os negros continuam estudando para aqueles cursos superiores que geram as profissões pior remuneradas. *(Palmas.)*

Nós temos menos. Eu sei porque sou professor. A PUC mudou de feição com o ProUni. Entraram alunos que não são aqueles alunos para os quais eu dava aula há 20, 25 anos. Não se conhece mais os alunos, como brincávamos, pelo seu lado direito da chamada, ou seja, pelos sobrenomes. Mas eu não tenho 20% de alunos negros. Eu não tenho 15% de alunos negros. Eu talvez tenha 10% de alunos negros, depois de toda essa modificação. E deveria ter 50%. Então, ainda está longe. Mas se nós formos ali, nós não temos registro de curso de Medicina. O máximo que se chegou ali foi na Veterinária, em 10%. *(Palmas.)*

Então, essas questões têm que ser vistas.

Nós falamos aqui no problema do acesso à bolsa de iniciação científica. Eu tive a oportunidade de me pronunciar no Rio de Janeiro porque – e sempre com essa noção da ação afirmativa ao contrário, de fazer a vida do discriminado uma eterna corrida de obstáculos – havia um problema na universidade, que não permitia acumulação de bolsas, porque o cotista re-

cebe uma bolsa. E porque ele recebia essa bolsa não poderia receber a bolsa de iniciação científica.

Qualquer um pode ver que isso é uma arrematada estupidez, mas é algo que durante algum tempo prevaleceu no ambiente da universidade, que não é uma casa da estupidez; é uma casa do conhecimento, é uma casa da inteligência. Isso representa o quê? Aquilo que alguma vez já se falou: é onde você esconde o seu racismo. Esconde o seu racismo na medida em que diz: “Não, você pode ter bolsa de cotista, mas não pode ter bolsa de iniciação científica”. Ora, eu quero colocar o cotista na faculdade para que ele cresça, para que ele se desenvolva e para que ele venha a ter bolsa de iniciação científica, venha a ter bolsa Capes, depois venha a entrar para o mestrado, venha a entrar para o doutorado, e assim sucessivamente. *(Palmas.)*

Para terminar, guardar o tempo e fazer a provocação que quero fazer, é que eu vejo que é o momento em que está madura uma experiência que deve ser adotada no plano federal. Estou me referindo à experiência de ingresso no serviço público pelo sistema de cotas. Já existe, no Estado do Rio de Janeiro, uma lei vigente. Já fizemos concursos, e essa lei não foi questionada na sua constitucionalidade. Eu tive a oportunidade, na época em que fui Secretário de Administração e Procurador-Geral de um grande Município do meu Estado, que é o Município de Nova Iguaçu, de lá implantar, no governo anterior, da Prefeita Sheila Gama, o sistema de cotas. Houve um concurso enorme, com 100 mil candidatos, um concurso para mais de 4 mil vagas, em que foram oferecidas 600 vagas de cotistas. Talvez tenha sido o concurso que mais ofereceu, até hoje, na história, vagas no sistema de cotas. Fizemos a experiência. Lá também se revelou isto: não houve médicos, houve pouquíssimos médicos cotistas; houve muitos professores e muitos assistentes sociais.

E eu vejo, por exemplo, a incoerência com o que eu disse. Com a universidade, é fundamental que o sistema de cotas tenha o seu foco, o seu centro nas profissões de nível superior, porque é aí que está a discriminação. Não adianta dizer que vamos ter 20% de vagas para o nível elementar no serviço público. Isso já temos. Nem 20% de vagas para profissões de nível médio. Provavelmente já temos ou estamos em vias de ter. Mas nós temos que falar em 20% de vagas de nível superior, nós temos que falar em 20% de juizes, em 20% de procuradores, em 20% de promotores, em 20% de defensores. Na minha instituição, a Procuradoria Geral do Estado, nós fizemos o primeiro concurso com cotas. Passou um candidato negro, mas um candidato negro que ficou em quinto lugar.

(Soa a campanha.)

O SR. AUGUSTO WERNECK – Um candidato negro que já estava preparado suficientemente. Era Procurador da Fazenda Nacional e já estava preparado suficientemente para ingressar na Procuradoria Geral do Estado.

Então, essa é a grande questão. E fico muito impressionado com o fato de que se tenta mais uma vez, com argumento especioso, com argumento artificial e, portanto, vamos ser claros, com argumento que no fundo é racista, dizer que o ingresso no serviço público é algo diferente do ingresso na universidade, do ponto de vista constitucional. A exigência que a Constituição faz é a da lei. E a lei pode perfeitamente prever, como já prevê, no Estatuto da Igualdade Racial, a existência de um programa de ações afirmativas para o ingresso no serviço público.

Nós temos que trabalhar com a autorização do Estatuto da Igualdade Racial e podemos partir para a regulamentação do sistema no plano federal. Ou seja, talvez possamos nem precisar de uma lei específica. Todavia, dentro do modelo que já existe do ingresso no ensino superior, basta haver legislação análoga para termos também o ingresso no serviço público. Isso pode ser feito por mera regulamentação, isso pode ser feito por decreto.

Como disse muito bem a Senadora Ana Rita, e eu me sinto muito à vontade para fazer este elogio porque não sou do partido da Presidente da República, não faço parte dos mesmos movimentos políticos que governaram o País nos últimos dez anos, mas é evidente que nos últimos dez anos esse tipo de política se concretizou.

Hoje, é difícil compreender porque esse passo não está sendo dado. E precisa ser dado esse passo. Por quê? Porque, na medida em que houver o ingresso no serviço público nas carreiras de nível superior por sistema de cotas, estaremos completando aquele ciclo que se iniciou com o ingresso do indivíduo na universidade, com o ingresso do negro na universidade, com o ingresso do negro na universidade, depois questionando em que curso ele está e pensando que vai fazer mestrado e vai fazer doutorado, mas pensando, além de tudo, que ele tem que ingressar no mercado de trabalho. E o mercado, nós podemos assegurar, tanto por meio de ações afirmativas, que a iniciativa privada já está praticando, e, acima de tudo, pelo serviço público. Por quê? Porque isso é uma questão de qualificação da cidadania. Se vocês lerem na Constituição, lá vai estar bem claro que o serviço público é um lugar onde cidadãos prestam serviço a outros cidadãos, cidadãos assumem um cargo para servir a sociedade. E o critério do serviço à sociedade não pode ser outro senão o critério já afirmado pelo Supremo Tribunal Federal,

que é o critério do pluralismo, é o critério da não discriminação, é o critério da igualdade material.

Então, eu acho que esta audiência pública teria e pode ter, Senadora, um grande desdobramento, que tenho certeza que está no coração e na mente de V. Ex^a, que é nós caminharmos para a efetivação do sistema de quotas para ingresso nos cargos do serviço público federal.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Prof. Augusto Werneck, que é o primeiro professor de disciplina de Ação Afirmativa no Brasil. Eu, particularmente, tive a oportunidade de ouvi-lo em uma audiência pública realizada na UnB, aqui em Brasília. Fiquei impressionada com a disposição e com a defesa que o professor fez naquele momento. Sabemos que isso é fruto de uma concepção que ele traz dentro de si, pois acredita na causa e tem se empenhado para que essa política seja cada vez mais ampliada em nosso País.

Parabéns, professor. E muito obrigada por sua presença.

Antes de conceder a palavra à nossa próxima convidada, vou ler aqui quatro questões que nos chegaram pelo e-Cidadania. De certa forma, as falas já as responderam, mas é importante ler.

Maurinda Ferreira faz a seguinte pergunta: “Qual o motivo da implementação do sistema de cotas? Os objetivos estão sendo atingidos?”

Também fique à vontade para, quem for falar, se manifestar sobre elas.

O Adailson de Oliveira Ramos faz um comentário: “O direito à cota é positivo e necessário, haja vista que os negros, índios e pobres em geral são excluídos do rol dos discentes nas faculdades ou nas universidades públicas estaduais ou federais. Essa dívida é secular.”

A Maurinda Ferreira faz mais duas perguntas: “Ainda existe alguma forma de preconceito entre os alunos que ingressaram pelo sistema universal com os alunos que ingressaram pelo sistema de cotas raciais ou sociais?”

Outra pergunta: “Ao invés da implantação do sistema de cotas, outra solução seria a melhoria do ensino da educação de base nas escolas públicas. É uma meta a cumprir? Até quando precisaremos de cotas?”

Portanto, são as perguntas que chegaram. Os nossos convidados fiquem à vontade para se manifestar sobre elas.

Eu convido agora a Dr^a Carla Beatriz Nunes Maia, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, por um tempo também de 15 minutos. Se houver necessidade, vamos prorrogar.

A SR^a CARLA BEATRIZ NUNES MAIA – Muito obrigada. Eu quero agradecer à Senadora Ana Rita pela oportunidade de nós, defensores públicos do Estado do Rio de Janeiro, estarmos aqui presentes hoje, eu representando meus colegas.

Estou aqui representando principalmente o Defensor Público Geral, Dr. Nilson Bruno Filho, que não pôde comparecer. Vou falar rapidamente porque, de alguma forma, tentarei responder duas perguntas das que já foram feitas.

A Defensoria Pública é uma casa de acesso à Justiça. Em todo o Brasil, a nossa instituição vem crescendo e, no Rio, onde eu estou lotada, temos um trabalho de reinserção em vários níveis, não só na questão de igualdade racial.

Eu sou subcoordenadora do Núcleo de Direitos Humanos e temos feito um trabalho de expressão, não só com esse segmento, mas também com moradores de rua. Temos um trabalho pioneiro de uma colega que, inclusive, está se aprimorando no Canadá por conta desse trabalho de cadastrar os moradores de rua, que, infelizmente, em sua maioria, são negros sim; isso é facilmente constatado.

Fazemos um trabalho de cadastramento, para que, a partir dessas informações imprescindíveis, possamos sugerir políticas públicas aos governantes. É possível, sim, de uma forma bem abrangente, reinserir essas pessoas. Há alguns trabalhos pioneiros sendo feitos na Firjan. Nós estamos nos articulando para que isso seja uma realidade, para que cada vez menos as pessoas fiquem nas ruas.

A questão da isonomia, que é o tema tratado hoje aqui, já foi brilhantemente explanada pelo douto Prof. Dr. Augusto Werneck, e eu queria só acrescentar que isso remonta a tempos antigos. É necessária a isonomia material, tratar com igualdade os desiguais. Isso já foi explanado e não vou me ater muito a esse ponto.

É importante que, na questão da igualdade racial no Brasil, nós atentemos para o fato de que, a partir da boa lição, os escravos que foram libertos – eu sou tataraneta de uma escrava – não tiveram como gerir a própria vida de forma digna. Eles não foram preparados, mas atirados à própria sorte. E isso fez toda a diferença no processo de vida de geração em geração, e nós constatamos isso hoje.

A reserva de cotas sana esse erro, esse vácuo histórico, no meu entender. E gostaria de dizer também que o sistema de reserva de cotas é adotado nos Estados Unidos.

Quando a Hillary Clinton esteve no Brasil, ela chegou a mencionar um fato muito interessante. Ela, como professora universitária, por vezes, inúmeras vezes, ficou depois do tempo de aula para poder se

sentar com seus alunos de uma forma humana. Ela disse isso para afirmar e reafirmar que esse deve ser um esforço da sociedade, dos professores, a fim de que esse sistema funcione. Todo mundo tem que dar a sua contribuição.

Quanto às perguntas, eu acho que respondi mais ou menos uma, e a outra, concordo com o questionamento do ouvinte: eu acredito que, quando o Brasil tiver um ensino básico de qualidade, não vai mais haver necessidade de cotas. Todos temos capacidade intelectual, pelo menos mínima, de prover o nosso ingresso, sem precisar de favores do Estado. Mas, infelizmente, essa não é uma realidade no Brasil. O brasileiro é um povo muito inteligente, muito capaz, muito criativo, reconhecido, sob aspecto, no mundo inteiro; isso não é ideia nossa, o mundo prestigia a nossa inteligência, a nossa criatividade. E o ensino básico de qualidade com tudo que isso implica, professores qualificados e bem pagos etc. etc., seria realmente o ideal, para que não houvesse essa necessidade. Poderia até coexistir, mas cada vez menos ela ia ser invocada.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr^a Carla Beatriz Nunes Maia, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro. Obrigada pela sua presença.

Eu vou conceder a palavra agora ao Dr. Hédio Silva Júnior, doutor em Direito Constitucional.

O SR. HÉDIO SILVA JÚNIOR – Obrigada, Senadora Ana Rita.

Eu lembrava, quando V. Ex^a chegou ao plenário, de um diálogo de V. Ex^a com o Frei David, a que eu tive o privilégio de assistir. E V. Ex^a manifestava a preocupação com o projeto que se tornou depois a Lei de Cotas. Esse projeto estava parado aqui no Senado, e V. Ex^a dizia ao Frei David que, se a Educafro não pressionasse o Congresso, o projeto não seria aprovado. (*Palmas.*)

Os frutos desse diálogo de V. Ex^a com o Frei David – a história brasileira registra – foram uma lei que consolidou um avanço extraordinário no acesso ao ensino superior.

Tenho sido testemunha do seu compromisso ético pessoal com o tema, e não apenas declarações solenes. Então, é uma honra novamente estar aqui do lado de V. Ex^a, Senadora Ana Rita.

Cumprimento a família Educafro, pelo Frei David, pela iniciativa; alguns alunos da Faculdade Zumbi dos Palmares, aos quais eu recomendo que cheguem a São Paulo a tempo de irem para a faculdade, para eu não ter de dar falta à noite na faculdade. (*Risos.*)

É uma alegria vê-los aqui.

Cumprimento S. Ex^a o Prof. Augusto Werneck, Procurador do Estado.

Cumprimento S. Ex^a o Dr. Rui Portanova, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e parceiro de longa data. Quando esse tema das ações afirmativas ainda não havia virado moda, o Desembargador Rui Portanova, ainda juiz de primeira instância no Rio Grande do Sul, era um aliado histórico. Também me sinto muito honrado com a presença de V. Ex^a aqui, Desembargador.

Cumprimento a Ministra Luiza Bairros, na pessoa do Prof. Luiz Barcelos; o Frei David; a Defensora Pública Carla Beatriz Nunes Maia.

O Senador Paulo Paim esteve aqui também, uma figura com uma folha de serviços prestados ao País...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Dr. Hédio, só uma questão. O Senador Paulo Paim teve que se ausentar porque ele é Relator de duas matérias em outra Comissão, e ele está lá relatando. Assim que ele concluir, ele voltará aqui.

O SR. HÉDIO SILVA JÚNIOR – Obrigado.

São duas palavras muito breves, porque os dados... Se as políticas de ação afirmativa não tivessem dado certo no Brasil, não precisamos ter dúvida em relação a uma coisa: pode ser que não haja a devida fiscalização no Brasil sobre concursos públicos; por exemplo, concurso público para defensor, concurso público para a magistratura, concurso público para o Ministério Público. Nós todos acreditamos na lisura dos concursos, mas pode ser que haja problemas nos concursos aqui ou ali.

Se há algo que é fiscalizado no Brasil, rigorosamente fiscalizado no Brasil, são as políticas de ação afirmativa. O fato de a mídia não falar sobre as políticas de ação afirmativa – certos setores da mídia – é a maior demonstração de que elas estão dando certo, porque, quando surge algum dado aqui e ali... Lembro-me bem, recentemente, de uma manchete: alguém constatou que, entre os cotistas de determinada instituição, Senadora, 10% dos alunos não estavam indo bem. E alguém disse: “Está vendo? Os cotistas já não estão...” Quer dizer, é a velha exigência de que preto e pobre tem que ter uma competência superior, porque qual é o nível de evasão no ensino superior no Brasil, Werneck? Possivelmente, 40% seja o nível de evasão. Se houve 10% de evasão, significa que 90% estão indo bem! Mas essa dimensão ninguém destaca.

Enfim, não tenho nenhuma dúvida de que está indo bem. Então, me interessaria aqui assinalar duas palavras breves sobre a questão do acesso ao serviço público, porque eu penso que essa é a agenda. A agenda é essa, quer dizer, quando a nossa Secretária da Seppir relata que, em dois anos... Nós estamos

tendo políticas de ação afirmativa, Portanova, há doze anos – não é isso? –, desde a experiência do Rio de Janeiro. Werneck, é 2001, não é isso? Então, são doze anos. Se, em dois anos, de 2009 a 2011, 40 mil jovens ingressaram na educação superior no Brasil, vamos multiplicar isso por doze anos para vermos qual é o número – sem falar no ProUni – de jovens que estão tendo acesso à educação superior no Brasil.

Eu leciono numa instituição que é a Faculdade Zumbi dos Palmares, com muito orgulho, com muita honra, que é bem o exemplo de que o problema é oportunidade. Eu tenho, Rui, na Zumbi dos Palmares, alunos com talento e competência para qualquer carreira pública que eu não tive em nenhuma universidade de elite entre aquelas em que eu já havia lecionado antes. Então, o problema é oportunidade.

Para esses jovens que estão ingressando no ensino superior agora, a questão é o trabalho, é o mercado de trabalho. Sobre isso, eu gostaria de destacar dois aspectos que me parecem importantes. Primeiro, há um segmento da mídia que quer restringir a decisão do Supremo Tribunal Federal à aprovação de cotas no acesso ao ensino superior, porque, como o voto do Ministro Lewandowski tem 40 páginas, às vezes as pessoas têm dificuldade com a leitura – “Quarenta páginas é um voto muito longo...” –; há gente que, quando começa a ler, dá dor de cabeça, sai fumaça do ouvido esquerdo, então, eu destaquei um trecho do voto de S. Ex^a o Relator sobre acesso a serviço público.

Disse o eminente Relator Ricardo Lewandowski no voto no julgamento da ADPF 186. Eu sempre devo agradecer ao Frei David, porque foi a família Educafro que me permitiu sustentar, da tribuna do Supremo, as cotas, e tenho muito orgulho disso. Nesses anos de advocacia, não tive julgamento mais importante do que aquele e fico muito honrado. (*Palmas.*)

Disse S. Ex^a o Relator da ADPF 186, com relação à ausência de negros em cargos e funções públicas de relevo:

Como é do conhecimento geral [disse o Ministro Lewandowski no julgamento da ADPF 186], o reduzido número de negros e pardos que exercem cargos ou funções de relevo em nossa sociedade, seja na esfera pública, seja na privada, resulta da discriminação histórica que as sucessivas gerações de pessoas pertencentes a esses grupos têm sofrido[...]

Isso não é uma posição de um movimento negro, de um preto recalcado, que sofreu com a discriminação. É o Ministro do Supremo Tribunal Federal, que vem de uma família branca e é um dos ministros mais cultos do Supremo Tribunal Federal, de que tive a honra de ter sido aluno, inclusive. Acho que não faço jus à competência que ele tem, mas posso dizer que fui aluno dele.

[...] discriminação histórica que as sucessivas gerações de pessoas pertencentes a esses grupos têm sofrido, ainda que, na maior parte das vezes, de forma camuflada ou implícita.

Os programas [ele não está falando aqui em “programa de ação afirmativa no acesso ao ensino superior”; ele usa o plural: “os programas de ação afirmativa”] *de ação afirmativa em sociedades em que isso ocorre, entre as quais a nossa, são uma forma de compensar essa discriminação* [em rigor, nem é exatamente um favor; é uma política pública que visa compensar essa histórica discriminação] *culturalmente arraigada, não raro, praticada de forma inconsciente e à sombra de um Estado complacente.*

Então, o Werneck já disse, mas achei importante destacar um trecho do voto do Ministro. O Supremo já disse que é constitucional. E não é constitucional no acesso à educação superior: constitucional o princípio da ação afirmativa. E onde ele vai ser aplicado agora é a sociedade, o Parlamento, o Executivo que determina.

Sobre a ação afirmativa no concurso público, disse-me o Frei David... Eu e o Frei David às vezes temos diálogos dominicais “madrugueiros”, porque eu ligo para ele às 6h30 da manhã, 6h15 da manhã. E um dia me ligou o Frei David preocupado porque a Presidente Dilma gostaria de implementar a política de ação afirmativa em concurso público, e alguns procuradores – não foram nossos alunos na Zumbi; se tivessem sido, teriam sido reprovados; não teriam nem concluído a graduação – vieram com uma novidade de que não existiria lei prevendo cota no serviço público. O Estatuto da Igualdade Racial é uma norma permissiva, é uma conquista importante mesmo, é uma norma jurídica meramente autorizativa, mas teriam sido reprovados na Zumbi por duas razões. Primeiro porque desconhecem os tratados internacionais, que é uma matéria da maior importância. Quer dizer, agora, com a Emenda 45, tratado internacional tem, inclusive, estatuto normativo supralegal, acima das leis. (Palmas.)

Diz a Convenção 111, da OIT, ratificada pelo Brasil nos anos 60, Senadora:

ARTIGO 5º

As medidas especiais de proteção ou de assistência previstas em outras convenções ou recomendações adotada pela Conferência Internacional do Trabalho não serão consideradas como discriminação [negativa].

O Estado signatário, Senador Paulo Paim...

Estamos aqui falando da Convenção 111, que V. Ex^a conhece desde o início dos anos 90, quando o movimento negro assumiu a defesa da Convenção 111, seja como instrumento de denúncia, perante as Nações Unidas, do racismo no Brasil, seja como instrumento jurídico.

A Convenção 111... Eu dizia exatamente que o Estatuto da Igualdade Racial representou um avanço normativo extraordinário, mas ele tem caráter meramente autorizativo, permissivo. E um procurador – disse-me o Frei David – do Ministério do Planejamento, alguns procuradores – que eu estava dizendo que, se tivessem sido nossos alunos, não teriam terminado a graduação, muito menos passado em concurso público – teriam dito à Presidente Dilma, interessada em implementar a política de ação afirmativa no serviço público, que inexistiria lei que autorizasse ou que determinasse a obrigação do Estado. Eu falava exatamente disso. Diz a Convenção 111: “As medidas especiais de proteção não serão consideradas discriminação injusta.”

O que significa, para a Convenção 111, igualdade no trabalho? Significa:

- acesso aos meios de formação e orientação profissional. Às vezes, não é só o concurso: acesso aos meios de orientação e formação. Portanto, a política pública começa antes do concurso para uma vaga determinada;

- acesso ao emprego e às diferentes profissões;
- condições de trabalho, que inclui mobilidade ocupacional, porque algum maldoso pode propor cota de 50% para negro nos Institutos Médicos Legais, por exemplo, que a gente já sabe que lá tem bastante negro. Então, não é só acesso: é acesso nas diferentes ocupações, especialmente nos cargos de maior prestígio e maior remuneração. É isso que interessa. (Palmas.)

No Judiciário e na saúde pública, sempre houve espaço para preto no Brasil. “Não, perfeitamente! O senhor quer ser ajudante-geral, carregar cadáver para lá e para cá? Não tem problema.” São profissões honrosas, mas achar que negro só serve para isso é o maior sinal de como é que este País... (Palmas.)

E vou finalizar, dizendo aqui, ainda da Convenção 111, uma obrigação do Brasil na condição de signatário da Convenção 111: é obrigação do Brasil aplicar a política de promoção da igualdade racial prioritariamente em favor dos trabalhadores do serviço público.

Então, leio aqui o Regimento Interno da Casa e já finalizo, porque pretendo, enfim, abrihantar ainda mais o seminário, concluindo minha fala o quanto antes e me ausentando – tenho certeza de que a audiência vai ganhar em qualidade. Vendo aqui o Regimento Interno do Senado Federal, ocorreu-me o art. 214, que fala do requerimento. Como os procuradores do Ministério da Fazenda estão em dúvida sobre o que será que o Supremo votou, se é ou não é, enfim, a Convenção 111, talvez esta Comissão pudesse aprovar um requerimento. E eu tenho certeza de que, com o talento e o brilhantismo do Werneck, do Portanova, da Dr^a Carla, dos outros advogados e juristas que nós temos, o

Senado poderia fazer uma indicação à Presidente da República, dizendo que ela só precisa de um decreto, Werneck, para regulamentar a Convenção 111, porque a lei já está aí; falta a regulamentação; o Senado, a meu juízo, não precisa aprovar uma lei sobre isso. Como parece que os procuradores que ela tem consultado têm tido dificuldade, a gente não teria problema algum em fazer um texto, um parecer, certamente não muito longo, para a turma não ficar novamente com preguiça de ler, e a Presidenta da República implantar cota no serviço público no Brasil o quanto antes.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia: palavra de ordem!)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Hédio Silva Júnior, doutor em Direito Constitucional. É um prazer ouvi-lo.

O SR. HÉDIO SILVA JÚNIOR – Obrigado, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Foi uma aula, um verdadeiro aprendizado, assim como nós tivemos uma verdadeira aula de todos que nos antecederam.

Vou conceder a palavra, agora, ao Dr. Rui Portanova, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

O SR. RUI PORTANOVA – Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer o convite.

Eu gostaria de iniciar tratando da dificuldade de se aprovar as cotas para os concursos de serviço público. Vindo do Judiciário, pretendo trazer para uma conversa, uma tentativa de solução mais ou menos rápida possível para isso.

Antes de mais nada, é importante lembrar que este é um país racista, e os racistas se espalham pelo Legislativo, pelo Executivo e pelo Judiciário. E aí reside a dificuldade de andar essas ideias que, para nós, parecem tão clara, tão simples, tão adequadas à injustiça que se faz neste País, principalmente para os negros. É possível dizer, nessa parte inicial, que, efetivamente, a Constituição brasileira não tem uma norma clara e expressa no sentido de dizer e afirmar a existência e a necessidade de se fazer cotas raciais ou cotas sociais no serviço público. Mas nem precisa. Diante do que nós já temos, disso que o Hédio falou, dos tratados e da convenção internacional, diante da decisão do Supremo Tribunal Federal, realmente nós chegamos a um momento em que a Constituição não precisa mais dizer isso, porque a ideia de que a cota é um direito dos negros está absolutamente consolidada pelos tratados internacionais, pela própria letra da Constituição numa investigação interpretativa e, claro, pelo Estatuto, que é lei, e, claro, em alguns Estados, que já têm algumas previsões.

Do meu ponto de vista, então, eu acho que um decreto, como falou o Hédio, ou uma regulamentação, como falou o Werneck, realmente as coisas estão, do ponto de vista da sistemática legislativa e do Direito como um todo, estabilizadas. Viável dar-se um passo além.

Não vou reproduzir aqui as legislações já referidas, mas apenas lembrar o que vem mesmo da Constituição. Já o art. 1º fala em dignidade da pessoa humana. O art. 3º diz que constitui objetivo fundamental da República “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, idade ou qualquer outro”. E o art. 37, I, ainda da Constituição, garante ampla acessibilidade aos cargos e funções públicas.

O que significa, então, esse conjunto normativo em relação ao Estado? Significa que o Estado tem a obrigação de implementar. Essa é uma ação, é um tipo de prática necessária do Estado que implementa, a direitos que temos todos, que o Estado tem que se omitir, que não deve intervir nesse nosso direito. E há outro direito que nós temos que o Estado tem obrigação de implementar, de agir para fazer essa implementação. Esse é o tipo de direito que tem, esse é o conjunto de normas que nós já temos que viabiliza esta, que fica faltando somente essa ação do Estado implementando as cotas. Seria, então, um agir afirmativo.

Lembro, ainda, o que veio do Werneck, que a cota é uma das ações afirmativas, é uma das formas de ação afirmativa, e ação afirmativa é exatamente isto: ela é afirmativa porque, implementada, ela afirma a existência de igualdade entre as pessoas.

Eu tinha feito aqui a relação de alguns Estados que têm, aqui e ali, alguma situação, mas eu gostaria de passar logo para a gente poder pensar um pouco no Judiciário.

O Judiciário, nos últimos anos, tem tomado posições, principalmente até vindo do Supremo Tribunal Federal... Os homossexuais sabem bem de como o Judiciário destravou a questão da união homossexual. E vejam em que situação se deu. Uma lei de adoção havia sido aprovada há pouco tempo, mas foi negada a adoção para homossexuais. Foi levada a votação e foi negada. Em seguida, o Judiciário veio e afirmou a possibilidade das uniões homossexuais, agora, inclusive, com possibilidade de adoção.

No que diz respeito às cotas – agora falando um pouco de Poder Judiciário –, além daquilo que o Hédio já falou, que veio do voto do Ministro Lewandowski, há, nos votos dos Ministros, aquela expressão, que uns dizem que é de Aristóteles, que outros dizem que é de Marx, que outros dizem que é Rui Barbosa, no sentido de definir o que é igualdade. E ali está o que nós mais precisamos para fazer a questão das cotas,

porque diz que igualdade é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. É essa expressão, vinda, então, do Judiciário, que amplia, para além das cotas para as universidades, também para o serviço público, porque ela ataca, indica toda a possibilidade de cota, que é aquela possibilidade de fazer o que se chama de discriminação justa.

Há uma questão no CNJ, no Conselho Nacional de Justiça – o Frei David, inclusive, esteve levando uma correspondência para o Presidente do Supremo, para diminuir prazos e tal –... Então, o CNJ está nessa perspectiva de fazer um estudo para ver de que forma poderia obrigar o Estado a, nos concursos do Judiciário, implementar as cotas para negros. Eu gostaria de lembrar que esse estudo no CNJ andou por conta de um voto contrário ao do relator originário, que era contrário a essa possibilidade de andar esse estudo. E hoje se continua o estudo.

Então, eu estou querendo trazer para nós a questão da dificuldade da implementação das cotas – eu acho que todos os colegas já falaram sobre isso –, da necessidade de que essas cotas sejam implementadas o mais rapidamente possível, porque elas já são um direito dos negros, só faltando a implementação... E é aqui que eu gostaria de trazer um instituto, um tipo (...)

PARTE 2

PARTE 2

(...) um instituto, um tipo de movimento do Judiciário, um tipo de ação para movimentar o Judiciário, para que se possa fazer essa implementação, que se chama mandado de injunção.

Se o Werneck falou na perspectiva de fazer apenas uma regulamentação, o tema do mandado de injunção irá cair como uma luva, porque ele serve exatamente para isso. Ele está previsto no art. 5º, LXXI, da Constituição, e diz assim:

Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora [se é regulamentação que falta] torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Então, a mim me parece, num estudo preliminar ainda, que se poderia pensar no instituto do mandado de injunção para fazer ações no Judiciário tanto em nível federal, mas também – e essa é uma visão que me parece mais abrangente – em nível estadual e municipal. (Palmas.)

O SR. RUI PORTANOVA – E essa possibilidade é abrangente não só para cargos do Judiciário, como também para todas as possibilidades de serviço público que se tenha.

Quero lembrar ainda que também o STJ tem uma decisão a respeito de cotas, e que este instituto

chamado de mandado de injunção, que, na verdade, nasce, na Constituição, como chamou José Carlos Barbosa Moreira, “como um sino sem badalo”, onde o Poder Judiciário simplesmente comunicava a omissão legislativa, hoje tem uma função muito mais declaratória e constitutiva do direito da parte dentro do Judiciário.

Nesse ponto, no levantamento que se encontra dentro do *site* do STF a respeito de mandado de injunção, temos o reconhecimento, só para sentirmos como evoluiu o mandado de injunção dentro do Supremo Tribunal Federal, de que não se preocupa mais em comunicar, mas em implementar desde logo.

A mais conhecida de todas essas decisões é o reconhecimento ao direito de greve dos funcionários públicos, uma decisão de dentro do STF, da lavra do Ministro Gilmar Mendes, mas também há aposentadorias especiais, criação de Municípios, aviso prévio proporcional.

E, no Rio Grande do Sul, temos, a cada sessão do órgão especial, em torno de 10 a 20 mandados de injunção, concedendo aos professores o direito de auxílio noturno, de trabalho noturno, de gratificação pelo trabalho noturno.

Ou seja, estou trazendo para o debate essa possibilidade de se pensar, a partir de um texto, de algum estudo, em equipar os advogados que trabalham com o movimento negro, no sentido de, na perspectiva municipal, estadual – dos Estados que não têm as cotas – e federal, pensarem a possibilidade de entrar com o mandado de injunção.

Contudo, devo confessar que, a exemplo do que ocorreu com as cotas para as universidades, a mim me parece que há outro tribunal que está esperando a movimentação dos negros para implementação das cotas: é o tribunal da rua, o tribunal da pressão, de algumas vidraças quebradas talvez.

Porém, esse tribunal, o tribunal da rua, também está esperando uma ação dos negros para mostrar sua indignação com esta mora do Estado brasileiro, (Palmas.) em relação às cotas para negros. Isso porque – e agora encerro – entendo que o Brasil jamais será uma democracia – e não estou falando só de uma democracia racial, como a Presidenta falou, mas de uma democracia mesmo –, jamais será um País democrata, enquanto persistir essa situação de racismo e de discriminação.

As cotas para as universidades foram um passo importante. É só um primeiro passo, mas a história só contentará um País justo quando tivermos cotas para negros também para o serviço público.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Rui Portanova, De-

sembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, pela exposição, trazendo informações importantes e novas para o nosso debate.

Antes de conceder a palavra ao Frei David Santos, que é o último a falar à Mesa.

O SR. WALDOMIRO DE SOUZA (*Fora do microfone.*) —...uma informação do que está acontecendo na Bahia nesta semana. O Governador Jaques Wagner chamou os prefeitos do resto da Bahia para impor a... (*Ininteligível*), grileira, que assassina os negros na Bahia e não temos apoio de lugar nenhum. Quero apoio dessa assembleia contra a atitude do Governador da Bahia, Jaques Wagner, e contra a... (*Ininteligível*)... e as formas de investimento e assassinato da população negra no interior deste País... (*Ininteligível*)... população pobre e negra da área rural deste País.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está certo. (*Palmas.*)

Mas vamos fazer agora apenas um registro aqui, pelas listas de presença, de que temos em torno de 50 pessoas representando a Educafro. Quero aqui parabenizá-los sobre a importância da presença de vocês hoje, parabenizar o Frei David por ter possibilitado e contribuído para que vocês pudessem estar aqui hoje.

Quero também dizer que o Senador Paulo Paim fez essa publicação, divulgando a questão das cotas. Trata-se de uma publicação importante, que dá visibilidade a toda uma discussão feita no Senado Federal, fruto do seu trabalho, fruto também da sua atuação aqui no Senado Federal.

Gostaria de informar que foi pedido que fossem distribuídos dois textos, cujo conteúdo não conheço, mas acho que ele é muito bom. Trata-se de uma carta do Deputado Carlos Santos, divulgada em abril de 1980, que também fala dessa questão de cotas, e outro texto, de 2007, que diz respeito à igualdade e à participação do negro, um apelo ao Senador Itamar Franco à época.

Então, fazemos aqui esse registro.

Vou conceder a palavra ao Dr. Werneck, que está precisando retirar-se – quer despedir-se – por questão de voo. O horário do voo não nos espera.

Então, concedo a palavra ao Dr. Werneck, para que use do tempo necessário, a fim de fazer as suas considerações finais.

O SR. AUGUSTO WERNECK – Infelizmente, eu tive esse problema de horário. Não queria ir sem lembrar uma questão, ou rememorar, ou, de alguma maneira, fixar um pressuposto das ações afirmativas.

Quando falamos em política de ação afirmativa, pensamos num binômio: em reconhecimento e em reparação. O reconhecimento da entidade numa sociedade pluralista que, como vimos, é garantida pela

Constituição, e a perspectiva da reparação das pessoas que tiveram seus direitos violados.

Por isso, quando falamos em ações afirmativas, como muito bem disseram o desembargador e o meu querido Hédio, estamos diante de um direito. Quando o Supremo Tribunal Federal proclamou a constitucionalidade das ações afirmativas, deu-se – e continua a se dar – uma situação muito delicada, porque não há possibilidade de haver ações que sejam, a um só tempo, constitucionais e inconstitucionais. (*Palmas.*)

Se as ações afirmativas, portanto, são necessárias é porque elas constituem um direito. Se elas constituem um direito, não realizá-las significa violar o direito. Então, se nós chegarmos à conclusão de que existe uma expropriação econômica, esta, por exemplo, conduz a uma modalidade de ação afirmativa, que nada tem a ver com o sistema de cotas e que está consagrada na nossa Constituição.

É a terra dos quilombolas. Por quê? Porque a terra dos quilombolas foi tirada pela Lei nº 601, de 1850. Naquele momento, definiu-se quem era proprietário no Brasil. Nem o índio podia ser proprietário, nem o negro podia ser proprietário. Então, houve uma exclusão originária do acesso a esse bem econômico.

A mesma coisa aconteceu com os bens culturais. Como consequência disso, a mesma coisa aconteceu com o acesso ao serviço público. Algumas das instituições do serviço público eram caracteristicamente racistas, como era o caso da Marinha do Brasil e do Ministério das Relações Exteriores, que acabou de ter um programa de ação afirmativa aprovado, entre outras coisas, por causa disso. Era um lugar de famílias ilustres; era um lugar tipicamente eurocêntrico; era um lugar de brancos.

A minha instituição, a Procuradoria-Geral do Estado orgulha-se de ser uma instituição paradigmática na advocacia pública brasileira, que tem toda uma história, que faz concursos há 60 anos. E esses concursos aprovam brancos da elite; aprovam curiosamente as pessoas da mesma classe social que eram aprovadas quando o concurso não existia.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Das mesmas famílias, não é?

O SR. AUGUSTO WERNECK – Das mesmas famílias. Pode não ser a família x, mas é a família y. (*Palmas.*) O fenótipo é o mesmo, não é, Frei David? O senhor está acostumado a frequentar a Procuradoria-Geral do Estado. Nós temos políticas para evitar isso, porque passamos a entender que vivemos numa perspectiva inconstitucional, na medida em que essas pessoas não ingressam na nossa instituição.

É uma inconstitucionalidade que não se demonstra numa norma, mas no fato de as pessoas ali não

ingressarem. Então, se temos um direito preexistente, aí, no julgamento das cotas, não é o voto do Ministro Lewandowski; é o voto do Ministro Marco Aurélio, que muito bem assinala – essa é uma questão importante, porque diz respeito à minha disciplina – como o Direito Administrativo, a partir da Constituição de 88, é inteiramente impregnado pelo Direito Constitucional –, por uma razão muito simples: compete à Administração Pública, ao Governo, antes de todos os outros Poderes, cumprir a Constituição.

Por exemplo, acho excelente a ideia do mandado de injunção, mas fico a pensar: se a Presidente da República pode baixar um decreto, se ela tem competência para expedir regulamentos e, mais, para expedir medida provisória... Porque, se ela achar que é lei, ela tem uma medida com força de lei, que é a medida provisória, que ela baixa no dia em que ela quiser, na hora em que ela quiser, publica no *Diário Oficial*, e o direito pode ser fruído no dia seguinte. *(Palmas.)*

Então, não há limite algum! O limite, na verdade, não existe. Vamos concordar, lá, com essa opinião excessiva, que esconde o seu racismo, de dizer que o art. 37, inciso I, exige lei. Baixe a medida provisória! A medida provisória tem força de lei – está no art. 62 –, o tema não é proibido, tanto que poderia ser tratado por decreto. Então, nós estamos diante de uma situação na qual eu vejo que, e aí vou concordar, talvez seja necessário quebrar uma vidraça, sabe Desembargador? Porque não é possível que isso não seja adotado. *(Palmas.)*

Eu acho que a gente pode quebrar a vidraça como metáfora, para não precisarmos causar dano nenhum, não é, Frei David? Nem, eventualmente, respirar um gás de pimenta, mas é a gente conseguir, simplesmente, quebrar a vidraça do convencimento, porque todos os mecanismos estão na mão, hoje, do Governo Federal.

Há exemplos de governos estaduais que têm o mesmo tipo de base de apoio, que têm o mesmo tipo de viés político. Nós não estamos discutindo questões que dividem ninguém. Estamos discutindo questões que unem.

Hoje, eu acho muito difícil que, a sério, alguém venha a dizer que a cota para ingresso na universidade é constitucional e a para o ingresso no serviço público não o é, diante do que disse o Ministro Lewandowski e diante do que disse Marco Aurélio, que diz: “A Constituição se aplica diretamente à Administração Pública.” Os direitos que são havidos perante a Constituição não podem ser negados pela Administração Pública.

A ideia de exigência de lei é a ideia de negar um direito, é a ideia de reintroduzir a corrida de obstáculos, porque se diz: “Ah, não, você agora consegue um diploma. Você entrou na faculdade pelo sistema de

cotas, mas você não entrará no serviço público, você não será juiz, você não será procurador, você não será promotor. Demorará muito tempo para isso acontecer.” E é justamente esse tempo que a gente quer ganhar, a gente não quer perder.

Eu agradeço muito a palavra, Senadora, e a possibilidade de estar presente aqui, porque renova as nossas forças, renova as nossas esperanças ver que as pessoas estão mobilizadas em torno disso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradecemos profundamente, Dr. Augusto Werneck. Esta Casa está sempre à disposição, Dr. Augusto, a Comissão de Direitos Humanos também, para receber as contribuições que, com certeza, o senhor tem muito a nos oferecer, também, sobre esse tema e, possivelmente, sobre outros temas de interesse da sociedade.

Então, obrigada pela presença do senhor.

Eu vou conceder a palavra, agora, para o último inscrito da Mesa – depois, nós passaremos para as considerações finais –, Frei David Santos, diretor-executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes, Educafro.

Então, também por um tempo de 15 minutos e, se houver necessidade, por mais cinco minutos.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Combinado.

Bem, temos, portanto, uma apresentação em *dashow*, mas, antes, eu queria dizer que esta audiência pública, junto a este Senado, tem dois paradigmas fantásticos: o primeiro paradigma é que esta audiência foi uma articulação de um homem negro, que é o Senador Paim, para quem peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

O segundo paradigma – ou seja, foi um homem negro, portanto, que fez este processo acontecer – é que, por outro lado, uma mulher negra – a Senadora Ana Rita, que é a Presidenta desta Comissão – foi quem fez... Olha, gente, foi num domingo à tarde, quando telefonei para a casa dela, lá no Espírito Santo, para poder ela liberar com o Presidente para que acontecesse esta audiência.

Portanto, o homem negro – o Senador Paim – e a mulher no poder é que vão mudar o Brasil para melhor. *(Palmas.)*

Bem, aí, eu também gostaria, antes de começar a apresentação, de dizer para vocês alguns fatos interessantes.

Este grupo, Senadora, que está aqui, de militantes da Educafro de vários Estados do Brasil, além desta audiência, terá hoje, em Brasília, às 14h, no Tribunal

Superior de Trabalho, um debate sobre como avançar apesar da Presidente Dilma.

É estranho o título do debate, não é?

O debate é este: como avançar apesar da Presidente Dilma. Por que isso? Porque, gente, é inaceitável que todas as leis dizem... Basta a Presidente botar a caneta no papel e fazer acontecer a cota no serviço público, para que isso não esteja acontecendo.

Então, hoje, o Tribunal Superior do Trabalho vai realizar uma audiência pública – é uma reunião de trabalho, na verdade – às 14h. Portanto, hoje, às 14h, TST, uma audiência pública.

Quanto ao título, eu forcei a barra. Não é aquele que falei, não. O título verdadeiro é outro, é o seguinte: As Cotas para Negros no Serviço Público – como avançar sem regulamentação do Poder Executivo. Ou seja, o Tribunal vai mostrar todos os caminhos, além dos já apresentados aqui, hoje, por que a coisa pode ir, caso a Presidenta Dilma não queira estar junto conosco nessa jornada determinante.

Também quero dizer que, hoje, teremos a grande alegria de nos reunir com a Frente Parlamentar de Igualdade Racial, os Deputados Federais que, hoje, às 18h, vão estar reunidos na Câmara, no plenário 16.

Hoje, às 18h, plenário 16 da Câmara, reunião de todos os Deputados, brancos e negros, frente parlamentar étnica, que vão debater as estratégias para que a comunidade negra saia da exclusão do sistema total brasileiro, ou seja, vai ser uma audiência muito forte e muito interessante.

Amanhã, é importante dizer para vocês, a audiência vai ser no Superior Tribunal de Justiça. Lá no Superior Tribunal de Justiça. Por que essa audiência? Vai ser às 9h da manhã. Por quê? Porque – é duro dizer para vocês –, por cochilo da comunidade negra nacional, por cochilo da comunidade negra nacional, o STJ, que tinha cotas para negro no cargo de estagiário, derrubou essas cotas.

Amanhã, vamos estar lá, lutando com garra para recuperar essas cotas que são um direito nosso. Queremos o Tribunal avançando e não atrasando. (*Palmas.*)

Bem, como foi dito para vocês, o grande foco da família Educafro, nesse período de agora, após termos conquistado as cotas das universidades, são cotas em todos os setores do serviço público.

Ontem, a nossa reunião foi muito forte no Itamaraty. O Itamaraty foi o primeiro órgão federal que teve coragem de adotar cotas, mesmo sem ter lei que concedesse a eles segurança jurídica, a dita, famosa segurança jurídica.

Ora, o Itamaraty, em 2002, teve a coragem de criar um plano de cotas, um plano de inclusão de negros, uma ação afirmativa.

Agora, no momento, o Brasil inteiro está perplexo, porque o Itamaraty aprovou um jovem branco, de olhos verdes, jovem loiro, que se autodeclarou negro.

Ora, o que está acontecendo? Está acontecendo que, para as políticas de cotas, que são fantásticas... Há dez anos, era comum a gente ter a autodeclaração como um instrumento melhor e mais eficiente. A pergunta, agora, é esta: passados dez anos em que a declaração de quem é e quem não é negro era uma autodeclaração, será que, hoje, não está na hora de se criarem outros métodos para evitar brancos desonestos que, seguindo a corrupção mostrada por alguns setores do Brasil, usam de corrupção nos concursos para negros? Será que não está na hora?

Portanto, a reunião no Itamaraty, que foi ontem, foi muito tensa, positivamente tensa, mas muito feliz, porque o Itamaraty falou: “Frei David e movimento negro aqui presentes, nós queremos mudar e queremos avançar. Só nos faltam mais assessores de vocês, que nos deem segurança jurídica para os novos próximos passos”.

Se, realmente, há branco abusando dos cargos para negros e se declarando negro, e o nosso sistema não está detectando isso, queremos mudar o sistema.

Portanto, para o Brasil inteiro, que está, agora, assistindo a essa reunião, queremos dizer que o Itamaraty é solidário a nós e quer mudar, não permitindo que branco, de maneira desonesta, roube vaga de negro. (*Palmas.*)

Também, Senadora Presidente, é bom falar para a senhora da nossa alegria por ver a Presidente Dilma e o Governo Federal adotando esse plano radical e bonito chamado Mais Médicos.

Um dos grandes dramas nosso, dos negros, é a falta de saúde, falta de assistência à saúde, porque estamos nas periferias do Brasil e no interior do Brasil. Os médicos ricos, formados com dinheiro público – os médicos ricos, formados com dinheiro público – em universidade pública, nos abandonam, abandonam os pobres, e não admitimos essa baixaria mais.

Queremos que o Governo mude a norma, queremos que, nas vagas das universidades públicas, o jovem negro e o branco pobre tenham garantia de ingresso. Esses jovens brancos pobres e negros terão compromisso com o seu povo negro, e não farão como esses burgueses que usam o dinheiro público para se formar e dão as costas para os pobres. (*Palmas.*)

E, nessa linha, Senadora Ana Rita, ontem, nossa família Educafro deu um aconchegante abraço na Embaixada de Cuba. Nós, negros, fomos lá dizer “Cuba, obrigado, porque você é um país pequeno, reconhece o drama dos pobres do Brasil sem médicos e está mandando 4 mil médicos para nós”.

E queremos fazer um protesto ainda nesta semana na frente do Conselho Federal de Medicina. Para nós, é um absurdo que o Conselho Federal de Medicina use do seu poder para excluir os pobres do direito à saúde. Então, vamos queimar uma faixa bem grande em frente ao Conselho Federal de Medicina, hoje, ou amanhã, em protesto contra o abandono que eles dão aos pobres. *(Palmas.)*

Dizer com alegria também que ontem, Senadora, tivemos uma reunião histórica. Pela primeira vez na história, segundo o seu assessor, o Conselho Nacional de Justiça acolheu uma grande delegação de movimento social para debater direitos. Ontem, portanto, o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, nosso querido Presidente Joaquim Barbosa, nos recebeu durante um longo momento, quando discutimos várias questões, e ele aceitou a proposta nº 1 da Educafro, que é mudar a metodologia de inclusão na Justiça brasileira. Ou seja, fazer em duas etapas: primeiro, sair imediatamente com uma portaria a ser aprovada pelo CNJ, determinando imediatamente cota para negro em todos os cargos do tribunal de Justiça; e convocar para, dentro de 60 dias, audiência pública no CNJ, para discutir cotas na magistratura para negros.

Por quê? Por que essa diferenciação?

Porque nós sabemos, gente, que mexer com o tema do negro é mexer com poderes constituídos. É o que foi falado pelo Dr. Werneck, pelo Dr. Portanova, Dr. Hédio Silva e muitos outros irmãos aqui. De modo que entendemos que, dividindo em duas etapas, diminuímos os inimigos contra nós. E me parece que o CNJ vai acolher o nosso requerimento, que foi ontem registrado e brevemente será encaminhado.

Também, Senadora, dizer que tivemos grandes contatos com o Conselho Nacional do Ministério Público, e o Conselho – não sei se posso falar em público, porque ainda não foi colocado lá em debate...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Então, não fale.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Pode não? *(Risos.)*

Portanto, que fique no ar. Vocês procurem pesquisar, saber o que está acontecendo com o Conselho Nacional do Ministério Público, para o qual peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

E, aí, vamos agora entrar no centro do problema. Eu até vou deixar o eslaide para o fim, porque acho que traz muitos dados. Mas o momento agora não é de dados; é trazer nossa angústia e a movimentação da comunidade negra para fazer a coisa avançar.

Quero dizer para vocês, com alegria, que a Presidente Dilma acolheu 20 lideranças negras coordenadas com auxílio da Seppir, aqui representada pelo nosso irmão Carlos. A Seppir fez um trabalho, e a Presidente Dilma acolheu 20 lideranças negras. E, lá

na reunião com a Presidente Dilma, ela foi evidente e falou: “Frei David, se, no Ministério do Planejamento, um assessorzinho lá fez um parecer contrário, quero dizer que um assessor não manda no Brasil. Eu sou a favor de cotas!”. “Mas, Presidenta, se a senhora é a favor de cotas para negro, então, por favor, passe por cima desses assessores mal-amados, mal resolvidos e faça essa regulamentação”. E ela falou: “Frei, eu até queria fazer isso, mas preciso que a Seppir/Ministério do Planejamento entrem em acordo e me deem um texto bem resumido, bem trabalhado, bem formatado juridicamente”.

Então, faço um apelo, um apelo forte ao coração da Seppir e ao coração da Ministra do Planejamento, Belchior, porque não aguentamos mais. Gente, são quase 24 meses de reuniões e reuniões: Seppir, Ministério do Planejamento, não sei o quê, Seppir, lá e cá, e nada anda. E nada anda!

Por que isso? Por que isso? Nós, negros, não merecemos respeito? É duro saber, é duro falar, mas, gente, a nossa querida Seppir, órgão que nos representa, é um dos ministérios menos recebidos pelo Poder central. Por que isso? Por que isso? A nossa Ministra da Seppir, Luiza Bairos, até quer avançar muito; ela é uma negra convicta. No entanto, a estrutura cruel do racismo institucional não dá ouvidos à Seppir. *(Palmas.)*

Por isso, estivemos, no dia 19 de julho, com a Presidenta Dilma, e nós, negros, comunicamos a ela que iríamos dar a ela 60 dias para que desamarrasse esse nó; que ela puxasse o orelha da Ministra do Planejamento, se é que está lá o problema; que a trouxesse ao gabinete e falasse; “Por favor, pare com essa doideira de perseguir negros”. Gente, passaram-se 60 dias. Foi em 19 de julho, veio o 19 de agosto, chegou o 19 de setembro, e nada aconteceu!

Gente, pergunto a vocês, negros que estão vendo TV Senado no Brasil inteiro: devemos ficar quietos ou devemos quebrar os vidros da resistência do Poder Público?

Portanto, nós, hoje e amanhã, estamos em Brasília esperando uma resposta oficial do Governo. Se o Governo não der uma resposta, estamos prontos para sair para a batalha. *(Palmas.)*

Bem, nosso recado, portanto, é direto. A Seppir quer executar, a Presidenta do Brasil, Dilma, quer executar a Lei de Cotas, e o problema está na Ministra Belchior, do Planejamento.

Ministra, o que a senhora tem contra nós, negros? Por favor, Ministra.

Faço um apelo ao Senador Paim, faço um apelo à nossa querida irmã capixaba, Senadora Ana Rita, que telefonem hoje ainda para a Ministra Belchior, para de-

samarrar esse nó. Estamos aqui prontos para ir para lá dormir dentro do gabinete dela, de hoje para amanhã.

(Manifestação da plateia.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Dormir até quando? Dois, três, quatro, cinco dias. Não sei. Nós não queremos é ser mais humilhados. Não queremos, Ministra, Senadora, ver mais uma geração de negros excluídos por falta de emprego digno. Não dá mais! Não dá mais!

Então, se a Seppir está sendo desprestigiada pelo Ministério do Planejamento, nós vamos dar força à Seppir. Vamos invadir o Ministério do Planejamento e exigir direitos.

(Manifestação da plateia: “Cotas no concurso público”).

O SR. FREI DAVID SANTOS – Queremos falar ao nosso querido irmão, Desembargador Portanova, que a proposta dele do mandado de injunção é muito justa e já foi refletida por uns cinco assessores da Educafro da área de Direito. E queremos começar contra a Presidente Dilma.

Sabemos que o problema de fundo é político. É determinação política. A Presidenta quer. Se ela quer, por que ela não faz executar?

Então, alguém está segurando a Presidenta. Quem é? É o poder dos cursinhos caros para concurso público? Gente, se vocês procurarem ver a renda dos donos de cursinhos caros para concurso público, todos eles têm iate, têm avião. Por que isso? Concurso público é mina de ouro no Brasil! Será que eles financiam campanhas políticas? Será? Se for isso, vamos ter de radicalizar. Não queremos ver essa baixaria dessas negociatas do poder estabelecido com quem tem dinheiro. Assim, passam por cima dos nossos direitos.

Portanto, mandado de injunção contra a Presidenta Dilma.

O trabalho do Desembargador Portanova está sendo trabalhado há alguns dias por uma comissão de advogados da Educafro, para fazer a coisa andar. Entendemos que, se abriremos contra a Presidenta Dilma, consequentemente, os governadores e prefeitos omissos do Brasil inteiro, que têm obrigação de fazer e não estão fazendo, vão acordar e vão sair da omissão.

Portanto, vou passar adiante o eslaide. Boa parte são dados informais, gráficos, informações, mostrando a exclusão na educação.

É bom dizer para que vocês que, apesar do Prouni, apesar das cotas, alerta ao Brasil: cresce o fosso entre negros entrando na universidade e brancos entrando na universidade; ou seja, aumenta o número de brancos que entram na universidade e aumenta o número de negros, só que esse aumento é desproporcional, de modo que o fosso entre brancos e negros na universidade cresce a cada dia no Brasil, e isso

é uma deficiência da política pública que terá de ser retrabalhada.

Então, vou pular rapidamente esses eslaides, chegando mais ao final: cotas no serviço público.

A promulgação do Estatuto da Igualdade Racial foi uma vitória para o povo negro, conseguida através de muitas ações e insistências das militâncias dos movimentos negros em geral. A direita não deixou passar a redação ideal do Estatuto. É bom dizer que a direita da Câmara e do Senado não deixou passar a redação ideal. Passou a redação possível, a redação que foi possível diante do pouco poderio político do povo negro do Brasil.

Cotas no serviço público. Porém, o povo negro aguarda a regulamentação da lei que institui o sistema de cotas nos concursos públicos.

Cotas no serviço público. A militância da comunidade negra convenceu os chefes dos Executivos municipais e estaduais a adotarem e regulamentarem o sistema de cotas em seus concursos públicos, tais como os do Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Esses quatro Estados do PT, PMDB e outros partidos já tiveram a coragem, e para esses nossos governadores, uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Por exemplo, abrindo uma reportagem de um jornal do Rio Grande do Sul, encontramos essa frase, essa chamada de matéria: “Concurso de magistério será pioneiro na reserva de vagas raciais”, Portanto, em vários Estados está dando certo. Por que Dilma tem medo? Ou por que seus assessores atrapalham Dilma a levar adiante aquilo em que ela acredita?

O que queremos com essa audiência pública no Senado?

Que todos os governadores e prefeitos regulamentem as cotas no serviço público, a exemplo dos Estados já citados.

(Soa a campanha.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Que a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, pare de dificultar o direito dos negros. Isso acontece quando permite que um assessor faça um parecer contrário, sem fundamentação, e, por omissão, deixe a regulamentação engavetada.

Que a Presidenta Dilma regulamente a Lei nº 12.288, de 2010.

Olhem só, em 2010, o Presidente Lula assinou essa lei. E a Presidenta Dilma está há três anos e três meses sem regulamentá-la. Três anos e três meses!

Depois acha ruim quando nós votamos em outro partido! A gente quer partido que respeite o negro, e não partido que humilhe o povo negro.

Que todas as entidades negras nos Municípios e Estados lutem mais, pressionando os órgãos públicos locais no sentido de reivindicar que esses adotem cotas em seus concursos de provimento de cargos. Que façam pressão, via redes sociais, com vistas a pautar os temas da população negra em todas as instâncias.

Que os órgãos federais, estaduais e municipais tomem esclarecimento com referência à Convenção 111 da OIT, promulgada, no Brasil, pelo Decreto nº 62.150, de 1968 – de 1968, ainda – que garante a segurança jurídica para implementação de políticas de cotas no serviço público.

E, aqui, conclamo nossa irmã, Senadora Ana Rita, mulher corajosa, o Senador Paim e demais Senadores para, em conjunto, fazerem o que falou nosso irmão Hédio Silva: um requerimento dirigido a nossa Presidenta Dilma para que ela faça isso sem precisar que a gente ocupe nenhum ministério, como é o nosso plano – ô, revelei! (*Risos.*)

Que as dúvidas que alimentam o argumento da falta de segurança jurídica sustentado por setores do Governo sejam sanadas com estudos aprofundados que se encontram disponibilizados pela comunidade negra.

Olhem o Dr. Hédio Silva aqui, olhem nosso querido irmão militante, Dr. Werneck, olhem tantas outras pessoas preparadas, com argumentações boas!

(*Soa a campanha.*)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Basta verem hoje à tarde, no TST, que vão aparecer lá, com precisão, esses dados.

Que o Ministério Público abra processo contra todos os prefeitos e governadores que não implementaram a Lei nº 12.288.

E, para nossa Senadora, a coragem de levar adiante nossas propostas. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Frei David, Diretor Executivo da Educafro, pela presença e pelas informações. Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bem rápido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ...para que se manifeste. Iremos, depois, para as considerações finais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Farei uma fala bem rápida, considerando inclusive que temos sessão no plenário em seguida.

Apenas dizer que o Frei David, de fato, teimoso – teimoso, teimoso –, me liga no sábado, liga domingo. “Paim, cadê a minha audiência pública? Não dá para confiar em ninguém mais”. Ele fala bem assim para a gente. Eu lhe digo: “Frei, não depende de mim. Eu entro com o requerimento”. “Mas liga para

a Presidenta!”. Ele não teve dúvida alguma, contou e é verdade.

O SR. FREI DAVID SANTOS – No domingo, liguei para ela.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – No domingo, ele ligou para ela e me disse que lá estava resolvido. A Presidenta atendeu o pedido, e estamos realizando a audiência.

A audiência poderia ter sido ontem. Mais uma vez, agradeço à Presidenta, porque eu não poderia estar aqui ontem. Só poderia chegar hoje, e não sabia a que horas, porque estava num evento em Santa Catarina, que reuniu o movimento sindical dos três Estados do Sul. Mas, enfim, voltei para o Rio Grande, cheguei à meia-noite, peguei o voo das 6h e consegui chegar a tempo.

Mas estou mais cumprimentando o Frei David pela insistência dele.

Frei David, também achei brilhante a palestra aqui do Professor Augusto Werneck, das ações afirmativas; foi muito feliz. Acho que quem assistir, e vai ter reprise dessa nossa audiência, vai ver a clareza como ele colocou.

O Rui Portanova eu sou suspeito para elogiar, porque ele é lá do meu Rio Grande.

Sobre essa ideia do mandado de injunção, o Frei David na sua eloquência e militância disse contra a Presidenta Dilma. Eu sei que não é isso o que ele quer dizer. Isso é para mexer com as massas. É a favor da política de cotas na área pública. É a favor, e não contra a Dilma. Eu tenho certeza de que esse é o objetivo do mandado de injunção. (*Palmas.*) Mas ele, na militância legítima coloca as palavras de forma contundente. É claro que nós temos de dar uma arredondada aqui.

Enfim, também dizer, meu amigo Rui Portanova, o carinho que tenho por você. Nós acompanhamos muito a chamada jornada de junho e de julho, dos jovens nas ruas. Todos nós criticamos, e confesso que criticamos mesmo quando se parte para a linha do quebra, do arrebenta. Achamos que isso não resolve nada.

E quero ficar com a sua fala: “é o tribunal das ruas”. E quando V. Exª fala das vidraças é de forma simbólica: quebrar os paradigmas, e não quebrar as vidraças. Eu sei que esse foi o objetivo e quero cumprimentar V. Exª. Se hoje há cotas lá no Rio Grande do Sul, eu tomo a liberdade de dizer que não só ele – nem ele gostaria que eu dissesse que foi só ele – foi graças ao Rui Portanova (*Palmas.*), um dos militantes que fez com que isso acontecesse. Esse carinho você sabe que é verdadeiro. Tenho uma relação histórica com toda a família Portanova, com muito orgulho.

E a nossa Seppir; não é preciso falar da Seppir aqui, porque é chover no molhado. Claro que a Seppir

não é perfeita, mas se há Estatuto da Igualdade Racial, se há política de cotas, se teve a lei de injúria, nós temos de reconhecer que a Seppir foi fundamental, até para insistir conosco quando estávamos endurecendo aqui, tanto nas cotas como na questão do Estatuto. E a Seppir disse; “Paim, vamos lá, passo a passo. Vamos indo, vamos avançando. Se não é o momento agora, é amanhã”.

Eu também queria cumprimentar a Seppir na figura do Luiz Barcelos aí. (*Palmas.*)

Do Frei David não é preciso falar. Não precisa falar. Falar do Frei David aqui é brincadeira. O Frei David é o cara. É o cara, do jeito dele. Eu, naturalmente, não gosto de algumas expressões que ele usa, mas é legítimo que ele as use. Mas eu tenho o direito de não gostar, pelo palanque em que estou, que é do lado de cá, mas ele sabe o que estou dizendo e eu o respeito. E alguém tem de ser duro, e compete a nós.

Por exemplo, na própria simbologia dessa audiência no Supremo, é uma audiência, apesar da Presidenta Dilma. Eu já diria que faremos uma audiência pública para sensibilizar a Presidenta Dilma, porque eu tenho certeza de que ela vai sensibilizar-se. Eu já vi declarações da Presidenta de que é a favor, sim, de quotas no serviço público, mas a máquina, a engenharia, a arquitetura para chegar lá você sabe que não é fácil.

Vejam o que foi aqui para aprovarmos o Estatuto da Igualdade; vejam a política de cotas; vejam aquela audiência no Supremo, de que quase todos participamos, o tanto que ela doeu, inclusive pela argumentação de um dos contrários, que tratou a mulher negra como prostituta. Vocês lembram, não é? Não precisamos repetir a história. O argumento foi da maior gravidade: de que a mulher negra era violentada porque gostava – vejam o termo. Fomos obrigados a dizer lá: “Quero ver se fosse a tua mãe, se fosse a tua filha, se fosse a tua amiga, se fosse a tua tia, se você usaria esse tipo de expressão”.

Frei David, o senhor é um ícone da luta do movimento negro. Não poderia também deixar de... (*Palmas.*) Sei que as palmas serão as mais fortes.

Dr^a Carla, eu não assisti ao seu pronunciamento, porque tive de ir ali votar. Casualmente, fui Relator de um projeto do Senador Cristovam, que garante, pelo menos no curso gratuito de Medicina, no mínimo, dois anos de serviço comunitário nas áreas mais pobres. Dei o parecer favorável, apesar de alguns não gostarem, e o aprovamos por unanimidade. (*Palmas.*)

Deve-se ter o compromisso, sim. Ganhou o curso gratuito, terá de responder também.

Então, Dr^a Carla, aceite aqui, a senhora que é Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro... Sempre tive uma relação muito grande com os defensores

públicos, seja do Município, do Estado ou da União. Serei palestrante neste fim de semana no Rio Grande do Sul dos defensores públicos do Município. Defendo com convicção – ao contrário do que alguns colocam – que é fundamental que o defensor público esteja no Município, no Estado e na União. Na sua figura, bato palmas a todos os defensores públicos. (*Palmas.*)

Ao Hédio não vou falar. Vou-lhe dizer, Hédio, que, nesses dias, assinei o requerimento de uma indicação sua para uma instância do Judiciário. Só quero dizer uma coisa, Hédio: vou me sentir realizado no dia em que você estiver no Supremo Tribunal representando todo o povo brasileiro, negros e brancos. (*Palmas.*)

É um sonho que pode tornar-se realidade. Vamos todos trabalhar para isso.

Enfim, só posso agradecer a todos e à nossa querida Senadora Ana Rita, que fez um esforço enorme para estar aqui hoje. Disse: “Paim, faço questão de estar aí, vou estar aí e vou presidir essa reunião com você”.

Então, estamos aqui, eu como autor do requerimento.

Só posso dizer que acredito que avançaremos e teremos, sim, cota no serviço público.

Fiquei um pouco triste, e o Dr. Rui Portanova pode dizer se é verdade. Viajei no avião com o ex-Deputado Jorge Uequed e ele também é advogado. Ele me disse que, segundo o Raul Carrion, que é autor lá no Estado do Estatuto da Igualdade Racial e também da política de cotas no serviço público – a iniciativa é do Carrion e faço justiça –, o tribunal de contas não aplicou porque não foi avisado.

Ora, se existe uma lei... Ele está entrando com uma ação, se não me engano. O tribunal de contas, no último momento, não aplicou porque não foi avisado. Ele dizia: “Como não foi avisado, se temos uma lei?”

Nós, que somos, em tese, leigos, nós aqui, seremos sempre punidos se desconhecermos a lei. A lei existe; não cumpriu, vai ter de responder pelo delito cometido. Como é que o tribunal de contas... Isso me disse o ex-Deputado e advogado Jorge Uequed. O Carrion o chamou para que entre com uma ação porque o tribunal de contas disse que não foi avisado. Aí não dá! Existe uma lei, e tenho que avisar a esta ou àquela instância. E pode ser que essa nossa fala aqui ajude lá o tribunal de contas a recuar e a corresponder ao que aprovamos lá no Rio Grande do Sul.

Por fim, eu só queria dizer que essa moçada é de guerreiros e guerreiras. Olhem, o que eles já fizeram neste Congresso, sou testemunha viva: de se acorrentarem na frente desta Comissão num dia para discutir a política de cotas, lá em frente ao Palácio. Democraticamente, pediram para entrar e ocuparam alguns ministérios democraticamente, com muito diá-

logo e entendimento, sem nenhum quebra-quebra. Foi assim mesmo, não é? Eles são guerreiros, se deslocam – para quem está assistindo à TV Senado –, eles vêm dos Estados, com o maior esforço do mundo, comendo – como no meu tempo eu lembraria – o que a gente comia na porta de fábrica na greve, comendo o que tem, sem exigência de nada, dormindo como podem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Perdendo horas de trabalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... horas de trabalho, mas por uma causa em que acreditam. Por isso que as pessoas que mais respeito na vida são aquelas que defendem causas e não coisas. E esses guerreiros e guerreiras são homens e mulheres que defendem causas. *(Palmas.)*

Com os meus aplausos, eu encerro.

(Manifestação da plateia: Che, Zumbi, Antônio Conselheiro, na luta por justiça somos todos companheiros.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permitam-me dizer que esse trabalho das cotas não é um trabalho do Paim, não. Eu sempre digo que o Paim não faz milagre. Foi um trabalho coletivo, inclusive da Isabel, que veio da Educafro e trabalha comigo, e do Tiago também, que está hoje lá. É um trabalho coletivo, que eles fizeram e me apresentaram, e eu assinei. Assim é fácil, não é? É como botar a bola no pênalti para fazer o gol.

Então, uma salva de palmas a todos os assessores do movimento social. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paim.

Eu quero aqui dizer que as palavras do Senador Paim são palavras da Comissão Direitos Humanos neste momento. Obrigada pelas suas colocações.

Eu também quero afirmar que o Senado Federal precisa abrir-se um pouco mais para os movimentos sociais. *(Palmas.)*

Hoje pela manhã, nós tivemos muitas dificuldades. É claro que existem regras, e as regras precisam ser respeitadas. O que não se pode é impedir que as pessoas tenham acesso às dependências do Senado, que é a Casa do povo. *(Palmas.)*

É claro que ninguém está aqui para depredar ou fazer qualquer ato ilícito aqui dentro, porque vocês são pessoas que sabem que esta é uma Casa que precisa ser respeitada também, mas não podemos criar dificuldades. E aí me parece que passa um pouco a ideia – não quero aqui afirmar – de uma discriminação muito grande. *(Palmas.)*

Eu acho que é importante que esta Casa esteja cada vez mais aberta aos movimentos sociais, porque aqui se produzem leis, se produz conhecimento, se di-

vulgam informações que são de interesse da sociedade, são de interesse de toda uma coletividade, e não só da população negra. Este debate aqui interessa a toda a nossa população, independentemente de ser negra ou não; interessa a toda a coletividade. Então, é um espaço importante de produção, de conhecimento e de contribuição, com certeza.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Srª Senadora, a gente ficou bastante chateado porque não nos deixaram entrar com o informativo do projeto da entidade que está aqui presente, o jornal – todos os dizeres vou ter que colocar à Mesa. Ele ficou bloqueado lá embaixo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tomaram todo o material.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Essas coisas não podem acontecer. Nós não vamos deixar isso dessa forma. Nós vamos dialogar com o Senado.

Como eu disse, este é um espaço que precisa ser respeitado, com certeza, por quem quer que seja, independentemente de ser do movimento social ou não. Toda pessoa que chega aqui precisa respeitar, porque este é um espaço público. Agora, nós não podemos discriminar pessoas, grupos, categorias, enfim, que venham até aqui para trazer informações e contribuir com um debate tão importante para a sociedade brasileira.

Então, eu quero aqui, em nome do Senado, pedir desculpas a vocês pelo inconveniente que aconteceu hoje cedo. *(Palmas.)*

Infelizmente, também não posso deixar de lembrar um fato. Como eu cheguei um pouco depois, quero agora fazer uma homenagem – e conto com o apoio de vocês – a uma grande companheira do Estado do Espírito Santo, Maria Aparecida Barreto, Vice-Reitora da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo, que faleceu recentemente de uma morte súbita, muito rápida. Ela foi acometida por uma hepatite fulminante e, em poucos dias, veio a óbito. Era uma grande defensora das cotas raciais. Uma mulher negra, grande militante dos movimentos sociais, da mulher, das pessoas com deficiência e da população negra. Uma mulher alegre, bonita. E eu quero aqui, em homenagem a essa grande companheira, pedir a vocês uma salva de palmas bem forte para ela. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E todo o nosso apoio e toda a nossa solidariedade a toda a comunidade acadêmica, a todos os professores e professoras da universidade e também aos seus familiares. Ela deixou uma criança, uma menina de oito anos, e deixou, também, todo o conjunto de professores e servidores muito tristes nesse período. Então, quero aqui manifestar todo o nosso apoio e nossa solidariedade.

Por último, também aproveito a oportunidade, Frei David, para informar sobre a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, para quem está nos acompanhando pela TV Senado, que terá como tema Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: por um Brasil afirmativo, que vai acontecer entre os dias 5 a 7 de novembro de 2013, aqui mesmo em Brasília. A III Conferência, como vocês sabem, é uma promoção do Poder Público, do Governo Federal, com o apoio também das entidades da sociedade civil.

Quero dizer que vamos encaminhar a solicitação dada aqui pelo Dr. Rui Portanova e também pelo Dr. Hédio à Presidenta da República, a nossa Presidenta Dilma Rousseff, fazendo aqui uma indicação legislativa, sugerindo que realmente regulamente a Convenção Internacional 111 da OIT, através de um decreto presidencial, para que ela avalie a possibilidade – por decreto ou por medida provisória. (*Palmas.*)

E, também, como o encaminhamento desta audiência pública, que é uma audiência para fazer um balanço da importância das cotas raciais no nosso País, que possa ser regulamentada esta Convenção Internacional da OIT.

Depois, caso vocês queiram falar um pouco mais sobre isso, vou conceder agora três minutos para as considerações finais, em função da sessão que vai começar daqui a pouco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Por sugestão, será um minuto para as considerações finais.

Vou passar para o Dr. Hédio Silva Junior, doutor em Direito Constitucional, por um tempo de um minuto para as considerações finais.

O SR. HÉDIO SILVA JUNIOR – Obrigado, Senadora.

Quero dizer que me coloco à disposição para ajudar na formatação jurídica dessa indicação, para que não pare nenhuma dúvida. E basta vontade política – o que, inclusive, a Presidenta Dilma tem demonstrado –, sem embaraço jurídico. Inexiste argumento jurídico que impeça a implementação de políticas de ação afirmativa no serviço público, inclusive cotas.

Quero lembrar ao Frei David essa discussão. O Brasil é assim: quando a classificação racial servia só para violar direitos, as pessoas não tinham dúvida sobre quem era preto no Brasil. Agora, com as ações afirmativas, fica essa dúvida interminável.

Então, dizer que temos sete documentos – sete mesmo é número de mentiroso, mas no caso é uma verdade documentada –, Senador Paim, Senadora Ana Rita, sete documentos públicos nos quais os brasileiros são classificados racialmente.

Qual foi a fórmula que colocamos à disposição do Ministério das Relações Exteriores? A autodeclaração. Na dúvida, o sujeito apresenta um desses documentos, dele próprio, do pai ou da mãe, que ele vai ser considerado negro para fins das políticas de ação afirmativa.

O Portanova sabe disso: se levamos essa discussão para o Judiciário, sobre quem é negro e quem é branco no Brasil, essa discussão não vai ter fim. E isso não é categoria genética; isso é uma categoria política. Quem é negro é quem é tratado socialmente como tal.

Como há os documentos, também me coloco à disposição para apresentar um parecer sobre isso para o Ministério das Relações Exteriores, sobre como a Constituição e os tratados lidam com isso, para que não pare nenhuma dúvida. Então, Senador Paim, com a sua paciência, com a sua habilidade... A gente tem uma conquista e vem uma dificuldade; tem outra conquista e vem uma dificuldade; e que bom que os advogados podem tentar dar uma contribuição para que avancem as políticas de ação afirmativa no Brasil.

Muito obrigado, Senador; muito obrigado, Senadora, e família Educafro. E os meus alunos na faculdade à noite. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Hédio.

Concedo a palavra agora à Drª Carla Beatriz, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro.

A SRª CARLA BEATRIZ NUNES MAIA – Quero agradecer e dizer que é uma honra participar de uma Mesa conduzida por uma mulher. Os negros e nós, mulheres, aos pouquinhos, estamos ocupando os espaços a que temos direito. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Dr. Rui Portanova, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

O SR. RUI PORTANOVA – Só falta a assinatura da Presidenta, para implementar as cotas no serviço público; a gente já pode botar a bola para frente. Daqui para frente, vamos trabalhar nas cotas nas empresas privadas também. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Dr. Rui Portanova.

Concedo, agora, a palavra ao Luiz Barcelos, que está aqui substituindo neste momento a Srª Angela Nascimento, que é a Secretária de Políticas da Seppir.

Luiz Barcelos é gerente de projetos da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Seppir.

O SR. LUIZ BARCELOS – Boa tarde a todos e todas. Só para concluir, é um prazer e uma honra estar em uma Mesa discutindo e avançando nessa pauta, que, sem dúvida, está no centro das preocupações da Seppir e do trabalho que a gente tem de fazer.

Agradeço à Senadora Ana Rita por ter proporcionado esse espaço na Comissão de Direitos Humanos. Agradeço ao Senador Paim pela autoria do requerimento que nos reuniu aqui, e a todos os colegas da Mesa, que falaram com tantos elementos para reflexão do alto de suas biografias e dos lugares institucionais em que estão, que nos trazem aqui a responsabilidade da nossa fala pública.

Como a Secretária Angela documentou – recuperou os dados rapidamente – e nós sabemos, pela experiência, que as cotas na educação foram um processo que começou lá na UERJ, por uma lei, na Uneb, na Bahia, na UnB, por iniciativa de seus órgãos universitários, em 2001, e que, só em 2012, chegam à lei federal. E, agora, todas as instituições de ensino superior federais estão obrigadas a seguir esse critério.

Acho também que, no serviço público – como estava nos depoimentos, nos relatos aqui trazidos e também nos dados que a Secretária Angela não teve tempo de apresentar –, já avançou: as cotas no serviço público já são uma realidade em diversas instâncias. Acho que é só uma questão de tempo até nós – tempo e a pressão legítima do movimento social – chegarmos a uma lei federal também com esse objetivo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Luiz Barcelos.

Concedo, agora, a palavra ao Frei David Santos, para finalizar.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Senadora, são dois pontos rápidos. O primeiro é dizer da nossa expectativa positiva. Quando conversei com a senhora, telefonei para sua casa, a senhora me falou que também gostaria de realizar uma audiência pública para avaliar um ano de cotas federais. Então, eu tenho certeza de que a senhora vai anunciar brevemente para nós essa audiência pública focada unicamente em avaliar um ano de cotas nas federais, que estamos celebrando agora nos últimos dias. Vamos aguardar com carinho o seu anúncio.

Segundo, dizer que contamos com a senhora, Senadora Ana Rita, e com o Senador Paim, com um telefonema de vocês hoje, o mais breve possível, para a Ministra do Planejamento, Belchior. Nós não queríamos ter que dormir na rua lá, de hoje para amanhã, e até o dia em que for necessário. Não queríamos isso. Cabe só a ela. A Presidente hoje já falou, ela quer assinar; basta a Belchior liberar.

Então, se o telefonema de vocês dois para lá tirar dela o compromisso de que ela vai fazer isso e brevemente, nós, com certeza, iremos rever essa pressão contra o Ministério do Planejamento, que vai acontecer hoje, infelizmente. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Frei David.

Quero ainda dizer que nós recebemos três perguntas. Não foram lidas essas três últimas porque já chegaram ao final, mas já foram, de certa forma, todas elas respondidas.

Antes de finalizar, recebemos aqui o Senador Eduardo Suplicy, a quem pergunto se gostaria de fazer alguma colocação ainda.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senadora Ana Rita, quero cumprimentar a Comissão de Direitos Humanos por haver promovido este debate sobre as cotas. Como o Frei David, todos sabem, votei favoravelmente quando, aqui no Senado, apreciamos. Estou de acordo com que devamos, sim, dar oportunidades a todos aqueles que, por razões históricas, desde o tempo da escravidão, precisam de compensação.

Portanto, peço desculpas, porque esta manhã de hoje foi, como tem sido, excessivamente cheia de compromissos, e eu tinha de estar simultaneamente em muitos lugares. Mas aqui estou para dizer do meu apoio a todos que batalham pela maior igualdade de direitos para todos os brasileiros e brasileiras.

Parabéns a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Agradecemos a presença de todos os nossos convidados e convidadas que brilhantemente participaram desta Mesa, enriquecendo o debate, trazendo informações importantes e novas, que muito irão nos ajudar nesse processo daqui para frente.

Queremos agradecer também a todos os alunos e alunas do Educafro, que estão aqui e que nunca se furtaram a estar presentes no Congresso Nacional defendendo um direito da maioria de população brasileira, que é o direito a ter acesso ao serviço público, às universidades, às escolas públicas, enfim, defendendo aqui políticas afirmativas de interesse da maioria da nossa população brasileira, que é negra. Não é isso?

E agradecer também ao Frei David. Ele é aquele que sempre nos cobra, nos pressiona e que está sempre presente.

Parabéns, Frei David, por sua luta e por seu trabalho.

Muito obrigada a vocês.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*

Convido a todos vocês para fazemos uma foto aqui na frente, com a presença dos Senadores, dos alunos e dos nossos convidados.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

ATA DA 42ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e sete minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Delcídio do Amaral, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Gim e Armando Monteiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Passa-se, então, à deliberação dos itens da **PAUTA: ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Barbados.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. Usa a palavra o Senador Luiz Henrique, que apresenta solicitação de inclusão de item extrapauta, aprovada, delibera-se o **EXTRAPAUTA: ITEM 5 – MENSAGEM (SF) Nº 87, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ EDUARDO MARTINS FELICIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai. O

Presidente concede a palavra ao relator, Senador Luiz Henrique, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. Usa a palavra o Senador Delcídio do Amaral, que apresenta solicitação de inclusão de item extrapauta, aprovada, delibera-se o **ITEM 6 – REQUE-RIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTE-RIORES E DEFESA NACIONAL Nº 94, de 2013**, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que “Requeiro, nos termos regimentais, que seja realizado, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um Ciclo de Debates visando abordar o Projeto do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), considerado projeto estratégico do Exército Brasileiro, e apresenta-lo às autoridades estaduais e municipais, classe empresarial, entidades educacionais e demais setores de interesse. O Ciclo de Debates deverá ser realizado, em data a ser definida, nos municípios de Ponta Porã-MS, Corumbá-MS e Campo Grande-MS. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Na-cional encarregar-se-á de convidar, para os debates, autoridades do Comando do Exército e outros partici-pantes diretamente envolvidos com o tema. Aprovado. Usa a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá. Sabatina realizada. **ITEM 4 – MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhora MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul. Sabatina realizada. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. O Presidente convida a Embaixadora **Maria da Graça Nunes Carrion** e o **Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos** a comporem a Mesa e fazer suas exposições. Usam a palavra os Senadores Luiz Henrique, Cyro Miranda, Roberto Requião, Eduardo Suplicy, Delcídio do Amaral e a Senadora Vanessa Grazziotin. Durante os debates, foram apresentados

questionamentos sobre Acordos Internacionais que se encontram na Câmara dos Deputados, mas que ainda não foram deliberados. Os Embaixadores respondem os questionamentos. A reunião é tornada secreta às doze horas e trinta e três minutos e reaberta às doze horas e trinta e seis minutos. Atua como secretária a Senadora Vanessa Grazziotin e como escrutinador o Senador Roberto Requião. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. **ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 95, de 2013**, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Requeiro, nos termos regimentais, apoio desta Comissão de Relações Exteriores à reunião do Comitê Executivo da Confederação de Parlamentares das Américas, que ocorrerá no dia 15 de outubro do corrente ano no Senado Federal. O evento contará com a presença de diversos parlamentares das Américas. Aprovado. Da pauta, ainda, delibera-se o **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 79, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Armando Monteiro, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-CI. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

ITEM Nº 1

MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor Luiz Gilberto Seixas de Andrade, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Barbados.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 – Leitura do Relatório, conforme a Resolução nº 41, de 2013 – SF.

Concedo, portanto, a palavra a S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti para proferir seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Luiz Gilberto Seixas de Andrade, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Barbados.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual se extraem as informações que se seguem.

Nascido no Rio de Janeiro em 21 de outubro de 1950, filho de Carlos Auto de Andrade e Maria Dulce Seixas de Andrade, o Sr. Luiz Gilberto Seixas de Andrade graduou-se em Economia pela Faculdade Cândido Mendes em 1974. No ano seguinte concluiu o Curso de Preparação da Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco e iniciou sua carreira no Ministério das Relações Exteriores. Em 2000, com a dissertação: “Privilégios e Imunidades: o Sistema Brasileiro e Proposta para Aperfeiçoamento do Sistema”, foi aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Ascendeu a Conselheiro em 1990 e a Ministro de Segunda Classe em 2001, sempre por merecimento.

Na carreira diplomática e na chancelaria, desempenhou, entre outras, as funções de Cônsul-Geral Adjunto em Londres, em 1991; Conselheiro na Embaixada em Montevideu, em 1994; Chefe da Coordenação de Privilégios e Imunidades em 1998; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Copenhague, em 2001; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Roma, em 2007; e Embaixador em Georgetown, de 2009 até o presente.

Quanto a Barbados, importa registrar neste relatório, para subsidiar o assessoramento e a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

Barbados tem cerca de 431km², área equivalente à Ilha de Santa Catarina, onde se situa a cidade de Florianópolis. A população estimada em 2012 é de 278 mil habitantes. Seu Produto Interno Bruto, em valores calculados pelo poder de compra, em 2012, foi de US\$7,1 bilhões, o que lhe propicia um PIB *per capita* de US\$25.510,00 (em comparação com o Brasil, que é US\$12.038,00).

Seu Índice de Desenvolvimento Humano é 0,793, o que o coloca em 47º lugar no cenário mundial. A expectativa de vida de seus habitantes é de 77 anos. Seu índice de alfabetização é de 99,7%.

Brasil e Barbados estabeleceram relações diplomáticas em 1971, cinco anos após a independência do país caribenho, que se deu em 30 de novembro de 1966. Os anos recentes registram uma aproximação crescente entre Brasil e Barbados, evidenciada pela abertura da Embaixada de Barbados em Brasília em abril de 2010 e pelo estabelecimento, em junho do mesmo ano, de voo direto entre São Paulo e Bridgetown.

A corrente de comércio bilateral em 2012 foi da ordem de US\$18 milhões de dólares, representando queda em relação aos quase US\$20 milhões do ano anterior, sendo que em 2010 o intercâmbio havia alcançado o recorde de US\$23 milhões, com saldo negativo para o lado brasileiro. Esse resultado *sui generis* de 2010 foi motivado pelo aumento de nossas importações, em especial a compra de óleos brutos de petróleo processados em território barbadiano.

As empresas brasileiras que atuam em Barbados são a Gol/Varig Linhas Aéreas, a Dedini S. A., que está em fase de negociação para a construção de usina de etanol em Barbados, e o instituto Zorovich, cujo projeto é instalar no país um escritório de representação especializado em cursos e treinamentos para o mercado marítimo, portuário e *offshore*.

Reitere-se por fim que, apesar da população relativamente pequena, Barbados tem o 5º maior PIB entre

os 14 membros da Comunidade do Caribe (Caricom), e a terceira maior renda *per capita* do bloco. No Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, em 2011, o país se encontra na faixa considerada de desenvolvimento muito alto, ocupando a 47ª posição (e só para comparar, o Chile ocupava o 44º, e a Argentina, o 45º).

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos da Resolução nº 41, de 2013.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, tendo em vista o interesse recíproco do Brasil e do Paraguai em restabelecer totalmente as relações diplomáticas entre ambos os países, peço a V. Ex^a, que, ouvindo o Plenário, permita-me relatar extrapauta, a Mensagem nº 87, de 2013, da Presidenta da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O pedido de V. Ex^a é regimental.

Nós consultamos as Sr^{as} e os Srs. Senadores sobre se manifestam-se favoravelmente. *(Pausa.)*

Não havendo quem se oponha, vamos incluir extrapauta o requerimento de V. Ex^a. Como temos em nossa pauta sabatinas, nossa proposta é que V. Ex^a pudesse apresentar o relatório extrapauta neste instante.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 87, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ EDUARDO MARTINS FELICIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação feita pela Senhora Presidente da República do Sr. José Eduardo Martins Felício, atual Embaixador do Brasil em Havana, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador José Eduardo Martins Felício nasceu em Presidente Prudente, Estado de São Paulo, no dia 12 de setembro de 1950, filho de José Elias Felício e Aurora Martins Felício. Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco, em 1973, mesmo ano em que concluiu o curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. No ano seguinte, torna-se Terceiro-Secretário.

Destacam-se, dentre outros, os importantes cargos ocupados junto à burocracia no Itamaraty na Esplanada: assistente da Divisão da Organização dos Estados Americanos (1974); da Divisão da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (1975); e da Divisão da Organização dos Estados Americanos (1976); Ajudância da Primeira Subchefia do Conselho de Segurança Nacional (1986); chefia da Divisão de Energia e Recursos Minerais (1988); da Divisão de Agricultura e Produtos de Base (1989); e da Divisão da América Meridional II (2001); do Departamento da América do Sul (2003); a Assessoria Especial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2001); e a chefia da Secretaria de Planejamento Diplomático (2004). No exterior, integrou as missões permanentes junto a Viena (1983), junto à ONU (1995), junto à Comissão de Desarmamento das Nações Unidas (1998), em Ottawa (1999), em Montevidéu (2006), e em Havana (2010).

Sua tese para o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco foi publicada, em 1991, pela Fundação Alexandre de Gusmão, sob o título “As Salvaguardas Internacionais”. Possui, ainda, publicações nas áreas de desarmamento, não proliferação e controle de tecnologias avançadas.

Em razão de sua destacada atuação, recebeu vários lauréis, aqui relacionados neste parecer.

Das relações bilaterais, cumpre destacar a suspensão do Paraguai da União de Nações Sul-Americana (UNASUL) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), além da convocação a Brasília do Embaixador brasileiro em Assunção, significando a suspensão das relações bilaterais, como resposta ao *impeachment* do Presidente Fernando Lugo, ocorrido em 2012. A atual nomeação teria por fito reverter parcialmente esse quadro de isolamento político a que foi colocado o Paraguai, país-irmão do Cone-Sul.

Nada obstante, afirma a Chancelaria, as relações comerciais e econômicas entre os países não foram afetadas por esses acontecimentos. Com efeito, as exportações paraguaias ao Brasil cresceram 38% no ano passado, e as exportações brasileiras àquele país, no primeiro trimestre de 2013, aumentaram 25%. Os planos de investimentos de empresas brasileiras no Paraguai tampouco foram prejudicados, e os negócios mantiveram o ritmo usual.

Não obstante a aceleração das relações comerciais e dos investimentos entre o Brasil e o Paraguai, é fundamental, urgente e inadiável o restabelecimento integral das relações diplomáticas.

Nesse sentido, é que pedi a V. Ex^a urgência para apresentar esse parecer e, inclusive, interpretando solicição que me fez pessoalmente o ex-presidente Franco e o Presidente recém-empossado, Horácio Cartes, solicito que V. Ex^a agende para a próxima quinta-feira, sendo possível, a sabatina do ilustre Embaixador José Eduardo Martins Felício.

Salvo melhor juízo, é o parecer, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado Senador Luiz Henrique.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos, nos termos regimentais, conceder vista coletiva da matéria para, oportunamente, marcarmos a deliberação e a sabatina.

O Item 3...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu gostaria, Sr. Presidente, se possível, que nós pudéssemos apreciar o requerimento que eu apresentei a esta Comissão, fruto da audiência pública presidida por V. Ex^a, do Sisfron, que é um programa de extrema relevância para o País, um

programa voltado para as regiões de fronteira, para o Brasil profundo. E um sistema de monitoramento eletrônico que implica não só inovação, desenvolvimento de tecnologias, obras importantes e fornecimento de equipamentos que vão nos ajudar a controlar nossas fronteiras, não só no que se refere a contrabando, drogas, sanidade animal. Enfim, uma série de temas que são muito específicos e acentuados, para ser mais explícito, nessas regiões de fronteira.

E, naquela audiência pública, eu mesmo disse a V. Ex^a que iria apresentar um requerimento, e o meu Estado, o Mato Grosso do Sul, é o primeiro Estado a receber esses investimentos, até porque todos nós aqui sabemos que Mato Grosso do Sul faz fronteira com o Paraguai e com a Bolívia. Portanto, são fronteiras que preocupam muito e são responsáveis exatamente pelas ilegalidades que ali acontecem, por problemas que os grandes centros urbanos brasileiros enfrentam.

Então, eu estou apresentando um requerimento e eu conversei com o General Santos Guerra, que é o Comandante do CCOMGEX e responsável pela implementação do Sisfron, que nós faríamos audiências públicas em Mato Grosso do Sul, em três cidades: Campo Grande – que é a nossa capital –, Ponta Porã e Corumbá.

Eu acho que esse tema é de extrema importância. A discussão desse tema vai crescer, associada – como eu disse hoje, inclusive, ao Senador Mozarildo Cavancanti – à priorização de políticas de fronteira que garantam desenvolvimento econômico e social para as fronteiras brasileiras. O Brasil faz fronteira com 11 países.

Portanto, eu trago aqui esse requerimento, segundo o qual a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tão bem liderada por V. Ex^a, faria audiências públicas em Mato Grosso do Sul, que é o primeiro Estado que está recebendo esses investimentos, para que efetivamente nós tenhamos condição de não só ampliar esse debate, mas dar conhecimento para a sociedade do que representa o Sisfron.

Também quero destacar, Sr. Presidente, dentro daquilo que foi amplamente debatido nesta Comissão, que – assim como o Prosub, da Marinha, e o FX, da Aeronáutica –, agora o Sisfron finalmente, em uma decisão lúcida do Governo, e pela ação aqui da Comissão de Relações Exteriores junto ao Ministério do Planejamento, foi incluído no PAC. Portanto, não terá as dificuldades de contingenciamento de recursos e frustração dos recursos necessários para implantar esse projeto.

Então, eu trago esse requerimento à apreciação de V. Ex^a e dos Senadores, porque entendo que, a partir do momento em que esta Comissão aprovar esse

requerimento, nós já agendaríamos com o pessoal do Sisfron e nos programaríamos para fazer essas agendas importantes em Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

A Senadora Ana Amélia pede a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, se o Senador Delcídio do Amaral me permitir a honra, subscrever com V. Ex^a o requerimento.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Solicita, portanto, o Senador Delcídio, em consórcio com a Senadora Ana Amélia, que nós possamos incluir extrapauta, nos termos regimentais, a realização de um ciclo de debates visando a abordar o projeto do Sistema de Monitoramento de Fronteiras, considerado um projeto estratégico do Exército Brasileiro. É muito mais do que um projeto do Exército; é um projeto do Estado brasileiro, produzindo ações integradas, intensas, para uma política de fronteira, de modo a coibir, inibir os crimes transnacionais que estão presentes nas nossas fronteiras, no nosso Brasil profundo, a leste. Propõe ainda o Senador Delcídio que nós possamos fazer esses ciclos de audiências nas cidades de Ponta Porã, Corumbá e Campo Grande.

Quero crer que, dessa forma, esta Comissão poderá inclusive movimentar-se por esses Estados e por esses Municípios, considerando que o tema da defesa é um tema do nosso escopo, e considerando ainda que o tráfico de drogas está no centro e no núcleo da elevada criminalidade em nosso País. Portanto, combater o tráfico de drogas na fronteira me parece uma estratégia muito mais eficiente do que combatê-lo nas nossas cidades, a considerar a epidemia do consumo de drogas que inferviza a vida de milhares e milhares de brasileiros.

Portanto, me parece muito oportuno, mas eu consulto as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores sobre a possibilidade de incluirmos e votarmos esse requerimento extrapauta, pela tempestividade do tema, sobretudo agora, com a inclusão do Sisfron no PAC, o que, esperamos todos nós, pode acelerar a implementação desse importante e estratégico projeto para as nossas Forças Armadas e para a sociedade brasileira, pelo impacto que pode produzir no combate aos crimes transnacionais.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos, ato contínuo, Senador Delcídio, fazer uma programação para que nós possamos desenvolver esse

ciclo de debates e atividades nessas cidades e posamos mover a nossa Comissão de Defesa para que ela faça essas reuniões itinerantes, começando pelo Estado do Mato Grosso do Sul, mas, evidentemente, estendendo a participação e a presença da Comissão de Defesa a outros Estados que também convivem com o mesmo tipo de problema e desafio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não só permito, como lhe concedo a palavra...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...com muita alegria, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Quero cumprimentar a iniciativa do Senador Delcídio e, desde já, dizer que, através do exemplo que ele dá, eu gostaria, imensamente, que a Comissão fosse, também, à fronteira norte. Nós temos uma fronteira importante no Estado do Amazonas, que é Brasil, Peru e Colômbia, que também vive uma situação gravíssima. Para o senhor ter uma ideia, a Força de Segurança Nacional, que deve estar temporariamente em determinados lugares para resolver problemas temporários, está lá há mais de dois anos e não consegue sair, Sr. Presidente, tamanho o grau e nível de violência.

Então, eu apresentarei, da mesma forma, um requerimento para que a gente possa ir também até aquela região importante do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a iniciativa de V. Exª, sempre muito atenta aos interesses da nossa Amazônia.

O item 3 da pauta submete à apreciação desta Comissão a indicação do Sr. Pedro Fernando Brêtas Bastos, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá, de autoria da Presidência da República e relatoria do Senador Cyro Miranda.

De igual forma, a indicação da Srª Maria da Graça Nunes Carrion, Ministra de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul. De autoria da Presidência da República, essa matéria foi relatada pelo eminente Senador Luiz Henrique.

Em 5 e em 12 de setembro, respectivamente, foram lidos os relatórios e foi concedida vista coletiva das matérias. Nós temos a honra de convidar S. Exªs, a Embaixadora Maria da Graça Nunes Carrion e o Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos. *(Pausa.)*

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 66, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Gim (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 67, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhora MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Autoria: Presidente da República

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Informo a S. Exªs que S. Exªs dispõem de até 15 minutos, mas, evidentemente, o tempo é amigo e, se houver necessidade, nós podemos prolongar o tempo para que as Srªs e os Srs. Senadores possam sabatar

a indicação presidencial para essas duas importantes missões diplomáticas.

Ao final, nós faremos o debate e, no curso das manifestações, nós vamos abrir a votação para as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que desejarem manifestar o seu voto, considerando que a matéria é de domínio e conhecimento público, já publicado.

Concedemos, portanto, a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas, Presidente, saudar os nossos novos Embaixadores em representação no Canadá e, também, na Associação, na Aladi (Associação Latino-Americana de Integração) e também no Mercosul.

Queria dizer que eu lamento, profundamente, não poder ficar aqui, porque sou autora única de uma audiência pública sobre médicos peritos da Previdência Social na CAS, a Comissão de Assuntos Sociais.

Então, esse é o motivo. Mas, no intervalo da audiência, virei aqui, com muito grado, para dar o meu voto e saudar, especialmente, a nossa Embaixadora Maria da Graça Carrion, que é do meu Estado, Rio Grande do Sul, então, um motivo adicional da minha alegria; e, também, ao Embaixador Pedro Brêtas, que é amigo de uma Embaixadora gaúcha de quem eu tenho muito orgulho, Leda Lúcia Camargo, que está hoje nos está representando na Suécia e que recebeu muito bem o nosso Presidente Ricardo Ferraço, o Senador Eunício Oliveira e o Senador José Agripino Maia, recentemente.

Obrigada, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós que agradecemos a V. Ex^a e aguardamos o retorno de V. Ex^a.

Sem mais delongas, concedo a palavra a S. Ex^a a Embaixadora Maria da Graça Nunes Carrion, indicada para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Concedo a palavra a S. Ex^a.

A SR^a MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION – Muito obrigada, Sr. Senador Ricardo Ferraço.

Eu queria, antes de tudo, agradecer aos membros desta Comissão, ao senhor muito especialmente, por me convocarem para esta sabatina, que eu sei que é muito importante para que, caso eu seja aprovada, possa me legitimar ao exercício do cargo de Delegada do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercosul, indicação com a qual muito me honrou a Excelentíssima Senhora Presidenta da República e o então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio Patriota.

Quero agradecer, também especialmente, o Senador Luiz Henrique, Relator, com quem eu estive ontem, pelo seu relatório e pela sua gentileza.

Acredito que esta aqui é uma valiosa oportunidade que se me oferece para continuar nessa lide de trabalhar na América do Sul, que é uma região pela qual eu sempre tive um grande apreço em termos de exercício da minha profissão. Eu servi duas vezes em Buenos Aires, estou no Chile pela segunda vez, já servi em Montevideú, também servi na delegação permanente em Genebra e, realmente, eu tenho uma opção muito forte pela América do Sul, de modo que, caso aprovada por V. Ex^{as}, eu ficaria muito feliz em poder voltar para Montevideú.

Eu darei um breve panorama da delegação do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e o trabalho que se pretende realizar naquela associação.

Em primeiro lugar, quero dizer que a integração política, econômica, social e cultural dos povos da América Latina é um princípio constitucional, inscrito no art. 4º da nossa Constituição. Portanto, para o Ministério das Relações Exteriores, antes de ser também uma prioridade, é um compromisso que nós temos com esse princípio constitucional. E construímos a integração regional e nos orientamos pela busca de objetivos compartilhados com os nossos vizinhos, tais como democracia, paz, prosperidade, segurança, inclusão social, inovação e respeito aos direitos humanos.

Então, o meu esforço, nessa delegação, será o de dar continuidade a esse trabalho e, juntamente com a Secretaria de Estado, procurar caminhos inovadores para continuar fazendo essa integração, que é uma prioridade constitucional.

A Aladi, como nós costumamos chamar, foi criada pelo Tratado de Montevideú, de 1980, e representa ganhos expressivos em termos de uma rede de acordos flexíveis, de mecanismos de acordos entre países com diferentes níveis de desenvolvimento. Um dos seus principais objetivos é o de promover o desenvolvimento econômico, social, harmônico e equilibrado da região. E seus princípios também são o pluralismo das políticas econômicas, a convergência progressiva de ações, a flexibilidade e a multiplicidade nas formas de concertação.

A Aladi é integrada por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A Nicarágua encontra-se, neste momento, em processo de adesão. E uma informação também que veio muito recentemente é de que a China pediu para ser observador junto a Aladi, o que para nós é muito importante.

A China já participou de uma primeira reunião do Comitê de Representantes Permanentes, e nós teremos com esse país, que é um parceiro muito importante, oportunidade de poder aprofundar as nossas relações.

A Aladi, mais do que um locus para a realização de negociações, presta assessoramento técnico, cooperação, facilitando por essa via o trabalho negociador dos Estados. Ou seja, compete aos Estados fazer as negociações e mover esse trabalho da Aladi. E a Aladi oferece o amparo jurídico necessário de que os acordos precisam para se legitimarem e para serem internalizados no ordenamento interno de cada país.

Os acordos da Aladi geram muito comércio, muito comércio mesmo. Em 2011, em plena crise econômico-financeira internacional, o comércio intra-Aladi alcançou o patamar de US\$153 bilhões, 22% acima dos US\$125 bilhões registrados em 2010. Esses números se tornam mais relevantes ainda quando se sabe que 73% das preferências intrazona já alcançaram os 100% de desgravação tarifária, ou seja, livre comércio e que 77% do valor intrarregional, em 2010, foi realizado ao amparo desses acordos.

O Brasil, com a maior economia na Aladi, é o que mais se beneficia desses acordos. Eu não desejaria cansar V. Ex^{as} com tantos dados econômicos, comerciais e de troca, mas tenho todos aqui, e poderemos voltar ao assunto durante os debates.

Mas seria interessante também ressaltar, sob o ponto de vista qualitativo, o comércio intra-Aladi, que é de grande relevância para o Brasil, porque, dentro desses acordos, o maior registro de exportação que temos é de produtos de maior valor agregado. As exportações totais do Brasil, em 2012, foram de US\$242,6 bilhões. A Aladi representou US\$45 bilhões e, desse total, US\$123,7 bilhões foram exportações de manufaturados, 51% do total das exportações brasileiras, dos quais US\$39 bilhões foram para países-membros da Aladi. Então, isso dá uma dimensão da importância da qualidade do mercado latino-americano para o nosso setor de manufaturas e de semifaturados.

Nos acordos aladianos, estabeleceu-se uma rede de acordos comerciais entre os quais destaca-se o Acordo de Complementação Econômica nº 18, que regula os laços de comércio entre os Estados-partes do Tratado de Assunção de 1991, o Mercosul. Ou seja, o Mercosul se insere nos acordos da Aladi. Sem a Aladi, o Mercosul não existiria; existe dentro da Aladi. Isso é muito importante, porque a Aladi é um organismo muito discreto e talvez até pouco conhecido, mas, no fundo, no fundo, é dentro da Aladi que a rede de acordos que o Brasil faz se estabelece, é dentro da Aladi que esses acordos se ampliam.

A Aladi tem, inclusive, a prerrogativa de poder realizar acordos de livre comércio entre os países, excetuando-se da cláusula de nação mais favorecida da Organização Mundial do Comércio, porque ela pode realizar acordos de integração econômica entre países e blocos latino-americanos num marco jurídico que é totalmente compatível com a Organização Mundial do Comércio, em que, pela cláusula de habilitação – art. 24 do GATT – e pelos entendimentos que se alcançaram e que se concluíram com o estabelecimento da OMC, os acordos celebrados no âmbito na Aladi têm margem para fazer essas exceções. Isso não significa que seja absolutamente livre para fazer qualquer tipo de acordo, porque, a cada ano, esses acordos são revisados em Genebra no comitê de acordos regionais. Então, nesse comitê se examina a compatibilidade dos acordos da Aladi com o Mercosul; ou seja, a Aladi tem o seu foro e o seu marco jurídico para abrigar essa série de acordos e acordos futuros, ao contrário de outros entendimentos que nós vemos que estão proliferando neste momento por aí, que são parcerias, que são alianças, que são outros tipos que não têm um lastro jurídico onde se afirmar. Mas o nosso lastro jurídico na Aladi é um lastro que tem a ver com aquilo que nós prezamos muito, que é o respeito ao sistema multilateral do comércio, com regras bem estabelecidas.

Eu tenho dados também que poderei fornecer oportunamente sobre o quanto os acordos na Aladi avançaram de modo a atingir praticamente os 90% de liberação comercial. Ou seja, temos dentro da Aladi praticamente uma zona de livre comércio, pois temos com quase todos os países, menos com alguns, como a Colômbia e com o México, quase que 99%, 98%, 88%, 93% de liberações comerciais livres de tarifas. Obviamente, teremos que procurar modos mais inovadores de celebrar acordos, aprofundar a integração, uma vez que já estamos alcançando essa situação de livre comércio.

Nesse sentido, a Aladi também está buscando parcerias com outros organismos, e um deles é com a FAO e com a Celac, que é a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, para facilitar e aumentar o comércio intrarregional de alimentos, na área de alimentos. Com a Cepal e a Corporação Andina de Fomento, também a Aladi estabeleceu um observatório da América Latina e da Ásia Pacífico, destinado ao debate acadêmico, inicialmente acadêmico. Já houve um primeiro debate acadêmico, e agora esse observatório partiria para uma iniciativa no sentido de manter contatos não só com o setor acadêmico, mas com o setor governamental e os setores privados de todos os países, de modo a ver de que forma o comércio entre América Latina e Ásia e Pacífico podem entrelaçar-se

de uma forma compatível com o multilateralismo. E também está voltado agora para uma iniciativa junto às pequenas e médias empresas, criando portais para que o setor de pequenas e médias empresas possam também ampliar sua atuação na região.

Como eu já mencionei anteriormente, a China solicitou *status* de observador junto à Aladi. Isso para nós é realmente relevante, tendo em vista que neste momento é o nosso principal parceiro, e, além disso, é bom ter na região um contato bem próximo com a China, uma vez que nós sabemos que, por um lado, a China tem introduzido suas exportações, principalmente para a região, e alguns Estados brasileiros, inclusive, têm perdido competitividade em função das importações chinesas. Nesse sentido, é bom ter a China conosco perto da Aladi, para poder com ela dialogar e tentar aprofundar outras medidas e, talvez, negociações mais inovadoras, mais próximas.

Bom, conforme destacado pela Senhora Presidenta da República, por ocasião da posse do Chanceler Luiz Alberto de Figueiredo Machado, a prioridade do Governo brasileiro é a integração sul-americana. E, ao falar em integração sul-americana, obviamente nos reportamos ao Mercosul, mas a integração sul-americana, como eu disse, também se reporta ao Tratado de Montevideu 80, onde nós estaremos procurando novos caminhos para esta nova fase de processo de integração que inclua outras dimensões muito importantes, como a educação, a cooperação científica e tecnológica, a inovação, entre outros aspectos.

O quadro normativo de que dispomos na Aladi confere essa oportunidade para poder avançar. Agora, então, eu passaria para o núcleo duro da integração da política externa, que é o Mercosul.

(Soa a campanha.)

A SR^a MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION

– Embora muitas vezes criticado o Mercosul, eu diria até que injustamente, não podemos deixar de valorizá-lo, porque ele tem representado para o Brasil, em termos de crescimento econômico, um valor que está acima das taxas de crescimento econômico do nosso comércio com outras regiões do mundo.

Eu não vou me deter extensivamente sobre os dados do Mercosul, porque eles são conhecidos e poderiam ser oferecidos mais adiante. Mas há o Produto Interno Bruto nominal de US\$3,32 trilhões, e, se fosse um país, ocuparia o lugar da quinta economia do mundo.

A sua produção industrial também cresceu de forma significativa. É uma potência agrícola, é o maior exportador líquido mundial de açúcar, o maior exportador mundial de soja, o primeiro produtor e segundo maior exportador de carne bovina, o quarto produtor mundial de vinho e o nono produtor mundial de arroz.

Em termos de energia, com o ingresso da Venezuela, o Mercosul consolida-se como uma das principais potências energéticas do mundo. O Bloco passa a ser detentor de 19%, quase 20% das reservas provadas de petróleo do mundo; 3,1% das reservas de gás natural; e 16% das reservas de gás recuperável de xisto.

Quanto ao petróleo, o Mercosul é detentor da maior reserva de petróleo do mundo, com mais de 310 bilhões de barris de petróleo em reservas certificadas pela Opep. Desse montante, a Venezuela concorre com uma reserva de 296 milhões de barris. A Venezuela detém 92,7% das reservas de petróleo do Mercosul. O Brasil tenderá a ampliar sua participação nas reservas de petróleo do Bloco à medida que os trabalhos de certificação das reservas do pré-sal brasileiro progredirem.

Enfim, eu tenho vários outros dados, mas eu não quero ultrapassar muito o meu tempo. Eu tenho dados sobre intercâmbio comercial, sobre comércio industrial e, obviamente, que comprovam que nosso comércio de produtos e bens industrializados e semimanufaturados nas exportações para o Bloco passou de 87%, em 1990, para 92,8%, em 2012. E, em 2012, o Mercosul foi responsável pela absorção de 20,3% do total de exportações de manufaturados.

Sr. Presidente, eu estou tentando ir mais rápido.

Eu não posso deixar de mencionar o momento grave e delicado por que o Mercosul passou em 2012 e no início de 2013, com a questão da suspensão do Paraguai, assunto que agora, finalmente, foi resolvido, com a posse do novo Presidente do Paraguai.

Com relação aos novos membros, seria bom mencionar que, no período em que Paraguai esteve suspenso, as relações comerciais do Mercosul com o Paraguai continuaram ocorrendo. Não houve suspensão, e, ao contrário, o Paraguai não deixou de receber todos os projetos, toda a verba e tudo o que precisava para o desenvolvimento e andamento do Paraguai, no contexto do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). São 19 projetos que estão em andamento.

A Venezuela já adotou a nomenclatura comum do Mercosul – a fase inicial da nomenclatura – e já tomou as providências para adotar também a Tarifa Externa Comum. Com seu PIB de US\$300 bilhões, a Venezuela deve trazer novo ímpeto para a integração, além de incrementar as contribuições do Mercosul e as contribuições do Focem.

A agenda extrarregional do Mercosul esteve um pouco parada ultimamente. Em função de todos esses problemas com o Paraguai, não havia condições de estabelecer prioridades entre os membros. Isso sem falar da já conhecida dificuldade que alguns dos nossos sócios estão tendo por problemas internos, mas

que entendemos conjunturais e que nos impediram de avançar um pouco nas negociações internas. No entanto, o Brasil tem o maior interesse e está dando prioridade muito forte às negociações do Mercosul com a União Europeia, atendendo aos pedidos também de todos os setores industriais e do setor agrícola.

Estabelecemos uma oferta Mercosul, que deverá ser examinada em breve pela Camex, e tentaremos conseguir formas alternativas de apresentar essa oferta dentro do Mercosul e de poder fazer os necessários arranjos com os nossos sócios, de modo a poder apresentar isso até o final do ano.

Sr. Presidente, eu deixaria, talvez, um pouco mais de assunto para os debates, porque eu já vi que eu ultrapassei o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Teremos a oportunidade, seguramente, Embaixadora, de um debate mais aberto com as Sras e os Srs. Senadores, tendo em vista a relevância da Aladi para a nossa política externa.

A SRª MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós é que agradecemos a V. Exª, e passo a palavra a S. Exª o Embaixador Pedro Fernandes Brêtas, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à missão diplomática do Canadá.

A palavra é de V. Exª.

O SR. PEDRO FERNANDES BRÊTAS BASTOS – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço, eu gostaria de iniciar a minha exposição dizendo da satisfação, da honra e da emoção de voltar a esta Casa, onde eu trabalhei durante quatro anos. Foi realmente um aprendizado constante que eu tive aqui, e aprendi a admirar o trabalho dos Senadores e das Senadoras. É realmente uma grande alegria voltar aqui. Venho com toda a humildade e na esperança de ser aprovado.

Eu vou citar poucos dados, mas de bastante relevância.

O Canadá é a décima primeira economia do mundo. Possui um PIB de US\$1,8 trilhão. Essa cifra fica mais impressionante se nós considerarmos que o país tem uma população de 35 milhões de habitantes, ou seja, aproximadamente a soma da população dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. É o segundo país do mundo em extensão e, por isso, é talvez o país mais vazio do mundo em termos de população. Esse dois dados, PIB e população, ilustram o dinamismo e o engenho dos canadenses, que gozam de uma renda *per capita* de US\$52 mil, a décima maior do mundo. O Canadá é o décimo primeiro maior

exportador global e o nono maior importador. O principal parceiro são os Estados Unidos.

O Canadá também é um grande investidor fora de suas fronteiras. Quase US\$953 bilhões, quase chegando a US\$1 trilhão, o que faz dele o oitavo maior investidor global. E também o Canadá é um país que colabora para o desenvolvimento de outros povos, porque ele é o sexto maior doador de ajuda externa – aliás, com US\$6 bilhões de ajuda externa. Brasil e Canadá assinaram um memorando de entendimento sobre a eficácia da cooperação internacional para o desenvolvimento. Por qualquer medida que se utilize, excetuada a da população, o Canadá está forçosamente entre as maiores potências do globo.

Essa pujança econômica é fruto do domínio sobre um território tão vasto e tão rico, comparável ao Brasil. São dotados de uma posição geográfica estratégica. Eu gostaria de chamar a atenção para a posição estratégica do Canadá. Ele tem a maior costa marítima do mundo e tem a maior fronteira terrestre com um país só, que são os Estados Unidos. O lema do Canadá é “De Mar a Mar”, e agora podemos falar num terceiro mar, que é o Ártico. Porque, na medida em que vai ocorrendo o degelo do Ártico, essas regiões inexploradas passam a ser, agora, um repositório de minerais que vão desde o petróleo e o gás até uma variedade incrível de minerais, que serão explorados. Assim, o Canadá tem um potencial de recursos absolutamente impressionante.

Eu gostaria de mostrar aquele mapa anterior. (Pausa.)

Vejam o que nós temos ali: com o degelo do Ártico, haverá uma revolução nos transportes. Vejam que um navio da China, para chegar à Holanda, faz essa rota aqui; passando pelo Canal de Suez. Já, se navegar pela região norte, ele encurta essa viagem de 48 dias para 35 dias. A mesma coisa pela outra passagem, acima do Canadá. Então, essa região terá um movimento de navios que vai revolucionar um pouco o comércio mundial.

Observamos, no Canadá, um arranjo constitucional rigorosamente exemplar, que soube aliar os postulados de ampla participação democrática, sólida garantia aos direitos individuais, o livre mercado e a busca da justiça social.

O Canadá é caracterizado por um sentido agudo de tolerância à diversidade, seja entre grupos étnicos, seja em termos linguísticos, porque o Canadá – eu recorde – tem duas línguas oficiais, o francês e o inglês; e há também o respeito pelas línguas dos povos que eles chamam de “primeiras nações”.

No Canadá há uma enorme tolerância e autonomia das províncias e seus territórios. As províncias são

senhoras dos seus recursos econômicos; cada uma tem a sua previdência, as suas universidades; de modo que são bastante independentes. A constituição canadense prevê essa autonomia das províncias.

A frase síntese com que nós poderíamos caracterizar o Canadá é “a coexistência na diversidade”.

O Canadá e o Brasil.

As relações entre o Brasil e o Canadá vão ao século XIX. Antes mesmo das províncias do Canadá se unirem, nós já tínhamos uma relação com o Canadá desde o momento em que se instalou, no Rio de Janeiro, um escritório de representação comercial canadense – um ano antes da própria constituição da confederação do Canadá, ainda sob o domínio britânico.

Uma curiosidade é que D. Pedro II visitou Toronto em 1876, quando foi até as Cataratas do Niágara.

Nós temos um arcabouço jurídico com o Canadá impressionante. Ele se apresenta amplo e variado. Há 49 atos internacionais em vigor, que dinamizam e aprofundam as nossas relações. E essas relações experimentam, no momento, uma franca expansão, embora ainda esteja muito aquém das possibilidades dos dois países.

A expansão comercial é notável. De 2008 a 2012, o comércio bilateral cresceu 21%, alcançando a cifra de US\$6 bilhões. Imaginem que, em 1973, só por curiosidade, era de US\$178 milhões, enquanto, hoje, nós estamos em US\$6 bilhões.

É um crescimento bastante considerável! Entretanto, se nós somarmos o PIB do Canadá com o PIB do Brasil, ultrapassa a US\$4 trilhões. Então, há campo imenso para o aprofundamento das relações entre os dois países.

Há quem diga que entre o Brasil e o Canadá, em anos anteriores, havia uma negligência benigna. O Canadá estava lá ao norte dos Estados Unidos, as pessoas se preocupavam pouco com o Canadá e confundiam um pouco o Canadá com os Estados Unidos. Basta ler a história do Canadá para ver que não tem nada a ver.

A nossa balança comercial ainda está muito concentrada em alguns produtos. Por exemplo, 65% do total exportado pelo Brasil se concentra em quatro, cinco produtos. Então, há muito que fazer.

Nós podemos dizer que o Canadá hoje é um país que não está entre os grandes exportadores para o Brasil nem o Brasil é um grande exportador para o Canadá. Mas se a gente atentar para os investimentos brasileiros no Canadá, a gente fica com grande esperança, porque estamos investindo no Canadá um estoque de investimentos de US\$21 bilhões. É muito dinheiro! Isso com algumas grandes empresas, como o Grupo Gerdau – aliás, onde trabalhei –, a Votoran-

tim, a Ambev, que comprou a cerveja mais popular do Canadá, a Fibria Celulose. E, por aqui, os canadenses têm US\$15 bilhões investidos. São investimentos tradicionais que vieram de muitos e muitos anos, até os bondes do Rio de Janeiro eram canadenses; a Light hoje é a Brookfield e várias mineradoras. Parece que há um dado de que há cerca de 500 empresas de origem canadense no Brasil; a Alcoa, a BlackBerry, dos telefones inteligentes.

Então, nós temos aí um campo vastíssimo e os contatos começam a se tornar cada vez mais frequente. Por exemplo, o presidente do BNDES foi lá no Canadá este ano para mostrar as possibilidades de investimentos no Brasil em infraestrutura. O Canadá, com aquela população pequenina, tem muito dinheiro para investir e a gente tem que ir buscar lá esse dinheiro, trazer para o Brasil esses recursos incomensuráveis. E mais: não é só a relação Estado brasileiro com estado canadense. Temos que atentar que o Canadá é uma federação com províncias bastante autônomas. Por exemplo, o Ministro do Manitoba foi ao Rio Grande do Sul, para Expointer, foi ao Paraná, Londrina, para mostrar as coisas que podem ser trazidas do Canadá para cá, e o contrário também, buscar coisas brasileiras – nós temos tecnologia também. Nossa agricultura é reconhecida como uma das melhores do mundo.

Então, há todo um trabalho no sentido de buscar no Canadá, de apresentar a sua imagem no Brasil, de mostrar a imagem do Brasil, porque há coisas folclóricas. Houve uma missão comercial brasileira no Canadá, em 2002, em que um empresário canadense estava muito aborrecido porque não conseguia exportar os seus aparelhos de aspiração de neve. Quer dizer, é a falta do conhecimento. Nós precisamos ir lá mostrar, não é ficar só em Ottawa, só em Montreal, não. Tem que a Saskatchewan, a Manitoba, ir ao Canadá profundo e mostrar a realidade brasileira. Esse é um caminho que não tem volta. Nós temos que ir lá e trazê-los para cá.

Agora mesmo nós vamos receber o Canadá Atlântico, porque o Canadá é um continente. O Canadá Atlântico é uma delegação de mais de 30 pessoas, com os governadores, que são chamados de *premiers*, que vêm, agora, ao Brasil. Sabem para quê? Buscar tecnologia de petróleo. Vão à Petrobras, ao centro de pesquisa da Petrobras, que é um centro de excelência – a Petrobras talvez seja a empresa brasileira que mais investe em tecnologia –, eles vão lá para aprender um pouco com a gente.

Para encurtar, houve um momento realmente de grande importância no relacionamento Brasil-Canadá que foi a visita do primeiro-ministro canadense ao Brasil, em 2011, quando se aprofundou uma série de diálogos que o Brasil tem com o Canadá. O diálogo

político militar foi antes dessa visita, mas, se temos a nossa Amazônia Azul, a nossa Amazônia Verde, eles têm a Amazônia Branca. Então, nossos militares estão aprendendo com eles e vice-versa. E o mais interessante é que o Canadá, que tem forças armadas de elite, está trabalhando, no Haiti, sob a liderança brasileira. Pela primeira vez, as forças armadas canadenses estão trabalhando sob a liderança de um segundo país. Então, a possibilidade é imensa.

Temos um memorando com o Canadá sobre cooperação para o desenvolvimento, diálogo de energia também – e acabei de mencionar os *premiers* que querem ir ao centro de pesquisa da Petrobras –, diálogo espacial. O Rio Grande do Sul está montando um polo espacial gaúcho. As empresas canadenses vieram aqui – não, me desculpe – os gaúchos foram ao Canadá, foram recebidos pela embaixada e saíram muito satisfeitos. É uma coisa impressionante. Foi nesse mês de setembro. Não li muito na imprensa porque da Irlanda a gente ouve pouco sobre esse tipo de contato, mas isso é muito importante. Os gaúchos, nossos irmãos gaúchos, foram ao Canadá buscar tecnologia. Parece que houve uma grande receptividade de o Canadá participar desse polo espacial gaúcho.

Hoje, e tenho um colega que talvez seja o maior entendido em ciência e tecnologia do Itamaraty, que está ali sentado e poderá me corrigir, acho que a peça central do relacionamento Brasil-Canadá não é só o problema da expansão econômico-comercial, mas a ciência e tecnologia. Assinamos um acordo com o Canadá em 2008, acordo já aprovado, e está em vigor, e está funcionando como um relógio. Já existem quatro grupos de trabalho, em várias áreas de cooperação, ciência do mar, ciência da vida. Em suma, esse diálogo com a cooperação científica está funcionando.

O acordo estabeleceu um comitê conjunto Brasil-Canadá, que já se reuniu duas vezes. O nosso Ministro de Ciência e Tecnologia foi lá e voltou tão entusiasmado que disse que devemos aprofundar essa relação, que não pode ficar no esquecimento, e que devemos ir para frente com a relação com o Canadá. Tem que descobrir esse gigante, que é o segundo maior país do mundo em extensão. E está pronto, está maduro para ter uma relação intensa com o Brasil, até pelo fato de o Canadá, que tem uma dependência de relação muito grande com os Estados Unidos, ou seja, 75% dos produtos canadenses são vendidos para os Estados Unidos e 50% são comprados nos Estados Unidos. Então, eles olham para o Brasil vendo a grande possibilidade de ter um grande parceiro. Isso é fato! Não estou imaginando. É fato! Eles querem buscar no Brasil uma cooperação e estão vindo aqui. Não há dúvida!

Eles vêm aqui, e nós vamos lá também.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS

– Para terminar, eu gostaria de falar que nós também, agora, assinamos o memorando de entendimento para cooperação em matéria de governança e legados para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Por quê? O Canadá já fez três olimpíadas, uma de verão e duas de inverno.

Sr. Presidente, eu gostaria, para encerrar essa apresentação – se o senhor me permitir – de fazer uma consideração final muito pessoal. E me emociono, porque entrei para a carreira em 1977. Em outubro de 1978, comecei a trabalhar. Por coincidência, fui para a divisão que cuidava de assuntos canadenses. Meu assunto: Canadá. Passei três anos estudando o Canadá, fazendo coisas, indo ao Canadá, visitando o Canadá. Conheci Montreal, Toronto, Halifax, porque a Marinha brasileira foi participar do aniversário da marinha canadense. Eu recebi aqui o colégio nacional de defesa do Canadá. Então, ficou sempre uma relação muito epidérmica. Depois, eu fui para os Estados Unidos.

Agora, o meu último posto, se os senhores me aprovarem, qual é? O Canadá. Comecei com o Canadá e termino no Canadá, porque depois do Canadá, a não ser que aumente a idade para os diplomatas de 70 para 75 anos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS

– Exatamente! E se preserva no frio. (*Risos.*)

Então, eu citaria, para terminar, Machado de Assis, em *Dom Casmurro*, quando Bentinho, no início de *Dom Casmurro*, diz assim – permitam-me uma paráfrase – que o meu propósito no Canadá será atar as duas pontas, não as pontas da vida, mas da carreira, e restaurar, na minha última missão, o entusiasmo da primeira.

Eu estou muito honrado com a indicação do meu nome pela Sr^a Presidente da República e ficaria ainda tão honrado quanto se o meu nome for aprovado nesta Casa, onde eu vivi quatro anos e fui muito feliz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Pedro Brêtas.

Antes de iniciarmos os debates e os questionamentos aos nossos Embaixadores, eu devo socializar e compartilhar com os senhores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convite que recebemos do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, do Embaixador Rubens Barbosa, que nos convida para um encontro, para uma reunião que o Conselho Superior de Comércio Exterior fará com embaixadores dos países membros da União Europeia e com conselheiros do Conselho Superior, com

o objetivo de debater as relações comerciais entre a União Europeia e o Brasil.

Esse encontro será na próxima quarta-feira, às 10 horas, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Para os Senadores e as Senadoras que desejarem participar desse encontro – eu pessoalmente estarei participando –, nós o estamos socializando, pelo entendimento do interesse coletivo desta Comissão e do honroso convite recebido do Embaixador Rubens Barbosa.

Sr^a Embaixadora Maria da Graça, não há dúvida da importância da Aladi para o nosso País e para o nosso Continente. A Aladi reúne um Produto Interno Bruto superior a US\$5 trilhões, exportações superior a US\$1 trilhão, e em importações quase de US\$1 trilhão; 20 milhões de quilômetros quadrados e 524 milhões de habitantes.

Evidentemente, não apenas pela relevância desses números, mas por toda convergência cultural que nós brasileiros precisamos priorizar em nossas relações. O comércio do Brasil com a região, em 2012, foi composto por 77% de bens manufaturados. A Aladi é o destino dos bens manufaturados do Brasil. Isso é oportunidade e também ameaça pela grave dependência do nosso País desses mercados. A Aladi absorveu quase 50% dos nossos US\$92 bilhões exportados em 2012, para darmos apenas uma dimensão dessa relevância de bens industriais.

Os acordos de integração econômica da Aladi promoveram, evidentemente, importante crescimento no fluxo comercial e financeiro. O comércio intrarregional saltou de US\$44 bilhões para US\$155 bilhões entre 2002 e 2011, alcançando um crescimento de 250%. Esses são os dados e os números que nós levantamos para esta sabatina e este diálogo.

A Aladi é um projeto antigo; é a sucessora da Alalc, que vem dos anos 60. Em que pese tudo isso, não são poucos os desafios que nós, conjuntamente, estamos enfrentando.

As duas maiores economias da Aladi, o Brasil e o México, estão há muitos anos também engajadas em ambiciosos projetos de integração econômica e liberalização comercial em seus respectivos entornos – respectivamente, o Mercosul e o Nafta.

No momento se adensam processos negociadores novos, tais como a Aliança do Pacífico e até mesmo a parceria transpácifica, nós quais novamente o México, assim como outros parceiros da Aladi, a exemplo de Colômbia, Peru e Chile, também estaremos envolvidos. Isso enfraquece, na avaliação de V. Ex^a, a Aladi? Como conviver com esses dados da realidade? Como trabalhar para que essas ações possam, de fato, caminhar

de maneira complementar, sem que isso represente o enfraquecimento da Aladi e da nossa integração?

Vou passar a palavra ao Senador Luiz Henrique. Em seguida, ao Senador Cyro Miranda; posteriormente, ao Senador Roberto Requião, para que possamos socializar as nossas perguntas. Também fará uso da palavra o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

A palavra é de V. Ex^a Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s. Senadores, cara Embaixadora Maria da Graça Nunes Carrion, caro Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos, eu começo com a observação final do Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos relativamente à iniciativa tomada na Legislatura passada pelo Senador Pedro Simon. E essa iniciativa diz respeito à aposentadoria compulsória.

Nesta semana, recebi do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, uma relação de dezenas de projetos importantíssimos que nós aprovamos aqui e que se encontram paralisados nas gavetas da Câmara dos Deputados. E um deles é esse projeto que visa a restabelecer a compulsória em 75 anos. Estudei esse assunto profundamente. Permita-me, Sr. Presidente, que, antes de entrar nas indagações aos sabatinandos, eu possa me expressar sobre isso.

A compulsória entrou no cenário jurídico nacional na Constituição de 1934. Foi estabelecida para juízes, e era 75 anos, quando a idade média do brasileiro era 37 anos. Na Constituição de 1946, foi estendida aos demais servidores e estabelecida em 70 anos, quando a idade média dos brasileiros era em torno de 40 anos. Hoje, a idade média é superior à idade da expulsória do serviço público. Por isso, quero levantar aqui esse assunto.

O Senador Pedro Simon foi autor do projeto. O projeto foi aprovado no Senado, na Legislatura passada, e ainda não foi deliberado pela Câmara dos Deputados. Espero que o seja, para que não percamos, Embaixador Pedro, o seu concurso no Itamaraty, como já perdemos o de dezenas de grandes expoentes da diplomacia brasileira que tiveram que ir embora na plenitude de sua capacidade física, intelectual e funcional.

V. Ex^a, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra está assegurada ao Senador Luiz Henrique. O Senador Roberto Requião, invariavelmente, interrompe, atropela.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Tenho 73 anos e me considero em plena capacidade física e mental para exercer o mandato no Senado. Essa é uma contradição: um Senador pode, um Deputado pode, um governador pode, um prefeito

pode; um diplomata, um juiz, um militar não podem, têm que ir embora para casa.

V. Ex^a já salientou a importância da Aladi, a importância econômica, a importância geográfica, a importância geopolítica desse bloco. Eu gostaria de dirigir à Embaixadora Maria Carrion três perguntas. A primeira diz respeito às negociações entre Mercosul e União Europeia, que foram interrompidas há alguns anos. Quais seriam as reais perspectivas para a retomada dessas negociações? A segunda pergunta: como se estabelecer uma inclusão da sociedade civil nesse processo de integração no Mercosul? A terceira pergunta diz respeito ao Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul – Focem. Esse é um fundo que existe e tem recursos. Os Municípios do bloco podem acessar esse financiamento e, no entanto, ninguém sabe dele. Eu gostaria que V. Ex^a explicasse o que é o Focem, quanto ele dispõe de recursos e como os Municípios brasileiros poderiam se preparar para se habilitar a esse recurso?

Tinha uma pergunta ao Embaixador Pedro Brêtas relativamente a como desenfartar esse comércio bilateral tão exíguo entre Brasil e Canadá. Sabemos que, com o Canadá, temos uma complementaridade econômica muito maior do que a temos com os Estados Unidos. E, no entanto, é ridícula a nossa relação bilateral de comércio. Mas V. Ex^a já expôs a respeito a sua preocupação e vai para o Canadá disposto a trabalhar no sentido de quebrar essa inércia.

Eu perguntaria o seguinte: o caso levado à OMC pela Bombardier do Canadá contra nossa Embraer, onde o nosso ex-Chanceler Celso Amorim e o nosso atual Presidente da OMC Roberto Azevedo tiveram um papel extraordinário, demonstrando que o Itamaraty é realmente uma das massas críticas mais relevantes deste País, se o fato de o Brasil ter vencido essa causa na OMC gerou algum problema que iniba esse crescimento do comércio entre Brasil e Canadá?

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Permita-me adicionar a essa reflexão que faz o ainda Senador, mas embaixador, Luiz Henrique, o potencial desse relacionamento do comércio exterior Brasil-Canadá, porque há uma enorme contradição. Se o comércio e o fluxo de negócios comerciais são reduzidos, o Canadá é o principal destino de investimentos brasileiros no exterior. O Canadá abriga, hoje, nada mais nada menos do que o estoque da ordem de US\$18 bilhões de investimentos brasileiros. Como V. Ex^a afirma, há um espaço para consolidação extraordinário. E o entusiasmo e a motivação do Embaixador Pedro Brêtas, eu quero crer que dará um novo salto nesse potencial adormecido dessas relações.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Quando o Embaixador Pedro apresentava esse grande espaço vazio, que é o Canadá, eu me lembrei de uma piada muito inteligente, dizendo que ou Deus se expressou mal ou Moisés não entendeu bem. Deus disse-lhe: “Leve esse povo para o Canadá!” (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) –

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Cumprimento o Senador Ricardo Ferraço, Presidente desta Comissão de Relações Exteriores, a Embaixadora Maria Carrion, o Embaixador Brêtas Bastos. Quero dizer que tive o prazer de ser o Relator *ad hoc*, portanto, o privilégio de fazer a relatoria.

Como estamos próximos do início da Ordem do Dia, eu vou ser bastante sucinto, Sr. Presidente. Eu perguntaria ao Embaixador Brêtas Bastos: o Brasil é membro e protagonista do Mercosul e, para alguns, pode representar uma camisa de força nas negociações livre com os países e blocos. Por outro lado, o Canadá é parte do Nafta, juntamente com Estados Unidos e México, perfazendo uma portentosa área de livre-comércio. Complementarmente, o México inicia agora outra área de livre-comércio com vizinhos das Américas do Sul e Central: a Aliança do Pacífico. Pode-se, nesse cenário, vislumbrar posições e interesses fortemente contrários entre os dois países que irão influenciar o tipo de relacionamento futuro? Ou seja, qual o papel que Nafta, Mercosul e Aliança do Pacífico podem desempenhar nas relações continentais a curto e médio prazo?

Estou sendo sucinto, Presidente, em razão da Ordem do Dia. Vejo que V. Ex^a terá de interromper em seguida esta reunião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Roberto Requião, a palavra é de V. Ex^a.

(*Interrupção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A sessão de plenário não é deliberativa, portanto, é temática. Não temos, regimentalmente, necessidade... Estou dizendo isso a V. Ex^a para que possamos ter o prazer de ouvi-lo novamente nesses relevantes questionamentos.

A SR^a. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A votação está aberta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esta aberta.

Senador Roberto Requião. Em seguida, o Senador Eduardo Suplicy e, posteriormente, o Senador...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Duas boas e consistentes exposições. Me impressionou o entusiasmo do Embaixador Pedro Fernando, o seu desejo de congelar a sua carreira no Canadá.

Eu, pessoalmente, como Governador do Paraná, tive muito contato com o Canadá. Estive algumas vezes lá e recebi inúmeras vezes as delegações canadenses.

O Canadá tem alguns problemas sérios de queda de população. Está fechando escolas por falta de alunos, está investindo no seu desenvolvimento econômico e na industrialização. Com toda a capacidade do seu Estado, o Canadá chega a pagar o salário dos funcionários de empresas que se instalam no seu complexo em Montreal, por exemplo. E, no aspecto da tecnologia é interessante, e eu citaria aí o CorelDRAW, que viabilizou um faturamento incrível durante muitos e muitos anos, e acredito que ainda hoje é uma peça importante da exportação tecnológica do Canadá.

Mas o Canadá tem problemas sérios de população e tudo o mais. A parte gelada. O frio é uma brutalidade. Eu, pessoalmente, enfrentei 35° abaixo de zero, o que para um curitibano, que é a parte fria do Brasil, é um exagero absoluto.

Então, eu acho que nós temos que levar em consideração estes aspectos: a tentativa brutal de desenvolvimento, de geração de emprego, queda de população, escolas fechando por falta de alunos.

Portanto, eu gostaria de algumas considerações sobre essas fraquezas do Canadá.

Quanto à nossa Embaixadora Maria da Graça, eu lhe perguntaria se tem alguma informação sobre a proposta que está sendo fechada pelo Ministério de Relações Exteriores para o comércio do Mercosul com o mercado Europeu. Eu tenho notícias, e notícias traduzidas em veementes protestos e indignação de setores industriais do Brasil. Na nossa pauta, nós temos cerca de 16 mil itens, e está se propondo, segundo me informa, a desoneração de 90% deles. Os setores consultados foram setores importadores. Esse é o protesto dos industriais também. Acho que até por isso o nosso Barbosa está querendo uma reunião da Comissão com a Fiep.

Então, a gente fala em Parlasul, em Mercosul, Comissão de Relações Exteriores do Senado, presidida com o esforço do Senador Ricardo Ferraço, mas estamos completamente aliados desse tipo de discussão. A impressão que eu tenho é que o nosso novo Chanceler está tentando mostrar serviço e apressar algumas coisas que estavam lentamente sendo discutidas. Tenho notícia de que vai amanhã ou depois a Argentina levar a proposta brasileira. É uma proposta brasileira que não foi discutida com os brasileiros, e,

segundo as reclamações que recebo, não foi discutida sequer pelo setor industrial, muito menos com a Comissão de Relações Exteriores e o Parlasul.

Na verdade, eu acho que a nossa função passa a ser de observadores do que faz a Chancelaria, assim como existem nos Estados Unidos àqueles clubes de observadores de pássaros. No nosso caso, nem o binóculo nós temos para enxergar com mais clareza.

Queria saber se a nossa futura Embaixadora da Aladi e do Mercosul tem alguma informação a respeito disso.

E dos dois Embaixadores, eu tenho uma curiosidade muito grande: o que V. Ex^{as} acham da atitude do nosso Saraiva, retirando o asilado senador boliviano da Embaixada e transportando-o para o Brasil, com o apoio de dois militares brasileiros?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não seria Saboia?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Saboia. Inclusive aparece numa fotografia lindíssima em *O Globo* e no *Estado de S. Paulo* dando um abraço no Embaixador, o que me causou certa estranheza, quase que um abraço apaixonado dos dois.

Como é que os dois futuros Embaixadores se comportariam diante da atitude de um subalterno que tomasse essa medida à revelia do Governo brasileiro e da Chancelaria, de *sponte propria*? Acham que isso é natural? É legítimo? Porque, para mim, o Itamaraty, a Chancelaria e o Exército são duas organizações hierarquizadas que devem funcionar com uma disciplina absoluta. Não vejo espaço para, *sponte propria*, em situações dessa espécie. Eu queria a opinião de ambos. Se isso ocorresse no Canadá ou ocorresse no Uruguai dentro do espaço da embaixada e por funcionários subordinados a V. Ex^{as} qual seria a atitude?

São as questões que eu coloco.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Requião, apenas informar V. Ex^a que já aprovamos requerimentos nesta Comissão convidando o Chanceler Figueiredo para que ele possa estar conosco aqui. E, aqui, aproveitamos essa oportunidade para formalizar e dar publicidade à necessidade de recepcionarmos o novo Chanceler, para que ele possa dialogar com esta Comissão que, efetivamente, não é hegemônica nesse protagonismo, mas não vai suportar a expressão de “assessória”. Nós temos, sim, feito um esforço grande aqui e temos sido protagonistas. Portanto, estamos aguardando que o Itamaraty possa responder ao convite feito a S. Ex^a o novo Chanceler, para que possamos debater todos os aspectos, quer conjunturais ou estruturais.

Esta Comissão não é submissa, esta Comissão tem autonomia, e não apenas a Presidência, mas a Comissão no conjunto dos seus Senadores, assim tem-se manifestado em relação aos temas da política externa brasileira.

Pela ordem de inscrição, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Ferraço, há muito tempo nós observamos que, não é a “nossa” Comissão agora, no governo presidencialista, a política externa cabe ao presidente da República. E a participação do Congresso é mínima. Nós não participamos dos acordos internacionais. Os acordos chegam ao Congresso Nacional e nós sequer podemos emendá-los. É “sim” ou “não”. E geralmente é “sim”, ou ficam engavetados aqui por 10, 20 anos. Nesse sentido eu apresentei, não sei por onde anda, V. Ex^a poderia me ajudar a localizá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nesta Comissão, com certeza, não está.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Talvez na CCJ.

Juntamente com o Samuel Pinheiro Guimarães, elaborei um projeto de um *fast track* que fazia com que o Congresso Nacional participasse das negociações, e, tendo participado das negociações junto com o Itamaraty e com o Governo Federal, nós teríamos um mecanismo de aprovação por decurso de prazo. Se o Congresso, dentro de 30, 60 dias, não considerasse a análise, a aprovação, a negação da proposta ela estaria automaticamente aprovada. Isso facilitaria principalmente os acordos comerciais, que são feitos, assinados e nunca se completam pela aprovação do Congresso Nacional ou se completam em um período muito largo. Nós temos de começar a pensar mais seriamente nessa junção e fundamentalmente tomar conhecimento. Por exemplo, o Chanceler do Brasil está indo à Argentina, segundo me informam, para levar uma proposta de acordo bilateral com o Mercosul. Nós não temos notícia do que seja isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas teremos a oportunidade, quando ele estiver conosco, de aprofundarmos o debate.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Depois do acordo feito ou não.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esse tema foi debatido na reunião anterior.

Nós fizemos um levantamento no Congresso Nacional e temos aqui, neste momento, 57 acordos tramitando. Dos 57 acordos, apenas dois acordos estão

aqui no Senado aguardando deliberação; 55 acordos estão na Câmara dos Deputados. Há acordos aqui, e V. Ex^a tem razão, de 2007, que já perderam até o objeto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – E devemos ter outros tantos que não vieram nem para a Câmara nem para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E já solicitamos ao Itamaraty informações do conjunto de acordos que está em trânsito entre o Itamaraty e a Casa Civil, que não chegou ainda ao Congresso nacional. Informações oficiais dão conta de que passa de uma centena o volume de acordos que estão tramitando entre o Itamaraty e a Casa Civil.

Portanto, nós achamos que devemos pedir uma audiência, uma reunião, com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, para que possamos abrir um diálogo com a Câmara, para que o Congresso Nacional possa, de fato, ser diligente na apreciação dessas deliberações.

Mas, enfim, passamos a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, ao Senador Delcídio do Amaral, e, posteriormente, à Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu sou o primeiro inscrito na arguição do Ministro da Saúde, no plenário. Vou ter que pedir licença. Mas quero transmitir à Embaixadora Maria da Graça Nunes Carrion votos de total sucesso, assim com ao Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos, em suas respectivas missões na Aladi, Mercosul e no Canadá.

Gostaria de informar ao Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos que eu deverei comparecer ao Canadá, Montreal, em junho próximo, por ocasião do Congresso Internacional da Basic Income Earth Network ou Rede Mundial de Renda Básica. No Canadá tem havido enorme interesse nesse tema. O senhor tem conhecimento, pela interação que teve comigo aqui como Senador, nos quatro anos no Senado, de que eu considero essa proposta aprovada no Congresso Nacional brasileiro.

Inclusive, quero transmitir à Embaixadora Maria da Graça Nunes Carrion que, ainda no último congresso norte-americano da renda básica, realizado em Nova York, apresentei o projeto que foi aprovado para que seja apreciado em todos os parlamentos da América Latina e do Caribe.

Começa a haver mais Municípios no Brasil interessados em realizar experiências pioneiras. Além de Santo Antonio do Pinhal, o Município de Apiaí, no Estado de São Paulo, 25 mil habitantes, aprovou, na semana passada, projeto de lei de um vereador do Partido dos Trabalhadores, nos moldes de Santo Antonio

do Pinhal. Então, eu terei a oportunidade com ambos de colocar-me à disposição. Inclusive, encaminhei a ambos a 7ª edição do meu livro *Renda de Cidadania – A Saída é pela Porta*.

Meus cumprimentos a ambos.

Pela razão mencionada, eu terei que me ausentar.

Já votei favoravelmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Delcídio, a palavra é de V. Exª.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/ PT – MS) – Sr. Presidente, também pelas mesmas razões do Senador Suplicy, ou seja, tendo em vista o início da audiência no plenário do Senado, com a presença do Ministro Padilha, e por se tratar de tema que é muito sensível a todos nós e à população brasileira: a questão da saúde, do Mais Médicos; enfim, esses temas todos que têm sido debatidos.

Portanto, eu gostaria de cumprimentar a Embaixadora Maria da Graça Nunes Carrion e desejar-lhe muito sucesso, muita sorte à senhora, que já tem uma larga experiência representando com dignidade o nosso País, especialmente diante de um desafio importante, como disse aqui o Senador Requião, que é o Mercosul.

Eu sempre acreditei muito no Mercosul, porque uma América do Sul fortalecida, com laços comerciais importantes, com integração energética, sem dúvida nenhuma consolida o sistema político e o sistema democrático nos países da América do Sul, nos países do Mercosul; caminha no sentido de consolidar a integridade no nosso continente, de facilitar as transações comerciais e, ao mesmo tempo, de evitar, lamentavelmente, essas dissincronias que nós temos vivenciado, principalmente com alguns parceiros que todos nós esperávamos que somassem conosco e, na verdade, representam algumas das principais fontes de problemas.

Portanto, eu quero desejar à senhora muito sucesso!

Também cumprimentar o meu querido Embaixador Pedro Brêtas, grande amigo, um homem que a gente admira muito e que, sem dúvida nenhuma, vai representar muito bem o nosso País, numa nação belíssima, que é o Canadá.

O Brasil precisa descobrir o Canadá. O Canadá tem um potencial extraordinário para ser um dos principais parceiros do Brasil. Acho que seremos muito bem representados pelo Embaixador Pedro Brêtas, que tem uma folha de serviços prestados ao País.

Ao mesmo tempo, quero dizer que já votei, que votei “sim”. Até porque sei que nós estamos aqui aprovando nomes muito competentes, que têm história, e

que vão representar muito bem o nosso País, a nossa diplomacia, não só na Associação Latino Americana de Integração e Mercado Comum do Sul como também na Embaixada do Canadá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Ferraço.

Solicito a palavra apenas para cumprimentar a Embaixadora Maria da Graça Carrion e dizer que quando a Senadora Ana Amélia falava a seu respeito, que é de origem gaúcha, perguntei a ela se havia algum parentesco com o Deputado Raul Carrion. Ela disse-me que a senhora é prima do Deputado Estadual, filiado ao meu Partido e um grande amigo, além de ser um Parlamentar extremamente competente e dedicado às causas do Rio Grande do Sul.

Na realidade, vou fazer apenas uma pergunta tanto à senhora quanto ao Embaixador Pedro. Quero desejar – e não tenho dúvida nenhuma da aprovação de ambos – muito sucesso nessa nova etapa da carreira dos senhores. Que tenham muito sucesso! Que consigam, de fato, promover uma integração maior entre Brasil e Canadá!

Mas, lá no meu Estado, o Amazonas, a gente luta muito por um empreendimento em parceria com uma empresa canadense, a Potássio do Brasil, para a exploração da silvinita, no Estado do Amazonas, minério a partir do qual se extrai o potássio, que é muito importante. O Brasil é o segundo maior consumidor desse mineral por conta, até, da agricultura, do desenvolvimento da agricultura. Então, que o senhor possa, à frente da Embaixada brasileira, ampliar as relações políticas, culturais, sobretudo, as relações comerciais entre esses países.

Para a Srª, Embaixadora Maria Carrion, teria apenas um questionamento. Temos, participando da Aladi, 13 países, o décimo quarto está em via de entrar, que é a Nicarágua. Há manifestação de outros países, tendo em vista que só no continente americano, na América Latina, há um número bem superior a esse, se há manifestações de outras nações como, por exemplo, o Suriname, a Guiana. Falo desses dois porque são dois países que compõem o Bioma Amazônico, com os quais nós temos um grande contato.

Obrigada, Presidente.

Mais uma vez, meus cumprimentos a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Passo a palavra à Embaixadora Maria da Graça Nunes Carrion e, em seguida, ao Embaixador Pedro Brêtas, para responderem aos

questionamentos encaminhados pelas Sras. e pelos Srs. Senadores.

A SRª MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION – Muito obrigada, Sr. Senador Ferraço.

Eu me permitiria começar pelo fim, pela pergunta da Senadora Vanessa Grazziotin, porque é muito simples e muito rápido, ao passo que as perguntas anteriores são um pouco mais longas.

Efetivamente, Senadora, Suriname e Guiana acabaram de assinar um protocolo de adesão. Eles não são sócios da Aladi, mas atuarão dentro da Aladi como membros associados, coisa que a Aladi permite, tanto que a Nicarágua está se associando. Realmente, com o Suriname e a Guiana, que vão começar a negociar, nós teremos toda a América do Sul dentro da Aladi. Será absolutamente completo. E aí todo o comércio negociado também. Espero que liberado com o ingresso desses dois países.

Obrigada.

Então, voltarei, Senador, para a pergunta que V. Exª me encaminhou sobre a Aliança do Pacífico. A Aliança do Pacífico, na realidade, propõe uma associação de países da América do Sul com outros países de fora da região, em termos de acordos clássicos de livre-comércio. O que eles têm de comum – Chile, Colômbia, Peru – é o acordo de livre-comércio com os Estados Unidos; o contrário dos outros países Aladi, que não têm acordo de livre-comércio com os Estados Unidos e os da Unasul. Eles querem promover a cooperação, o desenvolvimento conjunto, mas com uma agenda também muito abarcativa. Agora, os números que eles anunciam e a liberação que eles anunciam nada mais são do que, realmente, os 90% do comércio intra-Aladi, porque o comércio feito entre esses países é o comércio feito dentro da Aladi. Então, ela produz, na realidade, um número muito reduzido de fluxo de comércio.

Se formos comparar o comércio realizado entre esses três países e o resto da Aladi é exatamente, mais ou menos, os números que nós demos com relação ao comércio negociado dentro da Aladi. Eles também criaram um fundo de cooperação da Aliança, que pretende reunir US\$1 milhão para projetos, a fundo perdido, em educação, bolsa de estudos.

O Mercosul tem o Fundo, o Focem, que tem mais de US\$100 milhões. A diferença é enorme entre uma coisa e outra. E o esforço que eles fazem, basicamente, é o esforço de imagem, de *marketing*, para conseguir investimentos na região. Então, eles buscam retratar como economias estáveis, com grande potencial de investimentos, mas, de maneira alguma, essa Aliança do Pacífico poderia ameaçar o comércio brasileiro, porque nós temos esse nosso comércio, que é feito

dentro da Aladi, e que temos uma política comercial, do Mercosul, que é muito mais sólida.

Eles entrelaçam acordos, mas não têm nada consubstanciado. Eles são muito rápidos. Eles fazem muitas reuniões e aprovam muita coisa, mas tudo que eles aprovam são aquelas agendas, que já vêm, mais ou menos, da OMC, que ficou parada durante um longo tempo. Eles tentam negociar esses temas de propriedade intelectual, serviços, agricultura, compras governamentais.

Mas o que vai acontecer? Daqui a pouco, nós vamos ter reunião de Bali e todos esses temas são temas da Rodada Doha, que, como ficou parada durante muito tempo, os países tentam recuperar de alguma forma. Então, o comércio feito na Aliança do Pacífico resgata valores que já existem, que são antigos. Não trazem uma ameaça nem qualquer problema que possa nos prejudicar. Nós não temos medo da Aliança do Pacífico. Inclusive, tem um detalhe. O comércio do México com os Estados Unidos caiu. O comércio do Chile com os Estados Unidos caiu; o comércio do Peru com os Estados Unidos caiu; e o Peru, ultimamente, está um pouco hesitante também sobre esse assunto, porque ele, na realidade,...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas, nós também estamos com muitas dificuldades no âmbito do Mercosul, sobretudo com a Argentina. Os indicadores da Fiesp dão conta de que, no primeiro semestre de 2013, as exportações chinesas para a Argentina cresceram 26% frente ao ano anterior, e as exportações brasileiras para a Argentina perderam participação em 11 setores. Enfim, há um evidente desvio comercial intrabloco. Como V. Exª acha que isso pode ser enfrentado?

A SRª MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION – Bom, como eu acho que deve ser enfrentado...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Porque fica a impressão de que nós não temos problemas nem desafios aqui na região, que tudo aqui são flores, e, na prática, nós estamos com extraordinários desafios.

A SRª MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION – É, mas a China não faz parte dessa Aliança do Pacífico.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas a Argentina faz.

A SRª MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION – Não... Que eu saiba...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, mas a Argentina faz parte da Aladi, faz parte do Mercosul.

A SRª MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E o desvio de comércio entre a Argentina e a China, prejudicando os interesses brasileiros, são evidentes.

A SR^a MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION – São evidentes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como V. Ex^a, na condição de nossa representante, de nossa embaixadora, estará contribuindo para o enfrentamento dessas questões.

A SR^a MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION – Eu acho que o primeiro passo a ser enfrentado é a questão com a Argentina, que realmente eu acho que nós temos que ter... A Argentina é, junto com o Brasil, a espinha dorsal do Mercosul. Nós não podemos deixar que essa espinha dorsal se quebre. Então, obviamente nós temos que trabalhar juntamente com a Argentina e tentar colaborar e ajudar para que a Argentina possa tomar um rumo em termos de negociação. Uma coisa é o problema econômico interno que a Argentina tem, que realmente é um problema muito sério, em termos de fundos e de reservas e, enfim... Isso nós temos que compreender, temos que levar isso em conta e conversar com os nossos parceiros da Argentina e ver em que medida é possível obviar esse número de restrições, inúmeras restrições que a Argentina está impondo não só ao Brasil, mas a todos os países, e tentar vencer essa etapa.

Nós acreditamos que isso é um problema conjuntural e temos grandes expectativas de que venha a melhorar, porque realmente nós temos que trabalhar juntos e nos interessa muito que a Argentina se fortaleça. Inclusive, como mencionou o Senador Requião, o nosso Chanceler está indo à Argentina. Eu não sei se será exatamente para levar uma proposta de negociação do Mercosul-União Europeia, mas eu tenho certeza de que é para conversar sobre as relações bilaterais, e eu acho que seria prudente também esperar a realização dessas conversas, para que nós possamos não só saber, mas ter instruções sobre isso. Mas o que é mais importante é que não há hipótese de que nós não trabalhemos juntos com a Argentina e não busquemos um fortalecimento da Argentina, que é o que nos interessa.

Eu passaria, então, à pergunta do Senador Luiz Henrique, sobre a questão do Mercosul-União Europeia, cujas negociações realmente foram interrompidas há muito tempo, e essa interrupção se deu num contexto mais geral de negociações comerciais, na época em que o Mercosul negociava com a União Europeia e, ao mesmo tempo, corriam, paralelamente, negociações entre o Mercosul para a... as negociações da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e também as nego-

ciações de Doha, tudo ao mesmo tempo. E, naquela época, a União Europeia tinha muita pressa de concluir as negociações com o Mercosul para avançar e obter maiores vantagens do que eventuais vantagens que os Estados Unidos pudessem obter da Alca, caso a Alca tivesse prosseguido. A Alca, enfim, foi embora, as negociações de Doha também se paralisaram, então, para nós, já era difícil fazer uma oferta, uma boa oferta de negociação, principalmente na área de produtos industriais naquele momento. Portanto, as negociações esmoreceram e ficaram em suspenso.

Interessa-nos retomar? Sim, nos interessa muito. É uma questão estratégica para o Brasil retomar as negociações com a União Europeia, inclusive porque agora, no final do ano, no início de janeiro, vai vencer o sistema geral de preferências da União Europeia para os países aqui, para o Brasil, e obviamente nós não gostaríamos de perder esse comércio preferencial.

Então, atendendo a inúmeras reclamações e também pedidos da indústria, do setor industrial, o Itamaraty fez uma sucessão de consultas, muitas consultas, para poder elaborar uma oferta, uma oferta brasileira, que obviamente terá que ser discutida com o Mercosul, uma oferta agrícola. Eu nem falaria, porque o Brasil é uma potência agrícola e tem condições de fazer uma oferta agrícola, apesar de que temos que levar em consideração a política agrícola da União Europeia, que é muito restritiva e continuará sendo muito restritiva. Então, o Brasil elaborou essa oferta em conjunto com outros Ministérios, não só o Itamaraty. O Itamaraty, em conjunto com diversas áreas, com diversos setores, não só da sociedade, mas também agrícola, da CNA, CNI, CNC, fez uma oferta que será examinada na Camex. No fundo, quem toma a decisão é a Camex, e essa oferta ainda está sendo examinada. Acho que será examinada em breve. Tão logo ela seja examinada, será discutida com os nossos sócios. Obviamente, imagino que ela esteja levando todas as preocupações do setor industrial, que, neste momento, está muito interessado em fazer oferta. Inclusive, li documentos em que a indústria manifestou que está em posição de fazer ofertas. Acho isso muito importante, porque, na época em que as negociações foram suspensas, não era tão fácil conseguir uma oferta boa no setor industrial, porque, realmente, era preciso manter determinados setores sensíveis protegidos – apesar de que, hoje, isso também acontece. Precisamos fazer o que os americanos fazem. Eles não protegem sua indústria? Eles não lutam pela...? Nós temos de fazer a mesma coisa, mas acho que este momento está mais favorável para uma melhor oferta. Ela será examinada. Espero que as negociações sejam retomadas porque, inclusive, eu fui secretária executiva dessas negocia-

ções no passado. Eu gostava muito dessas negociações; eram muito difíceis...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Duras.

A SR^a MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION – Eram duras, mas eram interessantes. Esse seria o caso.

Com relação à inclusão da sociedade civil no processo do Mercosul, eu diria que o Mercosul avançou bastante nessa questão da sociedade civil, temos vários acordos. Perdi o papel, mas não importa. Há acordos de toda sorte na área de residência, acordo do Mercosul para residência. Todos os cidadãos do Mercosul podem fixar residência em qualquer país do Mercosul, trabalhar. Na parte de educação, há um intercâmbio muito grande; também há na área da previdência, podendo fazer contar a previdência social de um país no outro e se aposentar usando esse tempo de serviço. E há o Mercosul social também, que visa melhorar a qualidade de vida das pessoas e dos setores, a agricultura familiar, o entrosamento entre as culturas dos diversos países, o respeito, porque existem povos originários em todos esses países do Mercosul, e principalmente a atenção ao cidadão. O cidadão ganhou uma relevância muito grande no Mercosul. Hoje em dia, um cidadão do Mercosul se considera um cidadão do Mercosul, ele é diferenciado. Inclusive, quando ele chega a vários aeroportos, como existe na União Europeia, ele entra direto, no Mercosul também. Eles são eleitores, vários países também têm as suas zonas eleitorais, como existe no mundo inteiro. Há uma preocupação de que o Mercosul não vise apenas à economia, tem de visar também ao cidadão, caminhar para a cidadania, melhorar a qualidade de vida do cidadão, seja no país que for, e principalmente cuidar das questões de saúde, educação, que são, mais ou menos, a fonte para a melhoria da nossa região.

Nos seminários a que eu fui sobre a Aliança do Pacífico e a América Latina, um dos aspectos mais relevantes que todos salientaram foi a questão da educação. Então, há propostas de elaboração do Mercosul Educacional, propostas de currículos compatíveis. E uma coisa que chamou a atenção foi exatamente isso. Quer dizer, a Coreia, nos anos 60, não se dedicava muito à educação. E, hoje em dia, as maiores empresas de tecnologia, de inovação, são coreanas, estão acima das empresas americanas, na lista de importância. A Irlanda também, até os anos 60, 70, também não tinha uma dedicação muito grande nessa área de tecnologias.

Então, o importante é dotar o cidadão desses meios, para que a cidadania do Mercosul se fortaleça, para que ele possa realmente reivindicar esses direitos de ser um cidadão do Mercosul e ter uma

economia forte. Países com inovadoras tecnologias, educação, saúde, tudo o que é preciso ter em outras uniões aduaneiras.

Também há o Mercosul social, há a Cúpula Social do Mercosul, que cuida de diversos aspectos da área social, principalmente a área social que aqui nos interessa, de que nós tratamos, que é o combate à fome, agricultura familiar e toda sorte de empreendimento que possa melhorar a vida das pessoas menos favorecidas. Essa seria a parte da inclusão da sociedade civil, sem mencionar as consultas à sociedade civil sobre os processos de integração, na celebração dos acordos e das negociações comerciais que nós fazemos.

O Focem (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul) foi concebido em 2007, e o seu objetivo é reduzir as assimetrias entre os Estados-partes do Mercosul. É uma das mais bem-sucedidas experiências da política comunitária do Mercosul. É o único mecanismo regional de financiamento da América Latina com recursos integralmente doados, sem pagamentos de juros ou reembolso do principal.

O Focem atua, atualmente, em 43 projetos, aprovados em áreas como habitação, transportes, energia, incentivos à microempresa, integração produtiva, biossegurança, capacitação tecnológica, saneamento, educação e fortalecimento institucional do Mercosul, em valor total superior a US\$1,4 bilhão, dos quais US\$956 milhões financiados com recursos do Focem, e o restante pelos Estados-partes. Do total dos projetos, dezoito beneficiam o Paraguai; dez, o Uruguai; quatro, a Argentina e cinco, o Brasil. Alguns projetos são executados pela Secretaria do Mercosul e três projetos são pluriestatais.

Um dos mais importantes projetos que o Focem tem é o projeto Brasil-Paraguai de construção da linha de transmissão elétrica de 500kW, entre Itaipu e Vila Reis, que constitui o projeto de maior envergadura desse fundo, e ele compreende uma linha de transmissão entre a subestação paraguaia de Vila Reis e a ampliação da subestação paraguaia Itaipu. E a obra será executada por Itaipu, custeada por recursos e contribuições brasileiras do Focem.

Os recursos – a outra pergunta – do Focem, como eu disse, vêm dos Estados-membros, mas não só dos Estados-membros, podem vir de terceiras partes, organismos, e pode haver contribuições voluntárias. Foi uma decisão do Conselho do Mercado Comum, que dispõe sobre a integração e o funcionamento do Focem. Foi o Decreto nº 5.969, de 21 de novembro de 2006 – que eu posso lhe passar –, promulgado pela Decisão nº 18/05 do Conselho do Mercado Comum. E ele decreta, então, a constituição do Focem. E ele visa financiar programas para promover a convergência

estrutural, desenvolver a competitividade, promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração.

Bom, há a conformação: o montante total da contribuição dos Estados-partes do Focem será de US\$100 milhões. Quer dizer, a da Aliança do Pacífico é de US\$1 milhão; a nossa é de US\$100 milhões – veja a diferença –, integrado conforme as seguintes percentagens: Argentina, 27%; Brasil, 70%; Paraguai, 1%; Uruguai, 2%. E agora teremos a Venezuela e a Bolívia. A Bolívia provavelmente colaborará em dimensões semelhantes à dos países de menor desenvolvimento relativo. E a Venezuela, certamente, aportará uma contribuição bem maior.

E o Focem pode receber contribuições de terceiros países e de instituições e organismos internacionais. Para se habilitar, o Município, o Estado interessado deve apresentar um projeto a uma unidade nacional do Focem. Esse projeto é avaliado – há uma unidade específica para isso no Mercosul – por especialistas da região. Então, uma instância técnica examina com um grupo, e a avaliação do projeto é levada para o comitê de representantes permanentes do Mercosul, que avalia os relatórios e aprova o projeto. E eu descobri que há um projeto, inclusive, relacionado com a área de Santa Catarina.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION – Exatamente. É o anel rodoviário de Chapecó, que está em fase de avaliação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION – Sim, espero que sim. Pelo menos a última notícia que eu tive era de que estava sendo avaliado, apesar de que havia uma certa necessidade de conseguir técnicos para essa avaliação. Mas a tendência, tenho certeza, é de caminhar.

O Senador Requião fez uma pergunta também sobre Mercosul e União Europeia. Em parte, eu já adiantei a resposta, ao responder ao Senador Luiz Henrique sobre a oferta brasileira que está sendo feita e que vai ser examinada na Camex e que foi feita com base em consulta aos setores industriais. Eu não conheço a oferta, mas eu tenho certeza de que ela levou em conta as preocupações das diversas áreas, porque eu entendo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION – Bom, pois é. Mas, sobre o grito que o senhor ouviu, eu realmente vou ter que me informar, porque a informação que eu tenho é de que essa oferta está pronta para

ser examinada na Camex. Se, por acaso, as observações que foram feitas a V. Exª estão incluídas nesse momento, assim, eu tenho certeza de que a Camex as tomará em conta. E o Ministério estará lá presente, também, nessa reunião que irá aprovar a oferta. Eu não sei para quando está marcada a reunião.

Enfim, quanto à Argentina – já mencionei –, obviamente a gente tem que esperar, aguardar; seria prudente, pelo menos da minha parte, aguardar a visita do Chanceler a Buenos Aires, que será amanhã, e saber como é que ocorreram essas conversações com as autoridades argentinas.

Com relação a sua pergunta sobre o meu colega, Conselheiro Saboia, eu entendo que o Senador Ferraço também já indicou que aqui, nesta Comissão, o assunto já fez parte de um requerimento e, no Itamaraty, está sendo feita uma sindicância. Eu acho que é uma questão de, não se intrometendo, um processo administrativo que está sendo feito dentro do Ministério.

Eu, então, lhe pediria perdão por não completar essa pergunta, na medida em que há uma sindicância em andamento. Então, se o senhor pudesse me...

Acho que acabei, Senadora Vanessa. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a S. Exª a Embaixadora Maria da Graça.

Passo a palavra ao nosso entusiasmado Embaixador Pedro Brêtas.

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS

– Bom, a primeira pergunta é como desenfartar o comércio Brasil-Canadá, tendo em vista, inclusive, o contencioso que nós já tivemos, que já está todo superado, entre a Bombardier – que, hoje, é investidora no Brasil – e a Embraer. Esse assunto está completamente superado.

Agora, Senador, eu, talvez um pouco arrogante, mesmo antes de ser aprovado, de vir a ser aprovado, se o senhor me honrar com o seu voto, tomei a iniciativa de preparar um plano de trabalho sobre o comércio Brasil-Canadá. Vou tirar uma cópia para o senhor e terei o prazer de, se o senhor quiser, nós podermos sentar e conversar, para estar aqui um programa de trabalho para começar no dia 01. Chega lá e começa a mexer nisso aqui, certo? Então, o plano já está pronto e tem várias iniciativas.

Um aspecto muito importante é que, em 2011, foi criado um foro de altos executivos para examinar o que se pode fazer com esse desenvolvimento do comércio Brasil-Canadá.

Ele não se reuniu. Vamos tentar forçar... Falar “forçar” é forte, mas vamos tentar estimular que esse fórum se reúna e nos dê ideias de como melhorar o comércio Brasil-Canadá.

O plano está aqui...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Permita-me, Embaixador. Tem alguma data, já, aprazada para a Comissão Mista Brasil-Canadá?

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – Não, não.

Esse fórum vai ser uma iniciativa espetacular, porque vai reunir, digamos assim, grandes empresários brasileiros, grandes empresários canadenses, que vão sentar e vão dizer: “O que a gente pode fazer?” É muito importante que eles se reúnam, porque nós já temos com o Canadá, veja bem – o senhor está perguntando, e com toda razão –, o Conselho Econômico e Comercial Bilateral. É importante, mas esse fórum de altos executivos que foi lançado em 2011 dá uma outra dimensão. Nós vamos estar, ali, com os maiores empresários que fazem parte desse grupo. Para começar, o ponto focal brasileiro é a Vale – não pode ser maior, não é?

Então, vamos torcer para que, realmente, essa intenção, que foi lançada na declaração assinada pela Presidenta e pelo primeiro-ministro canadense em agosto de 2011, venha a se concretizar.

Eu vou citar alguém nesta sala, sobre o comércio Brasil-Canadá e como pode ser desenvolvido. Eu vou ler um texto, aqui:

O passado de sucesso inegável do nosso estimado Bloco não pode servir de pretexto para complacência com os evidentes descaminhos observados nos últimos anos. Se o que nos move são nossos interesses concretos e permanentes, medidos e projetados com precisão, penso haver chegado o momento de desobstruirmos as artérias do Mercosul [...].

O senhor escreveu, e é tão perfeito, que eu gostaria de assinar embaixo desse texto. Vamos trabalhar para desobstruir essas artérias. Não tenho o prato feito, não tenho a solução. A nossa colega entende 50 vezes mais – não, 100 vezes mais – do assunto que eu, mas eu tenho a intenção de encarar isso com vontade política, para exatamente alcançar esse entendimento entre o Mercosul e o Canadá. Vou dizer mais uma coisa: quando se começou a negociar no Canadá o acordo de livre comércio, depois que se transformou no Nafta, entre Estados Unidos e Canadá, havia uma grande oposição do Canadá, “ah, vamos ser esmagados pelos Estados Unidos”. Hoje o déficit no comércio é enorme contra os Estados Unidos, porque os canadenses exportam tudo para lá e os americanos têm fome de comprar. Então, os canadenses estão lucrando muito com essa abertura comercial.

Vamos trabalhar nisso. Tem que haver vontade política. Os técnicos têm que conversar sobre o assunto. E com vontade política se consegue realmente

desobstruir as artérias. E mais: um acordo Mercosul-Canadá abre possibilidades pelo efeito de demonstração para outros acordos no futuro. Então, o acordo Mercosul-Canadá pode ser o plano-piloto, o início, o ponta-pé inicial da partida.

Portanto, Senador, concordo com o senhor em gênero, número e grau e ousei transcrevê-lo.

Queda da população. Esse é um grande problema canadense. Olha, para funcionar o Canadá é preciso 280 mil imigrantes por ano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – E o senhor é que está dizendo. Temos o Ciência sem Fronteira. Hoje, o Canadá ainda não é... Parece-me que é o quinto recebedor de estudantes brasileiros...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Duzentos e oitenta mil por ano?

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – Por ano, é o que eles precisam para fazer a economia funcionar. O senhor colocou o dedo na ferida, o senhor disse: “Se não aumentar a população não anda.” Não anda. Então, eles ficam atraindo estudantes, eles ficam atraindo para fazer a economia ir para frente. Nós temos, hoje, no Canadá, nascidos no Canadá, 25 a 30 mil brasileiros... Não, desculpem. Vinte e cinco a trinta mil brasileiros que foram para lá. Agora, se considerarmos os filhos desses brasileiros – com aquele frio, a gente resiste –, pode chegar a 40 mil brasileiros. É um número considerável. Hoje, o Canadá é o principal destino dos estudantes brasileiros que querem aprender inglês. Uma coisa interessante que descobri hoje por acaso. Confesso que foi por acaso. Abri uma revista hoje e descobri que existem várias escolas de educação fundamental canadenses no Brasil. Com o nosso sistema educacional... É, chama-se Maple Bear – *maple*, aquela folha de bordo, *bear*, urso, por causa do frio. Então, 21 Estados já têm esse tipo de escola. Olha, eu confesso a minha profunda ignorância, eu não sabia disso. Tiro o chapéu. E educação com base no nosso currículo, mas o estudante... para a garotada, os garotinhos aprenderem inglês desde pequenos.

Sabem onde tem isso também? Na China, porque os chineses querem aprender inglês, porque os chineses estão conquistando o mercado canadense, que já é o segundo maior exportador para o Canadá, são os chineses. Eles não brincam. Não brincam.

Bem, Senadora, a senhora me falou sobre potássio.

O cloreto de potássio é um grande produto de importação do Brasil. Eu gostaria muito de aprender com a senhora. Eu vou ficar uma semana aqui. Se a senhora marcar uma entrevista comigo, eu vou ao seu

gabinete, e a senhora me dá uma noção. E estou pronto a recebê-la no Canadá junto com uma delegação do Estado do Amazonas, que tem uma característica muito importante em relação ao Canadá. A senhora sabia que a floresta canadense tem quatro milhões de quilômetros quadrados? É quase uma Amazônia. Então, Brasil e Canadá, no que diz respeito a recursos florestais e minerais, são muito parecidos. Se a senhora marcar... Convoque, eu irei lá e conversamos sobre o assunto, já preparando a sua ida ao Canadá, que será um prazer.

Caso Saboia. É complicado. Eu fui do Colégio Militar, onde é aquela história – um colega do Colégio Militar que, hoje, é da Marinha está aqui assistindo: nós batemos continência. Não faz nada, não dá um passo sem receber ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – E no Itamaraty também.

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – No Itamaraty, também. Então, eu fico com a minha colega, que está certíssima. Está havendo uma sindicância no Itamaraty. Então, por disciplina, tenho que calar a boca. Eu tenho que ver o que se está fazendo lá e o que os meus pares estão decidindo, estão estudando, com todos os dados, antes de dar uma opinião pessoal, que pode sair do coração, porque o Eduardo Saboia é uma pessoa encantadora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – É, outra coisa.

Agora, por disciplina, eu tenho que concordar rigorosamente com a minha colega e amiga, que diz: temos de esperar como o Itamaraty estava examinando o assunto e qual será o resultado e bater continência. Como bom aluno do Colégio Militar, temos que bater continência para a decisão dos nossos chefes.

É isso que eu poderia dizer para o senhor. Realmente, é um prazer estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Pedro Brêtas.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, a reunião será transformada em secreta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Designo a Senadora Vanessa Grazziotin para atuar como secretária desta escrutinação, por gentileza.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Presidente, pela ordem, antes

de iniciarmos. Estou aqui com um requerimento que eu e o Senador Randolfe apresentamos juntos. Como poderíamos fazer? Porque seria interessante que pudesse ser votado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Após a conclusão da sabatina, nós acolheremos o requerimento de V. Exª, com muito prazer.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito. Era só isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A Senadora Vanessa, por gentileza.

Convido o Senador Roberto Requião...

(Iniciada às 10 horas e 7 minutos, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 33 minutos e é reaberta às 12 horas e 36 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está reaberta a reunião.

Comunico a aprovação dos Srs. Embaixadores. Comunico a aprovação de S. Exª a Embaixadora Maria da Graça Nunes Carrion, indicada para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Aladi e ao Mercosul. De igual forma, comunico a aprovação do Embaixador Pedro Fernando Brêtas, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

Cumprimento a Srª Embaixadora e o Sr. Embaixador e desejo-lhes, naturalmente, muito êxito à frente das novas e importantes missões que passarão a acumular, representando o nosso País junto à Aladi e ao Mercosul e ao Canadá.

Agradeço e cumprimento V. Exªs.

A ex-Deputada e hoje Senadora Vanessa Grazziotin deseja que seja apreciado um requerimento extrapauta. É isso?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente, Presidente.

Trata-se de requerimento assinado pelo Senador Randolfe Rodrigues e por mim que solicita tão somente o apoio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a uma reunião que ocorrerá aqui em Brasília no dia 15 de outubro, uma reunião do Comitê Executivo da Confederação dos Parlamentares das Américas (Copa).

Do Comitê Executivo faz parte a ex-Deputada Federal Maninha, que é uma lutadora e ainda continua na organização dessa importante entidade que reúne Parlamentares de Parlamentos de toda a América.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Consulto as Srªs e os Srs. Senadores para saber se alguém se opõe à inclusão extrapauta do requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Se ninguém se opuser, vamos dar por aprovado o requerimento de S. Ex^a.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 95, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, apoio desta Comissão de Relações Exteriores à reunião do Comitê Executivo da Confederação de Parlamentares das Américas, que ocorrerá no dia 15 de outubro do corrente ano no Senado Federal. O evento contará com a presença de diversos parlamentares das Américas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.)

Consulto o Senador Armando Monteiro para saber se estaria apto a proferir seu parecer relativamente à designação do Sr. Flavio Marega.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 79, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Consulto V. Ex^a para saber se pode proferir o parecer.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Passo a fazer a leitura do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra é de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da Repúbli-

ca fez do Senhor Flavio Marega, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Guido Marega e Olga Dal Bem Marega, tendo nascido a 28 de maio de 1960, em Paranavaí, Paraná.

Graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 1985, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Titulou-se como Terceiro-Secretário em 1986. Tornou-se Segundo-Secretário em 1992 e Primeiro-Secretário em 1999. Foi a Conselheiro em 2004. Ascendeu a Ministro de Segunda Classe em 2007.

Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de Subchefe da Divisão do Mercado Comum do Sul – Mercosul (1999); subchefe da Divisão de Comércio de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros (2001); e Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Contenciosos (2006).

O Ministério das Relações Exteriores anexou, ainda, à mensagem presidencial informe sobre as relações entre os países.

O estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Arábia Saudita se deu em 1968. Em 1973, foram abertas embaixadas em Brasília e Jedá. No ano de 1986, a Embaixada brasileira foi transferida para Riade, nova capital saudita.

O relacionamento bilateral, que teve momento de relevo nos anos 1980, foi incrementado em tempos recentes. Com efeito, nos últimos dez anos foram realizadas visitas de alto nível de parte a parte. Em 2009, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar a Arábia Saudita. Desde então se observa incremento nas relações bilaterais nos planos público e privado.

Na esfera econômica, o intercâmbio comercial segue em crescimento. O comércio ultrapassa a casa dos US\$6 bilhões. O Reino saudita é o maior parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio. Cuida-se do segundo maior fornecedor de petróleo ao Brasil, ficando atrás apenas da Nigéria. De nossa parte, seguimos exportando produtos agrícolas, mas, a partir de 2005, houve importante incremento na pauta de exportações. Ela passou a contar também com produtos de maior valor agregado (como, por exemplo, aviões). As perspectivas são, ainda, promissoras nas áreas de petroquímica, mineração, engenharia e construção. O Brasil responde, de um lado, por cerca de 0,9% das

exportações sauditas; de outro, representamos 2,3% das compras daquele país.

A comunidade brasileira em solo saudita conta com aproximadamente quatrocentas pessoas entre desportistas e profissionais de distintos setores (financeiro, tecnológico e de informação). Essa comunidade conta com a assistência do setor consular da Embaixada em Riade. De acordo com os dados do Departamento de Polícia Federal, residem no Brasil 25 súditos sauditas.

Com a unificação do Iêmen em maio de 1990, o Governo brasileiro optou pela Embaixada em Riade como responsável pelos assuntos junto a Sanaa. Os laços comerciais entre os dois países, apesar de superavitário para o Brasil, segue sendo pouco expressivo. Nossas exportações centram-se em: cereais, combustíveis, automóveis, máquinas mecânicas, açúcar. A economia iemenita, como de resto todo o país, enfrenta inúmeros desafios. A comunidade internacional, consciente dessas dificuldades, criou mecanismo denominado “Amigos do Iêmen” voltado a apoiar as iniciativas locais nos campos econômico, financeiro, político e de segurança. O Brasil é um dos 50 países que integram essa iniciativa.

Diante do exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, agradecendo ao Senador Armando Monteiro pela relatoria.

Vamos abrir vista coletiva, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

Não havendo mais nenhum item de pauta, vamos dar por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado as Sr^{as} Senadoras, muito obrigado aos Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 7 minutos, tornada secreta às 12 horas e 33 minutos e reaberta às 12 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 43ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e um minuto do dia vinte e seis de setembro de dois mil e treze, no plenário sete, sob a

Presidência Eventual da Senhora Senadora **Ana Amélia**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Roberto Requião, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Osvaldo Sobrinho e Gim**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Ricardo Ferraço. Assina a lista de presença o Senador Aécio Neves, não membro desta Comissão. A Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica recebimento de convite do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, Senador Antonio Carlos Valadares, dirigido aos membros desta Comissão, para participarem de Audiência Pública com o objetivo de promover o debate sobre a segurança pública na fronteira, particularmente envolvendo o combate ao contrabando, ao descaminho e ao tráfico de drogas e armas na região fronteira do Brasil, especialmente com o Paraguai e a Bolívia, a realizar-se no dia 9 de outubro de 2013. Comunica, ainda, a vitória da Senhora Angela Merkel, primeira-ministra da Alemanha, na eleição ocorrida no dia 22 de setembro do corrente. Usa a palavra o Senador Sérgio Petecão, que apresenta solicitação de inversão de pauta, que é aprovada e então passa-se à deliberação do **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008. A Presidente concede a palavra ao relator, Senador Sérgio Petecão, para proferir o Relatório. Aprovado Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da Matéria, com a emenda nº 1 CAE/CRE. O Senador Sérgio Petecão apresenta requerimento verbal de urgência, que é aprovado, e registra a presença do Deputado Federal Flaviano Melo. Usa a palavra o Senador Jorge Viana, que apresenta solicitação de inclusão de item extrapauta, aprovada delibera-se o **EXTRAPAUTA: ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 97, de 2013**, de autoria do Senador Jorge Viana, que “Nos termos regimentais, requeiro a inclusão extrapauta da Mensagem (SF) nº 84, de 2013, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO

DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, na Pauta da 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores, para a arguição do indicado.” Aprovado. Em seguida, passa-se à deliberação dos demais itens da **PAUTA**, na seguinte ordem: **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 76, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.” A Presidente concede a palavra ao relator, Senador Delcídio do Amaral, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 80, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Romênia.” A Presidente concede a palavra ao relator, Senador Roberto Requião, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. Usa a palavra o Senador Roberto Requião, que comunica visita ao Brasil, no dia quatro de outubro próximo, do Presidente do Senado da Argentina. **EXTRAPAUTA: ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 98, de 2013**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Requeiro, nos termos art. 103, inciso VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Embaixador da França no Brasil, DENIS PIETTON, para discorrer sobre as relações entre a França e o Brasil. Esclareço que o Senhor Embaixador concorda em comparecer a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado brasileiro.” Aprovado. **EXTRAPAUTA: ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 99, de 2013**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, que “Requeremos, nos termos do artigo 222 do Regimen-

to Interno, seja apresentado voto de louvor aos governos da Federação Russa e dos Estados Unidos da América pelo acordo sobre a eliminação das armas químicas da Síria, que evitou a intervenção militar naquele país do Oriente Médio.” Aprovado. Usa a palavra o Senador Luiz Henrique, que registra a presença do Embaixador Ruy Nogueira, Ex-Secretário-Geral do Itamaraty, que é convidado a compor a mesa desta reunião. São deliberados em conjunto os itens 3 e **EXTRAPAUTA-8: ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 87, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ EDUARDO MARTINS FELICIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.” Sabatina realizada. **EXTRAPAUTA: ITEM 8 – MENSAGEM (SF) Nº 84, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas. Sabatina realizada. A Presidente convida os Embaixadores **José Eduardo Martins Felicio** e **Antonio de Aguiar Patriota** a comporem a Mesa e fazer suas exposições. Usam a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Luiz Henrique, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Jorge Viana, o Senador Roberto Requião, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Sérgio Petecão. Os Embaixadores respondem os questionamentos. A reunião é tornada secreta às treze horas e catorze minutos e reaberta às treze horas e dezessete minutos. Atua como secretário o Senador Jorge Viana e como escrutinadores os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Pedro Simon. A Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. A Presidente comunica recebimento de mensagem do Senador Eduardo Suplicy, que se encontra em recuperação de cirurgia oftalmológica, cumprimentando os Embaixadores presentes. A Presidente comunica o recebimento de convite do Cerimonial da Presidência desta Casa para que os membros desta Comissão participem da “recepção ao Excelentíssimo Senhor **Horacio Cartes**, Presidente da República do Paraguai, em visita oficial ao Senado Federal, no dia 30 de setembro, de 2013, segunda-feira, às 16h30, no Salão Nobre do Senado Federal.” A Senadora Vanessa Grazziotin registra a presença

da Senhora Míriam, esposa do Embaixador José Felício. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2011**, de autoria do Senador Roberto Requião, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.” A Presidente concede a palavra ao relator, Senador Cristovam Buarque, para proferir o Relatório. Aprovado Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da Matéria, com as emendas nº 1 e nº 2 – CRE. **ITEM 6 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 121, de 2013**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE), que “Aprova o texto da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres – CMS, assinado em Bonn, em 23 de junho de 1979.” A Presidente concede a palavra ao relator, Senador Jorge Viana, para proferir o Relatório. Aprovado Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da Matéria. **ITEM 7 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 177, de 2013**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE), que “Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Colômbia e o Governo da República do Peru para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços ou Comuns, assinado em Letícia, em 20 de julho de 2008.” A Presidente concede a palavra ao relator, Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o Relatório. Aprovado Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da Matéria. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e trinta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente Eventual.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Comunicado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Desculpe-me.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Recebido convite do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, CDR, Senador Antonio Carlos Valadares, dirigido aos membros desta Comissão, para participarem de audiência pública com o objetivo de promover o debate sobre a segurança pública na fronteira, particularmente envolvendo o combate ao contrabando, ao descaminho e ao tráfico de drogas e armas na região fronteira do Brasil, especialmente com o Paraguai e a Bolívia, a realizar-se no dia 9 de outubro de 2013.

Eu queria também fazer apenas duas referências.

Esta semana foi marcada pelo pronunciamento da Presidente da República, Dilma Rousseff, junto às Nações Unidas, abordando a questão, bastante grave e séria, da espionagem envolvendo, inclusive, autoridades brasileiras, a autoridade máxima, que é a própria Presidente da República.

Eu queria manifestar exatamente a relevância do pronunciamento da Senhora Presidente e dizer que esta Casa está promovendo uma CPI para fazer essa investigação. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o combativo e atento Senador Ricardo Ferraço, do PMDB do Espírito Santo, é o Relator dessa CPI, que foi requerida pela Senadora Vanessa Grazziotin.

Faço o registro pela conveniência e pela relevância do tema tratado pela Presidente Dilma Rousseff.

O outro fato, evidentemente, foi a reeleição, na Alemanha, da Chanceler Angela Merkel, que terá mais um mandato, e as relações entre Brasil e Alemanha são muito intensas.

Espero, sinceramente, que, no caso dos Estados Unidos, da espionagem, que essa tensão diplomática, política e até de segurança não venha a comprometer o relacionamento comercial e econômico com a maior economia do mundo. O Brasil tem mantido uma balança comercial expressiva, de US\$70 bilhões, o que não é pouca coisa, para ser desprezado e para ser contaminado por um processo de tensão na área provocada pela espionagem no campo diplomático e também político.

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente Ana Amélia, na verdade, eu gostaria, se fosse possível... Nós temos aqui o Item 4. Como nós sabemos que teremos a sabatina de duas autoridades, de dois embaixadores, eu queria que a

senhora pudesse ver a possibilidade de uma inversão de pauta. Esse item trata da mudança de horário no meu Estado. Para nós, é de suma importância termos aqui a presença do ex-Senador e Deputado Federal Flaviano Melo, autor da proposta do referendo. O povo do Acre votou e nós gostaríamos muito, se fosse possível, que a senhora fizesse essa inversão de pauta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Consulto o Plenário desta Comissão sobre a aquiescência à solicitação do Senador Sérgio Petecão.

Havendo aquiescência, com a palavra o Senador Sérgio Petecão, que é o Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2013, referido pelo Senador, matéria não terminativa.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 43, DE 2013
– Não Terminativo –

Altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda nº 1-CAE.

Observações:

1. Em 27/08/2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável, com a Emenda nº 1-CAE.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, vou procurar ser bem breve, até por conta de a senhora ter permitido essa inversão de pauta e nós termos duas autoridades que serão sabatinadas aqui na Comissão. Vou fazer um breve relato.

Na verdade, quando o então Senador da República, Tião Viana, hoje Governador do nosso Estado, fez uma mudança de horário no nosso Estado, essa mudança teve um impacto na população, nas pessoas do nosso Estado. Daí veio a proposta do hoje Deputado Federal Flaviano Melo, que apresentou um referendo, e o povo do Acre foi às urnas e disse que não aceitava aquela mudança de horário.

O que nós estamos querendo? Houve uma discussão na Câmara. A Presidente Dilma, o Governo Federal apresentou essa proposta que restabelece o nosso horário de duas horas em relação a Brasília. O que nós estamos querendo é que o povo do Acre tenha o seu horário de volta, para que possamos viver

com o horário antigo, com o “horário de Deus”, como é chamado no meu Estado.

Então, já lhe agradeço de antemão e peço aos nobres Senadores presentes nesta Comissão que possam nos apoiar. O nosso voto é favorável. E peço que possamos votar, porque temos interesse de que a matéria vá ao plenário do Senado, para que possamos votá-la o mais rápido possível e restabelecer o horário do povo acriano.

Então, quero agradecer aqui a presença do Deputado Federal Flaviano Melo e dizer que o sonho dele está prestes a ser realizado, que é a volta ao nosso horário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Em nome do Presidente Ricardo Ferraço, que está ausente por questões de emergência de outros compromissos, quero cumprimentar o Deputado Flaviano Melo e também o Senador Sérgio Petecão pelo relatório, que submeto à apreciação dos Senadores.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O relatório do Senador Petecão está aprovado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Srª Presidente, por favor, eu gostaria de pedir urgência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Um momentinho, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O.k.!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2013, e à Emenda nº 1 da CAE.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

Há um pedido de urgência do Senador.

Consulto também o Plenário se acolhe o pedido de urgência, para que seja feito o encaminhamento e para que sejam adotadas as providências pela Secretaria da Comissão.

Eu queria consultar o Senador Luiz Henrique da Silveira e a Senadora Vanessa. Estamos colocando em votação o requerimento do Senador Sérgio Petecão, para se dar regime de urgência ao projeto recém-aprovado, que altera a questão do fuso horário do Estado do Acre.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu quero defender o pedido do Senador Petecão, porque, inclusive, houve uma pequena mudança de redação no projeto na Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Isso!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Foi algo que nós acertamos, para que se desse a possibilidade de o Estado do Amazonas, se quisesse permanecer nessa nova regra ou não, poder pleitear isso junto à Presidente.

Então, quero cumprimentar a Bancada do Estado do Acre aqui e dizer que o Amazonas concorda com o pedido de urgência e o apoia integralmente, para que, na semana vem, já possamos votar a matéria no plenário.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Eu é que queria agradecer à Deputada Vanessa.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senadora!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Desculpe-me! Agradeço à Senadora Vanessa, por ter tido essa sensibilidade de separar o Estado do Amazonas e o Estado do Acre, por ter entendido a nossa demanda.

E eu queria aproveitar também para agradecer os votos dos Srs. Senadores, principalmente o do Senador Jorge Viana, que é Senador pelo meu Estado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço, então, a todos.

Está aprovado pelos Senadores o requerimento verbal de urgência.

Envio à Secretaria o pedido de urgência, para que seja feito o encaminhamento ao plenário.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria, com a autorização de V. Ex^a, apresentar o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 97, de 2013

Nos termos regimentais, requeiro a inclusão extrapauta da Mensagem (SF) nº 84, de 2013, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, na Pauta da 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores, para a arguição do indicado.

Autoria: Senador Jorge Viana

Esse é o requerimento que apresento. Peço a sua apreciação, por gentileza, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada. Agradeço ao Senador Jorge Viana.

Eu queria consultar o Senador Luiz Henrique, o Senador Delcídio do Amaral, o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Sérgio Petecão, a Senadora Vanessa Grazziotin, em atenção ao requerimento do Senador Jorge Viana, sobre a inclusão extrapauta da análise da apreciação da indicação do ex-Chanceler, Embaixador Antonio Patriota, indicado pela Presidente Dilma Rousseff, para representação brasileira juntos às Nações Unidas.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pois não, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Estou subscrevendo o requerimento do Senador Jorge Viana e entendo que é urgente urgentíssimo fazermos essa sabatina hoje, pela relevância da missão que o Chanceler Antonio Aguiar Patriota vai exercer na Organização das Nações Unidas.

Estou de pleno acordo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço ao Senador Luiz Henrique.

Então, pela manifestação, submeto aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras a proposta do Senador.

Os que estiverem a de acordo com a antecipação e inversão de pauta e a antecipação da sabatina do Chanceler Antonio Patriota permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento do Senador Jorge Viana.

Eu queria, então, entrar no Item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 76, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Antonio Carlos do Nascimento Pedro, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

Autoria: Presidência da República.

A relatoria é do Senador Delcídio do Amaral, a quem passo a palavra.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr^a Presidenta, Senadora Ana Amélia, venho aqui relatar a Mensagem nº 76, de 2013, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Antonio Carlos do Nascimento Pedro, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

Esta Casa do Congresso é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Antonio Carlos do Nascimento Pedro, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para a escolha dos Chefes de Missão Diplomática. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao Regimento, encaminhou *currículum* do diplomata em questão e o resumo dos países para os quais já foi indicado.

O diplomata Antonio Carlos do Nascimento Pedro é nascido no Rio de Janeiro, em 14 de fevereiro – portanto, aquariano, gente boa. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1973. Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no Ministério das Relações Exteriores em 1977, após concluir, evidentemente, o curso de diplomata do Instituto Rio Branco. Em 1997, defendeu a tese e aprovou a mesma no Curso de Altos Estudos do mesmo instituto. Tese denominada: “Peru-Ecuador: Futuro de Paz/Perspectiva de Conflito”.

Foi Conselheiro em 1995. Foi promovido a Ministro e Segunda Classe em 2001. Em 2009, entrou no Quadro Especial e, em 2013, passou a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial.

Na Chancelaria ocupou vários cargos: de Chefe substituto da Divisão Jurídica; Chefe substituto da Divisão da América Meridional II, em 1990; e Chefe da Divisão de Direitos Humanos, em 2000.

No exterior, desempenhou, entre outras, as funções de Conselheiro em Lima, no Peru, em 1993; Ministro-Conselheiro em Genebra, em 2003; e Embaixador em Cartum, de 2009 até o presente.

Desempenhou também numerosas e importantes funções em missões temporárias de representação do Governo brasileiro, integrando e chefiando delegações. E é importante registrar que, entre essas, notadamente aquelas que participaram de negociações para a elaboração de protocolos sobre combate à tortura, direitos humanos e sobre os regimes ambientais internacionais.

Quanto ao Kuaite e ao Bareine, importa registrar neste relatório, para subsidiar a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

O Estado do Kuaite ocupa superfície de 17,8 mil quilômetros quadrados e possui população de 3,25 milhões de habitantes. Sua capital é a cidade do Kuaite. Seu sistema de governo é de monarquia constitucional.

O Produto Interno Bruto (PIB) calculado pelo poder de compra (PIB-PPP), foi de US\$165,9 bilhões em 2012, o que lhe propicia um PIB-PPP *per capita*, que é a relação do produto interno sobre o poder de compra, de US\$43,420. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) foi de 0,790 em 2012, o que o coloca na 53^a posição entre 185 países – para efeitos de comparação, o Brasil ficou na 84^a, com 0,730.

Em 1968, foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países e criada a primeira Embaixada do Brasil no Kuaite, funcionando cumulativamente com sede no Egito. Em 1975, o Brasil inaugurou sua missão diplomática residente no emirado, gesto reciprocado pelos kuaítianos em Brasília em agosto do mesmo ano.

As demais observações, minha querida Presidenta, Senadora Ana Amélia, eu dispenso porque já são conhecidas das Sr^{as} e dos Srs. Senadores desta Comissão. Quero apenas registrar as características do Bareine.

Trata-se de uma pequena ilha no Golfo Pérsico, com 678km² de superfície e população de 1,3 milhão de habitantes. Sua capital é Manama e seu regime político é monárquico. Seu PIB-PPP em 2011 foi de US\$25,8 bilhões, propiciando PIB-PPP *per capita* de US\$19,8 mil.

Brasil e Bareine estabeleceram relações diplomáticas em 1980. Até 1985, a Embaixada em Riade (Arábia Saudita) representou cumulativamente o Brasil junto às autoridades de Manama, ano em que a representação passou a ser exercida pela Embaixada do Brasil no Kuaite. Mesmo o Kuaite recebendo essa embaixada brasileira, o Bareine até hoje não acreditou embaixador residente junto ao Governo brasileiro. Sua embaixada em Washington representa os interesses do Bareine no Brasil.

Por todos esses motivos, Sr^a Presidenta, consideramos que, diante do exposto e pelas qualidades

inegáveis do diplomata hoje sabatinado, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço, Senador Delcídio do Amaral. O senhor, como é um profundo apreciador de esportes, especialmente Fórmula 1, sabe que o Bareine sempre aparece no grande campeonato...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Quase suspenderam, minha querida Senadora Ana Amélia, no ano passado, por razões que V. Ex^a conhece muito bem.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pois é.

Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos da Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal.

Vamos para o item 2 da pauta, também não terminativo.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 80, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Romênia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Roberto Requião.

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) *Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 – SF.*

Concedo a palavra ao Sr. Senador Roberto Requião para proferir o seu relatório.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr^a Presidenta, depois eu gostaria de solicitar, se possível, a inclusão de um requerimento extrapauta.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senadora. Posteriormente, submeterei ao Plenário.

Com a palavra, o Senador Roberto Requião, item 2 da pauta da reunião da CRE de hoje.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidente da República deseja fazer do Senhor Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Romênia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O parecer que eu vou relatar já foi publicado a partir do dia 17, no sistema de internet do Senado, conforme as novas disposições referentes a sabinas e aprovação de autoridades.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Eduardo Schimmelpfeng de Seixas e Nadir Borges Ibiapina de Seixas, tendo nascido em 21 de junho de 1954, em São Roque, São Paulo. Formou-se em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub), em 1978. Na carreira diplomática, foi nomeado Terceiro-Secretário em 1976, ascendeu a Segundo-Secretário em 1979 e a Primeiro-Secretário em 1982. Foi promovido a Conselheiro em 1987, a Ministro de Segunda Classe em 1994 e a Ministro de Primeira Classe em 2000, todas as promoções por merecimento.

Dentre as funções desempenhadas na Secretaria de Estado e em outros órgãos públicos, cabe citar a chefia da Divisão de Comunicações do Ministério das Relações Exteriores (1993), a Coordenadoria-Adjunta de Apoio e Cerimonial da Presidência da República (1995) e a Diretoria da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência do Senado Federal (2011). No exterior, entre outros cargos que ocupou, destacam-se o de Cônsul-Geral em Paris (1995) e em Toronto (2000); Embaixador em Beirute (2006) e Cônsul-Geral em Madri (2009). Chefiou a delegação brasileira a várias reuniões internacionais, como a V Sessão do Comitê sobre Resíduos de Medicamentos em Alimentos da Comissão do Codex Alimentarius da FAO, em Washington, em 1990; VII Sessão do Comitê sobre Cereais, Legumes e s Leguminosas da Comissão do Codex Alimentarius da FAO, também em Washington, em 1990; Reunião do Comitê Permanente do Conselho Consultivo Internacional do Algodão, em Washington,

em 1991; e Reunião de Consulta Brasil-Estados Unidos no âmbito do Acordo sobre Comércio Siderúrgico, em Washington, em 1992.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Romênia. O documento apresentado dá notícia histórica do relacionamento bilateral, bem como oferece informações relativas ao intercâmbio comercial entre os dois países.

No âmbito das trocas comerciais, observa-se superávit em favor do Brasil, que, entretanto, declinou em 2012. Exportamos minério de ferro, açúcar, soja em grãos, fumo e café não torrado, importamos principalmente peças para automóveis, para a construção de vários modelos da Renault/Dacia no Brasil. Esse intercâmbio, no entanto, sofreu com as vicissitudes da recente recessão econômica global, bem assim como com a adesão da Romênia à União Europeia, passando a importar alguns produtos da nossa pauta exportadora de seus parceiros europeus. Ademais, foi registrada queda na exportação de soja em virtude das restrições europeias à importação do cereal geneticamente.

Os setores de energias alternativas, como a eólica, a solar e a geotérmica, são dos mais promissores para futuros investimentos na Romênia. Há significativo potencial de geração de energia, em especial hídrica e eólica, não aproveitado, ou subaproveitado, sobretudo na região do Danúbio romeno, onde se encontra o maior potencial eólico de toda a Europa. Muitas oportunidades podem surgir na construção ou modernização de centrais hidrelétricas, bem como na reciclagem de resíduos sólidos, área na qual o país encontra-se relativamente atrasado. Outros setores que apresentam boas perspectivas de retorno na Romênia são o agronegócio, a construção civil – pontes sobre o Danúbio –, o aeronáutico, etc.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Embora o sobrenome do Embaixador seja Schimelpfeng e revele que, de alguma forma, ele deve ser meu parente, não sendo parente próximo, não me considero impedido de apresentar este relatório e solicitar à Comissão a sua aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria / PP – RS) – Sendo seu parente, já tem um bom currículo. Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos da Resolução 41, de 2013, do Senado Federal.

Passamos ao Item 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 87, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra...

Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria / PP – RS) – Sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Desculpe. Assim que a senhora terminar de...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria / PP – RS) – Sim.

Eu queria informar que já foi lido. O relatório foi do Senador Luiz Henrique da Silveira, com muita vinculação. Queria informar também que o Senador Luiz Henrique, o Senador Roberto Requião, aqui presente, e eu representamos a Comissão de Relações Exteriores e o Senado Federal na posse do novo Presidente do Paraguai, que está fazendo a primeira visita ao Brasil. Portanto, a rapidez com que a Comissão de Relações Exteriores...

E agradeço também a colaboração, muito atenciosa, do Presidente Ricardo Ferraço, em ter, na condição de autoridade maior desta Comissão especial, aquiescido à necessidade, dada a visita do Presidente do Paraguai, de apreciação e da sabatina. Da mesma forma, também pela realização nas Nações Unidas da Assembleia Geral, da sabatina antecipada, com o requerimento de inclusão extrapauta, pelo Senador Jorge Viana, do Chanceler Antonio Patriota, para as Nações Unidas, em Nova York.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que primeiro solicitou a palavra...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria / PP – RS) – ... e o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Só uma comunicação rápida: a convite da Presidência do Senado brasileiro, no dia 4 de ou-

tubro, o Presidente e Presidente do Senado argentino Amado Boudou vem nos visitar para tentarmos discutir uma pauta comum e assuntos entre o Brasil e a Argentina. Foi um convite do Senado brasileiro, ao qual o Vice-Presidente da República, mas na qualidade de Presidente do Senado, acedeu.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada pela comunicação.

Será muito bem-vindo, Senador Roberto Requião, o representante do Governo argentino. Temos muitas coisas a conversar.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Senadora Ana Amélia, meus caros colegas, ontem pela manhã, o Senador Luiz Henrique, eu e Deputados Federais, entre eles o Deputado Carlos Zarattini, o Deputado Hugo Napoleão e o Deputado Eduardo Azeredo, estivemos com o novo Embaixador da França no Brasil. A França tem um novo Embaixador, ele está no Brasil há pouco tempo, há cerca de 15 dias, e está aguardando a marcação da data para apresentar suas credenciais à Senhora Presidente da República. Mas já está em pleno exercício das suas funções.

Ele manifestou o desejo de ter um contato, uma conversa franca e amiga com esta Comissão de Relações Exteriores. Penso que é oportuna essa visita e essa conversa, uma vez que há uma programação intensa no âmbito diplomático entre o Brasil e a França a ser cumprida nos próximos meses.

O Ministro das Relações Exteriores Laurent Fabius deve vir ao Brasil, penso, no mês que vem. E já está sendo discutida uma data para a visita do Presidente François Hollande ao Brasil, pagando a visita que foi feita pela Presidente Dilma Rousseff. Provavelmente isso acontecerá ainda no mês de dezembro.

Por outro lado, o Presidente desta Comissão, o Senador Ricardo Ferraço, deverá ir à França já no mês que vem. Nós temos uma operação muito intensa com a França em vários domínios, não apenas no domínio da defesa, mas em outros, e é possível expandir essa área. E há também problemas relativos, por exemplo, a contenciosos comerciais em relação a produtos agrícolas, etc.

Eu vou formalizar logo mais, vou pedir ao meu gabinete para preparar o texto, o pedido para que a Comissão aprove um convite ao Embaixador. Se V. Exª concordar e não houver objeção, considere esta minha questão de ordem já como requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria cumprimentá-lo, Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela iniciativa. Penso que a oportunida-

de é a melhor possível, em vista da visita do governo francês, do presidente francês ao nosso País.

Então, queria submeter ao Plenário o requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que vai ficar pendente, da indicação da data da reunião com esta Comissão. Seria conveniente já indicar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sim, com a Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Comissão de Relações Exteriores. Não será uma audiência pública, mas um encontro, como tem ocorrido normalmente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Aqui na Comissão, durante uma reunião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria submeter, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Sérgio Petecão, o requerimento extrapauta do Senador Aloysio Nunes Ferreira, da presença do Embaixador recém-designado, recém-empossado aqui como representante do governo François Hollande no Brasil.

Assim, consulto...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Aprovado por unanimidade, como disse o Senador Requião.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 98, DE 2013**

Requeiro, nos termos art. 103, inciso VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Embaixador da França no Brasil, DENIS PIETTON, para discorrer sobre as relações entre a França e o Brasil.

Esclareço que o Senhor Embaixador concorda em comparecer a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado brasileiro.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira)

A Secretaria da Comissão de Relações Exteriores aguarda apenas o requerimento de V. Exª para formalizar o convite e a data sugerida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Para formalizar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Gostarei muito de estar presente nesse encontro, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Importantíssimo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senadora Vanessa Grazziotin, por solicitação de V. Exª, vamos a um requerimento extrapauta.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento da Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Srª Presidente, até para que acatem, eu gostaria de ler o conteúdo, pois não há nenhuma divergência, por isso solicitamos a inclusão extrapauta. Se fosse um requerimento com problemas, com divergências, obviamente não estaríamos fazendo este pedido.

O requerimento é assinado pelo Senador Suplicy e subscrito por mim e pelo Senador Jorge Viana. Apresenta, de acordo com o art. 222 do Regimento Interno, um voto de louvor aos governos da Federação Russa e dos Estados Unidos da América pelo acordo sobre a eliminação de armas químicas da Síria, que evitou a intervenção militar naquele país do Oriente Médio.

É tão somente isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Está em votação o requerimento. É um voto de louvor, uma moção de apoio às iniciativas dos governos da Rússia e dos Estados Unidos em relação à eliminação de armas químicas na questão da Síria.

Submeto ao Plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento é assinado pela Senadora Vanessa, que acabou de fazer a leitura, pelo Senador Jorge Viana e pelo Senador Eduardo Suplicy, que não está presente hoje porque está se recuperando de uma cirurgia.

Em nome do Presidente Ricardo Ferraço e nosso, desejamos ao Senador Eduardo Suplicy, que certamente está acompanhando esta reunião, que se recupere prontamente.

Senador Suplicy, boa sorte e pronta recuperação. O senhor faz falta não só na Comissão de Relações Exteriores, mas também no plenário do Senado.

O requerimento já está aprovado. Os Senadores já aprovaram o requerimento da Senadora Vanessa, coletivamente, por unanimidade.

As providências serão tomadas em relação à Secretaria.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 99, de 2013

Requeremos, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de louvor aos governos da Federação Russa e dos Estados Unidos

da América pelo acordo sobre a eliminação das armas químicas da Síria, que evitou a intervenção militar naquele país do Oriente Médio.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy)

Já foi lido o relatório do Senador Luiz Henrique em relação ao nosso embaixador que vai para o Paraguai, o Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai, José Eduardo Martins Felício.

Também foi lida, e entra nesta pauta, a indicação do Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

O relatório foi apresentado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, e concedida vista coletiva. Vamos apreciar agora.

Convido, então, o Embaixador José Eduardo Martins Felício e o Embaixador Antonio de Aguiar Patriota a se sentarem à mesa para as suas exposições e posterior sabatina dos membros desta Comissão de Relações Exteriores.

Sejam bem-vindos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Dentre outras tantas personalidades, a nossa Comissão tem o privilégio de receber hoje a presença do ex-Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Ruy Nogueira. Eu queria registrar a nossa satisfação por tê-lo entre nós.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço muito, Senador Luiz Henrique, e endosso plenamente a referência. Quando jornalista, convivi por muito tempo com o Embaixador Ruy Nogueira, que foi, em algum tempo da sua brilhante carreira, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores. Nessa condição, eu dependia muito das informações sempre precisas, atentas e prontas do Embaixador Ruy Nogueira. Então, eu endosso a referência de V. Exª e só me penitencio por não tê-lo feito antes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu gostaria de sugerir que o Embaixador Ruy Nogueira integrasse a Mesa Diretora desta reunião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com muito prazer.

Embaixador Ruy Nogueira, por favor, nos dê a honra da sua presença aqui, para este momento tão importante, em que faremos a sabatina do Embaixa-

dor do Brasil no Paraguai e do representante brasileiro junto às Nações Unidas.

Informo aos indicados que farão suas exposições por ordem de chegada e de apresentação dos respectivos relatórios, apenas por isso. O primeiro será o nosso Embaixador no Paraguai, José Eduardo Martins Felício, em seguida, o nosso Embaixador nas Nações Unidas, Antonio de Aguiar Patriota, e faremos a sabatina. Nessas condições, informo aos indicados que terão 15 minutos para as suas exposições.

Com a palavra, o Embaixador José Eduardo Martins Felício.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, eu queria cumprimentar o Senador Luiz Henrique, meu Relator, que tive o prazer de receber em Havana, juntamente com minha esposa, na companhia de um grupo de Parlamentares que lá estiveram no mês de janeiro, e agora me dá a satisfação de relatar a minha indicação como Embaixador do Brasil no Paraguai.

Quero agradecer, Senador, a presteza com que V. Ex^a elaborou o relatório e, em pouquíssimos dias, esta Comissão – agradeço aos membros da Comissão – aprovou a minha chamada para esta arguição.

Caso seja aprovado pelo Senado, tenho a intenção de chegar a Assunção em poucas semanas, logo após o trâmite da minha nomeação na Presidência da República e de breve retorno a Cuba para as despedidas.

Todos os países vizinhos são importantes para o Brasil, evidentemente. Com o Paraguai, nós compartilhamos uma extensa fronteira de mais de 1,3 mil quilômetros, fronteira essa que merece o nosso melhor cuidado no aspecto segurança. O Senador Requião, que é de um Estado vizinho, sabe muito bem as preocupações que nós temos, e nós estaremos sempre atentos a essa questão da nossa vizinhança com o Paraguai.

Há uma população importante de brasileiros e paraguaios descendentes de brasileiros vivendo no país vizinho. Eu poderia citar muitos aspectos para ressaltar a relevância do Paraguai para o Brasil, mas só vou mencionar um. Quero mencionar as oportunidades que se abrem para o aumento dos negócios do Paraguai com o Brasil com o novo governo que recém se instalou.

As previsões indicam que o Paraguai poderá crescer mais de 12% em 2013. Os investimentos brasileiros estão aumentando e a perspectiva é muito positiva. Uma nova linha de transmissão de eletricidade está sendo finalizada e deve ser inaugurada no próximo mês, uma linha que levará energia em direção ao oeste do Paraguai. Esta é uma outra oportunidade que se coloca para as nossas empresas, a possibilidade de

fornecimento estável de energia num país que, hoje, utiliza apenas entre 2% e 5% da energia que produz. Portanto, a possibilidade é enorme.

Estou certo de que o governo do Presidente Cartes pretende ser ousado. O Senador Luiz Henrique esteve conversando com o Presidente e é testemunha disso. O Presidente Cartes pretende ser ousado em utilizar a energia abundante do Paraguai para oferecer vantagens às empresas que queiram se instalar naquele país. Abre-se uma janela de oportunidade que nós podemos e devemos aproveitar.

O Presidente Cartes já manteve diversos encontros com empresários estrangeiros, inclusive brasileiros. Já existe uma forte presença brasileira no Paraguai e isto, por si só, deverá facilitar o aumento da nossa presença naquele país.

Para o Paraguai, os investimentos estrangeiros certamente aumentarão a oferta de emprego e, em consequência, se reduzirá a pobreza e o governo também aumentará a sua arrecadação de impostos.

Para o Brasil, interessa o impulso da atividade econômica no Paraguai, por ser um país vizinho, pois, à medida que aumentam as atividades lícitas no Paraguai, haverá, certamente, uma redução da criminalidade e dos problemas que afetam o Brasil diretamente. Melhorar as condições de vida no Paraguai interessa, portanto, a nós. Em outras palavras, o desenvolvimento do Paraguai é importante para o Brasil.

O novo governo paraguaio, em pouco mais de um mês, vem promovendo uma reestruturação tributária, o que é importante para reduzir a atual dependência que existe naquele país com relação à receita aduaneira.

Propôs-se, também, criar um novo marco jurídico para atrair investimentos estrangeiros, inclusive uma lei de Parcerias Público-Privadas e uma lei de garantia de investimentos, projetos esses que ainda estão em discussão.

Como estímulo à economia, existe a intenção de se criar 250 mil novos empregos por ano. Essa é a intenção anunciada pelo novo governo.

O governo não tem descuidado de programas sociais e, já na posse, o Presidente Cartes anunciou planos para reduzir a pobreza e declarou que os ricos podem fazer mais pelos pobres. O combate à pobreza começa a ser esboçado num programa recém-lançado pelo governo, que foi denominado Criando Oportunidades, e é dentro desse programa que se pretende criar esse número importante de empregos e reduzir a pobreza num espaço curto de tempo.

Com relação ao comércio e aos investimentos do Brasil com o Paraguai, estão previstos dois eventos importantes nos próximos dois meses. Um é uma feira Paraguai-Brasil, em Assunção, agora no mês de

outubro, para a qual foram convidadas empresas e entidades de classe brasileiras, inclusive federações de indústrias de diversos Estados brasileiros, do Sul e de Minas Gerais. Está prevista também, em São Paulo, no mês de novembro, uma outra atividade econômica à qual o Presidente Cartes está, inclusive, interessado em comparecer e em fazer a abertura.

Esse quadro acho que nos permite vislumbrar um programa de trabalho, que pretendo concluir com a colaboração dos servidores da Embaixada do Brasil em Assunção, com a assessoria dos adidos que estão na Embaixada, com o Centro de Estudos Brasileiros, enfim, com as pessoas que nos ajudarão a coordenar esse programa.

Evidentemente, com a anuência do Itamaraty, nós vamos propor um programa de trabalho que, conforme pretendo, estimula o comércio bilateral e os investimentos, com maior presença de empresas brasileiras e também de associação de empresas brasileiras com empresas paraguaias, que aproveitem as vantagens comparativas dos nossos dois países, para aumentar a sua capacidade produtiva.

Eu acho que seria importante realizar pesquisas de mercado, continuar realizando – na verdade, isso já vem sendo feito pela Embaixada – pesquisas de mercado, estudos econômicos capazes de favorecer os negócios bilaterais e maior integração produtiva dos dois países.

Tenho a impressão de que vale a pena estimular a discussão de temas técnicos e econômicos, que às vezes recebem um tratamento público tendencioso, irracional e emocional. Tenho a impressão de que, nessa discussão, também valerá a pena valer-nos da nossa relação com a academia, em proveito de um debate científico de todos os temas afetos à relação bilateral.

E, também, finalmente, não que seja menos importante, a difusão cultural, para aprofundar o conhecimento mútuo das nossas sociedades e aproveitar a enorme riqueza cultural que existe nas comunidades originárias, os guaranis, com presença marcante no país vizinho e também na fronteira oeste do Brasil.

Em maio de 2012, entrou em vigor um acordo para cooperação em segurança pública, que também pretendemos estimular, com a criação de uma comissão binacional, com o estabelecimento de uma comissão binacional fronteira.

Devo dizer também, de passagem, que o novo governo do Presidente Cartes fez aprovar uma nova lei de defesa e segurança pública, que dá novas atribuições às forças militares no combate à criminalidade. E tenho a impressão de que uma associação do Brasil, dentro desse novo quadro para o combate, sobretudo para a vigilância fronteira, será muito proveitosa.

Enfim, há uma série de medidas e propostas que pretendo conformar num programa de trabalho. Há temas pendentes com relação ao comércio bilateral. Queria recordar que existe uma comissão de monitoramento do comércio bilateral, que, há alguns anos, não se reúne. Nós teríamos de reativar essa comissão, que existe, com vários países vizinhos, com grande êxito, e aproveitar, como disse, este desenvolvimento extraordinário que se prevê para o Paraguai neste ano e o aumento do fluxo do comércio e dos investimentos brasileiros no Paraguai, que têm aumentado muito. Só no ano de 2012, o fluxo de investimentos brasileiros no Paraguai chegou a US\$143 milhões. Então, acho que estimular isso é a nossa obrigação. E vejo também uma grande perspectiva.

Tenho a impressão de que posso aproveitar, no Paraguai, a experiência anterior que tive no Uruguai, que teve também certo êxito na questão da promoção do comércio, dos investimentos e da maior associação e que hoje atrelou muito mais a economia do Uruguai à economia brasileira. Foi uma experiência que acho que pode ser aproveitada.

Queria dizer, de passagem, também, que cheguei ao Uruguai num momento parecido com o momento que existe hoje no Paraguai, em que há um grande debate sobre a inserção do País na sua região: “promovemos mais o Mercosul, saímos do Mercosul, vamos aderir à aliança do Pacífico, queremos negociar acordos de livre comércio de maneira independente com a Europa e com os países desenvolvidos”. Havia esse debate no Uruguai quando eu cheguei. E eu acho que desse debate que está ocorrendo no Paraguai também nós devemos participar e eu creio que terei também a oportunidade de aproveitar a minha experiência.

Para finalizar, Sr^a Presidente, nós receberemos aqui, na próxima segunda-feira, como a senhora sabe, o Presidente do Paraguai, que fará uma visita de Estado. Acho que nós devemos receber o Presidente Cartes não somente como o Presidente dos paraguaios. Ele vem também como Presidente de milhares de brasileiros e de seus descendentes que vivem no Paraguai. É dessa forma que eu sugiro que nós o recebamos. Aliás, ele visitará também esta Casa, onde, tenho certeza, terá a melhor receptividade.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a. PRESIDENTE (Bloco Maioria/PP – RS)
– Cumprimento o Sr. Embaixador.

Aproveito para lhe informar, repassar uma informação, depois lhe daremos a cópia de um comunicado que o Senador Luiz Henrique, o Senador Roberto Requião e eu fizemos sobre o contato que tivemos lá, o interesse do governo paraguaio, em particular, desse setor tão necessitado de assistência técnica, como

é o da produção agropecuária. Como bem lembrou V. Ex^a, são muitos brasiguaios – assim são chamados – que estão respondendo pelo crescimento da produção agrícola paraguaia, e o Paraguai é hoje um exportador de soja. Então, passo às suas mãos para que o senhor dê prosseguimento a esses entendimentos. Que a Embrapa participe no Paraguai com maior efetividade.

Tenho a honra de passar a palavra ao Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, indicado para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Obrigado por presidir esta reunião da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Eu gostaria também de agradecer ao Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, por ter assumido essa tarefa. Muito me honrou e alegrou o fato de ter sido ele o Relator da minha designação para Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Quero comentar também que ontem falei por telefone com o Presidente titular da Comissão, Senador Ricardo Ferraço. Quero agradecer a ele a presteza com que considerou o meu pedido de que a minha sabatina fosse realizada hoje junto com a do meu colega e amigo Embaixador José Eduardo Felício.

Aproveito para agradecer a todos os membros da Comissão, em sua configuração atual e na anterior também, pela excelente cooperação, pelo diálogo sempre fluido e baseado na confiança recíproca que desenvolvemos ao longo dos 2 anos e 8 meses em que estive à frente do Itamaraty. E também, por intermédio do Embaixador Ruy Nogueira, a quem eu saúdo com especial carinho, ex-Secretário-Geral do Itamaraty, quero agradecer a presença aqui de tantos colegas diplomatas brasileiros.

Não há pronunciamento sobre política externa brasileira que não reserve um capítulo significativo para o multilateralismo. E quando se fala em multilateralismo, o órgão que define essa palavra é a Organização das Nações Unidas.

A Presidente Dilma abriu há poucos dias o debate geral da ONU, na terça-feira. Foi o seu terceiro pronunciamento como porta-voz do Brasil, abrindo o debate geral. É a primeira mulher que desempenha essa função, reafirmando o compromisso do Brasil com as Nações Unidas.

As Nações Unidas, por serem o fórum universal por excelência, o parlamento do mundo, um parlamento que é regido pelo Direito Internacional, pela Carta da ONU, uma Câmara que, ao mesmo tempo em que é decisória, é também propositiva, também é caixa de ressonância dos grandes problemas da atualidade.

Enfim, não há país que valorize a democracia no plano interno que deixe de valorizar também o que representa as Nações Unidas como um parlamento mundial, com todas as suas falhas, com todas as suas imperfeições e com a necessidade de que esteja permanentemente em processo de aperfeiçoamento, assim como as democracias nacionais também têm de funcionar dessa maneira. Mas não há um órgão que possa substituir a ONU nos dias de hoje, daí o nosso engajamento, conforme manifestado pela Presidente Dilma Rousseff.

Na verdade, o Brasil tem um longo histórico de contribuições ao sistema multilateral da ONU. Somos um membro fundador das Nações Unidas. Hoje em dia, as Nações Unidas, com 193 membros, incluindo o Brasil, tem apenas um quarto de países que podem incluir-se entre os membros fundadores, desde 1945.

Em termos de participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas, nós detemos, junto com o Japão, o recorde de participação para um membro não permanente: foram 10 ocasiões, ou seja, 20 anos, em um total de 68 anos – um pouco menos de um terço, mas é um padrão de comparecimento muito assíduo e praticamente sem paralelo.

Em matéria de participação no Conselho Econômico e Social, nós estivemos fora do Ecosoc apenas 15 anos, em toda a sua história de funcionamento.

Outro órgão principal, que é a Corte Internacional de Justiça, já foram cinco os juizes brasileiros a participar dos seus trabalhos: desde José Philadelpho de Barros e Azevedo; Levi Fernandes Carneiro; José Sette Câmara, que foi também representante permanente junto à ONU; Francisco Rezek, ex-Chanceler; e agora o jurista, que também foi presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Antônio Augusto Cançado Trindade, para o mandato que se encerra em 2017.

Desde 1948, as Nações Unidas organizaram 67 operações de paz, e o Brasil participou de 30 dessas operações, com um total de 32 mil militares policiais tendo exercido funções e participado desses esforços. Hoje, o Brasil é o 12º contribuinte de tropas, participa de oito operações e está no comando, como os senhores sabem, da Minustah, que é a única operação de paz aqui na América Latina, e com essa característica também muito singular – porque não é comum no Sistema ONU – de havermos mantido o comando das tropas da operação de paz das Nações Unidas no Haiti desde o seu início. O normal é que haja uma rotatividade entre militares de diferentes países, mas, em função do desempenho, que é considerado exemplar, do Brasil, têm sido generais brasileiros que, sucessivamente, lideram essa operação.

Hoje, também estamos na liderança da maior operação de paz das Nações Unidas, que é a Monusco, a operação na República Democrática do Congo, extremamente complexa, com mais de 24 mil em tropas e também com uma vertente inovadora, que é um braço sobre o Capítulo VII, ou seja, no jargão das Nações Unidas, um braço que tem autorização para uso da força, e não somente autodefesa.

Estamos também no comando naval da missão das Nações Unidas para o Líbano, a Unifil, de que 200 tropas brasileiras participam.

Outros lugares onde estão observadores militares, policiais brasileiros são: Saara Ocidental, Libéria, Cote d'Ivoire, o Sudão do Sul e o centro do Sudão, em uma localidade chamada Abyei, que ainda é o pomo da discórdia entre o Sudão e o Sudão do Sul.

Falando das contribuições que o Brasil deu ao Sistema ONU, acho que também vale a pena mencionar aqui, no ano em que celebramos 10 anos do seu desaparecimento, o saudoso Sérgio Vieira de Mello, que foi Subsecretário para Assuntos Humanitários, foi Alto Comissário para Direitos Humanos nas Nações Unidas, desenvolveu um trabalho, literalmente, em todas as regiões do mundo: na África, na América Latina... De certa maneira, ele é visto como um dos pais da nação timorense, pelo trabalho que exerceu no mandato das Nações Unidas para levar o Timor à sua plena emancipação. Também no Kosovo assumiu uma missão extremamente espinhosa e desapareceu em circunstâncias trágicas, em agosto de 2003, vítima de um atentado terrorista, como sabemos.

Também lembro aqui Luiz Carlos da Costa, que era o representante especial do Secretário-Geral da ONU no Haiti, por ocasião do terremoto; dezoito soldados brasileiros faleceram naquela ocasião. Ou seja, até com a própria vida o Brasil já contribuiu e já deu mostras do seu empenho com as Nações Unidas.

Se esta Comissão aprovar minha designação para Nova York, eu serei o quinto nome ex-chanceler a representar o Brasil junto às Nações Unidas. Acho que é uma demonstração também da importância atribuída a este cargo. Oswaldo Aranha foi até agora o único presidente da Assembleia Geral brasileiro. Lembro também João Augusto de Araújo Castro; Celso Amorim, por cinco anos representante permanente – aliás, meu chefe nesse período –; e agora, o mais recente, Luiz Alberto Figueiredo Machado, que volta da missão junto às Nações Unidas para assumir o Ministério das Relações Exteriores.

Se historicamente o Brasil pode ser considerado um país que esteve presente na criação da ONU e deu uma grande contribuição, creio que a contribuição hoje é extremamente significativa, central, estru-

turante, incontornável para os trabalhos das Nações Unidas. O Brasil representa um vetor de paz em uma das regiões do mundo mais democráticas, mais pacíficas, pela sua democracia, pela equidade do seu desenvolvimento. Pelo seu progresso econômico-social o Brasil tem muito a contribuir não só ao liderar debates nas Nações Unidas, mas até mesmo pelo seu exemplo de conquistas no plano nacional e por alguns fatores objetivos também que eu acho que merecem ser lembrados. Hoje em dia nós somos um de apenas doze países que mantêm relações diplomáticas com todos os membros das Nações Unidas, com todos os demais 192. No caso do Brasil, também mantemos relações diplomáticas e reconhecemos o Estado da Palestina, que ainda não é membro das Nações Unidas, mas esperemos que muito brevemente seja.

Eu acho que é sempre importante lembrar também que somos o décimo maior contribuinte ao orçamento regular das Nações Unidas, à frente até mesmo de pelo menos um membro permanente do Conselho de Segurança, o que demonstra que hoje em dia existe certo fenômeno de taxação sem representação nas Nações Unidas, o que é um argumento a mais a favor de uma reforma do Conselho de Segurança.

Mas talvez mais importante do que o número de anos dedicados aos trabalhos de diferentes órgãos e a presença de ilustres brasileiros em diferentes posições seja a capacidade de liderança do Brasil nas Nações Unidas, que se exerce hoje em praticamente todos os temas em que existe necessidade de cooperação global. E eu mencionaria, apenas a título de exemplo, a liderança exercida pelo Brasil – e os senhores acompanharam isso muito de perto – na Rio+20, que consagrou e transformou o conceito de desenvolvimento sustentável em base das discussões para o debate sobre o desenvolvimento no mundo por vir. Aliás, o tema dessa Assembleia Geral, da 68ª, foi justamente a agenda pós-2015, a agenda de desenvolvimento. E como disse a Presidenta Dilma Rousseff no seu discurso e em outras manifestações, hoje em dia já não se fala mais em desenvolvimento sem o qualificativo sustentável. Isso aí é uma obra para a qual a contribuição e a liderança brasileira foram fundamentais. O Brasil tem sabido conciliar como poucos países, sobretudo dessa dimensão, a agenda econômica, social e ambiental, embora muito ainda reste por fazer.

Existem inúmeras outras áreas em que o Brasil demonstra liderança também. Eu mencionaria, por exemplo, a questão da proteção de civis em conflitos armados. Alguns exemplos recentes de utilização do conceito de responsabilidade de proteger foram considerados como manipuladores do conceito. Na verdade, ações que encobriam outras agendas, agendas de

mudança de regime, agendas não declaradas de teor político que estavam sendo desvirtuadas. E o Brasil contribuiu com um conceito de responsabilidade ao proteger. Ou seja, não basta o Conselho de Segurança autorizar o uso da força em determinada circunstância para proteger civis ou para qualquer outra finalidade. É importante que, ao desempenhar essa função, ao exercer esse mandato concedido pelo Conselho de Segurança, os países que foram designados para fazê-lo também atuem de maneira responsável, também evitem a morte desnecessária de civis, a violência, a destruição e sobretudo disseminar instabilidade numa escala muito maior do que aquela que se pretendia evitar.

Eu acho que todo esse debate se desenvolve, de certa maneira, sob a sombra da intervenção unilateral não autorizada pelo Conselho de Segurança no Iraque, de 2003, que, como sabemos, muito longe de ter contribuído para a estabilidade naquela região, contribuiu para disseminar instabilidade.

E também quero lembrar a liderança do Brasil na própria estruturação da ONU, na governança da ONU. Em 2005 foram criados novos órgãos, como a Comissão de Consolidação da Paz, em grande medida uma ideia brasileira que visava criar um mecanismo que tratasse daqueles países que saíam de uma situação de conflito e onde não havia um mecanismo ou um foro específico para evitar que eles novamente caíssem numa espécie de círculo vicioso de pobreza, instabilidade, conflito, violência. E mais recentemente também o Conselho de Direitos Humanos, que é uma criação também de 2005, onde o Brasil contribuiu para que fosse criada a instância da revisão periódica universal, ou seja, uma espécie de análise pela qual todo país-membro das Nações Unidas deve passar para que o seu desempenho, as suas práticas, em matéria de promoção e proteção dos direitos humanos, sejam examinadas. A ideia também é um pouco deslegitimar, em paralelo, aquelas avaliações unilaterais que muitas vezes são feitas por países individuais e que tendem a obedecer a agendas mais políticas e ideológicas.

Eu creio que uma plataforma de atuação do Brasil nas Nações Unidas, para simplificar...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO PATRIOTA – ... – e eu concluiria a partir dessas reflexões –, pode se desenvolver de uma maneira transversal em torno de três eixos principais.

Em primeiro lugar, a preservação das conquistas das últimas décadas e, eu até diria mesmo, do último século, como a igualdade soberana dos Estados, o conceito de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, na área do meio ambiente parece desnecessário dizer, mas, na verdade, são conceitos que estão permanentemente sendo ameaçados por

ações individuais ou de grupos de países. E quanto à igualdade soberana dos Estados, por exemplo, volta e meia aparece um Estado que se comporta como se fosse excepcional, como se não tivesse que obedecer ao mesmo padrão de comportamento dos demais e se arvora de direitos e capacidade de intervir à margem do Direito Internacional. Então é muito importante uma ação internacional que preserve essas conquistas.

Um segundo eixo seria o da denúncia das insuficiências, das assimetrias, dos abusos, das violações, das lacunas existentes no ordenamento internacional, porque é a partir daí que podemos também identificar uma agenda propositiva, que seria o terceiro eixo. O Brasil tem demonstrado capacidade em matéria de agenda propositiva, como eu comentei na questão da responsabilidade a proteger, como na questão dos objetivos do desenvolvimento sustentável, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, enfim, em várias outras instâncias também.

Esta 68ª Assembleia Geral se distinguirá por iniciar o debate sobre desenvolvimento pós 2015, ou seja, quando os objetivos do desenvolvimento do milênio chegam a termo – e aqui mais uma vez o Brasil tem muito a contribuir, tendo conseguido alcançar praticamente todos os objetivos no período mais curto do que aquele que foi preconizado pelas Nações Unidas, talvez com uma ou outra exceção, em saneamento, em mortalidade materna, mas ainda assim com um desempenho muito acima da média –, e também por ser uma oportunidade para se tratar de algumas questões bem espinhosas da agenda de paz e segurança internacional, como a da Síria, Israel-Palestina e a questão nuclear do Irã.

Talvez na fase de perguntas eu tenha oportunidade de falar mais um pouquinho sobre essas questões e o posicionamento brasileiro, como o Brasil tem contribuído inclusive através de personalidades como o Prof. Paulo Sérgio Pinheiro, que é o Coordenador da Comissão de Investigação do Conselho de Direitos Humanos sobre os abusos cometidos na Síria. Claro que o Brasil está apoiando toda essa ação, para que haja o desmantelamento das armas químicas na Síria e que seja retomado o processo da Conferência de Genebra.

Uma área que eu gostaria de mencionar, ainda que brevemente, em que o Brasil pode e deve fazer mais é a de participação de brasileiros no secretariado da ONU. Embora tenhamos tido êxitos muito significativos na eleição de brasileiros para órgãos importantes, o Diretor-Geral da FAO, que é a maior agência especializada em termos de orçamento das Nações Unidas, agora, o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, Bráulio Dias, que é o responsável pela Convenção da Biodiversidade, a verdade é que

há menos brasileiros do que argentinos e mexicanos no secretariado da ONU. É uma coisa surpreendente! Formamos apenas 0,40% do secretariado, com 173 compatriotas nessa situação. Aqui, em colaboração com o escritório do PNUD em Brasília, estamos procurando motivar os jovens, enfim, brasileiros de todas as regiões e de formações variadas, para que esse déficit de participação seja corrigido.

Quero lembrar que os próximos anos serão de muito trabalho. Nós temos, em 2014, os 20 anos da Conferência do Cairo sobre População, os 20 anos da Conferência de Pequim sobre a situação da mulher, um evento de alto nível sobre mudança do clima, que o Secretário-Geral das Nações Unidas está convocando para 2014. Em 2015, temos também os 70 anos da Organização, 15 anos depois da Declaração do Milênio e também o marco que está sendo considerado fundamental para levar adiante a questão da reforma do Conselho de Segurança. Existe um grupo de trabalho da Assembleia Geral das Nações Unidas que já trabalha há 20 anos nesse assunto, sem ter conseguido ainda romper os impasses. Mas, ao mesmo tempo, há o reconhecimento de que esse é um tema que não pode sair da agenda internacional. De certa maneira, ele se torna, cada vez mais, premente, à medida que nós vemos essas reconfigurações de geopolítica no mundo de distribuição de poder econômico.

Hoje, se considera que o horizonte temporal de 2015 – isso mencionado, inclusive, no discurso da Presidenta Dilma Rousseff – pode ser um marco.

Quando eu falei das lacunas e da necessidade de apontar falhas, eu penso também na questão da espionagem que foi tratada como tema principal, tema introdutório da intervenção da Presidenta Dilma Rousseff, na terça-feira passada.

Aqui, nós temos novamente esta tríade: preservar as conquistas duramente alcançadas no sistema das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que defende o direito à privacidade, os dispositivos dos pactos sobre direitos civis e políticos, que também defendem esse direito; apontar as assimetrias, denunciar os abusos e as violações e também mostrar caminhos. E a maneira de trabalhar um caminho foi delineada pela Presidenta; existem várias áreas, tanto na primeira comissão, que cuida de segurança, não proliferação e desarmamento, por exemplo; como existe no segmento da Cúpula sobre a Sociedade da Informação; como na Unesco; como no Conselho de Direitos Humanos. Todos esses órgãos vão ser mobilizados para que tratem desse assunto de uma maneira multissetorial, mobilizando todos aqueles que, como o Brasil, defendem que a via cibernética não pode ser usada para efeitos espúrios que solapem a soberania,

a cooperação entre os Estados e a possibilidade de um mundo de maior cooperação no século XXI.

Em conclusão, eu diria que, assim como a ONU é fundamental para o Brasil, para nós consolidarmos conquistas, apontarmos desequilíbrios, propormos caminhos, eu acho que o Brasil é, cada vez mais, fundamental para as Nações Unidas, pela sua capacidade de liderança, pelas impressões digitais que ele deixa e tem deixado em todos os debates fundamentais desenvolvidos naquele fórum.

Sei que vivemos um momento histórico de excepcionais oportunidades para o Brasil no plano internacional que não será dispersado em matéria da projeção do Brasil no multilateralismo.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Embaixador Antonio Patriota, que será o representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Eu queria lembrar aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que, encerrado o processo de sabatina e votação, nós procederemos à continuidade da pauta de votações com matérias, com relatorias e assuntos relevantes.

Então, passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que foi Relator e tem preferência na sabatina. Em seguida, Senador Luiz Henrique da Silveira, Senadora Vanessa, Senadores Cristovam e Jorge Viana. Senador Aloysio, com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Sr. Ministro Patriota, quero, em primeiro lugar, dizer que fiquei muito honrado com a designação do Presidente desta Comissão para ser o Relator da indicação do Ministro Patriota para ser o nosso representante permanente junto às Nações Unidas.

Eu precisaria, Ministro, em primeiro lugar, fazer um esforço de descondicionalidade. Explico: V. Ex^a esteve aqui já várias vezes na condição de Ministro; aliás, sempre atendendo com a maior solicitude aos convites desta Comissão. E se expondo sempre ao debate franco, aberto, sobre as questões que estavam sob os seus cuidados no Ministério de Relações Exteriores. V. Ex^a aqui não está mais como Ministro titular de um cargo político, mas está aqui como diplomata de carreira, se preparando para, sendo aprovado pelo Senado, assumir um cargo muito importante na nossa diplomacia.

Então, eu preciso me descondicionalizar, porque na condição de Ministro, eu, como Líder de um Partido de oposição, muitas vezes expressei até com ênfase as minhas posições contrárias à política externa, aspectos importantes da política externa da Presidente

Dilma Rousseff, da qual o senhor foi um executor leal e correto.

Tive também ocasião, Embaixador, em muitos momentos, no plenário desta Casa e aqui mesmo nesta Comissão, de externar a minha crítica bastante veemente em relação a aspectos da nossa política externa. Alguns assuntos episódicos, como por exemplo o silêncio sobre o pedido de asilo feito por Snowden ao Brasil, apesar de todas as denúncias de espionagem contra o nosso País; a reação que considerei tímida do Governo à detenção do Sr. David Miranda, companheiro do jornalista que escreveu as matérias no *The Guardian*, revelando detalhes dos programas de espionagem dos Estados Unidos. Ainda recentemente, o episódio do ex-Senador Molina, que amargou mais de 400 dias numa condição difícil, na sede da nossa Embaixada na Bolívia, apesar de ter tido o asilo diplomático, situação que contrastou com os privilégios descabidos que foram concedidos ao ex-Presidente Zelaya, que fez da nossa Embaixada um verdadeiro palanque de ação política.

Referi-me também aqui, já, na presença de V. Ex^a, ao caso da suspensão do Paraguai no Mercosul, depois da destituição do Presidente Fernando Lugo, que ocorreu segundo as regras vigentes naquele país, e a ocasião que se aproveitou naquele momento para ingresso da Venezuela no Mercosul, que antes não havia sido possível exatamente em razão da oposição do Parlamento paraguaio.

Eu quero dizer também, Sr. Embaixador, que concordo com a política do nosso Governo brasileiro em relação a alguns temas que são tratados nas Nações Unidas, o tema dos direitos humanos, a insistência do Brasil em pleitear um lugar de membro permanente no Conselho de Segurança.

Fui testemunha, ainda há pouco, numa viagem que fiz em companhia do Senador Luiz Henrique e do Senador Jorge Viana visitando a Eslováquia – e pelo depoimento que tive lá na Eslováquia –, da atividade intensa que V. Ex^a desenvolveu na campanha – digamos assim – para a condução do nosso compatriota Roberto Azevêdo à Presidência da Organização Mundial do Comércio.

Por outro lado, em relação a direitos humanos, eu confesso que me decepcionei com a falta de uma reação mais enérgica a tentativas ocorridas no âmbito de uma assembleia geral da OEA, por parte de países da chamada Aliança Bolivariana para as Américas, na aprovação de propostas controversas, que colocavam em risco a atuação do sistema interamericano de direitos humanos.

Tive ocasião de exprimir essas críticas em vários momentos, assim como em outros momentos mani-

festei minha preocupação com um certo dogmatismo em relação ao Mercosul, para que, sem prejuízo do nosso pertencimento ao Mercosul, tivéssemos tentado explorar a possibilidade de acordos bilaterais com outros países que permitissem uma diversificação maior da nossa pauta de exportação. São críticas que fiz à política externa que V. Ex^a executou sob a orientação da Presidente Dilma Rousseff.

Agora, quem está aqui não é o Ministro, não é a Presidente Dilma Rousseff, é um funcionário do Itamaraty que tem um currículo exemplar, que percorreu todas as etapas de sua carreira ascendendo degrau por degrau por merecimento. Que tem na sua bagagem uma experiência acumulada no trato de organismos internacionais, inclusive nas Nações Unidas, onde V. Ex^a já trabalhou na nossa missão junto à ONU. Experiência também em organismos multilaterais pela sua presença, por duas vezes, em Genebra. A sua passagem pela Embaixada do nosso País em Washington, a experiência que tem e o respeito que granjeou entre os seus colegas pelos cargos administrativos que ocupou no Ministério de Relações Exteriores, inclusive a Secretaria-Geral do Ministério. V. Ex^a tem um currículo que merece todos os elogios. Como disse o meu relatório, o credencia, em minha opinião, para ocupar, com brilho, o cargo para o qual a Presidente Dilma o designou.

Ouvi a sua exposição e não tenho grandes indagações a fazer, a não ser, talvez, em relação a dois temos que V. Ex^a terá ocasião de desenvolver agora em sua nova missão se a sua indicação for aprovada pelo Plenário.

Em primeiro lugar, em relação ao conceito, Ministro, da responsabilidade ao proteger em substituição à responsabilidade de proteger. Tema levantado pela Presidente Rousseff no discurso perante a Assembleia Geral da ONU, em 2011. Como distinguir, na prática, efetivamente, a ação de países que, sobre pretexto de proteger direitos humanos e intervir em situações em que há ameaça ou em situações críticas de ameaça aos direitos humanos, mas que, na verdade, sobre essa proteção atuam com outros objetivos como os que V. Ex^a apontou: substituição de regimes e intervenção pra valer na política interna dos países? Nenhum país que intervém sob essa proteção vai dizer que está intervindo para mudar um regime político. Vai sempre dizer está lá para proteger civis, que está lá para evitar maiores danos... Todos vão dar o mesmo argumento, assim como nenhum país vai dizer: “Olha, eu estou espionando, me perdoe, não espionarei mais”, uma vez que os países fazem isso desde o tempo dos faraós no Egito.

Então, como robustecer, perante as Nações Unidas, essa doutrina, com a qual concordo, porque vejo que há realmente um abuso do direito de intervir sob essa alegação da salvaguarda dos direitos humanos. Mas me parece uma doutrina ainda de contornos fluidos. Pediria a V. Ex^a que se detivesse um pouco mais sobre esse tema e como desenvolver essa ação nas Nações Unidas?

A outra questão, esta é atualíssima a qual V. Ex^a se referiu a ela há pouco de passagem, foi suscitada pela Presidente da República na sua intervenção recente perante a Assembleia Geral. A Presidente Dilma Rousseff propõe uma espécie de governança mundial da internet. Lembro a V. Ex^a e a todos nós que a Câmara ainda não se desincumbiu da missão de aprovar o marco civil da internet. Nós, até agora, não estamos resolvendo essa questão, que é urgentíssima, é para ontem. Existe um conflito, notadamente entre interesses das empresas fornecedoras de infraestrutura e os internautas que querem, além da proteção de privacidade, entre outras coisas, a total liberdade de acesso. Essa questão não foi sequer resolvida dentro do Parlamento brasileiro, onde há uma nítida e esmagadora maioria do Governo atual. Como transpor e resolver essa questão em nível global? Como instituir uma governança global? Que ações e que linhas de trabalho V. Ex^a irá desenvolver no posto para o qual V. Ex^a, aqui, se depender da minha opinião, irá ocupar? Estou aqui quebrando sigilo do voto, mas isso não será arguido para a nulidade eventual da decisão do Senado.

Quanto ao Embaixador José Eduardo Martins Felício, eu faço-lhe uma pergunta a respeito de uma curiosidade enorme que tenho sobre a evolução atual de Cuba. Como V. Ex^a, que é Embaixador lá, vê essa evolução? Que perspectivas Cuba tem? Nós temos, ali, um empreendimento importante do Brasil, em torno do qual, o Porto de Mariel, o governo cubano, agora, decide criar uma espécie de zona de livre-comércio, à semelhança daquela criada por Deng Xiaoping no sul da China há 30 anos. Como V. Ex^a vê essa evolução?

Em relação às nossas relações com o Paraguai, apesar de V. Ex^a haver abordado amplamente, mas creio que há um pormenor que, às vezes, se transforma em uma pedra no sapato, um espinho no pé. Refiro-me à reivindicação recorrente do Paraguai de revisão do preço da energia comprada por aquele país e fornecida por Itaipu.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Sr^{as} e

Srs. Senadores, eu quero ressaltar aqui, mais uma vez, a excelência dos quadros do Itamaraty. Nas sabatinas que se têm sucedido aqui, nós comprovamos, cada vez mais, que o Itamaraty, efetivamente, senão é a melhor, mas é uma das melhores massas críticas deste País.

Eu vou ser breve na minha intervenção porque a presença do Chanceler Patriota na missão na Organização das Nações Unidas e do Embaixador José Eduardo na Embaixada do Paraguai representa o grau de importância que o Brasil consagra a esses dois postos.

Mais especificamente, ao nosso Embaixador José Eduardo Martins Felício, eu queria dar uma sugestão para o melhor êxito na sua missão na Embaixada do Paraguai: aproveitar a grande energia que têm os estados vizinhos para incremento das cooperações entre esses diversos Estados com as diversas províncias paraguaias.

Eu falo isso porque tive uma experiência muito rica de cooperação com a Província de Misiones, no Paraguai, quando levamos a melhor tecnologia que há no País: a de produção de arroz irrigado, que é comandada nossa Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural), cujo resultado é o fato de Santa Catarina possuir a melhor produtividade mundial de arroz. E nós levamos isso para a Província de Misiones, assim como fizemos com a Província de Misiones da Argentina, que está concluindo a ligação da fronteira de Santa Catarina com a cidade de San Pedro, que vai permitir o novo eixo rodoviário asfaltado entre os dois países.

Estabelecemos também, seja com os paraguaios, seja com os argentinos, um convênio para ensinar espanhol e português nas escolas de fronteira entre os nossos países.

A Senadora Ana Amélia retratou um contato que tivemos à época da posse do Presidente Horacio Carter com representantes do Senado e de cooperativas do Paraguai, que nos solicitaram que, a exemplo do que faz com a África, a Embrapa passe a atuar naquele país, promovendo transferência de tecnologia em termos de várias atividades agrícolas.

Recentemente, estabelecemos acordo importante na área da cultura. Nas comemorações da posse do presidente, a Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, localizada em Joinville, apresentou um espetáculo e celebrou convênio para recrutar sete crianças paraguaias, na idade de sete, oito anos, para fazerem o curso de formação, de oito anos, no Brasil. Esse é um convênio que, acredito, terá grande repercussão. Assim como fizemos com o Piauí, com a Paraíba, com o Maranhão, que hoje têm crianças muito pobres transformadas em grandes artistas internacionais, atuando nas melhores companhias do exterior, esse convênio com o Paraguai

certamente poderá resultar no surgimento de alguma estrela da dança entre aquelas sete crianças que os nossos professores russos vão selecionar.

Então, faço essa abordagem para aproveitar a grande energia do Paraná. O Governador Roberto Requião tem uma história muito longa de cooperação com o Paraguai, assim como o Rio Grande do Sul, da Senadora Ana Amélia. Esses três países podem contribuir muito na tarefa de propiciar ao Paraguai uma ascensão de desenvolvimento, que é um dos assuntos que nos interessam, dentro da política brasileira de integração de solidariedade, e não uma política opressora ou monopolizadora da economia da região.

Ao Chanceler Patriota desejo todo êxito nessa missão! Quem sabe ele, que obteve tantos êxitos no comando do Itamaraty, consiga ser aquele que vai assinar o ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança Nacional.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O Senador Luiz Henrique falou em três países numa referência aos três Estados. Quando o gaúcho fala que o Rio Grande é um país amigo (*Risos*), como uma brincadeira, agora V. Exª fala que são três os países amigos na Região Sul, Senador Luiz Henrique, dada a relevância que os Estados do extremo sul brasileiro têm nessa confluência e nessa relação com todos os países do Mercosul. O caso do Rio Grande com a Argentina e o Uruguai, e o caso de Santa Catarina e Paraná com Argentina e também o Paraguai. Então, essa é uma referência. O Mato Grosso do Sul também, da mesma forma.

Eu queria consultar os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, porque os dois Senadores que fizeram perguntas são os relatores das respectivas indicações, portanto têm preferência nas respostas, se preferem que a gente prossiga. Temos mais três Senadores inscritos: Senadora Vanessa, Senadores Cristovam e Jorge Viana. Prosseguimos ou os indicados respondem? (*Pausa.*)

Então, Senadora Vanessa Grazziotin com a palavra; em seguida, o Senador Cristovam e Senador Jorge Viana.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu agradeço aos colegas. Eu até acharia que as perguntas dos relatores deveriam ser respondidas de pronto, mas, enfim...

Quero cumprimentar o Embaixador Felício e agradecer pela forma como ele recebeu a comitiva de Parlamentares, de Deputados e Senadores, que esteve recentemente em Cuba. Lá, fizemos importantes visitas, inclusive ao Porto de Mariel, que aqui foi citado. Registro a presença da Miriam, que é esposa

do Embaixador e que divide a tarefa de tratar muito bem das delegações brasileiras que vão pelos países onde eles estão servindo. Está vendo? Até coloco no plural: onde eles estão servindo. Então, faço questão de fazer esse registro de público, Embaixador Felício.

Acho que os questionamentos feitos sobretudo pelo Senador Luiz Henrique, do Estado de Santa Catarina, um Estado fronteiro ao Paraguai, contempla. Mas o senhor lá vai ter uma grande tarefa: o Mercosul. A Senadora Ana Amélia faz parte do Parlasul, que não vive um bom momento muito por conta da questão que envolve Venezuela e Paraguai. Tenho certeza de que, com a sua experiência, o senhor dará uma grande contribuição para resolver essas questões.

Eu não sei se caberia perguntar a um embaixador, a um membro do Poder Executivo que está indo para um país agora, mas me incomoda muito... Eu não sou do Parlasul, não faço parte do Parlasul, mas aqui nós temos dois Senadores, Senadores Ana Amélia, Senador Requião...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Hã? Senador Pedro Simon e vários outros. Aliás, o Norte tem que estar mais presente nesse Parlamento, pois, no geral, ele é composto por Parlamentares do sul do País. O Parlasul não é do sul do Brasil; ele é do Brasil como um todo, mas a nossa presença – e essa é uma crítica a nós, pois são pouquíssimos os Parlamentares do Norte e do Nordeste que se envolvem com essa questão do Mercosul –... Grande parte das delegações, das representações – não sei se todas, mas grande parte – é eleita. No Brasil, não elegemos ainda os Parlamentares que compõem o Parlasul. Eu pergunto ao senhor – primeiro, se for impertinente minha pergunta, fique à vontade para dizer –: como representante do Brasil em um país vizinho, importante, inclusive na fundação do Mercosul, se o senhor acha que isso cria algum tipo de animosidade, de dificuldade nas relações o fato de o Brasil não ter ainda a sua representação eleita exclusivamente para tal?

No mais, desejo muito sucesso, muito trabalho. Espero poder visitá-lo. O Senador Mozarildo está me cutucando já há algum tempo: que nós temos que ir à fronteira da Venezuela com o Brasil para tratar de problemas de fronteiras. E nós já marcamos, acabamos de marcar, a nossa ida. Mas quando houver algum problema, vamos levar a Senadora Ana Amélia, que é lá do Sul, para a nossa fronteira norte, para que a Senadora Ana Amélia nos leve também para a fronteira sul. Desejo ao senhor um excelente trabalho.

Embaixador Antonio Patriota, Ministro querido, primeiro, quero cumprimentar, de forma muito sincera,

pelo trabalho que o senhor desenvolveu. Eu não sou diferente, eu não sou crítica. Eu sou uma pessoa que crê que, dos dez anos de governo do Presidente Lula somados aos da Presidenta Dilma, temos alguns frutos importantes a colher; bons frutos a colher. Dentro desses bons frutos que colhemos, vejo que a política externa é um excelente fruto. Quem imaginaria que o Brasil estaria ocupando posições tão importantes no cenário internacional hoje! Posso citar a FAO, posso citar a mais recente conquista de um dos órgãos mais importantes, que é a Organização Mundial do Comércio. Isso não cai do céu, não acontece por acaso. Não acontece. Isso é fruto, sem dúvida alguma, de uma política externa que, primeiro, procurou diversificar as relações, sobretudo, comerciais, mas também políticas, também culturais, mas, sobretudo, comerciais com vários países e de vários continentes. Olhávamos muito pouco para a África, olhamos muito para a África hoje.

Problemas existem, é óbvio que existem. Mas o senhor foi partícipe disso, então, quero cumprimentá-lo por isso. E, nas Nações Unidas, o senhor vai ter um grande desafio, como o senhor mesmo colocou.

Eu fui ali lhe perguntar, Senadora Ana Amélia, ele citou muito rapidamente uma conferência de mulheres. Em 1995, nós tivemos a IV Conferência das Mulheres das Nações Unidas, de lá para cá, nenhuma outra. Claro, houve, Beijing+5, Beijing+10, mas conferência não tivemos nenhuma. Eu não sei exatamente se já se confirmou a realização da V Conferência em 2015, que não apenas comemora os 70 anos da ONU, das Nações Unidas, mas os 20 anos de Beijing. Beijing foi muito importante para o movimento das mulheres no mundo inteiro. Muitos países, a partir dali, passaram a mudar a sua legislação no sentido de incentivar uma presença maior, sobretudo, nos espaços de poder.

No Brasil, há uma polêmica em relação a isso, sobre a possibilidade de haver um retrocesso, sobretudo, no que diz respeito aos direitos sexuais, sobretudo, levando em consideração também as experiências das conferências ambientais, que têm avançado muito pouco nesses últimos anos. Essas conferências não têm tido a capacidade de chegar a um acordo para dar passos mais significativos.

Então gostaria de que o senhor falasse um pouco mais. Para a gente é muito importante isso, Ministro. Eu, particularmente, pessoalmente, defendo muito, porque acho que teremos a capacidade, sim, de não permitir que se estabeleça nenhum retrocesso em todas as plataformas que já foram aprovadas em relação a uma política de gênero, que busque uma sociedade mais igual, que busque não apenas o combate à violência, mas a valorização das mulheres em todos os

espaços, em todos os segmentos. Então pergunto a sua opinião sobre isso.

Em relação à espionagem, acho que o discurso da Presidente foi muito enfático nas Nações Unidas. Para a gente, é um orgulho ter uma mulher abrindo a Assembleia Anual das Nações Unidas, foi um discurso, acima de tudo, destacado e, não por acaso, muito destacado na imprensa internacional porque foi corajoso acima de tudo. Acho que a crítica mais contundente foi feita à espionagem.

Nós já tivemos a oportunidade de falar sobre isso, mas eu lhe pergunto sobre a questão, que o senhor domina muito bem e como Ministro acompanhou, do marco regulatório internacional.

Na coletiva que a Presidente deu ontem, ela deixou claro, não é para que a governança seja feita pelas Nações Unidas, mas que as Nações Unidas procurem estabelecer a possibilidade de um ambiente de maior segurança, um ambiente de maior proteção aos direitos à privacidade, que são direitos humanos; as relações de respeito que têm que existir entre as nações.

Então pergunto ao senhor, Ministro Patriota – claro, nós temos o dever de casa para fazer, nós temos que aprovar aqui o marco regulatório da internet, não temos dúvida nenhuma, e há muita polêmica, se há polêmica internamente, imagina do ponto de vista das relações internacionais – qual o caminho que o senhor acha que a gente deva trilhar porque, como está, não pode ficar.

A internet hoje é um meio de comunicação tão popular quanto as telecomunicações, quanto o telefone. Aliás, as empresas telefônicas usam a internet para comunicação. Há regulamento para as telecomunicações internacionais, mas não há para a internet porque os Estados Unidos não se consideram, agem até hoje como os donos, a empresa que cuida disso, que decide sobre isso é uma empresa chamada ICAAN, empresa americana. Não pode, como podemos aceitar um negócio desses? E tudo lá se concentra, processos judiciais, no Estado da Califórnia, nos Estados Unidos.

Enfim, então como o senhor vê, qual o caminho que devemos trilhar. Não tenho dúvida de que devemos trilhar um caminho para buscar essa governança multilateral, mais transparente e democrática da internet.

E também, Ministro, se o senhor acha que seria importante rever ou aprofundar alguns acordos, convenções internacionais, no sentido de garantir uma maior segurança aos países quanto à espionagem, que não é só pela internet, no Brasil mesmo não foi só pela internet, não. Há sérios indicativos de que informações de voz também teriam sido interceptadas. Que caminho também poderia ser trilhado para isso?

No mais, o senhor mesmo levantou os assuntos polêmicos, como Israel e Palestina, de que a Presidente falou. Esse é um tema que o Brasil não pode deixar, não que ele vá morrer, porque ele jamais vai morrer. O Brasil tem dado uma grande contribuição. Na minha opinião, esse é um dos seus principais desafios: fazer que esse tema continue muito vivo, para que possamos chegar a um bom fecho, a um bom fim. Porque parece que isso é algo que nunca se vai alcançar. Eu não vejo assim. Acho que podemos sim, temos condição, o mundo tem condição, e o Brasil pode continuar dando uma grande contribuição.

Obrigada, Presidente. Desculpe, acho que extrapolei muito o tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque. Em seguida, o Senador Jorge Viana.

Informo apenas que o Senador Eduardo Suplicy teve a gentileza de enviar uma mensagem para cumprimentar os dois embaixadores, o Embaixador Antonio Patriota e o Embaixador José Eduardo Felício – e também o Embaixador Ruy Nogueira, que abrilhanta esta reunião –, designados, como já se sabe, para a ONU e para o Paraguai. “Por recomendação médica [escreveu ele], em função de ter sido submetido a uma cirurgia oftalmológica ontem, acompanho a reunião da CRE pela TV Senado. Como eu tinha previsto. (Risos.)

E ele expressa ao Senador Patriota “a importância de solicitar junto ao Secretário-Geral da ONU [vou encaminhar aqui, ele deixa uma recomendação, Senadores] todas as informações referentes ao atentado que causou a morte de Sérgio Vieira de Melo, no dia 19 de agosto de 2003, em Bagdá, quando ele era coordenador das ações da ONU no Iraque”.

Senador Suplicy, novamente, pronta recuperação. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Srª Presidenta, Srs. Embaixadores sabatinados, Embaixador Ruy Nogueira, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu sei que não há embaixador maior um do que o outro, mas há embaixadas maiores do que outras, mais importantes, com mais desafios. E essas duas para as quais estamos decidindo a nomeação dos embaixadores indicados pela Presidenta são dois dos lugares que considero mais importantes. E olhem que ponho mais, dos mais mesmo na nossa diplomacia.

Primeiro, o Paraguai. Para o Paraguai, o Embaixador carrega um desafio que outros não carregam. É o desafio de estar no país em cuja história há uma guerra da qual o Brasil não apenas participou, mas em cuja derrota foi um elemento fundamental.

Mesmo que a guerra tenha sido iniciada pelo ditador paraguaio, os resultados que ficaram permanecem na memória da população. Uma guerra deixa memória, sobretudo quando ela foi tão forte como a guerra do Paraguai, até mesmo sobre a demografia daquele país, especialmente a demografia do sexo masculino, número de homens que perderam a vida. Isso gerou um marco negativo para nós.

Junte-se a isso o fato de que, hoje, graças aos êxitos brasileiros, somos um país tão mais forte do que o Paraguai que isso gera uma suspeição entre os paraguaios de que nós temos uma relação de imposição de decisões.

Então, o desafio de um embaixador brasileiro no Paraguai, além de todos os desafios outros que tem qualquer embaixador, além dos problemas de Itaipu, além dos problemas criados pela nossa reação diante da saída do Presidente Lugo, além dos problemas da entrada da Venezuela, como bem falou o Senador Aloysio, além dos brasiguaios que aí estão, tem esse problema de vencer a memória.

O senhor tem que ser, além de embaixador como qualquer outro, um pouco de relações públicas da Nação brasileira junto à nação paraguaia. Daí a importância. E eu quero sugerir, não sei se é atrevimento, que creio que uma das coisas que podem ajudar, embora seja um projeto de décadas ou mais, o uso de cooperação cultural, cooperação educacional. O Senador Suplicy tem sido um grande defensor da diplomacia do futebol. Eu acho que, no futebol, se a gente for fazer, vai ter é mais inimigos, porque a gente vai vencer. E aí, em vez de melhorar, piora.

Eu acho que na atividade cultural, na atividade educacional, receber estudantes, promover a ida de estudantes brasileiros, de artistas, eu creio que ajudaria aos poucos a irmos criando. Agora isso não basta se, ao lado disso, nós tivermos uma política econômica que imponha sacrifícios ao Paraguai. As nossas relações econômicas com o Paraguai devem ser diferentes das de muitos outros países. Aí tem que haver ganho zero; jamais ganho para mais do Brasil. Têm que ser relações comerciais que respeitem o país vizinho pelo que ele sente em relação ao passado e pelo que pode vir para o futuro, se tomarmos medidas impositivas do nosso poder junto àquele país. A longo, prazo vai ser uma perda muito grande; vai ser um prejuízo muito grande.

Então, esse é um desafio, mas eu acho que está em boas mãos e parabéns ao governo brasileiro pela indicação.

Quanto ao embaixador Patriota, aí eu acho que não há nenhuma dúvida da importância que tem nas Nações Unidas, além de que o senhor vai ter uma grande dificuldade, que é substituir o Embaixador Figueire-

do, um homem que, como eu disse no meu parecer na época, chega lá sem ninguém precisar perguntar quem é. Ninguém vai precisar perguntar também quem é o Patriota, mas ele tinha uma identidade com os grandes problemas do momento graças a ter coordenado a Rio+20, obviamente sob a sua coordenação como Ministro. De qualquer maneira, vai chegar ao lugar por onde passam todos os problemas que nós temos hoje, porque, como o senhor mesmo disse, os problemas não são mais bilaterais; são, sobretudo, multilaterais. Vai passar por aí a gente entender e influir no problema da desigualdade que surge não mais entre países, porque há ricos em todos os lugares.

A gente viu agora, o Quênia é um país muito pobre, vítima do mesmo terrorismo dos Estados Unidos, e com um *shopping center* igual ao dos Estados Unidos, mas com uma realidade social completamente diferente. Então, tem ricos, tem um primeiro mundo lá dentro, como há aqui, mas é a desigualdade global de pessoas, que é, a meu ver, o grande problema do futuro, que pode levar até a uma espécie de quebra do sentimento de semelhança entre os seres humanos, sobretudo no que se refere à saúde, por exemplo. E aí, desculpe-me fazer propaganda, mas eu assisti a esse filme, *Elysium*, e eu recomendo, porque ele mostra o que são dois mundos, onde um tem saúde, e o outro não tem saúde. Só que os terrestres tiveram que fazer uma nave espacial, os ricos vivem com um sistema de saúde que cura tudo, tudo, tudo. E condenou, portanto, os pobres a ficarem num superpovoado planeta Terra, onde há todas as doenças. Senador Mozarildo, como médico, valeria a pena o senhor ver esse filme.

Pois bem, voltando. Essa é uma realidade que a gente vai ter que enfrentar, a da distribuição não mais dos bens da economia, mas dos bens sociais: educação, saúde, cultura; o problema da energia e dos recursos naturais; o esgotamento que virá, inevitavelmente; o problema de uma humanidade prisioneira da ideia de que melhorar é crescer mais, quando melhorar é melhorar; crescer é crescer. Às vezes se unem, às vezes não se unem.

O terrorismo, obviamente, é um problema que diz a todos respeito. E há um problema para o qual eu quero chamar a atenção, porque eu estou discordando muito do encaminhamento que a gente vai dando, que é o problema da espionagem. Espionagem não é um problema de política, nem de diplomacia. A espionagem é uma questão de ciência e tecnologia, e quem estiver melhor espiona os outros. Eu às vezes fico triste em ver a gente esperneando com a imoralidade dos americanos no Brasil, quando, na verdade, é uma imoralidade a gente não ter investido no Brasil o suficiente para fazer com eles o que eles fizeram com

a gente, ou, como nós somos morais, não fazer com eles o que eles fizeram com a gente, mas não deixar que eles façam o que eles fizeram conosco.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Permite-me um aparte, Senador? Só um dado. O orçamento que o Brasil, o Governo brasileiro tinha para investir em sistema de proteção cibernética era de R\$90 milhões; só gastou R\$10 milhões. Então, essa é a realidade do Governo atual.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu só discordo um pouco porque não é do atual Governo, é de muitos governos no passado da história do Brasil. Eu fiz um discurso de elogio ao discurso da Presidenta Dilma anterior às Nações Unidas. Desta vez, não tenho condições de fazer. Demorou tempo demais falando de espionagem e pouco tempo dos grandes problemas do mundo que as Nações Unidas têm de enfrentar.

Volto a insistir, estamos na posição de vítimas quando, na realidade, nós nos colocamos como vítimas ao abrir as portas para a espionagem. Não tenho dúvida de que a China e a Índia estão fazendo o mesmo que os Estados Unidos conosco, só que lá não tem Snowden ainda. Quando tiver, vão descobrir isso. Então, o terrorismo é uma coisa fundamental, mas o respeito à privacidade deve ser feito em função dos sistemas oficiais, como a televisão, o rádio, o jornal. Quanto à espionagem, não vejo como colocar a CIA debaixo das regras das Nações Unidas, a não ser que se diga que está extinta a CIA, que estão extintos todos os serviços de espionagem do mundo. E não vai adiantar nada, porque, como é espionagem, vai ser secreto.

Então, esses problemas todos, Embaixador, vão passar por aí. Vai passar por aí essa realidade nova, essas guerrilhas, essas guerras civis sem líderes. A Síria é um exemplo. Não tem líder, é um caos. Isso vai passar e arrebentar muitos lugares. Sinceramente, estamos muito longe da Síria, felizmente, mas não tem um dia em que não haja revoltas no Brasil em vários lugares, criando problemas no funcionamento da sociedade. Então, tudo isso vai passar pelas Nações Unidas. Creio que estamos com um bom Embaixador para trazer esses problemas.

Deixei por último, de propósito, o problema ecológico, o problema do meio ambiente, que tem que ser fundamental na pauta. Agora, eu só quero dizer, de concreto, que há uma coisa que, por mim, o senhor não perderia tempo com isso por lá, mas sei que é determinação histórica do Governo brasileiro: esse negócio de ter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança. Eu não consegui ver ainda qual é a vantagem disso, a não ser realizar um pouco o ego, e vai ter um custo alto, em certos momentos, de posições a

serem tomadas. Eu sempre acho que muito melhor do que lutar por uma cadeira permanente seria lutar para acabar com os membros permanentes do Conselho, para haver uma circulação, um ou dois anos. E aí alguém me disse, uma vez: jamais isso vai passar pelo veto. Mas a gente ficaria com uma grande força moral diante do mundo. Hoje em dia o que está faltando é força moral, mais até do que força política. O Conselho não vai dar força política, vai exigir um custo. E está exigindo um custo.

Sei que não dá para fazer essa pergunta, a Senadora Vanessa disse que se for uma pergunta intempestiva, impertinente, tire, mas estou curioso em saber quanto o Brasil está pagando, não em dinheiro, mas em decisões políticas equivocadas para conseguir voto para as Nações Unidas? Aliás, o Senador Aloysio é um dos que mais lutaram aqui – eu não, eu fui até favorável – pelos empréstimos aos países da África, pelo perdão daqueles. Eu não fui conta porque acho que foi ao país, não foi ao ditador, embora eu tenha feito uma proposta de que toda vez passe pela Comissão dos Direitos Humanos a análise desse perdão. Mas, às vezes eu me pergunto, Embaixador, se por trás de perdoarmos a dívida de países com países africanos, com embaixadores, não está a tentativa de ganhar mais um voto para ganhar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança.

É a única pergunta que eu faria, que eu não sei se é impertinente, como disse. Como não é secreta, não podemos fazer qualquer uma. Se essa parte fosse secreta eu faria e diria que não é impertinente. Mas, como está aberta... Gostaria de ouvir a sua opinião. Será que não estamos pagando um preço muito alto para conseguir uma coisa que não vai trazer grandes vantagens para nós no cenário mundial?

Fora isso, desejo-lhe muita sorte. O senhor está numa posição privilegiada, do ponto de vista da responsabilidade histórica, que poucos embaixadores têm. Embora todos eles sejam iguais ao senhor, a sua embaixada é diferente.

Era isso, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Esse tema foi discutido aqui em audiências públicas com especialistas sobre a conveniência e o custo-benefício da presença, com assento permanente, no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A conclusão da maioria, à época, embora houvesse posições divergentes sobre esse custo, foi da vantagem que o Brasil teria.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana. Também estão inscritos o Senador Roberto Requião e o Senador Petecão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr^a Presidente, eu queria, cumprimentando as Senadoras e os Senadores, cumprimentar o Ministro Patriota, o Embaixador Ruy Nogueira, que é parte da história de sucesso do nosso Itamaraty, e o Embaixador José Eduardo Martins, pela indicação. Quero cumprimentar os expositores pelas exposições e, antes de mais nada, fazer um registro de agradecimento ao Presidente desta Comissão, Senador Ricardo Ferraço, pela presteza, pela maneira que, mesmo cumprindo uma agenda oficial fora, criou as condições para que esta Comissão pudesse seguir a sua agenda, que é de interesse do Estado brasileiro.

Ontem, por telefone, ele falava comigo que o seu desejo era que a Comissão acontecesse como está acontecendo hoje, com quórum pleno, com a participação de muitos Senadores, para darmos, aqui no Senado, a devida acolhida as duas importantes indicações, que estamos fazendo aqui hoje, com todo o respeito, ressaltando a indicação do Ministro Patriota para ocupar um dos postos mais importantes do mundo hoje, que é junto às Nações Unidas.

Feito esse registro, quero só ressaltar um tema que certamente o Embaixador José Eduardo Martins Felício vai ver e que nós, por sermos do Acre, temos esse problema também em relação à Bolívia. Estamos tendo hoje uma ação complexa, que pode se agravar, que é como lidar com a presença de brasileiros na área de fronteira, entre Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai. Especificamente, nesses dois países a situação se agrava. No caso brasileiro e boliviano, temos uma situação crítica: o Governo brasileiro está tendo que fazer novos assentamentos para tirar brasileiros de uma faixa de fronteira de 50km. Claro que isso é direito, está estabelecido nas Constituições, mas o Brasil há 150 anos não faz guerra com ninguém. Então, mais do que nunca, é importante nos anteciparmos a essa situação.

Ano passado, esse tema junto ao Paraguai se agravou muito, foi noticiado e eu acho que é recorrente. Com todo o respeito aos dois governos, ele é fortemente usado nos debates políticos internos desses países. Pega-se esse tema quando se está enfrentando algum debate político e os governos normalmente usam uma ação mais dura no enfrentamento interno ou são cobrados por seus opositores. Eu pediria um posicionamento de V. Ex^a sobre esse tema. Como o senhor pretende tratar preventivamente esse tema, que já é parte da realidade conflituosa na área de fronteira.

Embaixador Patriota – eu queria também cumprimentar o Senador Luiz Henrique, que foi Relator, e o Senador Aloysio Nunes, que já expressaram aqui o reconhecimento dessas duas grandes figuras da diplomacia brasileira –, o senhor está indo, como bem disse

o Senador Cristovam, sem a necessidade de chegar às Nações Unidas, de onde está vindo esse Embaixador, esse funcionário novo do Itamaraty. O senhor já chega com as credenciais, mesmo não sendo em circunstâncias tão agradáveis. Tivemos aqui a sabatina do Embaixador Figueiredo, que todos nós aqui elogiamos, registramos o acerto da Presidenta pela indicação dela e de V. Ex^a, que, na época, foi importante. Agora estamos tendo uma inversão: o senhor está indo e ele vindo. Mas acho que não perdemos em nenhuma das situações, porque sei do envolvimento de ambos, nós sabemos, na agenda que é a pauta da ONU hoje.

Quero só fazer um registro. Acabei de assistir à fala da Presidenta – estava lá –, pude participar de alguns fóruns promovidos naquele encontro das Nações Unidas e o que vemos é que o mundo segue numa agenda velha: agenda da fome, agenda do risco da mudança climática e a agenda da guerra. Essa é a agenda que vi lá. Na fala do Secretário-Geral, de todos os que falam, essa é a agenda. O Brasil vive uma agenda nova ou, pelo menos, inverteu sua agenda. Do ponto de vista social, ambiental e econômico, somos um dos poucos países que tivemos profundas mudanças nesses três aspectos, que são fundamentais para o que a gente chama de desenvolvimento do povo ou de uma nação. E não começou com a gente. O senhor agora estará chegando. Eu falava ontem que o Secretário-Geral está propondo uma reunião em setembro do ano que vem para tratar de mudança climática. Ou seja, não está mais esperando o calendário dos encontros multilaterais que tratam desse tema, ele está levando para a sede da ONU, de maneira permanente, um tema da maior importância.

E não começou com o nosso Governo. Lembro muito bem que, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando o desmatamento alcançou um recorde, ele adotou medidas restritivas de uso de terra na Amazônia. Foi uma medida criticada duramente, mas uma medida que pensava o futuro. Eu defendi a medida, e hoje os resultados que o Brasil está alcançando decorrem dela também. É claro que, de lá para cá, no Governo do Presidente Lula e com a Presidenta Dilma, esse processo foi trabalhado com muita competência e com muita dificuldade, porque teve que se usar muito comando e controle. Nós mesmos aqui fizemos uma alteração na legislação ambiental, no sentido de pacificar um pouco essa agenda e fazer com que o Brasil possa, em paz, valorizando os produtores, seguir em frente no cumprimento de algumas metas.

Mas o fato hoje é que, na agenda velha que o mundo está vivendo, os desafios estão colocados e se agravando. A organização meteorológica mundial, que é da ONU, afirma que, nos últimos 50 anos, a altera-

ção de temperatura no Brasil foi de 0,7 graus. O Inpe diz que isso é suficiente para essas mudanças que a gente vê: alteração nas marés, mudança no nível dos oceanos e no regime de chuvas, mais intensa em alguns lugares e mais seca em outros. Então, isso tudo afeta uma base do Brasil, que é a produção de alimentos. Qualquer alteração climática – e o que estamos vendo é que o mundo ainda não tem segurança de que se vai conseguir estancar a mudança climática em 2 graus Celsius; dois graus já vão criar um grande dano no mundo, mas o risco é que isso não seja atingido.

O Brasil é um dos poucos países que assumiu um compromisso voluntário de redução de 36% a quase 39% de suas emissões, até 2020, e já cumpriu mais de 60% da meta; é um dos poucos países que têm autoridade de falar isso, de apresentar dados nesse sentido. E o senhor está indo exatamente para a Organização, onde há esperança. Já que o senhor ajudou a organizar a Rio+20 – nós sabemos que o papel de protagonista do Brasil mudou radicalmente depois da Rio 92, depois da Rio+20 –, e agora o Brasil de novo que é a possibilidade, fruto inclusive do resultado da Rio+20, quando propôs que se discutissem critérios para definir desenvolvimento sustentável, que é o que se começou a fazer, inclusive com a participação da Presidenta Dilma essa semana, em Nova York.

Então, eu queria ver a posição de V. Ex^a sobre essa questão e fazer aqui, encerrando, uma proposta. Se o Brasil é o protagonista nesse tema e se o mundo requer uma decisão, e a ONU é o espaço adequado para que se possa fazer a mediação... Porque o mundo vive crise econômica, fome – isso, inclusive, nos países desenvolvidos –, desemprego, e todos falam que primeiro é preciso resolver essas questões para depois tratar do clima. A Presidenta Dilma foi muito clara e falou: tratar da questão ambiental é já, não é depois de solucionar os outros. Aliás, uma coisa está ligada a outra. Acho que um comentário seu seria importante para todos nós.

Eu queria propor, já que talvez seja uma novidade, mas penso que esse deva ser um tema recorrente nesta Comissão do Senado Federal, eu queria lhe propor, sugerir: nós aqui estamos acertando que algumas autoridades deveriam vir ao Senado, prestar contas, dar esclarecimentos, nos atualizar. Penso que essa talvez seja uma das poucas funções da diplomacia brasileira, além da do Chanceler, que seria necessário estar sempre aqui. Uma vez por ano ou uma vez por semestre, V. Ex^a estar aqui, nesta Comissão, nos atualizando sobre como anda essa agenda que agora está sendo institucionalizada como ordinária dentro das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, solicitar que o senhor anotasse de convidar, talvez uma vez por

ano, em alguns eventos que o senhor entendesse importante nessa agenda, a presença de alguns Senadores desta Comissão em eventos que a ONU agora começa a sediar como esse de setembro do próximo ano. Já que o Brasil foi sede, foi protagonista e é hoje uma referência nesse aspecto, eu acho que a gente poderia também ter uma presença atuante do ponto de vista do Parlamento.

E aí, por fim mesmo, queria um comentário de V. Ex^a sobre esta proposta da Presidenta Dilma do marco civil da internet de, sem significar censura, controle ou restrição à liberdade de uso da internet, como é que o Brasil pode tratar esse tema dentro das Nações Unidas, que é inovador, que é novo – essa é uma agenda nova –, e que pode ser usado como o mais poderoso instrumento da guerra, que é uma guerra da informação, que é a guerra do controle, que é a guerra do monitoramento feito com o mau uso da rede desta conquista da humanidade, que é a rede mundial de computadores.

Muito obrigado!

Meus parabéns! Sucesso nas missões para ambos os embaixadores.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Jorge Viana,

Passo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Talvez nem o Miguel Unamuno, famoso Reitor de Salamanca, conseguisse dar sentido ao paradoxo da unanimidade que os nossos dois sabatinados estão conseguindo hoje.

O meu voto vai ser igual ao voto do Senador Aloysio, mas por razões diversas das dele. Eu acho que a indicação do Ministro Patriota para a ONU faz com que a nossa Presidenta mereça os maiores elogios, principalmente, a meu ver, pela política externa brasileira em relação ao Mercosul. A recusa da bilateralidade em acordos que desmontariam a união aduaneira, que é o nosso Mercosul, e que deságua agora na possibilidade de uma proposta inclusive com o Mercado Comum Europeu que está sendo elaborada e discutida em bloco, o que preserva a nossa unidade e coloca na mesa as possibilidades. Eu pessoalmente acho muito difícil porque eles não têm mais nada a oferecer além do que já ofereceram, as suas tarifas já são muito baixas, mas nós estamos colocando em bloco.

E eu cumprimentaria a nossa Presidenta pela indicação do Embaixador Patriota exatamente pela política externa brasileira levada em relação fundamentalmente à preservação desta tentativa continuada de consolidação do Mercosul.

Agora, já o Senador José Eduardo Martins Felício me causou uma preocupação quando elogiou as medidas internas de segurança do Paraguai e se re-

feriu a possibilidade do Brasil colaborar. Embaixador, as medidas internas de segurança do Paraguai se traduziram em um verdadeiro “pinochetasso”. O Paraguai consolidou um estado de sítio permanente. O Congresso autorizou o Presidente da República a utilizar o Exército e a polícia independente de qualquer participação do Judiciário em qualquer momento. Eu acho que, da parte do Brasil, isso merece tudo, menos colaboração. Eu acho que nós devíamos conversar com S. Ex^a e dizer que uma medida dessa não é exatamente a medida que consolida o Mercosul. É uma medida que extrapola os limites de uma visão democrática.

De resto, a tarefa é muito delicada, dura e muito importante. O Paraguai é muito importante para nós estrategicamente. Eu que fui Governador do Paraná três vezes, tive uma relação intensa, porque o Brasil para o Paraguai é muito mais para o Paraná do que o resto dos Estados brasileiros.

Mas essa menção a uma colaboração como uma medida ditatorial me preocupou e eu gostaria que V. Ex^a me explicasse melhor o que quis dizer com isso?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Roberto Requião.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão e, em seguida, ao Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)* Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr^a Presidente, serei breve. Eu queria somente fazer duas considerações em relação aos nossos dois candidatos às missões diplomáticas aqui presentes e também, sem prejuízo de ser arguido alguma quebra do sigilo do voto, ressaltar, em especial em relação ao Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, o meu voto favorável, notadamente, como foi dito pelo Senador Requião, pela postura de S. Ex^a, durante a sua gestão no Itamaraty, na condução da nossa política externa, em especial nos momentos de maiores necessidades.

Eu tenho uma posição política. Nossa posição política aqui é de oposição ao Governo da Presidente Dilma, mas, em relação à política externa, tenho muitos pontos de acordo. E muitos pontos de acordo, Ministro Patriota, têm sido devido à postura de V. Ex^a e a do Ministro Celso Amorim à frente do Itamaraty.

Nossa política externa foi pautada nas gestões de V. Ex^{as}, tanto na de V. Ex^a quanto na do Ministro Celso Amorim, pelo papel que eu acho que o Brasil tem de cumprir, com a dimensão que o Brasil tem na nova ordem política internacional. Nós somos a principal nação latino-americana, nós temos uma condição de líder no continente latino-americano, nós temos uma condição de líder no subcontinente sul-americano, e nós precisamos compreender a condição que temos,

no Cone Sul, de cooperação com o continente africano. Essa compreensão me parece que foi, de fato, presente na gestão de V. Ex^a e na gestão do Ministro Celso Amorim no Itamaraty.

Parece-me que isso esteve presente na postura do Brasil diante das Nações Unidas. Eu não minimizaria os episódios, ao mesmo passo que concordo com a crítica aqui externada pelo Senador Cristovam, de que tem faltado muito investimento nosso na nossa infraestrutura, tem faltado muito investimento do Estado brasileiro na nossa defesa. Eu acho que isso tem sido externado, inclusive, na nossa vulnerabilidade. Nós não podemos ficar, na história da espionagem americana, só na condição de vítimas e na condição de coitadinhos. Nós temos de ficar na condição de denunciantes, porque não podemos tratar como um fato qualquer esse de as nações realizarem espionagem.

Por isso, eu acho que, embora não deveria ter sido tomado todo o pronunciamento da Presidente da República nas Nações Unidas com o fato da espionagem, também não se poderia deixar de falar da espionagem. Esse é um fato grave, notadamente porque é tido e havido que essa espionagem ocorreu por razões econômicas, pela condição econômica que estamos ocupando no cenário mundial e pelas notórias informações que a espionagem vinha revelar pelo interesse norte-americano. Então isso tem, de fato, de ser revelado. A mudança da nossa condição na política externa de não alinhamento automático com quem quer que seja é sintomático; nós temos uma política externa multilateral, e uma política externa à altura da nossa tradição diplomática é algo que tem de ser elogiado.

Eu não sou pessimista em relação a uma integração latino-americana, em relação ao Mercosul. O Mercosul é uma bandeira em que temos de insistir. As nossas gestões no Itamaraty foram no sentido de insistir na experiência do Mercosul e expandir a experiência do Mercosul. A integração com quem quer que seja... Eu quero um Mercosul não só com Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile e Venezuela. Eu quero um Mercosul que integre o conjunto do continente sul-americano. Eu quero Peru, Equador, Suriname, ou seja, o conjunto do continente sul-americano integrado num mercado comum. Então, quanto mais pudermos integrar isso e avançar nisso, melhor. E as gestões que eu tenho visto no Itamaraty nesse sentido são louváveis.

Quero fazer somente esse registro e dizer que esse currículo, no meu entender, é o que credencia V. Ex^a e nos permite saber que o nosso País vai estar bem representado junto às Nações Unidas.

Em relação ao Paraguai, Embaixador José Eduardo Martins Felício, eu tenho uma preocupação, porque é a única experiência, desde os anos 1980 no continen-

te latino-americano, de ruptura da ordem democrática. Nós tivemos um período de ditaduras até os anos 1980, depois nós tivemos um período de redemocratização, de restabelecimento da ordem democrática nos anos 1980 no Brasil, no Uruguai, na Argentina, no Chile, na Bolívia e no próprio Paraguai.

Não nos utilizemos de eufemismos dizendo que o Parlamento afastou o Presidente Lugo. O Parlamento o afastou em 24 horas. Parlaentos também dão golpes de Estado, golpes de Estado não são somente armados com tropas nas ruas. Lembremos que o golpe de Estado no Brasil, em 1964, se concretizou com o Presidente desta Casa, em uma madrugada – com o Presidente da República João Goulart em território nacional –, o Presidente do Senado, o Presidente do Congresso Nacional Áureo de Moura Andrade, daqui do plenário do Congresso Nacional, declarando vaga a Presidência da República – com o Presidente da República em território nacional! O golpe de 1964, que no ano que vem completa 50 anos, não foi um golpe militar como se diz, foi um golpe civil e militar. A concretização do golpe foi com um ato civil, com o Presidente do Parlamento assim declarando. Então, o *impeachment* de um Presidente em 24 horas, sem direito de defesa, não me parece um processo que esteja dentro da ordem democrática.

Na minha compreensão, portanto, com esses acontecimentos, houve uma ruptura da ordem democrática, concretamente, no Paraguai, e isso me preocupa. E essa preocupação que eu trago aqui é com as relações que vamos estabelecer.

Eu quero o Paraguai no Mercosul independentemente de alinhamento político, não é disso que se trata. Não me interessa a orientação dos governos que fazem parte do nosso mercado comum. Eu condeno ditaduras sejam elas quais forem, sejam de esquerda ou de direita. Eu condeno ditaduras, Estados de exceção são todos condenáveis, sejam eles quais forem. E rupturas da ordem democrática são condenáveis sejam elas quais forem, à esquerda ou à direita, todas elas são condenáveis.

A preocupação que trago à reflexão aqui é a relação que vamos estabelecer com um Estado que é o primeiro, depois do restabelecimento do Estado de direito na América do Sul, a ter uma ruptura – essa é a minha compreensão, por mais que haja entendimentos diferentes –, uma ruptura com o Estado de direito, um golpe de Estado, que foi o Paraguai. Como vamos estabelecer as relações? Como se estão estabelecendo essas relações? Como é o ambiente político no Paraguai?

É essa a reflexão que trago ao diálogo que quero estabelecer com S. Ex^a o Embaixador José Eduardo Martins.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Randolfe Rodrigues.

O Cerimonial da Presidência desta Casa renova e reitera o convite a todos os Senadores e Senadoras da Comissão de Relações Exteriores, a convite do Senador Renan Calheiros, para que participem da recepção ao Exm^a Sr. Horacio Cartes, Presidente da República do Paraguai, em visita oficial ao Senado Federal, no dia 30 de setembro do corrente, segunda-feira, às 16h30, no Salão Nobre do Senado Federal.

De imediato, passo a palavra ao Embaixador José Eduardo Martins Felício para as respostas aos questionamentos dos Senadores e das Senadoras.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO – Muito obrigado, Sr^a Presidente. Eu vou tentar ser breve diante das numerosas e importantes perguntas que me foram feitas aqui, mas queria começar com a referência da Senadora Vanessa Grazziotin à presença da minha esposa para, através dela, homenagear a presença incansável das embaixatrizes nesse esforço não remunerado de estabelecer e aprofundar as relações políticas, humanas e pessoais com os países nos quais nós servimos. Aqui, o meu agradecimento a todas elas.

Vou começar tentando responder às duas perguntas do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que foram objetivas. A primeira se refere à evolução atual de Cuba. Eu queria começar dizendo, Senador, que há um esforço que coincidiu com a minha gestão em Cuba, nos últimos três anos, um esforço, que me parece legítimo, de atualizar o modelo econômico e modernizar algumas maneiras de gestão. Nesse esforço, houve uma manifestação política do partido comunista cubano preliminar no sentido de que o modelo não seria mudado, mas haveria um esforço de adaptação, inclusive porque o Estado estava sobrecarregado com uma folha de pagamento extraordinária – se não me engano, perto de 5 milhões de pessoas eram empregadas do Estado. Esse esforço é de permitir que algumas atividades, sobretudo comércio e serviços, comecem a ser desenvolvidas por trabalhadores autônomos. E é isso que está ocorrendo.

Nós tentamos demonstrar – e, para isso, esteve aqui um dos cinco Vice-Presidentes do Conselho de Ministros de Cuba, encarregado das reformas – em duas semanas, o que nós fazemos no Brasil. Ele visitou tudo – grandes indústrias, agricultura familiar –, conheceu merenda escolar, programas de combate à fome e à pobreza no Brasil. Enfim, o que nós podíamos fazer era demonstrar a ele – não que, evidentemente,

vamos impor algum modelo aos cubanos; essa não é a ideia –, pelo menos, o que nós fazemos, sobretudo onde achamos que houve êxito da parte do Governo. De maneira que há um processo em curso.

Eu acho que há uma legítima vontade de progredir e de evoluir. E, nesse contexto – aproveito para responder outra pergunta –, se insere o auxílio que o Brasil tem dado no financiamento de construção do Porto de Mariel. O governo cubano pretende transferir o porto que hoje está em Havana, a 50 quilômetros a oeste do país, e, em volta desse porto, criar o que eles chamam de Zona Especial de Desenvolvimento, uma espécie de zona franca – não é bem uma zona franca –, onde eles procurarão atrair empresas com vocação exportadora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO – Modelo chinês. E, nesse esforço, nós também estamos tentando auxiliar, porque há setores que tem tecnologia cubana – por exemplo, em medicamentos, sobretudo medicamentos resultantes de pesquisa biológica –, tecnologia que, às vezes, não temos. Estamos procurando que empresas brasileiras se associem a empresas cubanas para produzirem lá e exportarem para o mercado brasileiro e para outros mercados. O momento, na minha opinião, é de ajudar nesse esforço que eles estão fazendo para que se acelerem as mudanças.

A segunda pergunta do Senador se refere às reivindicações recorrentes do Paraguai sobre preço de energia. Eu queria recordar, brevemente, que, com o Presidente Nicanor Duarte, foi eliminado o fator de reajuste relacionado com a dívida referente à Itaipu. Já com o Presidente Lugo, foi triplicado o multiplicador que é aplicável ao valor pago pela energia cedida. Evidentemente que, inclusive através da imprensa, tomamos conhecimento de várias reivindicações e pleitos no sentido de modificar o Tratado de Itaipu, que, para nós, evidentemente, não é uma hipótese em consideração.

O Presidente Cartes estará aqui na segunda-feira. Vamos ver se ele traz algum tipo de reivindicação relacionada com Itaipu, mas, até o momento, que nós tenhamos conhecimento, não houve nenhum tipo de pedido nesse sentido.

Portanto, considero respondida a pergunta do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Senador Luiz Henrique sugere aproveitar energias existentes nas províncias brasileiras – eu vou chamar de províncias com todo o respeito –, nos Estados brasileiros para aproximar a relação com as províncias. Estou inteiramente de acordo, Senador. Quando eu servi no Uruguai, aproveitei para fazer um grande esforço de aproximação. Primeiro, na fronteira de mais de mil quilômetros que o Brasil tem com o Uruguai – a

fronteira com o Rio Grande do Sul – depois, fiz várias visitas a entidades em Porto Alegre e a indústrias na Serra Gaúcha para aproximar cada vez mais, além de promover uma cooperação institucional entre o Governo do Rio Grande do Sul e o Governo do Uruguai. Essas são atividades em que eu acho que tive êxito e espero poder ter êxito. Acato, com todo o prazer, a sua sugestão de tentar aproximar, sobretudo no cultivo do arroz, a cooperação com a Província de Misiones.

A cooperação com a Embrapa evidentemente está anotada e, da mesma forma, o oferecimento da escola de balé Bolshoi para trazer crianças paraguaias para treinar. Eu vou acompanhar esse tema com todo interesse e dedicação.

O ensino do português e espanhol em escolas da fronteira é um esforço que nós temos feito com outros países. Desculpem eu voltar a mencionar o Uruguai, mas é o país eu conheço melhor porque lá fui embaixador durante quatro anos; e nós conseguimos executar experiências semelhantes na fronteira.

Quero aproveitar, também, para ganhar tempo e tentar fazer um *cluster* de algumas perguntas que eu aqui ouvi relacionadas com a fronteira. Há um trabalho importante a ser feito na fronteira. O Senador Jorge Viana manifestou sua preocupação com relação à fronteira. Eu vou juntar as duas coisas, se V. Ex^a me permitir, porque eu acho que o trabalho da fronteira é um trabalho abrangente; não é um trabalho de setores isolados. Não adiante eu trabalhar só na segurança se eu esqueço a atenção à comunidade fronteiriça, a atenção à saúde.

Nós fizemos um acordo pioneiro, Senadora, com o Uruguai. Nós estivemos lá com o Presidente Mujica, na cidade de Santana do Livramento, onde foi assinado o acordo de assistência mútua na fronteira, que permitia aos prefeitos pagar despesas de qualquer lado da fronteira. Esse acordo, depois, se transformou em um acordo do Mercosul, e hoje é possível haver um intercâmbio grande na fronteira.

Outra preocupação é quanto à imagem que se tem da fronteira, sobretudo nós que estamos distantes – nós, Governo Federal, que estamos a milhares de quilômetros da fronteira – é que a fronteira não é sã. Ao contrário, a fronteira é sã e quando não é sã, ela pode ser sã. Pode ser sã através da fiscalização, do combate à criminalidade e, também, por ações de desenvolvimento da fronteira.

Eu me lembro que um dos meus fregueses de Montevideu era o Prefeito Batata, de Santa Vitória do Palmar, com quem tivemos muitas atividades de saneamento da fronteira, vamos dizer assim, para dar valor à comunidade da fronteira, àquela gente que, muitas vezes, se sente meio abandonada pela distância que

os governos centrais estão. Então, valorizar a fronteira, evitar que as leis nacionais prejudiquem a vida da comunidade da fronteira. As nossas leis nacionais foram feitas, por exemplo, para repatriar o corpo de um cidadão brasileiro que morreu no Japão. Ali, não; ali, não. Se o sujeito morreu do lado de lá da fronteira, então temos que ter leis, e já existem, de reconhecimento de atestados de nascimento e de óbito, etc., que sejam diferentes da legislação nacional. Tudo isso para dizer que os problemas de fronteira, as preocupações relacionadas com a fronteira, manifestadas aqui pelo Senador Jorge Viana e pelo Senador Requião também – eu vou voltar a sua pergunta – são combatidos com medidas abrangentes de estímulo às comunidades fronteiriças, ao desenvolvimento fronteiriço, além da fiscalização natural que devemos ter.

A Senadora Vanessa Grazziotin perguntava se prejudica o fato de o Brasil não ter Parlamentares eleitos no Parlamento do Mercosul. Eu não sei se prejudica; quer dizer, foi o que nós conseguimos. Eu me lembro de que eu participei dessa negociação, quando era encarregado aqui em Brasília de negociações relacionadas com o Mercosul. Nós participamos disso e, naquele momento, foi o que se conseguiu, ou seja, nós não conseguimos, naquela época, evoluir para um sistema eleitoral direto, como os paraguaios têm. Os paraguaios têm Parlamentares eleitos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO – É. Exatamente, Senador. Eu ia lembrar que V. Ex^a tem essa ideia também.

Mas eles já têm. Nós ainda não chegamos lá. Eu acho que no futuro vamos chegar. E, aí, manifesto uma opinião pessoal da qual pode haver discordância aqui: eu acho que o Parlamento do Mercosul...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Permite-me, Embaixador?

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO – Sim, pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Paraguai tem lista eleitoral. Então, não é exatamente um representante por província; é uma representação mais partidária do que provincial. E o projeto que nós estamos discutindo aqui no Senado estabelece a proporcionalidade por Estado. Todos os Estados, conforme suas populações, participarão do processo eleitoral. É o projeto que nós apresentamos e está em tramitação.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO – Pois é. Muito obrigado por refrescar a minha memória. Mas nós não chegamos lá ainda, não é, Senador? Então, temos discutir isso. De maneira que o fato de não termos eleitos talvez não prejudique. Acho, inclusive,

que o Parlamento do Mercosul deveria ser capaz de examinar decisões do Mercosul que depois seriam aplicáveis internamente. Mas esse é outro problema a ser abordado depois.

Senador Cristovam, eu o vi ontem, mas não pude cumprimentá-lo pessoalmente, porque V. Ex^a estava no plenário. Gostaria de ter recordado momentos que nós passamos em Nova Iorque, aliás, na época em que o Embaixador Patriota e eu servíamos lá, há quase 20 anos. Gostaria de tê-lo cumprimentado ontem, mas não tive oportunidade.

V. Ex^a faz duas perguntas também: uma relacionada à Guerra da Tríplice Aliança, que aqui no Brasil nós chamamos de Guerra do Paraguai; e a segunda reflexão que V. Ex^a fez foi com relação ao tamanho do Brasil e ao tamanho do Paraguai, e nós não damos a impressão de que estamos querendo impor nada e nem de que tenhamos nenhum tipo de arrogância.

Vou começar pelo segundo aspecto, cuja resposta me parece mais ou menos já dada, porque o Brasil tem tratado diferenciadamente os sócios menores do Mercosul. Isso já é um dado. Quer dizer, a própria criação do Fundo de Convergência do Mercosul, o Focem, é uma prova disso, de um tratamento diferenciado que nós damos aos países com economias menores. Eu não vejo, Senador, sinceramente, nenhum tipo de tentativa de imposição do tamanho brasileiro sobre os menores.

Evidente que aqui nós temos no Brasil até uma própria característica nacional de dizer que tudo é o maior do mundo. Isso é até motivo, às vezes, de anedotas nos países vizinhos. Eu me encontro com os meus amigos uruguaios e paraguaios, e a primeira coisa que eles dizem é “é o maior do mundo”; “é o maior do mundo”. Nós mesmos criamos essa imagem. Mas isso não significa, Senador, na minha opinião, nenhum tipo de imposição ou de arrogância.

A outra questão que V. Ex^a menciona, com muita propriedade, é que, sim, existe uma carga emocional importante, ainda decorrente de uma guerra que já se foi há mais de 140 anos, se não me falha a memória. Mas isso se combate com o estudo da história, o estudo científico da história; recolocar a verdade histórica no seu devido lugar. Mas estudar história e utilizar a história como exemplo para o nosso futuro e não ficar refém da história, não ficar refém do passado, porque quem fica refém do passado, Senador, não consegue olhar o futuro. E o que nós estamos querendo é olhar o futuro. Então, vamos estudar história, vamos recolocar a verdade onde ela deve estar, mas vamos olhar para o futuro também. Não vamos ficar reféns do passado. E eu acho que essa visão é compartilhada pelo nosso Governo e pelo novo Governo do Paraguai.

Eu tenho impressão de que eu já respondi à pergunta do Senador Jorge Viana, quando eu fiz um *cluster* de perguntas, mas, se porventura eu não tiver respondido, V. Ex^a, por favor, volte a perguntar.

Tenho mais três perguntas, sendo duas delas – uma é uma observação do Senador Requião – com relação à bilateralidade. Eu devo dizer que, até por ter sido encarregado no passado de negociações do Mercosul, eu compartilho inteiramente da opinião de V. Ex^a de que nós devemos insistir em manter a Decisão nº 32/00 do Mercosul, que obriga a todos os países a negociar tratados de comércio em conjunto. Eu não vi até hoje nenhum pedido formal, de nenhum membro do Mercosul, de revogação da Decisão nº 32/00; não vi nem nos momentos mais críticos em que a imprensa veicula opiniões de autoridades dos países vizinhos. Eu acho que temos que conviver com essa hipótese e vamos examiná-la se isso acontecer, mas a minha opinião coincide com a de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) Por enquanto, Embaixador, são setores da economia dos países, nunca oficialmente os Governos.

O SR. JOSÉ EDUARDO FELÍCIO – Exatamente. É exatamente aí que eu queria chegar. De novo eu concordo com V. Ex^a, e vamos manter a integração, que eu acho que é o melhor caminho na minha opinião.

Por último, Senador, eu queria tentar desfazer uma impressão, que talvez eu tenha deixado equivocadamente. Vou retornar ao trecho da minha intervenção, que V. Ex^a interpretou como se eu tivesse elogiado medidas de política interna tomadas pelo Paraguai no âmbito da segurança interna. Eu disse o seguinte, Senador: “Em maio de 2012, entrou em vigor um acordo para cooperação, um acordo bilateral Brasil-Paraguai para cooperação em segurança pública” – ponto. A minha frase foi a seguinte: “Já no Governo Cartes, foi alterada a Lei de Defesa e Segurança Pública, que ampliou a competência das forças militares no combate ao crime organizado” – ponto, eu não elogiei. O terceiro ponto é o que diz o seguinte: “Temos que cooperar com o Paraguai porque há um acordo vigente”. Mas nós temos também que tomar em consideração as novas medidas tomadas pelo Paraguai. Temos que examinar a questão. Se V. Ex^a interpretou como um elogio, eu gostaria de me comprometer a rever as atas desta reunião e fazer as correções necessárias.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço ao Embaixador José Eduardo Felício. Eu queria consultar...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O Senador Sérgio Petecão estava inscrito e, na hora que foi chamado, estava fora da sala. Eu consulto se V. Exª fará a pergunta ao Embaixador Felício, porque ele está terminando as respostas ao Senador, e só para ele, e depois, quando estiver encerrando as respostas o Embaixador Antonio Patriota, o senhor fará a pergunta ao Embaixador Patriota ou se fará as duas ao mesmo tempo.

Então, V. Exª está com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, a minha pergunta é ao Embaixador Patriota. É apenas uma pergunta. Eu lhe peço desculpa, eu tive que sair para dar uma entrevista à televisão lá no meu Estado, mas, quando o Embaixador que está fazendo uso da palavra terminar, eu gostaria...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Não, ele encerrou. Eu agradeço muito aos esclarecimentos prestados pelo Embaixador José Eduardo Felício nas respostas a todos os Srs. Senadores. Até consulto se todos os Srs. Senadores e Senadora estão satisfeitos com as respostas para prosseguirmos, e o Senador Sérgio Petecão faz o questionamento ao Embaixador Patriota.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado, Presidente. Já queria parabenizar aos dois Embaixadores. A minha pergunta vai ao Embaixador Patriota. Eu sou do Acre, acompanhei de perto

Eu sou do Acre. Acompanhei de perto essa situação do Senador Roger Pinto, que foi governador e foi deputado de Pando, que é uma região vizinha ao nosso Estado. E acompanhei essa situação dele na Embaixada brasileira.

Para ser bem breve, eu vou direto ao assunto. Eu, quando o diplomata Eduardo Saboia tomou aquela decisão de trazer o Senador ao nosso País – inclusive, tivemos aqui a atitude do nosso Presidente, Ricardo Ferraço, que arrumou uma aeronave, foi até a fronteira e trouxe o Senador até Brasília –, quando soube da notícia, estava no meu Estado, primeiramente nem acreditei, por conta desse percurso, que, saindo de La Paz até a fronteira, é muito longo – quase dois mil quilômetros. Como eu conheço a região de Pando, sei como é difícil transitar dentro de território boliviano.

Ao mesmo tempo, fiquei feliz. Eu tenho dito que eu não quero entrar no mérito da política, interferir nas decisões políticas da Bolívia. Eu acho que isso não é legal, mas ali o que estava em jogo era a vida de um ser humano, de um cidadão, de um Senador, de um Parlamentar, que já estava há mais de 350 dias na Embaixada. Inclusive, cheguei a conversar com ele, e ele já apresentava um certo desespero.

Inclusive, estive com a senhora, Presidente, lá em Quito, quando fiz um relato naquela nossa reunião, pedindo que os Parlamentares bolivianos pudessem intermediar uma saída para aquele episódio. Quando cheguei aqui, em Brasília, na segunda-feira, eu deparei com uma situação que eu não entendi. Eu achei que o diplomata Eduardo Saboia seria, aqui, no nosso País, tratado como um herói, uma pessoa que tomou uma decisão que, a meu ver, é acertada. Mas começaram essa discussão da quebra de hierarquia. Inclusive, na tribuna do Senado, alguns Senadores fizeram alguns questionamentos nesse sentido, da quebra de hierarquia, da irresponsabilidade, mas, graças a Deus, depois vieram algumas autoridades da área, como o ex-chanceler Celso Lafer, que disse que ele agiu corretamente e que é um homem de coragem.

Eu não conheço o diplomata Eduardo Saboia. Um dia, gostaria muito de cumprimentá-lo e parabenizá-lo, porque, para mim, foi uma decisão acertada.

Eu queria ouvir o que o senhor acha, até porque o senhor foi citado várias vezes nesse episódio. A decisão do diplomata Eduardo foi acertada? Foi errada? E o senhor agora na ONU vai se deparar com alguma situação como essa. Tomara que não, mas poderá surgir. Essa é uma decisão certa ou errada? Eu gostaria de ouvir a sua opinião nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Continuando a fase dos questionamentos, eu passo, de imediato, a palavra ao Embaixador Antonio Patriota para responder aos Senadores que questionaram sobre a sua nova missão e o seu novo desafio no campo diplomático.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Obrigado, Senadora. Queria agradecer todas as perguntas e comentários que foram feitos, começando pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que historiou um pouco alguns pontos em que houve discordância com a política externa. Acho que não é o caso de eu comentar. Eu próprio tenho que me descondicionar, como ele estava dizendo, de abordar assuntos que não sejam estritamente de uma pauta, que já é muito ampla, aquela de que eu vou cuidar nas Nações Unidas.

Mas eu agradeço, em especial, o interesse que ele demonstra pelo conceito de responsabilidade ao proteger, porque foi, de certa maneira, uma iniciativa criativa do Brasil de propor esse debate, quando nós ainda estávamos como membros não permanentes do Conselho de Segurança, em 2011, em função de um desconforto grande criado pela maneira como a Otan interpretou o mandato da Resolução nº 1.073, sobre a Líbia.

E, assim, há um certo descaso das autoridades militares da Otan, quando se trata de contabilizar aquilo

que, às vezes, é chamado de vítima colateral. “Ah, nós fomos lá proteger civis, salvamos a Líbia da barbárie do Kadafi.” Ninguém defende o regime Kadafi. E houve uma certa perda de vida colateral. Cada vida perdida é uma vida a menos, e isso é um crime também. E aí entra a ideia da responsabilidade ao proteger: nenhum país ou grupo de países tem carta branca para entrar em um território e tratar aquele território como um campo de batalha, onde as regras são dadas unilateralmente. Toda argumentação brasileira é que, em primeiro lugar, não se pode fazer mais dano do que aquele que se está procurando evitar – lembro a intervenção no Iraque em 2003 – e também que o Conselho de Segurança tem de passar a monitorar a implementação dessas resoluções. Não pode chegar a adotar uma resolução e um grupo de países achar que tem carta branca para fazer o que ele entende ser a ação moralmente correta e, depois, o Conselho de Segurança ficar esperando passivamente.

Então, esse debate está lançado. Acho que foi uma das raras ocasiões em que um país, não membro permanente, consegue pautar um pouco, de forma conceitual, o debate sobre paz e segurança internacional.

Outro dia comentava um jornalista e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas que existe um grupo de universidades estudando esse conceito. São oito universidades, incluindo universidades em Berlim, Nova Delhi, Pequim, etc, para, justamente – como dizia V. Ex^a –, robustecer e levar adiante esse conceito.

Não se trata propriamente de substituir o conceito de responsabilidade de proteger. Nós concordamos que não pode haver outras instâncias, como o genocídio de Ruanda, o que ocorreu em Srebrenica; mas também acho que não devem ocorrer novos iraquês, novas líbias. Até hoje estamos aqui colhendo também estabilidade, semeada via Líbia, no Sahel africano, no Mali e em outros lugares. Com esse objetivo, creio que lançamos uma semente que está germinando e que terei especial interesse de acompanhar agora a partir, de minha nova posição, contando com a aprovação de V. Ex^{as}.

Quanto à questão da governança mundial da internet – e vários senadores que apresentaram perguntas sobre esse tema –, eu acho importante atentar para um detalhe da intervenção da Presidenta Dilma Rousseff, na terça-feira. Ela falou que o Brasil apresentará propostas – no plural – para o estabelecimento de um marco multilateral, civil, para lidar com essa questão da espionagem e suas diferentes dimensões. Existe a questão da violação da soberania, existe a questão da proteção da privacidade dentro de um clima de liberdade de expressão. Ela também retoma a ideia de criação de mecanismos multilaterais – no plural – para

lidar. Então, o que se pretende aqui – e retomo um pouco minha argumentação sobre consolidar os ganhos, apontar as falhas e propor caminhos: consolidar ganhos significa exigir a implementação daquilo que já foi acordado entre os países. Existe um pacto sobre direitos civis, políticas que protegem a privacidade; existe a Convenção de Viena, que impede a violação da comunicação de missões diplomáticas.

Acho que, hoje em dia, se trata, talvez, de atualizá-la para incluir mecanismos cibernéticos etc e tal. Existe a Declaração Universal dos Direitos Humanos que também prevê isso. Agora, em outras áreas não existe marcos legais comumente acordados no plano multilateral. Como muito bem apontou a senadora Vanessa Grazziotin, a questão da governança da internet, ela é levado a cabo pela Icann, que é uma empresa mista, privada, com alguma participação governamental nos Estados Unidos, mas não está na família das organizações da ONU. Cada vez que surge uma tentativa na União Internacional de Telecomunicações, a UIT, em Genebra, de se abordar isso de forma intergovernamental no sistema ONU, as resistências dos países desenvolvidos, aqueles mais avançados, são tremendas.

Acho que, agora, com essa questão dessas denúncias, vai ficar mais difícil, mesmo porque a cortina caiu, toda essa espionagem, essa interferência... Eu concordo que a espionagem em si mesmo nunca vai deixar de existir, seria ilusório imaginar, mas as interferências nas comunicações, na privacidade, etc, eram justificadas com base em um suposto combate ao terrorismo e na proteção de vidas, etc. Foi essa a explicação que me deu aqui o Secretário de Estado, John Kerry, há mais ou menos um mês, quando veio visitar o Brasil.

Ora, isso tudo caiu por terra, porque você não vai espionar a Petrobras para proteger civis do terrorismo e tampouco o Brasil seja um País onde haja facilidade de se estabelecer qualquer prática de terrorismo. Pelo contrário, como a Presidenta disse muito bem, nós sabemos nos proteger do terrorismo e aqui nós estamos relativamente à margem desse fenômeno, embora precisemos estar vigilantes.

Então, eu chamo a atenção para esta ideia: são propostas, são mecanismos que vão ser conversados sob diferentes aspectos. A questão da soberania é uma; a questão das missões diplomáticas é outra; a questão da privacidade é uma terceira e assim por diante. No discurso de terça-feira, foram dadas diretrizes, orientações gerais de como conciliar liberdade de expressão, privacidade, respeito aos direitos humanos num sistema multilateral democrático, o mais transparente possível, com base na universalidade e

na construção de sociedades não discriminatórias. São – digamos assim – princípios e preceitos gerais que orientarão esse trabalho.

Agradeço os comentários do Senador Luiz Henrique. Eu espero que, de fato, a Reforma do Conselho de Segurança possa se concretizar dentro de um futuro relativamente próximo e aproveito para dizer, em resposta ao comentário do Senador Cristovam Buarque, que o debate sobre a Reforma do Conselho de Segurança está colocado em pauta nas Nações Unidas há 20 anos. E aqui talvez, independentemente das aspirações do Brasil, nós devamos reconhecer que foi graças à ação de países como o Brasil, Índia, os africanos e outros que nós evitamos, num primeiro momento, que a Reforma do Conselho de Segurança se realizasse na direção de acentuar os desequilíbrios vigentes hoje em dia, porque, logo em seguida à introdução deste tema em pauta, o que se pretendia, em grande medida – o mundo desenvolvido queria isso –, era incorporar Japão e Alemanha como membros permanentes, e não permitir que houvesse membros permanentes no mundo em desenvolvimento.

Então, uma primeira vitória foi participar ativamente do debate para evitar isso, porque o déficit de representatividade, o déficit de democracia no Conselho de Segurança não está na representação do mundo desenvolvido. Está justamente na ausência de membro permanente da América Latina, da África, enfim, do mundo em desenvolvimento. Essa é uma consideração.

A segunda consideração é que o Brasil não está fazendo barganhas em termos de perdoar dívida de países africanos ou outras para obter apoio essa cadeira. O debate se orienta na decisão de tornar o Conselho de Segurança mais equitativo em termos da sua representação geográfica. Ora, onde é que está o déficit, como eu comentava, na América Latina, na África? Quando se olha para a América Latina, é natural que o décimo maior contribuinte ao orçamento regular das Nações Unidas, que um país que participou de operações de paz como poucos outros no mundo e que exerce liderança numa série de ambientes e que, a exemplo de paz em sua região, assumiu o compromisso com não proliferação e de ser livre de armas de destruição em massa, etc., seja considerado um candidato natural. Seria quase que absurdo que a comunidade internacional, em sua grande maioria, considerasse o Brasil um candidato natural, e o Brasil sempre tivesse de assumir – digamos assim – mais explicitamente a sua disposição a ceder as responsabilidades inerentes ao cargo.

Finalmente, eu retomo um pouco aquela ideia da taxa sem representação. De certa forma, nós já estamos nos comportando como um membro permanente do Conselho de Segurança. Nós pagamos mais ao

orçamento regular do que pelo menos um atual membro permanente. Somos o décimo maior contribuinte em termos de ajuda humanitária às Nações Unidas, por exemplo, décimo maior do Programa Mundial de Alimentos. E, como eu tenho até comentado – e eu acho que é nesse espírito que nós continuaremos a trabalhar e a participar deste debate –, ainda que a reforma não saia a curtíssimo prazo, nós estaremos permanentemente engajados nos debates do Conselho de Segurança. Até de fora, nós podemos fazer isso, propondo ideias, sugerindo caminhos, mantendo contatos regulares de alto nível, também em Nova York, entre os Embaixadores com todas as missões. Isso aí já tem rendido muitos frutos porque, mesmo uma questão espinhosa e difícil como a da Síria, o que tem acontecido? Os diferentes lados da questão têm nos comunicado em muitos detalhes o que está acontecendo; tanto o lado – digamos – daqueles que, em algum momento, defenderam uma intervenção militar em função desse crime hediondo, que foi o recurso a armas químicas na Síria, como aqueles que resistiam a essa intervenção militar encontraram outros caminhos.

Finalmente, eu daria outro exemplo de por que um país como o Brasil não pode fugir da sua responsabilidade. Quando nós examinamos os países que são eleitos para participar do trabalho do Conselho de Segurança a título não permanente – e são dez países que, em intervalos de 2 anos, são eleitos –, pouquíssimos países têm a rede de embaixadas que nós temos. Pouquíssimos têm condições, por exemplo, de obter relatórios diretos da fonte sobre o que acontece no Sudão – entre o Sudão do Norte e o Sudão do Sul –, sobre o que acontece entre Palestina e Israel, sobre o que acontece no Chipre, enfim, todos aqueles assuntos da pauta do Conselho de Segurança.

A grande maioria dos países depende dos relatórios da imprensa internacional, dos informes, ou seja, não tem condição de exercer um papel independente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Estava me lembrando da Coreia do Norte.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Até na Coreia do Norte nós temos presença. E esse papel independente não é um fim em si mesmo. Ele pode ser exercido para promover a paz, para promover maior entendimento entre membros permanentes, que muitas vezes não dialogam de uma maneira, que não a mais construtiva possível. Espero ter dado alguns argumentos.

Volto um pouquinho atrás para comentar as perguntas da Senadora Vanessa Grazziotin, que comentou sobre a importância da questão de gênero. E eu queria, em primeiro lugar, mencionar que o atual presidente

da Assembleia-Geral da ONU, que é o Embaixador de Antígua e Barbuda, John Ashe, um dos copresidentes do processo preparatório da Rio+20, anunciou uma série de eventos de alto nível que ele vai organizar em função dessa Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. O primeiro deles será sobre o papel das mulheres, da juventude, da sociedade civil, que permitirá uma abordagem desse foco central.

Aqui no Brasil isso não é novidade para ninguém, porque sabemos que toda ação social, como Bolsa Família e outras, se centra muito no papel da mulher na sociedade. Então, é algo que vem naturalmente para o Brasil, mas nem em todos os lugares do mundo é assim. Sabemos que existem sociedades onde a situação da mulher ainda é de falta de participação política, de impossibilidade até mesmo de recebimento de um estipêndio, de uma bolsa, como a que existe no Brasil, em função de seu *status* de inferioridade.

E, além desse debate de alto nível, a celebração dos 20 anos pós– Conferência de Pequim permitirá que se trabalhe exatamente na direção que V. Ex^a apontou, que é de não haver retrocessos e de se avançar mais. Porque a pressão pelos retrocessos existe na questão dos direitos sexuais reprodutivos e em inúmeras outras questões; o Brasil está muito ativo também no contexto de Cairo+20, que chegará antes, chegará ano que vem, em 2014. E eu até alguns meses atrás mantive boa coordenação com a Ministra Eleonora Menicucci sobre esse assunto para assegurar também que levassemos adiante essa agenda.

Acho que eu comentei já a questão da espionagem e como se pretende levar isso adiante.

V. Ex^a mencionou Israel e Palestina e a contribuição do Brasil. Eu concordo que o Brasil tem uma contribuição importante a dar, mas aqui é mais um exemplo de rigidez do sistema internacional que não favorece a participação de atores outros do que aqueles auto-denominados como centrais para a promoção da paz.

Há um mecanismo chamado quarteto, que reúne Estados Unidos, União Europeia, Federação Russa e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban ki-moon, que supostamente deveria estar promovendo a paz e o entendimento entre Israel e Palestina, mas, na verdade, não consegue chegar a consenso sobre praticamente nada, nem condenar, por exemplo, os assentamentos israelenses em território palestino.

Uma iniciativa que o Governo brasileiro tomou o ano passado foi de mobilizar a sociedade civil brasileira, porque aqui nós somos um exemplo de convívio harmonioso entre descendentes de palestinos e descendentes de judeus, que participam ativamente da nossa sociedade e, quando discordam uns dos outros,

não se matam, conversam em torno de uma mesa e têm muito interesse em participar.

Eu também tenciono continuar a estimular que diferentes órgãos das Nações Unidas, o Conselho de Direitos Humanos entre outros, ouçam mais a sociedade civil israelense e palestina. Uma das surpresas positivas que eu tive, quando visitei Israel e a Palestina no ano passado e resolvi conversar com a sociedade civil, é que é completamente diferente conversar com os Governos – em particular um dos Governos, eu tenho que ser sincero –, porque o desejo de promoção de paz, de harmonia, de superar as feridas, de construir um futuro de cooperação baseado naquela proposta de 1948, quando o brasileiro era presidente da Assembleia-Geral, é muito grande. E temos que nos inspirar também nessas lideranças.

Outros comentários foram feitos pelo Senador Jorge Viana, a quem também agradeço muito as referências à minha condução da política externa, e aqui também convergem com os do Senador Cristovam Buarque sobre a questão da fome, da desigualdade, uma agenda que persiste, na verdade.

Eu acho que o fato novo é realmente que países como o Brasil renovaram a sua agenda. Hoje há exemplos bem-sucedidos a compartilhar com a comunidade internacional. E o Brasil foi instrumental ao situar a erradicação da pobreza no centro das preocupações com o desenvolvimento. Isso não era assim. Até pouco tempo atrás, partia-se do princípio de que o primeiro e mais importante era promover o crescimento econômico e depois distribuir e promover maior igualdade; a partir do documento O Futuro que Queremos, adotado na Rio+20, não.

A erradicação da pobreza está no centro dos esforços do desenvolvimento sustentável, e o Painel de Alto Nível convocado pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon, do qual participou a Ministra Izabella Teixeira, que apresentou o seu relatório há pouco tempo, é muito enfático em dizer que, até 2030, a comunidade internacional tem diante de si uma possibilidade extraordinária que é a de erradicar a pobreza, a pobreza extrema no mundo, de erradicar a fome. E o Sistema Nações Unidas deve ser mobilizado nessa direção, sempre introduzindo essa dimensão em qualquer debate sobre o futuro do desenvolvimento sustentável.

Essa é uma agenda antiga, mas que está sendo reformulada de uma maneira que eu acho muito condizente com aquilo que nós fazemos no Brasil.

A questão da mudança do clima permanecerá e até ganhará importância nos próximos anos. V. Ex^a se referia a estudos recentes que falam de mudança climática superior àqueles 2°C, que é a meta. Eu hoje li na imprensa que o relatório do IPCC (Painel Intergo-

vernamental de Mudanças Climáticas) está prevenindo até situações muito mais graves e drásticas: uma elevação de até 7°C até 2100, o que seria uma absoluta tragédia. Aqui nenhuma região do mundo está poupada dos efeitos perniciosos dessa elevação de temperatura e mudança climática. O IPCC inclusive cita que a América do Sul seria particularmente penalizada em função da neve que derreteria nos Andes, enfim, da elevação do nível dos mares, etc.

De modo que essa conferência que o Secretário-Geral convocou para o ano que vem é importante. Eu acho que é absolutamente legítima a ideia de que haja observadores parlamentares, assim como me coloco à disposição para manter contato regular com a Comissão. Acho que no passado isso já ocorreu. Lembro-me de que a Embaixadora Maria Luiza Viotti esteve aqui há não muito tempo também, no sentido de compartilhar informações e desenvolvimentos importantes sobre aquilo que ocorre nas Nações Unidas.

Creio que os comentários do Senador Requião, a quem eu muito agradeço, e os do Senador Randolfe Rodrigues foram mais observações de ordem genérica sobre a minha atuação no Itamaraty e as perspectivas de atuação nas Nações Unidas.

E, finalmente, eu responderia, de forma muito sucinta, ao Senador Petecão para recordar que, nas inúmeras vezes em que eu compareci a esta Comissão de Relações Exteriores, eu sempre abordei, dentro da transparência possível, essas questões que criavam dificuldades com a Bolívia, como a situação dos torcedores corintianos que foram liberados graças a uma ação paciente, diplomática, que foi vencendo resistências e levou a um desenlace, não dentro de um menor prazo, mas, pelo menos, positivo. E no mesmo espírito nós estávamos trabalhando com o governo boliviano para que houvesse um desenlace igualmente positivo com relação à situação do Senador Roger Pinto. Havia sido criado um grupo de trabalho no início do ano com os bolivianos que se reuniu cinco vezes e estava avançando. O diplomata que resolveu tomar os assuntos em suas próprias mãos agiu de uma forma que poderia ter criado graves riscos à integridade pessoal, inclusive, do Senador Roger Pinto. E havia sido dito, de maneira muito explícita, à Embaixada em La Paz que o Governo brasileiro não concordaria com nenhuma estratégia que representasse risco para a segurança do Senador.

Eu devo dizer o seguinte: eu respeito muito o impulso humanitário, a preocupação, a sensibilidade que diferentes indivíduos ou funcionários ou profissionais da carreira diplomática, inclusive, possam ter em função de uma situação humana que nos sensibilize, mas até mesmo na Cruz Vermelha, que é um organismo

dedicado à ação humanitária, o respeito à hierarquia é considerado um ingrediente fundamental.

Nós participamos com o Governo colombiano, por exemplo, de operações de libertação de reféns que estavam nas mãos das FARC na Bolívia, com cessão de helicópteros e apoio logístico, e tudo foi cronometrado, negociado nos menores detalhes, com a participação ativa e com o acompanhamento permanente tanto do escritório da Cruz Vermelha em Bogotá como da sede da Cruz Vermelha em Genebra. De modo que não se está, necessariamente, favorecendo uma ação humanitária se um indivíduo resolver tomar, por sua responsabilidade individual, a segurança de uma pessoa.

Isso foi feito em descumprido a instruções. Eu já manifestei oficialmente qual é a minha opinião sobre o caso, tanto no discurso de transmissão do cargo no Planalto como no Itamaraty.

Creio que esses que eram os comentários que eu teria a fazer aqui.

Muito obrigado a todos uma vez mais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada ao Embaixador Antonio Patriota e ao Embaixador José Eduardo Martins Felício.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Apenas dois minutos.

Eu havia conversado com o Chanceler sobre um problema que é uma grande discussão nesta Comissão com relação a pouca participação dela no contexto geral. Agora, por exemplo, vai haver a reunião da Assembleia-Geral da ONU. Vai um ou dois representantes, não sei quantos, sem participação nenhuma, sem conhecimento nenhum. Estão ali... Ano passado a gente chegou a conversar com o Embaixador na ONU, e ele enviou para nós a síntese das grandes discussões, das discussões mais importantes em que o País tinha interesse. Sugiro que se converse com o Itamaraty no sentido de que a Comissão conhecesse e debatesse esses assuntos, que a gente se reunisse e analisasse essas questões. Assim, quem fosse representar a Comissão, como sempre vai, na Assembleia-Geral fosse sabendo o que está fazendo ali e não ficasse fazendo papel de boneco, sem ter ideia do que é e nem do que não é.

V. Sª achou que era possível, que há condições. Como V. Exª está indo agora para Nova York, V. Sª poderia conversar com a Presidente antes de ir para ver a possibilidade de isso acontecer já nesta reunião que vai ocorrer agora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço, Senador Pedro Simon.

A sugestão de V. Exª reforça o argumento do Senador Jorge Viana, que propôs a vinda do nosso Embaixador nas Nações Unidas, Antonio Patriota, com determinada frequência a esta Comissão, para nos colocar a par de todos os temas da agenda das Nações Unidas, naquilo que nos interessa. Essa sugestão é no geral. Agora, V. Exª particulariza para todos os Senadores que forem participar da Assembleia-Geral da ONU; que eles previamente saibam dessa agenda e tenham uma posição do Governo brasileiro a respeito disso. Então, essa proposta fica como sugestão, que agrega a sugestão do Senador Jorge Viana.

Agradeço a V. Exª, Senador Pedro Simon.

Renovando os agradecimentos ao Embaixador Antonio Patriota e ao Embaixador José Eduardo Felício, esta Comissão, de acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado, a reunião desta Comissão será transformada em secreta.

Peço aos senhores servidores e aos que nos acompanham para deixarem o local, porque agora será feita a apuração.

Designo o Senador Jorge Viana para atuar como Secretário, e o Senador Mozarildo Cavalcanti ...

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é tornada secreta às 13 horas e 14 minutos e é reaberta às 13 horas e 17 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Em nome do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Ricardo Ferraço, que está em missão internacional e a quem eu externo, como fez o Senador Jorge Viana, os cumprimentos pela forma colaborativa que deu ao prosseguimento da inclusão, extrapauta, de duas importantes indicações a postos estratégicos para o nosso País, dada a relevância dos postos, mas, sobretudo, eu diria, dada a emergência e a oportunidade – estamos para receber a visita do Presidente do Paraguai, e também está em andamento a Assembleia-Geral das Nações Unidas –, quero anunciar, então, que os Embaixadores foram aprovados pela unanimidade dos votos dos Srs. e Srªs Senadoras presentes nesta reunião.

Desejo-lhes, em nome da Comissão de Relações Exteriores, pleno êxito nesse novo e grande desafio.

A Comissão está sempre de portas abertas aos interesses maiores, menores e médios do nosso País – todos os interesses que nós temos.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Srª Presidente, eu queria requerer que fosse dada urgência para a votação em plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Nós vamos fazer o encaminhamento da urgência, para que seja votado na terça-feira, por margem de segurança de quórum, porque hoje é quinta-feira, e muitos Senadores podem viajar. Por isso, inclusive, unilateralmente, eu abri a votação sem fazer a consulta formal, porque alguns Senadores me falaram que estavam com viagem marcada. Então, preferi fazer a abertura unilateralmente e peço a compreensão dos Srs. Senadores.

Então, vamos, em atendimento a pedido coletivo da Comissão, encaminhar hoje para a votação. Se houver quórum, na terça-feira, V. Exª, como Primeiro Secretário, fará essa ação.

Então, eu renovo os agradecimentos.

Estão dispensados o Embaixador Antonio Patriota e o Embaixador José Eduardo Felício. Nós vamos continuar a nossa pauta. Muito obrigada.

Nós vamos para o item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 399, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.

Autoria: Senador Roberto Requião

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa;

2. Em 12/04/2013 é realizada Audiência Pública para instruir a matéria;

3. Em 05/09/2013 a Matéria constou na Pauta; e

4. Em 20/09/2013 é apresentado novo Relatório.

Em 12/04/2013 foi realizada uma audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 42, de 2012, da CRE; e 14, de 2013, da CRE. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa; aqui a matéria não é terminativa.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora Ana Amélia, esse proje-

to já foi discutido. Quero apenas retomar, dizendo que adotei integralmente, pode-se dizer, apesar de algumas mudanças de redação, a sua proposta de emenda.

O documento ficou da seguinte forma: “Art. 1º Passa a vigorar com as seguintes alterações: os diplomas de cursos de Graduação”...

Primeiro é preciso dizer que eu apresentei, fiz uma emenda à proposta do Senador Requião, que dizia que seriam automaticamente reconhecidos. A emenda que eu fiz passou a dizer, Senador, que seriam reconhecidos automaticamente os diplomas daquelas entidades reconhecidas anteriormente pelo Governo Federal. Então, já tomamos a precaução de evitar que qualquer diploma seja reconhecido. Vai criar um problema para o Governo fazer esse reconhecimento de entidade, mas acho que já é tempo. O Mercosul mesmo tem insistido muito nisso.

O que foi agregado a essa sua sugestão é:

Art. 1º
“Art. 48

§2º Os diplomas de cursos de Graduação, expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior em funcionamento regular terão revalidação mediante avaliação realizada por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação [...]”.

Esse parágrafo é para manter o mesmo critério para as universidades que não forem reconhecidas pelo Governo brasileiro, ou seja, há a oportunidade de que as universidades brasileiras, talvez por uma omissão ainda temporária do Governo, do MEC, possa fazer a avaliação.

§3º Os diplomas de Mestrado e Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos mediante avaliação realizada por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior, observados os parâmetros de qualidade definidos em colaboração com órgão responsável pela avaliação dos cursos [...] [ou seja, aqui a Capes provavelmente entre].

§4º Terão revalidação ou reconhecimento automático [esse é o parágrafo que estava no meu parecer anterior] os diplomas de cursos presenciais de Graduação, Mestrado e Doutorado, expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior em funcionamento regular, cuja excelência tenha sido reconhecida e divulgada por meio de listagem elaborada pelo Poder Executivo.

Aqui houve uma mudança por conta da emenda do Senador Vital do Rêgo que ali colocou a ideia de “presenciais”. Não tinha isso ainda. Então, esse é o parágrafo que simplifica o reconhecimento porque tira das universidades, mas exige que, preliminarmente, o Poder Executivo tenha dito que aquela universidade é reconhecida e tem competência.

O resto é: “Será de 90 (noventa) dias úteis o prazo de tramitação para o processo de revalidação, reconhecimento ou não dos diplomas de Graduação...” Isso quer dizer, naqueles casos em que não houver o reconhecimento automático dos diplomas das entidades já reconhecidas anteriormente, fica a possibilidade de reconhecimento ou não pelas universidades, mas elas terão agora um prazo de 90 dias, para evitar que passem anos, como atualmente está sendo feito.

E acrescentamos os §§2º e 3º ao Projeto de Lei do Senado nº 399: seguinte:

Art. 2º “Art.2º Assegura-se, também, o direito à revalidação ou reconhecimento àqueles que tenham cumprido as exigências expressas nos §§ 2º, 3º e 4º, do artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, até a data de publicação desta lei.

Ou seja, até a data de publicação desta lei, quando ela for publicada, se for aprovada, terão direito os que já fizeram cursos, desde que nas universidades reconhecidas e aqueles que não fizeram curso em universidades reconhecidas terão o prazo de 90 dias.

Art. 3º A primeira edição da listagem de que trata o §6º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [ou seja, o Governo vai fazer a lista das entidades reconhecidas], deverá ser divulgada decorridos 12 (doze) meses da publicação desta Lei.”(NR)

Ou seja, o Governo terá doze meses para dizer quais cursos merecem o reconhecimento automático. Eu creio que essa é uma solução que não satisfaz totalmente a ninguém, porque mantém o reconhecimento automático, tirando das universidades esse papel; não atende plenamente aos estudantes, que gostariam de ter o reconhecimento automático, independentemente de qualquer avaliação. Mas eu acho que atende um pouco aos dois, porque quebra a lentidão, dos 90 dias nas universidades, no caso dos não reconhecidos automaticamente, e daqui a doze meses nós poderemos dispor de uma lista de entidades, de cursos, lista feita pelo MEC, que dirá quais cursos terão reconhecimento automático.

Creio que foi a saída encontrada, Senadora Ana Amélia, para compatibilizar tudo. Agradeço a sua colaboração, quando a Senhora coloca que essa lista exigirá excelência dos cursos que serão reconhecidos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Em primeiro lugar, queria agradecer imensamente por ter acolhido as minhas emendas nessa matéria. V. Ex^a diz adequadamente: ele não contenta todos e nem o próprio Senador Requião, com a sua habilidade política e compreensão da complexidade do assunto.

Quando fizemos aqui uma audiência pública com as principais autoridades de toda a área acadêmica brasileira e também dos representantes dos estudantes da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior, liderados pelo professor Vicente Celestino de França, que, naquela ocasião, me entregou e pediu que mostrasse – e aqui está sendo mostrado –, esta relação com a assinatura de 10 mil apoiadores desse projeto do Senador Requião.

A Casa é política e tem responsabilidade.

Queria agradecer e cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, ex-reitor de uma importante universidade, pela forma competente com que construiu esse relatório. Acho que dessa forma não deixamos levar o prazo de dez ou quinze anos para uma revalidação, mas também não faremos o atropelo de criar condições para validação de algum curso feito em uma instituição não devidamente habilitada e qualificada para a concessão dessa titulação. Tivemos essa cautela e essa precaução. Então, eu queria cumprimentá-lo.

Coloco em discussão o parecer do Senador Cristovam Buarque.

Está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório do Senador Cristovam Buarque, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao Projeto de Lei do Senado 399, de 2011, e às Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Relações Exteriores.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento de sua tramitação, onde terá caráter terminativo.

Passamos ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 121, DE 2013

– Não Terminativo –

Aprova o texto da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres – CMS, assinado em Bonn, em 23 de junho de 1979.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Dependendo de Relatório.

A relatoria está com o Senador Jorge Viana, a quem passo a palavra, com muito prazer.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/ PT – AC) – V. Ex^a tomou um susto ao ler 1979. Essa é uma situação crítica que o Congresso vive, de tratados e acordos assinados pelos executivos perdurarem por décadas na Casa até a sua apreciação e aprovação.

Eu passo à leitura imediata do relatório:

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2013, que aprova o texto da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS), assinado em Bonn, em 23 de junho de 1979.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do Ato Internacional referido. Acompanha o Ato Internacional em apreço a Mensagem nº 246, de 5 de junho de 2012, da Senhora Presidente da República, que encaminha o seu texto ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 171, de 31 de maio de 2012, dos Ministros de Estado das Relações Exteriores e do Meio Ambiente.

A Mensagem foi recebida na Câmara dos Deputados e designada para ser apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Nesse primeiro órgão, ela deu origem ao Projeto de Decreto Legislativo aqui analisado, que, na sequência, passou pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O acordo foi aprovado pelo Plenário daquela Casa em 6 de junho de 2013.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em 13 de junho de 2013. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. O projeto foi, então, a mim distribuído no dia 6 de agosto de 2013, e hoje estamos deliberando sobre ele.

A Convenção objetiva, em seus 20 artigos, conservar em escala global a vida selvagem e seus habitats bem como proteger as espécies migratórias. Tanto a conservação quanto a proteção almejadas têm em conta o fato de que as espécies migratórias pertencentes à fauna silvestre exigem ação concertada de todos os Estados, em cujos limites de sua jurisdição nacional tais espécies permaneçam em qualquer fase do seu ciclo biológico. Nesse sentido, os Estados reconhecem que são e devem ser os protetores das espécies migratórias que vivem dentro dos limites de sua jurisdição ou que os atravessem.

Após indicar o significado das expressões utilizadas no ato, e uma série de cumprimentos, o instrumento internacional em consideração cria a Conferência das Partes, o Conselho Científico e o Secretariado da Convenção.

Por fim, convém registrar que o Tratado em apreço entrou em vigor em 1983 e conta, nos dias de hoje, com 116 Estados a ele vinculados – só agora o nosso País estabelece sua vinculação com essa decisão do Congresso.

Eu concluo, Sr^a. Presidente, meu voto. Temos uma das maiores biodiversidades do Planeta e, por igual importância, uma enorme responsabilidade na conservação dessa biodiversidade.

Então, pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2013. Esse é o meu parecer.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Em discussão o relatório do Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado e a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Senador Jorge Viana, quando esse acordo foi assinado, Bonn ainda era a capital da Alemanha. Veja, em 1979! Então, eu queria pedir o seu apoio também para algo que já mencionamos aqui. Recentemente estive em uma missão nos Estados Unidos e uma grande queixa que há é da demora da assinatura desses acordos e desses tratados. Então, nós poderíamos, nesta Comissão de Relações Exteriores, fazer um esforço. O Presidente Ricardo Ferraço está empenhadíssimo nisso; o Senador Luiz Henrique já falou muito de a gente adotar aqui, talvez, criar algum mecanismo no Regimento Interno de *fast track* para essas matérias.

Há matérias, por exemplo, da aviação civil, que eu tive a relatoria, cujo acordo com a União Europeia estava por expirar. Então, o País corre risco em matérias tão relevantes quanto esta.

Assim, está aprovado o seu relatório desse acordo tão importante em uma área que lhe é tão cara, como esta da conservação das espécies.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo / PT – AC) – Só um brevíssimo comentário.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo / PT – AC) – Houve, de fato, a iniciativa do Senador Luiz Henrique, eu fui Relator da matéria, de estabelecer

prazos para a tramitação desses decretos. Temos um problema, porque há acordos que exigem realmente um prazo de análise longo e outros que podem ser deliberados rapidamente. Eu sugeri ao Presidente Ricardo Ferraço, e ele acatou, já algum tempo atrás, de fazermos uma busca ativa de todos os decretos que estão tramitando na Casa; aqui eu sei que nós não temos nada ...

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Nada, nada na gaveta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo / PT – AC) – Mas temos no Congresso. A ideia é trazermos todos para que se tenha uma deliberação sobre isso, sob pena dos prejuízos que V. Ex^a tem colocado.

Então, eu acho que é uma atitude que nós podemos adotar em comum acordo com os presidentes das Casas e, obviamente, uma sugestão do Senador Aloysio Nunes, que o Governo, o Executivo estabeleça urgência em todas essas matérias enviadas para esta Casa. Feito isso, nós não vamos ter situações como esta de deliberar sobre uma matéria de 1979.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – V. Ex^a tem absoluta razão, porque não basta só o esforço de uma agenda prioritária de acordos da Casa, do Parlamento, mas da Casa Civil, especialmente, que aprecia essas matérias e essa iniciativa extremamente relevante e oportuna.

Vamos para o item 7:

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 177, DE 2013

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Colômbia e o Governo da República do Peru para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços ou Comuns, assinado em Letícia, em 20 de julho de 2008.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE).

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Dependendo de Relatório.

A Relatoria está com o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem eu passo a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Portanto, este acordo é bem novinho em relação aos outros.

Saliento a importância deste acordo, que envolve o Brasil, a Colômbia e o Peru no combate às atividades ilícitas nos Rios Fronteiriços ou Comuns, assinado em Letícia, no dia 20 de julho de 2008, como V. Ex^a disse.

No Senado, o Projeto de Decreto Legislativo tomou o nº 177, de 2013, e foi devidamente assinado pelos representantes da Colômbia, do Peru e do Brasil.

Portanto, o parecer é favorável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Está em discussão o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não ia entrar na discussão da matéria, mas me vejo obrigada por conta disso. Junto com este acordo foi assinado outro a que já me referi várias vezes, que relatei na Câmara e cuja tramitação no Senado acompanhei muito de perto.

Por conta disso, nós conseguimos aprovar outro de mesma data, 2008, muito mais rapidamente. E o mesmo acordo, que tem que ser aprovado pelo Parlamento dos dois países, ainda está enrolado na Colômbia. Então, não é só o Brasil, não, porque o outro, de 2008, aprovamos no Brasil. E lá o trâmite é pior do que aqui, porque, depois que o Parlamento aprova, Senador, ele vai para a Corte Constitucional, vai para o Supremo Tribunal daquele país; aqui no Brasil, depois que a gente aprova, vai para os Ministérios. Ou seja, demora muito tempo.

Então, eu cumprimento os Senadores e a Senadora Ana Amélia por essa iniciativa. Nós temos, de fato, que tomar providências para não permitir que se arraste por tanto tempo.

A Convenção de Animais Silvestres é extremamente importante, e está parada. Como ela, há tantas outras, Senadora. Então, cumprimento V. Exª. Precisamos tomar alguma posição mais dura, mais drástica em relação a isso, para que ande mais rapidamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin, por endossar este esforço de agilidade e produtividade na comissão. Agradeço também ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Não mais havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Não havendo mais nada a tratar, antes de encerrar a reunião, renovo os agradecimentos ao Senador Ricardo Ferraço pela honra que me deu de hoje representá-lo na Presidência desta reunião, tão importante como todas as outras. Agradeço a presença do Embaixador Pedro Bório, de toda a equipe do Ministério das Relações Exteriores, de todos que dela participaram,

como o Brigadeiro Mesquita, sempre atento acompanhante da Força Aérea Brasileira, que nós dá a honra da presença nesta Comissão de Relações Exteriores.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, tornada secreta às 13 horas e 14 minutos, reaberta às 13 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 39 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 44ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE OUTUBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinco minutos do dia três de outubro de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Ana Amélia, Flexa Ribeiro, Osvaldo Sobrinho e Eduardo Amorim**. Justifica ausência o Senador **Jarbas Vasconcelos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assina a lista de presença o Senador **Wellington Dias**, não membro desta Comissão. O Presidente declara aberta a Reunião, e manifesta satisfação pela reeleição do Brasil nesta semana, no Canadá, para o conselho da Organização da Aviação Civil Internacional para o período 2013/2016. Comunica que o Senhor General de Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército Brasileiro, convida as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores desta Comissão para um café da manhã e exposição dos Projetos Estratégicos da Força Terrestre, a realizar-se em 10 de outubro do corrente ano, quinta-feira, às 8 horas, no Gabinete do Comandante. Ainda, faz pronunciamento sobre a visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai, Horacio Cartes, à Presidente Dilma e ao Congresso Nacional, e tece breves comentários sobre o estado das relações políticas e comerciais com o país vizinho. Usa a palavra o Senador Sérgio Souza, a Senadora Vanessa Grazziotin, a Senadora Ana Amélia, o Senador Osvaldo Sobrinho e o Senador Eduardo Suplicy. O Senador Eduardo Suplicy cita, fornece cópia, e pede que todos

façam leitura dos discursos, proferidos na 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, da Presidente Dilma Rousseff e do Presidente José Mujica, do Uruguai. Em seguida, passa-se à deliberação dos itens, na seguinte ordem, da **PAUTA: ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 962, de 2013**, de autoria do Senador Humberto Costa, que “Requer, com fundamento no art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para representar a Casa, em missão no exterior, no 5º Fórum de Parlamentares e na 5ª Conferência dos Estados Participantes da Convenção das Nações Unidas para Combate à Corrupção, da Organização Global de Parlamentares contra a Corrupção – GOPAC, que serão realizados no período de 25 a 29 de novembro de 2013, em Panamá City, Panamá, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que se ausentará do País no período de 24 a 30 de novembro de 2013.” O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Ana Amélia, que profere o Relatório. Aprovado. **ITEM 3 – REQUERIMENTO Nº 1134, de 2013**, de autoria do Senador Paulo Davim, que “Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, de 16 a 18 de outubro de 2013, para participar em reuniões do Parlatino, no Panamá. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.” O Presidente designa relator “ad hoc” o Senador Osvaldo Sobrinho, que profere o Relatório. Aprovado. **EX-TRAPAUTA: ITEM 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 100, DE 2013**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo de outubro de 2013 e março de 2014, com renomados especialistas nacionais e internacionais do governo, academia e meio empresarial que apresentem depoimentos, análises e informações sobre as possibilidades e perspectivas da integração elétrica do Brasil em relação aos países da América Latina, especialmente aproveitando as externalidades derivadas da capacidade do Brasil cooperar e exportar o conhecimento e competência do setor elétrico brasileiro através de investimentos do complexo produtivo nacional em países da América Latina. Pretende-se contribuir para a integração econômica internacional e aumentar o crescimento da economia e do bem-estar da população neste setor chave. As referidas audiências deverão ser realizadas nos dias 25 de ou-

tubro, 28 de novembro de 2013 e 26 de março de 2014, na sala desta Comissão. Para tanto, recomendamos a seguinte agenda: Dia 24 de outubro de 2013-Tema: O Papel do Planejamento Elétrico e o aproveitamento do potencial de fontes renováveis como base para a integração energética regional: Palestrantes Sugeridos: Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim; Vice-Ministro de Minas e Energia da República do Peru, Guillermo Shinno; Coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Nivalde José de Castro; Presidente da Empresa Transportadora de Eletricidade (ENDE TDE), do Estado Plurinacional da Bolívia, Engenheiro Roberto Peredo; Presidente da Administração Nacional de Usinas e Transmissões Elétricas (UTE) da República Oriental do Uruguai, Engenheiro Gonzalo Casaravilla; Diretor-Executivo Alternativo do Banco Mundial, Ricardo Raineri; Diretora da Unidade de Planejamento de Minas e Energia (UPME) da República da Colômbia, Angela Cadenas; Ex-Diretor geral da ANEEL, Nelson Hubner; Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Paulo Godoy. Dia 28 de Novembro de 2013 – Tema: Aspectos políticos e econômicos da integração energética regional: os mercados de energia elétrica na América do Sul. Palestrantes Sugeridos: Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Engenheiro Hermes Chipp; Presidente da CPFL Energia, Engenheiro Wilson Ferreira Júnior; Presidente do Comitê de Operação Econômica do Sistema Integrado Nacional (COES) da República do Peru, Engenheiro César Butrón; Presidente da Empresa Nacional de Eletricidade (ENDE), do Estado Plurinacional da Bolívia, Engenheiro Arturo Iporre; Diretor-Executivo da Comissão de Regulação de Energia e Gás da República da Colômbia, Engenheiro Germán Castro; Presidente da ENDESA CHILE, Engenheiro Jorge Rosenblut; Superintendente de Infra-estrutura do BNDES, Economista Nelson Siffert; Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Dia 26 de março de 2014 – Tema: O Papel das Centrais Hidroelétricas Binacionais na Integração Internacional. Palestrantes Sugeridos: Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann; Vice-Ministra de Eletricidade e Energias Alternativas do Estado Plurinacional da Bolívia, Hortensia Jiménez; Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador José Antônio Marcondes Carvalho; Diretor-Geral brasileira de Itaipu Binacional, Jorge Samek; Diretor-titular do Departamento de Infraestrutura da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Carlos An-

tônio Cavalcanti; Representantes dos Ministérios de Energia da Argentina, Paraguai e Uruguai (nomes da serem definidos oportunamente).” Aprovado. Passa-se à deliberação em conjunto dos itens 4 e 5: **ITEM 4 – MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Barbados.” Sabatina realizada. **ITEM 5 – MENSAGEM (SF) Nº 80, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Romênia.” Sabatina realizada. O Presidente convida os Embaixadores **Luiz Gilberto Seixas de Andrade** e **Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas** a comporem a Mesa e fazerem suas exposições. Usam a palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Luiz Henrique, Cristovam Buarque e Randolfe Rodrigues. Os Embaixadores respondem os questionamentos. A reunião é tornada secreta às doze horas e treze minutos e reaberta às doze horas e dezesseis minutos. Atua como secretário o Senador Eduardo Suplicy e como escrutinador o Senador Randolfe Rodrigues. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. **EXTRAPAUTA: ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 101, DE 2013**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, subscrito pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Osvaldo Sobrinho, Cyro Miranda, Luiz Henrique, Randolfe Rodrigues, Pedro Simon e Cristovam Buarque, que “Requeiro, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura à direção da Universidade de Yale, EUA, pela arbitrária e injustificada detenção da jornalista brasileira Cláudia Trevisan, do jornal o Estado de São Paulo.” Aprovado. **ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 87, DE 2013**, de autoria do Senador Cyro Miranda, subscrito pelo Senador Sérgio Souza, que “Requeiro, nos termos do § 2º do art. 58 da Constituição Federal do Brasil, e do inciso II do art. 93 do Regimento Inter-

no do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater a relevância das negociações regionais entre o MERCOSUL e a União Europeia para o setor agropecuário brasileiro. Fundamentado na motivação da audiência pública requerida, recomendo a presença dos seguintes pesquisadores e autoridades: Senhora Kátia Abreu, Senadora da República e presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Senhor Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Senhor Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas e presidente do Conselho do Agronegócio da Federação da Indústria do Estado de São Paulo – Fiesp; Senhor Norberto Martins Vieira, professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal São João del-Rei e autor do estudo “Impactos do acordo MERCOSUL-União Europeia para o setor agropecuário brasileiro”; Senhor Renato Baumann, diretor de Estudos de Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; e, Senhora Ana Paula Zacarias, Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil”. Aprovado. **ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 102, DE 2013**, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “Em aditamento ao RRE nº 91, de 2013, requeiro que a audiência pública aprovada pelo plenário desta Comissão seja convalidada para um seminário a ser realizado, no município de Oiapoque, no Amapá, tendo como objeto a discussão da cooperação transfronteiriça entre Brasil e Guiana Francesa, especialmente sobre as condições de vida na fronteira, conflitos devidos ao garimpo e a inauguração da ponte binacional sobre o Rio Oiapoque, conforme consta no referido requerimento e com a presença dos mesmos convidados.” Aprovado. **ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 1158, de 2013**, de autoria do Senador Cyro Miranda, que “Requer, nos termos do art. 13 c/c art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 7 a 11 de outubro de 2013, quando integrará a comitiva brasileira na Feira do Livro de Frankfurt 2013, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 6 a 12 de outubro de 2013.” Adiado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e dezoito minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Declaro aberta a 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Manifesto satisfação pela reeleição do Brasil nesta semana, no Canadá, para o Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) para o período 2013/2016.

O Brasil recebeu expressiva votação entre os países do Grupo I, obtendo 160 votos de um total de 173 votos possíveis.

Fundada em 1944, a OACI é a agência especializada das Nações Unidas para a promoção do desenvolvimento seguro e ordenamento da aviação civil internacional.

Comunico, e registro com enorme prazer, às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores convite do Comandante do Exército, Enzo Martins Peri, para um café da manhã e exposição sobre projetos estratégicos do Exército Brasileiro.

Convida-nos S. Ex^a o Comandante do Exército para um café da manhã no dia 10 de outubro, às 8 horas, quando S. Ex^a fará uma explanação sobre os projetos estratégicos e os desafios do Exército Brasileiro. Portanto, comunico e registro com enorme satisfação a iniciativa do Comando do Exército.

Aproveito, ainda, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ensejo da visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai, Horacio Cartes, à Presidente Dilma e ao Congresso Nacional, na última segunda-feira, para tecer alguns breves comentários sobre o estado das relações políticas e comerciais com este importante país-irmão, vizinho, aliado e parceiro estratégico do Brasil. É necessário admitir que o Brasil, a meu juízo, andou mal em sua política de vizinhança com a nação paraguaia, deslustrando o histórico de sólidas relações constituídas ao longo de décadas de entendimentos mútuos.

Nunca é tarde para reconhecer equívocos e para fazer autocríticas, ainda mais quando se trata de um país e de sua política externa, uma República, como somos no Brasil, que deve ser guiada por seus interesses permanentes. Refiro-me, naturalmente, à equivocada suspensão do Paraguai do Mercosul, em um lance de casuísmo político com viés imediatista e pouco ponderado. Como o tempo não para, devemos agora deixar que o episódio venha a ser julgado pelos historiadores do futuro como umas das passagens mais dubitáveis da política exterior brasileira, a qual, torcemos seja apenas um ponto fora da curva.

Não quero deter-me no mérito da discussão quanto à legalidade do *impeachment* sofrido pelo então Presidente Fernando Lugo. Diga-se apenas que a ce-

leridade com que se deu a destituição do então mandatário encontra respaldo na constituição daquele país, ainda que se possa criticar tal norma pelo risco que acarreta em termos de potencial para justicialismos políticos sumários, com prejuízos para a ampla defesa. Contudo, mesmo essa crítica merece ser feita com extrema cautela pelo Brasil com respeito ao Paraguai ou ao qualquer outro país, eis que o art. 4º da nossa Constituição Federal estabelece expressamente que nossa política externa será orientada pelo princípio da não intervenção nos assuntos internos e na vida política dos países amigos.

Quando analisamos a reação do Governo brasileiro nesse caso específico, faz-se necessário reconhecer que agimos, sim, de forma precipitada a reboque do voluntarismo de outras nações sul-americanas motivadas por interesses mais imediatos de uma aliança ideológica que deitou raízes no continente sul-americano, embora, do ponto de vista da história, configure-se tão transitória quanto outras tendências que antes prevaleceram e que, no futuro, prevalecerão sendo, circunstancialmente ou sob o testemunho daquilo que é permanente, como política de Estado.

Ora, a verdade é que, com a visita nesta semana do novo Presidente do Paraguai, Horacio Cartes, eleito democraticamente, fica evidenciado que as decisões que os parceiros do Mercosul, no ano passado, tomaram de afogadilho não passaram no teste de validação política e diplomática. Foi um equívoco que nos deve servir de lição. O gesto magnânimo de agora propormos uma inversão da ordem para que o Paraguai, com seu *status* restaurado no Mercosul, assuma a próxima Presidência rotativa do Bloco é a melhor tradução de que, finalmente, estamos admitindo que não foram tomadas as melhores decisões no passado recente.

A anunciada inclinação paraguaia de retomar plenamente ao Bloco que também ajudou a fundar revela a boa vontade por parte de Assunção. Aliás, o simples fato de que o ex-Presidente Lugo foi eleito Senador no pleito passado, portanto participando do reordenamento político e institucional de nosso vizinho, é outro atestado cabal, a meu juízo, de que os problemas internos naquele país foram resolvidos dentro das balizas democráticas.

Ainda mais gritante, portanto, fica a percepção de que nós e os demais membros do Mercosul nos precipitamos e erramos em nossas avaliações. Espero que, no exercício de reflexão que o Brasil venha a fazer sobre esse episódio, agora sem as pressões da situação malresolvida, tenha destaque a preocupação de entender por que, naquela crise, em vez de analisar literalmente o processo, seguimos nossos vizinhos mais radicais e ideológicos.

Além de aprender com nossos próprios erros, agora é preciso recuperar o tempo perdido, resgatar valores, reabrir canais de interlocução, retomar iniciativas e projetos. Este é o momento propício para que, sob a liderança do Brasil, iniciemos uma nova etapa, uma etapa mais dinâmica, mais pragmática e mais promissora não apenas nas relações bilaterais Brasil-Paraguai, mas também em sintonia com Assunção no âmbito do Mercosul, que atravessa o capítulo decisivo de sua negociação com a União Europeia, e, mais além, no plano das relações econômicas internacionais.

Enquanto esteve suspenso do Mercosul, o Paraguai, é notório, explorou alternativas de inserção internacional, intensificando o diálogo com países desenvolvidos e também com mecanismos de negociações regionais, tais como a Aliança para o Pacífico. Cabe ao Brasil convencer o Paraguai a partilhar com seus parceiros do Mercosul suas percepções e preocupações sobre o que viu e ouviu nessas interações e interlocuções. Quem sabe essa contribuição nos ajude coletivamente a sair da inércia, a romper o círculo vicioso e a quebrar grilhões que, até aqui, nos impediram de estabelecer redes de negociações extrarregionais para o Mercosul ou para cada um de nossos países, até mesmo individualmente?

Destaco, portanto, o êxito do Presidente Cartes, do Paraguai, com nossos sinceros desejos de que o nosso querido país vizinho se desenvolva cada vez mais, gerando prosperidade a toda a sua população, e se mantenha sempre unido ao Brasil. Dada a nossa proximidade geográfica e a densidade de nossos vínculos humanos, sociais e econômicos, um Paraguai harmonioso, dinâmico, estável e próspero é o que devemos almejar sempre, independentemente de governos e de suas idiossincrasias.

Faço esse registro por considerar que foi extremamente proveitosa a vinda do Presidente Horacio Cartes ao Congresso brasileiro e ao Senado da República. Ressalto também a visita feita à Sua Excelência a Presidente Dilma e a forma com que o Presidente do Paraguai foi recebido por S. Ex^a o Chanceler Figueiredo em almoço no Itamaraty, dessa forma sinalizando e pavimentando, por assim dizer, o retorno do Paraguai ao Mercosul, consolidando, enfim, esses episódios todos que acabamos de relatar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Primeiro, quero cumprimentá-lo pelo pronun-

ciamento, sempre demonstrando o trabalho desta Comissão e o reflexo do que nós todos fazemos aqui.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Osvaldo, o Senador Suplicy e todos os presentes aqui.

Sr. Presidente, agora, pela manhã, juntamente com V. Ex^a, estivemos no Comando do Exército Brasileiro, na presença do General Enzo e daqueles que fazem a assessoria do Exército Brasileiro no Senado Federal, como o Coronel Montenegro, o Coronel Teche e outros oficiais do Exército Brasileiro, recebendo a Homenagem do Pacificador, a mais alta honraria do Exército Brasileiro concedida a civis e militares. Eu gostaria de registrar, nesta Comissão, que é a Comissão de Defesa Nacional, que me sinto muito honrado.

Tenho uma breve passagem pelo Exército Brasileiro quando do cumprimento do Serviço Militar, quando lá entrei como soldado. Dei baixa do Exército como cabo do Exército, em 1990, ou seja, há 23 anos. O Exército Brasileiro foi muito importante na minha vida, com ensinamentos sobre a hierarquia, sobre o cumprimento dos deveres com a Pátria, com a Nação brasileira, sobre a condução da moral e da razão, sobre a seriedade e a retidão que deve ter um cidadão brasileiro.

Quero dizer que nós, aqui, hoje, no Senado Federal, como Senadores da República, não medimos esforços para que as Forças Armadas Brasileiras consigam avançar nos seus programas, em especial o Exército Brasileiro. Inclusive, no Estado do Paraná, onde esteve comigo recentemente a Senadora Ana Amélia, há um projeto do Exército, o Projeto Guarani, que está sendo desenvolvido, que está sendo implantado. Isso faz diferença, porque coloca o Estado brasileiro na vanguarda da construção de blindados.

Então, quero agradecer, de público, a homenagem recebida, a Honraria do Mérito do Pacificador do Exército Brasileiro. Foi instituída essa medalha em homenagem a Duque de Caxias. Isso se deu hoje, pela manhã, no Comando-Geral do Exército.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ouço a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar, mais uma vez, V. Ex^a, que tem aberto todas as reuniões desta Comissão colocando a opinião da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – É claro!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Acho que isso é extremamente salutar para o debate, para que possamos fazer avaliações acerca de decisões importantes que foram tomadas, que são tomadas e que ainda deverão ser tomadas.

Eu também não poderia deixar de manifestar minha opinião neste momento, de forma extremamente resumida, em relação a todos os fatos a que V. Ex^a se reportou.

Eu não vejo a questão da mesma forma que V. Ex^a. Acho que não houve um erro, tampouco que o que ocorreu no Paraguai não tenha sido, de fato, um golpe. Não é que eu não ache que tenha sido um golpe, por todas as características que classificam um golpe.

Quero crer que o Brasil e outros membros do Mercosul, na minha opinião, tomaram decisões acertadas e que vivemos um novo momento agora, que é o momento de reingresso do Paraguai no Mercosul.

Então, independentemente das análises, Sr. Presidente – V. Ex^a tem uma, eu tenho outra, certamente existem outras diferentes –, o que importa é daqui para frente. Que o Paraguai retome o seu assento no Mercosul e que nós possamos seguir fortalecendo esse bloco, que é muito mais do que econômico para o nosso Continente e para toda a nossa gente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu que agradeço a manifestação de V. Ex^a, mesmo exercendo não apenas o direito, mas a obrigação da diversidade de pensamento, até porque a beleza e a riqueza da democracia e do Parlamento se assentam exatamente nas nossas divergências, todas elas absolutamente civilizadas, todas elas absolutamente políticas. Mas eu tenho essas convicções e acho que o que interessa agora é olhar pelo para-brisa e não pelo retrovisor.

É importante que nós façamos, sim, uma reflexão sobre aquela atitude, naquele momento, sobre a forma agregadora como agiu o novo Presidente do Paraguai em sua visita não apenas ao Senado, mas ao País, que revela todo o interesse em virar essa página, em olhar adiante. Isso é que é importante.

Mas acho que também é importante fazer uma reflexão até por conta do meu entendimento, que é diferente do de V. Ex^a, de que o processo no Paraguai, segundo não apenas a minha opinião, mas segundo a opinião inclusive de instituições e de foros internacionais, se deu em ambiente absolutamente democrático e dentro do marco constitucional.

Mas esse é outro debate. O que importa é que o Mercosul tenha de volta o Paraguai. E que o Mercosul, com o retorno do Paraguai, busque realmente um fortalecimento, sobretudo neste momento, em que estamos vivendo dias decisivos com relação a se vamos ou não, finalmente, celebrar um acordo com a União Europeia, se for de interesse mútuo dos dois blocos.

Ouçó, com prazer, a Senadora Ana Amélia, que me pediu a palavra, e, em seguida, V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Ricardo Ferraço.

Eu queria apenas me solidarizar com as manifestações de V. Ex^a na avaliação que faz da relevância da visita do Presidente Horacio Cartes. Os Senadores Roberto Requião, Luiz Henrique da Silveira e eu tivemos a honra de representar esta Casa e esta Comissão em sua posse, ocorrida em agosto.

A iniciativa da Presidente Dilma Rousseff se reveste de grande relevância na harmonização das relações, que passaram, sim, por um processo de “tensionamento”. Penso que quando se respeita a soberania dos países, não há por que se intrometer nas decisões de caráter interno, democráticas. São decisões soberanas do seu parlamento. Quanto a isso, não há divergência do seu ponto de vista.

Mas ressalvo, de fato, a boa vontade expressa e a atitude do Presidente Horacio Cartes em aceitar esse estender de mão do Brasil para que o Mercosul, pelo fortalecimento das relações bilaterais Paraguai/Brasil ou Brasil/Uruguai ou Brasil/Argentina, conduza a união aduaneira para um processo político cada vez mais construtivo.

Essa visita foi, eu diria, uma espécie de reencontro de uma amizade antiga e de superação de uma tensão provocada pela saída do Paraguai do Mercosul, o que nunca deveria ter acontecido, ressalvados os direitos de soberania dos países.

Portanto, eu queria me solidarizar e, sobretudo, destacar a atuação da Presidente Dilma Rousseff nesse processo. O discurso do Presidente Horacio Cartes sinalizou perfeitamente bem sua prioridade com a questão social, seu empenho em relação a essa matéria, e também com a economia. E o Brasil terá uma participação muito ativa no desenvolvimento paraguaio, tendo em vista uma nova gestão, com modernidade, com cobranças e com resultados. A sociedade e o povo do Paraguai certamente verão isso na prática. Eu até disse ao Presidente, pessoalmente, que se ele aplicar 60% do que ele disse, o país vai colher frutos muito adequados para a sociedade paraguaia e o povo paraguaio.

Cumprimentos a V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a manifestação de V. Ex^a e passo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, acho que o bonito da democracia é isto: cada um pode emitir suas ideias, seus pensamentos e ser respeitado por isso.

Eu também concordo com V. Ex^a e, com todo respeito, discordo da nossa Senadora. Logicamente, é o que ela pensa. Mas eu penso que foi um erro político muito grande esse problema com o Paraguai. Foi um erro histórico que não dá para entender. Mas, graças a Deus, as coisas são corrigidas na história. É bom que o tempo faz isso. O tempo ajuda a corrigir. Portanto, temos que tratar com carinho os nossos vizinhos, com respeito e protegê-los também. Porque é assim que a gente pode ter uma alta proteção, não só a nossa interna, mas dos países vizinhos também. E viver em paz, como é a vocação do brasileiro.

Acredito que foi importante essa visita do Presidente do Paraguai ao Brasil e torço para que as nossas relações comerciais e de amizade aumentem, a fim de que a gente possa, junto com eles, patrocinar o desenvolvimento do Mercosul.

Uma das coisas mais bem boladas dos últimos anos é o Mercosul, indiscutivelmente, para nós, brasileiros, principalmente. O Cone Sul tem que se agregar, como fazem outros países em outros blocos. Logicamente, que não há outro caminho fora esse.

Portanto, parablenizo V. Ex^a, não só por isso, mas também pela comenda que recebeu hoje do Exército, junto com o nosso Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Na verdade, pessoas como V. Ex^a merecem, porque se preparam e fazem por merecer esse tipo de título. Aliás, a gente conhece as pessoas pela assessoria que tem, e fiquei muito feliz quando encontrei aqui, na sua assessoria, o General Antonio Sergio Geromel, que é meu amigo de longa data, e fiquei até surpreso. Está aí o sinal do seu sucesso: estar bem assessorado por gente boa, pessoa da melhor qualidade, é um homem altamente preparado o General Geromel. Parablenizo-o por isso também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu é que agradeço a V. Ex^a a manifestação. O General Geromel não apenas é o meu assessor, mas também é assessor desta Comissão.

Esta Comissão discute política externa, discute defesa nacional e, de fato, nós temos a honra de ter

o General Antonio Geromel nos assessorando aqui, construindo a nossa interlocução com os temas relacionados à defesa nacional.

Agradeço a manifestação de V. Ex^a e reforço que a nossa relação com o Paraguai é estratégica. Somente o registro de que, pelo menos, 400 mil brasileiros vivem no Paraguai, trabalham no Paraguai, contribuem para o desenvolvimento do Paraguai, isso, por si só, revela a enorme sinergia entre os dois países. Sem falar, evidentemente, da nossa aliança, com a Itaipu Binacional, uma usina hidrelétrica que corresponde por aproximadamente um quarto de toda a energia de nosso País.

Por esses e outros fatores é que a nossa relação com o Paraguai é uma relação estratégica. E a presença do Presidente Horacio Cartes nesta semana, no Brasil, de minha parte, mereceu esse registro, pela importância que se deu nesse momento em que as tensões já se transformaram em página virada.

Ouçó, com alegria o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezando Senador Ricardo Ferraço, quero transmitir que achei muito positivo o diálogo que tivemos aqui com o Presidente do Paraguai, Horacio Cartes, com a participação do Vice-Presidente Jorge Viana, de V. Ex^a e de diversos membros que aqui se encontram. O diálogo foi muito positivo, inclusive, com respeito às perspectivas do Mercosul.

Acho que agora, com o ingresso da Venezuela e a volta do Paraguai em condições plenas e de reconhecimento por todos os demais países, o Mercosul tem condições de deslanches positivos.

Gostaria de lembrar que a forma como acabaram destituindo o Presidente Fernando Lugo foi objeto de desaprovação não apenas dos demais países do Mercosul, mas também da Unasul, de diversas entidades, inclusive de governos como o Chile, da Colômbia, que não acharam adequada a forma como aconteceu. Mas, felizmente, hoje, com a eleição do Presidente Horacio Cartes e o reconhecimento por parte de todos, nós temos um caminho de diálogo e de melhor entrosamento entre todos os países. Então, acho que o Brasil e nós aqui da Comissão de Relações Exteriores devemos apoiar iniciativas nessa direção.

Gostaria aqui de manifestar a preocupação que temos, obviamente, por observarmos um certo desentendimento, nesses últimos dias, entre a Venezuela e os Estados Unidos da América, uma vez que a Venezuela resolveu enviar de volta três representantes diplomáticos. Hoje, na imprensa, está que os Estados Unidos resolveram fazer algo semelhante, com o envio de diplomatas venezuelanos de volta à Venezuela.

Acho que o Brasil tem condições excepcionais de colaborar para um melhor entendimento entre esses governos que agora estão nesse grau de tensão, assim como também avalio como muito importante que possa o Brasil reforçar o apelo ao governo dos Estados Unidos, ao Congresso norte-americano, para que, o quanto antes, acabe com o bloqueio, que dura mais de 50 anos, dos Estados Unidos em relação a Cuba. Que mantenhamos sempre essa proposição acesa, até que se normalizem as relações dos Estados Unidos com Cuba.

Gostaria de aqui registrar, como o fiz ontem da tribuna do Senado, a excepcional qualidade de dois discursos que aconteceram na ONU. Um deles o da Presidenta Dilma Rousseff, que já foi objeto de análise de V. Ex^a e de diversos de nossos membros aqui, inclusive no plenário desta Comissão e o outro discurso que eu gostaria de recomendar que todos leiam é o discurso de excepcional qualidade feito pelo Presidente Pepe Mojica – José Mojica – na Assembleia Geral da ONU. Conforme destacaram as agências noticiosas, foi o discurso que teve a maior repercussão, mais ainda do que o do Presidente Barack Obama, o da própria Presidenta Dilma Rousseff, o do Presidente do Irã e outros. Dada a qualidade dos pronunciamentos, eu gostaria de, numa homenagem aos pronunciamentos da nossa Presidenta Dilma e do Presidente Pepe Mojica, sugerir que ambos sejam considerados como parte da nossa reunião hoje. Então, encaminho a V. Ex^a a tradução do discurso de Pepe Mojica e recomendo a todos que o leiam.

Ontem, o Presidente em exercício do Senado Paulo Paim disse que já o leu três vezes, na íntegra, um discurso de quarenta e poucos minutos. Portanto, mais uma vez, recomendo a todos que o leiam.

E quero aqui ressaltar que é muito bom ver que os Estados Unidos, a Rússia, o Irã, a Síria estão em caminho de diálogos muito positivos, inclusive recomendados pela resolução que aqui aprovamos por consenso na semana passada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a as manifestações...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Encaminho a V. Ex^a o discurso de Pepe Mojica e o de Dilma Rousseff, para que ambos sejam aqui colocados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos acolher as manifestações e consignar em ata, nos Anais desta Comissão, a solicitação de V. Ex^a de inclusão dos discursos da

Presidente Dilma Rousseff e do Presidente do Uruguai, Pepe Mojica.

E chamo a atenção, Senador Eduardo Suplicy, para o fato de V. Ex^a, na reunião que tivemos a oportunidade de dialogar, na prática, com o Presidente Horacio Cartes, aproveitar a oportunidade para entregar a ele o seu livro, que se traduz numa jornada de V. Ex^a em torno dessa luta histórica e belíssima da renda básica. Recordo-me das manifestações que fez o Presidente Cartes na linha de construir com o Brasil alianças e parcerias de boas oportunidades no campo das políticas de transferência de renda; o desejo dele em ter a oportunidade dessas experiências como forma de gerar ascensão social a muitas famílias paraguaias.

Quero crer que temos aí uma agenda bastante próspera entre os nossos países...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou disposto a estar lá no Paraguai para ajudar nesse propósito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria PMDB – ES) – ... a partir das experiências.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 962, DE 2013

Requer, com fundamento no art. 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para representar a Casa, em missão no exterior, no 5º Fórum de Parlamentares e na 5ª Conferência dos Estados Participantes da Convenção das Nações Unidas para Combate à Corrupção, da Organização Global de Parlamentares contra a Corrupção (Gopac), que serão realizados no período de 25 a 29 de novembro de 2013, em Panamá City, Panamá, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que se ausentará do País no período de 24 a 30 de novembro de 2013.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Caro Presidente, caros colegas Senadoras e Senadores, no requerimento do Senador Humberto Costa, ele pede licença para representar o Senado numa missão no exterior.

Ele estima participar do 5º Fórum de Parlamentares e da 5ª Conferência dos Estados Participantes da Convenção das Nações Unidas para Combate à Corrupção, da Organização Global de Parlamentares contra a Corrupção (Gopac), que serão realizados no

período de 25 a 29 de novembro de 2013, na cidade do Panamá, Panamá, com ônus para o Senado.

Informa, assim, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que se ausentará do País no período de 24 a 30 de novembro de 2013.

Voto.

Por atender os preceitos regimentais, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento do Senado Federal nº 962, de 2013, do Senador Humberto Costa, desejando a ele êxito nessa missão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria PMDB – ES) – Em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 1.134, DE 2013

Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, de 16 a 18 de outubro de 2013, para participar em reuniões do Parlatino, no Panamá. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.

Autoria: Senador Paulo Davim.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Solicito ao Senador Osvaldo Sobrinho se pode fazer a gentileza de relatar esse requerimento, de autoria do Senador Paulo Davim.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, passo a ler o relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Requerimento 1.134, de 2013, de autoria do Senador Paulo Davim, que requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, de 16 a 18 de outubro de 2013, para participar de reuniões do Parlatino, no Panamá.

Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, também do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período mencionado.

Relatório do Sr. Senador Anibal Diniz.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 1.134, de 2013, de autoria do Senador Paulo

Davim, o qual requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, de 16 a 18 de outubro de 2013, para desempenhar missão oficial no exterior, com ônus para o Senado Federal, quando participará de reuniões do Parlatino, no Panamá.

Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, também do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período mencionado.

O requerimento do Parlamentar se faz acompanhar do convite do Sr. Senador Flexa Ribeiro, Presidente do Grupo Brasileiro no Parlamento Latino-Americano, e da Sr^a Deputada Daisy Tourné, Secretaria de Comisiones Del Parlamento Latino.

Análise.

O art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, dispõe sobre as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: “se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40.”

O art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo também, em seu §4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 55, III, da Constituição Federal, c/c o art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o requerente comunica que estará ausente do País no período da licença solicitada – 16 a 18 de outubro corrente.

S. Ex^a o Senador Paulo Davim solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da referida missão.

Voto.

Diante do exposto, e em razão da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento de nº 1.134, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria PMDB – ES) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Eu submeto a V. Ex^{as} um requerimento extrapauta, se não houver quem se oponha, nos seguintes termos:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 100, de 2013

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma agenda específica de debates ao longo de outubro de 2013 e março de 2014, com renomados especialistas nacionais e internacionais do governo, academia e meio empresarial que apresentem depoimentos, análises e informações sobre as possibilidades e perspectivas da integração elétrica do Brasil em relação aos países da América Latina, especialmente aproveitando as externalidades derivadas da capacidade do Brasil cooperar e exportar o conhecimento e competência do setor elétrico brasileiro através de investimentos do complexo produtivo nacional em países da América Latina. Pretende-se contribuir para a integração econômica internacional e aumentar o crescimento da economia e do bem-estar da população neste setor chave. As referidas audiências deverão ser realizadas nos dias 25 de outubro, 28 de novembro de 2013 e 26 de março de 2014, na sala desta Comissão.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

O bem-estar das populações dos nossos países da América Latina poderia ser aumentado pelo extraordinário potencial que nós temos, nas fronteiras brasileiras com países da região, para desenvolvimento de projetos que possam contribuir com a ampliação do fornecimento de energia.

A ideia é que nós pudéssemos ter aqui um ciclo de debates tendo como tema “O Papel do Planejamento Elétrico e o Aproveitamento do Potencial das Fontes Renováveis como Base na Integração Energética Regional”.

Podemos trazer aqui o Dr. Maurício Tolmasquim; o Dr. Guillermo Shinno Huamaní, Vice-Ministro de Minas e Energia da República do Peru; o coordenador do Grupo de Estudo do Setor de Energia Elétrica (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Prof. Nivalde

José de Castro; enfim, um conjunto de especialistas para o desenvolvimento de debates relacionados à exploração do potencial que existe nas nossas fronteiras.

Se nenhum dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras se opuser, vamos incluir esse requerimento extrapauta, já o colocando em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Fica aprovado o requerimento, para elaboração e construção de agenda e de pauta, de modo a implementarmos esses debates na Comissão de Relações Exteriores.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Sr. LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Barbados.

Autoria: Sua Excelência a Presidente da República.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 80, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Romênia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Roberto Requião.

Convido S. Ex^{as} os Embaixadores Luiz Gilberto e Eduardo Augusto a tomarem assento em seus lugares para que possam proceder à sabatina de S. Ex^{as}.

Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberação das indicações presidenciais.

Em 19 de setembro e 26 de setembro foram lidos os relatórios e concedida vista coletiva da matéria,

respectivamente, para dar domínio e conhecimento público deste debate.

Informo a S. Ex^{as} os Srs. Embaixadores que terão o tempo de até 20 minutos para suas manifestações, suas reflexões e suas percepções em relação aos planos de trabalho que estarão desenvolvendo na condição de chefe das nossas missões diplomáticas na Romênia e em Barbados.

Passo a palavra a S. Ex^a o Embaixador Eduardo Augusto Ibiapina.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Acho que é importante saber – acredito que V. Ex^a poderá informar isto – se está confirmado que, de fato, nós, membros da Comissão de Relações Exteriores, teremos um almoço com o Ministro das Relações Exteriores hoje. Está confirmado?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim.

Tivemos a satisfação de receber, todos nós, o convite de S. Ex^a o Chanceler Luiz Figueiredo para que possamos, numa reunião, num almoço de trabalho, discutir aspectos das nossas agendas, desta Comissão e do Itamaraty.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem. Então, está confirmado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está confirmado e a presença de V. Ex^a é aguardada com expectativa.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Embaixador Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas.

O SR. EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ex^{mo} Sr. Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Amélia, Ex^{mos} Srs. Senadores membros desta Comissão, eu gostaria de deixar registrado o meu agradecimento ao Senador Roberto Requião por ter sido o Relator de minha Mensagem.

Sr. Presidente, honrou-me a Senhora Presidenta da República ao submeter à apreciação de V. Ex^{as} a indicação de meu nome como Embaixador do Brasil na Romênia.

Para mim, é um prazer retornar a esta Comissão, com a qual tive o privilégio de manter um estreito contato como Diretor da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência do Senado Federal.

O Sumário Executivo que acompanhou a Mensagem com a minha indicação já oferece informações básicas sobre a Romênia.

Assim, com a permissão de V. Ex^{as}, eu gostaria de valer-me do relatório do Senador Roberto Requião para concentrar-me nas possibilidades de cooperação entre o Brasil e a Romênia. Esses pontos constituirão, na verdade, a base do meu programa de trabalho, caso venha a merecer a aprovação de V. Ex^{as}.

Embora o Brasil tenha recebido a visita de três Presidentes romenos e de três Primeiros-Ministros, a primeira visita de uma delegação brasileira de alto nível ocorreu em 2004, chefiada pelo Vice-Presidente da República, José Alencar, acompanhado pelo então Governador de Santa Catarina, Senador Luiz Henrique da Silveira.

O Vice-Presidente se encontrou com o Presidente da Romênia, com o Primeiro-Ministro e com o Presidente do Senado, bem como participou da abertura do Encontro Empresaria Brasil-Romênia.

Em 2010, o intercâmbio político bilateral começou a ganhar mais intensidade. Houve visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Romênia ao Brasil e a visita do Ministro Celso Amorim a Bucareste, que foi a primeira visita de um chanceler brasileiro à Romênia.

Esses encontros de chanceleres permitiram o início de consultas políticas entre as duas chancelarias; no ano passado, em outubro, e este ano, em março.

Essas consultas, que são chefiadas em nível de Subsecretarias-Gerais de Política, possibilitam uma ampla discussão dos temas de interesse recíproco, seja no quadro bilateral, seja no quadro multilateral.

O Primeiro-Ministro da Romênia, Victor Ponta, durante encontro, no passado, com a diplomacia romena, sublinhou que seu país deveria construir parcerias com as novas forças econômicas mundiais, e citou especificamente a Rússia, a China, a Índia e o Brasil.

Essa referência ao Brasil como uma prioridade a ser perseguida é muito bem-vinda, pois converge com o interesse brasileiro em expandir suas relações com os países da Europa Central e da Europa Oriental.

Ainda em janeiro deste ano, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Romênia, Titus Corlatean, em encontro com o Ministro Antonio Patriota, em reunião realizada em Santiago do Chile, reafirmava a prioridade da América Latina para a Romênia e assinalava que o Brasil responde por 48% do comércio da Romênia com a América Latina.

Há uma grande concentração, na verdade, do comércio exterior da Romênia com seus parceiros da União Europeia. Está entre 70% e 75% a concentração do comércio exterior romeno em relação aos demais Estados-membros. E é nesse contexto que se coloca o interesse da Romênia em ampliar oportunidades de negócio com outros países e outras regiões. A cooperação nos campos econômico, tecnológico e de investimentos passa a oferecer, assim, um importante potencial dentro das relações.

No entanto, a pauta de comércio bilateral entre Brasil e Romênia é extremamente concentrada. Do lado brasileiro, apenas os quatro principais produtos representam 85% das nossas exportações para a Romênia. Do lado romeno, dentro da posição tarifária que engloba partes, peças e sobressalentes para automóveis, representa 75% das exportações romenas para o Brasil.

O desafio, portanto, para os dois países é promover um maior conhecimento recíproco das oportunidades de comércio e de investimentos e também promover a cooperação econômica e tecnológica. E há setores com grande potencial e que já despertaram interesse de ambos os lados. Eu citaria, por exemplo, a indústria de mineração, de extração e refino de petróleo, onde ambos os países têm uma importante experiência acumulada. E já houve, inclusive, missão de empresários romenos ao Brasil para visitar tanto a Petrobras quanto a Vale do Rio Doce e discutir com ambas as empresas a possibilidade de cooperação.

Eu citaria também o setor de biocombustíveis, que é uma área em que a Romênia já demonstrou interesse em iniciar uma parceria com o Brasil. O reitor da Universidade Romena de Petróleo e Gás visitou a Petrobras, onde mostrou o interesse da Universidade em iniciar uma parceria de cooperação no domínio de biocombustíveis.

Eu citaria o setor de produtos orgânicos. A BrasilBio, que é a Associação Brasileira de Orgânicos, foi procurada pela Embaixada da Romênia, que promoveu um encontro, em São Paulo, com empresários romenos, e foi avaliada a possibilidade de uma parceria com base na capacitação brasileira nas áreas de certificação e rastreabilidade da cadeia produtiva de orgânicos.

Há um espaço importante para parceria e cooperação na área de diversidade biológica, porque tanto o estuário do Rio Danúbio quanto o Pantanal abrigam uma importante biodiversidade.

Na indústria automotiva, como mencionei há pouco, é grande para a Romênia a relevância desse setor no relacionamento com o Brasil. Também na manufatura de vagões, vagões ferroviários. A empresa romena Astra Vagoane, que é especializada justa-

mente na produção de vagões, bondes e trens, tem interesse em abrir fábrica no Brasil. Em janeiro deste ano, assinaram um contrato com a Vale do Rio Doce para uma exportação, avaliada em US\$100 milhões, justamente de venda de vagões.

Para a Embraer, é interessante a modernização e a racionalização da frota da empresa aérea romena Tarom. A Embraer também tem interesse na possibilidade de cooperação com a empresa romena Romaero, uma empresa especializada na manutenção de aeronaves.

O setor de equipamentos médico-hospitalares já mereceu a visita a Bucareste da Abimo (Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios), onde manteve encontros com as associações romenas na Câmara de Bucareste para verificar as possibilidades dos mercados dos dois países tanto para equipamentos médicos quanto para equipamentos odontológicos.

E ainda, dentro dessa área, a Apex realizou missão, este ano, de prospecção do mercado romeno, tendo mantido encontro com mais de 30 entidades e empresas romenas. O relatório está para ser ultimado e deverá, até novembro, ser disponibilizado na página *web* da Apex.

Entre as visitas realizadas pela Apex, uma que tem uma importância específica, que é muito de interesse romeno, é a visita à administração do Porto de Constança, que é um dos maiores portos de águas profundas do Mar Negro e importante centro de distribuição regional. O Porto de Bonn e Constança estão próximos aos mercados da Europa central, da Europa oriental e aos mercados da região do Mar Negro e também da região do Cáucaso. E permite a utilização do Canal Mar Negro/Danúbio e a conexão Danúbio/Reno, o que permite o acesso a áreas da Europa ocidental, tudo por via fluvial, com relativo barateamento de custos.

O último contrato de empresários brasileiros com a administração do Porto de Constança foi em 2005, numa visita que fizeram à cidade.

Para transformar em realidade esse potencial de cooperação é necessário estimular a criação de câmaras de comércio, promover missões comerciais e de investimentos e a participação em feiras.

A Câmara de Comércio e Indústria de Bucareste tem intenção de abrir, até o primeiro semestre do ano que vem um escritório de representação e exposição permanente de produtos e de projetos de investimentos romenos no Brasil. Esse esforço de prospecção de oportunidade pelos dois lados, para que ele tenha maior consistência, Sr. Presidente, é sobretudo necessário que haja uma estrutura adequada para um diálogo permanente. Essa estrutura está consolidada

num acordo de cooperação econômica e tecnológica entre o governo brasileiro e o governo da Romênia. O acordo está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados para, em seguida, ser apreciado em plenário. Já recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados. Espero que, em breve, esteja sendo submetido à apreciação de V. Ex^{as}.

Todos os setores mencionados anteriormente são cobertos pelo referido acordo. Ele permitirá facilitar o intercâmbio de especialistas dos setores públicos e privados, bem como estabelecer uma comissão mista que atuará como principal instrumento para implementação do acordo.

As possibilidades de cooperação entre os dois países não se esgotam na área da cooperação econômica e tecnológica. Brasil e Romênia têm um alicerce comum da latinidade, que pode ser explorado com iniciativas de divulgação da língua, da literatura e da cultura brasileira.

O Presidente da Romênia, Emil Constantinescu, quando da sua viagem oficial ao Brasil, em 2000, incluiu visita à Academia Brasileira de Letras. Em sua palestra, enfatizou os caminhos da latinidade nos dois países. Nesse contexto, comparou de um lado, na Romênia, uma latinidade quase impossível, transplantada para além do Danúbio, no Cárpato, em meio ao mar eslavo. No Brasil, assinalou a nova Roma de Darcy Ribeiro, a Roma tardia e tropical. O discurso do Presidente da Romênia evidencia ser comum uma latinidade que não podemos deixar de explorar.

A literatura brasileira já encontra na Romênia um destino de publicação de nossos autores. Apenas a editora romena Univers já publicou mais de 40 obras de escritores brasileiros. Pelo menos 19 outras editoras já publicaram autores brasileiros, como citaria a Editora Albatroz, que publicou livro do Senador Cristovam Buarque, e a Editora Fundatiei, que publicou o livro do Presidente Sarney.

Nesse contexto, acredito que a criação de um leitorado brasileiro na Romênia e uma instituição de ensino superior seria extremamente oportuna para aproveitar esse capital de divulgação já oferecido pela literatura.

Ainda na área de cooperação educacional, eu passaria, agora, ao Programa Ciência Sem Fronteiras. A Embaixada do Brasil em Bucareste já informou ao Ministério das Relações Exteriores os cursos existentes de excelência em nove universidades romenas ministrados em inglês e francês.

Mas ao mesmo tempo e também no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras, o Brasil tem a pos-

sibilidade de receber pesquisadores romenos. Acadêmicos romenos podem vir ao Brasil em duas modalidades, como jovens talentos, no qual os estudantes com doutorado desenvolvem pesquisas no Brasil, ou como pesquisador visitante, voltado para pesquisadores romenos, com experiência internacional e que venham ao Brasil por um período de três anos. Ambas as modalidades são contempladas com bolsas.

Também aproveitaria para mencionar a possibilidade de cooperação na área de esporte olímpico. A Romênia conquistou, até hoje, um total de 302 medalhas olímpicas. A possibilidade de acordos em matéria esportiva foi inclusive mencionada pelo Ministro do Exterior da Romênia num encontro com o Ministro Patriota em janeiro deste ano. Essa possibilidade, a meu ver, é importante não só em função das Olimpíadas de 2016; eu a vejo também em função da possibilidade de se explorar a interação existente na Romênia entre esporte e educação. E também vejo particularmente a integração do esporte no ensino público.

Eu gostaria ainda de considerar um outro campo de intensificação de diálogo bilateral. Eu me refiro à interação entre os Parlamentos, que reforça a atuação dos executivos e tem um importante efeito multiplicador em termos de conhecimento mútuo entre as sociedades. Esse, inclusive, é um tema muito caro ao atual Ministro de Negócios Estrangeiros da Romênia, que foi presidente da comissão de relações exteriores do Senado romeno. Este ano, foi constituído no Parlamento romeno um grupo de amizade com o Brasil. O grupo é presidido pelo Deputado Dragnea, que é Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Desenvolvimento Regional e da Administração Pública.

O Deputado Dragnea é também presidente executivo do Partido Socialdemocrata, o mesmo Partido do Primeiro-Ministro, Victor Ponta. A Vice-Presidência do grupo de amizade com o Brasil é ocupada pelo Senador Nazare, do Partido Nacional Liberal, que é o segundo maior Partido da coalizão de governo. O Senador Nazare foi Secretário de Estado no Ministério da Economia e era encarregado de políticas industriais.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, de agradecer muito a V. Ex^a, aos Ex^{mos} Srs. Membros desta Comissão, por me terem convocado para esta sabatina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Embaixador Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas.

Passo a palavra a S. Ex^a o Embaixador Luiz Gilberto Seixas de Andrade, indicado pela Senhora Presidente da República para chefia nossa missão diplomática em Barbados.

O SR. LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE

– Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, Ex^{mo} Sr. Relator, Ex^{mo} Srs. Senadores.

Para mim, é uma honra e privilégio estar nesta Casa para apreciação da Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidente da República, que me designa como embaixador em Barbados.

Quero destacar ainda a extrema cortesia com que fui recebido aqui nesta Casa.

Vou dar, inicialmente, uma ideia geral sobre o país e sua inserção na região caribenha. Barbados é um país pequeno, com 431 km², uma população de 274 mil habitantes e um PIB nominal em torno de US\$4,7 bilhões. Apesar de pequeno, Barbados é um país relativamente próspero, com uma renda *per capita* em torno de US\$16 mil, a terceira na comunidade do Caribe.

Barbados foi colônia do Reino Unido de 1624 a 1966, quando se tornou independente. Uma particularidade de Barbados em relação aos demais países caribenhos é que nunca trocou de potência colonizadora durante todo esse período.

Barbados tem um sistema político herdado do Reino Unido, é uma monarquia constitucional e o Chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, que exerce o poder por intermédio do governador-geral. O Primeiro-Ministro é o Chefe de Governo e é o líder do Partido que tiver obtido o maior número de assentos na Assembleia, esta composta de 30 membros.

A Assembleia de Barbados foi fundada em 1638, uma das mais antigas da região. As eleições gerais ocorrem de cinco em cinco anos e a última foi em fevereiro de 2013, vencida pelo Partido Trabalhista Democrático.

O principal partido de oposição é o Partido Trabalhista Barbadiano e, atualmente, não existem grandes diferenças ideológicas entre os dois partidos. Os dois partidos vêm se alternando no poder desde 1966.

Há também um Senado com 21 membros, todos eles nomeados pelo Governador-Geral, dois deles indicados pelo Primeiro-Ministro, dois pela oposição, e sete pelo próprio Governador.

Todos os projetos de lei devem tramitar pelas duas casas, mas aqueles que tratam de impostos e assuntos financeiros devem, obrigatoriamente, ter início na Assembleia.

Barbados, apesar de ser um país pequeno, tem uma grande importância regional e foi um dos quatro países fundadores da Comunidade do Caribe (Caricon), em agosto de 1973, juntamente com Trinidad e Tobago, Jamaica e Guiana. Em agosto deste ano, portanto, a Comunidade fez 40 anos.

A Comunidade do Caribe tem, hoje, 15 Estados-membros, cinco Estados associados, um PIB em torno de US\$100 bilhões, uma população de 16 mi-

lhões de habitantes e uma renda *per capita* em torno de US\$8 mil.

O principal objetivo da Comunidade do Caribe é a formação de um mercado único até 2015. O mercado único é mais abrangente do que o mercado comum e implica em uma tarifa externa comum, no movimento livre de produtos, capitais e mão de obra e numa política fiscal e comercial externa comuns.

A economia de Barbados é típica de um país caribenho, dependente em grande parte do turismo. O turismo contribui com cerca de 40% do PIB de Barbados, levadas em consideração todas as atividades que são ligadas direta ou indireta a esse setor de serviços.

Foi por essa razão mesmo é que a crise financeira internacional de 2008 teve um profundo impacto em Barbados. Em consequência, o PIB, no ano seguinte, em 2009, teve uma queda de 4,1%, como resultado da retração de visita de turistas provenientes dos Estados Unidos, Canadá e Europa. Em seguida, o PIB Barbados cresceu 0,2% em 2010, 0,6% em 2011, 0,7% em 2012 e a previsão de crescimento em 2013 é de apenas 1%. Então, a progressão dá a ideia das dificuldades que o país vem enfrentando até hoje para superar a crise de 2008, apresentando ainda Barbados uma taxa de desemprego em torno de 8%.

Se acrescentamos ao setor de turismo o setor financeiro, o setor de serviços em Barbados responde por 80% do PIB. A agricultura, tradicionalmente o setor de maior importância na história de Barbados, representa hoje apenas 3% do PIB. Os principais produtos são cana-de-açúcar, algodão e legumes. A indústria leve de transformação responde por cerca de 15% do PIB e está representada por produtos químicos e farmacêuticos, materiais elétricos e bebidas e açúcar.

Relações bilaterais com o Brasil.

A independência em Barbados foi em 1966, o estabelecimento de relações diplomáticas com o Brasil foi em 1971 e o estabelecimento da Embaixada do Brasil em Barbados foi em 1995.

Brasil e Barbados conhecem pontos de interseção nas respectivas histórias. A colonização de Barbados, por oitenta famílias inglesas e dez escravos, teve início em 1624. De 1624 em diante, até 1700, Barbados conheceu o apogeu da indústria açucareira, depois de flertar, sem muito sucesso, com o cultivo do algodão. Paralelamente, tal período coincidiu, grosso modo, no Brasil, com as invasões holandesas, que foram de 1624 a 1654, que praticamente desorganizaram a produção açucareira no Nordeste brasileiro. Existe registro de que os principais pioneiros na produção de açúcar em Barbados, conhecido como James Drax, esteve em Recife em 1640 e teria levado mudas de cana-de-açúcar e tecnologia e produção para Barbados. A decolagem da

indústria açucareira em Barbados, portanto, se deveu à escassez momentânea do açúcar no mercado europeu causada pela desorganização da produção no Brasil.

O comércio bilateral entre Brasil e Barbados é muito reduzido. Em 2012, atingiu cerca de US\$18 milhões, com exportações brasileiras de US\$16,5 milhões e importações brasileiras de Barbados de US\$1,5 milhão. Principais produtos exportados pelo Brasil para Barbados incluem madeira, papel, preparados de carne. Os principais produtos importados pelo Brasil de Barbados: cimentos, tinturas e produtos químicos.

Quanto à investimentos brasileiros em Barbados, 13 empresas estão estabelecidas ou com projeto para se estabelecerem no país: a GOL/Varig Linhas Aéreas, desde 2010, está operando um voo semanal entre São Paulo e Bridgetown. A empresa Dedini, indústria de base, está em negociação para o estabelecimento de uma usina de produção de etanol a partir da cana-de-açúcar. O Instituto Zorovich, de Santos está em negociação para estabelecer um escritório de representação em Barbados, instituto especializado em curso e treinamento para mercado marítimo, portuário e *offshore*.

Um dos eixos importantes nas relações bilaterais é a cooperação técnica, tendo o Brasil três projetos em andamento em Barbados. O primeiro deles é a capacitação de recursos humanos para a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar; o segundo é treinamento de técnicas para produção de legumes em estufas em campo aberto; e o terceiro, o fortalecimento do combate ao HIV/aids.

Barbados tem se beneficiado também dos programas de cooperação técnica do Brasil para o Caribe, que incluem temas nas áreas agrícola e de meio ambiente.

Na área política, as relações bilaterais têm se fortalecido nos últimos anos. Em 2010, Barbados inaugurou sua embaixada em Brasília e, nesse mesmo ano, a GOL iniciou os voos entre São Paulo e Bridgetown, proporcionando um fluxo semanal de turistas brasileiros para Barbados.

Tem sido também intensa a troca de visitas entre autoridades dos dois países.

A Chanceler de Barbados, Maxine McClean, visitou o Brasil em abril de 2010, para participar da 1ª reunião de Cúpula Brasil-Caricom. Esteve também no Brasil em 2012, para assistir à reunião do grupo Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China) sobre desenvolvimento sustentável. Mais recentemente, a Chanceler esteve no Brasil, em setembro de 2013, em viagem de promoção do turismo em Barbados e do rum barbadiano. Esteve em São Paulo e em Brasília, ocasião em que fez uma visita de cortesia ao Chanceler Luiz Alberto Figueiredo. Os contatos da Chanceler com o

nosso País demonstram o elevado interesse de Barbados no Brasil, no sentido de diversificar suas parcerias econômicas e comerciais, hoje essencialmente voltadas para o Hemisfério Norte.

O Primeiro-Ministro de Barbados, Freundel Stuart, esteve no Brasil em 2012 para participar da reunião das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, e também está pendendo de agendamento uma visita oficial do Primeiro-Ministro ao Brasil.

O então Ministro Antonio Patriota esteve em Barbados em agosto de 2012, ocasião em que tratou, entre outros assuntos, da cooperação em educação, que incluiria a formação de estudantes brasileiros em hotelaria e em inglês, em Barbados, objetivando formar mão de obra para os grandes eventos esportivos no Brasil, a saber a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Na ocasião, a Chanceler de Barbados também manifestou interesse no estabelecimento de cursos de português no país, como melhor forma de atender ao crescente fluxo de turistas brasileiros, que alcançou um número estimado em cinco mil no ano passado.

Também em 2013 esteve no Brasil delegação da Universidade das Índias Ocidentais para tratar do estabelecimento, no *campus* da universidade de Bridgetown, de um centro de segurança alimentar. A delegação esteve visitando a Embrapa, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Universidade de Campinas.

Em resumo, Barbados, embora um país pequeno, possui reconhecida importância regional com marcada influência no Conselho de Relações Exteriores da Comunidade do Caribe, que coordena a posição dos 15 países-membros sobre temas da agenda internacional e sob o apoio conjunto de candidaturas.

Do ponto de vista econômico, o principal interesse para o Brasil seria utilizar Barbados como uma das bases para a atividade regional de empresas brasileiras, tendo em vista sua boa localização geográfica, mão de obra com bom nível de formação, um sólido setor financeiro e sobretudo uma ligação aérea direta com o Brasil. Para tanto, seria importante trabalhar no sentido de concluir com Barbados um acordo para evitar bitributação.

Barbados é também sede do Banco do Desenvolvimento do Caribe, ao qual o Brasil está se associando como membro regional, não tomador de empréstimo e com direito a voto.

Finalmente, é minha intenção dar seguimento ao bom trabalho do atual embaixador e encorajar essas diversas vertentes das relações bilaterais, promovendo o fortalecimento das relações políticas e econômicas, expandindo as ações de cooperação técnica que possam apoiar esses esforços e promover eventos de divulgação cultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Sr. Embaixador Luiz Gilberto.

Nós vamos abrir a palavra às Sr^{as} Senadoras, aos Srs. Senadores para seus questionamentos.

Eu quero me dirigir ao Embaixador Eduardo. Pergunto a S. Ex^a que nível de instruções e prioridades o Itamaraty passou a V. Ex^a em sua nova missão no Itamaraty? Se V. Ex^a pudesse definir três prioridades do nosso País na relação com a Romênia, que prioridades V. Ex^a poderia priorizar?

Além disso, que tipo de esforço pode ser feito a um interesse muito bem posto por parte da Embraer, uma das nossas mais importantes empresas, um orgulho brasileiro, na consolidação e na viabilização da operação de venda de aviões de tecnologia brasileira para a empresa Tarom. Na avaliação de V. Ex^a, que tipo de esforço pode ser feito nessa direção para que a gente possa consolidar esse intercâmbio com a Romênia?

Além do mais, pergunto sobre a visão e a percepção de V. Ex^a sobre a história recente contemporânea da Romênia, que alguns anos não tão distantes deixou um regime socialista sanguinário, dirigido pelo ditador Ceauscescu, que foi inclusive deposto e assassinado pela população em função da violência que sobretudo imprimia contra aqueles que levantavam a sua voz contra ele e seu regime sanguinário. Qual a percepção de V. Ex^a dessa transição? Como V. Ex^a entende que essa perspectiva pode estar logrando êxito na consolidação democrática deste País com quem nós temos uma convergência grande, por ser um país de língua neolatina, por ser um país colonizados pelos romanos. Queria que V. Ex^a falasse um pouco da percepção dessa Romênia que V. Ex^a estará enfrentando e assumindo como nosso – se Deus quiser e se essa for a vontade dos Srs. Senadores – Chefe da Missão Diplomática daquele país.

Consulto os Srs. Senadores se desejam fazer uso da palavra.

Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, o Senador Luiz Henrique.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezado Presidente Ricardo Ferraço, Srs. Embaixadores, Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas, indicado para a Romênia, e Luiz Gilberto Seixas de Andrade, indicado para Barbados, desejo a ambos muito sucesso em suas respectivas missões.

Gostaria primeiro de perguntar ao Embaixador Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas. Passado o tempo em que a Romênia saiu da órbita soviética e das características de ser estar sendo governada por um partido comunista, após algumas décadas já de transição para um regime democrático, como o senhor caracterizaria

hoje as instituições da Romênia no que diz respeito aos propósitos de construção de uma sociedade mais igualitária, que corresponde aos objetivos do partido comunista que então a governava, mas agora convivendo com os demais países da União Europeia de uma maneira mais intensa, inclusive com uma característica que eu gostaria que o senhor possa nos dizer, que é a liberdade de os romenos poderem transitar com liberdade para os demais países da União Europeia, que efeito teve isso? Em que medida, na Romênia hoje, há também a presença de outras pessoas da União Europeia e qual é o número de cidadãos da Romênia que acabaram indo, seja estudar, trabalhar ou viver, em outros países da União Europeia? Que laços normalmente têm mantido? Se puder nos dizer a importância desse tipo de integração, até como exemplo para nossos países da América do Sul, da América Latina, que temos a intenção de estar cada vez mais integrados com os países vizinhos, com os povos vizinhos, com essa maior liberdade que hoje acontece com os cidadãos da União Europeia.

E também gostaria de perguntar ao Embaixador Luiz Gilberto Seixas de Andrade: para os cidadãos de Barbados, como se dá o processo de integração, inclusive do ponto de vista não apenas comercial, de mobilidade de capitais, mas também dos seres humanos? Para os cidadãos de Barbados em relação ao que acontece em outros países da América Central e também da América Latina com respeito até a isso que mencionei e que considero muito positivo de um dia termos uma integração de tal ordem entre todos os países das três Américas, mas sobretudo da América Latina, para que venhamos a ter essa maior integração.

Agradeceria se puder nos dizer que razões levaram a uma diminuição tão abrupta do comércio com Barbados, porque, se em 2007 e 2008, as importações indicavam 32,4 milhões, 36,5 milhões, em 2009 houve uma queda para 1,3; mas daí um salto para 76,7... Estou citando aqui um dado.

Em 2010, as importações do Brasil chegaram a 76,7 milhões, para, em 2011 e 2012, descenderem para 0,7 e 1,4, ou seja, uma queda abrupta. Que fatores levaram a isso? Imagino que as próprias exportações brasileiras, que, em 2010, haviam alcançado US\$48,5 milhões, foram para US\$19,2 milhões e US\$16,2 milhões, uma queda também que possivelmente tenha guardado relação com aquela queda das importações brasileiras.

Então, agradeço se puder nos falar sobre isso. E que empenho terá V. Ex^a para dinamizar novamente a relação que vinha sendo crescente do Brasil com Barbados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores Luiz Gilberto Seixas de Andrade e Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas, estive na Romênia, caro Embaixador Eduardo, pelo menos três vezes. É um país de uma beleza extraordinária, tanto que exilado em Constanta, os romanos diziam que o poeta Ovídio vivia num exílio de ouro, tal a beleza daquele litoral do Mar Negro.

Mas o fato importante de assinalar é que a Coluna de Trajano, em Roma, tão visitada e apreciada, relata não outra coisa senão a guerra que acabou finalmente fazendo com que o poderoso exército romano, que à época era talvez mais poderoso do que o exército norte-americano de hoje, conquistasse os dácios.

A Romênia e a Moldávia ocupam a região que era ocupada pela província romana Dácia. Na verdade, as tropas romanas começaram a tentativa de dominar a Dácia e tomar posse das suas minas de prata em 1985. Chegaram a, no meio do caminho, fazer um acordo, pelo qual conquistavam e não conquistavam a Dácia, declarando-a uma província independente, o que revoltou os romanos e a honra da invencibilidade do seu exército, de modo que foi designado o General Trajano, o mais vitorioso à época, para empreender a conquista.

Então, a característica da Romênia é esta: um país belíssimo e um povo de uma capacidade de insubmissão muito grande.

Atribui-se ao Conde Drácula, da Transilvânia, uma condição que não é verdadeira. O Conde Drácula, na verdade, destacou-se como um grande general, líder na defesa de seu país e acabou sendo transfigurado na imagem que se lhe atribui.

Mas eu acho que a Romênia e o Brasil têm uma potencialidade de aumento das relações bilaterais. Nossas economias não são complementares e o que a gente verifica é que as exportações brasileiras são predominantemente de *commodities*.

O Senador Suplicy já falou sobre a possibilidade de transferirmos tecnologia para a Romênia através da Embraer, mas eu lembro que nós temos uma grande liderança em *software*. Acho que o Brasil poderia servir muito não só à Romênia como a todos esses países que vêm do período da dominação soviética pela Cortina de Ferro. Tem uma grande contribuição a dar na área de *software*.

Nós, brasileiros, normalmente, depreciamos muito o Brasil. No entanto, que países têm uma urna eletrônica com a quase infalibilidade da nossa? Feita aqui,

com tecnologia nossa? E eu, como representante de Santa Catarina, tenho a honra de dizer que foi elaborada na Universidade Federal de Santa Catarina, em dois centros de excelência daquela universidade.

O Brasil é um país em que, lá no Estado do Acre, do nosso Vice-Presidente, Senador Jorge Viana, lá de Cruzeiro do Sul, o cidadão pode fazer uma ordem de pagamento para alguém que está lá na fronteira com o Uruguai, nos Pampas do Senador Pedro Simon. E a pessoa que é destinatária do dinheiro recebe na hora o repasse.

Em que países membros da Europa Ocidental há tal nível de eficiência de *software* bancário, de *software* empresarial? Então, o Brasil tem grandes possibilidades de cooperação com a Romênia nessa área. E não apenas nessa área, mas em muitos setores da indústria inteligente, da indústria que agrega valor a seus produtos.

Então, a pergunta que eu lhe faria é como operar para que essa relação bilateral se amplie através de um sistema de trocas que permita ao Brasil avançar para produtos elaborados, produtos industrializados.

Em relação ao ilustre Embaixador Luiz Gilberto Seixas, que mencionou aqui que há um processo de criação de um mercado único caribenho, eu perguntaria se o porto de Mariel, um projeto extraordinário que eu conheci em Cuba, projeto financiado pelo BNDES, realizado por empresas brasileiras que utilizam equipamentos brasileiros, um porto de grande profundidade, de grande modernidade de fronteira, de vanguarda, nessas negociações do mercado único está considerado e destinado para ser o grande terminal de importação e exportação dessa rica região caribenha?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu quero, em primeiro lugar, mais uma vez, parabenizar o serviço diplomático brasileiro por estar indicando dois embaixadores do melhor nível, como são aqueles do nosso corpo diplomático.

Em segundo lugar, aproveito para fazer uma pequena reflexão sobre uma crítica que de vez em quando ouço aqui, em que perguntam por que temos embaixada em alguns países considerados pequenos. Não há país pequeno, em primeiro lugar porque, no fórum das Nações Unidas, os países votam igualmente. Alguns são membros do Conselho de Segurança por um tempo, cinco permanentemente, os outros temos o mesmo voto. Mas não é só isso.

No mundo global de hoje, qualquer país, por menor que seja, pode permitir a abertura de um laboratório de armas químicas, pode permitir um *offshore* financeiro para lavagem de dinheiro, inclusive da corrupção. Qualquer país, por menor que seja, pode ser um apoiador das práticas ilícitas, no mundo de hoje. Então, é importante estar neles, na tentativa de um mundo melhor. Até porque nós não temos nem usamos mecanismos de espionagem que os americanos usaram aqui, com as escutas de que a Presidente tanto reclamou.

Aliás, um parêntese. E eu falo para o Presidente da Comissão de Educação, Senador Cyro. A Presidenta fez um escândalo, brigou até com o Presidente dos Estados Unidos porque leram as cartas dela. Ela não fez um gesto para dizer por que aumentou o número dos que não sabem ler durante o Governo dela. Ela falou nas Nações Unidas, mas não convocou aqui uma reunião dos seus ministros para discutir onde estamos errando. É só um parêntese para voltar, porque nós não a escutamos, então tínhamos que estar lá para saber o que acontece.

Os dois países, independentemente do tamanho em população e em riqueza pelo PIB, são países que estão em regiões extremamente importantes do ponto de vista de informações de que a gente precisa.

A Romênia está dentro de uma das áreas de mais conflitos no mundo inteiro há pelo menos duas décadas, ou até mais. E está próxima de outros países que são muito importantes. Barbados faz parte da nossa comunidade mais próxima, apesar de ter um idioma diferente dos outros da América Latina.

Eu estive lendo um livro – até comento se o Embaixador não leu – chamado *Sugar in the Blood*. Eu li o livro sobre Barbados como se estivesse lendo um livro passado em Pernambuco. Igualzinho a história de um país ou de um Estado que vive da produção e da exportação de açúcar. O título, inclusive, é muito forte: *Açúcar no Sangue*, por causa da maldade da escravidão ao longo de todo o tempo.

Então, é um país no qual nós temos obrigação de estar presentes e lutar para que a grande comunidade internacional e a nossa, no nosso Continente, se afirmem positivamente.

Por isso, quero apenas, sem qualquer pergunta, desejar muita felicidade e dizer que me sinto bem representado, como brasileiro, pelos dois senhores.

Aliás, eu concluo perguntando: vocês são primos? (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Na linha do que perguntou o Senador Cristovam Buarque a V. Ex^a, Embaixador Luiz Gilberto, eu emendo fazendo a seguinte pergunta: a

nossa Associação Brasileira de Cooperação, através dos esforços da Embrapa, de que maneira nós podemos ampliar as nossas sinergias e as nossas escalas de cooperação com Barbados em função de todo esse histórico econômico e social que temos com Barbados e a similaridade da estruturação da sociedade local com alguns Estados brasileiros? O Senador Cristovam cita o Estado de Pernambuco, a colonização holandesa, enfim, a estruturação de uma realidade social bastante dura. De que maneira a Associação Brasileira de Cooperação pode contribuir como elemento e como ferramenta de integração?

Passo a palavra as S. Ex^{as}, primeiramente ao Embaixador Eduardo Augusto e, em seguida, ao Embaixador Luiz Gilberto, para que possam dialogar com as perguntas e os questionamentos feitos pelos Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de começar pelas indagações que V. Ex^a me apresentou em termos das prioridades da minha missão na Romênia. Seguramente as prioridades no campo do relacionamento comercial estarão presentes no sentido de procurar permitir, com base inclusive no acordo que, dentro em pouco, estará perante V. Ex^{as}, uma maior interação, maior conhecimento das oportunidades de negócios nos dois países.

Eu gostaria também, sobretudo, aproveitar para verificar a possibilidade de interação em nível de cooperação entre os dois países, porque há áreas que podem ser muito próximas – o Senador Luiz Henrique mencionava a área de *software*; eu já estarei voltando –, mas eu gostaria de acrescentar, por exemplo, área de agricultura. A agricultura é extremamente importante para a Romênia. Nós temos muitas convergências, pensando um pouco na pergunta do Senador Suplicy: convergências na história, no nosso período de independência, na nossa circunstância econômica, são países que, no início do século passado eram, sobretudo, países agrários, que procuram, a partir de 1930, iniciar um processo de industrialização. Convergência até conceitual, no início, porque, em 1929, é lançado, na Romênia, o livro de um economista romeno Mihail Manoilescu, que veio a ser tornar conhecido pelo argumento manoilescu, e que era a defesa justamente da industrialização, onde ele assinalava que os rendimentos oferecidos pelo processo de industrialização, que ele chamava rendimentos crescentes, seriam sempre superiores no tempo aos rendimentos da agricultura, em que pese, naquele momento, a visão das vantagens comparativas da agricultura.

Nós temos uma convergência no tempo e uma convergência que eu gostaria que fosse, sobretudo, pas-

sível de maior interação na área da cooperação, além dos esforços na área das oportunidades de comércio.

Na área de cooperação, eu lembraria a questão agrária: 75% das propriedades na Romênia têm menos de dois hectares, que são basicamente de agricultura familiar, pequenas propriedades.

Nós temos experiência na Embrapa em áreas de clima temperado no sul do País, por exemplo, com fórum de pequenas propriedades do Rio Grande do Sul, onde a Embrapa estuda a gestão em nível de pequenas propriedades e também o projeto da empresa Quintais Orgânicos de Frutas, que é uma experiência que nós podemos levar para a Romênia e, ao mesmo tempo, aprender a gestão romena em termos de suas pequenas propriedades.

Eu acho que interação na área de cooperação é muito importante.

Eu mencionava aqui o interesse de setores romenos na área de interação em nível de biocombustíveis; a vinda do reitor da universidade de petróleo e gás para São Paulo, para contatos, essa é uma área que eu acho muito importante. Como também a interação, não apenas dentro do programa Ciência Sem Fronteiras, mas entre faculdades, entre universidades brasileiras. E é um esforço que já começou inclusive a ser feito pela Embaixadora da Romênia no Brasil, que esteve há pouco no extremo oeste de Santa Catarina, onde temos a única associação romena na América Latina registrada na Romênia, que é a Associação dos Romenos Bessarabianos, e onde ela teve encontros com a faculdade local para ver a mobilidade de professores. E também em Porto Alegre, onde ela teve encontros com a Faculdade Federal do Rio Grande do Sul, para discutir cooperação na área de ciências agrícolas.

São dentro dessas áreas, sobretudo, dando importância à cooperação, que eu pretendo, caso mereça aprovação de V. Ex^{as}, dar seguimento a minha decisão e dando continuidade a todo o trabalho que já vem sendo desenvolvido pela Embaixada.

Temos acompanhado os interesses da Embraer, temos manifestado que vemos com atenção e que é uma área que desenvolverá em muito as nossas relações; há em paralelo o interesse da empresa Tarom de iniciar um processo não apenas de modernização, mas, sobretudo, Sr. Presidente, de racionalização de seus serviços, onde nós acreditamos que, no contexto geográfico europeu de transportes, o produto Embraer, série E170/190, pode proporcionar à operacionalidade da empresa Tarom bastantes oportunidades.

A transição romena, a partir de 1989, foi um pouco um exercício de aprendizado. Mas esse exercício de aprendizado se consolidou ao longo de todo esse

tempo. No ano passado, nas últimas eleições, e, depois de conflitos constantes entre a Presidência e o Parlamento, que levaram ao pedido de impedimento do Presidente pelo Primeiro-Ministro, que não foi conseguido, a Romênia tem, no momento, o maior bloco de coalizão com resultado eleitoral depois da democratização.

Em relação, já adiantando um pouco – e se eu tiver pulado algum interesse seu, algumas perguntas suas, por favor, me assinale –, entrando um pouco já na colocação do Senador Suplicy, vindo da transição romena, os propósitos, em termos de uma sociedade mais igualitária, vindo depois da influência soviética, é uma influência na qual a Romênia teve seus momentos de quase independência, eu diria. Na Primavera de Praga não houve participação romena. Depois da Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando há um rompimento dos países de influência soviética em relação a Israel, a Romênia não rompe. O Governo Ceausescu, que é considerado talvez um dos mais duros dentro dos regimes sob influência e que, muito em função disso, no momento da transição de 1989, foi a transição que teve aspectos mais traumáticos, com a prisão do Presidente, seu julgamento em duas horas, sua condenação e execução num período de quatro horas num dia de Natal. Foi um trauma que a Romênia soube administrar internamente, porque havia facções que apoiavam e que se desenvolveram e tiveram seus benefícios durante o período Ceausescu, mas acho que foi muito importante, a Romênia soube lidar consigo mesma, com as suas diferenças e avançar, ao longo do exercício democrático, que é sempre uma experiência de erros e acertos – é um aprendizado constante – chegar a um momento de bastante estabilidade.

Em termos da população e em termos de respostas às perspectivas da população, a Romênia teve um processo intenso de abertura ao longo da década passada, sobretudo num período de adesão e prévio à adesão à União Europeia, onde houve grandes investimentos, o que permitiu um aumento da renda da Romênia, houve uma diminuição das disparidades. No ano 2000, a renda média da Romênia equivalia a 25% da renda média dos países que já eram membros da União Européia. E, em 2007, eles já haviam conseguido convergir para representar 50% dessa renda. Houve, sem dúvida alguma, o impacto pela crise de 2008.

E o senhor mencionava a questão do movimento dos trabalhadores. Muito do impacto sobre a Romênia em termos de mercado de trabalho ter sido controlado foi pela presença de trabalhadores romenos no exterior. Primeiro, a participação muito grande de trabalhadores romenos no mundo rural. A população rural da Romênia é maior percentualmente em termos de

União Européia, são 45%. Mas há um grande número de trabalhadores romenos no exterior. Cerca de 850 mil na Espanha e cerca de 950 mil, na Itália. Os romenos acreditam que houve um aumento de três milhões na emigração romena entre 2000 e o ano atual.

Agora, ainda não há, Senador, e a Romênia espera que ocorra, no final do ano, a livre circulação de pessoas, porque a Romênia ainda não foi aceita no Tratado de Schengen. E há discussões internas. Agora, por exemplo, semana passada, na França, quando o Ministro do Interior apoiava o desmantelamento de acampamentos dos roms – que nós conhecemos muito como ciganos –, diziam que eles diziam ser retornados à Romênia e à Bulgária, mas eles queriam sobretudo a Romênia, ele mencionava a questão de Schengen, que poderia atrasar Schengen. De modo que Schengen ainda não é um ativo para a Romênia dentro da União Europeia.

Espera-se que o primeiro passo, que já é no final do ano, seja a permissão da livre circulação dentro dos aeroportos e portos dos cidadãos romenos, mas não ainda nas fronteiras, embora, de qualquer maneira, em janeiro, entrará a livre circulação dos trabalhadores. Esse é um compromisso da União Europeia.

Senador Luiz Henrique, Draculo inclusive era o nome adotado pelo pai de Vlad Dracul, que foi o fundador da Ordem do Dragão, que combateu intensamente os otomanos na Transilvânia, inclusive muito queridos e respeitados na história da Transilvânia, pelo constante enfrentamento das tentativas otomanas de conquista; não tão queridos justamente pelos invasores, porque, a exemplo dos drácios, tinham uma grande capacidade de combate.

Eu não consegui ainda localizar onde é na história por que Bram Stoker buscou o nome Draculo para transformá-lo, em que pese a violência da sua atuação como combatente de certos métodos de combate como um empalar, os soldados otomanos e desfiladeiros prontos passariam o principal das tropas, o que já impactava a frente dos soldados.

O senhor mencionava tecnologia da informação. Este ano, numa feira em Porto Alegre de tecnologia da informação, na FIERGS, houve a participação de empresários da Romênia justamente da área de informática e que vieram para ter contato com as empresas brasileiras presentes e ver a possibilidade de cooperarem nessa área.

O senhor mesmo mencionava ontem que a Embaixadora da Romênia, extremamente ativa aqui no Brasil, esteve nessa feira também, para promover uma interação nessa área, que é muito importante, em que nós crescemos cada vez mais.

Inclusive, eu mencionava que a área bancária é fantástica. Nós servimos nos Estados Unidos nos anos 90, quando os Estados Unidos passavam para a terceira geração em termos de *software* bancário, e nós estávamos na quinta, porque, na verdade, talvez até pelo atraso com que começamos, mas também pelo próprio impacto da inflação da década de 80, que se movimentava, obrigava a circulação muito rápida do dinheiro, nós tivemos um desenvolvimento dessa área, de modo que já entramos em gerações bastante avançadas, que nos forneciam um grande conhecimento, desenvolvido em seguida para todos os outros ramos da sociedade.

Mas é fundamental cooperar nessas áreas, com a Romênia, em áreas novas. Eu traria também a área de biotecnologia, aonde a Embrapa, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, pode levar cooperação e pode apreender. Cooperação é um caminho necessariamente de mão dupla. Ver o que podemos oferecer e ver o que podemos apreender.

Se em algum momento eu deixei em aberto alguma das solicitações, por favor, eu pediria que me informassem e me desculpo.

E gostaria de agradecer as palavras do Senador Cristovam Buarque, muito fruto de sua generosidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Embaixador Luiz Gilberto, a palavra é de S. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente Ferraço, V. Ex^a me permite, rapidamente, acrescentar perguntas ao Embaixador Luiz Gilberto Seixas de Andrade, porque cheguei atrasado...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra é de V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Eu cheguei atrasado na plêiade de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, nós é que pedimos licença por termos iniciado a reunião antes que V. Ex^a chegasse.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Agradeço a generosidade de V. Ex^a e dos colegas da Comissão.

Mas só para acrescentar perguntas ao Embaixador Luiz Gilberto Seixas de Andrade e pedir desculpas pelo interesse particular na função que V. Ex^a vai ocupar na Embaixada de Barbados. E o interesse é particular mesmo, pela função mais particular de um dos vieses da minha função. O Senador tem uma dupla função aqui – é Senador da República e é representante do seu Estado federado. O meu Estado federado, como

o mapa que está sendo apontado aqui, indica claramente ser limítrofe com o Caribe, onde V. Ex^a daqui a pouco estará.

Eu sinto, há uma carência enorme de cooperação, de integração do Caribe com a Amazônia brasileira, notadamente com vários embaixadores caribenhos que nós sabatinamos e votamos aqui nesta Comissão. E tem sido reiterado esse questionamento sobre a ausência que tenho sentido de integração caribenha, em especial a integração de cooperação caribenha com a Amazônia brasileira. Integração em todos os sentidos.

Veja, eu falo em relação ao Amapá e posso falar aqui em relação a Roraima, Estado irmão meu, do meu companheiro Senador Mozarildo Cavalcanti.

Não sei se hoje já existe um voo diário de Boa Vista para Caracas, mas, até há bem pouco tempo, me parece que para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pois então, até há bem pouco tempo, tinha que se vir a Brasília para ir a Caracas. Nós não temos sequer uma rede aérea integrando as nossas capitais – Boa Vista, Macapá, Belém, Manaus – com as cidades do Caribe. E o mapa denuncia o que significa isso.

Nós poderíamos ter uma rede de integração maior. Para nos ligarmos com o platô das Guianas, com Georgetown, Paramaribo, Caracas, todas as ilhas do Caribe, é necessário que nos desloquemos para Brasília, para São Paulo, para o Rio. É um descompasso e é, cada vez mais, um Brasil que não raciocina o Brasil. É um Brasil desconectado do Brasil. É um Brasil que me parece que só se compreende raciocinando do Centro-Sul, sem compreender que parte deste País integra o continente sul-americano, mas dois terços desse continente sul-americano estão ao norte, integrando, limítrofe com o Caribe.

Então, eu vejo uma carência completa de integração nossa. Existe uma realidade que é de aproximação de relações, que deve existir, com Brasília, com o poder central; que deve existir em relação direta com os grandes centros, São Paulo e Rio. Mas de ausência completa de relação com a Amazônia.

E os nossos povos têm uma identidade cultural enorme. Se nós buscarmos o Marabaixo amapaense, o batuque amapaense, nós encontraremos identidade do batuque venezuelano, dos batuques da Guiana Francesa e do batuque caribenho. Essa mistura cultural, que é tão próxima, essa realidade tão próxima é tão pouco integrada, é tão pouco materializada.

Essa pergunta e desabafo vêm também como apelo para ações à nossa Chancelaria, ao nosso Itamaraty, a V. Ex^a, como Embaixador, para buscar ações

concretas para que essa realidade, que considero inaceitável, não continue, para que possamos ter ações maiores de integração, ações maiores para realizar o que a geografia já permite, já realiza. Não podemos estar tão próximos e, na prática, tão distantes.

Desculpe, Presidente, desculpe, colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra é de V. Ex^a, Embaixador.

O SR. LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE – Antes de responder à pergunta formulada pelo Sr. Presidente, eu queria dizer que o Brasil iniciou, em 2010, uma aproximação importante com o Caribe, quando foi realizada, em abril desse ano, a I Reunião de Cúpula Brasil-Caricom. Na ocasião, foram assinados muitos acordos importantes, sobretudo na área de cooperação técnica, tanto acordos bilaterais quanto acordos com a própria comunidade do Caribe.

A expectativa do Caribe, que ficou demonstrada durante esse encontro, é absorver *know-how* brasileiro, sobretudo na área agrícola, uma vez que a região é importadora líquida de alimentos. Esse processo, portanto, não só deu início, efetivamente, a uma cooperação técnica brasileira no Caribe – vários projetos estão em andamento –, mas também poderá, no futuro, dar oportunidade a empresas brasileiras de fazerem negócios na região.

Está prevista, proximamente, a II Reunião de Cúpula Brasil-Caricom, ocasião em que entendimentos deverão ser consolidados. Prevejo que essas ações de cooperação técnica deverão ser ampliadas.

Respondendo à pergunta do Sr. Senador Suplicy, evidentemente, a questão da circulação livre de mão de obra no Caribe não está resolvida completamente. Hoje em dia, a livre circulação existe dentro de certos parâmetros para mão de obra especializada. A livre circulação total de mão de obra é um processo que ainda está vindo no futuro. Alguns elementos têm dificultado o avanço nesse sentido. Eu citaria, como exemplo, a crise financeira de 2008 e o grande nível de desemprego que causou nos diversos países, que inibe um pouco; essas crises são perturbadoras de todo processo de integração.

Além disso, existem outros elementos que têm dificultado o progresso desse processo de integração do Caribe, que se devem, por exemplo, à incompatibilidade do mercado único com a preservação da soberania absoluta, como defendem alguns países. Quer dizer, para fazer avançar o processo de integração, é preciso ceder um pouco de soberania para aceitar uma legislação comunitária.

Outros elementos que são perturbadores é a necessidade de todos os Estados-membros aceitarem a jurisdição da Corte Caribenha de Justiça, o que é fundamental para o funcionamento do mercado único.

Basicamente, são os comentários que eu gostaria de fazer a esse respeito.

Com relação à situação do comércio com o Brasil, existe uma particularidade: o fluxo de comércio com países muito pequenos são, em geral, irregulares. Cito isso porque, no caso do Brasil, tivemos alguns fluxos de exportação importantes para Barbados, como material de transporte, os ônibus brasileiros da Ciferal, com motores Mercedes-Benz, que circulam lá até hoje. Foi uma exportação feita em determinado ano, que não me recordo, e a frota hoje em dia está em evidente processo de necessidade de renovação. Isso, então, é uma exportação potencial para o futuro e vai se concretizar assim que Barbados tiver condições para fazer isso.

Outro fator que perturbou um pouco a regularidade do fluxo de comércio foi a crise de 2008. Em 2009, como eu mencionei, o Produto Interno Bruto de Barbados teve uma queda brutal, de 4,1%, e, desde então, o melhor ano será, possivelmente, 2013, quando finalmente o país poderá crescer 1%. Evidentemente que isso tem profunda consequência sobre a demanda de produtos importados.

Outro aspecto potencialmente interessante com relação a Barbados é que Barbados é sede de uma companhia de aviação, a LIAT, que opera voos regionais ligando todas as ilhas do Caribe. Esses aviões estão envelhecendo, alguns deles estão sendo substituídos, e não há dúvida de que os aviões da Embraer seriam os aviões ideais para isso. Isso, então, significa uma possibilidade potencial de comércio para o futuro. O que existe no momento não é exatamente falta de interesse da companhia nos aviões brasileiros, mas falta de capacidade financeira. No momento, há necessidade de um financiamento, o que eles não estão encontrando.

Respondo à pergunta do Senador Luiz Henrique. Evidentemente que o Porto de Mariel poderá desempenhar papel muito importante no processo de integração regional e contribuir positivamente para a dinâmica da economia caribenha. Fato importante a ser mencionado a respeito disso é que Cuba não está inteiramente integrada à Comunidade do Caribe ainda, embora, olhando o mapa, constatemos que Cuba é uma das maiores ilhas da região caribenha. De qualquer maneira, isso fatalmente vai ocorrer, e esse porto com certeza será um fator que contribuirá para uma maior dinamização da economia da região.

Com respeito à integração do Caribe com a Amazônia brasileira: esse é um problema que tenho vivido pessoalmente, já que estou há quatro anos como Em-

baixador na Guiana. Reconheço que existe um déficit de infraestrutura, não só infraestrutura terrestre, mas infraestrutura aérea e companhias de aviação que estejam interessadas em fazer essas ligações. Eu não sou especialista no assunto, mas uma ligação aérea necessita obrigatoriamente de um fluxo permanente de passageiros para ser rentável.

Nós temos, por exemplo, com a Guiana, no caso de Roraima, desde dezembro do ano passado, funciona um grupo de trabalho sobre infraestrutura, que está discutindo vários pontos que poderão facilitar a integração da Guiana no continente sul-americano. Como todo país colonial, a Guiana tem uma cidade na costa e está de costas para o resto do continente. O principal objetivo desse grupo de trabalho é proporcionar a pavimentação da estrada que liga Georgetown à fronteira, em Lethem – já foram asfaltados 150 quilômetros. De Georgetown até Linden e de Linden a Lethem, são 400 quilômetros que necessitam ainda de pavimentação.

Evidentemente que não há integração possível entre a Guiana e o Brasil, e Roraima, por exemplo, e Amazonas também, que é um dos Estados que também seria diretamente beneficiado, sem essa estrada estar operando a um nível pesado no que diz respeito a porte de carga. Hoje em dia, essa estrada não está asfaltada, ela é impraticável durante dois terços do ano, ela tem 50 pontes de madeira que, certamente, não aguentam peso maior do que um pequeno caminhão.

E essa comissão, que já teve quatro reuniões em 2013, e já tem uma nova reunião em setembro – na semana passada –, está estudando também a possibilidade da construção de um porto de águas profundas e possivelmente também duas hidrelétricas, cujo excedente de energia seria vendido ao Brasil e interligado ao sistema brasileiro, não só ao sistema brasileiro, mas ao sistema do Suriname e da Guiana Francesa.

Não sei, Senador, se respondi a sua pergunta. Mas acho que todo esse processo de integração do Caribe é um processo lento, um processo que está acontecendo. Já existe uma rede de estradas que ligam, por exemplo, a Guiana até a Guiana Francesa. Toda essa rede rodoviária poderá, no futuro, vir também a beneficiar essa integração tão desejada.

No caso das ilhas do Caribe, evidentemente, teria que se pensar em ligação aérea, no sentido de que se possa aumentar esse intercâmbio entre os países.

Evidentemente, sempre é possível as embaixadas, na região, promoverem eventos que incluam grupos culturais ou missões comerciais provenientes do Amapá, do Amazonas, de Roraima.

Eu acho que isso é, mais ou menos, tudo que eu gostaria de falar a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a gentileza, se for possível, antes mesmo de a reunião ser transformada em secreta, que possa ser examinado o requerimento que todos os Senadores presentes assinaram com o Voto de Censura à Direção da Universidade de Yale pela arbitrária e injustificada detenção da jornalista brasileira Cláudia Trevisan, do jornal *O Estado de S. Paulo*, com a justificativa de que Cláudia Trevisan estava apenas tentando obter uma entrevista com o Ministro Joaquim Barbosa. Foi algemada e detida por cerca de 5 horas, em uma atitude violenta e prepotente. Um desrespeito à liberdade de expressão e formação, o pilar fundamental de qualquer democracia.

Eugênio Bucci, hoje, no *Estado de S. Paulo*, publicou artigo intitulado “Um Par de Algemas em Yale”, que diz que não é a primeira vez, nesses tempos recentes, que um jornalista brasileiro é submetido a violência no exterior, como foi o caso de David Miranda, companheiro de Glenn Grenwald, o jornalista norte-americano que denunciou o escândalo da National Security Agency, que também ficou detido por 9 horas no Aeroporto de Heathrow, em Londres.

Então, avalio que ainda mais na Universidade de Yale, que tem uma tradição democrática formidável, uma casa da democracia, é importante que possamos, com esse gesto, expressar a defesa da liberdade de expressão, que foi atingida, e a própria dignidade do Brasil ferida.

Agradeço se puder ser apreciado rapidamente, inclusive, extrapauta dada a circunstância da proposição.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Na mesma direção, antes que o senhor comece a sessão secreta, eu pediria a possibilidade de apreciação extrapauta de requerimento de minha autoria e também do Senador Sérgio Souza, que requer audiência pública na Comissão de Relações Exteriores, para debater a relevância das negociações regionais

entre o Mercosul e a União Europeia, para o setor agropecuário brasileiro. Fundamentado na motivação da audiência pública requerida, recomendo a presença dos seguintes pesquisadores e autoridades: Sr^a Kátia Abreu, da CNA; Sr. Robson Braga, CNI; Sr. Roberto Rodrigues, da Fiesp; Sr. Norberto Martins Vieira, Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal São João del-Rei; Sr. Renato Baumann, Diretor de Estudos de Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e a Sr^a Ana Paula Zacarias, Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil. Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Aproveito o ensejo para fazer aditamento ao Requerimento nº 91, que já foi aprovado nesta Comissão, que aprovou uma audiência pública a ser realizada no Amapá, com objetivo de discussão da cooperação transfronteiriça entre o Brasil e a França – notadamente, entre o Amapá e a Guiana Francesa –, especialmente, sobre as condições de vida na fronteira e os conflitos envolvendo garimpo, e também sobre a situação da inauguração da ponte binacional sobre o Rio Oiapoque.

Já está sobre a mesa um requerimento de aditamento a esse Requerimento nº 91, para que essa audiência pública – que será realizada em data a ser marcada por V. Ex^a nesta Comissão – ocorra exatamente na fronteira, no Município de Oiapoque, no local onde está a ponte binacional, exatamente entre o Município de Oiapoque, do lado do brasileiro, e o Município de São Jorge, do lado francês.

É o requerimento de aditamento para V. Ex^a também submeter à apreciação junto com os requerimentos dos demais colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Penso que podemos, com a concordância das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, incluir esses requerimentos extrapauta, se não houver divergência ou discordância de nenhuma das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. (*Pausa.*)

Começamos pelo requerimento de autoria inicial do Senador Eduardo Suplicy, mas com solidariedade da unanimidade dos Senadores desta Comissão...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Ex^a também assinou?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Claro.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Que bom.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – ... não apenas expressar a nossa indignação, mas a nossa solidariedade à jornalista brasileira Cláudia Trevisan por esses lamentáveis episódios acontecidos, inclusive, numa universidade tradicionalíssima, de cunho democrático, de cunho liberal, como é o caso da Universidade de Yale.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 101, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura à direção da Universidade de Yale, EUA, pela arbitrária e injustificada detenção da jornalista brasileira Cláudia Trevisan, do jornal o Estado de São Paulo.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy
Em discussão.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 87, DE 2013

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 58 da Constituição Federal do Brasil, e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater a relevância das negociações regionais entre o MERCOSUL e a União Europeia para o setor agropecuário brasileiro. Fundamentado na motivação da audiência pública requerida, recomendo a presença dos seguintes pesquisadores e autoridades: Senhora Kátia Abreu, Senadora da República e presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Senhor Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Senhor Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas e presidente do Conselho do Agronegócio da Federação da Indústria do Estado de

São Paulo – Fiesp; Senhor Norberto Martins Vieira, professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal São João del-Rei e autor do estudo “Impactos do acordo MERCOSUL-União Europeia para o setor agropecuário brasileiro”; Senhor Renato Baumann, diretor de Estudos de Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Senhora Ana Paula Zacarias, Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil.

Autoria: Senador Cyro Miranda
Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

Vamos organizar e planejar o mais rápido possível, até porque nós estamos correndo contra o relógio, considerando que o mandato negocial desta negociação entre os blocos União Europeia e Mercosul se encerra em 2013. Portanto, estamos correndo contra o relógio para a afirmação e a convergência dos interesses comuns entre o Mercosul e a União Europeia.

Fica aprovada. Vamos confirmar e programar a melhor data, Senador Cyro Miranda, quem eu cumprimento pela iniciativa.

EXTRAPAUTA

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 102, DE 2013

Em aditamento ao RRE nº 91, de 2013, requeiro que a audiência pública aprovada pelo plenário desta Comissão seja convocada para um seminário a ser realizado, no Município de Oiapoque, no Amapá, tendo como objeto a discussão da cooperação transfronteiriça entre Brasil e Guiana Francesa, especialmente sobre as condições de vida na fronteira, conflitos devidos ao garimpo e a inauguração da ponte binacional sobre o Rio Oiapoque, conforme consta no referido requerimento e com a presença dos mesmos convidados.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos, então, definir a data para que esta Comissão, do ponto de vista institucional, possa fazer essa audiência pública, debatendo os temas conflitantes entre o Estado de Amapá e a Guiana.

Fica aprovado.

Eu gostaria de solicitar e designar o Senador Eduardo Suplicy para atuar como secretário da apuração dos votos. E a Comissão está transformada em secreta, por força de premissa constitucional.

(Iniciada às 10 horas e 5 minutos, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 13 minutos e é reaberta às 12 horas e 16 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A reunião está reaberta.

Comunico às Sr^{as} e Srs. Senadores a aprovação dos Srs. Embaixadores Luiz Gilberto Seixas de Andrade, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Barbados; e o Embaixador Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Romênia.

Desejo muito boa sorte e um exitoso mandato de V. Ex^{as} à frente das nossas missões diplomáticas em Barbados e na Romênia.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo /PT – SP) – Apenas, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Encaminhei a ambos os embaixadores um exemplar de *Renda de Cidadania: a Saída é pela Porta*, e coloquei-me à disposição para ir tanto a Barbados como à Romênia para transmitir o quão positivo é esta iniciativa aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – São, na prática, dois países, assim como o nosso, com desafios sociais imensos, e a experiência não apenas teórica, doutrinária e prática do Senador Suplicy seguramente pode contribuir nesses esforços mútuos entre as nossas experiências com transferência de renda e os países em que V. Ex^{as} estarão chefiando as nossas missões diplomáticas.

Não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a presente reunião, agradecendo a audiência das senhoras e dos senhores que nos acompanharam.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 5 minutos, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 13 minutos; reaberta às 12 horas e 16 minutos e encerrada às 12 horas e 18 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas e dois minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Wilder Moraes**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente os Senhores Senadores **Clésio Andrade** e **Sérgio Petecão**. Registra presença como não-membro o Senhor Senador **Cassildo Maldaner**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Gustavo do Vale**, Presidente da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; o Senhor **José Antunes Sobrinho**, Presidente do Conselho de Administração da INFRAMERICA; e o Senhor **Fernando Santos**, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo – SNETA. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e onze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. –

Senador **Wilder Morais**, Presidente em Exercício da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicado da Presidência.

Relato do 3º Painel do 4º Ciclo de Audiências.

Em continuidade ao ciclo de audiências públicas denominado Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na quarta-feira passada, dia 4 de setembro, o terceiro painel do tema Aviação civil – Gerenciamento; Modernização; Ampliação e Principais Óbices, com a participação do Sr. Brigadeiro do Ar José Alves Candez Neto; do Diretor de Operações do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea); do Sr. Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor de Operações de Aeronaves da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); do Comandante Ronaldo Jenkins, Diretor da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear); e do Sr. Carlos Eduardo Fernandez Silveira, Gerente de Comunicações e Relações Institucionais do Aeroporto Internacional de São Paulo.

O Brigadeiro Candez, discorrendo sobre o controle do espaço aéreo, lembrou que o Brasil é responsável por cerca de 22 milhões de quilômetros quadrados, divididos em cinco Regiões de Informações de Voo (FIR), sendo que só a FIR Amazônia cobre uma área de aproximadamente 5.200 quilômetros quadrados, correspondente a 32 países europeus.

Temos o sistema e temos de mantê-lo sempre acima das necessidades, para que não venhamos a passar por uma crise e não seja causado nenhum problema para nossa sociedade. Isso envolve muita logística. afirmou o palestrante.

A idéia do Icao (Oaci), Organização de Aviação Civil Internacional, é que o avião decole de qualquer ponto do Planeta e chegue a qualquer outro ponto com a constância de equipamentos e de sistemas, e que não haja conflito de idiomas nem de regras.

O Brasil está acompanhando e estruturando seu sistema de navegação aérea para trabalhar dentro desses conceitos e com a finalidade de atender os níveis de segurança operacional, proporcionar operações economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e considerando requisitos nacionais de segurança, explicou o palestrante.

Antes tínhamos que voar baseados em auxílios no solo que precisavam ser sobrevoados e o voo ficava em zigue-zague. Hoje se voa em uma linha reta,

independente dos auxílios que estão no solo. O piloto vai ter 95% do tempo voando dentro de um túnel que tem definidas as larguras e a altura pelo equipamento, explicou o palestrante.

Para começar essa navegação baseada em performance, escolhemos o polígono Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória por concentrar a maioria dos vôos de nosso País. Estão fechando agora, dia 12 de dezembro, a implementação do PBN no Rio de Janeiro e em São Paulo para os aeroportos de Galeão, no Rio de Janeiro, e Guarulhos, em São Paulo, e o de Campinas, disponibilizado para as aeronaves que estão em fase de certificação pela Anac, procedimento que já está disponível no Aeroporto Santos Dumont, afirmou o Brigadeiro Candez.

O palestrante, o Sr. Carlos Eduardo Pellegrino, asseverou que a Anac é uma agência reguladora e fiscalizadora, uma autarquia especial cuja visão é promover uma regulação econômica e depois uma regulação técnica, que é a principal. Nesse balanço, a regulamentação da segurança é missão prioritária da agência, afirmou ele.

Temos um pequeno desafio que é dentro desse equilíbrio que temos de chegar: implementar políticas públicas que possibilitem a harmonia dos interesses do mercado regulado, garantam o direito estabelecido, promovam o máximo de eficiência econômica e suportem a melhor opção técnica possível, diz Pellegrino.

No ano passado, chegamos, no Brasil, a mais de cem milhões de passageiros, e alguns dias atrás, a Abear lançou o planejamento para o ano 2020, quando visa a dobrar essa capacidade. Nós, do Governo, temos que fazer frente a esse desafio, explicou ele.

O primeiro ponto é a coordenação dos aeroportos para receber essa quantidade imensa de passageiros e aeronaves. Depois, a alocação de horário de transporte aéreo, um processo que hoje já é de audiência digital; e em 2006, uma das primeiras soluções da agência criou toda a infraestrutura de criação dos *slot*, aplicada inicialmente no aeroporto de Congonhas e que até hoje funciona dessa forma, asseverou o palestrante.

Em resposta ao questionamento, o palestrante informou que os pontos da Anac em Belém continuam em funcionamento e que o acidente lá ocorrido recentemente envolveu um piloto muito experiente e uma aeronave inspecionada, cabendo aguardar as investigações para apurar as possíveis causas. Segundo Pellegrino também, não há solução unilateral para os problemas do setor, razão pela qual a Anac, em parceria com a SAC e o Cenipa, realizam uma operação de conscientização buscando melhorar a cultura de segurança dos aviadores.

Ainda segundo ele, está em estudo a regularização das exigências, mas é necessário que os Estados e Municípios cumpram também os termos acertados, para que os aeroportos possam funcionar em condições de segurança aceitáveis.

O Comandante Jenkins afirmou que o binômio segurança e rapidez é que dá atratividade para o transporte aéreo, e que o preço da passagem aérea vai sair muito menor do que o preço da passagem de um ônibus se comprada com até três meses de antecedência. Isso permite às pessoas de baixa renda o acesso ao transporte aéreo, pois, segundo ele, elas conseguem planejar mais as suas viagens do que os executivos.

O transporte aéreo obedece à lei de oferta e procura, e as empresas só dispõem de tarifas para fazer frente aos custos. Para isso, a compra de última hora resulta em um preço maior, mas há limites para a tarifa, explicou o palestrante. No caso do Acre, explicou ele, além do ICMS de 20%, por problemas na pista, a empresa opera com capacidade reduzida, o que a obriga a dividir o custo por um número menor de passageiros, aumentando a tarifa.

Os principais óbices que impactam o crescimento são, primeiro, a má distribuição geográfica com excessiva concentração em poucos pontos; segundo, a sobrecarga nos principais aeroportos; terceiro, problemas de infraestrutura, a exemplo do aeroporto do Acre, cuja pista apresenta rachaduras e depressões; quarto, os altos custos operacionais, onerado pelo custo dos combustíveis e tributos, principalmente o ICMS; e quinto, as questões regulatórias, com a limitação com o capital estrangeiro e a jornada dos aeronautas, citou o Sr. Jenkins.

Vimos o que aconteceu em Campinas, quando ficamos três dias com o aeroporto inoperante em função de um acidente com um cargueiro, lembrou o Sr. Jenkins.

É preocupante quando observamos vários aeroportos importantes, como Confins, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Manaus e Cuiabá, com uma pista só. Em outros, como Salvador, por exemplo, a segunda pista não permite a operação de aeronaves maiores, somente de aeronaves de pequeno porte, completou ele.

O último palestrante, Sr. Carlos Eduardo Fernandez Silveira, explicou que a GRU Airport conta com 49% de participação acionária da Infraero e assumiu, definitivamente, a administração do aeroporto de Guarulhos em 15 de fevereiro de 2013, absorvendo cerca de 35% do pessoal da Infraero que lá trabalha.

Segundo ele, já foi realizada a mudança na sinalização dos terminais em uso, com impacto muito grande, a reforma de banheiros na área de embarque

e a reforma do estacionamento, com a ampliação do número de vagas, mais iluminação e maior segurança.

Também foi construído um edifício garagem com 2600 vagas de estacionamento, todo informatizado, e com a indicação de vagas disponíveis, o qual será conectado diretamente ao novo Terminal 3.

Para a Copa do Mundo serão investidos R\$3 bilhões em obras, informou o palestrante. Será construído o novo terminal de passageiros, o TPS-3, aumentando a capacidade de 12 milhões de passageiros/ano, a que serão adicionadas 36 posições de aeronaves no pátio e 22 novas pontes de embarque, além de elevar a capacidade do estacionamento para dez mil vagas e criar novas áreas de utilidades, explicou o Sr. Silveira.

Na área comercial, serão 24 companhias aéreas funcionando no Terminal 3, cem operações de varejo e mais dois hotéis: um hotel externo com 350 quartos, categoria quatro e cinco estrelas, e um hotel interno, para *transfer*, de três ou quatro estrelas e 50 quartos. Assim, o passageiro permanece na área restrita, não faz desembarque, nem alfandegagem, nem imigração, conclui Silveira.

Comunicado.

Documento recebido pela Presidência da Comissão de Infraestrutura.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício CONLEG/GBSF nº 230/2013, de autoria do Consultor-Geral Legislativo Paulo Fernando Mohn e Souza, encaminhando a Nota Informativa nº 2186, de 2013.

Trata-se de demanda encaminhada por esta Comissão à Consultoria Legislativa do Senado Federal em razão do recebimento do Aviso nº 808/ SES/TCU/ Plenário, que trata do levantamento de auditoria que teve por objetivo conhecer as ações do DNIT relativas à conservação das rodovias federais, motivada pela constatação de que havia desconformidade entre as ações de conservação realizadas pelo DNIT e os procedimentos estabelecidos no Manual de Conservação Rodoviária adotado por aquela autarquia.

A referida nota técnica conclui que: “Quando há possibilidade de intervenção do Senado Federal e mais especificamente da Comissão de Infraestrutura sobre a matéria, temos a sugerir a realização pela Comissão de Infraestrutura de audiência pública destinada a debater os problemas da conservação rodoviária e medidas de aperfeiçoamento, tendo como convidados o Ministro dos Transportes e o Diretor Executivo do DNIT. Há envio do pedido de informações ao Ministério dos Transportes a respeito das providências estabelecidas no Acórdão nº 1619/2013, do TCU, Plenário”.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores na secretaria da Comissão.

A presente reunião destina-se a realizar audiência pública sobre o tema Modernização dos Aeroportos Nacionais, 4º Painel do 4º Ciclo sobre Aviação Civil, parte integrante da agenda 2013/2014, Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País. Da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem convido para que tomem assento à mesa:

Gustavo do Vale, Presidente da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero.

José Antunes Sobrinho, Presidente do Conselho de Administração da INFRAMERICA.

E o terceiro palestrante, Sr. Fernando Santos, Superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo – SNETA.

Têm os senhores nossas melhores boas-vindas e cumprimentos.

Informo aos nossos convidados que o tempo de apresentação inicial será de vinte minutos, com tolerância de mais dois minutos. E após a exposição, concederemos a palavra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para os esclarecimentos que V. Ex^{as} acharem necessários.

Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, gostaria de informar à população que poderá participar de nosso debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar basta ligar, gratuitamente, para o Alô Senado, telefone 0800612211, ou enviar sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou nos perfis do Alô Senado no facebook, pelo twitter também @alosenado. E também pela minha página www.facebook.com/wildermorais. Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador de nossa audiência pode, desde já, enviar suas perguntas ou fazer seus comentários aos nossos convidados acerca do assunto em discussão.

Passo a palavra ao nosso primeiro palestrante, Sr. Gustavo do Vale, Presidente da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero.

Sr. Gustavo tem a palavra.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE

– Boa tarde a todos. Senador Wilder Moraes, que preside esta Comissão; companheiros de mesa, José Antunes Sobrinho, sócio da Infraero no Aeroporto de Brasília; meu caro Fernando Santos, do SNETA; senhores e senhores.

Em primeiro lugar, queria parabenizar a Comissão pela iniciativa de colocar no debate a Aviação Civil brasileira, especificamente a infraestrutura brasileira, que muitos dizem ou têm a ideia de não estar preparada ou devidamente preparada para os grandes eventos que o Brasil vai ter no futuro.

Queria dizer que para nós é extremamente importante mostrar o que tem sido feito do ponto de vista da infraestrutura e, mais do que isso, mostrar que, do ponto de vista operacional, em todos os grandes eventos que o País já teve não foi na Aviação Civil brasileira que houve problemas. Todos os aeroportos funcionaram a contento, tanto na Copa das Confederações quanto no Encontro Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro, como agora no Rock in Rio, porque muitas pessoas não têm a exata noção da importância do processo.

Vamos mostrar... Se fôssemos nos alongar aqui, Senador Wilder, nesta demonstração, levaríamos umas duas horas. Então, vou ser muito breve, de qualquer maneira a apresentação ficará aqui no Senado, em meio magnético, de forma que ela pode ser estudada, reproduzida pelos assessores e demais membros da Comissão.

Esse é o nosso painel, das nossas principais obras.

Vou ser muito rápido em cada uma delas dado ao pouco tempo que temos. Mas depois, nas perguntas, podemos nos deter inclusive em aeroportos que porventura não estejam aí.

Este mapa é o nosso mapa, em que o azul são obras concluídas, o vermelho obras em andamento, o alaranjado obras em licitação.

Começamos pela Região Norte, onde nossa grande obra é em Manaus, uma reforma e uma modernização do terminal de passageiros, que vai fazer com que a capacidade desse terminal vá para 13 milhões de passageiros; nos nossos cálculos vai suportar a demanda existente até 2040. Uma obra de 444 milhões, que pega toda a intervenção do terminal de passageiros e do sistema viário.

Como eu disse, vou passando um pouco rápido.

Depois, a nossa obra de Macapá, que ficou suspensa durante muito tempo. Estamos fazendo com que essa obra seja retomada e a capacidade do terminal seja de aproximadamente cinco vezes a demanda existente.

Uma coisa que vocês sabem é que os aeroportos brasileiros, ao longo desse tempo, não foram crescendo... eles foram crescendo na medida do crescimento da demanda. Aqui não. Aqui estamos prevendo além da capacidade da demanda, de modo que ele tenha uma vida útil maior do que tem hoje. Vamos mexer tanto na pista quanto no terminal de passageiros.

Essa é do terminal de passageiros, é uma obra de R\$114 milhões e esperamos começá-la em 1º de fevereiro de 2014 e terminá-la 18 meses depois. Está tudo pronto para o início da licitação, que deve se iniciar em 15 de outubro. E o pátio de aeronaves, que também é outro grande problema de Macapá, é uma

obra menor, uma obra de R\$7,92 milhões, que já foi concluída agora no mês de julho, ou seja, hoje não temos mais problema no pátio de aeronaves do aeroporto de Macapá.

Salvador é uma das nossas grandes obras. Será feita toda a reforma do terminal de passageiro. Ele não irá aumentar a demanda, mas será todo reformulado. Haverá a criação dos dois pátios de aeronave.

Não sei se todos vocês sabem, mas o grande problema que teremos na Copa do Mundo – não podemos chamar de problema –, uma grande demanda será pela aviação executiva e os nossos aeroportos não tinham pátios suficientes para suportar essa demanda. De modo que, em Salvador, os pátios já estão prontos e a torre de controle nova está quase terminada.

O TPS que é a reforma que está em andamento; é uma obra de R\$93 milhões e será terminada ao final do mês de janeiro de 2014.

O pátio de aeronaves já foi concluído, tanto o Pátio I quanto o Pátio II. Foi uma obra de R\$17,5 milhões. E a torre de controle, que termina em dezembro de 2013. Aquela fotografia já é uma fotografia real da torre de controle, uma obra de R\$16 milhões.

Seguindo, Fortaleza também é uma grande obra, toda a ampliação. Aquela parte em branco é o terminal atual, a parte vermelha será o novo terminal, quer dizer, a ampliação do terminal de passageiro. É uma obra que só ficará pronta completamente depois da Copa do Mundo, uma obra de R\$311 milhões, sendo que R\$143 milhões vão ser gastos pós Copa; e a parte prevista para a Copa do Mundo... Uma vez que esse é um aeroporto modular, a nossa estimativa é que ele termine em maio de 2014, pronto para suportar a Copa do Mundo, e o restante será concluído em 2016.

Recife. O conector já está pronto, é o conector que liga duas partes do terminal que já está concluído. Foi uma obra de R\$4 milhões.

São Gonçalo do Amarante. Depois, talvez o Antunes fale um pouco desse terminal. É um terminal que foi concedido à iniciativa privada em agosto de 2011, mas as obras de pista e pátio e a de infraestrutura ficaram de responsabilidade do Governo Federal por conta da Infraero. Esse pátio é uma obra de 113 milhões. Foi considerado no preço que a Inframerica ofertou no leilão. Ela termina no fim desse ano e devemos entregar toda essa parte que está, vamos dizer, especificada lá em cima. A obra do terminal de passageiro ficou por conta da Inframerica, fez parte do contrato. Tenho certeza que o Antunes falará com mais detalhes.

Teresina é uma obra que ainda não começou, estamos na fase de projeto, é necessária ainda alguma desapropriação para ampliar o terminal. Estamos em conversa com o Governo do Estado e com a Prefeitura

de Teresina para fazer com que isso seja possível. É um aeroporto perto do qual a cidade chegou; a cidade hoje é em volta do terminal. Então, temos necessidade de adequar esse projeto ainda antes do início das obras.

São Luís. Estamos adaptando todo o terminal, além de uma ampliação através do módulo operacional, de modo que o terminal terá ainda, no ano que vem, uma capacidade do dobro do movimento que tem hoje. São Luís hoje está com cerca de dois milhões de passageiros por ano e irá para quatro milhões.

É uma obra de R\$25 milhões a ampliação do terminal, mais cinco mil metros somados aos seis mil atuais. Uma obra que se iniciou mês passado e a previsão é que termine em julho de 2014, devendo ser antecipada em face de São Luís poder ser escolhida como uma das sedes de treinamento para algumas das equipes que vão jogar em Fortaleza e Recife.

E o terminal de passageiro juntamente com o estacionamento de veículos está ainda na fase de licitação. Devemos licitar até 30 de setembro, iniciar a obra em outubro, de modo que ela fique pronta, como disse, até 31 de julho. É o prazo para o qual estamos tentando reduzir, principalmente em termos de compra das pontes de embarque.

Cuiabá também é um aeroporto da Copa. É um aeroporto que tem a prioridade absoluta neste momento, porque efetivamente não atendia mais a população, tanto do Mato Grosso como especificamente de Cuiabá.

Nós estamos reformando inteiramente o terminal de passageiro. Eu não sei se vocês conhecem o aeroporto de Cuiabá. Ele tinha inclusive o embarque e o desembarque em prédios diferentes, fazendo com que as pessoas que tivessem de transitar em uma conexão passassem por um sofrimento muito grande.

Então, essa obra está em andamento. A previsão de ela terminar é agora, em abril de – a primeira fase – 2013, perdão, em dezembro de 2013 e a segunda fase em 24 de abril de 2014.

Como estamos vendo é uma obra grande; é uma obra de R\$ 98 milhões. E o módulo operacional já foi concluído e aumentou muito a capacidade do aeroporto, deu uma sobrevida, até que consigamos terminar as obras que estão em andamento.

Goiânia eu tenho – viu Senador, já que o senhor é de lá – a grata satisfação... Sinceramente, é até uma questão pessoal. É uma obra que está parada há sete anos. Nós já fizemos de tudo no terminal anterior, mas o terminal não suporta a demanda de Goiânia. E eu gostaria de anunciar, Senador, que depois de amanhã, dia 18 de setembro de 2013, nós estaremos em Goiânia assinando a ordem de serviço para retomar essa obra. Depois de sete anos, nós vamos vencer essa

etapa e resgatar uma grande dívida que tínhamos com o Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Presidente, você sabe o trabalho que eu tive já desde o início, como Secretário de Infraestrutura. Quantas vindas a Brasília para que essa obra pudesse ser retomada; o quanto o Estado de Goiás perdeu nesses sete anos. A gente com certeza poderia ter sido até uma subsele da Copa, mas por conta do nosso aeroporto... E sem contar a economia Goiana que sofreu muito; um Estado que cresce acima da média nacional.

Então, essa é uma notícia muito boa e que dessa vez acontece. Nós já tivemos tanta reunião e promessas de que estava chegando... Chegamos até a ter uma notícia de primeiro de abril. E deu certo mesmo. A notícia não era verdadeira.

Eu torço para que estejamos lá na quarta-feira dando início às obras, para que tenhamos o mais rápido possível o aeroporto de que a nossa capital tanto precisa, bem como o nosso Estado de Goiás.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Mas o senhor pode ter certeza de que dessa vez é para valer, depois de todo um trabalho feito pela Infraero, pelo Governo do Estado, pela Prefeitura de Goiânia, pelo Tribunal de Contas da União.

Eu gostaria até de fazer um agradecimento especial ao Ministro Raimundo Carreiro, que soube desde o primeiro momento ver a importância dessa retomada, e ao próprio consórcio composto pela Odebrecht e pela Via Engenharia, que tiveram de abrir mão de uma série de coisas para que pudéssemos voltar a essa obra.

Então, o terminal de passageiros volta às obras. Em 18 de setembro de 2013 é o início da obra, depois de amanhã, e a previsão é que nós terminemos em maio de 2015. E a infraestrutura, que será o próximo passo... Essa é parte do terminal de passageiro. Para a infraestrutura, o nosso prazo é 31 de agosto. Já entregamos ao TCU o projeto da pista; no dia 30 de setembro serão entregues os demais projetos de infraestrutura e no dia 31 de outubro serão entregues os orçamentos e esperamos que as ordens de serviço sejam emitidas em 17 de fevereiro de 2014.

É uma obra que vai terminar – porque está bem mais adiantada – em 30 de dezembro de 2014. É uma obra de R\$285 milhões, já inteiramente – vamos dizer assim – separada no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, de modo que não faltarão recursos para essa obra, viu, Senador. Pode ter certeza de que agora é para valer. Se Deus quiser!

O módulo operacional o senhor deve conhecer, ele já foi concluído. Mas como eu disse no início, ele só

dá uma sobrevida ao atual terminal, que efetivamente está completamente aquém da demanda de Goiânia.

O Galeão é um aeroporto que vai ser concedido nos próximos dias, assim que a ANAC publicar o edital de licitação, mas essas obras são as obras que dentro do edital de licitação continuarão de responsabilidade da Infraero. É a reforma do Terminal 1 e a reforma e complementação do Terminal 2 e do sistema de pistas e pátios, que está praticamente pronto.

Com as medidas do Terminal 1, a nossa previsão é que o Setor A fique pronto no início do mês de outubro; o Setor B até abril de 2014, e o Setor C sem dúvida nenhuma ficará por conta do concessionário e não será obrigação da Infraero.

É uma obra que está em andamento – quem teve oportunidade de ir ao Galeão já deve tê-la visto – e vai fazer com que aquele terminal tenha uma visão muito melhor do que tem hoje.

O Terminal 2, que é também todas essas etapas, terminará impreterivelmente em abril de 2014, sendo que no início do mês de dezembro nós já abriremos a penúltima parte do Terminal 2. E o sistema de pistas e pátios, que agora, até meados de outubro, será todo entregue. Uma obra de R\$ 85 milhões.

Como eu disse, a obra do Terminal 2 são R\$ 156 milhões e do Terminal 1, R\$ 198 milhões. De modo que nós temos quase R\$ 500 milhões ainda por conta da Infraero no Galeão.

Confins também é um aeroporto que será concedido, mas essas obras são de responsabilidade da Infraero. Há reforma completa do Terminal 1. Quem foi a Confins deve ter visto que está em obras. Foi uma obra de R\$ 260 milhões e a primeira parte terminará em dezembro de 2013 e completamente em abril de 2014.

O TPS-3 é uma obra para a qual nós demos a ordem de serviço em agosto de 2013 e ficará pronto no final de março de 2014. É um terminal remoto, mas é um terminal que vai fazer com que Confins suporte a demanda até 2016, quando deverá começar a construção do Terminal 2, já por conta do concessionário.

E a parte de pistas e pátios. Nós, hoje, fechamos toda a programação com o Governador Anastasia, lá em Belo Horizonte, inclusive com todas as companhias aéreas, de modo a fazer com que em maio de 2014, toda a parte de extensão da pista, que será ampliada em 600 metros, e todos os novos pátios estejam prontos, inclusive a reforma e o recapeamento da pista inteira.

Vitória é a nossa “pedra do outro sapato” junto com Goiânia. Nós estamos caminhando em Vitória com a mesma estratégia que usamos para Goiânia, de forma a retomar as obras o mais rápido possível.

A torre de controle, uma obra que não fez parte daquela que foi paralisada, terminará ainda em meados

dos de 2014. Essa fotografia também é do estado da obra hoje, uma obra de R\$ 25 milhões; e ela já está prevista para o novo aeroporto. E o novo terminal de passageiro é isso que eu disse. Nós esperamos assinar o contrato e a ordem de serviço em 15 de janeiro de 2014, mas isso também depende da autorização do Tribunal de Contas da União, que segue a mesma linha de Goiânia, como eu disse.

A pista de pouso e o pátio de aeronaves também são do mesmo projeto que está sendo desenvolvido e que nós devemos entregar ao tribunal no final de outubro.

Terminal de cargas, cujos projetos estão em andamento. Nós esperamos iniciar essa obra em maio de 2014.

Curitiba. O terminal de passageiros já está em obra também. É uma obra, primeiro, de ampliação do pátio, que já foi quase concluída e na primeira quinzena de outubro deverá ser liberada ao tráfego. É obra de R\$27 milhões. Restauração da pista de pouso lá de Curitiba, que também já foi concluída. E o terminal de passageiro e o sistema viário, que são uma grande obra de lá, uma obra de R\$ 240 milhões, de modo que apenas uma parte, cerca de 40%, ficará pronta para a Copa do Mundo, já conforme era previsto originalmente, e os demais serão terminados depois.

E o terminal de cargas que já está concluído, a obra já está pronta, o terminal já está alfandegado, nós devemos inaugurar nos próximos dias. E o projeto da terceira pista, que é uma necessidade para lá e esperamos terminar em dezembro de 2013, de modo que nós possamos ter, vamos dizer, um orçamento preliminar de quanto ficará essa terceira pista de Curitiba.

Porto Alegre é a mesma coisa. A reforma e a ampliação do terminal de passageiro, o sistema de pista de táxi e a ampliação da pista, o terminal de cargas e o módulo operacional, que deve ficar pronto nos próximos dias. O primeiro, o terminal de passageiros, uma obra de 240 milhões, 30% dela está prevista para ficar pronta antes da Copa do Mundo e os demais 70% depois da Copa, já que nós não vamos precisar... Hoje, Porto Alegre já é um aeroporto que suporta perfeitamente o movimento da Copa do Mundo. Nós só estamos readequando o terminal, fazendo com que ele seja muito mais confortável do que é hoje.

O sistema de pátio e a pista de táxi também estão em obra. Ela iniciou no último dia 10 de setembro e tem uma previsão de prazo de 14 meses, mas não irá afetar o movimento na Copa do Mundo. E a pista de pouso, que o projeto já está terminando, termina em dezembro. Nós esperamos ainda licitar a obra. Como é dentro do regime diferenciado de contratações, nós queremos fazer essa licitação com base no termo de

referência, de modo que tanto o projeto básico quanto o projeto executivo fiquem por conta do licitante que ganhar a obra; ou seja, é uma licitação integrada.

E no terminal de cargas tivemos um problema com a construtora que o estava fazendo; tivemos um problema grave de fundação. De modo que é uma obra que teve que ser interrompida, mas nós já estamos retornando. Já estamos na fase de contratação e esperamos que ela seja licitada ainda este ano.

E o módulo operacional, que já está concluído. Vamos lá.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE

– Vamos lá. Mais um minuto.

Aí, então, Florianópolis, que também mais ou menos segue a mesma estrutura. O Antunes, que é de Florianópolis, deve estar vendo como está a obra lá.

Eu vou passando mais rápido.

É o novo complexo aeroportuário.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Pode ficar tranquilo, porque a gente dá o tempo necessário.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE

– Ah, está certo.

O novo complexo. Florianópolis. Quem conhece Florianópolis sabe que é também um terminal que ficou aquém da demanda, principalmente a demanda internacional, devido às pessoas que procuram hoje o litoral de Santa Catarina. Ele está sendo completamente reformulado. É uma obra de 213 milhões.

E Foz de Iguaçu é também o nosso aeroporto internacional, na divisa com a Argentina e o Paraguai. Essa obra termina agora, no final de novembro. Toda a reforma do terminal. Quem conhece Foz do Iguaçu vai ficar surpreso. Não só o terminal de passageiro como o estacionamento de aeronaves e o estacionamento de veículos. São todas obras novas.

É isso o que eu queria mostrar: as principais obras, Senador.

E aí, se alguém tiver alguma curiosidade, algum aeroporto específico que eu não tenha falado, nós estamos à disposição. E, como eu disse, todo esse material ficará à disposição do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Presidente, eu queria parabenizá-lo pelo trabalho à frente da Infraero e dizer que esses números apresentados nos deixam muito otimistas. E o Brasil precisa disso. É uma pena que demorou muito, mas está chegando a tempo. Acho que a Copa do Mundo tem sido o motivo que nos fez acelerar. E o Brasil, com certeza, vai ganhar muito com esses investimentos, que trarão mudanças.

A gente sabe que uma das soluções para que possamos avançar é ter investimento nessa área de infraestrutura ligada à aviação civil, porque é um País de dimensões continentais e que não tem outro caminho a não ser investir nesses terminais.

Então, eu o parabenizo e digo que o Brasil, com certeza, nos próximos anos, vai sentir essa diferença muito próxima e vai demonstrar... Hoje, o Brasil tem oportunidade de investimentos e a chegada no Brasil é por meio dos nossos aeroportos.

Presidente, eu só gostaria, sendo de Goiás, de dizer que, mais uma vez, já encaminhei, como na época de Secretário de Infraestrutura, para que a gente analisasse, a questão de aumentar a pista do aeroporto de Goiânia. A área em que se encontra o aeroporto é também da União, porque é uma área da Embrapa. No futuro, quando a gente necessitar dessa área, talvez ela tenha sido ocupada com empreendimentos imobiliários. Então, mais uma vez, digo, depois de fazer estudos, que nós precisamos que aquela área esteja dentro do sítio aeroportuário da Infraero.

Acho importante que a gente volte a essa discussão, porque o aeroporto de Goiânia é uma saída também, como segunda opção, para Brasília, porque estamos tão próximos. Então, essa pista, com certeza, poderia também ajudar na operação do aeroporto aqui de Brasília.

E, segundo, Presidente, o nosso aeroporto de Goiânia também sente falta, necessita de ser também operado como voo internacional. Hoje a gente não tem essa possibilidade. Se a gente quiser fazer um voo internacional – Goiás tem, se eu não estiver enganado, a segunda frota de jatos; e tem muita demanda –, temos que sair por Brasília ou por Manaus, sendo que poderíamos ter isso em Goiânia, tendo em vista que nós temos tudo lá dentro, é uma questão de operação. A gente já tem Polícia Federal, Receita, tem tudo.

Então, aqui fica esse pedido para que o senhor possa analisar essa demanda nossa. Isso vai ajudar muito, principalmente, a aviação particular, que usa muito essa demanda, porque é preciso sair do Estado de Goiás para fazer um voo internacional.

Depois, eu gostaria que o senhor respondesse isso. Mas eu vou passar a palavra para o nosso segundo palestrante.

Antes de convidá-lo, convido todos que a nós assistem pela TV Senado para participarem desta audiência. Basta ligar, gratuitamente, para o Alô Senado, pelo telefone 0800612211, ou enviar sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, nos perfis do Alô Senado no Facebook, ou também pelo [twitter@alosenado](https://twitter.com/alosenado), e também pela minha página www.facebook.com/wilder.morais.

Passo a palavra, agora, ao nosso segundo palestrante, José Antunes Sobrinho, Presidente do Conselho de Administração da Inframerica.

Com o senhor a palavra, Presidente.

O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO – Obrigado. Boa noite já. Cumprimento, em primeiro lugar, o Presidente da Mesa, o Senador Wilder Moraes; o meu amigo Gustavo do Vale, sócio da Infraero; e Fernando Santos, pela oportunidade de estar aqui hoje.

Antes de mostrar alguma coisa, eu queria fazer um comentário.

O contexto que nós encontramos na aviação civil no Brasil é tal que estudos mostram que, em sete anos, nós vamos dobrar de cem para duzentos milhões de passageiros/ano, aproximadamente. São grandes números. Isso significa que apesar de tudo que está sendo feito pela Infraero ou por outros agentes, outros concessionários como nós, ainda tem muito a ser feito, porque a aviação civil no Brasil, nessas próximas décadas, vai significar o que significou todo o investimento de governo na década de 60 e 70, para quem se lembra, nas rodovias.

Então, acho que tem aí um caminho grande, acho que tem muito trabalho a ser feito, muito esforço para ser despendido, em face as nossas dimensões continentais.

Um dia desses, o vice-presidente da Boeing estava em São Paulo, e hoje temos uma aviação com 470 aeronaves comerciais e, nesses mesmos sete anos, vamos dobrar a quantidade de aviões dentro do País.

Então, é um cenário muito importante, muito interessante, muito necessário para o País e, portanto, o nosso encontro de hoje é um encontro muito especial.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer, em nome da Inframerica, e dizer que a Inframerica, na verdade, é uma empresa formada por 50% de participação do Grupo Engevix, de que eu participo – é um grupo tradicional na área de engenharia de infraestrutura no País, inclusive na aeroportuária projetou talvez grande parte dos aeroportos feitos pela Infraero, detém bom conhecimento –, e a Corporação América, uma empresa originalmente argentina que opera muitos terminais na Argentina, no Uruguai, no Equador, no Peru, na Itália, na Armênia, etc, e é um operador com o qual entramos no nosso primeiro leilão.

A primeira concessão foi Natal, como o presidente Gustavo falou – isso foi em agosto de 2011 – e, depois, em fevereiro de 2012, nós competimos e vencemos no aeroporto de Brasília, que é o terceiro maior aeroporto do Brasil.

Os senhores todos aqui passam, toda semana, por dentro dele. Então, nós temos o prazer e a honra de ter 16 milhões de fiscais em um ano passando lá

dentro, trafegando, que vão, certamente, exigir de nós uma qualidade de serviço que nós pretendemos dar.

Vou fazer uma rápida apresentação para os senhores terem uma ideia de como esse aeroporto vai ser. E uma novidade que eu adianto – não é uma novidade, até o momento, pública – é que nós mudamos um pouco o cronograma das obras e vamos fazer com que, em 2014, praticamente encerremos um ciclo de investimento dentro do Aeroporto de Brasília. Em função de determinadas questões de logística de obra que não nos permitem remobilizar, vamos, praticamente, fazer os grandes investimentos, não só para a Copa do Mundo.

Como bem disse aqui o presidente, não temos que olhar para os aeroportos brasileiros tendo em mente somente a Copa do Mundo. A Copa do Mundo apenas fez a ignição da chave. No fundo, o Brasil precisa dos investimentos em aeroportos com Copa do Mundo ou sem Copa do Mundo. Talvez a Copa do Mundo hoje seja até mal usada em relação às necessidades que nós temos de fazer com que esses aeroportos tenham boas condições.

Vou mostrar um pouquinho o aeroporto de Brasília.

Inicialmente, apenas uma visão dentro do plano diretor, como é que vai ficar, depois nós vamos um pouquinho mais para detalhes. Um ponto importante: esse aeroporto é o único aeroporto do Brasil com duas pistas paralelas separadas por uma distância de 1,9 mil metros, um aeroporto que tem condições, portanto, de ter pousos e decolagens simultâneos nas duas pistas em função da distância entre elas.

Aqui estamos mostrando um pouquinho a posição em que ele estará na Copa do Mundo. Nós vamos ter um Píer Sul, cujas obras estão em plena execução. Esse Píer Sul abriga onze pontes, e o Píer Norte, sete pontes. Aqui nós vamos manter o Satélite; temos obras grandes aqui dentro do terminal; já fizemos obra no Terminal 2 também e uma série de obras em pistas; o novo pátio para aeronaves também junto à Pista Sul e mais posições remotas – além do contrato de concessão –, que nós estamos fazendo aqui também, próximo ao Píer Sul.

Aqui são algumas fases de progresso, quando, em algum momento, o satélite desapareceria, mas, na verdade, nós vamos sempre considerar que ele permanece lá. Isso aqui seria um crescimento da nossa área internacional. E aqui já seriam outras fases mais para frente, à medida que a demanda assim indicar.

Um pouquinho que nós estamos mostrando também... É que o aeroporto de Brasília não é um aeroporto qualquer. Se os senhores olharem a América Latina, verão que ele está no centro. Está não só no centro geográfico do Brasil, como no centro geográfico

da América Latina, da América do Sul em particular – não posso falar em América Latina porque os mexicanos não vão gostar!

Por exemplo, aqui temos uma operadora como a Avianca, que, de Bogotá, faz voos em quatro horas. Temos hoje também a Latam, que, de Santiago até aqui, faz o mesmo percurso. Nós enxergamos que Brasília realmente é a capital da América do Sul e, como tal, muitos negócios vão se desenvolver aqui. Portanto, nós olhamos esse aeroporto como um aeroporto que tem que ter uma infraestrutura junto a ele e, felizmente, neste caso, nós temos uma base de áreas físicas que nos permite desenvolver o que nós chamamos de aerossítio, aerotrópolis, onde nós vamos ter hotéis, centros de convenções, *malls*, tudo isso conectado com o aeroporto, de forma a trazer emprego e renda também para o Distrito Federal. Esse projeto vai se desenvolver, ele tem um tempo para se desenvolver, mas algumas coisas já vão ocorrer do final deste ano para o próximo.

Vou mostrar para os senhores agora tudo o que está acontecendo dentro do aeroporto.

Hoje nós estamos fazendo uma reforma dentro do terminal principal do aeroporto. Como eu lhes mostrei, com o Píer Norte, o Píer Sul e a parte central, produz-se o efeito de asa. Essa concepção de projeto decorre do fato de em Brasília 35% do tráfego ser tráfego de conexão. Então, nós já fizemos o projeto pensando que as empresas querem operá-lo como *hub*. Isso vale para a Latam, vale para a Avianca, vale para outras. O tempo de percurso do passageiro que desembarca num píer e vai para o outro tem que ser o mais rápido possível. Então, foi um projeto arrojado, um projeto que nos apresentou certos desafios, porque nós mexemos nas pistas com o aeroporto vivo. Porém, nós acreditamos que essa é a melhor solução de engenharia e, por isso, além de fazer os píeres Norte e Sul novos, nós estamos fazendo uma grande reforma dentro do terminal principal, que está andando dentro do programa.

Até o final do ano, por exemplo, nós vamos ter uma sala de embarque nova, uma grande sala de embarque, aberta, com a parte comercial lá dentro, com todo conforto para os passageiros. Vamos ter também uma sala VIP, algo que Brasília precisa ter – aqui realmente o tráfego é muito grande –, que vai estar aberta no terceiro piso, as áreas públicas estão sendo substituídas lá.

O coração desse aeroporto está no sistema de esteiras. Esse sistema é extremamente sofisticado, adquirimos um sistema que é considerado o melhor do mundo. Ele vai permitir conexão rápida, vai permitir transferência de bagagem de forma rápida, cinco níveis

de segurança com raio X. Isso está sendo feito junto à área do terminal. Quem vai lá, já vê que as primeiras esteiras começam a ser liberadas.

Falamos também das ampliações dos dois píeres, Píer Sul e Píer Norte. Quem for olhar hoje, vai notar o Píer Sul – mas abaixo aqui –, que está em franco processo de execução, e a nossa expectativa é que ele entre em operação em fevereiro, antes que vençam as nossas obrigações do contrato de concessão.

E aqui nós estamos denominando nossa estratégia de concessão como se fosse Aeroporto Sul, vamos abrir onze posições de contato com pontes, mais doze posições remotas em volta e vamos ter três núcleos centrais onde haverá elevadores por onde descem os passageiros. Rapidamente os ônibus fazem a conexão com as posições remotas, que vão estar justamente em volta do Píer Sul.

O Píer Norte já tem uma defasagem de três meses, estamos prevendo sua conclusão no final de abril do ano que vem.

Obras de pátio. Todas elas estão seguindo uma sequência, mas a maior parte das obras de pátio será terminada até o final deste ano, até porque nós temos a questão das chuvas, a pluviometria aqui, de qualquer maneira nós não poderíamos estender as obras.

Ampliação do estacionamento. É algo que já aconteceu, os senhores podem ver lá. Agora, cada vez mais, vamos melhorar aquele estacionamento, com acesso para pedestres, vamos colocar as locadoras dentro do estacionamento, como deve ser feito num terminal moderno – estamos negociando com elas.

A Pista Sul: estamos trabalhando na revitalização dela. A reforma do TPS 2 está feita. Os senhores vão lá e já encontram duas esteiras, a área de embarque é melhor, os restaurantes também. Essas obras estão seguindo.

Estamos fazendo um segundo viaduto de aeronave, que se liga à Pista Sul. O segundo viaduto vai estar pronto até o final do ano, quem passa lá vê as obras. Quem tem um viaduto de transporte pode ter algum problema em algum aparelho de apoio. Então, nós estamos executando o segundo justamente para, junto como Píer Sul, dar total desafogo para as posições remotas, como temos planejado.

MOP 1. Esse MOP era o MOP da Infraero, estava dentro da área de pista. Já está prontinho – presidente, está prontinho, devemos inaugurá-lo logo; o senhor, como sócio, vai ser chamado proximamente. Está ao lado do TPS 2, já vai dar um conforto até que os demais píeres, Norte e Sul, fiquem prontos. Nós vamos dar um conforto a mais, principalmente para aquele passageiro que está na posição do satélite redondo, que hoje, embora tenhamos feito uma grande reforma

lá, como a quantidade de passageiros é muito grande, há um pouco de desconforto.

Bom, aqui é uma tabela que mostra o progresso do aeroporto, com pontes de embarque, crescimento de passageiros ao longo do tempo, conforme o aeroporto vai crescendo por fases.

Sobre as obras que estão sendo feitas, basicamente, eu acabei percorrendo sobre elas. Estamos fazendo um pouco mais – como eu disse, a etapa 2016 vai terminar até 2014. No fundo, nós puxamos um pouco mais os investimentos, até para permitir certas negociações comerciais que o aeroporto está fazendo hoje.

Aqui, um pouquinho da visão do terminal existente, Satélite, Píer Sul e Píer Norte. Aqui há um pequeno engano. Neste Píer Norte, nós estamos fechando ele completamente já na etapa até a Copa, com todas as posições de embarque. A nossa área internacional, em um primeiro momento, vai ficar onde hoje é o satélite. E aí são as fases subsequentes. Aqui é uma visão no desembarque do conjunto de esteiras que nós vamos ter. Serão esteiras sofisticadas, de movimento rápido, completamente automatizadas; e aí já na zona de embarque.

Aqui são uns cortes, como vocês podem ver, a zona de desembarque, as esteiras menores, as maiores, que estão totalmente sendo implantadas agora. E os diversos níveis que serão feitos aqui dentro do aeroporto. Nós vamos fazer um segundo meio fio, também, na área de embarque. Hoje quem vai desembarcar em Brasília nota essa deficiência. Também vocês podem notar que está a obra já em construção. Vai atrapalhar um pouquinho o usuário, mas vai ficar pronto, também, para a Copa do Mundo o segundo viaduto ou, como chamamos, meio-fio.

Aqui são algumas visões do aeroporto já na sua fase definitiva, já concluído e com nível de satisfação que vamos dar aos nossos usuários. Como é que vai ser na frente do Aeroporto de Brasília. Aqui é uma visão da sala de embarque, em várias situações.

Agora, um pouquinho das fotos para os senhores terem uma ideia. Essa aqui já mostra o estacionamento pronto. Nós vamos ainda implementar mais. Aqui uma visão do Píer Sul. Como eu disse, em fevereiro, ele tem que estar operacional. Vamos estar lutando para isso. Para dar uma ideia, também todas essas pontes rolantes estão todas a ponto de embarque, estão todas adquiridas. Todos os equipamentos estão adquiridos. Todos os acabamentos das obras estão adquiridos e, hoje, nós estamos com – acredite se quiser – duas mil pessoas trabalhando dentro do Aeroporto de Brasília, e o aeroporto em operação.

Contamos muito com a colaboração da Infraero, que nos ajuda muito a trabalhar com todos os *players*

que estão aí dentro porque não tem sido fácil. Estamos realocando banco, estamos realocando Receita Federal. A quantidade de obras é imensa. São 2.800 pessoas trabalhando hoje.

Mais uma visão do Píer. Para dar uma ideia, ele tem pontes para os dois lados. Na parte mais larga dele tem 54m de largura. Vai ser um terminal muito confortável.

Esse é o conector que liga neles. Já está coberto, estamos cobrindo o conector. Aqui se pode ver até o granito que já vai ser colocado. Vamos colocar e implantar os granitos aí.

Aqui o Píer Norte, que tem uma defasagem, como eu disse, de três meses, mas toda a estrutura de concreto está pronta. Em seguida, vem a cobertura metálica, depois vem os fechamentos com as esquadrias, cobertura definitiva e vai seguir o mesmo caminho do resto.

Aqui o viaduto da aeronave. Era um viaduto já previsto desde que esse aeroporto existe. Nós redimensionamos, tivemos que fazer alguns reforços de estrutura, mas, para a pista sul, nós vamos ter dois viadutos e, com isso, temos uma operação mais segura no aeroporto.

Mais uma visão dele, vai ter um segundo, como aquele em que está passando o avião da TAM.

Aqui são obras de pátio. Só de obras de pátio, nós estamos falando em 300 mil m², que nós estamos fazendo nessa etapa. Fundamentalmente, as obras de pátio vão estar prontas, também, até o final do ano. O que nos resta aqui é um pouco de trabalho na pista norte, onde estamos jogando 300m³ de aterros em exatamente 60 dias, porque, depois, é o período de chuvas, e aqui como o aeroporto é um aeroporto operacional, não temos toda flexibilidade do mundo para poder executar as obras como nós queremos. Temos que programar obras noturnas. Vocês vão lá e vão ver que está acontecendo muita coisa à noite.

Essas são cabeceiras da pista norte, as rezas, que são áreas de segurança, já executadas de um lado e de outro. A duplicação do viaduto de embarque, estamos começando. Essa vai dar um pouco de trabalho aos nossos usuários. O investimento nosso até o ano que vem, nesse aeroporto, é de R\$1,1 bilhão e hoje podemos dizer que o nosso avanço físico é de cerca de 50%, mas, vamos dizer, toda nossa programação não mostra que nós vamos cometer nenhum tipo de atraso. Ao contrário, acho que nós vamos conseguir entregar para a Copa ou para o País um aeroporto em ótimas condições para o ano que vem.

Eu agradeço por essa primeira parte da apresentação. E, numa segunda, vou passar, rapidamente, o

aeroporto de Natal. Pode ser? Serei breve, bem breve. Ainda tenho alguns minutos?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Tem, sim. Tem o tempo necessário, Sr. Antunes.

O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO – O aeroporto de Natal é o aeroporto, como o Presidente Gustavo comentou, para seis milhões de passageiros/ano, onde a Infraero entrou com a pista e pátios e *taxiways*, e nós estamos entrando com o terminal e tudo que vem atrás.

Esse projeto, como foi o primeiro nosso – até vou confessar para vocês –, é um projeto para o que fizemos um investimento, estamos fazendo um investimento até maior, digamos, do que poderia ser para um terminal de seis milhões de passageiros/ano. É um projeto arquitetonicamente bastante sofisticado, muito bonito, e as obras também estão em pleno andamento.

São Gonçalo. Nossa intenção é colocar em operação em abril do ano que vem, e as obras estão se encaminhando de uma maneira muito rápida lá.

É isso. Primeiro o terminal principal são 40 mil m², 6,2 milhões passageiros, 45 balcões de *check in*. Vamos ter todo um esquema. Temos oito esteiras, oito pontes, das quais três capazes de acomodar naves maiores, e aí por diante. Capacidade de estacionamento para 1.500 vagas. Tudo isso está em total andamento. Como eu disse, são oito *fingers*, e aí nós podemos fazer várias combinações. Um grande terminal de cargas também estamos prevendo lá.

São obras para dar uma ideia de volumes em concreto, 30 mil m³, ou seja, uma obra bastante grande. Aplicamos 3,5 mil toneladas de aço, também estruturas metálicas bem sofisticadas; são coberturas muito bonitas que estamos fazendo. Ainda tem grandes obras de terraplanagem lá previstas. Só de acessos internos dentro do aeroporto nós temos 25km porque estamos criando uma infraestrutura para esse aeroporto para atender, inclusive, investimentos na área industrial na região de Natal. E áreas pavimentadas também são bem grandes.

Isso aqui é a linha do tempo, mas desde que, de fato, nós começamos a obra, definitivamente, nós conseguimos detoná-la para entrar firme a partir do final do ano passado. Também nós não podíamos fazer investimentos antecipados se a pista e o conjunto de pistas não tivessem mais ou menos no mesmo nível de execução. Assim, tudo termina, as pistas são terminadas nesse final do ano. Nós concluímos a parte de torres, e aí, o aeroporto está completamente operacional e comissionado para abril.

Aqui mostra um pouquinho a posição de São Gonçalo do Amarante, onde é o local; está a cerca de 33km do atual aeroporto de Augusto Severo, em Na-

tal. Aqui, para dar uma ideia para os senhores, esse é o terminal de passageiros e aqui, então, tem a torre, tem o Teca, e os senhores podem ver, em azul, tudo isso aqui são os sistemas viários que estamos fazendo lá. Então, nós estamos criando uma infraestrutura aeroportuária não apenas olhando o terminal, mas muito maior, pensando em um futuro de Natal e das possibilidades que nós temos aí.

Essas são fotografias do terminal principal em dezembro. Essa é a fotografia de maio; vejam como cresceu. Essa fotografia de junho, já está a cobertura colocada lá, e essa é a situação de agosto, com o terminal principal e centros de utilidades e torres para frente.

Aqui um pouquinho da visão desse aeroporto como ele será no futuro. Aqui o conector de acesso. Aqui mostra desde o acesso pelo viaduto que está feito lá, a cobertura metálica, até o conector, e aqui são as pontes de embarque.

Algumas visões do aeroporto como ele vai ser no futuro, *check in*, etc. Essa torre está praticamente pronta, a parte de obra civil. Estamos montando equipamentos lá. Hoje podemos dizer que estamos com 54% do aeroporto executado já, em Natal. E, praticamente, todas as aquisições principais para o aeroporto concluídas, e temos um contingente, hoje, de cerca de 1.900 pessoas dentro do canteiro de obras em São Gonçalo.

O investimento total nosso são R\$410 milhões. O BNDES entrou com R\$326 milhões e, até agosto, tínhamos executado R\$200 milhões.

Aqui tem algumas obras que dependiam da gente, como falamos; da Infraero, que está cumprindo muito bem a sua parte. Também tem o Governo estadual que tem que fazer os acessos, mais os acessos nossos.

Aqui está o aeroporto. Temos o chamado acesso norte, que são 9km, e temos um acesso sul, que é muito maior. Essas obras aqui estão iniciando agora e, se necessário for, a Inframerica está completamente à disposição. Já falamos isso aí (*Inaudível.*), se houver qualquer tipo de problema, nós vamos entrar e executar essas obras diretamente. Não faltará, diferentemente do que falam, acesso para o Aeroporto de Natal.

Basicamente, era isso que eu queria apresentar aos senhores dos dois terminais que nós temos desenvolvido.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) –Obrigado ao Presidente do Conselho de Administração da Inframerica.

Quero parabenizar, também, como empresa brasileira, a grande visão da Infraero, do Governo Federal, porque já era tarde para que possa a iniciativa privada entrar nos investimentos. Então, eu que chego toda semana em Brasília, quando venho de avião ou de helicóptero, é um canteiro de obras. Vejo o quan-

to é fácil e mais rápido, pela questão da burocracia, quando entra a iniciativa privada para fazer as obras e tomar essas decisões.

Eu imagino uma obra desse tamanho dentro do poder público e fazer esse tanto de projeto. E licitei esse tanto de obras, teria gastado três anos só em um projeto. Então, a iniciativa privada consegue fazer, ao mesmo tempo, as obras e os projetos complementares e a velocidade de contratação.

Uma coisa importante que a população vai sentir e que vocês, como empresários, pegaram muito rápido. O aeroporto, na verdade, é uma âncora do negócio imobiliário que vocês vão achar e, com certeza, vai dar um conforto à população em hotéis, o sítio aeroportuário, que terá todo o serviço. Na verdade, é um grande *shopping center*, que, inclusive, há uma pergunta de um telespectador nosso dizendo o seguinte – e aí eu vou deixar a pergunta para o senhor: “Por que é tão caro nas lojas dentro dos aeroportos em relação aos outros *shoppings* fora?”

Então, eu, também, com a experiência em *shopping center*, empreendedor que sou, com certeza, com o volume de lojas que vão ser instaladas vai-se reduzir muito o custo operacional de condomínio. Vou deixar a pergunta para o Presidente José Antunes, mas essa, com certeza, vai ser a saída, porque hoje o número de lojas que há dentro do espaço é muito pequeno. Com certeza, o custo é diluído com o volume pequeno, vamos dizer, de lojistas.

Também uma segunda pergunta que vai para o Gustavo do Vale: “Quais são as dificuldades para descentralização dos voos internacionais? Por que não temos mais voos de Brasília e do Nordeste para o exterior?” Então, vou deixar essa pergunta que está chegando para nos aqui.

Na primeira pergunta, que vai para a Inframerica, o nosso telespectador diz: “Quando fazemos uma conexão em (*Inaudível.*) americano, percebemos que o preço das lojas e restaurantes não difere do de outros *shoppings*. No Brasil, temos a impressão de que a diferença de preço é muito maior. Cada vez mais, há clientes da classe C nos aviões. Essa estratégia é sustentável?”

Eu comecei a responder, mas deixo para o senhor responder isso daqui a pouco.

Gostaria de passar a palavra para o nosso terceiro palestrante, Fernando Santos, que é Superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo (SNETA). Está com o senhor a palavra, Superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo.

O SR. FERNANDO SANTOS – Senador Wilder, boa noite! Presidente Gustavo, Presidente da Inframerica, boa noite! Boa noite a todos!

A minha apresentação é rápida. Nós gostaríamos de contar com um pouquinho da atenção dos senhores por existir uma visão muito limitada do que nós somos. Acredito que os senhores se surpreenderão ao final desses 20 minutos, quando nós apresentaremos aquilo que fazemos e citaremos quais são os óbices – foi aquilo que nos motivou a vir aqui, diante do convite do Senador Collor.

Sou Superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo. A gente já trabalha no setor há 32 anos. Eu convivo, nos últimos 18, 20 anos, muito próximo da Infraero. Eu queria, inicialmente, registrar a admiração que tenho pelos executivos que lá labutam e que lutam muito contra amarras que muitas vezes os impedem de serem mais ágeis e terem respostas mais adequadas às necessidades do País.

A Infraero precisa, urgentemente, de um regime, a exemplo do que tem a Petrobras, que lhe dê mais autonomia, mais velocidade, porque o que nós vemos aqui... Ao Presidente transmito os parabéns, mas o fato é que a empresa sofre por amarras legais, que – eu que conheço muitos os executivos da Infraero – vejo a frustração de quererem executar ainda mais e, muitas vezes, verem-se amarrados por legislações.

O Brasil conta hoje com 173 empresas registradas na Anac, empresas de táxi aéreo. Nós temos 1.237 aviões de diversos modelos, desde pequenos monomotores a jatos transcontinentais, operando em empresas de táxi aéreo. Nós temos 325 helicópteros trabalhando em serviços diversos, muito concentrados na operação de petróleo, apoio à indústria de petróleo brasileiro.

Nós transportamos 1,5 milhão de passageiros por ano, temos 80 mil empregos diretos e indiretos envolvidos no setor de táxi aéreo no Brasil e geramos em torno de 1 bilhão de impostos/ano. A integração do País é muito dependente do táxi aéreo. Comentou-se aqui há em torno de 400 aeronaves, hoje, operando no transporte aéreo regular, se não me engano.

Vocês viram ali, nós temos 1.237 aviões operando em táxi aéreo – só estou citando táxi-aéreo. Existe outro segmento da aviação brasileira que é o transporte aéreo executivo, ou seja, o avião particular, que também é fortemente dependente daquilo que nós oferecemos a eles em termos de infraestrutura de solo, manutenção, etc. A integração do País só acontece por que companhias de táxi aéreo e operadores privados cruzam o Brasil de norte a sul, como vocês vão ver no mapa com que a gente vai comparar a nossa abrangência com o que faz o transporte regular.

O táxi-aéreo atende majoritariamente a executivos, autoridades e público em geral, viabilizando atingir diversos pontos do País ainda não cobertos pela ma-

lha de voos da aviação regular. Não sei se senhores sabem, mas o transporte aéreo regular tem agregado muitos passageiros que viajam a lazer. Recentemente, eu ouvi deles próprios que quase metade dos passageiros em muitas linhas regulares, quase metade, viaja a lazer; 80% dos nossos passageiros viajam a trabalho e gerando empregos para essas pessoas que vão viajar a lazer – é importantíssimo, em países desenvolvidos.

Esse setor de táxi aéreo e aviação executiva é diferenciado e recebe um tratamento especial pela capacidade que tem de gerar empregos e riqueza. Um terço do PIB brasileiro – para não ficar lendo muito texto – é gerado pelas grandes corporações que utilizam o táxi aéreo e aviões executivos para o seu dia a dia. Não há como essas grandes corporações fazerem o seu trabalho de gestão, de identificação de novos sítios e pólos industriais, sem utilizar o transporte aéreo executivo.

A maior parte das aeronaves da aviação executiva é utilizada para negócios – já disse isso aqui aos senhores. O transporte de passageiros através da aviação geral viabiliza novos projetos que, por fim, facilitam a fixação de populações em suas regiões de origem. Carajás não existiria se, antes, não pousasse lá uma companhia de táxi aéreo.

A Usiminas nasceu como uma das maiores companhias de táxi aéreo brasileiras, aliás, a maior, porque não havia como chegar a Ipatinga. Hoje, você vai rapidamente, mas, àquela época, primeiro chegou uma companhia de táxi aéreo. Recentemente, a Fiat Automóveis inaugurou uma fábrica em Goiana, se não me engano, o nome da cidade, próxima a Recife, e só se viabilizou isso, porque a Fiat tem um jato executivo que faz o transporte dos seus principais dirigentes para a Argentina, para Recife, para Brasília etc.

Não há como fazer um negócio desse porte e gerir o negócio se você não utilizar o transporte aéreo executivo. Nesse sentido, o Governo vem envidando esforços para a despolarização da indústria nacional, procurando expandi-la para fora de grandes centros urbanos. O único meio de transporte para chegar a esses destinos, com a agilidade exigida no meio corporativo, é a aviação executiva.

Ali, vocês podem ver, nós temos no Brasil, na aviação, uma divisão: a aviação civil e a aviação militar. Logo abaixo, na aviação civil, olhem o tamanho da aviação geral e o tamanho da aviação comercial, ali destacada à direita. A capacidade da companhia aérea comercial é limitada a 130 aeroportos aproximadamente, enquanto nós atingimos quase 3 mil destinos.

Comparem, analisem esse mapa com os pontos que a Gol, a Azul, a Avianca e a TAM, que são as grandes companhias brasileiras hoje, cobrem com as

suas linhas regulares. Vocês podem ver, no mapa, que há uma boa parte do País, principalmente ali, sem nenhuma cobertura, porque não há interesse das companhias aéreas de voar para esses destinos, enquanto nós fazemos esse tipo de cobertura. São 3.370 aeroportos atendidos exclusivamente pelo táxi aéreo e pela aviação geral.

Quando falo em táxi aéreo, temos também os proprietários de aviões privados que têm, como ferramenta de trabalho, o avião executivo. É preciso deixar claro que o avião executivo não é luxo. Essas pessoas utilizam esse transporte durante a semana, a trabalho.

Nós identificamos, também, em azul escuro, a aviação comercial; em azul claro, o nosso táxi aéreo, a aviação geral. Ali, vocês têm atividades não relacionadas a negócios – é um comparativo de quem usa o quê. Olhem, ali no meio, a gestão de negócios existentes, nós temos um volume de demanda muito maior do que a própria aviação comercial que – o que é bacana – está transportando muita gente que antes utilizava o ônibus.

Essa pessoa que hoje utiliza o avião para visitar o seu familiar o faz porque está empregada com aquele que usa o transporte aéreo executivo para implementar uma fábrica, para desenvolver um novo polo no País, um polo de negócios. Setenta e cinco por cento das viagens são dedicadas aos negócios, como já havia comentado.

Ali está a frota brasileira de aviação geral, com aproximadamente 13 mil aeronaves. Lembro a vocês que o transporte regular tem aproximadamente 400 aeronaves, estamos com 13 mil aeronaves dos mais diversos modelos. Ali está a distribuição da frota, desde os pequenos monomotores, até os jatos transcontinentais.

São Paulo chama a atenção com 3.652 aeronaves registradas; Minas com 1.057; Goiás com 870. Ali não vamos falar dos números, mas é uma distribuição por todo o País. Muita gente não sabe, mas as nove companhias de táxi-aéreo que hoje transportam o pessoal que produz petróleo são os grandes responsáveis pela produção de petróleo no Brasil.

Não se produz petróleo, no Brasil, no mar – e a nossa produção de petróleo é basicamente retirada do mar – sem todo o efetivo empregado numa plataforma, que é transportado por companhias de táxi-aéreo. São nove empresas que atuam nesse setor. O táxi-aéreo é um serviço fundamental para a indústria de óleo e gás, que conta com a sua frota de helicópteros como parte indispensável da estrutura logística – 100% do transporte de passageiros para as plataformas são feitos com a utilização de helicópteros, totalizando mais de 1 milhão de passageiros por ano.

Atualmente, 179 helicópteros de médio e grande porte são dedicados às operações *off-shore* e *on-shore*. Estima-se que a frota total, em 2020, será de 271 aeronaves. Hoje, nós já temos helicópteros que transportam 20 passageiros – piloto, copiloto, comissário e 20 passageiros –, com altíssima segurança.

Nós voamos do nascer ao pôr do sol diariamente – essa atividade não para –, e, de segunda a segunda, do nascer ao pôr do sol, com um nível de segurança admirável. Nós temos auditorias externas, que a própria Petrobras contrata. A Shell, que é referência mundial na área de segurança de operação aérea, aprova as operações brasileiras de *off-shore* – esse é um serviço fundamental para o País, é onde a gente tem enfrentado problemas dos quais, rapidamente, vou falar mais na frente.

Os maiores clientes das empresas de táxi-aéreo na indústria de óleo estão ali identificados – vocês podem ver –, são: a Petrobras, a OGX, a Shell, a Exxon e por aí vai, a BP, a Repsol, a Oil States. São grandes gigantes mundiais da área de petróleo. Estão, todas elas, dependentes desse serviço que é oferecido por nove companhias de táxi-aéreo brasileiras.

Esse mercado vai crescer. Nós já temos uma demanda projetada com base nos dados da Petrobras e de outras empresas. Ali, em 2011, está o número de helicópteros, em amarelo, o número total. Em 2020, estima-se chegar a em torno de 270 helicópteros no mínimo, numa projeção conservadora, dedicadas a transportes de passageiros. São 270 aeronaves – ou seja, mais da metade da frota da aviação regular – lotadas, que decolam ao nascer do sol e só pousam ao cair da tarde em diversos aeroportos: Macaé, Vitória, Jacarepaguá, Nordeste, Itanhaém, Navegantes e outras áreas espalhadas pelo País.

Ali, citamos alguns clientes que hoje compram os serviços em empresas de táxi-aéreo, lembrando que são serviços de transporte aéreo em jato executivo, são serviços de manutenção aeronáutica: a Ambev, ou a CNI – só para citar –, ou a CSN, ou o Banco Alfa, enfim, a Amil, a Andrade Gutierrez, que possuem aviões próprios, mas quem o suporta é uma companhia de táxi-aéreo, fazendo manutenção, fazendo o solo, o embarque, o desembarque. Então, maximizamos a nossa capacidade instalada para atender essas corporações.

Ali, estamos citando alguns exemplos de grandes geradores de emprego no Brasil. Seguem Construcap, Fiesp, Fiemg, HSBC, Hyundai, Ipiranga, governos de Estado, polícias, Força Aérea Brasileira – que tem também empresas de táxi-aéreo, unidades de manutenção aeronáutica –, mais alguns, Microsoft, Mitsubishi, MRV, Multiplan, Pão de Açúcar, Odebrecht, Ricardo Eletro, Vale do Rio Doce e tantas outras, Polícia Rodoviária

Federal, Petrobras, que utilizam os serviços de companhias de táxi-aéreo. Acho que isso deixa bem clara a importância desse serviço num País continental.

Fazemos ambulância aérea transportando gente no Brasil inteiro e para o exterior também. Já tivemos várias missões de resgate na Europa, nos Estados Unidos ou, eventualmente, levando passageiros em estado grave para alguma situação no exterior. Mas, majoritariamente, cruzamos os céus brasileiros fazendo o serviço de ambulância aérea em helicópteros, em jatos executivos, em aviões turboélices que pousam em fazendas.

Fazemos inspeções e fazemos também trabalhos em linhas de transmissão energizadas: o helicóptero paira ao lado daquela linha energizada e o técnico executa um trabalho de manutenção sem o desligamento da transmissão. O helicóptero fica ali pairado, é um trabalho altamente especializado que é realizado por companhia de táxi-aéreo.

Fazemos combate a incêndios – está atendendo o Ibama, com helicópteros. Temos centros de manutenção instalados de Norte a Sul do Brasil, fazendo serviço de manutenção. E ali está o exemplo de um helicóptero importado em estado bem precário, semi-desmontado e que, no Brasil, recebe os acabamentos, evidentemente propiciando ao País economia de divisas, atendendo às suas próprias frotas e atendendo ao mercado que precisa desse serviço.

Fazemos o atendimento de solo, recebendo aeronaves estrangeiras que cada vez mais chegam ao Brasil trazendo investimento. E esse investidor estrangeiro já se mostra preocupado, porque ele está tendo sérias dificuldades de pousar nos principais aeroportos brasileiros. Estamos sofrendo bastante com a questão da pouca infraestrutura dedicada à operação Executiva no Brasil.

Sofremos muito na Copa das Confederações, porque fomos proibidos de voar; sofremos na Rio+20, porque fomos proibidos de voar; sofremos na visita do Papa, porque também fomos proibidos de voar naqueles aeroportos envolvidos – no caso do Papa, no Rio de Janeiro; no caso da Copa, nas cidades onde se realizaram os jogos. Infelizmente, ficamos sem voar, com prejuízos evidentes. Se você não pode pousar ou decolar, você não pode vender o seu serviço.

Fazemos malotes bancários, cruzando o Brasil de Norte a Sul – é um trabalho fundamental para os interesses econômicos do Brasil.

Aí vamos falar dos óbices, das questões que muito nos afetam. Vocês devem estar vendo nos jornais que as companhias aéreas enfrentam problemas neste momento. O Governo já se mobiliza buscando soluções para tentar ajudar às empresas a sair deste

momento. Estamos no táxi-aéreo, há décadas, sem jamais receber um centavo sequer de ajuda de quem quer que seja.

O empresário de táxi-aéreo, na sua grande maioria, são empresas pequenas tocadas pelo próprio dono, que é piloto, que é empreendedor, que é corajoso, porque é um negócio que exige muito investimento, é um negócio que exige muita segurança. E o órgão fiscalizador, com razão, vem atuando e cobrando de todos nós um alto padrão operacional.

Hoje, no *O Globo*, há uma notícia que diria distorcida, quando diz: “O número de acidentes aeronáuticos no Brasil cresceu na aviação geral.” Cresceu, a frota brasileira cresceu, mas não é verdade que esse número tenha crescido em empresas de táxi-aéreo. A grande maioria dos acidentes envolve operador privado e muitos deles, operador privado que faz táxi-aéreo pirata, táxi-aéreo clandestino.

Bom, aqui, nós temos um primeiro ponto: nós estamos lutando há algum tempo para que o táxi-aéreo continue a ser um serviço aéreo público, concedido pelo Governo, como é o transporte aéreo regular. Algum legislador, em determinado momento, queria transformar o táxi-aéreo em serviço privado – não é. Como um táxi, como um ônibus, como um Boeing, nós transportamos vidas. No caso de petróleo e helicóptero, a atividade de petróleo é altamente arriscada, é atividade hipercrítica.

Você pousa em uma plataforma que oscila, você pousa em um navio, e nós pousamos o dia inteiro, centenas de vezes por dia. E, evidentemente, isso é um serviço aéreo público concedido, fiscalizado por uma agência reguladora. Então, nós precisamos que essa classificação seja mantida para que nós tenhamos também acesso à infraestrutura aeroportuária.

Outra prioridade nossa é a garantia de slots e de espaços nos aeroportos centrais – principalmente Congonhas e Santos Dumont. Hoje, nós estamos sofrendo fortemente restrições para operar nesses aeroportos. E destes aeroportos saem os homens que vão investir na fábrica que vai gerar o emprego em área distante do País: de São Paulo, do Rio, de Belo Horizonte, de Brasília que saem os investimentos.

Não há como você excluir um setor – nos países de primeiro mundo, isso não existe, você compatibiliza o interesse. Obviamente que a prioridade é do transporte aéreo regular, mas nós não podemos ser excluídos da infraestrutura. Esse é um problema com que nós temos trabalhado muito junto às autoridades, junto ao Decea, junto à Secretaria de Aviação Civil.

Outro ponto em que nós temos tido problema sério aqui, o Presidente Gustavo recorrentemente é procurado e se envolve nessa questão: nós precisamos da

manutenção da concessão das áreas aeroportuárias das empresas de táxi-aéreo sem a necessidade de processo licitatório. Simplificando, as companhias de táxi-aéreo – assim como a Varig, ou a Gol, ou a Tam, ou a Azul – instalam-se em um hangar. Esse hangar, como uma área de Governo, é concedido às companhias de táxi-aéreo e, ali, elas instalam laboratórios, oficinas, toda uma infraestrutura para fazer tudo aquilo que eu mostrei para vocês. Se eu perco o hangar, como companhia de táxi-aéreo, eu vou para a rua, eu não tenho como instalar o meu hangar na Avenida Paulista.

Então, resumindo, nós estamos sendo tratados como a loja da Copenhagen – nada contra a Copenhagen –, como uma loja de bombom, ou uma loja de joia, ou um restaurante. Se ele perde a concessão da área, ele fecha o ponto e abre na esquina, ou em qualquer outro ponto; nós somos reféns do aeroporto. Então, é uma luta que até aqui tem sido duríssima, porque há uma intranquilidade enorme, principalmente entre as pequenas empresas, que são a maioria – a maioria das companhias de táxi-aéreo são pequenas; as empresas grandes devem se limitar a duas, três, quatro.

Todas elas se veem, neste momento, na eminência de encerrarem a atividade se, ao final do contrato, a Infraero toma o hangar e licita, que é um processo que a Infraero vem adotando. Existem razões que ela alega para adotar esse processo, mas, para nós, isso significa quase que sentença de morte, porque eu não tenho como tirar dali a oficina, e o aparato, e centenas de pessoas empregadas. E, ali, eu suporto a minha operação – eu pouso, decolo, recepciono, faço a manutenção, embarco, desembarco.

E nós estamos, neste momento, vivendo essa decisão que foi tomada pela Infraero, publicando um ato que, ao final do contrato de concessão, ela licita o hangar e, se você não se sagra vencedor, você sai. Em alguns aeroportos, o concessionário foi avisado, com tempo, para sair, para simplesmente encerrar a atividade e deixar o aeroporto. Sobre a própria existência da companhia: por razões da legislação, para você criar uma empresa de táxi-aéreo, você tem que provar para a Anac que você detém um hangar com determinada infraestrutura mínima – engenharia, equipamento ferramental, senão, como é que você suporta a manutenção do avião?

Então, esse é um óbice que tem gerado uma intranquilidade enorme. Cada vez que eu venho a Brasília – e eu venho muito, e os meus colegas também –, o desespero de Norte a Sul do Brasil é: “E aí, a gente vai poder continuar a trabalhar, a fazer o nosso táxi-aéreo?” Ou: “Vão me tomar o hangar? Porque, se me tomar eu fecho. Eu não tenho capacidade para pagar valores que já se mostraram interessantes, valores

elevados, mas as empresas que ganham não pagam, porque não há como suportar aluguel elevado numa indústria de transporte aéreo, em que a margem é bastante apertada.” – já estou terminando.

Outra prioridade se repete: a suspensão do Ato nº 3.139, que é o documento que nos leva a essa situação. A nossa expectativa, pelo que nós ouvimos de algumas autoridades, era de que a Infraero iria ter um processo autônomo, para poder chegar aos bons concessionários – porque ela tem vários – e negociar com esse concessionário a permanência dele, mediante, evidentemente, a negociação de aluguel também, aluguel pertinente. Mas ainda não estamos com essa decisão tomada.

Essa é uma expectativa, uma ansiedade imensa que toma conta do setor. Isso inclui, inclusive, as operações de helicópteros para petróleo, porque, em Macaé, por exemplo, todos os hangares estão tomados, a operação é intensa. Se você tirar o hangar da companhia de táxi-aéreo, acabou – ela não tem como. A própria Petrobras vai lá nos fiscalizar e ver como está o nosso hangar, as questões ambientais, ferramental, controles internos, engenharia. Todo aquele aparato tem que ser demonstrado numa auditoria, para eu poder continuar a trabalhar, por exemplo, na indústria de petróleo.

Outra prioridade nossa é investimento na ampliação de áreas aeroportuárias – aqui, eu vou simplificar, não vou ler, mas vou dar um exemplo prático: Aeroporto de Jacarepaguá, por exemplo. Existem vários lotes, no Aeroporto de Jacarepaguá, que estão ociosos – lotes e pátios. Pátio é o local onde a aeronave pousa, estaciona, embarca e desembarca.

Jacarepaguá hoje vive um momento muito crítico. Nós temos tido uma geração de relatórios diários, o que a gente chama de Relprev (Relatórios de Prevenção), porque o número de helicópteros que atende a indústria de petróleo hoje em Jacarepaguá é crescente, e virão mais, porque as áreas de petróleo estão sendo identificadas – o navio, a sonda ou a plataforma encosta e você precisa colocar o helicóptero lá. Não é uma escolha da companhia de táxi-aéreo. A Petrobras coloca e diz: “Olha, eu preciso de três novos helicópteros a partir de Jacarepaguá” – estou dando um exemplo.

Vitória é a mesma coisa; Macaé é a mesma coisa – quem nunca foi a Macaé? Parece que você está assistindo a um filme da época da Guerra do Vietnã. São centenas de helicópteros numa área muito limitada.

Então, nós precisamos de investimentos para suportar a indústria de petróleo brasileira, porque há interesse, primeiro, de o País aumentar a produção de petróleo, e essa produção depende dos helicópteros, e nós dependemos da infraestrutura. Então, o Governo

precisa definir políticas, priorizando esse setor, que é o táxi-aéreo, a aviação geral, porque ele é gerador de riqueza e emprego. Nós não podemos ficar só focados no transporte aéreo regular, não – ele é prioridade, sim, mas, se nós continuarmos nessa cadência, nós vamos...

Já batemos num limite – eu citei o exemplo de Jacarepaguá. Em outros aeroportos, a situação é a mesma: no Santos Dumont, por exemplo, você programa um voo executivo com um empresário que tem uma reunião importante com o Presidente da Petrobras. Quando ele está para pousar, a torre avisa “Negado o seu pouso. Não há espaço disponível no pátio. Prosiga para o Galeão, ou vá para outro lugar.”

Quer dizer, o impacto disso no negócio que está ali desenhado é terrível, para nós que vendemos o serviço e para aquele empresário que está com uma reunião importante e que não vai conseguir pousar, porque o aeroporto está saturado, como outros aeroportos estão saturados. Então, a gente precisa que sejam identificadas áreas nesses aeroportos, para a criação de pátios voltados ao atendimento de aviões executivos.

Não queremos privilégios para ricos: vamos tirar da cabeça que quem tem avião é riquinho, milionário – não é, não! É empreendedor e empresário. Eu citei ali o nome das companhias, e eu trabalho no Santos Dumont, e vejo a pressa, a necessidade deles de chegar, haver a reunião e partir para outra reunião em outro Estado, para a tomada de decisões que vão gerar muito emprego.

Nós agora esbarramos numa novidade: querem cobrar de aviões o IPVA, ou seja, a taxa rodoviária única, porque é a mesma coisa. Nós hoje já pagamos, e os valores foram absurdamente elevados: Taxa de Navegação Aérea, Taxa de Proteção ao Voo, Taxa de Permanência no Solo, Taxa de Pernoite no Aeroporto. Ou seja, já pagamos toda sorte de impostos para remunerar a infraestrutura, a proteção ao voo e tal. E aí, um iluminado quer cobrar agora o IPVA!

Para quem é muito jovem, a taxa rodoviária única e o IPVA são a mesma coisa. Você recolhe aquele recurso com vista a investir no desenvolvimento da infraestrutura de estradas. Aí, vamos cobrar, por um projeto que está tramitando, o IPVA sobre aeronaves.

Nós, hoje, já temos um custo elevadíssimo para fazer o serviço, com uma carga de impostos sobre folha de pagamentos absurda. Todo mundo sabe que o Brasil é ingrato com o empresário. A nossa legislação trabalhista é atrasada. Nós temos direitos absurdamente mais elevados, se compararmos a Estados Unidos e Europa. E, agora, um imposto novo, mais um imposto, que é o IPVA sobre aeronaves.

Então, nós estamos trabalhando. Eu sei que isso aqui não é bem a infraestrutura, mas achamos pertinente, pela importância da Casa, colocar que não dá para cobrar imposto para melhorar estradas em cima de aviões, porque nós já estamos no limite com os custos operacionais das empresas de táxi-aéreo.

O.k. Eu termino aqui. Agradeço a paciência dos senhores e volto a pedir a todos que reflitam sobre esse setor, que para muitos parece que é algo pequeno, sem importância, mas que tem para o País uma grande importância, no que tange à geração de negócios, empregos e desenvolvimento econômico. Obrigado.

O SR PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Fernando Santos, pela explanação. Quero dizer que o senhor está correto e tem toda a razão. Se o País precisa crescer, nós temos que ter esse serviço na mão. Então, não podem as empresas de táxi-aéreo, e os aeroportos, na verdade, estão lá em função delas, porque sem avião não precisa ter aeroporto. Então, não podem as pessoas que fizeram investimento terem o risco de amanhã ou depois – e isso acontece, acontece também no meu Estado. Em Goiás, também houve várias empresas com o mesmo risco de não renovar os seus contratos. Imagina a situação de insegurança.

Eu gostaria, Fernando, em nome da Comissão de Infraestrutura... Nós somos totalmente contra esse novo imposto, e não é por mais. Os custos são elevadíssimos. Inclusive, faço até uma sugestão: traga alguma sugestão de alteração legislativa que os senhores gostariam de apresentar a esta Comissão, em função da experiência que vocês têm adquirido, para que possamos realizar o andamento e procurar facilitar a vida, e não arrumar problema e mais despesa para cá.

Então, eu estou à disposição, como Presidente em exercício, mas tenho certeza de que o Presidente Collor quer facilitar, diminuir custos. E também não foi citado na sua palestra, mas é muito importante. Não tem como hoje ter o preço dos combustíveis que nós temos no Brasil hoje. Então, a questão do ICMS nos Estados, que eu acho que é o grande problema, tem encarecido muito o custo, inclusive da passagem aérea, de todas as companhias.

Então, é muito importante trazer esse debate aqui. É nesta Comissão, sim, que a gente vai falar sobre crescimento. Então, eu acho que a gente está indo no caminho certo, e estamos aqui à disposição. Principalmente, o senhor que representa o setor empresarial, que possamos achar uma solução para baratear o custo.

Eu, como empresário que utiliza isso, posso dizer: uma empresa, no Brasil, precisando crescer, uma empresa que tem médio porte, quando ela começa a

avançar em alguns Estados, ela precisa do início, primeiro, quando ela vai mudando de crescimento, ela precisa da presença da empresa como um todo. Então, precisa ir o dono da empresa, precisa do contador dele. Então, a mobilidade da empresa, para crescimento, para dar agilidade, não tem outro jeito, principalmente no início, sem ter a presença dos donos. Então, vai ter e continua tendo uma demanda muito grande.

Como são hoje as dificuldades, a gente já tem dificuldades para descer em Brasília. No Rio de Janeiro, nem se fala. São Paulo, Santos Dumont. E aí, eu volto, de novo, Presidente da Infraero, Gustavo, vamos ampliar a nossa pista de Goiânia, para não deixar hoje ter a dificuldade que tem no Santos Dumont, que é caríssimo para ter uma solução e que é uma pista muito curta. O senhor sabe disso, que opera ali num limite.

Inclusive, poderia uma solução hoje lá, uma desapropriação muito cara, uma obra de investimento não só de valor muito alto, como também a dificuldade da burocracia para fazer essa ampliação. E, querendo ou não, todo mundo que vai a São Paulo, a dificuldade de locomoção que há para descer em Guarulhos, ou de ir a Jundiaí, ou pelo Campo de Marte, a solução é tentar enfrentar o Santos Dumont, e que tem a limitação hoje de *slot*, que você nem consegue ir, dependendo do dia e da hora, da velocidade que você tenha que ir a São Paulo, você não tem condição de chegar e pousar nesse aeroporto.

Eu gostaria de passar a palavra para o Presidente da Infraero, Gustavo do Vale, para que ele possa responder as perguntas que foram feitas pelo telespectador e à minha também em relação a Goiânia.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE

– Bem, em relação a Goiânia, eu acho que o senhor tem toda a razão. A nossa prioridade em Goiânia era retomar a obra do terminal de passageiros, de reforma dessa pista, mas, sem dúvida nenhuma, é uma pista de 2.850 metros, com cerca de 2.500 metros úteis. Ela é uma pista, apesar de grande, aquém dos grandes aviões. Então, assim que nós iniciarmos o trabalho, como eu disse, assinando a ordem de serviço, nós vamos imediatamente preparar um projeto. Como o senhor bem lembrou, do outro lado, na continuação da pista é a Embrapa, ou seja, um órgão público também. Então, não vejo grandes problemas com isso. E iniciaremos os estudos para que a gente possa ampliar essa pista para, no mínimo, 3.000 metros, de modo a atrair as companhias internacionais.

Do ponto de vista da atração, da atratividade do aeroporto de Goiânia para as companhias internacionais, isso é nossa prioridade, na medida em que, vamos dizer assim, já que hoje nós não administramos mais o aeroporto de Brasília, é todo o nosso interes-

se fazer com que mais voos internacionais voem de Goiânia, que é o nosso principal aeroporto, hoje, no Centro-Oeste. Então, uma coisa está conjugada com a outra. Evidentemente, os grandes aviões...

Você está rindo aí, mas é verdade. Viu? Apesar de sermos sócios, somos concorrentes. Isso é uma coisa, Senador, que vai ser nossa prioridade assim que nós retomarmos as obras do terminal que, efetivamente, é nossa prioridade.

Do ponto de vista dos investimentos, é evidente que o País necessita de investimentos maiores na sua estrutura aeroportuária. Essa é uma das razões básicas, inclusive porque o Governo Federal tomou a decisão de se conceder três aeroportos, de conceder mais dois, futuramente, porque, na verdade, essa decisão tem duas vertentes. A primeira vertente é desonerar a União dos investimentos necessários, já que a União foi o único investidor aeroportuário no Brasil, nos últimos anos. Nos últimos anos, não; em toda a sua história. E, agora, desonerando a União, que pode utilizar esses recursos em outras prioridades, como o Antunes mesmo antes mostrou, a iniciativa privada está assumindo esses investimentos. Essa é a primeira vertente da concessão.

A segunda vertente é o valor da outorga que esses aeroportos estão pagando. Com esses recursos da outorga, que compõem o Fundo Nacional de Aviação Civil, servirá para investimento nos aeroportos regionais, nos aeroportos onde a iniciativa privada ainda não tem o apetite necessário.

A pergunta que o senhor fez a respeito do preço das lojas, que eu acho que o Antunes vai mencionar também, na realidade, de certa forma, o senhor tem razão. Um dos motivos de esses preços, vamos dizer, serem relativamente altos é mesmo em função do número de concessionários existente dentro do aeroporto. À medida que a gente possa aumentar o número de concessionários, esses preços tendem a descer.

Agora, evidentemente, no caso das empresas privadas, elas podem negociar. Nós, não. Nós temos que fazer uma licitação. E a licitação determina um preço de mercado. Evidentemente, quando nós fazemos uma licitação... Aconteceu, por exemplo, esta semana ou na semana passada, no Aeroporto de Congonhas, em que uma determinada área na praça de alimentação não teve comprador. Nós automaticamente vamos fazer outra, baixando os preços, e eu acho que é assim que nós temos que chegar a um denominador comum.

Bem, a questão da aviação internacional, a pergunta que foi feita, porque não temos mais voos saindo de Brasília e do Nordeste, esses voos se concentrando especificamente em Guarulhos e no Galeão, eu acho que essa é uma tendência. No passado, era isso mes-

mo. Ou seja, o *hub* das companhias era o mesmo. Começou no Galeão. Um tempo depois, virou todo para Guarulhos. Guarulhos, hoje, é o maior *hub* internacional do País, mas, aos poucos, como a infraestrutura aeroportuária vem melhorando, vem aumentando, vem dando mais condições, mais aeroportos internacionais têm sido criados, de modo que, hoje, nós já podemos ver diversos voos.

Por exemplo, Confins já tem cerca de sete a oito voos internacionais. Brasília também já tem mais ou menos a mesma quantidade, ou um pouco mais. Não é, Antunes? Recife já tem cerca de oito voos internacionais. Fortaleza já tem também, Manaus. De modo que, agora, São Gonçalo do Amarante, será um grande aeroporto internacional também. Desse modo, eu acho que isso é diretamente proporcional à infraestrutura aeroportuária. Evidentemente, claro, o mercado vai fazer com que essas companhias cheguem. Mas, na medida em que exista a infraestrutura aeroportuária, elas vão chegar, e eu tenho a impressão de que isso já está acontecendo.

Na questão da agilidade da Infraero em contratação, lembrada pelo Fernando, claro, é nossa preocupação. Não é só uma preocupação, é uma preocupação do Governo e do Congresso Nacional, que editou a Lei nº 12.833, dando à Infraero as mesmas condições da Petrobras, e nós estamos no momento da redação do decreto que vai regulamentar isso, Senador, de modo que nos próximos meses a Infraero já terá todas as condições de operar, como opera a Petrobras e outras estatais.

Na realidade, agora, sobre o ponto que o Fernando levantou rapidamente, a questão dos hangares. A questão da licitação dos hangares, em primeiro lugar, a lei trata as companhias de táxi-aéreo, não quero entrar no mérito se isso é certo ou errado, nós não temos absolutamente nenhum preconceito contra as companhias de táxi-aéreo, são nossos grandes clientes, mas ela é uma atividade autorizada, não é uma atividade concedida, como é a das companhias da aviação regular. Então, tem que ser por licitação.

Pelo menos esse é o nosso entendimento, que tem sido feito ao longo do tempo, porque as licitações têm mostrado também que nós estamos impedidos de fazer a renovação automática, mesmo porque com a renovação automática, você faz com que as empresas se eternizem dentro de um aeroporto, não dando a oportunidade às demais companhias de táxi-aéreo de entrarem naquele aeroporto. Então, nós entendemos que a licitação é a única condição democrática e aberta a todo o mercado para que outras companhias de táxi-aéreo utilizem aquele aeroporto.

Evidentemente, sabemos do problema, sabemos o que está acontecendo, entendemos que o prazo de cinco anos para o aluguel de um hangar é pequeno, mas eu gostaria de dizer que, por iniciativa do Ministro Moreira Franco, assim que ele chegou, há um grupo de estudos dentro da Secretaria de Aviação Civil estudando especificamente esse item, para ver se nós temos condições de fazer com que as empresas de táxi-aéreo não tenham que se sujeitar à licitação. Eu espero que em meados do mês de outubro nós já tenhamos essa decisão, e a Secretaria possa emitir algum documento que permita à Infraero tomar esse tipo de iniciativa.

Sobre os investimentos, eles têm sido feitos ao longo do processo. Eu acho que nós precisamos fazer algumas adequações, do ponto de vista até da remuneração dos aeroportos, em função da aviação geral. O Fernando citou o caso dos helicópteros. Helicóptero não paga absolutamente tarifa de embarque e desembarque. Eu acho que hoje os aeroportos estão subsidiando as empresas petrolíferas, o que na minha opinião é completamente inadequado.

O Fernando citou que existem hoje os helicópteros com mais de 20 passageiros. Nenhum desses passageiros paga tarifas ao aeroporto, nem as empresas que eles contratam. Quer dizer, nenhum passageiro dentro de um táxi-aéreo paga tarifa aeroportuária, além de os helicópteros pagarem só um percentual das tarifas normais. Eu acho que a Anac tem que estudar esse processo, já que virou uma indústria mesmo. Essa lei é uma lei de 30 anos atrás, quando o movimento de helicópteros não tinha a importância que tem.

Eu fico até feliz de ouvir a explanação do Fernando e ver que a nossa teoria está certa. Eu acho que a aviação em geral tem efetivamente de pagar ao aeroporto aquilo que é necessário para fazer os investimentos, porque não tem sentido o Poder Público, no caso a Infraero, continuar subsidiando empresas privadas, como acontece no caso da aviação de cabotagem, aviação *offshore*. Então, é nessa linha, mas acho que temos mesmo de defender uma política para fazer com que todas essas coisas sejam prioritárias. Tenho certeza absoluta que as companhias de táxis-aéreos estão negociando com entes privados e acho que uma das coisas importantes que o senhor disse a respeito do Aeroporto Santos Dumont e do Aeroporto de Congonhas é que efetivamente os aeroportos superlotados, como estes, tendem a dar prioridade à aviação comercial, na medida em que ela carrega 180 passageiros, enquanto o táxi-aéreo carrega três ou quatro. E, para o aeroporto, para o controle da aviação, do espaço aéreo, é absolutamente igual um avião com dois passageiros, ou um avião com 180 passageiros.

Então, na realidade, os grandes aeroportos têm que dar prioridade mesmo, mas a Secretaria de Aviação Civil também, preocupada com este processo, acaba de autorizar dois aeroportos privados da aviação executiva, no âmbito de São Paulo e deve autorizar no âmbito do Rio de Janeiro.

Aí, sim, eu tenho certeza de que a aviação geral, a aviação dos táxis-aéreos, vai poder negociar livremente com os novos operadores privados, fazendo com que – e eu concordo com isso – eles percam os *slots* nesses grandes aeroportos. Apesar de eu concordar também que eles deveriam ter, mas, infelizmente, eles não têm: Congonhas e Santos Dumont são aeroportos que há como aumentar os *slots*. Congonhas ainda tem condições de aumentar um pouco, mas Santos Dumont está completamente tomado. Nós já operamos lá mais do que as autoridades do meio ambiente do Rio de Janeiro gostariam que fosse. No caso de Congonhas especificamente, estão em estudo, no âmbito da Secretaria de Aviação Civil, a adequação desses lotes e o aumento, usando a pista auxiliar de Congonhas, que, desde o fatídico acidente de julho de 2007, não é utilizado.

Quer dizer, é uma série de fatores, Sr. Presidente, que estamos aprendendo, sem dúvida alguma. Há algumas coisas que precisam ser modificadas, mas, de forma alguma, ignoramos a importância da aviação geral brasileira, mesmo porque, como o Fernando bem lembrou, são 3.700 aeroportos atendidos pela aviação civil brasileira, e um país continental como o nosso não pode abrir mão desse serviço.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Gustavo do Vale, Presidente da Infraero.

Passo a palavra ao nosso Presidente do Conselho de Administração da Inframerica, José Antunes Sobrinho, para fazer as considerações finais e responder também à questão do curso das lojas do novo e gigante Centro Comercial de Brasília, que vai ser o Aeroporto de Brasília.

O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO – Sr. Presidente, obrigado. Obrigado a todos. Gostaria de fazer, sobretudo, pelo que escutei aqui, algumas considerações não só em relação a onde estamos operando.

Em primeiro lugar, com relação a novas licitações, o que poderemos sugerir a este ponto que está colocado aí. Acho que deve ser abundante e rápida. Está mais do que provado, pelos três aeroportos que estão andando, e pelo que virá, que a iniciativa privada brasileira dá conta do trabalho dela e de fazê-lo bem feito.

Não tenho a menor dúvida disso. Os prazos em que ficamos fazendo essas aulas foram exíguos: 18 meses para mexer em aeroportos em operação, e as

respostas – não só as nossas, acho que todos – têm sido bastante razoáveis.

Além disso, temos tantos aeroportos para cuidar deste País – basta ver a questão da aviação regional! Vou falar para vocês! Para quem conhece Chapecó, há um milhão de passageiros usando. Em Uberlândia, em Uberaba, se olharmos, no Brasil, há muita coisa para se fazer. Seguramente, fico até satisfeito, ao saber que estão mudando o regime de contratação para a Infraero, porque esta empresa vai ter sempre um forte no País pelo que precisa ser feito.

Ou seja, não o usemos como competidores. Acho que, se o Governo gostou de concessão, para não falar privatização, então que atue fortemente nisso aí e que faça acontecer, porque, vamos falar a verdade, estamos um par de décadas, defasados, apesar dos esforços que todo mundo está fazendo. Ficou para trás. O crescimento da demanda foi muito maior do que pôde ser acompanhado.

Então, são necessários novos *players*. Não somos nós. São vários que possam entrar aí e que ajam rápido. Depois, o Governo também deveria pensar, porque os editais não devem ser olhados não só pelo maior preço da outorga. Eu isso aí acontecer no setor elétrico justamente no Governo passado, quando começaram as primeiras licitações de concessão de hidrelétrica. Depois, tudo foi mudado por um serviço melhor.

Então, é preciso que haja uma composição entre qualidade de serviço e preço que se vai pagar pela outorga. Não é só preço, porque daí comprime o privado a dar resultados. Ele vai fazer o que é possível para remunerar o capital.

Assim, deve-se olhar um pouquinho. Esse começo saiu assim. Não é uma crítica, mas um ponto para reflexão do Governo. Acho que essas são umas ideias que podemos endereçar a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Bem, sou obrigação a falar da aviação geral no Brasil. Ela é absolutamente necessária. Também sou empresário aqui. Não há como, em certos locais, a pessoa se deslocar, se não houver o apoio da aviação geral e nos aeroportos que a Inframerica estiver operando. A aviação geral vai ter um tratamento que deve ter. Está provado em fatos que a aviação geral é fundamental em qualquer país.

Faltou um ponto a ser colocado que a aviação geral brasileira é a segunda maior do mundo. A primeira é a americana; e a segunda é a brasileira. Em termos de jatos executivos, lá, eles têm 12 mil; nós temos 1.200. Somos um décimo deles, mas o mercado é crescente. Por isso, a aviação geral tem de ser privilegiada, sim.

Quanto ao combustível, que ponto espetacular que o Presidente tocou, não é? Nós temos um País que já tem impostos demasiados – acredito que todos con-

cordam com isso. Agora, pagar o que pagamos em cima de combustível de aviação ninguém paga no mundo.

E mais: o senhor sabe que, por exemplo, combustível normal de rua é reajuste quando determina a Petrobras, ou quando é definido pelo controlador, pelo Governo.

Na aviação, todo mês tem reajuste de preço em cima do combustível de aviação. Então, se nós queremos mudar a aviação – e aí vem uma história: não estamos falando de aeroporto. Antes de falar de aeroporto, quem é o nosso principal cliente? São as companhias aéreas. Se elas não sobrevivem, não vamos sobreviver em nada, então, uma das coisas que temos de olhar – e nós prestamos atenção a isso como agente privado – é em como eu ajudo a empresa. Tratamos todas as empresas aqui do Aeroporto de Brasília como parceiro e cliente. Elas são nossas clientes e usuárias.

Então, combustível de aviação é algo que deveria ser refletido como uma política nacional de uma maneira séria e rápida na minha visão.

Por último, mas não menos importante, quero colocar um tema aqui sobre a questão da nossa agência regulatória. Temos uma agência regulatória, que está acostumando-se a tratar com os novos parceiros privados e com a própria Infraero.

Então, não adianta termos uma agência regulatória que precisa ser parte contribuinte do serviço final ofertado e olhar a nós e à Infraero – falo também da Infraero – como mais um parceiro.

Uma dos pontos que tem de ser refletido aí – e nós temos tido oportunidade de falar – é que começa a existir mais definição de objetivos entre agência regulatória e os participantes da indústria aeronáutica. Tudo é mais difícil aqui no Brasil quando comparado com outros países. Qualquer um de nós pode comprovar isso, inclusive na aviação geral.

Acho que os debates que V. Ex^a está promovendo aqui são muito úteis. Não devem ser olhados como críticas, mas como sugestões para aperfeiçoamento da aviação civil brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, José Antunes.

Gostaria de passar a palavra final para que o Fernando Santos possa fazer as suas considerações finais e deixar também, pegando o gancho do Sr. José Antunes, o seguinte: o Governo tem de fazer as concessões de verdade, mas fazer sem dó. Não é fazer concessões e ficar com receio de ter feito.

Então, concordo também, como empresário, que o Governo tem de fazer as concessões e fazê-las, para que tudo dê certo, no sentido de que o grupo empreendedor e investidor tenha sucesso e possa transformá-lo

em geração de emprego e geração de conforto. Quem gera renda, gera igualdade social.

Aqui, pelos números vistos, são geradas em duas obras quase 6 mil empregos diretos, numa velocidade enorme.

Então, parabéns! Gostaria que, como há tantos aeroportos no Brasil, ainda há um espaço muito grande para que a iniciativa privada possa, cada vez mais, assumir esse espaço e ser investidor, ajudando o País, neste momento, no sentido de não perder este bonde, que é a oportunidade de o Brasil ser um país de investimento, onde o mundo inteiro está de olho nele. Não há jeito de chegar aqui, que não seja através de nossos aeroportos.

Passo a palavra ao Sr. Fernando Santos para as considerações finais.

O SR. FERNANDO SANTOS – Obrigado, Sr. Presidente. Em breves palavras, queria agradecer ao Senador Collor e ao senhor, que presidiu aqui a reunião, ao Sr. Gustavo, fazendo uma observação de que há uma expectativa muito grande nossa de que possamos uma regulação que permita, sim, a renovação dos contratos atuais com as companhias de táxi-aéreo, pela simples razão, Sr. Presidente, de que um táxi-aéreo, hoje, é um negócio em que se abre companhia nova.

Não mostrei aqui um dado, mas temos 170 empresas de táxi-aéreo. Há anos, tínhamos quase 800 companhias. É muito difícil estruturar e montar uma companhia de táxi-aéreo.

Então, é importante que aquelas que, hoje, se demonstram boas parceiras da Infraero e da Inframerica sejam consideradas para uma possível renovação, porque temos tido novas empresas que chegaram ao mercado e derreteram, em curtíssimo espaço de tempo. Uma delas, que tem um “x” no nome, foi uma das inflou o preço de aluguel de hangares. O dono queria pagar milhões por uma empresa.

Estive no Senado e na Câmara. Inclusive, na época, citava: “Olha, se Fulano de Tal, aquele mais rico do Brasil, entrar nesse negócio, os preços explodem. Os preços explodem, mas é preciso se sustentar”. Aí, deu no que deu: o preço de uma das licitações de que participei explodiu, porque o milionário estava lá – assim como outras empresas estavam lá –, aventurando-se a pagar preços elevadíssimos, mas depois eles não se mostram viáveis.

Então, há companhias de táxis-aéreos, na sua grande maioria, sérias. O número, hoje, tende até a se reduzir, porque táxi-aéreo é um negócio altamente arriscado, sob o aspecto de retorno financeiro.

Assim, que essas boas empresas, que são a maioria dos parceiros da Infraero, possam, sim, continuar prestar o seu serviço, porque, para chegarem

ao nível de profissionalismo e estrutura que elas têm não dá para rapidamente criar uma nova empresa de táxi-aéreo e já ter um fornecedor confiável, seguro, que opera em padrões dos mais elevados.

Hoje, o Brasil tem empresas de táxi-aéreo com certificações únicas – Iso e outras – no mundo, por conta de um trabalho muito bom que elas prestam.

Então, agradeço ao Presidente e a todos os senhores pela paciência para com o nosso setor do táxi-aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado ao Superintendente do Sindicato Nacional de Táxi-Aéreo, Fernando Santos.

Antes de concluir esta audiência quero agradecer ao Presidente Collor pela oportunidade, mais uma vez, de poder presidir esta Comissão, esta série de audiências públicas que estamos realizando, com o objetivo de entender e propor soluções, para que possamos superar o nó logístico do Brasil e um grande legado que esta Comissão deixará para o Brasil.

Tenho certeza de que o nosso trabalho aqui realizado terá um papel fundamental, para criar um Brasil capaz de produzir, crescer e gerar novas oportunidades a todos.

Mais uma vez, parabenizo o Presidente Collor e reafirmo o meu compromisso de trabalhar para construirmos um Brasil do futuro.

Antes de encerrar a presente reunião, agradeço a presença de todos e em especial aos nossos convidados da audiência pública de hoje: Gustavo do Vale, Presidente da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; José Antunes Sobrinho, Presidente do Conselho de Administração da Inframerica; Fernando Santos, Superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo – SNETA.

Uma boa noite a todos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, estou chegando de Santa Catarina e, por acaso, como hoje tem sessão deliberativa, quando estava indo ao Plenário, vejo no telão o nosso catarinense, fazendo uma palestra sobre logística, infraestrutura portuária, etc., o Dr. José Antunes Sobrinho, que é conhecido como Engevix, para nós, catarinenses. E eles têm no campo também – quero aqui uma saudação aos demais debatedores –, mas é um engenheiro extraordinário, conhecido, principalmente em construções de PC a gás e hidroelétricas, geração de energia, um sucesso para a voz

catarinense, para o Sul do Brasil. Eu sei que agora já é um sucesso para o Brasil inteiro.

Quando eu o vi na televisão, resolvi vir à Comissão para, pelo menos, deixar um abraço. Fico feliz em chegar aqui, ao encerrar desta Comissão de Infraestrutura, em que o ex-Presidente da República Fernando Collor é o Presidente, cujo substituto hoje é o Senador Wilder Moraes, de Goiás, em encontrar aqui o nosso catarinense, que chamo por Engevix. José Antunes Sobrinho é conhecido como Engevix, essa empresa de tecnologia, planejamento, realizações, e os demais debatedores aqui, que presidem a Associação de Táxi-Aéreo do Brasil e a Infraero.

Estava vendo que o nosso José Antunes, de Santa Catarina para a Inframerica, já está nas Américas.

Fico muito grato por vir aqui trazer um abraço. O Senador Luiz Henrique e o Senador Paulo Bauer estiveram aqui ou não? Porque nós, os três Senadores de Santa Catarina, temos um pacto: onde está um, os três se encontram para cumprimentá-lo e aos demais debatedores.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner. Ficamos muito surpreendidos com a apresentação do nobre colega do seu Estado.

Realmente, além de ser uma empresa gigante na área de engenharia, hoje demonstra com clareza nas duas concessões a eles, aqui em Brasília e em Natal, a velocidade e como andam as obras. Temos de parabenizar a iniciativa privada.

Então, considero encerrada a reunião de hoje. Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 18 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 11 minutos.)

ATA DA VIGÉSSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E OITO DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e treze, na sala de Reuniões número 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Inácio Arruda, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Vicentinho Alves, João Capiberibe, João Alberto Souza e Wilder Moraes. Deixam de comparecer os Se-

nadores: Wellington Dias, João Durval, Lídice da Mata, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu e Armando Monteiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início à da pauta da Reunião, o Presidente destaca a importância das reivindicações dos Municípios quanto à repartição dos gastos públicos, apresentadas na 16ª Marcha dos Prefeitos. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que conforme a Pauta previamente distribuída, a Reunião destina-se a deliberação de proposições. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2013 (Não Terminativo)**, que “Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para ampliar o prazo de concessão dos benefícios fiscais do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) relativamente a empreendimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)”. **Autoria:** Senador José Sarney. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pela aprovação da Matéria com a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Adiada. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, de 2011 (Terminativo)**, que “Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE”. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 01-CRA (Substitutivo). **Resultado:** Adiada. **ITEM 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 32, de 2013**, que “Requer nos termos do art. 90, inciso II e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, conforme dispõe o art. 104-A, inciso III, do RISF, programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional, para discutir a gestão do Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão, em razão do longo período de estiagem ter comprometido o abastecimento de água perante o Município de Campina Grande – PB, com a presença dos seguintes convidados: I) Presidente e/ou Diretoria da ANA – Agência Nacional de Águas; II) Representante da Prefeitura de Campina Grande, III) Representante da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, iv) Representante da AESA – Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba, V) Representante do Ministério Público Estadual da

Paraíba, VI) Representante da UFPB – Universidade Federal da Paraíba, VII) Representante do Governo do Estado da Paraíba, VIII) Representante da Curadoria do Meio Ambiente de Campina Grande, IX) Representante da FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, e, X) Representante da Associação Comercial da Paraíba – ASCOMPB”. **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Não Apreciado. **EXTRAPAUTA ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 35, de 2013**, que “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com o objetivo de promover o debate sobre a segurança pública na fronteira, particularmente envolvendo o combate ao contrabando, ao descaminho e ao tráfico de drogas e armas na região fronteira do Brasil, especialmente com o Paraguai e a Bolívia. Convidados: Um representante do Ministério da Defesa; O Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal; A Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; O Secretário da Receita Federal do Brasil e O Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul”. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Ruben Figueiró, Benedito de Lira e Senador Inácio Arruda, o qual sugeriu que a Audiência Pública, aprovada na forma do Requerimento nº 35/2013-CDR, seja realizada em conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), visto que o assunto, também, compete àquela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dez horas e nove minutos, lavrando eu, Valter Simões dos Santos, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Há número regimental. Declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior da CDR.

Os Senadores e Senadoras que as aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme Requerimento nº 34, de 2013, aprovado em 21 de agosto, esta Presidência estará na cidade de São Paulo, no dia 4, para representar este colegiado na 50ª edição da Feira de Turismo das Américas, dia 4 de setembro, a convite da Associação Brasileira de Agências de Viagens.

Esse evento é de suma importância, como já destaquei, para o turismo brasileiro. Estarão representados mais de 60 países, reunindo aproximadamente 30 mil pessoas.

A 41ª edição da Feira de Turismo das Américas é considerada o maior evento do setor do continente americano, e é com essa visão que estarei, com muita honra, levando a opinião do Senado Federal e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para apresentar a todos.

O evento acontecerá entre os dias 4 e 8 de setembro deste ano no Anhembi, localizado na Avenida Olavo Fontoura, 1.209, São Paulo.

Os Senadores e também as Senadoras que se dispuserem a ir a esse encontro é só fazer o requerimento que nós aprovaremos, já que é de direito de todos.

Quero comunicar e ao mesmo tempo convidar todos os membros da CDR para que nos dias 26 a 29 de setembro estejamos, juntamente com a Comissão de Turismo e Desporto e a Comissão de Viação e Transporte, ambas da Câmara dos Deputados, na Estância Ecológica Sesc Pantanal, Centro de Eventos Onça Pintada, no Município de Barão de Melgaço, Mato Grosso, para a realização, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, CDR, do Seminário Novo Programa de Regionalização do Turismo: erros e acertos do desenvolvimento turístico regional no Brasil, conforme Requerimento nº 28, de 2013.

Para este seminário já está confirmada a presença do Ministro do Turismo, Gastão Vieira, significativo número de Deputados Federais. Espero contar também com a presença deste Colegiado.

Antes de prosseguirmos, gostaria de expressar a nossa preocupação com relação à situação dos Municípios brasileiros neste momento de crise que estão vivendo. Sabemos que o desenvolvimento regional está diretamente correlacionado com o bom desempenho dos Municípios na área administrativa, na área social, na área socioeconômica, empreendendo esforços com receitas adequadas para a realização dos objetivos nacionais.

E há tempo, venho defendendo que o Congresso Nacional precisa levar a sério a necessidade de uma nova concepção de nossa estrutura federativa. É pre-

ciso reequilibrar a balança, que tem, de um lado, as competências e atribuições da Administração Pública para a prestação de serviços públicos e, de outro lado, os recursos financeiros necessários para a realização desses serviços na quantidade e na qualidade exigidas para o bem-estar de nossa população.

A rotina administrativa de nossas cidades é marcada pelo acúmulo de encargos e responsabilidades, sem que os Municípios, como entes da Federação, recebam a devida contrapartida. Vou dar o exemplo do que ocorre nos campos da educação e da saúde.

A Constituição Federal estabelece que o Município deverá atuar prioritariamente na educação infantil – creche e pré-escola às crianças de até cinco anos de idade – e no ensino fundamental, devendo assegurar ao estudante seu acesso universal e gratuito.

A Constituição também determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração. Isso significa, entre outras coisas, que a União deve incumbir-se de prestar assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios para o desenvolvimento do seu sistema de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva, conforme específica o inciso III do art. 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.

A assistência financeira a que se refere à LDB, no entanto, não vem sendo prestada de forma a assegurar a efetividade máxima das normas constitucionais.

Em 2008, a Lei nº 11.738 instituiu o piso salarial profissional nacional dos professores, definindo-o como valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica para a jornada de, no máximo, 40 horas semanais. O valor do piso nacional do magistério foi fixado em R\$950, atualizados anualmente.

A União deve, pela lei, prestar a devida assistência financeira aos Estados e Municípios no pagamento desse valor, quando o ente federativo não tiver condições orçamentárias para pagar esse montante.

Ocorre que os recursos federais para a integralização do piso nacional do magistério estão limitados a 10% da complementação da União com o Fundeb. Com isso, apenas os Municípios que recebem a complementação do Fundeb podem solicitar a integralização do piso.

São inúmeros Municípios, portanto, que não recebem a assistência financeira necessária, mas continuam obrigados a pagar o piso nacional do magistério, que é uma justiça que se faz aos professores.

Os Municípios acabam, muitas vezes, destinando todos os seus recursos para assegurar esse limite, a

obrigatoriedade do piso salarial dos professores. Não sobra receita para quase nada.

Os prefeitos, além de correrem o risco de ultrapassar o limite de despesa com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, vêm-se na contingência de destinar a maior parte, senão a totalidade dos recursos do Fundeb, para a folha de pagamento, não sobrando recursos para investimentos na melhoria do ensino.

Na saúde, a União é o único ente da Federação que não se comprometeu, até agora, em aplicar um determinado percentual de suas receitas em investimentos mínimos em saúde pública.

Na regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, pela Lei Complementar nº 141, de 2012, os Estados ficaram obrigados a investir 12% da arrecadação com impostos, e os Municípios, 15%, como já impunha o art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Para a União, manteve-se a regra de aplicação do montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior, acrescido de, no mínimo, percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto ocorrida no ano anterior.

A pauta municipalista, no entanto, pedia, e ainda pede, que a União aplique em saúde o mínimo de 10% de suas receitas brutas. Ocorre que os Municípios brasileiros, atualmente, já assumem a maior parcela de financiamento do SUS.

A União, que, em 1980, respondia por 75% dos gastos com saúde, hoje com menos de 40%. Enquanto destina aproximadamente 7% de suas receitas à saúde, os Municípios destinam 22%, em média. Vale lembrar que a lei exige 15%. Ainda que seja um percentual mínimo, a realidade mostra que há uma grande desproporção nesses gastos.

É legítima, portanto, a preocupação dos Municípios com a perspectiva de votação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que estabelece o piso nacional dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias antes de uma análise mais detida das implicações legais e administrativas e dos impactos financeiros do projeto nos municípios. Estima-se que, se aprovado esse piso nacional em dois salários mínimos, o que consideramos altamente injusto, o impacto será de R\$3,7 bilhões aos cofres municipais. É certo que o piso nacional dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias é uma exigência constitucional (art. 158, § 5º), que deve ser regulamentada, mas a Constituição também determina que a União deverá prestar assistência financeira, complementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o cumprimento do referido Piso Nacional. Atualmente, o Governo Federal repassa o valor de

R\$950,00 por mês aos municípios, por agente. Seria admissível repetir aquilo que já vem ocorrendo com o piso nacional do magistério?

No programa Saúde da Família, para dar outro exemplo na área da saúde, um município gasta em torno de R\$34 mil e, desse total, recebe um pouco mais de R\$10 mil, segundo o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios. Ou seja, sobra para os cofres municipais arcar com R\$23 mil, em média, por equipe do programa Saúde da Família. O que estamos mostrando aqui é que o encargo, o peso maior da realização, da prestação do serviço de saúde e também da educação, está nos ombros dos Municípios.

Teoricamente, como manda a Constituição no âmbito federativo, União, Estados e Municípios devem trabalhar conjuntamente para construir o País e solucionar os problemas da população. Todavia, na prática, essa norma não é respeitada. O Município, apesar de ser o principal executor das políticas públicas no âmbito da Federação, é o que recebe a menor quantidade de recursos. Cerca de 60% dos tributos ficam com a União, 25% ficam com os Estados e apenas 15% com os Municípios. Dessa maneira, além de ter de cumprir com todas as suas obrigações, o Município tem ainda de se submeter à dependência financeira da União e dos Estados. Na hora do pagamento das contas é o ente do qual se exige o maior sacrifício. As desonerações de imposto sobre os produtos industrializados e o impacto dos entes federados são um exemplo disso, é a chamada renúncia fiscal.

Segundo números apresentados pelo Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, desde 2009, as concessões feitas pela União somam R\$42,6 bilhões. A perda decorrente na receita dos Municípios, do Fundo de Participação, foi de R\$10,02 bilhões, e a do IPI, de exportação, foi de R\$1 bilhão. Em outras palavras, as concessões fiscais são feitas pela União, mas com a renúncia de receitas que pertencem aos Municípios. Os Municípios deveriam receber determinado montante, em termos de Fundo de Participação. Isso lhes é negado pela renúncia abrupta, inadequada, que é feita pela União, subtraindo receita dos municípios. Vale lembrar que, dos 5.568 municípios do Brasil, a maioria se sustenta por repasses do Fundo de Participação, formado por recursos oriundos desses impostos. Os mais afetados são especialmente os Municípios do interior, que não possuem receita própria e dependem quase que integralmente desses repasses.

O Congresso Nacional discutiu e aprovou regra no âmbito da lei dos novos critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados, Lei Complementar nº 143, de 2013, prevendo que eventuais desonerações

concedidas pelo Governo Federal apenas incidiriam na quota de arrecadação destinada à União, não sendo consideradas para efeito de repasses dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios. No entanto a Presidência da República vetou esse artigo.

Na apreciação desse veto, na última semana, pelo Congresso, muito embora o “não”, ou seja, a rejeição ao veto e a consequente manutenção do texto aprovado pelo Congresso tenha prevalecido por ampla margem, ele não alcançou o número representativo da maioria absoluta de cada uma das Casas, que é necessário para derrubada do veto. Isto é: aquele veto que foi apresentado pela Presidência da República permitindo que o Governo Federal ou o Governo da União pudesse continuar fazendo a renúncia fiscal foi aprovado pelo Congresso Nacional contra os interesses dos Municípios brasileiros.

É preciso, portanto, caminharmos em busca de alternativas. Com base nesse modelo federativo desequilibrado, o que temos visto é que muitos Municípios vivem dificuldades financeiras e orçamentárias crônicas. Ora, como os Municípios não têm condições de realizarem obras de infraestrutura, devido a todo esse relatório que fiz, as emendas individuais dos Senadores e Deputados seriam uma alternativa pelo menos para minorar as dificuldades financeiras dos Municípios e a realização de algumas obras fundamentais para a execução dos seus projetos governamentais.

Ocorre que, nem assim, as emendas individuais são liberadas na devida conta. Foi preciso que o próprio Congresso Nacional, num ato de independência, de autonomia, para prevalecer a vontade da maioria, aprovou ontem o chamado orçamento impositivo das emendas individuais, mas destinando pelo menos 40% dessas emendas individuais ao setor de saúde, o que considero muito justo.

Então foi essa ação, não só do atual Governo, como de governos anteriores, incluindo não só o Governo de Lula, também o Governo de Fernando Henrique Cardoso, que depreciou, todos eles, a atividade legislativa, a importância dos Municípios no que diz respeito à liberação completa das emendas individuais.

Por isso, a reação do Congresso com a aprovação, na sessão de ontem, por ampla maioria, do orçamento impositivo destinando 1% do Orçamento Federal à execução dessas emendas.

Os prefeitos municipais, especialmente os de Municípios pequenos, não conseguem recurso sequer para cobrir suas despesas de custeio. Falta quase tudo para manter a máquina funcionando, o que emperra o desenvolvimento nacional lá na base da Federação, notadamente nas regiões do interior do País.

Como falamos em desenvolvimento, e está é uma comissão chamada Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo, olhamos para a situação dos Municípios, para a penúria em que vivem. Pudemos, então, verificar que esse desenvolvimento regional é um desenvolvimento regional desequilibrado, e a raiz do problema não está apenas na desigualdade tão apregoada historicamente, mas principalmente pela falta de condições dos Estados e Municípios em realizarem obras de infraestrutura fundamentais para o alcance desse equilíbrio federativo. O que dizer da realização de obras e investimentos para a ampliação e a melhoria dos serviços públicos?

O resultado é conhecido e repercute profundamente na vida do cidadão: o abandono dos hospitais com prédios aguardando reformas, a falta de medicamentos e equipamentos, falta de estruturas das escolas, escassez de saneamento básico, deficiência de transporte escolar e o crescente índice de criminalidade.

A consequência disso é inevitável, a população brasileira, com razão, ressent-se da qualidade dos serviços que lhe são prestados. Precisamos definitivamente mudar a mentalidade do Brasil e passar de uma estrutura concentradora de poder e de recursos nas mãos da União para uma estrutura que fortaleça os Municípios na prestação de serviços públicos.

A proposta que faço e tenho defendido é que a ampliação dos repasses aos Municípios seja acompanhada da obrigação de uma aplicação criteriosa desses novos recursos. Por exemplo, que se estabeleça um percentual razoável de que tais recursos deverão ser aplicados em despesas de capital com prioridade para investimentos estruturantes nos Municípios: saneamento básico, infraestrutura produtiva no campo e nas cidades, mobilidade urbana, tal como foi edificada esta regra quando da criação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que depois foi abandonada, ainda no Governo militar. Da mesma forma, é preciso desconcentrar a Administração Pública para que ela seja organizada de forma mais harmônica pelo território e menos concentrada nos grandes centros urbanos, e, com isso, consiga chegar mais próxima do cidadão. E aqui vou retomar a questão da saúde.

A qualidade dos serviços de saúde está entre as principais preocupações dos brasileiros, seja qual for a classe socioeconômica a que ele pertença. Muitas administrações municipais não tiveram continuidade porque os seus titulares, em face da situação caótica da saúde, perderam as suas reeleições ou não puderam fazer os seus sucessores.

Devemos considerar que o problema da saúde é um problema de carência de recursos humanos. A falta de médico nas regiões afastadas dos grandes

centros urbanos e um problema da falta de estrutura adequada para a atuação desses profissionais no atendimento da população. Enquanto a carência de médico vem sendo enfrentada pelo Programa Mais Médicos do Governo Federal – eu acho que é uma das faces do problema da saúde – a falta de médicos, principalmente os Municípios mais distantes deste Brasil gigante é um desafio que recai basicamente sobre os Municípios que precisam de apoio da União e no desempenho dessa missão.

Uma sugestão que faço é que a UPAs, Unidades de Pronto Atendimento, sejam aparelhadas e adequadas para a realização de procedimentos mais simples como partos, pequenas cirurgias e exames de diagnósticos mais simples, radiografia, e tantos outros exames. Isso permitiria desafogar a demanda que se concentra nas unidades de atendimentos dos Centros Regionais e faria os serviços chegarem mais próximos a população permitindo um atendimento mais humanizado e mais eficiente porque estariam próximos da comunidade onde vivem.

Prefeitas, prefeitos, gestores municipais e a população da quase totalidade dos municípios brasileiros têm-se reunido constantemente em suas comunidades para avaliar as inúmeras dificuldades administrativas locais, medir o tamanho da crise que as prefeituras estão enfrentando e buscar uma saída para melhorar a situação de penúria dos cofres municipais, aprimorar a gestão administrativa, melhorar a eficiência dos serviços e encontrar soluções mesmo diante desse cenário de escassez. Convém destacar que os dirigentes municipais têm sido incansáveis na luta para evitar o estrangulamento de suas administrações e a falência das prefeituras. As mobilizações de prefeitos são frequentes a exemplo das diversas marchas de prefeitos que presenciamos aqui em Brasília. Elas são a prova de que os municípios não suportam mais conviver com o atual sistema de repartição dos gastos públicos.

A agenda legislativa da XVI Marcha dos Prefeitos, organizada pela Confederação Nacional de Municípios, destaca uma pauta prioritária composta por cinco itens:

1 – o aumento de 2% do repasse ao Fundo de Participação dos Municípios;

2 – a atualização do valor *per capita* dos programas federais nas diversas áreas, principalmente na educação, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e na saúde a exemplo da estratégia de Saúde na Família;

3 – a compensação financeira pela União a Estados e Municípios nos casos de isenções ou subsídios tributários das receitas partilhadas a ponto de os municípios terem condições de honrar com a responsabilidade fiscal;

4 – o encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos municípios e o Regime Geral da Previdência Social sem retenções dos valores do Fundo até que essa condição seja sanada na Federação;

5 – a regulamentação de serviços na Lei Complementar do ISS, de modo a dar mais clareza e transparência a essa competência municipal.

Lamentavelmente, a realidade que encontramos em quase todas as administrações interioranas é grave e demonstra que uma reestruturação federativa se faz urgente e necessária. Essa providência que vem sendo adiada, há anos, é o passo mais importante para que haja uma definição das relações entre União, Estados e Municípios e para que se estabeleça uma distribuição mais justa do dinheiro público entre os entes que constituem a base de sustentação do sistema federativo. No médio e no longo prazo é preciso ter em vista que essa crise não estancará enquanto não tomarem medidas concretas para uma divisão equitativa das receitas arrecadadas.

Faço esse registro para reafirmar que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo está atenta para o problema, aberta ao debate e disposta a trabalhar para buscar a viabilização das soluções.

Apresentei algumas ideias neste pronunciamento e posso assegurar que essa discussão deverá prosseguir a fim de que encontremos os melhores critérios, ou seja, os critérios capazes de equalizar recursos e responsabilidades, meios e fins da forma mais justa possível. Dessa forma, encontremos o equilíbrio entre os entes da Federação em prol da realização de melhores serviços públicos e do melhor atendimento à população.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento, de autoria do Senador Ruben Figueiró.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 35, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com o objetivo de promover o debate sobre a segurança pública na fronteira, particularmente envolvendo o combate ao contrabando, ao descaminho e ao tráfico de drogas e armas na região fronteira do Brasil, especialmente com o Paraguai e a Bolívia. Convidados: um representante do Ministério da Defesa; O Diretor-Geral do Departamento de Polícia

Federal; A Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; O Secretário da Receita Federal do Brasil; e O Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Consulto os Senadores que possam incluir esse requerimento na extrapauta. (*Pausa.*)

Como não há ninguém que se pronuncie, o requerimento está incluído na pauta.

Aprovada essa inclusão, o requerimento receberá o número 35 e será deliberado ao final desta reunião. Consulto ao Senador Ruben Figueiró se há algum reparo a fazer a esse requerimento, se ele é o efetivamente proposto por V. Ex^a, ou há mais alguma sugestão para ampliá-lo.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoría/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores desta comissão, eu preferiria, Sr. Presidente, manifestar meu respeito na discussão do requerimento. Não tenho, no momento, nenhuma proposição adicional ao que foi exposto e lido por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Como não há quórum para votar os itens terminativos, incluo este requerimento imediatamente na discussão.

Caso V. Ex^a queira se pronunciar, concedo a V. Ex^a como autor.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoría/PSDB – MS) – Como não, Sr. Presidente.

Antes de iniciar a minha manifestação a respeito desse requerimento, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a pela profunda análise conjuntural que acaba de fazer a respeito de algumas realidades fundamentais para o processo de desenvolvimento do nosso País. Ouvi com muita atenção. E a um dos aspectos mais importantes dele – todos foram importantes – gostaria aqui de fazer aqui referência: V. Ex^a enfatizou muito a questão da distribuição dos recursos, sobretudo para os nossos Municípios brasileiros, que é uma preocupação primordial desta Comissão, segundo manifestações que tenho ouvido sempre, não somente de V. Ex^a, como do Senador Benedito de Lira.

Lembro-me, Sr. Presidente, de quando eu tive a honra de participar da Assembleia Nacional Constituinte. Na oportunidade, ofereci uma emenda a uma das comissões temáticas que tratava da constituição tributária do nosso País. Apresentei uma emenda para o estabelecimento do chamado imposto único, ideia que depois foi repetida por vários Parlamentares das legislações ordinárias.

O nome genérico era imposto único, mas, na realidade, eram três tributos: 1 – a chamada taxa, que se

referia à tradição comercial, ou seja, você comprava uma garrafa d'água, pagava um determinado imposto que seria dividido, 50% para o Município, 30% para o Estado e 20% para a União; 2 – um imposto de importação e exportação, que seria, na época, administrado pelos próprios Estados, Municípios e União, 50% para o Estado, 30% para a União e 20% para os Municípios; 3 – e finalmente o Imposto de Renda, em que a União teria participação maior.

Mas a grande característica disso, Sr. Presidente, Sr. Senador Benedito de Lira, era que seria recolhido na boca do cofre, ou seja, no instante em que a pessoa efetuava o pagamento da mercadoria, fosse ela qual fosse, nesse mesmo instante seria distribuído para o Estado, o Município e a União de acordo com o percentual de cada um. Nós não teríamos, absolutamente, essa concentração de recursos nas mãos da União que está trazendo todas as dificuldades a que estamos assistindo. Hoje V. Ex^a bem explicitou que 60% dos recursos arrecadados vão para a União, 35% para os Estados e apenas 15% para os Municípios. Isso traz, sem dúvida nenhuma, uma desigualdade na distribuição dos recursos, que são públicos.

V. Ex^a abordou também a questão da educação. Entendo que a proposta do Senador Cristovam Buarque, que propõe a federalização na área do ensino fundamental, transformando, inclusive, o magistério numa responsabilidade exclusiva da União, ao promover a valorização salarial do professor, traria benefícios imensos também para a educação dos nossos jovens.

Mas, Sr. Presidente, fiz essas breves observações apenas para ressaltar a valiosa contribuição que V. Ex^a deu nesse seu pronunciamento. Aliás, todas as vezes que aqui compareço – e tenho comparecido com assiduidade –, tenho recebido grandes lições de uma pessoa que realmente conhece a realidade do nosso País. V. Ex^a não só honra o seu Estado como dignifica o Senado da República. Meus cumprimentos por isso.

Sr. Presidente, passo agora a justificar o meu requerimento, que solicita uma audiência pública nesta Comissão para tratar de uma questão de extrema importância e que diz da responsabilidade desta Comissão. O que eu desejo aqui é mostrar, através do depoimento dessas pessoas, dessas entidades que foram convidadas, que há a necessidade de se dar um apoio maior aos Municípios fronteiriços do País, que estão prejudicados inclusive no que diz respeito a recursos.

Se não se der segurança à área de fronteira, evidentemente nós não teremos condições de promover a reabilitação dos Municípios brasileiros que ficam nessa faixa. Conforme afirmiei aqui, a faixa de fronteira no Brasil tem 16 mil quilômetros de extensão.

Desses, cerca de mil quilômetros estão no Estado de Mato Grosso do Sul.

Eu disse aqui, Sr. Presidente, que a fronteira compreende área sensível, objeto de preocupação no que concerne à segurança e à defesa nacional. O Ministério do Exército tem realizado, na área do Comando Militar do Oeste, com frequência, diversos exercícios militares, inclusive com efetiva participação do contingente da Base Aérea de Campo Grande, do Ministério da Aeronáutica, da Base Naval de Ladário, no Rio Paraguai, do Ministério da Marinha. Essa frequência de missões do Ministério de Defesa é uma demonstração cálida de que essa região fronteiriça muito representa para a segurança nacional.

Acrescenta-se essa preocupação às ações diárias da Polícia Rodoviária Federal, portanto permanentes, ao longo das rodovias federais que cortam o Estado de Mato Grosso do Sul, as BRs 060, 163, 262, 267 e 463, no combate ao tráfico de drogas, contrabando, descaminho de mercadorias, armas, munições, além de sua função precípua, de suas atividades de segurança das rodovias. Nesse trabalho, sempre atua de forma solidária a Polícia Federal, a Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul e a Receita Federal. Daí por que o Governo Federal e o Senado da República, por esta Comissão, devem ficar atentos às particularidades da região fronteiriça, pois muitos dos problemas de segurança pública enfrentados nas grandes cidades têm relação direta com as atividades ilícitas conduzidas na fronteira.

Essas, Sr. Presidente, são as razões fundamentais que me levaram a requerer a realização de audiência pública para a qual convido os representantes das entidades identificadas no *caput* deste.

Sr. Presidente, entendo que a Comissão de Desenvolvimento Regional tem de ter uma participação efetiva na análise do problema e no oferecimento de subsídios para que o Governo da República tome providências no sentido de valorização e segurança dos Municípios que contêm as nossas fronteiras com os países latino-americanos.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a e o felicito pela apresentação desse requerimento, que é da maior importância, porque ele envolve a segurança pública nas áreas de combate ao contrabando, ao descaminho e ao tráfico de drogas e armas na região fronteiriça do Brasil. Esse requerimento revela a preocupação não só com o seu Estado, mas principalmente com todas aquelas ações criminosas que são desenvolvidas ao longo de 16 mil quilômetros de nossas fronteiras, que precisam ser combatidas a todo custo.

Também quero registrar o meu agradecimento às generosas palavras de V. Ex^a proferidas quando de sua apreciação ao pronunciamento que aqui fizemos enfocando os interesses dos Municípios brasileiros que estão vivendo uma crise sem precedente em toda a sua história. Sabemos que V. Ex^a, passando como passou na Câmara dos Deputados por ocasião histórica da Constituinte, prestou relevantes serviços ao nosso País e tem autoridade suficiente para discorrer sobre qualquer tema relacionado aos interesses dos Municípios brasileiros. Agradeço a V. Ex^a, portanto.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrar a presente reunião, a palavra está franqueada. (*Pausa.*)

Como nenhum dos Senadores deseja se manifestar, vou encerrar esta reunião, convocando uma outra para a próxima...V. Ex^a deseja a palavra?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – É só para indagação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Antes, Senador, eu gostaria de registrar que o nosso Senador Benedito de Lira, que é Presidente da Comissão de Agricultura, é um dos maiores defensores dos Municípios brasileiros. Essa é a razão por que está aqui como Senador da República. Na época, ele era considerado o patinho feio da campanha para Senador e, de repente, tornou-se o patinho mais querido do eleitorado de Alagoas.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, associe-me aos elogios que V. Ex^a fez ao eminente Senador Benedito de Lira. Ele tem até as feições, mas ele tem a vitalidade do pato – isso é que é muito importante.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – V. Ex^a deve se sentir até feliz com o epíteto que lhe deram. Eu sou considerado lá no meu Estado como Formiguinha. E me honro muito com isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Igual ao Benedito de Lira.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – E o senhor sabe que isso me valeu muitos votos nas eleições? Nas seis eleições de que participei, em todas elas, o Formiguinha era lembrado. E, naturalmente, no seu Estado de Alagoas, V. Ex^a será lembrado também com esse epíteto tão honroso que tem.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer apenas uma indagação: V. Ex^a se referiu a que haverá uma reunião,

um simpósio no Município de Barão de Melgaço no Estado de Mato Grosso, num parque ecológico?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Exatamente. Sobre regionalização do turismo: erros e acertos do desenvolvimento do turismo regional do Brasil. E o Ministro do Turismo estará presente.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Quando será, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Será entre os dias 26 e 29 de setembro. Próximo mês.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço, então, a V. Ex^a.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Governo/PSB – SE) – V. Ex^a foi um grande Presidente aqui da nossa Comissão, CDR, durante dois anos e agora preside uma das Comissões mais importantes para o desenvolvimento rural do nosso País, que é a Comissão de Agricultura, executando um grande trabalho, que tem motivado a admiração, o respeito e a consideração de todo o Brasil.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a, que preside uma comissão que não é menos importante do que a que estou presidindo hoje. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo tem uma importância fundamental para o desenvolvimento da região e particularmente para incentivar o turismo neste País.

Lembro-me de quando presidi esta Comissão, em diversas oportunidades, tivemos reuniões com o Ministro da Integração Nacional e, conseqüentemente, com o Ministro do Turismo, porque a Comissão tem a função primordial de orientar, sugerir, propor e chamar para o debate, o que V. Ex^a tem feito muito bem.

Fiquei muito feliz quando, nas composições, no início desse período legislativo, me deram a informação de que V. Ex^a seria o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Ninguém melhor, pela sua história, pela sua trajetória, pela sua perspicácia, pelo Senador que V. Ex^a é para o Brasil e particularmente para o Nordeste, especialmente para o Estado de Sergipe.

Realmente V. Ex^a fez uma observação que era absolutamente fundamental. Mas eu sempre disse que eleição ninguém ganha de véspera e muita gente que se diz eleita perde feio, porque faz composições polí-

ticas e se esquece de conversar com o povo, porque em última análise quem elege é o povo.

Quando fui disputar a eleição para Senador, realmente eu era tido como azarão. Eu até não gostava desse predicativo pejorativo. Então, fui conversar com o povo, como V. Ex^a faz, como faz meu querido Figueiró e todos aqueles que aqui estão. Ninguém se autoelege. Todos nós temos de fazer uma caminhada, uma combinação direta com a população. E confesso que, faltando 60 dias para a eleição, Senador Valadares, é preciso determinação e vontade.

Eu recebi informação do meu pessoal de *marketing*, que me diziam que uma ex-Senadora que passou por aqui; hoje, vereadora em Maceió, tinha 60,38% da intenção de votos e hoje o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, tinha aproximadamente 40%. Eu tinha 6%, faltando 60 dias para a eleição. E eles me perguntaram: “Você vai ou fica?” Eu falei: “Vou.” Terminou a eleição, eu obtive a maior votação da história política de Alagoas. Um homem público nunca teve o número de votos que eu tive, para qualquer disputa não majoritária.

Então, fui o mais votado dos Senadores, e isso me deu muita responsabilidade. Eu tenho tido muito cuidado na condução deste mandato, para atender aos reclames da população e do meu Estado, um Estado pobre, encravado numa região difícil, como V. Ex^a sabe muito bem. E ontem eu conversava com alguns companheiros aqui, que me faziam ver que o Brasil mudou; realmente mudou, mas mudou tanto quanto e deveria ter mudado muito mais.

Há mais de 500 anos, a nossa Região, por exemplo, não obteve maiores investimentos, porque esse Brasil cuidou apenas do Sul, Sudeste e um pouco do Centro-Oeste. Esqueceu-se do Norte e do Nordeste – o Nordeste, recentemente, deu uma respirada – onde vivem cerca de 30% da sua população e, na verdade, onde existe o maior contingente de pobreza do País.

Então, o Brasil deve muito ao Nordeste, muito.

E nós, que estamos aqui como representantes do Estado nordestino, temos de trabalhar mais do que os que representam outros Estados, para melhorar – ou diminuir, melhor dizendo – as desigualdades, o distanciamento.

Eu queria, com isso, dizer a V. Ex^a da minha alegria em conviver nesta Casa com os políticos mais relevantes do País, e, apesar da minha trajetória longa, Figueiró, aqui, aprendo todos os dias. Todos os dias aprendo uma lição. Quando ela é boa, faço tudo que possa conduzi-la para melhorar a qualidade de vida, para melhorar o IDH do meu Estado e do Nordeste brasileiro. Por isso, cumprimento o nobre Senador Valadares pela maestria na condução desta Comis-

são, considerando – e eu reclamava isso, V. Ex^a tem a mesma dificuldade – que a nossa agenda tem quatro, cinco Comissões no mesmo horário. Isso traz realmente dificuldade, inclusive, para quórum nas Comissões. Logicamente, é preciso desmistificar isso.

O que tem acontecido aqui? Duas ou três Comissões têm um quórum privilegiado todos os dias. As demais, tanto quanto as grandes Comissões, não – todos vão para a Comissão de Justiça e Comissão de Assuntos Econômicos. E logicamente as outras Comissões se ressentem exatamente da presença dos Ex^{mos} Srs. Senadores. E o Inácio Arruda, que é um dos grandes representantes do Nordeste brasileiro, sabe muito bem que é preciso haver essa compatibilização de horário para que possamos realmente participar não só da Comissão de Justiça, da Comissão de Assuntos Econômicos, mas da Agricultura, da CDR, enfim, porque todas as Comissões instaladas aqui são importantes, cada uma para o seu segmento.

Por isso, Presidente, mais uma vez, cumprimento V. Ex^a. Estamos juntos para ajudar a desenvolver e o nosso Nordeste crescer mais, e as pessoas lá vivendo tenham maior poder de viver com dignidade.

Essas eram as considerações que eu desejava fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Benedito de Lira, quero registrar que a presença de V. Ex^a tem sido uma constante nesta Comissão. V. Ex^a é um Senador assíduo, cumpridor das suas obrigações parlamentares e, mesmo diante das dificuldades de horários com outras Comissões, V. Ex^a sempre encontra um tempinho para homenagear todas as Regiões do Brasil, e o eleitorado de Alagoas demonstrou, mais uma vez, aquilo que sabemos: eleição e mineração só depois da apuração. E a presença do político perante o povo, perante o eleitorado é que atesta ou não a veracidade das pesquisas eleitorais, que, muitas vezes, são montadas, são organizadas pelas elites com o objetivo de prejudicar os candidatos com menos visibilidade, com menos recursos econômicos.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) Deixe-me fazer só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Mas ainda bem que o povo sabe fazer justiça e uma delas é ter trazido V. Ex^a para o Senado.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – E eu não sabia, Arruda e Figueiró, que também faziam manipulação de pesquisas. Fiquei assustado quando vi isso. Eu, por exemplo, enfrentei essa dificuldade, sabe, Arruda, a 60 dias, não, 15 dias antes da

eleição, saíram três pesquisas, inclusive de um grande instituto, o Ibope – dois institutos de lá, do Estado, e o Ibope. E nas três, Inácio, a diferença de mim para os dois outros concorrentes era de 26 e 16 pontos. À noite, saiu outra pesquisa da Vox Populi. Talvez não tenham tido acesso para manipulação. Então, dos 26 que eu tinha, diminuiu para seis; no que eu tinha 16, passei dois. Quer dizer, fiquei assustado e pensei: “meu Deus, até isso eles fazem”.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – V. Ex^a aproveitou aquela que passou dois, não é?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Hein?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – E V. Ex^a aproveitou aquela que passou dois.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Pois é.

Então, o resultado é que, quando as pessoas, às vezes, dizem: “a pesquisa tal diz isso, diz aquilo”, eu digo: “rapaz, estou tão acostumado com isso, mas vá conversar com o povo, porque há muitos políticos neste País que se lembram do povo no dia da eleição, depois, têm medo de chegar perto do povo. Estes, realmente, têm que manipular as pesquisas para dar visibilidade a sua candidatura a qualquer cargo eletivo.

Mas, Presidente, esse é o dia a dia da nossa atividade. Realmente, nós temos esse compromisso com a região.

Espero que, antes de eu ir embora, possa ver essa região diferente do que estou vendo hoje. Confesso a V. Ex^{as} que é uma das minhas angústias, Figueiró. Às vezes, fico observando, por exemplo, aqui, quando se o Governo faz algum programa. Agora mesmo nós temos aqui um programa de R\$50 bilhões para mobilidade urbana. Estou muito preocupado com que esses recursos não fiquem localizados apenas no Rio e em São Paulo. As demandas são maiores do que lá, tanto quanto, proporcionalmente. Então, hoje, qualquer cidade do Brasil, média e grande, tem problema sério de mobilidade urbana. Nós ainda não temos projeto, mas eles lá também não têm.

Outra coisa que me chama muito a atenção. Talvez seja um tema que deveríamos discutir. Infelizmente, vi agora que, com essas mobilizações nas ruas, esta Casa aprovou um bocado de projetos que, trocados por nada, o dono do nada pede volta e se esqueceu de tratar outros temas.

Nós temos dificuldades, nobre Senador, no meu Estado, por exemplo, de fazer com que a educação melhore a sua qualidade de ensino e de que o magistério tenha um maior contingente de professores. Por

quê? Porque se esbarra na Lei de Responsabilidade Fiscal. Responsabilidade fiscal para a segurança? Responsabilidade Fiscal para a educação? Responsabilidade Fiscal para a saúde? Então, você não faz nada, absolutamente nada. A responsabilidade fiscal não sai para os grandes Estados. Tenho batido muito nessa tecla. O PAC veio para ajudar os grandes. Tem aquela estória do Robin Hood, que tira do rico para dar ao pobre. Tem acontecido o inverso: você tira do pobre para dar ao rico. Então, é preciso que a gente trate desses assuntos. É um tema, Arruda, da maior importância.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é interessante? É. Agora, tem de ter determinados parâmetros. Vou dar outro exemplo. Há um projeto que tramita aqui nesta Casa, de nossa autoria, que diz o seguinte: “Os Municípios de até 50 mil habitantes não poderão ficar privados de assinar convênios ou de receber repasses federais para as obras estruturantes no seu Município.” Por quê? Porque muitas e muitas obras estruturantes nos Municípios de pequeno porte, neste País, foram feitas com as emendas parlamentares, quer sejam de bancadas, que sejam individuais.

Aí veio o PAC. São Paulo pode estar no PAC, pode estar no CAUC, mas é São Paulo. Então, o PAC manda todos os recursos para lá, não tem problema. No Rio de Janeiro a mesma coisa, no Paraná a mesma coisa, em Curitiba, enfim, nas grandes cidades. Os grandes projetos, os projetos de Governo, são direcionados para lá. E 93% dos Municípios brasileiros ficam à mercê de uma migalha. Até as emendas parlamentares não chegam. Por incrível que parece, Arruda, um Estado como o meu, o mais pobre do Brasil, no ano passado, perdeu mais de R\$400 milhões de recursos federais, para os quais teriam de ter firmado convênio com os Municípios. Não foram porque até o dia 31 de dezembro mais de 80% deles estavam no CAUC. Como é que pode?

Então, a gente vive pugnando por isso. Esta Casa tem esse compromisso porque é a Casa da Federação. São esses temas que deverão ser tratados aqui com mais veemência, com mais força, com mais determinação. Nós precisamos cuidar disso para tentar minimizar a diferença entre lá e onde nós estamos. Essa é a minha preocupação. Mas vamos continuar pedindo, brigando e lutando para chegar a esses entendimentos, a esses termos.

Sr. Presidente, desculpe-me por ter avançado nas manifestações de V. Ex^a, mas já ia saindo e vocês me provocaram. Então, tive de ficar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Ouvir V. Ex^a é sempre uma aprendizagem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente, Inácio Arruda, antes de encerrar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Brevemente, quero falar para destacar o trabalho que V. Ex^a desenvolve. Imagino... V. Ex^a esteve no Norte do País, V. Ex^a esteve na Bahia, esteve no Ceará. Voltou ao seu Estado para fazer um grande evento. Então, está trabalhando intensamente dentro do objetivo da Comissão. Às vezes, nós consideramos trabalho – e lá fora se considera um pouco isso – a imagem da sexta-feira, no final do dia, no plenário do Senado ou da Câmara dos Deputados. Fazem aquela imagem e jogam como se aquilo fosse a atividade do Parlamento brasileiro. A atividade do Parlamento brasileiro é intensíssima! Talvez não tenha parlamento no mundo com a atividade que nós temos. Chega a ser um exagero o que realizamos de atividade no Congresso Nacional tanto na Câmara como no Senado.

Como eu tive a experiência de estar na Câmara e aqui – Bil esteve lá, Figueiró também esteve na Câmara e aqui – sei que temos uma atividade muito intensa, mas muito, muito intensa mesmo nas duas Casas. E V. Ex^a tem feito isso aqui, porque o trabalho é também o trabalho externo que a Comissão realiza. É uma segunda-feira em que os colegas convocam V. Ex^a para estar em outro Estado. E a população do Estado de V. Ex^a pergunta: “Ô, Senador Valadares, o que você está fazendo em Macapá? O que você está fazendo em Fortaleza? O que você foi fazer em Salvador, no Rio de Janeiro, em São Paulo?” E diz: “Fui cumprir minha obrigação, a da minha Comissão, com quem tenho responsabilidade, que presido e, portanto, tenho de responder aos colegas do Congresso Nacional, Senadores e também Deputados, porque nossa atividade, na hora em que aprovamos um projeto aqui, ele vai à Câmara dos Deputados. Então, você tem uma interface permanente com a Câmara dos Deputados”. Então, quero fazer esse registro.

Quando precisamos, em nossa Comissão, da presença dos Senadores, mesmo em concorrência com outras Comissões vamos lá e os trazemos. Quando foi necessário, às vezes, o Bil estava ali em outra reunião, eu o chamo e pego em sua gravata e o puxo para cá. O Figueiró é um freqüentador assíduo. A Comissão que concorre mais diretamente conosco está aqui ao lado, que é a Comissão de Infraestrutura. Então, tenho de voltar para lá imediatamente porque está sendo discutida a indicação de um diretor da Agência Nacional de Petróleo, mas antes houve a palestra da Diretora-Geral

da Agência Nacional de Petróleo que há pouco tempo, antes de eu sair de lá, estava presente e respondendo às últimas indagações dos Srs. Senadores. Mas nós temos respondido, a Comissão tem respondido, pois tem aprovado requerimentos importantes. Agora mesmo V. Ex^a quer tratar da questão da segurança nas fronteiras, uma questão regional, porque atinge o Centro-Oeste, atinge o Norte, atinge o Sul e atinge o Sudeste. Sem se falar da fronteira da fronteira Atlântica, pois essa é complicada de se garantir segurança. Segurança é armar, o que é mais difícil, pois é preciso deslocar equipamentos muito mais sofisticados para garantir a segurança dessa fronteira atlântica. Imagino que entram aqui em nosso litoral para pescar do jeito que querem e o fazem de qualquer jeito. Uma frota americana passa aí do jeito que quiser sem pedir permissão, atravessa e pronto. Os ingleses também fazem isso. A França, aquele território pequeno, menor que o Estado de Minas Gerais, também quer passar por ali. É um atrevimento sem igual. Os colonizadores antigos, de quinhentos anos atrás que ainda acham que mandam e podem decidir guerra para atacar os outros a qualquer hora. Reúnem-se em um *bureau* e dizem que vão atacar fulano, vão atacar sicrano e derrubar governo tal. Ainda é assim... Nosso País, que é continental, V. Ex^a responde muito bem, aprovando o requerimento que tratará do assunto. Não sei se seria o caso de V. Ex^a, mesmo por ofício, convidar a Comissão de Defesa para poder participar conosco e reforçar. Se Figueiró concordar, a gente pode até fazer isso. Seria por ofício, nem precisaria de requerimento. É um acordo entre Presidentes, o que eu acho muito correto.

Já está aqui o representante, não do Ministério da Defesa, mas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Seria um convite! Ele pode vir aqui, como convidado pelo Presidente, e acompanhar o debate que iremos realizar na CDR.

Registro também, Sr. Presidente – e por último –, que está se realizando em Fortaleza um encontro – patrocinamos um bom debate aqui – do Integra Brasil, exatamente tratando da integração do Nordeste com as demais regiões brasileiras. Mostramos que o problema do Nordeste não é um problema nordestino, mas do Brasil: um problema nacional. Então, agora recebemos aqui a Dr^a. Nicole, o senhor se lembra muito bem, pois abriu aqui nossa reunião.

Houve outros representantes daquele movimento que reúne Federações de Indústrias, Federações de Trabalhadores e de todos os setores. Agora, lá em Fortaleza, eles estão realizando um intenso debate que durará três dias. Começaram ontem, seguem hoje e vão até amanhã na discussão, com todo o Brasil, com representações de indústrias de todo o Brasil, com

Federações de Indústrias de todo o Brasil, das Federações da Indústria de todo o Brasil, e de trabalhadores. Pretendem inserir ainda mais o Nordeste dentro de um programa nacional. Infelizmente, não pudemos, fisicamente, estar presentes, porque o dia de ontem era dia de votação nominal no Senado Federal e também na Câmara. Hoje também será da mesma forma, e só amanhã, talvez no final do dia, possamos chegar a Fortaleza para também reforçar aquele movimento. Amanhã de manhã iremos sabatinar e votar a indicação do Procurador-Geral da República, e não poderemos sair daqui, pois é uma responsabilidade muito grande.

Imagine que, se sairmos daqui, vão falar que faltamos a uma sessão muito importante. Quando você está lá, dizem: “por que você está aqui, se deveria estar lá?” E quando você está aqui, reclamam de você estar aqui e não lá. Então, há sempre essas dificuldades, próprias da nossa atividade parlamentar, de políticos que têm um mandato – há políticos que estão aqui na nossa sala, que ainda não têm um mandato. Pode ser que um dia tenham, mas são todos políticos, fazem política, falam bem, falam mal, fazem o que todo mundo faz na política, mas não têm um mandato. Então, a nossa responsabilidade aumenta em função desse mandato que recebemos do povo dos nossos Estados. Aqui buscamos representar sempre da melhor maneira possível os interesses das nossas regiões, dos nossos Estados, principalmente.

Então, Sr. Presidente, queria fazer o registro, primeiro, do trabalho de V. Ex^a, e destacar que tem repercutido no meu Estado. Lá, no meu Estado, se dá conta do Senador Valadares presidindo a Comissão, e há os dos Amapá, repercutindo no Ceará. Então, em todo lugar repercute a atividade da presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional, porque o tema que tem abraçado interessa muito às nossas regiões.

Quando se trata da questão do turismo, nós, do Estado do Ceará, temos muito interesse. Em cada local que V. Ex^a estiver, vai repercutir no meu Estado, porque é um tema muito abrangente. Quanto a tratar da questão hídrica, nem se fala. No Ceará, quando falam em água, estamos correndo para saber onde ela está. A questão do desenvolvimento regional é muito presente, muito sentida entre nós, do Nordeste, especialmente no Ceará, pela dramaticidade da estiagem no Ceará, uma estiagem em cima de uma pedra. São 82% do território em cima de um cristalino. Dá para imaginar do que se trata estarmos a três graus da Linha do Equador e você ter três anos seguidos de estiagem.

Quando a gente fala em estiagem em outras regiões, de três meses de estiagem, não se pensa, não se imagina três anos de estiagem, para sentir o drama

que abate aquela região do nosso País. Mas nós temos aprendido a conviver com essa realidade.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço e digo que voltarei imediatamente, porque aqui é a nossa realidade. Sairemos da Comissão de Desenvolvimento Regional imediatamente para a Comissão de Infraestrutura e, da Comissão de Infraestrutura, imediatamente para a Comissão de Constituição e Justiça, que deve encerrar as suas atividades ao meio-dia, mas que nunca consegue terminar antes das 14 horas, prolongando-se, às vezes, até as 16 horas, emendando com a Ordem do Dia do próprio Senado da República. Serve também como uma espécie de regime forçado para os Senadores desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço a sua participação, sempre brilhante e informativa, Senador Inácio Arruda.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 02 minutos.)

ATA DA VIGÉSSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM ONZE DE SETEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e seis minutos do dia onze de setembro do ano de dois mil e treze, na sala de Reuniões número 07, da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Inácio Arruda, João Durval, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza, Cícero Lucena, Lúcia Vânia, e dos Senadores não Membros Jayme Campos, Pedro Taques, Delcídio Amaral e Wladimir Moka. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Lídice da Mata, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu e Aloysio Nunes Ferreira. Justifica a ausência a Senadora Ana Amélia. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente fala da sua participação como representante da Comissão, na 41ª Edição da Feira de Turismo das Américas, realizada na cidade de São Paulo/SP entre os dias 04 e 08 de

setembro de 2013. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 26 e 27 de 2013-CDR, ambos, de autoria do Senador Ruben Figueiró, para discutir e aprofundar os investimentos da PETROBRAS nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País e, em especial, no Estado do Mato Grosso do Sul, com a presença dos seguintes convidados: Sr. José Alcides Santoro Martins, Diretor da Área de Gás e Energia da Petróleo Brasileiro – PETROBRAS, em representação à Sra. Maria da Graças Silva Foster, Presidente da PETROBRAS; e o Sr. Ueze Zahran, Presidente da Copagaz. Às dez horas e dezoito minutos, o Presidente passa a Presidência ao Senador Ruben Figueiró, que dá continuidade a Audiência. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Ruben Figueiró, Jayme Campos e Delcídio Amaral. **EXTRA PAUTA ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 36, de 2013**, que “Requer nos termos do disposto no inciso XIII, do art. 90, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, realize **Diligências nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014**, Brasília, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, Manaus, Cuiabá, Curitiba, Natal, Porto Alegre e São Paulo, com a finalidade de verificar *in loco* o andamento das obras dos estádios, aeroportos e demais ações de preparação para a realização dos eventos esportivos. Requeiro, ainda, que as visitas sejam assessoradas por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo”. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às onze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Valter Simões dos Santos, Secretário-Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 21ª Reunião da Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata da 21ª Reunião da Comissão está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Ao iniciarmos os nossos trabalhos, gostaria de participar aos membros desta Comissão que, na forma do Requerimento nº 34, de 2013, aprovado nesta Comissão, estive na cidade de São Paulo, representando este Colegiado, na 41ª Edição da Feira de Turismo das Américas. Essa Feira é o quinto maior evento dessa natureza no mundo e muito importante para o nosso País, razão pela qual a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado não poderia deixar de participar.

O turismo no Brasil representa um faturamento de aproximadamente 4% do PIB, percentual correlato ao do agronegócio. Os empresários da área de turismo tiveram um aumento no faturamento de 13,1% contra apenas 0,9% do PIB do País, e está sendo esperado para este ano um crescimento da ordem de 7,5% para o setor, compatível com o percentual de crescimento da China, em dissonância com o crescimento dos demais setores produtivos do Brasil, que está projetado em apenas 2,5%.

Os financiamentos angariados pelas empresas de turismo no País já somam, só no primeiro semestre de 2013, a cifra de 6,1 bilhões, um crescimento de 23%, comparado ao mesmo período do ano de 2012.

Projeta-se um montante de financiamento em torno de 15 bilhões, portanto, teremos um volume muito maior de investimentos se somarmos aqueles próprios do setor de pequenas e grandes empresas de turismo. Os números estatísticos que apresentamos são grandiosos, assim como grandioso é o setor turístico no Brasil. De janeiro a julho, o setor de turismo contribuiu para as nossas divisas com um montante de US\$4 bilhões. Esse setor deve merecer, portanto, da iniciativa privada, como da iniciativa pública, o respeito e a atenção necessários para que o setor turístico do Brasil possa atingir o patamar de aproximadamente 13% do PIB, o que é um patamar dos países europeus. O Brasil é conhecido, por sua extensão continental, com rica diversidade cultural, de fauna, flora, de belezas geográficas incomparáveis e de excelente clima.

Hoje o Brasil ocupa a sexta posição mundial em turismo, e a meta de nossos governantes é que o Brasil chegue, em curto prazo, como a terceira do *ranking* mundial.

E no Legislativo não podemos ficar de braços cruzados. Nós que compomos o Legislativo brasileiro não podemos ficar de braços cruzados, observando os esforços de terceiros. Temos nossa parcela de obrigações e devemos dar respostas ao setor porque é isso que se espera de todos nós.

No dia 18 de setembro de 2013, às 9 horas, aqui nesta sala, estaremos realizando audiência pública para a instrução do PLS nº 43, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a relatoria da Senadora Lídice da Mata, que busca discutir com vários representantes do setor, a Lei Geral do Turismo que tramita nesta Comissão.

Está tramitando também na Câmara dos Deputados o PL nº 5120, que busca regulamentar as atividades das agências de viagem.

Esse projeto já passou pelo Senado e necessita urgentemente ser aprovado naquela Casa. Aliás, este foi um dos pleitos feitos pelo *trading* turístico lá, pela Abav lá em São Paulo, a aprovação pela Câmara dos Deputados do PL nº 5120 e também uma modernização da lei geral do turismo.

Esses são alguns pontos apresentados, mas creio que, pelo que vimos, devemos ficar atentos para o setor turístico brasileiro, principalmente neste momento em que o mundo está de olho no Brasil por causa dos megaeventos, que já começaram a acontecer, como a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude, e os que estão para acontecer, como a Copa do Mundo de Futebol de 2014, as Olimpíadas e as Paralimpíadas de 2016, que ainda serão realizadas.

Precisamos somar esforços tanto do Poder Público, como da iniciativa privada para acelerarmos o processo de desenvolvimento do turismo no Brasil. O Ministério do Turismo, entre outras ações efetivas, está redimensionando as regiões turísticas do Brasil para que tenhamos um novo mapa turístico. E esse novo mapa já conta com 3.635 Municípios cadastrados e 276 regiões turísticas. Esperamos que até o dia 18 de setembro de 2013, quando o prazo de cadastro do Município termina, todos os Municípios brasileiros possam estar cadastrados.

Na Feira de Turismo das Américas, onde estive presente, contamos com cinco dias de intensas atividades, onde 25 Estados expuseram seus atrativos turísticos num espaço de 50 mil m², com mais de 2.700 expositores organizados pela Associação Brasileira das Agências de Viagem (Abav), com o apoio da Prefeitura de São Paulo e do Ministério do Turismo.

No evento passaram aproximadamente 30 mil pessoas, representantes de mais de 60 países, dentre visitantes e expositores do setor, como operadores de turismo, companhias aéreas, hotéis, agentes de via-

gem, locadoras de automóveis, transportadoras rodoviárias, empresas do mercado financeiro e de câmbio, dentre outros.

Para melhor instruir e informar os interessados, a feira contou com o seu ponto alto, a Vila do Saber, onde durante quatro dias ocorreram duzentas palestras, seminários e cursos em 12 salas devidamente aparelhadas para tal.

Ao registrar a minha presença na abertura deste evento, eu quero testemunhar a primorosa organização efetuada pela Abav na realização deste evento de caráter internacional.

Quero registrar a presença aqui neste recinto do Dr. Thiago Novaes Ribeiro, que é da gerência setorial de relacionamento com o Poder Legislativo da Petrobras.

Nosso convidado que é o Dr. José Alcides Santoro Martins, Diretor de Área de Gás e Energia do Petróleo Brasileiro, da Petrobras, já se encontra também neste recinto.

Também quero registrar que está aqui, representando a Abremar que é Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, o Dr. Flávio Peruzzi, Diretor de Relações Institucionais.

Quero, então, convidar e peço ao Senador Ruben Figueiró que faça adentrar este ambiente o Dr. José Alcides Santoro Martins, Diretor da Petrobras, para que venha ocupar a Mesa e comece a fazer o seu pronunciamento. *(Pausa.)*

Já está aqui.

Fique à vontade!

Estou sendo informado que o outro convidado, o Sr. Ueze Zahran, Presidente da Copagaz, está chegando. Ficou retido no trânsito de Brasília, mas daqui a pouco ele se fará presente a esta audiência pública.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 26, aditado pelo Requerimento nº 27, ambos de autoria do Senador Ruben Figueiró para a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a fim de discutir e aprofundar os investimentos da Petrobras nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País, em especial no Estado do Mato Grosso do Sul.

Permitam-me um adendo: em especial no Estado do Mato Grosso do Sul e no Nordeste.

Agradeço a V. S^a.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Muito obrigado, Senador. Também em homenagem a nossa Senadora Maria do Carmo, que é do Nordeste e é uma Senadora assídua nesta Comissão.

Inicialmente, eu gostaria de conceder a palavra ao Dr. José Alcides Santoro Martins, Diretor da Área de Gás e Energia da Petrobras para que V. S^a faça o seu pronunciamento e discorra sobre os assuntos objeto deste requerimento.

Com a palavra V. S^a.

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS –

Bom dia, Senador Antonio Carlos Valadares, bom dia Senador Ruben Figueiró, bom dia demais Senadores presentes e demais autoridades. É um prazer muito grande estar nesta Casa, é a primeira vez o meu debut aqui no Senado e, para mim, é uma oportunidade de poder apresentar para vocês o que a Petrobras vem fazendo tanto no Estado do Mato Grosso do Sul e em especial na questão do processamento de gás para a produção de GLP, que é um dos pontos, talvez seja o ponto mais importante a ser discutido aqui nesta reunião.

Eu tenho uma apresentação de mais ou menos uns 20 minutos. Eu não sei o tempo que eu terei, Senador, se eu poderei usar esses 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – O senhor terá 20 minutos.

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Mais cinco de tolerância.

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS – Está ótimo. Não gastarei mais do que isso aqui.

Então, vamos começar com os tópicos que serão apresentados. Vou falar um pouco sobre o Gasoduto Bolívia-Brasil, a especificação do gás, o processamento de gás natural na Bolívia, o mercado do GLP no Brasil, as premissas para uma análise econômica, a análise econômica, os investimentos no Estado e considerações finais.

O Gasoduto Bolívia-Brasil tem cerca de 3.150km, sendo que 2.593km atravessam o Brasil e 557km atravessam a Bolívia. Desses 2.593km, aproximadamente 600km atravessam o Estado de Mato Grosso do Sul.

Nós recebemos o gás da Bolívia com uma certa qualidade. A gente chama de qualidade a composição desse gás que nos é importado, que nos é entregue pela Bolívia. A especificação da ANP preconiza, tem como limite 85% mínimo de metano, que é o C1, que nós chamamos de C1, 12% máximo de etano, 6% máximo de propano e 3% máximo de butano e mais pesados, o C4+. O butano é o C4. E tem o C5+, que são os líquidos do gás natural.

Quanto ao gás boliviano que nós recebemos no mês de agosto, temos essa composição média do gás:

ele tem cerca de 89,3% de metano, 5,8% de etano – portanto, ele está bem abaixo do limite máximo – 1,6% de propano e 0,9% de butano e demais pesados, C4.

O que é o GLP? O GLP nada mais é do que a fração do C3 mais o C4. O C5+ é separado e tem outro destino. O C2, normalmente, quando você não tem uma autorização para esse produto na petroquímica, é misturado ao gás natural. Você não separa o C1 e o C2; você separa os dois juntamente.

Esse aqui é um exemplo do que é o processamento de gás. Você chega com um gás chamado gás rico. O gás rico passa por uma UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural), onde se retiram o C1, o C2 e os demais líquidos do gás natural. Esses C1 e C2 são um gás processado, que vai diretamente ao mercado. Os demais componentes do gás, o C3, o C4, o C5, o C5+ passam por uma unidade fracionadora; eu retiro o C3 e o C4, que é o meu GLP, e o C5+ tem outro destino. Ele pode ir para o de nafta, ele pode ser misturado à gasolina, enfim, misturado à carga, ele tem um outro destino.

O gás boliviano que nós recebemos em agosto tem a especificação conforme foi dito no *slide* anterior e ele está totalmente enquadrado dentro da especificação da ANP. Essa qualidade de gás natural não é ainda constante. No dia 30 de julho deste ano, ou seja, um pouco mais de um mês atrás, entrou na Bolívia uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN). Começou a operar a partir de 1º de agosto, e ele ainda não está totalmente estabilizado. A nossa previsão é que essa quantidade, tanto de propano quanto de butano, tenda a ser mais reduzida ainda.

Ora, o GLP é função direta da quantidade de propano e butano que eu tenho no gás natural. Uma vez que eu tenho uma quantidade relativamente pequena, 1,6% e 0,9% de butano, eu consigo produzir cada vez menos gás natural... GLP, a partir do gás natural.

Só para se ter uma ideia do que é uma UPGN, Unidade de Processamento de Gás Natural, esta aqui é a foto do Terminal de Cabiúnas, com a UPGN Cabiúnas, ela é quase do tamanho de uma refinaria. É uma obra bastante grande, que exige investimento também bastante relevante.

Nós temos hoje no Brasil 14 Unidades de Processamento de Gás Natural, sendo que uma, o Terminal de Cabiúnas, está sendo ampliado, e uma está em implantação, estamos no processo de licitação, terminando o processo de licitação, para poder implantar a UPGN do Comperj.

Então, nós temos 14 e uma em construção, nessa distribuição, conforme mostra a figura.

O que acontece

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Em Sergipe, tem em Atalaia, não é?

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS – Em Sergipe, nós temos Pilar... Nós temos em Atalaia, Pilar é em Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pilar é em Alagoas.

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS – Isso. Em Atalaia, nós temos uma UPGN.

O que acontece com o gás vindo da Bolívia? Ele recebe um tratamento lá em Rio Grande e, após o tratamento, é produzido... Normalmente nosso gás é produzido, boa parte, no campo de San Alberto e San Antonio – eu vou mostrar a figura mais à frente, para poder explicar melhor –, ele vai para Rio Grande, lá é feito um processamento do gás e é enviado para o Brasil.

Até julho deste ano, nós tínhamos certa qualidade do gás; a partir de julho, foi incluída uma nova planta de processamento de gás natural que reduziu bastante a oferta de C2 e C3. Na nossa simulação, aquele valor que era de 1,6 de propano, ele vai atingir, assim que a unidade estiver em carga plena e comissionada, o valor de 1,4%; vai cair mais 0,2 pontos percentuais, e o butano, que era de 0,9, vai cair a 0,7, ou seja, ele vai ficar cada vez mais com menos frações de C3 e C4. E isso não basta.

Além dessa unidade de operação, que nós podemos ver, aqui tem um, nós podemos ver aqui, na figura, que é em Rio Grande, que foi inaugurada em 29 de julho, está em construção uma planta de separação de líquidos, lá em Gran Chaco, próximo ao campo de San Alberto e San Antonio, está em construção, está com 54% do seu avanço físico, atualmente, e a previsão é de que entre em operação em outubro de 2014.

Ora, as condições, hoje, são totalmente diferentes daquelas condições que nós tínhamos em 1999, em 2000, 2001. Ou seja, a Bolívia – e ela tem essa prerrogativa – está retirando, retirou uma parte e está retirando todo o líquido do gás natural e enviando o gás enquadrado, dentro da especificação para o Brasil. Ou seja, não nos restarão condições físicas e econômicas para que possamos produzir GLP com o gás vindo da Bolívia.

Houve uma mudança. Quando foi feito o estudo anterior, em 1995, em 1996, não existiam essas duas plantas, uma está em operação e outra está em construção, e tudo indica que eles vão terminar no prazo, que são diferentes das de hoje.

Para se ter uma ideia do mercado de GLP, nós importamos hoje em torno de 161,9 mil toneladas por mês de GLP; o Centro-Oeste consome 51,407 mil tone-

ladas e não produz GLP. O Sudeste tem um superávit que abastece toda a Região Centro-Oeste, o Nordeste é praticamente equilibrado, o Norte tem uma sobra de GLP e, no Sul, eu tenho um déficit de GLP, a oferta é de 98 contra um consumo de 110.

Se nós tivéssemos uma unidade de processamento de gás natural processando os 24 milhões de metros cúbicos, que é o que chamamos de *take or pay*, aquilo que eu sou obrigado a pegar da Bolívia, e tivéssemos produzindo o GLP com a condição que está hoje o gás e não a que vai ser em outubro de 2014, quando vai entrar aquela segunda unidade de processamento de gás. Hoje, com a qualidade que está, iríamos produzir 39 mil toneladas, aproximadamente, por mês de GLP. Ainda assim, o Centro-Oeste ficaria deficitário.

Tem uma coisa também importante de explicar, que não foi nem levada em consideração na nossa análise econômica, que vou apresentar mais na frente. O preço do GLP, do P13, aqueles botijões de 13kg, ele tem um custo de, aproximadamente, 874 toneladas, reais por toneladas. Se eu converter isso para comparar em dólar, por milhão de BTU – BTU é uma unidade de energia –, ele dá em torno de US\$7,8 por milhão de BTU. Esse é o custo do preço que é vendido o gás, o GLP na Região Centro-Oeste. O preço a granel, que é basicamente para aplicação industrial, não é tabelado, não está congelado, é em torno de R\$1.351 por tonelada, o que dá em torno de US\$12 por milhão de BTU.

O mercado do Centro-Oeste é praticamente 80% P13 e 20% granel. O preço do gás hoje, que eu vendo às distribuidoras, é em torno de US\$10 por milhão de BTU. Então, eu estaria, se eu tivesse construído uma UPGN, tirando uma matéria que vale US\$10 por milhão de BTU, processando-a e vendendo ao mercado a um valor de 80% a US\$7 e 20% a US\$12 por milhão de BTU. Isso não foi levado em consideração na análise, que seria um prejuízo que a Petrobras teria, por deixar de vender o gás a US\$10 e vender a US\$7,8 por milhão de BTU. Nós não levamos em consideração, levamos em consideração só a UPGN, não impondo também essa perda a nossa análise econômica.

Nós fizemos uma análise econômica em que utilizamos 24 milhões de metros cúbicos por dia, utilizamos a composição química do gás, que tem hoje no gás que a Bolívia nos entrega, sem levar em consideração a nova planta, que vai entrar em operação em outubro de 2014. E o resultado é otimista, é otimista porque vão ser retiradas mais frações pesadas desse gás. Aquelas 39 mil toneladas por ano vão cair. Qual é o número? Não sabemos ainda, porque a planta não é construída por nós, não temos participação e não sabemos como vai ser e quanto vai ficar o gás depois

de ela ser retirada, mas estamos supondo que vão ser muito pequenas as frações de C3 e C4.

Fizemos algumas premissas com relação ao investimento, que chamamos aqui de Capex. Ele é torno de 130 milhões por metro cúbico processado, então, eu tenho 24 milhões de metros cúbicos, são 130 vezes 24. Esse valor é bastante coerente, acabamos de fazer uma licitação para a UPGN do Comperj, e o valor está dentro das métricas internacionais. A operação OIM é em torno de 1,5% do Capex por ano.

O rendimento da unidade que vai dar as 39 mil toneladas por ano é feita da seguinte forma: cada milhão de gás natural processado consome, no próprio processo, 86 mil metros cúbicos de GNL e produz 96 metros cúbicos de GLP e 17 metros cúbicos de C5+.

Nós fizemos uma análise não só em Três Lagoas, mas em outras localidades, para ver, “será que aqui é melhor?”, “em outro lugar pode ser melhor ainda ou pior?”. Nós fizemos essa análise e fizemos o projeto de 20 anos, entrando em operação a partir de 2016. Consideramos todos os benefícios tributários, como recuperação de ICMS, redução de imposto de renda e contribuição social, quando o lucro antes do imposto de renda for negativo. Ainda mais com as premissas, nós utilizamos, para Três Lagoas, uma capacidade de processamento de 24 milhões. Em Paulínia, porque você tem todo o consumo antes de chegar em Paulínia, ele cai para 13 milhões. Em Araucária, se você retirar o consumo industrial e térmico que há ao longo do trecho, sobram oito milhões; em Canoas, cinco milhões.

Nós colocamos, aqui, a produção de GLP em metros cúbicos por dia. Aqui, em toneladas por mês – a mesma unidade multiplicada por 30, mais o fator de metro cúbico por tonelada –, a produção de C5+ e o consumo de gás natural por dia.

Então, uma vez... O C5+ teria de ser levado para uma refinaria, mas a análise econômica mostrou que eu precisaria ter um investimento de 3 bilhões, ordem de grandeza de US\$3 bilhões em Três Lagoas para processar 24 milhões. Em Paulínia, isso cairia um pouco, porque o investimento é proporcional ao volume de gás que é tratado, e ficaria US\$1,6 bilhões. É um custo operacional de US\$25 milhões por ano; Araucária, um bilhão; e Canoas, R\$644 milhões de Capex, de investimento.

Com esses números, nós fizemos a análise econômica, supondo as premissas que foram ditas anteriormente, e nós não consideramos, ainda, a necessidade de se colocar, também, uma estação de compressão, porque, uma vez que eu processo o gás na minha unidade, a pressão cai e eu tenho de subir para 100kg, para poder continuar a enviar o gás ao longo de todo o duto, de todo o gasoduto. Isso é em torno de R\$168

milhões que não foram considerados no projeto, que não fariam parte do projeto em si.

Com todos esses valores, nós chegamos à conclusão de que, em Três Lagoas, o VPL, Valor Presente Líquido, seria de menos US\$2,2 bilhões, isso sem considerar que haverá uma redução no ano que vem. Quando entrar em 2016, já será menor esse valor, e todos os fatores que eu coloquei e que não foram considerados.

Em Paulínia, seria 979 milhões o VPL; em Araucária, 560 milhões; em Canoas, 381 milhões.

Então, o projeto, hoje, como está, é economicamente inviável. Não existe economicidade em se fazer um projeto sabendo que, mais à frente, será pior ainda. Esses 2,2 podem passar para três ou mais do que isso.

Então, não é uma questão de a Petrobras querer ou não querer, mas esse projeto, do ponto de vista econômico, técnico – econômico, não é? – é inviável.

Com relação aos investimentos, também um ponto que foi colocado, no Mato Grosso do Sul, nós temos, dentro da nossa carteira de projetos, no nosso Plano de Negócio e Gestão 2013/2017, em torno de US\$1,8 bilhão em investimentos no Estado, sendo que o mais relevante é a unidade de fertilizantes nitrogenados 3, ou FN3, em Três Lagoas, que vai consumir cerca de 1,7 – quase todo o investimento.

Nós temos investimento, também, em manutenção de infraestrutura de transporte, que são os *revamps* que nós temos de fazer nos pontos entregues, estações de compressão.

Nós temos P&D, aplicação de P&D devido à geração de energia elétrica de Três Lagoas...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS – Estou terminando. Mais cinco minutos e termino.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Mais cinco minutos.

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS – Eu sou obrigado a fazer esse investimento.

Nós temos, também, investimento na própria UTE, os *revamps* que têm que ser feitos, investimentos que, neste ano, haverá. Então, vai ser o valor de US\$1,8 bilhão.

No passado, nós temos já, investidos, cerca de R\$2,4 bilhões, somados até hoje, só a Petrobras, e tem mais US\$13 milhões que foram investidos só este ano, através de uma nossa coligada, que é a MSGÁS.

Para se ter uma ideia do nosso empreendimento no Estado, essa aqui é a UTE Luís Carlos Prestes, que gera 368MW de energia e consome quase 2 milhões de metros cúbicos por dia. E só no fechamento de ciclo, sem contar a construção da unidade, nós investimos R\$532 milhões.

Três Lagoas também é outro empreendimento muito importante, não só para a região, mas para todo o Brasil. Ela vai fornecer ureia, cerca de 1,2 milhão de toneladas de ureia por ano; o investimento é em torno de R\$4,2 bilhões e estará pronta o ano que vem, em setembro de 2014; em outubro ela estará em produção.

O Ponto de Entrega também é um empreendimento de menor investimento, foram R\$16 milhões; já está pronto e começou a operar este ano.

Tem também o investimento da MSGÁS, que eu ressalto, que é o fornecimento de gás para essa fábrica de fertilizante. O investimento previsto é de R\$12 milhões.

Então, a última transparência. Nós fizemos uma análise técnica e econômica do empreendimento e ele se mostrou economicamente inviável. Foram consideradas quatro localidades. Além de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, Paulínia, em São Paulo, Araucária, no Paraná, e Canoas, no Rio Grande do Sul.

A avaliação indica que o empreendimento não é economicamente viável. O processamento reduziria também a disponibilidade de gás natural para o mercado. Uma vez que se tiram as frações pesadas, deixa-se de entregar energia, gás para o mercado. Não foi considerado.

Com a expansão do processamento da Bolívia, ficará ainda pior a análise econômica, o resultado desse processamento, e o investimento da Petrobras no Estado, nesse quinquênio, será de US\$1,8 bilhão.

Era isso que eu tinha para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço ao Dr. José Alcides Santoro Martins por sua contribuição.

Eu passo a palavra ao próximo convidado, no atendimento ao requerimento feito pelo Senador Ruben Figueiró. É o Sr. Ueze Zahran, Presidente da Copagaz.

V. S^a tem a palavra.

O SR. UEZE ELIAS ZAHARAN – Bom dia a todos. Perdoem-me ter chegado atrasado aqui, mas o trânsito em Brasília está... faz tempo que eu não venho a Brasília e estranhei bastante o trânsito. Por isso, eu cheguei um pouquinho atrasado.

Mas eu estava ouvindo o Dr. Alcides. E confesso que trabalhei bastante para conseguir colocar a unidade separadora de gás natural em Campo Grande ou Corumbá.

A minha empresa distribuidora de gás tem 58 anos de atividade. Foi fundada em 1955, por mim mesmo. E eu sempre buscava a oportunidade de ter um resultado no meu Estado, ou na perfuração de poço, ou na refinaria de petróleo ou na separação do gás, se desse somente gás.

A oportunidade apareceu quando surgiu a ideia de trazer o gás natural da Bolívia para o Brasil passando no Estado de Mato Grosso. E a nossa ideia era colocar uma separadora de gás lá.

Comecei a trabalhar com a Petrobras no governo Fernando Henrique Cardoso. Naquela ocasião, eu estava com a vantagem possível de o Presidente da Petrobras ser um mato-grossense, Dr. Gros, nascido em Miranda, no meu Estado. E trabalhei todo o governo Fernando Henrique Cardoso, todo o governo do Presidente Lula e parei quando terminou, porque a situação do abastecimento de gás no País, por portarias publicadas, estranhamente piorou de tal maneira que 15 companhias de gás, das 21 que existiam, desapareceram. Quinze quebraram. Eu fiquei cuidando somente da empresa e deixei de pretender ter a separadora no Mato Grosso.

Na época em que eu trabalhava lá havia somente 9 separadoras no País produzindo gás butano propano. E hoje eu estou vendo pela internet que a Petrobras está com 42 separadoras. Colocaram 33 novas separadoras no mercado, sendo 12 no Rio de Janeiro, 11 no Espírito Santo e 9 outras em diversas cidades do País, mas a de Campo Grande não saiu. Eu estou com uma relação, tirada da internet, de 42 separadoras montadas pela Petrobras no País.

Quando houve oportunidade, Senador Figueiró, de voltar a trabalhar com a separadora, eu me interessei também. Por quê? Porque o Centro-Oeste está consumindo hoje 550 mil toneladas de gás por ano. E essas 550 mil toneladas de gás consumidas vão levando das refinarias de São Paulo, andando 114 milhões de quilômetros por ano em caminhões-tanque. É um perigo tremendo transportar gás desse jeito, em caminhões-tanque, pra uma unidade, como, por exemplo, sair de São Paulo e chegar a Cuiabá, 2 mil quilômetros de distância; ou Campo Grande, mil quilômetros; ou Goiânia e Brasília, outros mil quilômetros.

O custo operacional é altíssimo. Consomem-se 53 milhões de toneladas de diesel. O perigo é intenso. Tão grande que um dia eu estive em contato com o Dr. Roberto Gurgel, pedindo ajuda, e ele me pediu para falar com o Dr. Fonseca, que era o segundo homem dele em Brasília. Eu vim para cá para falar com o Dr. Fonseca. Entrando no gabinete dele, ele falou para mim: “O senhor só veio aqui, coincidentemente, tratar do assunto, da tragédia que aconteceu hoje.” Eu falei: “Não sei o que aconteceu hoje.” Ele falou: “Tombou um caminhão-tanque de gás a 100km daqui, está pegando fogo na válvula de saída” – afetou a válvula e começou a pegar fogo. E a Polícia Rodoviária bloqueou 100km da estrada por três dias, até acabar o gás que havia, 22 toneladas de gás que estavam no caminhão -tanque.

Esse problema do caminhão-tanque é um dos problemas nossos no transporte de gás. O País está consumindo quase 8 milhões de toneladas/ano, e a maioria é transportada em caminhões-tanque. Há muito GLP entregue por gasoduto nas engarrafadoras ao lado da refinaria, mas as distâncias para levar o gás a regiões que não têm gasoduto são enormes.

A esperança de montar a separadora em Campo Grande foi grande, principalmente quando um diretor da Petrobras, depois muita insistência da minha parte, falou: “Sr. Zahran, está na hora de a gente fazer a separadora. E ela é tão importante, tão urgente que nós vamos preferir que vocês fiquem [a minha empresa, a Copagaz], com 51% das ações dessa separadora nova”, e a Petrobras ficaria com 49%. Eu agradei, mas perguntei por quê. Ele falou: “Porque a Petrobras está muito atrasada e, se a Petrobras for majoritária, ela vai precisar da autorização do Congresso. Isso tem de ser discutido no Congresso, para permitir isso. Então, é melhor vocês ficarem majoritários, com 51%, e nós deixamos de ter esse problema e vamos começar a trabalhar pensando na separadora.”

E continuei trabalhando, até que um dia, ainda no governo do Fernando Henrique e quando o Presidente era o Grosso, cheguei ao Palácio, querendo uma solução para o problema – era uma sexta-feira –, e o Presidente ligou para o Grosso, que estava na praia, e falou: “O Zahran está aqui outra vez, e eu quero saber como está o estudo da separadora.” Ele falou que estava pronto e que seria entregue na semana seguinte. E, realmente, na semana seguinte me entregaram o estudo da rentabilidade dela, de umas 30 folhas, mas terminava dizendo que, infelizmente, o retorno do capital era de 10,3% somente, e a Petrobras não fazia nada com retorno menor de 13,5%. E, por isso, ela parou.

Mas 10% eu sentia que já justificava a montagem da separadora, porque na área nossa, por exemplo, da distribuição de gás no País... E o gás brasileiro, graças a Deus, é o mais barato do mundo para a dona de casa; já na mão da dona de casa é o produto mais barato que existe.

Isso quando a Presidente Dilma era Ministra de Minas e Energia, e o trabalho que estávamos fazendo... Ela queria, a pedido do Presidente Lula, tirar R\$10,00 no botijão de gás, e nós só tínhamos R\$4,00 de margem. Por fim, ela resolveu verificar, a pedido meu, o nosso preço real de margem da distribuidora e o preço nos outros países. E ela fez isso. Contratou um consultor, o Antoninho Trevisan, que viu isso tudo para ela.

Eu tenho os preços aqui e vi que o nosso gás vendido para a dona de casa era mais barato até do que no Paraguai, era o mais barato no mundo. Dava para a gente fazer alguma coisa, com a separado-

ra possível no Estado de Mato Grosso, permitindo o abastecimento de toda a Região Centro-Oeste sem transporte intenso de caminhões-tanque.

A situação perdura até hoje. Nós vemos... Eu trabalho no País, e o abastecimento de gás no Nordeste, onde não existe refinaria, é feito através dos navios da Petrobras com tanques e esfera, atendendo a Região Nordeste na área de gás liquefeito de petróleo.

No Sul e Sudeste, são todas as refinarias plantadas lá. Da Bahia para baixo, as refinarias atendem as necessidades dos derivados. Agora, o Centro-Oeste é a única região do País que não tem presença da Petrobras nessa área do gás liquefeito de petróleo. Poderia existir uma unidade separadora de gás natural ali.

Nós estamos trabalhando... Eu parei de trabalhar nessa época, porque estamos com um problema sério por uma portaria, criada à revelia pela Agência Nacional do Petróleo, que está destruindo o comércio de gás no País. Não está fácil. Por causa dessa portaria, 15 empresas, das 21 que existiam, desapareceram, e o nosso trabalho é evitar... diminuir custo para permitir a presença das empresas no País, empresas distribuidoras. E diminuir custo é transporte. Nossa empresa tem 200 caminhões-tanque para fazer esse tipo de transporte, e nós precisamos tomar cuidado. Eu não quero dispensar pessoal. Há muitas companhias de gás dispensando funcionário. Nós sempre fomos empresa de criar vagas para funcionário, e fomos bem-sucedidos nisso, graças a Deus. Não quero dispensar, mas tenho que diminuir custo. A diminuição, nessa área de transporte, e a segurança, principalmente, seriam possíveis com a separadora da região de Campo Grande e/ou Corumbá. É necessário, porque é a única região; não há separadora, ali não existe refinaria nem separadora de gás. A oportunidade é essa, com gás natural passando por Campo Grande e atingindo São Paulo e as áreas consumidoras de gás natural.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. UEZE ELIAS ZAHRAN – Meu diretor está mostrando que as 42 separadoras montadas aqui operam 96 milhões de metros cúbicos por dia, quando essa única existente, que poderia existir em Campo Grande... O gasoduto foi preparado para transportar 30 milhões a 35 milhões de metros cúbicos. Hoje, creio que está consumindo 20 só, porque o País está abastecido de gás natural – o Dr. Alcides pode confirmar isso. Agora são 42 separadoras para separar e trabalhar, operar 96 milhões de metros cúbicos por dia. E uma só em Campo Grande pode operar 30 milhões. O estudo feito pela Petrobras fala em 10 milhões de metros cúbicos por dia só.

O excesso de gás liquefeito de petróleo na Bolívia é uma realidade, a ponto de a Petrobras pedir

para a minha empresa reforçar o *plant* que temos em Campo Grande, o enchimento de gás que temos em Campo Grande, na nossa distribuidora de lá. Perguntei por quê, ele falou: “A Bolívia tem excesso de gás, e nós temos vagões-tanque aqui, um comboio de dez vagões-tanque que poderia transportar esse gás da Bolívia, esse excedente, para Campo Grande.” Isso me foi pedido, e eu montei uma engarrafadora grande, um desvio ferroviário de 2,5km, um *plant* com 12 tanques estacionários de 60 toneladas cada um e exigiu inclusive dez torres de transferência do gás, dos vagões-tanque para os tanques estacionários.

Eu dizia que duas torres bastavam. Ele falou: “Não! Nós queremos descarregar de pancada todo o comboio de uma vez só.” E eu montei dez torres de transferência. E a Petrobras começou a trazer o gás boliviano, o excesso que havia nesses dez vagões-tanque, para mim, por dois anos somente. No fim dos dois anos, ele levou os vagões-tanque para Canoas, para levar o gás GLP de Canoas para Santa Maria, no coração do Rio Grande do Sul, a 300km de distância, para atender uma companhia italiana, chamada Liquigás.

Eu não sei por que ela fez isso, porque eu fui pessoalmente ver a rodovia de Canoas a Santa Maria, e é uma rodovia de Primeiro Mundo. O transporte poderia continuar sendo feito por caminhões-tanque, mas passou a ser com vagões-tanque, e não sei se continua até hoje.

E, como não havia uma rodovia da Bolívia para Campo Grande, eu fiquei sem gás por um período grande. Tive de contratar caminhões para levar o gás engarrafado de São Paulo para Campo Grande, e isso perdura até hoje.

Então, eu tinha uma esperança de que essa separadora poderia acontecer em Campo Grande. O primeiro estudo feito pela Petrobras, em 10 milhões de metros cúbicos/dia atingia US\$116 milhões, para essa separadora de 10 milhões de metros cúbicos/dia. E essa é uma quantidade enorme. Eu sinto e sei também que a Bolívia retira gás liquefeito desse gás natural que passa, e a quantidade de butano e propano é menor do que existia no começo.

(Soa a campanha.)

O SR. UEZE ELIAS ZAHRAN – Agora, são 96 milhões de metros cúbicos/dia que as 42 separadoras estão operando, contra uma só de 10 milhões de metros cúbicos, isso dado pela Petrobras.

Achava que isso poderia atender parte das nossas necessidades, não todas, porque o consumo da região hoje é de 550 mil toneladas/ano, tudo levado em caminhões-tanque, cada um com 20 toneladas de transporte; outros com 30 toneladas de transporte. Mas é sempre um transporte perigoso.

Era o que eu tinha a falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Governo/PSB – SE) – Agradeço ao nosso convidado, Dr. Ueze Zahran, pelas palavras que trouxe aqui, esclarecedoras a respeito do pedido contido no requerimento de autoria do Senador Ruben Figueiró.

Antes, gostaria de perguntar se V. Ex^a falará primeiro, ou se o Senador Delcídio Amaral, que é também do seu Estado. *(Pausa.)*

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Falarei primeiro, por deferência dele.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Governo/PSB – SE) – Ele está falando por deferência de V. Ex^a. É a irmandade que persiste no seu Estado.

Com a palavra o Senador Ruben Figueiró, que vai fazer as suas indagações aos palestrantes.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente; Srs. Debatedores; Sr. José Alcides Santoro Martins, Diretor de Gás e Energia da Petrobras; meu ilustre concidadão sul-mato-grossense, Ueze Zahran; Srs. Senadores, sobretudo Senador Delcídio do Amaral, Sr. Presidente, ouvimos aqui duas personalidades importantes nessa área de gás e energia. O Dr. José Alcides Santoro Martins fez uma exposição ampla da atual situação do aproveitamento do chamado gás natural em nosso País, com realce na Região Centro-Oeste e Região Centro-Sul. As observações feitas por S. S^a demonstram que não há interesse da Petrobras no momento em fazer qualquer tipo de investimento nesse setor, sobretudo na implantação de uma usina separadora de gás na Região Centro-Oeste e, muito especificamente, no nosso Estado do Mato Grosso do Sul. A exposição de S. S^a, confesso, causa-me grande decepção, porque a questão não vem de hoje.

Ouvimos aqui a explanação do Sr. Ueze Zahran, que foi quem motivou essa audiência, porque, há mais de 18 ou 20 anos, vem lutando para a instalação de uma usina separadora de gás no território sul-mato-grossense, e deu as razões, na exposição precisa, concisa que S. S^a fez a todos nós aqui, na Comissão, nesta presente audiência.

A história, na realidade, Sr. Presidente, inicia-se em 1953, quando o então Governador de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa, a convite do presidente boliviano – não me recordo qual era o presidente, mas, à época, deveria ser um general – foi para reunião em Roboré, ao longo da rodovia que liga Corumbá a Santa Cruz de la Sierra. Lá, em Roboré, eles firmaram um acordo segundo o qual o Brasil se encarregaria da exploração do gás boliviano e, em contrapartida, ele ajudaria a Bolívia a construir uma rodovia – aliás, hoje ela existe; o Senador Delcídio do Amaral naturalmente

já a utilizou – de Corumbá a Santa Cruz de la Sierra – e prosseguiu até La Paz.

Essa ideia da exploração, portanto, do gás boliviano partiu daquela ocasião. Evidentemente, era uma ideia embrionária porque nem o Brasil, nem a Bolívia, até então, tinham condições de um investimento dessa ordem.

O assunto veio à tona novamente quando foi presidente o então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nessa ocasião, o Sr. Ueze Zahran, aproximou-se dele, lá em Corumbá, em uma oportunidade em que o Presidente estava lá, e disse a ele da importância de se instalar uma usina separadora de gás. E o Presidente, conforme tivemos a oportunidade de ouvir aqui do Sr. Ueze Zahran se colocou à disposição e entregou à Petrobras a responsabilidade do estudo da questão, através do então Presidente, Sr. Francisco Gros, que, aliás, é também sul-mato-grossense.

Posteriormente, o assunto voltou a ser debatido com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, provocado pelo Sr. Ueze Zahran. E, mais recentemente, em Campo Grande, no encontro que tivera com a Presidente Dilma Rousseff, o Sr. Ueze Zahran voltou a insistir na questão. Isso demonstra que, até hoje, há viabilidade técnica e econômica para a exploração do gás natural em território sul-mato-grossense através de uma usina separadora.

Esses prolegômenos que fiz aqui servem apenas para dizer a esta Comissão que, nada obstante, os argumentos apresentados pelo ilustre Sr. José Alcides Santoro Martins devem ser revistos. Há a possibilidade, se a Petrobras não o desejar, de que empresas privadas, o setor privado assumam essa responsabilidade. Conforme afirmou aqui enfaticamente o Sr. Ueze Zahran, se os resultados de 13% não são suficientes para a Petrobras, eles o são para a iniciativa privada.

Sr. Presidente, permita-me fazer aqui algumas indagações dirigidas especificamente ao Sr. José Alcides Santoro Martins e me permita, Sr. Presidente, que eu as leia aqui. Sr. José Alcides, foram elaborados estudos de viabilidade técnica e econômica, para implantar a unidade separadora em regime de parceria com a iniciativa privada, conforme argumento que expus anteriormente. A construção dessa separadora deveria ser o primeiro passo para a criação de um polo gás-químico, cujo principal diferencial seria aproveitar o gás natural importado da Bolívia via Gasbol. Trata-se de um projeto de quase US\$1 bilhão que reuniria a Petrobras, a Copagaz, cujo Presidente, o Sr. Ueze Zahran, está aqui nos honrando com sua presença, e a Braskem.

No empreendimento em forma de *holding*, as empresas usariam o gás de acordo com seus interesses

industriais. As estimativas de 2003, ano em que a iniciativa ganhou corpo, mostravam que os 14 bilhões de metros cúbicos de gás natural transportados à época pela Gasol poderiam gerar 250 mil toneladas de gás de cozinha, sendo que, quando o gasoduto atingisse a capacidade máxima de transporte, de 30 milhões de metros cúbicos, a produção de GLP poderia subir para 500 mil toneladas por ano – essa capacidade foi atingida. Nessa mistura gasosa, estão 520 mil toneladas de butano e de propano, que são os geradores do gás de cozinha – são 600km de gasoduto, conforme já foi afirmado aqui, que passam por território sul-mato-grossense.

A pergunta é a seguinte: qual a opinião de V. S^a sobre esse paradoxo?

Faço outra pergunta.

O gás importado da Bolívia supera as especificações do poder calorífico estabelecido pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Em números aproximados, estamos falando de uma diferença de 800 quilocalorias por metro cúbico, ou seja, em palavras simples, o gás que importamos da Bolívia é rico em hidrocarbonetos nobres – pelo que percebo da manifestação do ilustre depoente representante da Petrobras, ele não tem essa riqueza, mas aqui se afirma isso – que a natureza levou milhões de anos para formar e que são inapelavelmente queimados, sem aproveitamento, em Canoas, no Rio Grande do Sul. Além de desperdiçar recursos, estamos contribuindo para o aumento da emissão de gases de efeito estufa – além do etano, que seguiria para a Petroquímica, e do propano e do butano, que iriam para a geração de gás de cozinha, um polo construído em Mato Grosso do Sul poderia produzir ureia e amônia, matérias-primas essenciais aos fertilizantes.

Aqui, quero dar ênfase, a Petrobras está construindo e gastando aproximadamente US\$4 bilhões, para construir uma unidade de fertilizantes em Três Lagoas. A extração, portanto, a separação da ureia e da amônia seriam extremamente úteis a essa fábrica de fertilizantes, porque são matérias-primas para essa unidade, para utilização nessa unidade. Há alguma explicação razoável para esse desperdício?

A terceira: as razões alegadas para a não implantação do projeto da separadora de gás derivam de um estudo de viabilidade muito defasado. Desde que esse trabalho foi elaborado, o País mudou radicalmente, nomeadamente na Região Centro-Oeste. Estranhamente, isso não fez com que a região fosse contemplada com uma separadora sequer, das 42 espalhadas pelo Território nacional, conforme enfaticamente demonstrou aqui o Sr. Ueze Zahran. V. S^{as} ou a Petrobras concordam com a realização dessa reavaliação?

A quarta e última pergunta, senhor depoente: eu gostaria de obter da Petrobras uma satisfação com relação ao angustiante pleito que o meu Estado faz com relação ao Gasbol. Infelizmente, percebo que a empresa tem um comportamento que poderíamos chamar – permitam-me e perdoem-me a expressão, mas é como eu penso – de esquizofrênico. Algo parecido com Dr. Jekyll e Mr. Hyde: médico e monstro que habitavam o mesmo corpo, na criação genial do escritor Robert Louis Stevenson. A empresa se apresenta como estatal quando lhe interessa, e, quando não é caso, alega a necessidade de respeitar interesses de seus acionistas privados – é assim no licenciamento ambiental de seus empreendimentos, é assim na elaboração do seu planejamento estratégico.

Ora, se nem a estatal, nem a empresa privada Petrobras tem interesse em beneficiar a população do Centro-Oeste, por que razão não libera o empreendimento para a legítima iniciativa privada? Pelo que percebemos aqui, Excelências, a Copagaz e outras firmas têm interesse em exploração, através de uma usina separadora de gás, na Região Centro-Oeste, sobretudo no eixo do gasoduto Bolívia-Brasil, seja em Corumbá, seja em Campo Grande, seja em Três Lagoas, como deu indícios aqui o ilustre representante da Petrobras, Sr. José Alcides Santoro Martins, no sentido de que poderia, entre as outras unidades na Região Sul, ser implantadas.

(Soa a campainha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – São essas, Sr. Presidente, as minhas indagações, esperando que a Petrobras, diante da explanação aqui feita, sobretudo pelo Sr. Ueze Zahran, abra novamente as portas para que entendimentos sejam feitos. Se a Petrobras não desejar realizar esse investimento, porque está fora da sua programação para os próximos anos, que estenda a oportunidade à iniciativa privada para que o faça. Aliás, graças à iniciativa privada, nós temos um País, hoje, que se desenvolve, apesar das oposições que têm havido, sobretudo na incompreensão da área governamental.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade de aceitar a minha sugestão de fazer esta reunião. Tenho certeza de que esta audiência terá, sem dúvida alguma, uma repercussão muito importante para que a Petrobras e a iniciativa privada se unam no sentido de dar a Mato Grosso do Sul e ao Centro-Oeste uma oportunidade de implantar essa usina separadora de gás, que é uma velha e legítima esperança não só da empresa Petrobras como do meu Estado, Mato Grosso do Sul. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Ruben Fi-

gueiró, quero agradecer a V. Ex^a os esclarecimentos aqui prestados, as suas opiniões, enfim, bastante esclarecedoras sobre a pretensão do Estado que V. Ex^a tão bem representa com referência à questão do gás da Bolívia e o seu aproveitamento industrial.

Eu indagaria dos Senadores Delcídio do Amaral e Jayme Campos se V. Ex^{as} pretendem fazer algum pronunciamento, alguma indagação, alguma pergunta. Esta Presidência abre este espaço com a maior alegria. São dois Senadores da maior competência, que já presidiram Comissões nesta Casa, com muito brilho e, acima de tudo, com muito equilíbrio, prestando serviços enormes ao nosso Senado e à nossa República.

Nós sabemos que Delcídio do Amaral é um dos grandes conhecedores da questão relacionada ao petróleo e ao gás, já que exerceu, junto à Petrobras, o cargo de diretor – assim começou a sua vida política, promissora. Nós sabemos que Delcídio do Amaral é bem situado politicamente em seu Estado. Certamente, o povo, que já lhe fez justiça para o Senado, o fará para o Governo do Estado.

Senador Delcídio do Amaral, V. Ex^a tem a palavra. Com essa introdução, V. Ex^a está emocionado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Depois de uma fala dessas... Inclusive do PSDB, viu? Não, e do PSDB também, meu Presidente – PSB e PSDB. Mas eu queria cumprimentar o Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, competente Senador, homem digno, que honra o Estado de Sergipe. Acho que teremos boas notícias no Estado de Sergipe logo, logo, pelas informações que tenho recebido, principalmente na área de hidrocarbonetos. *(Soa a campanha.)*

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu não sou membro da Comissão de Desenvolvimento Regional, mas, sem dúvida, é uma honra participar desta audiência pública, ainda mais presidida por V. Ex^a, que admiro muito. Cumprimento o Senador Ruben Figueiró, autor do requerimento, Senador determinado, um homem público exemplar do nosso Estado, o Mato Grosso do Sul; e o meu querido Jayme, Senador, Governador, Prefeito, um homem cuja história se mistura com a história do nosso irmão Mato Grosso. Cumprimento o nosso querido Alcides, Diretor de Gás e Energia da Petrobras, de carreira, competente; e o meu querido Ueze Zahran, Presidente da Copagaz, um grande batalhador no segmento de gás liquefeito de petróleo, um grande empresário, talvez o maior empresário do nosso Estado.

Eu não pude acompanhar a exposição por inteiro. Conversei com o Senador Pedro Taques, que também veio cumprimentar o nosso querido Ueze, mas S. Ex^a é relator do Código Penal na CCJ e me pediu que jus-

tificasse sua ausência. Ele veio aqui... E o Moka agora está presidindo a Comissão de Assuntos Sociais – às terças e quartas-feiras é uma correria danada nas Comissões Permanentes do Senado.

Mas eu queria fazer algumas observações que julgo importantes. A batalha do Ueze começou lá atrás, ele talvez tenha sido um dos pioneiros nesse debate, que começou no antigo Conselho Nacional de Petróleo, com o General Oziel, há décadas – e o Ueze sempre presente, fez investimentos por solicitação do próprio Conselho Nacional de Petróleo e pela própria Petrobras, investimentos consideráveis em Campo Grande, naquela época, quando ainda não era realidade o gasoduto Bolívia-Brasil. E o Senador Figueiró lembrou muito bem o Tratado de Roboré, em 1953 – eu nem era nascido nessa época –, que efetivamente ocorreu e foi o indutor dessa integração energética, através do gás natural, da Bolívia com o Brasil.

E eu acredito em uma América do Sul forte através de uma integração energética consistente, que é o Bolívia-Brasil, que é a Itaipu Binacional e, possivelmente, outros projetos que, nessa área de energia, serão feitos, serão implementados ao longo dos próximos anos. E o Ueze, desde aquela época, vem trabalhando, sempre preocupado com o GLP, sempre preocupado com certificação dos botijões. Ele foi o precursor de um debate importantíssimo, porque a qualificação de botijões é absolutamente essencial, e muitos acidentes que nós tivemos foram exatamente por que não havia à época regras claras que regulamentassem esse trabalho de requalificação e, portanto, expondo vidas. Portanto, é um homem que conhece a fundo esses assuntos, não só como empresário, mas como alguém que os viveu intensamente.

Talvez nós já estivemos na iminência de implementar esse projeto, porque – e você sabe muito bem, como também a Presidenta Graça – ele já vinha sendo desenvolvido na região de fronteira, Corumbá e Puerto Suárez, Corumbá é a minha terra, que não é muito longe da terra do Ueze, que é Bela Vista. E ali havia um complexo importante que vinha sendo trabalhado, inclusive, com a iniciativa privada e com a Copagaz – era a Petrobras, àquela época, Odebrecht, Copagaz –, em que se buscava implementar um complexo binacional dentro desse conceito de projetos binacionais de integração entre os países vizinhos, para fortalecer as relações comerciais. E isso é estratégico, porque o Brasil precisa gerar riqueza também nos países vizinhos – não adianta o Brasil crescer, e os países vizinhos ficarem para trás.

E esse projeto era um projeto amplo, porque ele vinha ao encontro do que o Ueze aqui falou, porque o gás da Bolívia traz o metano, você me corrija, Alcides,

que é mais de 80% ou 83% – quanto? 89%? –, 89% do gás que vem da Bolívia. E depois nós temos frações de etano, propano e butano. São os famosos gases ricos.

O gás metano é o gás que a gente queima em caldeira, em indústria. E esses outros gases são os gases ricos, são os gases que dão filhote, que agregam valor. Por exemplo, a fábrica de fertilizantes, essa fábrica de nitrogenados – eu não sei se o Alcides falou aqui, mas eu vi que já foi apresentado isso – tem esse princípio; quer dizer, eu uso o gás boliviano para separar as moléculas necessárias e produzir amônia e ureia. E esse projeto é estratégico para Mato Grosso do Sul, estratégico para o Brasil, nós que somos importadores de insumos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Em Sergipe, há uma indústria de amônia e ureia, muito embora o gás não seja da...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Existe, inclusive, uma...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Vai haver agora uma de sulfato de amônia.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... de sulfato de amônia, que já são projetos antigos da Petrobras, mas ainda insuficientes, Presidente, para atender as necessidades que são exigidas pelo Brasil com relação a insumos. Então, esse projeto de Mato Grosso do Sul, de Três Lagoas, é fundamental.

E por que eu citei isso? Porque esse projeto estava todo pensado para Corumbá, para a fronteira. Lá nós íamos produzir, tirar o etano e transformá-lo em eteno e fazer polietileno – portanto, indústria petroquímica. Por isso é que a Odebrecht estava interessada em entrar ali, por causa da Braskem, que é um dos braços que a Odebrecht tem que cuida da área petroquímica.

E o propano-butano, que nós, entre outras coisas, utilizaríamos para produção de GLP. E essa planta também iria produzir amônia e uréia – é uma planta gigantesca. Uma planta dessas é uma refinaria, é muito grande.

Essas coisas vinham andando. Eu vinha acompanhando isso, mesmo não estando mais na Petrobras, a gente acompanhava através da iniciativa privada e através da própria companhia. Foi quando sobrevieram os problemas entre Bolívia e Brasil, especialmente no que se refere às refinarias e às medidas que o Presidente Evo Morales tomou.

Isso trouxe consequências. Trouxe consequências, no meu ponto de vista... Primeiro, o projeto foi sobrestado, e a consequência do sobrestamento des-

se projeto é, entre outras, a fábrica de fertilizantes em Três Lagoas.

Saindo da fronteira, como o gás passava no Bolívia-Brasil, separa lá em Três Lagoas. Então, o projeto mãe de todas essas ações era esse projeto binacional na região de fronteira. E que foi inviabilizado por quê? Insegurança jurídica.

Não custa lembrar: invadiram duas refinarias da Petrobras, uma em Santa Cruz e outra, se não me engano, em Oruro. Vieram consequências também na área de gás, pois muitas empresas de petróleo que estavam lá instaladas – a Total, a Shell, enfim – também puxaram o freio de mão –, e havia um interesse grande de muitas empresas de petróleo, especialmente na exploração do gás. Enfim, uma decisão como essa tem consequências, tem desdobramentos.

E, agora, olhando a apresentação feita pelo Diretor Alcides, que é muito competente e conhece a companhia muito bem, eu tomei conhecimento de que a Bolívia, respeitando o contrato – ela está dentro do contrato celebrado com o Brasil, com a Petrobras –, recentemente inaugurou, em 29 de julho... E há outra separadora lá do lado de San Alberto e San Antonio, onde estão as jazidas, em que 54% da instalação já está pronta. Portanto, ela vai...

Eu não tive oportunidade, Alcides, de olhar aqui no detalhe o impacto disso, mas, com certeza, o resultado é diminuir as frações de C3, de C4, provavelmente, e, conseqüentemente, prejudicar a implantação de um projeto em Mato Grosso do Sul para a produção de GLP. Então, isso preocupa muito.

Eu vi aqui o estudo de viabilidade também. Claro que olhei muito rapidamente, Alcides, e estou vendo aqui que o VPL é um VPL negativo de 2,224 bilhões, fazendo-se a avaliação econômica comparada com a de outros projetos. Sem falar também, pelo que estou vendo aqui, que é preciso instalar compressores adicionais, pois, quanto mais próximo da Bolívia, mais compressão precisa ser feita.

Então, nós estamos numa sinuca de bico. E o pior é este quadro, que é reflexo do que o Ueze falou. A gente vê aqui o mercado de GLP: hoje, com a UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural) em Três Lagoas, o Nordeste é pau a pauta. Ou seja, no tocante ao que ele consome de GLP, a oferta bate com a demanda. No Norte, a demanda é um pouco menor do que a oferta – portanto, é autossuficiente também; no Sudeste, a oferta é maior, e eu acredito que é do Sudeste que vem o GLP que, por tudo o que o Professor Ueze Zahran sempre me explicou, possivelmente, é desse superávit do Sudeste que vai o GLP para o Centro-Oeste; e o Sul, que tem também uma pequena diferença, de cerca de, talvez, 10 mil toneladas, aproxi-

madamente; e, aí, a gente olha a região Centro-Oeste e, no que se refere a GLP, é zero – é a única região do País que não tem GLP nenhum!

Eu estava até trocando as figuras sobre o mercado de GLP e observei que o Norte é superavitário; o Nordeste bate, é pau a pau; o Sudeste é superavitário; o Sul tem uma pequena diferença de cerca de 10 mil toneladas, como eu disse, considerando a UPGN de Três Lagoas. Portanto, o que a gente percebe aqui é que, no caso do Centro-Oeste, a produção de GLP é zero. Vai tudo de caminhão, com um risco danado, porque o transporte de GLP é um transporte cuidadoso.

Já ocorreram acidentes em outros Estados, e o impacto é violento, não só do ponto de vista do impacto físico, mas também do ponto de vista de perda, claro e evidente, de vidas humanas. Portanto, eu acho que, fruto desse trabalho que foi feito aqui e que apresentado pelo Dr. Alcides, nós precisamos – não é, Alcides? – buscar alguma alternativa. Se nós não podemos colocar uma separadora na Região Centro-Oeste...

Eu estava falando com o Senador Jayme que, agora, há uma forte insurgência de gás em Mato Grosso, pelo menos foi o que afirmou a Dr^a Magda, recentemente, quando esteve aqui. Mato Grosso do Sul ainda está passando por um processo de pesquisa, um trabalho feito pela própria ANP. Então, nós temos que buscar soluções através de novas jazidas ou, eventualmente, pelo aumento de produção da Bolívia – não sei se isso é possível isso ou não –, ou, então, por meio de dutos que poderiam levar esse GLP para o Centro-Oeste, e, consequentemente, baratear o custo do frete, do transporte, eliminando esses problemas que o Professor Ueze apontou aqui com muita pertinência.

Então, Senador Figueiró, nós, de Mato Grosso do Sul, estamos muito preocupados, porque as informações que estão sendo colocadas aqui frustram as nossas expectativas, se esse é o entendimento, pelo que vi aqui da exposição do Diretor Alcides. E acho até que, depois que nós falarmos aqui, nós vamos ouvir tanto o Professor Ueze Zahran como o Diretor José Alcides Santoro Martins a respeito.

Contudo, nós temos que buscar alternativas, Dr. Alcides, porque o Centro-Oeste não pode enfrentar essa situação; nós estamos inviabilizados. E o quadro-resumo dessa exposição, que reflete o que o Professor Ueze disse, é esse quadro aqui que demonstra nitidamente a Região Centro-Oeste com zero, ou seja, oferta zero, quando nós tínhamos uma oportunidade ímpar de não só atender o Centro-Oeste, mas também exportar para os Estados vizinhos. Hoje, tudo isso onera: onera o Estado e onera os empresários que atuam nessa área. Portanto, é extremamente preocupante.

Compreendo bem como a companhia trabalha e a forma rigorosa como ela analisa os seus investimentos, mas nós somos de Mato Grosso do Sul, nós somos de Mato Grosso, somos do Centro-Oeste, nós precisamos buscar alternativas para baratear o custo e facilitar a vida da gente, porque esse transporte é um transporte...

Eu não sei, Ueze, mas esse GLP vem de Paulínia?

O SR. UEZE ELIAS ZAHARAN – Sim, de Paulínia. (*Fora do microfone.*) De Paulínia e toda a região para Campo Grande, Goiânia, em Goiás, sempre em caminhões-tanque. É um perigo eterno! Caminhões com 30 toneladas de gás liquefeito e, quando a gente sabe que um quilo, vazando, mata uma família, imagine trinta mil quilos vazando – é uma população! É perigoso! Eu tenho duzentos caminhões, mas, a cada quatro anos, tenho que trocar os caminhões, colocar caminhões novos para evitar problemas na estrada – e é comum acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Satisfeito, Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Insatisfeito, mas nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Não. Com o espaço que a Comissão lhe deu.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS.) – Ah, sim. Quero agradecer, porque estou de bicão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – E V. Ex^a está ao vivo...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS.) – Ao vivo e em cores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – ... nesta semana, em que a Comissão de Justiça ainda não entrou. Enquanto a Comissão de Justiça não funciona, a nossa está no ar, firme e forte.

Eu, antes de passar a palavra ao Senador Jayme Campos, que foi governador e também prefeito, um homem público conhecido em todo o Brasil pela competência, do Estado de Mato Grosso, eu vou submeter à apreciação desta Comissão um requerimento de nossa autoria propondo que realizemos diligências nas cidades-sedes da Copa do Mundo – em Brasília, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, Manaus, Cuiabá, Curitiba, Natal, Porto Alegre e São Paulo. Requerimento de igual teor já foi aprovado pela Comissão de Esporte e Turismo da Câmara dos Deputados. Então, as duas Comissões irão acompanhar o desenrolar das obras da Copa do Mundo, que estão sendo efetivadas em vários Estados.

Também nós estamos requerendo que nessas visitas sejamos assessorados por um consultor legislativo, que nos acompanhará em todas essas viagens.

Consulto os Senadores presentes sobre a inclusão do mencionado requerimento extrapauta. *(Pausa.)*

Como ninguém se manifesta contrariamente, o requerimento é submetido à votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro aprovado o requerimento.

Com a palavra, o Senador Jayme Campos, do Mato Grosso, irmão de Mato Grosso do Sul.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos; prezado e valoroso Senador Ruben Figueiró, autor desse requerimento, para que fizéssemos esta audiência; velho e querido amigo Ueze Elias Zahran; Dr. Alcides; e o nosso convidado também, o Presidente da Mesa, e este campeão mestre nosso aqui da área do setor elétrico, enfim, do setor de infraestrutura. Ele é o nosso professor aqui, como bem disse o Senador Antonio Carlos Valadares.

Primeiro, quero agradecer a V. Ex^a a oportunidade, até pelo fato de tanto eu quanto o Senador Delcídio não fazermos parte desta Comissão. Mas, quando eu recebi a informação de que o nosso amigo Ueze se encontraria presente aqui, eu fiz questão absoluta de vir abraçá-lo carinhosamente, até pela admiração e respeito que nutro por esse grande brasileiro, que é o Dr. Ueze, homem a quem os Estados, hoje Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, mas uno, devem muito pelo seu espírito de empreendedorismo. Um homem de visão moderna, que, sobretudo, saiu da vanguarda dos investimentos necessários por essa vasta região do Brasil muitas vezes esquecida por parte do Governo Federal.

Ueze, sempre acreditou na pujança daquele Estado, sobretudo na perseverança daqueles brasileiros que aportaram naquela região brasileira, e sempre lutou com muita fé e, sobretudo, com a crença de que teríamos um Brasil bem melhor, com esses investimentos necessários para a nossa região.

Eu vi aqui, há pouco, a apresentação, principalmente do nosso Alcides, que é mestre na matéria, mestre no assunto. Mas o que me chama a atenção é esse investimento tão importante para a nossa região, que é a questão dessa separadora, que o Senador Ruben há um tempo vem batendo aqui na tribuna. Inclusive eu já me associei a ele.

Eu acho que é um movimento não só da classe política, mas, sobretudo, da própria sociedade civil organizada, pelo fato da importância que representa para todos nós, mato-grossenses e da Região Centro-

-Oeste. Eu acho que o Governo Federal teria que dispensar, dar-nos um tratamento diferenciado. O Delcídio já contou uma verdadeira história em relação a esse assunto, mas diz o Alcides que, há poucos dias, Dr. Wilson, esteve aqui a Dr^a Magda, Presidente da ANP, em audiência pública.

E nós indagamos a ela em relação às pesquisas realizadas pela Petrobras no nosso Estado de Mato Grosso, principalmente naquela região do Parecis. Ali já foi feita pesquisa há alguns anos – no ano passado, a própria Petrobras licitou alguns lotes desse campo de gás lá no Mato Grosso. A Petrobras ganhou a concorrência, e, infelizmente, não prosperou nesse investimento, que é um sonho de todos nós, mato-grossenses.

A minha preocupação é em relação à Petrobras, que, muitas vezes, adquire por força até mesmo de lei, obrigatoriamente, ou seja, ela tem o direito de 30% em qualquer serviço de concessão, de exploração. A Petrobras, em qualquer serviço de concessão, de exploração, terá oportunidade de participar com 30%. E lá adquiriu o lote, ganhou a concorrência do empresário de Mato Grosso, e, por sinal, até me chamou a atenção, ele perdeu a concorrência por R\$70 mil – ou seja, se ele tivesse ganhado essa concessão, eu imagino que as providências para os investimentos já estariam sendo feitas.

Como o Senador Delcídio deu essa notícia: “Olhe, lamentavelmente, a Bolívia não tem o produto suficiente para nós fornecermos e para produzirmos lá o GLP, por falta de propano, de butano”, imagino, Alcides – não sei se você tem conhecimento -, que essa região não tem essa matéria-prima para nós a transformarmos em GLP, que não só atenderia naturalmente à Região Centro-Oeste, mas também Rondônia, Pará, que nós hoje estamos fechando *(Inaudível.)*, através da BR-163, a pavimentação asfáltica, através da Fico, que é uma ferrovia que o Governo Federal está pretendendo lançar até, no máximo, dezembro, ligando o Estado de Goiás, por Miraçú, cortando até *(Inaudível.)*, saindo pelo Baixo Araguaia, subindo em direção a Rondônia, que é uma obra de integração sobretudo de uma nova formatação em relação à logística, integrando o setor rodoviário, o setor ferroviário e, no futuro – espero também –, o setor hidroviário, através de Teles Pires-Tapajós, através do Juruena, através do Araguaia-Tocantins, através também aqui, não só para sair a nossa produção, dos Rios Paraguai e Paraná, o que é muito importante.

Lamentavelmente, essa obra já era para ter acontecido com pouco investimento – o senhor sabe disso –, por meio das correções, algumas dragagens, alguns pontos críticos que nós temos nessa hidrovia importante, principalmente para escoar uma produção nossa que, a cada dia que passa, aumenta 10%, 15% ao ano,

e o que nos tem penalizado sobremaneira é a questão de transporte. Quando ele se refere aqui, dizendo: “Olhe, eu tenho 200 carretas!” – eu imagino quanto custa isso não só em termos de custo ou mesmo até para o consumidor isso tem um custo muito elevado! Sair de Paulínia para chegar a Cuiabá quanto custa?

Se nós tivéssemos uma processadora no Mato Grosso do Sul, eu imagino que reduziriam pelo menos 60% ou 70% de quilômetros rodados pelas rodovias federais, que hoje estão em estado precário, lamentavelmente enfrentando muitas dificuldades. Há acidentes e mais acidentes. O Brasil, hoje, é campeão em número de acidentes não só nas rodovias, mas nas áreas urbanas das cidades, por falta de investimento na questão de mobilidade urbana e assim por diante.

Há mais de um ano que o Senador Ruben está aqui lutando. Eu mesmo já me associei a ele, já o apartei, já me manifestei, sobretudo porque eu acho que a Petrobras tem que abrir mão de alguns campos como esse, não competindo com o setor privado, porque acho que ele tem muito mais habilidade, até mais facilidade para esses investimentos. E eu não sei, confesso que vou mandar fazer até um estudo, uma pesquisa, para ver, através da pesquisa feita, o que vai produzir, se vamos ter o propano, o butano ali, para nós, se for o caso, implantarmos, a Petrobrás implantar, naquela região também, se não há o gás da Bolívia, vamos plantar lá em Campo Novo de Paricis, há é um campo vasto.

Pela informação que me chamou a atenção, Senador Delcídio, é que não é só na região do Campo Novo, está pegando aquela região do médio norte ali todo, envolvendo Marilândia, Santo Afonso, Arenápolis, Tangará da Serra – todos já pesquisados, através da IDP e com 99,9 de ter com certeza esse fato produto que é importante não só para fazer o GLP, mas, sobretudo para a nossa indústria, (*Inaudível.*) que hoje está-se pagando muito caro pelo fato de uma nova matriz energética para essa região nossa do Brasil.

De maneira que eu venho aqui, meu caro, prezado e velho amigo, cumprimentá-lo, dar-lhe um abraço fraternal e dizer, como Senador da República e, sobretudo, como mato-grossense, sempre nós estaremos aqui na trincheira, realmente com aquela altivez para lutar pelos interesses de Mato Grosso. Porque aqui a luta do senhor não é uma luta apenas empresarial, vendo o seu grupo, a sua empresa, mas sim defendendo essa região do Brasil que certamente precisa de investimento por parte do Governo Federal, não só nessa área de novas matrizes energéticas, mas, acima de tudo, de uma logística, de uma saúde. Enfim, daquilo que certamente o povo espera de um governo democrático, mas que, acima de tudo, realmente dá a sua contrapartida através daquilo que é mínimo para

se construir a cidadania, dando oportunidade, sobretudo uma nova perspectiva para as gerações futuras do Brasil e principalmente da Região Centro-Oeste.

Cumprimento a todos os senhores e particularmente, em especial, ao valoroso Senador Ruben Figueiró, pela louvável iniciativa de promover este evento aqui na Comissão, na CDR, e, sobretudo, ao nosso querido amigo, Presidente competente, honesto, ético e, acima de tudo, uma das referências que tenho aqui nesta Casa, que é o ilustre companheiro, ex-Governador, Senador, tudo no seu Estado de Sergipe do Brasil, Antonio Carlos Valadares. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a e também ao Senador Delcídio do Amaral pela participação, que deu um brilho especial a este debate hoje realizado, nos ensinamentos que nós ouvimos aqui, que, certamente, irão repercutir de forma favorável para história desta Comissão.

Eu passo a palavra ao Dr. José Alcides Santoro, antes, porém eu gostaria que V. S^a, quando respondesse aos nossos Senadores, colocasse também algo sobre a fábrica de sulfato de amônio que será instalada no Estado de Sergipe. De forma resumida, nós gostaríamos de saber como é que estão essas tratativas e como isso se dará no querido Estado de Sergipe, que é um dos Estados mais desenvolvido do Nordeste e que tem dado uma contribuição enorme na produção de petróleo, de gás natural com a fábrica de amônia e ureia, a fábrica de potássio. Enfim, é um Estado pequeno, é o menor Estado da Federação brasileira, mas que foi assim abençoado por Deus na sua composição de recursos naturais.

Com a palavra o Sr. José Alcides Santoro. Sinta-se à vontade!

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS – Eu responderia às colocações dos demais. Primeiro, eu queria dizer que a área de fertilizantes, dentro da Petrobrás, hoje é a área que mais está demandando investimentos da área de gás e energia. Hoje o nosso foco principal é a área de fertilizantes, mais de 42%, quase metade do orçamento no investimento é para a área de fertilizante – então, é uma área muito importante da Petrobrás.

Em outros tempos, nós tivemos um ciclo de geração termoelétrica, construímos várias térmicas do PPT. Tivemos o ciclo do gasoduto – nós construímos 9.500km de gasoduto – e, agora, é o ciclo dos fertilizantes. Então, o fertilizante é um negócio bom para a Petrobrás e um negócio importante para a Petrobrás.

A fábrica de sulfato de amônia localizada lá em Laranjeiras, ela produzirá sulfato de amônia através da

reação da amônia que já é um produto que nós produzimos na Fafen Sergipe, e o ácido sulfúrico que é oriundo da RNEST, que vai por cabotagem até Sergipe, e pegamos um produto, um subproduto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS –

Vem, o ácido sulfúrico vem, virá da RNEST, quando esta entrar em operação ano que vem, por cabotagem, entra no Terminal Inácio Barbosa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS –

A RNEST é a nossa refinaria do Nordeste.

Ele entrará pelo Terminal Inácio Barbosa, o TMIB, o ácido clorídrico será levado para a fábrica por caminhões e, lá, é feita uma reação da amônia, que hoje já é produzida, em Sergipe, no local, com o ácido sulfúrico, produzindo o sulfato de amônia, que é um produto muito importante na agricultura, principalmente da cana-de-açúcar, que utiliza bastante. Então, a fábrica está, exatamente o número, não sei, mas em torno de 85% já pronta, 85 a 90% pronta...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – O investimento é da ordem, sabe me dizer?

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS –

O investimento é da ordem de R\$300 milhões aproximadamente. Esse número, fico lhe devendo, Senador, minha memória pode estar me pregando uma peça, mas é em torno desse valor, e estará em produção a partir de novembro. Em 30 de outubro, terminam as obras, termina a complexão e, a partir de novembro, já começaremos a produzir, a comissionar, a realmente produzir o sulfato de amônia que ficará boa parte naquela região.

Então, respondendo ao questionamento...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares.

Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Dr. Alcides, tenho que estar presente na Comissão de Justiça, eu pediria ao Senador Ruben Figueiró que presidisse a reunião, já que terei que me ausentar para participar de votações na Comissão de Justiça.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Concedo ao Dr. José Alcides a oportunidade de continuar o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS –

Eu gostaria de dizer que o Estado de Mato Grosso do Sul é importante para a Petrobras, pois é lá que entra o gasoduto da Bolívia, é lá que temos investimento em fertilizante, fizemos, recentemente, neste ano, o fechamento de ciclo em Três Lagoas, e eu, particularmente, tenho muito carinho pelo Estado, pelo menos uma vez por mês estou presente, vendo, visitando as

nossas obras ou a nossa usina termelétrica. Então, é um Estado importante e muito querido pela Petrobras e, particularmente, por mim.

Com relação ao questionamento, Senador, a primeira pergunta é com relação ao Complexo Gás Químico, que havia sido previsto, na fronteira, entre a Copagaz, a Petrobras e a Braskem. Com relação à produção de 250 mil toneladas por mês de GLP, processamos 14 milhões m³/dia de gás. Existia um paradoxo porque, hoje, essa unidade não é viável, pelo menos na visão da Petrobras. Sinto profundamente frustrar a expectativa dos senhores, eu gostaria que pudesse ser viável economicamente. É importante para a Petrobras aproveitar as oportunidades de negócio que temos. Então, sinto muito frustrar esta expectativa, Senador. O que foi feito, já expliquei, é que, em 2000, 2001, 2002, havia outro cenário de qualidade de gás e quantidade de gás, e, naquela época, creio, não participei desse estudo, era factível tirar os líquidos do gás natural, até mesmo porque a Bolívia não estava com todas as unidades de processamento de gás ainda em plena carga e a pleno vapor. Então o que era antes factível, depois de serem introduzidas essas unidades, e o gás ser tratado, ele passou a não ser mais factível.

Eu não vejo nenhum paradoxo entre um estudo que já havia sido feito e o estudo que nós fizemos recentemente. Esse estudo que eu apresentei, nós o fizemos um mês atrás, a pedido dos senhores. Quando o senhor colocou – foi em junho, se não me engano –, o senhor fez alguns questionamentos com relação a esse processamento de gás, nós fizemos uma análise econômica, revimos todo o nosso estudo e apresentamos o que eu mostrei hoje para os senhores.

Com relação à taxa interna de retorno de 13%, eu posso te garantir que hoje a taxa utilizada é de 8,7%, da Petrobras, não os 13% e nem os 10%. É muito mais baixa do que esse valor. Estamos utilizando uma taxa de 8,7%, e mesmo assim ainda o VPL é negativo.

Com relação a que nós estaríamos desperdiçando riqueza por não retirar o etano, o propano e o butano, não produzindo os subprodutos que vêm dessa separação, a minha visão é que não há esse desperdício, não é? Nós produziremos no ano que vem ureia e amônia, amônia em menos quantidade, principalmente ureia. Aquela planta de fertilizante, a UFN III, em Três Lagoas, foi projetada para produzir ureia e é a maior planta da América do Sul, de produção de ureia, uma planta que corresponde ou vai atender a cerca de vinte, aquela planta sozinha, mais de 20% do mercado nacional. E os demais subprodutos não têm viabilidade econômica de retirar.

Só queria deixar claro o seguinte: nós mostramos aquelas catorze unidades de processamento,

que – só trazer os números, porque é 42 ou é 14: na realidade, uma unidade de processamento pode ter 1, 2 ou mais processamentos; podemos ter, como temos em Urucu, 3 trens de processamento, 3 separadoras; agora no Comperj vão ser 2 unidades separadoras; então as 14 significam 42 unidades separadoras, porque cada UPGN pode ter mais de um trem, pode ter 1, 2 ou 3, ou até mais separadores, como é o caso de Cabiúnas. Então esses números representam a mesma coisa, só que...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS

–... em vez de pegar a unidade separadora, eu estou pegando o complexo como um todo. Então não há discordância desses números.

Então todas as unidades separadoras, as catorze, estão colocadas onde existe produção de gás. Geralmente você não coloca uma unidade separadora depois de um processamento de gás, porque aquele processamento que foi feito já retira a parte líquida, os líquidos do gás natural. Então você vê as catorze, todas elas estão dentro de alguma, ou recebendo algum gás de uma unidade de produção. Então não há nenhuma daquelas catorze que esteja em algum gasoduto que não seja ligado à produção.

E o mesmo é feito na Bolívia. Na Bolívia, na produção, eu mostrei também, lá em San Antonio, San Alberto e Rio Grande, eles retiram o gás através da unidade de processamento e enviam esse gás para o Brasil. Então o gás já é processado lá na Bolívia. Não é um gás que sai do campo de produção e sofre um processamento para se tirarem esses líquidos. Então uma unidade de processamento no meio de um gasoduto que já transporta um gás processado, via de regra não é economicamente viável.

Com relação às razões da viabilidade estar defasada, esse estudo que fiz está totalmente atualizado. Inclusive, os valores de investimento foram obtidos de uma licitação que fizemos no mês de agosto passado, para a unidade do Comperj. Os dados de operação são os dados que utilizamos nas nossas plantas.

Com relação aos dados de investimento, os dados de taxa de retorno, estamos utilizando aqueles dados corporativos que, ao longo do tempo, vem caindo a nossa taxa média de atratividade (TMA). Não vejo nenhuma defasagem entre o que foi feito e apresentado e a situação atual de hoje.

Com relação àquela colocação de que a Petrobras ora parece privada, ora parece estatal, e que nós não teríamos interesse em construir o empreendimento... Eu sou técnico da Petrobras há quase 34 anos. Nós fazemos projetos que tenham economicidade, senão não conseguimos aprová-lo e podemos sofrer uma

atuação do TCU por fazer um projeto economicamente inviável.

O TCU, hoje, não só se preocupa com a lisura do processo, mas também com a viabilidade econômica que aquele projeto tem. Já tivemos que mostrar ao TCU a viabilidade econômica de vários projetos para comprovar que era um projeto que agregaria valor à Petrobras e ao Brasil como um todo.

Outro ponto colocado foi com relação à liberação do empreendimento da iniciativa privada. Tenho certeza absoluta de que nenhuma empresa teria interesse em pegar o gás do Gasbol e processar para tirar GLP. Se alguém tiver interesse, por favor, pode vir falar comigo que podemos fazer esse negócio, porque ele não é economicamente viável. Sinto dizer isso, sinto frustrá-los, mas, fisicamente, não é possível produzir mais GLP do que a quantidade que há no gás. Aqueles números que mostrei são números reais, são números que tiramos dos cromatógrafos dos nossos analisadores de gás. Esse é o número que estamos mostrando, e ele caiu muito ao longo do tempo. Em 1998, 1999, era uma qualidade; hoje, é outra totalmente diferente e, no ano que vem, vai ser mais diferente. Seria algo, para mim, até dizer que quem quiser fazer faça, mas tenho certeza de que a empresa, a iniciativa privada não tem interesse, mas, se tiver, pode vir falar comigo. Podemos fazer negócio. Mas o GLP teria que ser cinco vezes mais caro do que é hoje para poder viabilizar, porque a quantidade é limitada. Cinco ou mais vezes, não sei o número exato, porque não há como. O custo está fixo, e eu teria que aumentar a receita. Aumentando a receita, ou processo mais, o que não é o caso, ou tenho que aumentar o preço. E isso não é compatível com a situação de hoje.

A colocação do Senador Delcídio do Amaral é importante. Nós temos que resolver o problema do GLP. Concorro com o senhor que temos que ter uma solução para a logística de GLP no Estado. A logística que o Dr. Zahran havia colocado, esses números de viagens, 140 mil quilômetros por ano...

O SR. UEZE ELIAS ZAHARAN – 114 milhões de quilômetros...

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS – 114 milhões de quilômetros por ano de transporte, levando gás. Tem que ser feita, tem que ser arrumada uma solução.

Na Petrobras, a responsabilidade pelo GLP é de uma subsidiária nossa, a Liquigás, e o abastecimento tem uma importância muito grande nesse processo, porque ele provê ou supre todas as distribuidoras com o GLP. Então, essa questão tem que ser resolvida. Não é da área do gás e energia. Apesar de o GLP ser um gás, não é da área do gás e energia.

Eu creio que nós podemos conversar, trabalhar junto com o abastecimento e junto com a Liquigás para equacionar essa questão do GLP. Então, eu posso me comprometer a participar ou catalisar uma reunião dos senhores com os diretores e o Presidente da Liquigás, para ver se existe alguma forma de mitigar esse risco no transporte e uma redução também do custo de transporte. Eu não tenho a solução aqui para isso. Não tenho.

Com relação à colocação do Ex^{mo} Senador Jayme Campos, com relação à Bacia dos Parecis, eu posso dizer que a Petrobras participará desse 12º leilão de áreas da ANP, que está focado muito para o gás natural *onshore*. A Petrobras já tem o estudo pronto. Já foi divulgado pela mídia, nós iniciamos um programa chamado Pron-Gás (Programa *Onshore* de Gás). Esse programa está praticamente concluído. Nós já temos quais são as nossas áreas de interesse, quais são as perspectivas que nós temos e estamos aguardando agora o leilão. A definição das áreas já saiu recentemente, mas os editais quanto ao conteúdo local, quanto vai ser o tempo necessário para fazer o programa exploratório, enfim. Há coisas que o próprio edital ainda vai ter que colocar. Assim que sair esse edital, nós iremos participar.

A nossa estratégia é deixar o gás e consumir no próprio local. A nossa estratégia é produzir esse gás *onshore*. E com o gás nós podemos gerar ou energia elétrica ou fertilizante. Por quê? Primeiro, é que, colocando uma térmica na boca do poço, como chamamos, eu não preciso construir gasodutos, investimentos em infraestrutura grande para poder levar o gás para outro lugar e construir uma térmica no outro lugar ou atender a outro mercado. Eu evito esse investimento em infraestrutura e faço com que aquele empreendimento seja mais barato, o gás seja mais barato. E eu posso ligar essa térmica em qualquer linha de transmissão que passe próximo, com um investimento muito menor.

O segundo ponto é que boa parte desses campos de gás convencional e não convencional se situa dentro do interior do Brasil, que é justamente onde está a fronteira agrária. Então, em vez de eu pegar, por exemplo, gás que sai da Bacia de Santos ou da Bacia de Campos... Se eu aproveitar o gás lá na costa do Brasil para produzir o fertilizante, tenho que pegar esse fertilizante e transportá-lo até o mercado consumidor, que está no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, em Goiás e em Tocantins. Essa área é a fronteira exploratória do Brasil. Então, eu colocaria a unidade no próprio centro de gravidade do consumo, fazendo com que eu reduza os custos de transporte e o produto chegue mais barato ao consumidor final.

Respondendo, a Petrobras vai participar dos leilões de gás *onshore*, e Parecis é uma bacia que tem um potencial. Nós não sabemos ainda se tem ou não tem gás, se é economicamente viável ou não, mas ela tem um potencial, ele é capaz de ter gás para produção. Nós temos que perfurar e realmente ver se esse gás existe e, se existe, se está em uma quantidade adequada para poder viabilizar investimento.

São esses os pontos que eu queria colocar. Eu não sei se deixei alguma pergunta sem resposta, mas acho que cobri, pelo menos do que anotei aqui, todos os pontos que me foram colocados.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sinceramente, eu apreciei a franqueza de V.S^a, ao expor realmente a posição atual da Petrobras.

Eu gostaria de ouvir agora a manifestação do Sr. Ueze Zahran a respeito, antes de oferecer a oportunidade ao Senador Delcídio do Amaral, para que faça novamente as suas indagações, se dúvida houver a respeito da explanação dos dois ilustres depoentes.

O SR. UEZE ELIAS ZAHARAN – Dr. Alcides, eu estou ouvindo o senhor. Eu tenho a minha empresa. Eu a fundei em 1955. Ela está com 58 anos de idade, hoje. Eu a dirijo até hoje. Eu sempre cuidei de ver os grandes problemas dela, porque um produto de alta periculosidade, como o GLP, o derivado de petróleo mais perigoso que existe, demonstrava isso nas explosões ocorridas a cada quatro dias com o consumidor de gás do País, às vezes atingindo a família, outras vezes atingindo a sua propriedade, somente.

Mas o vazamento de gás do botijão era constante, e eu viajava pelo mundo para saber se nos outros países acontecia também. Não acontecia. Na Europa, principalmente, quando eu estive na Total para ver estatísticas sobre acidentes com botijão de gás, eles me disseram que não havia estatísticas. Naquele tempo, há vinte e poucos anos, havia dificuldade em saber a pessoa... Não existia Internet. Eu falei quem eu era, que tinha uma companhia de gás aqui. Eles disseram para mim que não tinham estatísticas. Eu agradei, fui embora. Antes, me perguntaram qual era o hotel onde eu estava. Eu dei o nome do hotel. Dois dias depois eles estavam lá, pedindo desculpas, dizendo que agora eles sabiam quem eu era. Naquele tempo, não havia Internet. Tem mais de vinte anos disso.

Vieram me dizer que não havia estatísticas porque não havia acidentes; e não havia acidentes porque havia leis, cujos atos evitavam acidentes. Eram dois atos, somente, na lei. Um obrigava a companhia de gás a encher o seu próprio botijão. Não podia encher o botijão de outra companhia, para poder identificar quem encheu aquele botijão. E o segundo, mais importante,

era de testar o botijão a cada dez anos de uso. Chegava a dar processo, dar cadeia, para quem enchesse um botijão que estivesse vencido. A cada dez anos, ele tinha que ser testado novamente. E nós estávamos com 105 milhões de botijões aqui, sem nunca tê-los testado uma vez na vida, sequer.

Desde então, eu comecei a tentar trazer a ideia para cá. Levei muito tempo para conseguir, e só consegui porque a primeira vez que eu tentei foi quando o Conselho Nacional de Petróleo foi fechado pelo Presidente Collor e abriram o Departamento Nacional de Combustíveis, colocando uma senhora para dirigi-lo, D. Maria Auxiliadora Jacobina Vieira. Eu vim aqui, a Brasília, falar para ela da importância de trazermos as leis internacionais para evitar as mortes de consumidores, que ocorriam a cada quatro dias aqui no País. Eu tinha trazido para ela um álbum com 162 folhas. Em cada folha pregado o acidente ocorrido no dia publicado pela mídia, pelos jornais. Pregava aquilo para mostrar o acidente acontecido. Eram 162 acidentes em um único ano.

A importância de trazer a lei aquilo mostrava já que era necessário, mas ela disse para mim que não tinha dinheiro para trazer. Eu falei que a primeira coisa era trazer dois elementos de lá, dois técnicos, para mostrar para nós o uso da lei, os atos da lei.

Ela disse que não tinha dinheiro, eu falei: bom, eu vou trazer, então. E desde então comecei a procurar impor as leis europeias aqui e tive a felicidade, 18 anos depois, a felicidade de ter como ajudante para trazer as leis para cá dois elementos do Ministério da Justiça que entraram na reunião que eu provocava a cada vinte dias, entraram, sentaram e cumprimentaram todo mundo, eu perguntei quem eram, eles disseram: “Olha, nós somos do Departamento Nacional de Proteção ao Consumidor do Ministério da Justiça. Estamos acompanhando o trabalho do senhor há quatro anos, inconcluso, viemos tentar concluir”. E por causa disso concluímos e foi imposta a lei em 1997.

Nós testamos 105 milhões de botijões no Brasil. Na Europa, o teste, quando era feito, 3% não passava. No Brasil, 25% não passavam no teste. Vinte e cinco milhões dos botijões estavam vazando e matando.

Isso aconteceu, Dr. Alcides, há 670 dias. Parou de morrer há 670 dias. Consumidor não morreu mais. Já temos 670 dias sem um acidente ou uma morte sequer. E esse cuidado que eu tive ao longo do tempo, porque, hoje, nós, para testar 100 milhões de botijões a cada dez anos, nós temos que testar 35 mil botijões por dia das companhias somadas. Trinta e cinco mil botijões multiplicado por três mil dias úteis e dez anos são 105 milhões de botijões.

Está sendo feito, graças a Deus, não temos uma morte, um acidente sequer. Eu não sei se vocês viram outro dia o Luciano Huck apresentar um garoto, que devia ter seus oito anos de idade, dizendo que a família inteira dele morreu num acidente com botijão de gás. Morreram as cinco pessoas da família. O menino ficou sozinho. Morreram pai, mãe e três irmãos. Eu procurei saber, quando apareceu isso na televisão, no dia seguinte, de manhã, eu soube já do acidente, publicado nos jornais. Eu pesquisei e era um acidente com um botijão de gás que vazava intensamente e o dono da casa tinha telefonado diversas vezes para a firma que vendeu o botijão para vir procurar saber o que é que tinha acontecido e ela não vinha. Não vinha, ele deixou o botijão na varanda da casa, a neta chegou, sem saber, foi tomar um banho de água quente, ligou o chuveiro elétrico, no ligar o chuveiro elétrico, explodiu a casa. Matou os cinco elementos da casa e destruiu a casa.

Esse cuidado que eu tive com o botijão de gás, eu estou tendo com o transporte agora. Sempre me apavorou o transporte de gás no Brasil, porque, se meio quilo de gás vazando numa residência mata a família, imagina 20 mil quilos de gás transportados eternamente, sem parar, fazendo uma linha de São Paulo a Cuiabá, com 2 mil quilômetros, a Campo Grande, com mil quilômetros, a Goiânia, a Brasília, com mais de mil quilômetros também. Isso me apavora.

E, coincidentemente, no dia em que fui ao gabinete do Dr. Fonseca, que era do Ministério Público, havia tombado um caminhão-tanque. A Polícia Rodoviária não chega perto de um caminhão-tanque, nunca chegou. Ela tem consciência do perigo do caminhão. Bloqueou 100 quilômetros de estrada por três dias, até queimar todo o gás que estava vazando por uma válvula de entrada. Atingiu, vazou e já pegou fogo. Então, o transporte de gás me apavora.

Eu falei para os senhores que tenho 200 caminhões desses, transportando. A cada quatro anos, eu troco o caminhão e faço um teste no tanque, mas sempre rodando isso tudo. Cento e quatorze milhões de quilômetros é a soma de todas as companhias para trazer o gás ao Centro-Oeste. Não é só da minha, mas de todas as companhias. Eu estou buscando de todo jeito evitar isso.

O senhor está me dando uma esperança agora, porque eu sempre achei que a Bolívia tinha a separadora de gás lá para atender as necessidades do país, mas a quantidade de gás que ela tirava era superior à necessidade do país. Por isso, sobrava. E a Petrobras me propôs trazer essa sobra até Campo Grande, que era fácil, por via férrea, da Bolívia até Campo Grande. Pediu-me para montar uma grande engarrafadora lá. É

a maior engarrafadora que tenho. Tenho 14 engarrafadoras no País. Eu vendo gás do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, mas a minha maior companhia é a de Campo Grande. Fiz, com desvio ferroviário. E o Ministério dos Transportes queria que eu fizesse um viaduto, porque cortava uma estrada de rodagem. Eu falei para o encarregado: mas já há dois desvios aqui cortando essa estrada, e você não pediu um viaduto para ele. “É, mas para o senhor eu vou pedir.” É sempre assim, viu? No caso do gás, nós nunca tivemos a oportunidade de ter o serviço por um preço razoável. Eu acabei falando com o Ministro, isso no último governo militar nosso. Falei com o Ministro dos Transportes. Ele analisou o caso e perguntou se eu podia colocar um bloqueio quando o trem passava, bloqueio de madeira. Falei: isso eu ponho. E nem precisou pôr o bloqueio porque parou de passar trem ali. A Noroeste do Brasil parou de fazer linha.

O senhor está me dando uma esperança porque esse gás que a Bolívia mandava por caminhão-tanque e deixou de mandar – vagão-tanque –, porque a Petrobras pegou os vagões dela e mandou para Canoas, está sobrando na Bolívia. Ela pode não estar tirando, mas está lá. Então, na primeira oportunidade que eu tiver, vou procurar o senhor, assim que eu tiver folga, um problema muito sério que temos hoje, porque a Agência Nacional de Petróleo baixou uma portaria que destrói o setor de gás, criou a multibandeira. Um representante pode trabalhar com cinco ou dez companhias de gás. Ele está fazendo leilão do que tem na mão, da clientela que tem na mão. E, hoje, as empresas distribuidoras não estão tendo recurso para pagar o seu custo operacional, agravado, agora, com um teste no botijão de gás, porque dobra o recurso, teste de 35 mil botijões por dia aumenta em duas vezes os recursos do custo operacional da empresa.

Assim que eu tiver oportunidade de solucionar, e espero solucionar logo, tenho falado com o Ministro Lobão, e deveria falar com ele hoje, mas ele disse que estava acompanhando a Presidente Dilma na viagem que vai fazer para o Rio ou já fez. Então, marcou para o dia 24. Vou conversar com ele a respeito da multibandeira, tem que ser anulada essa portaria. Até hoje, ninguém me disse por que ela foi criada. Mas não está permitindo que as companhias distribuidoras, que agora são cinco ou seis só, consigam sobreviver, principalmente mantendo o teste necessário nos botijões.

Está provado que, com o teste, não acidentou nenhum consumidor. São 670 dias a mais, contando desde aquele dia em que explodiu um botijão de gás no Filé Carioca, um restaurante no Rio de Janeiro, que jogou os quatro corpos dos funcionários na calçada. Foi tão violenta a explosão, que matou os quatro fun-

cionários que tinham entrado no restaurante. Havia um vazamento de gás intenso e eles fizeram o que não podiam ter feito, acenderam a luz. Acender a luz destruiu tudo, está no perigo do GLP.

Mas assim que eu tiver a solução, vou procurá-lo, porque a solução para acabar com esse transporte intenso de gás natural, gás GLP, em caminhões– tanque, passa por isto que tenho falado para o senhor, uma separadora de gás, procurar ver se ainda tem percentual de gás butano e propano no gás que sobra da Bolívia, quando manda para gente. Está mandando 20 milhões de metros cúbicos por dia. É isso? Trinta. O duto foi feito para 30, melhor até. Vamos ver o percentual que sobra. Vale à pena tentarmos montar uma separadora de gás aqui, de acordo com o percentual que está sobrando, porque sobrando está. A Bolívia não consome todo gás possível de consumir, retirando do gasoduto que ela manda, butano e propano. Temos que ver o percentual. Vendo dá para pensarmos em montar uma separadora.

A primeira proposta da Petrobras foi trabalharmos juntos. Acho que as cinco companhias podem trabalhar juntas também, se a Petrobras pretender, ou ela pode fazer sozinha, contanto que faça. Ou Corumbá, ou Campo Grande. É o ideal. Em Campo Grande, dá para mandar para os outros Estados consumidores, para Cuiabá, para cá. De Corumbá, não sei, não temos estradas para isso. De Campo Grande, sai. Então, não é bom esquecer a unidade processadora de gás natural de Campo Grande.

Confesso que eu tinha parado devido ao problema que mostrei agora para vocês, que é a portaria da multibandeira, mas tive a felicidade de o Senador Figueiró levantar a ideia da separadora novamente. Ele me pediu dados, mandei para ele, que multiplicou por dez esses dados. Está fazendo um trabalho bonito, vamos ver se conseguimos.

O Centro-Oeste é o primo pobre da Petrobras, não tem investimento lá nessa área do gás. No Nordeste, não tem refinaria, mas tem os grandes rios e a Petrobras manda os derivados para lá. Levantou tanques para isso, e nós tiramos desses tanques a necessidade que temos na distribuição de GLP, com a engarrafadora que eu tenho em Suape. É desses tanques.

Não tem estradas de rodagem o Nordeste, mas tem os grandes rios. E os grandes rios permitem que a Petrobras leve, por navio, os derivados que ela produz.

No Sul/Sudeste, há todas as refinarias implantadas. Mas e o Centro-Oeste? Ele não tem nada, está abandonado. Eu, de vez em quando, falo isso. Eu falei para o Gros, por diversas vezes, quando Presidente da Petrobras – e mato-grossense –, e tenho expectativa,

agora que o Figueiró levantou essa ideia, uma esperança de isso acontecer.

Era isso o que tinha de explicar para o senhor.

Eu vi as 42 separadoras pela internet. Mostrava-se 96 milhões de metros cúbicos que ela poderia operar.

Vocês que têm olhos para ler, quanto está aqui? Na operação dela, nas 42, quantos milhões de metros cúbicos tem aqui?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Noventa e seis.

O SR. UEZE ELIAS ZAHARAN – Noventa e seis milhões de metros cúbicos na separadora que a Petrobras diz ter.

Quando eu comecei a trabalhar, ela só tinha 9 separadoras, Dr. Alcides. Quando eu parei de trabalhar, ela estava com 42, pelo menos no mostrado aqui, fazendo 96 milhões de metros cúbicos. Se o gasoduto carrega 30 milhões de metros cúbicos, olha a beleza, olha a beleza que a gente pode ter ali para retirar o butano/propano que necessitamos!

Fica a possibilidade de acontecer isso. Se o senhor tiver condições e tempo para ver, assim que eu terminar o meu problema sério – é um problema de sobrevivência agora –, eu vou lhe procurar.

Pode ser?

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS – Pode.

O SR. UEZE ELIAS ZAHARAN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senador Delcídio, V. Ex^a gostaria de fazer alguma indagação a respeito das respostas feitas pelos eminentes depoentes?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Apenas eu quero reiterar mais uma vez a importância dessa audiência pública.

Eu acompanho o Ueze há muito tempo nesse trabalho e as preocupações que ele tem especialmente com o setor de GLP.

Quero registrar aqui também a presença do Alcides. Ele é um dos melhores quadros da companhia e, sem dúvida, desenvolve um excelente trabalho à frente da Diretoria de Gás e Energia da Petrobras.

Quero deixar registrado que a Petrobras, até fazendo justiça, investiu no Bolívia/Brasil. Eu tive oportunidade de inaugurar o Bolívia/Brasil quando estava na companhia.

Ela investiu em usinas na unidade de Três Lagoas. Hoje, parece que, com ciclo combinado, deve ter chegado a 360 megawatts, não é isso? Portanto, é uma usina fundamental e importantíssima.

Esse ciclo de geração de energia, hoje, proporciona a segurança energética que o Brasil precisa. Se não fossem as usinas a gás especialmente, eu não sei

como nós enfrentaríamos essa baixa hidraulicidade que tomou conta dos principais projetos de hidroeletricidade na região Sudeste, na Região Nordeste, mais especificamente.

Foi bom o que o Alcides disse aqui, das fases todas, porque tivemos fase de gasoduto, fase de energia, agora a fase de fertilizantes. Mato Grosso do Sul está... Talvez a maior planta de fertilizantes do Brasil, da América do Sul está sendo instalada em Mato Grosso do Sul. Portanto, a Petrobras tem olhado Mato Grosso do Sul com a atenção devida. E, em Mato Grosso do Sul, é muito importante contarmos com os investimentos e com uma companhia com a qualidade, com a competência que a Petrobras efetivamente tem.

Agora, fica, nesta audiência pública, esta preocupação aqui muito bem registrada pelo Dr. Ueze Zahran: precisamos buscar, de alguma maneira, uma forma de acabar com esse trança-trança de caminhões, porque, realmente, o perigo é muito grande e o custo também aumenta.

Não tenho dúvida, Ueze, assim como o Senador Figueiró empunhou essa bandeira e tem trabalhado intensamente nesse sentido, como também tem empunhado outras bandeiras difíceis... E a vida de quem empunha bandeiras difíceis... Facilidade qualquer um faz, qualquer um desenvolve, agora as bandeiras difíceis é que dão prazer e que trazem benefícios.

Então, terminando essa questão da multibandeira, essas discussões que estão sendo feitas na ANP, esses testes nos botijões, acho que o Alcides fez uma proposta muito boa: fazermos uma reunião de trabalho, em uma data a ser marcada em função também das suas atribuições, que são intensas, lá com a Petrobras e, especificamente, com a BR, tanto com a Diretoria de Gás e Energia, como também com a BR Distribuidora. Porque, como disse muito bem o Alcides, essa área está focada, dentro do complexo Petrobras, na BR Distribuidora, através da Liquegás, que, como você disse muito bem, era uma empresa da AGIP, era italiana, e hoje tem o controle da BR Distribuidora.

Acho que esta audiência pública é importante, porque precisamos buscar soluções até dentro das condições de contorno que a própria Petrobras colocou, em função de uma mudança do cenário, sob o ponto de vista de gás, de C3, C4 e C2 também, pelo jeito, não é Alcides? Em função dessa mudança de cenários, que não corresponde mais àquilo que vivenciávamos em 1998, 1999, 2000, com relação ao gás natural da Bolívia.

Então, acho que esse foi o principal fruto desta audiência pública, essa iniciativa feliz do Senador Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senhores, sinto-me gratificado por ter tido essa iniciativa de reunir aqui duas personalidades importantes dessa área de utilização do gás proveniente do Gasoduto Bolívia-Brasil.

No início desta reunião, Sr. Senador Delcídio Amaral, que sempre me prestigiou nessa iniciativa, até porque V. Ex^a, há mais tempo do que eu, tem levado essa reivindicação às autoridades da República para sensibilizá-las nessa questão tão angustiante para nós que é a utilização do gás que passa pelas nossas terras, que sangra as nossas terras, e que nós, até hoje, não utilizamos convenientemente.

Como disse a V. S^a, Dr. José Alcides, no início, o seu pronunciamento me deixou bastante apreensivo, mas, com as respostas que V. S^a deu às minhas indagações e às dos eminentes Senadores Delcídio do Amaral e Jayme Campos, do pessimismo que eu estava passei a estar otimista, porque, da longa resposta, proficiente resposta que V. S^a deu às nossas indagações, o senhor estendeu a mão à iniciativa privada, a esse valoroso cidadão do meu Estado, o Sr. Ueze Zahran, que é o símbolo dessa luta que Mato Grosso do Sul, o Centro-Oeste, enfim, vem se empenhando há tantos e tantos anos. A sensibilidade social do Sr. Ueze Zahran, preocupando-se não só com a sua atividade empresarial, mas, sobretudo, pela preservação da vida dos cidadãos brasileiros que residem ao longo dessas estradas por onde transitam os caminhões dele e de outras empresas para levar o GLP aos diferentes recantos do nosso Brasil, sobretudo do Centro-Oeste. Então, isso possibilitou, através da exposição de V. S^a, Dr. José Alcides, permitiu que entrelaçássemos não só as mãos, mas os nossos sentimentos no sentido de que a Petrobras vai, com a força que tem, viabilizar amanhã uma reunião que possibilite, sem dúvida nenhuma, o encontro de uma solução que atenda aos interesses da nossa Região Centro-Oeste.

Eu gostaria de aqui lembrar, parece-me que foi provocação do Senador Jayme Campos, que há possibilidade de aproveitamento de jazidas de gás na região norte ou noroeste de Mato Grosso. Eu gostaria, portanto, de aproveitar esse gancho que ele me dá para lembrar a V. S^a que, em 1939, Monteiro Lobato levantou a hipótese de aproveitamento do gás proveniente de uma região do Pantanal, ali no morro do Azeite, município de Corumbá. Infelizmente, uma missão americana, se não me falha a memória, uma missão *link*, lá foi e explorou, fez alguma análise a respeito do gás que saía dessa região, e chegou à conclusão de que ele não tinha utilidade econômica nenhuma e fechou o poço.

Posteriormente, por iniciativa de um vereador de Corumbá, o Sr. Geraldino de Barros, eu tive oportunidade de levá-lo ao então governador, Paulo Maluf, que à época estava entusiasmado com a Paulipetro. Ele manifestou interesse em fazer a pesquisa. Interesses políticos impediram que ele tivesse essa iniciativa. Então, eu gostaria que, por seu intermédio, a Petrobras procurasse verificar se realmente existe viabilidade econômica para a utilização também dessa área do Pantanal, especificamente chamada de Morro do Azeite. É uma lembrança que faço para aproveitar o gancho que me oferece o Senador Jayme Campos, repito.

Mas, para concluir, sou extremamente grato a V. Ex^a, Senador Delcídio do Amaral, como ao Senador Jayme Campos, pelos valiosos subsídios que V. Ex^{as} ofereceram a esta reunião. Sou extremamente grato ao Sr. José Alcides Santoro Martins, que nos deu a oportunidade, repito, de entrelaçar os nossos desejos, de oferecer a Mato Grosso do Sul a realização de um grande sonho, que nasceu da feliz ideia do Sr. Ueze Zahran. Eu me solidarizo totalmente com o Sr. Ueze Zahran, porque, a primeira vez em que ele me explicou o assunto, eu achei, sinceramente, que essa era uma questão vital para o meu Estado, para o Centro-Oeste e para o nosso País. Eu gostaria que, por esse entendimento que V. S^{as} farão agora, nós tenhamos oportunidade de instalação, lá no meu Estado, principalmente nesse eixo Corumbá-Campo Grande, de uma usina separadora de gás, aspiração maior do Sr. Ueze Zahran, empresário, e de nós, cidadãos do Mato Grosso do Sul.

O Senado da República se sente extremamente envaidecido, principalmente esta Comissão, por ter oportunidade de debater um assunto tão importante para o desenvolvimento econômico do nosso País.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)

ATA DA VIGÉSSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZOITO DE SETEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos do dia dezoito de setembro do ano de dois mil e treze, na sala de Reuniões número 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência Eventual da Senadora Lídice da Mata, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença

dos Senadores: Inácio Arruda, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Rodrigo Rollemberg e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Antonio Carlos Valadares, João Durval, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e Vicentinho Alves. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 24 e 25 de 2013-CDR, de autoria das Senadoras Lídice da Mata e Ana Amélia, respectivamente, para a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2013, que “Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para limitar a multa no caso de rescisão ou alteração do contrato de hospedagem”, de autoria da Senadora Ana Amélia. A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes convidados: Sra. Ana Cândido Muniz Cipriano, Coordenadora-Geral de Consumo e Cidadania da SENACON (em representação à Sra. Juliana Pereira Silva, Diretora da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON); Sr. Enrico Fermi Torquato Fontes, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH e Sr. Alexandre Sampaio, Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação – FBHA, que também, representa o Sr. Antônio José de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços e Turismo – CNC. Após a exposição dos convidados, usa da palavra a Senadora Ana Amélia. É encaminhada solicitação de audiência com o Sr. Ministro do Turismo, Gastão Vieira para tratar do assunto da pauta; o envio de uma consulta ao SENACON para, no prazo de quinze a vinte dias, seja informado à esta CDR, o quantitativo das reclamações dos consumidores dos serviços da hotelaria brasileira, e por último, envio de ofício ao Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, referente à sua ausência na presente Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dez horas e onze minutos, lavrando eu, Valter Simões dos Santos, Secretário-Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente Eventual, Senadora Lídice da Mata, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Bom dia a todos, aos presentes, aos convidados e a todos que nos acompanham pelos meios de comunicação da Casa Legislativa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados.

Srs. Senadores, Srªs Senadores, eu gostaria de comunicar que, na forma dos Requerimentos nº 30/2013-CDR, 33/2013-CCT e 40/2013-CE, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Sérgio Petecão e Cyro Miranda, respectivamente, vamos realizar, no próximo dia 25 de setembro, uma audiência pública conjunta para tratar da importância da realização do World Skills, na cidade de São Paulo, no ano de 2015.

Comunicado 02.

Também na próxima semana, na forma do Requerimento nº 28, de 2013 – CDR, entre os dias 26 e 29 de setembro, esta Comissão fará uma visita técnica e seminário sobre o tema O Novo Programa de Regionalização do Turismo: Erros e Acertos do Desenvolvimento Turístico Regional no Brasil, no Centro de Eventos da Instância Ecológica SESC/Pantanal, localizado entre os Municípios de Poconé e Barão de Melgaço, no Estado de Mato Grosso.

Terceiro comunicado.

Na forma do Requerimento nº 36, de 2013-CDR, faremos nossa primeira visita técnica às cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol, que ocorrerá no dia 30 de setembro, na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, onde visitaremos o estádio de futebol e o aeroporto, das 8h às 18h.

EXPEDIENTE

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2013-CDR, aditado pelo Requerimento 25, de 2013-CDR, de autoria desta Senadora e da Senadora Ana Amélia, respectivamente, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2013, que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 – Lei Geral do Turismo, para limitar a multa no caso de rescisão ou alteração de contrato de hospedagem.

Para estas audiências foram convidadas, conforme requerimento:

- Juliana Pereira Silva, Diretora da Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon;
- Enrico Fermi Torquato Fontes, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH;
- Alexandre Sampaio, Presidente da FBHA, Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação;

- Eduardo Sanovics, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas – Abear;
- Antônio Azevedo, Presidente da Abav;
- Marilena Lazzarini, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec;
- Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC.

Encontram-se presentes para esta audiência o Sr. Alexandre Sampaio, o Sr. Enrico Fermi e a Sr^a Ana Cândida Muniz Cipriano, coordenadora do Consumo e Cidadania, representando a Sr^a Juliana Pereira Silva, Diretora da Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon.

Gostaria, portanto, de convidar à Mesa os Srs. Alexandre Sampaio, Enrico Fermi e a Sr^a Ana Cândida Muniz.

Trata-se, como já havia anunciado, de uma audiência para que seja instruído um projeto de lei da Senadora Ana Amélia, do qual eu sou Relatora.

Passo a palavra, por 15 minutos, ao Sr. Alexandre Sampaio.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Bom dia a todos! Bom dia, Senadora! Meus cumprimentos a Enrico Fermi, companheiro aqui ao meu lado, à nobre representante da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, à Senadora Ana Amélia, nossa nobre Senadora autora do projeto.

Queria só reiterar o aviso que a Senadora Lídice deu em relação ao evento que a Confederação Nacional do Comércio Bens, Serviços e Turismo reitera, em relação aos membros das duas Comissões, para a semana que vem, em Poconé, fazermos uma grande imersão para discussão dos processos de turismo brasileiro, tendo em vista que não vamos ter Sebratur este ano. Então, torna-se necessária uma discussão apurada para o ano que vem, visando ao ano que vem, na medida em que teremos eleições. A questão da discussão do turismo torna-se premissa mister para abordarmos uma proposta para os candidatos futuros. Falo da questão da nova legislatura que se aproxima, no ano vindouro, e da questão também dos candidatos à Presidência da República.

Vou fazer uma rápida colocação. Fizemos uma análise acurada da proposta da Senadora Ana Amélia, muito bem intencionada e com muito propósito no tocante ao aspecto do consumidor. A bem da verdade, tínhamos também um relatório que nós entendíamos que estava satisfatório em nossa premissa, feito pela Senadora Lídice da Mata. Acho, claro, bastante lógico que se abra essa discussão no sentido de aprimorar tal documento e a postura em relação ao projeto.

Cabe essa possibilidade da audiência pública, mas é importante notar que o posicionamento do empresariado privado, pelo menos do *trade* turístico, no sentido da visão dos hotéis, da cadeia produtiva do turismo, é que realmente existe todo um arcabouço legal e jurídico que dá bastante substância às questões que são tratadas com relação ao cancelamento dos pacotes turísticos. Não nos parece lógico, melhor, não nos parece necessário, que precisemos fazer uma modificação da Lei Geral do Turismo no tocante a esse aspecto. Ressalto o porquê. A Lei Geral foi resultante de uma grande discussão, todo o *trade* turístico foi partícipe dessa discussão. Tivemos um período bastante longo, praticamente quase um ano, de discussão dessa matéria no sentido do aprimoramento, o que resultou, depois, ainda, em um documento, aprimorado em sua regulamentação, e nos aspectos que envolvem algumas peculiaridades que estão sendo objeto, agora, de deliberações normativas ou de pareceres normativos no sentido da aplicabilidade da própria regulamentação.

Por ocasião dessa discussão sobre os trâmites, sobre a regulamentação da Lei Geral ou sobre a aplicabilidade dela, esse assunto foi voz corrente e objeto de muitas discussões. Esmiuçou-se a questão no tocante à necessidade de alguma proteção adicional em relação aos aspectos envolvidos ao Código do Consumidor. Pareceu-nos extremamente desnecessário que fizéssemos alguma consideração a mais, qual seja: o Brasil, hoje, tem uma legislação... Agora, inclusive, com o aprimoramento da sistemática da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, o Brasil tem condições, não só nos Municípios, nos Estados, mas como norte da lei federal, tem toda uma sistemática e um viés que dão bastante condição para o consumidor, para o turista, seja ele nacional ou internacional, de usufruir de mecanismos de resilição de contratos de hospedagem.

Ademais, o Brasil não inventou a roda. O *trade* turístico brasileiro, os hotéis, os meios de hospedagens brasileiros, seguem uma norma ou uma sistemática que é praxis no mundo inteiro, qual seja, processos de grande demanda – e estou falando até de réveillon e de carnaval, por exemplo – têm uma condição de flexibilidade, inclusive de cancelamento, num prazo hábil adequado e permitem devoluções não só baseadas no Código de Defesa do Consumidor, mas processos operacionais que permitem a resilição, em prazo hábil. Vejam bem – e é importante ressaltar –, hotéis e meios de hospedagem nacionais, dentro de um processo de cancelamento, têm, em períodos de grande demanda, se o cancelamento, inclusive, for com bastante antecedência, condições, inclusive, de fazer a devolução plena e integral. Não há nenhum interesse do *trade* turístico nacional, em um processo operacional e co-

mercial, de criar quaisquer dificuldades para essa devolução. Por quê? Porque sendo períodos de grande demanda esse processo tem uma fila de interessados em relação àquela ocupação.

A sistemática de colocações de processos de demanda de devolução ou de multa contratual, ou de multa no processo de despesa de hospedagem, ou bloqueio de hospedagem, se dá basicamente numa ótica de proteção a um custo operacional envolvido nesse processo. Eu explico. É lógico que *resorts* e eventualmente até pequenos meios de hospedagem, quando chegam períodos de grande demanda, são obrigados a suplementar o seu quadro, o seu *staff* funcional, logicamente que isso implica recursos, que implica investimentos, que implica gastos. Se for se adotar uma política muito flexível ou uma política totalmente aberta em relação a isso, você corre o risco de que alguns aspectos que são contratualizados *a priori* e que implicam em custos operacionais para esses hotéis, ou para esses meios de hospedagem, não serem cobertos com a devida perspectiva, ou expectativa em relação, comercialmente falando, a essa ocupação.

Então, não é lógico que não se admita que se insira nesses contratos de hospedagem, ou nessas demandas de hospedagem, que têm na maior parte das vezes uma flexibilidade muito grande, porque são feitas por *e-mail*, por aspecto eletrônico, etc., que não se insira um *modus operandi* de um valor que seria cobrado, caso haja uma rescisão em prazo muito aquém ou muito em cima da data de ocupação.

Devemos notar também que grande parte das hospedagens hoje não se dão numa relação direta entre o hotel e, eventualmente, o consumidor. Usa-se a sistemática das chamadas OTAs (agências *online*), processos de *sites* de compras também, e passa a haver um terceiro ente nessa sistemática. E, logicamente, às vezes, também essas práticas de comercialização de multa de rescisão contratual são colocadas por esses intermediários de operação de venda.

E são utilizadas práticas normais, que são similares ao que se usa em navios, são similares em cruzeiros marítimos, são similares ao que se usa em companhias aéreas. Então, os hotéis e os meios de hospedagem não estão inventando nada de diferente. Usam-se práticas muito tranquilas, ou muito normais, em relação a isso.

Ademais, seguindo a prática de defesa do consumidor, é dada toda, plena e ampla divulgação das condições operacionais para as compras de pacotes turísticos e hoteleiros, qual seja: o cliente tem, *a priori*, toda a condição de olhar, analisar e estudar se aquela condição é uma condição pertinente para o seu aspecto.

É importante notar que o Código de Defesa do Consumidor de maneira nenhuma ficou prejudicado nessa prática. Os hotéis normalmente obedecem sistematicamente as situações relativas ao Código do Consumidor. E, quando eventualmente alguma empresa não vai na linha de observação desse sistema de proteção, logicamente fica sujeita às sanções relativas à busca em aspecto de juízo, quando necessário, para esse processo.

Mas, de uma maneira normal e uma maneira muito lógica, os hotéis tem o maior interesse em desenvolver projetos ou processos de relacionamento que premiem, ou melhor, que contemplem a postura do cliente, porque sabem que esse é um cliente que vai ser duradouro, contínuo, perene, e é importante manter essa relação.

Então, eu diria que, concluindo, o projeto de lei, apesar de ser muito lógico, sob uma ótica do aspecto do cliente, não há necessidade de uma legislação adicional, dado que ela foi calcada numa discussão muito ampla e que permeou toda a cadeia produtiva. Hoje, observa-se que nós temos todo um arcabouço jurídico que permite atender o cliente em relação a esses processos. Não há necessidade dessa intervenção direta na economia. A relação é uma relação bilateral cliente-fornecedor bastante protegida nessa sistemática.

Eu diria que, por outro lado, no sentido operacional, os meios de hospedagem e os hotéis não têm nenhum interesse em criar ditames ou sistemáticas que deixem o consumidor ao desalento. Pelo contrário, procuram ter uma prática, hoje, muito próxima desse seu cliente, porque sabe que ele é importante, que ele é um cliente que vai continuar vindo a esse hotel, se ele tiver um tratamento adequado.

Ademais, esses processos de colocação de penalidades ou de multas em relação à rescisão de contratos de hospedagem se dão muito limitadamente a períodos muito específicos. Como falamos de *réveillon* e carnaval, não em todas as partes do Brasil, até porque não existe uma uniformidade da questão de demanda de *réveillon* e carnaval, mas sim talvez em alta temporada, e algumas regionalidades, em relação a processos de ocupação em períodos específicos, como o Círio de Nazaré, como o Festival de Gramado, etc., etc.

Se não tivéssemos esse processo minimamente colocado para a questão de rescisão contratual de hospedagem, esses hotéis teriam muita dificuldade em ter uma prática aberta e totalmente flexível em relação a isso, até porque o volume sendo enorme, usam-se critérios de ordem de chegada e, se houvesse uma política muito flexível em relação a isso, teríamos prejuízo, porque as pessoas também programam-se, com as suas férias, com bastante antecedência e abrindo

mão, não podendo usufruir dessa demanda, porque já está ali o hotel ocupado, resgatar esse cliente num segundo momento fica muito difícil

São essas as nossas considerações, estamos abertos a esclarecimentos adicionais, mas eu diria à Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação, vinculada à Confederação Nacional do Comércio, do qual também fui convidado a participar, mas então faço uso da palavra também pela nossa confederação, nos inclinamos pela não-necessidade de uma regulamentação adicional, inclusive nesse sentido. Acharmos que o PL, apesar de muito nobre a intenção, não precisaria ser implementado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB -BA) – Encerrou inclusive antes do tempo, quinze minutos; então, vamos aproveitar e ganhar tempo também. Vou passar a palavra ao Sr. Enrico Fermi e quero dizer que os quinze minutos são apenas referências, se houver necessidade de uma exposição maior pode ficar à vontade.

Vamos então passar ao Dr. Enrico Fermi, Presidente da ABIH.

O SR. ENRICO FERMI TORQUATO FONTES – Quero saudar a Senadora Lídice da Mata pelo seu trabalho na área do turismo, a atuação na área do turismo. Conhece bem o nosso setor. Saudar a Senadora Ana Amélia, saudar a Srª Ana Cândida e falar mais dos aspectos operacionais do nosso dia a dia, especificar um pouco a diferenciação do nosso produto, ou seja, nós trabalhamos com um produto de alto grau de perecibilidade. Nosso produto dura 24 horas na prateleira. Então aquele *home night*, aquela diária que a gente não negociou ontem, a gente não ganha nunca mais. Nós não temos como oferecê-la de novo para o consumidor.

Isso exige uma comercialização, um diferencial na visão comercial muito mais forte do que qualquer outro produto que você possa entregar com uma semana depois, com um mês depois, enfim, ou que o cliente não pôde ir lá buscar, mas ele ficou disponível para outro cliente. Então nós temos que ter mais flexibilidade, temos que ser mais complacentes. Nessa complacência, a gente faz tudo para manter um maior grau possível de ocupação, em função dos nossos custos fixos serem muito altos.

A Casa está aberta, está pronta para receber. É como você faz um show, não é? É a mesma coisa, a característica é a mesma. Há o problema da saúde, há o problema de doença, mas o *show* houve e não tem como fazer aquele *show* para aquele problema, para aquele caso específico, único. Então a gente vê com muita especificação. Por outro lado, na hora que a gente tem uma flexibilidade no que está aí já na lei, no

que a lei já fala hoje, a gente começa a trabalhar com a possibilidade de uma volta do *overbooking*, em que você, para se defender de um possível cancelamento de última hora, e começa a trabalhar com um nível de *overbooking* maior, com um nível maior de reserva, de aceitação do seu produto e causa outro problema também maior, que é você vender e não entregar aquilo, em função, já que houve toda a aceitação do que vendeu em excesso, de que aquilo passe a ser, como eventualmente acontece com outras ofertas de outros produtos.

Então eu vejo que realmente já existe, como o próprio Alexandre falou bem aqui, eu não vou me ater mais aos aspectos da legislação atual que dá esse amplo poder de defesa e dizer que isso possibilita também – a Senadora Lídice foi muito feliz nas suas colocações quando redigiu seu texto –, isso faz com que hoje a gente não... Nós tentamos cada vez mais baixar os nossos custos, das nossas empresas, para que nós possamos chegar à base da pirâmide, que o turismo possa ser. Essa é uma realidade hoje, nós tivemos 15 milhões de brasileiros que se inseriram nessa base de consumo, vamos ter mais, se inspira mais aí 50 milhões de brasileiros nos próximos 15 anos. Então, isso é possibilitado diante dessa previsibilidade hoje da economia, do planejamento que há nas viagens hoje, ninguém viaja de última hora, você sempre está se planejando e, se planejando, a gente consegue ofertar pacotes baratos. Nós temos exemplo aí de pacotes saindo, advindo daqui do Sudeste, do Centro-Sul do País, para as áreas do Nordeste, enfim, em torno de R\$550,00 até R\$880,00, isso dividido em 10 vezes, pacote de 7 dias, com aéreo, enfim, acessível. E a nossa preocupação é essa, que uma legislação a mais, uma cobrança maior, no que já está aí colocado para a defesa do consumidor, a gente consiga trazer outros mecanismos e agregar maior a base de custo nossa, aumentar a nossa base de custo em função de ter mecanismo de proteção. Essa é a nossa preocupação.

Sou breve porque realmente o Alexandre colocou muito bem a forma como ele viu e é a nossa posição também. Venho a somar à posição da Federação.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Rápido também, apenas 10 minutos. Vou passar a palavra então à Srª Ana Cândida Muniz Cipriano, coordenadora-geral do Consumo e Cidadania, representando a Srª Juliana Pereira Silva, do Senacon, que provavelmente tem uma posição de representação mais de governo, pode nos ajudar também nessa discussão.

A SRª ANA CÂNDIDA MUNIZ CIPRIANO – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis, Sr. Fer-

mi Torquato; Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação, Alexandre Sampaio; e a Senadora Ana Amélia, autora do Projeto de Lei nº 43, de 2013.

Gostaria, primeiro, de esclarecer um pouco qual é o papel da Secretaria Nacional do Consumidor. É uma Secretaria nova, tem um pouco mais de um ano, e foi criada num ambiente de reconhecimento do tema da defesa do consumidor. Mais recentemente, acompanhando esse desenvolvimento econômico do País, foi lançado, pela Presidenta, o Plano Nacional de Consumo e Cidadania, por meio do Decreto nº 7.963, de 2013, agora em março último. A importância desse Decreto é que reconheceu o tema da defesa do consumidor como política de Estado. Isso aconteceu só em outro país, Estados Unidos, na década de 60, com o discurso do Presidente Kennedy. Inclusive, depois desse discurso reconhecendo que todos somos consumidores, o tema foi levado à ONU. Lá foram criadas as diretrizes da ONU de proteção e defesa do consumidor, isso já na década de 80.

Voltando ao Brasil, por que dimensionar o Plandec, a importância desse plano, além de reconhecer o tema da defesa do consumidor como política de Estado, foram escolhidos três temas estratégicos para serem trabalhados no âmbito desse plano. O tema da regulação, o tema do pós-venda e o tema do turismo.

Na área de turismo, o tema vem sendo trabalhado, mesmo antes do Plano Nacional de Consumo Cidadania, de março. O Brasil é representado pela Senacon e é autor e participante de projetos de atenção ao consumidor turista no âmbito do Mercosul, por exemplo. Nós lançamos, ainda em janeiro deste ano, junto com Argentina, Uruguai e Venezuela, o projeto de atenção ao consumidor turista. Por enquanto, no Brasil participam os PROCONS do Rio de Janeiro e São Paulo, por conta da peculiaridade que temos da defesa do consumidor do Brasil, comparado com outros países. Nos outros países é um órgão federal, com representação local. Aqui no Brasil, não, os órgãos são descentralizados, a Secretaria Nacional do Consumidor não faz atendimento direto ao consumidor, ela apenas coordena a política nacional de proteção e defesa ao consumidor.

Esse é um projeto do qual nos orgulhamos muito, por ser pioneiro, inclusive está servindo de exemplo para outro projeto nosso, que é uma proposta brasileira de proteção ao consumidor turista e visitante, na Conferência de Direito Internacional Privado da Haia. Lá, fizemos uma proposta de convenção, expandindo esse atendimento e a proteção ao consumidor turista em âmbito mundial. Então, no Plandec, nós também estamos trabalhando essa política em âmbito inter-

nacional, buscando o apoio dos países-membros da Haia, para que esse projeto de convenção vá adiante.

Com relação às nossas políticas no Brasil, nós já temos um diálogo bem estreito com os órgãos de turismo e mesmo com o Ministério do Esporte com relação aos grandes eventos, agora com foco na Copa de 2014. Nesse sentido, inclusive a pedido da própria Dr^a Juliana Pereira, eu queria anunciar que nós vamos fazer, junto com o Ministério do Turismo, com a Embratur, com o Ministério do Esporte e com outros órgãos participantes do nosso Comitê Técnico de Consumo e Turismo, uma série de reuniões nas cidades-sedes da Copa, reunindo todos os órgãos e agentes envolvidos com esse tema. Inclusive, o convite para o mercado será feito, acredito, por meio da própria Embratur, mas, aqui, eu já me adianto.

Reuniremos todos, para que possamos estreitar o diálogo, para que possamos trabalhar na prevenção de qualquer conflito e dirimir qualquer dúvida. Vamos fazer uma série de ações, mesmo cartilhas, reunindo informações não só do consumidor, mas também do mercado, da Anac, da Anvisa, reunindo informações de saúde e de segurança, informações que o consumidor precisa ter quando ele chega a uma cidade-sede. Virá um grande fluxo de fora para o Brasil, mas virão pessoas de dentro do País também. Então, nós estamos trabalhando nesse sentido. E é claro que a questão hoteleira é delicada, é importante. Sabemos que tivemos de trabalhar em algumas cidades em que não havia sequer o número suficiente de habitações.

Especificamente com relação ao tema do PL, nós achamos difícil aqui discutir a percentagem sem contar com a presença do Ministério do Turismo, que é o órgão técnico para tratar do tema. A gente acredita que é importante, sim, a questão do direito do consumidor à informação. Isso é algo que já está consolidado há mais de 23 anos. Agora, no dia 11 de setembro, fez aniversário a nossa lei de proteção e de defesa do consumidor, o Código de Defesa do Consumidor.

É claro que essa política de informação prévia, mesmo antes, no âmbito pré-contratual, com todas as condições de cancelamento... A gente sabe que há um contrato que é posto ao consumidor. Na grande maioria das vezes, não há como ele fazer nenhuma negociação. Daí a importância do esclarecimento prévio de todas as condições no caso de uma eventualidade, da necessidade de se cancelar esse contrato, não nos esquecendo também da questão do comércio eletrônico, do direito de arrependimento em sete dias, também já consolidado pelo Código.

Também há a necessidade de nós realizarmos uma pesquisa com relação ao número de reclamações dos consumidores nesse sentido. Na Secretaria Na-

cional do Consumidor, há um sistema que se chama Sindec – Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor, que reúne todas as reclamações dos PROCONs que estão integrados a esse Sistema. Então, é possível que a gente faça uma pesquisa mais acurada. Inclusive, os temas estratégicos do Plandec, regulação, pós-venda e turismo, têm como base também as informações reunidas pelo Sindec.

Então, nós acreditamos que, nesse sentido, para uma discussão mais técnica e mais acurada desse projeto, é importante, sim, a presença do Ministério do Turismo, dos nossos colegas do turismo.

É isso. Fico à disposição para fazer qualquer esclarecimento.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Pois não.

Todos, hoje, foram absolutamente cumpridores do tempo, ou até conseguiram diminuir as suas falas e colocá-las dentro de um tempo menor do que o previsto.

Quero passar a palavra imediatamente à Senadora Ana Amélia, como autora do projeto, para fazer algumas perguntas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria agradecer à Senadora Lídice, que é a Relatora desse projeto.

Esta audiência tem exatamente esse objetivo. Então, nós vemos os lados das partes envolvidas no processo.

Eu tenho procurado usar de racionalidade e coerência. Evidentemente, eu jamais gostaria de onerar um setor produtivo tão relevante, como a área de serviço da hotelaria, bares e restaurantes. Trabalho em agendas que defendem o setor. Estou tentando, inclusive, levá-los a uma audiência com a Ministra Gleisi Hoffmann, porque eu acho um absurdo que não haja um diálogo com o Governo numa área fundamental, simplesmente porque o Governo acha que a hotelaria está abusando de preços agora por causa da Copa do Mundo, Copa das Confederações. Mas não é essa a forma de diálogo. Diálogo é isto: vir aqui, explicar, e termos ou não o convencimento sobre os argumentos usados. Isso é democracia.

Então, estou tentando. Até hoje não foi marcado. Vou até renovar, Senadora Lídice, o pedido.

É um setor, como a senhora mesmo sustenta, que tem mão de obra, uma enormidade. É a chamada indústria sem chaminé. Não é uma indústria poluente. É uma indústria agregadora de valores.

Esse é o comentário que estou fazendo.

Na verdade, quando fiz o projeto, tive a coerência da sequência. Já foi aprovado um projeto de minha autoria.

Nós, que vivemos aqui, nós, Senadores, que viajamos muito, observamos que há uma imposição de regras muito, eu diria, draconiana das companhias aéreas. Então, elas são, eu diria, irmãs siamesas. Quer serviço, e ninguém vai para um hotel se não pegar um avião, dependendo da distância.

Então, este meu PLS nº 24, de 2012, fixou em 10% a multa que a companhia aérea pode cobrar no caso do adiamento de uma viagem de um dia para o outro. O que a companhia faz? Ela coloca a tarifa: “No dia seguinte você pode viajar, na mesma companhia, no mesmo horário”. E aí a companhia te cobra. Ela tem lá toda uma nomenclatura de tarifa cheia, de tarifa não sei quê, e aí você vai ter que pagar. E, se você precisa ir, 50%, 60% mais do que aquela tarifa que você havia pago, digamos, um mês antes. Em qualquer país do mundo, o trânsito de uma companhia para outra, inclusive, nos Estados Unidos, é fácil. No Brasil, é tudo muito complicado.

Então, esse foi aprovado já, no Senado.

A minha lógica era essa.

Também já vivi o drama de chegar a um hotel, não no caso de pagar, mas de ter feito reserva, chegar, e o hotel estar ocupado. A minha diária. E o caro disse: “Essa reserva só vale até as 18 horas”. Isso ocorreu em Porto Alegre, num dia em que havia um congresso com 12 mil médicos. Era um congresso médico. A cidade não tinha. O lugar onde eu poderia ficar era Viamão. Lugar distante. Acabei ficando na casa do meu irmão porque não havia, realmente, nem um lugar disponível.

Então, aquela também foi uma forma de se ter uma informação para o usuário. “Essa reserva não foi paga. Só vale até tal hora”. Se o passageiro não vier, *no show*. O cara estará sem a reserva.

No caso de multa, já aconteceu comigo de ter pago hotéis – não aqui no Brasil, no exterior – e não haver devolução. Você sai, viaja, chega lá e há um problema de doença; sai antes do tempo e não há devolução.

Então, nesses casos é que a multa também se justifica. E no caso também da própria coerência com o que eu havia feito em relação às companhias aéreas.

Mas eu gostaria que a Drª Ana desse um pouco mais de explicações sobre esses entendimentos, esse regramento internacional a respeito disso que a senhora falou, um pouco *en passant*. Como é que isso, objetivamente, vai funcionar e deve funcionar e qual é a posição brasileira em relação a esse acordo.

A SRª ANA CÂNDIDA MUNIZ CIPRIANO – Bem, primeiro para explicar o projeto-piloto Mercosul de atendimento ao consumidor turista.

Nós começamos com algumas cidades, como eu disse, por conta da peculiaridade da defesa do con-

sumidor daqui comparada a dos outros países, nós fazemos um atendimento ao consumidor turista nas cidades de Montevideu, Punta del Este, Buenos Aires, Rio de Janeiro, São Paulo, Estado Vargas e Caracas, na Venezuela.

Esse atendimento é feito pelos órgãos de defesa do consumidor locais aqui no Brasil; lá na Argentina, Uruguai e Venezuela, é órgão federal que é replicado em âmbito local. Ou seja, qualquer cidadão que esteja de férias no Uruguai, na Argentina, na Venezuela, brasileiro que tenha algum eventual problema de relação de consumo pode se dirigir a esse órgão.

Qual é a facilidade? Existem formulários *online* para o consumidor encaminhar para o órgão de defesa do consumidor onde ele estiver, e também não importa se o consumidor brasileiro teve um problema em Buenos Aires e ele vai voltar o dia seguinte; não há problema algum. Ele pode se dirigir ao Procon Rio ou ao Procon São Paulo e lá encaminhar a sua reclamação, e os órgãos do Brasil e da Argentina vão se comunicar para resolver a demanda dele.

A exemplo desse projeto-piloto, que foi lançado no dia 20 de janeiro deste ano, nós também temos uma proposta muito similar, que reúne as agências de defesa do consumidor, que é o intercâmbio de informações entre as agências de defesa do consumidor, para atender demandas de consumidores turistas e visitantes. Dizemos visitantes por conta de uma definição, digamos assim, técnica da Organização Mundial de Turismo, que considera turista o visitante que esteja 24 horas em determinada cidade; ele ainda é considerado turista. Então, eles usam esse termo turista e visitante.

Nós fizemos uma proposta, com a ajuda inclusive da Prof^a Cláudia Lima Marques, de uma convenção internacional no âmbito de Haia, ou seja, Direito Internacional Privado, de atenção a esse consumidor turista. Então, é muito semelhante ao que acontece já no Mercosul, mas, no âmbito de Haia, seria um comprometimento daquele país, daquelas agências com outros órgãos de defesa do consumidor de países membros de Haia.

Bem resumidamente, é isso. Ou seja, a oportunidade do consumidor turista ser atendido, ter a sua demanda atendida, uma dúvida esclarecida, e isso com a troca de informações entre os órgãos de defesa do consumidor que, eventualmente, venham a aderir à Convenção.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu lhe agradeço. Agora, os representantes da hotelaria foram claros aqui. Os dois disseram, objetivamente... E seria muito bom que todas as audiências públicas

aqui fossem dessa forma – não é, Lídice? –, porque a gente ganharia tempo e tudo.

Os dois foram muito claros: já existe uma regulamentação legal, já existe um arcabouço legal de todas as áreas em relação a isso. Então, não há necessidade de você fazer mais uma coisa que vem prejudicar. Ponto. Os dois disseram a mesma coisa.

A senhora não mencionou nada no mérito desse projeto; não disse nada, se ele é bom, se ele é ruim, a senhora não disse, embora a senhora defenda o consumidor – Secretaria de Defesa do Consumidor. Quero que a senhora entre no mérito. O que a senhora, que representa o consumidor, acha disso? Se a senhora disser também que ele não é bom é porque não é bom. Então, nós vamos ter unanimidade, e a Relatora está coberta de razão com a rejeição do projeto.

A SR^a ANA CÂNDIDA MUNIZ CIPRIANO – É, como eu disse na minha fala, eu não posso adiantar nenhuma definição se o projeto é bom ou não sem escutar o órgão técnico, que é o turismo. Mesmo porque, para nós, fica muito difícil, sem a opinião do turismo, emitir qualquer definição ou decisão com relação a essa porcentagem. A gente precisava fazer um estudo mais apurado sobre isso, inclusive fazendo uma pesquisa no âmbito do Sindec, para saber o volume de reclamações nesse sentido, identificar eventual falha de informação prévia para o consumidor, sobre uma eventual resilição...

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Senadora Ana Amélia, eu queria fazer uma interferência nessa discussão, porque, como Relatora, e V. Ex^a como autora, eu compreendo a posição de V. Ex^a, eu compreendo o sentido e o mérito de sua preocupação. Por isso, tive o cuidado de lhe procurar para que nós pudéssemos ver de que maneira conduzir este projeto.

Eu não me sinto confortável em apenas o rejeitar. Acho que nós precisamos adequá-lo; de um lado, garantir o negócio do turismo, pois todas nós somos, além de favoráveis, defensoras intransigentes da indústria do turismo no Brasil, mas fazendo isso e garantindo também o direito do consumidor.

Nós cometemos um erro na nossa convocação, porque aqui não está presente o Ministério do Turismo.

Eu creio que a posição nesta audiência, para que não fiquemos nos estendendo no nada, é a seguinte: esta audiência nos serviu muito porque ficou esclarecida qual é a posição do empresariado relacionado com o setor, e a Defesa do Consumidor, ao que me parece, não tem uma posição clara em relação ao impacto do projeto, digamos assim, no consumidor, ou principalmente não tem uma clareza em relação a como isso impacta o mercado, digamos.

Então, eu queria propor um encaminhamento, se V. Exª concordar. Não tenho nenhuma disposição de simplesmente rejeitar o projeto. O projeto está em minha mão, nós vamos retirar de pauta, e podemos fazer essas consultas fora da audiência; podemos marcar uma reunião com o Ministério do Turismo; eu convidaria V. Exª também, nós iríamos as duas, com o setor específico do Ministério do Turismo que trata dessa questão, para que nós pudéssemos debater melhor, e, se for o caso, até me disponho a nós trabalharmos uma proposta substitutiva ou alguma coisa nessa direção.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Eu agradeço, Senadora Lídice da Mata, pela sua responsabilidade parlamentar em relação ao tema. Acho que o melhor caminho é mesmo esse. Eu lamento apenas que o Idec, que foi convidado para esta audiência, o Idec que é presidido pela Drª Marilene Lazzarini, não tenha comparecido. Acho isso um desrespeito ao Senado Federal, porque a instituição tem se envolvido em questões políticas aqui que se referem ao interesse claro do consumidor, mas muito mais de cunho político. E eu penso que a ausência do Idec aqui revela uma desconsideração não só com o Senado Federal, mas com os próprios consumidores que ela diz representar, que esse instituto diz representar.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sem dúvida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Então, eu queria fazer esta advertência. Claro que, em relação aos empresários, as entidades que representam o setor, inclusive a CNC, todos estariam aqui representados. Agora, representantes de consumidor...

A senhora tem uma posição eu não diria ambígua, porque seria... A senhora representa o Governo, e, como Governo, tem vários lados para olhar. Agora, o Idec aqui ausente é uma atitude desrespeitosa! Então, se ele quer realmente representar o consumidor, a ausência do Idec aqui realmente é inaceitável.

De qualquer modo, penso que a própria Secretaria poderia nos dar uma colaboração, porque tem o poder mais rápido de fazer a consulta, se fizesse o encaminhamento aos PROCONs maiores – Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Salvador....

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Qual é o grau de reclamação dessa questão? Foi o que a senhora levantou aí. Isso porque, como órgão de Governo, é mais fácil fazer essa solicitação.

Então, fazer esse pedido o mais rápido possível, dando prazo para que informem isso. Se não aparecer, porque sabemos que planos de saúde, telefonia, estão em primeiro lugar em relação às reclamações, mas,

nessa questão relacionada à hotelaria e aos serviços, que grau tem essa reclamação em relação a isso. Com isso, vamos ter um termômetro melhor, além da audiência que, acredito, seja muito importante, em que a Senadora Lídice da Mata também esteja. Sou autora de um projeto – vejam a responsabilidade que tenho – que recebi do setor hoteleiro de Gramado e de Canela, na Serra Gaúcha. Sou moradora de Canela. O que eles me alertaram, no caso do Ecad? O hotel paga, hoje, Senadora Lídice da Mata – estivemos aqui envolvidos com a questão do direito autoral –, o hotel tem de pagar, pode ser uma pousada pequena, média, grande, ele tem de pagar uma taxa de Ecad pelo rádio que existe no quarto do hotel, individual, mesmo que a pessoa não ligue a televisão ou o rádio. O hotel tem de pagar esse direito autoral. Então, o que fiz? Fiz um projeto tirando essa cobrança do Ecad do uso no apartamento, uma coisa individual, indevassável, e cobrar das áreas públicas, como no restaurante, em que está todo mundo junto, no *lobby* do hotel ou na sala de eventos, mas no quarto, não. Fiz esse projeto, está tramitando aqui, já foi aprovado na Comissão de Educação, o relator foi o Senador Cyro Miranda. Isso é para demonstrar o meu interesse em desenvolver o setor.

Por outro lado, também nas questões que interessam ao consumidor, a gente tem de estar, digamos, atentos a isso. Então, aceito e acolho, com muito bom grado, a iniciativa da Senadora Lídice. Respeito qualquer decisão sua em relação ao projeto que estamos examinando. Queria agradecer a presença dos representantes do setor hoteleiro, à Drª Ana, mas, especialmente, à relatora, que abriu esse espaço para esse diálogo democrático em relação ao projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Senadora Ana Amélia, eu queria incorporar essa sua sugestão. Já consultei a Srª Ana Cândida. Nós podemos estabelecer um prazo de 15, 20 dias, para que eles possam nos dar o resultado dessa consulta que, creio, é importante ser feita. Nós podemos, inclusive, acrescentar outras capitais, fazer isso em comum acordo, fazermos a audiência no Ministério. Acho que devemos fazer uma reclamação ao Idec por escrito, da Comissão de Turismo, já que isso, realmente, é uma atitude de menosprezo. Recebi aqui a sua comunicação e o Idec agradece o convite para a audiência pública no Senado, em Brasília, em 18 de setembro de 2013. Todavia, devido às diversas atividades em que o Idec se encontra envolvido, no momento, não será possível a nossa participação. Não precisamos comentar. Acho que a Comissão deve fazer um registro de sua insatisfação com esse comportamento.

Quero registrar também que, além do Ministério do Turismo, recebi a reclamação que assumo como

correta, do Presidente da CNTur, para que pudesse participar aqui na Mesa também. Também faremos esse contato com a CNTur. A CNC também não enviou nenhum representante. Melhor dizendo, as duas entidades.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Pela ordem. Na verdade, como sou diretor da CNC, eu aqui a represento.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – É verdade. Então, nós temos aqui essa dupla representação. Consultaremos o CNTur e consultaremos o Ministério do Turismo e vamos caminhar para um processo que seja de acordo. Eu quero, de pronto, apoiar o projeto de V. Exª, nesse sentido de que possamos retirar a taxação dos quartos individuais no hotel.

Eu sou uma defensora do turismo, a hotelaria sabe disso, estamos juntos em diversas batalhas. No entanto, eles sabem também da minha oposição a tarifas altas. Acho que precisamos baixar o custo do turismo no Brasil para que, efetivamente, possamos ser competitivos na disputa internacional.

A economia está globalizada. Nós temos vantagens imensas no Brasil, atratividades enormes, mas temos também desvantagens. Nós estamos distantes de polos emissores importantes na Europa e temos pouca relação com polos emissores próximos, como é a América do Sul.

Na Bahia, esta semana, na segunda-feira, nós fizemos uma grande conquista, Senadora Ana Amélia. Conseguimos atrair uma conexão de frequência que nos dará uma inserção grande na América Latina, um voo Madri/Salvador, Salvador/Chile, Salvador/Buenos Aires, Salvador/Montevidéu. Portanto, inserindo o Nordeste nesse mercado indispensável para o turismo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Por favor, faça uma escala em Porto Alegre.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Ah! vamos discutir isso, sim! É do nosso interesse.

Então, isso é importantíssimo. Nós fazemos um esforço nessa direção, mas queremos, em contrapartida, um esforço do empresariado para que possamos juntos construir um sistema e um mercado turístico no Brasil realmente competitivo. Trabalhei junto ao Governo Federal para que nós pudéssemos incluir a hotelaria na cadeia que foi desonerada quanto do Brasil maior, juntamente com V. Exª e outros Senadores, e continuamos nessa direção. E V. Exª tem sido uma parceira essencial do turismo. Eu quero dar o meu testemunho aqui nesta Comissão, juntamente com outros Senadores.

E, em função de perceber que o tema está relativamente esgotado, eu gostaria, portanto, de encerrar esta audiência pública, porque nós temos muitas comis-

sões atuando no mesmo horário, e permitir uma palavra final dos dois representantes da hotelaria, a ABIH e a Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação, para que nós possamos finalmente encerrar a reunião.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Obrigado, Senadora. Eu acho que o encaminhamento está perfeito, parece-me adequado. Ouvimos o Ministério do Turismo e logicamente a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor tem vários PROCONs para colaborar ainda mais no aspecto de dados estatísticos e quantitativos.

Queria fazer um parêntese aqui para parabenizar a Senadora Ana Amélia por essa parceria sempre, e a Senadora Lídice da Mata, as duas intransigentes na defesa do turismo nacional. Mas devemos ser imparciais e trabalharmos em um processo para o aperfeiçoamento dessa nossa estrutura do setor.

Quero ressaltar o aspecto do direito autoral, da nova, da recente modificação da lei do direito autoral. Nós tivemos, as entidades privadas tiveram uma audiência com o Ministério da Cultura, e sabemos que está sendo feito um processo de regulamentação da nova legislação, e vai ser contemplada, segundo o Ministério da Cultura, a questão dos quartos. Só que isso pode demorar muito. Então, nós somos favoráveis ao projeto de lei da Senadora. E também defendemos, Senadora ... Eu gostaria de pedir aqui o apoio, inclusive, da Senadora Lídice da Mata e da senhora também para a possibilidade de termos uma portaria interministerial. Eu acho que, se o Ministério da Cultura, junto com o Ministério do Turismo, fizerem uma portaria interministerial regulamentando essa situação, a gente sana isso de imediato.

Então, fica aqui uma sugestão. Acho que isso é possível. O Ministério da Cultura já acenou que tem interesse. Já falamos com o Ministro Gastão. Ele também manifestou a possibilidade de fazê-lo. Estamos mandando um arcabouço dessa sugestão para eles. E eu gostaria muito de pedir às duas Senadoras que pudessem apoiar essa iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. ENRICO FERMI TORQUATO FONTES – Senadora Ana Amélia, nós temos em V. Exª uma aliada. Nós não estamos aqui em lados opostos. A gente entende o direito de, além de defender as classes produtivas, defender o direito do consumidor, porque todos nós somos consumidores. Então, entendemos isso e não nos vemos em lados opostos, pelo contrário. Agradecemos a porta aberta que a senhora tem tido com o setor hoteleiro e turístico do País. Quero enaltecer e dizer que meu vice-presidente é lá do Rio Grande do Sul, o Reinaldo Ritter. E a gente entende essa inquietude do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, nós somos irrequietos

também e a gente luta sempre para trabalhar por uma igualdade, por uma melhor condição de vida e distribuição de renda para a população.

Então, é isso, e eu agradeço.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB -BA) – Eu agradeço a presença de todos aqueles que contribuíram com o nosso trabalho estando aqui hoje. Quero incorporar essa sugestão do Dr. Alexandre. Acho que a Ministra Marta Suplicy, quando Ministra do Turismo, uma Ministra com muita sensibilidade, certamente vai nos ajudar muito nisso. Vamos trabalhar juntos. Vou marcar essa audiência o mais rápido possível, Senadora Ana Amélia, para que possamos ir fechando. Manteremo-nos em contato com o Senacon, para esse trabalho nosso.

Muito obrigada.

Quero dar como encerrada esta reunião.

(Iniciada às 09 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 11 minutos)

ATA DA VIGÉSSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DOIS DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um e minuto do dia dois de outubro do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões número 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Durval, Ana Amélia, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, Walter Pinheiro, Vital do Rêgo, Lúcia Vânia e Wilder Moraes. Deixam de comparecer os Senadores: Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e João Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 23ª Reunião anterior, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que, conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se a deliberação de proposições. **ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 38 de 2013**, que “Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 21, de 2013 – CDR, para a realização de uma Audiência Pública, com a finalidade de debater o transporte aéreo no Brasil e analisar as mudanças no sistema de gestão

aeroviário, a inclusão do seguinte convidado: Sr. Ronald Ázaro, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR. **Autoria: Senadora Lídice da Mata.** O Requerimento é lido e aprovado. **ITEM 2 – Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2013 (Não Terminativo)**, que: Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para ampliar o prazo de concessão dos benefícios fiscais do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) relativamente a empreendimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). **Autoria:** Senador José Sarney. A presidência designa Relatora “Ad Hoc” a Senador Ruben Figueiró. **Relatório:** Pela aprovação da Matéria com acolhimento da Emenda nº1, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, e com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Matéria aprovada. **ITEM 3 – Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2013 (Não Terminativo)**, que... “Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o princípio da não concentração regional para a aprovação dos projetos apreciados pelo Ministério da Cultura.” **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação da Matéria. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 – Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2011 – (Não terminativo)**, que... “Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte.” **Autoria:** Senador Jorge Viana e outros. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Pela aprovação com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 5 -TRAMITA EM CONJUNTO COM– Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2007– (Não Terminativo).** Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Jonas Pinheiro – **Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2013 (Não Terminativo)**, que... “Acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas.” **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2007 – (Não Terminativo)**, que... “Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para afastar a incidência do ITR sobre as áreas rurais preservadas além do exigido para reserva legal. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Projeto de Lei do Senado nº 34, de**

2008 – (Não Terminativo). Dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. **Autoria:** CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP). **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2008 – (Não Terminativo), Altera a Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal pela manutenção de áreas cobertas por florestas. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2008 – (Não Terminativo), que... “Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para introduzir a concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal nas condições que especifica.” **Autoria:** Senador Expedito Júnior. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2008 – (Não Terminativo), que... “Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2009 – (Não Terminativo), que... “Dá nova redação ao caput e ao § 2º do art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza para permitir que a compensação ambiental por ela instituída possa ser destinada apagamento por serviços ambientais prestados por propriedades rurais”. Relatoria: Senador Benedito de Lira, **Relatório:** Pela aprovação da matéria, nos termos do substitutivo aprovado na CRA. **Resultado:** Adiado. ITEM 7 – Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2010 – (terminativo), que... “Flexibiliza limites de ruído para cidades litorâneas de vocação turística. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela rejeição da matéria. **Resultado:** Adiado. **EXTRA-PAUTA – ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 37, de 2013** – Requeiro, ouvido o Plenário, que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR participe, como convidada e parceira na organização, do “Simpósio para tratar da Política de Desenvolvimento Regional do Brasil”, a ser realizado pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, da Câmara dos Deputados, em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, no dia 16 de outubro de 2013, quarta-feira, das 9 às 14 horas, no Ple-

nário 11, Anexo II, da Câmara dos Deputados. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 39, de 2013** – Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência Pública desta Comissão, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, do Senado Federal – CMA, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados – CMADS, para debater na forma de seminário “Os efeitos das mudanças do clima para o Semiárido”. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Santos Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata das reuniões anteriores da Comissão.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Comunicados e convites.

Farei um resumo da visita ao Seminário: “Novo Programa de Regionalização do Turismo: erros e acertos do desenvolvimento turístico e regional no Brasil”, realizado de 26 a 29 de setembro de 2013.

Esta Comissão, em conjunto com as Comissões de Turismo e Desporto e de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados, fez-se presente no Seminário: “Novo Programa de Regionalização do Turismo: erros e acertos do desenvolvimento turístico e regional no Brasil”, realizado de 26 a 29 de setembro de 2013, em Poconé, Mato Grosso, no Sesc Pantanal.

O evento contou também com a participação de lideranças empresariais do setor turístico, especialistas do turismo e membros do Ministério do Turismo, como também de assessores desta Comissão por mim designados.

Realizado para marcar comemoração do Dia Mundial do Turismo, o Seminário visava à reflexão sobre o Programa governamental de Regionalização do setor,

que completou dez anos de existência e está sendo alterado com o objetivo de incorporar mecanismos de fomento ao setor.

A Mesa de abertura com debates introdutórios contou com várias autoridades, o Presidente do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Alexandre Sampaio; Deputado Valadares Filho, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; o Secretário de Turismo do Município de Cuiabá, Marcus Fabrício; o Deputado Fábio Souto, Vice-Presidente da Comissão de Viação e Transporte; o Deputado Wellington Fagundes, autor do requerimento que pediu a realização do Seminário.

Na programação do Seminário foram realizadas duas mesas redondas. No primeiro momento, com a mediação do Deputado Wellington Fagundes discutiu-se a gestão descentralizada do turismo, através de mudanças na governança, promovendo maior participação e controle social nas políticas públicas do setor.

O Secretário de Turismo de Sergipe, Elber Batalha, apresentou exemplos de sucesso no seu Estado de Sergipe – meu querido Estado – do fortalecimento das instâncias de governança no turismo. Em sequência, o Diretor do Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Ministério do Turismo, Carlos Henrique Menezes Sobral falou sobre o planejamento participativo no setor. E a Eloise Botelho, professora do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora e pesquisadora do laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da COPPE/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentou experiências inclusivas no turismo através do turismo de base comunitária.

Numa segunda mesa Temática, com a mediação do Deputado Valadares Filho, abordaram-se as estratégias de mobilidade, diversidade e qualificação propostas pelo Programa de Regionalização do Turismo. Participaram do debate Jorge Eduardo Leal, professor doutor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; o Deputado Professor Sérgio de Oliveira e Marcela Jeolás, Diretora substituta do Departamento de Qualificação, Certificação e de Produção Associada ao Turismo do Ministério do Turismo.

Na visita técnica realizada no Estado de Mato Grosso no dia 30 de setembro de 2013 foram vistoriados o estádio Arena Pantanal e o Aeroporto Internacional Marechal Rondon. A comitiva desta Comissão da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados foi acompanhada na visita ao Arena Pantanal pelo Governador Silval Barbosa e pelo Secretário da Copa de Mato Grosso, Maurício Souza Guimarães. A previsão de inauguração do estádio é dezembro des-

te ano e deverá custar, com todos equipamentos necessários, cerca de R\$519 milhões. Pode-se observar que as obras de estrutura estão avançadas. Segundo o Governo de Mato Grosso, cerca de 80% já foram concluídas. As estruturas metálicas da cobertura já estão montadas e o gramado tem conclusão prevista para o fim deste mês de outubro. Uma das preocupações da comitiva eram as notícias de possível superfaturamento na compra das cadeiras do estádio veiculadas recentemente na mídia. No entanto, os engenheiros da obra fizeram questão de mostrar o modelo da cadeira que será utilizada no Arena Pantanal, que é mais confortável e de fácil instalação. Apesar de não estar na programação, o Governador Silval Barbosa fez questão de mostrar todas as obras de mobilidade urbana, pelo que afirmou devem estar todas prontas para a Copa do Mundo, ressaltando as obras do VLT, que, em virtude das chuvas que se aproximam, poderão sofrer alterações.

A Comissão visitou também as obras do Aeroporto Internacional de Marechal Rondon, em Várzea Grande, que seguem o cronograma apresentado pela Infraero e são realizadas em parceria com o Governo estadual. O terminal de passageiros deverá estar pronto em janeiro de 2014 e as demais obras até o mês de março. Não há questionamento de valores em atraso. Além disso, todos os materiais, tais como elevadores, pontes e outros já foram comprados.

Aproveito a oportunidade para trazer ao conhecimento desta Comissão as boas notícias que o Ministro do Turismo, Sr. Gastão Vieira, trouxe sobre o setor durante a cerimônia de comemoração do Dia Mundial do Turismo, na última quarta-feira, dia 25 de setembro, em reunião da Comissão de Turismo e Desporto na Câmara dos Deputados.

O cenário do turismo brasileiro é bastante positivo e promissor. Somos o sexto PIB turístico do mundo. Entre 2003 e 2012, a contribuição do turismo para a economia triplicou. Atualmente, o setor é responsável por cerca de 3 milhões de empregos diretos e por 3,7% do PIB. Também somos uma potência em atrativos culturais. Ocupamos o 23º lugar do mundo, segundo Fórum Econômico Mundial, com dez sítios do patrimônio histórico tombados pela Unesco, além da primeira paisagem tombada do mundo, que é o Rio de Janeiro.

Temos nos firmado como um destino de classe mundial no turismo de negócios e eventos, sem contar os megaeventos internacionais que temos sediado, desde a Rio+20 até as Olimpíadas de 2016. Por isso, é momento de estimular os brasileiros a viajar pelo Brasil. Com essa intenção, o Ministério retomou programas de viagens em baixa estação, como o Viaja Mais Melhor Idade para aposentados idosos. O programa que foi

relançado no mês passado tem aproximadamente 470 ofertas de viagens com descontos e vantagens exclusivas. O próximo passo é criar um programa para os trabalhadores. Uma importante boa notícia dada pelo Ministro Gastão, que o PAC do Turismo já é uma realidade. O Ministério do Turismo destinou R\$660 milhões para construção e ampliação de centros de convenções e eventos em 13 cidades, e mais de R\$19 milhões para sinalização turística em 34 cidades históricas. Estamos então trilhando um caminho bem-sucedido e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo é um espaço para contribuir com essa ascensão, por meio de propostas que fomentem o desenvolvimento das nossas regiões.

Temos algumas proposições que deverão ser objeto de votação. Porém, como o quórum ainda não está completo, nós faremos apenas a leitura dessas proposições.

Primeiro, há um requerimento de nossa autoria.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 37, DE 2013

Requeiro, ouvido o Plenário, que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR participe, como convidada e parceira na organização, do “Simpósio para tratar da Política de Desenvolvimento Regional do Brasil”, a ser realizado pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, da Câmara dos Deputados, em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, no dia 16 de outubro de 2013, quarta-feira, das 9 às 14 horas, no Plenário 11, Anexo II, da Câmara dos Deputados.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Conforme o convite de parceria remetido pelo Presidente da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, da Câmara dos Deputados (Cindra), Deputado Jerônimo Goergen, o Simpósio tem o objetivo de, juntamente com representantes do Governo Federal, da sociedade civil e da classe acadêmica, dialogar sobre as Políticas de Desenvolvimento Regional, seus desafios e alternativas para o Brasil, em atenção ao Requerimento nº 295, de 2013, de autoria daquela Presidência.

Por isso, contará com a contribuição dos setores envolvidos, sendo os convidados:

1. O Ministério de Estado do Ministério da Integração Nacional;

2. O Secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional;

3. Representantes da sociedade civil e da comunidade acadêmica com atuação nas áreas afetadas ao tema.

No evento, ocorrerá ainda o lançamento do livro *Pauta de Desenvolvimento para o Brasil na Visão da Cindra*. O livro tem a finalidade de propor novas experiências e alternativas de fomento para o País e é resultado da contribuição de diversos atores indispensáveis para o desenvolvimento nacional e para a integração das regiões brasileiras.

Outro requerimento.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 39, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência Pública desta Comissão, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, do Senado Federal – CMA, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados – CMADS, para debater na forma de seminário “Os efeitos das mudanças do clima para o Semiárido”.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Observações:

Subscrito pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Para debater o tema Situação e Impactos das Mudanças Climáticas na região do Semiárido, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades:

– Cenários Climáticos para o Semiárido: Eduardo Sávio Martins, Fundação Cearense de Meteorologia (Funceme);

– Mudanças Climáticas e Desertificação no Semiárido: José Marengo, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);

– Impactos das Mudanças Climáticas nos Recursos Hídricos do Semiárido: representante da Agência Nacional de Águas (ANA);

– Impactos Econômicos da Desertificação: Antônio Magalhães, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE);

– Impactos Econômicos das Secas: Estélio Gama, Banco do Nordeste do Brasil (BNB);

– Impactos Sociais das Mudanças Climáticas: representante da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)

Para debater o tema Soluções para Mitigação dos Efeitos da Desertificação e da Seca no Semiárido e Fortalecimento Institucional como Instrumento para o Combate à Desertificação, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades:

- O Fortalecimento da Ciência e Tecnologia: Antônio Galvão, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE);

- Experiências para a mitigação dos efeitos de seca e desertificação: representante da Embrapa Semiárido;

- Estudo de Caso: representante do Programa de Desenvolvimento Hidroambiental (PRODHAM).

Já é consenso entre a comunidade científica que o clima sofrerá alterações, de maior ou menor magnitude, em todo o território nacional, ao longo deste século. Cito notícia da Agência FAPESP, publicada em 10/09/2013, que trata do primeiro Relatório de Avaliação Nacional (RAN1) do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), cujo sumário executivo foi divulgado no dia anterior (09/09), durante a 1ª Conferência Nacional de Mudanças Climáticas Globais (Concilma):

Agência FAPESP. O clima no Brasil nas próximas décadas deverá ser mais quente – com aumento gradativo e variável da temperatura média em todas as regiões do país entre 1°C e 6°C até 2100, em comparação à registrada no fim do século XX. No mesmo período, também deverá diminuir significativamente a ocorrência de chuvas em grande parte das regiões central, Norte e Nordeste do País. Nas regiões Sul e Sudeste, por outro lado, haverá um aumento do número de precipitações.

Não há dúvida, igualmente, de que as alterações mais dramáticas, com repercussão não apenas regional, mas nacional, deverão ocorrer no Semiárido brasileiro, atingindo os Estados do Nordeste e vasta região do Estado de Minas Gerais (no norte e no nordeste de Minas, por exemplo, a desertificação avança em ritmo preocupante). Esta é igualmente a região sobre a qual mais estudos foram feitos, com avaliações e projeções que podem fundamentar o estabelecimento de políticas públicas adequadas para o enfrentamento da questão.

Há algum tempo, instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Fundação Osvaldo Cruz, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), entre outras, alertam para o perigoso avanço da desertificação do Semiárido nordestino, com impactos econômicos, sociais e ambientais nefastos à população sertaneja.

Diante das evidências, torna-se necessária uma firme ação governamental para o enfrentamento deste problema. As políticas direcionadas para a região man-

têm, em boa medida, sua tradicional lógica assistencialista, sem o estabelecimento de políticas estruturantes e sistêmicas que permitam o enfrentamento adequado da situação. Vale lembrar que o combate aos efeitos da desertificação deverá ser levado a cabo juntamente com a implantação e o aprofundamento de políticas públicas voltadas para a superação de problemas crônicos da região, como a pobreza, o baixo índice educacional e a precariedade do atendimento à saúde.

Estudos do Centro de Estudos para o Planejamento da Universidade de Minas Gerais (CEDPLAR) e da Fundação Osvaldo Cruz apontam para cenários preocupantes no médio e longo prazo, como por exemplo: perda de significativas parcelas de áreas produtivas especialmente nos Estados do Ceará, do Piauí, da Paraíba e de Pernambuco com consequente queda do PIB; aumento significativo na taxa de migração, que pode chegar até 24% para a população economicamente ativa, sendo os principais destinos a Amazônia e o Centro-Oeste.

O Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas alerta que a temperatura na Caatinga deverá aumentar entre 0,5°C e 1°C e as chuvas no bioma diminuirão entre 10% e 20% até 2040. Entre 2041 e 2070 o clima da região deverá ficar de 1,5°C a 2,5°C mais quente e o padrão de chuva deverá diminuir entre 25% e 35%. Até o final do século, a temperatura do bioma deverá aumentar progressivamente entre 3,5°C e 4,5°C e a ocorrência de chuva diminuir entre 40% e 50%. Realmente muito preocupante para a nossa região essa possibilidade de uma desertificação e aumento da temperatura.

Como podemos observar, o problema da desertificação está mais fortemente localizado no Semiárido, mas seus impactos terão dimensões nacionais. Precisamos, urgentemente, discutir em profundidade a situação presente e futura, e avaliar as soluções que podem ser propostas para o enfrentamento dos problemas que certamente advirão. Daí a oportunidade da realização da audiência pública aqui proposta. O Congresso Nacional não pode abandonar a região mais pobre do Brasil à sua própria sorte.

Senador Inácio Arruda, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo para fazer a leitura do item 3 da pauta.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o item 3 é sobre o Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o princípio da não concentração regional para a aprovação dos projetos apreciados pelo Ministério da Cultura.

Vou ater-me, Presidente, à leitura da análise.

Nos termos do art. 104-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional. Assim, nesta Comissão, a análise se restringe ao mérito do PLS nº 249, de 2013, quanto ao seu impacto no desequilíbrio inter-regional de desenvolvimento.

Considerações sobre os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria serão feitas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que decidirá em caráter terminativo, conforme dispõe o art. 49, conjugado com o inciso I do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto ao mérito, a proposição visa a sanar uma contradição entre a previsão do §1º do art. 18 da Lei Rouanet e o resultado prático de excessiva concentração nas regiões Sudeste e Sul dos benefícios do Fundo Nacional da Cultura.

O art. 18 estabelece que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no art. 1º da Lei, entre os quais está, como já mencionado, “estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais”.

Cabe indicar que a preocupação com a regionalização está presente em outros pontos da Lei Rouanet, como na parte que trata do Fundo Nacional de Cultura. O art. 4º, inciso I, por exemplo, estabelece que o Fundo Nacional de Cultura deve estimular a distribuição regional equitativa dos recursos a serem aplicados na execução de projetos culturais e artísticos.

No entanto, apesar de a regionalização ser uma diretriz da Lei Rouanet, ela não vem ocorrendo, como mostra a excessiva concentração da aplicação dos recursos nas regiões mais desenvolvidas do País.

Frente a esta realidade, o objetivo do projeto de lei é incluir a regionalização da aplicação dos recursos entre os princípios a serem observados pelo Ministério da Cultura quando da análise dos projetos, de modo que a equidade regional seja uma realidade concreta e não apenas um objetivo vago.

Portanto, o mérito do PLS nº 249, de 2013, consiste no aperfeiçoamento da sistemática de análise dos projetos, pois o Ministério passaria a considerar como princípio a não concentração regional dos recursos, em adição aos critérios já estabelecidos no §8º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 1991.

Em síntese, creio que essa alteração promoverá a distribuição equitativa dos recursos entre as regiões brasileiras, razão pela qual sugiro a mudança da redação desse dispositivo legal nos termos propostos pelo projeto em análise.

O voto é pela recomendação da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço, Senadora Maria do Carmo.

Convido o nobre Senador Wellington Dias para fazer a leitura do item 5.

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 2007

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Jonas Pinheiro

TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2007

– Não Terminativo –

Acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei no 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas.

Autoria: Senador Renato Casagrande

TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2007

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para afastar a incidência do ITR sobre as áreas rurais preservadas além do exigido para reserva legal.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko

TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade

de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP)

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 64, DE 2008
– Não Terminativo –**

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal pela manutenção de áreas cobertas por florestas.

Autoria: Senador Expedito Júnior

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 65, DE 2008
– Não Terminativo –**

Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para introduzir a concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal nas condições que especifica.

Autoria: Senador Expedito Júnior

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 78, DE 2008
– Não Terminativo –**

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Gilberto Goellner

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 483, DE 2009
– Não Terminativo –**

Dá nova redação ao caput e ao § 2º do art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza para permitir que a compensação ambiental por ela instituída possa ser destinada a paga-

mento por serviços ambientais prestados por propriedades rurais

Autoria: Senador Gilberto Goellner

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela prejudicialidade das matérias.

Este projeto foi apresentado em 2007 e é de autoria do então Senador Jonas Pinheiro.

Senador Wellington Dias, jovem Senador do Piauí, governador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Está animado, Presidente.

Quero saudar aqui V. Exª, os Senadores e Senadoras presentes. Primeiro eu cheguei e V. Exª já estava bem adiantado na leitura desse texto tratando sobre as mudanças climáticas, especialmente na região da Caatinga.

Eu devo dizer que sou caatingueiro, nasci na região da Caatinga, vivo nessa região e realmente temos duas coisas graves acontecendo. Uma delas eu pensava antes estar presente só no Piauí, mas também está presente na Bahia, no Ceará, em Pernambuco, na Paraíba, pelo menos nessas áreas. Algumas indústrias, especialmente da região de Minas, por uma demanda de madeira, orientam os agricultores a fazerem um pedido de autorização para plantio. E como, com base nos módulos, são pequenos agricultores, no máximo médios, há uma flexibilidade maior na concessão do licenciamento. O desmatamento pela licença é para plantio e, na verdade, ela é mais para extração de madeira para carvoaria, para abastecimento dessas bases em Minas Gerais. Falo isso porque a consequência disso é muito danosa. Encaminhei recentemente ao Ministério do Meio Ambiente pedido de exame da situação comparativa na década, por satélite, porque é algo que preocupa muito a região. Nós já temos, no meu Estado, a maior área em processo de desertificação do Brasil, que é a área de Gilbués – é a maior área em processo de desertificação.

Essa área, há muito anos, foi um misto da cultura rudimentar, de queimadas etc., mais a exploração do diamante.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Pois não, com o maior prazer.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Apenas uma curiosidade. Essa área a que V. Exª faz referência é de quantos hectares?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – São 10 mil quilômetros quadrados. Então, é uma área já considerável. Qual é o problema? Fizemos um projeto para a então Ministra Marina Silva...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Veja, o Estado de Sergipe tem 22 mil quilômetros quadrados; é quase a metade do Estado de Sergipe.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sim, para a gente entender do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Um milhão de hectares.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Um milhão de hectares; é a região de Gilbués. Fica entre Redenção do Gurgueia, Monte Alegre, Gilbués, São Gonçado do Gurgueia, em direção ao Município de Riacho Frio, Parnaguá. E é uma região, Cabeceiras, que está no meio da bacia do Rio Gurgueia, que hoje é um rio muito assoreado exatamente por conta dessa situação. Estou dizendo isso porque iniciamos um projeto para recuperação dessa área.

Por que chamo a atenção para isso? Foi porque percebi o quanto é caro recuperar uma área degradada. Eu mesmo não tinha noção do quanto é caro se encontrar matéria vegetal para se ter uma primeira plantação, para poder, com a folhagem, ao longo de anos e anos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Adubar, não é?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – ...reconstruir. Mas é muito caro. Se o preço de um hectare de uma propriedade dessa custa lá nessa região R\$300, R\$500, o que é muito barato, pelo valor, vai se gastar aí algo em torno de R\$100 mil, para recuperar um hectare desse.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Abertura de poços profundos lá é fácil conseguir?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É possível. Nessa região, há um dado positivo que é a presença de poços. O problema é que ela tem já um arenito que, quando se retira a capa do solo, a vegetação, ela se dissolve, vira esse arenito que termina indo em direção a rios, riachos. Então, vira uma coisa realmente muito feia. Tivemos de fazer uma ação primeiro em torno do Município de Gilbués para proteger o Município, o entorno do Município de uma área muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Além da salinização do solo, não é?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Além da salinização do solo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Fica praticamente impossível a vegetação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Digo isso para mostrar o quanto é grave essa situação. Eu diria que, dos dez graves problemas, dos dez grandes desafios da humanidade, um deles é esse, e se não é a introdução de uma cultura muito avançada, a partir da escola, a gente não consegue. Acho que é um tema que vale a pena esta Comissão, porque ela é parte do desenvolvimento regional. Para se desenvolver uma região que tem característica de uma região agrícola com bom solo já não é fácil, imaginem eu tendo que investir para recuperar solo.

Então, quero aqui fazer esse depoimento para mostrar a importância das mudanças climáticas. Não sei o que vai ser, por exemplo, de regiões como Teresina, que, hoje, alcança 45, 46 graus. Agora, em outubro, neste instante, perto do meio-dia de hoje, vamos alcançar 45 graus em Teresina.

Quero dizer que isso é algo, do ponto de vista do ser humano, uma ameaça, porque, se essa insolação já causa inúmeras doenças, imaginem aumentando cinco graus, como ouvi aqui no depoimento que V. Ex^a acabou de ler.

Mas é apenas para uma reflexão e mostrando a importância desta Comissão junto com a Comissão do Meio Ambiente, com a Comissão de Educação – penso que isso envolve fortemente a educação e a área social –, para tratarmos desse tema, porque é algo realmente importante.

Sr. Presidente, eu quero aqui relatar, então, no Item 5, um projeto que é de autoria ainda do Senador Gilberto Goellner, é o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2007, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoa física e jurídica que promovam a reposição florestal e dá outras providências, e ainda sobre os Projetos de Lei do Senado nº 142, de 2007; 304, de 2007; 131, de 2007; 34, de 2008; 65, de 2008; 64, de 2008, 78, de 2008, e o 483, de 2009, que tramitam em conjunto, têm a ver inclusive com esse tema.

O projeto, na verdade, trata de um incentivo para quem se dispõe a fazer a reposição das florestas, tem tudo a ver com a análise que acabo de fazer.

Do ponto de vista regimental, o projeto cumpre todas as regras de constitucionalidade, tem mérito em relação à análise que faço e o fato para o qual chamo a atenção é que já temos, Sr. Presidente, um avanço; aliás, esse projeto foi contemplado em 2007 e 2008, chamou muito a atenção do País, vários projetos foram apresentados e nós tivemos aqui um capítulo, fruto desses projetos, que foi incluído quando da discussão

do Código Florestal. Nele, por exemplo, posso ler o art. 41, que diz que:

Art. 41. É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação: (...)

Dentre elas, cito a ampliação de incentivo fiscal e benefício de natureza tributária para viabilizar exatamente o que desejam esses projetos.

Por essa razão, considerando que eles já foram contemplados no Capítulo X do Código Florestal, pode até ter melhoramento, mas já foi um amplo debate aqui no Congresso Nacional – todos sabem que não foi fácil, mas foi uma vitória importante de quem defende o meio ambiente.

Por essa razão, o meu voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2007, e os demais aqui citados e apensados, conforme o relatório já publicado, que tramitam em conjunto, em razão da aprovação dos termos neles apresentados e sustentados no Capítulo X do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Wellington Dias, agradeço a V. Ex^a e gostaria de cientificá-lo de que aqui foi lido o requerimento, quando V. Ex^a estava ingressando nesta Comissão, que daqui a pouco colocarei em votação, que trata da realização de uma audiência pública no âmbito das Comissões Mista de Mudanças Climáticas, do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, para debater, na forma de seminário sobre os efeitos das mudanças do clima para o Semiárido brasileiro.

Então, V. Ex^a, que tem esse grande problema em seu Estado, numa região importante, que está sendo altamente prejudicada com a desertificação, será um dos primeiros a se interessar por essa problemática a ser discutida no seminário e que será realizado com a participação inclusive da Câmara dos Deputados.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Agradeço e inclusive amanhã, por coincidência, o Ministro da Ciência e Tecnologia vai estar no Piauí. Fiz questão de mostrar a importância de ele ir visitar, juntamente com outros membros da Bancada federal, Deputado Paes Landim, a região São Raimun-

do Nonato, para visitar o Parque Nacional da Serra da Capivara. Aliás, faço aqui um convite para todos que estão nos acompanhando: no espaço cultural Israel Pinheiro, ao lado do monumento Oscar Niemeyer, está havendo uma exposição sobre a história da Pré-História, que é o Brasil 50 mil anos atrás. Na verdade, temos oportunidade de conhecer um pouco do que é a Serra da Capivara. Acho que poucos no Brasil têm noção. É a maior biblioteca da pré-história do mundo, com aproximadamente 800 salas, 800 sítios arqueológicos e com mais de 35 mil inscrições rupestres catalogadas. Imagine o tamanho de uma biblioteca dessa, entender o que são os escritos. Acho que nos faz aprender com a história.

Aliás, uma das coisas que a Serra da Capivara nos ensina, são duas lições que aprendi estudando essa região, Sr. Presidente. A primeira é o desapego ao bem material. Temos uma política no mundo que é de forte incentivo ao consumo ilimitado. Poder ter na minha casa 3 ou 4 carros, 5 televisões, quando sabemos que a natureza será incapaz, pelo menos, de atender, dessa forma, o conjunto da população. Isso vai esgotar rapidamente a capacidade da terra.

A outra lição é exatamente o manejo do solo. Nas inscrições se tem um sítio chamado gaivota que tem a interpretação de vários inscritos de o plantio ser feito sem desmatamento, de ser feito nos claros, como chamavam os índios nas áreas colocadas. Aliás, ainda hoje, nas suas reservas, praticam isso. Claro que hoje temos muito mais tecnologia para poder trabalhar, mas o que nos alerta é que, onde tem muita mata, muita floresta, tem muita chuva.

A ciência hoje – e isso é coisa de não sei quantos mil anos atrás – ,somente no ano de 2006 é que a ciência veio compreender que a emissão, as plantas, além de captarem carbono, emitem uma substância que provoca chuva. Por isso, onde tem muita floresta, como a Amazônia, por exemplo, chove muito; onde tem pouco, caatinga do Nordeste por exemplo, chove pouco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Sr^{as} e Srs. Senadores, o requerimento a que me referi das várias comissões ainda não tem data para realização. Entretanto, vamos aprovar aqui a fim de que todas as comissões interessadas na realização do seminário sobre os efeitos das mudanças do tempo para o semiárido brasileiro se articulem e possam marcar uma data que atenda a agenda de todos.

Os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Um outro requerimento, de autoria da Senadora Lídice da Mata, é o item 1 da pauta.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO Nº 38, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, em adiamento ao Requerimento nº 21, de 2013 – CDR, para a realização de uma Audiência Pública, com a finalidade de debater o transporte aéreo no Brasil e analisar as mudanças no sistema de gestão aeroviário, a inclusão do seguinte convidado: Sr. Ronald Âzaro, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR.

Autoria: Senadora Lídice da Mata
Os Srs. Senadores que aprovam...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, permita-me. Queria examinar com a Senadora, não sei se fazemos separados ou juntos, mas acho que convidarmos aqui o Ministro Wellington Moreira Franco junto com o Secretário Nacional é fundamental, porque inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Já estão convidados? Tem o requerimento anterior. Só está fazendo um acréscimo.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento que já efetuei a leitura, convida para a participação em simpósio para tratar da política de desenvolvimento regional e turismo, a ser realizado pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional da Amazônia na Câmara dos Deputados, em conjunto com a nossa Comissão; também com a participação do Ministério da Integração.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Há projetos aqui sem necessidade de quórum especial. São projetos não terminativos.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 49, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para ampliar o prazo de concessão dos benefícios fiscais do Im-

posto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) relativamente a empreendimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Autoria: Senador José Sarney

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação da matéria, com acolhimento da Emenda nº 1, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, e com uma Emenda que apresenta.

O Senador Romero Jucá, não podendo comparecer a esta Reunião, pediu-me para que o Senador Ruben Figueiró fosse o relator *ad hoc* e promovesse a leitura do relatório.

Passo, então, a palavra ao Senador Ruben Figueiró, a quem agradeço por aceitar a relatoria *ad hoc* desta matéria.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atendendo à determinação de V. Ex^a, com muito prazer relato o Projeto subscrito pelo Senador Romero Jucá referente a Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2013, de autoria do eminente Senador José Sarney.

Como V. Ex^a explicitou na ementa lida, o projeto visa à extensão do prazo para protocolo e aprovação dos projetos relacionados à Sudam e à Sudene, a fim de que as empresas possam usufruir da redução do IRPJ; visa acompanhar o prazo de vigência dos benefícios válidos para a Zona Franca de Manaus, nos termos do art. 92 do Ato das Disposições Transitórias. Trata-se, portanto, de incentivos fiscais com redução de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas. São compensações oferecidas às empresas para que se instalem em regiões menos desenvolvidas do Brasil.

Essa compensação é necessária porque, ao decidir pela instalação em áreas menos desenvolvidas, as empresas abrem mão dos benefícios existentes em áreas mais desenvolvidas, como, por exemplo, proximidade com fornecedores de insumos e com mercados consumidores, a existência de trabalhadores com qualificação adequada e a facilidade para escoar a produção.

O relatório do Senador Romero Jucá se estende ainda, mas desejo destacar aqui alguns tópicos.

É de interesse do Norte e do Nordeste, áreas de atuação, respectivamente, da Sudam e da Sude-ne, que os incentivos sejam mantidos por mais tempo. Retirá-los justamente quando as economias das áreas periféricas do Brasil começaram a crescer acima da média nacional seria abortar esse processo, ou seja, equivaleria a interromper o processo de redução das

desigualdades regionais no País, contrariando, assim, o disposto na Constituição Federal.

Foi apresentada, no prazo regimental, a Emenda nº 01-CDR, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, ao PLS nº 49, de 2013, com o objetivo de inserir no caput art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, nos termos do PLS em análise, os empreendimentos localizados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) como beneficiários do incentivo fiscal.

A justificativa é a seguinte:

Os argumentos utilizados acima para as regiões Norte e Nordeste também são válidos para o Centro-Oeste. Está em curso um processo de convergência entre a renda *per capita* dessa região e a nacional. Para que ele tenha seguimento, é fundamental que a economia do Centro-Oeste continue a crescer acima da média nacional. Para isso, os incentivos são necessários, concluindo-se, então, que é justo o pleito contido na Emenda nº 01-CDR para que os empreendimentos localizados na área de atuação da Sudeco possam ter acesso aos benefícios previstos na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001.

A Emenda nº 01-CDR aperfeiçoa a proposição em tela. Mas, além dessa alteração, é oportuno ressaltar que o incentivo de que trata o PLS em tela é um dos poucos incentivos na legislação do IRPJ que não é estendido à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. Por entendermos que não existe razão para essa exceção à regra em relação a esses dois tributos, que têm bases de cálculo semelhantes, decidimos por apresentar uma emenda com o objetivo de corrigir também essa injustificada distorção. Assim, com a alteração que propomos, será estendido aos valores devidos de CSLL o benefício já previsto para o IRPJ.

Observe-se que a emenda aqui apresentada inclui integralmente a alteração introduzida pela Emenda nº 01-CDR.

Leio a Emenda nº 01, proposta pelo eminente Senador Relator:

Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2023 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento)

da contribuição social sobre o lucro líquido e do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e perfeitamente de acordo com o parecer do eminente Senador Jucá, recomendamos a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2013, com a emenda que acabo de ler.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Figueiró.

Farei um comunicado, até em atenção ao estado de saúde e recuperação do autor da matéria – parecer lido por V. Ex^a –, Senador José Sarney, ex-Presidente desta Casa, ex-Presidente da República, pessoa por quem temos o maior respeito e a maior consideração.

Ficamos felizes com o seu retorno ao Senado, com a sua saúde sendo recuperada, podendo participar ativamente do processo legislativo até o final do seu mandato.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoridade/PSDB – MS) – V. Ex^a também tem a minha integral solidariedade, pela admiração que sempre tive pelo Senador e ex-Presidente José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Inácio Arruda, quero comunicar a V. Ex^a que esta Comissão aprovou, há poucos instantes – V. Ex^a estava na Comissão de Infraestrutura participando de outras votações –, requerimento de sua autoria que fiz questão de apor a minha assinatura. Trata-se de uma matéria de mais alta importância para a discussão e o debate dessa grande questão, não digo apenas nacional, mas mundial, que é a desertificação, onde o semiárido está sendo atingido frontalmente, com prejuízos incomensuráveis para nossa economia, com repercussões sociais e econômicas. Sem dúvida alguma, isso está dando oportunidade ao Brasil de promover meios no sentido de combater esse fenômeno que nos leva a uma situação dramática, como acontece, por exemplo, no Estado do Piauí, onde uma área importante daquele Estado, que corresponde a quase metade da superfície do Estado de Sergipe está sendo invadida já há algum tempo pela desertificação.

V. Ex^a apresentou requerimento, que já foi aprovado por unanimidade, para a promoção de um evento envolvendo a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, a Comissão nossa, do Meio Ambiente, também a Comissão de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados e do Senado; vamos marcar então a data para a discussão desse tema porque, segundo dados aqui fornecidos até pelo painel de mudanças

climáticas, até 2040 – estamos em 2013 – daqui a 27 anos, poderá haver uma queda das chuvas, em torno de 10% a 20%, significando dizer que será um prejuízo incomensurável.

Meus parabéns a V. Exª pela apresentação desse painel.

O SR. INACIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Exª, sobretudo, pela compreensão para que pudéssemos realizar esse debate.

Estamos ali ao lado com o Ministro das Comunicações no tema que é muito importante também. A quarta-feira é pesada, porque o tema que estamos abordando, na área de tecnologia da informação, é estratégico para o País, não por conta do problema da espionagem – já seria – mas pela infraestrutura nessa área que precisamos oferecer ao povo brasileiro. É um tema muito significativo que está sendo debatido, e o Ministro continua no debate, porque o tema é inesgotável. Se precisar, a gente passa o dia inteiro lá e não termina o assunto.

E concorremos ainda com a Comissão de Constituição e Justiça, que começa daqui a pouco. Além disso, V. Exª é da CAS, que está discutindo o financiamento da saúde – está aqui ao lado. Também já começou. Não sou de lá, mas o tema me interessa. Financiamento da saúde não há o que discutir.

Lembro que o Senador Figueiró, há pouco, discutiu aqui o problema do assoreamento vigoroso dos rios mais importantes do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, já que atinge os dois Estados. E o assoreamento pode levar a região um processo de desertificação. Nós já sentimos isso hoje em grande parte do Nordeste brasileiro. Atinge o Piauí, atinge o Ceará, atinge a Paraíba, Rio Grande do Norte intensamente; a Bahia vem já num processo até mais longo. E agora nós começamos a encontrar as primeiras áreas deformadas em processo de desertificação no Rio Grande do Sul. Imaginem o grau de alargamento claro.

Agradeço a V. Exª e já confirmo que, a pedido meu, e não só meu, mas também do autor do item 4, que quer propor alterações, sugestões, e acho que devemos sempre estar abertos. O item 4 é de autoria do Senador Jorge Viana. Pedimos que esse item fosse retirado de pauta, o que foi atendido por V. Exª, o que agradeço, porque é o sentido de aprimorar essa proposta do Senador Jorge Viana, exatamente sobre áreas de processo de exportação naquela região do norte do País, no Estado do Acre.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, apenas para acrescentar à exposição do eminente Senador Inácio Arruda.

Enquanto V. Exªs estão sentindo a desertificação do Nordeste – também sobrevoei uma região do Estado de Pernambuco e fiquei impressionado com a desertificação lá, inclusive o Senador Humberto Costa me explicou sobre o calcário, cuja desertificação é diferente, o terreno fica todo branco; é uma área imensa de calcário – o que eu queria dizer apenas ao Senador Inácio Arruda é que enquanto os senhores sofrem pela seca, nós sofremos pela água. No Pantanal, há o deserto aquático, em razão do assoreamento do Rio Taquari.

Para nós sobra água; para vocês falta. É o paradoxo que existe neste País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – É o País da diversidade.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, permita-me.

Estou com o relatório pronto para o item 7...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Flexibiliza limites de ruído para cidades litorâneas de vocação turística. Esse item é terminativo, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – O.K.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Está franqueada a palavra.

Em discussão a matéria, digo melhor, do Item 2. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Peço à assessoria que faça o comunicado, como falei, ao Senador José Sarney da aprovação dessa matéria. Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1.

Vamos passar à votação do Item 3, porque a Senadora Maria do Carmo já fez a leitura.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 249, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o princípio da não concentração regional para a aprovação dos projetos apreciados pelo Ministério da Cultura.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa)*
Aprovado.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 526, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte.

Autoria: Senador Jorge Viana e outros

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Houve a solicitação de retirada para reexame.

A autoria é do Senador Jorge Viana.

Item 5.

O Senador Jorge Viana fez a leitura.

Os Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os dois itens restantes são terminativos.

Como não há quórum suficiente, deixamos para a próxima reunião.

Está franqueada a palavra.

Não havendo nenhum Senador que queira fazer uso da palavra, está encerrada a presente reunião.

Até a próxima quarta-feira.

(Iniciada às 09 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 08 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA**

**ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)
DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE
SETEMBRO DE 2013.**

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e treze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, SÉRGIO SOUZA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉ-**

LIA, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO e MOZARILDO CAVALCANTI. Deixam de comparecer, os Senadores Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Ivo Cassol, Kátia Abreu e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013, prorrogada por 90 dias a partir de 21.07.2013, conforme Requerimento nº 832/2013, aprovado no dia 16.07.2013. O Senador Jayme Campos se licenciou por 122 dias, em 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de iniciar a Pauta de deliberação, o Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, faz considerações acerca da Lei nº 12.689, de 19 de julho de 2012, que estabelece o medicamento genérico de uso veterinário e faz apelo ao Ministro de estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Antônio Andrade, para que encontre um caminho para a execução da Lei, que poderá alcançar o mesmo impacto no mercado que aquele obtido com a lei dos genéricos para o consumo humano na ampliação da concorrência e na redução de preços. Os Senadores Waldemir Moka, Ruben Figueiró e Ana Amélia usam da palavra para emitir comentário sobre o assunto. Após as manifestações dos Senhores Senadores, o Senhor Presidente dá início à Pauta de deliberação: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. **Observações: 1)** Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. **2)** A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo); b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). **3)** Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Pre-

sidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **4)** Matéria em fase de votação. **5)** Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Retirado de Pauta.

ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, de 2007 – Não Terminativo – EMENTA:

Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário. **Autoria:** Senador Gerson Camata.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 718, de 2007, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. **Observações:** **1)** Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. **2)** A Matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado Parecer favorável com as Emendas nº 1-CMA a 6-CMA. **3)** A Matéria será posteriormente apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais-CAS, em decisão terminativa. Anunciada a matéria, o Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, designa o Senador Waldemir Moka relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. Após a leitura do relatório favorável ao PLS nº 718, de 2007, na forma da Emenda (substitutiva), efetuada pelo Senador Waldemir Moka, colocada em discussão e em votação a matéria, a Comissão aprova o relatório do Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 718, de 2007, na forma da Emenda nº 7-CRA (Substitutivo). **ITEM 3: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, de 2007 – Não Terminativo – EMENTA:** Susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição do PDS nº 90, de 2007. **Observações:** **1)** O Projeto foi apreciado pela CMA, tendo sido aprovado Parecer pela rejeição do PDS nº 90, de 2007. **2)** A matéria constou da Pauta da 19ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 29/08/2013 e da 22ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 12/09/2013, ocasião em que foi concedida vista coletiva solicitada pelos Senadores

Waldemir Moka, Eduardo Suplicy, Ruben Figueiró e Ana Amélia. **3)** A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ. Anunciada a matéria, o Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, informa que não houve manifestação dos Srs. Senadores decorrente do pedido de vista solicitado na reunião anterior. Colocada em discussão e em votação a matéria, a Comissão aprova o relatório do Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Flexa Ribeiro, que passa a constituir Parecer da CRA, pela rejeição do PDS nº 90, de 2007. **ITEM 4: AVISO Nº 32, de 2013 – Não Terminativo – EMENTA:** Encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 3335/2013 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à auditoria de conformidade realizada na Superintendência Regional do INCRA no Mato Grosso do Sul, com a finalidade de verificar a conformidade das ações desenvolvidas nas áreas de infraestrutura e de assistência técnica e extensão rural em assentamentos rurais no Estado do Mato Grosso do Sul (TC 014.202/2012-3). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Jayme Campos (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Ruben Figueiró. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 32, de 2013. **Observações:** **1)** A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Anunciada a matéria, o Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, designa o Senador Ruben Figueiró, Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Jayme Campos. Após a leitura do relatório pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 32, de 2013, efetuada pelo Senador Ruben Figueiró, colocada em discussão e em votação a matéria, a Comissão aprova o relatório do Senador Ruben Figueiró. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Ruben Figueiró, que passa a constituir Parecer da CRA, pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 32, de 2013. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e doze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Benedito de Lira**, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e sua aprovação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Ofício nº 1.167, de 2013, subscrito pelo Vereador Idenor Machado, Presidente da Câmara Municipal de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, o qual solicita medidas do Governo Federal, visando ao cumprimento do preço mínimo de R\$17,46 do custeio da produção agrícola de Mato Grosso do Sul.

Eu queria cumprimentar o Senador Figueiró, o Senador Moka e a Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Amélia.

Eu gostaria de, antes de iniciarmos nossa Ordem do Dia, fazer um comentário muito rápido que é de interesse desta Comissão e que é de interesse do agronegócio nacional. Em julho do ano próximo passado, o Governo Federal, através da sanção presidencial da Presidenta Dilma, após aprovação pelo Congresso Nacional, gerou a lei que cria genéricos para produtos veterinários, a Lei nº 12.689, de 17 de julho de 2012. Estabelece a Lei dos Genéricos que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem 120 dias após o início de sua vigência para determinar os critérios para registros e contratos, para controle, melhor dizendo, dos produtos genéricos de uso veterinário, para as provas de equivalência terapêutica e para a biodisponibilidade.

Esses são os princípios que nortearão o mercado e que vão garantir que as propriedades dos genéricos sejam as mesmas dos produtos de marca. O Ministério também ficou responsável por verificar se o genérico veterinário atende aos requisitos de taxa de excreção e de determinação de resíduos e períodos de carência para garantir que animais abatidos não tenham resquícios dos remédios utilizados. Mas, um ano após a publicação da lei, não temos sequer informações, através do Ministério da Agricultura, sobre o seu andamento e destino. Considero que a iniciativa é muito importante para ser esquecida, pois vai proporcionar melhor competitividade na venda de genéricos, um setor hoje dominado por poucas empresas.

Milhares de pequenos, médios e até grandes criadores em bovinocultura, em avicultura, em suinocultura e em ovinocaprinocultura, entre outros, já poderiam ser beneficiados se a lei saísse do papel. Seria interessante que o Ministro da Agricultura, Antônio Andrade, a quem faço aqui um apelo, encontrasse um caminho para a execução da Lei, pois acredito que essa mudança poderá alcançar o mesmo impacto no mercado que aquele obtido com a lei dos genéricos para o consumo humano na ampliação da concorrência e na redução de preços. A Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (Pró-Genéricos) estima que

os medicamentos genéricos para humanos são, no mínimo, 35% mais baratos que os medicamentos de referência – não será diferente para os produtos genéricos veterinários.

Na prática, as vendas ao consumidor são, em média, só 50% mais baratas, entre a expectativa também com relação aos genéricos veterinários. Por essa razão, considerando a importância que tem esse produto para a atividade agropecuária nacional, eu gostaria de pedir o apoio da Comissão para que possamos, realmente, fazer com que as coisas aconteçam. Daí por que há um chavão de que as leis no Brasil são de um montante extraordinário e não têm suas aplicabilidades.

Nobre Senador Moka, nós éramos Deputados e, logo que cheguei a Casa, à Câmara dos Deputados, em 2003, esse projeto tramitou nas duas Casas do Congresso Nacional por cerca de nove anos. Após se tornar lei, infelizmente, até hoje, não houve absolutamente nenhuma iniciativa por parte do Ministério da Agricultura. Já estive duas ou três vezes cobrando dos Ministros anteriores e estive uma vez agora com o Ministro Antônio Andrade.

Vamos continuar fazendo essa cobrança, porque ela é de suma importância – entendo, para o atendimento da pecuária brasileira. Sei muito bem que o *lobby* é muito forte. Grandes laboratórios têm até exclusividade para a fabricação de determinados produtos, e estabelecem: o mercado é dele, o preço é dele.

Isso cria alguns embargos, inclusive, para que o rebanho nacional possa ter exatamente eficácia no tratamento do nosso rebanho. Há muitos criadores que têm posses, condições, e outros não têm. Consequentemente, não fazem o tratamento adequado para o rebanho nacional.

Feitas essas considerações, passo à Ordem do Dia.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, além do que V. Ex^a colocou, essa questão dos genéricos, na verdade, não é diferente do medicamento. V. Ex^a se lembra da luta que foi para se colocar o genérico aqui, como medicação para humanos. Na verdade, o País sofre um *lobby* muito forte, porque esses medicamentos de uso veterinário normalmente são vendidos por grandes empresas internacionais, e nós temos um mercado aqui muito grande. Imaginem o rebanho bovino – vou falar só do rebanho bovino brasileiro, sem falar dos outros!

Então, eu posso estar enganado, mas essa é uma coisa realmente que esta Comissão teria que cobrar, uma vez que já existe uma legislação, porque sempre haverá resistência em relação a abrir esse mercado hoje, que é um mercado, insisto, que deve dar muito

lucro, um mercado poderoso. A primeira coisa que se precisa ver é se temos genéricos já registrados na Anvisa. Essa é a primeira coisa, se nós temos genéricos capazes de entrar no mercado em quantidade e qualidade para competir realmente com esses medicamentos, porque o preço realmente é uma coisa impressionante!

Eu sei, porque, na área também da agricultura, há um projeto de lei aqui de defensivos, na área de genéricos, e é uma luta, Presidente. Então, eu recomendaria não sei se uma audiência pública, mas que chamássemos aqui, ou talvez fôssemos até lá ver qual é o departamento responsável por isso. Mas insisto em dizer: com relação a essa resistência – posso estar equivocado, não estou afirmando –, lembro a dificuldade que temos de vencer um *lobby* muito forte, que resiste a dar espaço para os chamados genéricos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu me somo à opinião do nobre Senador Waldemir Moka. Gostaria que esta Comissão analisasse a possibilidade de alguma medida de ordem judicial, porque a Constituição estabelece a eficácia das leis. A eficácia das leis representa o quê? O seu cumprimento. O que não está sendo feito até o presente momento, conforme V. Ex^a ressaltou.

Não há o cumprimento da eficácia da lei, mas existe um dispositivo constitucional que se chama mandado de injunção, em que o tribunal pode exigir da autoridade o cumprimento da lei. Se as tratativas que esta Comissão, por intermédio de V. Ex^a, tem feito no curso dos tempos e que não têm dado o resultado que nós todos esperamos, talvez fosse conveniente que o setor jurídico do Senado da República analisasse a possibilidade de entrar com um mandado de injunção, obrigando o Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, a expedir a regulamentação da lei e a exigência do seu cumprimento. É uma sugestão que me surge agora e que pode ser uma alternativa desta Comissão para exigir do Governo o cumprimento da lei.

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu agradeço a V. Ex^a e ao Senador Moka.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra, na oportunidade, à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, eu queria cumprimentá-lo pelo alerta e pela advertência que faz numa matéria tão relevante para o setor. Ora, o Brasil é hoje um país com um protagonismo extraordinário na exportação.

Ontem, estivemos em várias audiências para defender o controle biológico da mosca da fruta nos pomares de maçãs. Hoje, dos US\$2 bilhões que o Brasil fatura com a produção de maçãs, 10% ou 15% disso é vendido ao exterior. Como o mercado externo cada vez mais exige alimentos e frutas isentos de agrotóxicos, mais uma razão para estimular o controle biológico dessa praga que está causando enormes prejuízos não só no caso da maçã, mas também de outras frutas em outras Regiões do País, como no Nordeste, na produção de mamão.

A preocupação de V. Ex^a, neste momento, insere-se também nesse outro contexto. Quando foi feita a política de genéricos para medicamentos destinados às pessoas, da mesma forma, foi um enfrentamento que delongou tempo, e a pressão é o melhor caminho, no regime democrático, para isso. Deve-se também lembrar que se discutiu muito nesta Comissão e na Comissão de Assuntos Sociais, antes presidida pelo Senador Jayme Campos e agora pelo nosso querido e competente Senador Waldemir Moka, a demora da Anvisa na liberação desses medicamentos.

Outro detalhe é que muitos fazem reserva de mercado, registram o produto para deixar guardado ali. Eu diria que teriam um ganho especulativo, o que não é bom para o setor; quer dizer, fazem reserva apenas do licenciamento, que acaba não sendo aplicado. Todos esses fatores acabam tendo influência negativa e aumentando os problemas para quem produz neste País.

Cumprimentos a V. Ex^a por ter abordado o tema dessa forma. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu vou tentar ter um encontro lá no Ministério da Agricultura, com o setor que está pré-estabelecido para cuidar desta matéria e também pedir audiência à Anvisa. Cercar dessa forma para, depois, poder usar, se for possível e necessário, ação na Justiça, porque é interessante que tudo seja feito dentro do que estabelecem as normas legais, para evitar judicialização de qualquer ação. Prefiro, mas, se não houver alternativa, essa será indispensável.

ITEM 4

AVISO Nº 32, DE 2013

– Não Terminativo –

Encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 3335/2013 – TCU – Plenário,

acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à auditoria de conformidade realizada na Superintendência Regional do Incra no Mato Grosso do Sul, com a finalidade de verificar a conformidade das ações desenvolvidas nas áreas de infraestrutura e de assistência técnica e extensão rural em assentamentos rurais no Estado do Mato Grosso do Sul (TC 014.202/2012-3).

Relatoria: Senador Jayme Campos.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 32, de 2013.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.*

Considerando que o Senador Jayme Campos, que é o Relator desta matéria, não se encontra na Casa por estar de licença, eu designo Relator *ad hoc* o Senador Figueiró, a quem solicito fazer a leitura do relatório.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoría/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores desta Comissão, honrou-me o Sr. Presidente a oportunidade de relatar o projeto já nominado, cujo Relator é o Senador Jayme Campos, o que faço dizendo que o Processo em questão trata de auditoria realizada na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Estado de Mato Grosso do Sul (SR-16), no período compreendido entre 18/2/2013 e 19/4/2013. O objetivo foi o de verificar a conformidade das ações desenvolvidas pela Superintendência Regional do Incra/MS nas áreas de infraestrutura e de assistência técnica e extensão rural (Ater) em assentamentos rurais no Estado de Mato Grosso do Sul, e em que medida os recursos estão sendo aplicados de acordo com a legislação pertinente. O Processo teve como Relator, no Tribunal de Contas da União, o Ministro André Luís de Carvalho.

Da análise procedida pelo eminente Senador Relator, destaco alguns aspectos que considero importante para o conhecimento desta Comissão. Cumpre destacar que, no Plano Plurianual (PPA) 2012/2015, há dois programas que lidam com a questão presente nos autos: o Programa de Agricultura Familiar (2012) e o Programa de Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária (2066). Um dos objetivos desse último programa consiste em – aspas – “assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais; criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito, instalação e licenciamento ambiental; proceder à supervisão ocupacional dos lotes; e contribuir com igualdade de

gênero e a redução da pobreza rural.” Mais adiante diz que, quanto ao processo em questão, os autos de fiscalização realizada pela Secex/MS resultaram em achados para os quais foi elaborado relatório de auditoria e apresentada proposta de deliberação pelo Ministro Relator, que concluiu que ocorreram apenas falhas de natureza formal – repito – falhas de natureza formal, e a Unidade Técnica do TCU propôs apenas que o Incra fosse cientificado das ocorrências para a adoção de medidas preventivas cabíveis.

O relatório do eminente Relator prossegue com várias considerações atinentes à matéria, e conclui o seu voto nos seguintes termos, a saber:

a) critérios mais rigorosos no monitoramento e fiscalização da execução dos contratos firmados na área de assistência técnica e extensão rural;

b) aprimoramento nas ações de infraestrutura, em especial, no que concerne às necessárias ações de implantação e adequação de redes de distribuição de água nos projetos de assentamento rural; e

c) adequação imediata do Edital de Chamada Pública 1/2013 e dos termos aditivos dos contratos ainda vigentes, tendo em vista questionamentos da equipe do Tribunal de Contas da União ainda durante a execução da auditoria.

Por fim, o TCU deliberou encaminhar ao Incra, à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (CAPADR) e à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal (CRA) cópia do acórdão, do relatório e da proposta de deliberação que o fundamenta. Essa é a síntese, Sr. Presidente, da análise feita pelo eminente Senador Relator.

E o voto dele é o seguinte: considerando o exposto, votamos para que esta Comissão tome conhecimento, aprove o presente relatório e remeta o processado ao arquivo. É como pensa o nobre Senador Jayme Campos, cujo parecer endosso integralmente. Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto-o à votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É importante dizer, porque se trata do nosso Estado, mas essa é, na verdade, uma forma até quase

que protocolar. Eles dão conhecimento aqui para que seja mandado para o arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) –

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 90, DE 2007
– Não Terminativo –

**Susta a aplicação do art. 3º do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regula-
menta o direito à informação, assegurado
pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de
1990, quanto aos alimentos e ingredientes
alimentares destinados ao consumo hu-
mano ou animal que contenham ou sejam
produzidos a partir de organismos geneti-
camente modificados, e da Portaria nº 2.658,
de 22 de dezembro de 2003, do Ministério
da Justiça, que regulamenta o disposto no
§1º do art. 2º do Decreto nº 4.680, de 24 de
abril de 2003.**

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Comunico à Comissão que, em reunião realizada no dia 12 de setembro do corrente, o Senador Flexa Ribeiro, Relator da matéria, proferiu a leitura do seu relatório, pela rejeição do PDS nº 90, de 2007, ocasião em que foi concedida vista coletiva. Não houve manifestação decorrente do pedido de vista. E, assim sendo, coloco em discussão o parecer do Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto-o à votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 718, DE 2007
– Não Terminativo –

**Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de feve-
reiro de 1969, para dispor sobre a devolu-
ção de embalagens vazias de produtos de
uso veterinário.**

Autoria: Senador Gerson Camata.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimen-
tal perante a Comissão. A matéria foi apreciada pela
Comissão de Meio Ambiente, tendo sido aprovado o
parecer favorável, com as Emendas nºs 1 a 6.

Considerando que o Senador Rodrigo Rollem-
berg não se encontra, eu designo o Senador Waldemir
Moka Relator *ad hoc*, para fazer a leitura do parecer
do item 2 da pauta.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB
– MS) – Sr. Presidente, conforme indicação de V. Ex^a,
faço a leitura, como Relator *ad hoc*, do relatório do
grande representante da nossa Capital, o Senador
Rodrigo Rollemberg.

Submete-se ao exame da Comissão de Agricul-
tura e Reforma Agrária (CRA) o Projeto de Lei do Se-
nado (PLS) nº 718, de 2007, de autoria do Senador
Gerson Camata.

Inicialmente, a matéria foi submetida às Comis-
sões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fisca-
lização e Controle (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS),
em decisão terminativa. Em agosto de 2009, a CMA
opinou pela aprovação da matéria com seis emendas.

Depois disso, o projeto passou a tramitar em con-
junto com três outras proposições. Contudo, voltou a
tramitar de modo autônomo em julho de 2012.

Com a aprovação do Requerimento nº 857, de
2012, da Senadora Kátia Abreu, o PLS nº 718, de
2007, foi também submetido à CRA. Após apreciação
por este colegiado, a matéria seguirá para decisão
terminativa da CAS.

O projeto acrescenta dois novos artigos ao De-
creto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, com o
objetivo de obrigar os usuários de produtos de uso
veterinário a efetuar a devolução das embalagens va-
zias aos estabelecimentos comerciais em que foram
adquiridos, ou a centros de recolhimento autorizados
e fiscalizados pelo órgão competente. Além disso, o
PLS nº 718, de 2007, define como crime punível com
reclusão de dois a quatro anos o descumprimento das
exigências legais pertinentes ao tema.

Na justificação da proposta, o autor argumenta
que os produtos de uso veterinário oferecem tanto
risco ao produtor rural e ao meio ambiente quanto os
agrotóxicos. Desse modo, o tratamento dado às em-
balagens vazias de produtos de uso veterinário deve
ser o mesmo das embalagens vazias de agrotóxicos,
cuja sistemática de devolução encontra-se disciplinada
pela Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

Análise.

De acordo com o inciso VI do art. 104-B do Re-
gimento Interno do Senado Federal, compete à CRA
opinar sobre proposições pertinentes à comercializa-
ção e à fiscalização de produtos e insumos, inspeção
e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa animal
e vegetal.

Consideramos profundamente meritório o PLS
nº 718, de 2007. De fato, o descarte inadequado de

embalagens vazias de produtos de uso veterinário oferece riscos inadmissíveis à saúde do produtor rural e ao meio ambiente. Meras dificuldades operacionais ou prejuízos econômicos mínimos não podem servir de justificativa para adiar ainda mais a regulamentação legal para eliminação dessa prática.

Entretanto, consideramos que a medida deve ser adotada por meio da alteração da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Essa legislação é posterior à manifestação da CMA e, portanto, aquele colegiado não poderia vislumbrar a possibilidade de alterá-la.

Dois dos pilares fundamentais dessa Política são a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a logística reversa.

Por responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos entende-se o “conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos” (inciso XVII do art. 3º da Lei nº 12.305, de 2010).

Logística reversa, por sua vez, consiste em um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (inciso XII do art. 3º da Lei nº 12.305, de 2010).

De acordo com o inciso I do art. 33 da Política Nacional de Resíduos Sólidos, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de agrotóxicos, de seus resíduos e de embalagens, assim como de outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso.

Isso deverá ocorrer mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. Além disso, devem ser observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária ou em normas técnicas.

A rigor, a expressão “outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso” já de-

veria contemplar os produtos de uso veterinário nessa condição. No entanto, a imprescindível explicitação, de modo claro e definitivo, da necessidade de estruturação e implementação de sistemas de logística reversa também para os produtos de uso veterinário impedirá qualquer inércia, seja do Poder Público, seja do setor privado, em atender ao mandamento legal.

Dessa forma, entendemos que a inclusão desses produtos no rol elencado no inciso I do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, contempla integralmente e com vantagens as preocupações do autor e dos relatores que me antecederam no exame do PLS nº 718, de 2007.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CRA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, DE 2007

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir os produtos de uso veterinário entre as hipóteses em que é obrigatória a estruturação e implementação de sistemas de logística reversa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33.....
I – agrotóxicos e produtos de uso veterinário, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;
.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão o relatório lido pelo Senador Moka, em nome do Relator Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)

Não havendo quem quera discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório do Senador Rodrigo é favorável à Emenda nº 7 com substitutivo.

A matéria será posteriormente apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

O Item 1 é terminativo, foi feita a leitura do relatório, mas infelizmente não tivemos número suficiente para a provação. A matéria ficou suspensa para votação.

Continua faltando quórum. Faltam dois Senadores.

Considerando que não temos número suficiente para deliberar, sai de pauta, e está encerrada a Ordem do Dia.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 679, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta.)

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós estamos passando por um momento de divisor de águas no que diz respeito à terceirização. Enquanto na Câmara dos Deputados se discutem projetos nesse sentido, aqui, no Senado Federal, na semana passada, projeto de autoria da Senadora Ana Amélia nós aprovamos, buscando uma solução para os integrados.

Nós temos a questão indígena, que precisamos cada vez mais monitorar, para que tenhamos um resultado a favor do Brasil, a favor do agricultor, a favor dos índios também. E temos a questão do trabalho escravo. O trabalho escravo é uma proposta de emenda à Constituição aprovada na Câmara dos Deputados, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e está no plenário aguardando a formação de uma comissão especial para apresentar um projeto de lei para definir o que é trabalho escravo. Isso é muito importante, porque nós temos casos em grandes centros, ligados a empresas onde há exploração do trabalho do ser humano. Há, na minha opinião, algumas exceções no meio rural que temos que extirpar também. Não podemos permitir, em momento algum, trabalho escravo neste Brasil.

No entanto, avançar com uma proposta de emenda à Constituição que regulamenta, que põe um dispositivo dentro da Constituição, isso é muito importante, mas precisamos da lei, que regulamenta, que diz o que é trabalho escravo. E nós temos defendido que seja, no mínimo, igual ou parecido com que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) defende ou define como trabalho escravo.

O Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, segundo informações desta semana, inclusive quando estive na Frente Parlamentar, em um almoço da última terça-feira... Os partidos podem indicar os membros para compor essa comissão, e é importante que venhamos a colocar lá pessoas que se interessam pela causa, Senadores que militam no dia a dia de projetos dessa natureza.

Era essa a reflexão que eu queria fazer, porque temos um País que talvez seja o maior País democrático do globo terrestre. Eu acho que em número de habitantes perdemos para os Estados Unidos, mas se pensarmos na diferença entre os americanos e os brasileiros no que diz respeito à liberdade, no que diz respeito ao convívio interno, eu acho que o nosso Brasil é a maior democracia consolidada do Planeta. Precisamos, então, construir um texto que dê a transparência de que nós não admitimos, em momento algum, trabalho escravo neste País e criar uma lei com regras claras para punir exemplarmente aqueles que assim o fazem. Mas também não admitimos falsas interpretações.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Antes de encerrar, esta Presidência comunica aos Srs. Senadores que na próxima reunião, no dia 26, estarão presentes para a audiência pública o Ministro da Agricultura e o Ministro do Desenvolvimento Agrário. Foram confirmadas as presenças.

Em relação ao Mato Grosso do Sul e a outras regiões em que há conflitos indígenas, no dia 24 de outubro, o Sr. Ministro da Justiça confirmou a presença na Comissão.

Eram as informações que eu gostaria de fazer. No dia 24 de outubro, o Ministro da Justiça, e no dia 26 próximo, os Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não havendo mais pauta para a reunião de hoje, eu considero encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 08 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 12 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES****COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA****ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)
DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁ-
RIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 26 DE
SETEMBRO DE 2013.**

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, RUBEN FIGUEIRÓ, OSVALDO SOBRINHO E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Cyro Miranda e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013, prorrogada por 90 dias a partir de 21.07.2013, conforme Requerimento nº 832/2013, aprovado no dia 16.07.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 27, de 2013, de autoria dos Senadores Sérgio Souza, Jayme Campos e Cícero Lucena, aprovado em 16.05.2013, para debater o Plano Safra 2013/2014, a regularização fundiária e a armazenagem do Brasil, com a presença das seguintes autoridades: Sr. **Antônio Andrade** – Ministro de estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Sr. **Gilberto José Spier Vargas** – Ministro de estado do Desenvolvimento Agrário – **MDA**; Sr. **Neri Geller** – Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Sr. **Rubens Rodrigues dos Santos** – Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento – **Conab**. Antes de iniciar a Audiência Pública, a Presidência informa que há sobre a mesa requerimento de autoria do Senador Acir Gurgacz, para deliberação da Comissão: **EXTRAPAUTA: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 41, de 2013 – ASSUNTO:** Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates no

âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no dia 18 de outubro de 2013, às 14 horas, para discutir a situação dos povos indígenas Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso, e avaliar a implantação de projetos direcionados à aquelas comunidades, especialmente os projetos destinados a proporcionar alternativas econômicas e sociais. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, o Senador Acir Gurgacz e o Senador Benedito de Lira fazem uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. O Senhor Presidente dá início à Audiência Pública passando a palavra aos senhores expositores e após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecer comentário sobre os assuntos abordados, os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Ruben Figueiró e Osvaldo Sobrinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 27, de 2013-CRA, de autoria dos Senadores Sérgio Souza, Cícero Lucena e Jayme Campos, a qual tem por finalidade analisar e discutir o Plano Safra 2013/2014, a regularização fundiária, bem como a questão da armazenagem no Brasil, com a presença dos Ex^{mos} Srs. Antônio Andrade, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Pepe Vargas, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Comunico à Comissão que o Sr. Ministro da Agricultura se faz acompanhar do Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); do Sr. Rubens Rodrigues dos Santos, Presidente da Companhia Nacional de Abaste-

cimento (Conab); bem como do Sr. Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura. Gostaríamos...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo – PDT/RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Com a palavra o Sr. Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo – PDT/RO) – Antes de começarmos a nossa audiência pública, eu peço a V. Ex^a a oportunidade de colocar em votação um requerimento.

É possível?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Exatamente. Parece que V. Ex^a, telepaticamente, tomou conhecimento de que eu já estava com o documento em mão para fazer a devida comunicação ao Plenário.

O Senador Acir Gurgacz apresenta requerimento. E gostaríamos, com a anuência do Plenário, de fazer a leitura e, logicamente, submeter à votação antes mesmo de iniciarmos a nossa audiência pública, que deverá se estender por algumas horas, visto que tratará de assuntos da maior importância e de profundo interesse para o agronegócio nacional.

Requerimento de autoria do Senador Acir Gurgacz:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 41, DE 2013

Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no dia 18 de outubro de 2013, às 14 horas, para discutir a situação dos povos indígenas Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso, e avaliar a implantação de projetos direcionados a aquelas comunidades, especialmente os projetos destinados a proporcionar alternativas econômicas e sociais.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Solicita a presença dos seguintes convidados: Secretário-Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto Carvalho; Fundação Nacional do Índio (Funai); Ministério da Justiça; Procurador do Ministério Público Federal de Rondônia, Sr. Reginaldo Pereira da Trindade.

Concedo a palavra a S. Ex^a, o Sr. Senador Acir Gurgacz, autor do requerimento, para justificar o encaminhamento desse documento para fazermos esse ciclo de debates.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco de Apoio Governo – PDT/RO) – Muito obrigado, Senador Presidente Benedito de Lira, inicialmente, por aceitar o nosso pedido e colocar em votação esse requerimento.

Na última segunda-feira, estivemos reunidos em Porto Velho, a pedido do Ministério Público Federal, do Dr. Reginaldo Trindade, para debater as questões indígenas do Estado, principalmente com relação aos índios Cinta Larga. E apresento esse requerimento em função dessa reunião, pois me comprometi a trazer esse debate aqui para Brasília, a não deixar que aconteça em Porto Velho apenas; porque as questões indígenas devem ser resolvidas aqui em Brasília, não em Porto Velho.

Portanto, é esse o nosso requerimento e o nosso pedido para que seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Apenas para dar uma informação a V. Ex^a e aos demais Senadores, a presença do Ministro da Justiça está confirmada para o dia 24 de outubro, para atender a requerimento que fora aprovado já há algum tempo, que trata exatamente dos conflitos indígenas nas regiões. Não é mais na região do Mato Grosso, em Rondônia, em Roraima, mas, hoje, os conflitos estão se espalhando praticamente pelo Brasil inteiro.

Tenho caso especialíssimo do meu Estado de Alagoas. Há uma cidade lá, Senador Moka, com o nome de Palmeira dos Índios. No território de Palmeira dos Índios, existem algumas tribos. Agora, os índios entenderam que toda a cidade é terra indígena. Houve até alguns conflitos lá dentro, invadiram prefeitura e outros órgãos do Município, e isso gerou realmente uma situação muito vexatória, não é mais um fato isolado nessa Região Norte ou até na Região Sul; é um fato que está abrangente no Brasil inteiro.

Feitas as justificativas, as razões desse ciclo de palestras pelo Senador Acir Gurgacz, autor do requerimento, submeto à aprovação.

Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Desde já, vou cumprimentar S. Ex^a o Sr. Ministro Pepe Vargas, nosso convidado, a quem chamo para compor a Mesa – já se encontra aqui presente.

Já se encontra também aqui no plenário desta Comissão o Sr. Rubens Rodrigues dos Santos, Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a quem convido para tomar assento aqui à mesa, por favor.

Estamos aguardando a presença do Ministro da Agricultura, do Presidente da Embrapa e do Secretário Nacional de Políticas Agrícolas. Todos foram convidados por S. Ex^a, o Sr. Ministro da Agricultura.

Os requerimentos aprovados tratam destes assuntos: regularização fundiária – que ficará a critério, aqui, do eminente Ministro Pepe Vargas, Ministro da Agricultura, que trouxe o Presidente da Embrapa, o Presidente da Conab e o Secretário Nacional de Políticas Agrícolas – e Plano Safra e sistema de armazenamento, que é exatamente o objetivo principal da nossa audiência pública.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria – PP/RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Concedo a palavra a S. Ex^a, a Sr^a Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria – PP/RS) – Presidente Benedito de Lira, colegas Senadores, caro Ministro Pepe Vargas. Gaúcha que sou, Senadora do Rio Grande do Sul, e o senhor representa o nosso Estado, queria saudá-lo e desejar contínuo êxito nas suas atividades; agradecer ao Presidente da Conab e dizer, Presidente, que penso que a audiência é muito relevante e que poderíamos iniciar com a exposição do Ministro Pepe Vargas, porque daríamos já celeridade, ainda que outros convidados estejam chegando para esta audiência pública, numa demonstração de respeito pelo Ministro Pepe Vargas, que acolheu gentilmente o convite. Esse Parlamentar mantém com a Casa uma relação de cordialidade e de respeito também.

Queria, ao cumprimentá-lo, sugerir a V. Ex^a o início da exposição do Ministro Pepe Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Convido o Secretário Nacional de Política Agrícola, Neri Geller, para tomar assento, por favor.

Vamos dar continuidade a nossa audiência pública.

Queria cumprimentar o Ministro Pepe Vargas e dizer a ele da alegria que temos em recebê-lo nesta Casa para tratar desse assunto que é realmente importante para o desenvolvimento agrícola do País. V. Ex^a terá o tempo de 20 minutos para fazer a sua exposição e, se for necessário, logicamente, terá mais algum tempo como prorrogação.

Concedo a palavra ao Ministro Pepe Vargas como nosso primeiro convidado para fazer a sua apresentação, no que diz respeito à regularização fundiária.

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Muito bom dia! Saúdo o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Benedito de Lira, os Senadores aqui presentes, Senador Acir Gurgacz, Senadora Ana Amélia, Senador Waldemir Moka, Senador Ruben Figueiró. Saúdo o Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura; o Rubens dos Santos, Presidente da Conab; e também o nosso Secretário da

Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Valter Bianchini, que nos acompanha aqui.

Tínhamos entendido, Presidente, que era para fazer uma explanação sobre o Plano Safra da Agricultura Familiar e regularização fundiária. Agora, estou entendendo que o objetivo dos senhores é fazer o debate do Plano Agrícola e Pecuário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O que diz respeito ao nosso Ministério é, exclusivamente, o tema da regularização fundiária. Como no ofício que nos chegou não ficava tão claro, vou me limitar a fazer a exposição sobre o tema regularização fundiária.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria – PMDB/MS) – Presidente, desculpe.

Ministro Pepe Vargas, V. Ex^a estava conversando com o Senador Acir, que disse ter entendido que o requerimento pedia para que o Ministério do Desenvolvimento Agrário também falasse, além da questão fundiária, do Plano Safra. Como está preparado para falar sobre isso, acho que daria uma contribuição enorme, porque, na verdade, o Plano Safra tem a parte do Ministério da Agricultura e tem também a do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Penso que o Ministro poderia falar das duas coisas, até porque se preparou para isso.

Acho importante que ele possa falar sobre as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Ministro, na verdade, o requerimento trata dessa regularização fundiária, mas, como bem disse o Senador Moka, ninguém melhor do que o senhor para tratar do Plano Safra, uma especialidade que diz respeito...

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Para nós, é indiferente, mas para...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Mas o senhor fique à vontade. O senhor pode discorrer sobre os dois temas, não há a menor dificuldade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria – PMDB/MS) – Até porque, Sr. Presidente, o lançamento desse Plano Safra é feito de forma diferenciada no Ministério da Agricultura e no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Por isso que eu digo que é importante, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Olha, só para um melhor esclarecimento: os dois Ministérios, o da Agricultura e o de Desenvolvimento Agrário, são ministérios congêneres. Eles tratam praticamente dos mesmos assuntos relacionados ao agronegócio nacional. E eu queria cumprimentar o Ministro Antônio Andrade, que já se encontra aqui em seu lugar, e dizer a V. Ex^a que é uma

alegria muito grande tê-lo na Casa participando desta audiência pública.

Ministro, V. Ex^a fique à vontade. Pode tratar da regularização fundiária e do Plano Safra.

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Saúdo o Ministro da Agricultura, Antônio Andrade, e saúdo também o Senador Sérgio Souza.

Bom, para nós não perdermos tempo, no que diz respeito à regularização fundiária, vou tratar primeiro do Programa Terra Legal Amazônia, que está sob responsabilidade da Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, no âmbito do nosso Ministério.

Como os senhores sabem, a Lei 11.952, de 2009, estipulou um regramento para a regularização fundiária das terras da Amazônia Legal.

Aqui eu trago um pouco dos números. Em 2009 foi votada a lei, foi estruturada essa secretaria no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Então, a rigor o programa começou operacionalmente em 2010. Temos aproximadamente três anos, digamos assim, de trabalho efetivo no que diz respeito à regularização fundiária na Amazônia Legal.

Nós temos já de área georreferenciada, com o trabalho de campo feito, 30 milhões de hectares. Isso significa um pouco mais do que a metade da área total a ser georreferenciada. De cerca de 59 milhões de hectares, nós temos 30 milhões de hectares já georreferenciados.

O nosso grande problema aqui – e depois eu vou falar o porquê disso – é um número ainda pequeno de títulos efetivamente entregues. Nós temos 5.400 títulos entregues, com uma área titulada de 370 mil hectares – isso de parcelas. Áreas urbanas: títulos entregues são já 207 títulos, com 17.881 hectares titulados. Destinação pública: 2 títulos, com área total de 942 mil hectares.

Além do trabalho diretamente executado pela Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, fazemos parcerias com os governos estaduais, através de repasses de recursos, para que os governos estaduais também possam desenvolver atuação nessa área.

Nós temos convênios praticamente com todos os Estados, totalizando R\$102 milhões de repasses do Governo Federal aos Estados. Os Estados, em geral, dão uma contrapartida de 10%. Então, o volume total investido dá em torno de R\$110 milhões.

Qual é o nosso desafio? E eu acho que é muito apropriado, Presidente, que a Comissão de Agricultura tenha pautado este tema. Há poucos dias, eu recebi uma comissão de Deputados da Região Amazônica, e debatemos muito este tema. Eu quero colocar aqui para os senhores, e principalmente para os Parlamentares da região da Amazônia Legal, aquilo que, para nós, é

fundamental para dar mais celeridade e segurança no processo de regularização fundiária.

Antes disso, a título de lembrança, quando o projeto de lei – aliás, era uma medida provisória e não um projeto de lei –, quando a medida provisória tramitou no ano de 2009, os Parlamentares recordam que ela foi tratada como a medida provisória da regularização da grilagem. Era assim que uma parcela da opinião pública, uma parcela da mídia, uma parcela de setores da sociedade brasileira se referiram à medida provisória que o Presidente Lula encaminhou: que seria para regularizar a grilagem.

Óbvio que a medida provisória não tinha esse objetivo. A medida provisória visava a titular as terras para dar segurança jurídica a quem as ocupa e, inclusive, dar segurança ambiental, porque, se a gente não tem a quem responsabilizar porque não tem a titulação, há uma brutal insegurança, inclusive na responsabilização, sob o ponto de vista ambiental. Então o objetivo da Medida Provisória era esse, mas eu diria que a proposta teve tal cerco, que envolveu o Ministério Público, a imprensa, setores da sociedade civil organizada, com esse discurso de que iria legalizar a grilagem, que o Congresso Nacional foi colocando um conjunto de regramentos para, digamos assim, dizer que não estava querendo passar a mão em nenhuma irregularidade, e o Executivo também foi sendo acuado nesse sentido, e, na prática, produzimos uma legislação extremamente engessada, uma legislação que, se não for modificada, eu diria, nós demoraremos muitos e muitos anos para conseguir fazer uma regularização efetiva com a velocidade, com a celeridade de que as pessoas e a região precisam.

Então a primeira questão que eu queria levantar é esta: nós precisamos, sim, fazer uma alteração no marco legal. E nós entendemos que hoje há mais segurança jurídica. O próprio conhecimento da malha fundiária, os instrumentos de operacionalidade para uma política pública dessa envergadura estão mais amadurecidos. Eu diria inclusive, Sr. Presidente, que, na sociedade civil, no próprio Ministério Público, alguns setores que faziam esse discurso de que nós iríamos fazer a legalização da grilagem já perceberam que não é assim, já concordam e também já aceitam mudanças na legislação.

Nós temos uma estrutura que é o Grupo Executivo Interinstitucional, que reúne os governos estaduais, reúne o Ministério Público, reúne entidades da sociedade civil organizada e reúne órgãos do Governo Federal, que discutem o tema da regularização fundiária da Amazônia Legal. No próprio Grupo Executivo Interinstitucional, em que todos esses setores

têm assento, há hoje esse debate da necessidade da alteração do marco legal.

Então eu queria, desde já, Sr. Presidente, lançar aqui um desafio que eu fiz aos Deputados que nos visitaram poucos dias atrás lá no Ministério. Eu queria propor, não só para o Senado, mas para o próprio... E lá foram os Deputados da Comissão de Agricultura da Câmara. Eu acho que nós poderíamos, com a Comissão de Agricultura da Câmara e a Comissão de Agricultura do Senado, principalmente os Parlamentares, Deputados e Senadores, da região, discutir rapidamente alterações na legislação, encaminhar essa proposta de alteração para o Grupo Executivo Interinstitucional, no qual têm assento todos esses segmentos, discutir e produzir uma proposta. Eu creio que uma proposta chancelada pelo Grupo Executivo não terá maiores problemas de tramitação para a gente acelerar essa questão definitivamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria – PMDB/MS) – Ministro, desculpe interromper, mas eu me lembro bem desse debate com os Deputados Federais. Isso tomou realmente uma... É aquela coisa... Desde o tamanho da área, foi uma discussão absolutamente... Então, eu acho que a proposta do Ministro é importante. Aí, Senador Acir, V. Ex^a que representa aqui a Amazônia Legal, nós ajudaríamos também, todos nós, porque é fundamental rever isso. Como diz o Ministro, ficou engessada a legislação, porque era muito forte aquela afirmação: “Não, vocês estão querendo legalizar gente que grilou terra”, mas, na verdade, se tratava apenas e tão somente de reconhecer pessoas que estavam lá há muito tempo, e, como disse V. Ex^a, não tinham a documentação, que é necessária e importante.

Era só para fazer esse registro, que eu acho muito importante.

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Por exemplo, a legislação tratou de maneira distinta a forma de regularização em imóveis de até 1 módulo fiscal, de 1 a 4 módulos e acima de 4 módulos. Um dos grandes problemas, por exemplo, são as cláusulas resolutivas. Quem é da região sabe o que é pegar uma área de terra, às vezes de 1 módulo fiscal, de 2 módulos fiscais, que tem um proprietário que recebeu o título lá na década de 1970, já está no terceiro ou quarto ocupante, e ter que ir fazendo toda a questão da... Algumas das cláusulas resolutivas, inclusive, são completamente extemporâneas, digamos assim. Nós poderíamos, em alguns casos, até determinado tamanho de módulos, retirar a exigência do cumprimento das cláusulas resolutivas, só para citar um exemplo.

Existem outras questões também que envolvem decretos que nós poderíamos mudar com mais celeridade, mas eu queria colocar essa nossa disposição.

Acredito que há mais maturidade, há mais segurança. A maturidade decorreu da segurança, inclusive, eu diria, para podermos fazer este debate.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo – PDT/RO) – E há a confiança da sociedade, hoje, no programa, não é Ministro?

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Exatamente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo – PDT/RO) – Acho que o mais importante é isso. A confiança é plena, hoje, no trabalho que o MDA faz, principalmente com relação à regularização fundiária da Amazônia.

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Vejam que temos ali 30 milhões georreferenciados e 370 mil parcelas tituladas, 370 mil hectares. Se somarmos com área titulada em área urbana dá mais 17 mil hectares; e títulos de áreas destinadas, mais 942 mil. Então, há uma enorme quantidade de área georeferenciada, mas depois se faz toda a instrução processual para chegar ao título definitivo. É quando a coisa vai escorrendo pelos dedos, vamos dizer assim. Então, acho que é um debate que a gente poderia realizar.

Nós precisamos também de algumas definições que estamos debatendo com vários órgãos, por exemplo, a definição do conceito de cursos d'água federais e a identificação dos terrenos marginais inalienáveis. Esse é um problema que está obstruindo algumas situações, cujo debate para solução já estamos encaminhando.

Há um debate que nós já fizemos com o Conselho Nacional de Justiça sobre a atualização das matrículas de glebas. Vejam o seguinte: a equipe faz a delimitação de uma gleba federal, e alguns cartórios entendem que depois tem que haver o aceite de todos os confrontantes dessa gleba. Imaginem o trabalho que isso gera! Fizemos a conversa com o Conselho Nacional de Justiça, mas, talvez, pudéssemos, inclusive, colocar numa alteração legal a não exigência dessa questão. Eles tratam a gleba como se ela fosse uma parcela a ser titulada, digamos assim. Então, é outro tema que gera muito problema.

Simplificação dos procedimentos para reduzir o tempo de repasse de áreas para os Estados. Nós criamos, recentemente, uma câmara de conciliação, envolvendo a União e os Estados, para definir quais áreas são repassadas e quais áreas ficam efetivamente de posse da União.

Estamos, de forma bastante acelerada, já contratando um serviço para informatizar o cadastramento e as etapas de instrução processual. Hoje, o procedimento é, quase todo ele, digamos assim, manual, desde a exigência de assinatura no cadastro. Toda a instrução

processual é feita manualmente. Em breve, vamos ter condição de ter todo esse procedimento informatizado.

Eu falei já da questão do Conselho Nacional de Justiça, da questão das glebas públicas federais, mas, mesmo depois dessa conversa com o Conselho Nacional de Justiça e de conversa com os cartórios, persistem alguns cartórios exigindo essa questão dos confrontantes das glebas.

Quanto ao desenvolvimento do Sistema de Gestão Fundiária para automatizar a certificação, nós estamos já contratando esse serviço para desenvolver a geração automática das peças para regularização.

Muito importante: nós acreditamos que, até janeiro, nós teremos um incremento da força de trabalho. Nós estamos fazendo um concurso temporário para ampliar o quadro de servidores do Terra Legal. A tendência é que, em janeiro, a gente tenha uns 150 servidores a mais. Praticamente todos eles, Senador Acir, trabalhando lá nos Estados. Poucos ficarão aqui, em Brasília. Então, já estamos bastante acelerados nesse processo.

Sobre a criação da Câmara Técnica de Destinação, já comentei. E estamos agora contratando, já em fase final da contratação, o georreferenciamento de mais 14 milhões de hectares. E, desses 14 milhões de hectares, boa parte é para georreferenciar parcelas, para, inclusive, agilizar o parcelamento.

Bom, afora a regularização fundiária da Amazônia Legal, que eu diria que é o nosso maior desafio, no que diz respeito à regularização fundiária fora dos Estados da Amazônia, nós temos uma ação da Secretaria de Reordenamento Agrário e uma ação do Incra, que trabalham fundamentalmente com convênios com os Estados, com os institutos de terras dos Estados. Nós temos atualmente 70 convênios com os Estados, repassamos R\$349 milhões e já tivemos 300 mil títulos emitidos ou regularizados, sendo 40 mil títulos emitidos através dos convênios da Secretaria de Reordenamento Agrário em 19 Estados da Federação; e, do Incra, 8 Estados com 121 mil títulos – o Incra mais na Amazônia e a Secretaria de Reordenamento Agrário em outros Estados.

Senador Benedito de Lira, a maioria desses títulos emitidos no convênio com a Secretaria de Reordenamento Agrário no Nordeste brasileiro. Desses 40 mil títulos, uns 30 a 35 mil títulos são na Região Nordeste. Então, também é importante isso porque, se as pessoas não têm títulos, elas ficam fora de muitas políticas públicas, como todos nós sabemos aqui.

Bom, rapidamente falo do Plano Safra. Nós estamos disponibilizando R\$21 bilhões para os agricultores familiares. No ano passado, batemos o recorde de contratação no Pronaf. Nós havíamos disponibilizado

R\$18 bilhões. A Presidenta Dilma sempre diz, Ministro Antônio Andrade, que, se os agricultores familiares e não familiares contratarem todos os recursos, ela liberará mais recursos.

No que diz respeito à agricultura familiar, nós tínhamos anunciado R\$18 bilhões e contrataram-se R\$19,2 bilhões. Foi o primeiro ano, desde 2003, desde que se fez o primeiro Plano Safra da Agricultura Familiar, em que a gente ultrapassou o limite anunciado.

Houve uma evolução grande nesses anos. Se pegarmos o primeiro Plano Safra da Agricultura Familiar para 2013/2014, houve um crescimento de 290% nos recursos. As taxas de juros já eram baixas e ficaram mais baixas ainda. As taxas para investimento variam de 0,5% a 2% ao ano e, no custeio, de 1,5% a 3,5% ao ano.

A nossa linha do Pronaf Mais Alimentos, para compra de máquinas e equipamentos, aumentou o limite de crédito por operação para R\$150 mil. Nessa linha, nós financiamos tratores, ordenhadeiras, caminhonetes, pequenos caminhões, enfim. Além de permitir a mecanização e o aumento da produtividade, da renda dos agricultores familiares, tem sido muito importante para a indústria de máquinas e implementos agrícolas. Nós temos 420 empresas que ofertam produtos no Pronaf Mais Alimentos. Além do juro baixo, as empresas, na modelagem do programa, oferecem um desconto abaixo do preço de mercado. A empresa, para aderir ao Pronaf Mais Alimentos, tem que ofertar um desconto com o preço abaixo de mercado. Isso tem permitido uma grande mecanização dos agricultores familiares. São mais de 4 mil itens financiados. A gente costuma dizer que financia do facão ao caminhão; da matraca à plantadeira pequeninha para o agricultor familiar.

Nós também aumentamos o limite de operação para algumas atividades que exigem maior mobilização de recursos. É o caso da avicultura, suinocultura e fruticultura. Era de R\$130 mil e nós passamos para R\$300 mil por ano o limite de crédito por agricultor.

Para as cooperativas, nós já havíamos ampliado muito o Pronaf Agroindústria no Plano Safra do ano passado, aumentando de R\$10 milhões para R\$30 milhões o volume por cooperativa – agora aumentamos para R\$35 milhões. Aí também a taxa de juros é bastante baixa: no máximo 2% ao ano. Pode ser em até 10 anos, no caso do Pronaf Mais Alimentos, para o agricultor pagar o investimento, com até 3 de carência.

As operações de custeio nós já havíamos aumentado, no ano passado, para R\$80 mil; agora, aumentamos para R\$100 mil por agricultor.

Ao Garantia-Safra, muito importante na Região Nordeste, nós estamos com 980 mil agricultores aderidos; temos condições de ir até 1,2 milhão. E também

passamos a admitir outras regiões do País que não só o Nordeste para adesão ao Garantia-Safra. Precisam o Município e o Estado aderir, e os agricultores também. Não há nenhum Estado fora do Nordeste que aderiu até o presente momento. Mas, legalmente, já é possível.

O Seguro Agrícola, com uma taxa de 2%, dá cobertura a todas as operações de custeio e do investimento associado para as culturas com zoneamento climático e tem sido um importante instrumento para reduzir a inadimplência no setor.

O PGPAF, que é o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar, dá cobertura para 49 produtos. Se o preço de mercado desses 49 produtos fica abaixo do preço de garantia, que é o custo de produção mais um bônus de 10%, que é o custo variável mais um bônus de 10%, se o preço de mercado fica abaixo desse preço de garantia, o agricultor tem um desconto automático proporcional à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia na parcela do crédito dele.

Eu queria aproveitar e divulgar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, que são agentes políticos muito ouvidos, que ocupam os meios de comunicação e que têm contato com as comunidades, que, a partir de 1º de janeiro do ano que vem, o agricultor familiar que fizer um investimento na agroindústria ou um empreendimento de agroturismo, que, obviamente, mantiver a sua atividade primária em curso e que registrar a agroindústria ou o agroturismo como microempresa – portanto, estará limitado ao faturamento da microempresa, que é de R\$360 mil por ano –, não perderá mais a condição de segurado especial da Previdência Social. Hoje, se um agricultor familiar registra sua microempresa, ele perde a aposentadoria rural, porque ele deixa de ser agricultor familiar.

Então, com essa alteração legal que está na Medida Provisória nº 619, que, se não me engano, foi votada ontem na Comissão... Aliás, foi votada na Câmara.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria – PMDB/MS) – Foi votada, primeiro, aqui, na Comissão, mas a Câmara já a aprovou também.

O SR. SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Isso. A Câmara a aprovou ontem, e isso está previsto, nessa Medida Provisória, a partir de 1º de janeiro do ano que vem. Então, ele pode se registrar como microempresa, beneficia-se do regime tributário simplificado e diminuído do Simples e não perde a condição de segurado especial da Previdência. Isso é muito importante. Essa é uma ação conjunta nossa, do Ministério da Agricultura, que vai atender agricultores familiares e médios produtores.

A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), instituída pelo Projeto de Lei

nº 5.740, tem uma interface muito grande com a Embrapa também. A matéria está pronta para ser votada na Câmara. Já passou pelas comissões, está pronta para ser votada no plenário e, em breve, deverá chegar a esta Casa.

Essa é a evolução dos recursos que a União investe em assistência técnica e em extensão rural. Os recursos estão praticamente no Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas, com a criação da Anater, o Ministério da Agricultura também vai passar a ter a possibilidade de uma ação mais efetiva na questão da assistência técnica, não é, Ministro Antônio Andrade?

Só quero lembrar que nós lançamos o Plano Safra Semiárido. Estão sendo destinados R\$7 bilhões para os agricultores do Semiárido, com o objetivo de fazer sistemas produtivos com reserva de água e sistemas produtivos com reserva de alimentos para os animais; de se proceder à recuperação e ao fortalecimento de cultivos alimentares regionais e à recuperação e ao fortalecimento da pecuária leiteira e de pequenas criações; de se promoverem ações estruturantes para a agroindústria, com diversificação e agregação de valor à produção; e de se fazer a agricultura irrigada no Semiárido.

Para a agricultura familiar, estão sendo previstos R\$4 bilhões, desses R\$7 bilhões. As taxas de juros são mais baixas do que as verificadas no restante do Brasil. O custeio vai de 1% a 3% ao ano; o investimento, de 1% a 1,5% ao ano. E há a garantia de Ater por três anos para os agricultores que acessam essas linhas.

O microcrédito rural, que já contava com 0,5% de juros ao ano e com um rebate de 25%, teve seu rebate aumentado de 40%. O Pronaf B funciona muito lá na região do Semiárido.

Às compras públicas para a agricultura familiar no Semiárido estamos destinando R\$1,3 bilhão.

É muito importante o Programa de Aquisição de Alimentos, que permitirá a aquisição de produtos para a alimentação animal, com o objetivo da manutenção dos rebanhos. Hoje, o Programa de Aquisição só permite a aquisição de alimentos para consumo humano.

Também há uma ação forte no setor de sementes e mudas, com a distribuição gratuita, por exemplo, de mudas de palma e de mudas de maniva, de mandioca. Vamos ter de recuperar a cadeia produtiva lá.

Aumentamos o valor do preço de garantia de produtos importantes para a região, como a carne de caprinos e de ovinos, o leite, a mandioca. Esses produtos tiveram valores do preço de garantia elevados.

Já falamos antes do Garantia-Safra.

Quanto ao seguro da agricultura familiar, no restante do Brasil, a alíquota do prêmio é de 2%, mas, no Semiárido, ela passa a ser de 1%.

Assistência Técnica. No Semiárido, temos aproximadamente um terço dos agricultores familiares do Brasil, e estamos colocando metade do valor que temos em assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares do Semiárido.

O fomento produtivo do Brasil Sem Miséria também foi ampliado.

Então, são essas as medidas do Plano Safra Semiárido que estamos divulgando.

E, só para encerrar, Sr. Presidente, quero apenas lembrar que há, dentro da nossa visão de desenvolvimento rural, outras ações que não são exatamente do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e que são importantes – algumas do nosso Ministério, outras de outros Ministérios – para o desenvolvimento rural.

O Luz para Todos nos permitiu sair de 81% dos domicílios rurais com eletricidade, em 2004, para 96%.

O Água para Todos saiu de 58% para 72% dos domicílios rurais com canalização de água. Temos ainda, portanto, um trabalho grande para fazer, o Ministério da Integração, mas evoluiu de 58% para 72%.

Temos, pela primeira vez, um Programa Nacional de Habitação Rural que financia moradia para o agricultor familiar, para o assentado da reforma agrária. Desde fevereiro deste ano, o Minha Casa Minha Vida, que chamamos, no meio rural de PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural) também entra nos assentamentos.

O PAC estradas vicinais é o nosso PAC equipamentos, esse em que estamos doando uma retroescavadeira, uma motoniveladora e um caminhão caçamba para todos os Municípios de até 50 mil habitantes do nosso País – são 5.061 Municípios, é uma ação de responsabilidade do nosso Ministério.

O Mais Médicos, que agora visa levar saúde para esses 700 Municípios que não têm nenhum médico, é uma ação muito importante.

E, no campo, temos o Pronatec Campo, que também tem beneficiado os agricultores e filhos de agricultores.

Então, são políticas que são necessárias para além das políticas agrícolas.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo – PDT/RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Eu agradeço ao Ministro Pepe Vargas por essa exposição. Sinceramente nos dá uma alegria muito grande participar de uma audiência pública com essa amostragem do que representa o campo, do que representa a agricultura brasileira. Queria cumprimentar V. Ex^a, parabenizá-lo, porque está fa-

zendo um bom e belo trabalho no que diz respeito à agricultura familiar.

Concedo a palavra ao nobre Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo – PDT/RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou ter que me ausentar, mas, antes de sair, gostaria de cumprimentar o Ministro Pepe Vargas e toda a equipe do MDA.

Desde quando comecei a trabalhar aqui no Senado, Ministro Pepe, eu tenho acompanhado o trabalho do MDA. De fato, eu não conhecia o trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário, como atuava, nem o alcance que tinham as ações do MDA. E, com esse trabalho que todos nós fizemos nesta Comissão de Agricultura, entendemos a importância que tem o MDA para o agricultor brasileiro. Isso tem feito uma diferença muito grande na agricultura familiar em todo o País, principalmente nos Estados novos, nas regiões novas como a do nosso Estado de Rondônia. A regularização fundiária para nós é fundamental, e eu sei que o Estado que mais está adiantado com relação à regularização fundiária é Rondônia, embora haja muita coisa para se fazer, nós todos sabemos disso e também sabemos das dificuldades. O importante é que há um esforço concentrado do Governo Federal, do MDA, do Incra, do Estado de Rondônia e dos Municípios e também de nós, Parlamentares, para resolvermos essas questões.

Outra questão que eu considero importantíssima é o PAC implementos, ou PAC Equipamentos. Rondônia recebeu já 45 retroescavadeiras, e 45 patrol vai receber até outubro. Espero que nós consigamos fazer essa entrega até outubro, Ministro, é um pedido que eu faço, porque já vai começar a época da chuva. Então, fica aqui só este pedido: para V. Ex^a nos dar essa atenção, a fim de que possamos ainda ter o benefício dessas máquinas no verão de 2013. Sei do empenho, mas é bom ressaltar a importância dessas máquinas ainda para este ano.

No mais, peço licença, Sr. Presidente, porque eu vou ter que me ausentar e agradeço a...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Já vai embora?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo – PDT/RO) – Vou. Eu tenho um compromisso e, por isso, pedi a palavra. Eu vou ter que me ausentar.

Agradeço a atenção do nosso Presidente Benedito de Lira.

E os nossos Ministros que aqui estão presentes sejam todos bem-vindos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Abri um precedente, por saber que V. Ex^a teria que se ausentar.

Eu gostaria de dar continuidade. O Ministro responderá a V. Ex^a. Peço permissão aos companheiros para isso. Como V. Ex^a vai ter que se ausentar, o Ministro quer dar umas informações, possivelmente que as máquinas já estão prontas para chegar ao seu Município, ao seu Estado, aliás. *(Risos.)*

O SR. SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Vejam bem, a gente tomou algumas decisões que, eu creio, foram importantes. Eu peço a compreensão dos Estados que estão fora do Semiárido, mas nós estamos com uma seca no Semiárido. Em alguns casos, estão indo para três anos de seca. Então, nós priorizamos a entrega das máquinas para os 1.440 Municípios que estavam em situação de emergência ou calamidade em função dessa seca no Semiárido. Completamos a entrega das retroescavadeiras e das motoniveladoras para esses 1.440 Municípios. E agora, de fato, começamos a retomar a entrega das retroescavadeiras nos demais Estados da Federação – desculpem-me, as retroescavadeiras não, as motoniveladoras. Com relação às retroescavadeiras, eu acho até que a gente está bem adiantado.

Qual é o nosso maior problema nesse programa? É o quantitativo de máquinas que nós estamos comprando. São 5.061 Municípios. Então, compramos 5.061 retroescavadeiras, 5.061 motoniveladoras e caminhões caçambas 6x4 traçado e trucado, que é um bom caminhão. Esses 1.440 Municípios em situação de emergência, além desses três, devido às condições da região, recebem um caminhão-pipa e uma pá-carregadeira para fazer pequenas obras de segurança hídrica.

Qual é o nosso drama, Senador Acir Gurgacz? Por exemplo, do modelo de motoniveladora que nós estamos doando aos Municípios, o mercado brasileiro vende duas mil por ano. Aí o Governo brasileiro vai lá e resolve comprar cinco mil. Eles vão continuar vendendo duas mil e vão ter que produzir mais três mil. Então, a velocidade da entrega da indústria, compreensivelmente, não.... Mas, até abril do ano que vem, todo o Brasil terá recebido essas máquinas.

E com relação ao caminhão-pipa, Senador Benedito de Lira, o nosso grande drama são as implementadoras. Com a indústria que produz o caminhão, tudo tranquilo. Mas são poucas as empresas que, no Brasil, produzem o tanque. Então, a velocidade das implementadoras é menor. Para vocês terem idéia, nós fizemos uma tentativa de compra com dispensa de licitação para os Municípios em situação de emergência. Não deu 200 ofertas de caminhões-pipa na compra por dispensa de licitação. Aí nos obrigamos a

seguir uma licitação normal, com prazo maior de entrega, obviamente.

Então, esse é o nosso drama. Mas eu acredito, Senador Acir, que as motoniveladoras vão chegar rapidamente ao seu Estado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo – PDT/RO) – Muito obrigado.

Só para registrar, ao nosso plano de asfaltamento das vicinais que está em curso vamos dar sequência, porque é importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Quero agradecer ao nobre Senador Acir Gurgacz.

Dando continuidade, eu concedo a palavra a S. Ex^a o Sr. Antônio Andrade, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. ANTÔNIO ANDRADE – Quero cumprimentar o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado; o Pepe Vargas, Ministro do Desenvolvimento Agrário, colega Pepe Vargas; o Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Mapa; o Rubens Rodrigues, Presidente da Conab; os Senadores aqui presentes; o ex-Senador João Pedro; a Senadora Ana Amélia, que tem sempre nos visitado, defendendo os interesses do Rio Grande do Sul; o Senador Waldemir Moka, companheiro que tem defendido muito o Mato Grosso do Sul; o Senador Ruben Figueiró, do PSDB; e o Sérgio, que acabou de sair.

Eu quero iniciar pelo plano agrícola, Presidente, se o senhor me permitir, e depois nós vamos entrar no assunto que mais interessa, para o que fomos convidados, que é a armazenagem.

Nós tivemos, na safra passada, 2012/2013, uma produção que tem nos surpreendido a cada momento. Quando entrei no Ministério, a previsão da safra era de 184 milhões de toneladas, e tivemos a grata surpresa de chegar a 187 milhões de toneladas.

Nós já exportamos US\$102 bilhões nestes últimos doze meses, um valor de que me recordo bem, pois o Secretário de Relações Internacionais me dizia que poderíamos chegar a US\$100 bilhões, Moka, mas tivemos a grata surpresa de já chegar a mais de US\$102 bilhões nos últimos doze meses nas nossas exportações, com superávit de mais de US\$83 bilhões.

Lançamos, recentemente, e você estava presente, o plano agrícola com R\$136 bilhões de recursos disponíveis. A Presidenta mais nos animou – e o Ministro Pepe Vargas já disse muito bem – quando disse que, se for necessário, colocará mais recursos para a agricultura.

Nesse plano agrícola, nós contemplamos o médio agricultor. Nós já temos a agricultura familiar que contempla muito bem o pequeno produtor. O grande agricultor é contemplado sozinho se é autossuficiente. Fica o médio produtor, e, para esse, aumentamos os recursos e muito.

Baixamos algumas taxas de juros. Algumas taxas de juros foram baixadas, e outras, que já eram bastante baixas, se mantiveram.

Nós falamos das taxas de juros, e várias delas foram...

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO ANDRADE – Ah, na tela.

A taxa de juros para custeio e comercialização era de 5,5% e permaneceu 5,5%.

Para o médio produtor, desse eu falei, além de aumentarmos os recursos, nós ainda baixamos a taxa de juros: de 5% para 4,5%.

As taxas de juros para os investimentos em irrigação e armazenagem – de armazenagem nós vamos falar daqui a pouco – eram de 5,5% e baixamos para 3,5%. No programa ABC, permanecemos com a mesma taxa. No PSI, a taxa é de 3,5%. Em outros investimentos, mantivemos os juros. Para as cooperativas, Procap, a taxa era de 9%, e baixamos para 6,5%. Nos investimentos, mantivemos 5,5%. Para os fundos constitucionais, a taxa é de 3,5%.

Passe a tela, por favor.

Para o custeio agropecuário, a taxa de juros é 5,5%; o limite/produtor teve aumento de 25%; o custeio é de R\$1 milhão por safra; para comercialização, R\$2 milhões por safra; o limite de custeio da avicultura integrada é de R\$80 mil; e até R\$160 mil para duas ou mais atividades integradas.

Aumentamos o volume de recursos para o médio produtor em quase 20%. Então, abaixamos os juros. A taxa de juros para o médio produtor, que era de 5%, passamos para 4,5%, e aumentamos os recursos em 18%, chegando a R\$13,2 bilhões.

Aumentamos a renda bruta anual para enquadramento: era de R\$800 mil, com rebate de até 50%, e a elevamos para R\$1,6 bilhão, sem rebates.

Quanto aos limites de financiamento, no custeio, o limite passa de R\$500 mil para R\$600 mil; no investimento, passa de R\$300 mil para R\$350 mil.

Nós baixamos a taxa de juros, como eu já disse, de 5% para 4,5%.

Quanto ao Procap, o volume de recursos é de R\$3,24 bilhões, um aumento de 8%. Para o capital de giro, os recursos são de R\$2,92 bilhões, e a taxa de juros foi reduzida de 9% para 6,5%. Para a integralização de quotas-partes, os recursos são de R\$320 milhões, e a taxa de juros é de 5,5%.

O Programa de Subvenção ao Seguro Rural era, na safra 2011/2012, R\$297 milhões; depois foi para R\$400 milhões, e hoje nós temos um volume de R\$700 milhões para o seguro agrícola. A área segurada era de 6,37 milhões e agora chega a 11,5 milhões de hectares. Os produtores atingidos na safra 2012 eram 52.933; a previsão é de que chegue a 96 mil agricultores atendidos.

A nossa proposta de aprimoramento. Os mesmos recursos serão distribuídos por produto e alocados por seguradora. Caso não sejam aplicados totalmente na finalidade prevista, a parte remanescente retornará ao Mapa e será realocada.

Os produtos prioritários são milho, soja, frutas de clima temperado, arroz, feijão, algodão, tomate, caqui e demais.

Apoio à comercialização. Nós disponibilizamos R\$5,6 bilhões; R\$2,5 bilhões para aquisição de produtos e manutenção de estoques e R\$3,1 para equalização de preços. Parte desses recursos já estão sendo aplicados.

Para armazenagem, R\$25 bilhões em cinco anos, com juros de 3,5%, prazo de 15 anos, sendo 3 anos de carência. Portanto, o produtor hoje pode financiar 100% do investimento – a infraestrutura, toda a parte de construção civil e o silo propriamente dito –, a juros de 3,5%, com prazo de 15 anos, 3 de carência, o que dá 12 anos para pagamento e R\$5 bilhões ao ano, R\$25 bilhões no programa em 5 anos. Nós até pensamos em colocar mais; não colocamos mais porque essa é a capacidade das nossas indústrias, não chega nem a isso, de construção de armazém.

Previsão dos armazéns. Hoje temos uma capacidade estática de armazenagem de 85% da nossa produção, 145 milhões de toneladas, para uma produção de 185 milhões de toneladas, que era o previsto, chegando a 887. O que queremos, com esse programa, é atingir uma capacidade estática de um para um. Isso quer dizer que, se chegarmos a esses 25 milhões, aumentaremos 65 milhões de toneladas na nossa capacidade estática nos próximos 5 anos. Acredito que podemos aumentar mais do que 65 milhões de capacidade estática, chegando a um por um. Quer dizer, uma tonelada de capacidade estática para cada tonelada de produção é a previsão de aumento da nossa produção com a produção de armazenagem.

Apesar de haver uma recomendação da FAO de 1,2, em alguns países, aqui no Brasil, como temos um clima quente, em que se produz até três vezes na mesma área, nós entendemos que um para um é mais do que suficiente. O clima frio, Senador, produz uma vez por ano, aí eles têm que ter uma capacidade estática maior do que a capacidade de produção.

Nós produzimos, em média, duas vezes. Mato Grosso produz soja, tira a soja e planta o milho. O milho da safrinha, este ano, foi maior do que o milho da safra. Com isso, quando tiram a soja, acabam de vender a soja, é que vão colher o milho. A capacidade estática de um para um é mais do que suficiente, não tenho dúvida nenhuma.

Além dos armazéns privados – e quem vai dizer onde construir esse armazém privado é o setor privado, se vai construir na propriedade, se vai construir armazéns na cidade, ou nos portos –, nós vamos construir também os armazéns públicos. Esse recurso contempla tanto o produtor, a associação de produtores, cooperativas, cerealistas e as três. As três não vão querer esse recurso, uma vez que elas têm juros mais baratos, elas buscam juros no exterior mais baratos do que esses. Ficam contemplados os nossos produtores, a associação de produtores, as cooperativas e os cerealistas. Eles é que vão determinar onde devem ser construídos, eles é que sabem melhor onde devem ser construídos.

Aí vem o setor público com a aplicação, este ano, de R\$500 milhões para a Conab, dos quais nós aplicaremos R\$150 milhões na reforma e modernização dos armazéns e R\$350 milhões na construção de dez armazéns – eu quero deixar depois o Rubens falar. Nós priorizamos, na construção desses armazéns, as regiões de abastecimento, partindo do princípio de que os produtores não vão querer construir esses armazéns. São armazéns que ficam principalmente, seis deles, no Nordeste, um no Espírito Santo, um aqui em Goiás, um na Bahia e um no Rio Grande do Sul – é isso, Presidente?

Serão construídos, primeiro, seis armazéns de abastecimento e quatro armazéns em zona estratégica, zona que pode armazenar tanto para levar para o Nordeste como para o Sul, para onde for preciso que seja deslocada essa produção. O de Viana, no Espírito Santo, tanto pode descer quanto pode subir; e o de Luís Eduardo também, tanto pode ir para o Nordeste quanto pode vir para o Sul. Apenas o armazém do Rio Grande do Sul vai contemplar justamente... Lá nós temos uma produção de milho, ali em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, menor do que o consumo, uma vez que estamos aumentando as nossas exportações.

Todos esses armazéns estão sendo construídos. A previsão, inicialmente, era de construção de vinte armazéns. Vamos esperar que o setor privado se interesse em construir esses outros dez armazéns. Se o setor privado não construir esses armazéns, aí, num segundo momento, nós construiremos esses outros dez armazéns.

Então, é isto o que eu quero dizer da armazenagem: R\$350 milhões para a construção desses novos armazéns e R\$150 milhões para modernizar esses armazéns.

A grande dificuldade que nós temos hoje no Nordeste de colocar o milho lá, Senador Benedito – o senhor tem cobrado muito –, é justamente porque nossos armazéns no Nordeste, todos eles recebem milho ensacado, não têm como receber milho a granel. Nós queremos justamente modernizar esses armazéns, construir silos, mata-burro, para que o milho seja descarregado a granel. Nós podemos transportar o milho para lá, descarregar, ensacar na medida em que for possível, o que aconteceu nesse período, quando fizemos o leilão. Depois há filas de caminhões para descarregar, e isso tem dificultado muito o transporte do milho para o Nordeste.

Então, era isso sobre a construção de armazéns.

O que eu posso dizer, graças a vocês, ao nosso produtor, ao apoio governamental, é que a nossa agricultura, o nosso agronegócio vai muito bem. Vai muito bem! Nós temos aumentado nossa exportação a cada momento. Há um superávit na balança comercial, como eu disse, de US\$84 bilhões. Nós temos aberto novos mercados, graças ao empenho dos nossos produtores, e, com isso, a previsão, para o ano que vem, dessa safra 2013/2014, que é de 194 milhões de toneladas, nós acreditamos que nós vamos superar. Lá no seu Estado, no vizinho ao seu, no Mato Grosso, há previsão de aumento das áreas. Com isso, se o clima ajudar, há previsão de aumento da nossa produção, de ultrapassar os 190 milhões de toneladas.

Eu me coloco à inteira disposição para qualquer pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – O Ministro falou que, logo mais, o Presidente da Conabalaria.

Há necessidade, ainda, de alguma informação a respeito de armazenagem, ou a Casa se satisfaz com as informações que foram prestadas pelo Ministro da pasta?

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria – PP/RS) – De minha parte, Presidente... Eu tenho, às 10 horas, que presidir a Comissão de Relações Exteriores. Se V. Exª não se importar, quero explicar que temos lá a indicação do Ministro Patriota para as Nações Unidas, para Nova York, e também do novo Embaixador do Brasil no Paraguai, o que é muito importante, pois está vindo o Presidente do Paraguai em visita oficial ao Brasil, pela primeira vez depois que tomou posse. Eu só tenho duas questões bem rápidas ao Ministro Pepe

Vargas e ao Ministro Antônio Andrade. Se os nossos colegas permitirem, eu as farei. *(Pausa.)*

Muito obrigada, colegas.

Ministro Pepe Vargas, na questão da regularização fundiária, é preciso o georreferenciamento, que sempre foi um problema de burocracia. O georreferenciamento está caminhando junto com esse procedimento?

A segunda questão é que eu queria saber a distribuição do crédito para a agricultura por cooperativas, qual é o percentual. Vai mais para os Estados do Sul? Por que categoria de cooperativa vai esse crédito da agricultura familiar? E o senhor falou também que o Governo tem uma preocupação, o Ministério, com algumas medidas para – reproduzo as suas palavras –: “Reduzir a inadimplência do setor”. Existe a inadimplência no setor? Qual é a razão e a causa dessa inadimplência? Então, essas são as duas questões.

E mais uma questão: como serão aplicados os R\$830 milhões que foram destinados à assistência técnica e extensão rural que, penso, é um setor vital para a agricultura familiar, porque não dispõe dos mesmos mecanismos de acesso à tecnologia e informação, embora a nossa Embrapa seja também muito envolvida em nos programas? Essa é pergunta para o senhor.

Para o Ministro Antônio Andrade. Admiro-me como seu otimismo. É bom! É claro que um Ministro não pode vir aqui com pessimismo, mas vi umas fotografias do Mato Grosso, Ministro, do milho depositado. O senhor viu isso, não é? Na verdade, no Brasil, a safra fica armazenada no caminhão, a gente vê que a safra da soja fica ali. Como a comercialização de uma *commodity* dessas é muito rápida, evidentemente, sai da lavoura e vai para o porto, mas não é esse o ideal. O senhor lembrou o caso dos Estados Unidos, que têm 120% – quer dizer, 100% seria um por um – de cobertura. Eles têm uma capacidade ociosa por conta da questão do clima na região.

Parece que a questão agrícola é hoje ainda persistirem problemas de endividamento, como é o caso do Rio Grande do Sul, por sucessivas perdas por safras malsucedidas em função de clima, como numa região localizada no noroeste do Rio Grande do Sul, Missões.

E a questão do seguro agrícola parece que é, além da logística, ainda, digamos, uma pendência que precisamos resolver. A agricultura familiar já tem a cobertura certa, segura nos casos de sinistro, mas a agricultura de mercado não dispõe disso.

Seriam essas as duas questões, por favor.

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Obrigado pelas perguntas, Senadora Ana Amélia.

No que diz respeito à regularização fundiária, o uso dessa ferramenta do geo é relativamente recente no Brasil. Se não me engano – até vou pedir o auxílio

do pessoal – a primeira normativa é de 2001, bastante recente e tem crescido muito de fato.

Fora da Amazônia Legal, em geral, a responsabilidade, digamos assim, pela regularização fundiária é mais dos Estados. Então, a nossa ação é mais uma ação de apoio, através da nossa Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), que repassa recursos aos Estados, e eles também precisam fazer o geo, obviamente. Na Amazônia Legal, tirando Amapá e Roraima, onde há um procedimento distinto, a responsabilidade é mais da União, digamos assim. E avançamos muito, já georreferenciamos em torno de metade da área.

Eu não estava no Ministério quando o programa começou, mas os companheiros que estão lá desde o início da regularização fundiária nos dizem que as empresas que foram fazer o processo de geo, as empresas contratadas tiveram muitas dificuldades iniciais na região da Amazônia para fazer o geo, mas essas dificuldades foram suplantadas. As empresas também tiveram o seu aprendizado de fazer geo em uma região em que não estavam acostumadas e agora a tendência é de que as empresas tenham desenvolvido bem o seu trabalho.

No que diz respeito às cooperativas, no ano passado, daqueles R\$19 bilhões, em torno de R\$4 bilhões, quase R\$5 bilhões foram contratados por cooperativas. A região onde as cooperativas mais contratam é a Região Sul, de fato. Por quê? Porque há a maior presença de cooperativas. O Paraná, por exemplo, é um Estado que tem muitas cooperativas, é o Estado que mais cooperativas tem no Brasil. Em geral, a Região Sul contrata mais o Pronaf. O Nordeste é uma Região na qual, nos últimos anos, cresceu muito a contratação pelo Pronaf. Porém, devido à seca, mesmo com a linha de crédito emergencial que nós abrimos em função da seca – foram mais de R\$2 bilhões numa linha de crédito emergencial com juros bastante baixos e rebates bastante significativos –, no ano passado, os Estados do Nordeste, compreensivelmente, em função da seca, contrataram um pouco menos o Pronaf. Mas é uma região onde tem crescido bastante a contratação pelo Pronaf. Na Região Norte, o Pronaf também cresceu, mas não tanto quanto na Região Nordeste. As Regiões Sul e Sudeste, em geral, contratam mais.

No que diz respeito à inadimplência, a partir da nova modelagem do seguro da agricultura familiar, ela praticamente veio a zero, porque o seguro dá uma cobertura muito importante para a agricultura. É importante dizer que o seguro da agricultura familiar não só segura a operação de crédito, mas também um percentual da renda que o agricultor auferiria ao realizar aquele crédito. Sessenta e cinco por cento da renda que o agricultor realizaria com aquela operação ficam

também segurados, limitado a um teto de 7 mil agricultores por ano. Então, além de segurar a operação de crédito, segura também um percentual pequeno, que seja, da renda do agricultor. É também um seguro de renda que se combina com outros programas que garantem o preço, como o Programa de Garantia de Preços, como o próprio Programa de Garantia de Preços Mínimos e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar.

Então, acho que há alguns Instrumentos que deram, digamos assim, segurança para a agricultura familiar. Consequentemente, a inadimplência caiu muito. Nós temos uma inadimplência acumulada de períodos anteriores, de períodos mais antigos, eu diria, mas a inadimplência hoje é muito baixa. Está abaixo de 5%.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria – PP/RS) – Antes de haver os mecanismos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Quero dizer que, às vezes, as pessoas dizem que o pequeno agricultor não paga as suas dívidas. Não paga quando não pode pagar, quando há uma catástrofe como essa que ocorreu ultimamente, como aquela seca devastadora que aconteceu lá no Nordeste.

Ministro.

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Senadora Ana Amélia, acho as colocações de V. Exª todas procedentes.

Vou começar pelo arroz do Rio Grande do Sul. Nós tivemos, esta semana, na segunda-feira, uma reunião com o Ministério da Fazenda, onde, a pedido de V. Exª e de outros Senadores e Deputados, solicitamos a renegociação da dívida do arroz. Já foi concluída. V. Exª está sabendo, talvez em primeira mão, que a renegociação das dívidas do arroz, principalmente do Rio Grande do Sul, já foi concluída.

Com relação ao seguro – vou deixar a armazenagem por último –, crescemos muito, temos crescido a cada ano. V. Exª vê que a história é que, em 2011/2012, passamos de mais ou menos R\$200 milhões para R\$400 milhões; em 2013/2014, chegamos a R\$700 milhões. Ainda precisamos modernizar algumas coisas no seguro. Tem de ser modernizado, mas nós caminhamos. V. Exª verifique que a subvenção do seguro era de praticamente zero. Hoje, são R\$700 milhões em seguros subsidiados. Em algumas culturas, chega a 60%; em outras, a 40%. Há algumas reclamações políticas. Todo mundo quer que na sua região seja de 60%, e é justa essa reivindicação política, mas nós estamos estudando para a próxima safra, 2014/2015, algumas modernizações no seguro. Ouvimos alguns setores, temos discutido muito com os produtores e vamos modernizar para atingir mais produtores com

maior eficiência, com a participação, inclusive, daqueles a quem interessa que as lavouras sejam seguradas, que são os fornecedores de insumos. Eles querem que todas as lavouras sejam seguradas, para terem a garantia de que receberão daqueles a quem vão vender.

Sobre a armazenagem. Na armazenagem, a produção brasileira tem caminhado no sentido norte. Alguns Estados do Sul talvez não tenham ainda grandes dificuldades de armazenagem – é o caso do Rio Grande do Sul mesmo. Mas o Mato Grosso, esse tem uma dificuldade imensa. Vários grãos, principalmente o milho, ficam... E o produtor fica com o pescoço doendo de olhar para o céu para ver se a chuva está vindo, pois o milho dele não está escoado, se ainda dá tempo, Geller... O milho está no tempo, a chuva está chegando e vai perder qualidade. Para isso, lançamos o Plano Safra.

A senhora pode verificar que, até a década de 70, 80, nós ainda éramos importadores de alimentos. Hoje nós somos o segundo maior exportador de alimentos, caminhando para ser o primeiro. A produção tem aumentado muito. Graças a Deus tem aumentado muito! A previsão sempre é ultrapassada. Isso é muito bom. Por exemplo, fizemos uma previsão de 190 milhões de toneladas, e acreditamos que vamos chegar a mais de 200 milhões de toneladas. Estamos trabalhando para isso, abrindo novos mercados. Os nossos agricultores estão cada vez mais eficientes. Hoje os equipamentos, as plantadeiras, as colheitadeiras têm plataformas de 24 metros. Nós tínhamos, inicialmente, a plantadeira puxada a cavalo, o que já era muito moderno. O Moka deve lembrar disto ainda, da plantadeira, que plantava uma linha só. Hoje são plantadeiras imensas, colheitadeiras imensas...

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO ANDRADE – Moka, não, da mesma idade minha. Há poucos anos, tínhamos plantadeiras dessa forma. *(Risos.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria – PMDB/MS) – Eu tenho pelo menos 40 anos disso, não é?

O SR. ANTÔNIO ANDRADE – Poucos anos atrás; eu recordo muito bem.

Isso tem crescido muito. Por isso, lançamos esse programa.

A Presidenta Dilma tem dois assuntos pela frente para tratar na agricultura: infraestrutura e armazenagem. Na armazenagem, nós lançamos esse programa de 25 bilhões, um programa de 5 bilhões ao ano. Acreditamos que, no final de cinco anos, não vai acontecer mais termos milho e soja armazenados a céu aberto. Esperamos atender justamente essas fronteiras de Mato Grosso, que têm crescido muito, muito. Nós estivemos, semana passada, em Sinop e ficamos en-

tusiasmados ao ver como tem crescido a produção. Assim, acreditamos que, no máximo em cinco anos, não teremos mais essa figura, essa fotografia de armazenagem a céu aberto.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria – PP/RS)

– Presidente Benedito, eu queria agradecer a V. Exª e mais especialmente aos dois Ministros e pedir desculpas aos dois expositores, o amigo e Secretário Neri Geller e ao Dr. Rubens Santos, e especialmente aos Senadores que entenderam que a missão na CRE é tão importante quanto esta. Então, muito obrigada a todos. E obrigada pelas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Eu agradeço à nobre Senadora Ana Amélia.

Dando continuidade, concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza, um dos subscritores do requerimento.

Eu gostaria de fazer uma sugestão, Moka. O Sérgio, logicamente depois da sua exposição, fará indagação aos dois Ministros e, depois, os ouviremos. Já que temos quatro Senadores no plenário, poderíamos ouvi-los e, então, os Ministros ficariam à vontade. Vão anotando as perguntas, as indagações que serão formuladas pelos Srs. Senadores. Está combinado assim?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria – PMDB/PR) – Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria – PP/AL) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria – PMDB/PR) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; Ex^{mo} Sr. Ministro Antônio Andrade, Ministro da Agricultura; Sr. Ministro Pepe Vargas, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Neri Geller, companheiro, ex-Deputado, que faz um excelente trabalho na Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura; Rubens Rodrigues dos Santos, que preside a Conab neste momento em que ela renasce com esse programa de armazéns do Brasil – realmente a Conab tem um papel fundamental no controle, nas compras, na distribuição e não apenas para regulação de preço, mas para garantia de estoques mínimos reguladores –; agradeço imensamente terem atendido o convite para estarem presentes a esta Comissão e falarmos um pouco de agricultura no Brasil.

Este não é um tema dos mais debatidos no Congresso Nacional; é no nosso meio, aqui na nossa Comissão, tímida – vejo aqui a presença de uma meia dúzia de Senadores que passaram por aqui ou estão presentes.

Se nós olharmos por outro lado, a agricultura tem uma importância ímpar neste Brasil. Nós já somos o

segundo maior produtor de alimentos do mundo e éramos importadores há algumas décadas atrás.

Aprendemos a difundir a agricultura tropical. Somos referência no mundo e produzimos em todos os biomas brasileiros, com escala de produtividade e de produção fantástica. O Brasil não tenho dúvida de que será o maior produtor de alimentos do mundo.

No entanto, nós não ficamos com a maior parte dessa riqueza no Brasil. Isso se perde no caminho, desde a produção, pelo custo que temos envolvido na produção, no escoamento da safra – e este é um pouco do tema da nossa audiência –, em alguns casos pelas intempéries climáticas, pelas taxas cambiais e assim por diante.

Antes de indagar a V. Sªs, eu queria fazer um rápido comentário de uma reportagem que saiu numa revista de circulação nacional nos primeiros meses deste ano, acho que em abril ou março, que trouxe uma comparação entre uma região dos Estados Unidos, Iowa, até o porto de New Orleans, dois mil quilômetros – de uma região do Mato Grosso até o porto de Paranaguá, dois mil quilômetros; de uma região da Argentina até o porto de Buenos Aires, dois mil quilômetros –, e mostrou que o Brasil perdeu, só no ano de 2012, pela ineficiência nos modais e pelo déficit de armazenagem, só em relação à safra, R\$180 bilhões.

O meu Estado, o Paraná, é o quinto da economia nacional. Tem uma receita estadual, de impostos estaduais em torno de 33 bilhões/ano. Nós estamos falando em quase seis paranás. E o Paraná é que responde mais ou menos por 22% a 23% de toda produção agropecuária e sua transformação no Brasil. Vejam o tamanho das perdas!

Se nós somarmos isso às cargas tributárias, se somarmos o custo da produção – estamos falando do escoamento da safra... Dos navios que saem do leste europeu, que trazem o fertilizante que vem para o Paranaguá, em torno de 60% ficam noventa dias atracados naquele porto.

Amanhã estaremos em Curitiba, juntamente com a Ministra Gleisi e com o Ministro Leônidas, da Secretaria Nacional de Portos, fazendo a exposição de 25 novas áreas terminais licitadas no porto de Paranaguá.

Esse navio, a custo médio de US\$40 mil ao dia, quase US\$3 milhões paga de sobre-estadia antes de descarregar o fertilizante. O produtor está pagando. Esse fertilizante sai do porto no lombo de um caminhão, vai até o interior deste País, ao Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Senador Moka, Senador Ruben, a um custo absurdo. Do tempo que se levada há dez anos, hoje é o dobro na estrada. Isso quer dizer que o custo fica muito maior. Não é diferente o custo da vol-

ta. Gastava-se um dia, um dia e meio, hoje gastam-se até quatro dias para um caminhão chegar.

A Senadora Ana Amélia falou que às vezes os armazéns são um caminhão. Não mais. Lá no Paraná criou-se uma regra. Agora, a fila não está mais nas estradas, mas na baía de Paranaguá. Se você for lá neste exato momento, verá que há mais de cem navios atracados – cem navios! – ao custo de US\$40 mil ao dia, só para a gente ter uma ideia do tamanho do prejuízo que está lá no bolso do produtor. O produtor do Mato Grosso está vendendo o seu milho, hoje... E ainda porque teve um PEP! Isso é um perigo!

Lá no Sul estamos passando por um problema, porque estamos levando o milho do Mato Grosso e caiu o preço do milho do produtor paranaense, do produtor de Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul. Regula-se num lugar, dá um problema ali. E eles vêm para cima da gente – as cooperativas, a Faep, as entidades –, vêm conversar: “Puxa, como a Conab vai fazer leilão de milho justamente agora que nós estamos aqui e não sabemos como fazer com o nosso milho para trazer para Santa Catarina, por exemplo!” O Governo tem esse papel de tentar regular isso tudo.

O Neri está olhando com atenção ali, não é, Moka? Estão vendendo a quanto? A R\$12,00. No Paraná está em torno de R\$18 a R\$20, dependendo do momento. Olha só a diferença: de R\$20 para R\$12, quer dizer, esses R\$8,00 são a diferença do frete. Isso quer dizer que o cara que produziu a R\$12,00 no Mato Grosso produziu mais caro ainda, porque ainda precisa chegar lá o fertilizante – e se utilizam mais fertilizantes no Mato Grosso que no Paraná, as terras são mais ácidas; as terras do Paraná são um pouco mais férteis. Como esse cidadão consegue produzir? Para não deixar a terra parada, têm que fazer o período da dormência, têm que fazer intercalação de culturas. Nós somos guerreiros, os agricultores são guerreiros, e, mesmo assim, somos responsáveis pela balança comercial positiva. Nós estamos fazendo a diferença. Se não fosse o agronegócio, o déficit na balança seria, só no primeiro semestre, de mais de US\$50 bilhões.

Lamentar o passado... Isso tem que servir de experiência. Mas temos que pensar no futuro. O discurso da tragédia do passado, de por que não fizemos tem que ficar como experiência, como lição.

Agora, o que nós precisamos fazer? O Governo está tentando. Rodovia – o Senador Moka sabe e o Senador Ruben – saindo lá de Maracaju, passando por Guaíra, entrando em Cascavel, chegando a Paranaguá, a Norte-Sul, a Tronco Norte, está tudo no papel ainda, moroso demais, não temos a velocidade que precisaríamos. Ferrovia é, na verdade, uma terceira pista nas rodovias, nós temos que ver isso, mas desafoga o por-

to. Nós temos a MP dos Portos, temos que enaltecer isso. O Brasil ficou anos sem fazer investimento. Não interessa de quem era o Governo, mas ficaram décadas sem fazer. Pelo menos estamos tentando.

E a partir do momento em que se tenta, começamos a ver as amarras da burocracia, não conseguimos avançar. Para ter uma licença ambiental para se fazer uma ferrovia nova cortando a Serra do Mar, no Paraná, uma das regiões que têm a maior faixa de Mata Atlântica do Brasil, é uma dificuldade enorme: há questões indígenas, do Iphan, do Ibama. Sabemos os nossos desafios. Se não tentarmos, não saberemos se vamos conseguir. Temos que tentar.

Eu acredito no Brasil, acredito que em alguns anos vamos ter o preço do custo da produção parecido com o dos argentinos e com o dos americanos, aí, ninguém segura mais este Brasil.

Feitas essas introduções, vamos fazer aqui umas poucas perguntas.

Com relação à agricultura familiar, Ministro Pepe Vargas, V. Ex^a falou que está ampliando o teto para a avicultura. O grande problema são as garantias. Há alguma solução? Fundo de aval? O Governo está pensando nisso? Porque o cidadão quer construir um barracão, um alojamento para pintainhos para ter uma renda mensal, bimestral na sua propriedade, e tem espaço para isso, porque é um trabalho familiar, mas a construção de um alojamento como esse hoje vai de R\$300 mil a R\$500 mil. Há disponibilização de uma linha de crédito de R\$300 mil. O. k. Mas a propriedade desse cidadão é de quatro ou cinco alqueires, 18, 20, 25 módulos, e não vale isso. Num seguro, como é que fica? Além de ser bem de família, não pode ser oferecido por ser de até quatro módulos. O Governo está pensando em algo nesse sentido? Eu acho que estamos caminhando para uma evolução muito boa, principalmente na agroindústria. Assisti atentamente à exposição de V. Ex^a. Gostaria de deixar esta indagação.

Quanto ao Garantia-Safra, eu gostaria que V. Ex^a explicasse para nós, mas principalmente para o nosso telespectador, o que é Garantia-Safra, como isso funciona, só para a gente entender, só para o telespectador entender. Isso não é só para o Nordeste, foi estendido para todo o Brasil. É algo realmente muito bom. Nós sabemos que o produtor precisa disso, porque às vezes ele coloca todas suas economias numa coisa como essa.

Habitação rural tem um subsídio muito grande do Governo Federal. Gostaria também que V. Ex^a explicasse um pouquinho como funciona, para que o cidadão possa procurar a Prefeitura, o órgão estadual e reivindicar, porque é um programa maravilhoso que se faz no Brasil há décadas, a habitação urbana, incen-

ativando as pessoas a irem às cidades, mas não havia um programa de habitação rural.

Isso é realmente muito bom.

Também ainda na área da agricultura familiar, selo social dos biocombustíveis. Eu tenho uma preocupação com relação a selo social e começo a perceber que é um papel. Há um mercado paralelo aí nessa questão de selo social, e não sei se está cumprindo o seu propósito, quando criado pelo presidente Lula esse maravilhoso programa de biocombustível no Brasil. E a intenção primeira era dar uma diversificação, uma função para os pequenos produtores, principalmente do Nordeste. E hoje não são. Hoje, sabemos que são quase 90%: 85% da composição do biocombustível são de soja. E o selo social da soja também serve.

Eu poderia, se me permitirem o Presidente e o Ministro, fazer uma pergunta ao Rubens sobre armazenagem. A Conab foi chamada agora a construir novos armazéns, e vi pelos jornais que parece que o Banco do Brasil vai construir. Não é a Conab. Queria entender como está isso e qual é a finalidade dos armazéns que serão construídos.

No Paraná, há dezenas de armazéns – eram do IBC, e há toda uma história – que estão subutilizados, armazéns enormes em regiões importantes como Ponta Grossa, por exemplo, onde há construções de dezenas de milhares de metros quadrados e que estão lá subutilizados. Talvez seja por essa função de que era de sacarias, de antigamente, e assim por diante.

Para o Ministro da Agricultura, o Deputado Antônio Andrade, eu deixo a pergunta de qual é a política que o Ministério está fazendo para agregarmos mais valor ao nosso produto. Para não sermos só um produtor de produtos primários, carregar isso em cima de um caminhão, colocar dentro de um silo e levar para o porto. Eu sei que já fazemos isso muito bem, principalmente da transformação da proteína vegetal em proteína animal. O Brasil tem crescido muito, e os mercados estrangeiros e a proibição pela própria China de produção de aves, tudo isso tem ajudado muito. Houve uma abertura recentemente. Gostaria de parabenizar o Ministro por essa luta, do mercado russo, com relação à carne suína. O Sul agradece muito, Mato Grosso também agradece muito, porque era uma luta de muitos anos. Avançou, mas ainda precisamos avançar um pouco mais.

E, para finalizar, dizer ao Ministro Antônio Andrade que armazéns agregam valor, e nós precisamos dar velocidade. Muitos produtores reclamam que o Banco do Brasil ainda não liberou. Parece que não começou. Querem contratar, mas não estão conseguindo contratar ainda, e vão lá ao banco, que diz que não está sabendo como vai funcionar, porque armazéns agre-

gam valor. Se você vender hoje, na safra, o seu produto tem um valor. Se você o coloca para vender na entressafra, ele tem pelo menos de 15 a 20% a mais de valor agregado, e o custo do escoamento é menor.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram essas as minhas indagações, agradecendo mais uma vez a presença de cada um de V. Ex^{as} na nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradeço ao nobre Senador Sérgio Souza. Gostaria, para aproveitar a presença,...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, quero dizer que plantei com aquela plantadeirinha. O Moka não acredita, mas eu fui agricultor familiar e essa plantadeirinha de cavalo e de maquininha também...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, não fui eu que falei. Mas tem Senador que tem jeito de menino criado em apartamento pela avó. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pois bem, o Ministro Pepe informa que deverá ausentar-se até às 10h30min por conta de um compromisso para receber o Ministro da Agricultura do México no seu ministério. Portanto, eu gostaria de comunicar aos nobres Senadores que pudessem ser mais sucintos nas indagações.

Concedo a palavra, pela inscrição, ao Senador Moka. Depois, é V. Ex^a, nobre Senador Figueiró.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Meu caro Presidente Benedito de Lira; Presidente da Conab, Rubens Rodrigues dos Santos; Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Deputado Federal Pepe Vargas, que tem feito um grande trabalho. É inegável a atuação de V. Ex^a frente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Meu caro amigo, Ministro da Agricultura Antônio Andrade, também, com todas as nossas dificuldades, mas evidentemente tenho certeza de que V. Ex^a, junto com o nosso Neri Geller... V. Ex^a tem uma sorte grande por ter ao seu lado Neri, que é um grande e profundo conhecedor e está num lugar que, creio, ser de quem conhece, conhece não de ouvir dizer, conhece na prática, está acostumado com a lida, como nós falamos. Isso é importante.

Presidente, permita-me. Antes quero fazer um registro: nesse sábado passado, a convite do ex-Ministro Roberto Rodrigues, eu participei de um grande simpósio que discutiu os nós, assim chamados, do agro-negócio, e eu disse a eles que faria esse registro; um seminário de alto nível, em que estive lá o Presidente da nossa Embrapa, que, por sinal, fez uma exposição brilhante e encantou a todos que ali estavam, com debatedores, com perguntas, debate mesmo. E eu disse

ao Ministro Roberto Rodrigues – eles queriam saber o nó do Legislativo – que as matérias não são nós em si, há dificuldades nas matérias, umas positivas para o setor, outras criam algumas dificuldades.

Eu disse isso a eles e fiz um convite para que reunissem aqueles empresários, cerca de duzentos, trezentos empresários do chamado agronegócio, para que viessem aqui para a Comissão de Agricultura, para o Senado ou para a Câmara, para que a gente pudesse discutir com eles cada uma dessas medidas aqui.

Eu começaria dizendo aqui que eu ouvi o relato do Senador Sérgio Souza, extraordinário representante do Paraná, mas a gente percebe que, quando o Sérgio fala das dificuldades, ele não está falando necessariamente da atuação do Ministério da Agricultura. Nós estamos falando de quê? Da infraestrutura, de escoamento de safra, de porto. Quer dizer, claro que isso afeta da porteira para fora, porque nós temos problema dentro dos limites da propriedade e fora, mas a maioria dos nossos problemas – estou falando da agricultura de escala –, o nosso nó górdio está na infraestrutura. Claro que o Ministro da Agricultura exerce um papel importante no sentido de que a gente pressione para que o País crie essa infraestrutura.

O meu Estado, o Mato Grosso do Sul, não é diferente. Nós precisamos duplicar nossas rodovias, precisamos fazer alternativas de escoamento pelo rio Paraguai, fazer funcionar essa questão do frete fluvial, que tem o escoamento muito mais barato.

Agora mesmo, segunda-feira, saiu um comboio de Mato Grosso do Sul, liderado pelo sindicato do transporte, fazendo um percurso do Mato Grosso do Sul, passando pela Bolívia, pelo Charco paraguaio, a fim de fazer uma alternativa da rota do Pacífico; até em Iquique, que é o porto para navios de grande calado, como eles dizem.

São essas alternativas, esse é o macro. Agora me atento especificamente ao que o Ministro Pepe Vargas disse. Eu costumo dizer, Ministro – eu achei importante, já estive com V. Ex^a lá no Mato Grosso do Sul, –, que eu sempre no Mato Grosso do Sul representei a chamada agricultura de escala, mas, nos últimos tempos, até porque o grande representante do Mato Grosso do Sul, da agricultura familiar, o ex-Deputado João Grandão, hoje Delegado Federal de Desenvolvimento Agrário, não se reelegeu, eu acabei assumindo também a defesa da agricultura familiar e pude conhecê-la mais de perto. Acho realmente que nós avançamos muito, muito.

Gostaria, Ministro Pepe Vargas, que o cuidado que o Governo tem... porque o Governo tem um cuidado, e a gente precisa parabenizar a Presidente Dilma e todo... Mas nós não temos esse mesmo cuidado para

com o resto da agricultura. É claro que não dá para comparar as dificuldades do pequeno agricultor, mas um olhar mais de perto, um olhar com preocupação: vamos colocar seguro rural! Hoje, por exemplo, a agricultura familiar está praticamente assegurada, porque não adianta discutirmos isso aqui, a hora que a nossa safra estiver 100% assegurada, não vamos diminuir o crédito, porque não vamos ter o problema, o crédito vai ser mais barato porque não há risco de perda.

Estou falando de crédito oficial, de equalização de juros; temos que colocar isso na conta, quando o Governo vai aportar recurso para o seguro. As próprias indústrias de insumo, aqui lembradas, elas também são as mais interessadas, não haverá mais risco. Isso é fundamental!

Então, R\$700 milhões, houve um avanço – de R\$300 milhões para R\$400 milhões, e depois pede R\$700 milhões. Aliás, eu quero fazer um registro: nós devemos muito disso à Senadora Kátia Abreu. A CNA teve uma participação fundamental – V. Ex^a sabe e o Ministro também –, na discussão dessas coisas todas. Precisamos avançar mais, estamos assegurando apenas 11% da área num País que é continental. Isso é fundamental.

Queria ouvir se o Ministro Antônio Andrade tem algo em relação... Sei que, para esse ano, reconheço o avanço, mas lembrando que precisamos avançar mais e que isso é uma coisa importante.

No que toca à Conab, especificamente – alguém disse essa questão aqui, acho que foi o Sérgio –, temos uma grande quantidade de armazéns com problema jurídico. É uma pena! Eles estão ali, ociosos, sem receber um grão de nada, e não há uma decisão jurídica; às vezes, pendência que ficou. Recentemente, no Chapadão do Sul, tive um problema lá: os agricultores querem comprar, querem ressarcir o prejuízo, aí nós ficamos numa guerra jurídica interminável! Não faz sentido isso! Não faz sentido isso! E não está aqui alguém querendo facilitar a compra de armazém, tem alguém aqui preocupado com o produtor que precisa daquilo para estocar o seu produto.

Então, Sr. Presidente, meu caro Presidente da Conab, essa questão que saiu, foi amplamente noticiado, de que a Polícia Federal está interrogando, até alguém sendo indiciado nesse sentido. Acho importante, não posso me omitir nisso, porque é um programa fundamental, nessa questão há pessoas extremamente sérias, que fazem, que vendem, que trabalham com o suor do seu corpo, e, de repente, se não tomarmos uma decisão muito forte no sentido de que... Se há desvio, as pessoas têm que ser punidas.

Esse desvio tem que ser apurado, sob o risco, Sr. Presidente, de colocar um programa que tem uma

enorme utilidade, que facilitou e muito. Isso é fundamental, sobretudo as cooperativas que fazem isso – são pequenas cooperativas – e colocam o produto. Agora, se há algum espertalhão desviando recurso público e ganhando dinheiro com isso, precisamos apurar isso e colocar, com a maior transparência o que realmente está acontecendo nisso.

Da minha parte, autor do requerimento Senador Sérgio Souza, eu acompanho tudo isso, dou um homem comedido e limitado, e reconheço as minhas limitações, mas quero dizer aos dois Ministros, aqui, que nós do Mato Grosso do Sul, meu Estado... Eu não sou, o pessoal acha..., lá no Mato Grosso do Sul. Pepe Vargas, lembro-me do finado Adão Preto, ele olhava para mim, logo quando cheguei aqui em 1998, e aquela discussão de reforma agrária, aquilo no núcleo agrário e eu presidia a Comissão de Agricultura, ele olhava para mim e um dia ele falou assim: “Esse pessoal lá do Mato Grosso do Sul, esses grandes latifundiários” – olhando para mim, e eu dizia: “Eu represento o Mato Grosso do Sul, mas represento a economia.” O Mato Grosso do Sul depende da pecuária, da agricultura. Agora é que estamos industrializando o Estado, e aí há um avanço. Então, dizer a todos vocês que o Ministro colocou: se não é a agricultura – a agricultura familiar... Defendo as cooperativas agropecuárias, que juntam. É impressionante a grande contribuição! E, na hora em que conseguirmos unir essa agricultura de escala com a agricultura familiar... Temos que fazer isso! Não podemos insistir numa divisão que existe porque são pequenos, mas na prática, temos que tratar isso no Brasil como uma grande agricultura, agricultura de escala, e entender que temos que fazer com que as pequenas propriedades se agreguem através de cooperativas e constituam para comprar e vender em escala. Isso seria fundamental.

O meu questionamento é mais específico em relação à questão da Conab. Queria ouvir o Dr. Rubens. Parabenizo o Pepe, mas, se tiver algum comentário que ache oportuno... E do Ministro eu queria ouvir em relação a seguro, porque o seguro é uma coisa fundamental. Tenho certeza de que, na hora em que superarmos, conseguirmos fazer com que a nossa produção seja 100% segurada – um sonho –, Ministro, estaremos num outro nível, num outro patamar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Srs. Ministros Antônio Andrade e Pepe Vargas; Sr. Presidente da Conab, Rubens – meu xará, só que o meu é com n. Eu sou simples, o senhor é múltiplo –; Sr. Neri Geller, Secretário de Po-

lítica Agrícola do Ministério, ilustres depoentes, não vou me alongar.

O Senador Sérgio Souza e o Senador Waldemir Moka, como o fez a Senadora Ana Amélia, já manifestaram a V. Ex^{as} as nossas preocupações. Cabe a mim agora apenas saudá-los e dizer que as ponderações, as indagações e as provocações feitas pelo Senador Sérgio Souza e pelo Senador Waldemir Moka representam também a minha opinião.

Eu gostaria apenas de dizer ao Ministro Pepe Vargas que sou de família ruralista, tanto na agricultura quanto na pecuária, no meu Estado de Mato Grosso do Sul. Fui secretário de agricultura do meu Estado em determinado período, fui Deputado durante 20 anos, e constituinte da nossa querida Constituição Cidadã.

Com essa bagagem modesta, não resta a menor dúvida, posso dizer a V. Ex^a especificamente que, mesmo como Senador da oposição, posso aplaudir a atuação do Superintendente do Incra em Mato Grosso do Sul, Celso Cestari, um homem ponderado, que procura conciliar os interesses do produtor rural e daqueles que almejam um quinhão de terra em nosso Estado.

Desejo também dizer a V. Ex^a, Ministro Pepe, que o delegado que V. Ex^a tem no Estado, João Batista dos Santos, o famoso João Grandão, está realizando uma obra que, no meu Estado, representa a eficiência de sua administração, com a distribuição de equipamentos mecanizados. Ele já deve ter atingido a metade dos Municípios do meu Estado, por sua operosidade. Quero cumprimentá-los pelos dois eficientes representantes que o Ministério tem lá.

Mas, eu gostaria de fazer apenas uma ponderação ainda, que é a questão do georreferenciamento. Os trabalhos nesse sentido estão muito lentos e seria muito importante, para que trouxéssemos a tranquilidade ao produtor rural, que essa questão fosse definida com a maior rapidez.

Ao Ministro Antônio Andrade, que tive a oportunidade de conhecer neste momento com as minhas homenagens, quero dizer que o meu Estado tem contribuído imensamente na área do agronegócio. Nós devemos ter contribuído, nessa safra, em grãos, com quase 20 milhões de toneladas, ou aproximadamente isso, entre milho e soja, computando as duas safras de milho (o milho da safra e o milho da safrinha). O preço já não está nos preocupando. Hoje, o preço da soja, lá, está na ordem de R\$64,00 o saco. A previsão, se nós tivéssemos as condições de armazenagem, poderia chegar a R\$74,00 ou mais daqui a alguns meses. Então, essa é a nossa preocupação. E a nossa disponibilidade, tanto do milho como da soja, está na ordem de 40%, não obstante a situação da precariedade dos nossos armazéns, tanto dos armazéns oficiais quanto

dos armazéns particulares. Nós temos uma disponibilidade de 40%. Tudo o que o Senador Sérgio e o Senador Moka afirmaram corresponde a mais absoluta realidade. É uma preocupação muito grande.

Há a questão, também, dos financiamentos através do Banco do Brasil para a armazenagem privada. Também não está de maneira compatível com a manifestação de V. Ex^a – e estive lá quando V. Ex^a lançou o Plano Safra – e o apoio da Presidente da República. Não está correspondendo. O Banco do Brasil está precisando de mais agilidade nesse sentido. A procura é muito grande, mas os entraves burocráticos estão, também, imensos. Então, são essas as observações que gostaria de fazer.

Lembro, finalmente, que o último programa de armazenagem em Mato Grosso do Sul ocorreu quando eu era Secretário de Agricultura do Estado, de 1987 a 1990. Foram construídos com financiamentos do BNDES cerca de 11 armazéns, em diversas localidades do Estado. Muitos desses armazéns estão em condições muito precárias. São as informações, a título de colaboração, que presto a V. Ex^{as}, exaltando uma vez mais a extraordinária colaboração que V. Ex^a, Sr. Ministro Antônio Andrade, e que V. Ex^a, Sr. Ministro Pepe Vargas, nos deram neste instante. São subsídios valiosos para a nossa avaliação da política agrícola do Governo Federal.

Ao Sr. Neri Geller e ao meu xará Rubens Rodrigues também as minhas homenagens.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Como último inscrito, concedo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Srs. Ministros Pepe Vargas e Antônio Andrade; Sr. Rubens Rodrigues, meu amigo e conterrâneo mato-grossense de boa cepa; companheiro Neri Geller, aliás, um dos pioneiros da região norte do meu Mato Grosso, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo grande trabalho que tem feito pela agricultura do Brasil, principalmente em Mato Grosso.

Acredito que aqui os meus colegas Senadores já retrataram o quadro do Brasil, cada um, logicamente, especificando suas regiões. Sabemos que o problema maior é o relacionado à logística, ao armazenamento, ao crédito e, sobretudo, ao seguro. Em Mato Grosso, principalmente. O Neri sabe disso.

Estive em Sinop esse final de semana e voltei de carro para Cuiabá. Que loucura aquela estrada! Uma loucura! No trecho entre Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, vi quatro acidentes fatais ceifando a vida de várias pessoas. Aquele dia, parece-me, foi assim meio tumultuado. Foram quatro acidentes. Seis ou sete

pessoas morreram naqueles acidentes. Um negócio violento, violento demais. Por quê? Na verdade, não é coisa de agora, é coisa de antigamente. Nós estamos no sentido inverso das coisas que deveriam acontecer.

Nós usamos, hoje ainda, para transportar toda essa riqueza que lá está, o caminhão, enquanto temos grandes rios para os quais se poderia incentivar a navegação. A ferrovia deveria cortar norte-sul, leste-oeste, um País de 8,511 milhões de quilômetros quadrados, com mais de sete mil quilômetros de costa. Quer dizer, um País que optou ainda... E logicamente Juscelino Kubitschek tinha suas razões à época, mas já deu tempo de reverter isso e não o fizemos ainda. Agora que a ferrovia chega a Rondonópolis, e vai demorar muito para chegar a Mutum, para chegar a Sorriso, para chegar a Sinop, o que seria a salvação para todos nós. “Ah, se sair a BR-163 dá para resolver.” Não resolve. Nós estamos a mais de dois mil quilômetros de distância de todos os portos.

Aliás, quem consegue produzir em Mato Grosso ganhando alguma coisa é porque é bom de serviço mesmo, porque nós estamos longe de tudo. Longe de tudo! Para vender o nosso produto, é mais barato porque está longe, e o frete come; e para trazer os insumos também é mais caro porque nós estamos no Centro-Oeste do Brasil. Então, Mato Grosso é uma situação difícil.

Graças a Deus nós estamos fazendo... a parte de cá nós estamos fazendo bem. Da porteira para dentro nós somos ótimos, graças a Deus somos. Pegamos aquela região inóspita, difícil, terra que não valia nada, e transformamos num jardim. Essa é a nossa missão. Temos feito o máximo. Quanto à produção, pelo menos a gente tem feito o máximo que pode, o Neri sabe disso. E também temos investido em tecnologia. A Embrapa lá em Sinop foi um avanço espetacular para todos nós. E além do que nós estamos agregando valores. Hoje, por exemplo, está caminhando a passos largos a integração agricultura-pecuária, que é a melhor descoberta dos últimos dez anos. Nada se fez melhor do que isso, aproveitando espaço, agregando valores, quer dizer, a gente está fazendo o melhor.

Mas se na agricultura tudo vai caminhando razoavelmente bem, e a gente está fazendo o máximo, nós não estamos... na verdade o Estado não está avançando em nada, porque nós não temos ainda ninguém investindo, ou muito pouco sendo investido na industrialização. Então nós vendemos o nosso produto *in natura*, e logicamente ele vai fazer riqueza em outros países, em outros Estados, em outros lugares, menos em Mato Grosso.

Mas sobre a agricultura todos aqui já falaram; e falaram muito bem sobre o assunto. Quem sou eu

para falar disso. Quero só agregar ao que eles falaram a minha vontade e aquilo que eu, como produtor rural, também vejo em Mato Grosso.

Mas eu gostaria de falar da pecuária, um pouquinho só. E queria perguntar aos Srs. Ministros e senhores que representam os ministérios, como vai o sistema de rastreamento, o Sisbov, que é um sistema caro, ineficiente, horrível para se trabalhar, você não consegue manter aquilo em dia – eu sou pecuarista também –, você não consegue manter aquilo nunca. Sempre está defasado, sempre está ruim, sempre quando vai vender o boi, está sem brinco. Quer dizer, é um negócio que até hoje não aperfeiçoou, e é difícil de manusear aquilo. Então o Ministério precisava estudar uma forma, com tantos técnicos bons que há aí, uma forma de amenizar o nosso sofrimento nessa linha, porque realmente é muito difícil você estar sempre com o negócio em dia. Então eu gostaria de saber dos senhores o que há nesse sentido.

O georreferenciamento, aqui também fala, já falaram. Mas é um negócio sofrido o georreferenciamento. Você entra com um processo, deixa lá no Incra três, quatro, cinco anos, e o negócio não anda, e o negócio... E fica por ali. Olha, é um negócio, é um sofrimento muito ruim.

Eu acredito que enquanto não se reformular por dentro a estrutura da burocracia do Incra, do Ibama, esse negócio todo, nós vamos sofrer muito, mas muito, bastante mesmo. E logicamente nós vamos desviar a nossa atenção da produção e vamos ficar enrolados na parte burocrática, o que não é bom.

Mas eu quero parabenizar os senhores, principalmente o Ministro Antônio Andrade, que nós conhecemos e sabemos da sua boa vontade. E bem assessorado como está, eu tenho certeza que as coisas vão caminhar. Eu tenho esperança. Ainda sou... Não sou do tempo do Moka, que ainda é daquele tipo de agricultura que ele falou aqui, de cinquenta anos atrás, do arado, eu sou bem mais jovem que ele, evidentemente, mas confio, acredito e tenho certeza que as coisas haverão de caminhar com tranquilidade.

Era o que eu tinha a colocar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Osvaldo Sobrinho.

Concedo a palavra, para as respectivas respostas, ao Ministro Pepe, que tem necessidade de se ausentar.

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Obrigado, Presidente, Senador Benedito de Lira. De fato eu vou cometer aqui uma indelicadeza de falar e ter que sair, porque tenho que receber, agora às 11 horas, a nossa contraparte do México. O Ministro mexicano

está aqui, com uma agenda comigo. Então eu vou fazer a intervenção, saio, mas se ficar alguma pendência...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Vai ensinar a ele fazer agricultura familiar lá no México?

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Vamos ver a agenda. *(Risos.)*

Eu fico inteiramente à disposição dos Srs. Senadores para qualquer questão posterior, enfim, nossas portas estão abertas. Convido-os a nos visitarem sempre que tiverem algum assunto referente ao Ministério.

Eu vou começar pela última questão levantada pelo Senador Osvaldo Sobrinho e pelo Senador Ruben Figueiró, que trataram do geo. Creio que os senhores estão falando da questão da certificação de imóveis rurais e não propriamente dito de regularização fundiária. Mas o processo de certificação é que a legislação determina ao Incra que os imóveis rurais sejam certificados.

A lei define o tamanho dos imóveis que têm prioridade, um prazo no tempo para se certificarem. Depois, na medida em que os imóveis maiores têm que certificar-se primeiro, os imóveis de menor extensão vão chegando posteriormente. De fato, isso era um grande problema, eu queria desde já, Senador Osvaldo Sobrinho e Senador Ruben Figueiró, convidá-los, em uma data que queiram agendar, para irem ao Incra. Nós organizaremos a nossa equipe para apresentar aos senhores o novo sistema de gestão fundiária do Incra.

Primeiro, fizemos uma mudança na normativa, se não me engano, em novembro, final de novembro, início de dezembro do ano passado – era um processo moroso. A Senadora Kátia Abreu, pela Confederação Nacional da Agricultura, justa e corretamente teceu – e creio que os senhores todos aqui, justa e corretamente, teceram – muitas críticas ao sistema. Nós revisamos. Entendemos, naquela época, que o Incra, inclusive, fazia exigências que a lei não estipulava. Porque, basicamente, o que o Incra tem que fazer nesse processo? Tem que receber a peça técnica – quem é responsável pelo Geo é o proprietário, ele contrata o técnico, há o responsável técnico. Ele recebia a peça técnica e tinha que avaliar basicamente se aquele imóvel estava tecnicamente bem georreferenciado, de acordo com as normas geodésicas do Brasil, e ver se nesse imóvel não há superposição sobre outro imóvel. Basicamente, era isso que a lei, em síntese – fazendo um resumo muito resumido –, exigia. Mas o Incra também tentava analisar toda a cadeia dominial, uma série de questões. Ajustamos, e o Incra passou a fazer aquilo que a lei exige e nada mais – depois o restante é outra discussão. E também passamos a trabalhar essa

questão do Sistema de Gestão Fundiária, que permite a certificação *on-line*, digamos assim.

Então, eu queria convidar não só os dois Senadores que fizeram referência explícita à questão, mas os demais Senadores que queiram conhecer o Sigef (Sistema de Gestão Fundiária), que o Incra disponibiliza. Estamos inteiramente à disposição, podemos marcar a data no melhor horário para os senhores, porque acho que é importante que conheçam isso, pois, de fato, mudou muito. Só para dar um exemplo, de 2004 a 2011, tivemos 8.289 imóveis certificados; então, isso dá uma média de aproximadamente 1.036 certificações por ano.

Em 2012, vejam que, no final de novembro, mudamos a normativa. Até novembro, o ritmo vinha sendo esse de em torno de 1.036 por ano. Só com essa normativa modificada em novembro e dezembro, já em final de novembro, a média de 2012 já pulou para 1.347 imóveis por ano, e, neste ano de 2013, até 5 de setembro – não completamos o ano – certificamos, só em 2013, 9.636. Em 2013, certificamos mais do que em dez anos, devido a essas questões.

Então, acho que a crítica de que não funcionava, de fato, e havia morosidade, é real. A cobrança que a sociedade fazia sobre o Incra era real. E o que quero dizer aqui é que modificamos isso e o sistema hoje... quer dizer, a partir do sistema, a partir do Sigef, a certificação passa a ser *on-line*: o técnico lança no sistema, o sistema roda e, se existe alguma inconsistência, já informa. Então, saímos daquela situação também de circulação de papéis, vamos dizer assim.

Mas, repito, ficamos inteiramente à disposição. A nossa assessoria parlamentar, o Rafael, que é o chefe da nossa assessoria parlamentar, fica inteiramente à disposição, ou o nosso gabinete; podem entrar em contato com o chefe de gabinete. O dia em que os senhores quiserem fazer um visita ao Incra, organizamos a equipe para apresentar aos senhores o que é o Sigef e como está funcionando hoje a certificação de imóveis. Então tivemos, de fato, um incremento importante.

Em relação às demais questões, apenas um breve comentário sobre a questão da infraestrutura. É verdade, nosso País de fato ficou muito tempo sem condições de investir na infraestrutura. Eu vou dizer assim: sem condições de investir na infraestrutura. Nós tivemos uma mudança macroeconômica importante em meados dos anos 90, mas mesmo com essa mudança macroeconômica importante o País ainda ficou, durante um bom período de tempo, sem condições de fazer grandes investimentos. Acredito também que, durante um tempo, a sociedade brasileira e o próprio Governo trabalharam uma ideia de buscar apenas investimentos privados na infraestrutura do País e a

gente aprendeu que, embora seja importante atrair investimento privado na infraestrutura, só o investimento privado não é suficiente.

Então, acho que o País aprendeu com isso, o Governo aprendeu com isso, mas a realidade é que por essas questões todas, pela incapacidade do Estado brasileiro fazer investimentos durante um período muito grande – passou de duas décadas praticamente sem grande capacidade de investimento –, a gente, recentemente, tem retomado essa capacidade de investimento público; o plano de infraestrutura do País, só no que diz respeito à logística, prevê R\$242 bilhões. É um investimento importante. Agora, é lógico, nós estamos correndo atrás do prejuízo. Isso é compreensível. E também estamos em pleno processo de novas concessões, seja em rodovias, seja em portos, aeroportos, enfim. O processo de concessões para a iniciativa privada também investir é importante.

Precisamos também, cada vez mais, pensar uma forma do sistema financeiro privado também financiar a infraestrutura do País porque, se nós formos financiar a infraestrutura basicamente através do BNDES, temos limites para capitalização do BNDES. Esse é um tema muito importante, mas o País vem aprendendo com o passar dos anos. Hoje a gente tem, talvez, uma visão mais equilibrada do Governo e da sociedade, da necessidade de investimento público, da necessidade de atrair investimentos privados de forma mais equilibrada.

Fazer concessão a gente sabe que não é fácil. O Estado também teve que se preparar. Vejam que até há alguns anos engenheiro civil... Chegou a ter filme: o engenheiro que virou suco, porque o engenheiro civil não conseguia emprego no mercado. Hoje, as faculdades de Engenharia Civil voltaram a ser profundamente atrativas, graças a esse novo momento que o Brasil está vivendo. Acho que, de fato, é importante que o Congresso Nacional, que a sociedade cobre celeridade do Governo.

Nós tínhamos carreiras que não existiam, como, por exemplo, analista de infraestrutura, que era uma carreira que praticamente inexistia. Hoje tem até sindicato dos analistas de infraestrutura na estrutura do Estado brasileiro. Então, a gente precisa, de fato, investir mais e construir as condições para ter espaço fiscal para investir a partir do Estado e também criar as condições para o investimento privado complementar. Através do programa de investimento em logística, atrair também o setor privado.

Eu queria dizer, Senador Moka, que as suas colocações são muito importantes, o senhor é um grande amigo da agricultura familiar. Eu tenho certeza que, se o nosso querido amigo Adão Pretto estivesse vivo, acredito que em vida ele teve a oportunidade de reco-

nhecer isso: seu amigo, e dizer que ele tem um filho que segue seus passos, aliás mais de um. Mas um que é Parlamentar, o Edegar Pretto, é Parlamentar no Rio Grande do Sul, é Deputado Estadual, faz um belíssimo mandato e acredito que, muito em breve, ele vai chegar aqui no Congresso Nacional também para fazer honra ao que o pai dele construiu aqui na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional como um todo.

O senhor colocou, Senador Moka, um conjunto de questões que são importantes. Eu acho que o seguro da agricultura familiar, sem sombra de dúvidas, é um exemplo. Queria fazer aqui – permita-me, Ministro Antônio Andrade – um reconhecimento ao Ministério da Agricultura, porque o nosso querido amigo Mendes Ribeiro conseguiu, no Plano Safra passado, criar um seguro para o Pronamp Ano, até um determinado valor que eu não me lembro qual é. E o Deputado e Ministro Antônio Andrade, este ano, conseguiu um importante incremento para subvenção ao prêmio. Mas ainda acho que a gente tem que evoluir, pensar. Acho que, até determinado ponto, tem que haver política pública com subvenção do Estado, mas também nós precisamos encontrar soluções no mercado para um determinado ponto, um determinado patamar, para o seguro da agricultura ter mais efetividade. Acho que é um debate importante para o País fazer.

Quando foi proposto aquele seguro para o Pronamp Ano, o nosso Ministério foi consultado e nós não só demos o o.k. como demos sugestões. Na época, dialogamos com o Ministério da Agricultura para que tivesse esse seguro para o médio produtor, que vem tendo, nos últimos anos, também uma boa evolução. Até porque o agricultor familiar que dá certo vira um médio produtor. Aquele que vai se tornando dinâmico vai, cada vez mais, elevando o seu padrão de vida.

O Senador Sérgio Souza fez um conjunto de perguntas muito importantes.

A questão das garantias. No caso da avicultura, algumas integradoras fazem uma garantia que permite ao agricultor fazer o crédito dele. Agora, o problema de garantias a partir de determinado volume de crédito é um problema real que pega a microempresa também. Eu tive a oportunidade de presidir aqui no Congresso a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa e nós nos detivemos muito no problema de que a microempresa tem também problemas de acesso a crédito por falta de garantias reais. Eu acho fundamental de fato que se pense em alternativas.

O fundo de aval em alguns casos não deu certo, mas pode ser pensado. Um sistema nacional de garantias de crédito eu acho que a gente poderia pensar. A lei da micro e pequena empresa, a Lei Complementar nº 123, previu a necessidade da constituição de um

sistema nacional de garantia de crédito, e há experiências interessantes de garantia de crédito, inclusive experiências pilotos, no Brasil, que a gente poderia pensar. Não tem um sistema nacional organizado. Um sistema nacional de garantias de crédito poderia resolver o problema da garantia da microempresa e poderia também resolver problema de garantia – Deputado Marcelo Castro, prazer em vê-lo – também para pequenos produtores rurais. A gente poderia pensar algo semelhante.

O Garantia-Safra, que foi a sua pergunta, é um seguro de índices médios, diferente do seguro mais tradicional da agricultura familiar, onde se eventualmente, por uma adversidade climática por exemplo, há perda da produção e tem que haver um laudo específico para aquela propriedade, no Garantia-Safra a gente faz um laudo por Município. Ele é um seguro de índices médios porque pega a média da produção naquele Município, a média de dez anos, excluídos os dois extremos: o ano de menor produtividade e o ano de maior produtividade. Calculada a média da produção naquele Município, se em determinado ano a produção do Município fica abaixo de 50%, os agricultores daquele Município fazem jus ao seguro Garantia-Safra, desde que o Município, o Estado e o agricultor tenham aderido ao fundo que sustenta o seguro Garantia-Safra.

É muito barato aderir ao seguro Garantia-Safra. Para vocês terem uma ideia, o agricultor que adere paga R\$9,50 por ano, para aderi-lo; o Município paga R\$28,50 por agricultor/ano e o Estado paga R\$57,00 por agricultor/ano; a União entra com R\$190,00 agricultor/ano. Isso constitui um fundo.

Entretanto, quando a sinistralidade aumenta – que é o caso agora da região Nordeste, onde a sinistralidade aumentou muito –, a União acaba bancando a diferença, tanto que este ano – este ano não –, desde o ano passado, nós estamos pagando, religiosamente, todos os meses, cerca de um milhão de agricultores. Novecentos e oitenta mil agricultores familiares do Semiárido estão recebendo o seguro Garantia-Safra. Seriam cinco parcelas, e a decisão da Presidenta foi: enquanto perdurar a seca, continue pagando parcelas do seguro Garantia-Safra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Isso é como se fosse um seguro-desemprego? Mais ou menos, não é? Quer dizer, mesmo ele não tendo produzido, vai receber mensalmente um valor, é isso?

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Ele teve uma perda de produção. No caso lá do Nordeste, por seca, uma seca muito severa; e ele recebe esse valor, recebe cinco parcelas. Ele é voltado para agricultores de renda muito baixa, Porque o agricultor de

melhor renda já faz um Pronaf, ele tem o seguro do Pronaf. Mas, para esse agricultor de baixa renda ele é importante.

Vejam que no Nordeste hoje nós temos, no Semi-árido brasileiro, quase que um milhão de agricultores e desde o ano passado nós abrimos a possibilidade para outras regiões do País. Por exemplo, no sudoeste do Paraná, no oeste de Santa Catarina e em algumas regiões do Rio Grande do Sul tem havido ocorrência de estiagens mais frequentes e mais prolongadas. Agricultores e familiares de baixa renda dessas regiões poderiam se beneficiar desde que os Municípios e os Estados aderissem. A mesma coisa na Região Norte, quanto ao problema de inundações em algumas áreas da Região Norte que prejudica agricultores poderia ser um bom instrumento, mas é possível. Entretanto, até o presente momento, não houve adesão fora do Semiárido brasileiro do Garantia-Safra.

Habitação rural, que o senhor levantou também, Senador Sérgio, é muito importante. Tem um subsídio muito forte, porque nessa faixa de zero a três salários mínimos o subsídio do Minha Casa, Minha Vida é de 96%. Então nessa faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida.

Não tenho aqui de cabeça, Senador, agora os números de quantos agricultores familiares já fizeram contratos no Programa Nacional de Habitação Rural, mas já é um número significativo. Desde fevereiro deste ano os assentados da reforma agrária também podem se beneficiar do Programa Nacional de o Habitação Rural.

O Selo Combustível Social, que o senhor levantou, é muito importante para a agricultura familiar. Como funciona? Nos leilões de compra que a ANP (Agência Nacional de Petróleo) faz, 80% dos leilões são exclusivos para as usinas de biodiesel que têm o Selo Combustível Social, os outros 20% são abertos para todos. Então, na realidade, o mercado é regulado para quem tem Selo Combustível Social. Para ter o Selo Combustível Social a empresa, a usina de biodiesel tem que comprar um determinado percentual que varia, conforme a região do País, da matéria-prima de agricultores familiares. Então, ela comprova através dos documentos devidos que compra a matéria-prima de cooperativas ou de agricultores familiares e aí ela recebe o Selo Combustível Social que é fornecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e, com isso, ela disputa 80% do mercado de biodiesel. Tem sido muito importante. No ano passado nós tivemos R\$2,1 bilhões de renda para a agricultura familiar em função do Selo Combustível Social. V. Ex^a tem razão, ele funciona muito no Sul e no Centro-Oeste, funciona menos no Nordeste. No Nordeste brasileiro há um problema, porque a questão da mamona é complexa.

Temos praticamente só a Petrobras Biocombustível atuando no Nordeste, a iniciativa privada participou pouco. Se não me engano, afora a Petrobras Biocombustível, houve uma empresa privada que se instalou lá na Região Nordeste.

Nós queremos diversificar não só na soja, mas na mamona. Palma de óleo também é importante. Palma de óleo na Região Norte...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Óleo de palma?

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Óleo de palma ou palma de óleo, tanto faz, o dendê, se quisermos falar também de forma mais popular. Também acredito que na Região Norte vai haver projetos importantes. A PBio também está instalando lá, a iniciativa privada também está indo para lá. Acho que é um programa muito importante. Mas a preocupação de V. Ex^a é a mesma nossa, a gente quer diversificar para não ficar só na soja, para ir para outras culturas. Ainda há um trabalho grande pela frente.

Por fim, eu queria aqui agradecer a oportunidade de poder falar aqui todas essas questões. Acredito que tanto para o Governo do Presidente Lula como para o Governo da Presidenta Dilma não há essa oposição entre agricultura familiar e agricultura de escala empresarial. Quer dizer, o Governo brasileiro tem políticas públicas, tem apoio tanto para agricultor de escala industrial como para agricultor familiar. É lógico que assim como a microempresa e a grade empresa, o Estado brasileiro tem que ter um olhar diferenciado para micro e pequena empresa, também tem que ter um olhar diferenciado para o pequeno agricultor. Então, o pequeno produtor sempre, em qualquer política pública, terá mais subvenção econômica, terá mais subsídio. Mas isso é, inclusive, um princípio constitucional. O importante é que o Brasil é um grande produtor de alimentos, é um país que garante a segurança alimentar e nutricional da sua população e é um país que, inclusive, tem a sua soberania alimentar garantida. Nós somos um grande produtor de alimentos para o mercado interno e também produzimos alimentos que contribuem para a pauta de exportações, para a nossa balança comercial. Por isso, viva a nossa agricultura brasileira, seja a familiar, seja a agricultura de escala empresarial!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Gostaria, antes de V. Ex^a se ausentar, de cumprimentá-lo.

Em nome da Comissão de Agricultura do Senado Federal, queria trazer os nossos cumprimentos, considerando que V. Ex^a tem demonstrado, nesse período em que está à frente do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma vontade muito grande de fazer com que

a agricultura familiar possa realmente ocupar o espaço que tem ocupado. Em função do seu trabalho, da sua capacidade, da sua equipe técnica, a agricultura familiar hoje do Brasil tem uma visibilidade totalmente diferente de alguns anos atrás, pela determinação inclusive da Presidente Dilma, de fazer inserção de recursos com mais eficiência nesse setor. É evidente que o setor primário brasileiro, ou seja, o agronegócio nacional, hoje começa na agricultura familiar e vai até a agricultura de mercado.

Então, eu queria, Ministro, dizer a V. Ex^a dos nossos agradecimentos e colocar a Comissão à disposição do seu ministério no que pudermos ajudar em função da nossa relação legislativa aqui no Senado Federal. Em outras oportunidades, voltaremos a conversar, porque a agricultura hoje é uma atividade dinâmica e que exige não só a eficiência e a capacidade de cada um dos gestores à frente dos ministérios, como também exige de todos nós ações: que possamos colaborar, ajudar, para que possamos ter uma agricultura mais pujante do que ela é, porque realmente este País é uma coisa fantástica, e a capacidade de contribuição, capacidade de trabalho do homem do campo merece todo o nosso respeito e atenção especial dos órgãos do Governo que cuidam da agricultura.

Como disse o Senador Sérgio Souza – e todos nós temos feito essas observações –, se não fosse o agronegócio, não ocuparíamos determinadas posições que ocupamos, e o nosso PIB, infelizmente, quando não tem tido maior desenvoltura, é o agronegócio que ainda lhe dá sustentabilidade.

Por isso, Ministro, receba os nossos cumprimentos, e muito obrigado pela presença de V. Ex^a nesta Comissão. Parabéns também pelas manifestações e informações que deixou aqui para os Senadores da Comissão de Agricultura e para o Senado Federal.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

Concedo a palavra, na sequência, ao Ministro Antônio Andrade para responder as indagações formuladas por S. Ex^{as} os Srs. Senadores.

O SR. ANTÔNIO ANDRADE – Quero, primeiro, responder ao Senador Sérgio, que perguntou sobre a agregação de valores aos nossos produtos. Primeiro, o Senador Moka diz muito bem que os nossos grandes problemas estão fora do Ministério da Agricultura. Dentro do ministério, a gente tem contornado todas as situações.

O Senador Sérgio não está aqui presente, teve de sair, e a assessoria deve anotar as respostas. Nós estamos trabalhando nesse sentido.

Primeiro, a agricultura, o agronegócio, tem crescido muito, acima de qualquer índice econômico neste País. Nós crescemos, do ano passado para este, ano

11%. Esse foi o crescimento que nós tivemos do agronegócio do ano passado, 2012 para 2013.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO ANDRADE – Taxa chinesa. O agronegócio tem crescido à taxa chinesa, tem crescido muito. E é evidente que o setor industrial não tem crescido nesse mesmo ritmo. Por exemplo, agora, temos exportado muito a soja e o milho e não temos exportado farelo de soja e óleo, porque o farelo de soja fica muito mais para abastecer o mercado interno. Nós tivemos um aumento no farelo de soja, do ano passado para cá, em que o pique de farelo de soja chegou a R\$1.290 a tonelada. Este ano já ultrapassou os R\$1.480 a tonelada do farelo de soja, um aumento substancial.

Nós aumentamos muito a nossa exportação, tanto de soja como de milho. Recordo bem que havia uma previsão de chegarmos a exportar, este ano, 15 milhões de toneladas de milho; vamos ultrapassar os 20 milhões de toneladas de milho.

Nós trabalhamos no sentido de agregar valores ao nosso produto. Não gostaríamos de exportar nenhum grão de soja nem de milho, gostaríamos de exportar farelo de soja, óleo de soja, a carne, os valores agregados.

Nós estamos aumentando a nossa exportação de carne. Nós aumentamos, só no mês de julho, exportamos mais carne bovina, 20%, 19, 5% em relação a julho do ano passado.

Agora, neste momento, tem uma reunião no Ministério com todo o setor com relação à exportação para a Rússia. Deve estar acontecendo a reunião agora com o setor e com os frigoríficos que são questionados pelos russos.

Nós abrimos o mercado onde estava a Argentina, conversando com o Ministro do México com relação à exportação de aves e foram credenciadas 11 plantas aqui no Brasil; e nós fizemos o pedido para que credenciassem as 42 que o Canadá também credenciou. Já que está no Nafta e tem o mesmo comportamento, que credenciasse todas as plantas nesse sentido. Abrimos agora... acabamos de abrir o mercado japonês para a carne suína. Então, nós estamos aumentando e vamos agora, em breve, à Coreia, ao Japão, à própria China, para aumentarmos as nossas exportações.

Vamos receber, agora no mês de novembro, outubro, a Comunidade Europeia, que vem cá fazer algumas visitas. Então, nós estamos estudando e verificando e aumentando as nossas exportações, agregando valores, exportando a carne. Somos os maiores exportadores de frango e queremos também caminhar para ser um grande exportador, o maior exportador de carne suína. Então é uma forma de agregar valores. E outra é trabalhar justamente com o setor industrial

para esmagar mais soja e termos condições de exportar farelo de soja e óleo de soja.

E os problemas nossos – o Senador Moka diz muito bem – estão fora do Ministério. A infraestrutura – a logística que nós estamos agora combatendo – está toda fora do Ministério. Está nos Portos, que foi a Medida Provisória 595. Vocês ficaram 36 horas, a Câmara ficou 36 horas para aprovar, foi aprovada, vai modernizar os portos. O Senador Sérgio diz muito bem, alguns navios ficam atracados esperando para ser carregados, nos portos nossos; temos um custo da porteira para fora, do transporte da soja de US\$190 enquanto os americanos têm US\$40. Isso nos custa muito.

Mas as questões da porteira para dentro nós estamos estudando, através da Embrapa, com as pesquisas, com a ASDA. Nós temos feito todo esse trabalho com muita eficiência. Os nossos técnicos, os técnicos agropecuários cuidam rapidamente de fazer todos esses cuidados.

Por exemplo, hoje, daqui a pouco – eu quero até pedir licença aos Senadores, ao Presidente –, nós estaremos reunidos com os laboratórios, os LANAGROS, justamente para fazer investimentos e ter os laboratórios mais modernos do mundo, que são os nossos LANAGROS. Nós já fomos autorizados para o investimento de R\$120 milhões para modernizar, tornar os laboratórios mais eficientes. Nós temos a reunião, os seis diretores-gerais estão no Ministério onde teremos reunião daqui a pouco, para ver esses investimentos e o que é necessário para se ter os laboratórios mais modernos do mundo.

Nós sabemos que tem que trazer tranquilidade tanto aos consumidores brasileiros como aos consumidores internacionais, para poder ter garantia nas nossas exportações e a garantia no consumo interno.

A Conab, os armazéns. Armazenagem foi levantada pelo Senador Ruben, sem o s, Figueiró, sem o s (*Risos.*) Nós fizemos recentemente uma reunião com todo o sistema financeiro brasileiro – BNDES, Banco do Brasil, Associação dos Bancos Privados – justamente para agilizar. Nós não queremos que o recurso seja colocado nos bancos e que os bancos não movimentem esse recurso.

O Banco do Brasil está até fazendo uma propaganda na televisão. O senhor tem visto aí a propaganda na televisão sobre a questão da armazenagem. E nós temos cobrado lá na ponta. O Neri tem cobrado, eu tenho cobrado, na ponta, se os recursos estão chegando, e começaram a chegar. Mais de 200 milhões já foram contratados para armazenagem – mais de 200 milhões. E queremos que esse recurso chegue o mais rápido possível. Duzentos milhões é um valor grande se comparado, que é o início; mas são R\$5 bilhões a

serem locados, nesses próximos meses, para completar os 12 meses do Ano Safra.

Tivemos algumas dificuldades, como as questões ambientais, que estão sendo sanadas. Reclamaram que, quando há uma questão ambiental com o produtor, eles também são corresponsáveis. Estamos resolvendo todas as questões ambientais, para que o financiamento chegue o mais rápido possível na mão do nosso produtor. Não queremos aquilo que a Senadora Ana Amélia falou, dentro de cinco anos; essa fotografia de produtores armazenando a céu aberto e olhando para o tempo, torcendo para chover na lavoura e torcendo para não chover onde o produto está armazenado. Quer a chuva para iniciar o plantio, mas não quer a chuva para deteriorar o produto deles.

Então, esses armazéns estão sendo feitos com a rapidez que nós precisamos que sejam feitos. É claro que há uma inércia e, nesse início, a coisa anda devagar, tanto os armazéns públicos quanto os armazéns privados. Nos armazéns públicos, o Banco do Brasil também tem acelerado. Nós temos cobrado rapidez. O cronograma de atendimento estava um pouco atrasado. Cobramos que atualizassem esses cronogramas. Temos feito reuniões periódicas para atualização dos cronogramas dos armazéns públicos e liberação rápida dos recursos para o setor privado.

O Moka falou muito bem a respeito dos problemas da agricultura, que estão muito mais lá fora do que da porteira para dentro. Da porteira para dentro, nós somos bastante eficientes. Estamos aumentando a nossa eficiência, a nossa produtividade, produzindo soja hoje com a eficiência melhor do que a dos americanos, com a produtividade maior, tanto que, este ano, a produção americana de soja com a brasileira foi igual. Achávamos que até ultrapassaríamos e perdemos por algumas mil toneladas, não mais por milhões de toneladas, mas por mil e poucas toneladas, mais de mil toneladas. Acreditamos que, nessa safra 2013/2014, nós vamos ultrapassar os americanos. A previsão é otimista, com aumento de área, aumento de produtividade. Estamos aumentando a produtividade do milho, principalmente na região do Mato Grosso, onde a produtividade deste ano já chegou, na safrinha, a cem sacas por hectare, e acreditamos ter espaço muito grande para aumentar essa produção.

O Diretor da Conab, eu vou deixar aqui... Eu estava na Argentina, conversando com os Ministros. Temos interesse de conversar. Fiquei dois dias na Argentina, cheguei ontem à noite. Alguns assuntos são muito importantes para nós, como essa política de alimentação, o PAA, em que o diretor foi acusado. Você disse muito bem, Moka, o diretor teve uma acusação. Eu não conversei, não tive a oportunidade ainda de

conversar com o nosso Presidente Rubens a respeito do assunto, mas o que nós temos feito é que, dentro do Ministério, o nosso Secretário de Política Energética está afastado até que se apure o que aconteceu no Ceasa. Acreditamos que não tenha acontecido absolutamente nada. A apuração deve terminar dentro de duas, no máximo, 15 dias, mas ele está afastado. O Presidente do Ceasa foi afastado. Um diretor que vai agora assumir teve uma acusação e o afastamos também até que se apurassem as questões de que ele era acusado. Não houve nada, absolutamente nada, foi isento de tudo, ele já vai tomar posse de hoje para amanhã. Assim acreditamos que tudo dentro do Ministério da Agricultura tem que ser o mais transparente possível. Se vamos lidar com coisas públicas, temos que ser o mais transparente possível.

Vamos conversar a respeito do Diretor da Conab, que está lá há mais de dez anos. Não foi o Rubens que colocou, não fui eu que coloquei, é o Diretor mais velho da Conab, e nós acreditamos, no primeiro momento, que ele não tem culpa, mas temos que conversar a respeito disso. Há toda a transparência; o recurso público deve ser tratado com toda transparência possível.

Quanto ao seguro agrícola, nós estamos avançando. Avancamos em termos de 400 milhões para 700 milhões. Não seguramos todas as áreas. Estamos conversando com o setor para modernizar a forma de aplicar o seguro. Acreditamos que os fornecedores de insumos querem participar do seguro, querem ter a garantia do recebimento do que vende. Portanto, estão interessados – temos conversado com eles – em criarmos um fundo que possa garantir às seguradoras quando houver uma catástrofe em nosso País.

Então, estamos modernizando e queremos modernizar, ouvindo todo o setor, produtores, fornecedores, todo mundo para poder modernizar a forma de seguro e não ter o seguro tradicional como temos feito. Apesar de todos os esforços do Governo. Quer dizer, mudou de 400 para 700 milhões o seguro este ano, o que já foi uma evolução muito grande. No ano passado, passou de 300 para 400 milhões. Este ano, de 400 para 700 milhões. Mas deveremos, para a próxima safra 2014/2015, ter um alcance maior. Estamos conversando com todo o setor nesse sentido e acreditamos já poder fazer alguma coisa inovadora. E queremos sugestões, Moka e vocês que são bastante interessados, talvez possam nos ajudar no sentido de modernizar a aplicação do seguro.

O Senador Osvaldo Sobrinho diz sobre o Sisbov, que é o rastreamento, que é complicado. Também sou um pequeno proprietário e tentei colocar o Sisbov, mas cai brinco, boi coça, o brinco some. Na hora em que você vai vender, a coisa complica.

Nós hoje recebemos dois preços do bovino, se é fêmea ou se é macho. Só isso, mais nada. Se mandamos macho, é tanto, a fêmea é tanto. E isso não motiva os produtores a melhorarem seus rebanhos. Até um boi com a carne melhor, e isso não motiva os produtores brasileiros a melhorarem o seu rebanho.

Queremos implantar, e estamos trabalhando nesse sentido, a tipificação de carcaça. Mas tem que haver um acordo com o setor privado, dos produtores com os frigoríficos, e o Ministério da Agricultura ser o avalizador, fornecer todas as informações, mas ser o avalizador disso.

Cito como exemplo o tipo do leite – porque se produzia leite do tipo A, B e C, pronto. Depois, ficou o leite quase que do tipo C e o B, o industrial e um para consumo, e o outro leite sumiu, ficou só o leite tipo C. Não se era motivado à qualidade do leite. Isso já mudou. Hoje se produz e se paga pela qualidade do leite, sódio, células somáticas, volume de produção, e o preço básico do leite fica lá embaixo e depois se vão agregando valores à medida que há o cuidado com a qualidade do leite. Isso deve acontecer com a tipificação da carcaça também na agricultura.

Hoje quem exige o Sisbov, essa rastreabilidade, são os europeus. Os outros mercados não exigem essa rastreabilidade. Por isso não tem evoluído muito. Temos conversado com o setor e tem sido dito pelo setor que isso não é prioridade para eles. Listaram algumas prioridades, o que é prioritário. Disseram: “Nós pagamos mais caro para o boi rastreado em relação aos não rastreados somente quando vamos exportar para a Europa, quando temos de mandar a carne para a Europa”.

Eu confesso que não temos dado a prioridade de que às vezes o setor precisa, mas estamos priorizando essa tipificação, que é importante e uma motivação ao nosso produtor.

Recordo bem, Moka, o boi nosso quando atingia 14 arrobas com cinco anos era uma maravilha; hoje o boi, quando não atinge 17 arrobas com 2 anos, o produtor está querendo vendê-lo rapidamente – “tira esse boi porque está me dando prejuízo” –.

Então, diminuimos o tempo e aumentamos o peso do boi. Hoje se vende o boi com 21, 23 arrobas, com dois anos e meio, que é a vontade de vender o boi. Essa tipificação vai motivar o produtor a fazer isso.

Da Anagro eu acabei de falar.

Acho que era isso que eu tinha que falar.

Mas eu quero dizer, com muita alegria, Senador, que o agronegócio negócio vai bem, da porteira para dentro está indo muito bem. Há outras questões ainda, como Ministro Pepe falou muito bem, que nós temos que enfrentar e estamos enfrentando. Agora, a agri-

cultura tem crescido muito. Neste ano, cresceu 11%; e, no ano passado, também cresceu acima de qualquer índice. É claro que a velocidade...

O setor público tem investido em infraestrutura, em portos, mas não tem acompanhado o crescimento da nossa agricultura, do nosso agronegócio. Mas eu ouvi o setor produtivo de máquinas e equipamentos dizer que, neste ano, nós vamos bater o recorde de venda de máquinas e equipamentos, porque estão vendendo muito bem. E falei que a grande preocupação que eles têm hoje não é mais com a venda. Há alguns anos, era preciso ir atrás para vender a máquina. Hoje, a grande preocupação do setor é com a produção e a entrega, porque não se acha pronta-entrega nem equipamento nem mão de obra. É preciso produzir e entregar. Isso, para nós, é um grande feito.

Então, o agronegócio tem agido diretamente tanto no agronegócio como na indústria, porque tem ajudado o setor industrial, com caminhões, carregadeiras, tratores, plantadeiras, todos os nossos equipamentos. Hoje, o produtor preocupa-se muito mais com a entrega do que com a comercialização.

Muito obrigado, Presidente.

E eu queria, Presidente, se me permitir, discutir outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Não tenha dúvida, Ministro.

Eu vou agradecer a presença de V. Ex^a ao tempo em que...

O SR. ANTONIO ANDRADE – Presidente, o senhor me desculpe. Preciso dar uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Há uma solicitação do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ANTONIO ANDRADE – O Senador Eduardo Suplicy perguntou a respeito da banana. Ele esteve comigo, juntamente com o Senador Luiz Henrique, tratando da importação da banana.

Eu quero dizer a ele que ainda não terminamos os trabalhos, e, por enquanto, nós ainda não autorizamos nem vamos autorizar a importação da banana do Equador.

Pode ficar...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Ministro, há banana aqui para abastecer o mercado. Buscar banana de outro país prejudica o produtor local.

O SR. ANTONIO ANDRADE – Há uma pressão de todo mundo porque hoje a balança comercial com o Equador é de sete por um: nós exportamos sete vezes mais do que o Equador importa do Brasil. Mas eu quero dizer que há alguns estudos a serem feitos pelo Ministério da Agricultura. Enquanto não se concluírem

esses estudos, nós não podemos autorizar nenhuma importação de banana.

Quanto à laranja, o Pepro da laranja está sendo feito. Nós estamos incluindo a laranja na PGPM e estamos pagando – é isso, Rubens? – o Pepro da laranja do ano passado. E a laranja está incluída na PGPM.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Como eu estava dizendo, quero agradecer a presença de V. Ex^a nesta Comissão ao tempo em que o cumprimento pelo trabalho que tem desenvolvido à frente do Ministério da Agricultura, apesar de estar lá há pouco tempo. E, particularmente, Ministro, eu queria aproveitar esta oportunidade pública para agradecer a V. Ex^a pelo trabalho, pela ação desenvolvida pelo Ministério no que diz respeito a tornar o Brasil uniforme com relação à aftosa. Nós tínhamos um Brasil livre de aftosa com a vacinação, um outro Brasil proibido com barreiras ainda de aftosa, e, em outro pedaço do Brasil, havia uma parte livre e outra prejudicada.

V. Ex^a, recentemente, em agosto próximo passado, fez uma visita ao Nordeste, particularmente ao meu Estado, e todos nós ficamos muito felizes. V. Ex^a teve a oportunidade de ver lá a manifestação, a vontade e o entusiasmo do agricultor e do pecuarista do pequeninho, mas valente Estado de Alagoas. E eu queria aproveitar esse ensejo para lhe agradecer o trabalho a que o senhor deu continuidade depois de outros Ministros que por lá passaram, mas o dono da obra é aquele que coloca a placa. E eu queria cumprimentar V. Ex^a por isso, porque o meu Estado, por exemplo, passou nove anos – nove anos, não –, dezenove anos, esperando aquela oportunidade.

Muito obrigado ao senhor. Em nome desta Comissão e dos pecuaristas e agricultores de Alagoas, receba os nossos cumprimentos.

V. Ex^a está liberado para cumprir a sua agenda. Ficarão aqui o Presidente da Conab e o Secretário Neri Geller, para o Presidente da Conab dar as informações que foram solicitadas pelo eminente Senador Waldemir Moka.

Muito obrigado, Ministro.

Tem a palavra o Presidente Rubens Rodrigues dos Santos para responder às indagações formuladas pelos Senadores.

O SR. RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS – Meus cumprimentos ao Senador Benedito de Lira e ao Senador Moka.

Inicialmente, algumas considerações do Senador Sérgio Souza a respeito da armazenagem. A Medida Provisória 619 autorizou a Conab a contratar o Banco do Brasil, inclusive do RDC, para que pudesse fazer

os investimentos nas unidades armazenadoras próprias e também na construção de 10 novas unidades, já mencionadas pelo Ministro Antônio Andrade, e na recuperação de 84 unidades armazenadoras próprias que são unidades, muito bem citadas pelo Senador Ruben Figueiró, da década de 70 e da década de 80, obsoletas e que vão ser todas modernizadas.

As unidades citadas pelo Senador Sérgio Souza, notadamente unidades do norte do Paraná, principalmente de Rolândia e Apucarana, são oriundas do IBC. Eram unidades preparadas para receber café e café ensacado. São unidades que agora vão receber investimentos para terem a capacidade de receber produtos a granel também.

Para vocês terem noção, da capacidade estática da Conab hoje de 2,4 milhões de toneladas, de fato a capacidade real nossa é em torno de 1,2 milhão de toneladas em decorrência de falta de investimentos nessas unidades no decorrer dos anos.

Paralelamente a isso, como muito bem citado pelo Senador Ruben Figueiró, esses investimentos na década de 70 e na década de 80, algumas dessas unidades hoje estão dentro das grandes cidades, a exemplo do que o Senador Osvaldo Sobrinho citou e que o Dr. Neri Geller conhece muito bem, uma unidade que hoje está dentro de Sinop, que é uma grande região produtora. Então, não vale a pena, além de Sinop e outras unidades, essas unidades que não têm nem como se fazer expurgo ou tratamento fitossanitário não vão receber investimentos. Essas unidades vão ser alienadas e uma construção de uma nova unidade em algum distrito agroindustrial próximo a isso, onde não interfere no perímetro urbano ou algo similar. Então, para modernização dessas unidades no Plano Safra foram destinados R\$150 milhões e R\$350 milhões para construção de 10 novas unidades.

Só lembrando que nós temos a unidade de Ponta Grossa, que é a maior unidade armazenadora da América Latina, e hoje a estamos utilizando pela metade da sua capacidade estática exatamente por falta de investimentos. E esperamos que essas obras já iniciem a partir de março, em abril, porque o contrato com o Banco do Brasil já foi assinado. A expectativa do próprio banco, numa reunião que tivemos ontem, é de que já na próxima semana eles publiquem os editais para contratação dos projetos. Então, de fato, que tenhamos celeridade na execução dessas obras a partir do próximo ano.

Relativamente às colocações do senhor, Senador Moka, de fato o senhor tem razão quando coloca as próprias dificuldades. Agora o senhor imagina eu que venho de um banco em que eu era da área de recuperação de crédito; imagina a angústia, a agonia

quando depara com uma situação dessas de dívidas oriundas da década de 90 e da dificuldade que era o recebimento dessas dívidas, como o senhor mesmo teve a oportunidade de acompanhar um caso concreto.

Então, nós temos dívidas de três naturezas: relativamente à questão de quebra no contrato chamado contrato de quebra zero; nós temos dívidas financeiras que foram de armazenadores que renegociaram com a Conab, e não honraram essas dívidas, segundas dívidas; e temos dívidas originárias por desvio de produto ou algo similar.

E hoje, Senador, nós não temos nenhum marco, nenhum normativo que possibilite a negociação dessas dívidas. Nenhum, vou fazer uma vírgula, porque foram contempladas também na medida provisória – isso aí já agradeço ao senhor, graças à atuação do senhor isso foi contemplado na medida provisória – algumas prerrogativas que vão possibilitar à Conab fazer uma renegociação dessas dívidas. Só lembro que nós temos em torno de 5 mil devedores nessas condições e um valor histórico ou um valor original em torno de 292 milhões e, com certeza, em boa parte disso vão ter interesse a partir do momento em que nós possamos ter condições de renegociar essas dívidas. Esse é um marco importante. Volto a frisar que nós não tínhamos nenhuma prerrogativa para fazer essa renegociação com esses armazenadores, seja pessoa jurídica ou pessoa física. Então, realmente foi um avanço significativo.

Eu considerava essa situação, Senadora, até certo ponto, um pouco constrangedora a partir do momento em que nós éramos procurados, e nós ficávamos de mãos atadas, sem ter condições de fazer nada, até mesmo um processo de negociação pelas dificuldades disso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, em casos específicos, a Conab, quer dizer, o Governo, está perdendo. O produtor... Porque eles têm necessidade do armazém. Se alguma coisa aconteceu, se estava endividado o cara, se faliu, pessoas se reúnem para dar uma solução para o problema, e nós não conseguimos vencer essa burocracia. Isso realmente... Estão aí precisando de armazém, com armazéns ociosos, e nós não conseguimos vencer a burocracia, até porque o Governo vai receber ou em produto ou em valores mesmo. Não há como explicar para os produtores por que aquilo não avança. Aí, muitas vezes, um cidadão lá não conhece absolutamente nada, só se atém àquilo ali, não quer nem entender o que está acontecendo. Às vezes, a questão passou por todas as diretorias da Conab, foi negociada, conversada, e o cidadão dá um parecer que emperra e a gente fica sem saber o que dizer para os produtores.

O SR. RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

– Nós entendemos que isso agora está superado, Senador. Com o contexto que foi aprovado, nós entendemos que agora temos condições de renegociar todos esses casos.

Relativamente àquilo que V. Ex^a coloca também, Senador, ao fato ocorrido no Paraná, no final do ano passado, nós recebemos um ofício da Polícia Federal solicitando alguns documentos. Prontamente nós atendemos. Foram em torno de 17 mil cópias de diversas operações e, mais precisamente em maio, junho deste ano, nós mandamos uma equipe de fiscalização para fazer o trabalho em alguns projetos lá no Paraná. A fiscalização foi a campo e produziu relatório. Estavam em análise esses relatórios produzidos ainda.

Concretamente, o que cabia à Presidência, sim, o que nós tivemos conhecimento na terça-feira foi que todos aqueles empregados ali citados foram afastados imediatamente, inclusive o superintendente. Então, o que cabia foi feito. Estou acompanhando pessoalmente esse caso exatamente para que nós possamos dar transparência. Não tenho maiores informações, porque o inquérito está em segredo de justiça. Então, assim que as tenha, vou dar maiores esclarecimentos sobre o fato.

A intenção da Conab é exatamente que se dê transparência, que se apurem os fatos, que os responsáveis sejam punidos, porque nós não podemos penalizar um programa como esse por uma questão isolada, como foi esse caso citado. E eu faço questão de acompanhar de perto o desenrolar desse processo, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, eu sei que não era motivo, não era objeto da audiência pública, mas eu acho que não podemos nos omitir em temas como esse, até porque, como insisto em dizer, há cooperativas e gente muito séria fazendo esse trabalho junto com a Conab. Então, essa é uma questão que tem de ficar absolutamente esclarecida. E, em relação às pessoas envolvidas, se não tiverem culpa, mais um motivo para inocentar essas pessoas que, hoje, estão sendo acusadas também.

Senador, eu não estou absolutamente querendo acusar ninguém. Eu só acho que nós precisamos acompanhar isso, e o Ministério da Agricultura, em especial a Conab, tem de dar absoluta transparência sobre o que, de fato, está ocorrendo.

O SR. RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS – Com certeza, Senador.

Além disso que V. Ex^a está colocando, assim que nós tivermos conhecimento de todo o inquérito e tudo mais, já tendo feito essa primeira parte e conhecendo todo o processo, isso será importante até para uma eventualidade.

E lá na Conab nós criamos agora, no início do ano, Senador, uma área, de cuja criação eu tive o privilégio de participar, que é a área de controles internos da Caixa. Então, uma área que eu criei, agora em janeiro, na Conab, foi a área de controles internos da Conab, e tem dado bons resultados.

Então, eu digo que o controle nunca é perfeito, mas ele precisa ser aprimorado para vermos exatamente onde é falho, em relação a essas questões do controle, e para corrigirmos isso que V. Ex^a coloca.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Não havendo mais quem queira falar, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu queria aproveitar o momento para cumprimentar o Presidente da Conab pelas informações prestadas, ao mesmo tempo, agradecer a presença do companheiro Neri Geller, Secretário de Política Agrícola, e dizer que a Comissão está à sua disposição.

Muito obrigado aos Senadores.

Está encerrada esta presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA****ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 3 DE OUTUBRO DE 2013.**

Às oito horas e quarenta minutos do dia três de outubro de dois mil e treze, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **ANA AMÉLIA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, SÉRGIO SOUZA, CASILDO MALDANER, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer, os Senadores Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Clésio Andrade, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Kátia Abreu e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013, prorrogada por 90 dias a partir de 21.07.2013, conforme Requerimen-

to nº 832/2013, aprovado no dia 16.07.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de iniciar a Pauta de deliberação, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, faz considerações sobre as demarcações de reservas indígenas e informa que o Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIEPCS), Rui Vargas, negou a notícia de que a Rússia teria anunciado embargo à carne suína de 10 frigoríficos brasileiros, divulgada nesta quarta, dia 2, por agências internacionais. Os Senadores Waldemir Moka, Ruben Figueiró e Eduardo Suplicy usam da palavra para discutir sobre as demarcações de reservas indígenas. Dadas as informações, a Senhora Presidente dá início à Pauta de deliberação:

ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2– CCT(Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. **Observações:** **1)** Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. **2)** A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). **3)** Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **4)** Matéria em fase de votação. **5)** O Projeto constou também da Pauta da 23ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 19/09/2013. **6)** Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado: Adiado. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 592, de 2011– Consolidação – Não Terminativo** – Consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal. **Autoria:** Senador Antonio Russo. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela apresentação das correções à redação final do PLS nº 592, de 2011 – Consolidação, em atendimento ao Of. SF nº 977/2013 do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros. **Observações:** **1)** Em 29/03/2012, a Comissão

aprova o Parecer nº 347, de 2012-CRA, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CRA, relator Senador Rodrigo Rollemberg. **2)** Em 18/04/2013, o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, encaminha à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Ofício SF/977/2013 (acompanhado de versão preliminar da redação final da matéria e de quadro-resumo contendo observações referentes a dispositivos do texto do projeto), para manifestação deste Colegiado, quanto a inconsistências encontradas no texto da matéria. **3)** A matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria Geral da Mesa. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2012 – Não Terminativo** – Altera a Lei 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 208, de 2012, com as emendas que apresenta. **Observações:** **1)** Não foram apresentadas emendas no prazo regimental perante a CRA. **2)** O Projeto constou da Pauta da 11ª, 13ª e 19ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 6 e 20/06/2013 e 29/08/2013, respectivamente. **3)** A matéria será apreciada pela CAS em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta, em virtude do recebimento do Ofício/SF nº 2.184/2013, datado de 1º de outubro do corrente ano, subscrito pelo Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, o qual informa que foi protocolizado requerimento de exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pelo Senador Wellington Dias, solicitando, desta forma, seja remetido o presente Projeto à Secretaria Geral da Mesa, para dar seguimento à tramitação da mencionada proposição. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2012 – Não Terminativo** – Modifica o caput do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro– Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências, para fixar a contribuição do PIS/PASEP para as pessoas físicas, urbanas e rurais, na condição de empregadoras e para estender aos seus empregados o pagamento do abono salarial anual. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 165,

de 2012. **Observações: 1)** Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CAS. **2)** A Matéria será apreciada pela CAS em decisão terminativa. Colocada em discussão a matéria, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka, os Senadores Eduardo Suplicy e Waldemir Moka fazem uso da palavra para discutir. Colocado em votação, o Relatório do Senador Waldemir Moka é aprovado. **Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 165, de 2012. A matéria será encaminhada à CAS para apreciação em decisão terminativa. EXTRAPAUTA: ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 42, de 2013. EMENTA:** Requer a realização de audiência pública, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual. Para tanto, sugere sejam convidados: Sr. Alberto Ercílio Broch – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Sr. Márcio Lopes de Freitas – Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Representante do Ministério da Justiça (MJ); Representante do Ministério das Cidades (MCid); Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Deputado Federal Alceu Moreira (PMDB/RS); Sra. Elisângela dos Santos Araújo – Coordenadora-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia faz uso da palavra para tecer comentário sobre o assunto. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas – Senadora **Ana Amélia**, Presidente, em exercício, DA CRA.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão

de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

Com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Esta reunião tem algumas matérias terminativas que requerem quórum especial. Então, à medida que tivermos quórum, vamos examinar essa questão.

Brasília, como alguns Estados do nosso País, viveu ontem mobilização de indígenas e de agricultores, em função de questão bastante crítica relacionada às demarcações de reservas indígenas.

Aqui, em Brasília, os indígenas são contra uma PEC que está tramitando na Câmara dos Deputados e, da mesma forma, no Rio Grande do Sul, onde aconteceram movimentações de parte a parte. Isso envolve, sobretudo no caso do Rio Grande do Sul, pequenas propriedades rurais. São agricultores tipicamente familiares.

Essa é uma questão que pode gerar uma conflagração no País muito grave, e o Governo precisa – mas, antes do Governo, o Supremo Tribunal Federal – dar a palavra, porque ficou inconclusa, Senador Waldemir Moka, a questão da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Dela dependeria se criar uma chamada súmula vinculante para a definição das regras das demarcações.

Essa necessidade da manifestação do Supremo pode trazer, digamos, um ponto final para essa questão, já que entre todos nós aqui há o bom senso de que sim, reconhecemos o direito dos indígenas, mas também temos que ver a forma como essas demarcações estão sendo feitas, a questão dos laudos antropológicos, que estão sendo bastante polemizados na sua essência, na sua origem e no seu conteúdo, exatamente por isso, por essa natureza, digamos, conflitada que vive vários Estados, inclusive o seu, Senador Moka, o meu, o Rio Grande do Sul, que, como disse, são áreas de pequenas propriedades rurais.

O problema já foi levado ao Ministério da Justiça, aliás, o Ministro José Eduardo Cardozo deverá vir a esta Comissão, por requerimento de vários Senadores, no dia 24 deste mês para tratar do assunto. Não só a Comissão, mas também o próprio Senado Federal e o Congresso têm responsabilidade com isso.

Também queria dar outra informação: a Associação Brasileira da Indústria Produtores de Carne Suína está negando embargo da Rússia à carne suína. Houve essa informação. Agências de notícias internacionais divulgaram ontem, quarta-feira, que o país teria anunciado restrição a dez frigoríficos de carne suína do nosso País.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIEPCS), Rui Vargas, negou a notícia de que a Rússia teria anunciado embargo à carne suína de 10 frigoríficos brasileiros, divulgada nesta quarta, dia 2, por agências internacionais.

“Nós vamos continuar informando para toda a população e todos os segmentos de que essa notícia não é verdade. É uma notícia truncada ou um mal entendido, que até nos leva a pensar em algo tendencioso”, enfatizou Vargas em entrevista ao programa Mercado e Companhia, do Canal Rural.

Mais cedo, a agência EFE informou que o Serviço de Inspeção Agrícola e Criação de Gado (SIAG) da Rússia teria comunicado que 10 frigoríficos do Brasil estariam proibidos de fornecer seus produtos para o mercado da União Aduaneira (UA), formada por Rússia, Belarus e Cazaquistão.

Segundo a EFE, que citou um comunicado do SIAG, a decisão teria sido tomada depois da inspeção realizada por veterinários russos em 18 empresas brasileiras, onde teria sido constatado “descumprimentos generalizados e alguns particulares” das normas sanitárias da UA na maioria delas. As inspeções teriam revelado a presença de ractopamina (uma substância para estimular o crescimento muscular dos animais proibida na Rússia) na carne vendida no Brasil.

“Jamais houve qualquer violação, nem no ano passado, nem neste ano. Não houve constatação de resíduo em carne suína exportada. Essa notícia não nos diz nada real porque nem 10 estabelecimentos habilitados para a Rússia nós temos no momento”, acrescentou o presidente da Abieps.

Então, acho que esse esclarecimento é importante. A produção de carne suína no Brasil é muito relevante. O Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos, Marcelo Lopes, cuja sede é aqui em Brasília, tem sido muito atento a questões sanitárias. Os produtores têm muito interesse. De fato, esse tipo de notícia pode supor também, talvez, uma manipulação com outros interesses que não os verdadeiros de uma informação adequada.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Rapidamente para abordar, primeiro, a questão da demarcação das terras indígenas.

Senadora, lembro-me da decisão da Raposa Serra do Sol. Qual foi a decisão do Supremo? Em cima do marco temporal. Em 1988, quando da promulgação da Constituição, nas terras, não existiam produtores. Os arrozeiros não estavam lá. Existiam índios. Então, eles pegaram exatamente, com base no marco temporal de 1988, quando não tinha produtor. Os índios estavam

lá. Então, as terras são dos índios e os produtores deveriam, e de fato assim o fizeram, deixaram as terras da Raposa Serra do Sol.

O que valeu na decisão da Raposa Serra do Sol, que é o marco temporal, tem que valer também nas outras terras. Em 1988, onde não existiam índios e, sim, produtores rurais, não têm que se falar em terras indígenas. Essa é a questão. O Supremo decidiu sobre isso com uma série de decisões, que passariam a ser uma súmula vinculante, e tem um embargo sobre isso que até hoje não foi julgado.

Então, do que precisamos, e V. Ex^a tem razão, é a decisão do Supremo. A decisão do Supremo, a meu juízo, deverá valer para o País como um todo. Entendendo que é preciso aumentar, e, nesse caso, estamos falando de aumentar áreas de demarcação, Senadora, o Governo tem que ter essa decisão. Se quiser aumentar, só tem um jeito, e essa sempre foi a minha tese: colocar recurso no orçamento, e não dívida, TDA. É dinheiro, recurso orçamentário para fazer essas ampliações, desde que o produtor queira, porque também ele tem o direito sobre a terra. É isso que estamos... Enquanto o Governo não tiver essa decisão, vamos ficar nesse jogo de empurra para lá, para cá, sem decisão. Os índios estão sem paciência, como podemos ver, e os produtores rurais acuados. Isso é muito ruim para esse País.

Tenho uma posição muito clara. Há uma injustiça com a população indígena? Há. É preciso aumentar? Em alguns casos, sim. Mas essa injustiça não pode ser debitada nas costas de um único segmento do País: os produtores rurais. Isso nós não podemos admitir.

Em relação a essa questão da carne suína, estranhei quando vi dez frigoríficos suínos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Não temos dez.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não temos isso! Não temos essa quantidade! Por isso, realmente, a notícia, por si só, me soou estranha, e agora V. Ex^a está dando as informações. Na verdade, parece-me que há um exagero nessa informação ou, pelo menos, não me parece ser procedente a informação.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Nessa hora de grande competição, Senador Moka, no mercado internacional, especialmente em uma área sensível como é o setor de carnes, temos que estar sempre, como se diz no interior, com o pé atrás, porque a manipulação de uma informação dessa natureza causa um prejuízo enorme para uns e, talvez, benefício para outros, mas essa é uma concorrência desleal e injusta. Então, temos que zelar. Por isso, pensei e entendi que seria necessário esse esclarecimento.

recimento, porque o Canal Rural, que tem compromisso com a cobertura dos fatos relacionados a isso, tem essa responsabilidade de colocar a verdade como é.

Essa questão indígena – como disse V. Ex^a – envolve gerações e gerações que estão em áreas, como no Rio Grande do Sul, a reserva de Mato Preto, entre Getúlio Vargas e parte de Erechim, claramente há mais de 100 anos. Não é de 1988 que os agricultores... São pequenos agricultores. Todos pequenos agricultores. Quando estiveram com o Ministro Eduardo Cardozo – eu estava presente na audiência que requeremos –, a declaração deles, eles choraram, comovidos, porque os avós deixaram para os pais, os pais deixaram para eles – já seria a terceira ou quarta geração –, eles vieram às lágrimas relatando a forma também como a demarcação é feita. Não haveria necessidade desse confronto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, no Mato Grosso do Sul, é exatamente a mesma coisa. Tive oportunidade de trazer para o então Ministro da Justiça, hoje Governador do seu Estado, Tarso Genro, e mostrar a ele que tínhamos uma fazenda em Miranda em que havia uma definição de limites. A propriedade se limitava com aldeias já demarcadas, mas, agora, essa propriedade, está sendo questionada como terra indígena. Ora, a demarcação foi em 1900 e pouco. Sabe quem fez a demarcação? O então Major Rondon. Falei para ele: “Ministro, se esse documento não tivesse validade, eu não saberia, então, o que teria validade nesse País”. O então Major Cândido Rondon fez a demarcação e delimitou. Ora, então, as aldeias que se limitavam com a propriedade já haviam sido demarcadas. E aquela terra não há que ser requerida como terra indígena. É disso que estamos falando.

“Mas precisa ampliar”. Bom, mas essa é outra história. Se o Governo entende que precisa ampliar, então, ele tem que desapropriar, desde que o produtor queira, e pagar o valor não só da benfeitoria, mas o valor da terra.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço-lhe, Senador Moka. Essa é uma questão muito séria.

Com a palavra o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoridade/PSDB – MS) – Sr^a Presidente, eu gostaria de seguir as palavras de V. Ex^a e do Senador Moka e dar também um testemunho com relação a essa questão, que nós lamentamos até hoje, das terras chamadas indígenas.

Com relação a esse imbróglio lá no meu Estado, recente, da chamada Gleba Buriti, eu posso informar a V. Ex^{as} que a Gleba Buriti foi concedida pelo Governo da União em 1847 a Porfírio de Brito. E isso passou

para todos os seus sucessores, até que em 1928, o General Rondon, que era presidente do Serviço Nacional de Proteção aos Índios, cedeu uma área de 2 mil hectares. Porfírio de Brito cedeu aos indígenas para que eles constituíssem a chamada Gleba Buriti. Isso vem, portanto, significar que o marco temporal dessas terras está absolutamente consagrado pela presença de produtores rurais há mais de um século. Eu entendo também, como o fez o Senador Moka, que se se quiser ampliar a área, que se faça, que se faça com o ônus do poder central. O que não se pode é sacrificar o produtor rural da forma que se está sendo fazendo, prejudicando as suas atividades e não dando absolutamente nada para os indígenas, que se encontram, pelo menos lá nessa região do Buriti, conflagrada do Buriti, completamente abandonados e levando-os, inclusive, à revolta e provocando também o produtor rural que, a continuar assim, não há dúvida nenhuma, como afirmou o Senador Moka, nós poderemos ter um grave conflito.

Eu quero adicionar também, Sr^a Presidente, que eu sou francamente favorável a que o Congresso Nacional aprecie essas coisas e decida sobre a questão indígena. Eu não conheço os termos exatos dessa PEC que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. Mas entendo que ela tem que ser analisada, aperfeiçoada se for imprescindível, mas a decisão, no meu modo de entender, deve ser do Congresso Nacional, porque o Poder Executivo já demonstrou perfeitamente que não tem condições nenhuma para a decisão de um fato tão importante.

E gostaria de adicionar que se o Senado da República é o órgão que representa a Federação, caberia explicitamente a ele decidir sobre essa questão tão importante. Então, a concessão ou ampliação ou regularização dessas terras indígenas deve passar efetivamente pelo Congresso Nacional e sob a responsabilidade do Senado.

É uma opinião que tenho a respeito do assunto.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Ruben Figueiró, aproveito para, em nome da Comissão, cumprimentar V. Ex^a pelo aniversário hoje, desejar-lhe muita saúde, muitas felicidades. O senhor é um companheiro aqui, sempre presente, e tem nos dado uma valiosa contribuição, como essas avaliações.

Esta é a Casa exatamente da democracia. Fala-se a Casa do povo, a Câmara dos Deputados; e a Casa da República ou da Federação, que é esta. Então, na verdade, nós estamos agora, como disse muito bem o Senador Moka, na dependência de que o Supremo Tribunal Federal dê a última palavra sobre uma questão que já foi delineada ou definida claramente sobre

a questão temporal de 1988 em relação à questão indígena. É natural também que os indígenas estejam fazendo essas mobilizações, porque na democracia é assim mesmo.

Eu queria até lembrar que no Rio Grande do Sul 20 Municípios estão ante a ameaça de novas invasões, e os kaingangs que são a comunidade indígena daquela região, deram um ultimato ao Governo até o dia 5; depois prometem fazer demarcações por conta própria. Então, essa é uma questão à revelia da lei, e é complicado esse processo. Eles fazem mobilizações para impedir a votação da PEC 215. Também fizeram na Bahia, não só no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina; estradas foram paralisadas e cerca de 2 mil índios tomaram ontem, como nós também vimos, a Praça dos Três Poderes, a Esplanada dos Ministérios. Houve até ontem um problema aqui com a... Embora a CDH, Comissão de Direitos Humanos, sob a Presidência da Senadora Ana Rita, tenha realizado uma audiência pública com lideranças indígenas em clima de tranquilidade.

Na região de Getúlio Vargas, mais de 20 Municípios estão ameaçados por novas invasões indígenas e um local em que existem propriedades rurais desde 1905. “Os índios querem desestruturar a sociedade”, reclama o Presidente do Sindicato dos Produtores – como eu disse –, pequenos agricultores rurais que estão lá desde essa época, em 1905.

Então, renovo os cumprimentos ao Senador, aguardando que o Supremo Tribunal Federal dê celeridade a essas análises, para definir exatamente o marco regulatório, com a finalidade de uma convivência mais pacífica em nosso País.

Queremos respeitar os direitos das partes: indígenas e pequenos agricultores de um modo especial.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr^a Presidenta Senadora Ana Amélia, eu estava num outro compromisso, mas vim logo. Percebi que o Senador Waldemir Moka e o Senador Ruben Figueiró – este eu pude ouvir – estavam comentando sobre a manifestação dos índios e essa questão que V. Ex^a acaba de mencionar.

Inúmeras manifestações estão acontecendo em diversos lugares, onde estejam os povos indígenas. De fato, estive presente à Comissão de Direitos Humanos, quando havia representantes de mais de 50 tribos ou povos indígenas, e a Senadora Ana Rita deu a oportunidade para que eles pudessem ser ouvidos, juntamente com as suas lideranças, também convidando a Presidenta Maria Augusta, da Funai, para dialogar com eles.

Ontem, fiz uma visita ao acampamento onde estão, no gramado, em frente do Congresso Nacional. Era por volta de 8 horas e 30 minutos. Estava, inclusive, o Cacique Raoni, que é uma grande liderança, uma pessoa que tem mais de 80 anos, e pude verificar como ele tem, de fato, uma enorme liderança sobre os povos indígenas. Acho que havia ali mais de mil índios acampados, mas ali havia pelo menos 300, que se sentaram para me receber naquele horário. Eu acabei conversando com eles por uma hora e meia.

Gostaria de transmitir que eles fizeram um convite para que todos os Senadores fizessem uma visita ali a eles durante o dia de hoje. Se esta Comissão tiver vontade de efetivamente debater o assunto, proporia até que convidássemos algumas das lideranças, para que aqui houvesse também uma audiência, já que o tema, além de se referir à Comissão de Direitos Humanos, refere-se também aos assuntos e preocupações desta Comissão.

Então, fica aqui a sugestão: primeiro, transmito o convite deles para que façam uma visita ao local onde ele estão reunidos o dia todo – fiquei até de fazer outra visita para eles durante o dia de hoje, possivelmente à tarde. O Cacique Raoni sugeriu que por volta das 15 horas, 16 horas, mas quem puder ir, será bem-vindo para dialogar com eles e ouvir as suas ponderações.

Eles, de fato, estão expressando que preferem que o Congresso Nacional não aprove essa Proposta de Emenda à Constituição, assim como a referida nº 215, porque avaliam que isso poderia prejudicar aquilo que está hoje bem claramente definido na Constituição brasileira, referente aos direitos dos povos indígenas.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço ao Senador Eduardo Suplicy a manifestação do convite, em nome das lideranças indígenas, e digo ao senhor que, no dia 24, o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, estará nesta Comissão para tratar disso. Penso também que seria oportuno – eu não estou na Comissão de Direitos Humanos – que a CDH, da qual V. Ex^a faz parte, ouvisse os pequenos agricultores também, porque eu penso que, na democracia, as partes todas precisam ser ouvidas. Onde estão? Refiro-me aos pequenos, à agricultura familiar, àqueles que estão lá desde 1905 produzindo – a terceira, a quarta, a quinta geração já estão lá, não só no meu Estado do Rio Grande do Sul, mas também em Santa Catarina, na Bahia. Então, essas comunidades desses pequenos agricultores, para que eles se manifestem como chegaram lá, como as famílias estão, a documentação que têm a respeito disso e também às questões relacionadas a laudos antropológicos e todas essas questões.

Eu penso que mostrar os dois lados dessa moeda, as duas faces dessa moeda é muito importante para que a sociedade urbana entenda esse dilema que o Brasil ainda não resolveu.

Como já nós renovamos aqui, Senador Suplicy, o nosso interesse é respeitar os interesses indígenas, sem ignorar, no entanto, também as questões legais relacionadas aos direitos dos pequenos agricultores. Esse é o nosso grande dilema e é o nosso grande desafio.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem. O Ministro da Justiça, dia 24, nesta Comissão?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Nesta Comissão. Está confirmada a presença dele.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É uma quinta-feira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É o dia das nossas reuniões, 8h30 da manhã.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Estava dizendo que a reunião com os povos indígenas, no meu Estado, eu já tive a oportunidade de participar, pelo menos, de duas. E o pior, Senadora, com a presença da Presidente da Funai, representantes do Governo Federal, de todas as representações. Tirou-se uma proposta que atenderia a todos os envolvidos. O que existe é uma omissão muito clara, em especial do senhor Ministro da Justiça, porque não é possível que a gente fique...

Na verdade, quando não se quer resolver uma questão, fica se protelando. Há uma injustiça. É preciso corrigir a injustiça? Sim. Mas as pessoas que estão lá têm títulos, elas não são grileiras, elas não invadiram. Agora, como você vai colocar os índios lá e tirar os produtores, como na prática acontece, porque as propriedades estão invadidas, e o produtor não tem para quem reclamar, embora tenha decisão judicial. Tem uma propriedade, dizendo que não é terra indígena, mas nós não conseguimos vencer isso.

Então, da minha parte, não é que nós não conhecemos essa questão. Aliás, conheço profundamente, porque discuto isso há muito tempo, infelizmente, para mim, sem nenhum resultado específico, porque não há uma decisão do Governo em resolver essa questão.

V. Exª iniciou esta reunião dizendo que o que precisa é uma manifestação do Supremo. Eu acho que, aí sim, a hora que houver a decisão do Supremo, penso que o Governo, em cima da decisão, porque aí não é

a decisão do Executivo, do Legislativo, é uma decisão da mais alta Corte do País. Em cima dessa decisão, eu acho que o Governo vai cumprir. Pelo menos, é o meu entendimento neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço-lhe muito, Senador Moka. Penso que a democracia se sustenta sobre o Estado de direito, e o Estado de direito é o respeito à lei. Então, nós entendemos dessa forma.

Novamente, a palavra ao Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Srª Presidente, a senhora foi muito gentil em lembrar que hoje eu estou comemorando. Só não disse qual é a idade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Não, não se pode.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Mas eu faço questão de dizê-lo. Eu estou completando hoje 82 anos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É um menino.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Mas já iniciei os 83.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Que ótimo.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Para retribuir a gentileza de suas palavras, eu quero desejar à senhora e a todos que estão aqui que comemorem o dobro da minha idade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É o que queremos.

Obrigada.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eu quero dizer à senhora que, nesses 82 anos de idade, eu me lembro de uma expressão de um pensador americano que dizia: “Não se envelhece com o passar dos anos, mas sim pelo abandono dos ideais.” Eu quero dizer à senhora e a todos aqui que eu continuo com os ideais de jovem da primeira manifestação política minha, que foi em 1945, quando eu levantei a bandeira de Eduardo Gomes, naquela célebre campanha que ele fez logo após a redemocratização, o início da redemocratização do País. Continuo da mesma forma. Que Deus me ajude a conseguir chegar ao fim da minha vida com os mesmos ideais que me alimentam hoje.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É o que nós também desejamos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito obrigado a V. Exª pelas expressões carinhosas que fez a respeito do meu aniversário, como agradeço aos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É o que nós desejamos ao senhor, sinceramente, Senador, que tem sido um exemplo para todos nós. A sua vitalidade se reflete exatamente sobre as suas convicções. E a sua forma e a sua maneira elegante de relacionar-se, muito respeitoso com todos os colegas. Uma grande figura.

Eu estou lendo agora o Lira Neto, a história do Getúlio Vargas, uma biografia muito bem contada, e aparece a figura do Brigadeiro Eduardo Gomes e de tantos outros personagens que nos encantam. Talvez a política esteja precisando da convivência com figuras como aquelas sobre as quais a gente lê, entre as quais eu incluo V. Exª.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – A senhora sabe, Senadora, eu me lembro aqui do *slogan* da campanha, que lembra Voltaire: “O preço da liberdade é a eterna vigilância.” É o que nós fazemos aqui no Congresso Nacional.

E é por essa razão, Srª Presidente, que eu entendo que a responsabilidade das decisões com relação à questão das terras indígenas deve ser do Congresso Nacional. Nós temos responsabilidade para isso.

A audiência que nós temos dado aqui às comunidades indígenas e também aos produtores rurais não é a mesma que o Poder Executivo nos dá. Prova está na manifestação que fez aqui o Senador Moka de que nós temos encontrado inúmeras objeções. E quero dar um detalhe: nessa questão que nos abala lá em Mato Grosso do Sul, das terras Buriti, o Sr. Ministro Gilberto Carvalho esteve lá na nossa presença, no final do mês de junho, e assegurou que em 45 dias estaria resolvida a questão, assegurando os direitos dos índios, recompensando, se for o caso, os proprietários rurais que tiveram as suas terras invadidas e que, possivelmente, seriam desapropriados.

Faz mais de 100 dias e, até agora, nenhuma solução houve. Estão empurrando a questão para, talvez, um outro governo resolvê-la. Por isso, eu repito: a responsabilidade deve caber ao Congresso Nacional. E, dentro do Congresso Nacional, ao Senado da República, porque ele representa a República, a Federação dos Estados. A questão deve ser entendida dessa maneira.

Muito obrigado, principalmente, às expressões generosas de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O senhor merece, Senador Ruben Figueiró.

Há um outro tema, Srs. Senadores, e eu estou apresentando à Comissão um requerimento para uma audiência pública. Eu entendo que seja sempre o grande espaço. O Senador Moka, no comando da Comissão

de Assuntos Sociais, tem sido revelador da capacidade que temos de tratar das questões que estão em pauta.

O Governo determinou, à luz do Código de Trânsito, que máquinas e implementos agrícolas sejam emplacados e vistoriados pelo Detran. Às vezes, a gente que conhece mais a realidade rural pensa que alguma burocracia, em Brasília, no ar condicionado, ignora o Brasil real, que é este do campo. Este Brasil que trabalha, que produz e que sustenta a economia brasileira. Então, não se pode criar uma lei ou uma determinação olhando a realidade de São Paulo ou do Rio de Janeiro. São importantes? São, mas o Brasil rural está também no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, no Rio Grande, Santa Catarina, Paraná, Tocantins, Goiás, Maranhão, Piauí, Nordeste, Norte, está em todo o Brasil.

E este é um Brasil que não pode pagar uma conta para a burocracia. Já paga por não ter e sofre as consequências de uma logística deficitária: rodovias ruins; não temos ferrovias; área de transporte fluvial incipiente e tantos outros; portos também precários e caros, e ainda o emplacamento desses veículos. A determinação do Governo provocou, especialmente de novo os pequenos agricultores, de novo eles, porque a capacidade que eles têm e a renda que recebem não são compatíveis com mais gastos. Então, houve um projeto, aprovado na Câmara Federal, do Deputado Alceu Moreira, que é do meu Estado. Aliás, estimulado pela Fetag, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, ou seja, são os pequenos agricultores, e também com o apoio da Contag e da Fetraf, que mobilizou também os Parlamentares de todos os partidos no sentido de que o Governo revisse essa questão da exigência do emplacamento das máquinas agrícolas, pois elas vivem dentro das propriedades rurais – ou a maioria vive dentro das propriedades rurais. Sobre aquelas que andam nas estradas, nós precisamos tratar excepcionalmente essas, mas não generalizar um custo adicional e uma exigência, porque, para fazer todo o procedimento, os senhores que convivem com Detrans sabem que se deve ir lá emplacar o veículo, fazer vistoria e tudo o mais.

Então, eu estou pedindo, já que os Ministérios mandaram uma nota técnica, porque eu pedi a relatoria desta matéria aqui na Comissão, os três Ministérios mandaram notas técnicas contrárias ao projeto do Deputado Alceu Moreira, impedindo a exigência de emplacamento de máquinas agrícolas.

Então, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, eu requeiro a realização de uma audiência pública no âmbito desta Comissão para instruir o Projeto de Lei nº 57, de 2013, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui

o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual. Para tanto, sugiro sejam convidados o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Alberto Ercílio Broch; o Presidente da OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras, Márcio Freitas; representante ou Presidente da Confederação Nacional da Agricultura; representante do Ministério da Agricultura; representante do Ministério da Justiça; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mdic; Deputado Alceu Moreira, o autor do projeto, e a coordenadora geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar – Fetraf.

Então, eu penso que aqui poderia vir até o Ministério da Agricultura, se os senhores entenderem, para que essa questão seja tratada. Eu até aproveito – esta matéria é extrapauta – e consulto aos Srs. Senadores se acolhem o requerimento de minha autoria ou se têm alguma sugestão sobre a mesma matéria, para que gente encaminhe e submeta à aprovação e posterior agendamento da audiência pública.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento. Para as providências da Secretaria.

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 679, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

Autoria: Senadora Ana Rita.

Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por *Ad Hoc*).

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta.

Informo que esta matéria constou da pauta desta Comissão no dia 12 de setembro corrente, tendo esta Presidente, Relatora *ad hoc*, proferido o relatório, que concluiu pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 679, de 2011, da Senadora Ana Rita, nos termos da Emenda nº 2, Substitutivo, com a Subemenda que apresentou. Naquela ocasião, foi iniciada e encerrada a discussão, e a matéria continua sobrestada por falta de quórum, porque é uma matéria de caráter terminativo, e nós precisamos de nove votos dos Srs. Senadores.

Passa-se ao Item 2 da pauta de hoje.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 592, DE 2011 – CONSOLIDAÇÃO

– Não Terminativo –

Consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal.

Autoria: Senador Antonio Russo.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: Pela apresentação das correções à redação final do PLS nº 592, de 2011-Consolidação, em atendimento ao Of. SF nº 977/2013 do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros.

A matéria foi recebida nesta Comissão no dia 21 de setembro de 2011. Não foram oferecidas sugestões no prazo regimental para a Comissão.

Na reunião realizada no dia 29 de março de 2012, foi aprovado o parecer, que teve como Relator o Senador Rodrigo Rollemberg, que concluiu pela aprovação da matéria, com as Emendas nºs 1 e 2, da CRA.

A matéria foi aprovada pelo Plenário do Senado Federal em 5 de junho de 2012, sendo encaminhada à Comissão Diretora para a redação final.

Em 18 de junho de 2013, foi recebido o ofício do Senado Federal nº 977, do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, encaminhando versão preliminar da redação final da matéria e de quadro-resumo contendo observações referentes a dispositivos do texto do projeto para manifestação deste colegiado quanto à inconsistência encontrada no texto desta matéria.

Em função dessa manifestação da Presidência, da Mesa do Senado em relação à iniciativa da Senadora Ana Rita, o próprio Relator, Senador Rodrigo Rollemberg, solicitou a retirada de pauta do item 2 da Ordem do Dia.

Passa-se ao item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 208, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização.

Autoria: Senador Blairo Maggi.

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 208, de 2012, com as emendas que apresenta.

Sobre a mesa, o Ofício do Senado nº 2.184, de 2013, datado de 1º de outubro do corrente, subscrito pelo Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, informando que foi protocolizado requerimento de exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, pelo Senador Wellington Dias, solicitando, dessa forma, que seja remetido o presente projeto à Secretaria-Geral da Mesa para dar segmento à tramitação da mencionada proposição do Senador Blairo Maggi.

Portanto, esta Presidência retira da pauta o PLS nº 208, de 2012.

Passa-se ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 165, DE 2012

– Não Terminativo –

Modifica o caput do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências, para fixar a contribuição do PIS/PASEP para as pessoas físicas, urbanas e rurais, na condição de empregadoras e para estender aos seus empregados o pagamento do abono salarial anual.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 165, de 2012.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka, Relator da matéria, para proferir o seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srª Presidente, eu vou me ater à análise, por que V. Exª já resumiu o projeto.

No que se refere à constitucionalidade e à regimentalidade, entendo não haver vícios que prejudiquem o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012. O texto segue a boa técnica legislativa, sendo dotado de concisão, clareza e objetividade.

Compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, análise do mérito da proposição, nos termos do art. 104-B, incisos XVI e XXI, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF.

O PLS nº 165, de 2012, visa estender aos trabalhadores, empregados por pessoas físicas, o benefício do abono salarial. Para tanto a proposição prevê a contribuição desses empregadores pessoas físicas ao PIS/Pasep, fonte de custeio do abono salarial, de acordo com o art. 239 da Constituição Federal.

O abono salarial é um benefício pago anualmente no valor de um salário mínimo aos trabalhadores que perceberam em média até dois salários mínimos mensais no ano anterior. Para fazer jus a esse abono, o trabalhador deve estar cadastrado há, no mínimo, cinco anos no PIS/Pasep, além de ter trabalhado com vínculo empregatício por pelo menos trinta dias no ano anterior.

Ao estender aos trabalhadores empregados por pessoas físicas o abono salarial, o PLS em apreço vem potencializar o alcance social daquele benefício. Além disso, a proposição vem atender aos reclames das entidades representativas dos trabalhadores rurais que têm, reiteradamente, pleiteado que os trabalhadores do campo venham a ter acesso aos mesmos benefícios que os demais empregados vinculados a pessoas jurídicas.

Na área rural, os números são bastante imprecisos. Entretanto, se considerarmos os trabalhadores temporários como um parâmetro de estimativa do grupo a ser mais afetado pela extensão do abono salarial, podemos ter uma ideia inicial do alcance da proposição. De um total de 14,1 milhões de trabalhadores, cerca de 15% são temporários, o que nos dá um volume inicial de mais de um milhão de novos beneficiários.

Cumpramos ressaltar, ainda, que a referida iniciativa beneficia também os trabalhadores domésticos, cujos vínculos empregatícios junto a pessoas físicas se assemelham aos dos trabalhadores rurais. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, o Brasil tem cerca de 7,2 milhões de empregados domésticos. De acordo com os dados da PNAD/IBGE, 30,7 % desses empregados domésticos percebem até dois salários mínimos mensais e mantêm vínculo empregatício formal (carteira assinada). Isso significa dizer que mais de dois milhões de trabalhadores domésticos, em sua grande maioria mulheres, serão beneficiados pelo PLS nº 165, de 2012.

A ampliação do alcance da proposição é, portanto, vigorosa, podendo beneficiar, em um primeiro momento, cerca de 3 milhões de trabalhadores.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Em discussão o projeto que o Senador Waldemir Moka acaba de relatar. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu quero cumprimentar a iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares e também o Senador Waldemir Moka, pelo parecer, que é favorável à iniciativa do Senador Valadares, tanto que deverá compreender um número muito significativo de trabalhadores rurais e de trabalhadores domésticos.

Acho que se estende aqui, portanto, o direito ao PIS/Pasep.

Estava consultando aqui a nossa assessoria se porventura, quando recentemente examinamos os direitos dos trabalhadores domésticos, se este assunto estava ali incluído, mas, de qualquer maneira, esteja ou não, eu estou a favor. Então, coloco-me a favor da proposição, do Relator e da relatoria do Senador Waldemir Moka.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador.

Com a palavra, o Relator.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu relatei este mesmo projeto na Comissão de Assuntos Sociais. Ele era terminativo lá. Aí houve um requerimento para passar pela Comissão de Agricultura, porque ele trata também de trabalhadores rurais.

Na minha avaliação, é um equívoco, é uma injustiça muito grande você excluir tanto os trabalhadores domésticos como os trabalhadores rurais do abono anual. Para mim, não faz sentido. Eu sei que o tema está sendo tratado na chamada PEC dos trabalhadores domésticos. Mas eu acho que, mesmo que venha a ser contemplado, eu acho que não invalida a iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço ao Senador o esclarecimento e agradeço o apoio ao Senador Eduardo Suplicy. Certamente, o autor, o Senador Antonio Carlos Valadares, ficará muito satisfeito com a manifestação e, sobretudo, com a sua relatoria.

Como nós temos quórum e não é matéria terminativa, Senador Moka, a matéria voltará à CAS, para lá, sim, ser terminativa.

As Sr^{as} e os Sr^s que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir o parecer da CRA pela aprovação da matéria.

Ela será apreciada, como eu disse, pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão de caráter terminativo.

Esse foi o item 4 da pauta.

Como nós encerramos a agenda desta semana, as matérias, duas foram retiradas de pauta a pedido dos relatores das matérias; por manifestação da Mesa,

porque foram pedidas para tramitação em outras comissões, então, nós esgotamos a nossa pauta desta manhã, agradecendo muito a presença dos Srs. Senadores.

O SR. WALDEMIR MOKA. (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA. (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srª Presidente, eu queria, ao terminar, eu fui o primeiro a cumprimentar esse meu amigo, extraordinário homem público do meu Estado, Senador Ruben Figueiró. E eu gostaria, tenho certeza de que o faço também em nome de seus amigos do Mato Grosso do Sul, de desejar a esse grande amigo, grande companheiro, mas também grande homem público do Mato Grosso do Sul, parabéns pelo aniversário. E que aquilo que ele desejou a todos nós, que ele tenha mais 82 anos, no mínimo, para que a gente possa sempre comemorar essa data.

Um grande abraço em nome da população do Mato Grosso do Sul, meu amigo Ruben Figueiró.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria /PSDB – GO) – Pela ordem também, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria /PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente Ana Amélia.

Amigo Figueiró, receba em nome de todo o nosso PSDB, a sua bancada querida, os votos de uma vida longa, uma estrada bem pavimentada; nós sabemos que há uns quebra-molas, mas você já passou por tantos, e ainda há de passar por alguns.

Que Deus te proteja! Continue sendo assim essa pessoa em que a gente se espelha. E, à sua idade, todos nós queremos chegar com esse esplendor, com essa inteligência e com essa jovialidade que nos espelha.

Um abraço fraterno do seu amigo Cyro e de todo o PSDB.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Cyro Miranda.

As referências merecidas ao Senador nosso colega, atento e, digamos, um Senador muito comprometido com as questões não só do seu Estado, mas com as questões nacionais.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força /PTB – MT) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a palavra o Senador Osvaldo.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força /PTB – MT) – Srª Presidente, neste momento ninguém pode ficar calado tendo em vista que o Ru-

ben Figueiró fica um ano mais velho. Eu me lembro bem das atividades do Ruben quando ele, Deputado Estadual, lá em Mato Grosso – eu era muito criança, ainda, e ele já era líder do Governo Garcia Neto...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Olha só que maldade; viu como é que é?

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força /PTB – MT) – Mas sempre eficiente, competente, trabalhador, uma pessoa que tem sempre os motivos para angariar a amizade e o respeito dos seus pares. E uma pessoa por quem eu tenho a maior estima e consideração pelo seu modo de viver, pelo seu modo de tratar.

Portanto, ao Ruben Figueiró, nosso grande amigo e companheiro, mato-grossense dos dois Matos Grossos, nós queremos aqui, em nome do nosso PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) deixar o nosso abraço fraternal na certeza de que Deus abençoará sempre a sua vida, porque Ruben faz por merecer.

Parabéns, Ruben!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada em nome do Senador aniversariante.

Com a palavra o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria /PSB – SE) – Srª Presidente, meus caros colegas Senadores, eu sou muito emotivo. E, ao ouvir o Senador Moka, que tenho certeza de que falou pelo coração, como V. Exª, como o Senador Osvaldo Sobrinho, como o Senador Cyro Miranda, eu só posso agradecer também pelo coração; agradecer-lhes profundamente a mensagem que me enviam através de suas palavras. E dizer-lhes que eu não estou envelhecendo; eu estou, realmente, renovando, porque, como disse de início aqui nesta reunião, não se envelhece com o passar dos anos, mas, sim, pelo abandono dos ideais. E se eu mantenho esses ideais de juventude, eu me considero jovem. E é o que eu desejo também a todos vocês: que continuem sempre jovens e deem essa contribuição maravilhosa que, através do Senado da República, têm dado ao nosso País.

A todos, o meu reiterado e profundo agradecimento pela mensagem que me enviam.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – V. Exª merece e orgulha a todos nós. São os bons exemplos que nós precisamos, na política, ressaltar e evidenciar, porque isso é muito bom, sobretudo, para aqueles que estão começando; alguns ainda descrentes da política.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria /PSDB – GO) – Só para encerrar, eu gostaria de falar uma fra-

se de uma das poesias de Cora Coralina, quando ela dizia: “Eu não tenho medo da velhice; eu tenho medo de ficar velha.”.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É muito bonito.

Já que estamos falando em juventude e tempo, eu trouxe para entregar ao Senador Suplicy uma foto muito ilustrativa, porque a vida é exatamente manter-se jovem.

Eu estava cuidando dos meus arquivos e encontrei lá esta foto. E aí logo olhei e disse: este é o Suplicy, o Senador Suplicy, claro, de cabelos bem pretos – mais cabelos, Senador –, sem rugas – e eu também.

Esta foto foi feita em 1985. V. Exª era Deputado e eu era repórter.

O SR. WALDEMIR MOKA. (Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Eu tinha 15 anos. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Então, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 32 minutos.*)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE OUTUBRO DE 2013.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia dez de outubro de dois mil e treze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELÍCIO DO AMARAL, EDUARDO SUP LICY, CASILDO MALDANER, KÁTIA ABREU, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, OSVALDO SOBRINHO, ANTONIO CARLOS VALADARES e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer, os Senadores Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Clésio Andrade, Sérgio Souza, Ana Amélia, Ivo Cassol, Waldemir Moka e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013, prorrogada por 90 dias a partir de 21.07.2013, conforme Requerimento nº 832/2013, aprovado no dia

16.07.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente dá início à Pauta de deliberação: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT(Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. **Observações:** **1)** Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. **2)** A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). **3)** Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **4)** Matéria em fase de votação. **5)** O Projeto constou também da Pauta da 23ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 19/09/2013. **6)** Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** **Adiado. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 592, de 2011 – Consolidação – Não Terminativo – EMENTA:** Consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal. **Autoria:** Senador Antonio Russo. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela apresentação das correções à redação final do PLS nº 592, de 2011– Consolidação, em atendimento ao Of. SF nº 977/2013 do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros. **Observações:** **1)** Em 29/03/2012, a Comissão aprova o Parecer nº 347, de 2012-CRA, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CRA, relator Senador Rodrigo Rollemberg. **2)** Em 18/04/2013, o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, encaminha à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Ofício SF/977/2013 (acompanhado de versão preliminar da redação final da matéria e de quadro-resumo contendo observações referentes a dispositivos do texto do projeto), para manifestação deste Colegiado, quanto a inconsistências encontradas no texto da matéria. **3)** A matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria Geral da Mesa. **Resultado:**

Adiado. ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 43, de 2013 – EMENTA: Requer, na forma regimental e em aditamento ao Requerimento nº 6, de 2013-CRA, que seja convidado o senhor Álvaro Arthur Lopes de Almeida, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas, para participar da Audiência Pública a ser realizada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito De Lira**, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Requerimento.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Sobre a mesa, dois projetos terminativos.

Como não há número para deliberar, passo a ler o requerimento extrapauta.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 43, DE 2013

Requer, na forma regimental e, em aditamento ao Requerimento nº. 06 de 2013-CRA, que seja convidado o Sr. Álvaro Arthur Lopes de Almeida, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas, para participar da Audiência Pública a ser realizada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Encerrada a ordem do dia.

Não havendo mais matérias, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2013**

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia oito de outubro de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Rodrigo Rollemberg, Ivo Cas-sol, Benedito de Lira, Sérgio Souza, Cícero Lucena e Osvaldo Sobrinho. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Lobão Fi-lho, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Aloysio Nu-nes Ferreira, José Agripino, Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidên-cia inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº. 31/2013-CCT**, de autoria do Senhor Senador Flexa Ribeiro, que requer a realização de audiência pública para debater o tema “ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO E OS INVESTIMENTOS NOS CENTROS DE TECNOLOGIA DAS FORÇAS ARMADAS”. Com-parecem à audiência, na qualidade de expositores, os Excelentíssimos Senhores Wagner Lopes de Moraes Zamith, Vice-Almirante, Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial do Ministério da Defe-sa; Sinclair James Mayer, General de Exército, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro; Wilson Barbosa Guerra, Almirante-de-Es-quadra, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha do Brasil; e Wander Almodovar Golfetto, Brigadeiro-do-Ar, Chefe do Subdepartamento Técnico do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da Força Aérea Brasileira. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usa da palavra o Senhor Senador Walter Pinheiro. O autor do requerimento, Senador Flexa Ri-beiro, deixa perguntas por escrito para os convidados. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela

presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a re-união, às doze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Co-municação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Zeze Perrella**, Presi-dente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Declaro aberta a Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comuni-cação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordiná-ria da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de outubro de 2013.

Antes de iniciarmos os trabalhos da nossa reu-nião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Dando início aos trabalhos desta audiência pú-blica, realizada em atenção ao Requerimento nº 31, de 2013, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, deba-teremos o tema: Atividades de Pesquisa e Inovação e os Investimentos nos Centros de Tecnologia das Forças Armadas.

Temos, então, a honra de convidar para a com-posição da Mesa o Ex^{mo} Sr. Vice-Almirante Wagner Lopes de Moraes Zamith, Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial do Ministério da Defesa; o Ex^{mo} Sr. General-de-Exército Sinclair James Mayer, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército brasileiro; o Ex^{mo} Sr. Almirante-de-Esquadra Wilson Barbosa Guerra, Secretário de Ciência, Tecno-logia e Inovação da Marinha do Brasil; e, por fim, o Sr. Brigadeiro-do-Ar Wander Almodovar Golfetto, Chefe do Subdepartamento Técnico do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da Força Aérea Brasileira.

Composta a Mesa por brilhantes expositores, é importante destacarmos, de início, a relevância des-te debate e da iniciativa proposta pelo Senador Flexa Ribeiro, que é o autor desse requerimento.

É notório e público que alguns dos grandes avan-ços tecnológicos da humanidade se deram a partir de experimentos e invenções oriundas dessas instala-ções. No Brasil, temos também os nossos centros de excelência.

Além das notícias sobre esses programas, dare-mos especial atenção sobre as questões orçamentá-

rias, pois é importante que o País destine os recursos necessários para estas atividades, sejam de inteligência e proteção, sejam aquelas para o desenvolvimento de novas tecnologias.

Nada mais oportuno do que ampliarmos o debate incluindo esta audiência pública com as três Forças Armadas e o Ministério da Defesa, para que apresentem informações sobre os investimentos e atividades dos centros de tecnologia militares à nossa CCT.

Aproveitamos a oportunidade para informar mais uma vez que, neste mês de outubro, será realizada, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a 10ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (CNCT). E esta Comissão integrará a programação oficial com a realização do seminário “Caminhos para a Inovação”, edição 2013, e também fará algumas atividades paralelas.

No dia 23 de outubro, quarta-feira, será realizada em parceria com o Núcleo do Futuro da UnB uma palestra proferida pelo renomado cientista Prof. Marcelo Gleiser, com o tema: O Homem e os Caminhos da Ciência. O evento acontecerá no auditório Dois Candangos a partir das 10 horas.

E, no dia 24, quinta-feira, a partir das 8h30, teremos, então, o mencionado seminário “Caminhos para a Inovação”, que tratará do tema: A Ciência no Futuro da Saúde e dos Esportes.

Além da Mesa de abertura, com a presença de Senadores e do Ministro Marco Antonio Raupp, teremos, ao longo do dia, quatro painéis temáticos com autoridades, cientistas e personalidades.

A programação está à disposição do Plenário e dos interessados na Secretaria da CCT.

É importante ressaltar também que o seminário, em 2012, alcançou grande sucesso. E este ano, por iniciativa novamente do Senador Vital do Rêgo, autor do requerimento, certamente teremos uma audiência ainda maior.

Dando continuidade, então, aos trabalhos da Comissão, informo que, para este primeiro bloco, cada um dos expositores terá o prazo individual de 15 minutos, sem prejuízo da necessidade de sua extensão. Em seguida, passaremos a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento, e depois aos demais Senadores na ordem de inscrição, para seus comentários e perguntas.

Ouviremos agora, na abertura das exposições, o Sr. Vice-Almirante Wagner Lopes de Moraes Zamith, Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial do Ministério da Defesa.

Com a palavra, o Sr. Vice-Almirante Wagner Lopes.

O SR. WAGNER LOPES DE MORAES ZAMITH

– Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de iniciar a minha fala aqui cumprimentando V. Ex^a, Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, em nome de quem eu gostaria de saudar todos os Parlamentares presentes. Eu gostaria de registrar também que, da mesma forma, é uma satisfação grande dividir este painel, de tema tão importante, com os demais representantes das Forças Armadas, o Almirante Guerra, o General Maia, o Brigadeiro Wander, pelos quais tenho um enorme apreço.

Minhas senhoras e meus senhores, eu acredito que nós estamos agora com a nossa apresentação colocada aqui nesta audiência pública no Senado Federal.

O tema proposto para a audiência foi: Atividades de Pesquisa e Inovação e os Investimentos nos Centros de Tecnologia das Forças Armadas.

Eu represento o Ministério da Defesa. Sou o Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial. O nosso departamento está subordinado à Secretaria de Produtos de Defesa. Obviamente, nós vamos falar um pouquinho de ciência e tecnologia, e nada melhor do que apresentar estas três fotografias, cada uma representando uma das Forças, obviamente, com meios que são intensos em tecnologia.

O nosso propósito é o de apresentar alguns aspectos relevantes sobre a atividade de ciência, tecnologia e inovação no Ministério da Defesa.

Seria impossível nós tratarmos deste tema sem iniciarmos esta nossa apresentação mencionando alguma coisa sobre o suporte documental. Esse suporte documental tem induzido a uma convergência de ideias e a uma completa transformação de processos nesse segmento.

Então, eu coloquei os três principais: a Política Nacional de Defesa, de 2012; a Estratégia Nacional de Defesa, lançada em 2008 e atualizada em 2012; e o Livro Branco de Defesa Nacional, de 2012. Esses, verdadeiramente, são marcos históricos no sentido da afirmação e divulgação dos fundamentos e parâmetros da Defesa, enfatizando e norteados, inclusive, a nossa área, a área que está aqui em estudo, em análise, que é a área de ciência, tecnologia e inovação.

Início pela Política Nacional de Defesa. Nós fomos à Política Nacional de Defesa pinçar, extrair esse Objetivo Nacional de Defesa nº 9, que é o de desenvolver a indústria nacional de defesa orientada para obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis.

Adiante.

Na nossa Estratégia Nacional de Defesa, que enumera as diretrizes e orientações para que os ob-

jetivos nacionais de defesa sejam alcançados, nós podemos extrair essa diretriz extremamente importante e que traz uma convergência muito grande com aquele objetivo nacional já colocado na nossa Política Nacional de Defesa, qual seja capacitar a base industrial de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa.

Essa nossa Estratégia Nacional de Defesa estabelece também três eixos estruturantes. Os três estão colocados nesse eslaide. O primeiro basicamente de organização das nossas forças a fim de melhor atender às suas missões constitucionais; o de nº 3 basicamente de recomposição de efetivos. E eu gostaria de chamar a atenção das senhoras e dos senhores para o de nº 2, qual seja, o de reorganizar a indústria nacional de material de defesa com o propósito de assegurar que os equipamentos necessários às Forças Armadas serão obtidos a partir de tecnologias nacionais. Os senhores veem que a tecnologia nacional é assunto recorrente nesse suporte documental.

Obviamente, além disso, além dos eixos estruturantes, nós temos também os setores estratégicos que são mencionados – não estão dispostos aí, mas todos os senhores conhecem –: os setores nuclear, a cargo da Marinha do Brasil; o cibernético, a cargo do Exército Brasileiro; e o setor espacial, a cargo da Força Aérea.

Bom, esses três documentos que foram mencionados, em 12 de setembro de 2013, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo contendo os três. Quer dizer, então estão vigendo. E permitiram como subproduto daquilo que está disposto nesses três documentos a criação dessa lei e desse Decreto nº 7.970, que regulamenta a Lei nº 12.598, que é conhecida em alguns círculos como a Lei do Produto de Defesa. Esses dois documentos, a lei e o decreto que a regulamenta, basicamente, estão causando uma transformação que está ora em curso, no Ministério da Defesa, e, obviamente, em todo o setor governamental ligado à base industrial de defesa.

Essa lei, dentre os seus institutos, estabelece o regime especial tributário da indústria de defesa, menciona o processo de licitação especial, o termo de licitação especial. O decreto que regulamenta a lei menciona a Comissão Mista da Indústria de Defesa, que foi recentemente criada. São ferramentas muito importantes para o avanço desse processo, no Ministério da Defesa, ligado ao setor industrial.

Próximo.

Obviamente, esses documentos, essa base legal, a Lei nº 12.598, de 2012, e o decreto que a regulamentou, de março de 2013, visam criar condições para a inovação e a competitividade. Essas são as

palavras-chave em relação a esses documentos, que são bem recentes.

Eu não poderia deixar de citar também o Plano de Articulação e Equipamentos da Defesa, que reúne os projetos estratégicos das Forças Armadas destinados a atender as demandas por novas capacidades de defesa. E, obviamente, a grande maioria desses projetos estratégicos, de projetos estruturantes das três Forças está contida no nosso Livro Branco da Defesa Nacional. O horizonte temporal é de 20 anos, contando a partir do atual Plano Plurianual, e vai até 2031.

Quais são os efeitos positivos da implantação desse Plano de Articulação e Equipamentos da Defesa? Especificamente com relação ao campo científico e tecnológico, a capacidade de projetar, desenvolver e fabricar sistemas, materiais, componentes e equipamentos nucleares e convencionais com o uso de tecnologia dual; a integração de universidades, institutos, centros de tecnologia e pesquisa militares no desenvolvimento e absorção de tecnologias sensíveis; a capacitação da indústria nacional mediante transferência de tecnologia; a nacionalização de sistemas, equipamentos e componentes; e o desenvolvimento na construção de navios, aeronaves e viaturas blindadas de alta complexidade, permitindo a concepção de projetos nacionais e a construção no País. Esses são apenas alguns dos efeitos positivos elencados, inclusive, no Livro Branco da Defesa Nacional, com relação à implantação do Paed.

Eu gostaria de passar, agora, à estrutura e em onde a área de ciência e tecnologia se insere dentro da estrutura organizacional do Ministério da Defesa. Podemos ver aqui o Ministro da Defesa, as Forças Armadas diretamente subordinadas a ele e a Administração Central, dividida em dois grandes segmentos: o segmento que é o Estado Maior conjunto das Forças Armadas, com as suas chefias subordinadas, e a Secretaria-Geral, com as secretarias subordinadas. Dentre as secretarias subordinadas, temos a Secretaria de Produtos de Defesa, à qual o Departamento de Ciências e Tecnologia está subordinado.

A Secretaria de Produtos da Defesa possui três departamentos subordinados: o Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial, que é o Departamento do qual sou diretor; o Departamento de Produtos de Defesa; e o Departamento de Catalogação.

Hoje, fruto do que está contido na Lei 12.598 e no Decreto 7.970, está funcionando no Decat também um Núcleo de Promoção Comercial, certamente já vaticinando um futuro desdobramento, um futuro aprimoramento dessa estrutura da Secretaria de Produtos de Defesa.

Aqui podemos imaginar que, em termos de base industrial de defesa, ciência e tecnologia, indústria de defesa, a Secretaria de Produtos de Defesa abrange todas as atividades, desde a pesquisa, passando pelo desenvolvimento, produção e catalogação, à promoção comercial, no caso, por conta desse Núcleo de Promoção Comercial.

Por sua vez, o Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial tem três divisões que trabalham em assuntos bem específicos: tecnologia industrial básica, tecnologias sensíveis e divisão de projetos.

Quais são as tarefas, então, do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial? As principais atividades são: realizar prospecção tecnológica; analisar e emitir pareceres técnicos sobre propostas legislativas – recentemente trabalhamos, por exemplo, com contribuição ao estudo da PEC nº 290 e do PL nº 2.177 –; acompanhar assuntos concernentes à área de bens sensíveis – quando eu menciono bens sensíveis, estou mencionando basicamente a área missilística, nuclear, biológica e química, e aqui com uma interação muito forte com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação –; promover a compatibilização e integração dos processos de certificação, metrologia e de proteção da propriedade intelectual – temos aqui também um grande contato com o INMETRO e com o INPI. Atualmente, está em curso um acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Aqui nós temos o acompanhamento e a execução pelas Forças Armadas de projetos de ciência e tecnologia, buscando justamente a integração mencionada aqui de seus esforços e, quando for o caso, fazendo gestão junto aos órgãos governamentais de fomento, em busca de suporte financeiro.

Está mencionada aqui uma portaria interministerial que hoje está em revisão. Provavelmente, será disseminada, quer dizer, publicada uma nova versão dessa portaria ainda neste mês de outubro. Essa portaria garante uma integração com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em termos de obtenção de recursos de ações transversais dos fundos setoriais, que são controlados e secretariados pela Finep justamente para o fomento de projetos integradores das Forças.

Apenas para sumariar o que o Ministério da Defesa faz com relação às atividades de ciência e tecnologia e sua interação com as Forças basicamente é seguir esse círculo virtuoso de apoiar, integrar e coordenar. Isso é o que nós fazemos com uma interação muito forte e muito presente com as três Forças.

Aqui faço apenas numa passagem muito rápida, porque eu imagino que os meus colegas aqui das Forças irão apresentar, nas suas respectivas apre-

sentações, alguma coisa sobre as suas instituições científico-tecnológicas.

Aqui mostro apenas as ICTs da Marinha, com as quais temos um contato muito constante e, principalmente, com a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Marinha, cujo Secretário está presente à Mesa.

A Secretaria está aqui em Brasília e as ICTs da Marinha, concentradas no Rio e São Paulo.

(Soa a campanha.)

O SR. WAGNER LOPES DE MORAES ZAMITH

– Aqui mostro as principais ICTs do Exército, também divididas entre Rio e Brasília. A direção-geral da ciência e tecnologia do Exército Brasileiro fica em Brasília, cujo diretor está presente à Mesa.

Aqui estão as principais instituições científico-tecnológicas da Força Aérea Brasileira. Ali é o órgão central de direção geral, o DCTA, que está em São José dos Campos, representado aqui pelo Brigadeiro Wander.

Mencionei, há pouco, a nossa Portaria nº 750, que é um instrumento muito importante de fomento à inovação e aos projetos integradores das Forças, que chamamos de projetos de interesse da Defesa e que seguem esse ciclo de seleção, avaliação e priorização de propostas de novos projetos, o financiamento do projeto, o acompanhamento da execução e a avaliação dos resultados.

Existe uma Comissão Técnica Interministerial, composta por membros da administração central do Ministério da Defesa e representantes das três Forças Armadas, assim como do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Essa comissão técnica está prevista justamente na Portaria 750, que mencionei.

E como é feito o acompanhamento desses projetos de interesse da

Defesa? Hoje nós temos uma carteira de 21 projetos de interesse da Defesa. Desses 21 projetos, os seis mais prioritários, dois de cada Força, estão sendo beneficiados com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por meio dessas ações transversais dos fundos setoriais. Existem reuniões de acompanhamento. Essas reuniões têm uma periodicidade semestral. A última foi realizada em abril de 2013 nas instalações do Centro de Análise e Sistemas Navais, que é uma ICT da Marinha do Brasil. E a próxima será realizada na próxima semana, dias 15 e 16, no CTEx, um centro tecnológico do Exército. Essas reuniões são realizadas em caráter de rodízio. Obviamente, a próxima Repid, após essa de outubro, será realizada no início do ano e certamente em uma ICT da Força Aérea do Brasil. Nessas reuniões, são discutidos e priorizados projetos de interesse da Defesa e feito acompanhamento da sua evolução. Também

é deliberada a inclusão de novos projetos na carteira. Como eu disse, a carteira hoje está com 21 projetos.

Estes são os objetivos da Repid: promover a integração de projetos de C,T&I de interesse da Defesa, avaliar propostas de novos projetos e discutir ações referentes à Portaria 750.

Estes são alguns dos projetos discutidos na Repid – acredito que talvez sejam mencionados alguns aqui pelos meus colegas das Forças –: sistema de decolagem e pouso automático para aeronave remotamente pilotada; radares; rádio definido por *software* – é um dos projetos que está recebendo recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –; desenvolvimento de turbinas aeronáuticas de pequena potência, que também recebe recursos do FNDCT; radar gaivota da Marinha, que recebe também recursos; e outros mais, como projeto quercetina, medidas de ataque eletrônico, comunicações submarinas, sistemas de navegação inercial etc.

Estes são os seis projetos que foram priorizados e estão recebendo recursos no ano de 2013 e recursos já planejados para 2014 do Fundo que acabei de citar: rádio definido por *software*, míssil A-Dater, radares de defesa, radar Gaivota, TAPP, comunicações submarinas. Exatamente dois projetos de cada Força.

O Ministério da Defesa também participa, e de uma maneira bastante efetiva, de alguns programas governamentais que visam a esse fomento da indústria de defesa, da área de tecnologia. No caso aqui, estou mencionando o Inova Defesa, que é um dos subprodutos do Inova Empresa.

O Inova Empresa foi lançado no ano passado. O primeiro edital foi o Inova Petro e outros se seguiram ao longo de 2013. Seguiu o Inova Energia. Depois, o Inova Saúde, com dois editais distintos, um para equipamentos médicos e outro para fármacos. Aí veio, então, o nosso Inova Aerodefesa.

Então, houve um protocolo de intenções que envolveu o Ministério da Defesa, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. E estes são os órgãos partícipes do edital: Agência Espacial Brasileira, BNDES, Finep, Ministério da Defesa. Então, ele prevê a articulação entre Ministérios e disponibilização de crédito não reembolsável e reembolsável para o desenvolvimento de projetos importantes. Ele foi lançado em 17 de maio. E está em curso. Os planos de negócio serão entregues pelas empresas até o próximo dia 10 de outubro.

Aqui estão os programas similares, como eu já mencionei, e o fato de ele derivar do Inova Empresa.

Estes são os objetivos: fomento e seleção de planos de negócio que contemplem atividade de pesquisa,

desenvolvimento, engenharia, absorção tecnológica, produção e comercialização de produtos, processo e/ou serviços inovadores.

Ali estão os partícipes, tanto do protocolo de intenções, que eu já mencionei, e do acordo e edital de seleção. Somos os quatro que compomos inclusive um comitê de avaliação que vai julgar e selecionar os planos de negócio. Eu posso antecipar que hoje temos mais de quarenta planos de negócio já encaminhados para a Finep, que funciona como uma secretaria executiva do nosso Inova Aerodefesa.

Estes são os focos: inovação, produtividade, competitividade brasileiras. E estes os objetivos: ampliar investimento e apoio a projeto de risco tecnológico – R\$2,9 bilhões estão sendo colocados para uso por esse Inova Aerodefesa –; fortalecer relações entre empresas e o setor público; e o adensamento e fortalecimento da base industrial de defesa, o que todos nós desejamos.

Bom, estamos falando de produtos de defesa, produtos de alta tecnologia. E aí temos de mencionar características importantes desse mercado. E são características que fazem com que tenhamos de ter uma preocupação muito grande para tentar mitigar as dificuldades e tentar avançar, porque certamente ele gera muitos benefícios para a sociedade.

Então, a característica do mercado e dos produtos da indústria de tecnologia de defesa são os que estão listados aí: produtos intensivos em tecnologia no estado da arte; projetos de longo prazo, quer dizer, longo ciclo de desenvolvimento e maturação e que, certamente, sempre envolvem investimentos elevados; elevada participação de pessoas, infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento; são altamente dependentes do Estado, tanto pela parte do financiamento como das compras governamentais, após a produção, o desenvolvimento do produto; tecnologias sujeitas à rápida obsolescência, evolução em tecnologia na fronteira do conhecimento; comercialização restrita e altamente regulada; multidisciplinaridade; controle rígido de qualidade; produto com elevado produto agregado, passível de exportação; grande geração de inovação em vários setores; mercado altamente competitivo; sujeitos a cerceamento tecnológico, exigindo um esforço próprio – e eu gostaria de enfatizar isso – em ciência tecnologia e inovação e um mapeamento de tecnologias críticas para os projetos estratégicos.

Na realidade, são desafios, mas também são oportunidades. Daí a importância dessa indústria de tecnologia de defesa.

Aqui, apenas para ilustrar, está a questão do valor agregado nos produtos de defesa. Nós temos aqui o segmento mineração; terminando, o segmento espaço, satélites. Vemos aqui, em termos de quilo desses

produtos, o que representam em termos de recursos, a diferença em termos de valor agregado quando a tecnologia começa a ser cada vez mais de ponta. Basicamente, isso pode ser mostrado por meio desse gráfico que segue.

Aqui, temos mineração, mercado automotivo, aeronáutica comercial, foguetes, mísseis, aeronaves e satélites.

Desenvolvimento científico e tecnológico, representando o desenvolvimento industrial.

Por outra ótica, podemos ver, por outra perspectiva, a questão dos componentes que são associados a um determinado produto. Vemos, por exemplo, que um caça de alto desempenho tem 117 mil componentes. Certamente, cada componente com uma associação em termos de tecnologia avançada. E podemos incluir aqui, por exemplo, no nosso caso, o submarino brasileiro de propulsão nuclear: 20 mil rotinas de manutenção com cerca de 800 mil componentes; o ganho que há ou que haverá, ao final desse projeto, em termos de desenvolvimento industrial, desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia e tudo mais; o que isso gerará em termos de benefícios para o País, ainda que tenhamos muitos desafios pela frente.

Basicamente, era isso que eu tinha a apresentar, nessas poucas palavras, nessa apresentação do Ministério da Defesa.

Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado ao Vice-Almirante Wagner Lopes.

Em seguida, passamos a palavra ao Sr. Almirante-de-Esquadra Wilson Barbosa Guerra, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Com a palavra, o Sr. Wilson Barbosa Guerra.

O SR. WILSON BARBOSA GUERRA – Ex^{mo} Sr. Zeze Perrella, Presidente desta Comissão, por meio de quem cumprimento todos os senhores presentes, em nome do Comandante da Marinha, o Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, a quem represento aqui nesta Comissão, eu gostaria de externar a satisfação de estar aqui para apresentar o que a Marinha faz nesta área – ciência, tecnologia e inovação – ao longo do tempo.

Seguirei o seguinte sumário nesta apresentação. Apesar de o sumário parecer longo, vou procurar, rapidamente, dar uma ideia de como se desenvolvem, na Marinha, a ciência, a tecnologia e a inovação.

Eu não podia deixar de começar com esta frase: O Brasil e o Mar – “Amazônia Azul”, um patrimônio a ser preservado.

Nós possuímos, os senhores conhecem muito bem, uma enorme faixa litorânea. Isso deveria, histori-

camente, levar ao povo brasileiro uma vocação marítima, mas não é bem assim que acontece. Certamente, os senhores já conhecem esse argumento. O fato é que ainda 80% da população brasileira desconhecem as potencialidades da nossa plataforma continental e da nossa Zona Econômica Exclusiva.

Então, “Amazônia Azul” é o conceito que a Marinha teve a felicidade de fazer, em comparação com a nossa Amazônia verde, mas, na verdade, isso mostra, tenta mostrar à população brasileira a importância do mar.

Outro aspecto que podemos destacar é que as nossas fronteiras secas são guarnecidas. É possível instalar pelotões de fronteira, como hoje o Brasil faz, o Exército guarnece os pelotões de fronteira, mas isso não é verdade em relação ao mar. O nosso limite, tanto do nosso mar territorial, como da nossa Zona Econômica Exclusiva, é uma linha imaginária; não há uma linha física passando sobre o mar. E o que garante a nossa soberania nessa área é a presença dos navios da Marinha. Então, essa é uma diferença da nossa fronteira seca para a nossa fronteira molhada.

Atribuição subsidiária: à Marinha, na Constituição, cabe a defesa da Pátria, mas ela recebe como atribuição subsidiária, por força de lei, a de formular e conduzir políticas nacionais que digam respeito ao mar. Então, aqui se encaixam os programas gerenciados por um colegiado, que acredito que os senhores conheçam, que é a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cirm), entre cujos projetos se encontram o Programa Antártico Brasileiro, o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na ZEE (Revizee), o programa de monitoramento oceanográfico e climatológico, o Levantamento da Plataforma Continental, além de uma série de pesquisas realizadas pelo nosso instituto.

A Cirm coordena, na sua secretaria, a ação de todos os ministérios que têm pesquisas voltadas para o ambiente marinho. Então, o Comandante da Marinha é a autoridade que coordena todos os programas – citei alguns deles aqui – que exigem a pesquisa no mar. Por que a Marinha? Um, por força de lei; dois, pela facilidade logística que a Marinha tem com seus navios. Os navios de pesquisa estão alinhados, alguns relativos ao Programa Antártico, pelo qual a Marinha provê a sociedade científica brasileira de um meio de pesquisa no mar.

Estamos, neste momento, comprando mais um navio de pesquisa, está sendo construído na China, um navio novo por um acordo fechado entre a Petrobras, a Vale, o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Marinha. É um navio que, quando chegar – e ele chegará no segundo semestre do ano que vem –, estará no topo da

linha, com equipamentos de pesquisa para prover os cientistas brasileiros de espaço para pesquisa no mar.

Em relação ao assunto militar, a Estratégia Nacional de Defesa alinhou os programas estratégicos da Força e, da mesma forma, a Marinha alinhou o seu programa, seu Plano de Articulação e de Equipamento, o Paemb, com todos os seus programas. Então, vamos só citar os principais programas ou macroprojetos que a Marinha tem: o Programa Nuclear da Marinha, vou falar um pouquinho mais sobre ele; a construção do núcleo do poder naval; a recuperação da capacidade operativa; o nosso SisGAAz – ainda em projeto –; o complexo naval da segunda esquadra; a segurança da navegação; e o pessoal, nosso principal patrimônio. Então, a Marinha organizou o seu plano estratégico dessa forma.

Vamos dar uma passada rápida.

Esse aqui é o resumo dos recursos e do tempo de duração de um programa desses. Podem reparar: são mais de 35 anos para que se construa um poder naval compatível com o que a Nação brasileira merece. São mais de R\$200 bilhões envolvidos em um programa dessa natureza. A fonte desses dados é o Livro Branco de Defesa, já mencionado aqui, recentemente editado. Esse é um resumo do que são os programas para recuperação de um poder naval.

Vamos falar do programa nuclear rapidamente. O programa nuclear da Marinha é dividido em dois basicamente: um ciclo de combustível e um laboratório de geração de energia elétrica. Esse programa começou em 1979, a Marinha decidiu fazer pesquisas na área nuclear para chegar ao desenvolvimento de uma propulsão nuclear para um submarino. Esse programa teve um período em que ficou um pouco estagnado, mas, a partir de 2007, com a visita do Presidente Lula às nossas instalações, lá em Aramar, o projeto foi oxigenado.

O que temos hoje no programa? O ciclo do combustível está pronto. Essa fotografia que se vê à esquerda já é real, são os laboratórios, a fábrica de hexafluoreto de urânio – o urânio mineral é o que entra nessa fábrica. Isso aí é transformação, não há nada nuclear; aí é químico, são reações químicas que levam à produção de um gás, e esse gás, o hexafluoreto, vai para as centrífugas – essas centrífugas foram desenvolvidas por nós –, é enriquecido e, depois, transformado em combustível nuclear. Essa planta aí é suficiente para produzir o combustível para o uso da Marinha, para os nossos submarinos a propulsão. Uma fábrica parecida com essa – de muito maior tamanho, é claro – está sendo construída pela INB, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, para produzir o combustível para as usinas de Angra II e Angra III.

O segundo projeto, que é o do laboratório, está em construção. A figura do meio mostra os prédios que estão sendo construídos e que vão abrigar o laboratório de geração de energia. Esse laboratório está sendo construído como uma maquete, como um protótipo da propulsão que vai ser colocada no submarino. Então, hoje nós temos todos os equipamentos dessa planta já prontos, esperando a construção do prédio para que seja instalada... E aí vai funcionar, então, um laboratório de geração de energia elétrica, que é basicamente o que é a propulsão do submarino. A energia elétrica transforma em mecânica os motores que vão impulsionar os submarinos. Então esse laboratório é um protótipo do que vai ser construído para o submarino nuclear.

Em relação ao Núcleo do Poder Naval, vou mostrar rapidamente os principais projetos que estão sendo realizados: o Prosub, Navio Patrulha de 500 toneladas, construção das Corvetas Barroso – a Marinha construiu, com projeto totalmente brasileiro, navios desta classe, Corvetas, da classe Barroso; temos cinco construídos no Brasil, com índice de nacionalização que beira os 70% de um navio de guerra –, o Prosuper, o Pronae e o Proanf.

Vamos ver rapidamente.

Como já foi projetada uma figura sobre o valor agregado dos produtos de defesa, essa é uma fotografia que mostra qual é a complexidade do nível tecnológico que estamos falando quando vamos projetar e construir um submarino nuclear. No início dessa curva, está o automóvel, um tanque – nada contra –, um míssil, um avião, um submarino nuclear que, em termos de partes do submarino e de envolvimento de tecnologia, está no *top* de uma curva desse tipo. É a esse nível que nós queremos chegar em termos de desenvolvimento tecnológico na construção de submarino nuclear.

Então, o programa prevê a construção de quatro submarinos, o que já está em andamento. Nós estamos com o casco do segundo submarino já sendo montado, depois vou mostrar uma fotografia de onde está sendo realizado. Mas esse programa, em si, vai construir quatro submarinos convencionais que são da classe Scorpène – é um projeto francês – e isso nos dará capacidade de projetar e construir, aí sim, com nossa tecnologia, com o maior índice de nacionalização possível, um submarino de propulsão nuclear brasileiro.

A próxima transparência mostra onde isso está acontecendo. Isso aqui já é realidade. Esses são os galpões da Nuclep. Do lado, foi inaugurado em 1º de março último, pela Presidente Dilma, a nossa Ufem (Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas). Aqui já tem casco de dois submarinos sendo construídos;

os perfis são cortados na Nuclep e vêm para cá, são montados dentro da seção de submarinos aqui. Depois dessa seção, unidos, eles sairão e virão para o estaleiro – isto aqui está sendo construído: uma base naval e um estaleiro construtor –, onde serão terminados e lançados ao mar. Dessa forma será construído o nosso submarino nuclear. Isso aqui fica no Rio de Janeiro, aqui está o Porto de Sepetiba, uma área industrial onde a Marinha está construindo uma base naval.

Bom, agora vamos entrar exatamente na ciência e tecnologia. A Marinha já, há longo tempo, possui um Plano de Desenvolvimento Científico-Tecnológico e de Inovação. Esse plano vem sendo seguido. A Marinha divide o seu planejamento e o seu orçamento com aquilo que a gente chama de três Marinhas: a Marinha do hoje, a Marinha do amanhã e a Marinha do futuro. É um planejamento tradicional que, ao longo do tempo, nós vimos executando. Eu represento, então, a Marinha do futuro, o desenvolvimento de novas tecnologias. A Marinha de hoje é o dia a dia da Marinha; a Marinha do amanhã é a obtenção e construção de meios. Então, nós dividimos assim o nosso planejamento estratégico e os nossos recursos também.

O nosso PDCTM tem alguns índices de medição. Essa é a estrutura em que eu me encaixo: o comando da Marinha, os órgãos de direção setorial – está aqui a SecCTM (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha) –, tenho alguns institutos diretamente subordinados, mas exerço a supervisão funcional de todos os institutos de pesquisa da Marinha, e nós temos uma Comissão Técnica de Ciência e Tecnologia.

(Soa a campanha.)

O SR. WILSON BARBOSA GUERRA – Vamos rapidamente.

Sou, então, o órgão central desse sistema.

Os objetivos estratégicos do nosso PDCTM. É claro que não vou mostrar aqui, mas essa é a minha Bíblia. É aqui que eu trabalho. Vou mostrar o primeiro apenas, a nacionalização, que é o principal deles. Temos índices de medição, e aqui é onde eu quero me basear. A Marinha procura tirar do seu orçamento a sua OCC (Outros Custeios e Capital), e procura colocar alguma coisa entre 3% e 10% do seu orçamento – ela se obriga a isto –, a investir em ciência e tecnologia. É a mesma coisa de dizermos aqui que o Brasil reservaria 3% do seu PIB – não é esse o número que temos hoje – para investimentos em ciência e tecnologia. Então, este é o esforço que a Marinha faz ao longo do tempo: investir alguma coisa entre 3% e 10% do seu orçamento em ciência e tecnologia. O índice mais de cima é um pouco mais dilatado, porque aqui entra o Programa Nuclear da Marinha (PNM). Então,

é nesse patamar que a gente procura trabalhar em ciência e tecnologia.

Agora, vamos, sim, aos principais institutos que temos. Temos uma série de institutos. É a classificação de ICT, acordo, as nossas leis, o Ministério da Ciência, Tecnologia... São dadas algumas facilidades a esses institutos para trabalharem na área de desenvolvimento.

O nosso IPqM, localizado na Ilha do Governador, é um instituto voltado para pesquisa aplicada em equipamentos, em armas. Então, ele é específico. Os institutos da Marinha ganham uma especificidade nas suas pesquisas. Os principais projetos que ele desenvolve...

Esse é um Centro de Integração de Sensores Eletrônicos (Cisne), um produto hoje que tem amplo uso na Marinha mercante, nos navios.

O mundo está evoluindo para cartas eletrônicas. Hoje, ainda navegamos em cartas de papel, mas em muito pouco tempo as cartas de papel vão dar lugar a cartas eletrônicas, e os equipamentos hoje disponíveis são todos importados. Nós desenvolvemos um sistema nosso e há um grande interesse de empresas nacionais em comercializar esse produto, porque é um produto dual, que tem emprego em qualquer navio mercante. Então, esse produto está no final do seu desenvolvimento, já está sendo testado.

Sistemas de monitoramento de máquinas e controle de avaria de todos os navios. Praticamente todos os navios da Marinha usam esse sistema, desenvolvido pelo IPqM. Então, é um emprego direto, esse também um produto dual. A nossa indústria naval pode utilizar-se de um sistema desses aí para os navios mercantes, que são muito mais simples, muito menos complexos, do que os navios de guerras.

Sistemas acústicos submarinos. Esse primeiro é um produto já desenvolvido pelos nossos submarinos, que usam esse sistema de classificação de contatos; ou seja, quando se entra numa parte crítica de gerenciamento de uma plataforma, temos de ser autossuficientes, temos de desenvolver *softwares* próprios. É isso o que nós fazemos. Não dependemos de caixa-preta na hora em que se está combatendo, obtendo contato com os submarinos inimigos.

Aonde queremos chegar? Desenvolver um sonar nacional. Então, aqui é um protótipo de um sonar passivo nacional.

Sistemas lançadores de mísseis.

Próximo, por favor.

Guerra eletrônica. Hoje, os nossos navios também usam sistemas de medidas de proteção de guerra eletrônica nacionais, e hoje desenvolvemos um em conjunto com o Exército brasileiro para equipar as nossas viaturas.

Materiais cerâmicos também, da mesma forma, com o Exército, com a Aeronáutica, desenvolvemos alguns materiais importantes para os nossos meios.

No Casnav, que é o nosso Centro de Análise de Sistemas Navais, a principal *expertise* são os *softwares* de uso militar. Mas o Casnav se especializou, como o nome dele diz, em análises de sistemas navais. Então, o que significa isso? Quando a gente tem um grande problema a resolver e a gente não sabe nem por onde começar, esse instituto tem essa possibilidade de propor soluções para um problema complexo que possa aparecer em termos de desenvolvimento de *software*. Ele não é um gerador de *software*, que trabalha com empresas nacionais, gerando *softwares*, mas ele é um grande integrador e procura dar soluções aos principais problemas. Claro que também desenvolve alguns *softwares* e aqui está um deles, usado no Ministério da Defesa, que integra os *softwares* de todas as Forças num único *software*, do Sistema de Planejamento Operacional Militar (Siplom), utilizado pelo Ministério da Defesa. Um sistema de controle naval, sistema sobre o tráfego marítimo (Sistram), esse sistema deriva em outro que é internacional. O Brasil é sede de um LRIT, *long range identification and tracking*. Esses sistemas são distribuídos pelo mundo e reconhecidos pela Organização Marítima Internacional. Então, o Brasil, na sua área, que é o Atlântico Sul, possui um centro desse e tem convênios com vários países, que recebem informações sobre o tráfego marítimo no Atlântico Sul.

A principal *expertise* dele: pesquisa operacional. Quando se fabrica um meio ou se compra um equipamento, o que temos que verificar é se esse equipamento faz exatamente aquilo que foi dito quando foi vendido para nós. O que o Casnav faz como *expertise* é essa avaliação operacional de equipamentos ou meios. Por exemplo, no caso da corveta que foi fabricada pelo Brasil, ele faz uma avaliação operacional para ver se os seus sistemas estão fazendo exatamente aquilo para o que foi projetada.

Rádio definido por *software* é um projeto, junto com o Exército brasileiro e a Força Aérea Brasileira, em que a nossa parte é a criptografia, a parte de segurança. E o Casnav, junto com o CPqD, lá em São Paulo, desenvolve a parte de segurança desse projeto, que é um grande projeto – tenho certeza que o Almirante Mayer vai falar dele.

Simulador também é outra *expertise*. Os simuladores nos nossos centros, na verdade, poupam recursos; em vez de eu gastar dias de mar, de navio, para adestrar as nossas tripulações, eu faço parte desse adestramento em simuladores. Temos simuladores nas nossas escolas e estamos desenvolvendo um para a Marinha Mercante, que vai compor o simulador do

Centro de Instrução Almirante Graça Aranha na Av. Brasil. É um desenvolvimento feito junto com a USP e a UFRJ e com recursos da nossa Transpetro. Não consta aí, mas são recursos da Transpetro.

Está aqui a área do nosso IEAPM, em Arraial do Cabo. Esse Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira está voltado para o ambiente marinho. O IPQM tem a parte de armamento, de desenvolvimento de equipamentos. O Casnav tem a parte de *software*. E o Instituto de Pesquisa está voltado para o conhecimento do ambiente marinho e desenvolve pesquisas em várias áreas, ali em Arraial do Cabo, como acústica submarina, biologia marinha. São pesquisas na área química e física aplicadas ao mar, coleta de testemunhos. Então, junto com as universidades, esse instituto de pesquisa faz desenvolvimentos nessa área, coletas de dados, qualificação de dados, monitoramento ambiental, análise de hidrocarbonetos. Ele é um dos institutos, no Brasil, homologados ou certificados para o DNA do petróleo, do óleo. Então, ele recebe amostras de retiradas do mar e faz análise para identificação do DNA do óleo para descobrir a origem, promove encontros até internacionais. Esse é um deles: encontro de bioincrustação, com universidade de outros países, árabes, dos Estados Unidos, do Reino Unido. Então, esse instituto é voltado para os estudos do mar.

Está sendo criado agora, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, o Instituto Nacional de Pesquisa Oceanográfica e Hidrográfica. O IEAPM é voltado para os interesses da Marinha. Então, as pesquisas desenvolvidas no IEAPM são do interesse do conhecimento da Marinha. No Brasil faltava um instituto que pudesse levar isso às necessidades do País. Então, é o que está acontecendo agora. O Ministério da Ciência e Tecnologia está criando o Instituto Nacional de Pesquisa Oceanográfica e Hidrográfica e vai integrar todos esses centros de pesquisas hoje existentes; e o IEAPM é um deles.

Em Marcílio Dias nós temos o Instituto de Pesquisas Biomédicas, que desenvolve pesquisa na área médica. Esse é um deles. Desde aquele acidente com o Césio-137, em Goiás, nós já desenvolvíamos uma alta capacidade na área de queimaduras provocadas por incêndio ou por essa área nuclear. Então, eles desenvolveram uma membrana amniótica que hoje tem mostrado um tremendo resultado. Inclusive, no último incêndio que houve em Santa Maria, naquela boate, o Marcílio Dias mandou o seu estoque de curativos para lá. Esse curativo é como se fosse uma membrana que recupera a parte queimada.

Aí é parte do nosso corpo de fuzileiros navais, com pesquisas voltadas para a parte ergométrica do soldado do futuro em vantes de emprego tático.

O Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo, eu já mostrei aqui. É o principal desenvolvedor de toda tecnologia nuclear. Então, não vou repetir.

E nós temos ainda o nosso Centro de Hidrografia da Marinha, que mantém um banco de dados oceano-gráficos, que faz pesquisas na área de cartografia e a parte mais voltada para meteorologia.

Bom, sobre a parte de recursos para pesquisa e desenvolvimento já foi falado aqui. Os fundos setoriais, os recursos da própria Marinha são completados com esses recursos dos Fundos Setoriais do MCTI. Está aqui o plano Inova Aerodefesa, no qual estamos trabalhando agora. As fundações de apoio, principalmente as de São Paulo e do Rio de Janeiro, Fapesp e Faperj, a Funtec, do BNDES, a Petrobras, Cenpes. Só para ter uma ideia, nossos recursos mais do que triplicam. Os recursos da própria Marinha, do nosso orçamento, com mais esses recursos desses órgãos de fomento quase triplicam o que a Marinha investe em ciência e tecnologia. Então, vemos a importância desses fundos setoriais.

Aqui está – eu não vou falar, já foi falado aqui – o Inova Aerodefesa, em que estamos trabalhando agora, proveniente do Inova Empresa.

Por favor.

Então, as nossas parcerias estratégicas incluem as academias, a comunidade científica, a nossa base industrial de defesa, as nossas diretorias especializadas, ou seja, a nossa visão do desafio. A Marinha optou por se associar às universidades, à academia. A Marinha não tem o seu próprio instituto de formação de pesquisadores, de engenheiros, como tem o IME (Instituto Militar de Engenharia) e o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). A Marinha se associou às universidades. Então, seus engenheiros, seus pesquisadores são formados na USP, onde mantemos um escritório técnico. Está na Universidade de São Paulo, que forma os engenheiros navais. E toda a parte nuclear e eletrônica é formada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, basicamente, e na Universidade Federal Fluminense. Então, nós temos distribuídos com essas academias os órgãos de formação dos nossos oficiais e da mão de obra que trabalha nos nossos institutos de pesquisa.

Isso aqui representa aquela famosa complexidade: a teia de parcerias. É o ambiente em que a gente vive constantemente, dependendo dos recursos que nem sempre são só financeiros, os recursos de pessoal, de material. Não é possível sobreviver fazendo nos nossos institutos todo o ciclo de desenvolvimento. Seria querer reinventar a roda. Então, o segredo que a gente tem tentado desenvolver é a associação com as universidades, com os institutos de pesquisas e com

as empresas. Então, é o que significa essa teia. Qualquer programa desenvolvido não tem a participação só do nosso instituto; envolve universidade, envolve empresa. A importância do instituto militar é para reter o conhecimento. Esse é o pensamento, é o que guia a ciência e tecnologia na Marinha.

Conclusão: o nosso pensamento é o domínio da tecnologia para atender às nossas necessidades militares, como o Almirante Zamith disse, e nós estamos trabalhando em um campo muito específico que depende de tecnologias aplicadas na própria Força, mas que a gente sabe que tem um emprego dual muito grande. Daí a necessidade de fortalecimento da nossa base industrial de defesa. Essa é a forma de ter os recursos e as encomendas necessárias para manter esse processo sustentável.

Os produtos de defesa têm uma externalidade positiva muito grande, porque só se vê o que acontece nos países mais desenvolvidos. A indústria militar de defesa contribui na área tecnológica de maneira muito forte com todos os produtos que hoje são utilizados no dia a dia. Desde o celular, a internet, enfim, tudo o que se possa imaginar, isso tudo surgiu de pesquisas realizadas na área de defesa.

Bom, isso é o que eu teria de mostrar.

Agradeço, mais uma vez, o convite para vir a esta Comissão mostrar o que a Marinha faz nessa área.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado Almirante Guerra.

Passamos a palavra, então, para o General-de-Exército Sinclair James Mayer, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro.

Com a palavra o General Sinclair.

O SR. SINCLAIR JAMES MAYER – Ex^{mo} Sr. Senador Zeze Perrella, Presidente desta importante Comissão, em nome do qual eu cumprimento todos os demais integrantes da Comissão; senhores membros integrantes da Mesa: Almirante Guerra, meu correspondente na Marinha; Brigadeiro Wander; Almirante Zamith, que já pronunciou aqui hoje em nome da Defesa; inicialmente, eu queria agradecer, em nome do Comando do Exército, a oportunidade que nos é oferecida de transmitir esta mensagem a respeito das atividades desenvolvidas pelas Forças Armadas e de como elas estão aplicando os seus recursos em proveito do desenvolvimento nacional, particularmente na área de ciência, tecnologia e inovação. É uma oportunidade importante para nivelar conhecimentos e para que os senhores tenham uma ideia bastante consistente daquilo que fazemos.

Os meus antecessores praticamente já consumiram a minha palestra, mas vou tentar focar em alguns aspectos peculiares ao Exército.

As nossas estruturas são muito semelhantes. A orientação é do Ministério da Defesa central, porquanto, em função disso, o que nós fazemos é jogo combinado. Então, dessa maneira, as coisas não diferem muito. Por um ou outro detalhe, fazemos coisas diferentes, mas, em geral, combinamos o jogo. Isso ficou bem claro aqui quando o Almirante Zamith e o Almirante Guerra se pronunciaram a respeito de alguns projetos que estão em desenvolvimento.

À semelhança das demais instituições, nós também temos uma estrutura, como eu disse, com alguma similaridade com as que foram apresentadas. Essa estrutura já é uma estrutura antiga, e nós estamos evoluindo para uma nova concepção, muito próxima daquela adotada pela Força Aérea Brasileira, pelo CTA (Centro Tecnológico da Aeronáutica).

Já aproveito aqui para fazer uma propaganda do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército, em Guaratiba; depois vou disponibilizar este livreto aos senhores, que dá uma ideia mais consistente daquilo que estamos imaginando lá em Guaratiba, uma área atualmente muito promissora na região do Rio de Janeiro e onde nós já temos o Centro Tecnológico do Exército, ainda inconcluso, mas a ideia é concluí-lo agora, e o Centro de Avaliações do Exército. Para lá nós estamos transferindo também o nosso Instituto Militar de Engenharia, que hoje está na Praia Vermelha, um local apazível, mas que não oferece mais as condições para que nós ampliemos a nossa capacidade, particularmente na área de graduação e de pós-graduação. De maneira que vamos fazer essa transferência nos próximos anos, e temos certeza de que a sinergia gerada por um polo de ciência e tecnologia vai ser bem melhor do que a que obtemos até agora por intermédio de institutos praticamente independentes.

O nosso corpo de engenheiros é composto de mais ou menos 800 engenheiros, em todas as nove áreas que disponibilizamos na graduação e, obviamente, naquelas em que nós temos a pós-graduação. Esses 800 engenheiros estão distribuídos por todo o Brasil em diferentes projetos, mas, obviamente, centrados nesses nossos ICTs, nossos Institutos Científicos e Tecnológicos, que, como mencionou o Almirante Guerra, é o contexto com o qual abordamos, dentro do que já preceitua o Ministério de Ciência e Tecnologia, os nossos projetos e as nossas realizações.

Então, a nossa estrutura atual se fundamenta no Instituto Militar, no Centro Tecnológico do Exército e, aqui em Brasília, nós focamos particularmente a área

de informática, dentro de projetos estratégicos que eu vou mostrar adiante.

Também, à semelhança da Marinha, nos trabalhamos numa *network*. Nós precisamos de parceiros. Com 800 engenheiros, nós não podemos fazer nada. É muita demanda para poucos engenheiros. Exigem-se laboratórios, exigem-se infraestruturas que nós podemos buscar dentro de centros de excelência no próprio País, por intermédio de acordos de cooperação que temos feito.

Então, os nossos parceiros, a nossa *network* é constituída pela base do sistema de defesa, que faz o sonho se transformar em realidade, por intermédio de produtos que temos de entregar ao Exército, e essa base do sistema de defesa nós devemos incentivar, como uma missão comum às três instituições, as três Forças; a universidade – temos vários projetos internados em universidades brasileiras –; o MCTI, obviamente; o Ministério da Educação e Cultura, um grande parceiro também, particularmente na área da educação, que, no meu caso, o Departamento de Ciência e Tecnologia, como eu mencionei, faz a gestão do Instituto Militar de Engenharia; o MPOG, na área de pessoal, que tem nos ajudado muito e até conduz agora um projeto interessantíssimo de implantação desse Polo de Ciência e Tecnologia em Guaratiba, por intermédio de uma Parceria Público-Privada – o MPOG nos tem apoiado muito nesse sentido, e estamos construindo essa PPP, que tem um valor estimado da ordem de R\$1,5 bilhão para os próximos anos. Temos também os centros de pesquisa nacionais e estrangeiros que estão na nossa *network* e as Forças Armadas. Nós também nos relacionamos, como foi dito aqui em algumas oportunidades, por intermédio de troca de funcionalidades em que não há necessidade de que redundemos em cada uma das Forças. Então, essa é a estrutura e a *network* de que participamos.

A parte de capacitação nós buscamos fazer não só no Instituto Militar de Engenharia, como também em institutos nacionais e em institutos estrangeiros. Agora mesmo, nós temos, trabalhando na área de inovação, dez engenheiros militares de uma universidade sueca por meio de um acordo com o governo da Suécia, na área específica, como eu mencionei, de inovação, que irão nos trazer os conhecimentos necessários ou implementar os conhecimentos necessários à estruturação de um sistema de inovação dentro do nosso Exército. Então essa é a área de capacitação.

Temos uma indústria associada, que é a Indústria de Material Bélico do Brasil, a Imbel. Essa indústria dispõe de cinco unidades fabris distribuídas no Território nacional e se destina a fabricar alguns tipos de produtos que para a indústria são desinteressantes, por

conta da escala, do volume de vendas. Então, como uma função de Estado, a Imbel acaba por assumir esses produtos que não são de interesse, em geral, da indústria nacional, da base industrial de defesa. Poderão até vir a ser, mas, no momento, muita coisa ainda não atingiu um nível de atração suficiente para que a base oficial de defesa as absorva.

Vou fazer uma referência breve aqui a alguns projetos nossos. O meu tempo aqui é reduzido: são quinze minutos, e eu já gastei meia dúzia.

O Exército está estruturado, alinhado com esses propósitos determinados pelo Almirante Zamith dentro do Ministério da Defesa, nesses projetos que aí estão, senhores. Temos o Sisfron, que acho que já tem uma divulgação muito grande, o sistema de vigilância da fronteira. Estamos instalando esse Sisfron atualmente no projeto piloto lá na área do Mato Grosso, no Comando Militar do Oeste. Esse projeto piloto está orçado em 839 milhões. O projeto todo, que é um projeto de mais de uma década, está orçado em 12 bilhões, e visa a preservar a nossa fronteira terrestre, à semelhança do que disse o Almirante Guerra em relação ao SisGAAZ que vai cobrir o que a Marinha denomina, muito adequadamente, de Amazônia Azul.

Já estamos com a mão na massa, já estamos implantando. No próximo ano isso se consolida de uma maneira mais clara, mais evidente, mais concreta. E todos esses projetos geram produtos – e vou fazer referência a alguns – que promovem essa questão da pesquisa, desenvolvimento e inovação. Muita coisa que a gente nunca pensou em fazer passou a fazer, por necessidade. Inclusive algumas tecnologias, como mencionou o Almirante Guerra, são tecnologias sensíveis, tecnologias negadas, ninguém entrega. Ou nós fazemos ou nós não temos, é simples assim, ou eventualmente vamos buscar num fornecedor estrangeiro. Esse fornecimento pode sofrer solução de continuidade, e frequentemente sofre, de maneira que nós temos que resolver nosso problema. E é com esse foco que nós estamos caminhando.

Então temos aqui o Sisfron. Aqui temos um projeto de defesa antiaérea. O Brasil está desguarnecido hoje em relação a esse tema de cobertura antiaérea, particularmente com as missões atribuídas à força terrestre. A coordenação desse grande programa é da Força Aérea Brasileira, mas nós contribuímos com os meios terrestres. E aí estão, por exemplo, os radares desenvolvidos no Brasil.

Temos aqui o Projeto Guarani, que foi uma retomada daquela capacidade que nós já tínhamos lá na década de 70, 80, com a Engesa; tínhamos produtos de primeira qualidade. Se tivéssemos insistido com a Engesa, certamente hoje seríamos um dos prota-

gonistas mundiais nesse tipo de indústria de defesa. Esses veículos são aplicados em força de paz, em toda gama de aplicações militares no mundo inteiro. E agora estamos retomando isso. Já estamos com o produto pronto praticamente, está nos últimos itens de avaliação; já temos vários distribuídos no âmbito do Exército para que a avaliação seja feita de forma operacional também. É uma grande conquista. Acho que foi um grande passo dado pela indústria brasileira, concretizando essa nossa capacidade de construir veículos blindados. É algo que nos distingue dentro do contexto das nações.

O projeto Proteger se destina à proteção das infraestruturas críticas do País, todas as infraestruturas críticas: eletricidade, transporte, enfim, tudo aquilo que está, de alguma maneira, suscetível a algum tipo de assédio de qualquer natureza, e que, uma vez afetadas quaisquer dessas infraestruturas, elas podem comprometer o bem-estar, o bom andamento das nossas atividades normais como sociedade.

A defesa cibernética está em grande foco atualmente. O Exército é responsável. O Almirante Zamith aqui já nos disse que a Defesa dividiu em três parcelas: deu a aeroespacial para a Aeronáutica, como não poderia deixar de ser; a área nuclear para a Marinha; e nós estamos agora com essa defesa cibernética há dois anos e pouco. Já foi longe o bastante, e acho que tem plenas condições de avançar, de maneira muito rápida, na direção dos objetivos nacionais de preservar as suas infraestruturas nessa área da tecnologia da informação e da cibernética, para liberar o uso do espaço cibernético de forma segura para o País. Estamos trabalhando fortemente nisso, principalmente agora, mas não somente agora, já vínhamos fazendo isso, impulsionados por esses últimos acontecimentos que os senhores têm acompanhado.

Estamos tentando nos apoiar na indústria nacional, porque, se nós continuarmos a utilizar não só equipamentos como tecnologias em geral, *softwares* e tudo mais do estrangeiro, nós estaremos sempre suscetíveis a qualquer tipo de ataque, ou qualquer tipo de intromissão dentro do sistema, o que é indesejável, sempre indesejável, prejudica o nosso País.

A recuperação da capacidade operacional é outro programa em que o Exército, então, está retomando os seus quadros e a distribuição de material, de maneira que o Exército atinja níveis adequados de operacionalidade, em proveito de todas as missões principais e das missões subsidiárias, previstas na Constituição e nas leis complementares.

E temos o projeto Astros 2020, promovido por uma empresa nacional, a Avibras – os senhores devem conhecer, lá de São José dos Campos –, em que

nós atuamos na área de missilística, particularmente na área de missilística.

(Soa a campanha.)

O SR. SINCLAIR JAMES MAYER – Bom, é um passeio geral por tudo que nós fazemos. Durante os debates, se os senhores quiserem que entremos em maiores detalhes, particularmente na área do orçamento, nós teremos satisfação em fazer isso.

Muito obrigado pela atenção que os senhores nos dispensaram.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, General Sinclair.

Então, para fechar este primeiro bloco, com a palavra, o Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da FAB, Sr. Brigadeiro-do-Ar Wander Almodovar Golfetto.

O SR. WANDER ALMODOVAR GOLFETTO – Ex^{mo} Sr. Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado; senhores membros da Comissão, em especial, Senador Walter Pinheiro, aqui presente; senhores membros da Mesa, Oficiais-Generais das três Forças Armadas; senhoras e senhores, inicialmente, eu gostaria de agradecer, em nome do Comando da Aeronáutica, a oportunidade de poder participar desta discussão de um tema que para nós é extremamente importante, eu diria até vital para a Força Aérea, que é a ciência, a tecnologia e a inovação. Desde a sua criação, o Comando da Aeronáutica, a Aeronáutica brasileira vem investindo e se dedicando diretamente a essa atividade, porque faz parte da sua própria sobrevivência como Força.

Eu vou me fixar, falar um pouco sobre o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, que é o grande Comando responsável por essa atividade. Em 2006, foi deslocado para São José dos Campos e se juntou ao conhecido Centro Técnico Aeroespacial, onde hoje nós temos seis institutos de pesquisa e mais dois centros de lançamento, uma infraestrutura bastante grande. Como o tema é muito longo, eu vou tentar passar pelos eslaides de uma forma bastante rápida, porque são quase 70 anos de envolvimento nessa atividade pelo Comando da Aeronáutica.

Hoje, o DCTA possui 75 grandes projetos, fora outros projetos pequenos, de forma que eu trouxe aqui apenas algumas atividades para discutirmos e apresentarmos um pouco a parte de investimentos.

Eu vou me permitir correr rapidamente este roteiro, um pouquinho da história, estrutura, que é importante colocar, o contexto histórico de tudo, os empreendimentos em curso, programa espacial, reaparelhamento e ensino, que é a base de tudo para nós, investimentos e a parte de pessoal.

Tudo se iniciou logo depois da 2ª Guerra Mundial, em 1946, quando um brasileiro visionário, depois Marechal do Ar Casimiro Montenegro Filho, teve a ideia e a visão de criar um centro de tecnologia para criar as bases para uma indústria aeronáutica, para criar as bases de pesquisas e da aviação brasileira. Ele conseguiu convencer as autoridades da época, em 1946, e vislumbrou que esse centro de tecnologia deveria compor certa quantidade de institutos, de organizações que estariam no mesmo local, objetivando a sinergia que ela poderia proporcionar em termos de infraestrutura, transmissão de conhecimento etc.

E ele sabia que a primeira instituição que deveria criar seria uma escola de engenharia porque, naquele período, o Brasil era um país essencialmente agrícola, havia muito pouco conhecimento na área de exatas. E ele foi buscar no mundo o que havia de melhor. Buscou no MIT (Massachusetts Institute of Technology) e trouxe de lá o diretor de engenharia aeronáutica e um grupo de professores, que fundaram o então Instituto Tecnológico de Aeronáutica, nos mesmos moldes, com as mesmas ideias e filosofia que tinha o MIT. Até hoje, temos uma relação boa com o MIT. Recentemente, assinamos um acordo de cooperação. E assim foi criado o ITA.

Em 1954, foi criado o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, com o objetivo de desenvolver tecnologias na área aeronáutica. Um dos projetos pioneiros do IPD foi o da aeronave Bandeirante, que os senhores conhecem. Visando à construção, à fabricação em série dessa aeronave é que foi criada a Embraer. Foi uma parte do IPD que se deslocou, foi retirada do IPD, e fundou o que é hoje a terceira maior empresa aeronáutica do mundo; foi criada lá dentro do CTA.

Também, em 1969, foi criado o Instituto de Atividades Espaciais para desenvolver as atividades espaciais no País. Não coloquei aqui, mas um pouquinho antes, em 1964, nós já tínhamos inaugurado o primeiro centro de lançamento de foguetes, na Barreira do Inferno, e, para desenvolver todas as atividades então, foi criado o IAE.

Os dois institutos IPD e IAE se fundiram em 1990, para formar um grande instituto, que é o atual Instituto de Aeronáutica e Espaço, o maior instituto que temos em São José dos Campos dedicado à atividade aeronáutica, espacial e de defesa.

Em 1971, quando começamos a exportar as nossas aeronaves, vimos a necessidade de haver uma estrutura de certificação e de controle de qualidade. Foi criado o IFI (Instituto de Fomento e Coordenação Industrial), que foi responsável pela certificação das aeronaves no Brasil, militares e civis, até a criação da Anac. Com a criação da Anac, a certificação de ae-

ronaves civis é hoje de responsabilidade da Anac. O IFI continua com a responsabilidade sobre certificação militar e espacial e de materiais de defesa. O IFI também é responsável por transferir para a indústria brasileira tudo aquilo que foi desenvolvido dentro do DCTA, o canal de ligação entre as tecnologias do DCTA e a indústria brasileira.

Em 1982, foi criado o Instituto de Estudos Avançados, que tem como finalidade fazer estudos de alta complexidade tecnológica, avançadas no tempo, ou seja, de preparar a tecnologia de que precisamos para transformar em desenvolvimento no presente.

Finalmente, em 2011, a atividade de ensaios em voo, que já existia desde o início dentro do IPD e depois do IAE, foi separada no novo instituto chamado Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo, responsável por essa atividade.

Aqui a missão do DCTA, que vou passar muito rapidamente: ampliar o conhecimento e desenvolver soluções tecnológicas e fortalecer o poder espacial por meio de ensino, pesquisa, desenvolvimento, inovação, serviços técnicos especializados no campo aeroespacial, contribuindo para a soberania nacional e para o progresso da sociedade brasileira.

Nós nos orgulhamos de dizer que, dos nove níveis de maturidade tecnológica preconizados no mundo, no DCTA nós podemos trabalhar em todos os nove níveis, que vão desde princípios básicos de conhecimento até sistemas realmente provados em missões operacionais. Tudo isso é feito lá dentro através de uma distribuição mais ou menos heurística dos institutos por essa divisão, dentro dessa maturidade tecnológica aqui.

Apenas para falar de história, alguns projetos de sucesso: o Bandeirante, eu já comentei; e o motor a álcool, que hoje é um sucesso no Brasil. Essa tecnologia foi desenvolvida lá no DCTA, no início da década de 70. Esse aqui é o primeiro automóvel a álcool que rodou no País. Depois, essa tecnologia foi passada e hoje está muito bem desenvolvida. Nós temos, inclusive, desenvolvimento de motor a álcool na aviação, feito no DCTA, e hoje estamos desenvolvendo o motor *flex* para aviões.

Ainda nesse contexto histórico, dez resultados do DCTA ao longo desses 70 anos de pesquisa. Começo aqui com a formação de recursos humanos, são mais de 4 mil engenheiros formados no ITA; a criação da Embraer; a criação do Inpi, que nasceu dentro da DCTA; o CLBI; o CLA; o Campo de Provas Brigadeiro Velloso; certificação de aeronaves; meteorologia; motores a álcool, gás, diesel; separações isotópicas de urânio – agora, estamos trabalhando com separação de terras-raras através de processo a laser; radar meteorológico, usina de combustíveis sólidos; foguetes or-

bitais; veículos lançadores. E uma curiosidade: a urna eletrônica que hoje nós usamos também nasceu lá; muito da tecnologia dela foi feita com o auxílio do DCTA.

Começando pelos empreendimentos, dentro do programa espacial existem dois. A AEB é a grande coordenadora da atividade, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas ela possui dois grandes executores: o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia, através do Inpi, é responsável pelos satélites e centros de controle desses satélites. E, no Ministério da Defesa, o DCTA é responsável pelo desenvolvimento dos veículos lançadores e dos centros de lançamento.

Aqui, um eslaide que apresenta os produtos que foram desenvolvidos na área de veículos suborbitais pelo DCTA. O Brasil hoje é, por incrível que pareça, a referência mundial nesse tipo de veículo. Esses veículos que estão em verde, aqui, estão operacionais hoje. Nós exportamos. Já lançamos o VS-40, o VS-30. Pelo menos 13 VS-30 já foram lançados da Europa. O programa de microgravidade alemão, hoje, é todo suportado por esses veículos, que os alemães compram do Brasil. São veículos bastante seguros. Nunca tivemos problemas com esses veículos.

Eu trouxe aqui um filme e vou passar no final – se houver tempo –, porque essa apresentação é em PDF –, um pequeno filme de dois minutinhos sobre o lançamento realizado na Suécia, em Kiruna, de um veículo VSB-30, para mostrar que o Brasil está na vanguarda dessa atividade aqui.

Mas o nosso principal produto, o nosso principal veículo em desenvolvimento, hoje, no DCTA é o VLS-1, um veículo lançador de satélites de quatro estágios, 50 toneladas, capaz de colocar carga de 215kg em órbita equatorial a 750kg ou cargas maiores em órbitas menores. É um projeto que começou no início da década de 90 e, em oito anos, nós conseguimos lançar o primeiro veículo, em 1997. Em 99, lançamos o segundo veículo. Nos dois, nós tivemos o que nós chamamos de sucesso parcial. Não foi um sucesso. No primeiro, houve uma falha na ignição do primeiro estágio, mas comprovou todo o sistema de controle do veículo. Aprendemos muito com esse voo. No segundo voo, durante o acendimento do segundo estágio, houve uma explosão. Aprendemos muito sobre a fabricação desse estágio.

Mas, infelizmente, conforme os senhores sabem, em 2003, um acidente na plataforma de lançamento levou à morte 21 técnicos e engenheiros envolvidos no projeto. A partir daí, passamos a fazer uma revisão completa do veículo. Foi feita uma revisão em todas as áreas internas do veículo, projetos de redes elétricas, pirotécnicos, leiaute etc.

Hoje o veículo está pronto para ser usado. Estamos há dez anos tentando fazer esse lançamento, mas, infelizmente, por problemas ligados a orçamento e a algumas dificuldades que tivemos, ainda não conseguimos lançá-lo. A previsão é o lançamento, ano que vem, de um veículo experimental que vai testar a parte baixa, conforme vocês vão ver mais à frente.

A torre móvel que foi perdida no acidente também foi toda reconstruída, está totalmente operacional. Ela foi modernizada, é totalmente automatizada, bastante moderna, com áreas de escape e de segurança. Também já está pronta para utilização.

Esse aqui é um filme mostrando o voo de 99, para os senhores verem que o Brasil já lançou veículos lançadores de satélite. Eu vou passar no finalzinho também, se houver tempo.

Sobre investimentos, aqui traz um pouco do que queremos fazer nos próximos anos e os problemas de orçamento que nós temos, apenas para colocar dentro do tema investimentos. Este ano, nós temos a maquete de integração de redes, que já foi integrada na plataforma e testada.

Nós tínhamos, pela LOA, a necessidade de recursos da ordem de R\$77 milhões e, infelizmente, só recebemos R\$14 milhões. Então, várias atividades foram postergadas. Apenas para dar uma ideia de por que levamos dez anos para chegar nesse momento. Todo ano temos algum problema desse tipo. Esse aqui é o déficit.

Em 2014, nós prevemos o lançamento do VSIS-NAV. A parte baixa do VLS está sendo testada. Mais um sistema de navegação inercial foi desenvolvido no CTA e também será certificado nesse voo. Entretanto, a necessidade era de R\$60 milhões e recebemos R\$12 milhões. Para o lançamento do XVT-02, que seria o veículo de satelização, teríamos essa necessidade. E em 2016, o segundo veículo. Ou seja, hoje nós estamos com um déficit da ordem de R\$160 milhões no projeto.

Em consequência disso, das quatro etapas previstas para o lançamento nós já realizamos a primeira. A segunda será realizada no ano que vem. Entretanto, o primeiro voo de satelização e o segundo voo de satelização já estão paralisados desde 2012. Então, como para a construção do veículo são dois anos, nós estamos com todas as atividades totalmente paralisadas hoje.

O segundo veículo é um veículo lançador de microsatélite. Ele é um veículo em cooperação com a Alemanha, um projeto binacional. Nós já temos um desenvolvimento em conjunto. Aqui também temos problemas de recursos. Em função desse déficit orçamentário, nós estamos sendo obrigados a passar atividades do veículo que seriam feitas pelo Brasil, por

indústrias brasileiras, para a Alemanha. Entretanto, temos convicção de que conseguiremos lançar esse veículo dentro do prazo, pois é mais simples, para satélites menores, e mais evoluído.

Depois do acidente de 2003, nós refizemos o nosso programa. A ideia do programa era desenvolver cinco novos veículos, inclusive com propulsão líquida. Nós já estamos desenvolvendo um motor de 75 quilonewtons; ele já está todo projetado, está em fase de fabricação. E através dele cresceremos³, cumprindo todo o PNAE, inclusive com lançamento de satélites estacionários com veículos nacionais.

Porém, conforme os senhores podem ver, o investimento do Brasil na área espacial em relação à porcentagem do PIB é muito baixo. Essa fonte é da Aeroconsult, de 2010. O Brasil hoje investe 0,004% do PIB nessa atividade, de forma que tivemos de replanejar essa atividade. Também chegamos à conclusão de que poderíamos cumprir 94% da demanda brasileira com um pouco menos de tecnologia.

Replanejamos o Programa Cruzeiro do Sul com esses veículos. Serão três veículos apenas: o VLM; um VLS Alfa com propulsão líquida, com uma dessas duas configurações; e um VLS Beta, também de propulsão líquida, com uma dessas duas configurações.

E aqui embaixo são alguns parceiros com os quais nós já temos contato. Não temos nenhum acordo assinado, nada nesse sentido, mas já temos contato com diversos parceiros que poderão nos ajudar nessa empreitada.

Na parte de aeronáutica nós temos o desenvolvimento da modernização do AMX. Eu trouxe aqui rapidamente para os senhores verem. Nós vamos modernizar 33 aeronaves. Já foi entregue a primeira aeronave para a FAB com toda uma capacidade aviônica de combate modernizada. Então, aqui nesse eslaide, rapidamente, as áreas que estão sendo aproveitadas.

Outro grande projeto que está sendo tocado pelo DCTA, mas realizado pela Embraer, é o KC-390, uma nova aeronave de transporte que tem como objetivo substituir o C-130. É uma aeronave que, nós estimamos, terá um sucesso muito grande nessa substituição e no mundo. O primeiro voo está previsto para o ano que vem, em meados do ano que vem. Nós participamos das análises dessas atividades, nos ensaios em voo; houve uma participação grande da DCTA nesse projeto.

Aqui os nossos parceiros nesse projeto.

No Projeto FX, nós participamos na seleção das aeronaves e estamos aguardando. Os senhores têm acompanhado as decisões. Temos três concorrentes. O Projeto A-Darter, citado aqui pelo Almirante Zamith, é um projeto de desenvolvimento de um míssil de quinta geração, em colaboração com a África do Sul.

O projeto tem andado muito bem, e nós devemos ter, em breve, um míssil de alta capacidade tecnológica.

Também há desenvolvimento com a indústria nacional. No Projeto A-Darter, existe o envolvimento das três indústrias nacionais – Mectron, Avibras e Opto Eletrônica – não só no desenvolvimento como na fabricação do míssil.

O Projeto MAR-1, o míssil de antirradiação, está sendo desenvolvido pela Empresa Mectron, com parceria com o DCTA; também está em andamento. Neste mês, nós teremos uma grande campanha de ensaios desse míssil, estamos também trabalhando firmemente nele.

Outro projeto importante na área de mísseis é o MAA-1B, um míssil que também sendo desenvolvido pela Mectron. Já é um míssil um pouco mais simples, de quarta geração, mas de um custo bem mais baixo que o A-Darter.

E outro projeto importante que trouxe para os senhores, interessante, é o desenvolvimento de uma turbina de pequena potência, de 5 quilonewtons, que serve para uso em VANTs. A intenção é também utilizá-la, ela está sendo desenvolvida para equipar o Astros-TM, o míssil que está sendo desenvolvido para o Exército no Astros 2020. Ela já está rodando, está em fase de testes lá no DCTA, e esperamos que esteja pronta em 2015.

Na parte de ensino, que é uma parte extremamente importante e à qual dedicamos muito tempo lá no DCTA, nós temos, como os senhores sabem, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica – eu já comentei aqui –, que realiza graduação em seis Engenharias: Aeronáutica, Eletrônica, Mecânica-Aeronáutica, Civil-Aeronáutica, de Computação e Aeroespacial, muito baseadas no seu curso fundamental.

Programas de pós-graduação nas áreas de Engenharia Aeronáutica, Mecânica, de Computação, Engenharia de Infraestrutura e Física. E temos um curso de pós-graduação também em Aplicações Operacionais. Temos uma escola de ensaios em voo, que é um orgulho para nós. No mundo, só existem sete escolas em cinco países do mundo, e a nossa escola foi em 2004 reconhecida pela Society of Experimental Test Pilots, internacional. Desde 1986 esta escola existe.

Para terem uma ideia, o curso de formação de um piloto de testes está na faixa de US\$1 milhão. E nós fazemos essa formação dentro dessa nossa escola, que forma pilotos, engenheiros de teste e instrumentadores também.

Um projeto importante que está em andamento, com apoio do Ministério da Educação, é o projeto de ampliação do ITA, um projeto da ordem de R\$300 milhões. No vestibular deste ano já houve uma ampliação.

Historicamente, nós tínhamos 120 vagas; para o ano que vem já teremos 180 vagas no ITA. O planejamento é chegarmos a 240 vagas; e um projeto que está em andamento e é bastante interessante,

Ainda sobre investimentos, coloquei aqui apenas para dar uma ideia sobre como estão colocados os recursos para essas atividades, das mais importantes pelo menos. O KC-390 é suportado pelo PAC, não temos grandes problemas de investimento de recursos. O maior problema temos aqui na ação 20XB, em que suportamos a maior parte das atividades de pesquisa no DCTA, capacitação de RH, suporte de desenvolvimento industrial, pesquisas de metrologia, capacitação de especialistas, sistemas bélicos associados; aqueles mísseis que coloquei lá, parte dos mísseis é desenvolvido com esses sistemas, parte pela MCT, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Apenas para dar uma ideia, a necessidade deste ano era de R\$130 milhões; na proposta orçamentária foram colocados R\$63 milhões, mas, até o momento, só foram recebidos R\$10 milhões. Então, isso causou adiamentos e paralisação de diversos projetos de pesquisa nessa área aqui.

Aqui é aquisição de helicópteros; à aquisição de aeronaves, também há algumas restrições. Eu vou passar apenas rapidamente aqui para os senhores.

Também temos problemas na área de pessoal que estão sendo resolvidos. Em 1994, nós tínhamos 3.422 pessoas, e uma lei de 2002 reduziu para 2.383. Porém, no ano passado, em 30 de dezembro de 2012, foi assinada uma nova lei que criou 880 cargos para o DCTA. Então, atualmente, nós estamos em fase de recompletamento desse pessoal.

E isso tudo veio de um apelo do próprio DCTA porque, se nós não fizessemos nada, em 2020 – essa é a quantidade de pessoas que estariam se aposentando –, nós estaríamos reduzidos a 44% das pessoas que nós tínhamos trabalhando no DCTA em 2011.

Aqui está uma ideia de como está sendo feita esta reconstituição. Nós já temos garantidos os 880 até aqui, mas os senhores veem que, mesmo neste ano, em que foi autorizado concurso para 241 pessoas, nós tivemos 244 aposentadorias. Quer dizer, ainda saímos perdendo um pouco aqui, mas a ideia é de que isso deve ir a bom termo e que cheguemos à recuperação da nossa capacidade.

Bem, era isso que eu queria discutir, e apresentar o DCTA dessa forma.

Eu queria, se fosse possível, apenas passar aqueles dois filminhos para dar uma ideia.

Pode passar esse primeiro.

Esse primeiro é o VSB-30. Esse foi o voo realizado na Suécia, em Kiruna, em um veículo de dois

estágios. Para os senhores terem uma ideia, as cargas úteis que são colocadas aí são da faixa de 6 milhões, 7 milhões. Então, os alemães confiam bastante no nosso veículo.

Ele já foi lançado também na Noruega, de Andoya, e lançado no Brasil, obviamente.

Eu acho que pode até interromper.

E o segundo que eu gostaria de mostrar para os senhores é este, o VLS. Este foi o voo de 1999.

Ele mostra a complexidade da atividade. Infelizmente algumas das pessoas que estão aí faleceram no acidente, por isso é que nós colocamos como um ponto de honra à memória dessas pessoas; conseguimos realizar esse voo.

Nós estamos muito próximos de colocar um satélite em órbita; eu acho que todos os problemas que havia foram levantados; nós conseguimos consultoria externa também.

Esse aí é o satélite.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. WANDER ALMODOVAR GOLFETTO Nesse voo nós tivemos, durante o acendimento...

Esse é o primeiro estágio, são esses quatro motores aqui que representam o primeiro estágio do veículo. O segundo estágio está aqui no meio. Ele é acionado depois que termina o primeiro estágio.

Infelizmente, no acendimento desse estágio, houve uma explosão desse motor. E depois nós descobrimos que foi um problema no processo de fabricação; mudamos esse processo e hoje esse problema já está resolvido.

É interessante esse vídeo, porque dá para ver a formação de ondas de choque no ambiente do supersônico.

Em todos esses voos nós obtivemos muitos dados que nos permitiram chegar ao VSISNAV, que nós vamos lançar no ano que vem, e os senhores devem, se Deus quiser, acompanhar.

Bom, a ideia era essa: apenas apresentar o voo para mostrar que já estivemos muito próximos de colocar um satélite em órbita.

Apenas para dar uma ideia, há 5, 6 anos, recebi a visita do comandante da Força Aérea da Coreia, que, quando viu o que nós tínhamos lá em São José dos Campos, ficou entusiasmado e disse: “Estamos começando agora lá na Coreia a fazer esse desenvolvimento e gostaríamos muito de, quando estivermos em um certo nível, podermos discutir com vocês.” Eles acabaram de colocar um satélite em órbita este ano. Então, foram muito rápidos. Começamos junto com a China e com a Índia. Então, temos de ganhar esse tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado Almirante Wander Golfetto.

Agradeço a vocês pela explanação. Aprendemos muita coisa aqui. Podem estar certos disso.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, vou tecer alguns comentários e passar a palavra a V. Ex^a.

O Senador Flexa me pediu que transmitisse o motivo da sua saída. Hoje é o encerramento do Parlamento Jovem e estamos com uma audiência, que começou às 11h, na CAE, sobre a questão da busca de recursos, portanto a questão da velha guerra fiscal e do ICMS. Mas S. Ex^a me deixou um material aqui que, depois, passarei a V. Ex^a para que os palestrantes possam, quando houver oportunidade, devolver ao Senador Flexa com as respostas aos questionamentos que ele deixou.

Sr. Presidente, quero primeiro dizer que para a gente é motivo de muita alegria saber que temos avançado do ponto de vista dos níveis de investimentos por parte de nossas Forças, mas principalmente pelo fato de que em todas as áreas que nós utilizamos no cotidiano houve a participação expressiva da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. No ponto de vista da aviação, a nossa experiência mais exitosa está no campo da disputa mundial é o caso da Embraer. Assim como também no papel que desenvolvem, no campo da defesa, mas aplicado à sociedade, a Marinha e o Exército. Há, inclusive, de nossa parte, faz muito tempo, até uma certa cobrança da necessidade de a gente dar um passo a mais, que é a maior sinergia dessa *expertise*, dessa experiência com o que nós fomos constituindo, ao longo dos anos, no Brasil. Por exemplo, eu mesmo tenho cobrado permanentemente das nossas unidades lá no Estado da Bahia, no meu caso específico, a participação, inclusive, das Forças no nosso parque tecnológico, assim com também estendo isso para outras regiões. Então, não faz sentido a gente ter um acumulado histórico e de conhecimento nessa área se a gente não tiver capacidade de interagir e até de beber nessa experiência.

A Marinha faz um belíssimo trabalho em nosso Estado, estamos com uma parte de monitoração por parte da Aeronáutica, com uma base, uma das poucas bases, ou melhor, com uma das bases principais da Aeronáutica na Base Aérea de Salvador, próxima ao aeroporto. É uma das situações que nós julgamos das mais importantes. Portanto, há manipulação desses dados e a interação desses dados com outros centros de controle e monitoração.

Até experimentamos um pedaço disso lá na Copa das Confederações. Portanto, já foi possível interagir um pouco mais. E no último período também da Copa das Confederações, nós tivemos oportunidade de trabalhar com a Marinha, principalmente no acompanhamento do nosso centro de comando e controle. A Marinha tem uma estrutura à parte, e nós buscamos fazer ali uma espécie de interação entre essas duas áreas do conhecimento.

Mas há outro aspecto que me provocam muito, Presidente, do ponto de vista dessa relação, que é a migração dessa estrutura mais de defesa para o aproveitamento desse acumulado histórico.

Eu estive, Almirante, visitando a base na França, que resultou, inclusive, num acordo para a venda do submarino brasileiro, e consequentemente foi fonte de inspiração para a montagem de toda a estrutura do dique seco, do estaleiro, no Rio de Janeiro.

Também, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, da Câmara dos Deputados, terminei visitando e participando naquele período. Agora há inclusive uma pressão da nossa Comissão de Relações Exteriores para o mesmo caminho – parece-me que o Presidente Ricardo Ferraço esteve recentemente na Suécia, visitando ali a Gripen. Portanto, eu tive a oportunidade de também discutir com o Governo a questão da nossa participação na aquisição dos caças. No caso específico, eu não cheguei a ir a Boeing – e há essa pressão que o Ricardo tem feito para participarmos disso –, mas eu continuo insistindo no aspecto do que é possível aproveitarmos desse acumulado histórico.

Nós temos vários problemas no que diz respeito à monitoração no Brasil. Portanto, ainda é uma grande falha, pois o Brasil não tem isso. Hoje é que nós estamos consolidando os nossos centros de comando já utilizados na Copa, mas ainda com baixa capacidade de serviços para a sociedade. Principalmente no que diz respeito a trânsito, saúde, ainda não há escala razoável, como se processa hoje, inclusive, na Suécia, que vimos aqui.

Eu conheço inclusive essa base de lançamento de foguetes, e uma das coisas que me chamou a atenção na Suécia é que é um país que tem um nível de ocupação muito interessante. Há comunidades com baixa densidade populacional espalhadas pela Suécia, mas, mesmo nessas comunidades, todos os serviços chegam; todos, inclusive, o serviço de defesa civil. Todos eles: a tradicional energia e a banda larga. E ali os serviços de defesa civil funcionam perfeitamente. E em todos esses casos, vemos a participação exatamente desse espírito que, no Brasil, é muito bem patrocinado pelas três Armas da nossa Defesa. Portanto, há integração disso e há transferência desse conhecimento

para os serviços públicos e para o cidadão. Senão o cidadão brasileiro começa a ter uma noção de que a nossa Marinha, Aeronáutica e o Exército se prepararam arduamente para uma guerra que não sabemos quando haverá – e é importante trabalhar –, mas que eles podiam atuar numa guerra que acontece no dia a dia, aqui dentro, a partir dessa *expertise*. Portanto, é esse o desejo.

E mais: eliminarmos essa distância. Quer dizer, poucos brasileiros conhecem o que já produzimos, a partir exatamente dessa grande capacidade da Marinha. Se citarmos, há exemplos em diversas áreas. Vou citar a área em que eu milito, até do ponto de vista profissional. Se pegarmos até dos Ministros alguns dirigentes de empresa, a Marinha emprestou muita gente para o sistema de comunicação no País. A mesma coisa com o Exército. Os nossos Generais comandaram a Telebrás durante muito tempo, não só no que diz respeito comando da estrutura ou da gestão administrativa, mas, principalmente, no que diz respeito a toda uma política para atendimento e desenvolvimento da indústria. Foi com essa *expertise* que a gente, na década de 80, conseguiu fazer crescer a indústria nacional. Então, essa foi a grande transferência que, na minha visão, as Forças Armadas deram como contribuição à economia do Brasil.

O CPqD é um resultado disso. E toda aquela indústria eletroeletrônica que surgiu em torno dessa estrutura do Sistema Telebrás foi exatamente a partir do movimento de se tirar de dentro das Forças Armadas e trazer para a sociedade. Eu acho que, quanto à interrupção disso, a gente pode dizer: “Ah, mas isso tem numa escala...” Em minha opinião, houve um aumento considerável do uso de recursos. Mas houve uma redução considerável, se a gente comparar com o passado. Ou seja, o volume que nós colocamos hoje é muito maior, mas, em compensação, ou melhor, no prejuízo, as demandas também aumentaram consideravelmente.

Eu nunca me esqueço de uma coisa por que eu batalho muito até hoje para a gente tentar estabelecer agora com a indústria de *software*: no passado, o sentimento das Forças Armadas com o Sistema Telebrás e com a economia era no sentido de a gente criar as normas, estabelecer o nível de serviço e, de certa maneira, distribuir isso para que a indústria nacional pudesse produzir e o Sistema Telebrás adquirir essa questão. Então, era necessário desenvolver, mas era necessário também ter o campo de prova, ou seja, ter o campo de aplicação nesse aspecto. Então, isso é decisivo, por exemplo, para a indústria de informática no Brasil. Isso foi decisivo para essa indústria eletroeletrônica; nós caminhamos a passos largos.

E, também, há uma área que nós até, aproveitamos toda essa *expertise* da fronteira, desenvolvemos. Foi quando nós desenvolvemos todo aspecto, inclusive para além da proteção só da fronteira, e esticamos para a área de comunicação. Quer dizer, desde a estrutura de tropodifusão – o que era possível pelas Forças Armadas em ação de defesa –, mas que a gente pudesse utilizar aquilo para expandir o sistema de comunicação no País. Depois, a própria estrutura de visada direta, com micro-ondas, enfim, espalhando pelo Brasil. E adotamos o mesmo critério de cobertura em nível nacional. Portanto, fazendo os serviços chegarem a todos os cantos.

É a mesma coisa; aí chamo para esse novo tempo. Quer dizer, por que a gente não se aplica para fazer exatamente agora a possibilidade de dar esse outro salto? Eu estou insistindo muito nessa coisa dos centros de emergência e centros de monitoração, porque acredito que as três Forças podem contribuir muito mais do que o que estão contribuindo. E, obviamente, essa ação de governos estaduais é uma ação decisiva para isso. E elas podem, também, dar um salto de qualidade na aplicação desses centros. Portanto, isso pode criar outro tipo de garantia. E, aí, é quando eu chamo para a guerra interna. Portanto, é isto: é o serviço sendo prestado ao cidadão, utilizando toda essa *expertise* acumulada.

A mesma coisa vale para, por exemplo... A gente tem grandes áreas para lançamento de foguetes. E, aí, fica um questionamento: por que a gente se arrasta tanto em Alcântara? Por que há tantos problemas em uma base fundamental como aquela? Ou, até, é o ponto mais importante nosso no Rio Grande do Norte do ponto de vista da sua localização geográfica e da sua condição, para ser utilizada não só aqui dentro, como utilizada por gente de fora? Importante a gente usar isso como um ponto – como foi muito bem mostrado ali – em que a gente possa se estabelecer com parceiros, nessa busca de troca de tecnologia e, ao mesmo tempo, na busca de mercados. A mesma disputa que nós estamos fazendo hoje com a Embraer, nós podemos fazer, inclusive, com a nossa base de Alcântara, podemos fazer com outras potencialidades nossas, estamos fazendo com os veículos de lançamento. Portanto, temos um arsenal enorme para fazer essa disputa numa área que não é fácil. Estamos falando de uma área em que não temos nenhuma criança no mundo. Os *players* que atuam nessa área ou as estruturas de Estado que atuam nessa área são estruturas vigorosas. Podemos falar de uma área dessas, por exemplo, com os Estados Unidos, com Israel, com a própria Suécia...

É para essa sinergia que quero chamar a atenção, Almirante Wilson. Se vamos à Suécia, por exemplo, nós vamos encontrar lá uma enorme sinergia. A Gripen não é uma Embraer; a Gripen tem uma junção, inclusive a participação de figuras da iniciativa privada. A Suécia tem essa proeza; em todos os projetos deles eles comprem, na realidade, a defesa como Suécia; participam do desenvolvimento e da relação para fora não só o Estado sueco, mas as empresas do Estado. Não são empresas do Estado, estou falando de empresas de origem sueca, mas são empresas privadas. Portanto, essa sinergia que a gente vê com muita dificuldade no Brasil. A gente pode trabalhar isso, numa relação direta.

Por exemplo, eu tenho insistido nisso de forma muito enfática. Tivemos oportunidade de conversar isso mais com a Aeronáutica, pois, em minha opinião, a aquisição dos caças não pode estar vinculada somente ao bom desempenho deles do ponto de vista da sua atuação para a estrutura militar. O que é possível extrair de aviónica para aplicar em outros setores? Portanto, a minha escolha deveria obedecer a esse critério. O critério de preço, geralmente, é o critério que a gente mais utiliza. Depois, qual é o caça que vai carregar o maior número de foguetes, de mísseis ou coisa do gênero. Na realidade, em minha opinião, deveria ser exatamente, desses caças, o que é possível caçar de mais importante para poder aplicar em outras áreas, para aplicar na saúde, para aplicar em aspectos da comunicação, em superar graves problemas nossos na fronteira, para que sejam utilizados inclusive como provedores. Portanto, essa estrutura nos traria, de forma bem mais direta, a possibilidade de participar do desenvolvimento. Eu tenho o raciocínio de que não vamos copiar um caça desses em dois, três, dez anos, mas, do que tem de aviónica, do que tem de eletrônica, do que tem de eletrônica embarcada, do que tem de desenvolvimento, eu posso não só ter a possibilidade de acessar como aplicar isso em outros setores que não somente na questão da defesa. Portanto, é essa sinergia que eu acho que importante termos.

Aqui estamos falando de áreas em que a utilização cada vez mais crescente de *software* é um negócio estrondoso, que, portanto, se aplica em todas as áreas. Aliás, essa é outra área em que a gente tem como fazer uma verdadeira vinculação. O Brasil é um dos países que tem uma das maiores capacidades de produção de *software*. Se pegarmos aqui, grosso modo, principalmente nesse debate de TI, vamos encontrar o Brasil entre os maiores do mundo. No entanto, a sinergia, ou melhor, a ausência de sinergia tem nos levado a um processo de recuo. Portanto, não estou culpando as Forças Armadas; estou aqui fazendo uma

crítica ao que é essa ausência de política na relação governamental, tanto em nível nacional quanto na relação com os governos estaduais.

Por exemplo, fizemos um longo debate, na Bahia, com a Marinha, para a gente ir para dentro, chamar, interagir. Não pode ser uma relação só de visita, Almirante. Tenho dito isso lá permanentemente. Não posso ter uma unidade da Marinha, com a *expertise* que tem a da Bahia, para ficar lá fazendo de conta que a estou vendo conta só das lanchas. Perder isso é um absurdo! Tenho dito isso inclusive ao meu Governo, no Estado. Estou falando do meu para não dizerem que estou aqui criticando os outros. Então, inserir essas estruturas nas estruturas dos serviços e até na base principal de pesquisa do Estado é fundamental.

Eu não sei se vou acumular no Estado da Bahia o que as Forças acumularam ao longo de toda a sua história. Eu posso levar para lá gente de peso, mas vai demorar anos para a gente fazer isso.

Então, uma das coisas para as quais chamo mais atenção é isto: como é que a gente vai conseguir estabelecer essa sinergia, porque senão vamos ficar às vezes só nisso aqui, contando daqui para ali e para acolá, e a gente não consegue trabalhar.

Outro aspecto que eu avalio, do Senado, é essa disputa no marco do Orçamento. Nós precisamos mudar a nossa cabeça completamente. Não é possível que a gente trate sempre essa coisa dos recursos para desenvolvimento como se a gente estivesse tratando coisa para a guerra. Na minha opinião, esse setor tem que ser tratado dentro do Orçamento como prioridade na ciência e tecnologia, no desenvolvimento. Este é o debate central.

Todo ano, a gente vê a Marinha, a Aeronáutica e o Exército meio que de pires na mão, aqui no Congresso Nacional. Eu brinco muito com o pessoal, até mais da Aeronáutica, porque é quem termina transportando a gente nos debates dos PPAs e do Orçamento. Até a gente fez uma brincadeira, em 2011, quando corremos o País discutindo o PPA. Houve um momento em que a Aeronáutica colocou um negócio de um turboélice para transportar a gente. Dissemos: “Tudo bem, então vamos castigá-los no Orçamento, da mesma forma. Vocês deixaram a gente aqui para voar, e tal”.

Mas é uma coisa das mais absurdas. Quando vamos discutir isso, a prioridade dessa questão no âmbito da ciência e tecnologia é um negócio rebaixado. Falar de mudar um percentual de 1% para 2% é como se fosse algo que não dialogasse diretamente com essa nossa necessidade. Portanto, eu particularmente acho que esse é o ponto mais importante desse debate.

E para dizer aqui aos senhores, para os senhores terem ideia de como isso é vital e estratégico, eu

contava aqui, na quarta passada... Não, não, foi na Comissão de Ciência e Infraestrutura, quando o Ministro Paulo Bernardo estava aqui conosco e eu estava dizendo a ele, em um desses debates sobre essa questão de reunião com padrões de frequência, definição no espectro mundial, e todos os debates da aplicação de novas tecnologias, em todas as reuniões a que vamos na OIT e até em outros foros, eu brincava dizendo assim: “A delegação americana é chefiada pelo Ministério da Defesa, não é pelo Ministério das Comunicações”.

Eu ainda cheguei a brincar, dizendo: “Inclusive, um dos membros lá da delegação americana estava vestido de branco. Estava lá, inclusive, impecavelmente, como membro da Marinha americana”. Para não dizer que não tinha ninguém da área de comunicação, havia um cabra lá do FCC, que é a nossa Anatel.

Por que isso? Exatamente sob o aspecto de qual é a importância. E aí essa importância é de Estado. Essa importância é de desenvolvimento. Eles tratam essa questão como matéria de Estado. Então, é a Secretaria de Estado e o Ministério da Defesa que chefiam toda e qualquer conversação sobre a aplicação disso. Até porque é lógico. De onde é que vem essa novidade desse novo tempo se não exatamente desse uso? É óbvio que, na época mais antiga, o sujeito para carregar era tão grande, que o bicho carregava nas costas.

Portanto, a base central, duas das maiores empresas do mundo na área de produção de comunicação disso aqui, essas coisas saíram exatamente da atuação militar. A própria internet é isso. Portanto, esse tema tem que ser tratado com essa magnitude.

E estou dizendo muito isso porque, a todas essas reuniões que vamos no Brasil, obviamente, vão lá o Ministério das Comunicações, às vezes, a Anatel, e tal, e não há ninguém das Forças Armadas nesse debate. Então, ao mesmo em que a gente mostrava como é que uma grande potência tratava dessa questão, mostrei como é que a gente tratava isso.

Portanto, mexer nesse que é o ouro da Babilônia... Eu não aplico tecnologia no nada, eu aplico num espectro de frequência. O ouro da Babilônia é isso aí e que é finito, por acaso. Então, eu determino o que vou usar e o que não vou usar a partir exatamente também do encaixe nessa questão; como é que vou atender, como é que vou cobrir, como é que vou chegar.

Portanto, este é um debate que a gente tem que tratar dessa forma. Não dá para a gente pegar essa *expertise* e achar que isso é ficar dentro dos quartéis e que, portanto, não dá para a gente tirar um pouquinho isso de dentro dos quartéis e botar no cotidiano, que é para a população sentir, General, que isso chega à pele dela. “Ah, mas o pessoal do Exército está lá dentro fazendo aquilo, eu só ali dentro; é manobra, tal, tal.

Isso não vem para a vida prática.” Ledo engano! Então, essa é uma das coisas que considero fundamental a gente estabelecer num ponto como esse, para ter a oportunidade de a gente usar.

Há duas áreas, por exemplo, na saúde, principalmente a de imagem, área que derivou de forma muito intensa de todas as pesquisas da área militar e que é a grande sensação do mundo. Não conheço um médico hoje que não tenha que se socorrer de uma estrutura de imagem. Um grande amigo meu, que virou especialista nisso, diz que, quando o paciente vai consultar e você atende e não pede uma imagem ou um ultrassom, o sujeito diz que esse médico está meio desatualizado. Antigamente, era no olho; era abrir o olho e tal... Médico de olhar o olho hoje está difícil. O cara nem acredita mais, quando não se pede nenhum exame, nenhum ultrassom. O caro termina indo a outro.

Portanto, tudo isso aqui com que os senhores laboram permanentemente, essas coisas podem, tranquilamente, chegar a resolver parte expressiva dos nossos dramas aqui em relação a essa coisa de otimizar e, ao mesmo tempo, universalizar essas ferramentas para a saúde.

Vi ali na apresentação, por exemplo, a questão de terras-raras. Os russos pegam urânio velho ali e vão raspando para ver se tiram uma terrinha-rara. Então, há uma grande disputa, por exemplo, para ver quem consegue chegar ao tálio e ao escândio. Eles mesmos levam na brincadeira: mais leve do que o alumínio e mais resistente do que o aço, numa determinada mistura, principalmente para trem de pouso. E os caras raspam ali do urânio para tentar fazer aquela separação.

Nós temos exatamente essa expertise acumulada nas Forças Armadas e temos uma grande fonte de exploração dessas terras-raras em nosso solo. E aí, de repente, estamos entregando para gente de fora, quando a gente podia puxar o povo que está dentro dos quartéis, ou melhor, dentro dos institutos – para não ficar tratando dessa forma – e botar para a gente aproveitar essa potencialidade.

É impressionante como há um leque imenso de oportunidades de negócio e para trabalhar com a iniciativa privada. Essa experiência é que considero importante. Pode-se dizer: “Ah, mas vendeu a Embraer, não sei o quê”. Não estou discutindo isso. Eu quero voltar ao exemplo do Sistema Telebrás, manter o sistema Telebrás como era a estatal da época; mas toda a franja, todo o nível de produção era da iniciativa privada.

Eu vou dar dois exemplos aqui, todo mundo deve se lembrar disso exatamente. A primeira vez que surgiu a produção de impressoras no Brasil, que eram matriciais naquela época, elas se chamavam Mônica e Alice, produzidas por uma empresa chamada Elebra,

instalada ali na Via Anchieta. Eu fui diversas vezes ali fazer aceitação de equipamento. Isso foi desenvolvido a partir dessa experiência. O cara chamou lá e disse: “Meu irmão, vocês vão produzir agora...”, e aí é a segunda questão. A partir de toda uma experiência de tropodifusão, que foi desenvolvida pelas Forças Armadas, o Sistema Telebrás chegou à conclusão de que era necessário produzir um negocinho em que a gente criava um enlace, em que a gente resolvia um problema de atenuação, a partir exatamente da experiência utilizada pela Aeronáutica e pelo Exército na Amazônia, para resolver o problema no País inteiro. A segunda chamada foi essa turma, e se disse o seguinte: “Vocês vão produzir aqui um equipamento que vai resolver um dos graves problemas do Brasil”. Entregou ao cara o desenvolvimento, que foi feito pelo CPqD, e depois entregou ao mercado; “Construa a sua empresa, a sua indústria, porque eu vou entregar ao mercado para consumir, as 27 unidades da Telebrás espalhadas pelo Brasil”.

Portanto é essa a lógica que dá para a gente não só chegar com o serviço como também desenvolver a nossa indústria nacional. É esse o aspecto. Por isso é importante não só aportar recursos para fazer a defesa, como aportar recursos para a gente tentar estabelecer uma base de ampliação do conhecimento.

Conhecimento está aqui. Uns têm mais do que a gente, vão lá e pegam daqui e aplicam. E a gente se acostumou a chamar isso de tecnologia. Agora, ninguém faz isso sem ter essa sinergia, sem ter recursos. Senão a gente vai ficar sempre nessa estória da boa vontade, da boa vontade, na disposição, o que o Exército, a Aeronáutica e a Marinha podem fazer, mas isso tem uma limitação.

Por isso eu quero deixar um desafio, principalmente para o nosso Ministério da Defesa: é fundamental que a gente tenha cada vez mais uma afinidade entre esse setor da defesa e o nosso Ministério de Ciência e Tecnologia, com a nossa capacidade de nos relacionar nesse novo tempo.

Esse é pelo menos o nosso desejo. Particularmente, enxergo muito nessa expectativa, meu caro Zeze Perrella, e acho que nós temos um papel importante nisso. Não basta discutir de vez em quando como é que a gente faz, como é que a gente ajuda a Marinha, como é que a Comissão de Ciência e Tecnologia faz uma emendinha para a Aeronáutica, como é que disputa um pedacinho para mandar para o Exército. Com todo o respeito, a gente fica tratando isso como migalha. Eu tenho uma brutal divergência com relação a isso e acho que é importante inclusive, Zeze, que a gente tenha a percepção de mudar esse aspecto do debate sobre a necessidade e as prioridades orçamentárias.

A gente faz ao contrário aqui: quando o Governo faz o Orçamento dele lá, e essa área sai, as Forças correm todas para cá, para ver se a gente consegue botar um complemento, que não é nem verbal nem nominal. E como verbal estou tratando aquilo que efetivamente possa se consagrar; e nominal porque termina um negócio lá mesmo: “Faz de conta que bota aí” e não funciona.

Seria importante que pudéssemos ter essa compreensão e fazer a disputa não como quem vai fazer um favor às Forças Armadas brasileiras, mas como quem vai efetivamente fazer um grande favor à Nação brasileira, para a gente tratar isso como base fundamental para o desenvolvimento de uma nação. Esse é o pilar central para nos colocar na porta da frente e, obviamente, para tentar superar as dificuldades ou para a gente tentar travar a guerra que há aqui dentro, que é emergencial e não pode esperar por soluções que venham de fora.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Eu acho, Senador Walter, que nós só vamos conseguir resolver isso no dia em que nós tivermos, efetivamente, um Orçamento impositivo. Hoje, tanto as três Forças quanto os próprios Parlamentares ficam de pires na mão, dependendo do Governo Federal. O grande problema é esse. Por isso é que eu acho importantes esses debates, para que nós fiquemos conscientizados, mais conscientizados sobre o que acontece, as necessidades de vocês, das três Forças.

Nós temos plena consciência da importância de se investir em tecnologia, o que o Governo brasileiro ainda não percebeu o quanto é prioritário. Para se ter uma ideia, somente o Estado da Califórnia investe dez vezes mais que o Brasil em ciência e tecnologia – somente o Estado da Califórnia. Por isso, quando a gente é grameado, todo mundo se assusta. Em tecnologia, até pra grampo, a deles está à frente que a nossa. Mas, enfim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Não há dúvida. E não temos estrutura, Senador Walter, até para evitar isso. Acho que esse episódio serviu para nos alertar. E serviu para alertar o Governo sobre a importância de se investir mais em tecnologia, pelo menos, para a gente tentar diminuir...

Agora, para nossa surpresa também, o próprio Canadá está espionando empresas brasileiras. Nada disso tem a ver com segurança. É realmente uma questão somente comercial, espionagem industrial, o que é mais feio. E quando o Governo brasileiro quer resposta desses dois países, eles simplesmente dizem que não comentam publicamente assuntos de segurança ou assuntos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Isso, assuntos de inteligência. É muito fácil. Inteligência apenas com o objetivo... Nós conseguimos perceber o próprio Ministério de Minas e Energia sendo espionado, a Petrobras. O que isso tem a ver com segurança?

E o que deixa a gente mais chateado – não estou nem mudando o tema – é que, na verdade, os governos têm medo de retaliação dos Estados Unidos. Ninguém tem coragem de peitar. Eles falam: “Simplesmente, eu não lhe devo satisfação e não vou lhe responder nada.” E nós temos que ficar calados, porque os americanos pensam que nós somos quintal deles. Enquanto não investirmos mais em tecnologia, enquanto nós não priorizarmos mais essas questões, eu acho que nós vamos continuar sendo quintal deles sim.

Mas, para as considerações finais, eu passaria a palavra, pela ordem, para o General Sinclair e, depois, para o Wagner.

O SR. SINCLAIR JAMES MAYER – Obrigado.

Mais uma vez, Senador, queria agradecer, em nome do Comando do Exército, a oportunidade que nos foi oferecida.

Concordo plenamente com as colocações feitas pelo Senador Walter Pinheiro, muito apropriadas. Nós nos identificamos com quase todos os pontos que V. Ex^a abordou, Senador.

Estamos realmente atentos a esse passado histórico e transportando isso para este presente que estamos vivenciando.

Na própria área de cibernética, V. Ex^a pode constatar que o Exército, até por uma atribuição no Ministério da Defesa e dentro desse contexto que estamos vivenciando, está fazendo um esforço muito grande de compartilhar essas tecnologias com a sociedade. Nas nossas reuniões, nas nossas convenções que fazemos lá, a presença de todos os segmentos é algo bastante notável, de maneira que temos a mesma preocupação que o senhor abordou em relação a essa visão.

E, realmente, se a visão do País for no sentido de promover uma melhor situação para que as Forças Armadas possam ter uma maior aderência às necessidades da sociedade brasileira e tudo mais, o senhor pode ter convicção de que elas responderão adequadamente, como sempre responderam, às necessidades da Nação.

De maneira que, como eu disse, há perfeita identificação entre esses focos que nós estamos comentando aqui.

Muito obrigado, mais uma vez, e nós nos colocamos à disposição desta Comissão para qualquer

outro esclarecimento ou qualquer outra abordagem que for necessária.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra, Almirante Wagner Zamith.

O SR. WAGNER LOPES DE MORAES ZAMITH – Obrigado, Senador, Zezé Perrella.

Mais uma vez agradeço esta oportunidade de o Ministério da Defesa se fazer presente nesta audiência pública e poder mostrar um pouco do nosso trabalho, dentro daquele círculo que eu mostrei, o círculo vicioso de apoiar, integrar e coordenar as atividades das Forças Armadas, com as quais temos, na área de ciência e tecnologia, um relacionamento extremamente intenso, inclusive, fruto daquelas legislações novas, daquela base documental que tem impulsionado muito esse setor.

Eu gostaria de colocar também a nossa total concordância com os comentários do nosso Senador Walter Pinheiro a respeito do assunto. Eu vejo, como membro do Ministério da Defesa, que nós estamos evoluindo muito nesse segmento, fruto de toda essa base legal e das ações que têm sido tomadas nesse sentido. Obviamente, às vezes, eu sou forçado a refletir: que bom seria se nós tivéssemos uma situação como o país que foi citado aqui várias vezes, os Estados Unidos, que, por não terem grandes problemas de recursos orçamentários, quando decidem, por exemplo, fruto de um planejamento muito bem sedimentado, desenvolver um radar, fazem a encomenda a várias empresas e bancam o desenvolvimento desse equipamento novo e depois escolhem aquele que mais atendeu as suas necessidades, as suas expectativas. Obviamente, que as outras empresas que participaram do processo não tiveram qualquer prejuízo; ou seja, o risco é extremamente baixo, e a compra governamental é garantida.

Hoje, acho que o grande desafio nosso é que os nossos produtos de tecnologia, no estado da arte, tenham garantia da compra governamental, que sabemos que não temos como garantir. Mas eu acredito que essa sinergia está começando a dar bons resultados. Então temos algumas, obviamente até por consideração de que é quase que uma situação de sobrevivência, porque se nós pudermos, na medida do possível, trabalharmos com a dualidade, com equipamentos de base dual, isso certamente, no final do desenvolvimento do produto, assim como se nós descobrirmos nichos de mercados fora do País que possam absorver parte de um produto que está sendo desenvolvido, isso certamente vai gerar uma diminuição na pressão das compras governamentais, porque vai gerar uma

escalabilidade tal que não será tão necessário que se exija uma compra governamental de vulto.

Então, são coisas com que hoje em dia estamos nos preocupando, estamos refletindo sobre o assunto. Daí a criação de um Núcleo de Promoção Comercial na área da Secretaria de Produtos de Defesa do Ministério. Além disso, estamos procurando mapear. Como é uma área em que nós temos uma possibilidade grande de cerceamento, e aí, por conta disso, temos que desenvolver a nossa própria ciência, tecnologia e inovação e mapearmos todos os processos, todas as tecnologias críticas necessárias para esse desenvolvimento, temos trabalhado nesse sentido em parceria com o MDIC, com o próprio MCTI no levantamento das tecnologias sensíveis, importantes em um contexto temporal, até 2025, que chamamos de Agenda Tecnológica Setorial. Isso faz parte do Plano Brasil Maior e certamente vai permitir que ações, políticas públicas de incentivo possam ser também concedidas às empresas ou institutos de ciência e tecnologia que estejam trabalhando naquelas tecnologias.

Então, eu agradeço os comentários, pois permitiram que eu pudesse também mencionar um pouco as ações que temos realizado, juntamente com outras parcerias no plano governamental.

Agradeço mais uma vez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Para as suas considerações finais, passo a palavra ao Almirante Wilson Guerra.

Com a palavra, Almirante.

O SR. WILSON BARBOSA GUERRA – Da mesma forma, agradeço a participação.

Senadores, suas observações foram perfeitas. Eu só gostaria de dar dois exemplos aqui da palavra-chave que o senhor falou, externalidade, da maneira com que o desenvolvimento passa dos nossos institutos para a sociedade brasileira. Então, vou fazer duas provocações.

No final da década de 50, início da década de 60, nós tivemos um almirante que fundou o CNPq. Ou seja, ele trouxe de dentro da Marinha para a sociedade brasileira aquela necessidade de nós cuidarmos da pesquisa de desenvolvimento do conhecimento no País. O Almirante Álvaro Alberto fundou o CNPq e o presidiu durante dois ou três anos. Depois, foi presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), para mostrar a externalidade das pesquisas nas Forças Armadas em proveito da sociedade brasileira.

Então, estamos plenamente de acordo com que temos que dividir, temos que abrir os nossos institutos e fazemos isso da forma como nós trabalhamos. Posso dar um exemplo futuro. Nós estamos agora mon-

tando um novo reator com múltiplos propósitos, que vai produzir fármacos no Brasil. Então, a Marinha, o MCTI e as universidades brasileiras estão construindo, estamos num projeto para construir um novo reator multipropósito – será em Aramar – para produzir fármacos. Então, uma pesquisa que vem de dentro da Marinha, da *expertise* que temos na área nuclear transbordando para a sociedade brasileira em termos práticos de produção.

Não sei se os senhores se lembram que no ano passado ou no ano retrasado o Brasil ficou numa situação difícil, porque houve um problema com o reator que produzia para a gente, no Canadá, vários produtos, e o Brasil ficou sem fornecedor de fármacos. Então, o MCTI partiu para uma solução, porque temos a capacidade, temos o conhecimento para gerar um bem para a nossa sociedade. Então, foi buscar dentro das Forças Armadas, na Marinha, a *expertise* na área nuclear, e estamos juntos produzindo um reator nuclear para pesquisa e para fabricação de fármacos. Então, essa externalidade acho que é perfeita.

Agora, vou fazer uma provocação. Não existe milagre. A gente fala de milagre asiático, mas não existe milagre. É só ver o que fizeram lá, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Então, é matemática, é lógica. Se tirarmos no Brasil o que o Brasil investe em pesquisa e em desenvolvimento, é ponto qualquer coisa do seu PIB. Então, não vai querer que a gente concorra com as nações que investem 2% ou 3% do seu PIB. Então, é matemático, enquanto a gente não resolver essa equação matemática, não há milagre, não há como concorrer; estaremos sempre inventando a roda e muito atrás daqueles que estão lá na frente.

Então, suas observações foram perfeitas. Acho que os nossos institutos, que mostramos nas apresentações, estão em interação com as universidades, com os centros de pesquisa. Esse é o nosso dia a dia. A gente trabalha dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Federal Fluminense, da Universidade de São Paulo, da Universidade Paulista, no Sul, com a Furg. Ou seja, estamos o tempo todo externando aquilo que a gente tem para a sociedade brasileira.

Muito obrigado, mais uma vez. A importância que uma comissão desta adquire no contexto brasileiro é muito grande, porque a gente consegue visualizar essas coisas. Vamos lutar para conseguirmos ter mais recursos, de toda ordem, não só financeiro, para a área de pesquisa e desenvolvimento no Brasil como um todo. Se a gente não fizer isso, não vai desenvolver alguma coisa mais do que estamos hoje usando.

Muito obrigado.

Muito obrigado, Senador, pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito obrigado, Almirante Wilson Guerra.

Para as considerações finais, passo a palavra para o Brigadeiro Wander Golfetto.

Com a palavra, o Brigadeiro.

O SR. WANDER ALMODOVAR GOLFETTO – Em nome do Comando da Aeronáutica, gostaria de agradecer essa oportunidade. Realmente, foi excepcional. Aprendemos muito aqui também.

Senador, eu gostaria de comentar algumas coisas que o senhor falou. Achei muito importante e muito interessante, porque é exatamente aquilo que a gente tem colocado e por que a gente vem batalhando ao longo dos anos, essa externalidade, como o Almirante Guerra colocou.

O senhor colocou muito bem a palavra sinergia. Realmente, no mundo atual, não dá para fazer nada sozinho. Como disse, no passado – falando no passado de novo – a ideia sempre foi essa, com a criação do IFI para com as indústrias e, depois, a própria atividade que o ITA faz sempre foi de colocar esse conhecimento. Em tudo que nós fazemos procuramos usar uma palavra que é chave: dualidade. Não adianta fazermos pesquisa apenas para atividades militares; elas sempre são feitas visando à dualidade. Em quase todas as tecnologias em que trabalhamos hoje nós temos sucesso nisso.

O senhor queria comentar um pouquinho mais sobre as terras-raras. Hoje nós temos esse projeto, que é muito... Nós temos uma evolução tecnológica que nos colocou em nível igual e, às vezes, em alguns momentos, superior àquilo que é feito no mundo. Nós descobrimos as frequências naturais. Quem sabe disso vai entender o que estou dizendo. Nós descobrimos isso através de seleção por laser e temos uma pesquisa grande na área de hipersônica – nós estamos no mesmo patamar do mundo –, feita com as universidades e com algumas universidades no mundo afora.

O problema todo que a gente enfrenta, como o Almirante Guerra falou aqui, realmente, são os recursos. Hoje, eu volto a frisar o problema do VLS. Nós estamos muito próximos de colocar qualquer satélite em órbita. Satélite hoje é essencial para um país do tamanho do nosso. É essencial. Eu diria vital para um país com a importância que nós temos no mundo. Acesso a espaço, mais ainda, porque sem ter o acesso ao espaço, não obteremos sucesso.

Eu quero parafrasear o meu Comandante, o Tenente-Brigadeiro Machado, que chegou há pouco do DCTA e já visualizou isso. Ele fala uma frase que eu considero importante: nós temos um rumo bem colocado nessa área. Nós sabemos o que queremos fazer,

nós sabemos o que nós temos que fazer. E o recurso é pequeno. Quer dizer, nós sempre pedimos: “Dê-nos os recursos que nós chegaremos lá”.

O senhor falou sobre o caça também, e eu concordo com o senhor. Isso fez parte dos critérios de seleção. Eu participei do primeiro critério – não desse, mas do anterior – e isso pesou bastante, porque é o quanto a gente pode retirar. Não é só a capacidade que a aeronave tem, mas quanto o País ganha em ter aquela aeronave. Todos eles são muito parecidos, têm suas vantagens e suas desvantagens. Então, nós estamos buscando, sim, isso aí.

Agradeço muito sua colocação, que nos permitiu discutir um pouco mais o assunto. E coloco à disposição o DCTA e o Comando da Aeronáutica para não só auxiliar nesse tema, mas, também para responder a qualquer pergunta que os senhores tenham.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Brigadeiro Wander Golfetto.

Gostaria de falar mais alguma coisa, Senador Walter? *(Pausa.)*

Então, eu gostaria de agradecer a presença de vocês. Foi muito importante. É muito importante esse debate. Muito obrigado pela contribuição.

Eu vou transferir algumas perguntas que o Relator Flexa Ribeiro colocou aqui. Eu passarei para o e-mail de vocês e peço, se puderem, a gentileza de responderem a esta Comissão.

Mais uma vez digo: a Comissão está aqui para trabalhar com vocês como parceira, no que pudermos contribuir.

Muito obrigado a vocês, mais uma vez.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

COMISSÃO SENADO DO FUTURO

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Luiz Henrique, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Ana Amélia, Cristovam Buarque e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Ricardo

Ferraço, Humberto Costa, Paulo Paim, Cyro Miranda, Wilder Moraes e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, que tem por objetivo a apresentação da proposta de trabalho da Comissão. Inicialmente, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 1ª Reunião, que é dada como aprovada. Usam da palavra os Senadores Luiz Henrique, Presidente da Comissão, Cristovam Buarque, Relator, para apresentar a proposta de trabalho da Comissão, e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos, lavrando eu, Flávio Roberto de A. Heringer, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Luiz Henrique**, Presidente da Comissão Senado do Futuro.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Sr. Relator, nobre Senador Cristovam Buarque, Srª Senadora Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão do Senado do Futuro ou no futuro.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Srªs e Srs. Senadores, há não muito tempo a linha do futuro era vista como a linha do infinito, algo ansiado, desejado, mas intocável, inacessível, inatingível. Assim, a humanidade vivia engolfada nas suas emergências mais imediatas.

Tradição e conservadorismo eram a marca de sociedades estáveis e imutáveis. Alguns eventos extraordinários mudaram esse quadro: o fogo, a roda, o arco e a flexa.

Assim, ao longo de milênios, a humanidade foi evoluindo lentamente.

Em 1970, quando assumi o meu primeiro dos doze mandatos consecutivos, era a lei indiscutível da gestão de que administrava com êxito quem sabia escolher as prioridades. Hoje, passados apenas 43 anos, o bom administrador deve saber prognosticar, adivinhar as posteridades.

Muitas gestões foram malsucedidas e muitas empresas desapareceram porque não souberam seguir essa nova regra, imposta pela estonteante evolução do conhecimento, sobretudo o científico e tecnológico.

Nós perdemos a liderança em alguns ciclos econômicos porque fomos incapazes de criar políticas de desenvolvimento, baseadas num esforço nacional de pesquisa científica. São casos clássicos o da borracha

e do algodão seridó, da energia nuclear e, mais recentemente, dos elementos de terras-raras.

A rapidez da evolução do conhecimento científico é tal que esse microprocessador de informações, esse celular que tenho nas mãos tem mais capacidade do que tinham todos os exércitos do mundo em 1960 e muito mais capacidade do que tinha a Nasa em 1969, quando mandou o homem à lua.

Em dezembro de 2010, quando recebi o diploma de Senador, proferi um discurso em nome dos Parlamentares diplomandos e cito aqui alguns trechos apenas para dizer, Sr. Senador Cristovam Buarque, que presidir esta Comissão é para mim altamente realizador porque ela significa tudo aquilo a que me propus quando fui diplomado Senador.

Leio os trechos do discurso que fiz em dezembro de 2010:

Mas vamos levar para o Senado outra visão: a de que o Brasil precisa fazer um esforço inaudito na área da pesquisa científica e tecnológica, não apenas pelo aumento dos investimentos governamentais, como fizemos, aqui; mas, também, no incentivo às inversões do setor privado, que, diferentemente dos países que lideram a inovação, aplicam, no Brasil, muito menos do que o setor público em investigação científica e desenvolvimento de produto [de valor agregado].

Vamos lutar por uma legislação que incentive doações bilionárias aos laboratórios e aos centros de excelência, com acontece nos países do Primeiro Mundo.

Precisamos (e podemos) estar ao lado dos países líderes na inovação. Essa é a esquina histórica, que nos fará avançar para o desenvolvimento, ou estagnar, o que significa retroceder, definitivamente, a uma economia pobre e atrasada.

Estamos entrando no admirável mundo novo das nanopartículas, que contêm agentes terapêuticos capazes de matar as células cancerosas, o que poderá nos levar à cura do câncer e de outras doenças degenerativas da célula por simples injeção de moléculas na corrente sanguínea.

O Brasil precisa de leis inadiáveis, que imponham inversões trilionárias, públicas e privadas, na pesquisa; e de leis que regulamentem esse admirável mundo novo da física, cada vez mais do que quântica, da micromecânica, da química fina, das terras-raras e dos novos materiais, da informática, da telemática, da microeletrônica, dos satélites artificiais em rede, da engenharia genética, com suas mutações e clones, com seus avanços na decifração do DNA e do genoma.

O futuro do Brasil estará marcado por uma decisão política pela educação, pela pesquisa científica e tecnológica, por um amplo investimento na saúde, por

uma atitude, que é inadiável, de fazer um novo Pacto Federativo que descentralize a gestão.

Os anos e anos que fazem o Brasil caminhar a passos lentos na infraestrutura são a prova mais cabal de que o Brasil precisa descentralizar-se, de que precisa delegar aos Estados e Municípios as obras que a União não consegue fazer com rapidez.

O governo central é um governo lento e ineficaz, e assim será qualquer que seja o presidente da república e quaisquer que sejam os ministros.

É preciso descentralizar o País. Acredito que a equação do futuro está na descentralização. É a descentralização que vai viabilizar os avanços de que necessitamos.

Dito Isso, concedo a palavra ao Relator, nobre Senador Cristovam Buarque, para que S. Ex^a apresente suas ideias e o plano de trabalho, como esta Comissão deve nortear as suas ações.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, quero dizer aqui, Senador Luiz Henrique, que sua fala me deixa cheia de entusiasmo pelo trabalho desta Comissão, porque mostra que a visão que o senhor traz, como Presidente, vai além do dia a dia do trabalho que nós fazemos aqui. V. Ex^a tem uma visão de longo prazo, ou seja, de um verdadeiro futuro.

Nesse sentido, fico com muito entusiasmo. Pode contar comigo como seu auxiliar. Foi como seu auxiliar que preparei uma pequena orientação do que nós precisamos debater aqui para ver se é assim que se pensa fazer funcionar a Comissão.

Em primeiro lugar, eu quero dizer que a inspiração desta Comissão veio do Senado chileno, mas nós devemos fazer uma mudança na maneira de trabalhar. O Senado chileno organiza eventos com grandes cientistas do mundo para discutir grandes temas; os Senadores assistem e o público inteiro é convidado. São eventos de 500, 600 pessoas. Eu estou sugerindo que nós, em vez de ficarmos nessa linha, trabalhemos o futuro distante, mas na ótica do Brasil.

Eu gostaria – e o senhor falou uma frase muito parecida – que o nosso *slogan* fosse “Como fazer o Brasil do futuro virar o Brasil no futuro”. Então, creio que a ideia é o Brasil no futuro com um pano de fundo, que é o mundo.

Portanto, a ideia seria fazer ciclos de debates, que proponho quinzenais, com a participação de pensadores, cientistas políticos, professores e também com a participação e assistência de Senadores, além de convites à população em geral, especialmente aos universitários. Os ciclos seriam transmitidos pela TV

Senado, na medida do possível, em tempo real – dependendo da hora que escolhermos –, e cada um seria transformado em um texto para publicação, com as palestras gravadas e comentários dos Senadores.

Aqui entra a minha sugestão dos ciclos. Cada ciclo poderia ter mais de uma audiência sobre temas como:

a) O Brasil que queremos no futuro: quais as características sociais, econômicas, políticas e conjunturais e quais as metas para isso;

b) Como fazer para o Brasil do futuro se transformar em um Brasil no futuro que queremos, com base, então, na primeira parte. Nesse ponto, se buscaria oferecer caminhos de como realizar as metas para atingir os objetivos formulados no ciclo anterior.

E aqui sugiro alguns temas. Dois deles eu imaginei enquanto ouvia a fala do Senador. Sugiro, então, os seguintes temas:

1) Como montar uma infraestrutura econômica que coloque o Brasil na ponta das nações do mundo no que se refere à competitividade e produtividade, tratando, para tanto, os aspectos de infraestrutura física e intelectual. Sabia que a Senadora Ana Amélia ia gostar. O primeiro item, Senadora, é em sua homenagem, pois sei como a senhora é preocupada com isso.

2) Como reformar plenamente o atual sistema de saúde para que todo brasileiro tenha acesso a um atendimento com a máxima qualidade. Veja como foi importante sua fala – eu não escrevi isso agora, depois que o senhor falou que eu vi! Não dá para discutirmos dentro da visão atual de sistema de saúde, não. Temos que pensar nesta linha da revolução genética dos remédios personalizados que a ciência já começa a criar. Isso é que é pensar o futuro.

3) Como fazer cidades pacíficas, do ponto de vista de enfrentar a violência, mas indo muito além da segurança.

4) Como deve ser organizado o sistema de educação para fazer com que o Brasil seja um país com educação de qualidade, com garantia de acesso igualitário a ela para todo brasileiro na primeira infância. Aqui, mais uma vez, é preciso entrar o futuro. Não pode ser educação apenas da escola, da sala de aula. Tem que ser educação levando em conta os grandes avanços da ciência, de como funciona o cérebro, das técnicas de ensino a distância. Tem que ser pensando como vai ser a escola do futuro, e não como ela é hoje, melhorando-a.

5) Como transformar o Brasil em um celeiro de criação científica e tecnológica. E aí a gente deve escolher que tipos de linha de pesquisa. Onde queremos ser os bambambãs do mundo? Em pesquisa espacial ou aí já perdemos de vez? Vamos discutir onde ter cinco, seis ITAs, em que áreas ter esses centros.

6) Como superar o quadro social aliviando e superando a pobreza. Isso também olhando, a longo prazo, um país onde ninguém esteja fora do mínimo.

7) Como ter uma organização política, legislativa, eleitoral e uma estrutura de Estado que permita ao Brasil do futuro ter uma democracia consolidada em sintonia com as aspirações populares e isenta de corrupção. Aqui também é preciso se pensar no futuro: como incorporar o computador na atividade legislativa, o telefone. Nós ainda não atualizamos a nossa participação legislativa à realidade dos dias de hoje. Como disse o Senador Luiz Henrique, cada um carrega um computador que tem mais informações que a Nasa, em 1969, época em que já mandavam o homem à lua. Como é que vai ser a política? Nós todos interligados *on-line* com os eleitores, como deveríamos ser hoje – e somos em parte.

8) Como reorganizar a distribuição espacial da população e as estruturas urbanas para fazer de nossas cidades centros de excelência na convivência de seus habitantes? Como vai ser a distribuição demográfica do Brasil daqui a 50 anos? Vamos continuar evoluindo de tal maneira que seja um único Brasil urbano, um Brasil conurbado em aglomerados urbanos, tendo abandonado o campo, o que eu acho que deve ser o futuro? Vamos discutir.

9) Como fazer com que essas cidades tenham uma boa convivência, o que hoje a gente está perdendo? Qual o futuro da demografia brasileira e como ajustá-la ao mercado de trabalho, à previdência, à formação de mão de obra, ao serviço de saúde, diante do previsto envelhecimento da população? Esse é um ponto no qual a gente está pensando pouco e é um futuro de curto prazo, não vai levar mais de 20 anos para termos mais pessoas com mais de 65 anos do que pessoas com menos de 18. Então, isso vai exigir uma mudança – como eu disse aqui – do mercado de trabalho, da previdência, da mão de obra, do serviço de saúde. Tudo isso.

Finalmente, quero colocar, já saindo desse tema, que uma comissão voltada para o futuro – e aqui trata da organização – não pode repetir a experiência das comissões em que os palestrantes vêm, apresentam o que têm feito nos seus diversos lugares e pronto. Os participantes nossos deverão receber roteiros das questões que a Comissão deseja responder em seus relatórios, de maneira a evitar que divaguem ou fiquem apenas mostrando o que já tem sido feito no passado.

Uma coisa, Senador, que me incomoda nas audiências é quando vejo que a gente quer debater o problema da primeira infância e as pessoas vêm aqui dizer o que já estão fazendo. Eu quero saber o que falta fazer, sobretudo os representantes do governo.

E é uma tendência natural, não é uma crítica a eles, não. Nós também faríamos o mesmo.

Então, a ideia é de que cada palestrante traga um documento respondendo antecipadamente às perguntas que faríamos, ou seja, se a gente define um roteiro com base nisso, ou outro, e começa a definir palestras que vamos fazer e a escolher os nomes, imediatamente preparamos um roteiro dos temas – não do conteúdo – que cada um deve trazer, com perguntas específicas das quais seriam coletadas as respostas, deglavadas, e faríamos um documento em função disso. E viria para uma reunião só dos Senadores, para debatermos e transformarmos num documento que o Senado apresentaria ao Brasil inteiro sobre cada um desses itens.

Essa é a proposta que tenho como Relator, Sr. Presidente, para debater com os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Agradeço ao ilustre Relator, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar da Maioria – PP/RS) – Caro Presidente, Senador Luiz Henrique; nosso Relator, Senador Cristovam Buarque, o senhor já mencionou a escolha dos temas e eu fico muito feliz com o tema pelo qual o senhor começou, porque acho que é o grande desafio que o Brasil tem. É um tema recorrente. V. Exª abriu mão de colocar em primeiro lugar a educação, mas as duas questões são relevantes. Penso até, digamos, pela emergência que temos em relação a esses dois assuntos, que não podemos abrir mão de continuar trabalhando fortemente com educação nesse debate de que V. Exª com tanta propriedade fala.

O aluno é novo. O aluno é diferente – não é que seja novo. É diferente o aluno de hoje daquele de quando eu estudei e V. Exª estudou, porque ficávamos bem comportadinhos, sentados na sala de aula, pois não havia Google, não havia Wikipedia, nenhum acesso, um telefone celular que pudesse nos introduzir conhecimentos. Então, hoje temos um aluno mais inquieto, mais ajustado, mais contemporâneo com a tecnologia que veio para ficar. E nós precisamos também apressar a caminhada para isso.

Penso também que essa agenda é um calendário de debates. Claro, amanhã, se descer um ET aqui em Brasília trazendo uma boa nova ou alguma coisa, um tema que possa se sobrepôr, pela relevância, não há dúvida de que haverá flexibilidade nessa agenda, estará aberta, como é a Casa, uma Casa legislativa, uma Casa parlamentar.

Então, eu queria cumprimentá-lo pela escolha do temário.

Nessas questões da nanotecnologia nós estamos recém caminhando. V. Exª deve se lembrar da questão da indústria farmacêutica, dos remédios individuais, o que faz um medicamento individual. Tenho acompanhado audiências públicas e a gente viu que, com a quimioterapia oral, a quimioterapia convencional vai deixar de existir. Aprovamos um projeto de minha autoria sobre a quimioterapia oral. É um comprimido que você toma em casa, não precisa ocupar um ambulatório, uma clínica ou um hospital para fazer a quimioterapia. Você ministra a dose necessária e, em casa, toma. Os especialistas disseram que a tendência é de que a maior parte da quimioterapia seja por esse caminho.

Então, a evolução é às vezes muito mais rápida do que nosso trabalho aqui, do que a nossa própria produção.

Quero felicitá-lo e dizer que estou aqui à disposição para construirmos um bom trabalho nesse projeto ambicioso em que estamos trabalhando aqui, que é o Senado do Futuro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

Antes de encerrarmos, eu queria dar à Comissão uma notícia e, ao mesmo tempo, fazer uma sugestão.

O sociólogo italiano Domenico Di Marzio, Professor Emérito da Universidade La Sapienza, de Roma, estará lançando no Rio de Janeiro, brevemente, o seu novo livro: *O Futuro do Mundo*. Em conversa que mantive com ele em Roma, no mês de julho, ele me disse que vê o Brasil na dianteira do futuro mundial nas próximas décadas. Então, por essa razão, não querendo repetir o Senado chileno, mas até porque o Prof. Di Marzio tem profundo conhecimento do Brasil, tem grande amor ao Brasil, pesquisa o Brasil, eu queria sugerir que nós inaugurássemos os nossos trabalhos com uma conferência do Prof. Di Marzio no plenário do Senado, numa data especial a ser com ele combinada. Quem sabe, coincidindo com o lançamento do seu novo livro.

Encaminhei hoje ao Prof. Di Marzio uma mensagem fazendo uma consulta a ele, se ele estaria disponível para uma eventual vinda a Brasília com esse objetivo. Vou aguardar que ele me responda para me reportar ao ilustre Relator.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – Primeiro, sobre o Domenico Di Marzio acho uma excelente ideia, até porque chamaria a atenção para a nossa Comissão uma palestra que certamente será um *show*, digamos assim, positivamente na televisão. Fico muito satisfeito. Isso lembra já uma mudança nessa proposta que acho que é para melhor. Além desses ciclos específicos, é inte-

ressante fazermos palestras desse tipo com grandes personalidades.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Seria com grande repercussão no plenário do Senado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – No plenário. Então, nós faríamos esses ciclos aqui, na nossa Comissão, debatendo e, ao mesmo tempo, quando for o caso, faremos grandes eventos sempre que for possível e o máximo que for possível.

Agora, antes de encerrar, Presidente, eu gostaria que já definíssemos nosso primeiro aqui, porque talvez o Domenico não venha logo. Então, não valeria a pena esperar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Vou aguardar a resposta dele.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – Ele seria o primeiro grande evento. Mas faríamos já um pequeno. Então, quando seria? E sobre que tema? O senhor me pediria e eu traria uma organização com nomes e tudo para debater. Então, quando seria a primeira, que já podemos fazer? E sobre qual tema?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Entendo que tudo decorre do modelo do Estado, da organização do Estado. Se os Senadores concordarem, poderemos fazer um primeiro painel sobre o Brasil do futuro num novo Pacto Federativo descentralizado, porque a educação vai melhor descentralizada, a saúde vai melhor, a infraestrutura vai melhor. Tudo vai melhor descentralizadamente, e eu digo isso porque fiz a experiência como governador – V. Ex^a inclusive foi testemunha disso. Eu descentralizei o Estado e, em oito anos, a economia duplicou, a arrecadação do Estado triplicou, embora tivéssemos praticado uma política muito agressiva de redução de alíquota do ICMS; o comércio exterior quintuplicou, e os investimentos quintuplicaram, porque o Estado organizou 36 territórios de desenvolvimento, comandados por um conselho de desenvolvimento, cada um deles, e executados por um secretário de desenvolvimento regional. Isso nos levou, por exemplo, a que nenhuma casa rural mais vivesse às escuras – todas têm energia elétrica; a que nenhum Município mais ficasse sem acesso asfaltado – todos os Municípios estão com acesso asfaltado –, para que a educação e a saúde chegassem às regiões mais recônditas da periferia urbana e da periferia rural.

Então, tenho uma experiência bem-sucedida e acho que isso se aplica ao Brasil. Se o Brasil continuar insistindo em pensar os brasis diversos de Brasília,

em decidir o que deve ser feito em cada uma das regiões daqui de Brasília, efetivamente, vamos continuar vivendo novos tempos de frustração, novos tempos de manifestação, novos tempos de insurgência, sem avançar para um modelo de desenvolvimento em que um novo Pacto Federativo – não tenho dúvida – nos levaria rapidamente e nos colocaria dentre os cinco países mais desenvolvidos do mundo. Eu não tenho dúvida disso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – Eu acho que é uma boa ideia como primeiro tema e apenas sugiro um pequeno ajuste: a questão a ser feita seria como reduzir as desigualdades regionais por meio da descentralização...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – ... e de um novo Pacto Federativo, porque, de repente, alguns defendem um Pacto Federativo que mantém a desigualdade. Então, como reduzir a desigualdade regional por meio de um novo Pacto Federativo que leve à descentralização.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Foi isso o que nós fizemos, por exemplo,...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – Foi isso o que fizeram no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – ... numa região que V. Ex^a conhece bem: Calmon e Matos Costa. Em Calmon, havia o prefeito do seu Partido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – De Geroni.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – De Geroni, grande Prefeito.

Calmon era um Município que estava desaparecendo. Levamos para lá o asfalto, a infraestrutura, a educação, a saúde, e Calmon ressurgiu. A mesma coisa em Timor Grande, que tinha o nome de Santa Maria, onde foram encurralados e mortos todos os últimos insurgentes da Guerra do Contestado. Era um Município que ficava a 43 quilômetros da rede asfaltada e, por isso, não tinha acesso a nada. De repente, ressurgiu. Quer dizer, o objetivo é este mesmo: reduzir as desigualdades.

E, dentro disso, eu tenho uma velha tese de que a questão do Nordeste é a mais importante questão nacional. Eu tenho em Joinville 30 mil nordestinos, irmãos nossos que migraram para a Bahia, migraram para São Paulo, migraram para o Paraná, e agora estão em Joinville, atrás do emprego que lhes faltou no Nor-

deste. Então, dentro disso, a questão do Nordeste para mim é uma questão nacional por excelência, prioritária.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – Eu falo que, a dez minutos de Calmon, há uma cidade que tem uma indústria disso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – É.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – E com a máxima qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Com a máxima qualidade, em Caçador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – Em Caçador.

Bem, então, ficamos certos de que seria sobre este assunto do Pacto Federativo.

E quando seria?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Bom, V. Ex^a falou em 15 dias. Eu acho que é o tempo necessário para nós organizarmos os nossos Senadores e integrantes da Comissão. Poderíamos fazer sugestões de nomes e nós poderíamos, então, marcar para a próxima terça-feira, sem ser a próxima, a outra, dia 8 de outubro. Nesse horário de 14h30?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – Esse horário é bom. Agora, não temos chance da televisão. De noite também nunca se sabe quando é que tem. Pode ser bom.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Então, se o ilustre Relator puder combinar com o setor de divulgação da Câmara qual seria o horário que haveria brecha, que teria participação...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – O problema é que é um dia incômodo para os Senadores, porque é segunda-feira ou sexta-feira. Talvez não seja possível contarmos com isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Na próxima quinta-feira, dia 8 de outubro, marcaríamos a que horas? No final da tarde, às 17 horas? Seria ruim?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – Como é que fica o plenário diante disso?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – E dia 8?

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – Depende do soldado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Dia 9 você já está de volta?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar da Maioria – PP/RS) – Devo estar dia 11.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Dia 11.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – Podemos fazer três semanas, já que é a primeira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Já que é a primeira, fazer no dia 15 de outubro. Faremos, então, na segunda-feira, dia 15 de outubro?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Segunda é dia 14 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Segunda? Dia 14 de outubro?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – Segunda-feira, às 18 horas é capaz de conseguirmos...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Dezoito horas. Fechado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – A CAE tem uma reunião nesse horário no dia 7, mas estamos falando do dia 14.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Quinta, às 14 horas?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – Não vamos conseguir TV ao vivo. É muito difícil conseguir ao vivo. Depois põe na televisão em outro horário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Então, dia 14, às 18h. De acordo, Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar da Maioria – PP/RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Dia 14, às 18 horas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Apoio ao Governo – PDT/DF) – Perfeito. Vou fazer uma lista e levo para sua consideração e consultamos os outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/SC) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.)

COMISSÃO SENADO DO FUTURO

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta minutos do dia oito de outubro do ano de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Luiz Henrique, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Inácio Arruda, Cyro Miranda e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senadores Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Humberto Costa, Wilder Moraes e Eduardo Amorim. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 2ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, dá início à apreciação da matéria constante da pauta. **Item 1**– Requerimento da Comissão Senado do Futuro nº 1 de 2013, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que “requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão Senado do Futuro – CSF, com a finalidade de tratar do questionamento: Qual o Pacto Federativo para aumentar a eficiência da economia e reduzir as desigualdades regionais e sociais? Para tanto sugere convidar o Sr. Fernando Antonio Rezende Silva, FGV; o Sr. Túlio Tavares Santos, Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina; o Sr. Everardo Maciel, Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP; e o Sr. João Paulo dos Reis Velloso, Fórum Nacional/Presidente do Instituto Nacional de Altos Estudos – Inae”. Anunciada a Matéria e colocada em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 1 de 2013-CSF. Usam da palavra os Senadores Cristovam Buarque, Relator, e Cyro Miranda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Flávio Roberto de A. Heringer, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Luiz Henrique**, Presidente da Comissão Senado do Futuro.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão Senado do Futuro – CSF, com a finalidade de tratar do questionamento: Qual o Pacto Federativo para aumentar a eficiência da economia e reduzir as desigualdades regionais e sociais?

Para tanto sugiro convidar:

- Sr. Fernando Antonio Rezende Silva, FGV;
- Sr. Túlio Tavares Santos, Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina;
- Sr. Everardo Maciel – Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP; e
- Sr. João Paulo dos Reis Velloso, Fórum Nacional/Presidente do Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Com a palavra o autor do Requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, este é o tema que foi sugerido por V. Exª, na primeira reunião que tivemos – creio que foi muito feliz com essa sugestão e creio que os nomes que escolhemos também poderão dar grande contribuição. A ideia é, como V. Exª é um dos grandes que levanta a bandeira de que o Brasil precisa de um novo pacto federativo, mas, ao mesmo tempo, incluindo a ideia de que esse pacto federativo tem que ser de maneira a homogeneizar do ponto de vista social e econômico o País obviamente no longo prazo. Por isso, está aí esse requerimento inspirado pelo V. Exª.

Mas, antes mesmo de colocar em votação, queria perguntar o que acha de uma sugestão: que tal fazermos – e, se aceitar, já trago, no dia 17, a lista de duas ou três audiências na frente, que apoiariamos já todas elas, para não precisar fazer isso toda semana. Eu me proporia a discutir amanhã as idéias e elaboraríamos juntos quais são os temas e trariamos para

os Senadores da Comissão, no dia 17, antes da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – De pleno acordo com a proposta de V. Ex^a.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Os Srs. e as Sr^{as} Senadoras membros da Comissão Senado do Futuro que aprovam este requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, nobre Senador Cyro Miranda, representante do Estado de Goiás.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Buarque, pela feliz ideia de incorporar também a esta Comissão. Venho só pedir uma gentileza, a de que as nossas reuniões pudessem não ser às terças-feiras – ou qualquer audiência pública –, porque, terça-feira, é o dia mais sacrificado, pelo menos para mim e para o Senador Cristovam. Estamos em duas

Comissões que começam às 9 horas e terminam a 1 hora da tarde e uma delas a presidido, que é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e revezo, muitas vezes, com o Senador Cristovam. Hoje mesmo, temos a primeira audiência pública do PNE, uma das mais importantes, em que o Senador Cristovam, provavelmente, vai ser um dos protagonistas, o protagonista principal acredito. Então, venho pedir essa gentileza se poderíamos evitar a terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Ex^a tem toda a razão. Esta reunião foi marcada para hoje, porque tratava-se apenas de deliberar sobre o requerimento, de modo que ela não vai-se prolongar.

E, aprovado o Requerimento nº 1, de 2013, proposto pelo Relator, Senador Cristovam Buarque, fica convocada a reunião desta Comissão para realização de audiência pública aprovada por meio desse requerimento para o próximo dia 17, quinta-feira, às 8h30.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 46 minutos.)



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 638 páginas

(OS: 16779/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

